

ISSN 2596-2892 (edição online)  
ISSN 2446-5089 (edição impressa)

# XVII ANAIS CONIC

2017

CONGRESSO  
DE INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA

CRIATIVIDADE, INOVAÇÃO  
E EMPREENDEDORISMO  
NO ENSINO SUPERIOR

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

26 a 28 de outubro 2017



ISSN 2596-2892 (edição online)  
ISSN 2446-5089 (edição impressa)

XVII ANAIS  
CONIC

2017

CONGRESSO  
DE INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA

CRIATIVIDADE, INOVAÇÃO  
E EMPREENDEDORISMO  
NO ENSINO SUPERIOR

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

26 a 28 de outubro



**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNI-RN:  
CRIATIVIDADE, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NO ENSINO SUPERIOR**

**NATAL/RN  
2017**

**ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CONIC:**  
**CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNI-RN**  
Rua Prefeita Eliane Barros, 2000 – Tirol – Natal/RN – CEP 59.014-540  
Portal de Revistas: <http://revistas.unirn.edu.br>

Catálogo na Publicação – Biblioteca do UNI-RN  
Setor de Processos Técnicos

C759 Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (17: 2017: Natal, RN).

Anais do Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN: Criatividade, inovação e empreendedorismo no ensino superior, Natal (RN), 26 a 28 de outubro de 2017. – Natal: UNI-RN, 2017.

2 v. ( I, 577 f.; II, 579 f.)

ISSN 2596-2892 (edição online)

ISSN 2446-5089 (edição impressa)

(Ciências Sociais, Exatas e da Terra; v.1, Ciências da Saúde; v.2)

1. Educação - Resumos. 2. Saúde - Resumos. 3. Empreendedorismo - Resumos. 4. Iniciação Científica - Resumos. I. Centro Universitário do Rio Grande do Norte. II. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 001(063)

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CONSELHO DIRETOR E CHANCELARIA**

Presidente da Liga de Ensino do RN - Dr. Manoel de Medeiros Brito  
Chanceler do UNI-RN - Dr. Manoel de Medeiros Brito

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO UNI-RN**  
DIREÇÃO GERAL, ASSESSORIA E APOIO ESTRATÉGICO

Reitor - Prof<sup>o</sup>. Daladier Pessoa Cunha Lima  
Vice-Reitora - Prof<sup>a</sup>. Angela Maria Guerra Fonseca  
Assessoria do Reitor - Maura Marjorie Gomes Nogueira  
Assessoria de Comunicação e Marketing - Bruno Felix de Araújo  
Secretaria Geral - Rosana Karla Pereira Caldas  
Prefeitura do Campus - Josefa Arioene Medeiros  
Biblioteca - Helena Maria da Silva Barroso

**ÁREA ACADÊMICA**

Pró-Reitoria Acadêmica - Prof<sup>a</sup>. Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros  
Controle Acadêmico - Patrícia Falcone Pessoa  
Coordenação Estágios e Convênios - Prof<sup>o</sup>. Alcir Veras da Silva  
Coordenação dos Cursos de Adm. e Gestão Comercial -  
Prof<sup>a</sup> Catarina da Silva Souza  
Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo - Prof<sup>a</sup>. Camila Furukava  
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - Prof<sup>o</sup>. Domingos Carvalho de Souza  
Coordenação do Curso de Direito - Prof<sup>o</sup>. Walber Cunha Lima  
Coordenação do Curso de Engenharia Civil - Prof<sup>o</sup> Fábio Sérgio da Costa Pereira  
Coordenação do Curso de Serviço Social - Prof<sup>a</sup>. Izete Soares da Silva D. Pereira  
Coordenação do Curso de Sistema de Informação e Redes de Computadores -  
Prof<sup>a</sup>. Alexandre Luiz Galvão Damasceno  
Coordenação do Curso de Educação Física - Prof<sup>a</sup>. Sônia Cristina Ferreira Maia  
Coordenação do Curso de Enfermagem - Prof<sup>a</sup>. Rejane Millions Viana Meneses  
Coordenação do Curso de Fisioterapia - Prof<sup>a</sup>. Robson Alves da Silva  
Coordenação do Curso de Nutrição - Prof<sup>a</sup>. Carina Leite de Araújo Oliveira  
Coordenação do Curso de Psicologia - Prof<sup>a</sup>. Alessandra Silva de Oliveira Martins  
Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação - Prof<sup>o</sup>. Aluisio Alberto Dantas  
Núcleo de Extensão Universitária - Prof<sup>a</sup>. Ana Maria da Silva Souza

**ÁREA ADMINISTRATIVA**

Pró-Reitoria Administrativa - Prof<sup>o</sup> Édson Luiz Amaral de Oliveira  
Setor de Informática - Francisco das Chagas da Silva  
Setor de Recursos Humanos - Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues  
Setor de Contabilidade - Cláudio Cesar Formiga Barbosa  
Setor de Compras, Material e Patrimônio - Dickson Pessoa de Lima  
Setor de Serviços Gráficos - Wantoilton Albuquerque

**COMISSÃO ORGANIZADORA DO XVII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
DO UNIRN**

Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação

Alúísio Alberto Dantas

Assessoria de Comunicação e Marketing

Bruno Felix de Araújo

Biblioteca

Helena Maria da Silva Barroso

Curso de Administração e Gestão Comercial

Catarina da Silva Souza

Curso de Arquitetura e Urbanismo

Camila Furukava

Curso de Ciências Contábeis

Domingos Carvalho de Souza

Curso de Direito

Walber Cunha Lima

Vânia Vaz Barbosa Cela

Curso de Engenharia Civil

Fábio Sérgio da Costa Pereira

Curso de Serviço Social

Izete Soares da Silva Dantas Pereira

Curso de Sistema de Informação e Redes

Alexandre Luiz Galvão Damasceno

Curso de Educação Física

Sônia Cristina Ferreira Maia

Paulo Castim

Curso de Enfermagem

Rejane Medeiros Millions

Curso de Fisioterapia

Robson Alves da Silva

Curso de Nutrição

Carina Leite de Araújo Oliveira

Curso de Psicologia

Rocelly Cunha

Alessandra Silva de Oliveira Martins

# COMISSÃO CIÊNCIA DO XVII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNIRN

Aluísio Alberto Dantas - Coordenação Geral  
Eduardo Henrique Cunha de Farias - Coordenação Científica  
Cristiane Clébia Barbosa - Assessoria  
Rejane Medeiros Millions - Assessoria

## SECRETARIA EXECUTIVA

Alcir Veras da Silva  
Alessandra Silva de Oliveira Martins  
Alexandre Luiz Galvão Damasceno  
Aluísio Alberto Dantas  
Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues  
Ana Maria da Silva Souza  
Angela Maria Guerra Fonseca  
Bruno Felix de Araújo  
Carina Leite de Araújo Oliveira  
Camila Furukava  
Catarina da Silva Souza  
Cláudio Cesar Formiga Barbosa  
Dickson Pessoa de Lima  
Domingos Carvalho de Souza  
Édson Luiz Amaral de Oliveira  
Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros  
Francisco das Chagas da Silva  
Izete Soares da Silva Dantas Pereira  
Helena Maria da Silva Barroso  
Josefa Arioene Medeiros Dantas  
Maura Marjorie Gomes Nogueira  
Patrícia Falcone Pessoa  
Rejane Medeiros Millions  
Robson Alves da Silva  
Romeica Cunha Lima Rosado Batista  
Rosana Karla Pereira Caldas  
Vânia de Vasconcelos Gico  
Walber Cunha Lima  
Wantoilton Albuquerque

## APRESENTAÇÃO

É crescente o êxito dos congressos de iniciação científica, a cada ano. No UNI-RN, a iniciação científica tem uma característica especial, pois faz parte do próprio projeto institucional. Através dessa atividade, o processo ensino/aprendizagem sai da mesmice, no sentido de incentivar os alunos por novos conhecimentos. Ela é fundamental na manutenção do “learning environment”, ou seja, de um ambiente institucional, não restrito à sala de aula, que favoreça uma formação acadêmica de qualidade superior.

Mais uma vez, o CONIC 2017 foi um sucesso. O evento representa o apogeu de vários meses de trabalho, de pesquisas, de estudos, com alunos e professores em interação intelectual efetiva. Parabéns aos organizadores, aos incentivadores e, principalmente, aos autores dos trabalhos científicos e culturais apresentados durante o 16º CONIC, cujos resumos estão presentes neste compêndio, o qual é uma prova inequívoca do elevado padrão acadêmico do UNI-RN.

Os dois parágrafos acima foi a Apresentação do Reitor para os Anais do 16º Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN. Agora, para os Anais do 17º Congresso, mantenho a mesma redação, somente adicionando a referência ao maior entusiasmo de toda a comunidade acadêmica a cada ano comprovado.

Natal, outubro de 2017

Daladier Pessoa Cunha Lima

Reitor do UNI-RN

## COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS TRABALHOS

ÁREA DE CONHECIMENTO	PROFESSORES AVALIADORES	
ADMINISTRAÇÃO	<i>Adriano Macêdo dos Santos Alcir Veras Ana Maria da Silva Souza Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara Catarina da Silva Souza Cristiane Clébia Barbosa Everlane Ferreira Moura</i>	<i>Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti Franklin Marcolino de Souza Karine Symonir de Brito Pessoa Marcelo Santos Arcanjo Milena Cristina Duarte de Almeida Yara Magaly Albano Soares</i>
ARQUITETURA E URBANISMO	<i>André Felipe Moura Alves Giovani Hudson Silva Pacheco Miss Lene Pereira da Silva</i>	<i>Sandra Albino Ribeiro Wesley Feu dos Santos</i>
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	<i>Ariane Raquel Axiole de Souza Câmara Arlindo Nonato Moraes de Souza Augusto Cesar Rebouças de Brito Augusto César Silva Gonçalves Caritsa Scartaty Moreira Egon José Mateus Celestino Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo</i>	<i>Joana Darc Dantas Soares Joana Darc de Medeiros José Mauro Madeiros Velôso Soares Márcio Carvalho de Brito Mayara Bezerra Barbosa Roberto José Vieira de Sousa Lima Thereza Angélica Bezerra de Souza Yuri Gomes Paiva Azevedo</i>
DIREITO	<i>Abraão Luiz Filgueira Lopes Adriana Augusta Lambert da Costa Ana Cláudia da Costa Aguiar Ana Maria de Araújo Ananias Ana Mônica Medeiros Ferreira Anderson Leonardo de Oliveira Brito Edinaldo Benicio de Sa Junior Everton da Silva Rocha Fabio Fidelis de Oliveira Felipe Douglas da Silva Gilmar dos Santos Melo Henrique Batista de Araujo Neto Humberto Lima de Lucena Filho João Batista Machado Barbosa José Eduardo de Almeida Moura Karen Vasconcelos dos Santos Lima Leonardo Medeiros Junior Luiz Felipe Pinheiro Neto</i>	<i>Marcelo Alves Dias de Souza Marcelo de Barros Dantas Marcelo Henrique de Sousa Torres Marcelo Mauricio da Silva Marco Aurélio de Medeiros Jordão Matusalem Jobson Bezerra Dantas Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos Olavo Fernandes Maia Neto Petrucia da Costa Paiva Souto Rasland Costa de Luna Freire Rocco José Rosso Gomes Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes Sandresson de Menezes Lopes Sheila Farias Leite Araújo Thiago Tavares Vania de Vasconcelos Gico. Vânia Vaz Barbosa Cela Walber Cunha Lima</i>
ENGENHARIA CIVIL	<i>Ana Luiza Nobre Fábio Sérgio da Costa Pereira Jaquelígia Brito</i>	<i>Leonardo Hoppe Tomás Barros Vasconcelos Werner Farkatt Tabosa</i>
SERVIÇO SOCIAL	<i>Deyse Silvana dos Santos Sena Izete Soares da Silva Dantas Pereira</i>	<i>Rachel Ribeiro Resende dos Santos Melo Suzana da Cunha Joffer</i>
INFORMÁTICA	<i>Alexandre Luiz Galvão Damasceno Cristiane Clébia Gilles Velleneuve Israel Filho Joseane Alves Kaio Alencar</i>	<i>Maira Medeiros Patrick Reinecke Romulo Catanhede Soraya Christiane Ytalo Rosendo</i>
PÓS-GRADUAÇÃO - DIREITO	<i>Luiz Eduardo Marinho Costa</i>	

## Sumário

---

A ESSÊNCIA DO INVESTIMENTO EM VALOR - A CONCEPÇÃO DO GRANDE INVESTIDOR JOHN NEFF.	44
A INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE DO MERCADO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS E A QUALIDADE DE VIDA DO CONSUMIDOR NATALENSE.	45
A INDÚSTRIA DE ENERGIA NO RN: A ENERGIA EÓLICA E SEU POTENCIAL EMPREENDEDOR	46
A INFLUÊNCIA DA MARCA UNI-RN NA ESCOLHA DOS ALUNOS INGRESSANTES NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	47
A INFLUÊNCIA QUE A SEGURANÇA DE UMA CIDADE TEM SOBRE O FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE TURISMO NO RN.	48
A INFLUÊNCIA QUE A SEGURANÇA DE UMA CIDADE TEM SOBRE O FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE TURISMO NO RN.	49
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OS SERVIÇOS DE SAÚDE	50
ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARA ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA	51
ANALISE DOS RISCOS INERENTES EM PORTFÓLIO DE INVESTIMENTOS – GERENCIAMENTO DE RISCOS NAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS	52
ANÁLISE FUNDAMENTALISTA: UM ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA NO SEGMENTO DO ENTRETENIMENTOD	53
APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM TEMPOS DE CRISE ECONÔMICA	54
AS ESTRATÉGIAS DE UM DOS MAIORES MESTRES NA ARTE DE INVESTIR: PETER LYNCH	55
BUY HERE APP: COMPRANDO MAIS BARATO SEMPRE.	56
CENÁRIOS INDUSTRIAIS DO RIO GRANDE DO NORTE: O PROCESSO INDUSTRIAL- ANTES OS HOMENS, HOJE AS MÁQUINAS	57
CENÁRIOS INDUSTRIAIS DO RIO GRANDE DO NORTE: O PROCESSO INDUSTRIAL- ANTES OS HOMENS, HOJE AS MÁQUINAS	58

## Sumário

---

COMO FAZER UM PROGRAMA DE TREINAMENTOS EFICAZ PARA O SETOR COMERCIAL DO GRUPO MULTIGIRO?	59
COMPORTAMENTO DE DESCARTE DO CONSUMIDOR NATALENSE COM PRODUTOS ELETRÔNICOS	60
CONSUMO CONSCIENTE E CONSUMISMO	61
CONTABILIDADE DE CUSTO O LEVANTAMENTO DO PONTO DE EQUILIBRIO EMPRESA DOMINNIC DELICATESE	62
CONTROLE DE ESTOQUE COMO ASPECTO FUNDAMENTAL PARA OTIMIZAR O TEMPO DE PRODUÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NO RAYMA'S REASTAURANTE	63
CONTROLE DE PERDAS DE ESTOQUE: UM ESTUDO DE CASO EM UMA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	64
DESAFIOS DA GESTÃO EM UMA EMPRESA FAMILIAR	65
DISTINÇÃO DE GÊNERO PARA MENTORIA DE EMPREENDIMENTOS	66
DOMINÂNCIA CEREBRAL: UM ESTUDO DE CASO NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO/RN-TCE.	67
DRONE POTIGUAR: MODELAGEM DE UMA VISÃO INCOMUM DO SEU EVENTO.	68
ECONOMIA ESPORTIVA: O ENDOMARKETING NAS EMPRESAS FITNESS EM NATAL	69
EMPREENDEDORISMO FEMININO: UMA ANÁLISE SOBRE CASES DE SUCESSO.	70
ENSINAMENTOS DO MAIOR CONSULTOR DE INVESTIMENTO DO SÉCULO XX. BENJAMIN GRAHAM	71
ESTRATÉGIAS DE MARKETING DE RELACIONAMENTO NO CONSÓRCIO REDENÇÃO	72
ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIANTE DA CONCORRÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO JUNTO AOS MINIMERCADOS DE EMAÚS	73

## Sumário

---

ESTUDO DE MARKETING PARA ACADEMIA DE ARTES MARCIAIS KIMURA NOVA UNIÃO NA CIDADE DE NATAL-RN.	74
FLEXIBILIZAÇÃO TRABALHISTA: UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO E A PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL NO SETOR PÚBLICO	75
GEORGE SOROS - “O HOMEM QUE QUEBROU O BANCO DA INGLATERRA”.	76
GESTÃO DE CUSTOS - PONTO DE EQUILIBRIO NA EMPRESA BAMBOO & COO	77
GESTÃO DE CUSTOS EM UM CENTRO DE TROCA DE ÓLEO: UMA ANÁLISE DA MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO E DO PONTO DE EQUILÍBRIO.	78
GESTÃO SOCIOAMBIENTAL ESTRATÉGICA: AVALIANDO A RESPONSABILIDADE DAS POLÍTICAS ADOTADAS POR EMPRESAS DO RAMO DA MINERAÇÃO NO RN.	79
GOVERNANÇA CORPORATIVA: UMA FERRAMENTA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL, ACESSÍVEL E APLICÁVEL EM EMPRESAS DE MICRO E PEQUENO PORTE	80
HEALTHY LIFE: MODELAGEM DE UM APLICATIVO NO SEGMENTO DE QUALIDADE DE VIDA, SAÚDE E BEM ESTAR.	81
IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE MERCADOLÓGICA PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA EMPRESA FILIAL DO RAMO ÓTICO EM CAICÓ-RN.	82
IMPORTÂNCIA DA VIABILIDADE ECONÔMICA DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA EM NATAL	83
INDICADORES DE DESEMPENHO NA GESTÃO PÚBLICA: O CASO DA PREFEITURA DE BENTO FERNANDES	84
INVESTIDORES QUE SÃO INFLUÊNCIA NO MUNDO DOS INVESTIMENTOS: PHILIP FISHER	85
JOHN TEMPLETON E SUA FILOSOFIA DE INVESTIMENTOS	86
MAPEAMENTO DE PROCESSOS PRODUTIVOS: DETERMINAÇÃO DO PROCESSO BASE PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA NOVA EMPRESA DE CERÂMICA	87
MODA SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DOS MOTIVOS DA NÃO-COMPRA	88

## Sumário

---

MODELAGEM DE NEGÓCIO NO RAMO DE ALIMENTOS CONGELADOS: CONGELARE CONGELADOS E RESFRIADOS.	89
MODELAGEM DE PROCESSO DE VENDAS DE PLANO DE SAÚDE NA INTERNET COM SUPORTE DE TELEMARKETING	90
MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE TRANSPORTES: APLICATIVO CARONA AMIGA	91
MOTIVAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	92
MOTIVAÇÃO NO RAMO DE FAST FOOD: NO CASO HABBIBS MIDWAY	93
MOTIVAÇÕES PARA SER RESPONSÁVEL SOCIALMENTE	94
MOTIVAÇÕES PARA SER RESPONSÁVEL SOCIALMENTE	95
O MARKETING PARA O VIVERBRASILCARD: COMO UMA ESTRATÉGIA PODE AUMENTAR AS VENDAS	96
O MERCADO VAREJISTA: AS ESTRATÉGIAS DE MARKETING UTILIZADAS PELA REDE SUPER SHOW SUPERMERCADOS	97
OS GRANDES INVESTIDORES - WARREN BUFFET E CHARLES MUNGER	98
OS MERCADOS COMPETITIVOS DO RN: A INDÚSTRIA QUÍMICA NO RIO GRANDE DO NORTE E A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA:	99
PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS NA ÁREA COMERCIAL: UM ESTUDO DE CASO NA CABO TELECOM	100
PERSPECTIVAS DAS MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO	101
PONTO DE EQUILÍBRIO E MARGEM DE SEGURANÇA - EMPRESA ALFA	102
PREVISÃO DE FALÊNCIA: UTILIZAÇÃO DE ANÁLISE DISCRIMINANTE	103

## Sumário

---

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR EM NATAL/RN	104
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NUMA EMPRESA DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA: A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO URBANO	105
SAMARCO:RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E SEUS IMPACTOS	106
UM ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE ECONÔMICA DA TERCEIRIZAÇÃO DE TRANSPORTES	107
UM NOVO CONCEITO DE LOJA: UNI-STORE.	108
UMA ANÁLISE DO SERVIÇO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NA CIDADE DO NATAL E O IMPACTO ECONÔMICO NAS RENDAS FAMILIARES: QUAL O IMPACTO ECONÔMICO DO INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADO NA RENDA DAS FAMÍLIAS DOS UNIVERSITÁRIOS NA CIDADE DO NATAL.	109
VOCÊ É O MEU HERÓI, NÃO ME ABANDONE!	110
ÔNIBUS COMO TRANSPORTE DE MASSA E OCUPAÇÃO URBANA EM NATAL: MALHA URBANA E MAPEAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DAS LINHAS DE ONIBUS (1930-1960).	112
ACESSIBILIDADE, UMA RELAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA.	113
ELEMENTS OF THE URBAN	114
A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO PARA O SISTEMA COOPERATIVISTA	116
ANÁLISE DA MENSURAÇÃO E GESTÃO DO CAPITAL INTELECTUAL NO SUPERMERCADO REDE MAIS	117
ANÁLISE SOBRE A SATISFAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE NATAL/RN COM AS INFORMAÇÕES GERADAS PELOS CONTADORES	118
O CONTROLE INTERNO NA GESTÃO PÚBLICA: UM ESTUDO NAS PREFEITURAS QUE COMPÕEM A GRANDE NATAL	119
A DESTINAÇÃO DA RECEITA PROVENIENTE DO ICMS NO RN (TIBERIO DANTAS, FERNANDA BEATRIZ E VICTTOR DANTAS)	120

## Sumário

---

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EMPRESARIAL	121
A IMPORTÂNCIA DA CONTROLADORIA NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO	122
A INFLUÊNCIA DA LEI SARBANÊS- OXLEY NO CONTROLE INTERNO DAS ORGANIZAÇÕES	123
A MUDANÇA DA REFORMA TRABALHISTA NOS SINDICATOS.	124
A PERCEPÇÃO DA AUDITORIA INTERNA SOBRE A NOVA LEI ANTICORRUPÇÃO: UM ESTUDO NO GRUPO GUARARAPES CONFECÇÕES.	125
A PERCEPÇÃO DOS GESTORES COM A CONFLUÊNCIA DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS E ALAVANCAGEM FINANCEIRA	126
A PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL: DIFERENÇAS E FINALIDADES	127
A REFORMA TRABALHISTA E AS ALTERAÇÕES NA LEI DE TERCEIRIZAÇÃO Nº 13.429/2017	128
A RELAÇÃO ENTRE O SPED E A FRAUDE NA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE NATAL/RN	129
ALAVANCAGEM FINANCEIRA COMO ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO: UM ESTUDO MULTICASO NA PETROBRAS E VALE	130
ALPARGATAS : UMA ANÁLISE DE SUAS AÇÕES E A MELHOR FORMA DE REMUNERAÇÃO PARA SEUS INVESTIDORES	131
AMBEV: UM ESTUDO DE CASO UTILIZANDO UMA SÉRIE HISTÓRICA DE TRÊS ANOS	132
ANALISAR QUAL A PERCEPÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA, ESPECIFICAMENTE SOBRE AS FÉRIAS REMUNERADAS, NA VISÃO DOS UNIVERSITÁRIOS.	133
ANÁLISE COMPARATIVA ECONÔMICO-FINANCEIRA: UM ESTUDO DE MULTI-CASOS NO GRUPO NEOENERGIA NA SÉRIE TEMPORAL DE 2012 A 2016	134
ANÁLISE DA AUDITORIA INTERNA: UM ESTUDO DE CASO DO IFRN	135

## Sumário

---

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNI-RN	136
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA BRASKEM S/A: UM ESTUDO TÉCNICO DE CASO NA SÉRIE TEMPORAL 2012 A 2016	137
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM ÊNFASE NA CAPACIDADE DE PAGAMENTO DO MAGAZINE LUIZA S/A	138
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: UM ESTUDO DE CASO DA AREZZO S/A.	139
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS PARA TOMADA DE DECISÃO: UM ESTUDO DE CASO NA AMBEV	140
ANÁLISE DAS DEMONSTRACÕES FINANCEIRAS EM UMA SÉRIE TEMPORAL DE TRÊS ANOS DO ITAÚ UNIBANCO S.A.	141
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: UM ESTUDO DE CASO NA ALE COMBUSTÍVEIS EM UMA SÉRIE HISTÓRICA.	142
ANÁLISE DAS FORMAS DE TRIBUTAÇÃO: ESTUDO DE CASO DE UM SUPERMERCADO DO VAREJO NO RN	143
ANÁLISE DE REMUNERAÇÃO DOS INVESTIDORES: UM ESTUDO DE CASO DA AREZZO S/A.	144
ANÁLISE DOS FATORES DETERMINANTES PARA A ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE PELAS COMPANHIAS LISTADAS NA BM&F BOVESPA	145
ANÁLISE DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE VIAGENS E TURISMO DO SETOR CÍCLICO LISTADAS NA BOLSA DE VALORES DO BRASIL.	146
ANÁLISE DOS ÍNDICES FINANCEIROS E ÍNDICES DE MERCADO DA GUARARAPES S/A	147
ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA APLICADOS NO NOVO PADRÃO DOS RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES: UM ESTUDO MULTICASO NAS COMPANHIAS LISTADAS NO ÍNDICE DA IBRX50.	148
ANÁLISE FINANCEIRA DA EMPRESA CIA HERING	149
ANÁLISE FUNCIONAL DA FERRAMENTA DE TECNOLOGIA - REDESIM ENTRE AS ENTIDADES PÚBLICAS INTEGRADAS A JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE – JUCERN – RN	150

## Sumário

---

ANÁLISE SIMULTÂNEA ENTRE FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS COMO ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO: ESTUDO DE MULTICASOS À LUZ DE MÉTODOS QUANTITATIVOS EM UMA SÉRIE HISTÓRICA.	151
ANÁLISE SWOT - ESTUDO DE CASO EM UMA LOJA DE ROUPA	152
ASPECTOS E DIFERENÇAS ENTRE A PERÍCIA JUDICIAL E ARBITRAL	153
AUDITORIA DO CONTROLE INTERNO EM UMA ORGANIZAÇÃO FEDERAL	154
AUDITORIA INTERNA, AUDITORIA EXTERNA E PERÍCIA CONTÁBIL: CARACTERÍSTICAS E DISTINÇÕES	155
CONTABILIDADE GERENCIAL COMO FERRAMENTA NA TOMADA DE DECISÃO DE UMA EMPRESA VAREJISTA DE ALIMENTOS	156
CONTABILIDADE GERENCIAL COMO SUBSIDIO PARA TOMADA DE DECISÕES: ESTUDO DE CASO EM MICROEMPRESAS	157
CONTROLADORIA: DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO E ADMINISTRAÇÃO FOCADA EM RESULTADOS – UMA ANÁLISE FEITA EM EMPRESAS DE VAREJO EM CANGUARETAMA/RN.	158
CUSTEIO POR ABSORÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA LIZA LOOKS NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN	159
DESEMPENHO DA CVC NO MERCADO DE AÇÕES	160
ESTUDO DE CASO NA EMPRESA SCI ABORDANDO A ÉTICA CONTÁBIL	161
ÉTICA E MORAL COMO FATORES DETERMINANTES PARA A CREDIBILIDADE DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS NA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS CONCLUINTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO UNI RN E DE CONTABILISTAS	162
FINANÇAS PESSOAIS E COMPORTAMENTAIS: COMPARATIVO ENTRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO	163
FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA PARA A TOMADA DE DECISÃO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO SETOR DE TELEFONIA	164
FORMAS DE REMUNERAÇÃO DE CAPITAL AOS ACIONISTAS – DIMED	165

## Sumário

---

GESTÃO DE CUSTOS: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA NOIVA EXTREME	166
GESTÃO DE CUSTOS: SALÃO DE BELEZA	167
IMPACTOS DA PLC 38/2017 “REFORMA TRABALHISTA”: AS HORAS “IN ITINERE”	168
INFLUÊNCIA DA REFORMA SOBRE O TRABALHADOR RURAL	169
LUCRATIVIDADE DO FACEBOOK	170
NATURA: UM ESTUDO DE CASO NO QUE TANGUE RENTABILIDADE, ENDIVIDAMENTO E MERCADO	171
O AUXILIO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO FERRAMENTA DE FORMAÇÃO DE PREÇO PARA A TOMADA DE DECISÃO NA EMPRESA DO RAMO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS OPTANTES PELO LUCRO REAL NA CIDADE DO NATAL – RN	172
O CONTROLE INTERNO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE A FRAUDES E ERROS NA CONTABILIDADE DAS EMPRESAS COMERCIAIS	173
O CRESCIMENTO DOS MICROS EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DO RN NO MERCADO FORMAL, DURANTE OS ANOS DE 2011 Á 2016 EM MEIO AO CENÁRIO DA CRISE ECONOMICA NO BRASIL	174
O ENTENDIMENTO DOS DISCENTES FORMANDOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO UNI/RN SOBRE ÉTICA PROFISSIONAL	175
O IMPACTO DA REFORMA TRABALHISTA NOS SINDICATOS	176
O NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE AS INFORMAÇÕES QUE ESTÃO SENDO DECLARADAS NA DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA.	177
O PAPEL DO PERITO ASSISTENTE NA PERICIA CONTABIL	178
O USO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NA GESTÃO EMPRESARIAL DA ME E EPP NA PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS	179
OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SPED FISCAL PARA AS MICROEMPRESAS, SUAS VANTAGENS E DIFICULDADES.	180

## Sumário

---

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO: QUAL A FORMA DE REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS NA EMPRESA GERDAU NO SEGMENTO DE AÇOS LONGOS?	181
QUESITOS IMPERTINENTES NA PERICIA CONTABIL	182
RECONHECIMENTO E EVIDENCIAÇÃO DAS RECEITAS NAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL BRASILEIRA: UM ESTUDO DAS APLICAÇÕES AO CPC 47 / IFRS 15	183
REFORMA TRABALHISTA: JORNADA DE TRABALHO	184
RELATÓRIOS DE AUDITORIA EM CONDOMÍNIO EDIFÍCIOS: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DOS RESULTADOS OBTIDOS EM SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN	185
RETORNO FINANCEIRO PESSOAL: UM ESTUDO DE CASO COM OS MOTORISTAS DA UBER DA GRANDE NATAL/RN	186
SEGURO D&O	187
UBER X TAXI: UMA ANÁLISE DE CUSTOS ENVOLVIDOS NESSAS ATIVIDADES	188
UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA APLICADA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E OS IMPACTOS ACARRETADOS AS EMPRESAS NO SIMPLES NACIONAL NA CIDADE DO NATAL/RN	189
UM ESTUDO SOBRE O DIREITO DE FÉRIAS	190
UMA ANÁLISE INVESTIGATIVA DO CENÁRIO EMPREENDEDOR EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN	191
VANTAGENS E DESVANTAGENS PARA UM CONTADOR ABRIR UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE	192
A INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 1.790 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 E O COMPANHEIRO COMO HERDEIRO NECESSÁRIO.	194
EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DAS PRÓPRIAS RAZÕES: LINCHAMENTO NO CURSO DA HISTÓRIA NORDESTINA: DE LAMPIÃO AOS INTERNAUTAS.	195
JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA RESSIGNIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL	196

## Sumário

---

O PROBLEMA ÉTICO-DEMOCRÁTICO DA POLÍTICA BRASILEIRA SOB UMA ÓTICA ARISTOTÉLICA	197
UMA ANÁLISE A RESPEITO DA INCONSTITUCIONALIDADE DA EXPOSIÇÃO INFANTIL NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	198
VICIO DE INCONSTITUCIONALIDADE VIA DECORO PARLAMENTAR	199
"CASAMENTO INFANTIL": UMA ANÁLISE DO ORDENAMENTO JURÍDICO FRENTE A RELIGIÃO BRASILEIRA.	200
81 ANOS DE "TEMPOS MODERNOS": UMA CRÍTICA ATUAL À EXPLORAÇÃO CAPITALISTA E A TERCEIRIZAÇÃO IRRESTRITA.	201
A (I)MUTABILIDADE DO REGIME DE BENS NO CASAMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO ARTIGO 1.639 DO CÓDIGO CIVIL SOB A PERSPECTIVA DA AUTONOMIA PRIVADA.	202
A (IM)POSSIBILIDADE DE ANIMAIS COMO HERDEIROS NO ATUAL DIREITO BRASILEIRO	203
A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DO MÉTODO DE TARIFAÇÃO PARA INDENIZAÇÃO POR DANO EXTRAPATRIMONIAL DA LEI Nº 13.467/2017 (REFORMA TRABALHISTA)	204
A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	205
A AÇÃO DO IMAGINÁRIO SIMBÓLICO NA CULTURA (O PODER SOBRE LAGARTAS)	206
A ARBITRAGEM INTERNACIONAL COMO SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS	207
A CO-CULPABILIDADE COMO ATENUANTE GENÉRICA E SUA POSSÍVEL APLICAÇÃO DE ACORDO COM OS ARTIGOS 59, 65 E 66 DO CÓDIGO PENAL.	208
A COBERTURA DOS SEGUROS VEICULAR E DE VIDA NOS CASOS DE SEGURADO EM ESTADO DE EMBRIAGUEZ: ANÁLISE DE CASO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ	209
A COISIFICAÇÃO DA MULHER SOB A ÓTICA DA OBRA A BELA E A FERA E O DIREITO DE PROPRIEDADE	210
A COMORIÊNCIA NO DIREITO SUCESSÓRIO BRASILEIRO	211

## Sumário

---

A CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 1.787, QUANTO AOS DIREITOS SUCESSÓRIOS DE FILHOS ADOTIVOS, EM SUCESSÕES ABERTAS ANTES DE 88, MAS JULGADAS APÓS À VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO	212
A CONSTITUCIONALIDADE DO SISTEMA DE COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: UMA ANÁLISE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERA	213
A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E O DIREITO À RESISTÊNCIA DIANTE DE GOVERNOS TIRÂNICOS: UM ESTUDO À LUZ DO DIREITO COMPARADO E DOS IDEAIS ILUMINISTAS	214
A CRIAÇÃO DE ALAS LGBTQS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: UM INSTRUMENTO JURÍDICO NA LUTA CONTRA O PRECONCEITO E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO.	215
A DESIGUALDADE DE GÊNERO SOB A LUZ DA LEI MARIA DA PENHA	216
A DINÂMICA DO PROCESSO DE ADOÇÃO NO BRASIL E A MOROSIDADE DO JUDICIÁRIO	217
A DISTINÇÃO ENTRE O DESAPARECIMENTO DE PESSOAS E PESSOAS ASENTES E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS.	218
A EDUCAÇÃO JURÍDICA NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	219
A EFICÁCIA DA APLICABILIDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO À LUZ DO CPC/2015	220
A ESCRAVIDÃO MODERNA E SUA PERSISTÊNCIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	221
A EVOLUÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO EM FACE AO SURGIMENTO DA INTERNET	222
A GLOBALIZAÇÃO DO DIREITO PENAL EM FACE DO COMBATE AO TERRORISMO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL	223
A GUARDA COMPARTILHADA COMO INSTRUMENTO PARA MITIGAR A ALIENAÇÃO PARENTAL	224
A HIERARQUIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E A SUA SISTEMÁTICA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO PERANTE O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	225
A IMPORTÂNCIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS E SUA APLICAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	226

## Sumário

---

A IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DA ADOÇÃO DIRIGIDA E SEUS EFEITOS	227
A IMPUNIDADE PARLAMENTAR RESPALDADA POR MECANISMOS LEGAIS	228
A IMPUTABILIDADE PENAL DO PSICOPATA PERANTE O DIREITO PENAL BRASILEIRO	229
A INCOMPATIBILIDADE DA INVESTIGAÇÃO AERONÁUTICA DE ACIDENTES AÉREOS COM O PROCESSO JUDICIAL	230
A INDIGNIDADE E DESERDAÇÃO NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO: PRIVAÇÃO DO HERDEIRO AO DIREITO DE HERANÇA	231
A INDÚSTRIA DE SUPERVALORIZAÇÃO DOS DANOS MORAIS	232
A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NA REDUÇÃO DOS ATOS INFRACIONAIS	233
A INFLUÊNCIA DA TEORIA DA ROTULAÇÃO NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO	234
A INFLUÊNCIA DOS PRECEDENTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS.	235
A INFLUÊNCIA MIDIÁTICA ANTE O DEVIDO PROCESSO LEGAL: UMA ANÁLISE DA VIOLAÇÃO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PELA MÍDIA NACIONAL.	236
A INFLUÊNCIA MIDIÁTICA E O PRÉ JULGAMENTO NA AUSÊNCIA DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA	237
A INSEGURANÇA PÚBLICA E A DESMATERIALIZAÇÃO DA MOEDA: DAS OPERAÇÕES TRAJECTÍCIAS MEDIEVAIS AO CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO.	238
A INTERFERÊNCIA DO PRECATÓRIO NOS CONTRATOS ENTRE O ESTADO E O SETOR PÚBLICO.	239
A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E O ATIVISMO JUDICIAL NO STF	240
A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO CONTEXTO CRIMINAL	241

## Sumário

---

A LEI DA DOMÉSTICA E SEUS REFLEXOS PREVIDENCIÁRIOS	242
A LEI DA FICHA LIMPA: HISTÓRICO E APLICABILIDADE	243
A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E O COMBATE Á CORRUPÇÃO	244
A LEI MARIA DA PENHA E SUA EFICÁCIA NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	245
A LIBERDADE JURÍDICA DE ATUAÇÃO DO ADVOGADO EM CASOS IMPOPULARES	246
A LINHA TÊNUE ENTRE O DISCURSO DE ÓDIO E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO À LUZ DO CONSTITUCIONALISMO MODERNO	247
A LIVRE INICIATIVA ECONÔMICA E A PROPRIEDADE PRIVADA À LUZ DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA	248
A NATUREZA JURÍDICA DOS ANIMAIS NO DIREITO BRASILEIRO E PERSPECTIVAS DE MUDANÇA	249
A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: O LOBBY DO BATOM	250
A PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E SEUS EFEITOS CONSTITUCIONAIS	251
A POSSIBILIDADE DO USUCAPIÃO NA POSSE DE MÁ FÉ	252
A PRÁTICA DO INSIDER TRADING NO DIREITO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE JURÍDICO-FILSÓFICA DO ILÍCITO.	253
A PROBLEMÁTICA DA INDÚSTRIA DA SECA NO RN E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS	254
A PUBLICIDADE ENGANOSA E AS RELAÇÕES DE CONSUMO.	255
A PUBLICIDADE NA ERA DAS INFORMAÇÕES E AS SANÇÕES APLICADAS PELA ORDEM DOS ADVOGADOS	256

## Sumário

---

A QUESTÃO DO ABANDONO AFETIVO EM DECORRÊNCIA DA ALIENAÇÃO PARENTAL	257
A REALIDADE DOS DESASSISADOS NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO.	258
A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA APOSENTADORIA ESPECIAL	259
A REFORMA POLÍTICA E AS ENTRELINHAS DO SEU SISTEMA DISTRITÃO	260
A REGULAMENTAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP) DE NATAL/RN: A CONSTITUCIONALIDADE DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA	261
A REGULAMENTAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS E ADEQUAÇÃO.	262
A RESPONSABILIDADE CIVIL DA PESSOA JURÍDICA NOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS.	263
A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO BRASILEIRO PERANTE O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DO CASO NOVA BRASÍLIA	264
A RESSOCIALIZAÇÃO DOS AGRESSORES DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	265
A SITUAÇÃO DAS CRIANÇAS ABANDONADAS E O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO	266
A SUSPENSÃO JUDICIAL DAS RELAÇÕES TRISAIS E A ROTULAÇÃO SOCIAL DESSAS UNIÕES POLIAFETIVAS	267
A TAXATIVIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS: UMA ANÁLISE DO ART. 1015 DO CPC.	268
A TEORIA DA BANALIZAÇÃO DO MAL DE HANNAH ARENDT: UMA ANÁLISE DA ÍNTIMA RELAÇÃO COM O PROCESSO DO AUTOCONCEITO	269
A TEORIA DA EMPRESA E A FIGURA DO EMPRESÁRIO	270
A TEORIA DA PERDA DO TEMPO LIVRE NO ÂMBITO JURÍDICO E SOCIAL DO SÉCULO XXI.	271

## Sumário

---

A TEORIA RELACIONAL DO PRECEDENTE E DA ANALOGIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO, SOB A ÓTICA DA LÓGICA JURÍDICA	272
A TUTELA DOS DIREITOS DOS IDOSOS - QUAIS OS IMPACTOS SOCIAIS DO ESTATUTO DO IDOSO, NO PAPEL DE GARANTIDOR DO DIREITO A PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS	273
A USUCAPIÃO COLETIVA COMO INSTRUMENTO DE ATUAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	274
ABANDONO AFETIVO INVERSO E SUAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	275
ABANDONO AFETIVO PARENTAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DE SEUS ASPECTOS JURÍDICOS E CONSTITUCIONAIS CONTROVERTIDOS	276
ABANDONO DIGITAL: UMA ANÁLISE SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL PARENTAL EM RELAÇÃO AOS DANOS CAUSADOS AOS FILHOS	277
ABORTO NO BRASIL: COMO A SUA PROIBIÇÃO TIRA A LIBERDADE DE ESCOLHA DAS MULHERES BEM COMO ANULA DIREITOS FUNDAMENTAIS GARANTIDOS CONSTITUCIONALMENTE	278
AÇÃO REGRESSIVA PREVIDENCIÁRIA POR CULPA DA EMPRESA EM ACIDENTE DE TRABALHO	279
AÇÃO REGRESSIVA PREVIDENCIÁRIA POR CULPA DA EMPRESA EM ACIDENTE DE TRABALHO	280
ADOÇÃO DO PRINCÍPIO DO ABUSO DA FORMA JURÍDICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	281
ALIENAÇÃO PARENTAL : UMA ANÁLISE DAS DECISÕES DO JUDICIÁRIO FRENTE AO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA	282
ALIENAÇÃO PARENTAL E A LEI DA GUARDA COMPARTILHADA	283
ALIENAÇÃO PARENTAL E GUARDA COMPARTILHADA À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	284
ANÁLISE ACERCA DA POSSIBILIDADE DE USUCAPIÃO DE BENS PÚBLICOS DOMINICAIS, SOB A PERSPECTIVA DAS GARANTIAS MÍNIMAS DE DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.	285
ANÁLISE CRÍTICA DA REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS NO BRASIL	286

## Sumário

---

ANÁLISE DA PSICOGRAFIA COMO FONTE DE PRODUÇÃO DE PROVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	287
ANÁLISE DO ART. 611-A, XIII DA LEI 13.467/2017 FRENTE AO ART. 7º, XXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88 – UM ESTUDO ACERCA DO DIREITO CONSTITUCIONAL AO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	288
ANÁLISE DO ENSINO RELIGIOSO CONFSSIONAL EM CONTRAÇÃO À LAICIDADE ESTATAL.	289
ANÁLISE JURÍDICA: O ESTATUTO DO DESARMAMENTO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O CONTROLE DA CRIMINALIDADE	290
ANIMAIS DOMÉSTICOS ENQUANTO SUJEITOS DOTADOS DE PERSONALIDADE JURÍDICA	291
ANTROPOLOGIA JURÍDICA: UMA REFLEXÃO EM FACE DA EXCLUSÃO E MARGINALIZAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA ATUAL	292
APLICAÇÃO DO CDC ÀS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	293
AS (DES) VANTAGENS TRIBUTÁRIAS TRAZIDAS PELA LC Nº 155/2016 AO INSTITUTO DO INVESTIDOR-ANJO	294
AS ALTERAÇÕES NA PERÍCIA CONTÁBIL ADVINDAS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CÍVIL	295
AS CONTRIBUIÇÕES DO INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA, NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO LAVA-JATO: UMA ANÁLISE À LUZ DA “TEORIA DOS JOGOS”	296
AS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS E O FAMILIARISMO REDESCOBERTO: DO RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO AOS EFEITOS SUCESSÓRIOS	297
AS MÍDIAS DETÊM ALGUM PODER DE MANIPULAÇÃO EM RELAÇÃO À SOCIEDADE? UMA ANÁLISE DO PAPEL DAS MÍDIAS ANTE A SOCIEDADE À LUZ DO PENSAMENTO DO FILÓSOFO E CIENTISTA NOAM CHOMSKY	298
AS REPERCUSSÕES DA JORNADA TRABALHISTA INTERMITENTE NAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E NA APOSENTADORIA	299
ASPECTOS JURÍDICOS CONSTITUCIONAIS ACERCA DA PORNOGRAFIA DE VINGANÇA	300
ASSÉDIO MORAL E DOENÇAS OCUPACIONAIS	301

## Sumário

---

ASSISTÊNCIA DO ESTADO A FAMILIARES DE VITIMAS DE HOMICÍDIO: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL	302
ATIVISMO JUDICIAL E O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	303
AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: DIREITO DO APENADO DE SER APRESENTADO PERANTE O JUIZ	304
AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DO MODELO COOPERATIVO NA BUSCA PELA EFETIVIDADE DO PROCESSO	305
AUTONOMIA PRIVADA E AS DISPOSIÇÕES TESTAMENTAIS NO DIREITO BRASILEIRO	306
BALA PERDIDA: A VIOLÊNCIA POLICIAL E A DESMILITARIZAÇÃO NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA	307
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ: CONFRONTO ENTRE ESSES BENEFÍCIOS	308
CAMPANHAS ELEITORAIS E A PROIBIÇÃO DO FINANCIAMENTO PRIVADO	309
CANIBALISMO CULTURAL E IGUALDADE DE GÊNERO NO ÂMBITO FAMILIAR: UMA ANÁLISE À LUZ DA HERMENÊUTICA DIATÓPICA	310
CAPACIDADE SUCESSÓRIA DO EMBRIÃO CRIOPRESERVADO FECUNDADO POST MORTEM	311
CAPACIDADE SUCESSÓRIA DO EMBRIÃO CRIOPRESERVADO FECUNDADO POST MORTEM	312
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR: A PUBLICIDADE E A OFERTA PERANTE A EVOLUÇÃO SOCIAL E TECNOLÓGICA	313
COMO A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO ENQUANTO CONQUISTA DOS DIREITOS DA MULHER IMPLICA NO DIREITO À VIDA DO NASCITURO	314
COMO A LEI Nº 13.465/17 ALTERA O SENTIDO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 759/16 PARA PRESERVAR A VONTADE CONSTITUCIONAL E GARANTIR O DIREITO À LAJE SUCESSIVA.	315
CONCILIAÇÃO: A PROBLEMATICA DO CONCILIADOR NOS DIAS ATUAIS	316

## Sumário

---

CONCORRÊNCIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: CONFLITO APARENTE ENTRE O DIREITO À VIDA X LIBERDADE RELIGIOSA	317
CONSTITUCIONALIDADE E CONVENCIONALIDADE DAS NORMAS: UMA ANÁLISE À LUZ DO CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO.	318
CONTRATOS ENTRE AS INSITITUIÇÕES FINANCEIRAS E PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL	319
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E SEUS IMPACTOS NAS EMPRESAS BRASILEIRAS	320
CRIME: UMA RESPOSTA À OMISSÃO ESTATAL	321
CRIMES DE COLARINHO BRANCO: IMPACTO NO SISTEMA PUNITIVO BRASILEIRO	322
CRIMES ELEITORAIS: UMA ANÁLISE DE CASOS CONCRETOS PRESENTES EM NOSSO ORDENAMENTO	323
CRIMES VIRTUAIS CONTRA A MULHER: REFLEXOS DO MACHISMO.	324
CRIMINALIDADE ECONÔMICA E ORGANIZADA	325
CRISE DO SISTEMA CARCERÁRIO: UMA ANÁLISE A LUZ DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS CONSTITUCIONAIS	326
CYBER BULLYING E JUVENTUDE LGBT+ - UMA DISCUSSÃO ACERCA DA INFLUENCIA DOS CONTEXTOS SOCIAIS NAS INTERAÇÕES VIRTUAIS DE JOVENS DA COMUNIDADE LGBT+	327
CYBERBULLYNG E SUICÍDIO	328
DANOS MORAIS NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO: O DESCASO DO INSS PARA COM SEUS SEGURADOS	329
DE QUE FORMA A APOSENTADORIA POR IDADE RURAL PODE TRAZER DIGNIDADE AO SEGURADO ESPECIAL	330
DECISÕES DO STF SOBRE A PRISÃO A PARTIR DA SEGUNDA INSTÂNCIA E SEUS POSSÍVEIS EFEITOS NO COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPUNIDADE.	331

## Sumário

---

DELAÇÃO PREMIADA: ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA VALIDADE DO ACORDO NO CASO JBS S.A., DENTRO DA OPERAÇÃO LAVA-JATO.	332
DESERDAÇÃO POR ABANDONO AFETIVO	333
DIREITO A LEGÍTIMA DEFESA	334
DIREITO CIVIL: A RELAÇÃO DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS COM OS DONOS	335
DIREITO DE SOBRELEVAÇÃO: UM NOVO DIREITO REAL E A REALIDADE DAS FAVELAS	336
DIREITO PENAL: TRANSGÊNEROS NO SISTEMA CARCÉRARIO	337
DIREITO PREVIDENCIÁRIO: O DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO DECORRENTE DA APOSENTADORIA RURAL.	338
DIREITO PROCESSUAL CIVIL: INCLUSÃO DA ARBITRAGEM COMO MEIO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO DO TRABALHO.	339
DIREITO REAL DE LAJE : AS UNIDADES SOBREPOSTAS RECONHECIDAS PELA LEI Nº 13.465/2017 E O CONTRASTE DELA NA REALIDADE SOCIAL	340
DIREITOS TRABALHISTAS: UMA ANÁLISE DO TRABALHADOR IMIGRANTE E SEUS DIREITOS MÍNIMOS.	341
DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE: ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS	342
DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS SOBRE A ACEITAÇÃO DOS REFUGIADOS NO BRASIL E UMA ANÁLISE CRÍTICA SOB À ÓTICA DA VIOLAÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EMBASADA NA OBRA DE HANNAH ARENDT E ZYGMUNT BAUMAN	343
É O FRESCO, É? COMO DETERMINADAS EXPRESSÕES CULTURAIS PODEM SE CONSTITUIR COMO EFICIENTES E ‘INVISÍVEIS’ TRANSMISSORES DE DISCRIMINAÇÃO SOCIAL	344
EFICÁCIA DO DECRETO 26.027/16: A RONDA CIDADÃ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	345
EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS LEIS MUNICIPAIS: A ATUAL CONJUNTURA DO PROCESSO LEGISLATIVO FRENTE À PARTICIPAÇÃO POPULAR.	346

## Sumário

---

ERRO MÉDICO NAS CIRURGIAS PLÁSTICAS - RESPONSABILIDADE CIVIL COM OBRIGAÇÃO DE MEIO X FIM?	347
ESSÊNCIA NORMATIVA: UMA ANÁLISE DA BILATERALIDADE ATRIBUTIVA ENQUANTO QUALIDADE DISTINTIVA DAS NORMAS JURÍDICAS.	348
ESTADO DE DIREITO AMBIENTAL: O PAPEL DOS SUJEITOS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.	349
ESTUPRO DE VULNERÁVEL, A PALAVRA DA VÍTIMA E OS RISCOS A CONDENAÇÃO.	350
ESTUPRO MARITAL: UMA ANÁLISE DOS DIREITOS DA MULHER À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	351
ESTUPRO VIRTUAL: ANÁLISE CONSTITUCIONAL DE SEUS ASPECTOS JURISPRUDENCIAIS E DOUTRINÁRIOS CONTROVERTIDOS.	352
ÉTICA JURÍDICA- SIGILO PROFISSIONAL DO ADVOGADO	353
EXCLUSÃO DA CAPACIDADE SUCESSÓRIA NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO	354
EXCLUSÃO DA CAPACIDADE SUCESSÓRIA POR DESERDAÇÃO	355
EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE NO BRASIL: VÍTIMAS DA PRÓPRIA IMAGEM E DA IMPUNIDADE DOS AGENTES DESSE CRIME.	356
FACÇÕES CRIMINOSAS DO RN: A RELAÇÃO ENTRE ESTADO, SEGURANÇA PÚBLICA E O SURGIMENTO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO RN.	357
FAMÍLIA: UMA ANÁLISE A RESPEITO DO NOVO CONCEITO PAUTADO PELO AFETO E PELA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.	358
FENÔMENO DA SECA NA MICRORREGIÃO DE ANGICOS: UMA ANÁLISE DO BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO E A INFLUÊNCIA POLÍTICA NA APLICAÇÃO DE TAIS NORMAS	359
FERIADOS RELIGIOSOS NO BRASIL A LUZ DA ORDEM CONSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA NO ESTADO LAICO BRASILEIRO	360
GARANTIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E O USO DOS AGROTÓXICOS COMO FATOR DE INJUSTIÇA AMBIENTAL	361

## Sumário

---

GARANTISMO PENAL INTEGRAL: UMA CRÍTICA AO GARANTISMO HIPERBÓLICO MONOCULAR	362
GRATUIDADE NA REFORMA TRABALHISTA: ANÁLISE JURÍDICA NA COBRANÇA DE HONORÁRIOS PERICIAIS DO TRABALHADOR SUBUMBENTE	363
GUARDA COMPARTILHADA : RESPONSABILIDADES IGUALITÁRIAS	364
GUARDA COMPARTILHADA À LUZ DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA	365
HÁ UMA ISONOMIA NO GRAU DE PUNIBILIDADE PERANTE A TODOS?	366
HERANÇA DIGITAL: BENS VIRTUAIS COMO PATRIMÔNIO SUCESSÓRIO	367
HERANÇA DIGITAL: O QUE É E COMO GARANTIR O DIREITO DOS HERDEIROS	368
HOSPITAL DE CUSTÓDIA E A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE TRANSDISCIPLINAR DO LOUCO INFRATOR	369
HOTEL INTERNACIONAL REIS MAGOS: UM ENSAIO PATRIMONIAL HISTÓRIO A LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.	370
IMPRESCRICÃO DO CRIME DE ESTUPRO NO BRASIL	371
IMPUTABILIDADE PENAL DO PSICOPATA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: A NECESSIDADE DE PARADIGMAS PARA CUMPRIMENTO DE NORMAS	372
IMPUTABILIDADE X INIMPUTABILIDADE PARA OS SILVÍCOLAS: QUANDO O ÍNDIO DEVERÁ RECEBER OU NÃO A ISENÇÃO DA PENA COM BASE NO “ILÍCITO” PRATICADO.	373
INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA E A FIGURA DOS PRECEDENTES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	374
INFANTICÍDIO INDIGENA: UMA REFLEXÃO A LUZ DO DIÁLOGO INTERCULTURAL EM DEFESA DO NÚCLEO UNIVERSAL INTANGÍVEL DOS DIREITOS HUMANOS	375
INSTITUTO DA USUCAPIÃO: POSSIBILIDADE DE USUCAPIR DE PROPRIEDADE ESTATAL PARA FINS DE MORADIA	376

## Sumário

---

JUSTIÇA PENAL BRASILEIRA: QUAL A INFLUÊNCIA DA COR E DO PODER ECONÔMICO NAS DECISÕES DO JUDICIÁRIO?	377
LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO ESTADUAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CASA GRANDE DO ENGENHO VERDE NASCE	378
LEGÍTIMA DEFESA E DESFORÇO IMEDIATO : AFASTAMENTO DA ANTIJURIDICIDADE DO ATO NO EXERCÍCIO DE DEFESA DA POSSE	379
LIBERDADE DE EXPRESSÃO X DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: UMA REFLEXÃO EM TORNO DE CASOS CONCRETOS EM QUE HÁ COLISÃO ENTRE TAIS VALORES CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS	380
LIMITES CONSTITUCIONAIS AO INTERVENCIONISMO ESTATAL	381
LIMITES DE ACORDOS INTERNACIONAIS EXTRADITÓRIOS: UMA ANÁLISE SOB O ENFOQUE DOS VALORES FUNDAMENTAIS DA SOLIDARIEDADE E FRATERNIDADE ENTRE OS POVOS	382
MACHADO DE ASSIS E A SÍNDROME DE DOM CASMURRO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA PENAL BRASILEIRA	383
MANEIRAS DE COMO SE EFETIVAR A GESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	384
MANEIRAS DE COMO SE EFETIVAR A GESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	385
MEDIADORES E CONCILIADORES: A IMPORTÂNCIA DE UM PREPARO QUALIFICADO PARA O ALCANCE DA EFICÁCIA NA RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	386
MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO ACESSO À JUSTIÇA	387
MÍNIMO EXISTENCIAL E EFETIVIDADE DO DIREITO SOCIAL À MORADIA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA EM FACE DO AUXÍLIO-MORADIA CONCEDIDO AO PODER JUDICIÁRIO	388
MULTIPROPRIEDADE: O TIME-SHARING COMO MODALIDADE DE DIREITO REAL	389
NASCITURO: A TEORIA CONCEPCIONISTA E SUA INSERÇÃO NA SOCIEDADE E NO DIREITO, PARA COMPREENSÃO DO ATUAL PENSAMENTO JURÍDICO	390
NINA SIMONE: UM DIÁLOGO JURÍDICO-ARTÍSTICO FUNDADO NA MUSICOGRAFIA	391

## Sumário

---

NINA SIMONE: UM DIÁLOGO JURÍDICO-ARTÍSTICO FUNDADO NA MUSICOGRAFIA	392
NOVA PERSPECTIVA DO ESTATUTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DO DIREITO ASSISTENCIAL	393
O ABUSO DE PODER ECONÔMICO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS: DA INFLUÊNCIA NOS RESULTADOS À INELEGIBILIDADE	394
O ABUSO DE PODER ECONÔMICO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS: DA INFLUÊNCIA NOS RESULTADOS À INELEGIBILIDADE	395
O ACESSO AO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DIGITAL EM FACE DOS DIREITOS AUTORAIS	396
O APELO VISUAL PUBLICITÁRIO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E A INTERFERÊNCIA NA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	397
O ATIVISMO JUDICIAL NA SUPREMA CORTE E A EXECUÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA CONFIRMADA EM SEGUNDO GRAU	398
O ATIVISMO JUDICIÁRIO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: FATOR DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS OU VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA TRIPARTIÇÃO DOS PODERES?	399
O AUXÍLIO MORADIA POSTO SOB A ANÁLISE DO PLANO DA LEGALIDADE, DA LEGITIMIDADE E DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA	400
O CONFLITO ENTRE O CONTRATO DE FACÇÃO E A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA	401
O CONFRONTO PROCESSUAL ENTRE OS ENUNCIADOS DO FONAJE E AS NORMAS HIRARQUICAMENTE SUPERIORES	402
O DIREITO DE EXTINÇÃO DO CONDOMÍNIO DE IMÓVEIS INDIVISÍVEIS	403
O DIREITO DE LAJE: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DO TEMA	404
O DIREITO SUCESSÓRIO DO (A) COMPANHEIRO (A) EM UNIÃO ESTÁVEL RECONHECIDA POST MORTEM: UMA ANÁLISE DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL.	405
O ESTADO E A AUTOTUTELA PENAL: A RELAÇÃO ENTRE A (IN)SEGURANÇA PÚBLICA E OS LINCHAMENTOS NA CIDADE DE NATAL/RN	406

## Sumário

---

O ESTADO PARALELO: O REFLEXO DE UM ESTADO INEFICIENTE	407
O FEMINICÍDIO SOB A ÓPTICA DA LEI 13.104/15, DOS HOMOSSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	408
O FEMINISMO E AS LEIS TRABALHISTAS	409
O FENÔMENO DA SECA E OS SEUS IMPACTOS NOS DIREITOS HUMANOS	410
O IMPACTO DOS PRECEDENTES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NA QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS MORAIS NO BRASIL	411
O INSTITUTO CIVIL DA DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL PRIVADA POR POSSE TRABALHO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	412
O INSTITUTO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO E SUA APLICABILIDADE NO ORDENAMENTO JURIDICO NO BRASIL.	413
O INSTITUTO DO IMPEACHMENT NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	414
O INSTITUTO DO RECALL NA DEMOCRACIA BRASILEIRA	415
O LIBERALISMO DE LOCKE: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DO LIBERALISMO ECONÔMICO SOB A ÓTICA DE PROPRIEDADE PRIVADA DE JOHN LOCKE	416
O LIMITE ENTRE A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DE PROTEGER E A SOBERANIA DAS NAÇÕES	417
O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ACESSO À JUSTIÇA: DEMANDA X EFETIVIDADE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.	418
O PAPEL DA IMPRENSA NA CAMPANHA EM PROL DA IGUALDADE DE GÊNERO	419
O PAPEL DAS IDEOLOGIAS EM TOCANTE A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUAMNOS	420
O PAPEL DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL – BREVE ANÁLISE A PARTIR DO INSTITUTO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS	421

## Sumário

---

O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO	422
O PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA E O DIREITO PENAL BRASILEIRO	423
O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL: UMA ANÁLISE A LUZ DOS PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	424
O PROJETO BOLSA FAMÍLIA, A EDUCAÇÃO CONSCIENTE E A BUSCA PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO NO SERTÃO NORDESTINO	425
O REFLEXO DA APLICABILIDADE DA ORTOTANÁSIA EM RELAÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA	426
O REGIME DE SEPARAÇÃO DE BENS NO DIREITO SUCESSÓRIO: MITIGAÇÃO DA VONTADE DAS PARTES	427
O SISTEMA JUDICIÁRIO BRASILEIRO E A AUTOTUTELA	428
O SURGIMENTO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS EM VIRTUDE DA FALÊNCIA DO ESTADO: UMA REFLEXÃO A RESPEITO DA FORMAÇÃO DE UM “ESTADO PARALELO”	429
O TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL.	430
O TRI PARCELAMENTO DAS FÉRIAS	431
O USO DE CARTAS PSICOGRAFADAS COMO PROVA NO PROCESSO PENAL: O CASO DE JOSÉ DIVINO NUNES À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA	432
O USO DOS PRECEDENTES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O STRUCTURE-MAPPING: UM ESTUDO SOBRE SUA FORMAÇÃO E PRÁTICA	433
O VALOR JURÍDICO DO AFETO: A FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E O DIREITO SUCESSÓRIO	434
ORTOTANÁSIA: ANÁLISE DA RESOLUÇÃO N. 1.805 DE 2006 DO CFM, QUANTO A SUA EFETIVIDADE, NO TOCANTE AO RESPEITO A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	435
OS DIFERENTES TRATAMENTOS DE ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANALISE DAS DECISÕES JUDICIAIS BRASILEIRAS NO ÂMBITO PENAL.	436

## Sumário

---

OS DIREITOS AUTORAIS EM PROJETOS DE DESIGN DE INTERIORES NAS MÍDIAS SOCIAIS	437
OS DIREITOS DOS ANIMAIS FRENTE AOS INTERESSES DA INDÚSTRIA COSMÉTICA	438
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO ECA FRENTE AOS EPISÓDIOS DE EXPOSIÇÃO DE NUDEZ ARTÍSTICA NO MAM-SP	439
OS USOS DA ANALOGIA E SUA RELAÇÃO COM O USO DOS PRECEDENTES: UM ESTUDO DE CASO	440
OUTORGA DO AVAL PELO CÔNJUGE	441
PARTILHA DE POSSE: POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO NO INVENTÁRIO	442
PATERNIDADE SOCIOAFETIVA: UMA ANÁLISE DE SEUS ASPECTOS JURÍDICOS MAIS RELEVANTES A LUZ DA JURISPRUDÊNCIA	443
PEDOFILIA E PORNOGRAFIA INFANTO-JUVENIL: UMA NOVA REALIDADE NO ÂMBIENTE VIRTUAL NA CIDADE DO NATAL	444
PERJÚRIO: A POSSIBILIDADE DE SUA UTILIZAÇÃO A CERCA DOS CRIMES CONTRA A VIDA À LUZ DO ARTIGO 59 DO CÓDIGO PENAL E DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	445
PLATAFORMA DO INSS DIGITAL E SEUS REFLEXOS NOS SEGURADOS ESPECIAIS RURAIS	446
PORNOGRAFIA DE VINGANÇA: UMA ANÁLISE SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA ERA DIGITAL	447
PORNOGRAFIA DE VINGANÇA: REFLEXÕES ACERCA DA RESPONSABILIDADE CIVIL	448
PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO	449
PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO	450
PORTE DE ARMAS NO BRASIL E NO REINO UNIDO: PERSPECTIVAS DE MUDANÇAS LEGISLATIVAS	451

## Sumário

---

PORTE GERAL DE ARMA DE FOGO PARA ATIRADORES DESPORTISTAS	452
POSSIBILIDADE DE DANO MORAL POR ABANDONO AFETIVO DA CRIANÇA	453
PRESCRIÇÃO EM PETIÇÃO DE HERANÇA	454
PRESCRIÇÃO EM PETIÇÃO DE HERANÇA	455
PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO FRENTE AO ECA E CÓDIGO PENAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA POLÊMICA EXPOSIÇÃO “LA BÊTE” – ARTE OU CRIME?	456
PRISÃO PREVENTIVA: A APLICAÇÃO DA RAZOABILIDADE, PELOS TRIBUNAIS BRASILEIROS, COMO PRINCÍPIO DELIMITADOR DO EXCESSO DE PRAZO	457
PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR NO COMÉRCIO ELETRÔNICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO DECRETO FEDERAL Nº 7.962/2013 À LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	458
PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA E ASSISTENCIAL DA MULHER COM CÂNCER DE MAMA	459
PSICOPATIA E AS DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS E NORMATIVAS QUANTO A SUA PUNIBILIDADE	460
REFORMA DA PREVIDÊNCIA – DÉFIT OU SUPERÁVIT?	461
REFORMA POLÍTICA: O FIM DAS COLIGAÇÕES E A REPRESENTATIVIDADE NA DEMOCRACIA DO BRASIL	462
RELATIVIZAÇÃO DO CONCEITO DE IMPEDIMENTO DE LONGO PRAZO PARA ACESSO DOS PORTADORES DO VÍRUS HIV AO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	463
RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CASOS DE DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ADOTADOS.	464
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: UMA ANÁLISE ACERCA DO ACIDENTE DA SAMARCO EM MARIANA	465
RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DOS PAIS PELO ABANDONO AFETIVO	466

## Sumário

---

RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL DOS TRANSEXUAIS: UM COMPARATIVO ENTRE O ATUAL PROCEDIMENTO E O PROJETO DA LEI DE IDENTIDADE DE GÊNERO	467
RETIFICAÇÃO DOS DIREITOS CIVIS: A OMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA TUTELA DE IDENTIDADE PESSOAL DOS TRANSGÊNEROS COM BASE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.	468
SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO: PERÍODO DE GESTAÇÃO DAS PRESIONEIRAS E A SENTENÇA DOS SEUS FILHOS	469
SISTEMA PRISIONAL, MULHERES E MATERNIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE MÃES ENCARCERADAS	470
SISTEMA “COMMON LAW”: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DESTES NO ORDENAMENTO BRASILEIRO ATUAL	471
STOCK OPTIONS: A CONTROVÉRSIA ACERCA DA INCIDÊNCIA OU NÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	472
SUCESSÃO DO COMPANHEIRO E A DIVERGÊNCIA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002 E O RECENTE ENTENDIMENTO DO STF	473
SUPERLOTAÇÃO DOS PRESÍDIOS: VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E AUSÊNCIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE CARCERÁRIA	474
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E TRIBUTAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A REFORMA FISCAL VERDE NO BRASIL	475
TEORIA DOS JOGOS APLICADA AO PROCESSO PENAL: QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DA TEORIA DOS JOGOS NAS DELAÇÕES PREMIADAS?	476
TRABALHO COMO UM DISCURSO IDEOLOGIZANTE E A SUJEIÇÃO DO PRECARIADO: UMA ANÁLISE SOCIAL DO FENÔMENO DO TRABALHO E SEU PODER SOB O PRECARIADO	477
TRABALHO INFANTIL BÉLICO-MILITAR: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E MEIOS DE REINSERÇÃO DAS "CRIANÇAS-SOLDADO"	478
TRANSEXUAIS E DIREITO À IDENTIDADE DE GÊNERO E RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL SEM NECESSIDADE DE CIRURGIA	479
TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: UMA ANÁLISE SOBRE AS VIOLAÇÕES À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E AOS DIREITOS HUMANOS NAS UNIDADES PRISIONAIS	480
TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: UMA ANÁLISE SOBRE AS VIOLAÇÕES À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E AOS DIREITOS HUMANOS NAS UNIDADES PRISIONAIS	481

## Sumário

---

TRIBUNAL DO JÚRI: ATUAÇÃO TEATRALIZADA	482
TRIBUNAL MILITAR INTERNACIONAL DE NUREMBERG: ANÁLISE HISTÓRICA E LEGADO JURÍDICO	483
TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO COMPARADO SOBRE O "ESVERDEAMENTO DOS SISTEMAS TRIBUTÁRIOS" NO ÂMBITO DO DIREITO INTERNACIONAL E DO DIREITO BRASILEIRO	484
ULTRATIVIDADE: A PERPETUAÇÃO DOS EFEITOS DAS NORMAS ESTABELECIDAS EM NEGOCIAÇÕES COLETIVAS DO TRABALHO.	485
UM ESTUDO SOBRE O INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA COMO TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO DENTRO DA OPERAÇÃO LAVA-JATO.	486
UMA ANÁLISE DA FAMÍLIA PLURIPARENTAL À LUZ DOS DIREITOS SUCESSÓRIOS DOS FILHOS SOCIOAFETIVOS	487
UMA ANÁLISE DO CÓDIGO PENAL NO QUE CONCERNE A LIBERDADE REPRODUTIVA DA MULHER E SEUS ASPECTOS CONSTITUCIONAIS.	488
UMA ANALISE DO DIREITO INTERTEMPORAL, APLICADO AOS PRAZOS RECURSAIS , NO PERÍODO DE VACATIO LEGIS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	489
UMA ANÁLISE DO TRABALHO INFANTIL À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	490
UMA ANÁLISE JURÍDICA SOBRE OS INSTITUTOS DE ESTADO DE DEFESA E ESTADO DE SÍTIO NO BRASIL.	491
UMA ANÁLISE JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DA EXPERIÊNCIA ARTÍSTICA DO MUSEU DE ARTE MODERNA DE SÃO PAULO: UMA INTERFACE ENTRE O DIREITO E A ARTE	492
UMA ANÁLISE QUANTO AOS SISTEMAS ELEITORAIS DAS ELEIÇÕES PARA O LEGISLATIVO SOB O CONTEXTO DO PRINCÍPIO DAS MINORIAS	493
UNIÃO ESTÁVEL - SUCESSÃO DE BENS DOS MAIORES DE 70 ANOS	494
USUCAPIÃO DE BEM FRUTO DO CRIME: A FUNÇÃO DO PRINCÍPIO DA ETICIDADE EM FACE AO POSICIONAMENTO DOUTRINÁRIO E JURISPRUDENCIAL	495
USUCAPIÃO DE BENS PÚBLICOS: CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.	496

## Sumário

---

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: AVANÇOS E ENTRAVES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	497
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE: UMA ABORDAGEM “LEI DA PALMADA”.	498
VIOLÊNCIA NO RN: ANÁLISE JURÍDICA DE SEUS FATORES GERADORES	499
VIOLÊNCIA NOS ESTÁDIOS: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA JURÍDICA E SOCIOLOGICA	500
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS RELAÇÕES CONJUGAIS: RELATOS DE PROCESSOS DA PROMOTORIA DE ASSÚ-RN	501
‘HERANÇA VACANTE: DESTINAÇÃO DOS BENS ARRECADADOS PELA FAZENDA PÚBLICA.’	502
“SE NÃO SOMOS SUJEITOS DE DIREITOS, NÃO DEVERÍAMOS TER DEVERES, NEM TAMPOUCO SERMOS BENS JURÍDICOS”, CONFABULARAM A VAQUINHA E A GALINHA.	503
“STEALTHING”: PERIGOSA E CRIMINOSA PRÁTICA SEXUAL E SEUS EFEITOS NO ÂMBITO PENAL BRASILEIRO	504
ANÁLISE DE IMPERMEABILIZANTES VISANDO O AUMENTO DA DURABILIDADE DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO	506
AMBIENTAÇÃO SUSTENTÁVEL: UM PROJETO UNI RN	507
ANÁLISE DE ARGAMASSAS INDUSTRIALIZADAS E REJUNTES DO RIO GRANDE DO NORTE PARA APLICAÇÃO EM SISTEMAS DE REVESTIMENTOS DE FACHADAS E PISOS CERÂMICOS	508
ANÁLISE DE ESTRUTURA EM CONCRETO PRÉ MOLDADO: UM ESTUDO DE CASO	509
AUTOMAÇÃO RESIDENCIAL SUSTENTÁVEL	510
BLOCO DE SALAS DE AULA UTILIZANDO CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE	511
COMPÓSITOS DO FUTURO: O CONCRETO AUTO-CURÁVEL	512

## Sumário

---

CONFECÇÃO DE TIJOLOS DE ALVENARIA DE ADOBE COM A UTILIZAÇÃO DE FIBRAS COMO MEIO ALTERNATIVO PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL DE BAIXO CUSTO NO RN - ESTADO DA ARTE	513
DURABILIDADE DE ESTRUTURAS METÁLICAS EM RELAÇÃO A CORROSÃO E AO FOGO.	514
GRANITO E MARMORE ECOLOGICO; UMA ALTERNATIVA DE REUSO	515
METODO CONSTRUTIVO: STEEL FRAME	516
NORMALIZAÇÃO DOS REFORÇOS DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO COM MATERIAIS COMPÓSITOS	517
O ESTADO DA ARTE DO CONCRETO PROTENDIDO NO RIO GRANDE DO NORTE	518
PROPOSTA DE REAPROVEITAMENTO MÁRMORE E GRANITO	519
REFORÇOS DE FUNDAÇÕES E CONTENÇÕES	520
RESPONSABILIDADE CIVIL NA CONSTRUÇÃO CIVIL	521
RESPONSABILIDADE CIVIL NA CONSTRUÇÃO CIVIL: REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	522
TÉCNICAS ELETROQUÍMICAS APLICÁVEIS EM ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO – ESTADO DA ARTE.	523
UTILIZAÇÃO DE CONCRETOS E ARGAMASSAS COM A ADIÇÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL	524
UTILIZAÇÃO DE CONCRETOS E ARGAMASSAS DE ALTA RESISTÊNCIA EM SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL	525
UTILIZAÇÃO DE ENSAIOS NÃO DESTRUTIVOS NA ANÁLISE DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO	526
UTILIZAÇÕES DO DRONE NA CONSTRUÇÃO CIVIL	527

## Sumário

---

APLICATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR NO RAMO DE PRODUTOS CONSUMO: KUSTAOQ.	529
A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO COMEÇA E TERMINA EM PESSOAS.	530
APP ARTEMOB: ENTREGANDO CULTURA A SOCIEDADE	531
ARQUITETURA DE PROCESSADORES QUÂNTICOS	532
BITCOIN E BLOCKCHAIN	533
DEEP LEARNING: O FUTURO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	534
DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTA DE REALIDADE VIRTUAL PARA ANÁLISE DE MOVIMENTO BIOMECÂNICO HUMANO	535
GERENCIAMENTO DA REDE COM OCS INVENTORY	536
HARDWARE VOLTADO A JOGOS	537
O IMPACTO CAUSADO PELA GOVERNANÇA DE TI	538
REALIDADE AUMENTADA	539
ROOTKIT: POUCO CÓDIGO E ALTO IMPACTO NAS EMPRESAS	540
SOFTWARE DE GESTÃO DE FROTAS: SYS FROTA	541
TECNOLOGIA EM UM NEGÓCIO NO RAMO DE SEGURANÇA	542
WI-FI SEGURA OU SEM WI-FI	543

## Sumário

---

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NAS QUESTÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	545
A ADOÇÃO NO BRASIL: A NECESSIDADE DE POLÍTICAS VOLTADAS A JOVENS QUE NÃO FORAM ADOTADOS	546
A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO CURRICULAR NO HOSPITAL MEMORIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO FAZER PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE.	547
À FILOSOFIA DE SÃO TOMÁS DE AQUINO NO SERVIÇO SOCIAL EUROPEU	548
A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NA PRECARIZAÇÃO DO CUIDADO AO DEPENDENTE QUÍMICO	549
A PARTICIPAÇÃO DO PROFESSOR OTTO GUERRA NA CRIAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL EM NATAL: UM RESGATE HISTÓRICO, TEÓRICO E METODOLÓGICO	550
A SITUAÇÃO DO IDOSO NO TRANSPORTE PÚBLICO DE NATAL/RN	551
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA ATUALIDADE	552
ATENÇÃO BÁSICA A PESSOA IDOSA NO HOSPITAL RUY PEREIRA: O DIREITO E O ACESSO AO CUIDADO!	553
ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL NO WALFREDO GURGEL NATAL-RN	554
HOSPITAL WALFREDO GURGEL, SERVIÇO SOCIAL E ESTÁGIO.	555
IDOSOS QUE CUIDAM DE IDOSOS: DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI	556
INCLUSÃO SOCIAL E SEXUALIDADE QUANTO DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	557
INSTITUTO JUVINO BARRETO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA	558
INVISIBILIDADE DA ETNIA CIGANA DO RIO GRANDE DO NORTE.	559

## Sumário

---

O PROCESSO TECNICO-OPERATIVO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE A DOAÇÃO DE SANGUE: PRONTO SOCORRO CLÓVIS SARINHO	560
O SERVIÇO SOCIAL JUNTO A OPO NO HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL NATAL/RN	561
O SERVIÇO SOCIAL NA LIGA CONTRA O CÂNCER: UMA EXPERIÊNCIA A SER VIVENCIADA.	562
OS DETERMINANTES SOCIAIS PARA A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE NATAL	563
REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL : UMA QUESTÃO SOCIAL	564
UMA ANÁLISE DA ATIVIDADE ESPORTIVA COMO FERRAMENTA DE COMBATE A DROGADIÇÃO	565
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: FEMINICÍDIO	566
VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO RIO GRANDE DO NORTE	567
VIOLÊNCIA E INTOLERÂNCIA A MULHERES TRANSEXUAIS, NO BRASIL	568
VIOLÊNCIA E INTOLERÂNCIA A MULHERES TRANSEXUAIS, NO BRASIL	569
A PSICOLOGIA DO TRADER: 3C'S E VIESES HEURÍSTICOS	571
ANÁLISE FUNDAMENTALISTA DE DUAS S.A DO SEGMENTO SECURITÁRIO: PORTO BRASIL E SULAMÉRICA	572
A TEORIA DO DIREITO & DESENVOLVIMENTO E O INSTITUTO JURÍDICO DA ARBITRAGEM : UM ESTUDO DE CASO DA ARBITRAGEM MARÍTIMA DE SINGAPURA	574
DIREITO CIÊNCIA INDEPENDENTE DO ESTADO, CONSIDERANDO OS DIREITOS NATURAIS COMO PILARES DO PENSAMENTO POLÍTICO E JURÍDICO	575
POSSIBILIDADE DE PROVISÃO DA INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA CONCEDIDA AO EMPREGADO DOMÉSTICO SER APLICADA AO EMPREGADO CELETISTA	576

## Sumário

---

TRABALHO E RESSOCIALIZAÇÃO

577



**CONIC**

**2017**

CONGRESSO  
DE INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA

**Graduação Administração**





**A ESSÊNCIA DO INVESTIMENTO EM VALOR - A CONCEPÇÃO DO GRANDE INVESTIDOR JOHN NEFF.**

**Autor(es):**

*Amanda Beatriz Vasconcelos Galdino da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Karla Janaina Marques da Rocha : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** John Neff, nascido em 19 de setembro de 1931, em Wauseon, Ohio, EUA, estudou marketing industrial, mas frequentava aulas noturnas para conseguir uma graduação em finanças. Um investidor em valor, com sua filosofia de investimentos que enfatizava a importância de uma ação com preço baixo em relação aos rendimentos. Usou as primeiras experiências de vida a seu favor. Construiu ideias próprias para ir contra a maré do mercado e decidir sozinho sobre as ações. Na faculdade obteve diploma em estudo bancários e finanças e trabalhou para o Nacional City Bank, como analista de títulos. O desejo de obter conhecimento na área de investimentos e tornar-se mais independente, o levou a posição de analista de títulos no Windsor Fund em 1963. John Neff foi encarregado do Fundo Windsor (fundo com maior patrimônio nos Estados Unidos) por 31 anos, quando bateu o mercado em 25 desses 31 anos. Neff descreve a si mesmo como um investidor em “Preço-Lucro baixo. Um homem destemido encorajava sempre seus colegas a colaborar nas suas decisões. Nunca procurou por publicidade em sua carreira da mesma forma que muitos outros administradores de fundos cinco estrelas. A partir da publicação de suas memórias - John Neff on Investing - ele conseguiu o amplo reconhecimento que merece.

**(Metodologia)** Para compreender a história de John Neff como investidor, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, tendo como fonte de informações: o capítulo 7 do livro Os Grandes Investidores, e materiais encontrados na rede mundial de computadores.

**(Resultados)** O presente trabalho tem como finalidade mostrar como o investidor John Neff tirava vantagem do conhecimento do comportamento do mercado de ações, como ir além do simples índice de preço- lucro baixo (P/L), onde ele sempre procura os principais fatores para poder examinar uma empresa, e também a clareza dos traços pessoais de independência de pensamento, necessários para grandes investimentos de longo prazo bem-sucedidos. Neff dizia que um bom lugar para se procurar por ideias são as cotações de ações em jornais de finanças que atingiram novos patamares baixos. E como um investidor em baixo P/L você tem que entender as idiosincrasias do Mercado e descobrir as diferenças entre ações que estão sendo vendidas baratas das ações com perspectivas muito ruins.

**(Conclusão)** John Neff nunca foi uma estrela: sempre adotou uma posição simples e afastada de Wall Street, a meca nova-iorquina do capitalismo mundial. John Neff, procurava ir contra a corrente, administrando as possibilidades de ganhar com eventuais notícias positivas sobre as empresas esquecidas pela maioria dos investidores. Neff gostava de investir em empresas e setores em crise e, por isso, dizia que comprava “ações desconfortáveis”. Além de ser um investidor disciplinado, a sua tática era simples: ignorar o mercado. Neff seguia sempre os mesmos indicadores, em particular uma versão modificada da relação preço-lucros. O gestor defendia que a relação preço-lucros (P/L), que resultada da divisão da cotação da ação pelos lucros que lhe são atribuídos, é um bom indicador, mas que poderia ser melhorado

**Palavras-Chave:** Investimentos; Ações; Preço-lucro; Valor

**A INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE DO MERCADO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS E A QUALIDADE DE VIDA DO CONSUMIDOR NATALENSE.**

**Autor(es):**

*Manuella Alves da Rocha: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Kelwin Pereira Serafim: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Natasha Leite Peixoto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rayane Karollina Rodrigues Marinho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Maria Helena Viana Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*  
*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O tema abordado tem como objetivo mostrar o crescimento de empresas de alimentos orgânicos no estado do Rio Grande do Norte e como as famílias natalenses veem aderindo a alimentação mais saudável para sua família. As empresas estão em busca de crescimento da agricultura agroecologia no RN, essas empresas ficam cada ano mais forte, tendo em vista que a maioria dos cidadãos tem sua fonte de renda da agricultura. A ideia de analisar o mercado consumidor e empresas de alimentos orgânicos é para identificar a procura das pessoas por uma melhor alimentação, vendo que hoje o mercado está sendo tomado por alimentos transgênicos. A pesquisa é realizada com a visão de conscientizar os consumidores a terem uma alimentação mais saudável. Buscamos também olhar para as empresas e ver como elas estão sendo gerenciadas para que os natalenses adquiram esses alimentos, quais são as pesquisas realizadas por elas e como fazem para administrar e melhorar esse crescimento de alimentos orgânicos no mercado.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) O método de pesquisa utilizado pelo grupo consistiu em uma coleta de dados e informações em sites na internet, casos concretos, baseados na pesquisa efetuada através de um questionário aplicado pelo grupo realizado com pessoas de faixas etárias diferenciadas, possibilitando que o grupo possa disponibilizar de casos reais, resultando em uma explanação mais ampla do assunto abordado. A partir das informações adquiridas, o grupo realizou uma triagem para que fossem selecionadas apenas as melhores e mais relevantes informações, sempre buscando opiniões e pontos de vista de pesquisadores, estudiosos, pessoas que estão envolvidas nesse mercado, de modo a garantir uma maior riqueza ao trabalho que se pretende apresentar.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Na pesquisa realizada com pessoas de idades de 20 a 60 anos sobre o mercado de alimentos orgânicos em natal obtivemos que a maioria das pessoas busca uma qualidade de vida melhor e que o mercado de alimentos orgânicos está em crescimento, entretanto mais de 50% acredita que é difícil de encontrar esse tipo de alimento. Dessa pesquisa 51,4% diz que “as vezes” consomem os alimentos orgânicos, 33,3% diz que consomem os orgânicos 15,3% não consomem, desta forma observa-se que os natalenses encontra-se atrás dos alimentos mais saudáveis. Para a maioria, 64% afirma que os valores colocados para os alimentos não é viável, vendo que a população está cada vez buscando alimentos mais saudáveis deveria ser feito uma melhor distribuição dos preços dos alimentos, tornando assim mais acessível.

**(Conclusão)** (CONCLUSÕES) O presente artigo teve como finalidade realizar um estudo sobre o mercado de alimentos orgânicos no Rio Grande do Norte e a qualidade de vida de seus consumidores. Com base nos dados coletados na pesquisa realizada pelo grupo, é possível apontar que nem sempre esses alimentos são fáceis de encontrar e seu valor de compra não é muito acessível, porém acredita-se que se trata de um mercado promissor podendo gerar empregos e renda a muitas famílias cultivadoras, revendedores e distribuidoras de alimentos orgânicos, movimentando a economia da região.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Alimentos orgânicos. Saúde. Agricultura familiar.

## A INDÚSTRIA DE ENERGIA NO RN: A ENERGIA EÓLICA E SEU POTENCIAL EMPREENDEDOR

### **Autor(es):**

*karla gabriela costa bernardino: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Everson Felipe Mesquita da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*André Vicente da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Pedro Henrique Barbosa da Silva Gomes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Paulo Izaque Bezerra: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdu o)** O trabalho produzido tem o intuito de mostrar a Indústria de Energia no Rio Grande do Norte, identificar o avanço econômico local: Mostrar os benefícios e os malefícios, analisar as melhorias no mercado regional, apontar o possível aumento de empregos no Estado e verificar um possível investimento no setor eólico. A pesquisa está voltada para o âmbito da energia eólica, mostrando assim todo o avanço histórico, desde a sua produ o a evolu o estrutural tanto como na sua forma de utiliza o.

**(Metodologia)** Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias.   habitual neste tipo de pesquisa envolver levantamentos bibliográficos e documentais, entrevista não padronizada e estudos de casos. (Gil 2008). A coleta de dados foi através do uso de dados secundários em artigos científicos e dados atualizados de sites oficiais como: CERNE. Os dados foram tratados por meio de sele o de informa es referentes a quantidade de parques eólicos que estão em opera o. Posteriormente, analisou-se os gráficos com uso de abordagem qualitativa e quantitativa que apontam os valores gastos para produzir a energia eólica.

**(Resultados)** A m teria-prima tem com custo alto, por ter equipamentos com a tecnologia avançada e a mão-de-obra qualificada e o recurso principal   o vento que não existe nenhum custo. Atualmente existem 127 parques eólicos em opera o e o estado está em segundo lugar como maior produ o de energia no Brasil. O investimento para a constru o de um parque eólico torna-se de valor elevado garantindo um retorno em tempo recorde e a dura o média das turbinas de vida útil   de 25 a 35 anos, por ter materiais resistentes. O mercado   competitivo porque os empreendedores sempre acompanham através de leilões e a es, para que possam ter um bom retorno financeiro. A demanda no mercado consumidor   constante e abundante, pois tudo gira em torno da energia, independente seja ela renovável ou não. Lembre-se energia eólica   uma aço limpa.

**(Conclusão)** O investimento para a energia eólica   muito alto apesar de que a m teria prima (os ventos) não existe custos, porém os equipamentos têm toda uma tecnologia nas turbinas e a mão de obra especializada para que as torres realizem o trabalho tem um custo também muito alto. De acordo com o que contatamos com a pesquisa, o investimento para a constru o de um parque eólico torna-se um valor elevado com um retorno   longo prazo. A pesquisa também mostrou que as empresas estudadas realizam um estudo aprimorado financeiramente para o preparo de um investimento tão alto.

**Palavras-Chave:** Energia Eólica, Mercado Competitivo, Sustentabilidade.

## A INFLUÊNCIA DA MARCA UNI-RN NA ESCOLHA DOS ALUNOS INGRESSANTES NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

**Autor(es):**

*Patrick Alefy de Miranda França: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Observou-se que existe uma grande exigência dos alunos em busca do curso de administração em instituições de ensino superior (IES), gerando assim uma busca minuciosa por um ensino de boa qualidade com certificações e reconhecimentos institucionais, boa estrutura do Campus, docentes qualificados para ministrar as aulas e boa localização. Com isso temos como objetivos verificar fatores considerados importantes para a imagem da marca na visão dos alunos ingressantes no curso de administração; identificar a percepção dos alunos ingressantes no curso de administração em relação à marca UNI-RN; traçar o perfil socioeconômico do aluno ingressante do curso de administração.

**(Metodologia)** Este trabalho optou por utilizar uma pesquisa descritiva e quantitativa, cujo método é baseado em indicadores capazes de fornecer informações que contribuam satisfatoriamente para o entendimento do resultado da pesquisa aplicada. O universo e amostra são os 59 alunos de 1º ano do curso de administração. Foi aplicado um questionário com 11 (onze) questões fechadas, os dados foram tabulados de forma a serem analisado através da ferramenta SurveyMonkey.

**(Resultados)** Verificou-se como os estudantes ingressantes no curso de administração compreendem a marca de uma instituição de ensino parece ser um dos fatores importantes para determinar o sucesso das IES. Especificamente sobre a criação do valor da marca UNI-RN, e a partir dos resultados identificados, se buscou saber o entendimento dos alunos do primeiro ano de administração do UNI-RN. Quanto à faixa etária dos alunos, predominou-se 80,9% dos entrevistados entre os de 17 a 25 anos. A maior parte dos entrevistados está além de estarem cursando o ensino superior tem uma ocupação profissional que soma 56,3% e 43,8% apenas estudam. A maioria dos entrevistados pertence ao sexo masculino, com 66,7% dos respondentes, contra 33,3% do sexo feminino. Nota-se que a maioria dos entrevistados, representados por 18,8% dos alunos, estão entre 3 a 4 salários mínimos, seguido de 18,8% com renda familiar acima de 6 salários mínimos. Soube-se que 45,8% dos alunos respondentes avaliam a IES como sendo muito forte, e 43,8% disseram que a marca é forte. A grande maioria dos alunos respondentes que totaliza 52,1% afirma que o maior atributo que associa a marca UNI-RN é o ensino de boa qualidade. Percebeu-se que 41,7% dos alunos consideram como fator importante para a imagem da marca em relação ao curso de administração a boa qualidade do ensino, seguido de 20,8% que afirmam que é pela estrutura que a IES oferece. Foi questionado se as expectativas dos alunos ingressantes do curso de administração estão sendo atendidas com relação à escolha pelo centro universitário e 85,1% afirmam que sim, estão tendo suas expectativas atendidas. Também foi visto que todos responderam que indicariam o centro universitário para outras pessoas que desejam cursar o ensino superior. O maior influenciador na tomada de decisão dos ingressantes pela escolha do curso de administração do UNI-RN foram amigos com total de 47,9%, seguido dos seus familiares (20,8%).

**(Conclusão)** Os resultados obtidos por meio da análise desenvolvida, nesta pesquisa, permitiu chegar à conclusão de que, a marca torna ainda mais forte uma instituição de ensino e fidelizam seus consumidores (alunos). A marca não é apenas um sinal ou um símbolo qualquer, mas sim algo que ele pode acreditar que é para o seu bem estar, pois o cliente sempre quer o melhor produto/serviço e a melhor marca.

**Palavras-Chave:** Marketing, Marca, Percepção.

**A INFLUÊNCIA QUE A SEGURANÇA DE UMA CIDADE TEM SOBRE O FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE TURISMO NO RN.**

**Autor(es):**

*Gabriel José dos Santos Guerra: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Isaque Nicodemos Moreira de Azevedo: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Nayara Oliveira Souza da Costa Ferreira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Andrimana Buyoya Habizimana: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*  
*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) No Brasil, o turismo representa, atualmente, cerca de 3,6% do PIB (Produto Interno Bruto), empregando, direta e indiretamente, mais de 10 milhões de pessoas. O turismo estimula um desenvolvimento limpo e sustentável, que tem como princípio preservar para gerar renda. Além de forte alavanca econômica, contribui também para a ampliação do repertório cognitivo do povo brasileiro, diversificando referências históricas, culturais e sociais.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa descritiva, pois se compreende que nesse tipo de investigação "os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que haja a interferência do pesquisador. E quanto ao objeto de investigação foi desenvolvida uma pesquisa de campo, porque foi efetuada a coleta dos dados nos ambientes (Agências turismo, empresas hoteleiras, comerciantes de produtos artesanais, e alguns turistas) onde se pôde investigar espontaneamente o fenômeno da insegurança e suas consequências no terceiro setor, sem que os pesquisadores interferissem nos dados. Como amostra consultamos as agências de turismo, para a coleta de dados feita visita aos locais onde se encontravam os informantes, tais como centros de artesanato e no tratamento dos dados foi usado o método qualitativo.

**(Resultados)** (RESULTADOS) A falta de segurança no estado RN através de uma pesquisa realizada até final de setembro o Rio grande do norte mostra que teve 1.875 assassinatos atingido uma média de 228 homicídios por mês ou quase 8 homicídios por dia, sendo um número tão assustador que faz com que o turistas tenham receio de virem a Capital. Além disso, pequenos empresários constataram que essa falta de segurança atingia pelo menos 30% das suas vendas. E por fim, são várias as notícias que mostram turistas sendo vítimas de assaltos ou outros tipos de violência, fazendo com que gere cada vez mais uma má repercussão para o estado.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Diante dos resultados obtidos, pode-se concluir que a segurança é fundamental para que o local se apresente seguro e se torne ainda mais atrativo para os viajantes, já que mesmo o nosso estado apresentando altos índices de insegurança e violência, isso não foi o suficiente para parar o mercado de turismo, mas trouxe um aspecto muito negativo para a economia do local, já que, devido aos noticiários que mostraram a violência principalmente na cidade de Natal, faz com que as pessoas fiquem alertas e prefiram escolher outro lugar de destino que não os façam se sentirem ameaçados ou desprotegidos, e sem a movimentação do turismo na região, causará uma queda na economia, já que o turismo também está interligado com outras atividades que geram renda para o estado.

**Palavras-Chave:** Turismo, turista, insegurança.

**A INFLUÊNCIA QUE A SEGURANÇA DE UMA CIDADE TEM SOBRE O FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE TURISMO NO RN.**

**Autor(es):**

*Gabriel José dos Santos Guerra: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Vitória Serafim Felipe: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Isaque Nicodemos Moreira de Azevedo: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Nayara Oliveira Souza da Costa Ferreira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Andrimana Buyoya Habizimana: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) No Brasil, o turismo representa, atualmente, cerca de 3,6% do PIB (Produto Interno Bruto), empregando, direta e indiretamente, mais de 10 milhões de pessoas. O turismo estimula um desenvolvimento limpo e sustentável, que tem como princípio preservar para gerar renda. Além de forte alavanca econômica, contribui também para a ampliação do repertório cognitivo do povo brasileiro, diversificando referências históricas, culturais e sociais. Mas para isso, deve haver uma boa administração dos governantes para que esse mercado se desenvolva, pois sem uma boa infraestrutura, como por exemplo, a falta de segurança, pode afetar negativamente o mercado e gerar grandes prejuízos para a economia local.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa descritiva, pois se compreende que nesse tipo de investigação "os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que haja a interferência do pesquisador. E quanto ao objeto de investigação foi desenvolvida uma pesquisa de campo, porque foi efetuada a coleta dos dados nos ambientes (Agências turismo, empresas hoteleiras, comerciantes de produtos artesanais, e alguns turistas) onde se pôde investigar espontaneamente o fenômeno da insegurança e suas consequências no terceiro setor, sem que os pesquisadores interferissem nos dados. Como amostra consultamos as agências de turismo, para a coleta de dados feita visita aos locais onde se encontravam os informantes, tais como centros de artesanato e no tratamento dos dados foi usado o método qualitativo.

**(Resultados)** (RESULTADOS) A falta de segurança no estado RN através de uma pesquisa realizada até final de setembro o Rio grande do norte mostra que teve 1.875 assassinatos atingido uma média de 228 homicídios por mês ou quase 8 homicídios por dia, sendo um número tão assustador que faz com que o turistas tenham receio de virem a Capital. Além disso, pequenos empresários constataram que essa falta de segurança atingia pelo menos 30% das suas vendas. E por fim, são várias as notícias que mostram turistas sendo vítimas de assaltos ou outros tipos de violência, fazendo com que gere cada vez mais uma má repercussão para o estado.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Diante dos resultados obtidos, pode-se concluir que a segurança é fundamental para que o local se apresente seguro e se torne ainda mais atrativo para os viajantes, já que mesmo o nosso estado apresentando altos índices de insegurança e violência, isso não foi o suficiente para parar o mercado de turismo, mas trouxe um aspecto muito negativo para a economia do local, já que, devido aos noticiários que mostraram a violência principalmente na cidade de Natal, faz com que as pessoas fiquem alertas e prefiram escolher outro lugar de destino que não os façam se sentirem ameaçados ou desprotegidos, e sem a movimentação do turismo na região, causará uma queda na economia, já que o turismo também está interligado com outras atividades que geram renda para o estado.

**Palavras-Chave:** Turismo, turista, insegurança.

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OS SERVIÇOS DE SAÚDE

**Autor(es):**

*Marcelo Tavares Afonso Fonseca: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*

*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Tarefa básica da Administração é a de fazer as coisas por meio das pessoas de maneira eficiente e eficaz. A administração pública está em constante mutação e o gestor público deve estar preparado para esse processo. No serviço público de saúde ainda requer do administrador, conhecimentos que cerca da política pública e assistência a saúde. Porém, em alguns casos, o indivíduo que ocupa o cargo de administração, não possui formação na área de administração, e sim, na área da saúde. Para tanto se percebe que os cargos de chefia administrativa nem sempre são escolhidos de acordo com formação adequada para o cargo, gerando muitas vezes, problemas de conhecimento e falhas de operacionalização. Diante do contexto acima, a pesquisa pretende responder a seguinte questão: Qual o nível de adequação dos cargos com a formação dos profissionais de administração dos hospitais públicos municipais de Natal?

**(Metodologia)** Este artigo será de cunho Exploratório descritivo, qualitativo que segundo Vergara (2004) afirma que a pesquisa descritiva “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso em explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação” (p. 47), de maneira, que os pesquisadores neste tipo de investigação têm preocupação prática, como acontece com a pesquisa exploratória (GIL, 2007). Foi realizado com os administradores dos hospitais de administração municipal, de Natal – RN, são eles Hospital Municipal de Natal, Unidade de Pronto Atendimento da Cidade da Esperança e Unidade de Pronto Atendimento Pajuçara. Para realização deste censo foi utilizado um questionário de perguntas fechadas e abertas, no intuito de avaliar a formação dos administradores dos hospitais.

**(Resultados)** Com média de idade de 45 anos e cerca de 2 anos na função administrativa, ao serem questionados quanto a importância da formação em administração para exercer a função nos hospitais municipais, 100% expressam que a formação em administração se faz necessária na tomada de decisões no ambiente hospitalar. Também foi unanimidade quanto a maior dificuldade encontrada no serviço: gerir recursos escassos em uma demanda tão importante quanto a saúde.

**(Conclusão)** Para se exercer a função de gestor hospitalar, é necessário: saber coordenar as atividades para se atingir os objetivos; promover programas de capacitação dos profissionais para acompanhar as inovações; promover a motivação do pessoal para trabalhar com entusiasmo, além de adaptação das demandas exigidas com os recursos disponíveis no Sistema Único de Saúde. O diretor deve ser um hábil negociador, de forma que os profissionais pensem no seu ambiente de trabalho como uma instituição pautada no comprometimento com a saúde da população.

**Palavras-Chave:** Administração; Administração Hospitalar; SUS

## ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARA ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

**Autor(es):**

*Camilla Ferreira de Brito: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O modelo estruturado de gestão administrativa para um escritório de advocacia é fundamental para o desenvolvimento e planejamento de todos os processos existentes na organização. Permite que sejam divididos em etapas, proporcionando a viabilização das atividades desempenhadas, com foco numa organização lucrativa, fonte de prazer pessoal e realização profissional.

**(Metodologia)** A técnica para a realização da pesquisa foi construída a partir de um estudo de caso em um escritório de advocacia de pequeno porte, situado na região leste de Natal/RN, com o objetivo principal de verificar a relação do modelo de gestão e a eficiência dos processos administrativos. Foi também utilizada a técnica de entrevistas, estruturada focada, observação participante e pesquisa documental, tendo, como método de análise de conteúdo, as categorias técnicas de Bardin para tratamento e análise dos dados. A pesquisa classifica-se como científica e tem como proposta analisar o atual modelo de gestão do escritório, utilizando-se as normas metodológicas como busca dos recursos para a problemática sugerida. Em relação aos objetivos, a pesquisa define-se como exploratória e descritiva. Exploratória por se utilizar de material bibliográfico, permitindo o embasamento teórico e a formulação de novas concepções do ambiente estudado. Descritiva ao possibilitar a análise e a identificação dos perfis dos advogados, principalmente, o desempenho destes como gestores. Dentre os tipos de análise de conteúdo, a categorização temática abordará a adoção de boas práticas de gestão para um escritório de advocacia, visando a busca de informações e a elucidação dos fatores que influenciam na gestão administrativa do escritório.

**(Resultados)** Os cinco advogados prestaram entrevistas estruturadas e focalizadas, que serviram como fonte de informações e de um maior conhecimento com relação ao tempo de atuação, gestão e desempenho das atividades de cada um no escritório de advocacia, o que possibilitou a constatação de que a maioria atua com conhecimento e propriedade para os diversos assuntos relacionados às áreas do Direito; porém, quanto às questões relacionadas aos diversos tipos de gestão, constatou-se que os mesmos só possuem as informações do que são as suas vivências e tão somente por atuarem no cotidiano do escritório.

**(Conclusão)** A partir dos depoimentos é possível perceber que os profissionais entrevistados compartilham com algumas ideias sobre modelos de gestão, tais como cumprimento de metas, organização, controle e divisão de responsabilidades. Todavia, outras características não foram enfatizadas pela maioria, traçando assim o novo perfil do modelo de gestão e do ambiente no qual estão inseridos, tal como foi captado na fala de R1 ao dizer que “não entende de modelo de gestão administrativa e que na verdade o que faz acontecer as coisas no escritório é o cumprimento dos prazos e que essa é a meta”. De acordo com todos os dados analisados, observa-se que o Escritório de Advocacia, necessita se reorganizar, passar por algumas mudanças e reinvenções para se adequar ao mercado e as expectativas de seus clientes, implementando um modelo de gestão que vise o planejamento e o controle das atividades desempenhadas, a fim de garantir uma maior visibilidade no mercado para a atração de novos clientes.

**Palavras-Chave:** Gestão Administrativa. Planejamento e Ferramentas de Gestão. Modelo de Gestão.

**ANALISE DOS RISCOS INERENTES EM PORTFÓLIO DE INVESTIMENTOS – GERENCIAMENTO DE RISCOS NAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS**

**Autor(es):**

*José Viegas Freire Junior: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O gerenciamento de riscos, além de ser visto como mecanismo de autopreservação para benefício das empresas, de seus acionistas e investidores, principalmente no que se trata de empresas não financeiras, passa a ser visto também como um mecanismo para direcionar o mercado e como medida de controle de riscos sistêmicos. O desenvolvimento constante do mercado financeiro requer necessidade de conhecimento de técnicas de análise e mensuração dos riscos, assim como a implementação das mesmas na identificação de oportunidades e obtenção de vantagens na escolha dos portfólios de investimentos. Sendo assim, ao aplicar técnicas de análise e mensuração de risco, é possível obter os resultados desejados pelos investidores, auxiliando na identificação das melhores técnicas a serem utilizadas para maximizar o portfólio de investimentos de empresas financeiras e investidores de qualquer perfil de investimento.

**(Metodologia)** Para realização do presente estudo procedeu-se da utilização de métodos, teorias e técnicas de mensuração de riscos em investimentos. Sendo principalmente fundamentado este estudo, através dos autores como: Harry Max Markowitz, Peter L. Bernstein, Aswath Damodaran e Lawrence J Gitman. Sendo realizado uma análise bibliográfica, descritiva e quantitativa, utilizando da coleta de dados acerca das demonstrações de resultados e balanços patrimoniais das empresas: Banco Itaú, Porto Seguro e Natura. Aplicando da correlação de Pearson para obtenção dos resultados desejados neste estudo.

**(Resultados)** Após aplicação de teorias e técnicas de mensuração de risco, assim como aplicação de índices fundamentalistas para melhor comparação das empresas utilizadas através das demonstrações financeiras das mesmas, afim de obter os resultados propostos neste estudo, foram obtidos resultados dos índices P/L, P/VPL, Dividend Yield, ROE, EBTIDA, EVA, CAPM. Sendo apresentado após aplicação dos índices supracitadas, que o Banco Itaú demonstra uma grande oscilação dos resultados no intervalo de 2012 a 2016, nos índices P/L Dividend Yield, os outros índices analisados a empresa demonstram uma constante, se mostrando estável para o mercado e com capacidade de alavancagem financeira. A Porto Seguro apresenta uma alta volatilidade ao analisar o índice P/L, no EVA, apesar demonstrar uma crescente da capacidade de pagar dividendos através dos resultados do Dividend Yield, assim como uma alta capacidade de gerar resultados através de seus recursos. Já a Natura apresenta um leve declínio nos resultados apresentados na utilização dos índices. Mesmo obtendo uma capacidade de rentabilidade para seus investidores através dos resultados do ROE da empresa, assim como também capacidade de gerar resultados com a utilização de seus recursos. Sendo necessário assim, que o investidor analise todos os índices em conjunta para melhor demonstração de resultado da Natura.

**(Conclusão)** Diante do exposto no trabalho, podemos concluir que é importante que, não só gestores financeiros, mais qualquer investidor possua conhecimento de teorias financeiras, a fim de apoiar na decisão de investimentos e maximização de riqueza dos acionistas. Ocorrendo a necessidade também de acompanhamento das empresas que se deseja investir, nos quesitos exemplificados neste estudo como: Boas práticas de governança corporativas, conhecimento de técnicas de análise e mensuração de riscos, acompanhamento do mercado financeiro, assim como também estudo das empresas e seus setores de atuação. Obtendo como resultado da problemática deste estudo, que as melhores técnicas a serem utilizadas na maximização de portfólios de investimentos, está na utilização de análise fundamentalista, que é possível aplicar os índices de análise e comparação, podendo ser apresentado assim, que apesar dos resultados aceitáveis para investimento nas empresas: Banco Itaú, Porto Seguro e Natura, utilizadas no estudo, ocorre a necessidade de diversificação de portfólio de investimento, desta forma diminuindo os riscos inerentes nos diversos setores de atuação de cada empresa, obtendo assim maior rentabilidade e capacidade de obtenção de lucro pelos investidores.

**Palavras-Chave:** Investimento financeiros, Markowitz, empresas não financeiras, investidores, portfólio de investimentos, índices fundamentalistas.

## **ANÁLISE FUNDAMENTALISTA: UM ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA NO SEGMENTO DO ENTRETENIMENTO**

### **Autor(es):**

*Daniel de Melo Medeiros: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*  
*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Acompanhar a constante mudança do mercado em que as organizações estão inseridas e adaptá-la a grande variação do mercado, é o grande desafio da maioria das empresas em específico o gestor. No pensamento de Darlândia (2014), " em face as constantes mutações vivenciadas pelo mercado, o fator risco está fortemente relacionado a economia, fato este que favorece desequilíbrio nas taxas de juros, e, conseqüentemente, desajuste de mercado, a forma como administrar este binômio risco- retorno tem se tornado elemento primordial na organização, assim, necessitam integrar a gestão dos recursos financeiros a toda atividade empresarial no intuito de minimizar os efeitos nocivos a tomada de decisão". Ou seja, é de grande relevância que o tomador de decisões tenha pleno conhecimento de todos os dados financeiros e saiba interpretá-los para que se tenha um real diagnóstico da saúde financeira, para que se possa tomar uma decisão sólida e precisa, gerando valor para a empresa e aumentando a riqueza do acionista.

**(Metodologia)** Para o estudo de caso foi escolhido, como objetivo o tipo de pesquisa descritiva, que segundo Volkwies (2015), " entende-se por pesquisa descritiva aquela que busca principalmente descrever, analisar ou verificar as relações entre fatos e fenômenos (variáveis), ou seja, tomar conhecimento do que, com quem, como e qual a intensidade do fenômeno em estudo ". Com relação ao processo de coleta de informações para o estudo caracteriza-se como bibliográfico e documental, toda a pesquisa será com abordagem quantitativa.

**(Resultados)** Em 2016 com 581 eventos de música ao vivo, teatro e família com público pagante de 2,5 milhões. O ano encerra com receita líquida recorde de 44% a mais que. 2015. Este significativo crescimento veio pelo segmento de música ao vivo que foi percebido pela empresa que representava maiores ganhos com menos investimento. Comparados a 2015, o número de eventos diminuiu 22% e o público pagante aumentou 31% apresentando receita líquida recorde em 2016, totalizando R\$792,5 milhões, o lucro bruto atingiu R\$134,1 milhões em 2016, resultado 23% superior a 2015, o EBITDA de 2016 alcançou R\$64,6 milhões, crescimento de 55% em relação ao EBITDA de 2015, encerraram o ano de 2016 com R\$137,5 milhões em caixa e aplicações financeiras, contra R\$239,6 milhões em 2015, o que implica em uma redução de investimentos e aplicações, ficando focado nas atividades internas da empresa, aumentando a qualidade de seus serviços e prestação.

**(Conclusão)** Com base nos resultados apresentados pode concluir que, toda estratégia de divulgação, posicionamento, redução de gastos, escolha de espetáculos em geral, toda a estratégia adotada pela gestão resulta em números satisfatórios, superando até as expectativas em 44% de receita a mais que os anos anteriores, batendo recorde de receita de toda a história da empresa. O planejamento de escolha dos artistas que se apresentam também são de suma importância para o sucesso, como exemplos de eventos de grande bilheteria ou que proporcionem grandes ganhos de receita são os shows do Rolling Stones, Coldplay e Paul McCartney. esta estratégia servirá também de exemplos para empresas que estão começando no segmento tomar como base toda esta estratégia de posicionamento e adequá-las a sua realidade para se obter o sucesso e conseguir se destacar no mercado do entretenimento.

**Palavras-Chave:** Análise fundamentalista, Indicadores, Índices de desempenho, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado.

## APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM TEMPOS DE CRISE ECONÔMICA

**Autor(es):**

*Diego Alves de Oliveira : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O conhecimento acerca dos tipos de investimentos faz surgir oportunidades de aumentar os ganhos, apesar do Brasil enfrentar um momento de instabilidade financeira, tendo sido impactado nos últimos anos com taxa de juros e inflação alta, perda de confiança de investidores estrangeiros, alto índice de desemprego e inadimplência, além da recessão econômica. Há diversos tipos de investimentos de renda fixa e variável que podem ser utilizados, contudo, é necessário conhecer sua liquidez, sua rentabilidade, suas taxas, seu comportamento no mercado financeiro, além de considerar o perfil do investidor. Assim, em meio a tal situação adversa, existe a possibilidade de melhorar a receita, remunerar o capital e obter ganhos expressivos e com segurança, respeitando o comportamento e aceitação de risco de cada pessoa.

**(Metodologia)** Utilizou-se uma pesquisa do tipo qualitativa e quantitativa, de caráter descritivo, com o intuito de apresentar possíveis formas de realizar investimentos financeiros, enfatizando algumas aplicações que se destacam diante do cenário econômico brasileiro. O instrumento de coleta de dados foi a revisão bibliográfica, via análise de publicações e notícias divulgadas sobre o mercado financeiro em artigos científicos, livros, sites e revistas.

**(Resultados)** Os brasileiros perdem seu poder de compra por não conhecerem as possibilidades para investir seu dinheiro. Ao realizar a pesquisa, observou-se que o Governo criou o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) para proteger valores até R\$ 250.000,00. Em seguida, foi realizada uma análise de possíveis investimentos: A Poupança, apesar de ser o investimento mais tradicional no Brasil, criada por D. Pedro II em 1861, continua oferecendo liquidez e segurança, contudo sua baixa rentabilidade (8,30% em 2016), influencia na decisão dos investidores, tendo em vista haver aplicações mais rentáveis; existem três tipos de Certificado de Depósito Bancário (CDB): pré-fixado (rentabilidade fixa, exemplo: 14,30% a.a.), pós-fixado (renda sobre o CDI, exemplo: Até 110% do CDI= 16,96% a.a) e pós+prefixado (rentabilidade sobre a inflação e fixa, exemplo: 9,28% + 5,9 % = 17,28% a.a.), todos são cobertos pelo FGC, mas pagam o Imposto de Renda; o Tesouro Direto é um Programa do Tesouro Nacional desenvolvido para venda de títulos públicos federais, é remunerado de três formas: prefixado (rentabilidade fixa), pós-fixado IPCA (rentabilidade sobre a inflação e fixa) e pós-fixado SELIC (taxa de rentabilidade sobre a SELIC e fixa), oferece boa rentabilidade, mas não dispõe do FGC e isenção do IRRF; ações são investimentos de renda variável que oferecem iminente risco de perdas (não estão asseguradas pelo FGC), entretanto, apesar do risco, possibilita alcançar rentabilidades altíssimas, como ocorreu em 2016 com as Ações da Magazine Luiza que rendeu 501%, ao passo que o rendimento da Poupança foi de 8,30%, no mesmo período.

**(Conclusão)** Após analisar os investimentos, é de suma importância avaliar o perfil do investidor (conservador, moderado ou arrojado), bem como, é necessário estabelecer o capital a ser investido, estudar a situação do mercado econômico, suas instabilidades e possibilidades, além do objetivo a ser alcançado. Nesse contexto, a oscilação da taxa básica de juros e da inflação, atualmente 8,25%a.a e 2,98%a.a respectivamente, juntamente com diversos fatores como escândalos de corrupção e mercado externo, tudo isso, contribui para indicar a Poupança como melhor aplicação para um investidor conservador, pois seu rendimento, apesar de baixo, ainda encontra-se superior à inflação; o Tesouro Direto, devido a sua segurança e rentabilidade, é o investimento para aqueles com perfil moderado; e por fim, diante de um perfil mais arrojado é indicado investir em Ações, tendo em vista a ascendente melhora dos índices da BMF&IBovespa, impulsionados pela política econômica interna. Contudo, vale salientar que é importante diversificar o portfólio de investimentos para amenizar os riscos.

**Palavras-Chave:** Investimentos. Inflação. Juros. Perfil.

## AS ESTRATÉGIAS DE UM DOS MAIORES MESTRES NA ARTE DE INVESTIR: PETER LYNCH

### **Autor(es):**

*Mirla Gabriela da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Jardênia Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem como objetivo apresentar as estratégias de um dos maiores mestres na arte de investir. Peter Lynch, norte americano, fez o seu primeiro investimento aos 19 anos na Flying Tigers Airlines, uma empresa de transporte aéreo. Com o lucro do seu primeiro investimento, pagou o seu curso de MBA e criou um apetite duradouro por ações desse estilo. Segundo Peter, antes de comprar uma ação é necessário conhecê-la e saber explicar porque esta comprando. Se a análise da empresa começa a ficar muito complicada, esquece e passe para a ação seguinte. Tem como essência investir em empresas que lhe são familiares. Independente das preferências e necessidades do investidor, investir sempre implica na abstenção do consumo ou renúncia de uma parte dos momentos prazerosos do presente, na esperança de um desfrutar de melhorias no futuro.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada foi análise bibliográfica, acerca do tema Os Grandes Investidores, essencialmente fundamentada na obra do autor Peter Lynch. Peter foi reconhecido como o gestor de fundo com o melhor desempenho do mundo. Cresceu em uma era de desconfianças, o interesse por finanças começou num campo de golf, ouvindo os golfistas ele conseguiu alguma noção do mundo dos investimentos e começou a perceber que o mercado de ações poderia ser um lugar para ganhar dinheiro. Peter acredita que investidores individuais têm vantagens sobre os profissionais, porque são mais livres para agir de forma independente e explorar o mercado sem sofrer pressões externas.

**(Resultados)** O estudo do Livro Os Grandes investidores mostrou que a maior paixão de Lynch era as empresas nicho, empresas essas com grande potencial de crescimento, ele acreditava que os melhores investimentos estavam nos setores chatos ou desagradáveis, por atrair pouca atenção quando a notícia boa chegasse ele poderia vender as ações par os seguidores de tendência. Peter tem bastante cautela com as empresas com alto índice preço lucros P/Ls, pois quando a empresa gera muita expectativa para seus investidores ela precisa trabalhar duro somente para cumpri-lás é como um peso extra na cela de um cavalo. Lynch é o tipo de investidor que mira na organizações que possuem P/Ls relativamente baixos.

**(Conclusão)** Finalmente, investimento é simplesmente um risco no qual você consegue equilibrar as possibilidades ao seu favor. A tese de Peter Lynch: "Se você gosta da loja, há boas chances de você se apaixonar pela ação." Ele defendia que quanto mais se sabe sobre uma empresa, sobre um negócio ou sobre os seus produtos e concorrentes, mais chances se tem de encontrar uma boa história para se investir. Também defendia que você deve vender ações quando a história acaba, ou seja, quando a ação atingir os objetivos que você traçou, ou quando a empresa não estiver indo mais na direção que você imaginava. Portanto, conclui-se que ter ações é como ter filhos. Então não se envolva com mais do que você consegue lidar.

**Palavras-Chave:** Ação, investimentos, mercado

**BUY HERE APP: COMPRANDO MAIS BARATO SEMPRE.**

**Autor(es):**

*Bruno Cezar de Lima Lucas: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Alvaro da Silva Nogueira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Thiago Elias de Oliveira Nobrega: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Gradativamente o mundo vem sofrendo mudanças significativas e o mercado tem acompanhando tais alterações. Percebe-se um cenário de constantes evoluções, no qual a inovação e os negócios disruptivos têm ancorado a desconstrução de paradigmas e rompido com os modelos tradicionais de negócio. Nesse sentido, as pessoas e a sociedade como todo têm buscado, cada vez mais, praticidade, economia e agilidade. O Buy Here App chega ao mercado com a função de ser um aplicativo comparador de preços, o qual realiza consultas no intuito de identificar os menores preços praticados nos estabelecimentos comerciais mais próximos. O aplicativo traz benefícios não apenas para o consumidor que busca economia e praticidade, mas também oferece a otimização de resultado para as organizações que comercializam os itens ofertados. O modelo ainda possibilita facilitar a tomada de decisão das empresas de varejo através da mineração de dados feita a partir do aplicativo.

**(Metodologia)** O problema vem sendo observado após um relevante período de experiência no seguimento supermercadista, despertando, assim o interesse na modelagem de um negócio neste nicho de mercado. Uma análise prévia foi realizada através dos resultados do estudo de aceitabilidade e necessidade do mercado elaborado pela plataforma “QQCUSTA” – aplicativo de atuação semelhante – em que foi possível fundamentar a ideia e torna-la viável, tomando como base as opiniões de clientes deste seguimento com a proposta do desenvolvimento da ferramenta. Com isso, foi dado prosseguimento ao aplicativo Buy Here App. Este trabalho utiliza uma metodologia descritiva e exploratória, fundamentada na modelagem de negócio Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2011) elaborada através da plataforma SEBRAE Canvas, a qual é estruturada em um quadro com nove blocos que descrevem as principais áreas de um negócio.

**(Resultados)** O acompanhamento feito nas pesquisas e escalas de aceitabilidade, propiciou observar um bom resultado em relação a necessidade do público em ter um aplicativo completo e prático de pesquisa e oferta de menores preços. Portanto, A proposta de valor do Buy Here App é de oferecer aos consumidores, uma experiência de praticidade, economia e aprimoramento de tempo, a relação com o cliente baseia-se nos serviços automatizados, os quais podem ser caracterizados como uma mistura sofisticada de self-service com processos automatizados. Os canais de distribuição do aplicativo serão por meio do site da plataforma, do Google Play e da Apple Store. O relacionamento com o cliente se dará através de um suporte técnico especializado, chats, e-mail, redes sociais e notificações de promoções, possibilitando o estreitamento da ligação entre empresa e cliente e, conseqüentemente, gerando satisfação e fidelização. Apresenta como recursos principais os recursos humanos, intelectuais, físicos e financeiros. A atividade-chave desta ferramenta é comparar os preços de diversos produtos dos supermercados e, como parceiros chave, podem ser citadas as redes de varejo do ramo alimentício e de produtos básicos. A proposta de fonte de receita se dará através de parceria entre os atacadistas que farão parte do sistema para divulgação de seus produtos e suas promoções gerando pedidos que serão enviados para os atacadistas onde o cliente possa retirar as compras na loja física.

**(Conclusão)** É possível afirmar que a finalidade desta ferramenta suscita transmitir aos consumidores uma ferramenta que oferece praticidade e economia na hora de fazer compras em supermercados e otimiza as informações estratégicas favoráveis à tomada de decisão. Assim, através desta modelagem, o negócio revela-se viável diante de sua escalabilidade e potencialidade de atender a este seguimento.

**Palavras-Chave:** Aplicativo; Buy Here App; Supermercado; CANVAS; Empreendedorismo.

**CENÁRIOS INDUSTRIAIS DO RIO GRANDE DO NORTE: O PROCESSO INDUSTRIAL- ANTES OS HOMENS, HOJE AS MÁQUINAS**

**Autor(es):**

*Jessica Karoline Sirino dos Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Rafael Victor Marques da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Izaura Karolyne Fernandes de Araujo: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Andreza Tatiane de Paiva Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As operações industriais estão se modificando ao longo do tempo, se na antiga forma de processo de industrialização as empresas viabilizavam o esforço humano, nos dias atuais elas se tornam dependentes das máquinas. O modo de produção capitalista passa a se assentar em relações sociais, marcadas fundamentalmente pela compra e venda da força de trabalho, tornada mercadoria como qualquer outra, pois essa é a base dos meios produtivos econômicos, que passa a investir nas máquinas de produções substituindo o trabalho humano. Antigamente quase não havia máquinas e a produção dependia praticamente da mão de obra humana. Os modelos de processo de industrialização eram baseados em técnicas para melhor conduzir as operações realizadas em suas linhas de montagens. Este artigo tem a missão de analisar e compreender o cenário industrial no Rio Grande do Norte, com o embasamento na produção antiga e atual do trabalho. As indústrias dependem da tecnologia para se aprimorarem e com os avanços da tecnologia proporcionados pela III Revolução Industrial no final da década de 1970, o modelo do Fordismo era obsoleto, quando foi substituído pelo Toyotismo, criado pelo Eiji Toyoda (1913-2013), onde existiam produtos altamente diversificados, mas com baixa durabilidade dos produtos, mas os trabalhadores não realizavam mais operações repetitivas e o objetivo principal agora, não é produzir em massa, mas se adequar a produção conforme a demanda. Já no Brasil o processo de industrialização foi acontecendo aos poucos.

**(Metodologia)** Foram utilizados dados secundários da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte – FIERN; Governo do Estado do Rio Grande do Norte - SEDEC. Universo: O ramo industrial presente no Rio Grande do Norte é bem abrangente na qual as impressas focam na tecnologia e industrialização de suas empresas para obter um melhor resultado. Segundo pesquisa feita pela agência CNI, realizada em 14 e 17 de março de 2014. Amostra: O grupo, por meio de pesquisa, poderá se basear em algumas empresas do Estado, para que haja resultados e que os responsáveis falem da sua empresa diante da industrialização.

**(Resultados)** Foram solicitadas as empresas uma visitação técnica para coleta de dados e também resultados obtidos via internet.

**(Conclusão)** Através das pesquisas realizadas via internet concluímos que apesar do Estado do Rio Grande do Norte ser abrangido por empresas de diversos segmentos, hoje o desenvolvimento econômico do Estado encontra-se estagnado devido a alta taxa de impostos cobrados pelo próprio governo. Mesmo com a inovação das indústrias o quadro continua prejudicado devido a esse fator.

**Palavras-Chave:** Inovação; Industrialização; Desenvolvimento Econômico.

**CENÁRIOS INDUSTRIAIS DO RIO GRANDE DO NORTE: O PROCESSO INDUSTRIAL- ANTES OS HOMENS, HOJE AS MÁQUINAS**

**Autor(es):**

*Jessica Karoline Sirino dos Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Rafael Victor Marques da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Izaura Karolyne Fernandes de Araujo: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Andreza Tatiane de Paiva Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As operações industriais estão se modificando ao longo do tempo, se na antiga forma de processo de industrialização as empresas viabilizavam o esforço humano, nos dias atuais elas se tornam dependentes das máquinas. O modo de produção capitalista passa a se assentar em relações sociais, marcadas fundamentalmente pela compra e venda da força de trabalho, tornada mercadoria como qualquer outra, pois essa é a base dos meios produtivos econômicos, que passa a investir nas máquinas de produções substituindo o trabalho humano. Antigamente quase não havia máquinas e a produção dependia praticamente da mão de obra humana. Os modelos de processo de industrialização eram baseados em técnicas para melhor conduzir as operações realizadas em suas linhas de montagens. Este artigo tem a missão de analisar e compreender o cenário industrial no Rio Grande do Norte, com o embasamento na produção antiga e atual do trabalho.

**(Metodologia)** Foram utilizados dados secundários da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte – FIERN; Governo do Estado do Rio Grande do Norte - SEDEC. Universo: O ramo industrial presente no Rio Grande do Norte é bem abrangente na qual as impressas focam na tecnologia e industrialização de suas empresas para obter um melhor resultado. Segundo pesquisa feita pela agência CNI, realizada em 14 e 17 de março de 2014. Amostra: O grupo, por meio de pesquisa, poderá se basear em algumas empresas do Estado, para que haja resultados e que os responsáveis falem da sua empresa diante da industrialização.

**(Resultados)** Através dos dados secundários do IBGE; RAIS e Projeções Macroplan obtivemos o resultado da taxa de emprego e do VAB (Valor Aumentado Bruto). O resultado final da atividade produtiva no decurso de um determinado período. Resulta da diferença entre o valor da produção e o valor de consumo intermédio. Hoje o nordeste ainda permanece com baixa produção. Projetando até 2035 um aumento significativo em vários setores produtivos, ex.: agricultura, minérios.

**(Conclusão)** Através das pesquisas realizadas via livros, internet concluímos que apesar do Estado do Rio Grande do Norte ser abrangido por empresas de diversos segmentos, hoje o desenvolvimento econômico do Estado encontra-se estagnado devido a alta taxa de impostos cobrados pelo próprio governo. Mesmo com a inovação das indústrias o quadro continua prejudicado devido a esse fator. Temos como estratégia desenvolver a indústria local a partir de APLs (Arranjo Produtivo Local) e/ou do adensamento das cadeias de produção e beneficiamento no Estado. Por exemplo: meio de informação, divulgação nas empresas e pessoas, para que se haja investimento ao pequeno empreendedor.

**Palavras-Chave:** Inovação; Industrialização; Desenvolvimento Econômico.

## COMO FAZER UM PROGRAMA DE TREINAMENTOS EFICAZ PARA O SETOR COMERCIAL DO GRUPO MULTIGIRO?

**Autor(es):**

*André Lindbergh Cunha: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Grupo Multigiro atua no ramo de distribuição de alimentos, bebidas, higiene, limpeza, pilhas, calçados em todo o estado da Paraíba e Rio Grande do Norte. Seus principais clientes são supermercados, farmácias, mercadinhos, mercearias, pet shop, bares, restaurantes e conta com cerca de 300 funcionários no setor comercial. Através de análises foi identificada uma falta de padronização no atendimento aos clientes da empresa. Isto pode gerar constrangimento com os mesmos, quebra de regra interna, erros repetitivos, alta rotatividade no quadro, entre outros riscos. O presente trabalho tem por objetivo geral estruturar uma política de treinamento para a equipe comercial do Grupo Multigiro e como objetivos específicos levantar as necessidades de treinamento, selecionar temas e conteúdos relevantes, definir metodologia e periodicidade e estabelecer processos de avaliação.

**(Metodologia)** O presente trabalho é um estudo de caso que tem o objetivo de aperfeiçoar o atual modelo de treinamentos da Multigiro e foi feito através de uma pesquisa qualitativa procurando explicar o porquê das coisas sem quantificar valores, além de uma avaliação formativa, a qual visa dar uma solução para determinado problema. A técnica de coleta de dados foi realizada durante 6 meses a partir de observações in loco na empresa onde foram verificados os treinamentos que eram feitos, além da atuação dos colaboradores no mercado. Outra técnica utilizada foi a análise documental para extração de dados e processos da empresa, para a partir daí serem sugeridas formas mais adequadas da empresa se preparar para o mercado.

**(Resultados)** De acordo com as observações diretas e uma entrevista com o próprio diretor comercial da empresa, Helcio Bittencourt, percebe-se que há muitas falhas no procedimento de atendimento aos clientes por parte dos vendedores, promotores, coordenadores e supervisores. Isso se dá, principalmente, pelo fato da organização ainda não possuir um programa de treinamentos bem definido e apesar de aparentar ser algo básico e fácil, é preciso ser feito com muito planejamento. Além de recursos financeiros para realizar esses treinamentos, as organizações precisam de conteúdos e temas relevantes e pessoas capazes de fazê-los, que é uma habilidade mais específica para encontrar e/ou construir nos profissionais.

**(Conclusão)** Com base no estudo feito, o modelo de treinamento atual não está trazendo resultados satisfatórios para o Grupo e embora seja algo muitas vezes esquecido, é a raiz do problema identificado. Para solucionar este problema, o ideal é que seja feito um calendário de treinamentos de processos e procedimentos a serem seguidos para todos os funcionários do setor comercial. Iniciando essa capacitação pelos gerentes, para que a partir daí realizem treinamentos com os supervisores e coordenadores e estes com seus subordinados. Além disso, é fundamental realizar avaliações formais das orientações previamente feitas para observar a eficácia e passar para o superior imediato.

**Palavras-Chave:** Treinamentos, Padronização, Colaboradores, Cliente.

## COMPORTAMENTO DE DESCARTE DO CONSUMIDOR NATALENSE COM PRODUTOS ELETRÔNICOS

**Autor(es):**

*Marciela Alves Farias: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Nas últimas décadas houve um aumento significativo no consumo de aparelhos eletroeletrônicos no mundo todo e o Brasil tornou-se um dos principais consumidores. Devido a rápida obsolescência e a diminuição do ciclo de vida desses produtos, o descarte passou a ser contínuo e na grande maioria das vezes de maneira irresponsável, o que acaba sendo uma prática com consequências extremamente agressivas ao meio ambiente e a saúde humana. O presente trabalho teve por objetivo analisar o comportamento de descarte do consumidor natalense com produtos eletrônicos, tendo em vista o perfil de consciência desses consumidores quanto aos conceitos de sustentabilidade e seus hábitos de descarte. E como objetivos específicos: Traçar o perfil socioeconômico do consumidor de produtos eletrônicos; Identificar os hábitos de descarte de produtos eletrônicos e Verificar o perfil de consciência do consumidor quanto aos conceitos de sustentabilidade.

**(Metodologia)** A metodologia adotada foi a pesquisa quantitativa de caráter exploratório e descritivo, realizada por meio de uma pesquisa de campo com tipo de amostragem não probabilística por conveniência. A pesquisa foi desenvolvida com 106 moradores da cidade de Natal. O instrumento de coleta de dados aplicado consistiu em um questionário baseado na pesquisa realizada em 2012 pela consultoria Gouvêa de Souza, que foi transformada no livro “Metaconsumidor, a transformação do mercado pela percepção global sobre sustentabilidade e consumo consciente”. (GS&MD, 2010). Que revela o que muda no mercado com o crescimento da importância da sustentabilidade e do consumo consciente em todo o mundo.

**(Resultados)** Os resultados apontaram que os consumidores, são a maioria jovem em processo de formação profissional e que por isso não possuem salários com valores elevados. Percebeu-se que os consumidores possuem um número considerável desses produtos em suas residências e que são descartados em uma média de dois anos na medida em que os mesmos apresentam defeitos, quebram e/ou se tornam obsoletos. A destinação nem sempre é a mais correta, talvez por não haver na cidade tantos locais específicos e adequados para este fim e até mesmo o fato desses locais serem pouco divulgados. Isso influencia o considerável número de pessoas que descartam seus produtos eletrônicos diretamente no lixo comum. Por fim, percebeu-se que estes se consideram conscientes e entende corretamente a definição de sustentabilidade. Essa correta percepção ajuda a realizar práticas mais sustentáveis. Um dado importante coletado é que a maioria dos consumidores natalense acredita serem eles mesmos os principais responsáveis pela sustentabilidade. Isso demonstra o nível de ponderação em relação a sua responsabilidade e que suas ações são importantes em prol da sustentabilidade. Aspectos sustentáveis são importantes nas decisões de compra sendo considerados relevantes para a maioria. Outro aspecto é que estes consumidores além de apresentar preocupação com o tema possuem disposição para pagar a mais por produtos que se dizem sustentáveis.

**(Conclusão)** A partir dos dados da pesquisa conclui-se que os consumidores natalenses são influenciados pela sustentabilidade nas suas ações de compra. Utiliza-se da informação disponível, especialmente internet, para se manter atualizada em relação ao tema, possuindo certa autonomia para essa busca. Além disso, esses consumidores são conscientes em relação ao seu papel como consumidor, desejando adquirir produtos e serviços de forma sustentável. Eles têm empatia em relação ao tema sustentabilidade e acreditam que a busca por produtos e serviços sustentáveis podem influenciar o modo como as empresas devam agir no futuro. Constata-se com isso a necessidade de que haja mais empresas engajadas com essa nova ideia e que o poder público assuma o papel de incentivador, já que os problemas acarretados pelo descarte incorreto de produtos eletrônicos atingem várias esferas da sociedade.

**Palavras-Chave:** comportamento do consumidor, sustentabilidade, produtos eletrônicos, descarte.

## CONSUMO CONSCIENTE E CONSUMISMO

### **Autor(es):**

*Ana Janara Alves da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Victor Almeida Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** – O consumismo é o ato de consumir exageradamente e o pior sem necessidade desse consumo para a nossa sobrevivência, ou seja, o chamado consumo de bens supérfluos, desse fato surge o questionamento do poder das nossas escolhas para o futuro melhor; os hábitos de consumo sem equilíbrio vêm se intensificando a cada era, principalmente, na era tecnológica atual, a alienação de consumir produtos e serviços sem nos questionarmos a origem do que estamos consumindo, as consequências que podemos causar ao meio ambiente já é um costume predominante na sociedade brasileira, claro que temos necessidades básicas e não é possível parar de consumir, mais é bem possível consumir conscientemente e com responsabilidade, na verdade consumimos mais do que precisamos. Ultimamente questionamento a respeito do tema consumo consciente tem ganhando espaço na mídia, no meio empresarial e nas pesquisas acadêmica, buscando uma nova característica ao consumo, atribuir uma essência perdida e com isso dar origem ao pensamento consciente e sustentável e a preocupação com questões como; bem-estar, qualidade de vida, meio ambiente, preservação dos recursos naturais. Nesse contexto o objetivo geral desse trabalho é compreender os impactos que o consumismo gera para o meio ambiente.

**(Metodologia)** No que refere à natureza da pesquisa ela caracteriza-se como aplicada, no tocante a forma de abordagem do problema realizar-se-á uma pesquisa quantitativa, pois essa tipologia traduz através de números opiniões e informações as quais se pode classificar e analisar posteriormente. Requer o uso de recursos e técnicas estatísticas, como a porcentagem. Do ponto de vista dos seus objetivos, enquadra-se como sendo uma pesquisa descritiva, pois visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis. No que refere aos procedimentos técnicos, poderá ser classificada como bibliográfica, por se tratar de uma pesquisa elaborada a partir de material já publicado, construído principalmente de livros, artigos de periódicos e também de material contido na internet

**(Resultados)** Resulta que o consumidor brasileiro deu uma pausa nas compras não por um fator de consciência ambiental, mais por uma adequação no momento de crise, segundo pesquisa 2017 feita pelo SPC (serviço de proteção ao crédito) em conjunto com a CNDL, os brasileiros tiveram uma mudança de hábito de consumo para economizar e assim arcar com compromissos no fim mês, ainda sobre dados da pesquisa, aponta que no Brasil somos considerados consumidores em transição para um consumo consciente com frequência de atitudes e comportamento adequado entre 60% e 80%, ou seja, 56,1% da amostra estudada que foram 607 casos nas 26 capitais brasileiras, os consumidores conscientes representam 28%, quer dizer que menos de três em cada dez entrevistados são consumidores conscientes, 15,8% representam os consumidores considerados pouco ou nada conscientes.

**(Conclusão)** conclui-se que a sociedade contemporânea é a sociedade do consumo, a prática do consumo da população brasileiras na grande maioria das vezes é movida pela emoção e impulso, isso é, o consumidor não leva em consideração as consequências futuras das suas compras, a responsabilidade de gerar uma sociedade sustentável é de cada um de nós. Compreende-se que nós em quanto sociedade buscamos justificar nossos desequilíbrios de consumo em fatores como capitalismo, porém será que tudo é culpa do capitalismo ou consequências das nossas escolhas, considerando que só se produz o que se vende, sendo assim o capitalismo se caracteriza pela busca do capital e para isso produz grandes quantidades de bens, só há oferta porque há demanda. A sociedade do consumo está perecendo por falta de conhecimento, no entanto juntos podemos contribuir para uma sociedade melhor e igualitário em todos aspectos

**Palavras-Chave:** Consumismo, Meio Ambiente, Consumo Consciente, Sociedade

## CONTABILIDADE DE CUSTO O LEVANTAMENTO DO PONTO DE EQUILÍBRIO EMPRESA DOMINNIC DELICATESE

### **Autor(es):**

*Ana Janara Alves da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Francis JÃºnior de Souza : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Victor Almeida Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** introdução: A contabilidade de custo vem auxiliando no controle de custo desde Revolução Industrial quando surgiu a necessidade de fazer controle de estoque. Hoje a contabilidade de custo auxilia não somente no controle de estoque, como também, em varia técnicas de custeio, que possibilita mais rapidez na tomada de decisão, seja nos empreendimentos novos, nascentes ou estabelecidos. A contabilidade de custo quando usada de forma eficaz é determinante para a eficiência da lucratividade esperada do empreendimento. Nesse contexto o trabalho proposto apresenta os resultados do estudo de caso que teve o objetivo de fazer o levantamento do ponto de equilíbrio contábil mensal em valor monetário e estimar a margem de segurança da empresa Dominnic Delicatesse. Enfatiza-se a definição e a importância da contabilidade de custo para gerenciar os custos de uma empresa a fim de projetar lucros, fugir do prejuízo e até mesmo auxiliar na formação de preço de venda

**(Metodologia)** O método usado para fazer esse trabalho foi à pesquisa bibliográfica, que busca extrair informações a partir de artigos, livros, jornais e internet de forma geral, prezando sempre por fontes seguras, para dar credibilidade ao trabalho. Segundo Severino, Antonio Joaquim (2007, p. 122) “A pesquisa bibliográfica é aquela que se realizam a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” Quanto à natureza da pesquisa se caracteriza por quantitativa e qualitativa, já que foi feito o levantamento de dados numérico e nominal.

**(Resultados)** resultado: Através da pesquisa foi possível observar o esforço e o êxito empreendido na busca de uma melhor posição no mercado, estabelecida pelo trabalho realizado em mensurar os gastos no processo de produção para alcançar além do ponto de equilíbrio da empresa. O empreendedor seguindo esse índice conseguiu se manter no mercado competitivo do ramo de atuação da empresa.

**(Conclusão)** Conclusão: Com a pesquisa podemos comprovar e verificar que o cálculo do ponto de equilíbrio foi possível mensurar a importância da contabilidade de custo para auxiliar os administradores a tomar decisões de forma mais segura e eficaz. Compreende-se que o ponto de equilíbrio pode ser usado tanto para verificar a viabilidade do negócio que se pretende iniciar como também para projetar melhorias no desempenho do negócio já em operação ou até mesmo direcionar na formação de preço de vendas de produtos ou serviços. De acordo com o que já foi mencionado, observa-se que a contabilidade de custo é uma ferramenta importante e eficaz que auxilia na parte interna da empresa, colaborando para decisões mais rápidas e seguras para resultar no desempenho esperado.

**Palavras-Chave:** Palavra-Chave: Gestão De Custos, Ponto De Equilíbrio, Produto

**CONTROLE DE ESTOQUE COMO ASPECTO FUNDAMENTAL PARA OTIMIZAR O TEMPO DE PRODUÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NO RAYMA'S RESTAURANTE**

**Autor(es):**

*Igor Ramon de Assis Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO): Devido à recessão que vivenciamos desde 2013, o mercado que mais vem crescendo é o de restaurante, pois o brasileiro, ainda assim optam por fazer algumas refeições fora de casa, fazendo com que os restaurantes de vários seguimentos venham a se sustentar no mercado. Diante dessa realidade a concorrência na indústria de restaurante ficou bem mais intensa. Hoje, o seguimento de restaurante que é bastante significativo aqui no Brasil são os Self-Service (ou comida por quilo), serviço que tem como objetivo agilizar e facilitar dando maior rapidez e menos custo ao cliente. O objetivo principal do presente estudo é elaborar um método através de uma ferramenta de controle de estoque que ajude no tempo de produção do Restaurante RAYMA'S. Tendo como objetivos específicos, identificar itens que necessitem de maior atenção de controle por parte da Administração da empresa, propor a ferramenta de melhor utilização para controle de estoques e recomendar sistemática de controle de estoque para melhor provimento de produção.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA): Foi realizado um questionário de 10 perguntas com respostas fechadas, a fim de identificar o conhecimento de todos os funcionários e proprietário sobre utilizar o sistema de controle de estoque e a sua importância, para que com isso possa ser escolhido o Sistema de Controle de estoque mais adequado para otimizar o tempo de produção do restaurante RAYMA'S.

**(Resultados)** (RESULTADO): De acordo com o questionário feito aos colaboradores do restaurante, foi constatado que a grande maioria tem conhecimento de todos os itens do Estoque, porém foi visto que a empresa não possui e nem tem conhecimento sobre Sistemas de Controle de Estoque, há funcionários que não tem conhecimento de todos os itens utilizados no restaurante, a empresa não possui inventário periódico para a avaliação das quantidades e estados dos materiais estocados, a compra dos suprimentos é feita semanalmente, contudo todos acham muito importante o estoque de uma empresa de maneira geral.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO): Dessa forma, verifica-se que o restaurante apesar de estar se mantendo com estratégias organizacionais, ela necessita de um Sistema de Controle de Estoque como, por exemplo, o Sistema Duas Gavetas que é o mais usado em empresas de pequeno porte e microempresas, também será proposto ao gestor que o mesmo possua um inventário periódico dos seus bens armazenados para que com isso, possa ser feito um levantamento que ajudará a reduzir perdas, melhorar o bom atendimento aos clientes e até evitar problemas com o FISCO se por acaso o fiscal detectar que há diferenças entre o estoque declarado de produtos e o estoque real.

**Palavras-Chave:** Self- Service. Controle de Estoque. Restaurante.

## CONTROLE DE PERDAS DE ESTOQUE: UM ESTUDO DE CASO EM UMA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS

**Autor(es):**

*Maraisa Milena Alves Bandeira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho trata da importância de quantificar o impacto no aumento dos custos causados por índices altos de perda ou avaria. Nesse sentido, o mercado de distribuição no Brasil sofre grandes dificuldades, históricas. É visto que as indústrias dos anos 60, quando a concorrência era menor os ciclos dos produtos eram muito mais longos e as incertezas do mercado mais controláveis. Naquela época perseguir a excelência nos negócios através da gestão eficiente de todas as atividades isoladas como compras, transportes, armazenagem, fabricação, manuseio de materiais e distribuição. Então, aos dias atuais, com os mercados cada vez mais dinâmicos e globalizados, os clientes ficaram mais informados e exigentes. No entanto, devido a essas mudanças, a logística vem ampliando a sua importância e o papel que tem no processo como um todo, justificando-se como um elemento primordial em todos os aspectos.

**(Metodologia)** O mesmo se refere a um estudo de caso que está inserido na organização em análise, além de uma pesquisa descritiva de formato qualitativo. Faz-se necessário, que o estudo de caso tem como propósito de enriquecer o que esta sendo investigado de forma abrangente na organização. Sua investigação é aprimorar os parâmetros já estabelecidos, mas que nunca tem solução diante do exposto. Como mencionada, a pesquisa descritiva relata cada setor que causa grandes avarias na organização, trabalhando para melhor estabelecer uma solução adequada e reduzir os custos que vem sendo ocasionado, embora a investigação tenha como propósito a cooperação de todos os funcionários e demais setores.

**(Resultados)** A organização em análise tem um impacto extremo nas grandes quantidades de produtos avariados, foram analisadas avarias durante os últimos três meses de (Março, Abril e Maio de 2017) que chega por volta de aproximadamente 400(quatrocentos) itens por mês. Sobretudo, os produtos que mais se danificam e que tem devoluções excessivas são os da área food service. A mesma é composta por 70 colaboradores, mas foram entrevistados apenas 04 (quatro) colaboradores que atuam em determinados departamentos como: Setor de estoque, Setor de armazenagem e a loja que ocorrem com maior frequência grandes avarias. No tratamento de dados realizou-se a tabulação dos dados, após a pesquisa desempenhada, de maneira a representar graficamente, com os percentuais identificando a elucidação gráfica. Em consequente, apresentou-se a análise crítica dos dados obtidos. Verificou-se que o item merecedor de cuidados em relação ao resultado obtido, foi o Estoque com 100% (cem por cento) de apontamento que é o item que mais contribui com as avarias ocorrentes na Instituição. O armazenamento inadequado e as ferramentas de transportes de mercadorias são itens que merece cuidados necessários, com 100% (cem por cento) do seu resultado diante do que analisamos resultou o mais expressivo com muita frequência, causando avarias desnecessárias para a Organização. Ressalta-se que decorrente aos resultados o Setor de Food Service com 100% (cem por cento) de apontamento é o item que também contribui com as avarias ocorrentes na Instituição em análise. Por meio dessa análise de comparações, entre as diversidades dos acontecimentos nas avarias, podemos relatar que a maioria das avarias acontece devido à falta de controle de vencimento dos produtos (PEPS) resultando em um fator com maior índice dentro da Organização.

**(Conclusão)** Dessa forma, o estudo foi elaborado através de questionário, composta por 12 perguntas abertas e gráficos direcionados a problemática da avaria. Através da coleta, tratamento dos dados e análise das informações, levantou-se as informações necessárias que geram as avarias excessivas dentro da Organização. Portanto, será proposto ferramenta de controle de avaria para a Organização em estudo.

**Palavras-Chave:** Estoque, Armazenagem, Avarias.

## DESAFIOS DA GESTÃO EM UMA EMPRESA FAMILIAR

### **Autor(es):**

*Amerson Lucas da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Thiago Cabral Mendonça: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*  
*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa em questão procurou nos informar de forma clara quais são os principais desafios, no caso os que realmente interferem na gestão de empresas familiares. E a partir deles, soluções coerentes e de fácil acesso como forma de resolução dos mesmos. Assim, foi identificado problemas recorrentes e bastante prejudiciais as empresas, que demonstram o quanto pode ser desafiador um dos principais tipo de empreendimento existente.

**(Metodologia)** O campo de pesquisa do artigo abrangeu desde análise de gráficos a entrevistas de empresas familiares no mercado, com experiências diretas. Obtivemos contato com a empresa "POUSADA DA PIPA" E "VALMIR MENDONÇA PROMOÇÕES", duas empresas familiares que estão se firmando no no seus respectivos ramos. Assim, identificamos alguns problemas recorrentes entre eles mas também a solução e o empenho em outros que nos favoreceu alguns resultados. Além disso, foi-se analisado empresas mais antigas e com bastante sucesso como a da família " WALTON", proprietários da "WALMART", com o fim de analisar os passos essenciais para o sucesso. E por fim, evolução dos resultados a partir de pesquisas anteriores de diversas obras que citaram autores como " BECKHARD e DYE" e "DAVIS e HAVESTON" e estudos objetivando empresas familiarResultados: Relacionado a metodologia, foi indicado como os desafios mais recorrentes, os relacionados a terceira geração da empresa, principalmente devido ao fato analisado de que inicialmente os problemas da empresa superam tudo. Entretanto a uma mudança relacionada ao tempo que seria a grande intervenção da vida familiar dentro da empresa. Não só relacionada a falta de preparo, como também a deturpação do que as famílias entendem como empreendimento familiar. Outros problemas bem recorrentes como os relacionados a liderança e sucessão. E por fim, um que algumas vezes é pouco discutido é o caso da imposição familiar relacionada aos cuidados a empresa, e a imensa falta de afinidade de algumas dessas pessoas que assumem atividades de liderança sobre pressão e muitas vezes de maneira ilusória, tornando difícil a vida da empresa.

**(Resultados)** Relacionado a metodologia, foi indicado como os desafios mais recorrentes, os relacionados a terceira geração da empresa, principalmente devido ao fato analisado de que inicialmente os problemas da empresa superam tudo. Entretanto a uma mudança relacionada ao tempo que seria a grande intervenção da vida familiar dentro da empresa. Não só relacionada a falta de preparo, como também a deturpação do que as famílias entendem como empreendimento familiar. Outros problemas bem recorrentes como os relacionados a liderança e sucessão. E por fim, um que algumas vezes é pouco discutido é o caso da imposição familiar relacionada aos cuidados a empresa, e a imensa falta de afinidade de algumas dessas pessoas que assumem atividades de liderança sobre pressão e muitas vezes de maneira ilusória, tornando difícil a vida da empresa.

**(Conclusão)** Por fim, a pesquisa mostrou-se bastante útil na solução dos principais desafios dos empreendimentos familiares. Pois, apontou como e o porquê não devemos confundir a vida social com a profissional, e mesmo que esses empreendimentos sejam um dos principais movimentadores do nosso mercado, seus riscos são enormes. Assim, como principal problema é o contato com parentes, também pode ser uma ótima solução para problemas relacionados à segurança e confiança, mas a necessidade da especialização é clara. Por isso muitas dessas empresas optam de maneira correta por adicionar a equipe profissionais do ramo com grande experiência, essa é uma das soluções que o artigo sobe identificar através de análise dos empreendimentos. Dessa maneira, o estudo busca esclarecer algumas ideias necessárias como forma de auxílio para outros projetos que visam a evolução dessas organizações extremamente importantes para nosso mercado.

**Palavras-Chave:** Empresa, família, desafios.

## DISTINÇÃO DE GÊNERO PARA MENTORIA DE EMPREENDIMENTOS

**Autor(es):**

*Ana Cláudia da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO):A participação feminina nas organizações aumentou com o passar dos anos. Esse cenário vem mudando uma vez que a mulher viu a necessidade de conquistar sua “independência” ou complementar a renda da casa através da criatividade, inovação e do empreendedorismo. Entretanto, ainda encontram-se relatos sobre possíveis resistências ao perfil feminino de liderança ou falta de apoio para iniciar e acompanhar seu empreendimento. O objetivo da pesquisa é analisar se há distinção de gênero para mentoria de empreendimentos.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA):O estudo classifica-se como exploratório, descritivo com o intuito de identificar os desafios que as mulheres enfrentam na área do empreendedorismo. Ressalta-se que foi realizada uma análise de situações em empresas de ramos variados através de noticiários e sites no apoio as empreendedoras de alto impacto globalmente. Essas mulheres são aquelas que superam os desafios encontrados e buscam a diferença para crescer continuamente, prosperar e empregam muitas pessoas. Para descrição e análise dos dados secundários, buscou-se uma abordagem quantitativa e qualitativa.

**(Resultados)** (RESULTADOS):Verificou-se que existem alguns grupos de apoio voltados à mentoria para as empreendedoras darem continuidade a seus empreendimentos. Ademais, sobre o mercado de trabalho ainda há muito que ser feito; pois suas realidades não estão isentas de preconceito além da falta de equidade. Ressalta-se que as líderes também se destacam em diversas áreas da economia, comércio, indústria, prestação de serviços e negócios digitais. Existe uma busca feminina maior ao SEBRAE para auxílio/ direcionamento sobre o mundo empresarial, o reconhecimento de suas histórias também é feito através do Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios. Bem como, o Instituto Consulado da Mulher (ação social da Consul) que também reconhece a atuação de lideranças femininas através do Prêmio Instituto Consulado da Mulher. Ademais, possuem um projeto chamado MENTORIA AMIGA formado tanto pelo mesmo Instituto quanto pela ATADOS - SP(A ATADOS é uma plataforma social que conecta pessoas e organizações, facilitando o engajamento nas mais diversas possibilidades de voluntariado. A Associação Atados é uma organização social com título de OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) que atua fomentando o voluntariado em duas frentes por meio de uma plataforma online de voluntariado gratuita [www.atados.com.br](http://www.atados.com.br) - Consultoria para empresas em voluntariado corporativo). Mentoras/Líderes e Empreendedoras ganham cada vez mais espaço à frente da prestação de serviços, das pequenas e médias empresas no Brasil. O que possivelmente direciona algumas mulheres para o ramo empreendedor com criatividade e inovação além do cenário atual brasileiro, é a facilidade com que prestam atenção maior a detalhes, persistência, sensibilidade, intuição, iniciativa e cooperação. Buscam fidelizar seus clientes através da atenção e cuidados, assim em sua maioria, os clientes são direcionados aos negócios com uma base sólida e duradoura. Segundo o Instituto Consulado da Mulher, a Metodologia de Gestão de Empreendimentos é um guia utilizado por Educadores Sociais e Parceiros do Instituto para consultoria e acompanhamento de negócios populares compostos majoritariamente por mulheres. Além do cooperativismo e sustentabilidade.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO):Os campos de atuação voltados à mentoria, ainda necessitam de uma maior atenção para a melhoria dos grupos envolvidos. Conhecer alguns motivos que levam as mulheres a procurarem o ramo do empreendedorismo foi importante para discutir o complexo fenômeno do trabalho feminino na sociedade moderna, tendo, como base, as discussões das relações de gênero trazendo para o cenário empresarial algumas problemáticas e reflexões que possam contribuir positivamente no dia a dia dos negócios.

**Palavras-Chave:** Empreendedorismo, Mercado de Trabalho Feminino, Mentoria.

**DOMINÂNCIA CEREBRAL: UM ESTUDO DE CASO NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO/RN-TCE.**

**Autor(es):**

*Andréa Camilo Soares Lucas Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As empresas nos últimos tempos vem buscando novas formas de pensar e agir, investindo na área de gestão de pessoas e isso não se limita as organizações privadas, tem se estendido ao setor público. As organizações públicas vem modificando e renovando os seus conceitos em busca de servidores mais comprometidos, qualificados e satisfeitos, contribuindo para o ajuste organizacional e operacional do setor público. Portanto para um melhor aprofundamento desta avaliação, foi aplicado o Diagnóstico de Dominância Cerebral, através dele pode-se obter informações sobre os perfis comportamentais dos colaboradores nas organizações e suas características.

**(Metodologia)** Este estudo tem como objetivo principal, Identificar os perfis comportamentais - dominância cerebral (DC), da equipe da diretoria de expediente do TCE/RN, auxiliando a gestão pública em busca de uma equipe eficiente e motivada. Trata-se também de uma pesquisa de questionamentos, qualitativa e quantitativa por amplificar quantificação de dados e análise dos resultados, evidenciando a definição dos estilos comportamentais.

**(Resultados)** Desta forma pode-se afirmar que, o resultado obtido através deste mapeamento foi satisfatório, destaca-se um diagnóstico que mostra diferentes estilos de dominância cerebral, ajudando o gestor no desenvolvimento de uma liderança eficiente, gerindo os conflitos existentes e sempre em busca da otimização profissional, no intuito de alcançar resultados com o máximo de eficácia. Dos 22 (vinte e dois) servidores atuantes nesse departamento, somente 18 (dezoito) tiveram participação nesta pesquisa. identificou-se que 39% dos integrantes do departamento da Diretoria de Expediente do TCE/RN, tem uma predominância no hemisfério inferior esquerdo (IE), esse eixo do cérebro possui características de uma pessoa controladora, planejadora e detalhista. Constatou-se que 33% dos integrantes da equipe apontam para a predominância no hemisfério inferior direito (ID), indivíduos com essas características de comportamento relacional, comunicativo e inspirador. Evidenciou-se que 22% dos integrantes da equipe tem a predominância no hemisfério superior esquerdo (SE), as pessoas que utilizam esse eixo do cérebro possuem características de um indivíduo racional, lógico e analítico e apenas 6% dos integrantes da equipe que apresenta a predominância no eixo superior direito (SD), apesar de ser uma quantidade bem menor, as pessoas com esse estilo de comportamento contribui muito para que a equipe não fique presa ao trabalho rotineiro, criando expectativas e novas ideias de desempenhar suas atividades com mais entusiasmo. Sendo assim ocorreu que 61% do somatório de integrantes da equipe indicaram a predominância do hemisfério esquerdo, que mostra características bem voltadas à lógica, à razão e aos detalhes e 39% do somatório da equipe teve a sua predominância no hemisfério direito que dar preferência á perfis voltados para a comunicação, a emoção e a intuição.

**(Conclusão)** Neste estudo a análise aconteceu através “Teste de Dominância Cerebral” de forma manual composto por 12 questões fechadas, gerando gráficos e descrições dos perfis comportamentais pelo próprio instrumento de pesquisa. Através da coleta, tratamento dos dados e análise das informações, alcançamos a finalidade deste estudo de entender melhor os perfis comportamentais dos servidores da diretoria de expediente do TCE/RN, e posteriormente fazer recomendações baseado no diagnóstico obtido.

**Palavras-Chave:** Estilos comportamentais. Liderança. Dominância cerebral.

**DRONE POTIGUAR: MODELAGEM DE UMA VISÃO INCOMUM DO SEU EVENTO.**

**Autor(es):**

*Leonardo Viana Silva do Vale: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Andrews Asheley de Lima Castro: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Danilo Duarte de Moura: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O registro dos momentos mais importantes das vidas das pessoas tem sido eternizado através de fotografias e vídeos. Atualmente, a procura por profissionais ou mesmo pessoas com conhecimento especializado em tecnologia para registrar cada ocasião tem se tornado cada vez mais comum nos eventos. Quando se trata de um acontecimento ainda mais especial como um casamento ou aniversário de quinze anos a situação é ainda mais peculiar, pois são ocasiões que merecem uma atenção e cuidado singular. Pensando nessa necessidade, foi realizada uma modelagem de negócio que atende a especificidade deste nicho de mercado. Trata-se da Drone Potiguar: uma empresa especializada no registro e cobertura total de eventos com o diferencial da captação de imagens aéreas – uma maneira de proporcionar ao cliente uma visão incomum do seu evento. A modelagem de negócios através do Business Model Canvas (BMC) permite, de forma estratégica, montar um quadro visual do negócio, descrevendo através dos seus nove blocos, informações imprescindíveis da empresa como a ter a clareza da proposta de valor oferecida ao cliente, os segmentos de mercado atendidos, as fontes de receitas, dentre outros, para um melhor planejamento e tomada de decisão no negócio.

**(Metodologia)** Trata-se de um estudo de caso, haja vista a empresa citada se encontrar em operação no mercado. Foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória, descritiva e de campo. No intuito de se identificar possíveis concorrentes e iminentes lacunas de oportunidades, foi feita uma análise de mercado com o auxílio da internet e de redes sociais. O negócio foi modelado com base na ferramenta Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2011), visualizado através da plataforma SEBRAE Canvas em uma tela com nove blocos que descrevem as principais áreas de um empreendimento.

**(Resultados)** A pesquisa de mercado revelou que existem outras empresas que ofertam serviço semelhantes, porém na cidade do Natal/RN, poucas possuem todos os equipamentos necessários para fazer uma cobertura completa de eventos. A Drone Potiguar oferece como proposta de valor, proporcionar ao cliente uma visão diferenciada do seu evento através de imagens aéreas e streaming de vídeo “ao vivo” da ocasião. O seguimento de mercado é voltado para um perfil de pessoas que buscam singularidade, personalização e diferenciação no registro de momentos especiais, podendo também utilizar esse material na divulgação e promoção de negócios, empreendimento e eventos. O relacionamento com o cliente se dará através de reuniões presenciais, redes sociais, e-mail, telefone e WhatsApp. A fonte de receita ocorre por meio da venda de fotos e vídeos do evento e transmissões “ao vivo”, assim como também, por meio de propaganda com o material captado pelo drone. O recurso chave será um drone equipado com câmera de alta qualidade, equipe especializada para manusear os equipamentos, editor para o material captado e plataforma específica para streaming. A atividade chave decorre da captação de imagens e vídeos aéreos e edição dos mesmos com opção da cobertura completa do evento, podendo ser transmitido “ao vivo”. Os fornecedores de tecnologia, as redes sociais e os produtores de eventos serão os parceiros chaves. A estrutura de custo se dará pela manutenção dos equipamentos, transporte para os eventos, remuneração da equipe e retirada do pró-labore dos sócios.

**(Conclusão)** O modelo de negócio analisado foi validado e revela-se viável, uma vez que é identificado um perfil de pessoas que demandam e estão dispostas a pagar pelo registro visual dos seus eventos através de um novo ângulo. Ainda, de acordo com as informações obtidas na pesquisa de mercado, a Drone Potiguar se mostra capaz de suprir as necessidades desse nicho de mercado atendendo à resolução dos problemas dessas pessoas.

**Palavras-Chave:** Drone; Tecnologia; Eventos; CANVAS; Empreendedorismo.

## **ECONOMIA ESPORTIVA: O ENDOMARKETING NAS EMPRESAS FITNESS EM NATAL**

### **Autor(es):**

*Petrus Rafael dos Santos Lopes : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Yago Soares da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Ivo Nilson Lopes de Medeiros Filho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Carlos Roberto da Silva Filho : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*

*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** 1 INTRODUÇÃO: O marketing interno é uma tarefa de contratar, treinar e motivar funcionários que desejam atender bem aos clientes. Nas academias fitness, os funcionários tratam direto com os clientes, exigem um certo treinamento para que eles continuem mantendo uma boa harmonia no ambiente de trabalho. A capacitação dos funcionários constitui elemento primordial no processo de endomarketing, e para isso, é preciso fidelizar os funcionários como se faz com os clientes, tratando-os com verdadeiros "clientes internos" (BEKIN, 2006). Para Cerqueira (2002, p.2.), o endomarketing são projetos e ações que uma organização deve ter para consolidar a base cultural dos comprometerimentos dos seus funcionários com o desenvolvimento adequado das suas diversas tecnologias, a implantação de ações gerenciais preventivos como também a melhoria do relacionamento interpessoal. Os valores organizacionais e as campanhas de marketing precisam atingir primeiramente o público interno para que haja relacionamento duradouro e produtivo, esclarece Brum (1998), ao passo que provoque nos funcionários motivos para se orgulharem de fazer parte dos processos da empresa. 1.1 OBJETIVOS 1.1.1 GERAL Temos com objetivo geral, encontrar qual o problema de desistência dos alunos para o trancamento do seu plano, das academias fitness e das academias smart, no bairro de lagoa seca e lagoa nova, totalizando 4 academias. 1.1.2 ESPECIFICO Identificar as características econômicas, sociais, educacionais e estados civil das pessoas que preenchem o maior índice de desistências nessas academias. Verificar o motivo de frequentarem a academia. Tentar encontrar modos de melhorar os serviços fornecidos pelas academias fitness. Comparar o publico alvo das academias.

**(Metodologia)** 2 METODOLOGIA: 2.1 TIPO DA PESQUISA Quanto ao topo de pesquisa o estudo é do tipo explorativa descritiva, e subtipo de pesquisa como pesquisa de campo em 4 academias fitness de natal, nos modelos tradicionais e smart, concentrando nos bairros de lagoa seca e lagoa nova. 2.2 COLETA DE DADOS Quanto a coleta de dados serão aplicados questionários estruturados com perguntas fechadas. 2.3 UNIVERSO E AMOSTRA A amostra é não probabilística por acessibilidade, visto que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistado no campo. (MATTAR,2001) 2.4 TRATAMENTO DOS DADOS Os dados serão tratados utilizando uma abordagem qualitativa e quantitativa.

**(Resultados)** 3 RESULTADO: 3.1 PUBLICO DE MAIOR DESISTENCIA NAS ACADEMIAS TRADICIONAIS: Genero: Masculino:28,07%/Feminino:71,93% Renda: Media Alta;64,71%/Media:35,29% Escolaridade: Superior:47,06%/Medio Completo:23,53%/Medio incompleto:29,41% Estado civil: Casados:64,71%/Solteiros:35,29% 3.2 PÚBLICO DE MAIOR DESISTENCIA NAS ACADEMIAS SMARTS Genero: Masculino:63,64%/Feminino: 36,36% Renda: Media Alta:63,64%/ Media:36,36% Escolaridade: superior: 45,45%/ Medio completo: 36,36%/ Medio incompleto: 18,18% Estado civil: Solteiros: 54,55%/ Casados: 45,45%

**(Conclusão)** 4 CONCLUSÃO: Através dos resultados encontrados nas pesquisas, apesar de estarem em bairros próximos, às mesmas possuem públicos alvos diferentes, ondem também tem objetivos distintos, mas o déficit em mantes a fidelização dos clientes é um pouco grande. As academias tradicionais por sua vez, poderiam tentar melhorar seu clima organizacional, onde poderiam mostrar a sua equipe que ela é a peça principal para reter cliente, já que tratam direto com ele. E as academias smart poderiam cobrar uma diferença em horários de picos ou fazerem promoções pelos horários mais vagos.

**Palavras-Chave:** ENDOMARKETING, ECONOMIA, ATIVIDADE FISICA.

**EMPREENDEDORISMO FEMININO: UMA ANÁLISE SOBRE CASES DE SUCESSO.**

**Autor(es):**

*Ana Cláudia da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO): Busca-se empreender por diversos motivos (complemento da renda, desemprego ou oportunidade ao identificar a necessidade de tentar solucionar um problema). Ocorreram mudanças no mercado trabalhista nacional, razão essa que também incentivou uma busca feminina maior pelo mundo dos negócios. O objetivo da pesquisa é saber como a mulher consegue conciliar suas atividades do lar, com outras atribuições do mercado de trabalho bem como, tornam-se empreendedoras de êxito.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA): O estudo classifica-se como exploratório, descritivo e pesquisa de campo com intuito de mostrar uma análise de situações em empresas de ramos variados. Para taxonomia desse estudo alguns dos autores usados foram: Piccinini (2011) e Vergara (2003). Devido essa pesquisa ser voltada ao empreendedorismo feminino, para aplicação de questionário e identificação de seus perfis também ocorreram visitas aos locais. Buscou-se apoio junto ao SEBRAE - RN (20 mulheres atuantes em diversas áreas do RN e participantes do projeto Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios 2017) além do apoio junto ao Instituto Consulado da Mulher - SP (12 empreendedoras que atuam no ramo alimentício em SP e participantes do projeto Prêmio Consulado da Mulher - Empreendedorismo Feminino 2017). Refere-se a uma ação social da Consul que já reconheceu o trabalho de 34 mil empreendedoras ao longo de 15 anos. Para descrição e análise dos dados secundários, buscou-se uma abordagem quantitativa e qualitativa.

**(Resultados)** (RESULTADOS): Verificou-se que, mulheres têm mostrado resultados satisfatórios voltados à organização de seu tempo para desenvolver-se e empreender no mercado. Destacam-se na prestação de serviços, comércio, indústria e confecção. O que possivelmente direciona algumas mulheres para o ramo empreendedor além do cenário atual brasileiro, é a facilidade com que prestam atenção maior a detalhes, persistência, inovação, criatividade e cooperação. No RN a faixa etária predominante foi entre 31 e 40 anos de idade (40%), entretanto, em SP possuem entre 41 e 50 anos e idade (33,3%) tiveram o principal motivo para empreender através da realização pessoal (56,3%) para a quantidade total de participantes (RN e SP). No entanto, observou-se que em SP (25,0%) se referiu a autonomia sendo outro motivo para abertura de seus empreendimentos. Todavia, no RN além da realização pessoal (75,0%) tiveram outro fator em destaque voltado ao aumento da renda familiar (15,0%). Ademais, foi verificado que, sobre a variável renda familiar, chegou-se ao percentual total (RN e SP 46,9%) com diferença maior em SP (75,0%) e menor no RN (30,0%) que recebem entre 2 e 4 salários mínimos e consideram uma renda satisfatória diante do cenário atual, suas formações acadêmicas baseadas na quantidade total de participantes (34,4%) possuem nível superior, elas também acreditam que o aperfeiçoamento de seus conhecimentos se fazem necessários para acompanhar o cenário atual.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO): O Empreendedorismo Feminino encontra-se em crescente expansão. Inspirações surgem conforme necessidades do mercado-alvo, ideias/oportunidades, planejamento, busca de recursos e gerenciamento da criação do negócio. Não significa dizer que as mulheres são superiores aos homens, todavia, o Empreendedorismo Feminino traz para o cenário empresarial algumas características próprias impactando positivamente no dia a dia dos negócios. São vários ramos de atuação como fazer doces ou artesanatos. Entretanto, será que essas mulheres pararam apenas nesse segmento? Atualmente, o universo feminino mostra sua capacidade de trabalhar em equipe ao contrário do individualismo além de cooperar e não apenas competir.

**Palavras-Chave:** Empreendedorismo Feminino, Mercado de Trabalho, Inovação.

## ENSINAMENTOS DO MAIOR CONSULTOR DE INVESTIMENTO DO SÉCULO XX. BENJAMIN GRAHAM

### **Autor(es):**

*Alessandra Cruz da Silva Souza: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Thiago do Nascimento Santos : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O estudo do mercado financeiro é de fundamental importância para aqueles que pretendem investir em ações. O Autor Benjamin Graham considerado o maior consultor de investimento do século XX, escreveu o livro: O Investidor Inteligente, influenciador de muitas fortunas multibilionárias como no caso de Warren Buffett um dos maiores investidores de todos os tempos diz que uma grande parte de sua fortuna ele conseguiu seguindo os ensinamentos de Graham que foi seu professor, dessa forma o livro O Investidor Inteligente ficou mais conhecido como a bíblia do investidor. Graham logo após concluir a faculdade ingressou no mercado financeiro, onde foi o pioneiro a usar ferramentas modernas de análise financeira. Ele acreditava que para um investidor ser inteligente deveria investir em ações que oferecesse margem de segurança diminuindo seus riscos, portanto, é preciso que o investidor analise diversos fatores como: relatórios financeiros, análise de dividendos, taxa de retorno, análise da empresa, análise econômica, histórico de bons lucros, também deveriam observar as estatísticas de produção e custos, capacidade da empresa para entregar pedidos, maquiagem de ativos e estrutura de obrigação. Para que fossem identificados esses fatores era preciso fazer uma análise qualitativa e quantitativa das empresas tendo assim uma visão holística de onde estará aplicando seus recursos.

**(Metodologia)** Neste estudo foi feita uma análise de conteúdo do livro Os grandes investidores com ênfase no primeiro capítulo que aborda as diretrizes do Autor Benjamin Graham,

**(Resultados)** A pesquisa se delimita por uma análise bibliográfica ao livro os grandes investidores, visto que, apresentam práticas e formas de investimentos de diferentes formas, por fim essa pesquisa tem o propósito de contribuir não só com a sociedade acadêmica, mas também a toda as pessoas, pois possibilita a todos um maior conhecimento para investirem seus capitais no mercado financeiro, dessa forma as pessoas sentiriam menos inseguras no momento de aplicar suas economias no mercado de ações.

**(Conclusão)** Neste presente estudo, foram identificadas as principais teorias de investimento de Benjamin Graham, onde ele contribui com várias premissas com uma metodologia de investimento com baixo risco e um retorno razoável; ser um investidor arrojado de forma inteligente usando o balanceamento de carteira e investindo no máximo 10% do seu capital para ter assim uma margem de segurança, especulações versus investimento, ações como pedaços das empresas, valor intrínseco, período correto para a compra e venda de ações, estabelecer o retorno desejado, filtração de mercado, investimento em ativos desvalorizados, investimento defensivo e investimento empreendedor, portanto ele acreditava que para um investidor ter sucesso é necessário seguir as premissas desenvolvidas por ele, mesmo depois de muito tempo os seus princípios de investimentos continuam muito importantes para os investidores.

**Palavras-Chave:** Investimentos, mercado financeiro, ações.

## ESTRATÉGIAS DE MARKETING DE RELACIONAMENTO NO CONSÓRCIO REDENÇÃO

**Autor(es):**

*Jéssica Lis de Lima Batista Barros: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O aumento da concorrência vem forçando as empresas a aumentar a produtividade, criar alianças estratégicas centradas em novos mercados e tecnologias e, principalmente, a buscar maneiras mais eficientes de encantar o cliente. Com relação ao consórcio, verifica-se que uma das dificuldades é o fato de que, no consórcio, ao contrário do financiamento, onde você retira o bem de imediato, o cliente precisa esperar até ser sorteado. Uma das dificuldades que as empresas têm em fidelizar o cliente é esquecer dos seus clientes antigos após a prestação de serviço, criando insatisfação e a sua consequente perda. Através disso foi feita uma entrevista com os clientes do consórcio redenção para melhoria de atendimento e aplicação de estratégias de marketing para buscar manter e fidelizar o cliente. O objetivo geral do presente estudo é desenvolver estratégias de marketing de relacionamento para o Consórcio Redenção, tendo como objetivos específicos: Identificar os fatores que levam o cliente a desistir do consórcio; verificar as percepções do cliente quanto ao consórcio e; traçar o perfil socioeconômico do cliente.

**(Metodologia)** Este trabalho se caracteriza como pesquisa descritiva, quantitativa e estudo de caso. O universo do presente estudo é composto por 2.210 clientes ativos e cadastrados no banco de dados do Consórcio Redenção referentes ao consórcio de veículos e mais 119 clientes referentes ao consórcio de imóveis, totalizando 2.329 clientes. O tipo de amostragem utilizada foi a probabilística, do tipo aleatória simples, com uma margem de erro de 6%, e um nível de confiança de 95%, obtendo-se uma amostra de 240 clientes.

**(Resultados)** De acordo com os resultados parciais, foram obtidas 124 respostas dos clientes do consórcio redenção, onde 27,4% dos clientes têm idade entre 35 e 47 anos e foi analisado que 28,8% dos clientes tem renda de 4 a 6 salários mínimos, sendo 53,2% do sexo masculino, a maior parte dos clientes são de consórcio de veículos, 50,8% dos clientes já tinha conhecimento de como funcionava o sistema de consórcios e 35,2% souberam através de amigos e internet. A maioria dos clientes procuraram o consórcio devido as melhores taxas e que fariam outro consórcio com a redenção e indicariam para amigos e parentes. 42,2% opinaram que a fidelização do cliente poderia ser melhorada e os fatores que influenciariam na desistência mal atendimento com 54,2% foi a mais citada pelos clientes do consórcio.

**(Conclusão)** Conclui-se que o Consórcio trabalha com um número grande de pessoas físicas e jurídicas para a aquisição de veículos e imóveis, e tem apresentado um crescimento nos últimos anos, se tornando uma boa alternativa para quem quer adquirir um automóvel ou imóvel com um valor de parcelamento mais viável, portanto foi aplicado aos clientes do consórcio redenção dezessete questões fechadas, com o objetivo de verificar e analisar os fatores que influenciam na desistência do cliente analisando as percepções, com o intuito de melhorar o atendimento, criar estratégias de marketing para fidelizar o cliente, assim fazendo com que os clientes estejam sempre satisfeitos e proporcionar ao empresários uma visão melhor para ampliar as estratégias de marketing, atendendo as necessidades e desejos de cada cliente.

**Palavras-Chave:** fidelização; marketing; estratégias.

**ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIANTE DA CONCORRÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO JUNTO AOS MINIMERCADOS DE EMAÚS**

**Autor(es):**

*Daniel Lindbergh Cunha: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Sendo considerado um importante elemento para a economia, o comércio varejista de minimercados de bairro contribui para a valorização da cadeia de abastecimento de bens de consumo, quando atua como intermediário entre o fabricante de determinado e o consumidor final deste produto. E, dentro deste contexto, um dos aspectos importantes, que merece ser analisado diz respeito às estratégias de marketing que estes minimercados conseguem aplicar naturalmente (muitas vezes sem o conhecimento técnico) e conseguem sobreviver diante da concorrência com grandes varejistas. O presente estudo tem como objetivo geral analisar as estratégias de marketing utilizadas pelos minimercados do bairro de Emaús, Parnamirim-RN, diante da concorrência junto a grandes varejistas. E tem como objetivos específicos caracterizar o perfil dos minimercados no que se refere ao tempo de atuação, localização, crescimento e qualidade do atendimento; identificar as estratégias de vendas utilizadas nos minimercados; verificar a existência de estratégias de relacionamento com o cliente; identificar as estratégias de produtos, preço, praça e promoção.

**(Metodologia)** Considerando-se o fato de analisar as estratégias de marketing utilizadas pelos minimercados do bairro de Emaús, Parnamirim-RN, diante da concorrência junto a grandes varejistas, foi realizada uma pesquisa com objetivo descritivo, utilizando-se como procedimento técnico uma pesquisa de campo. Na realização dessa pesquisa caracterizou-se o perfil dos minimercados no que se refere ao tempo de atuação, localização, crescimento e qualidade do atendimento; identificou-se as estratégias de vendas utilizadas nos minimercados; verificou-se a existência de estratégias de relacionamento com o cliente; e identificou-se as estratégias de produtos, preço, praça e promoção.

**(Resultados)** Após a pesquisa de campo realizada, o presente trabalho aponta alguns resultados relevantes no que diz respeito às estratégias de marketing que o minimercado utiliza e que se tornam um diferencial exclusivo deste perfil de loja, como por exemplo, o atendimento a qualidade no atendimento muitas vezes feita pelo próprio dono, a fidelização através da venda de caderneta e entrega em domicílio, o portfólio de produtos muitas vezes escolhidos com base na escolha do cliente. Com relação a aparente risco da concorrência, apesar dos minimercados estudados estarem localizados relativamente próximos a grandes redes de varejo como Superfácil (Nordestão), Assaí (Grupo Pão de Açúcar), Atacadão (Carrefour), Maxxi (Wal-Mart), 100% responderam na pesquisa que a localização é apropriada e nenhum entrevistado demonstrou pontos negativos neste aspecto e ao analisar o tempo de atuação das lojas, verificou-se que a maioria das lojas, correspondendo a 40%, são lojas novas com até 5 anos. Entretanto, 40% também representam o total de lojas acima de 10 anos caracterizando certa estabilidade das lojas nesta região.

**(Conclusão)** Após análise realizada no presente estudo, conclui-se que os minimercados possuem particularidades e vantagens diante de das grandes redes voltadas para exclusividade no atendimento, flexibilidade e praticidade nas compras. Entretanto identificamos oportunidades que podem levar ao aumento de vendas da loja como a possível estratégia de promoções dentro e fora da loja e também melhorias no formato de precificação. Identificamos em loco também algumas oportunidades que apesar de não terem sido previamente levantadas no projeto inicial, propõe-se melhorias que vem a melhorar a experiência de compra como organização das gôndolas, visibilidade de loja, iluminação da loja, higienização.

**Palavras-Chave:** Minimercado, Varejo, Concorrência, Atendimento, Estratégia de marketing.

**ESTUDO DE MARKETING PARA ACADEMIA DE ARTES MARCIAIS KIMURA NOVA UNIÃO NA CIDADE DE NATAL-RN.**

**Autor(es):**

*Nielson Rodrigo Guimarães de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O marketing de relacionamento possui a competência de atrair clientes e torná-los em clientes preferenciais e parceiros da organização, fazendo que se sintam como parte integrante da organização. Para um encaixe adequado na vida dos clientes o marketing representa um conjunto de métodos para o desenvolvimento de vendas, baseando suas premissas dos 4P's conhecido como Mix de Marketing Com isso é importante a realização da análise SWOT para se obter um serviço de sucesso, analisando as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.. Nesse sentido buscou-se a formulação de uma estudo com o intuito de resolver a problemática relacionada a qual plano de marketing ideal para uma academia de arte marcial na cidade de Natal – RN?, criando dessa forma o objetivo realizar um levantamento do produto oferecido no mercado, identificando as estratégias e objetivos adequados para um preço apropriado ao valor real dos serviços, bem como propor um Plano de Marketing específico para o público local da academia.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada para o estudo de caso foi uma pesquisa de campo com aplicação de questionários, essa análise se caracteriza por se aplicar mediante a necessidade de resolver problemas concretos, que surgiam com a falta de um Planejamento Estratégico, e ainda com a ideia de gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida a solução de problemas específicos que envolvem verdades e interesses locais. Ainda na metodologia utiliza-se a forma abordagem qualitativa e ainda método de abordagem a avaliação formativa.

**(Resultados)** Os resultados foram obtidos a partir dos dados colhidos pela aplicação dos métodos e técnicas escolhidos para a pesquisa de campo deste trabalho, onde a ideia principal era uma análise específica a partir do questionário piloto para usuários, até o estudo realizado na própria instituição. Nesse sentido apura-se que o público alvo constante da academia consistem em sua maioria da faixa etária de 21 a 29 anos (43,83%), sexo masculino (73,91%), com estado civil solteiros e casados na mesma proporção (34,78%), em sua maioria com grau de instrução até o ensino médio (34,78%). A maioria dos entrevistados conheceu a academia Kimura por intermédio de indicação feita por amigos (65,22%), se encontrando esses satisfeitos com o serviço prestado (45,45%), e ainda afirmando que indicam com prazer a instituição para terceiros (95,65%). Um dos fatores que caracterizam a justificativa para essas indicações é a noção de preço justo mediante os serviços prestados, haja vista que a renda média dos que la frequentam é de R\$781,00 a R\$1.300,00 (26,09%), onde acreditam que a mensalidade é justa (34,78%), mas ainda defendem em sua maioria um desconto de 20% (78,26%) como forma atrativa.

**(Conclusão)** Mediante o estudo realizado, conclui-se portanto que o ao realizar a análise verifica-se que a Academia Kimura Nova União tem o conhecimento de que o cliente, além dos serviços, busca o seu bem estar e o respeito a sua opinião. E mais, demonstra oferecer um atendimento de qualidade visando um relacionamento duradouro e mostra disposição em fazer o que for preciso para conseguir fidelizar seus clientes. De uma maneira geral diante dos resultados obtidos na pesquisa, pode-se dizer que a Academia Kimura Nova União tem, até o momento, um desempenho bastante satisfatório, porém, busca do aperfeiçoamento para ter um bom desenvolvimento nas atividades da organização. Para tanto, é necessário um maior investimento técnico, com um enfoque no mix de marketing para se obter sucesso em expansão da mesma haja vista que se tem a ciência que o cliente deve ser tratado com atenção, respeito e simpatia, por parte dos proprietarios e dos funcionários.

**Palavras-Chave:** Marketing, Relacionamento.

**FLEXIBILIZAÇÃO TRABALHISTA: UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO E A PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL NO SETOR PÚBLICO**

**Autor(es):**

*Ewerton Guedes da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A terceirização tem sido uma ferramenta estratégica, aplicada aos setores público e privado, amplamente discutida no meio econômico e social brasileiro. Sua utilização é vista através de duas perspectivas opostas: há um setor que enxerga como uma ação de modernização das relações trabalhistas, pois acreditam que a terceirização garante maior flexibilidade entre empresas e funcionários, garantindo uma boa resposta ao alto índice de desemprego e recessão econômica. No entanto, a perspectiva contrária vê a medida como uma forma de precarizar as relações trabalhistas, tirando direitos dos trabalhadores e diminuindo os deveres das empresas com seus funcionários. Nesse contexto, destaca-se a problemática: De que modo a terceirização afeta a percepção dos colaboradores da Sede da Procuradoria Geral do Ministério Público do Rio Grande do Norte sobre o ambiente de trabalho e a atuação profissional? Partindo desse pressuposto, o objetivo principal do presente trabalho é analisar de que modo a terceirização afeta a percepção dos colaboradores da Sede da Procuradoria Geral do Ministério Público do Rio Grande do Norte sobre o ambiente de trabalho e a atuação profissional.

**(Metodologia)** No presente artigo é feito um estudo de caso, o qual se classifica como uma pesquisa descritiva e exploratória, tendo em vista que através do estudo se procura expor as características apresentadas pelos funcionários terceirizados que prestam serviços na sede da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte no que tange à qualidade de vida, clima organizacional e produtividade. Para o desenvolvimento da pesquisa científica, foi realizado uma análise junto aos servidores e terceirizados do órgão. A pesquisa referente a esta amostra, faz uso de uma amostragem não probabilística, nos moldes do conceito de MATTAR (1996), e possui caráter convencional. No que diz respeito aos Servidores, o universo da pesquisa possui aproximadamente 200 profissionais e faz uso, parcialmente, de uma amostra de 7 elementos. No que concerne aos Terceirizados, o universo é de aproximadamente 50 profissionais e a amostra é de 16 elementos.

**(Resultados)** Merece ser destacado até o momento que 50% dos terceirizados questionados possuem idade entre 31 e 45 anos. Sendo a faixa etária predominante, o que também ocorre no grupo dos Servidores. Além disso, outros dados são relevantes: Mais da metade dos terceirizados têm ensino médio e possuem renda familiar de até 3 salários mínimos. Assim como os Servidores estáveis, parte majoritária dos terceirizados possuem mais de 2 anos na instituição. Diferentemente dos Servidores, a maior parte dos terceirizados responderam que não faltam por motivo de doença. Disseram também, a maioria, que faltavam com maior frequência quando trabalhava de forma direta (sem ser terceirizado). É importante também destacar que 56,3% dos terceirizados acreditam que os servidores produzem pouco quando comparado com a produção dos terceirizados. Já os servidores, em sua maioria, fazendo a mesma comparação, acreditam que os terceirizados produzem muito.

**(Conclusão)** Diante dos resultados encontrados na pesquisa, pode-se inferir alguns fatos interessantes. Ao contrário do que alegam os críticos à terceirização, tomando como base a amostra estudada, os terceirizados possuem baixa rotatividade. Também é possível observar um baixo índice de absenteísmo, comparando os terceirizados com os servidores e também com eles próprios quando exerciam outras atividades. No entanto, não podemos entender isso como indícios de satisfação no trabalho, pois 75% dos terceirizados disseram preferir trabalhar sem a presença de uma empresa intermediária, ou seja, sem ser terceirizado. Todos os dados obtidos na pesquisa possuem grande importância teórica e prática, no entanto, é necessário que sejam analisados considerando as especificidades do ambiente pesquisado e a natureza das atividades desenvolvidas.

**Palavras-Chave:** PRODUTIVIDADE; QUALIDADE DE VIDA; RELAÇÕES TRABALHISTAS; SATISFAÇÃO; TERCEIRIZAÇÃO.

**GEORGE SOROS - “O HOMEM QUE QUEBROU O BANCO DA INGLATERRA”.**

**Autor(es):**

*Sara Kamila Trajano da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN  
Danilo Duarte de Moura: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem por objetivo mostrar a história de sucesso de George Soros o mais respeitado administrador de fundos hedge. Ele nasceu na cidade de Budapeste em 1930, em uma família de classe média. Viveu sua infância em situações de desequilíbrio e quase equilíbrio normal passando pela segunda guerra mundial, Soros se vê principalmente como filósofo. Formado em economia e ciências políticas, sua vida universitária foi marcada pelos encontros com o professor e também filósofo Karl Popper, o qual é conhecido pela sua defesa a uma sociedade aberta, uma ideia seguida por Soros. Sua habilidade como administrador passou a se destacar pelos retornos consideráveis que obtinha no mercado sempre sob a ótica do risco. Soros aposta nas brechas do mercado, em retornos mais imediatos. Em 1969 fundou o Quantum Fund, o primeiro case de sucesso do fundo foi apostando contra o mercado, enquanto todos acreditavam que uma grande companhia iria falir ele apostou que ela sobreviveria e isso lhes rendeu uma grande fortuna, a partir daí a Quantum Fund apareceu como um dos mais famosos do mundo. Soros ficou conhecido como “o homem que quebrou o banco da Inglaterra”, em 1992 ele apostou US\$ 10 bilhões, na insustentabilidade da libra esterlina, a aposta o rendeu US\$ 1 bilhão de lucro em apenas um dia, além de notoriedade como ícone do mercado na época.

**(Metodologia)** Trata-se de um trabalho de pesquisa Bibliográfica descritiva exploratória e estudo de caso, baseado no livro Os Grandes Investidores: As estratégias dos maiores mestres na arte de investir de Glen Arnold, voltado para o capítulo 5 que fala sobre George Soros, o qual suas operações financeiras sempre questionavam teorias conhecidas como a hipótese de eficiência dos mercados. Após vários anos estudando ele formulou sua teoria própria, aos 78 anos Soros explicou de forma clara sua ideia de Teoria da reflexividade.

**(Resultados)** Através da pesquisa realizada podemos perceber a perspicácia de George Soros quando falamos de investimentos de auto risco. A teoria da Reflexividade de Soros á grosso modo explica à relação que uma ação tem consigo mesma, ou seja, essa teoria aponta que os agentes do mercado por terem conhecimento imperfeito, adicionam suas incertezas, e postulam que em determinadas situações, quando os mercados se afastam do equilíbrio gera-se um desequilíbrio dinâmico que reforça a si próprio, e que não pode ser explicado pelas teorias sociais/econômicas convencionais, pois o desequilíbrio que se produz nessas situações altera a própria realidade em análise. Basicamente Soros diz que há situações em que um desequilíbrio temporário do mercado, leva a que os atores desse mercado tomem decisões que elas próprias alteram os fundamentos do mercado e perpetuam/acentuem o desequilíbrio, ou seja, nessas situações a ciência econômica, que procura explicar os fatos através de uma relação causa-efeito falha, porque a própria causa é alterada pelos efeitos num esquema de feedback, mesmo Soros demonstrando seus resultados através de seus investimentos, sua teoria nunca foi levada muito a sério no meio econômico.

**(Conclusão)** Podemos concluir que George Soros e suas incríveis experiências de vida o ensinaram que os indivíduos não baseiam suas decisões na situação objetiva que estão confrontando. Em vez disso, as decisões são baseadas na percepção ou interpretação das pessoas sobre a situação. Além do mais, suas decisões podem mudar a situação concreta, alterando assim o resultado. A Teoria da Reflexibilidade de George Soros foi baseada na teoria de seu professor Karl Popper, mas Soros desenvolveu e implementou essa teoria para o mercado de capitais o que, segundo ele próprio, o ajudou a ter uma nova visão dos valores de segurança de bolhas especulativas, investimentos em valor e no mercado de ações.

**Palavras-Chave:** GEORGE SOROS; FUNDO HEDGE; TEORIA DA REFLEXIVIDADE; MERCADO DE AÇÕES; DESEQUILÍBRIO DINÂMICO; FEEDBACK.

## GESTÃO DE CUSTOS - PONTO DE EQUILÍBRIO NA EMPRESA BAMBOO & COO

**Autor(es):**

*Thiago Grande Rodrigues: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Introdução: A gestão de custos e o ponto de equilíbrio são ferramentas muito importantes para análise, acompanhamento e correções no que tange o setor financeiro de uma empresa. Através deles é possível administrar e prospectar melhorias em prol da saúde financeira da mesma. É comum o uso apenas de planilhas de gastos em diversas empresas, onde mesmo acontecendo de forma organizada, ela não consegue fazer projeções futuras em relação ao equilíbrio contábil de forma mais profunda.

**(Metodologia)** Objetivo do trabalho: O presente trabalho, através de uma pesquisa descritiva, tem como função aplicar a gestão de custos e o ponto de equilíbrio a empresa Bamboo & Co. Usando seus dados e movimento financeiro de um serviço realizado no mês de Agosto de 2017. Desde a precificação dos produtos até mesmo seus custos, investimentos, despesas e outros fatores que são primordiais ao setor produtivo da empresa foi possível identificar todos os custos. As ferramentas utilizadas podem inclusive prospectar melhorias, podendo inclusive alavancar o lucro da empresa.

**(Resultados)** Metodologia Utilizada: Através de um estudo de caso na empresa Bamboo & Co e o levantamento de dados de sua gestão de custos e aplicado ao ponto de equilíbrio, foi possível achar seu movimento financeiro e utilizando o método de pesquisa em relação a gestão e contabilidade de custos, foi possível identificar entre outras coisas o custo mínimo para movimentação sadia. Através da metodologia em questão a empresa pode saber o seu ponto de equilíbrio e como deve ser o comportamento de sua rotatividade para manter os custos da empresas. Foi também possível identificar os gastos, despesas e até mesmo relacionar investimentos feitos pela empresa, onde por muitas vezes é desconhecido a diferenciação de cada aplicação dos recursos. Também foi possível identificar os custos relacionado ao processo fabril onde estava alocado em outros pontos, como despesas e outros, é interessante destacar a importância que o trabalho se deu em fazer as correções.

**(Conclusão)** Chegamos a conclusão que o uso das ferramentas de gestão de custos e ponto de equilíbrio são de suma importância para o acompanhamento das finanças da empresa, se utilizada da maneira correta. O ponto de equilíbrio e a gestão de custos puderam mostrar a saúde e rotatividade da empresa em relação ao quanto é necessário se trabalhar ou vender o serviço para arcar com os custos mínimos que a empresa tem. É interessante relatar também as dúvidas tiradas quanto a questão de precificação do serviço, onde a empresa necessitou estudar quanto realmente deveria custar seus serviços realizados para ter um equilíbrio contábil.

**Palavras-Chave:** Ponto de equilíbrio, custos, gestão, contabilidade

**GESTÃO DE CUSTOS EM UM CENTRO DE TROCA DE ÓLEO: UMA ANÁLISE DA MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO E DO PONTO DE EQUILÍBRIO.**

**Autor(es):**

*Ivo Nilson Lopes de Medeiros Filho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Ponto de equilíbrio é o valor ou a quantidade que a empresa precisa vender para cobrir o custo das mercadorias vendidas, as despesas variáveis e as despesas fixas. No ponto de equilíbrio, a empresa não terá lucro nem prejuízo, cobrindo suas despesas. Também houve de encontrar a Margem de segurança é um indicador estático do risco econômico de exploração. É este indicador que dá-nos a percentagem do volume de actividade efectivamente praticada para além do ponto crítico. A empresa possui 4 tipos de produtos, sendo eles lubrificantes, acessórios, filtros e aditivos. está no mercado a 3 anos.

**(Metodologia)** metodologia utilizada foi uma pesquisa descritiva, com agrupamento de dados através de DRE, selecionando seus 4 produtos quantidades vendidas, preço de compra e preço de venda, para poder calcular seu ponto de equilíbrio. para saber quantos produtos precisariam ser vendidos, para cobrir suas despesas e depois gerar lucro.

**(Resultados)** Nessa linha, a pesquisa descreve um estudo de caso aplicado em loja de Jet Oil Natal, RN, no mês de Agosto de 2017 com o objetivo de apurar o custo e o ponto de equilíbrio contábil das atividades desenvolvidas pela referida unidade. Inicialmente identificaram-se os produtos vendidos pelo jet oil, apurando-se a quantidade realizada por tipo de produto e a respectiva receita arrecadada. possuindo a venda de 4 produtos (lubrificantes, filtros, acessórios e aditivos). os acessórios e filtros estão presentes para agregar valor aos lubrificantes, já que lubrificantes possuem a maior porcentagem de vendas e gastos, seguido por aditivos. foi verificado que o aditivo é um dos produtos que mais contribuem com o jet, pois o mesmo pode ser vendido ao dobro do seu preço, podendo ter uma menor quantidade destes produtos em seu estoque. TOTAL DE PRODUTOS VENDIDOS R\$ 15.892,01 QUANTIDADE DE PRODUTOS 4 Quantidade total de produtos vendidos 766 Preço de venda unitário referente a todos os produtos: R\$ 20,75 Gastos fixos Valores Coluna1 Custos fixos salario R\$ 1.654,00 despesas fixas Internet R\$ 50,00 telefone R\$ 40,00 aluguel R\$ 1.000,00 TOTAL R\$ 2.744,00 Gastos Variáveis referente a 766 produtos Valores Custo variáveis Energia R\$ 200,00 Materia Prima R\$ 9.936,79 Despesa Variável Material para consumo R\$ 1.700,00 TOTAL R\$ 11.836,79 Margem de contribuição Média  $(3,39 \times 0,0237) + (9,70 \times 0,1865) + (5,20 \times 0,7440) + (10,61 \times 0,0458)$   $0,08 + 1,81 + 3,87 + 0,49$  mcm = 6,25 Ponto de equilíbrio =  $2744 / 6,25$  Ponto de equilíbrio : 439,04 Produtos Ou Ponto de equilíbrio:  $439,04 \times 20,75 =$  R\$ 9.110,08 Margem de segurança = R\$ 6.781,93

**(Conclusão)** Foi concluído que só com lubrificantes e aditivos o jet oil conseguiria sobreviver, cobrindo seus gastos e podendo ter lucro que possuiu uma boa margem de contribuição. Seus gastos podem diminuir sem a compra de filtros e acessórios, pois seu percentual de participação é muito baixo. Com isso aumenta os insumos para lubrificantes e aditivos, diminuindo o tempo, gerando mais renda, diminuindo também seus gastos fixos e gastos variáveis.

**Palavras-Chave:** ponto de equilíbrio, margem de segurança

**GESTÃO SOCIOAMBIENTAL ESTRATÉGICA: AVALIANDO A RESPONSABILIDADE DAS POLÍTICAS ADOTADAS POR EMPRESAS DO RAMO DA MINERAÇÃO NO RN.**

**Autor(es):**

*Karina Lopes Loureiro: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO):A mineração é uma das atividades mais importantes para a economia do país, mas ao mesmo tempo é uma das atividades que mais causam impactos socioambientais. O Brasil é considerado um país rico em mineração, pois além de ter uma vasta extensão territorial, o subsolo contém uma importante reserva mineral. Na região Nordeste, o Estado do Rio Grande do Norte tem uma posição de destaque nacional no setor mineral, com uma grande concentração de jazimentos minerais. Tendo em vista essa posição de destaque, o objetivo da pesquisa é mostrar como as empresas do Seridó do Estado do Rio Grande do Norte, aplicam na sua gestão estratégica políticas voltadas para questões socioambientais, visto que a sustentabilidade é um importante componente econômico.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA):A metodologia utilizada na pesquisa classifica-se como sendo exploratória descritiva assim como pesquisa de campo, tendo como finalidade analisar as estratégias socioambientais adotadas por empresas de mineração da região do Seridó do Estado do Rio Grande do Norte. A ferramenta utilizada para a aplicação da pesquisa foi a partir de um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas através do Google Docs, e enviado por e-mail aos gestores das empresas avaliadas, com o intuito de ganhar informações acerca das estratégias empresariais adotadas, com enfoque no meio ambiente e na sociedade, mostrando as políticas e critérios aplicados no setor que o ligam à sustentabilidade.

**(Resultados)** (RESULTADO):A pesquisa mostrou que em 100% das empresas de mineração da região pesquisada, são adotadas políticas socioambientais que visam recuperar a poluição causada à população local e também a degradação do solo, fauna e flora, existindo assim, em 80% delas uma parte de sua estrutura organizacional dedicada à questões socioambientais, assim como, em 80% dessas empresas seus processos definidos para gestão ambiental seguem padrões de certificação ISO 14000, ou seja, visam identificar padrões/requisitos para a realização de um sistema de gestão ambiental em todas as organizações. Verificou-se também que em 100% existe a monitoração do impacto ambiental causado pela atividade mineradora, entretanto, somente 20% das empresas investem na aquisição de equipamentos menos poluentes ou que gerem menos riscos ambientais,

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO):A partir da análise dos dados obtidos através do questionário foi identificado que as empresas de mineração do Seridó do Estado estão preocupadas com a agressão que a sua atividade causa ao meio ambiente e também à comunidade que vive no seu entorno, e com isso adotam políticas estratégicas para tentar minimizar seus impactos socioambientais, de forma que sintam que estão contribuindo para a recuperação de algo que a empresa na qual eles trabalham causou.

**Palavras-Chave:** Socioambiental. Mineração. Seridó. Políticas.

**GOVERNANÇA CORPORATIVA: UMA FERRAMENTA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL, ACESSÍVEL E APLICÁVEL EM EMPRESAS DE MICRO E PEQUENO PORTE**

**Autor(es):**

*Rafael de Baggi Silva e Attayde: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e de otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade. Nos últimos anos, presenciamos um importante avanço na conscientização sobre as vantagens da Governança Corporativa: empresários, empreendedores, sócios e administradores compreendem os benefícios da adoção de práticas que conferem maior transparência e suporte às ações e decisões empresariais mais profissionais, e que ampliam e aprimoram o processo de gestão de forma transparente. O presente trabalho tem por objetivo geral analisar a aplicação da ferramenta Governança Corporativa em empresas de micro e pequeno porte, e como objetivos específicos verificar as principais vulnerabilidades e pontos de impedimento desta aplicabilidade, demonstrar possíveis formas de conduções e contorno às dificuldades para o êxito esperado e ainda analisar suas respectivas e possíveis eficiência e agregação de valor para a empresa receptora da nova ferramenta, quando de sua implantação.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Como regra geral, pesquisas científicas necessitam de planejamento e sua execução deve ser realizada partindo de um método definido, identificando o problema e buscando sua respectiva resolução. Para esta pesquisa, utilizou-se a abordagem bibliográfica, descritiva e qualitativa, tendo como instrumentos de pesquisa dados e informações constantes em livros, artigos publicados na internet e relatórios destinados à investidores sobre o tema Governança Corporativa, bem como sobre empresas familiares, para que fosse compreendida a possível ligação entre estes dois temas.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Após revisão bibliográfica, o presente trabalho propõe de forma social e econômica, desenvolver um planejamento de educação empresarial dividido em 5 (cinco) níveis de classificação, voltados a aplicação direta das práticas de Governança, onde no primeiro nível, o Nível "0" (ensino pré-primário), será responsável pela introdução dos conceitos iniciais de boas práticas de gestão, no Nível "1" (primário), a empresa já terá todo o conteúdo e os conceitos do nível anterior implantados e ainda sendo capaz de realizar um reuniões de planejamento estratégico com periodicidade anual. No Nível "2" (secundário), a empresa deverá ser capaz de implantar um Conselho Consultivo presente nas reuniões estratégicas. Terminadas as etapas elencadas, a empresa já terá uma condição de gestão diferenciada, e poderá seguir adiante com os outros dois níveis de formação, estes obrigatórios para empresas de comercialização de suas ações no mercado de capitais, através da regulamentação dos níveis I e II da BOVESPA, e conseqüente estágio denominado "Novo Mercado", sendo este, o topo do padrão de listagem de níveis das empresas utilizadoras das práticas de Governança Corporativa no Brasil.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Após análise realizada no presente estudo, conclui-se como factível e de relevante importância a criação da cartilha ora proposta, sendo esta uma ação de cunho acadêmico com forte viés social, desenvolvendo os micros e pequenos gestores, tendo em vista um modelo de leitura acessível, embasado nos quatro pilares da Governança Corporativa, aumentando assim as chances das empresas diretamente impactadas se tornarem cada vez mais economicamente viáveis.

**Palavras-Chave:** PALAVRAS CHAVES: Governança Corporativa, Transparência, Equidade, Prestação de Contas, Responsabilidade Corporativa, Ética.

**HEALTHY LIFE: MODELAGEM DE UM APLICATIVO NO SEGMENTO DE QUALIDADE DE VIDA, SAÚDE E BEM ESTAR.**

**Autor(es):**

*Amanda Beatriz Vasconcelos Galdino da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Kelly Renata Dantas Cavalcante: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Karla Janaina Marques da Rocha : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em meio à rotina corrida das atividades diárias, muitas vezes fica difícil ter tempo para dedicar exclusivamente à qualidade de vida. Entre um compromisso e outro, as horas de sono, a boa alimentação e a prática de exercícios podem acabar ficando em segundo plano. Para quem está tentando inserir hábitos mais saudáveis no dia a dia e busca otimizar seu tempo, os aplicativos de celular podem ser grandes aliados. Pensando nisso, foi desenvolvido um aplicativo chamado “Healthy Life” (vida saudável) que oferece ferramentas que incorporam momentos de bem-estar no cotidiano, além de planejar as atividades diárias. Este aplicativo divide tudo em períodos para que os indivíduos possam se organizar melhor, sem comprometer tarefas importantes. O aplicativo funciona de acordo com a rotina do usuário e o classifica como uma pessoa diurna ou noturna. Assim, cada compromisso ganha seu grau de importância. O sistema permite que o usuário crie listas para todos os tipos de afazeres e em cada anotação o usuário defina o prazo de conclusão que ativa um alarme para ser notificado quando estiver perto da data limite de realização. São tantas tarefas, pensamentos, ideias e compromissos, que ficar desorganizado e não manter hábitos saudáveis é comum.

**(Metodologia)** A pesquisa classifica-se em descritiva e exploratória, tendo como fonte de coleta, dados encontrados na rede mundial de computadores. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2009) que é estruturado em uma tela com nove blocos que descrevem as principais áreas de um negócio.

**(Resultados)** Aplicativos voltados para o segmento de qualidade de vida, saúde e bem-estar estão sendo adotados no mundo inteiro, principalmente pelos mais jovens. Através de uma análise, foi verificada a necessidade de novas funcionalidades nesse segmento de aplicativos. O perfil dos usuários que buscam um gerenciamento da sua saúde e qualidade de vida. A proposta de valor é oferecer as pessoas a possibilidade de otimização do tempo para lidar melhor com seus compromissos diários, aliando a isso, a inserção de bons hábitos proporcionando uma melhor qualidade de vida. O canal de distribuição se dá através de downloads na Play Store, App Store, entre outros. A rede de relacionamentos com clientes será mantida através chats, central on line, Skype e redes sociais, além de uma divulgação interativa de promoções para captação e fidelização de usuários. A fonte de receita é obtida através de assinaturas pagas e parcerias com empresas do ramo. A atividade-chave desempenhada é melhorar a qualidade de vida e otimizar o tempo do usuário. Os parceiros-chaves acionados serão as lojas de produtos fitness, as academias, os profissionais da área da saúde e desenvolvedores de softwares. Os custos mais inerentes ao modelo de negócio será com provedor de internet, programador de software e divulgação de marketing.

**(Conclusão)** O desenvolvimento de aplicativos no segmento de qualidade de vida é uma área que tem ainda muito para oferecer e ainda não foi completamente explorada. O desenvolvimento do aplicativo “Healthy Life” é uma forma viável, prática e escalável que tem como objetivo organizar o tempo das pessoas de forma prática, possibilitando a realização de suas tarefas em ordem de importância, de forma controlada e otimizada. Esta é uma ferramenta de comunicação que ajuda na automação e otimização de processos através do uso da internet que a maioria das pessoas usam atualmente e também de dispositivos de comunicação que boa parte da população utiliza, tornando-se um recurso eficiente no mercado para a resolução de necessidades.

**Palavras-Chave:** Tecnologia; Qualidade de vida; Inovação

**IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE MERCADOLÓGICA PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA EMPRESA FILIAL DO RAMO ÓTICO EM CAICÓ-RN.**

**Autor(es):**

*Victor Almeida Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução) INTRODUÇÃO:** A pesquisa e análise mercadológica são grandes aliadas do empresário, seja ele já inserido no mercado ou com pretensão de inserção. Diante disso, é importante destacar que essa ferramenta da administração reduz as chances de erros em abertura de novos negócios e também em outros âmbitos empresariais discutidos nos mais diversos cenários mercadológicos que se modificam constantemente. As abordagens da pesquisa e análise mercadológica permitem à organização uma segurança contínua podendo ser utilizada em diversas áreas. Como exemplo, uma empresa prestes a se inserir no mercado planeja suas estratégias, modelagem de negócio, segmentação de mercado, identifica potencialidade de vendas, necessidades de mudanças e adaptação, análise dos concorrentes e até mesmo estratégias de marketing baseadas em informações que são fornecidas por essa ferramenta que auxilia em todo o processo de decisões seja ela em qual setor for aplicado.

**(Metodologia) METODOLOGIA:** Foi utilizada uma pesquisa bibliográfica, por se tratar de uma pesquisa elaborada a partir de material já publicado, construído principalmente de livros, artigos de periódicos e também de material contido na internet. Para coleta de informações que constituem essa pesquisa, foi também realizada uma entrevista com o proprietário da empresa. Esse método de coleta de informações apresenta questões discursivas que garantem compreensão do âmbito profissional do entrevistado condizendo com finalidades específicas de uma pesquisa.

**(Resultados) RESULTADOS:** O gestor destaca a importância da informação, que por sua vez é a principal auxiliadora na tomada de decisões, assim alcançando os objetivos almejados pela empresa sem frustrações. É perceptível a adaptação do formato e métodos de pesquisa de mercado tradicional adotado pelo gestor. Pois se trata de público preestabelecido e as fontes são clientes que participam de uma experimentação e avaliação do produto, “venda prévia” como é chamada pela empresa. O tipo de análise desenvolvido pelo gestor não foi totalmente explícito, mas percebe-se que utiliza de informações previamente prontas de fontes úteis do processo. Nota-se a aplicação dos resultados obtidos através da pesquisa de forma de adaptação e ajustes em pontos identificados no decorrer do processo de pesquisa.

**(Conclusão) CONCLUSÃO:** A pesquisa e análise de mercado são aplicações que se bem elaboradas e desenvolvidas oferecem para a empresa uma enorme segurança auxiliando a mesma em diversos pilares administrativos na tomada de decisões e desenvolvimento de estratégias que elevem a empresa a um alto patamar competitivo diferenciado. Através do método de entrevista aplicada, observou-se na referida empresa que é sim de suma importância a pesquisa e análise mercadológica em um processo decisório de expansão. Contudo a empresa se utiliza de métodos de pesquisa adaptados elaborados através dos métodos mais tradicionais, mas mesmo assim os métodos são bem efetivos para responder as expectativas da organização quanto à aplicação dessas ferramentas, assim conseguindo identificar os principais pontos que levem a empresa à decisão de inserção ou não no mercado alvo de vendas, baseando em informações quantitativas e qualitativas que permitem a segurança antes da abertura do negócio.

**Palavras-Chave:** PALAVRA-CHAVE: Pesquisa, mercado, análise, importância

## IMPORTÂNCIA DA VIABILIDADE ECONÔMICA DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA EM NATAL

### **Autor(es):**

*Marcos Vinicius da Silva Pinheiro: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Marcos Antônio Bezerra Cavalcanti Neto: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*João Alfredo Melo de Souza Rodrigues Rebouças: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Teodoro Passos Sales Neto: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Tulio Tiago Ribeiro: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O tema abordado retrata um modo opcional de enfrentar a situação vivida hoje pelos cidadãos brasileiros com a falha da segurança pública, observando mais de perto essa tomada de decisão pelos moradores da capital do estado do Rio Grande do Norte (Natal), tendo como principal ponto de vista o impacto econômico das empresas de segurança privada com base na viabilidade econômica desse mercado na referida cidade, fazendo com que se tenha conhecimento prévio dos gastos da sociedade com sua segurança e os possíveis lucros dos empresários do ramo. Os casos de crescimento de insegurança no estado são cada vez maiores, com base nisso, no dia 05 de abril de 2017 a ONG Mexicana Conselho Cidadão para Segurança Pública e Justiça Penal publicou quais eram as 50 cidades mais perigosas do mundo, na qual Natal aparece como a 10ª (decima) cidade mais perigosa, mostrando o quanto é gasto pelos cidadãos potiguares com a segurança privada, o quanto as empresas do seguimento vem crescendo e o quanto cresce todo esse mercado em si.

**(Metodologia)** Como forma de compreender o mercado de uma maneira mais ampla e abrangente, estudamos a proposta de empresas de segurança privada através de pesquisa exploratória descritiva, tendo como fonte de coleta de dados monografias, artigos, aplicação de questionário com o intuito de classificar a perspectiva dos possíveis clientes do mercado em questão, além de sites de caráter geral que continham informações que acrescentaram no crescimento do conhecimento sobre o tema.

**(Resultados)** Após a efetivação do estudo, das pesquisas e questionários respondidos tanto por pessoa física quanto por empresas do ramo, identificamos como ponto forte as oportunidades de empregabilidade gerada pelas empresas, pois hoje em dia devido ao alto índice de desemprego muitos funcionários capacitados estão passando dificuldade, então, o mercado de segurança privada é um bom meio de conseguir destaque. Em contraponto, as ameaças são maiores, pela vida ser colocada sempre em risco e a criminalidade tender a aumentar.

**(Conclusão)** Com base nos estudos feitos e resultados obtidos pode-se claramente afirmar ser viável o implante das empresas do seguimento na cidade Natal, tendo em vista a insegurança refletida nos órgãos públicos e a alta procura por frequentar lugares com maior segurança como também a confiança passada por lugares que contratam sua segurança, dando mais conforto e sensação de segurança a seus clientes. A título de curiosidade, uma grande baixa para esse mercado, pode ser a informalidade de algumas empresas, com preços abaixo de mercado e serviços de má qualidade, como os vigilantes noturnos que fazem ronda motorizada em alguns bairros da cidade. Mesmo com essa baixa temos mais coisas a favor, sendo assim não há dúvidas da viabilidade econômica de uma empresa de segurança privada em Natal-RN.

**Palavras-Chave:** Segurança privada; Viabilidade econômica; Crescimento.

**INDICADORES DE DESEMPENHO NA GESTÃO PÚBLICA: O CASO DA PREFEITURA DE BENTO FERNANDES**

**Autor(es):**

*Érica Sulamita Pereira da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti: Docente do UNI-RN*

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO): Considerando a importância da utilização de indicadores de desempenho na gestão pública, e o quanto é essencial para o bom funcionamento de uma organização. Dessa forma, devido à falta de controle percebida nos processos da gestão no Município em análise, possibilitou a necessidade do estudo, que tem como objetivo, analisar a gestão da Prefeitura do Município de Bento Fernandes, evidenciando a importância da utilização de indicadores de desempenho. Com isso, possibilitar extrair informações indispensáveis de forma periódica, melhorar cada vez mais as ações e auxiliar no planejamento e em possíveis tomadas de decisão, dando suporte para melhoria nas atuações em relação à gestão estratégicas.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA): O estudo classifica-se como uma avaliação formativa com abordagem qualitativa tendo como procedimento técnico o estudo de caso. Foi definido que as secretarias analisadas será a de Administração, Saúde e Educação, com o objetivo de criar indicadores chave para o desempenho e melhores resultados. A coleta de dados foi através de entrevista feita com o gestor responsável por cada secretaria citada do Município, observação no meio organizacional e análise documental, com o intuito de analisar por meio da entrevista aplicada, como se encontra a gestão atual nas secretarias e consequentemente possibilitando uma visão na organização como um todo, uma vez que uma das secretarias analisada que é a de administração abrange todas os setores.

**(Resultados)** (RESULTADO): Por meio da entrevista aplicada, com o Instrumento de coleta, tendo em vista a atual situação na gestão municipal, possibilitou identificar a necessidade da criação de indicadores chave, visto que é fundamental medir para obter resultados. Diante das informações obtidas, foi identificado que a gestão das secretarias de Administração, Educação e Saúde que foram analisadas está focando em determinada área e perdendo o controle nas demais que é considerada de extrema importância e não dedicando a devida atenção pode perder o controle dos processos a serem executados. Dessa forma, é fundamental a utilização e criação de indicadores para auxiliar no controle e proporcionar uma visão mais ampla nas ações.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO): Após análise realizada através de entrevistas, observação no meio organizacional e análise documental, conclui-se como algo realizável e aplicável na gestão municipal. Tendo em vista os benefícios que podem trazer sendo aplicadas de forma coerente na organização, captando informações precisas que expressam a situação real da organização de forma a realizar possíveis planejamentos estratégicos e fazer ajustamentos para tomadas de decisão que venha ser positivas e eficaz em sua execução.

**Palavras-Chave:** Gestão pública. Indicadores de desempenho. Sistema de Gestão.

## INVESTIDORES QUE SÃO INFLUÊNCIA NO MUNDO DOS INVESTIMENTOS: PHILIP FISHER

### **Autor(es):**

*Alvaro da Silva Nogueira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Thiago Elias de Oliveira Nobrega: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este estudo de âmbito bibliográfico teve como objetivo conhecer e identificar as principais estratégias do investidor Philip Fisher, tendo como base o livro “Os Grande Investidores”. Refletindo e aprofundando nosso conhecimento na área de investimentos e no conhecimento dos trabalhos e métodos analíticos empregados por ele. A administração financeira é uma ciência que estuda a administração do dinheiro, e ela vem evoluindo de acordo com a evolução histórica do mundo e as necessidades geradas pelo avanço da tecnologia e das necessidades humanas. O administrador financeiro é responsável pela maximização da riqueza para os acionistas, ou seja, é o administrador financeiro quem gerencia e toma as decisões cabíveis para que o dinheiro aplicado pelos investidores em uma empresa lhe traga rentabilidade, e quanto maior o risco assumido, maior será o retorno obtido. Fisher nasceu em 1907 e desfrutou de uma carreira incrivelmente longa de 74 anos no mundo dos investimentos, veio de uma família grande, e sua mente se abriu ao mundo dos investimentos desde pequeno, quando ouviu uma conversa entre sua avó e um tio, que discutiam sobre os investimentos dela em ações. Procedeu-se uma revisão bibliográfica a respeito do tema Investimentos, basicamente fundamentado em obras dos grandes investidores da história como; Philip Fisher, John Templeton, Benjamim Graham, entre outros. O objetivo principal dos integrantes do grupo que fez o presente trabalho foi de dar ênfase ao mostrar o trabalho do investidor americano Philip Fisher, explicando suas teorias e conceitos que foram pilares da sua obra como o método de estudo para avaliação de investimentos chamado Scuttlebutt, cujo ainda hoje é muito utilizado pelos investidores atuais.

**(Metodologia)** Para a realização deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com base no livro “Os grandes investidores” do autor Glen Arnold, onde nosso foco foi o investidor americano Philip Fisher que serviu como alicerce para a realização do presente trabalho. Todas as teorias, dados e conceitos ao longo deste trabalho, foram retirados deste livro.

**(Resultados)** Por meio dos estudos realizados foi possível confirmar a relevância de uma boa administração financeira em uma empresa, assim como a importância do domínio do gestor financeiro sobre as ferramentas e não só de cálculos e análises das demonstrações financeiras, mas também de todo o ambiente externo das empresas, afim de obter menor risco e um maior retorno para os investidores, como defendia o Scuttlebutt, o método criado pelo Philip Fisher.

**(Conclusão)** Tomando como base os estudos podemos reconhecer a importância do método Scuttlebutt, cujo passa a ideia que devemos investir em um pequeno número de empresas, procurar bons diretores e empresas competitivas, não seguir o efeito manada e fazer sua própria avaliação detalhadamente, manter o foco em retornos de longo prazo assim como Fisher dizia que os investidores de longo prazo estavam um passo à frente dos de curto prazo, sempre comprar empresas de crescimento potencial a baixo preço, não perder tempo com previsões macroeconômicas ou fazendo previsões do movimento do mercado no curto prazo além de procurar trabalhar com empresas que invistam em P&D.

**Palavras-Chave:** Investimentos; Scuttlebutt; Análise Geral; Philip Fisher.

## JOHN TEMPLETON E SUA FILOSOFIA DE INVESTIMENTOS

### **Autor(es):**

*Bruno Cezar de Lima Lucas: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Kelly Renata Dantas Cavalcante: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O objetivo deste estudo é ressaltar a importância dos princípios de investimentos de John Templeton, nascido em 1912 sendo um dos maiores expoentes da filosofia Value Investing desde a sua concepção em meados do século XX. Durante sete décadas, ele procurou barganhas em todo o mundo. Sua abordagem com foco global tem uma vantagem básica: a capacidade de ter valorizações enquanto seu mercado nacional estiver em patamares negativos. Isso reflete em um modelo de estratégia deste autor para encontrar as melhores formas de investir no mercado financeiro. Como um exemplo prático, teve os seis anos entre 1968-1974, onde muitos fundos perderam metade dos ativos de seus clientes por focarem somente em ações norte-americanas, enquanto o fundo internacional de Templeton estava crescendo justamente por ele buscar ações no mundo todo.

**(Metodologia)** O método de estudo utilizado neste trabalho foi através da pesquisa bibliográfica, descritiva e estudo de caso, colhendo informações sobre a história do investidor John Templeton e sua forma de aplicação para os investimentos, tendo como fonte de pesquisa o livro "os grandes investidores" e também utilizando a pesquisa exploratória para se obter um melhor conhecimento e precisão do assunto abordado.

**(Resultados)** Templeton costumava dizer: "Para obter uma barganha, você deve pesquisar onde a generalidade dos investidores está mais amedrontada e pessimista". Na sua visão, períodos de baixa devem ser bem-vindos, por que então podemos comprar participações nos lucros das empresas por muito menos dinheiro. Ele costumava manter uma "lista de desejos" de empresas bem administradas, com perspectivas brilhantes e bons gerentes, mas com altos preços. Então, quando um grande declínio do mercado ocorresse, ele poderia escolher algumas delas. É importante ter em mente que ao adotar a postura de comprar quando o mercado declina, muitos dos seus sinais-chave ocorrem quando a economia está em ou perto de uma recessão. Ter certeza de que a empresa na sua lista de desejos têm níveis suficientes de dívida baixa e boa geração de caixa para prosperar até numa retração.

**(Conclusão)** Considerado o maior selecionador de ações do século, morreu em 2008 aos 95 anos deixando um legado de investimento. Como os métodos de Templeton são baseados em valor, resultaram na compra de um grande número de papéis. Assim, resultados individuais se tornaram menos importantes que as médias. Talvez, a sua grande sacada tenha sido investir pesadamente no Japão em 1962. Este se tornou o mercado mais dinâmico de todo o mundo até o ano de 1990. Templeton condensou seus princípios de investimento em 10 estratégias que, até hoje, funcionam como base cultural de sua firma e processo de seleção para escolha de ações que são: invista pelo retorno real, mantenha sua mente aberta, nunca siga a multidão, tudo muda, evite o popular, aprenda com os próprios erros, compre em época de pessimismo no mercado, lute por valor e barganhas, procurem pelo mundo todo, ninguém sabe de tudo.

**Palavras-Chave:** Investimentos;Estratégias;John Templeton.

**MAPEAMENTO DE PROCESSOS PRODUTIVOS: DETERMINAÇÃO DO PROCESSO BASE PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA NOVA EMPRESA DE CERÂMICA**

**Autor(es):**

*Daniel Barreto Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN  
Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A demanda de mercado por ciclos de vida cada vez mais curtos exige que a inovação aconteça de forma mais rápida. Segundo Skarzynski e Gibson (2008), à medida que a competitividade aumenta, a inovação de produtos ganha atenção tanto nos âmbitos empresariais quanto nos meios acadêmicos. O constante avanço tecnológico impõe o aperfeiçoamento contínuo dos produtos atuais e o desenvolvimento de novos, para atender às necessidades dos clientes de forma mais eficiente e eficaz. O Rio Grande do Norte é conhecido pelo alto padrão de qualidade da matéria-prima (argila), produzindo um excelente produto, com isso atende toda demanda do estado fornecendo ainda a outras cidades da Região Nordeste. O Rio Grande do Norte é um dos maiores produtores de cerâmica vermelha do Nordeste, seu parque industrial tem entorno de 186 cerâmicas em todo o estado, centralizada nos polos cerâmicos que são 3: Grande Natal, Vale do Assú e Seridó, gerando mais de 15 mil empregos em mais de 50 cidades do interior do estado (ROCHA, 2015). As regiões que têm melhor desempenho na produção de cerâmica vermelha são a região Sudeste com cerca de 45% do segmento, região Sul com 21,35% logo em seguida vem a região Nordeste com 21,25%, que nos últimos anos com o incentivo do Governo, Minha Casa Minha Vida aumentou consideravelmente sua produção, e as regiões Norte e Centro-Oeste com 12,4% (SEBRAE, 2015). Diante dessa realidade, são necessários estudos contínuos nessa área (mesmo ela estando bastante difundida em termos de literatura), desmistificando conceitos, gerenciando aplicações e entendendo as vantagens de se definir um método enxuto para a produção de materiais cerâmicos nos meios organizacionais. Desse modo, esta pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: como apresentar um sistema produtivo enxuto por meio do mapeamento dos processos? Para responder o questionamento descrito no item anterior, o objetivo geral do trabalho é analisar qual o melhor método de produção de tijolos de oito furos, por meio do mapeamento do processo para implantação em uma nova empresa de cerâmica. Como objetivos específicos: Construir o referencial teórico sobre estudo sobre a administração da produção, capacidade produtiva e mapeamento de processos; Analisar de forma comparativa processos de produção de tijolos de oito furos; Identificar o método de produção com menor desperdícios; Analisar fatores que influenciaram na gestão da produção de uma nova cerâmica.

**(Metodologia)** Em razão dos objetivos do estudo, o presente projeto realiza uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa sobre mapeamento de processos produtivos. Para suporte à pesquisa, foi construído um aporte teórico referente ao tema em análise. Essa fase corresponde à construção bibliográfica, que resultou de pesquisas realizadas nas bases de dados SCOPUS e em sites de busca, nos quais foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “indústria de cerâmica”; “processos produtivos”; “administração da produção”; e “capacidade produtiva”. A análise dos arquivos envolveu de 21 documentos, entre dissertações, livros e revistas, que resultaram na seleção de subtemas que dão relevância para a pesquisa e permitem avaliar os processos de produção para uma nova empresa de fabricação de tijolos de oito furos. A literatura fornece o embasamento por vários critérios existentes para classificar os métodos de pesquisa. O Quadro 1.1 mostra a classificação geral deste trabalho.

**(Resultados)** Através da pesquisa realizada espero implantar uma empresa de cerâmica moderna, visando a redução de custos e desperdícios.

**(Conclusão)** Diante da pesquisa realizada, buscou-se entender o impacto que a empresa de cerâmica causa na economia do país e os métodos utilizados, visando reduzir custos e aumentando de forma satisfatória a produção e com isso, atendendo de forma positiva a demanda do mercado.

**Palavras-Chave:** Indústria de Cerâmica; Gestão e Mapeamento de Processos; Capacidade de Produção; Melhoria de Processo.

## **MODA SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DOS MOTIVOS DA NÃO-COMPRA**

### **Autor(es):**

*Natalia Oliveira Souza da Costa Ferreira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No mercado capitalista Brasileiro, são raras as empresas que possuem um pensamento coletivo, responsável e altruísta, distante do egocentrismo que visa apenas o crescimento lucrativo e individual. A maioria dos mercados que compõem a economia brasileira são compostos por organizações que não estão tão preocupadas com responsabilidade social e saúde ambiental, pois possuem uma visão limitada do que isso representa e do que pode vir a causar a ausência dessa obrigação, perante a sociedade e a natureza, um grande exemplo de um desses mercados é da moda, considerado um dos maiores e o segundo mais poluente do planeta. Porém, a questão não surge apenas por parte dos empresários com suas empresas, mas também por grande parte dos consumidores que compram o que as empresas de moda produzem, sem muitas vezes se importar com a forma com que elas produzem e os efeitos que causam através de uma produção não sustentável. Partindo desse ponto de vista, surgiu o interesse em estudar o comportamento do consumidor, saber então o real motivo da não-compra de itens ecológicos, o que os levam a não aderir produtos sustentáveis.

**(Metodologia)** A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, do subtipo pesquisa de campo, por ter sido realizada com consumidores das lojas Riachuelo e Renner. Como instrumento de coleta de dados, foi aplicada a pesquisa por meio de um questionário semiestruturado, com perguntas fechadas e abertas para possibilitar maior abertura do entrevistado em suas respostas e consequentemente mais informação transmitida a pesquisadora e as questões contidas no questionário são focadas nos objetivos propostos. Para o ganho de conhecimento sobre o tema, foram realizadas pesquisas na internet e notícias divulgadas sobre a indústria da moda e a sustentabilidade. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem quantitativa e qualitativa, com o uso de uma ferramenta para criação do questionário e resultados (Google Docs).

**(Resultados)** A sustentabilidade no mercado da moda quanto na vida das pessoas anda em crescimento pelo fato de estar sendo colocada como valores dentro das organizações e no dia-a-dia dos consumidores, novos olhares e pensamentos surgem a respeito do assunto que tem um grande peso, pois interfere diretamente na saúde do planeta. O que foi percebido através das pesquisas aplicadas foi que, grande parte das pessoas são ligadas em tendência, são consumistas a nível médio, se preocupam um pouco com a questão sustentável, mas apenas quando assunto é mencionado. A maior parte não possui informações a fundo sobre a falta de envolvimento das empresas com a sustentabilidade, sobre a exploração que há em muitas produções. No entanto, por outro lado afirmam que se passassem a ter tais informações procurariam mudar os hábitos de consumo, comprando em lojas que possuem o valor sustentável, frequentando bazares e brechós, como forma de contribuição ao meio ambiente.

**(Conclusão)** De acordo com todos os dados obtidos na pesquisa através das respostas conclui-se que de fato os consumidores não são tão informados sobre o assunto, não sabem o que significa, quais os malefícios e os benefícios envolvidos. A propaganda consegue ser (ainda que considerada pouco para alguns) fator forte e instigante que induz as pessoas a compra de algo. A maior parte acredita que moda sustentável é aquela que se importa com o meio ambiente, mas não sabem o real sentido disso. Um ponto bastante positivo foi que houveram muitas respostas a favor de mudanças, no que diz respeito aos hábitos de consumo. A maioria também acredita ser possível inovar, crescer e lucrar com responsabilidade e consciência, como exemplo o artesanato.

**Palavras-Chave:** Moda ; Sustentabilidade ; Consumo

**MODELAGEM DE NEGÓCIO NO RAMO DE ALIMENTOS CONGELADOS: CONGELARE CONGELADOS E RESFRIADOS.**

**Autor(es):**

*Liane Ramalho Oliveira de Almeida: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Karina Lopes Loureiro: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Natalia Oliveira Souza da Costa Ferreira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Nailson de Medeiros Vieira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Ana Cláudia da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO):O trabalho destaca uma proposta voltada ao modelo de negócios sobre uma loja de alimentos a qual tem por objetivo proporcionar uma experiência diferenciada, disponibilizando alimentos de alta qualidade em um ambiente inovador, oferecendo aos seus clientes uma grande variedade de produtos congelados e resfriados para aqueles que enfrentam dificuldades relacionadas à falta de tempo e praticidade no dia a dia, pessoas que trabalham fora moram sozinhas, desejam algo rápido e pessoas que não gostam ou não sabem cozinhar.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA):A metodologia utilizada inicialmente foi através do Canvas(O Business Model Canvas, mais conhecido como Canvas, é uma ferramenta de planejamento estratégico, que permite desenvolver e esboçar modelos de negócios novos ou existentes). Assim foi modelado todo o processo de elaboração do projeto através do Plano de Negócios, evidenciando todas suas perspectivas com relevância a pesquisa de mercado, análise SWOT e a análise de cenários. Houve aplicação de pesquisa de campo exploratória, de forma avaliativa descritiva a partir da ferramenta Google Docs(foram 200 respondentes através dessa ferramenta) com o intuito de ganhar informação acerca dos problemas diagnosticados, foi realizada com nossos amigos de trabalho, faculdade, familiares e utilizamos de pesquisas em sites nacionais e internacionais para ter uma visão macroeconômica do negócio. Todos os dados colhidos foram apresentados aos professores orientadores para uma pré-avaliação e após isso seguimos para o aperfeiçoamento, com base nos feedbacks obtidos, tabelamos e colocamos resultados em gráficos para nossos resultados e conclusões.

**(Resultados)** (RESULTADOS):O estudo mostrou a existência de um grande número de pessoas sem tempo para se dedicar ao preparo de suas refeições diárias, por isso tendem a procurar um lugar onde ofereça praticidade na realização da compra de produtos de fácil e rápido preparo com um ticket médio entre R\$6,00 e R\$25,00. Este trabalho também identificou que nosso público-alvo são clientes das classes A e B, sendo de várias faixas etárias (prevalecendo entre 25-35 anos), que a praticidade e a localização foram fatores decisivos para a homologação de nossa empresa, que tem sua sede na Rua Aloísio Bezerra, S/N, Lagoa Nova, perante a população natalense. Fizemos uma pesquisa de campo onde foi também identificado que a nossa empresa será pioneira no nordeste, sendo assim, não encontramos concorrentes diretos em loja física.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO):A partir dessa lacuna identificada nesse seguimento, concluímos que existe viabilidade financeira pois o presente plano de negócios possui uma lucratividade equivalente as 12,53% nos 3 primeiros anos, sendo a rentabilidade igual a 30,91% e payback(retorno de investimento) em 3 anos e 3 meses. É uma oportunidade de mercado a ser aproveitada de maneira que supra as necessidades e os desejos do público estudado. Diante disso, se propõe a ideia de um ambiente no qual essas pessoas possam adquirir os produtos e tenham ao mesmo tempo uma experiência diferenciada no momento da compra. Isso faz com que gradualmente tenha-se um no engajamento nesse segmento buscando assim o reconhecimento de maneira única.

**Palavras-Chave:** Empresa. Modelagem. Canvas. Alimentos. Congelados.

## MODELAGEM DE PROCESSO DE VENDAS DE PLANO DE SAÚDE NA INTERNET COM SUPORTE DE TELEMARKETING

**Autor(es):**

*Marlos Confessor Fialho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O processo de vendas vem evoluindo com o passar do tempo, os estímulos que impulsionaram essa evolução são motivados pela necessidade variadas dos clientes, a busca constante para ampliação de ganhos financeiros, consolidação de marcas ou inovação no processo de comercialização. Diante dessa constatação, podemos dizer que o profissional de venda tem que estar atento a todos os sinais de alteração do mercado ao qual ele está inserido. Também, antecipar as investidas dos concorrentes, desenvolver boa relação interpessoal entre parceiros e clientes. A verdade é que existe uma deficiência no desenvolvimento do processo de vendas mantendo o setor comercial das empresas de plano de saúde ainda no modelo tradicional, com poucas inovações. Diante da problemática exposta aponta-se a questão de pesquisa.

**(Metodologia)** O método empregado é o estudo de caso de uma corretora de plano de saúde atuante no mercado Potiguar, onde foi utilizado análise de natureza qualitativa dos processos realizados de vendas. Dessa forma foi possível realizar um diagnóstico do modelo de vendas atual e propor alteração de melhoria de desempenho, atuando diretamente como consultoria especializada. A área de abrangência é apenas o setor comercial das revendedoras autorizadas das operadoras de plano de saúde. Por se tratar de um estudo de caso, a coleta de dados foi feita a partir de uma análise documental. Além disso foi relevante a observação participativa do sócio proprietário. Feito toda atividade proposta, realizamos uma análise de dados acompanhado de fluxograma do processo de vendas seguido de um quadro explicativo de todo novo processo de vendas.

**(Resultados)** Após aplicação dos métodos propostos foi observado dentro da corretora relevantes mudanças, o processo de comercialização que antes era feito no modelo tradicional de porta em porta, utilizando stand localizados em centros comerciais, hoje é feito utilizando ferramenta de venda digital. A prospecção de cliente é realizada em canais de busca de informação na internet, utilizando um simulador de plano de saúde onde é possível avaliar todas as operadoras de plano de saúde. Essa prática proporciona ao cliente maior agilidade na consulta do produto pesquisado, tendo essa melhoria garantido à corretora um ganho significativo na avaliação dos clientes permitindo ao corretor identificar o poder econômico do cliente, e o grau de importância do produto pesquisado para sua aquisição. Os resultados logo foram percebidos, pois os indicadores de conversão de vendas apresentaram um aumento de 63% com relação aos clientes que pesquisaram os produtos no simulador. O número de clientes que finalizaram propostas de contratação apesar de apresentar resultados incipientes (3% no total), mesmo assim mostra uma tendência de crescimento na venda utilizando o auto serviço.

**(Conclusão)** Após a realização do estudo de caso é possível aferir que há uma tendência do mercado digital na vendas de plano de saúde, influenciado por consumidores mais exigente com aquisição de produtos e serviços ofertado. A necessidade da virtualização do processo de vendas de plano de saúde nas corretoras é certa, pois o mercado necessita de inovação e a utilização de ferramentas digitais como o simulador permite a comparação de diversos produtos de maneira mais rápida e segura. O processo de vendas de plano de saúde em algumas corretoras já está sendo automatizado por softwares melhorando a relação entre os custos e benefícios onde o autosserviços ofertado pelas corretoras fazem uso de sistemas automação.

**Palavras-Chave:** PLANO DE SAÚDE, PROCESSO DE VENDAS, AUTOMAÇÃO, INOVAÇÃO, SISTEMA.

**MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE TRANSPORTES: APLICATIVO CARONA AMIGA**

**Autor(es):**

*Alessandra Cruz da Silva Souza: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Thiago do Nascimento Santos : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O transporte público no Brasil tem sido alvo de muitas reclamações ao longo do tempo. Na maioria das vezes, as queixas referem-se ao fato de os veículos estarem sempre com lotação excessiva, em más condições de conservação, além de oferecerem uma baixa qualidade nos serviços prestados. Tais problemas somam-se à insatisfação popular com o aumento das tarifas de ônibus em algumas capitais do país. No entanto, as necessidades das pessoas de ter de se deslocar por grandes distâncias de suas moradias até os seus locais de trabalho ou para ter acesso à determinados tipos de serviços como hospitais, escolas, entre outros, torna indispensável a utilização deste tipo de transporte. Observa-se, porém, que há pouca preocupação das administrações públicas – municipais, estaduais e federal – em empreender uma política de massificação e melhoria dos transportes coletivos urbanos. Com isso foi desenvolvido o aplicativo Carona Amiga. Ele proporciona uma maior economia para o motorista e proprietário do carro pois o aplicativo estará interligado à rota que o mesmo faz diariamente juntamente com seu horário de saída, otimizando os custos de pessoas que necessitam se deslocar em um mesmo trajeto. O objetivo do trabalho é de apresentar a modelagem de um negócio no seguimento de transportes, observando a sua viabilidade e escalabilidade em um mercado de elevada competitividade.

**(Metodologia)** Neste estudo foi utilizado o método de pesquisa exploratória e descritiva e, por meio da modelagem de negócios Business Modelo Canvas (BMC), concebida pelos estudos do Osterwalder (2011), foi realizada a análise dos dados de uma forma qualitativa. Esta ferramenta é estruturada em uma tela com nove blocos que descrevem as principais áreas de um negócio, quais sejam: proposta de valor, segmentos de clientes, canais, relacionamento com o cliente, fontes de receita, recursos-chave, atividades-chave, parceiros chave e estrutura de custos.

**(Resultados)** O mercado de transportes coletivos urbanos ainda se mostra deficiente de inovações e melhorias. O modelo de negócio conta com um sistema inovador e apresenta o diferencial de oferecer mudanças significativas para a população que demanda por serviços de locomoção a baixo custo, uma proposta sustentável e colaborativa. Disponível no Play Store – e em outras plataformas de download mobile – de forma gratuita, o aplicativo mostra-se acessível e com elevado potencial de escalabilidade. O relacionamento com seus clientes será realizado por meio de propagandas em mídias digitais e cupons de descontos. A receita do negócio virá de um percentual por cada corrida feita por seus usuários. A estrutura dos custos se dará pela implantação do aplicativo Carona Amiga e pela sua manutenção por programadores contratados pela organização. Assim, a mobilidade urbana ganhará fluidez e o aplicativo se tornará um dos motivos chave para isso.

**(Conclusão)** Diante das oscilações de preço dos combustíveis, os motoristas têm boa parte de sua receita utilizada para o abastecimento dos veículos. O aplicativo possibilitará reduzir custos e, assim, oferecer uma melhor qualidade de vida em um ambiente sustentável, diferentemente dos seus concorrentes. Através da modelagem Canvas, foi detectado uma oportunidade de negócio, pela deficiência dos transportes, enfatizando as fraquezas e buscando soluções para as mesmas. Portanto, com a análise de mercado, foi observado que o aplicativo Carona Amiga, se apresenta como um modelo de negócio viável, trazendo sustentabilidade e economia colaborativa para a população, através de uma nova forma de locomoção.

**Palavras-Chave:** Transportes; Carona Amiga; Sustentabilidade.

## MOTIVAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

**Autor(es):**

*Liane Ramalho Oliveira de Almeida: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em todas as esferas do ambiente de trabalho a motivação é algo que impacta significativamente na produtividade e no clima da organização. Diante desse contexto, a referente pesquisa se propõe a responder a seguinte problemática: Como se encontra a motivação dos Gerentes de Relacionamento (GR) no ramo de veículos de uma instituição financeira em Natal-RN? A presente pesquisa visa demonstrar como está a motivação dos funcionários e os fatores que a influenciam como: os modelos de gestão, os tipos de liderança, o clima e cultura organizacional, a satisfação e o desempenho dos funcionários para a execução das suas atribuições. Para isso, foram apresentados e analisados alguns conceitos e dados teóricos discutidos por estudiosos da área, a fim de situar e fornecer subsídios sobre as questões relacionadas ao tema escolhido.

**(Metodologia)** A pesquisa se trata de um estudo de caso, do tipo descritivo e exploratório. O universo corresponde a totalidade onde a pesquisa foi realizada, se propondo a ser uma pesquisa censitária com 100% dos gerentes de relacionamento da filial de Natal (14 gerentes), no entanto, no decorrer da aplicação dos questionários, apenas 10 gerentes se propuseram a responder a pesquisa. Para a coleta dos dados foram utilizados questionários estruturados de múltipla escolha, aplicados através da ferramenta Google Forms. O desenvolvimento da pesquisa foi feito com a coleta e organização dos dados e posteriormente as análises e o cruzamento das informações. O tratamento dos dados foi organizado na forma de tabelas e gráficos utilizando-se a abordagem qualitativa e quantitativa, para assim traçar o diagnóstico e cruzamento das informações obtidas com os questionários e os dados bibliográficos.

**(Resultados)** Os principais resultados da pesquisa foram: a principal motivação dos funcionários é remuneração e benefícios; a influência da chefia na motivação é, em sua maioria, negativa; as principais expectativas dos funcionários em relação ao trabalho é montar seu próprio negócio; a maioria informou temer a demissão; a grande maioria se sente valorizado pela empresa apenas algumas vezes; sobre o seu desempenho na organização, a grande parte se considera um ótimo funcionário; os aspectos que poderiam influenciar positivamente o seu desempenho, grande parte citou o reconhecimento da chefia; grande parte informou estar satisfeito com a função; em relação a satisfação com a organização, grande parte informou estar satisfeito; sobre a relação com a chefia, a maioria disse ter bom relacionamento; sobre o tipo de liderança, a maioria informou que é autoritária; sobre o reconhecimento da chefia, todos os funcionários informaram que não são reconhecidos; e sobre as ações de melhoria nas relações de trabalho, a maioria apontou o reconhecimento do esforço dos funcionários.

**(Conclusão)** Após a pesquisa e análise dos resultados a impressão que se tem é que a maioria dos funcionários estão motivados e satisfeitos com a empresa e com as atribuições de sua função, no entanto a relação com a chefia imediata tem se tornado um entrave no crescimento e desenvolvimento da carreira desses funcionários. Foi identificado que o gestor tem características da liderança autocrática, o que acaba dificultando sua relação com os funcionários. É perceptível que a chefia deixa muito a desejar no quesito humanidade, faltando reconhecimento e elogios a toda a equipe, fazendo com que essa atitude impacte negativamente no rendimento e crescimento desses funcionários. É provável que a instituição esteja perdendo a capacidade de bons profissionais por causa de um gestor despreparado e inseguro, que não sabe motivar a própria equipe para que os seus colaboradores cresçam.

**Palavras-Chave:** Motivação. Liderança. Satisfação.

## **MOTIVAÇÃO NO RAMO DE FAST FOOD: NO CASO HABBIBS MIDWAY**

### **Autor(es):**

*Anne Kaline Alves de Macêdo: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Observa-se que o ramo de fast food exige muito jogo de cintura, flexibilidade, paciência e muita motivação. Onde há muitos imprevistos, um dia não é igual ao outro e não há rotina neste ramo, então saber como anda a motivação de sua equipe é primordial para a execução de suas tarefas organizacionais. Se toda organização bem soubesse o quanto é bom ter esses tipos de dados em suas mãos não deixariam seus colaboradores desmotivados, pois eles só tem a ganhar com a motivação: maior produtividade, menos conflitos, menos absenteísmos, reclamações e rotatividade de funcionários, fora a economia que iria ser gerada em todas as áreas. Contudo o intuito é analisar o grau de satisfação dos colaboradores do Habib's Midway, identificar aspectos favoráveis e desfavoráveis e propor ações para o incentivo da equipe.

**(Metodologia)** A pesquisa de tipo exploratória tem a função de esclarecer e mudar as ideias em relação a algum problema na organização, assim percebe-se quais são os problemas e ajudar na resolução dos mesmos tendo em sua formulação quantitativa e qualitativa para análise dos dados capturados. Essa análise busca identificar qual o grau de motivação da equipe, aspectos favoráveis e desfavoráveis e propor incentivos para a equipe. O questionário foi aplicado em forma de pesquisa por amostragem, onde o universo são de 23 colaboradores e a amostra com 18 colaboradores, optou-se então por um questionário sobre clima organizacional, para a aquisição dos dados analisados.

**(Resultados)** De acordo com a análise feita foi encontrado um grau de desmotivação em relação à empresa, assim foi utilizado como base análise das médias das questões classificadas em escalas de 13,2 a 8 para os aspectos positivos da empresa, onde eles se sentem bem com seu trabalho em relação a segurança e qualidade do seu trabalho; 7,4 a 5,8 para aspectos razoáveis referentes a remuneração e comprometimento na organização e 5,4 a 3,4 para os que precisam melhorar com mais rapidez que por sua vez é sobre reconhecimento e relação com seus superiores.

**(Conclusão)** Portanto não são médias muito atrativas e sim, estão no mínimo aceitáveis que os colaboradores estão no comodismo, sem serem ouvidos e que a organização oferece o básico para a convivência organizacional. Recomenda-se que sejam feitas mais reuniões para ouvir ideias dos seus colaboradores para que possa melhorar o ambiente e que seja oferecido algum benefício para o aumento da motivação da equipe, contudo, para que todos possam alcançar os objetivos da organização como um todo.

**Palavras-Chave:** Motivação. Comprometimento. Respeito.

## MOTIVAÇÕES PARA SER RESPONSÁVEL SOCIALMENTE

### **Autor(es):**

*Maria do Socorro de Araujo: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Yasmin Souza do Amaral: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Maria Estela Rodrigues da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Gabriela Dias de Araújo : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente estudo tem como objetivo analisar as Motivações para ser responsável socialmente, com base na Responsabilidade Social Empresarial (RSE), entendendo a função entre empresas e a sociedade no mundo, com a problemática de “Porque as empresas devem ser responsáveis socialmente? ”, e como estão sendo implementadas nas corporações, sem tirar a responsabilidade do governo diante sua atuação. Os governos vêem na RSE uma oportunidade de maximizar os benefícios decorrentes da atividade econômica, reduzindo os impactos ambientais e sociais causados por ela. Dentro das abordagens conceituais, existe quatro principais análises a serem observadas: Ética empresarial, gestão social, recursos ambientais e empresas e por fim, empresas e sociedade.

**(Metodologia)** O tipo de pesquisa utilizada para elaboração do trabalho foi a teórica, que também se caracteriza como estudo de caso. Explorando teorias para explicar o que está sendo colocado em questão, através de livros, artigos e documentários já publicados.

**(Resultados)** Ainda hoje com os vários debates sobre a responsabilidade social, vimos que o seu conceito é algo construtivo, e que está diretamente ligado com a ética, onde estuda o que motiva ou influencia os gestores a tal comportamento, colocando o que é certo ou errado. A ética seria então seus princípios na tomada de decisão. Podemos assim dividi-la em três aspectos, sendo a primeira deontológica, no qual se baseia pelos princípios de fazer o que é justo, sem depender dos efeitos finais. A segunda, teológica, onde a consequência dos atos é colocada como principal objetivo. Por fim, o relativismo ético, onde qualquer comportamento pode ser justificado pela sua cultura.

**(Conclusão)** A responsabilidade social nasce do empenho da organização com toda uma sociedade, onde sua existência vai além do que gerar empregos e lucros. Onde a empresa ver a necessidade de benefícios e por meio do ambiente trazer retornos para os acionistas. As motivações são divididas em duas escalas, Instrumental e Moral. A instrumental sera voltado para que as através de suas acoes seja possível o aumento das vendas e lucros, em curto e longo prazo. Na moral, os colaboradores acreditam que tem que fazer o certo, independentes de benefícios. Dependendo das escolhas postas pela empresa, e o sucesso da mesmo, os concorrentes podem imitar e com o passar do tempo acabar se tornando ate uma lei, um exemplo disso seria o sinto de segurança, que começou como um objeto de proteção contra acidentes e hoje sua falta de uso é uma inflação contra a lei.

**Palavras-Chave:** MOTIVAÇÕES; RESPONSABILIDADE; SOCIEDADE; ÉTICA.

## MOTIVAÇÕES PARA SER RESPONSÁVEL SOCIALMENTE

### **Autor(es):**

*Maria do Socorro de Araujo: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Yasmin Souza do Amaral: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Maria Estela Rodrigues da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Gabriela Dias de Araújo : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente estudo tem como objetivo analisar as Motivações para ser responsável socialmente, com base na Responsabilidade Social Empresarial (RSE), entendendo a função entre empresas e a sociedade no mundo, com a problemática de “Porque as empresas devem ser responsáveis socialmente? ”, e como estão sendo implementadas nas corporações, sem tirar a responsabilidade do governo diante sua atuação. Os governos veem na RSE uma oportunidade de maximizar os benefícios decorrentes da atividade econômica, reduzindo os impactos ambientais e sociais causados por ela. Dentro das abordagens conceituais, existe quatro principais análises a serem observadas: Ética empresarial, gestão social, recursos ambientais e empresas e por fim, empresas e sociedade.

**(Metodologia)** O tipo de pesquisa utilizada para elaboração do trabalho foi a teórica, que também se caracteriza como estudo de caso. Explorando teorias para explicar o que está sendo colocado em questão, através de livros, artigos e documentários já publicados.

**(Resultados)** Ainda hoje com os vários debates sobre a responsabilidade social, vimos que o seu conceito é algo construtivo, e que está diretamente ligado com a ética, onde estuda o que motiva ou influencia os gestores a tal comportamento, colocando o que é certo ou errado. A ética seria então seus princípios na tomada de decisão. Podemos assim dividi-la em três aspectos, sendo a primeira deontológica, no qual se baseia pelos princípios de fazer o que é justo, sem depender dos efeitos finais. A segunda, teológica, onde a consequência dos atos é colocada como principal objetivo. Por fim, o relativismo ético, onde qualquer comportamento pode ser justificado pela sua cultura.

**(Conclusão)** A responsabilidade social nasce do empenho da organização com toda uma sociedade, onde sua existência vai além do que gerar empregos e lucros. Onde a empresa ver a necessidade de benefícios e por meio do ambiente trazer retornos para os acionistas. As motivações são divididas em duas escalas, Instrumental e Moral. A instrumental será voltada para que as através de suas ações seja possível o aumento das vendas e lucros, em curto e longo prazo. Na moral, os colaboradores acreditam que tem que fazer o certo, independentes de benefícios. Dependendo das escolhas postas pela empresa, e o sucesso da mesma, os concorrentes podem imitar e com o passar do tempo acabar se tornando até uma lei, um exemplo disso seria o sintoma de segurança, que começou como um objeto de proteção contra acidentes e hoje sua falta de uso é uma inflação contra a lei.

**Palavras-Chave:** MOTIVAÇÕES; RESPONSABILIDADE; SOCIEDADE; ÉTICA.

## O MARKETING PARA O VIVERBRASILCARD: COMO UMA ESTRATÉGIA PODE AUMENTAR AS VENDAS

**Autor(es):**

*Eduardo Augusto Chianca Dourado Lemos: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A ViverBrasilCard é uma empresa recém criada que atua no setor de benefícios abrangendo a área da saúde, mas que ainda não se fixou na mente do consumidor como deveria, apesar de ter um alto potencial para isso, dada as grandes oportunidades que o mercado está trazendo. Com isso, o intuito é propor modificações e fazer com que os processos de marketing, por meio da elaboração de estratégias, demonstrem os indicadores que ajudarão no desempenho da empresa para que ajudem a alavancar a organização e suas vendas em especial, permitindo que, ao final, possamos comparar a empresa antes e após a hipótese.

**(Metodologia)** O presente estudo, tendo como área de abrangência o marketing/comercial, será realizado através de uma avaliação formativa sobre um estudo de caso, visto que o ponto de partida foi a instituição ViverBrasilCard. Trata-se de uma consultoria feita de forma qualitativa, pois busca o aprofundamento da compreensão de tal instituição, tentando sinalizar para o que deve ser feito. Para a realização deste estudo serão feitas observações in loco, análises documentais a partir de dados fornecidos pela empresa, doutrinárias e análise de conteúdo.

**(Resultados)** Após revisão bibliográfica, pôde-se perceber quantos pontos omissos há na estratégia de marketing da empresa, porque apesar de o produto ser bom, haver carência nesse segmento e o preço ser acessível, não existe comunicação com o mercado-alvo. Percebeu-se também que inexistente uma proposta de marketing voltada para o cliente que proporcione valor superior, a fim de construir um relacionamento com este, gerando lucro e qualidade. O problema é uma insuficiente divulgação do nome da empresa para seu nicho específico, além de ferramentas que possam aproximá-lo da empresa. Por essas razões, os riscos de entrar um novo concorrente mais agressivo em termos de marketing e conquistar uma fatia de mercado que poderia ser absorvida pela ViverBrasil são altos.

**(Conclusão)** Após a análise realizada no presente estudo, conclui-se que o que pode ser feito para melhorar a estratégia de marketing e, conseqüentemente, alavancar as vendas da ViverBrasilCard é a divulgação nos meios de comunicação que mais atingem o público-alvo, em especial a televisão e rádio, nos programas regionais de alta audiência, realização de pesquisas de mercado periódicas para consolidar a relação com o cliente e transferir as vendas para vendedores ambulantes que trabalhem em outro segmento que não seja o de assistência em saúde (convênios), pois assim haverá um incentivo à motivação, gerando maior número de beneficiários à empresa.

**Palavras-Chave:** Marketing. ViverBrasilCard. Cartão de benefícios. Consumidor. Estratégia de marketing. Vendas.

**O MERCADO VAREJISTA: AS ESTRATÉGIAS DE MARKETING UTILIZADAS PELA REDE SUPER SHOW  
SUPERMERCADOS**

**Autor(es):**

*Beatriz Lima de Queiroz: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Elton Marques Diniz Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Paulo Henrique Melo Menezes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Lucas Farias Lyrio: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Elson Marques Diniz Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*  
*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** De acordo com o IBGE (2017), o volume de vendas no varejo do Brasil sofreu uma queda de 4% entre os anos de 2014 e 2016. Entretanto, ainda que o comércio enfrentou o pior momento econômico do país na história recente, não impediu que alguns utilizassem da crise como oportunidade de ascensão. Desta forma, o objetivo da pesquisa é analisar as estratégias mercadológicas praticadas pela Rede Super Show Supermercados com base no contexto econômico do país e nos 4P's de Philip Kotler que contribuíram para o fortalecimento da marca no estado do Rio Grande do Norte.

**(Metodologia)** O tipo de pesquisa é descritiva com base no estudo de caso da Rede Super Show Supermercados, no qual atentou-se no contexto do amplo mercado do Rio Grande do Norte. Utilizou-se dados secundários extraídos do desempenho estratégico da empresa, bem como do IBGE no desempenho do setor varejista. Os dados foram coletados por meio de observação participante dos pesquisadores por fazerem parte da gerência da empresa. Para análise das informações, a abordagem qualitativa para descrever as estratégias mercadológicas em meio cenário crítico da economia nacional.

**(Resultados)** Um dos aspectos que alavancou a Super Show Supermercados nos últimos anos foram suas estratégias de marketing, que envolvem ações de vendas, com políticas de preços baixos, através de negociações do setor comercial da rede em parceria com os seus fornecedores, onde está interligado as propagandas nas mídias. Por sua vez, um dos princípios do marketing popularizados por Kotler, define um modelo estratégico formado por quatro elementos chave: promoção, produto, praça e preço. Conhecido como o conceito mix de marketing, este conjunto de ferramentas permite que a organização distribua prioridades de maneira equilibrada para não apenas se estabelecer, mas ser referência no mercado. O êxito da Rede Super Show Supermercados está evidenciada na aplicação dos 4P's. Os investimentos estratégicos na marca, a começar do slogan "A rede que mais cresce no RN", fez com que ganhasse espaço nas mídias com propostas de valor baseados em promoções e ofertas que conquistaram o público geral nos últimos anos. Atualmente, os estabelecimentos contam com uma grande variedade de produtos tangíveis, separados entre os departamentos de mercearia, limpeza, higiene pessoal e perecíveis. A organização também conta com um produto intangível que é a possibilidade de entregas à domicílios. No aspecto praça, a varejista obteve notoriedade ao instalar suas lojas dentro dos bairros em áreas residenciais, que foi fundamental para construir laços de fidelidade com os consumidores próximos, já que estes não necessariamente precisam ir nos concorrentes que estão centralizados nas avenidas principais das cidades. Com preços acessíveis para todas as classes sociais, uma vez que as pessoas optam por economizarem em um período recessivo da economia, o supermercado atende as necessidades da população praticando esta política que só foi possível através de parcerias com os fornecedores.

**(Conclusão)** Através dos dados, observa-se que os conceitos dos 4P's moldados por Kotler têm como visão encontrar respostas com base no público-alvo. Deste modo, o modelo mercadológico da Rede Super Show Supermercados fez com que se estabelecesse em lugares estratégicos, influenciando os preços e o mix de produtos variados com atendimento especializado. Além disso, o apelo massivo nos meios de comunicação que atraem novos consumidores a partir de promoções e ofertas constantes que tornaram-se a alternativa mais viável e com melhor custo benefício ao consumidor.

**Palavras-Chave:** Estratégia; Mercado Varejista; Oferta; Demanda.

## OS GRANDES INVESTIDORES - WARREN BUFFET E CHARLES MUNGER

### **Autor(es):**

*Leonardo Viana Silva do Vale: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Andrews Asheley de Lima Castro: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem por objetivo mostrar a história de sucesso de Warren Buffet e Charles Munger. Buffet nasceu na cidade de Omaha em 1930, onde vive até hoje. Desde jovem, mostrou uma forte aptidão para o dinheiro e os negócios, demonstrando tanto empreendedorismo quanto iniciativa. No seu primeiro investimento, ele aprendeu três lições valiosas, que mostraram ser influentes por toda sua carreira de investimentos. Lição um: “não entre em pânico se os preços caírem”. Lição dois: “não venda para ter um lucro de curto prazo”. Lição três: Buffett aprendeu sobre a responsabilidade pessoal. Formado em economia, Buffet tinha como característica predominante, em termos de investimentos, análises de mercado voltadas para métodos quantitativos. Charles Munger, nascido no ano de 1924 em Omaha, é o colega de Buffett na Berkshire Hathaway. Ele desenvolveu sua própria empresa de investimentos antes de se juntar a Buffett como vice-presidente da Berkshire Hathaway nos anos 1970, formando a parceria que dominaria o mundo das finanças por mais de 40 anos. Contra partindo os ideais do Buffet, Munger analisava seus investimentos de mercado voltando-se para métodos qualitativos.

**(Metodologia)** O presente trabalho teve como base de realização uma pesquisa bibliográfica descritiva exploratória e estudo de caso, baseado no capítulo 3 do livro Os Grandes Investidores, aonde foi realizado um estudo minucioso com o intuito de identificar as características dominantes em dois dos maiores investidores.

**(Resultados)** Através da pesquisa bibliográfica, constatou-se que as primeiras lições de Warren Buffet foram extremamente importantes e decisivas para a formação de sua personalidade ética e responsável quanto investidor. Sua aptidão pelos investimentos fez com que desde cedo investisse em ações em negócios que o rendesse seus primeiros ganhos e rica experiência, o que o traria em momentos depois a oportunidade de realizar grandes aplicações. Observou-se através da aplicação de um amplo conhecimento em diversas áreas em seus investimentos, que Munger atingiu um patamar notável no mundo dos investimentos. Com seus famosos modelos mentais, era capaz de realizar um profundo estudo das empresas que pretendia investir, obtendo com isso um embasamento mais técnico voltado para aspectos intrínsecos a uma organização. Ao longo de sua parceria, apesar da aversão à mudanças e a seu forte envolvimento com a metodologia quantitativa, Buffet aos poucos aderiu aos métodos qualitativos do Warren, proporcionando com isso uma parceria de sucesso que os renderam grandes riquezas e patrimônios que superam as casas dos bilhões.

**(Conclusão)** Conclui-se com esse resultado, que os métodos (quantitativo e qualitativo) em conjunto, podem propiciar melhores chances de sucesso no mundo dos investimentos, analisando fatores exógenos e endógenos a uma organização, tornando o investimento mais assegurado a potenciais riscos iminentes ocasionados por um mercado de incerteza. Além disso, o forte caráter ético de Buffet demonstrou ser uma grande arma para conquistar a confiança de seus investidores, uma vez ele disse não merecer receber nada se não pudesse dar um retorno a seus sócios pelo menos o que eles poderiam obter em uma conta de poupança.

**Palavras-Chave:** WARREN BUFFET, CHARLES MUNGER, MÉTODO QUANTITATIVO, MÉTODO QUALITATIVO, INVESTIMENTO, ÉTICA

**OS MERCADOS COMPETITIVOS DO RN: A INDÚSTRIA QUÍMICA NO RIO GRANDE DO NORTE E A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA:**

**Autor(es):**

*Ramon Rodrigues Souza e Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*José Varela de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Alicia Mariana Barbosa da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Deborah Solidonia Bezerra da Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Mucio Eladio Azevedo Duarte: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*  
*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho tem a intenção de quantificar o poder de influência do ecologicamente correto na decisão de compra consumidor final, sendo este com foco na indústria química domissanitárias do Rio Grande do Norte. O fato é que o apelo de sustentabilidade e o ecologicamente correto é uma realidade crescente nas grandes empresas, de modo que tais procedimentos podem alterar drasticamente os custos de produção convencional, porém essa alteração pode chegar a onerar o preço final ao consumidor. O nosso problema é, até que ponto o cliente está disposto a pagar por este produto que não polui rios nem prejudicam a natureza? Será que o fato de uma empresa ter em sua essência o cuidado com a natureza denominando-se ECOLOGICAMENTE CORRETO é um fator determinante na hora da compra? Durante muito tempo o Marketing era tido como vilão da intensificação do consumo, acontece que esta realidade está mudando, o chamado marketing verde está assumindo uma forma mais social e sustentável, servindo como instrumento de educação ambiental sem deixar de lado as necessidades econômicas das empresas. sendo assim o estudo tende a mostrar características específicas do segmento para compreender a ação cada vez mais agressiva da mídia, também conhecida como "marketing verde" na abordagem desse assunto.

**(Metodologia)** O estudo foi elaborado com uma base exploratória e descritiva apoiado por uma pesquisa de campo onde foi respondido o questionário de digital de perguntas fechadas e abertas a um público com faixa etária entre 17 e 67 anos na sua pequena maioria de mulheres(52,6%)consumidores comparado outras pesquisas de comportamento similar em outra Unidade da Federação

**(Resultados)** Ao final de nossa pesquisa de campo, no qual maior percentual de idade dos respondentes foi de 18 anos, destes 52,6% de sexo feminino, com renda familiar acima de 3 salários mínimos, do 92% afirmaram saber o que é uma empresa sustentável 92% onde 44,7 % do total estaria dispostos a pagar até 10% a mais no preço por produtos destas empresas, e um parcela muito maior, 77,6% rejeitariam uma organização que estivesse em desacordo com as normas e leis ambientais.

**(Conclusão)** Foi detectado que a tendência observada em pesquisa de uma gigante do setor, onde "Mais de um terço (33%) dos consumidores preferem marcas que impactem positivamente a sociedade ou o meio ambiente. O dado é de estudo internacional encomendado pela Unilever e realizado pela Europanel, sendo assim as empresas de nosso estado precisam se apoderar destes conhecimento e praticas para permanecer em um mercado cada vez exigente no que se diz respeito a sustentabilidade sem deixar de relatar a competitividade comercial.

**Palavras-Chave:** industria quimica, ecologicamente correto, sustentabilidade

**PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS NA ÁREA COMERCIAL: UM ESTUDO DE CASO NA CABO TELECOM**

**Autor(es):**

*Nailson de Medeiros Vieira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O conceito de padronização tem sido buscado em varias empresas nos últimos tempos para diminuir os gargalos que aparecem no dia a dia, e como a padronização pode ajudar a manter um alto nível de eficácia e eficiência entre vários setores das empresas. Este estudo abordou a implantação das rotinas de trabalho no setor comercial da empresa de telecomunicação Cabo Telecom contribuindo de forma positiva para que a empresa continue apresentando altos níveis de aceitação e reconhecimento no mercado brasileiro, este estudo esta respaldado em pesquisas e autores renomados que estão referenciados no presente artigo dando ênfase na aplicabilidade da organização em análise.

**(Metodologia)** O presente trabalho foi um estudo de caso, dividido em duas partes. A primeira foi a realização de uma pesquisa descritiva, bem como consulta à internet, buscando informações com autores que pudessem deixar a pesquisa mais rica. A segunda parte foi uma pesquisa qualitativa onde poderemos observar as particularidades e experiências do setor comercial da organização, onde foi realizado um estudo analítico proposital conseguindo assim sugerir possíveis soluções para os problemas encontrados. Antes do inicio do estudo foi realizada uma visita ao RH da empresa para comunicar sobre o projeto e estudo de caso com o proposito de identificar e diagnosticar os problemas encontrados no dia a dia dos executivos de vendas por falhas de execução relacionadas a falta de padronização na área comercial da empresa Cabo Telecom.

**(Resultados)** Para a realização deste trabalho foram realizadas duas reuniões para aplicação de entrevistas com todos os funcionários do setor comercial para se debater o objetivo geral deste artigo e posteriormente foi realizado um questionário de perguntas fechadas sendo respondido pelos executivos de vendas, funcionários do setor de digitação e cadastro de contratos e os demais colaboradores do setor comercial da unidade da Cabo Telecom de Candelária. Para tanto, após a tabulação dos resultados obtidos com o Instrumento de coleta, foi realizada a análise crítica dos dados, para o ótimo entendimento da pesquisa em análise e posteriormente ser apresentada ao gerente comercial da empresa.

**(Conclusão)** Evidenciou-se no estudo apresentado da Empresa Cabo Telecom, alguns pontos que devem ser melhorados, na intenção de Padronizar os serviços da Empresa que já configura um bom atendimento comercial. Diante o exposto, a pesquisa deve ser servida com base para outros estudos mais aprofundados, na intenção de contribuir com a ciência, na área em análise. Proposições e recomendações foram realizadas com base no estudo apresentado, para a melhor prática gerencial na área comercial da Organização.

**Palavras-Chave:** Padronização, Setor Comercial, Telecomunicação.

## PERSPECTIVAS DAS MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO

### **Autor(es):**

*Karina Lopes Loureiro: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Patrick Alefy de Miranda França: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Érica Sulamita Pereira da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Ana Cláudia da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO):As mudanças ocorridas no mercado de trabalho nacional também incentivaram a participação feminina pelo mundo dos negócios. Há tempos, as mulheres não poderiam ter voz de comando, dedicando-se a procriação, cuidados com os filhos e aos afazeres domésticos. Nas últimas décadas trabalhos de diversos pesquisadores têm chamado atenção para novas articulações entre mercado de trabalho, gênero e raça. Nesse sentido o objetivo da pesquisa é analisar diante da emergência desse novo cenário a participação das mulheres negras no mercado de trabalho.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA):O estudo classifica-se como exploratório descritivo bem como, o intuito de identificar a participação da mulher negra no mercado de trabalho.

**(Resultados)** (RESULTADOS):O mercado de trabalho é um indicador necessário também para análise do desenvolvimento voltado a autonomia humana (capacidade de administrar a própria vida adaptando-se as necessidades do mercado trabalhista). O desemprego e a precarização do trabalho recai com muito mais força sobre as mulheres. E, em dose maior, sobre as mulheres negras. No ano de 2015, institutos oficiais divulgaram dados que apontam que o abismo salarial entre homens e mulheres, negras e não negras, ultrapassa os 40%. Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI&C), ainda existem diferença em relação às mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia. O Programa Mulher e Ciência é uma parceria entre o ministério, a SPM e o CNPq. O programa incentiva as jovens a ingressarem nas áreas de ciências exatas, como engenharia. Segundo informações do Ministério da Educação, em 2012, o percentual de mulheres na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito é de 23% contra 17% de homens, enquanto que em Engenharia, Produção e Construção o percentual de mulheres é de 5% contra 13% de homens. A mesma tendência se observa na área de Ciências, Matemática e Computação onde a relação é de 2,5% de mulheres e 5,3% de homens. Viu-se que, mulheres negras também têm mostrado resultados satisfatórios voltados à organização de seu tempo para desenvolver-se e empreender no mercado. Ademais, as mulheres não negras conseguem maior inserção no mercado de trabalho, na política, tornam-se chefes de empresas, dominando lugares antes exclusivamente masculinos. As mulheres negras que conquistam cargos no mercado de trabalho despendem uma força muito maior. O preconceito e o racismo estão cada vez mais explícitos no mercado de trabalho. Diante do exposto, e com relação aos relatos cotidiano ainda é preciso muita eliminação do preconceito e da desigualdade racial.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO):Assim, viu-se que a perspectiva da mulher negra atual diferenciou-se relacionado há alguns anos. Porém, as mulheres não negras, quando comparadas às negras, encontram, na sociedade brasileira, maiores facilidades de enfrentar as dificuldades que envolvem as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. As análises, mostram que, apesar das transformações ocorridas na direção da democratização racial, ainda persistem os mecanismos discriminatórios em relação as mulheres negras.

**Palavras-Chave:** Mulheres Negras. Mercado de Trabalho. Inserção.

## PONTO DE EQUILÍBRIO E MARGEM DE SEGURANÇA - EMPRESA ALFA

### **Autor(es):**

*LUCAS MOURA ALMEIDA D' OLIVEIRA : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*James Teixeira Galvão: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Rodrigo Oliveira Bandeira Tavares: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Marcio Max Graciano da Silva Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O ponto de equilíbrio é um indicador de segurança do negócio, pois mostra o quanto é necessário vender para que as receitas se igualem aos gastos da produção. Sendo assim, a empresa não tem lucro nem prejuízo. A margem de segurança representa o volume de vendas que supera as vendas calculadas no ponto de equilíbrio. Quanto as vendas podem oscilar, em unidades e valor, sem que a empresa passe a operar com prejuízo. Tomando como base as informações fornecidas em sala, iniciamos um estudo de caso na empresa Alfa, frigorífico situado no bairro Bom Pastor com atuação em toda a região da cidade de Natal/RN. A empresa trabalha com o preparo de carnes destinados a diversos tipos de clientes, atualmente comporta um quadro de trinta funcionários. O produto a ser estudado para calcular o ponto de equilíbrio contábil e margem de segurança é a carne moída, com base em um quilograma.

**(Metodologia)** Esse trabalho foi feito na disciplina de Contabilidade de Custos, com o objetivo de descobrir o ponto de equilíbrio e margem de segurança da empresa Alfa. Por meio de visitas a empresa, coletamos os dados necessários e os analisamos juntamente ao nosso orientador.

**(Resultados)** Ponto de equilíbrio contábil = gastos fixos / preço de venda - gastos variáveis unitários =  $15.728,93 / 1,00 = 15.728,93$  Kg. O cálculo do ponto de equilíbrio nos mostrou que para igualar a receita aos gastos e não ter lucro nem prejuízo com a carne moída, a empresa deve vender 15.728,93 Kg. Margem de segurança (R\$) = quantidade vendida - ponto de equilíbrio em valor monetário =  $220.714,80 - 91.070,50 = 129.644,30$  R\$. Calculamos também a margem de segurança, a empresa está operando com uma margem de segurança de 129.644,30 R\$. Margem de segurança percentual = margem de segurança / quantidade vendida x 100 =  $129.644,30 / 220.714,80 \times 100 = 58,74\%$ . A empresa está com uma margem de segurança percentual de 58,74%.

**(Conclusão)** O gestor deve utilizar-se de todas as ferramentas disponíveis para ter informação de qualidade que o auxiliem na tomada de decisão. E, neste sentido, tanto o Ponto de Equilíbrio quanto a Margem de Segurança no faturamento são duas das quais nunca se deve abrir mão. Com estes indicadores sempre atualizados a luz vermelha será acesa prontamente para sinalizar a necessidade de: buscar novos clientes, aproveitar melhor os clientes da carteira ou, a parte que mais dói, reduzir os custos envolvidos, o que muitas vezes implica no corte de funcionários.

**Palavras-Chave:** Ponto de Equilíbrio, Margem de Segurança, Indicadores.

## PREVISÃO DE FALÊNCIA: UTILIZAÇÃO DE ANÁLISE DISCRIMINANTE

### **Autor(es):**

*Leonardo Rodrigues Holanda: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Brasil tradicionalmente sempre foi um país empreendedor como podemos ver com a pesquisa GEM (Global Entrepreneurship Monitor) realizada em 2015 onde vimos que quatro de cada dez brasileiros já possuem ou estão envolvidos na abertura de uma empresa. Mas essa “febre empreendedora” vem passando por serias dificuldades como veremos a seguir. De acordo com estimativas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2013), 24,4% das empresas decretam falência ou simplesmente fecham as portas antes do segundo ano de atividade. Esse cenário é desfavorável economicamente falando pelo fato de que empresas quando anunciam falência sucessivamente fecham postos de trabalho, deixando de arrecadar impostos e assim deixam de contribuir com o crescimento econômico do país. Ao analisarmos as fases que compõe a insolvência, é importante entendermos que esse processo acontece de forma gradual. Fazer uma análise regressiva da empresa facilita o entendimento de como se deu a trajetória até cenário de se tornar insolvente. Com isso o presente trabalho tem como objetivo principal analisar os índices financeiros da empresa, identificando as causas que estão levando à empresa a se tornar insolvente. Bem como tem os objetivos específicos: analisar os dados contábeis e financeiros da empresa para a realização de um diagnóstico de uma provável insolvência, demonstrar a interligação dos índices que estruturam a parte financeira da empresa e propor um plano de ação que visa a reversão de cenário de “turbulência financeira”.

**(Metodologia)** Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica; análises inferenciais; descritivas e quantitativas utilizando método de correlação entre indicadores que estima um possível grau de insolvência dentro das empresas. Assim feito, será realizada uma análise de comparação da situação econômico-financeira de algumas empresas. Desta forma, será mostrada a correlação entre os índices abordados nesse estudo com a previsibilidade de insolvência.

**(Resultados)** Este estudo mostrou como alguns índices econômicos financeiros são discrepantes quando comparados entre empresas de diferentes segmentos. A partir desses índices foi analisado como essas empresas organizam sua estrutura de capital e mostra algumas particularidades entre as mesmas. Com isso ficou mais precisa a inferência de previsão de insolvência quando feita estas análises.

**(Conclusão)** Muito se discute sobre a importância de métodos de avaliação em empresas. Dentro de um cenário econômico tal incerto quanto o brasileiro, essas avaliações são de extrema valia para seus stakeholders. Conclui-se que métodos de avaliação da situação econômico financeiro de empresas é cada vez mais necessário, pois, estas informações são essenciais para tomadas de decisão tanto para seus gestores como também para possíveis investidores.

**Palavras-Chave:** Falência, análise, insolvência,

**QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR EM NATAL/RN**

**Autor(es):**

*Thauanny Mayara Batista: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Maria da Silva Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com a globalização e o mundo empresarial cada vez mais competitivo, exige-se muito mais no ambiente organizacional. Colaboradores sendo intensamente cobrados em ter uma disponibilidade de tempo, buscar capacitações para adequar-se ao mercado e não perder a empregabilidade, exigindo um maior esforço físico e mental. Com todos esses pontos a serem cobrados rotineiramente, percebe-se que o indivíduo fica sobrecarregado e por vezes desmotivado. Contudo, a participação humana faz parte de um envolvimento indispensável, não sendo apenas o suficiente a ajuda do capital financeiro, qualidade em seus produtos/serviços, tecnologia e etc. Há bem mais que isso, é a junção de todos esses e outros aspectos que compõem a empresa junto com a ajuda do colaborador atingir os seus objetivos. No entanto, para que ocorra um bom resultado, os colaboradores precisam ter uma boa qualidade de vida no trabalho (QVT), fazendo assim com que ocorra uma satisfação em fazer parte daquele ambiente e poder contribuir para o sucesso da empresa.

**(Metodologia)** A pesquisa será do tipo descritiva-quantitativa, e a população de estudo será composta por todos os funcionários de uma instituição de ensino superior em Natal, onde será realizado um censo, com o objetivo de descrever o nível de QVT dos colaboradores da organização. O questionário é composto por 31 questões agrupadas a partir do modelo de Eda Fernandes, reunindo 10 fatores que são eles: condições de trabalho, moral, compensação, saúde, participação, comunicação, imagem da empresa, relação com subordinado, organização do trabalho e posicionamento pessoal sobre QVT. Na primeira parte do questionário estão as questões diretamente relacionadas com a QVT, abordando diversos aspectos de qualidade de vida no trabalho. Já na segunda parte, visa levantar informações sobre os pesquisados, tais como idade, sexo, grau de escolaridade e tempo de empresa, que detalham o perfil dos mesmos. A coleta de dados foi realizada com aplicação do questionário através de entrevista pessoal, os dados foram analisados por meio de gráficos e tabelas, os quais proporcionaram a apreciação do nível de QVT dos colaboradores.

**(Resultados)** Espera-se que ao final da coleta de dados identifique-se, a partir da percepção dos funcionários entrevistados, quais os fatores organizacionais, ambientais e comportamentais afetam o bem-estar deles e conseqüentemente a qualidade de vida no trabalho da instituição pesquisada, bem como a mensure-se a satisfação no trabalho de maneira a investigar quais variáveis podem ser trabalhadas para o delineamento de estratégias que gerem comprometimento e os mantenham motivados para o desenvolvimento de suas atividades.

**(Conclusão)** O cenário do mercado de trabalho é de uma realidade bastante competitiva, fazendo com que as empresas busquem maior produtividade e qualidade dos seus produtos e serviços. Porém, ao analisar o lado do trabalhador, percebe-se o impacto negativo na sua qualidade de vida, em razão de toda essa pressão que irá repercutir em sua produtividade. E para isso não ocorrer, é de suma importância a aplicação do programa de QVT na empresa. Assim, ocorrerá a melhora nos resultados finais da empresa, dado que as pessoas estarão satisfeitas e recompensadas no trabalho.

**Palavras-Chave:** qualidade de vida no trabalho, competitividade, produtividade, satisfação.

**RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NUMA EMPRESA DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA: A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO URBANO**

**Autor(es):**

*Thiago Grande Rodrigues: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Rafael de Baggi Silva e Attayde: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) No Brasil, nos últimos anos, devido ao forte aumento da criação de empresas no segmento da construção civil por conta de programas públicos assistencialistas que buscam reduzir o déficit habitacional, acompanhar o crescimento dos novos bairros e a qualidade dos empreendimentos urbanísticos disponibilizados ao mercado se tornou imprescindível para a sociedade como um todo. O trabalho desenvolvido pretende promover a discussão sobre a importância da responsabilidade social empresarial através do planejamento urbano e sua aplicação, usando com base de estudos uma empresa de incorporação imobiliária situada em Natal/RN, tendo esta lançado recentemente um empreendimento do tipo loteamento urbano no município de Assu, visando identificar os pontos positivos e negativos desta aplicação, promovendo assim um conhecimento favorável sobre o referido tema.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) O presente trabalho se utilizou de informações recentes e impressões particulares de uma empresa de incorporação imobiliária situada em Natal/RN utilizada como base para este estudo de caso, analisando os relatórios de marketing, financeiro e contábil da empresa ora estudada, especificamente sobre um empreendimento do tipo loteamento urbano no município de Assu, onde foram coletadas as informações referentes às oscilações dos valores de venda de suas unidades e seus respectivos custos, estes impactados por ações respectivas a entrega de equipamentos comunitários e pontos de planejamento urbanístico, os quais uma vez aplicados, alteram diretamente não só as margens de resultados da empresa, como também os valores agregados ao bem imóvel adquirido pelo cliente final, trazendo para o debate acadêmico a dúvida sobre tais ações contribuírem com maior lucro ou prejuízo.

**(Resultados)** (RESULTADOS) De acordo com os dados avaliados, denotou-se o conceito presente de planejamento urbano na implantação de um loteamento popular composto por 453 lotes urbanos em localização carente de diversos serviços públicos obrigatórios, tais como transporte, segurança e lazer, onde a empresa optou por entregar diversos equipamentos comunitários não existentes na região diretamente impactada por entender que o impacto de um empreendimento deste porte deve ser superado pelos benefícios que sua chegada pode trazer no cumprimento das obrigações públicas, tais como a criação e a execução de praças, de um terminal rodoviário interbairros, de sedes da guarda municipal e de associação de moradores, de um centro comercial, de áreas verdes, de redes de energia, de abastecimento de água e de drenagem pluvial e ainda de vias de circulação pavimentadas e paisagismo, sendo estas ações acompanhadas de expressivos custos extras, porém, também acompanhadas de uma real e objetiva valorização do lote comercializado através do valor agregado ao seu consumidor, trazendo assim um aumento real de receita, e conseqüentemente no resultado financeiro do empreendimento.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Após esta análise, podemos perceber a extrema importância do planejamento urbano para a sociedade, onde ações de responsabilidade social não só devem ser inseridas no ambiente corporativo em geral como em muitos casos é possível converter os custos excedentes por tais ações em valor agregado ao produto ou serviço, fato este que não só demonstra um comportamento ético empresarial como também traz a real possibilidade de aumento de seus resultados e índices financeiros, dados estes primordiais para a sustentabilidade da empresa.

**Palavras-Chave:** PALAVRAS CHAVE: Planejamento Urbano, Responsabilidade Social Corporativa, Loteamento Urbano.

**SAMARCO:RESPOSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E SEUS IMPACTOS**

**Autor(es):**

MARIA CICERA DA SILVA: *Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

Everton da Silva Rocha: *Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo de caso do maior desastre ambiental do País. Trata da questão ambiental e social tendo como foco o desastre de Mariana, em Minas Gerais, onde o distrito de Bento Ribeiro foi varrido do mapa em consequência do rompimento da barragem de Fundão, onde se depositavam rejeitos da Samarco e de suas controladoras Vale do Rio Doce e BHP Bilinton, duas gigantes da mineração.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada neste trabalho é caracterizada como bibliográfica por conter levantamento de dados, seleção e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa e também caracterizadas como estudo de caso, por ser tratar do caso SAMARCO. Os dados obtidos foram coletados através de pesquisa em sites como: MMA, matéria jornalísticas, vídeos e artigos acadêmicos. Alguns meios de comunicação como os jornais, à televisão e principalmente a internet, trazem algumas informações de caráter duvidoso. Portanto é necessário, acima de tudo, averiguar os fatos e buscar mais de uma fonte de informações sobre o mesmo assunto.

**(Resultados)** No entanto nesse desastre perderam-se vidas humanas, bens e a história de uma região inteira que foi coberta pelo lamaçal. Além da perda dos entes queridos, sofreram os impactos econômicos e ambiental, com a perda de suas casas, objetos os meios de sobrevivência, pousadas foram fechadas, motivo pelo qual as praias foram poluídas se tornou um mar de lama. E o que mais revolta a sociedade é que os grandes poderosos se submetem a tirar vidas, destruir a natureza, destruir cidades apenas por ganância, dinheiro e poder, acontece tudo isso e não tem punição para eles. Estamos precisando de leis mais severas, onde se cumpra, onde a ética seja a primeira decisão e não o dinheiro ou grau de parentesco.

**(Conclusão)** A situação chama a atenção de toda a sociedade, da comunidade internacional e de especialistas das áreas jurídica e ambiental, principalmente, levando à reflexão acerca das consequências da enxurrada de lama de rejeitos de mineração despejada sobre o Rio Doce, a responsabilidade socioambiental e penal das empresas envolvidas no acidente, as extensões deste impacto ecológico para o meio ambiente e também na esfera social, a possibilidade de recuperação dos danos ambientais já vislumbrados e aqueles que ainda podem surgir, os princípios da prevenção e da precaução, entre outros. Os conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental, somados ao exercício da ética, vem ganhando força no âmbito empresarial nos últimos anos. As responsabilidades socioambiental não se limita as questões ambientais. Abrange outros aspectos igualmente relevantes como social, econômico e cultural.

**Palavras-Chave:** PALAVRA CHAVES: Samarco, Mariana, impactos.

## UM ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE ECONÔMICA DA TERCEIRIZAÇÃO DE TRANSPORTES

**Autor(es):**

*Mandalu Michael Jackson Olegário de Farias: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os custos com transportes de cargas rodoviárias no Brasil são altos em função da característica da malha viária e a redução destes é de extrema importância para firmar a competitividade das transportadoras. Este estudo estendeu-se sobre a realização de uma análise de dados comparativos entre os custos de uma frota própria com uma frota terceirizada de entregas da empresa X. Contribuindo significativamente na decisão da empresa sobre a utilização da frota própria ou de terceirizá-las, descrevendo os procedimentos de uma mesma rota e veículos similares para a análise dos resultados e a partir destes, verificar qual opção que gera mais lucro para a transportadora. Verificou-se que a opção da escolha por frota terceirizada pode ser mais lucrativa e que dependendo das particularidades da operação pode ser a escolha mais assertiva. A pesquisa está embasada em autores consagrados além de estudos científicos acerca da hipótese da viabilidade da frota terceirizada.

**(Metodologia)** O presente artigo foi realizado a partir de uma pesquisa descritiva, e análise dos custos. Foi realizado inicialmente sobre as modalidades de frotas de transportes próprias e terceirizadas, conceituando e classificando os componentes de custos e despesas do âmbito. Posteriormente foi apresentado o uso das modalidades de frota de transportes no Brasil; aliado a aplicação de questionários, através da técnica de associações livres de palavras. Um diagnóstico de valores de custos efetivos envolvidos no processo logístico, pesquisados durante a produção do projeto, que averiguou ambas propostas de frotas de transportes, para auxiliar os gestores de logística na distinção de utilização e decisão.

**(Resultados)** Para a construção deste trabalho foram aplicados questionários com 14 questões em diversas empresas de logísticas, a fim de extrair informações relacionadas ao modo como trabalham, os custos envolvidos, além de como este modelo funciona na prática, para desta forma embasar o objetivo geral deste artigo e analisar criticamente os dados com os instrumentos de coletas para os resultados tempestivos e fidedignos fundamentando as decisões dos gestores do segmento estudado.

**(Conclusão)** Verificar a viabilidade de utilização de frota terceirizada ou própria para o transporte logístico no Brasil, apresentou-se alternativa interessante, tendo em vista as dificuldades encontradas de elevado custo operacional existente no segmento, além da busca da qualidade dos serviços prestados, a pesquisa proporciona condições de escolher com segurança entre o tipo de frota própria ou através da transferência de responsabilidade no setor de transporte de uma empresa. Levando em consideração as necessidades de demanda logística voltada para os transportes de cargas. Diante o exposto, a pesquisa deve servir para embasar outros estudos mais aprofundados, na intenção de contribuir cientificamente para a melhor prática gerencial e decisiva das organizações em análise.

**Palavras-Chave:** Viabilidade, frota própria, frota terceirizada.

## UM NOVO CONCEITO DE LOJA: UNI-STORE.

### **Autor(es):**

*Mirla Gabriela da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Jardênia Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Sara Kamila Trajano da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Muitas universidades aproveitam o seu espaço físico e o desejo de alunos e funcionários de “vestirem a marca” da instituição, para implantar a sua própria loja de acessórios. O propósito é fornecer aos estudantes e interessados, produtos com a marca do centro universitário, alcançando como retorno muito mais do que uma receita, mais também aspectos intangíveis como a divulgação da marca e o aumento do sentimento de orgulho e pertencimento. Aliado a isso, há ainda o fácil acesso dos alunos em adquirirem os produtos, os quais muitas vezes são utilizados nas atividades acadêmicas, além da oportunidade dos docentes aplicarem, na prática, ferramentas ensinadas em sala de aula, servindo como um laboratório acadêmico. Trata-se um modelo de negócio validado em diversas instituições de ensino do país que desenvolvem produtos para transformar a marca da instituição em “grife”. Isso demonstra o grande benefício de proporcionar uma maior interação entre universidade e alunos, através dos conhecimentos adquiridos por eles ao longo do curso, atrelado à marca da instituição, tornando-se um case de sucesso. Atualmente o Centro Universitário do Rio Grande do Norte possui um laboratório destinado à esta prática, mas que, por motivos diversos, encontra-se desativado. Assim, o objetivo deste trabalho é realizar a modelagem de negócio para analisar a viabilidade da UNI-Store, através de uma proposta de valor mais atrativa e rentável.

**(Metodologia)** A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. Como instrumento de coleta de dados, foi validado um questionário estruturado em plataformas de pesquisa de mercado, focado no objetivo proposto, além de pesquisas na internet. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2011), a qual é estruturada em uma tela com nove blocos que descrevem as principais áreas de um negócio.

**(Resultados)** O mercado de lojas de marcas institucionais está cada vez mais desenvolvido, de forma que as pesquisas tem revelado que as empresas existentes gozam de sucesso. A UNI-Store se propõe a realizar um trabalho inovador disponibilizando produtos institucionais, à pronta entrega e sob encomenda, assegurando rapidez, qualidade e baixo custo para conquistar, manter e fidelizar o seu público alvo. O seguimento de clientes é constituído de discentes, docentes, prestadores de serviço e admiradores da instituição, que orgulham-se e defendem a marca e qualidade da instituição. A UNI-Store dispõe-se a manter um relacionamento com seus clientes através das mídias digitais para que assim possam mantê-los sempre atualizados das novidades, além de oferecer formas de pagamento facilitadas, seja através de cartão de débito/crédito e/ou em espécie. A rede de parceiros é formada por fornecedores de qualidade e que, através dessa via de mão dupla, agregam valor ao negócio de ambos. A fonte de receitas é advinda da comercialização de produtos que carregam o nome da instituição e as despesas são constituídas pela manutenção do espaço, tendo a mão-de-obra formada por alunos do centro universitário.

**(Conclusão)** Levando em consideração que esse é um mercado crescente, a UNI-Store se enquadra no ramo das empresas que praticam o endomarketing, ou seja, o marketing que começa de dentro da instituição para fora. Pode-se concluir que a empresa é viável economicamente tendo em vista as pesquisas realizadas e os cases de sucessos já existentes.

**Palavras-Chave:** CANVAS; EMPREENDEDORISMO; UNI-RN; UNI-STORE.

**UMA ANÁLISE DO SERVIÇO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NA CIDADE DO NATAL E O IMPACTO ECONÔMICO NAS RENDAS FAMILIARES: QUAL O IMPACTO ECONÔMICO DO INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADO NA RENDA DAS FAMÍLIAS DOS UNIVERSITÁRIOS NA CIDADE DO NATAL.**

**Autor(es):**

*Maria Rebeqa Siqueira Viana Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Vanilson Andre da Silva Paixao: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*  
*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Nesta Análise das Instituições de ensino superior privada, procuramos ver a realidade encontrada pelos universitários e familiares, durante e após sua vida acadêmica, levando em consideração os gastos com esse ensino e seu impacto econômico nos universitários e Familiares na cidade do Natal. “Essa transformação da educação superior em mercadoria não é algo recente, remonta os anos 1970 quando novas regras foram estabelecidas pelas Leis de Diretrizes e Bases (LDB), de 1961. Pela Reforma Universitária de 1968 e pela Reforma do Ensino de 1.º e 2.º graus,1971.” (Expansão da Educação da Educação Superior no Brasil e a formação dos oligopólios EcoS-Rev.Cient,n.29,p.118. 2012) A parti desses acordos firmados do Ministério da educação e Cultura Brasileiro e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, feitos ainda na década de 1960, o Brasil passa a receber apoios tanto financeiros quanto técnicos, e daí implementam novas reformas que fazem o Sistema educacional Brasileiro mais semelhante aos modelos econômicos Norte Americanos. De acordo com Rodrigues (2007,p.2), a educação superior, desde então, passou “[...] a ser um negocio regido pelo signo da economia globalizada na qual se comercializam os mais variados produtos, de sanduiches a cursos de graduação.” Procuramos Analisar as dificuldades financeiras encontradas pelos universitários em sua (IES) privada na cidade do Natal, Pesquisa os impactos no seu grupo familiar e mapear as principais dificultades encontradas por esses indivíduos. A falta de regulamentação do setor privado continua sendo um problema. O Estudante muitas vezes são vitima da ganancia e da exploração desses “empresários da educação”. É importante intender que a educação é um direito básico. Garantido pela constituição federal e não deve ser vendida como qualquer produto.

**(Metodologia)** Fizemos pesquisa bibliográfica além de um levantamento de dados através de um questionário no mês 10/2017 e pretendemos melhorar o conteúdo através de uma aplicação mais extensa do questionário e um aperfeiçoamento do uso da ferramenta com Universitários e familiares de universitários do ensino superior privado na cidade do Natal.

**(Resultados)** Um dos resultados mais alarmante é que 100% dos entrevistados na questão de numero 14(Você acredita que a sua IES poderia rever os preços dos serviços dentro da IES responderam que Sim. Alem de 80% em outra questão que considerou os aumentos regulares de suas Instituição de Ensino Superior na cidade do Natal consideraram Abusivas, e nos familiares esse índice chegava a 60%.

**(Conclusão)** Vemos um grande espaço de pesquisa ainda a ser feita pra complementação e aperfeiçoamento do trabalho mais vemos a necessidade dessa pesquisa quando vemos os resultados do questionário anterior, principalmente as respostas das perguntas de numero 13 e 14 entre outras , esperamos com a ajuda dos nossos orientadores torna esse artigo mas claro e objetivo pra melhor compreensão dos interessados. Entre outros dados, essa visão dos familiares dos entrevistados e dos universitários, mostram um impacto real no cotidiano dessas famílias e principalmente no dia a dia do Estudante.

**Palavras-Chave:** Instituições de Ensino Superior (IES) Privada, Universitários e Impacto econômico nas rendas familiares.

**VOCÊ É O MEU HERÓI, NÃO ME ABANDONE!**

**Autor(es):**

*Diego Alves de Oliveira : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** Conscientizar as pessoas que tem animais de estimação, acerca dos efeitos ocasionados devido ao ato cruel e covarde de abandoná-los, principalmente quando já existe uma convivência longínqua. A ideia central é gerar um impacto emocional no público, causando comoção, remetendo a lembranças do convívio com seus próprios animais de estimação. Portanto, busca-se alertar sobre o abandono de animais, que já é um problema de responsabilidade social presente no Brasil.

**(Proposta do roteiro)** O roteiro foi trabalhado com a intenção de emocionar e impactar o público. O título: Você é o meu herói, não me abandone! Já denota a ideia de aproximação entre o dono e seu cão, bem como entre o público e o vídeo, que seu texto mostra um animal relatando a convivência com seu “herói”, desde os seus primeiros passos, passando por brincadeiras, bagunças, momentos de alegria, além de deixar bem explícito o medo de ser abandonado e as suas cruéis consequências: fome, medo, solidão. Por fim, com a finalidade de demonstrar que ainda há esperança e quão importante o seu dono, melhor amigo e herói é para o animal protagonista, os dois se reencontram, voltam a viver momentos de alegria e felicidade. Em seguida, é mostrado a estimativa de 30 milhões de animais abandonados no Brasil, que em sua maioria foram abandonados por seus donos, ou seja, o público poderá perceber que realmente há um problema de responsabilidade social que envolve essa temática e que o vídeo clip caracteriza a fragilidade e o sofrimento do animal dentro desse contexto.

**(Efeitos esperados)** Apesar do vídeo clip ter dado ênfase ao convívio entre cães e seus donos, permite-se gerar uma conscientização acerca do abandono de animais de estimação em geral. Busca-se incutir na mente das pessoas a necessidade de tratar os animais com respeito, como seres vivos que sentem solidão, fome, frio, sede e que precisam ser cuidados. No entanto, o vídeo também visa relembrar o quanto eles podem ser fieis, amigos e companheiros. Assim, após ter sido gerado um baluarte de emoções, a expectativa é que os donos valorizem seus “amigos pets” e que não os abandonem.



**CONIC**

**2017**

CONGRESSO  
DE INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA

**Graduação Arquitetura e  
Urbanismo**





**ÔNIBUS COMO TRANSPORTE DE MASSA E OCUPAÇÃO URBANA EM NATAL: MALHA URBANA E MAPEAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DAS LINHAS DE ONIBUS (1930-1960).**

**Autor(es):**

*Diego Barreto Azevedo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Camila Furukava: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho tem como objetivo iniciar uma análise sobre a relação entre o desenvolvimento das linhas de ônibus em Natal e a ocupação urbana. Neste sentido, se busca entender as relações entre desenvolvimento e implantação das linhas de ônibus, crescimento da malha urbana e acessibilidade da população potiguar. Este trabalho é influenciado, principalmente, pela obra de Flávio Villaça (1998), Espaço intra-urbano no Brasil e pela dissertação de mestrado de Gabriel Medeiros (2011), Caminhos que estruturam cidades: redes técnicas de transporte sobre trilhos e a conformação intra-urbana de Natal (1881-1937). Para orientar a seleção do material de trabalho, optou-se por uma revisão bibliográfica em conexão com uma análise indiciária a partir de jornais locais de 1930 a 1960. Neste sentido, este trabalho visa entender qual a relação entre ônibus como tecnologia e transporte de massa intra-urbano e o processo de ocupação urbana. A análise deste trabalho se inicia a partir da década de 1930, pois as fontes primárias já analisadas indicam a presença de ônibus na cidade a partir de 1920, mas expõem uma sistematização do transporte nas décadas seguintes. Escolhe-se este período por se considerar relevante compreender o processo de mudança do transporte de massa em Natal de bonde para ônibus e como tal processo afetou a cidade. Com tal análise inicial foi possível mapear a implementação das linhas de ônibus na cidade em Natal no período citado e seu desenvolvimento em diálogo com a análise da expansão da malha urbana.

**(Metodologia)** Para desenvolver a análise sugerida neste trabalho se utilizou de uma análise qualitativa, de uma análise comparativa e do método indiciário proposto por Carlo Ginzburg (1989). Para alcançar o objetivo deste trabalho, se utilizou de fontes da Hemeroteca da Biblioteca Nacional (BN) e do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN).

**(Resultados)** As primeiras fontes analisadas, que por sua vez, levaram para outras fontes, ajudaram a desenvolver um entendimento mais amplo sobre o desenho das rotas de ônibus, e conseqüentemente, da relação entre estas rotas e as antigas linhas de bondes. Foi possível traçar e mapear quais rotas de ônibus foram implementadas no período citado. Além disso, foi possível levantar, a partir das fontes de jornais, quais demandas por mobilidade ganhavam destaque e quais não foram atendidas.

**(Conclusão)** Trata-se de um trabalho inicial de pesquisa, mas que visa contribuir com a análise e mapeamento das fontes primárias sobre o tema. Deste modo, inicia-se o desenvolvimento das questões iniciais ao ser possível mapear as rotas dos ônibus na cidade de Natal para o período estudado.

**Palavras-Chave:** História do ônibus; Espaço intra-urbano; Ocupação urbana; Mobilidade

**ACESSIBILIDADE, UMA RELAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA.**

**Autor(es):**

*Lucas Santo Netto: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Camila Furukava: Docente do UNI-RN*

*Giovani Hudson Silva Pacheco: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Desde a antiguidade as pessoas com deficiência eram vistas de forma discriminada. Na Roma antiga, as crianças nascidas com alguma deficiência poderiam ser mortas, em Esparta eram lançadas em precipícios, ou ao mar, até que em Atenas, com a presente filosofia de Aristóteles, se teve a definição de que “Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade.” (SILVA, 1987). A exclusão dos indivíduos com necessidades especiais acabava por estar ligada não só aos fatores sociais, mas também, aos fatores urbanísticos, como a estrutura física da cidade, e foi com o intuito de combater isso, que se teve em 1983 a criação da NBR-9050, e tendo sua última atualização e revisão no ano de 2015. Essa norma busca estabelecer critérios e parâmetros técnicos no que tange o projeto, a construção, a instalação e a adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade (BRASIL, 2015). Pelo fato de se haver cada vez mais uma preocupação no que tange o ambiente acessível e passível de uso a todos, uma maior preocupação e pesquisas sobre o tema vem sendo desenvolvido, dessa forma o trabalho tem como intuito contribuir em uma visão mais abrangente e geral necessidades dos indivíduos com deficiência, a partir de um relato de caso das atividades desenvolvidas transdisciplinarmente entre os Cursos de Arquitetura, Fisioterapia e Educação Física do UNIRN.

**(Metodologia)** A população do Rio Grande do Norte, constituída de 803.739 habitantes, é composta por 27,8% de indivíduos com algum tipo de deficiência (CENSO, 2010). Diante dessa realidade, o componente curricular “Tópicos Especiais: Acessibilidade”, ministrada em 2016.2 no curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIRN, buscou através de práticas metodológicas diferenciadas, oportunizar aos alunos vivências com a temática que se referia a indivíduos com baixa ou nenhuma visão/audição e a indivíduos com mobilidade reduzida, visando estimular a consciência profissional e social para além das exigências da legislação.

**(Resultados)** Ao se realizar o processo da vivência de indivíduos com necessidades especiais, e aliando esta experiência ao conhecimento e estudo da NBR-9050, e análises pessoais, foi possível evidenciar as dificuldades de um indivíduo portador de necessidades especiais. Pôde-se entender que em certos casos ao se buscar sanar uma necessidade, outras acabam sendo prejudicadas, como exemplo, a utilização do piso tátil exige ao cadeirante um maior esforço, e dificulta seu percurso, quando estes se coincidem. Deste modo, observou-se a divergência entre a teoria e prática em certos pontos, além da necessidade de uma maior efetivação da legislação vigente, bem como a manutenção dos mobiliários de acessibilidade, em principal, o piso tátil, que foi encontrado em diversos trechos a carência deste por motivos não ostensivos.

**(Conclusão)** Tendo como base a convergência de conhecimentos teóricos sobre acessibilidade, envolvendo conhecimentos da Convenção de Nova York, que tratou da acessibilidade e desencadeou o formação da atual NBR-9050, e o prático, referente a vivência, foi possível concluir que em certas ocasiões é necessário ter um olhar mais atencioso, pelo fato de certas soluções encontradas na teoria, acabarem por não desempenhar sua função tão bem na prática pelo fato de em certos momentos, uma necessidade se sobrepor a outra. Foi possível analisar o presente descuido e despreocupação em seguir fidedignamente as legislações que abordam a melhoria do espaço público e privado para o convívio de todos, o que por vez, contribui na segregação sócio-espacial. Em suma, a acessibilidade pode ser entendida como método de inclusão dos indivíduos presentes no espaço urbano, sendo substancial a execução dos métodos que contribuam para uso do espaço público e privado como sendo comum à todos.

**Palavras-Chave:** Acessibilidade; Teoria; Vivência

## ELEMENTS OF THE URBAN

### **Autor(es):**

*Nadine Leite Peixoto: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Heloisa Rodrigues Teixeira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Ana Beatriz da Cunha Dantas: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*  
*Bruna Pimentel Rodrigues: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Camila Bezerra Nobre de Medeiros: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O banner apresenta uma análise da subárea localizada no bairro de Ponta Negra, nas ruas Vila do Mar, Manoel Rodrigues, Rua da Campina, Alto da Boa Vista, Francisco Simplicio e Rua da Lagosta. A primeira etapa coteja fotos de elementos de atração e repulsão para os moradores e visitantes e a partir dessas imagens será feita a relação das mesmas com as críticas e propostas dos seguintes autores: Jane Jacobs e Jan Gehl. Já na segunda parte traremos referências de elementos arquitetônicos e urbanísticos que potencializam a urbanidade da subárea.

**(Metodologia)** O delineamento da pesquisa sobre a urbanidade, na fração estudada do bairro de Ponta Negra, teve como principal objetivo trazer os elementos que atraem e repelem moradores e visitantes no local. Para isso, foi necessário acompanhar o dia-a-dia da região, levando em conta fatores físicos, e naturais, também como os indivíduos circulam pelas áreas e se socializam. Com isso procuramos uma forma de melhorar a subárea, modificando as ruas e calçadas deixando-as mais largas com espaços para que os moradores possam socializar deixando assim a subárea com mais vitalidade.

**(Resultados)** É notório uma das proposições de Jane Jacobs para trabalhar a vitalidade de uma área, que no caso é o uso combinado, muito encontrado nas edificações da subárea onde é visto algumas residências com pontos comerciais. Existem edificações com a entrada voltada para a rua, segundo Jan Gehl, criam espaços para as pessoas interagirem entre si e com o espaço. As vias foram projetadas predominantemente para os automóveis, contando com a grande maioria das quadras bem extensas, indo pelo pensamento contrário de Jane Jacobs que propunha quadras curtas para que os automóveis não tenham como ganhar velocidade, privilegiando a circulação dos pedestres. Segundo Jan Gehl baixas velocidades promovem o contato e interação das pessoas.

**(Conclusão)** Levando em conta os aspectos analisados no decorrer do levantamento sobre a subárea estudada, foi possível coletar e analisar dados fundamentais para a realização de um projeto na região, e concluímos como esta pesquisa ajudaria a trazer um maior conforto para os moradores, tanto em relação ao clima, quanto a arquitetura com objetivo de trazer mais segurança, socialização, conforto visual e térmico. É importante evidenciar da mesma forma, que a arquitetura não é a única responsável pela vitalidade, o modo como elas são colocadas no contexto urbano que atraem as pessoas a quererem conviver uma com as outras sem temor do externo, sendo assim, os espaços deixariam de serem vazios.

**Palavras-Chave:** Urbanismo; Jan Gehl; Jane Jacobs; Subárea



**CONIC**

**2017**

CONGRESSO  
DE INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA

**Graduação Contabilidade**





## A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO PARA O SISTEMA COOPERATIVISTA

**Autor(es):**

*Gabriela Dantas de Lima : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

*Egon José Mateus Celestino: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O cooperativismo é um sistema que visa o bem comum caracterizado pela gestão democrática e participativa. Dentre os variados tipos de cooperativas seus princípios unânimes são o controle democrático pelos sócios, a participação econômica dos seus associados a autonomia e independência a educação, treinamento e informação, a cooperação entre cooperativas, compromisso com a comunidade e adesão livre e voluntária. Logo, para um sistema como este a transparência torna-se essencial à sua existência. E transparência tem sido um ponto essencial para todos os tipos de gestão, uma vez que indícios de fraudes em várias empresas e também na gestão pública tem estado em evidência e ampla abordagem na mídia. Em se tratando do sistema cooperativista, a confiabilidade promovida por um bom sistema de controle interno e revisado por auditorias, interna e externa, ajudam a promover a segurança básica para investimentos.

**(Metodologia)** Esta pesquisa caracteriza-se como teórica. São consideradas pesquisas teóricas aquelas que têm por finalidade o conhecer ou aprofundar conhecimentos e discussões (BARROS e LEHFELD, 2000, p. 78). Em síntese, é possível afirmar que a pesquisa teórica não requer coleta de dados e pesquisa de campo. Ela busca, em geral, compreender ou proporcionar um espaço para discussão de um tema ou uma questão intrigante da realidade (TACHIZAWA e MENDES, 2006).

**(Resultados)** O desígnio de que o controle interno operativo pode adicionar valor à cooperativa, por mediação de estatuto estruturado cujo controle baseia-se em princípios salutares de controle e gerência do risco, a fim de propiciar o alcance dos objetivos da entidade através da concordância organizacional. Visto que de acordo com a COSO o controle interno é “um processo levado a cabo pelo Conselho de Administração, Direção e outros membros da organização com o objetivo de proporcionar um grau de confiança razoável na concretização dos objetivos: Eficácia e eficiência dos recursos; Fiabilidade da informação financeira; Cumprimento das leis e normas estabelecidas.”

**(Conclusão)** Dentro do cooperativismo a necessidade de sistemas de controle interno faz-se notório por uma série de fatores, dentre os quais se destacam as mutações constantes que as organizações realizam nas atividades negociais em geral, a necessidade da transparência nas informações repassadas aos cooperados, uma vez que todos querem saber a real situação em que ela se encontra no mercado, sendo estes essenciais à existência do sistema e criteriosos ao associarem-se, visto que implica no repasse de recursos financeiros, e as auditorias que são realizadas de forma recorrente, tanto internas quanto externas. As cooperativas devem sempre aprimorar seu controle interno para proteger o patrimônio, evitando fraudes, corrupção e má administração, abrangendo todos os setores cooperativa, sem nunca desprezar qualquer deles e ainda revisar sempre se o controle está atualizado.

**Palavras-Chave:** Controle interno; Cooperativismo; Objetivo.

## ANÁLISE DA MENSURAÇÃO E GESTÃO DO CAPITAL INTELECTUAL NO SUPERMERCADO REDE MAIS

**Autor(es):**

*Raynara Rodrigues de Moraes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente estudo busca responder ao seguinte questionamento: Qual o tratamento em termos de mensuração e gestão do capital intelectual com ênfase no Capital Humano, na empresa “Supermercado Varejista de Alimentos Rede Mais”? Busca-se assim comprovar se ocorre investimento no capital intelectual e se este gera valor para a empresa em análise. Para responder a esses questionamentos, o estudo tem como objetivo verificar a gestão do capital intelectual na empresa em análise. Dessa forma, buscará identificar os elementos do capital intelectual nos quais a empresa em análise tem investido e identificar se o gerenciamento desse capital intelectual gera benefícios para a empresa. Sendo assim, este estudo se justifica por apresentar uma investigação acerca de um tema atual e de grande relevância no cenário organizacional, que impacta diretamente no sucesso e longevidade das organizações, bem como ofertar à comunidade científica e aos demais usuários uma fonte para novas pesquisas.

**(Metodologia)** Apesar da empresa em estudo apresentar um quadro de 130 colaboradores, o questionário foi aplicado apenas aos gestores responsáveis pela gerência de setores do escritório central, sendo em 14 o número de colaboradores. Esta seleção se deu, por ser neste grupo que estão inseridas as pessoas envolvidas diretamente, na tomada de decisão, no planejamento das estratégias e objetivos da organização. Além de serem considerados à força de inovação e renovação de ideias. O tipo de amostra será não-probabilística destacando por tipicidade constituída pela seleção de elementos que a pesquisadora considera representativo como população-alvo, o que requer conhecimento dessa população (VERGARA, 2004). Com relação ao objetivo de estudo, a pesquisa será explicativa e descritiva: explicativa por que procura identificar os fatores que causam um determinado fenômeno, aprofundando o conhecimento da realidade, ou seja, pretende esclarecer se as razões do sucesso da empresa têm ligação com o seu capital intelectual; descritiva porque descreve o fenômeno gestão do capital intelectual em uma empresa específica. O procedimento técnico utilizado é o estudo de caso, que segundo Vergara (2004), o estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. A empresa analisada é o Supermercado Varejista Rede Mais.

**(Resultados)** Espera-se comprovar que há investimento no capital intelectual no supermercado varejista Rede Mais e que esse investimento gera benefícios econômicos e gerenciais para a empresa em análise.

**(Conclusão)** Pôde-se concluir com os resultados esperados que o objetivo do estudo foi atingido uma vez que com a aplicação do questionário conseguimos obter resultados positivos quanto a comprovar que o investimento no capital intelectual gera benefícios econômicos para a empresa em questão, e que o investimento realizado de forma correta proporciona um diferencial para o Supermercado Varejista Rede Mais é que o torna mais competitivo diante do mercado.

**Palavras-Chave:** Capital intelectual; mensuração; gestão

## **ANÁLISE SOBRE A SATISFAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE NATAL/RN COM AS INFORMAÇÕES GERADAS PELOS CONTADORES**

### **Autor(es):**

*Luzinaria Vicente da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente são realizadas pesquisas com o intuito de estudar os problemas que envolvem a formação do profissional contábil, evidenciando falhas e atribuindo responsabilidades, sempre com a intenção de buscar soluções para contribuir com o desenvolvimento da profissão contábil. O desafio no exercício da profissão contábil aumenta diariamente, as solicitações que chegam aos profissionais de contabilidade, não atende as necessidades somente do ambiente interno onde atuam. Além do governo, muitos outros usuários externos também se mostram cada vez mais ambiciosos por informações. Portanto todos os empresários de uma forma ou de outra necessitam das informações geradas pela contabilidade, tanto para realizar o acompanhamento e o desenvolvimento da empresa, diante dos seus fornecedores, clientes e suas obrigações fiscais, quanto para a tomada de decisões, no intuito de alcançar suas metas e objetivos, tornando-se bem sucedidas no mercado. Com isso, a pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: Os empresários da cidade de Natal/RN estão satisfeitos com as informações geradas pelos contadores, principalmente em relação aos tributos incidentes em suas operações? Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo identificar a percepção dos empresários em relação aos seus contadores.

**(Metodologia)** Esta pesquisa é de natureza quantitativa utilizando de estudo de campo através da coleta e da análise de dados para responder à pergunta de investigação, além de analisar as informações subjetivas a partir dos dados quantitativos com uma postura reflexiva no sentido de compreender os fenômenos ocorridos. O instrumento para a realização deste estudo será através de um questionário fechado, onde serão aplicados aos empresários de diversos ramos de atividades empresariais, para saber seu grau de satisfação em relação ao seu profissional contábil. Para Martins Lintz (2000, p. 50) o "questionário é um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis, e situações, que se deseja medir, ou descrever".

**(Resultados)** Os principais resultados do estudo são identificados por meio da análise dos questionários, feitos propositalmente de forma ordenada para melhor análise comparativa entre as respostas dos entrevistados, assim, podemos definir os pontos comuns e divergentes nas respostas dadas pelos entrevistados. Unindo estes pontos através de análise quantitativa definindo aquelas perguntas de maior e menor frequência. Através desta pesquisa, é possível medir o grau de satisfação dos empresários da cidade do Natal/RN, com as informações fornecidas por seus contadores.

**(Conclusão)** Através desta pesquisa podemos responder a pergunta de nosso trabalho e estudo de caso. "Os empresários da cidade de Natal/RN estão satisfeitos com as informações geradas pelos contadores, principalmente em relação aos tributos incidentes em suas operações?" chegamos à conclusão que os empresários da Cidade de Natal/RN, estão insatisfeitos acerca das informações que lhes são passadas sobre os tributos e impostos que são pagos por eles.

**Palavras-Chave:** Informações satisfatorias; Empresários; Contadores

## O CONTROLE INTERNO NA GESTÃO PÚBLICA: UM ESTUDO NAS PREFEITURAS QUE COMPÕEM A GRANDE NATAL

**Autor(es):**

*Gabriela Dantas de Lima : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O cenário hodierno, evidenciados por meio mídia, expõe a infeliz realidade de uma política frágil e com nível de credibilidade muito raso. Por constatar-se tal verdade há esforços por parte da sociedade e dos Poderes para fiscalizar e inibir atos de injustiça, abuso de poder, má gestão do recurso público, dentre outras ações negativas. Deste modo, o controle interno pode ser utilizado de forma preventiva, perceptiva ou corretiva, evitando assim, eventuais desvios de verbas, problemas de execução e possibilitando a adoção de medidas corretivas, garantir a correta aplicação dos recursos públicos, dificultar a ocorrência de irregularidades, auxiliar na fiscalização da execução orçamentária e ainda respaldar e resguardar a atuação dos gestores são algumas das funções do controle na administração pública. Diante de tantos casos de corrupção, o controle interno é uma ferramenta indispensável e eficaz para prevenir e combater a apropriação indébita do dinheiro público. Nesse contexto, um estudo que tem por finalidade analisar as atribuições e execuções do Controle Interno, no âmbito estratégico e operacional, dentro das gestões dos municípios da grande Natal se faz necessário.

**(Metodologia)** Esta pesquisa está se utilizando de fontes bibliográficas, documentais e aplicação de questionário. A pesquisa bibliográfica compreende a análise de livros, manuais, teses, dissertações, artigos de revistas científicas e sites especializados; contribuindo assim para a construção de um referencial teórico sobre os procedimentos cuja intenção de solucionar problemas específicos, envolvendo ainda verdades e interesses locais sobre os gastos públicos na região metropolitana de Natal. A aplicação do questionário visa obter informações à respeito dos controladores, cujos serão apresentados em tabelas e gráficos que apontem o percentual obtido à cerca de cada quesito apresentado.

**(Resultados)** Objetivamos conhecer aqueles que ocupam o cargo de Controlador(a) Geral dos respectivos municípios, bem como a formação de cada um e de que maneira suas formações acadêmicas influenciam no desempenho de suas atividades. Visamos ainda conhecer suas perspectivas com relação ao setor de Controle Interno e as pessoas que neste setor trabalham, dando ênfase as atividades desempenhadas junto, principalmente, aos ordenadores de despesas das prefeituras.

**(Conclusão)** Tendo em vista as dificuldades encontradas no acesso aos Controladores em exercício, seguimos tentando realizar contato com os mesmos afim de coletar os dados desejados para evidenciar os resultados da pesquisa, uma vez que muitos municípios não dispõem de um site completo e atualizado, contendo número de telefone ou endereço para correspondência eletrônica, que possibilite o acesso à seus gestores. O que aponta uma grave falha na gestão, visto que o contribuinte encontra dificuldades para obter informações simples.

**Palavras-Chave:** Controle interno; Administração Pública; Controlador Geral, Grande Natal.

**A DESTINAÇÃO DA RECEITA PROVENIENTE DO ICMS NO RN (TIBERIO DANTAS, FERNANDA BEATRIZ E VICTTOR DANTAS)**

**Autor(es):**

*Victtor Dantas dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Constituição Federal de 1988 outorgou aos Estados e Distrito Federal autoridade para instituir, fiscalizar e cobrar o ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços). O fato gerador desse imposto foi definido na Lei Complementar na lei complementar nº11. 484/1992. Diante da crise que se alastrou no Brasil desde 2014, o estado do Rio Grande do Norte vem utilizando parte desse imposto para suprir o déficit previdenciário. Dessa maneira o produto dessa arrecadação não está sendo investida ou aplicada nos serviços essenciais como educação, saúde, segurança, ao invés disso, está sendo empregado para amenizar a crise financeira. A arrecadação de ICMS no estado e a maior receita do Rio Grande do Norte. No mês de março do ano corrente foi recolhido aos cofres estaduais mais de 43 milhões de reais, sendo que, apenas aproximadamente 7 milhões podem ser remanejados para os serviços básicos da saúde, segurança e educação. E todos esses valores tem que serem aplicados de acordo com as diretrizes do LDO/LOA/PPA.

**(Metodologia)** Em regra, o ICMS é cobrado das pessoas que realizam seu fato gerador, ou seja, dos próprios contribuintes, que tem relação pessoal e direta com o fato que dá origem a esse imposto. Esse estudo teve como base para o levantamento de dados, a aplicação de um questionário e uma entrevista realizada com o coordenador da SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças-Governo do RN, Sr. Paulo Célio Pinto Machado, no dia 18/04/2017, no qual o mesmo respondeu e apresentou dados satisfatórios para a elaboração do artigo.

**(Resultados)** Perante a necessidade do estado em utilizar o ICMS para suprir o déficit previdenciário, houve de fato redução nas outras áreas como saúde, educação e segurança. Além disso, com o projeto que busca retirar esse imposto da base de cálculo do PIS e COFINS, esse déficit no orçamento vai aumentar ainda mais. Hoje, esse valor é de R\$ 1.6 bilhões. O coordenador informou ainda que só no primeiro bimestre desse ano, já foi registrada uma queda na arrecadação de mais de 41 milhões, sendo estimado que até o fim do ano de 2017, esse déficit chegue a 1,8 bilhões, e estima-se que no segundo semestre a previsão de queda na arrecadação seja entre 60 e 70 milhões de acordo com decreto 26.194 de 29/03/2017.

**(Conclusão)** Diante dos resultados apresentados pode-se constatar que o estado do Rio Grande do Norte enfrenta uma crise financeira, que só está aumentando a cada dia. A receita do ICMS no qual deveria ser empregada para o crescimento e desenvolvimento, está sendo aplicada para tentar suprir o déficit previdenciário, mas os valores arrecadados além de serem insuficientes para cobrir esse déficit, ainda impossibilita o estado de investir em outras áreas também necessitadas. Nesse contexto, constata-se que o objetivo do trabalho foi atingido diante da proposta do tema para se conhecer a real destinação das verbas de ICMS arrecadadas pelo estado.

**Palavras-Chave:** ICMS; Déficit previdenciário; Crise Financeira; Arrecadação do ICMS; Imposto.

## **A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EMPRESARIAL**

**Autor(es):**

*Kainara Priscilla Oliveira da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente o mundo passa por diversas mudanças, e no ambiente empresarial não é diferente. As empresas vivem diariamente em um ambiente de concorrência, onde o conhecimento, novas tecnologias entre outros, são diferenciais competitivos, dessa forma a contabilidade vem sendo a linguagem dos negócios e as demonstrações contábeis são os canais de comunicação que nos fornecem dados e informações para diagnosticarmos o desempenho e a saúde financeira da empresa. E são por meio das informações contidas nas demonstrações que é possível obterem melhores resultados, estes sendo de fundamental importância para a tomada de decisão. Através dos pontos abordados, é possível observar a importância das análises e interpretações das demonstrações fornecidas pela contabilidade como uma ferramenta de extrema importância para o bom desempenho de uma organização. A pesquisa tem como objetivo demonstrar qual a importância da análise das demonstrações contábeis para a avaliação de desempenho empresarial.

**(Metodologia)** O presente estudo precedeu de maneira epistemológica, delimitando uma temática e a partir daí levantando questões acerca dos conceitos das Ciências Contábeis, mais precisamente sobre Análise de Demonstrações Contábeis, numa perspectiva empresarial. Os estudos precederão de maneira teórica com pesquisa bibliográfica e documental a partir da internet, em livros, artigos e estudos na biblioteca. Esta pesquisa se destaca como descritiva e aplicada. Descritiva uma vez que procura descrever e analisar os índices financeiros e abordá-los de maneira concernente para interpretar a “saúde” de empresas. E aplicada, porque visa demonstrar os resultados para a melhor gestão e avaliação de desempenho de uma empresa.

**(Resultados)** Com a análise dos dados coletados foi verificado que os principais assuntos abordados neste artigo tratam da importância das Demonstrações Contábeis para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações, sendo possível revelar tais situações a partir de índices, e também avaliar o que ocorreu em determinado prazo de exercício. As análises têm por finalidade gerar informações úteis para tomadas de decisões partindo das demonstrações extraídas, sendo assim esta técnica interpreta os demonstrativos financeiros de uma empresa. Como resultado das pesquisas pode-se dizer que as análises a partir de índices são importantes ferramentas contábeis, que evidenciam questões referentes à situação financeira de uma empresa a ser analisada, a partir destes instrumentos a organização pode avaliar a sua capacidade de pagamento ou de saldar seus compromissos em prazos pré determinados.

**(Conclusão)** Pode se concluir que através desse trabalho foi possível observar que as informações obtidas por meio dos índices de liquidez, mostram os diversos ângulos da situação de solvência da empresa, é possível também calcular em quanto tempo o investidor terá de volta seus recursos, assim como também afirmar qual empresa está em destaque no mercado. A interpretação dos elementos extraídos nas análises faz com que as demonstrações contábeis deixem de ser apenas um conjunto de dados e passem a ter valor como informação, permitindo ao usuário à avaliação da situação da organização, e assim utilizá-la como suporte para decisões futuras, visando sempre o objetivo da entidade, a minimização de riscos, redução do endividamento e, conseqüentemente, menor dependência de fontes externas de financiamentos.

**Palavras-Chave:** Demonstrações contábeis; Análise financeira; Desempenho Empresarial;

## A IMPORTÂNCIA DA CONTROLADORIA NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO

**Autor(es):**

*Francisco Galdino da Silva Filho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A controladoria é considerada um segmento da administração e/ou da contabilidade; neste sentido ela é considerada uma área de staff – ou seja, de assessoria e consultoria, normalmente fora da pirâmide hierárquica de uma organização. A controladoria, geralmente tem início pela estruturação de operações contábeis, financeiras e das áreas de apoio. Na sequência, trata dos custos, da formação de preço de venda e, por fim, de tudo o que possa vir contribuir para que sejam tomadas decisões mais assertivas. As suas principais análises, giram em torno do: orçamento empresarial, controle matricial de custos e despesas fixas, fluxo de caixa prospectivo, soluções financeiras e de captação de recursos, análise do desempenho por negócio, etc. Diante o exposto, esse estudo surge o seguinte questionamento: Qual o papel da controladoria para empresas prestadoras de serviço? Sobre a pergunta problema, ressalta-se que no processo de controle, a prática se desenvolve por meio de padrões de qualidade que devem ser previamente estabelecidos, sempre a partir do planejamento e do orçamento da empresa, e todos os colaboradores devem estar envolvidos, desde os níveis mais altos até os operacionais.

**(Metodologia)** Este artigo teve como base metodológica a pesquisa bibliográfica, a qual abrange leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, textos legais, documentos mimeografados ou xerocopiados, mapas, fotos, manuscrito entre outros. Assim, os auxílios de diversas fontes contribuem para que haja uma interação nas opiniões dos diversos autores que tratam a respeito do tema pesquisado, constituindo assim, uma base bibliográfica enriquecedora. Assim, o objetivo desta pesquisa, é demonstrar como os dados foram analisados e, conseqüentemente, interpretar os resultados obtidos na análise, para enfim formular as possíveis considerações, que procurará responder as questões quanto à importância da controladoria para o processo de gestão nas organizações.

**(Resultados)** A respeito da análise dos dados, é feita uma crítica qualitativa e quantitativa a respeito dos itens. Na análise dos resultados, conclui-se que a Controladoria de empresas prestadoras de serviço, assim a controladoria estas literalmente ligada ao sucessos das mesmas.

**(Conclusão)** Planejar, dirigir e controlar são tarefas fundamentais e, cada vez mais necessárias para quem deseja obter o sucesso no seu negócio. A controladoria apoiada nas informações contábeis e numa visão multidisciplinar age de forma pró ativa em relação às necessidades do processo decisório da empresa, orientando-a para a eficácia organizacional. Através de suas ferramentas, a controladoria subsidia o processo de gestão. É por meio do planejamento que ela identifica o percurso a ser seguido, no qual os dados planejados e coletados são analisados e geram informações que devem ser aplicadas conforme os objetivos traçados. Sendo assim, conforme estudo, a controladoria pode auxiliar os gestores das empresas a planejar e controlar a execução das suas atividades com mais eficiência. Ao executar os objetivos traçados e acompanhá-los durante seu desenvolvimento, os gestores estarão aptos a corrigir eventuais ameaças dentro do panorama empresarial.

**Palavras-Chave:** Controladoria; Controller; Contabilidade.

## A INFLUÊNCIA DA LEI SARBANES- OXLEY NO CONTROLE INTERNO DAS ORGANIZAÇÕES

### **Autor(es):**

*Erica Domingos Paula: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Janaina Francisca de Pontes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*  
*Egon José Mateus Celestino: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A falta de transparência nas organizações, as frequentes fraudes corporativas, a manipulação dos balanços e as várias crises de credibilidade enfrentadas pelo mercado de capitais norte-americano culminaram para que em junho de 2002 fosse criada a Lei Sarbanes-Oxley, nos Estados Unidos, contemplando um conjunto de regras que visam criar um novo ambiente de governança corporativa. Desta forma, a pesquisa visa equacionar o seguinte problema: conforme Lei Sarbanes-Oxley, quais os aspectos que a legislação aponta acerca dos controles internos das organizações? A pesquisa tem como objetivo geral avaliar a Lei Sarbanes- Oxley e os aspectos do controle interno nela listados e, como objetivo específico, proceder análise de conteúdo da Lei Sarbanes- Oxley a cerca do tema de controle interno abordado na mesma.

**(Metodologia)** Quanto aos fins, a pesquisa caracteriza-se como sendo descritiva por expor características de determinada população ou de determinado fenômeno. Quanto aos meios, caracteriza-se como sendo bibliográfica, por abordar um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em artigos e outros documentos a respeito dos assuntos abordados. Quanto à abordagem caracteriza-se como sendo uma pesquisa qualitativa, pois não utilizou-se métodos matemáticos ou estatísticos em sua estrutura.

**(Resultados)** A lei Sarbanes – Oxley mudou radicalmente as regras para as empresas corporativas, em relação à divulgação e a emissão de relatórios financeiros. Esta Lei fez com que as conferências internas sejam mais rígidas e os executivos sejam responsabilizados. Tem por finalidade ressaltar o papel crítico do “controle interno”. Especialistas no assunto descrevem que esta nova lei é a peça mais significativa da legislação comercial nos últimos cinquenta anos. Ela muda o ambiente empresarial e regulador. A maior abrangência da Lei Sarbanes-Oxley concentra-se nas Seções 302, 404 e 906. A seção 302 demonstra que os diretores executivos e diretores financeiros devem declarar pessoalmente que são responsáveis pelos controles e procedimentos de divulgação de relatórios. A cada documento trimestral deverá conter a certificação de que eles desenvolveram e avaliaram com eficácia os controles internos. A seção 404 expõem que deve ser feitos uma avaliação anual de todos os controles e procedimentos internos para que sejam emitidos os relatórios financeiros. Além disso, o auditor externo deve emitir um relatório onde o mesmo atesta a veracidade das informações do controle interno; E a seção 906 exige que Diretores Executivos e Diretores Financeiros assinem e certifiquem o relatório periódico contendo as demonstrações financeiras. A certificação executiva declara que o relatório cumpre as exigências de emissão de relatórios determinadas pela SEC e que representam adequadamente a condição financeira da companhia, bem como os resultados de suas operações.

**(Conclusão)** Para otimizar o desempenho das empresas, profissionais, cientistas e estudiosos utilizam de práticas de governança corporativa para tornar as transações financeiras mais transparentes, atrair a confiança de investidores e ganhar mais espaço no mercado de capitais. Para que isso seja possível, é necessário observar os controles internos da organização e se adequar as exigências do mercado e, principalmente, no que aborda a Lei Sarbanes-Oxley. Entre os itens destacados pela lei, o que impacta no controle interno são a transparência das demonstrações financeiras e o grau de responsabilidade dos gestores e altos executivos para com a veracidade dos números informados nas demonstrações. A presença de um eficaz e ativo modelo de controle interno dentro da organização minimizará em grande escala os custos e a quantidade de trabalho gasto no processo de adequação as exigências da Sarbanes. Buscando responder o questionamento da pesquisa, observou-se que a Lei Sarbanes- Oxley está diretamente ligada ao controle interno das organizações. Seja por meio das exigências que faz e impactam na empresa como um todo ou até mesmo pelas penalidades que impulsionam sua execução.

**Palavras-Chave:** Controle Interno. Lei Sarbanes-Oxley. Governança Corporativa.

## A MUDANÇA DA REFORMA TRABALHISTA NOS SINDICATOS.

### **Autor(es):**

*Mariany Hellen da Silva Cavalcante: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Natalia Campos da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Sanderson Elpidio Soares e Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Huguison Rafael de Moura: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As normas do direito do trabalho moldam desde o princípio a relação entre empregado e empregador, cada empresa ou cada organização tem suas diferentes formas de serem administradas. Em outras palavras, cada uma terá o seu tempo de jornada imposta aos empregados, seja na empresa ou home office, tem suas particularidades com questões de ações trabalhistas, demissão de um empregado, sua remuneração ou bônus. No entanto, tudo isso é regido pelas leis trabalhistas, se por acaso a empresa vai contra as normas trabalhistas ela terá multas ou até mesmo gerar outras ações mais prejudiciais juridicamente pra ela. Recentemente, após uma série de debates entre o governo, Câmara dos deputados e oposição por várias sessões a Câmara aprovou o projeto de lei da reforma trabalhista proposta pelo governo de Michel Temer, este projeto propõe várias mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas, leis essas que vêm para ajudar ou não os empregados e empregadores.

**(Metodologia)** Março é o mês da contribuição sindical dos trabalhadores. Todos os empregados, sindicalizados ou não, são obrigados a contribuir com o equivalente a um dia de trabalho(ate a proposta ser aprovada). O desconto é feito pela empresa diretamente na folha de pagamento entregue em abril. A tributação é prevista nos artigos 578 e 591 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

**(Resultados)** A proposta da reforma trabalhista vem gerando muita discussão no plenário da câmara, a discussão desse processo de lei dentro do plenário da câmara durou mais de 14 (quatorze) horas de debates acalorados. Na seção houve diversas intervenções da oposição de barrar a votação da proposta de reforma trabalhista, mas a tentativa foi frustrada. A base governista, no qual tinha maioria, afirmava que a reforma vai incentivar novas contratações no Brasil, e que os trabalhadores não serão lesionados com tais mudanças. Nessa terça-feira (06/06/2017) foi jugado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, cuja sessão foi de 8 (oito) horas de duração, os mesmos aprovaram a proposta da lei por 14 votos a favor e 11 votos contra a proposta e com isso, texto vai à Comissão de Assuntos Sociais. Um dos principais pontos do texto de reforma é tornar opcional a contribuição sindical, que é aquele valor correspondente a um dia de trabalho pago uma vez ao ano.

**(Conclusão)** Apesar de que o assunto seja um pouco cauteloso a mudança dele é precisa e muito benéfica a uma ampla área, tanto para o empregador que ira diminuir tanta burocracia, como para os empregados que ira poder decidir com seu patrão o melhor para se mesmo, sem falar no gasto desnecessário que ele ira poder deixar de pagar.

**Palavras-Chave:** Sindicalismo

**A PERCEPÇÃO DA AUDITORIA INTERNA SOBRE A NOVA LEI ANTICORRUPÇÃO: UM ESTUDO NO GRUPO  
GUARARAPES CONFECÇÕES.**

**Autor(es):**

*Elaine Ribeiro da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Lei Anticorrupção surgiu diante da necessidade do país passar por uma mudança cultural na maneira de fazer negócios, empresas que não possuem mecanismos de controle interno terão que se adequar e aumentar a transparência com a criação de um código de ética capaz de prevenir internamente tais atos e punir infratores, pois as empresas passam a ter maior controle e responsabilização nas ações cometidas por seus funcionários, situação que por um lado parece ser positivo para o país e por outro lado causa preocupação, pois a ação isolada de um funcionário pode causar punição para a empresa. Com o intuito de verificar a funcionalidade da lei, foi analisada a percepção da auditoria interna da empresa em estudo sobre a lei anticorrupção como estimuladora da transparência, em busca de transformar de forma efetiva o ambiente empresarial. O grupo Guararapes, objeto do estudo deste artigo fica situada no distrito industrial do município de Natal, Rio Grande do Norte e suas atividades tiveram início em 1947 e hoje atua com mais de 300 lojas físicas de varejo distribuídas em todo território nacional. Diante desse cenário, este estudo busca responder a seguinte questão: Como a nova Lei Anticorrupção é avaliada na prevenção da prática de atos de corrupção dentro das organizações, sob a ótica dos auditores internos?

**(Metodologia)** Procedeu-me de forma descritiva e exploratória, pois tem como interesse proporcionar um maior aprofundamento do problema, assumindo a forma de um estudo de caso, em consonância com outras fontes bibliográficas, sendo a abordagem feita de maneira qualitativa e quantitativa. O artigo está estruturado em quatro partes, sendo a primeira respeitante à revisão da literatura e que conduz à questão da investigação, na segunda a descrição da metodologia usada, com a formulação das hipóteses e preparação e envio questionário. Na terceira são apresentados os resultados obtidos após tratamento dos dados e efetuada a interpretação dos mesmos e a quarta é a conclusão na qual inclui as limitações e linhas futuras de investigação que este trabalho proporcionou. A metodologia utilizada na pesquisa configura-se como uma coleta de dados realizada através de aplicação de questionário aos auditores que compõe o quadro da auditoria interna do grupo Guararapes.

**(Resultados)** Através da pesquisa realizada no grupo Guararapes foi possível observar o contexto que a recente Lei n.º 12.846/13 introduz no ordenamento jurídico, um conjunto de regras com vigor suficiente para alterar o comportamento dos entes privados inclinados a práticas de corrupção. Os principais elementos normativos que corroboram esta afirmativa são os seguintes: - responsabilização objetiva da pessoa jurídica; - amplitude dos tipos que constituem atos contra a administração pública; - enfoque predominantemente patrimonial nas sanções previstas pela lei; - elevado valor alcançado pela penalidade de multa, e; - incentivo a mecanismos de integridade corporativa.

**(Conclusão)** A criação deste ambiente favorável à aplicação da Lei Anticorrupção demanda a adoção de determinadas providências, como a adequada instrumentalização do processo, com a produção de lastro probatório robusto e suficiente para demonstrar a responsabilidade do infrator. Neste caso, o acordo de leniência pode se mostrar um instrumento de grande valia. Com a chegada da lei anticorrupção as pessoas jurídicas passaram a ser atingidas por atos praticados em desfavor da administração pública, dessa forma, se fazendo presente a corrupção transnacional contemplando os valores que norteiam a sociedade, suficientemente se faz necessária a criação de normas de caráter internacional para evitar a propagação das organizações criminosas, bem como desestimular práticas ilegais por representantes de empresas e agentes públicos locais.

**Palavras-Chave:** Lei anticorrupção, Auditoria Interna

## A PERCEPÇÃO DOS GESTORES COM A CONFLUÊNCIA DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS E ALAVANCAGEM FINANCEIRA

### **Autor(es):**

*Fabiano Moreira Gomes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Estrutura de capital é uma área complexa dentro de qualquer empresa, pois envolvem decisões sobre como seu negócio deve ser financiado, se utilizando mais capital interno (Acionistas) ou capital externo (Emissão de títulos, financiamentos, etc...). Essa complexidade se dar devido a interação com outras variáveis de decisão em finanças, podendo acarretar um elevado custo de capital, e conseqüentemente a redução dos VPL's (valor presente líquido) de projetos. O objetivo deste estudo é buscar entender a estrutura de capital em seus níveis de endividamento aceitável, e quais são os riscos envolvidos, através de opiniões de gestores e diretores financeiros, que vivem estas escolhas no seu cotidiano, e como objetivo específico, analisar os critérios utilizados para a tomada de decisão. Verificar se os acionistas na verdade oferecem tanta resistência. Demonstrar quando se decide investir com o capital de terceiros qual nível o endividamento da empresa é aceitável. Estas respostas devem e terão que ser comparadas com o que a literatura tem falado sobre estrutura de capital, financiamento e endividamento. Visando tornar todo o aprendizado, ora adquirido, em um estudo empírico que relaciona o que teoricamente está explicitado versus o cotidiano de cada gestor. Foram analisadas três empresas pertencentes a um REDE BRASIL, uma rede nacional de supermercados, com o intuito de apresentar o comportamento das mesmas quanto à sua estruturação de capital.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada é a bibliográfica, descritiva, quantitativa e qualitativa, utilizando dados históricos, vislumbrados em relatórios contábeis, tais como: DRE, balanço patrimonial. Sendo utilizado também análises destas demonstrações ora apresentadas.

**(Resultados)** As empresas ora analisadas, sugeridas neste trabalho, são exclusivas do varejo, como um volume imenso de movimentações, no ramo de supermercados, e com resultados parecidos, além de contextualizações de mercado bem próximos também. Nas empresas analisadas pode-se perceber claramente a utilização de capital de terceiros, mas uma involução do endividamento geral se comparado os três últimos anos analisados neste trabalho (2014, 2015 e 2016). Percebe-se também uma evolução no índice de independência financeira, como também no índice de segurança financeira das empresas. Quando analisados os investimentos a longo prazo percebe-se uma diferença entre as empresas, enquanto uma tem um baixo índice de investimentos a longo prazo, outra passa de 1/3 de investimentos a longo prazo, podendo indicar uma visão futura muito mais aguçada quanto ao futuro. Outro índice analisado, que obteve um resultado expressivo para uma empresa foi o IEFI (Índice de Estrutura de Financiamentos dos Investimentos), este indica que para cada 1,00 que a empresa necessita investir a longo prazo, a mesma necessita estar financiando X valor a também a longo prazo, esse índice demonstrou em ambas as empresas um problema de rentabilidade, pois ficaram acima do padrão indicado. Esses são resultados preliminares obtidos, ainda faltando as declarações dos diretores e controllers da empresa.

**(Conclusão)** Toda a análise ora proposta neste trabalho, como ora citado, tem como objetivo principal demonstrar a importância e a participação do capital de terceiros na estrutura de cada empresa, como também a comparação entre o que a ciência fala sobre tais decisões e o que os diretores e controllers que vivem o cotidiano da empresa pensa sobre tal assunto. O estudo, ainda fase de conclusão, tem seus resultados preliminares apontando para a importância do capital de terceiros na participação do capital da empresa, deixando sem resposta a grande incógnita quanto as proporções ideais da composição deste capital. Para alguns empresários o capital próprio traz a percepção interna do não pagamento de juros, o que faz com que os proprietários optem por mais capital interno do que externo. Os índices ora apresentados demonstram essa opção.

**Palavras-Chave:** CAPITAL, ENDIVIDAMENTO E JUROS

## A PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL: DIFERENÇAS E FINALIDADES

### **Autor(es):**

*Mariana Paula Oliveira: Discente do curso de Fisioterapia do UNI-RN*  
*Maria Clara Monte Antunes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Iris Mayara Oliveira Pinheiro: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Marjory Oliveira da Costa Fernandes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Larissa Souza Campelo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O termo perícia advém do latim PERITIA e significa “conhecimento adquirido pela experiência”. Ela tem por objeto central os fatos ou questões contábeis relacionadas com a causa (aspecto patrimonial) que há divergências ou dúvidas. Sobre esta vertente, a perícia contábil poderá ter cunho judicial ou extrajudicial. A primeira está vinculada a esfera judicial, já a segunda está ligada a contratação pelas partes interessadas. Neste contexto será abordada a problemática sobre a atuação da perícia contábil judicial e extrajudicial dentro do Estado do Rio Grande do Norte - RN, apresentando suas maiores distinções e finalidades.

**(Metodologia)** Esta pesquisa se utilizou tanto de fontes bibliográficas como de fontes documentais. A pesquisa bibliográfica compreende a análise de livros, manuais, teses, dissertações, artigos de revistas científicas e sites especializados; contribuindo assim para a construção de um referencial teórico sobre as perícias judiciais e extrajudiciais. Para atingir o objetivo geral, objetivou-se realizar pesquisas principalmente via sítios eletrônicos, sendo necessária colher informações em fontes que são originalmente da localidade do RN.

**(Resultados)** A perícia judicial realiza-se no âmbito do Poder Judiciário, através de determinação, requerimento ou necessidade de seus agentes ativos, observando regras legais específicas. Esta espécie de perícia subdivide-se, em razão de suas finalidades no processo judicial, em meio de prova ou arbitramento. No momento em que a perícia judicial tiver como escopo o aparecimento da verdade real será considerada prova, demonstrável científica ou tecnicamente, subsidiando assim a formação da convicção do julgador. Será arbitramento no instante em que tiver o objeto de quantificação, no processo de liquidação, da obrigação de dar em que aquela se constituir. Conforme Magalhães (1995), quando a solução de questões é requerida aos tribunais, Poder Judiciário, cabe ao órgão julgador conhecer a matéria em apreço, dependendo disso a sua decisão. A primeira condição para o julgamento é a apuração exata dos fatos e o conhecimento preciso das causas de que se origina o litígio. Como os magistrados não são técnicos em quaisquer assuntos, há casos em que a matéria a ser julgada precisa ser esclarecida e certificada por profissionais que mereçam inteira fé, ou seja, pelos peritos. Já a perícia extrajudicial, segundo Alberto (2000), é aquela realizada fora do Estado, através da necessidade e escolha dos entes físicos e jurídicos particulares, ou seja, não haverá sua submissão a uma outra pessoa encarregada de arbitrar a questão em conflito. Esta espécie de perícia subdivide-se, de acordo com as finalidades que são designadas, em comprobatórias, demonstrativas e discriminativas. Assim foram classificadas, pois, nas comprobatórias, a finalidade da busca da via pericial visa a comprovação das manifestações patológicas da matéria periciada; nas demonstrativas, esta via pretende demonstrar a veracidade ou não do fato ou coisa consultada, enquanto que nas discriminativas a busca é pela colocação, nos justos termos, dos interesses de cada um dos envolvidos na matéria conflitante.

**(Conclusão)** No caso da judicial, o perito contador é nomeado por um juiz para analisar uma determinada causa e emitir seu parecer. No caso da perícia extrajudicial, ela serve para avaliar bens e direitos, cálculo de indenizações, venda e compra de empresas, partilha de bens, liquidação de haveres, divórcio. A perícia é o único meio de prova capaz e eficaz de avaliar as questões materiais que são controvertidas durante a ação.

**Palavras-Chave:** Perícia judicial, perícia extrajudicial

**A REFORMA TRABALHISTA E AS ALTERAÇÕES NA LEI DE TERCEIRIZAÇÃO Nº 13.429/2017**

**Autor(es):**

*Magnus Regis Silva de Farias: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Eduardo Paulo de Pontes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Eugênio Tomaz de Oliveira Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Gleydson Dantas de Andrade: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Ramon Ribeiro Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A palavra terceirização utilizada no Brasil equivale ao termo inglês outsourcing, que, literalmente, significa “fornecimento vindo de fora”. Nada mais é que a transferência de determinados serviços de uma empresa, para outra que presta esses serviços. O funcionário que realiza esses serviços pela tomadora, é gerenciado e remunerado pela empresa prestadora do serviço, caso haja características da relação de emprego entre o funcionário e a tomadora, o contrato de terceirização se tornará inválido e a segunda irá sofrer penalidades e realizar o registro do funcionário em questão na sua empresa.

**(Metodologia)** O presente trabalho pretende analisar os principais impactos, sejam positivos ou negativos, da Reforma Trabalhista na Lei de Terceirização. Pretende-se também realizar um estudo sobre a Lei 13.429 de 2017, e como a Terceirização era regida antes dela; examinar suas alterações junto a Reforma Trabalhista que está aguardando votação dos parlamentares; analisar a percepção da população a cerca do tema abordado. O trabalho baseia-se em dois tipos de pesquisa: bibliográfica e exploratória. Utilizou-se uma abordagem quantitativa e qualitativa, sobre as modificações que a proposta da reforma trabalhista, se aprovada pelo senado e sancionada, terá sobre a Lei de Terceirização nº 13.429 de 2017. Tem por objetivos: Observar e entender qual o conhecimento da população sobre as alterações na Lei da Terceirização; quais os possíveis impactos causados; registrar e analisar a opinião dos cidadãos em relação às modificações.

**(Resultados)** Os resultados foram obtidos Através de um questionário virtual de 11 perguntas, sendo respondidas por 50 pessoas, entre homens e mulheres das mais variadas idades e de diferentes áreas de atuação. Esse questionário ficou ativo durante 3 dias, e foi disponibilizado aos participantes via redes sociais. De acordo com o estudo e análise dos dados do questionário realizado acerca da lei de terceirização, o grupo tem a visão de que a maioria dos questionados tem uma percepção negativa em relação ao tema, tanto da Lei de Terceirização 13.429 aprovada em março de 2017, como também da reforma na lei de terceirização com suas duas salvaguardas, que ainda está em trâmite no congresso nacional.

**(Conclusão)** A conclusão veio através dos números da pesquisa realizada. Os pontos que mais se destacaram foi quando em uma das perguntas 58% dos questionados dizem que na reforma "não haverá nenhum benefício para o trabalhador terceirizado" e outra em que 70% classificam a terceirização de atividades-fim com "ruim" ou "péssimo". Outro número que chamou a atenção foi em uma pergunta, em que 62% dos questionados disseram que a reforma da lei de terceirização trará impactos negativos aos trabalhadores. A população acredita que com essas mudanças, as oportunidades de emprego ficarão mais difíceis e os benefícios conquistados pelos trabalhadores durante anos podem sofrer retrocesso.

**Palavras-Chave:** Reforma trabalhista; lei de terceirização; modificações.

## A RELAÇÃO ENTRE O SPED E A FRAUDE NA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE NATAL/RN

### **Autor(es):**

*Gabriel Cavalcanti Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As mudanças ocorridas na sociedade no decorrer dos anos, vem acompanhada da transformação das informações que se tornaram um fator indispensável para os profissionais das mais diversas áreas. Aos profissionais da contabilidade não foi diferente, pois com a modernidade e avanço das informações mudou-se também a forma de prestar serviços contábeis a sociedade. Desta maneira, o avanço tecnológico auxilia no cruzamento de informações pelo fisco e no combate a pratica de fraudes. Diante disso, formula-se a seguinte problemática: Para os profissionais de contabilidade de Natal-RN, qual a relação entre o SPED e a fraude fiscal? O objetivo geral da pesquisa foi analisar a opinião dos profissionais de contabilidade em Natal-RN sobre a relação entre o SPED e as fraudes fiscais. Uma vez analisado a importância do SPED contra fraude e todas suas ferramentas que promovem a aceleração do crescimento econômico do país, toda sociedade é beneficiada e não só o fisco e os profissionais de contabilidade. A pesquisa preencheu as lacunas no âmbito teórico, abrindo caminhos para novos estudos na área tão atual e inovadora que é o SPED, buscando contribuir para o meio acadêmico.

**(Metodologia)** Este estudo possui uma abordagem qualitativa. Sua amostra são os profissionais da área contábil que estão ligados com o SPED em seu dia-dia. Para coleta de dados o instrumento a ser utilizado é o questionário, O questionário foi baseado em estudos anteriores e na literatura. A amostra são os profissionais da área contábil de Natal-RN, mostrando a relevância das suas opiniões com relação ao SPED como ferramenta contra fraude. A análise dos dados qualitativos obtidos durante as entrevistas foi feita através de uma observação da opinião e perspectiva dos profissionais de contabilidade.

**(Resultados)** Os resultados encontrados diante das informações coletadas sobre a percepção dos profissionais de contabilidade no que diz respeito ao SPED como ferramenta contra fraude, dos 20 profissionais de contabilidade entrevistados 65% eram do sexo masculino e 35% do sexo feminino. Quando perguntados sobre o conhecimento que possuem sobre o SPED, cerca de 15% consideram baixo, outros 40% consideram seu conhecimento como médio e 45 % consideram seu conhecimento ao sistema SPED alto. Questionados se o SPED é capaz de impedir as fraudes fiscais, 60% acreditam que sim e 40% disseram que não. Questionados se com a implantação do SPED houve alteração com relação as ações fraudulentas, 85% dos entrevistados falam que diminuiu essas ações, 15% falam que não trouxe nenhuma alteração e nenhum dos entrevistados falam que não houve nenhuma alteração. Perguntados sobre os benefícios do SPED e com relação a diminuição das sonegações 40% concordam com esses benefícios, 25% afirmam que estão indecisos, 20% discordam dos benefícios e que não tem esse objetivo de diminuir as sonegações e 15% opinam que estão sem opinião sobre o assunto.

**(Conclusão)** Neste trabalho foi abordado o assunto Sped contra as fraudes fiscais na percepção dos profissionais de contabilidade de Natal/RN, e foi concluído que o sistema público de escrituração digital vem sendo de suma importância no combate a essas ações fraudulentas e as mudanças na contabilidade, e ainda como as modernizações da atual conjuntura globalizada tornando o processo de transmissões de informações mais ágil e no cruzamento de informações. Tendo o objetivo atingido de forma que o SPED vem trazendo benefícios para o Estado e País, inibindo ações fraudulentas e analisando de forma positiva. Desta maneira o SPED ainda há de melhorar em alguns pontos, mas já mostra um avanço grande e verificou-se que grande parte dos profissionais pesquisados avaliou o SPED como uma ferramenta que veio para somar e facilitar o trabalho e também inibir as fraudes sendo seu principal objetivo.

**Palavras-Chave:** SPED. Fraude fiscais. Cruzamento de informações. Avanço tecnológico

**ALAVANCAGEM FINANCEIRA COMO ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO: UM ESTUDO MULTICASO NA PETROBRAS E VALE**

**Autor(es):**

*Janaina Francisca de Pontes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As empresas buscam identificar a melhor maneira de adquirir recursos necessários para o desempenho de suas atividades. Partindo da premissa de que se deve integrar o estudo de finanças com o planejamento estratégico para o sucesso competitivo de uma organização e que renovar e redefinir os recursos da empresa faz parte da estratégia para se manter ou conquistar uma fatia maior de mercado, este artigo tem como objetivo geral analisar a alavancagem financeira como estratégia de crescimento nas empresas Petrobras e Vale, organizações com grande influência no mercado brasileiro e no mundo. Com base nisso, para atingir o objetivo proposto, procura-se identificar se as empresas estudadas utilizam de alavancagem financeira como estratégia de crescimento dos seus negócios.

**(Metodologia)** Quanto aos fins, a pesquisa caracteriza-se como sendo descritiva. Quanto aos meios, caracteriza-se como sendo bibliográfica e, quanto à abordagem, caracteriza-se como sendo uma pesquisa quantitativa. Para responder ao problema de pesquisa proposto e atingir o objetivo, foi realizada a coleta de dados nas demonstrações contábeis da Petrobras e Vale através do site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Logo após, realizada a tabulação de dados por meio de planilhas eletrônicas e elaborados gráficos para melhor visualização dos resultados. Além disso, utilizou-se de proxies para análise das diversas variáveis e melhor embasamento da pesquisa.

**(Resultados)** Para chegar aos resultados verificou-se a situação econômico- financeira da Petrobras e da Vale no período de 2012 a 2016. No que se refere ao índice Lucro por ação, pode-se observar que a Petrobras obteve resultado satisfatório nos anos 2012 e 2013, obtendo um LPA de 1,62 e 1,81 respectivamente, porém com queda considerável nos últimos três anos, chegando a um prejuízo de 2,67 em 2015 e breve recuperação em 2016, mas ainda assim com resultado negativo de 1,14. Já a empresa Vale apresentou resultado negativo apenas em 2015, com um prejuízo de 8,58. Nos demais anos, variou de um LPA de 0,02 em 2013 a 2,58 em 2016. A Petrobras não conseguiu manter uma boa imagem diante do mercado no período de 2014 a 2016, pois apresentou um índice preço/lucro negativo numa média de 7,96 nos anos citados. Por outro lado, a empresa Vale só apresentou prejuízo neste índice no ano de 2015, ficando com um valor negativo de 1,51, voltando a obter um lucro de 9,63 logo no ano seguinte. Com base nas informações coletadas e analisadas, tanto a Petrobras quanto a Vale estão subavaliadas perante o mercado, informação baseada no índice Preço/ Valor patrimonial que, quando seu resultado é inferior a 1, significa que os acionistas estão dispostos a pagar menos que o valor do PL das empresas. Neste caso, a Petrobras saiu de 0,84 em 2012 para 0,29 em 2016 e a Vale de 0,64 para 0,89 no mesmo período. Vale ressaltar que em nenhum dos anos estudados a Petrobras ou Vale chegaram ao resultado 1,0 ou superior a 1,0.

**(Conclusão)** Buscando analisar a alavancagem financeira como estratégia de crescimento nas empresas Petrobras e Vale, identificou-se através dos resultados obtidos que, nenhuma das empresas em questão, cresceria significativamente sem o uso de fontes externas de financiamento nos anos estudados, pois os resultados da Taxa de Crescimento Interno (GI) ficaram bem próximos a zero. A Petrobras apresenta, neste índice, um resultado de 0,02 em 2016 enquanto a Vale 0,04. Além disso, as mesmas não se encontram numa situação de crescimento sustentável, a Petrobras apresenta uma média de 0,08 negativo de 2014 a 2016. Já a Vale alcançou sua melhor Taxa de Crescimento Sustentável em 2016, com um índice de 0,11. Desta forma, é possível concluir que as empresas estudadas utilizam sim de alavancagem financeira como estratégia de crescimento.

**Palavras-Chave:** Índices Financeiros. Alavancagem Financeira. Estratégia de Crescimento.

**ALPARGATAS : UMA ANÁLISE DE SUAS AÇÕES E A MELHOR FORMA DE REMUNERAÇÃO PARA SEUS INVESTIDORES**

**Autor(es):**

*Mariana Paula Oliveira: Discente do curso de Fisioterapia do UNI-RN*  
*Maria Clara Monte Antunes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Iris Mayara Oliveira Pinheiro: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Marjory Oliveira da Costa Fernandes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Larissa Souza Campelo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Egon José Mateus Celestino: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Ações são valores mobiliários emitidos por sociedades anônimas representativos de uma parcela do seu capital social. Em outras palavras, são títulos de propriedade que conferem a seus detentores (investidores) a participação na sociedade da empresa. Elas são emitidas por empresas que desejam principalmente captar recursos para desenvolver projetos que viabilizem o seu crescimento. As ações podem ser de dois tipos, ordinárias ou preferenciais, sendo que a principal diferença é que as ordinárias dão ao seu detentor direito de voto nas assembleias de acionistas e as preferenciais permitem o recebimento de dividendos em valor superior ao das ações ordinárias, bem como a prioridade no recebimento de reembolso do capital. O trabalho tem como objetivo analisar a forma de remuneração utilizada pela empresa se é por dividendos ou JSCP e compará-las indicando qual delas é a melhor opção perante a carga tributária que incide sobre elas.

**(Metodologia)** O trabalho foi desenvolvido com o objetivo de demonstrar o tipo de remuneração que a empresa paga aos investidores, se é com dividendos ou JSCP, qual delas apresenta a melhor forma de remuneração para eles tendo em vista as suas demonstrações. O estudo também contempla a comparação das duas formas de remuneração, de maneira a visualizar qual apresentara uma menor carga tributária, assim gerando uma maior remuneração. A presente pesquisa classifica-se quanto à natureza dos dados como quantitativa, sendo descritiva, documental e, especificamente, trata-se de um estudo de caso.

**(Resultados)** O trabalho foi desenvolvido com o objetivo de demonstrar o tipo de remuneração que a empresa paga aos investidores, se é com dividendos ou JSCP, qual delas apresenta a melhor forma de remuneração para eles tendo em vista as suas demonstrações. O estudo também contempla a comparação das duas formas de remuneração, de maneira a visualizar qual apresentara uma menor carga tributária, assim gerando uma maior remuneração. A presente pesquisa classifica-se quanto à natureza dos dados como quantitativa, sendo descritiva, documental e, especificamente, trata-se de um estudo de caso. A Alpargatas S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, capital, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.336 e registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - BMF&BOVESPA com o código de negociação "ALPA4" e "ALPA3". Suas atividades e de suas controladas (doravante coletivamente denominadas "Grupo Alpargatas" ou "Grupo") são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos.

**(Conclusão)** A ALPARGATAS utiliza a remuneração por dividendos, onde enxergou uma melhor remuneração para seus sócios do que por JSCP. Em 23 de dezembro de 2015, a J&F e CCSA celebraram o Termo de Fechamento do Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças, por meio do qual se concluiu a aquisição da totalidade das ações de emissão da Alpargatas e detidas pela CCSA. O preço, após os ajustes em razão da distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre capital próprio à CCSA, foi de R\$2.614.172, sendo o preço por ação equivalente a R\$12,60 por ação ordinária e R\$12,57 por ação preferencial.

**Palavras-Chave:** JSCP ; dividendos ; remuneração

## AMBEV: UM ESTUDO DE CASO UTILIZANDO UMA SÉRIE HISTÓRICA DE TRÊS ANOS

### **Autor(es):**

*Maria Clara Monte Antunes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Larissa Souza Campelo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A análise das Demonstrações Financeiras tem o objetivo de oferecer um diagnóstico real da organização, utilizando relatórios gerados pela contabilidade e outras informações necessárias à análise, relacionando-se prioritariamente a utilização por parte de terceiros. As informações de análise estão voltadas para dentro e fora da empresa. Segundo Matarazzo (2007, p.15) "As demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A análise de Balanço transforma esses dados em informações e será tanto mais eficientes quanto melhores informações produzir". O objetivo do trabalho é fazer uma análise econômico-financeira da empresa AMBEV, levando em consideração as análises do Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, índices de liquidez e endividamento, além do termômetro de insolvência nos anos 2014 a 2016, mensurando os resultados obtidos, avaliando os índices de liquidez e endividamento, além do termômetro de insolvência e identificando possíveis deficiências para melhorias futuras. A história da AMBEV começou na década de 1880 quando ainda eram duas cervejarias a Companhia Antarctica Paulista e a Manufatura de Cerveja Brahma & Villeger & Companhia. Em 1999 ocorreu a união entre as centenárias Cervejaria Brahma e Companhia Antarctica. Seu surgimento impulsionou o setor de bebidas brasileiro, incentivando o lançamento de inovações e gerando impostos e oportunidades de empregos. A AMBEV é quarta maior cervejaria do mundo e líderes do mercado latino-americano, produzindo e comercializando cervejas, refrigerantes e outras bebidas.

**(Metodologia)** O trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa, com estudo de caso. Utiliza dados históricos de relatórios disponibilizados pela CVM, Balanço Patrimonial e DRE.

**(Resultados)** Por meio dos diversos indicadores cujas informações fornecidas associadas possibilitam uma visão abrangente da estrutura da AMBEV. A empresa apesar de ser uma das maiores empresas do mundo, apresenta sintomas que podem levá-la à falência, principalmente no que diz respeito ao nível de endividamento no qual se encontra. Não possui capacidade de pagamento de suas obrigações a curto e longo prazo, não possui recursos imediatos para cumprir com seu total de obrigações, tem um alto índice de endividamento, mas segundo Kanitz é uma empresa em boa situação. No Balanço observa-se através da análise horizontal que o patrimônio da empresa aumenta no decorrer dos anos analisados. E na análise vertical, tem-se que a maior parte dos ativos da empresa é no circulante, na conta Imobilizados. Analisando a DRE da AMBEV pela análise horizontal, verificamos que o lucro da empresa diminui no período analisado. Apesar disso, pela análise vertical, percebemos que a representatividade do lucro permanece praticamente inalterada. A empresa deve evitar novos financiamentos e manter os pontos positivos para que reverta a sua situação o mais rápido possível.

**(Conclusão)** O mundo dos negócios cresce cada dia mais e com isso surge à necessidade de mais ferramentas que auxiliem na sua gestão. Faz-se necessário, portanto, o conhecimento da situação econômico-financeira da empresa para tomada de decisões por meio de demonstrações financeiras (relatórios contábeis). Esse estudo objetiva demonstrar que a empresa pode usufruir melhor dessas ferramentas, aproveitando-as mais amplamente para obter maior lucratividade e melhores resultados, diminuindo, por exemplo, o seu alto índice de endividamento.

**Palavras-Chave:** Demonstração financeira, gestão, Kanitz

**ANALISAR QUAL A PERCEPÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA, ESPECIFICAMENTE SOBRE AS FÉRIAS REMUNERADAS, NA VISÃO DOS UNIVERSITÁRIOS.**

**Autor(es):**

*Jose Ricardo Moura Mamede: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Roberta Saldanha Gurgel: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Gabriely Cabral Bezerra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Vitória Mayara de Souza Nascimento: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Paulo Raniel Cardoso da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A reforma trabalhista foi posta em pauta no ano de 2017. Após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o governo, agora no comando de Michel Temer, conseguiu apoio necessário para enviar o projeto 38/2017 para votação no senado e dar continuidade ao processo. É de fundamental importância entender qual a opinião e o grau de entendimento da população no que corresponde a tal projeto. Dessa forma, desenvolveu-se uma pesquisa científica para buscar respostas pertinentes, que possam apoiar as decisões, visando entender esse conflito de percepções sobre a proposta. O objetivo deste estudo, portanto, é desenvolver e analisar qual a percepção no meio acadêmico, dos universitários, acerca da reforma trabalhista, especificamente sobre as férias remuneradas.

**(Metodologia)** O tipo de pesquisa utilizada para elaboração do trabalho foi uma pesquisa bibliográfica, juntamente com uma pesquisa de campo, realizada com os universitário da cidade de Natal, foram utilizados livros, sites, e as informações trazidas pela pesquisa de campo.

**(Resultados)** Para obtermos determinadas informações, realizamos um pesquisa na qual definimos a população quanto aos universitários da cidade de Natal, e obtemos uma amostra com 66 indivíduos, que nessa amostra podemos, observar alguns aspectos. De forma que as alterações mais populares entre eles foram, sobre as férias - correspondendo a 71,7%; banco de horas equivalente há 66,7%; e contribuição sindical com conhecimento de 53,3% dos questionados. O parcelamento das férias é o objeto de alteração da reforma em que os entrevistados possuem mais conhecimento. Sete em cada 10 pessoas afirmam saber do que se trata. 42,4% do indivíduos , afirma ser contra o parcelamento, ao passo que 16,9% são favoráveis e 25,4% são parcialmente favoráveis. De acordo com os dados coletados, cerca de 47% dos inquiridos afirmam participar de uma relação empregatícia, abrangida pelo regime celetista, curiosamente esse número é bem próximo da parcela de pessoas que desaprovam a reforma e que nos leva a presumir que a reforma está sendo mais aceita pelas pessoas que estão fora do mercado de trabalho.

**(Conclusão)** Podemos concluir também que a área de conhecimento foi o funcionamento das férias parceladas com até três vezes. Sete em cada 10 pessoas afirmam saber do que se trata. 42,4% dos indivíduos, afirma ser contra o parcelamento, ao passo que 16,9% são favoráveis e 25,4% são parcialmente favoráveis. E por último destacamos a diferença significativa entre a opinião dos universitários no que se refere às relações trabalhistas. A pesquisa mostrou que quase 50% das pessoas entrevistadas são completamente contrárias à reforma. No entanto, há uma aceitação considerável entre os que aprovam parcialmente às alterações na lei. Isso indica que o modo que a proposta está sendo apresentada não agrada a população universitária como um todo. Tendo em vista que a PL entrou em pauta na câmara dos deputados de forma urgente sendo aprovada com grande divergência entre os parlamentares, essa divisão foi demonstrada de forma explícita no resultado da nossa pesquisa.

**Palavras-Chave:** Férias parcelas, projeto 38/2017, relações trabalhistas.

**ANÁLISE COMPARATIVA ECONÔMICO-FINANCEIRA: UM ESTUDO DE MULTI-CASOS NO GRUPO NEOENERGIA NA SÉRIE TEMPORAL DE 2012 A 2016**

**Autor(es):**

*Maira Rubia de Almeida Feitosa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A análise das demonstrações financeiras, por meio das técnicas dos índices financeiros, permite aos gestores das organizações avaliarem aspectos do desempenho futuro da situação financeira e econômica da companhia e maior conhecimento dos resultados a serem alcançados. O objetivo desse estudo foi evidenciar a partir das demonstrações financeiras os resultados econômico-financeiros do Grupo NEOENERGIA destacando o desempenho dos principais índices, que possam auxiliar na avaliação da situação econômico-financeira como apoio às tomadas de decisões dos gestores do Grupo NEOENERGIA, as concessionárias COELBA, CELPE e COSERN, maior grupo privado do setor de distribuição de energia elétrica brasileiro em número de clientes. O intuito foi procurar identificar por meio de índices de liquidez, rentabilidade, lucratividade, endividamento e valor de mercado a saúde financeira das concessionárias comparando seus desempenhos, medindo a capacidade de pagamento de curto e longo prazo, avaliando suas ações no mercado financeiro, além da medição da rentabilidade em função dos investimentos e patrimônio líquido.

**(Metodologia)** Esse estudo foi produzido sob a forma documental e estudo de caso, cujos critérios metodológicos das relações existentes entre os índices das demonstrações financeiras, demonstrando a verdade dos fatos e suas aplicações. Utilizam-se para este estudo, uma análise exploratória do Balanço Patrimonial (BP) e da Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) do grupo NEOENERGIA, companhias de capital aberto.

**(Resultados)** A análise dos dados coletados por meio do uso dos cálculos dos índices financeiros, permitiu avaliar a realidade do cenário financeiro do grupo da NEOENERGIA. Dos cálculos dos indicadores de liquidez, por meio do capital circulante líquido apresentaram comportamentos semelhantes no ano de 2016, com uma queda em média de 20% a 34% na variação do passivo circulante correspondente ao acréscimo aproximado de 21,4%. Observou-se também que, o índice de prazo médio de contas a receber (PMR) ultrapassa o índice prazo médio de pagamento (PMP) nos anos anteriores a 2016 nas três empresas analisadas e no ano de 2016, a COSERN apresentou o PMR de 47 dias em 2015 para 12 dias em 2016 e seu PMP permaneceu na média. A lucratividade operacional variou de 2012 a 2016 com a COSERN de 15,91% a 10,6%, a COELBA de 16,07% a 3,8% e a CELPE de 0,64% a 0,28%. A lucratividade líquida variou de 2012 a 2016 com a COSERN de 13,96% a 9,55%, a COELBA de 13,84% a 3,67 e a CELPE de 0,42% a -0,0082%. A Independência financeira da COSERN com 10,89% em 2012 e 35,15% em 2016, e a COELBA com 59,57% em 2012 e 28,06% em 2016 e a CELPE com 67,55% em 2012 e 28,29% em 2016. O índice de segurança financeira, financiamentos de longo prazo, o grupo NEOENERGIA, esteve na média de 75% a 65% de 2012 a 2016 respectivamente. O Termômetro de KANTIZ, índice que nos permite prever a possibilidade de falência de uma empresa, foi verificado que todo o grupo, encontra-se inserido no fator de +2,18 até +0,83. Isso quer dizer, que as concessionárias encontram-se em situação de solvência.

**(Conclusão)** Esse trabalho propôs um aprofundamento sobre os índices econômico-financeiros das concessionárias do Grupo NEOENERGIA, recomendando aos gestores uma administração cuidadosa. Os Retornos sobre os Patrimônios Líquidos das concessionárias COELBA e CELPE encontram-se em baixa. Enquanto a COSERN se mantém em crescimento.

**Palavras-Chave:** Índices econômico-financeiros; Análises, Decisões.

## **ANÁLISE DA AUDITORIA INTERNA: UM ESTUDO DE CASO DO IFRN**

### **Autor(es):**

*Rodrigo Fernandes Delgado: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Auditoria é uma revisão das atividades desenvolvidas em determinada empresa, instituição ou setor em relação às demonstrações financeiras, sistema financeiro, registros, transações e operações, e tem o objetivo de averiguar a veracidade das informações, proporcionando credibilidade à instituição. Nesse sentido, a Auditoria também identifica possíveis deficiências no sistema da instituição e apresenta recomendações para melhorá-los. Assim, pode-se dizer então que Auditoria é um instrumento de avaliação e de verificação das informações registradas da instituição. A auditoria pode ser classificada, entre outros tipos, em externa e interna. A auditoria externa, também conhecida como independente tem como objetivo principal atender as necessidades de terceiros, ou seja, do público externo (acionistas, credores, órgãos do governo, população em geral), no que diz respeito à fidedignidade das informações financeiras. A auditoria externa é realizada periodicamente, em geral semestralmente ou anualmente. O auditor externo é um profissional que é contratado, ou seja, não é funcionário da empresa, trabalhando de forma independente e com tempo limitado para identificar os problemas da instituição. Por outro lado, o auditor interno é um funcionário da própria instituição. A Auditoria interna tem como objetivo avaliar o processo de gestão do sistema de controle interno em relação aos aspectos como a gestão de riscos, cumprimento de normas, sempre com o objetivo de identificar eventuais desvios e vulnerabilidade às quais a instituição está sujeita. O objetivo da Auditoria Interna é avaliar e prestar ajuda à administração da instituição, auxiliando a desenvolver adequadamente suas atribuições, proporcionando análises, recomendações e comentários sobre as atividades examinadas.

**(Metodologia)** A pesquisa é desencadeada quando é preciso de mais dados para responder a um problema, assim, para resolver o problema apresentado e alcançar os objetivos propostos, a pesquisa será realizada numa abordagem qualitativa, buscando entender o fenômeno pesquisado a partir da coleta e análise dos dados. Dentro da abordagem qualitativa, a pesquisa será desenvolvida na modalidade estudo de caso descritivo.

**(Resultados)** Nesse sentido, essa pesquisa surge com o intuito de investigar com maior propriedade o trabalho da auditoria interna dentro da instituição IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, verificando como as ferramentas de controle auxiliam os gestores a alcançar eficácia e eficiência nas atividades operacionais no IFRN.

**(Conclusão)** Nesse sentido, essa pesquisa surge com o intuito de investigar com maior propriedade o trabalho da auditoria interna dentro da instituição IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, verificando como as ferramentas de controle auxiliam os gestores a alcançar eficácia e eficiência nas atividades operacionais no IFRN

**Palavras-Chave:** Auditoria - Eficácia - Atividades Operacionais.

## ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNI-RN

### **Autor(es):**

*Silas Jonatan Menezes do Nascimento: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Fernando Barbosa Neto: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Jefferson Marinho Nascimento de Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Lucas Henrique Guerra Barbosa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O centro universitário UNI-RN apresenta uma grande demanda pelo curso de Ciências contábeis, por ser uma das melhores instituições privadas do nordeste por ter pela 4ª vez consecutiva o IGC4. Por esse motivo, esse trabalho busca investigar possíveis motivações dos seus alunos que levaram a escolher essa instituição. Sendo assim, a pesquisa visa responder ao seguinte problema: De que forma os estudantes de contabilidade avaliam o curso e as dependências do UNI-RN? Para responder a essa pergunta, decidiu-se analisar a percepção dos alunos matriculados no curso supracitado do ano de 2017, a fim de que sejam apresentados os pontos positivos e negativos.

**(Metodologia)** Para a realização do trabalho foi feito um levantamento de dados por meio de aplicação de questionários com os estudantes do curso de Ciências contábeis da universidade (UNI-RN), onde se obteve um total de 94 dos 162 alunos matriculados.

**(Resultados)** Com o resultado dos questionários aplicados percebe-se que 94 dos alunos responderam o questionário totalizando 58% dos 162 alunos matriculados no curso, sendo dos 94, 52% do sexo masculino e 48% do sexo feminino de 17 a 60 anos de idade, divididos em quatro períodos. Do total da amostra, 45% dos entrevistados escolheram o curso de contábeis da UNI-RN devido a sua grande oferta de emprego. Em sua vida acadêmica mais de 60% avaliaram positivamente bem o corpo docente junto com sua metodologia de ensino. Quando abordamos os locais de estudos e pesquisas oferecidas pela instituição, teve-se como classificação de mais de 85% dos alunos sendo bom e excelente. Do montante, 95% dos alunos entrevistados recomendariam o curso de ciências contábeis do UNI-RN a outros possíveis ingressantes.

**(Conclusão)** Conclui-se que mais de 90% dos entrevistados tem um conceito positivo sobre o curso de Ciências contábeis do UNI-RN, onde destacaram como pontos principais: A infraestrutura, os bons professores, opinaram também que para uma otimização do curso seria viável um maior número de aulas práticas laboratoriais, abordagem de assuntos voltados à contabilidade de outros países, aulas voltadas à obtenção do CRC e um maior número de palestras e eventos fora do horário comercial. 24% do montante é representado pelos alunos matriculados no 1º período do curso de ciências contábeis, e mais de 70% opinaram por um aumento no número de horas aulas na grade da disciplina de matemática instrumental. Em contrapartida, verifica-se que a instituição UNI-RN já dispõe de aulas práticas laboratoriais, aulas voltadas à obtenção do CRC, e tendo as palestras e eventos em substituição ao horário de aula ou fins de semana.

**Palavras-Chave:** Análise, pontos positivos, pontos negativos, questionários, amostra.

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA BRASKEM S/A: UM ESTUDO TÉCNICO DE CASO NA SÉRIE TEMPORAL 2012 A 2016**

**Autor(es):**

*Gilson Vieira da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A avaliação das demonstrações contábeis, através das técnicas dos índices financeiros, permite aos gestores das organizações um maior conhecimento dos resultados a serem alcançados. O objetivo desse estudo foi evidenciar a partir de toda a investigação científica sobre finanças, a qual pressupõe a existência de mercados eficientes e o livre acesso às demonstrações financeiras, a análise desses índices, o desempenho e a situação econômico-financeiro na série temporal que servem como apoio às tomadas de decisões dos gestores da BRASKEM S/A, a maior produtora de resinas termoplásticas das Américas. O intuito foi procurar identificar por meio de índices de liquidez, rentabilidade, lucratividade, endividamento, atividade e valor de mercado a saúde financeira da empresa comparando seu desempenho, medindo a capacidade de pagamento de curto e longo prazo, além da medição da rentabilidade em função dos investimentos e patrimônio líquido.

**(Metodologia)** Esse estudo foi produzido sob a forma documental e estudo de caso, cujos critérios metodológicos das relações existentes entre os índices das demonstrações financeiras, demonstrando a verdade dos fatos e suas aplicações. Utilizam-se para este estudo, uma análise exploratória do Balanço Patrimonial (BP) e da Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) da empresa BRASKEM S/A, companhia de capital aberto.

**(Resultados)** A análise dos dados coletados por meio dos cálculos dos índices financeiros, permitiu avaliar a realidade do cenário financeiro da BRASKEM S/A. Observou-se que, o índice de liquidez corrente, constatou-se que para cada R\$ 1,00 que é investido, ela possui de equivalente de caixa o valor de R\$ 1,05 em 2014 e R\$ 0,69 em 2016. Para ser considerada satisfatória Marion (2012) relata que as empresas químicas e petroquímicas devem ficar acima do indicador 1,39 e razoável se estiverem entre 1,2 e 1,3, logo apresentou índices de liquidez baixos. Em 2016 com relação à série temporal analisada, percebeu-se que a empresa veio perdendo sua capacidade de pagamento de curto prazo, não foi o suficiente para se enquadrar aos índices-padrão segundo Marion (2012). O índice de liquidez seca cresceu em 2015 condizendo com a razoabilidade, ultrapassando R\$ 0,01 do índice considerado ruim. A rentabilidade ROA, em 2016, foi -1,40% e o ROE em 2015 foi 291,93% excelente, passando em 2016 para -42,37%. O total de endividamento geral, quando a empresa financia seus ativos com o capital de terceiros cresceu chegando em 2016 a 96,68%, isso mostra que a BRASKEM S/A está financiando mais da metade de seus ativos, indicando o alto grau de endividamento, alavancagem e seu endividamento a longo prazo chega a 55,64% em 2016. O Termômetro de Kanitz, instrumento utilizado para prever a possibilidade de falência da empresa encontra-se -1,403%, se situa entre 0 e -3, temos o que o Kanitz chama penumbra, uma posição que demanda certa cautela.

**(Conclusão)** Esse trabalho propôs um aprofundamento sobre os índices econômico-financeiros na BRASKEM S/A recomendando aos gestores uma administração cuidadosa, pois tem na mesma proporção o valor investido e o valor arrecadado para efetuar os pagamentos de curto prazo e seus estoques e as duplicatas a receber somam uma quantia relevante em relação ao ativo circulante, tornando mais vagarosa a conversão desses valores em dinheiro. A BRASKEM S/A encontra-se em situação de cautela, quanto à capacidade de pagamento, seus índices ficaram abaixo dos padrões estabelecidos e comparados.

**Palavras-Chave:** Índices econômico-financeiros; Análises, Decisões

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM ÊNFASE NA CAPACIDADE DE PAGAMENTO DO MAGAZINE  
LUIZA S/A**

**Autor(es):**

*Guilherme Peixoto Nascimento Ferreira de Souza : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Filipe Honorato Dantas dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As premissas dessa apresentação são: conceituar os índices de liquidez e rentabilidade, apresentar cálculos e comparações dos quocientes nos exercícios de 2014 a 2016 da empresa o Magazine Luiza e comparar os resultados apresentados, a fim de concluir se a empresa o Magazine Luiza, realmente apresenta uma situação econômico-financeira favorável. O Magazine Luiza foi fundado em 16 de novembro de 1957, em Franca- SP, quando o casal Sr. Pelegrino José Donato e Luiza Trajano Donato adquiriram uma pequena loja de presentes, chamada, na época, de A Cristaleira. O nome Magazine Luiza surgiu após um concurso cultural de rádio realizado com os próprios clientes.

**(Metodologia)** A fim de elucidar o problema de pesquisa apresentado, possui como metodologia de pesquisa a comparação dos indicadores de liquidez previamente apresentados dos três últimos exercícios fiscais: 2014, 2015 e 2016, da empresa Magazine Luiza S/A. Utilizou-se como metodologia de pesquisa: - Pesquisa bibliográfica, baseada na consulta de livros dos autores: Cervo, Bervian, Silva (2007, p. 61) os quais afirmam que “a pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”.

**(Resultados)** Sobre a liquidez seca pode-se observar que a capacidade de pagamento da empresa diminuiu. Devido a empresa ter um valor elevado de estoque. A liquidez imediata considera apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitar as obrigações. Excluindo-se além dos estoques as contas e valores a receber. Um índice de grande importância para análise da situação a curto-prazo da empresa. O Magazine Luiza não possui esta capacidade de pagamento para cada real do passivo. O ROE em comparação com os três anos que foram analisados, o ano de 2015 teve um resultado negativo, ou seja, foi um período em que os acionistas não obtiveram lucros nos seus investimentos. Ficando abaixo do índice do mercado que neste período registrou um valor de 28,86%. Para o Retorno sobre os ativos, quanto maior for o rendimento da empresa sobre o total dos ativos, melhor, e quanto mais capitalizada a empresa for, menor será o ROA. Se uma empresa apresentar um baixo índice de retorno sobre o ativo total, sua capacidade de geração de receita operacional será insuficiente, ou ela está pagando altas despesas com juros. Nos períodos acima somente o ano de 2014 pode ser destacado, devido ter alcançado um valor superior ao da média do mercado nos três anos citados.

**(Conclusão)** Esse trabalho propôs realizar uma discussão teórica sobre o principal tema abordado – Indicadores Econômico-Financeiros - aplicando os indicadores selecionados, na empresa Magazine Luiza S/A. O trabalho teve como objetivo principal, analisar alguns dos ângulos fundamentais para Análise Financeira: Liquidez e Rentabilidade, a fim de analisar se os resultados demonstram uma situação econômico-financeira favorável para a empresa analisada, nos exercícios de 2013 a 2016. Concluiu-se informando que a Magazine Luiza possui um cenário de oscilações nos períodos avaliados. Isso também se deve ao difícil cenário financeiro do país com os altos índices de taxas, tributos e inflações, fazendo que a empresa não tenha uma folga financeira maior.

**Palavras-Chave:** Liquidez, Rentabilidade, Magazine Luiza, índice.

**ANALISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: UM ESTUDO DE CASO DA AREZZO S/A.**

**Autor(es):**

*Natalia Ramos Bezerra Pacheco: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Elisangela de Sousa Silva: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os cenários econômicos atuais de competição de mercado exigem das empresas uma maior eficácia e eficiência na gestão financeira de seus recursos, não cabendo indecisões sobre o que fazer com eles. Com isso o presente estudo tem como objetivo analisar o desempenho da Arezzo S/A, através da análise de índice das suas demonstrações financeiras. A Arezzo uma empresa brasileira de calçados inserida no setor de vendas de calçados femininos. É líder no setor de calçados, bolsas e acessórios femininos no Brasil. Através dos índices de liquidez, atividade, rentabilidade, endividamento e mercado o desempenho da Arezzo S/A entre os anos de 2014, 2015 e 2016.

**(Metodologia)** O artigo tem a finalidade de elucidar o problema de pesquisa apresentado. Possui como metodologia de pesquisa a comparação dos indicadores de liquidez, atividade, endividamento rentabilidade e mercado apresentando os quatro últimos exercícios fiscais 2013,2014,2015 e 2016 da empresa Arezzo S/A.

**(Resultados)** A empresa de acordo com o termômetro de Kanitz vem apresentando resultados favoráveis nos anos de 2014 a 2016, com um retorno sobre o patrimônio líquido ou capital próprio (ROE) variando entre 0,20 e 0,17, com um índice de liquidez geral de R\$ 2,86, 2,92 e 3,15 respectivamente nos anos de 2014, 2015 e 2016 indicando assim que a empresa possui bens de direito no ativo circulante e realizável a longo prazo de suas dívidas, podendo assim salda-las sem precisar utilizar seu ativo permanente. Sua liquidez seca foi de R\$ 2,91,2,89 e 2,95, significando que os estoques da empresa estão totalmente livres de dívidas com terceiros, se a empresa negociasse o seu ativo circulante sem os estoques, pagaria suas dívidas de curto prazo e restaria todo o seu estoque livre de dívidas. Uma liquidez corrente R\$ 3,46, 3,45 e 3,50 nos anos de 2014,2015 e 2016 respectivamente demonstrando folga no disponível para uma possível liquidação das obrigações. Com a empresa financiando 38,00% em 2014 e 2015 dos ativos da empresa com capital de terceiros e 35,00% em 2016. Com base nos resultados apresentados a empresa encontra-se com índice de 11,52, 11,30 e 11,85 de solvência nos anos de 2014, 2015 e 2016 respectivamente longe do risco de falência.

**(Conclusão)** Por fim aconselha – se às empresas que almejam ter sucesso, utiliza – se da análise das demonstrações financeiras, pois essa ferramenta quando bem executada pelos gestores servem de suporte à tomada de decisão e podem auxiliar também no aumento da sua competitividade e competência influenciando assim no seu crescimento e continuidade da entidade.

**Palavras-Chave:** Gestão; Liquidez; Decisão.

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS PARA TOMADA DE DECISÃO: UM ESTUDO DE CASO NA AMBEV**

**Autor(es):**

*Pedro Paulo Lima Barreto: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O mundo dos negócios está exigindo cada vez mais das empresas, enfoque no modelo de gestão para dar projeções que garantam resultados positivos. Onde os investimentos são feitos com base em análise de informações geradas pelos relatórios contábeis, sendo eles elaborados dentro das normas de contabilidade vigente. Espera-se das empresas socialmente responsáveis que elas respondam as expectativas de seus "stakeholders" atuais e futuros, onde tenham visão de crescimento e maximização de riqueza, criando valores ao seu patrimônio e não visando somente o lucro, onde os acionistas receberam os lucros conforme o esperado. As demonstrações contábeis contém inúmeros dados que se analisados, transformam em informações relevantes para gestão dos negócios empresariais. A empresa objeto de estudo deste artigo é a Ambev S/A. Neste artigo será apresentado diversas análises com objetivo de auxiliar os futuros investidores nas tomadas de decisões, sejam em aplicações ou resgate de capital. Mediante exposto temos a seguinte problemática: Quais os resultados de desempenho financeiro e econômico da Ambev S/A no que se refere à tomada de decisão no período de 2013 a 2016?

**(Metodologia)** O presente estudo de caso trata-se de uma análise bibliográfica, descritiva, qualitativa e quantitativa de uma empresa no ramo de bebida. Fazendo um comparativo através de um recorte temporal das demonstrações contábeis e financeiras da empresa estudada entre os anos de 2013 a 2016. A metodologia desse trabalho tem como objetivo detalhar e explicar de forma minuciosa todos os processos que foram utilizados para a elaboração do artigo, constando nela o tipo de pesquisa realizada, amostragem, coleta de dados e a forma que será realizada o tratamento dos dados. Conforme esclarecido nos objetivos, esta pesquisa tem característica explicativa, pois procura-se analisar, gerar, verificar e trabalhar os dados abordados a fim de responder a problemática citada na introdução.

**(Resultados)** Através do banco de dados das informações extraídas das demonstrações contábeis, conseguiu-se verificar a situação econômico-financeira da Ambev no período de 2013 a 2016, onde o índice de estrutura de financiamento dos investimentos que é a relação entre os investimentos e financiamentos a longo prazo, onde para cada R\$ 1,00 que a empresa necessita investir a longo prazo, a empresa está financiando "R\$ X" a longo prazo, no ano de 2013 a empresa financiou R\$1,06 para cada R\$1,00, nos dois anos seguintes o valor financiado foi de R\$0,97, e no ano de 2016 o valor financiado para cada R\$1,00 foi de R\$0,91. No que se refere ao retorno sobre o capital próprio (ROE), que mensura o retorno sobre os investimentos dos proprietários da empresa, seus resultados foram respectivamente: 25,80%; 28,32%; 25,58% e 28,04%. O índice de endividamento geral que mensura a proporção do total de ativos financiados pelos credores da empresa, onde seus resultados para os respectivos anos foram: 35,93%; 39,50%, 44,18% e 44,35%, mostra o percentual de ativo total que é financiado com recursos de terceiros, tendo o crescimento de 23,45% do primeiro ano analisado para o último ano da análise.

**(Conclusão)** As empresas exigem cada vez mais informações claras e objetivas, e para repassar essas informações aos usuários internos e externos, as corporações vêm se utilizando de uma ferramenta muito eficaz que são as análises financeiras para tomadas de decisões. O estudo de caso e as análises apresentadas, baseadas em relatórios contábeis, demonstra que o objetivo estabelecido foi alcançado, inclusive com propostas de melhoria para a administração da empresa. O estudo realizado permite ao empresário verificar e analisar os pontos fortes e pontos fracos de sua companhia, fazendo assim uma prospecção dos resultados alcançados, objetivando melhoria contínua para a empresa.

**Palavras-Chave:** Investidores; Retorno sobre o capital próprio; Índice de endividamento geral.

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM UMA SÉRIE TEMPORAL DE TRÊS ANOS DO ITAÚ UNIBANCO S.A.**

**Autor(es):**

*Iris Mayara Oliveira Pinheiro: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*André Augusto Lima Andrade: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No momento atual, o Brasil vem enfrentando um momento bastante complicado, não só no contexto político, mas também enfrenta problemas econômicos e de insatisfação em geral. Problemas esses que evidenciam muitas vezes a falta de conhecimento ou de utilização de técnicas e ferramentas que possam aperfeiçoar operações, atividades das empresas e até departamentos inteiros. Procedimentos que auxiliem os gestores na tomada de decisão, como por exemplo, a contabilidade gerencial, ferramenta imprescindível na gestão empresarial, evidenciando nas demonstrações contábeis o detalhamento, as variações do patrimônio e como elas poderiam afetar uma organização como o Itaú. Nesta circunstância, a pesquisa tem como problemática apontar os índices econômicos financeiros encontrados em uma série histórica de três anos do Banco Itaú. O objetivo geral foi demonstrar como a tradução dos indicadores financeiros pode influenciar no processo de tomada de decisão, bem como esses indicadores se comportaram no decorrer dos anos e suas atribuições.

**(Metodologia)** O trabalho foi desenvolvido com o objetivo de demonstrar como a tradução dos indicadores financeiros pode influenciar no processo de tomada de decisão, bem como esses indicadores se comportaram no decorrer dos anos e suas atribuições. A presente pesquisa classifica-se quanto à natureza dos dados como qualitativa, sendo descritiva, documental e, especificamente, trata-se de um estudo de caso.

**(Resultados)** Para o cálculo e análise dos índices propostos, foram coletados os dados financeiros a partir das demonstrações contábeis divulgadas pela empresa em questão. Foi considerado um período de 3 três anos consecutivos (2014, 2015 e 2016) como objetivo de fazer um estudo comparativo nas variações ocorridas nos principais índices e contas das suas respectivas demonstrações contábeis durante esse intervalo temporal. Notoriamente, fundamentando-se nos dados ora coletados, há uma evolução positiva de 2014 para 2015 e de 2015 para 2016 em algumas contas e grupos de contas no Balanço Patrimonial e no demonstrativo de resultados, cujos comentários seguirão abaixo, utilizando também explicações em notas da própria instituição contidas no relatório financeiro. Algumas observações feitas pela própria instituição mostram que essa variação do ano de 2014 para 2015 se deu devido principalmente a maior diversificação dos negócios quanto à mudança da composição da carteira de crédito, dando ênfase a originar produtos de menor risco e com maiores garantias. Nesse período houve crescimento não só nas contas de Aplicações no Mercado Aberto e Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, como também na de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, que no ano de 2015 para 2016 apresentou um resultado negativo de -25,66. Esta pesquisa objetivou demonstrar os indicadores financeiros bem como o desempenho da empresa Itaú Unibanco S.A., para alcançar esse objetivo foram identificados, calculados e analisados os indicadores que constam nas demonstrações contábeis da referida instituição nos anos escolhidos para o estudo, para que através dessas análises fosse possível chegar a uma conclusão a respeito e cada indicador para avaliar a saúde financeira da empresa através de dados mais claros assim como o desempenho da instituição.

**(Conclusão)** Os indicadores são importantes também para que se possa fazer uma avaliação e comparação entre empresas do mesmo ramo, no caso instituições bancárias, nas quais os índices estudados tem efeito particular para esse ramo de atividade, não sendo aceitos para efeitos de comparação com empresas de outros setores. Pode-se notar com os resultados obtidos que a Itaú Unibanco S.A. melhorou seu desempenho, isso está atrelado também ao tamanho do banco, sua influência no mercado financeiro, sua atuação no mercado nacional e seus investimentos, além de outros fatores. Os cálculos utilizados para realização deste trabalho foram montados em planilhas de Excel com informações extraídas das demonstrações das instituições.

**Palavras-Chave:** indicadores financeiros

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: UM ESTUDO DE CASO NA ALE COMBUSTÍVEIS EM UMA SÉRIE HISTÓRICA.**

**Autor(es):**

*Cristiano Ribeiro da Costa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Rodrigo Azevedo Queiroz: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente todas as empresas necessitam de um embasamento sólido para tomada de decisões. A análise financeira através da contabilidade é uma forte ferramenta para auxiliar a gestão nas escolhas que traçam o rumo da entidade. Segundo Padoveze (2007 apud), o objetivo geral da análise “é obter elementos para o processo de avaliação da continuidade financeira e operacional da entidade analisada”. Este trabalho, baseado nos estudos da disciplina Demonstrações de Análises Financeiras, irá abordar os índices de lucratividade, rentabilidade, endividamento, análise vertical e horizontal da empresa Ale Combustíveis para subsidiar a compra pela empresa Ipiranga. De acordo com as informações contidas no site, a ALE é a uma distribuidora de combustíveis com presença nacional, fruto da união da mineira ALE Combustíveis com a Satélite Distribuidora de Petróleo, do Rio Grande do Norte.

**(Metodologia)** O presente trabalho se caracteriza em uma análise quantitativa e qualitativa e um “estudo de caso”, pois baseia-se na análise da demonstração de resultado e do balanço patrimonial da empresa Ale Combustíveis, exercícios findos de 2014 a 2016. A coleta para a análise foi realizada através dos Balanços Patrimoniais e DREs dos períodos de 2014 a 2016.

**(Resultados)** De acordo com os resultados das análises, a empresa Ale apresenta uma pequena evolução nos anos estudados. Tal evolução deve ser considerada pela empresa compradora mas deve ser considerado também o mercado em questão, o de combustíveis, que não é parte desse estudo. Podemos verificar que os índices são relativamente baixos quando se trata de uma distribuidora do porte da Ale, que atua em vários países.

**(Conclusão)** A contabilidade é uma vasta e importante ferramenta para a tomada de decisões, é definida por Marion (2004, p. 26 apud ) como “o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa”. Ela tem um papel de grande importância na produção de informações de apoio à decisão no âmbito das empresas. As informações contábeis são utilizadas por empresários e administradores para traçar o rumo e o sucesso do negócio. Assim as demonstrações financeiras serão de grande e fundamental importância para a saúde e desenvolvimento da entidade, pois suas informações espelham a situação econômico-financeira da organização dando uma visão de seu desempenho. Este trabalho teve como objetivo antecipar a análise da empresa Ipiranga para subsidiar a compra da Ale Combustíveis através dos índices calculados pela contabilidade. E através de tais análises demonstrou-se que a empresa está com saúde financeira boa e subintende-se que seus ativos estão com qualidade e que seus índices apresentam rentabilidade crescente. Todo o artigo fundamenta o papel essencial da contabilidade e da análise de demonstrações financeiras o que traz a necessidade crescente de contadores preparados para pensar de forma crítica e analítica para poderem contribuir com o cotidiano empresarial de forma renovada e mais profissional.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chave: demonstrações, análise, índices, ALE.

**ANÁLISE DAS FORMAS DE TRIBUTAÇÃO: ESTUDO DE CASO DE UM SUPERMERCADO DO VAREJO NO RN**

**Autor(es):**

*Josean Silvestre Spinola : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Mudanças na lei e evolução tecnológica fazem com que a orientação contábil por parte de um profissional seja de fundamental importância para uma empresa. Baseado nas leis e através das informações provenientes da contabilidade, tomar decisões fundamentado por um planejamento tributário, torna possível um crescimento nas atividades da empresa. A pesquisa busca resposta para o seguinte problema: Qual regime de tributação mais benéfico para uma pequena empresa de supermercado do varejo no RN? Através da análise de informações contábeis de um supermercado do varejo em Santa Cruz-RN, verificar qual regime de tributação traz mais benefícios, demonstrando entre as opções possíveis de regime de tributação qual a empresa se enquadra, obtendo melhores resultados econômicos. Justifica-se por se tornar mais uma fonte para futuros estudos acadêmicos nessa área, bem como auxiliar no conhecimento dos empresários sobre as leis de tributação vigentes no país

**(Metodologia)** Com base no conceito teórico e prático, serão apresentadas as formas tributárias na qual serão analisados os dados da empresa, objeto de estudo proposto nesse trabalho. A empresa objeto de estudo, atualmente é optante pelo regime de tributação do simples nacional desde 09/12/2010, situada na cidade de Santa Cruz, RN. Esse estudo é do tipo descritivo e quantitativo. Será realizado primeiramente um levantamento dos dados fornecidos pela empresa analisada referente ao primeiro semestre de 2017, a fim de comparar a sua atual forma de tributação com a do lucro presumido e lucro real.

**(Resultados)** Pode-se ter uma análise confiável sobre o conceito de tributação, sua importância dentro das organizações e como ela influencia diretamente na permanência de uma empresa no mercado de trabalho e no crescimento econômico das entidades, mostrando aos empresários a importância do conhecimento tributário pelos seus administradores. O planejamento tem como finalidade na contabilidade tributária a função de estudar com muita cautela os tributos incidentes na operação da empresa levando em consideração a legislação vigente. Planejar é avaliar através de análises as melhores opções entre as alternativas disponíveis, e escolher a melhor para a empresa.

**(Conclusão)** Pode-se concluir que através desse trabalho Ao analisar os sistemas de regimes tributários, muitos empresários perguntam qual é a melhor escolha, principalmente quando se trata das micro e pequenas empresas. Baseado nas leis vigentes, e através dessas informações, tomar decisões baseado em um planejamento tributário torna possível um crescimento nas atividades da empresa. e esperasse responder as expectativas e tirar as duvidas dos empresario, não só do objeto desse estudos como também de outras empresas.

**Palavras-Chave:** Qual regime de tributação mais benéfico para uma pequena empresa de supermercado do varejo no RN?

**ANALISE DE REMUNERAÇÃO DOS INVESTIDORES: UM ESTUDO DE CASO DA AREZZO S/A.**

**Autor(es):**

*Natalia Ramos Bezerra Pacheco: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Egon José Mateus Celestino: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O investidor que compra ações torna-se “sócio” da companhia. Por ser também dono de parte do capital próprio da empresa, o investidor tem direito de receber sua parcela de lucros. Representam uma das formas de ser remunerado com investimentos em ações mais conhecido como dividendos – outra maneira, por exemplo, é com o ganho de capital resultante da compra e venda de ativos. Nesse contexto o presente estudo busca avaliar a forma ou as formas nas quais a empresa ARREZO S/A remunera seus investidores. A Arezzo uma empresa brasileira de calçados inserida no setor de vendas de calçados femininos. É líder no setor de calçados, bolsas e acessórios femininos no Brasil.

**(Metodologia)** O artigo tem a finalidade de elucidar o problema de pesquisa apresentado. Possui como metodologia de pesquisa a comparação das formas de remuneração: dividendos e Juros sobre Capital e valores dos mesmos entre 2º semestre de 2016 e o 1º semestre de 2017. Disponíveis e coletados no site da Bovespa. A pesquisa da internet que foi fundamental para coletar dados compatíveis para enriquecer o estudo.

**(Resultados)** A Arezzo S/A no último semestre de 2016 remunerou em Dividendos seus investidores em R\$ 0,59632810918 enquanto em Juros Sobre Capital Próprio remunerou apenas R\$ 0,25044576714 no primeiro semestre do ano 2017 a empresa aumentou quase 40% sua remuneração ao sócios por Dividendo e diminuiu em 10% a remuneração por Juros Sobre Capital Próprio no mesmo período de 2017, ou seja, a Arezzo tem optado pela remuneração dos sócios por meio de Dividendos. Segundo Ludícibus, Martins e Gelbcke(2003) dividendos representam uma destinação do lucro do exercício, dos lucros acumulados ou de reservas de lucros aos acionistas da companhia, e os mesmos basicamente representam a escolha entre futuros ganhos de capital e pagamentos correntes em dinheiro, os aspectos tributários assumem um importante papel. Santos e Schmidt (2002, p.175) completam dizendo que o dividendo é a parte do lucro referente a cada ação, o rendimento por ela proporcionado. As sociedades anônimas são obrigadas a cumprir regras mínimas para a distribuição de dividendos a seus acionistas, as quais estão previstas na Lei 6.404/76 e/ou no próprio estatuto social da companhia.

**(Conclusão)** Procurando evidenciar a alternativa de remuneração dos acionistas da Arezzo S/A, constatou – se que a empresa estudada remunera seus sócios pelas duas formas de remuneração – Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio – porem utiliza –se mais de 50% da remuneração sobre Dividendos para efeito tributário.

**Palavras-Chave:** Juros sobre capital próprio. Dividendos. Remuneração.

**ANÁLISE DOS FATORES DETERMINANTES PARA A ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE  
PELAS COMPANHIAS LISTADAS NA BM&F BOVESPA**

**Autor(es):**

*Jackson Borges da Costa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Egon José Mateus Celestino: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Constantemente cresce o volume das questões socioambientais em todo o mundo, aumenta assim a preocupação das organizações em divulgar para os stakeholders as informações do seu envolvimento com a sustentabilidade ambiental. Neste contexto de preocupação surge a necessidade de divulgar informações de sustentabilidade, a publicação de relatórios de sustentabilidade serve pra demonstrar os investimentos, as iniciativas e os resultados das empresas através do uso de indicadores, tornando público a preocupação das empresas diante da sociedade e do meio ambiente. A GRI Global Reporting Initiative, que estabelece através de suas diretrizes, uma proposta de relatório de sustentabilidade e seu objetivo base é promover o uso desses relatórios para que as organizações evidenciem suas ações sustentáveis. O problema de pesquisa a ser abordado é quais fatores são relevantes para a elaboração e divulgação voluntária dos relatórios de sustentabilidade pelas empresas listadas na BM&F Bovespa? Será abordado nos aspectos teóricos a contabilidade ambiental, finanças ambientais e os relatórios ambientais.

**(Metodologia)** A metodologia desta pesquisa é voltada para a abordagem do problema portanto a mesma será qualitativa e quantitativa. O tipo da pesquisa quanto aos objetivos será exploratória, quanto aos procedimentos pelo qual será conduzido o estudo e os dados coletados será através de pesquisa bibliográfica (relatórios de sustentabilidade ambiental das empresas). A amostra será composta pelas companhias brasileiras listadas na bolsa de valores de São Paulo a BM&F BOSVESPA que negociam ações em outros mercados e que apresentarem seus relatórios de sustentabilidade referente ao ano de 2016. A forma da coleta de dados se dará através dos relatórios de sustentabilidade ambientais das empresas listadas na bolsa.

**(Resultados)** Os resultados obtidos para essa pesquisa levantados através das empresas listadas na BM&F BOSVESPA serão descritos de forma parcial. Observou-se que existem hoje na BM&F BOSVESPA 84 tipos de segmentos dentre eles o segmento que possuem mais companhias listadas é o segmento de energia elétrica com 60 companhias e em segundo lugar o segmento de bancos com 25 companhias listadas. Verificou-se que 441 companhias estão listadas e que dessas apenas 153 publicam relatórios de sustentabilidade ambiental e 142 companhias apresentam governança corporativa de novo mercado.

**(Conclusão)** Conclui-se que o presente estudo teve como objetivo geral Identificar a composição dos relatórios de sustentabilidade divulgadas pelas empresas listadas na BM&F Bovespa e suas prerrogativas para elaboração dos relatórios pelas companhias na qual se enquadram nas normas exigidas pela GRI. Para alcançá-los foram coletados relatórios de sustentabilidade ambiental das empresas por segmentos, também foram verificadas as empresas que fazem parte da governança corporativa de novo mercado. Uma vez que os dados foram levantados de forma parcial a pesquisa ainda encontra-se em andamento podendo assim existir conclusões mais robustas acerca do tema pesquisado.

**Palavras-Chave:** Sustentabilidade; Relatórios; Divulgação; Companhias.

**ANÁLISE DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE VIAGENS E TURISMO DO SETOR CÍCLICO LISTADAS NA BOLSA DE VALORES DO BRASIL.**

**Autor(es):**

*Rusca Mirachily Batista Beserra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Egon José Mateus Celestino: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A situação econômico-financeira das empresas tem sido buscada com frequência nos últimos tempos, esses dados numéricos quando comparados em períodos sucessivos podem dar um diagnóstico do empreendimento e da situação alcançada num determinado período de tempo. Este estudo abordou a análise do desempenho econômico-financeiro das empresas listadas na bolsa de valores do Brasil, no segmento viagens e turismo entre 2015 e 2016 nas três áreas clássicas exploradas pela análise de balanços, endividamento, liquidez e rentabilidade. Apresenta relevância na medida em que analisou um setor econômico importante para o desenvolvimento nacional, por meio da identificação da saúde da empresa e avaliação de como a mesma vem utilizando os recursos investidos, refletindo em contribuições positivas para os usuários externos do segmento, aliado a fidedignidade das demonstrações financeiras pautadas nos relatórios dos auditores independentes, comparando estratégias empresariais adotadas por elas; de forma que essas análises continuem possibilitando referenciar as informações de maneira precisa aos seus usuários. Este artigo está respaldado em autores renomados e pesquisas científicas que estão referenciados no presente artigo dando ênfase na valia ao assunto em estudo.

**(Metodologia)** O presente trabalho foi uma pesquisa descritiva quanto aos objetivos, de maneira que foram registrados e interpretados os dados, sem quaisquer interferências na elaboração, buscando informações com autores objetivando enriquecer a pesquisa; posteriormente foi utilizado o procedimentos de pesquisa documental, baseando-se em materiais que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, observando as particularidades e atuações das empresas do setor, conseguindo assim subtrair a situação econômico-financeira do segmento e classificá-lo.

**(Resultados)** Para a realização deste trabalho foram consultados vários livros e artigos científicos relacionados a análise econômica e financeira de empresas listadas na bolsa de valores, e extraídos do balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demonstração de mutações do patrimônio, para delinear as informações obtidas. Foram calculados os índices focalizando na visão das contribuições de todos, submetendo a confirmação pelos relatórios dos auditores, de forma a completá-los, bem como classificar corretamente os resultados por meio da análise. Para tanto, após a tabulação dos resultados obtidos com o instrumento de coleta, foi realizada a análise crítica dos dados.

**(Conclusão)** Evidenciou-se no estudo apresentado das empresas do segmento de viagens e turismo, a transformação de números em informações valiosas, que devem ser melhoradas, com objetivo de embasar e sustentar as análises econômico-financeiras no processo avaliativo da boa gestão da empresa e de como a ela vem executando os recursos investidos, além de contribuir para projeções de variadas situações. Desta forma, se a empresa conseguir verificar em que fase se encontra, que características e variáveis lhe são peculiares e o que precisa para chegar à fase seguinte, ela estará dispondo de mais um instrumento que possa lhe dar segurança no processo de gestão empresarial.

**Palavras-Chave:** Análise econômico-financeira, segmento viagens e turismo, relatório dos auditores.

## ANÁLISE DOS ÍNDICES FINANCEIROS E ÍNDICES DE MERCADO DA GUARARAPES S/A

### **Autor(es):**

*Mariana Paula Oliveira: Discente do curso de Fisioterapia do UNI-RN*  
*Tháçmara Kelly Santos da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Marjory Oliveira da Costa Fernandes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As análises das demonstrações financeiras são realizadas para avaliar o desempenho financeiro e operacional das empresas. Seu uso é inevitável para as entidades jurídicas que desejem se tornar cada vez mais competitiva no mercado e também visem a maximização da riqueza, pois através da análise das demonstrações conseguimos visualizar a saúde econômico-financeira da empresa. Reconhecemos que sua aplicação é imprescindível para a tomada de decisão dos stakeholders (partes interessadas). Nesse contexto, é válido ressaltar que as informações devem ser simétricas e a empresa deve adotar uma cultura de transparência para que possa transmitir informações fidedignas, tendo como objetivo analisar o índice financeiro de rentabilidade e de mercado da Guararapes Confecções S.A, ainda como medida relativa de grandeza. A Guararapes Confecções S.A trabalha na premissa da transparência e acredita que devido a muitos anos de dedicação e esforço, conseguiu se tornar uma das líderes no mercado têxtil. A história da fábrica Guararapes teve início em 1947 quando os irmãos idealizadores Nevaldo Rocha e Newton Rocha decidiram fundar uma loja de roupas da cidade do Natal. Posteriormente, os irmãos construíram as áreas fabris. As abordagens que serão apresentadas têm como finalidade mostrar alguns principais índices econômico-financeiros que serão mencionados no transcórre do trabalho desenvolvido. As análises das demonstrações financeiras ajudam a comparar o desempenho da empresa com o de outras do mesmo ramo ou setor, avaliando as tendências nas operações ao longo do tempo.

**(Metodologia)** O presente estudo está delineado como descritivo e qualitativo. Utilizou-se de fontes como relatórios disponibilizados através da CVM com a finalidade de analisar o Balanço Patrimonial e DRE para que através do levantamento de dados fosse possível chegar ao resultado.

**(Resultados)** O resultado dos indicadores ROI, ROA e ROE permitiram uma avaliação macro da empresa, pois foi identificado que a Guararapes Confecções S.A está proporcionando um retorno considerável sobre o PL, no entanto é necessária melhoria no que diz respeito ao retorno sobre os ativos e retorno sobre os investimentos. Já se tratando dos índices de rentabilidade e endividamento, para o primeiro percebemos uma alavancagem positiva ( $GAF > 1$ ) e acreditamos que está alavancagem positiva é devida o resultado o indicador ROE. Para o segundo índice, percebeu-se que a entidade está com 53% de comprometimento perante ao capital de terceiros, favorecendo um entendimento de que o resultado está dentro do aceitável, mas que a empresa pode melhorar este índice de endividamento fazendo melhor uso do capital próprio.

**(Conclusão)** Neste artigo avaliou-se o desempenho operacional e financeiro da Guararapes Confecções S.A. Buscando analisar os indicadores pertinentes ao retorno gerado para os acionistas, foi citado índices financeiros e de mercado que demonstraram a situação da empresa considerando o ano de 2016. Encontramos resultados positivos e resultados que necessitam de um ponto de melhoria.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chaves: ROE, ROA, ROI, Índices Financeiros e Indicadores

**ANALISE DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA APLICADOS NO NOVO PADRÃO DOS RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES: UM ESTUDO MULTICASO NAS COMPANHIAS LISTADAS NO ÍNDICE DA IBRX50.**

**Autor(es):**

*Josivânia Kelly Flor de Lima Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Egon José Mateus Celestino: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A auditoria independente das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos, que tem por objetivo capacitar o auditor a emitir um parecer sobre a adequação com que estas representam a posição patrimonial e financeira. O resultado final da auditoria das demonstrações contábeis é o relatório do auditor nele obtendo os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) que visa tornar o relatório de auditoria mais informativo, ao dar maior transparência sobre a auditoria realizada. Por se tratar de uma norma aplicada diretamente as empresas listadas em bolsa de valores, o foco da pesquisa é estritamente ligado às entidades com títulos na BM&FBovespa com base nas informações da IBRX50. Considerando-se este contexto de convergência contábil e de seus impactos no meio profissional, surgiu a seguinte questão de pesquisa: Quais as mudanças dos principais assuntos de auditoria aplicados no novo padrão dos relatórios dos auditores independentes no Brasil para as Companhias listadas no IBRX-50? Este trabalho tem como objetivo geral analisar as mudanças dos principais assuntos de auditoria aplicados no novo padrão dos relatórios dos auditores independentes no Brasil, um estudo nas empresas listadas no IBRX-50 da BM&FBOVESPA. Analisar os PAA's (Principais Assuntos de Auditoria) tratados no novo relatório dos auditores independentes por segmentos de atividade econômica no índice IBRX50. Verificar as principais mudanças nos relatórios dos auditores no mercado brasileiro com as empresas listadas no IBRX50 da BM&FBovespa.

**(Metodologia)** Quanto aos procedimentos metodológicos este estudo adota uma abordagem quali-quantitativa, pois permite uma análise ampla dos dados, tratando-os de forma quantificável e ao mesmo tempo analisando qualitativamente o contexto. Além disso, esta pesquisa adota o modelo exploratório descritivo por bibliográfico. A amostra é composta pelas empresas que compõem o IBRX-50 da BM&FBOVESPA, Após conhecer-se as empresas componentes do Índice IBRX-50 da BM&FBOVESPA, foram excluídas as duplicidades para formar a população de pesquisa, perfazendo um total 48 empresas, neles serão explorados os PAA's (Principais Assuntos de Auditoria) e com essas informações coletadas terá o material para análise da mudança nos relatórios de auditores independentes.

**(Resultados)** Os Resultados apontam que a maioria dos pareceres dentre o IBRX50 são do tipo sem ressalva e pode-se verificar os PAA's (Receitas, provisões, Investimentos, Agio, Avaliação de perda por impairment,) em cada relatório. De modo geral, esta pesquisa nas áreas abrangidas por este trabalho tendo em vista serem instigantes para se compreender o que efetivamente ocorreu nas mudanças do parecer do auditor independente com os principais assuntos de auditoria.

**(Conclusão)** O presente estudo, possuiu como delimitação apenas os relatórios de auditoria das empresas listadas no IBRX50, para as demonstrações do exercício de 2016. Já que conforme NBC TA 701, a vigência da referida norma ocorre a partir das auditorias das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016. O objetivo deste estudo foi verificar quais os principais assuntos de auditoria, de companhias listadas na BM&FBovespa, de acordo com índice IBRX50. Conforme já apresentado, as mudanças internacionais nas normas de auditoria independente propuseram a implementação de uma nova seção no relatório do auditor independente, os principais assuntos de auditoria e neles foram encontrados os assuntos: Receitas(Vendas, comissões), Redução ao valor recuperável, Provisões(Credito, passivos contingentes, técnicos de seguros, riscos fiscais, manutenção), Investimentos, Ágio, Ativos financeiros, Impairment.

**Palavras-Chave:** Relatório dos auditores independentes. Principais assuntos de auditoria. BM&FBovespa. IBRX50.

## ANÁLISE FINANCEIRA DA EMPRESA CIA HERING

### **Autor(es):**

*Danielly Ribeiro de Souza: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Wendya Santos Oliveira Rocha: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Dara Mirian Marinho da Silva de Moura : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*  
*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A análise financeira é uma ferramenta utilizada para conhecer a estabilidade, viabilidade e lucratividade de um negócio ou projeto. Engloba um conjunto de instrumentos e métodos que permitem realizar diagnósticos sobre a situação financeira de uma empresa, assim como prognósticos sobre o seu desempenho futuro. Nesse trabalho objetiva-se analisar a situação econômico-financeira da Hering. Para essa análise é fundamental o recurso a alguns indicadores, como balanços financeiros e demonstrações de resultado. O objetivo geral desse trabalho foi avaliar o comportamento financeiro da empresa Cia Hering, referente ao período de 2010 a 2014. Os específicos foram analisar as variações/comportamento; analisar os indicadores financeiros, sendo eles: Passivo não Circulante, Ativo Circulante, Receita de Vendas, Despesas e Lucros e analisar a lucratividade da empresa, com as respectivas taxas de crescimento.

**(Metodologia)** O presente trabalho caracteriza-se como estudo descritivo analítico quantitativo, onde visa apresentar uma análise financeira de uma empresa no ramo de design de vestuário do Brasil. Os dados foram obtidos através das análises dos Balanços Patrimoniais disponibilizados pelo instituto Assaf, do período compreendido de 5 anos, a partir de 2010.

**(Resultados)** De acordo com os cálculos obtidos para análise financeira da empresa, um dos indicadores que mais chamou atenção foi o Passivo não Circulante com 35% de resultado do coeficiente de variação do período observado, esse comportamento se deu, pois quando uma empresa diminui o seu realizável a longo prazo quer dizer que a mesma está adquirindo recursos no seu Ativo Circulante através de venda de bens, por exemplo. Provavelmente a maior parte desse percentual está atribuída ao período de 2010 a 2011 no qual a empresa possuiu 24,12% referente à taxa de crescimento em seu ativo circulante, e também obteve maior rendimento em sua Receita de Vendas com resultado de 33,52% na taxa de crescimento, esses requisitos justificam o comportamento interno da variação do passivo não circulante. Nesse período acima citado a empresa foi eleita à “Empresa do Ano” pelo anuário Melhores e Maiores da revista Exame, em comemoração aos seus 130 anos de existência, e também inaugurou um Museu próprio só para exposição histórica da empresa, isso visibilizou a imagem da empresa no mercado, um dos fatos que gerou uma grande receita nesse período. Outro ponto importante foi no ano de 2012, no qual a empresa ganhou pela 5ª vez o Prêmio Consumidor, valorizando a transparência das ações da empresa com os clientes. Ainda em 2012 a empresa implantou um novo projeto arquitetônico para as lojas causando um impacto considerável nas despesas desse período, segundo a taxa de crescimento de 2012 a 2013 aumentou 15,51% resultando um lucro de 2,30% apenas, comparado ao ano anterior que foi de 4,62%. O ano que a empresa mais lucrou e mais gastou foi o de 2010 em seu auge com 130 anos de existência obtendo 40,21% de lucro mesmo tendo gastado 16,96% com despesas operacionais.

**(Conclusão)** Portanto conclui-se que a empresa obteve uma variação moderada numa visão geral, seu comportamento foi bom. Sobre os indicadores financeiros podem-se ressaltar os que mais chamaram atenção em seus comportamentos: Passivo não circulante com uma variação de 35% no comportamento ao longo dos anos. Receita de vendas com taxa de crescimento decrescente, variando de 33,52% até mesmo -0,08%, gerando no resultado da lucratividade um decréscimo a partir do ponto inicial analisado, e suas despesas só foram maiores nos dois anos de seu ápice, onde a empresa fundou um Museu e quando implantou um novo projeto arquitetônico nas lojas. Vale ressaltar que apesar dos altos e baixos obtidos a empresa vai bem, pois cumpre com todas suas obrigações financeiras e suas receitas só vêm aumentando enquanto suas despesas são controladas.

**Palavras-Chave:** Análise Financeira. Rentabilidade. Lucratividade.

**ANÁLISE FUNCIONAL DA FERRAMENTA DE TECNOLOGIA - REDESIM ENTRE AS ENTIDADES PÚBLICAS INTEGRADAS A JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE – JUCERN – RN**

**Autor(es):**

*Luiz Ricardo de Sousa Ferreira Gonçalves: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O excesso de burocracia é um dos grandes gargalos que dificulta o ambiente de negócios, a legalização e efetivação das empresas, comprometendo o desenvolvimento econômico e social do país. Entender e desburocratizar todos os processos reduzindo o tempo nos órgãos federais, estaduais e municipais, no tocante a abertura, registro, legalização, alteração e baixa das empresas, assim como a integração entre as entidades públicas torna o processo mais eficiente aos contribuintes. Diante disso e tendo em vista a construção de um ambiente institucional informatizado adequado ao bom desenvolvimento da cidadania, dos negócios e dos investimentos privados, a ferramenta Redesim- Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - foi criada pela Lei nº 11.598/07 como uma forma de agilizar e desburocratizar o processo de legalização de empresas nos órgãos públicos, integrados entre si, através da internet.

**(Metodologia)** Para o desenvolvimento e obtenção dos dados desta pesquisa, será necessária a utilização de alguns procedimentos, como a captação de informações "in loco", através de entrevistas não padronizadas, de modo que se alcance resultados mais coesos e conclusão real conforme o objetivo proposto neste projeto no qual preocupa-se em difundir o conhecimento, assim como a aplicação prática da ferramenta de trabalho Rede Sim como facilitadora na área de constituição de empresas e legalizações.

**(Resultados)** A pesquisa demonstra como o sistema RedeSim diminuiu o processo de baixa, alteração e regularização das atividades econômicas das empresas na JUCERN com demais órgãos interligados ao sistema de registro, diminuindo assim e desburocratizando o registro empresarial, desde o seu início, até a parte final, ajudando os contribuintes. Foi feitas entrevistas com os colaboradores e estagiários da JUCERN onde mostraram opiniões diversas sobre suas atividades e experiências, indicando dificuldades e aperfeiçoamento da ferramenta nova de trabalho.

**(Conclusão)** Facilitar a formalização de empresas é essencial para uma sociedade em constantes mudanças, alavancando novos negócios, aumentando a produtividade, gerando investimentos na economia e criando um ambiente empresarial com transparência e segurança. A RedeSim, ferramenta de tecnologia criada para abertura e registro de empresas torna-se peça importante para formalização da pessoa jurídica e interação dos entes públicos. A ferramenta RedeSim vai integrar todos os processos realizados na JUCERN-RN com as demais entidades públicas de Natal, uma vez que diminuirá alguns tramites que antes eram feitos de maneira " manual " pelo contribuinte. Um estudo mais aprofundado sobre esse tema é crucial para contadores, empresários e gestores públicos entenderem, a fim de harmonizar os transmites de regularização das empresas. Entender e desburocratizar todos os processos reduzindo o tempo nos órgãos federais, estaduais e municipais, faz parte de uma sociedade cada vez mais globalizada, onde a integração com eficiência torna a abertura de empresas e regularização mais eficientes aos contribuintes.

**Palavras-Chave:** RedeSim - Integração - Desburocratização

**ANÁLISE SIMULTÂNEA ENTRE FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS COMO ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO:  
ESTUDO DE MULTICASOS À LUZ DE MÉTODOS QUANTITATIVOS EM UMA SÉRIE HISTÓRICA.**

**Autor(es):**

*Allyson Sousa Pereira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho tem como objetivo analisar a relação do endividamento das empresas em questão com seu respectivo nível de investimento, respondendo a seguinte problemática: Quais as correlações entre o grau de endividamento de uma empresa com seu nível de investimento? Sabe-se da existência de duas principais fontes de recursos para as empresas, próprio e de terceiros, e que quando relacionados dão origem ao termo conhecido nas finanças corporativas como estrutura de capital. Este termo surgiu na década de 1950 quando David Duran com o intuito de minimizar os custos de capital das empresas tentou estabelecer uma relação apropriada entre essas fontes. Em seguida, Myers (1984) apresenta suas duas teorias que revolucionaram as pesquisas como um todo sobre a estrutura de capital, a Static Trade Off Theory – STO (Teoria do equilíbrio estático) e a Pecking Order Theory (Teoria das hierarquias das fontes de financiamento). Sabendo que ambas as teorias se contrapõem, a Teoria Trade Off afirma que primeiramente a empresa deve estabelecer sua meta de endividamento, ou seja, a relação de capital próprio com o capital de terceiros e, depois de estabelecida essa meta a empresa deve esforçar-se para alcançá-la. Já a Teoria Pecking Order sugere que a empresa deve dar preferência ao financiamento interno ao externo e optará por se endividar-se, ou seja, adquirir capital de terceiros ao invés de lançar ações no mercado.

**(Metodologia)** A metodologia desta pesquisa trata de um estudo de multicase das duas organizações em questão no período de 2012 a 2016, através de suas respectivas demonstrações do resultado do exercício (DRE) e balanço patrimonial fornecidos no sítio eletrônico das respectivas entidades. Dessa forma, obteve-se como proposta a formulação de uma pesquisa descritiva, bibliográfica e quantitativa com o intuito de avaliar e demonstrar a relação, se positiva ou negativa, entre o endividamento e o volume de recursos disponibilizados para investimento de duas empresas de capital aberto, a Magazine Luíza e Lojas Americanas, avaliando também a estrutura de capital dessas empresas.

**(Resultados)** Através da análise do banco de dados gerado por meio das demonstrações contábeis de ambas as empresas, foi possível avaliar a situação econômico-financeira das entidades no decorrer de 5 anos, nos períodos de 2012 a 2016. Sobre a capacidade da empresa de gerar de retorno sobre seu total de ativos (ROA), o patrimônio líquido (ROE) e o total de investimentos (ROI), ambas as empresas apresentaram índices consideravelmente baixos em relação a capacidade da empresa em gerar valor com aquilo o que possui, mesmo apresentando uma taxa considerável de comprometimento com terceiros (IET), em média 82%. Entretanto, enquanto as Lojas Americanas apresentam um grau de alavancagem total (GAT) positivo e consideravelmente alto em todos os anos exceto em 2013, a Magazine Luíza apresentou valores baixos em todos os anos estudados para este mesmo indicador. Isto significa que para uma das empresas a variação no volume de vendas afeta positivamente o seu lucro, enquanto acontece o inverso na outra empresa.

**(Conclusão)** Quando se trata de empresas todo desempenho possível deve ser almejado e planejado, uma vez que o objetivo de todas elas sejam a maximização de riqueza. Portanto, para que isso aconteça torna-se necessário compreender a devida estrutura de capital das empresas com o intuito de adquirir vantagem competitiva frente às outras entidades e definir a estratégia de alavancagem financeira que deve ser adotada para se atingir seus respectivos objetivos.

**Palavras-Chave:** Estrutura de capital; Análise fundamentalista; Métodos quantitativos.

## ANÁLISE SWOT - ESTUDO DE CASO EM UMA LOJA DE ROUPA

### **Autor(es):**

*Sara Lisyanne Alves da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Kaliene Pereira da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Jéssica Pereira de Araújo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Jose Edson Cavalcante da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*  
*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O estudo refere-se a um diagnóstico estratégico realizado na empresa Magazine Store Ltda, localizada em um shopping na cidade de Natal/RN, tendo como base a utilização da análise SWOT (Strengths =Forças; Weaknesses = Fraquezas; Opportunities = Oportunidades e Threats = Ameaças), permitindo construir uma visão integrada das principais tendências de curto, médio e longo prazo, para que os administradores possam assim tomar decisões assertivas. Para KOTLER (2000) a análise SWOT é uma avaliação global das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças dentro da organização e é através dela que identificamos onde devem ser alteradas as estratégias para melhorar os processos ou manter caso esteja tendo um resultado positivo.

**(Metodologia)** A coleta de dados foi através de informações prestadas pelos administradores da empresa em uma entrevista. A fase de interpretação dos dados colhidos na entrevista, nos questionários e nas observações em campo, feitos pelos autores, foi o momento em que os pesquisadores puderam tabulá-los e sistematizá-los, de onde foram extraídas as informações necessárias para descrever e analisar os ambientes interno e externo. Esta análise foi fundamental para conclusão da pesquisa

**(Resultados)** Ambiente Interno Força: • Própria marca no mercado – A Magazine Store Ltda investe em marca própria, onde proporciona grande satisfação a empresa em termos de projeção e lucratividade. • Sinergia constante – A loja tem algumas filiais, os colaboradores estão em constante sinergia com o estoque para atender as necessidades dos clientes. • Preço praticado – outro ponto atraente para a clientela é preço cobrado pelas peças encontradas na loja. Fraqueza: • Voltada para perfil feminino – Apesar de na loja ser encontrada algumas peças masculinas o público alvo maior ainda é o feminino, inclusive nas inspirações para fabricações das peças obras. • Ampliação de capacitação – Apesar de sua estrutura ela não investe em cursos de capacitação de mão de obra. Ambiente Externo Oportunidade • Parcerias – Nossa loja têm parcerias exclusivas com outras marcas influentes no nosso Estado, onde diminui o nível de competitividade com outras lojas do mesmo seguimento. • Necessidades do consumidor – Nossa linha de produção própria está em constantes mudanças afim de acompanhar as mudanças do mundo da moda e ampliar a quantidade de clientes. • Plano Estratégico para alcançar melhor posicionamento – Com o planejamento estratégico é possível se alavancar no setor alcançando até mesmo uma posição de destaque frente aos concorrentes. Ameaças: • Pressão competitiva – após a globalização o consumidor ficou mais exigente e lojas dos mesmos seguimentos foram existindo aumentando assim o nível de competitividade no mercado. • Crise – com um ano difícil algumas filiais foram fechadas, para se adequar à nova realidade do mercado. • Custos e impostos – a cada produto vendido temos que pagar impostos onde acaba comprometendo parte da receita auferida.

**(Conclusão)** através deste estudo foi percebido a grande interligação do planejamento estratégico com o sucesso da organização. Qualquer que seja a ação e para que esta se mostre sustentável do ponto de vista da absorção dos custos pela empresa de uma gestão atualizada e flexível de acordo com a exigência do mercado, compatível com a capacidade da empresa e o público alvo e investimentos proporcionais aos lucros obtidos; deverá haver um planejamento. A empresa estudada apresentou ter foco em seu público alvo e conhecimento sobre os seus concorrentes. A empresa acredita possuir um passo a frente dos seus concorrentes pelas marcas diferenciadas e preços acessíveis. Reconhece ter necessidade de melhoria e valorização da mão de obra e ampliar sua produção para o público masculino. O presente trabalho evidencia a importância da análise dos ambientes interno e externo de uma organização para construção do planejamento estratégico, que definirá as decisões as serem todas para o sucesso de qualquer empresa.

**Palavras-Chave:** SWOT, ambiente interno, ambiente externo, planejamento

## ASPECTOS E DIFERENÇAS ENTRE A PERÍCIA JUDICIAL E ARBITRAL

### **Autor(es):**

*Thãmara Kelly Santos da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A perícia é o único meio de prova capaz e eficaz de avaliar as questões materiais que são controvertidas durante a ação. Há dois tipos de perícia contábil: judicial ou extrajudicial. A perícia judicial vem determinar como meio de tornar líquida a sentença consistente em obrigações, o perito contador é nomeado por um juiz para analisar uma determinada causa e emitir seu parecer, segundo suas finalidades principais no processo judicial e em meio a prova ou de arbitramento. Já perícia extrajudicial, ela serve para avaliar bens e direitos, cálculo de indenizações, venda e compra de empresas, partilha de bens, liquidação de haveres, divórcio, onde subdivide-se segundo suas finalidades intrínsecas para as quais foram designadas em demonstrativas, discriminativas e comprobatórias, em áreas como a Justiça do Trabalho é muito grande a procura pela perícia. Já na Justiça Estadual, onde estão as áreas cíveis, de família e fazenda pública, a perícia não é muito pedida na fase de instrução do processo. Mas, em compensação, o laudo pericial é solicitado na liquidação da sentença.

**(Metodologia)** O presente estudo está delineado como descritivo e bibliográfico, afim de exemplificar o ponto de vista prático dos objetivos que a perícia contábil judicial e extrajudicial podem trazer. Utilizou-se de fontes com base no site do Portal da contabilidade, Portal da Educação, Portal do CFC e o livro de Valder Luiz Palombo Alberto.

**(Resultados)** A NBC TP 01 – Perícia Contábil, diz que a perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio ou constatação de um fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente e que seu planejamento é a etapa do trabalho pericial, que antecede as diligências, pesquisas, cálculos e respostas aos quesitos, na qual o perito estabelece os procedimentos gerais dos exames a serem executados no âmbito judicial, extrajudicial para o qual foi nomeado, indicado ou contratado, elaborando-o a partir do exame do objeto da perícia. A perícia Extrajudicial é forma de perícia que é mais comum na apuração de haveres de herança ou em dissolução de sociedades, na resolução de causas que provocam perdas e danos, ou em outras situações em que a presença do Poder Judiciário não é requerida e a judicial está cada vez mais sendo essencial para a solução de litígios na Justiça. Assim pode ser definido o trabalho do perito-contador. O Judiciário recorre ao perito contábil quando o juiz necessita de um laudo profissional especializado ou para atender ao pedido de uma das partes envolvidas no processo. Muitas perícias na área da contabilidade são hoje requeridas principalmente na parte de levantamento de perdas e danos, avaliação de haveres na dissolução ou saída de sociedade, revisão de encargos financeiros contra bancos e outras questões como leasing e prestação de contas.

**(Conclusão)** De acordo com o foi exposto a contabilidade, utilizando os conhecimentos técnicos de sua função e apresentando juntamente com outras áreas de conhecimento, mostra que a perícia judicial será prova quando no processo de conhecimento tiver por escopo trazer para a verdade real e a extrajudicial através de suas finalidades busca a via pericial demonstrar sua veracidade.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chaves: Judicial, Perícia, Extrajudicial, Finalidades e Diferenças

## AUDITORIA DO CONTROLE INTERNO EM UMA ORGANIZAÇÃO FEDERAL

**Autor(es):**

*Paulo Ferreira Malveira da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O controle interno é um setor da Organização Federal que possui características fundamentais, e é analisado por uma área da contabilidade tão importante que é a auditoria. As características do controle interno são de organizar as informações e procedimentos da organização. Tendo em vista que essa aplicação das auditorias interna, governamental e independente, no controle interno das empresas, poderiam evitar ações prejudiciais, como por exemplo a ocorrência de fraudes e erros acima do normal, pretende-se responder o seguinte questionamento: qual a necessidade que as Organizações Federais realizem pelo menos uma auditoria interna, governamental, ou uma independente durante o exercício para impedir e/ou dificultar que aconteçam supostas fraudes e erros? Teve como objetivo geral analisar a necessidade que as Organizações Federais realizem pelo menos uma auditoria interna, governamental, ou uma independente durante o exercício para impedir e/ou para dificultar de acontecer supostas fraudes e erros.

**(Metodologia)** O presente trabalho foi elaborado através de uma pesquisa bibliográfica (livros e internet). Foi realizada através do meio bibliográfico, estudo sobre autores, livros e artigos, tanto em livros, quanto na internet, e a finalidade da pesquisa foi descrever meios e orientar para uma linha a ser seguida, para que o problema abordado seja quase por completo combatido, afim de colaborar com a Organização Federal em seus resultados futuros. A organização analisada hoje tem em torno de 3.000 funcionários efetivos em seu organograma, e a amostra utilizada para a pesquisa, foi de 35 servidores, que trabalham no setor de controle interno e em outros setores correspondentes ao mesmo. A coleta de dados deu-se por meio de um questionário composto por três partes: Parte I – perfil do entrevistado; Parte II – composta por oito questões fechadas; e a Parte III – composta por quatro questões abertas.

**(Resultados)** Os entrevistados demonstraram-se a favor da realização de uma auditoria periódica, a maioria respondeu que sim, que diminuiria os erros, geralmente encontrados no cotidiano, fazendo com que os colaboradores se protegessem cada vez mais em suas atribuições. A grande maioria dos mesmos estão na função entre 10 a 20 anos, demonstrando assim, uma certa experiência na área de atuação do questionário. Em contra partida, a grande maioria dos pesquisados nunca fizeram um curso voltado para a área, e quando questionados se já participaram de uma real auditoria, a grande minoria foi quem participou efetivamente, e quando questionados sobre a auditoria, se ela iria trazer mais fidedignidade na informação, a maioria dos entrevistados responderam que não. Por fim, em relação aos pontos positivos e oportunidades, a pesquisa demonstrou que agregaria valor à organização. E no ponto negativo e ameaça, notou-se que a grande maioria absteve-se de transpor sua real opinião, tanto com receio de represália por parte de seus superiores, quanto em relação a sua própria rotina, que seria afetada, conseqüentemente, sendo tirada a comodidade dos colaboradores daquela determinada organização.

**(Conclusão)** Por fim, o objetivo geral da pesquisa foi atingido através da análise satisfatórias, concluindo-se que a auditoria teria um papel fundamental e crucial no país, evitaria de modo considerável as fraudes e erros existentes nas Organizações Federais, também faria com que as informações tornassem-se mais fidedignas, contribuindo de forma relevante para que as organizações auditadas fornecessem aos seus colaboradores ou futuros investidores dados que contribuíssem para convidá-los a investir na mesma, de forma segura, realizando uma ação contrária comparando com as demais Organizações Federais que não optam por fazerem a auditoria.

**Palavras-Chave:** Controle Interno, Organizações Federais, Auditoria Interna e Auditoria Independente.

**AUDITORIA INTERNA, AUDITORIA EXTERNA E PERÍCIA CONTÁBIL: CARACTERÍSTICAS E DISTINÇÕES**

**Autor(es):**

*Cristiano Ribeiro da Costa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Guilherme Peixoto Nascimento Ferreira de Souza : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Rodrigo Azevedo Queiroz: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*André Augusto Lima Andrade: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Filipe Honorato Dantas dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A concorrência e as constantes inovações decorrentes da globalização da economia promovem cada vez mais a necessidade de técnicas de controle para uma tomada de decisão acertada. Nesse aspecto, o presente trabalho consiste na caracterização de três tipos de verificação e controle de gestão empresarial, quais sejam: auditoria interna, auditoria externa e perícia contábil. Busca-se apresentar, principalmente, as diferenças existentes entre essas elas, a circunstância em que cada uma é necessária e utilizada bem como a sua importância como instrumento de apoio para tomada de decisão.

**(Metodologia)** Para o desenvolvimento do presente trabalho utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, que, como define Severino (2007, p. 122), decorre de pesquisas anteriores, “em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.”, utilizando “dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados”.

**(Resultados)** Auditoria interna é o conjunto de procedimentos para aferição de controles internos de uma organização, aferindo a qualidade dos registros e seguranças destes. Auditoria interna é ainda uma atividade destinada a observar, indagar, questionar, checar e propor alterações e procedimentos. Trata-se de um controle administrativo, cuja função é avaliar a eficiência e eficácia de outros controles. Já a auditoria externa, também denominada auditoria independente, surgiu como parte da evolução do sistema capitalista, visando auxiliar na melhor adequação dos registros contábeis da empresa, inclusive com a emissão do Parecer, se necessária. Enquanto o Auditor Interno preocupa-se com o desenvolvimento do empreendimento da entidade, o Auditor Externo, com a confiabilidade dos registros. Já a perícia contábil consiste em um conjunto de procedimentos técnicos e científicos que se destinam à tomada de decisões acerca de litígios, com o fim de subsidiar as decisões da justiça, sendo que seu principal instrumento é o laudo pericial contábil.

**(Conclusão)** O presente trabalho, de maneira sucinta, fez uma explanação sobre as características e diferenciações entre auditoria interna, auditoria externa e perícia contábil. Enfim, pudemos verificar que a auditoria interna ajuda no aprimoramento dos controles internos, permite a detecção de fraudes e erros bem como aprimora o desenvolvimento das pessoas; ou seja, é um serviço que contribui para o desenvolvimento e continuidade da empresa. A auditoria externa possui como foco marcante o parecer sobre as demonstrações contábeis; sem tirar, também as finalidades também enumeradas para a auditoria interna. Por sua vez, a perícia contábil é um importante meio de prova de determinados fatos ou questões contábeis, leva em consideração tudo a respeito ao objeto em análise, porém sempre referente ao patrimônio de uma empresa ou instituição.

**Palavras-Chave:** Auditoria Interna; Auditoria Externa; Perícia Contábil.

**CONTABILIDADE GERENCIAL COMO FERRAMENTA NA TOMADA DE DECISÃO DE UMA EMPRESA VAREJISTA DE ALIMENTOS**

**Autor(es):**

*Francisco Gomes de Oliveira Sobrinho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A contabilidade não é mais utilizada só para necessidades rotineiras em aspectos fiscais e contábeis, ela é utilizada como importante ferramenta de gestão e tomada de decisão em diversas áreas dentro das organizações, que buscam informações rápidas e concretas para atingir melhores performances e que possam auxiliar nas ações administrativas, e busquem maior qualidade e melhor seu desempenho. Nesse contexto de práticas da contabilidade gerencial, o estudo versa sobre a análise das relações de custo, volume e lucro, pois é um instrumento utilizado para projetar o lucro que seria obtido através das vendas. Por isso diante da necessidade em uma empresa varejista de alimentos por uma ferramenta para melhor auxiliar o setor comercial e marketing, que no momento não possui nenhum relatório que ajude na tomada de decisão e indique a efetividade das ações promocionais e impactos no volume, custo e lucro, esta pesquisa tem por objetivo analisar se há relação entre o custo, volume, lucro e as ações promocionais e sugerir um relatório de avaliação e acompanhamento das ações.

**(Metodologia)** Para alcançar o objetivo, procedeu-se a uma pesquisa classificada quanto aos objetivos, procedimentos e abordagem dos problemas, respectivamente, como: descritiva, documental e quantitativa. Os dados da pesquisa foram coletados na entidade através de demonstrações contábeis e gerenciais de vendas e ações promocionais. A série histórica considerada na pesquisa compreende janeiro de 2013 a dezembro de 2016.

**(Resultados)** Para alcançar os resultados, a análise deste estudo foi utilizado o Microsoft Office Excel, para que através das ferramentas de análise de dados, que será utilizado para verificar a estatística descritiva, coeficiente de relação, teste de normalidade dos resíduos e análise da regressão das Equações de Estimativas Generalizadas (EEG) com matriz de correlação de trabalho independente com disposição de dados em painel para identificar se haviam variáveis independentes (Custo, volume e Lucro) com associação negativa ou positiva e significativa com as ações promocionais realizadas no período do estudo. Os resultados esperados são que as ações promocionais (variável dependente) desenvolvidas possuem relação significativa com custo, volume e lucro (variável independente), assim como é esperado também a relação significativa entre as associações esperadas e achadas, no teste de hipótese.

**(Conclusão)** Foram identificadas algumas oportunidades para pesquisas futuras, tais como: Ampliar a amostra para empresas de outros setores e comparar a relação do custo, lucro, lucro e ações promocionais realizadas. Verificar quem mais contribuí para o para o aumento de receita e margem em termos de campanhas promocionais. E realizar este mesmo estudo ampliando a série histórica em dados futuros, a fim de observar se a relação identificada continuará associada. Conclui-se, com base nos resultados, diante das características do ramo supermercadista, que o perfil da amostra ao utilizar ações promocionais para alavancar as vendas surte efeito positivo em retorno de volume e consequentemente em resultados.

**Palavras-Chave:** Contabilidade. Custo. Volume. Lucro. Ações Promocionais. tomada de decisão.

**CONTABILIDADE GERENCIAL COMO SUBSÍDIO PARA TOMADA DE DECISÕES: ESTUDO DE CASO EM MICROEMPRESAS**

**Autor(es):**

*Edson Barros de Oliveira Júnior: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** INTRODUÇÃO: A contabilidade gerencial é uma ferramenta utilizada em empresas como um instrumento estratégico de fornecimento de informações úteis para seus administradores na tomada de decisão. Os gestores necessitam de informações a respeito de suas atividades de forma organizada, com qualidade, para que possam tomar decisões mais ágeis, decisões essas que pode ser no âmbito estratégico, operacional ou financeiro, fazendo seus negócios de maneira mais competitiva e com mais segurança. Dessa forma, as informações gerenciais contábeis vêm se tornando essencial para a sobrevivência financeira de uma microempresa, contudo é necessário que os gestores tenham a clara percepção e entendimento desse instrumento para, assim, aplicar às empresas um modelo de gestão tendo como ferramenta a contabilidade, atrelada a sua capacidade de gerenciar dentro das microempresas

**(Metodologia)** METODOLOGIA: trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa. Para o desenvolvimento deste estudo, foi aplicado um questionário com predominância de perguntas do tipo fechada, direcionado a 40 gestores, e respondida por 34 microempresas situadas na cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte. O método utilizado foi o analítico, complementado pela pesquisa bibliográfica na literatura especializada, bem como em materiais informacionais científicos que abordam o tema em questão

**(Resultados)** RESULTADOS: Por meio da pesquisa, pode-se extrair informações referente ao perfil do gestor das empresas, perfil da empresa, a identificação dos procedimentos de tomada de decisão das microempresas, as informações contábeis e instrumentos gerenciais utilizados pela empresa. Foi identificado a predominância de gestores do sexo masculino (65%), solteiro (89%), com faixa de idade entre 36 a 40 anos (32%), com escolaridade prevalente em ensino médio completo (29%) e com faixa de idade até R\$ 3.000,00 (56%). O perfil das empresas que compôs a pesquisa foi na maioria varejista (73%), com faturamento de até 360,000,00 (67%) e número de funcionários inferior a 5 (49%). A pesquisa apontou que a tomada de decisão das microempresas estudadas é realizada pelo proprietário; sócio da empresa, com utilização de informações contábeis de forma terceirizada (56%). No entanto, os resultados mostram que a contabilidade não é utilizada pela grande maioria das empresas como ferramenta de apoio a gestão com fornecimento de informações gerenciais, e isso em virtude da dificuldade na utilização da ferramenta (31%) e entendimento na leitura de seus relatórios (35%)

**(Conclusão)** CONCLUSÃO: É possível reconhecer a importância e influência da contabilidade como ferramenta de auxílio ao processo decisório. No entanto, torna-se uma ferramenta pouco utilizada pelas microempresas de Natal investigadas neste estudo. Dessa forma, sugere-se um trabalho de conscientização junto aos empresários de Natal, com o apoio do SEBRAE para que se possa esclarecer a importância da ferramenta para a gestão das empresas, bem como saber como utiliza-las de forma consciente e estratégica

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Contabilidade Gerencial. Tomada de decisão. Microempresas

**CONTROLADORIA: DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO E ADMINISTRAÇÃO FOCADA EM RESULTADOS – UMA ANÁLISE FEITA EM EMPRESAS DE VAREJO EM CANGUARETAMA/RN.**

**Autor(es):**

*Sandra Valéria Alvino da Guia: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O objetivo do trabalho é ilustrar a controladoria nas organizações, conceituando a contabilidade como base para atingir seus desígnios. Pretende ainda elencar o papel do controller e dos benefícios agregados à organização por meio da implementação do departamento de controladoria, para tanto, serão examinadas empresas de pequeno e médio porte a fim de mensurar os impactos trazidos por essa modalidade de gestão que visa analisar a empresa de forma ampla e tem a pretensão de auxiliar o gestor ou proprietário na tomada de decisão, levantando questões relevantes desde o planejamento, execução e monitoramento de atividades. Além dos fatores já citados, o trabalho tem a intenção de transmitir a ideia da contabilidade como uma ferramenta que deve estar em total consonância com a administração das pequenas e médias empresas, com foco na análise dos resultados, avaliando os dados obtidos através das demonstrações contábeis gerando assim informações econômicas e financeiras relevantes, ampliando a visão dos proprietários, tornando mais ágil o caminho para que cheguem a conclusões acertadas a respeito da organização, sempre com a finalidade de ampliar os resultados favoráveis, compreender os riscos aos quais a empresa está exposta e colaborar com a diminuição dos mesmos.

**(Metodologia)** O presente trabalho possui embasamento teórico formado através de pesquisa bibliográfica e também envolve um levantamento realizado através de aplicação de questionário e análise comportamental dos proprietários ou gestores de micro e pequenas empresas. Visando o alcance do objetivo proposto a pesquisa será qualitativa no que trata da qualificação dos dados coletados, obedecendo o caráter de pesquisa exploratória, já que pretende transmitir maior familiaridade sobre o assunto discutido. A população corresponde aos proprietários ou gestores de micro e pequenas empresas em Canguaretama/RN, com a finalidade de discorrer a respeito da visão dos gestores a respeito dos métodos usados na tomada de decisão e estudar os impactos causados pela implementação da controladoria no meio observado.

**(Resultados)** Com o trabalho, espera-se averiguar o nível de conhecimento dos empresários ou gestores, a cerca da condição real da empresa, além de fazer saber da importância da controladoria na gestão das micro e pequenas empresas, com o objetivo de crescer de maneira eficiente e eficaz.

**(Conclusão)** Através das pesquisas realizadas pretende-se demonstrar a importância da controladoria nas micro e pequenas empresas, a fim de utilizar a contabilidade como ferramenta de gestão eficaz, colocando os gestores/proprietários em contato com as análises das demonstrações contábeis elaboradas por seus profissionais de contabilidade, fundamentando as tomadas de decisões com foco em resultados favoráveis à empresa.

**Palavras-Chave:** Controladoria. Gestão. Resultados. Controller.

**CUSTEIO POR ABSORÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA LIZA LOOKS NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN**

**Autor(es):**

*Thiago de Farias Pinheiro: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Daniel André da Silva: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*João Maria Alves Freire: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Ramon Ribeiro Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*  
*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É possível afirmar que, através do método de custo, o gerente consegue melhorar a rentabilidade e o desempenho de uma empresa, além de planejar, controlar e também tomar a melhor decisão dentro das entidades, tornando mais fácil o desenvolvimento da mesma. Sabemos também que custeio por absorção é um método utilizado para apuração e apropriação dos custos aos produtos, ou seja, essa ferramenta auxilia diretamente a contabilidade de custos na geração de informações que servirão de suporte as tomadas de decisão de seus gestores. O custeio auxilia ainda o gestor a dar preços aos produtos e fazer um levantamento de todos os seus gastos, bem como fornecer diretamente sua margem de contribuição e o lucro gerado por cada produto.

**(Metodologia)** O presente trabalho se utilizou de fontes bibliográficas e documentais, analisando relatórios contábeis e gerenciais da empresa ora estudada, onde foram coletadas as informações referentes aos valores de venda dos vestidos e T-shirts fabricados, bem como seus custos fixos e variáveis e ainda suas despesas fixas e variáveis, os quais uma vez aplicadas as fórmulas de margem de contribuição, custos e despesas fixas e variáveis, individuais e totais, encontramos os resultados almejados, objetivando identificar o valor ou a quantidade que a empresa precisa vender para cobrir o custo das mercadorias vendidas.

**(Resultados)** A empresa possui fabricação própria de vestidos no tecido suplex e T-shirts em algodão. Por ser iniciante no mercado da moda, possui atualmente apenas 2 costureiras fixas que fabricam no mês aproximadamente 40 vestidos e 140 T-shirts. Seu público alvo são mulheres que compram em atacado e varejo principalmente na cidade onde sediam (Natal/RN), mas também em todo o Brasil. Tendo como base o custeio por absorção, os valores encontrados para os produtos fabricados foram: 1.- R\$ 3,50/unidade pelo T-Shirt e R\$ 23,34/unidade pelo vestido para Material Direto (MAT); 2.- R\$ 3,00/unidade para o T-shirt e R\$ 10,00/unidade para o vestido para Mão-de-Obra direta (MOD). Além desses custos também foram identificados os custos indiretos de fabricação referentes a depreciação, aluguel e energia necessária a produção. Estes foram rateados proporcionalmente pela quantidade produzida e verificou-se que são necessários R\$ 9,56/unidade para fabricar a T-shirt, e R\$36,04/unidade para fabricar o vestido.

**(Conclusão)** O custeio por absorção ou custeio pleno consiste na apropriação de todos os custos (sejam eles fixos ou variáveis) à produção do período. Os gastos não fabris (despesas) são excluídos. Como vantagens da utilização desse método de custeio, pode-se citar as melhorias nos controles internos e melhor identificação e alocação dos custos indiretos de fabricação. A complexidade da sua utilização refere-se ao apontamento dos rateios de produção relativos ao tempo e recursos utilizados em cada fase / departamento necessário a elaboração do produto. Por fim, podemos dizer que o gestor, através desse método, possui as informações necessárias e suficientes para tomar as decisões mais acertadas quando a custo, volume e lucro desejado para cada produto e para empresa no geral.

**Palavras-Chave:** Absorção, produção e custos

## DESEMPENHO DA CVC NO MERCADO DE AÇÕES

### **Autor(es):**

*Elisangela de souza silva: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN*

*Danielly Ribeiro de Souza: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Wendya Santos Oliveira Rocha: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Sônia Maria Cardoso: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Dara Mirian Marinho da Silva de Moura : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Egon José Mateus Celestino: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Objeto desse estudo CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. Uma sociedade anônima, de capital aberto, com sede em Santo André, Estado de São Paulo, única do setor listada na BM&FBOVESPA. A CVC é uma empresa que faz de tudo por uma boa viagem. Por isso trabalha para transformar essa experiência na melhor conquista de sua vida, através de novas tendências e ampla rede de produtos e serviços turísticos. É essa forma de pensar que estabelece a CVC como a maior operadora de turismo da América Latina. O comprometimento social, a solidez e a inovação propiciaram notoriedade e visibilidade junto ao público. A CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A foi a primeira companhia a fretar aviões, a investir em um novo canal de distribuição com rede multimarca de produtos turísticos, a desenvolver o conceito de atendimento em shoppings e hipermercados, além de oferecer o parcelamento de viagens em 10 vezes sem juros e valores que cabem no bolso do consumidor. Através das demonstrações financeiras será analisado qual modelo de gestão financeira adotada pela empresa baseado nos índices de liquidez, retorno dos investimentos próprios e de terceiros, a forma de remuneração, benefícios tributários e seu grau de atratividade no mercado.

**(Metodologia)** Análise documental de relatórios financeiros trimestrais da CVC no período de 2014 a 2016, divulgados pela BM&F BOVESPA, especialmente o balanço financeiro e a demonstração de resultados da empresa.

**(Resultados)** A capacidade de honrar seus compromissos, mantendo seus ativos circulantes superiores aos passivos, assim como a alta taxa de retornos sobre capital próprio (ROE), crescente margem de lucro e valor patrimonial das ações são forças da empresa como demonstram os índices de liquidez corrente, rentabilidade e valor de mercado. Fato que se explica pela maior parte do capital a empresa ser controlado por terceiros, no caso do retorno sobre o capital próprio, e por credores que influenciam a estratégia da empresa, acarretando um alto nível de solvência, taxa de retorno sobre capital próprio superior ao retorno sobre seu ativo e suas ações são bem avaliadas no mercado, transmitindo a imagem de organização rentável e com grandes perspectivas de crescimento.

**(Conclusão)** A CVC, de acordo com os relatórios financeiros é uma companhia consolidada no setor, mostrando um crescimento contínuo e sustentável. De fato nota-se a importância de uma boa e eficaz análise financeira, seja através dos índices de liquidez ou de rentabilidade, entre outros para se obter as informações desejadas para análise do comportamento financeiro empresa.

**Palavras-Chave:** Ações. Retorno sobre investimentos. Índices de liquidez e rentabilidade.

## ESTUDO DE CASO NA EMPRESA SCI ABORDANDO A ÉTICA CONTÁBIL

### **Autor(es):**

*Themeni Caroline Queiroz dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Marília Maria Dantas dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Manoella Rabelo de Moraes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*ALDILEIA DA SILVA SANTOS : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Jeffrey Kelvin Gois de Oliveira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A visão ética nas empresas é um assunto muito questionado na atualidade, pois ela que define sua conduta. Este estudo abordou a ética de cada contador da empresa SCI (Sistema contábeis integrados), analisando as suas rotinas diárias, seus trabalhos e se os colaboradores seguem o código de ética contábil. Dessa forma, o estudo busca responder ao seguinte questionamento: Os colaboradores da empresa SCI seguem o código de ética profissional? A empresa SCI é uma empresa muito renomada no Brasil, que teve seu início em 1991 prestando serviço com folha de pagamentos para os escritórios de contabilidade. Sua visão de mercado é estar sempre à frente, provendo tecnologia contábil de ponta aliada ao atendimento com excelência.

**(Metodologia)** Com relação á classificação da pesquisa quanto aos fins, o trabalho pode ser identificado como um levantamento de dados, onde consiste em analisar os fatos sem manipulá-los, procurando constatar sua relação com o meio, suas características e natureza. Para tanto, utilizou-se a pesquisa de campo por meio da aplicação de questionário com funcionários da SCI sistemas para que as informações fossem apresentadas no intuito de obter o resultado no mercado de trabalho sobre a ética nas práticas contábeis. Através desses métodos foram obtidas 4 respostas referente ao total da população aos resultados aqui presentes.

**(Resultados)** A apuração foi realizada com 4 contadores de idade média entre 20 a 40 anos, dos profissionais entrevistados, um é do sexo feminino. Quando aplicado o questionário, a primeira pergunta foi: O que você entende por ética? A resposta que prevaleceu foi que ética é a diretriz que orienta o indivíduo perante sua postura e conduta. Outras perguntas foram feitas com o intuito de saber se os colaboradores já foram desleais nos procedimentos ou quebraram o código de ética contábil e todos marcaram não, e os mesmos estão cientes do seu código de ética e concordam que as fiscalizações mais severas e eficientes são precisas para assim nenhum profissional infringir a regra.

**(Conclusão)** A presente pesquisa teve como objetivo analisar a atuação dos profissionais e o seu entendimento em relação a ética profissional do contador. Como principais conclusões da pesquisa, observou-se que os contadores da SCI não relatam nenhuma punição em relação a ética. Os resultados desta pesquisa proporcionam uma reflexão aos profissionais dessa classe, bem como ao conselho profissional de contabilidade que deve, promover ações contínuas, trabalhando com muito sigilo, prudência e honestidade na ética contábil. Com esse estudo entende-se que a ética profissional do contador ao salientar quais são seus deveres, suas proibições e suas punições caso haja uma quebra no código contábil. Vale ressaltar que não houve nenhum relato de punição para os contadores entrevistados pois eles seguem seu código com muito sigilo, prudência e honestidade.

**Palavras-Chave:** Ética, Contábil, SCI, Pesquisa.

**ÉTICA E MORAL COMO FATORES DETERMINANTES PARA A CREDIBILIDADE DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS NA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS CONCLUINTE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO UNI RN E DE CONTABILISTAS**

**Autor(es):**

*Keliton Pereira da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O profissional contábil tem ética no exercício da sua profissão? Diante de vários acontecimentos no período atual, principalmente com profissionais da área contábil, essa pergunta já se pode ser respondida. A ética e a moral de acordo com os conceitos filosóficos possuem diferentes significados, mas tem finalidades parecidas, ambas têm a finalidade de construir bases que irão reger a conduta do indivíduo. Diante do contexto, o trabalho teve como objetivo geral evidenciar a importância da ética e moral na profissão contábil demonstrando qual postura ética um profissional contábil deve adotar para que obtenha credibilidade no âmbito profissional. O estudo teve como base a credibilidade e transparência nos serviços executados pelos profissionais contábeis, pois a eles são dadas informações importantes e sigilosas da vida financeira de seus clientes. O trabalho abordou o papel da ética e da moral no exercício da profissão contábil, com o seguinte problema: Como a ética e a moral são fatores determinantes para a credibilidade do profissional contábil na percepção dos alunos concluintes de ciências contábeis e contabilistas?

**(Metodologia)** Foi realizada uma pesquisa exploratória bibliográfica e de campo. Para alcançar os objetivos da pesquisa, foi realizada uma pesquisa tendo como amostra os estudantes concluintes do UNI RN e Contabilistas já atuantes na área, buscando compreender o entendimento sobre a ética e a moral, por meio de um questionário aplicado que diferencie o pensamento das partes envolvidas no estudo. Foi realizada uma pesquisa tendo como universo os 163 alunos matriculados no curso de ciências contábeis do UNI RN e 1.420 contadores registrados no CRC – Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte. Em relação a amostra foram os estudantes do 7º e 8º período do curso de ciências contábeis do UNI RN e contadores por conveniência e acessibilidade desses que pretendesse aplicar o questionário. Em posse de todos os dados, estes dados foram tabulados utilizando planilhas em programas como Microsoft Excel.

**(Resultados)** Com base no questionário respondido pelos estudantes concluintes e contadores já atuantes na área contábil, tiveram algumas conclusões, 90% dos entrevistados acreditam ser necessário se ter um código de ética que seja regente da profissão, 100% dos entrevistados acreditam que a credibilidade é a base da liderança no exercício contábil, 70% dos alunos entrevistados acreditam que a instituição de ensino dá um suporte necessário, para que o aluno entenda o que é ser ético na profissão contábil. O que chamou a atenção foi que na pergunta que evidência se o Brasil hoje possui mais profissionais éticos do que anti éticos, cerca de 80% não soube responder, marcando a opção "indiferente". Todos concordaram que a educação familiar contribui totalmente com sua conduta ética, tanto como aluno ou contador. 90% acreditam que uma empresa com um código de ética próprio tem mais sucesso no mercado de trabalho. Na questão aberta, a resposta foi quase a mesma sobre o que se deve ser feito para se ter hoje mais profissionais éticos, todos responderam que se deve ter uma fiscalização mais rigorosa do que a atual. 100% marcaram a opção "concordo totalmente" referente a pergunta que evidência se para se ter credibilidade o profissional precisa ser transparente e ter conduta ética.

**(Conclusão)** O profissional contábil ético é aquele que é de bom caráter, respeita os valores que lhe foram passados durante toda sua trajetória, é digno e age com a verdade. Com tudo que foi estudado, o objetivo principal foi atingido, que foi saber diretamente a opinião dos alunos e dos contadores sobre o que significa a ética e a moral nos dias atuais na contabilidade. É extremamente necessário agir dentro das normas éticas profissionais e sociais.

**Palavras-Chave:** ÉTICA, MORAL, PROFISSIONAL CONTÁBIL, CREDIBILIDADE.

## FINANÇAS PESSOAIS E COMPORTAMENTAIS: COMPARATIVO ENTRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

**Autor(es):**

*Jonathan Rodrigues Cavalcante Carapuça: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Grande parte dos indivíduos não possui um relevante conhecimento de como andam suas finanças. Contudo, diariamente, as pessoas que constituem toda sociedade, precisam satisfazer suas eventuais necessidades. Diante disso, tem-se que a Educação Financeira é um tema, o qual cresce no cotidiano da população, e se faz necessária sua discursão e pesquisa. O tema é tratado no âmbito das finanças e possui extrema valia na atual conjuntura, em que variados produtos financeiros, hoje facilmente disponibilizados aos consumidores fins, a exemplo de financiamentos para aquisição de bens de consumo e imóveis, cheques especiais, cartões de crédito e tantos outros, passaram a crescer de forma acentuada, logo após a estabilidade da moeda nacional em 1994. Já o endividamento é outro relevante assunto que se encontra muito próximo, ao comentar-se sobre as finanças pessoais. Este, representa o passivo, e acaba por consumir uma grande parcela dos rendimentos dos cidadãos. Dessa forma, tem-se que a disseminação e o esclarecimento dos conceitos supracitados, são importantes ferramentas, que ajudarão as pessoas a gerenciarem melhor seus próprios recursos, e a tomar melhores decisões.

**(Metodologia)** A pesquisa caracteriza-se por ser do tipo, pesquisa bibliográfica, estudada e avaliada, dentro de um conjunto de livros e publicações já existentes, escritas acerca do tema. Foi ainda elaborada, considerando uma análise qualitativa e quantitativa da educação financeira dos indivíduos, juntamente com suas avaliações de endividamento. Sendo quantitativa para que seja possível apontar numericamente a frequência e a intensidade dos comportamentos individuais de cada cidadão avaliado e, qualitativamente, pela necessidade de fazer-se existir os levantamentos de dados, para que só então possa ser possível a compreensão e a interpretação dos referidos comportamentos, após aplicação de questionário utilizando-se das escalas de atitudes, tipo Thurstone e Likert.

**(Resultados)** Com a realização da pesquisa, após informações pessoais dos entrevistados, observa-se que apesar de mais de 70% dos questionados alegarem ser independentes financeiramente, pouco mais de 50% destes, consideram possuir uma educação financeira equilibrada, e ainda, mais de 40% do total de entrevistados, consideram-se estar com sua atual situação financeira, um pouco desorganizada, ou totalmente desorganizada, sendo verificado que dos salários recebidos por estes, mais de 45% de seus proventos mensais, já estão comprometidos entre as dívidas básicas da vida familiar, produtos de primeira necessidade, e dívidas onerosas, constituídas muitas vezes, por influências comportamentais.

**(Conclusão)** Pode-se aferir que o conhecimento e a aplicação de uma educação financeira equilibrada na vida do indivíduo é de grande valia, e que quando não empregada na sua formação pessoal e familiar, acarreta em problemas futuros, tais como o endividamento, ou até mesmo, o superendividamento. Concluindo assim que, através da educação financeira, as pessoas podem desenvolver um grau de autonomia que as permite viver de forma mais digna, com melhor qualidade, construindo paralelamente, valores e competências, necessárias para a formação consciente das oportunidades e riscos envolvidos ao tema epigrafado.

**Palavras-Chave:** Educação Financeira, Finanças Pessoais e Comportamento de Consumo.

**FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA PARA A TOMADA DE DECISÃO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO SETOR DE TELEFONIA**

**Autor(es):**

*Maria Lucimar Lopes de Araujo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O estudo em questão objetivou analisar o fluxo de caixa utilizado pelos gestores para controle e tomada de decisão em uma empresa do setor de telefonia. A empresa em estudo é de médio porte e atua no segmento do comércio varejista no Rio Grande do Norte. Apesar de possuir um faturamento elevado, ela tem algumas dificuldades de caixa para honrar suas obrigações nos prazos estipulados, por isso a utilização do fluxo de caixa fazendo uma projeção para se antever as futuras necessidades e pagar menos juros reduzindo o custo do capital de terceiros, se torna essencial para sua sobrevivência. É através dessas informações que a empresa toma decisões de aquisições e investimentos, sendo indispensável a aplicabilidade desse instrumento de controle financeiro. Nesse aspecto também são analisados os ciclos operacional e financeiro da empresa.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) No presente trabalho o método utilizado foi o estudo de caso, pois os resultados foram obtidos a partir de informações primárias e secundárias da empresa estudada, tanto por meio de entrevistas realizadas com gestores bem como por análise de dados e observações das atividades desenvolvidas na organização. A pesquisa caracteriza-se como descritiva com abordagem qualitativa com variação numérica. O período de análise do fluxo de caixa da empresa se deu de Setembro do ano de 2016 à Janeiro de 2017.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Para a gestão do fluxo de caixa a empresa utiliza-se de um software (ERP - Enterprise Resource Planning) para empresas de varejo de telefonia. A empresa de telefonia elabora o fluxo de caixa de duas formas: Fluxo de Caixa Planejado (ou Projetado) e Fluxo de Caixa Real (ou realizado), com periodicidade de 10 (dez) semanas. Essa é uma forma de saber se existe algum tipo de desvio ou se os processos estão mal feitos. O total do desvio dos ingressos operacionais, no período estudado foi valor de R\$ 5.144.563, sendo o total de ingressos planejados no valor de R\$ 3.645.379 e o de ingressos realizados no valor de R\$ 8.789.942. O total do desvio dos desembolsos operacionais, no período estudado é de (R\$ 542.171). Sendo o total de desembolsos planejados (R\$ 7.592.928) e o de desembolsos realizados de (R\$8.135.099). Com relação aos ciclos operacional e financeiro, Zdanowicz (2004), classifica os ciclos de caixa como: Regulares, Razoavelmente regulares e Irregulares. A empresa estudada apresenta como ciclos regulares de entradas: os recebimentos de vendas no cartão de crédito, as vendas à vista e os serviços prestados a operadora. E como saídas regulares: pagamentos de impostos, despesas operacionais e a distribuição de lucro. Os Razoavelmente regulares, pode-se identificar como os ingressos de antecipações de agendas de cartão de crédito e aporte de capital. E como desembolsos, os pagamentos a fornecedores e os desembolsos financeiros. Com relação aos Irregulares, esse tipo de ciclo não identificou os pagamentos de ativo imobilizado, ação trabalhista ou multa fiscal.

**(Conclusão)** (CONCLUSÕES) Embora o fluxo de caixa seja uma ferramenta de extrema importância para a área financeira de uma empresa, esta não cumprirá sua finalidade se não houver um acompanhamento e uma gestão eficiente que aplique ajustes necessários ao longo do processo, com o intuito de atingir seus objetivos e maximizar seus resultados. Analisando o fluxo de caixa no período estudado percebe-se que ocorreram desvios muito altos, o que afeta diretamente o caixa da empresa, fazendo com a mesma antecipe sua carteira junto às operadoras de cartão de crédito e ainda faça empréstimos bancários, causando perdas financeiras.

**Palavras-Chave:** Fluxo de Caixa; Desvio; Ingressos e Desembolsos.

## FORMAS DE REMUNERAÇÃO DE CAPITAL AOS ACIONISTAS – DIMED

### **Autor(es):**

*Cristiano Ribeiro da Costa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Guilherme Peixoto Nascimento Ferreira de Souza : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Rodrigo Azevedo Queiroz: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*André Augusto Lima Andrade: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Filipe Honorato Dantas dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Egon José Mateus Celestino: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Embora a grande maioria das pessoas que acompanham o mercado de ações de grandes entidades já tenham encontrado nas Demonstrações Financeiras os termos “Dividendos ou JSCP”, eles são bastante comuns nas mesmas e surgem no momento que a empresa abre seu capital e suas ações são compradas. Tais termos são denominados como proventos, e são distribuídos a partir de uma porcentagem do lucro que a empresa gera, sendo sua remuneração capitalizada em dinheiro. Consoante à legislação brasileira, os dividendos são remunerados em pelo menos 25% dos lucros gerados e são distribuídos a partir do Lucro Líquido, ou seja, após o pagamento do IR, CSLL entre outras contribuições, com isso, a empresa fica com a total responsabilidade para pagamento dos impostos. De outra forma, os acionistas são remunerados por Juros sobre Capital Próprio (JSCP) e diferentemente dos dividendos, o pagamento incide em cima do Lucro Bruto, ou seja, antes do pagamento de impostos. Em contra partida, o acionista fica com a total responsabilidade de declarar o IR (15%) da sua remuneração. Muitas vezes o JSCP é vantajoso para empresa, pois diminui seu lucro tributário e conseqüentemente, seu IR será menor.

**(Metodologia)** O presente trabalho visa apresentar as demonstrações financeiras da empresa Dimed, consultando o site da Bovespa, notas explicativas com seus devidos resultados e a partir disso, dizer qual seria a remuneração mais vantajosa para empresa.

**(Resultados)** O capital social pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país, em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 325.000, representado por 4.109.790 ações ordinárias e 449.523 em ações preferenciais, todas da mesma classe e sem valor nominal. Nessa concepção, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base na legislação societária e Estatuto Social da empresa, sendo que estes preveem que no mínimo 25% do lucro líquido do exercício social sejam distribuídos como dividendos. Os valores excedentes a este limite são destacados como “Dividendos e juros sobre o capital próprio excedente” no Patrimônio Líquido. Os juros sobre o capital próprio são computados aos dividendos do período e o benefício fiscal é reconhecido na demonstração de resultado.

**(Conclusão)** Segundo as notas explicativas da empresa, a opção pela distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu a carga tributária da Companhia em torno de R\$ 5.710 (R\$ 4.760 em 2015), através da dedução do valor dos juros sobre o capital da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social. O montante líquido JSCP pago ao longo do exercício de 2016 atende ao disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76 e art. 36 do Estatuto Social da Companhia.

**Palavras-Chave:** DIMED. Juros Sobre Capital Próprio. Dividendos. Proventos. Remunerações Sobre o Capital.

## **GESTÃO DE CUSTOS: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA NOIVA EXTREME**

### **Autor(es):**

*Roberta Saldanha Gurgel: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Gabriely Cabral Bezerra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Vitória Mayara de Souza Nascimento: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Matheus Gabriel de Macedo Cunha: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Paulo Raniel Cardoso da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Neste ambiente de globalização, a área de custos é a melhor resposta para atender às demandas do sistema econômico com relação às novas perspectivas do mercado de bens e serviços. As empresas estão buscando a cada dia novas ferramentas gerenciais e de controle que possam melhorar sua eficiência e sua eficácia quando nos referimos a análise de custos. Dessa forma passam a utilizar da área de Contabilidade de Custos para tratar de gastos que ocorrem na produção de um bem ou serviço, produzindo assim, informações úteis para os diversos níveis gerenciais de uma entidade. O desempenho, o planejamento e o controle são fatores que auxiliam na tomada de decisão final de uma empresa, ajudando-a a melhorar sua imagem e de seus produtos e serviços, visando dar continuidade a sua empresa no mercado de trabalho. Satisfazendo assim, seus investimentos e produção com alta qualidade. Nesse contexto, o presente trabalho utiliza os conceitos de custos para avaliar a empresa Extreme e assim, produzir informações para seus gestores tomarem as melhores decisões comerciais.

**(Metodologia)** Esta pesquisa se utilizou de fontes bibliográficas e de dados colhidos na empresa Extreme, através da análise de relatórios com os responsáveis em gerenciar as atividades na empresa. Foram coletadas informações necessárias para aplicar uma metodologia de apuração de custos de produção que reduza as arbitrariedades dos critérios de rateio dos custos indiretos aos produtos, utilizando um método de custeio Absorção. Já as fontes bibliográficas que contemplam aspectos conceituais foram essenciais para entendimento mais abrangente sobre o método de custeio abordado.

**(Resultados)** A empresa usa o critério de custeio por absorção para alocar o custo à mercadoria e formar o melhor preço possível para venda, gerando uma parcela de lucro satisfatória para seus gestores. Foram identificados os custos diretos, os custos indiretos e os preços de venda para os três produtos da empresa: noiva extreme gloss, noiva extreme shampoo excelensse, noiva extreme balsamo excelensse. Os custos indiretos são rateados de forma proporcional a receita de vendas de cada produto no período.

**(Conclusão)** Após todos os dados apresentados chegamos à conclusão do produto mais rentável para empresa e aquele em que ela deve dispender mais recursos para fabricar. O referido critério de rateio aplicado neste trabalho mostrou-se eficiente, de acordo com a organização da empresa referente a sua produção; porém deve ser revisto de tempo em tempo para melhorar cada vez mais esse critério, conforme haja alterações no seu processo produtivo.

**Palavras-Chave:** Custo unitário; Custos indiretos de fabricação; Absorção

## GESTÃO DE CUSTOS: SALÃO DE BELEZA

### **Autor(es):**

*Magno Alexandre de Oliveira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*George Henrique Rodrigues da Silva JÃºnior: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Eugênio Tomaz de Oliveira Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Icaro Henrique Gois de Medeiros: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*  
*Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Há um aumento avassalador do número de pequenas e médias empresas no mundo dos negócios no Brasil, como também é evidente a inversão bem desproporcional no número de empreendimentos que morrem com um tempo ou são natimortos por conta da falta de gestão competente. A gestão é um termo de teor fundamental para qualquer finalidade, sem uma estratégia ou um plano de negócios competente qualquer sonho vira pesadelo e acordar de um pesadelo não é nada agradável. Ainda há o fator da concorrência, que de um lado pode ser um impulso fundamental para alavancar o negócio ou um adendo para mumificação do sonho empreendedor.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada foi a de pesquisa de campo: Este tipo de pesquisa vai muito além da observação dos fatos e fenômenos e faz uma coleta do que ocorre na realidade a ser pesquisada. Depois disso, elas são analisadas e seus dados são interpretados com base em uma fundamentação teórica sólida com o desígnio de elucidar o problema pesquisado. O salão de beleza é localizado numa área considerada de periferia e, portanto, não podendo caracterizar seus preços equivalentes a outras áreas nobres da cidade de Natal, os serviços disponíveis do salão de beleza são Serviços de cabelos, Make e penteado, Epilação, Serviço de manicure e Estética, A empresa possui 3 colaboradores, sendo: 1 manicura, 1 cabeleireira/epiladora e 1 cabeleireira/esteticista/epiladora/maquiadora.

**(Resultados)** Diante os vários serviços oferecidos no salão de beleza, decidimos averiguar, quantificar e esclarecer, através da técnica de absorção de custos o serviço de escova progressiva, que é um tipo de serviço exaustivo, com duração de 3 horas ininterruptas, mensalmente a empresa realiza o serviço da escova progressiva em 45 clientes; de matéria prima são utilizados os produtos: Shampoo anti resíduo e Gloss, que é utilizado 30 ml de shampoo e 100 ml de gloss por cliente. O preço de venda do serviço é de R\$ 150,00 e logo após a análise do custeio, o serviço ficou com custo de R\$ 102,80.

**(Conclusão)** Gestão financeira é um fator primordial para o fomento administrativo no qual deve existir uma escala de planejamento bem determinado, tendo como importância melhorar o resultado, aumentando o valor do patrimônio. O salão de beleza tem como situação organizacional a necessidade de mais controle financeiro, pois confunde o capital físico e jurídico, dificultando o gerenciamento das despesas e receitas obtidas no salão. No caso em particular, mesmo sem técnicas de custeio de absorção, porem com apenas a pratica de convívio as gestoras conseguem implementar um preço que não fica fora da realidade econômica da sua clientela e nem tão pouco com prejuízo para empresa, todavia, ainda assim seria necessário um implemento mínimo ao preço de venda de 20%.

**Palavras-Chave:** salão de beleza, absorção de custos, gestão financeira

## IMPACTOS DA PLC 38/2017 “REFORMA TRABALHISTA”: AS HORAS “IN ITINERE”

### **Autor(es):**

*Sara Lisyenne Alves da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Amanda Lays Oliveira de Macêdo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente estudo tem como objetivo principal identificar as mudanças referentes às horas ‘in itinere’ na PLC 38/2017. O assunto abordado é de fundamental importância para o conhecimento das mudanças quanto às horas ‘in itinere’, como esse tempo de deslocamento de sua residência até seu local de trabalho pode ser mensurado, como pode ser usado à disposição do empregador, e se de fato o ônus pela ausência de transporte público regular é totalmente voltada ao empregador, empregado ou o Estado. Diante a problemática encontrada na dificuldade de deslocamento em determinadas cidades ou regiões.

**(Metodologia)** A presente pesquisa, como já foi dito anteriormente, foi feita com o intuito de analisar as mudanças que a Reforma Trabalhista está trazendo, e como essas mudanças podem impactar na vida do empregado. Foi realizado uma pesquisa através de questionário eletrônico, com a participação de 68 pessoas, do sexo feminino e masculino, com idades entre 14 anos e 61 anos. Além do método escolhido de pesquisa de opinião, também foi necessário um estudo bibliográfico sobre o Direito do Trabalho. Onde conseguimos visualizar que antes da República, a primeira Constituição do País em 1824, logo após a independência do Brasil 1822, foi elaborada por um Conselho de Estado, e foi outorgada por Dom Pedro I. Porém está Constituição, seguindo é claro, o espírito liberal vindo da Europa, não tratou em momento algum de nenhum direito social, diante da política de não interferência do Estado.

**(Resultados)** Primeiramente, buscamos saber quantas pessoas teriam conhecimento sobre a Reforma Trabalhista. Conforme o gráfico a seguir, podemos analisar que 45,6% das pessoas entrevistadas, que corresponde a 31 pessoas, afirmaram que conhecer a Reforma Trabalhista, e possuem conhecimento sobre o assunto. Das 52,9% das pessoas entrevistadas, que corresponde à 36 afirmaram que já ouviu falar sobre a Reforma, porém, não tem total conhecimento sobre o assunto. E apenas 1,5% dos opinantes, afirmaram que nunca ouviram falar. Posteriormente, buscamos saber se as pessoas possuem conhecimento sobre as horas in itinere. O nome não é comumente utilizado por pessoas que não tem conhecimento sobre a jurisprudência, porém também é chamada de tempo de deslocamento. Mesmo assim, o índice de pessoas que afirmaram não possuir conhecimento sobre as horas in itinere, foi maior do que o esperado. Diante dos resultados anteriormente apresentados, chegamos a concluir que apenas 29,4% tem conhecimento sobre as horas in itinere. É um número baixo, porém já era esperado. Das 68 pessoas que opinantes, apenas 32,4% afirmaram ter conhecimento sobre as horas in itinere, porém não possuem conhecimento total sobre o assunto. E por fim, 38,2% nunca ouviram falar sobre as horas in itinere. Essas pessoas que afirmaram nunca ter escutado falar sobre, correspondem a 26 pessoas. Sendo assim, essas 26 pessoas também não tem conhecimento sobre os impactos que a PLC 38/2017, vai causar na vida dos trabalhadores que possuem esse direito. Agora, vamos chegar ao nosso ponto principal quanto a responsabilidade do transporte do empregador para o empregado.

**(Conclusão)** Diante de tudo que foi apresentado na pesquisa e os resultados da pesquisa de opinião, podemos chegar a conclusão que os requisitos presentes na Súmula 90 do TST é extremamente válida para o trabalhador, além disso, é benéfica também. Não podemos transferir a responsabilidade para o mais fraco, que é o trabalhador, mas também não podemos responsabilizar mais ainda o empregador com insuficiência do transporte público. É necessário sim que exista condução fornecida pela empresa quando não existe transporte público. É essencial que este transporte seja fornecido pelo empregador, pois quando não há preenchimento desse requisito, o empregado não terá direito algum ao recebimento das horas in itinere.

**Palavras-Chave:** Horas in itinere; jornada de trabalho; horas extras.

## INFLUÊNCIA DA REFORMA SOBRE O TRABALHADOR RURAL

### **Autor(es):**

*Marcela Miranda de França: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Arthur Palla de Medeiros Cadete: Discente do curso de Educação Física - Bacharelado do UNI-RN*  
*Juliana de Lima Fernandes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Tiago Ronaldo de Lima Torres: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Maria Rita Torres de Medeiros : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa busca retratar a realidade e a expectativa dos indivíduos do meio rural quanto à reforma trabalhista que está para entrar em vigor em nosso país. Hodiernamente, toma-se conhecimento, por meio de jornais, entrevistas, revistas e artigos publicados em blogs, sobre o trabalhador rural em condições de sub-escravidão ou de escravidão. Retomamos o pensamento sobre o trabalho rural aos tempos dos escravos, onde os negros vindos da África eram escravizados nos trabalhos rurais das grandes fazendas feudais em troca de comida e moradia sub-humana. Com o passar dos anos e com a abolição da escravatura esses trabalhadores rurais passaram a ser remunerados com salários ou em troca de comida, moradia e utensílios, não diferenciando muito dos tempos de escravidão

**(Metodologia)** Por esse motivo o estudo foi realizado através de uma análise relativa a uma amostra de 17 pessoas na cidade de brejinho/RN avaliando as modificações que impactariam esse grupo e sua percepção e grau de conhecimento sobre o assunto. Com o intuito de criar uma assimilação progressiva foram utilizadas referências históricas da realidade dos produtores em questão e sua evolução no que diz respeito às normas que os defendem.

**(Resultados)** A partir do novo projeto de lei, que anda em tramitação no senado federal, várias mudanças foram colocadas em votação, dentre elas podemos citar uma possível remuneração com comida e habitação, uma extensa carga horaria de trabalho que prevê jornadas de até 12 horas diárias e o fim do descanso semanal, além disso passará a ser permitido o trabalho contínuo por 18 dias e o trabalho em domingos e feriados sem a apresentação de laudos de necessidade, e em relação a aposentadoria do trabalhador rural está prevista uma alteração para idade mínima de 65 anos ou 25 anos de contribuição. Foi possível notar falta de conhecimento quando se trata de informações que dizem respeito aos seus direitos e deveres perante a atualização da legislação. Podemos dizer que o fato se deve à falta de base em sua educação, até porque a maioria dos entrevistados não chegaram a concluir nem o ensino fundamental, devido a quantidade de trabalho que foi exigido e pouca remuneração para manter as famílias

**(Conclusão)** Levando em consideração esses aspectos, no qual identifica a luta pelos Direitos Trabalhista Rurais, onde se enquadra basicamente no Estatuto do Trabalhador Urbano, com um decurso extremamente pequeno, remoto ao contexto histórico e econômico que retrata esses trabalhadores em nosso país. Dado o exposto, avançar e modernizar estão, reiteradamente, na vontade do ser contemporâneo. Com tudo, faz-se necessário compreender a vulnerabilidade e inexperiência, junto também a falta de conhecimento e dificuldade sobre os meios, a eles oferecidos, que se encontram os trabalhadores rurícolas.

**Palavras-Chave:** TRABALHADOR RURAL

## LUCRATIVIDADE DO FACEBOOK

### **Autor(es):**

*ValÃ©rio Felipe Silva de FranÃ§a: Discente do curso de CiÃªncias ContÃ¡beis do UNI-RN*  
*Everson dos Santos Gomes: Discente do curso de CiÃªncias ContÃ¡beis do UNI-RN*  
*DÃ¡bora LÃ¡gia de AraÃºjo Silva: Discente do curso de CiÃªncias ContÃ¡beis do UNI-RN*  
*Israel Fernandes de Moura: Discente do curso de CiÃªncias ContÃ¡beis do UNI-RN*  
*Marcos Gabryel LourenÃ§o de Souza Silva : Discente do curso de CiÃªncias ContÃ¡beis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*  
*Thereza AngÃ©lica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(IntroduÃ§Ã£o)** Segundo Glaude de Olivera Rodrigues, da Universidade Federal de Santa Maria, o advento da internet e a populaÃ§Ã£o no espaÃ§o virtual era apenas uma questÃ£o de tempo atÃ© as empresas evidenciarem essas facilidades para estreitar as relaÃ§Ãões com seus clientes e ampliar suas vendas. Seguindo essa tendÃªncia, Ramalho (2012) afirma que as mÃ©dias sociais sÃ£o parte integrante da sociedade moderna. Dessa forma as empresas de redes sociais utilizam-se de estratÃ©gia da gestÃ£o do conhecimento para ofertar serviÃ§os que tornam um conteÃºdo mais eficiente para o clientes. A maior especialidade do Facebook nÃ£o Ã© a propaganda de si mesmo, mas sim a inserÃ§Ã£o dos anÃºncios de empresas interessadas em exibir sua marca na rede social, que jÃ¡ Ã© lÃ­der de mercado mundial quando o assunto Ã© site de relacionamentos, o veÃ­culo de comunicaÃ§Ã£o torna-se uma vitrine publicitÃ¡ria. O Facebook incluiu a publicidade de maneira sutil no layout do site, de acordo com pesquisas, com anÃºncios simples e eficientes, consegue um alto valor, capaz de pagar seus gastos e ainda gerar lucros para a empresa sem incomodar o usuÃ¡rio. Afinal, de que outra forma essas pÃ¡ginas da internet poderiam arrecadar tanto dinheiro para sobreviver e ainda obter lucro, se nÃ£o fosse pela publicidade? No entanto, o Facebook tem seu diferencial, os seus usuÃ¡rios tambÃ©m geram receitas para a empresa por meio de acessos, e da disponibilizaÃ§Ã£o de informaÃ§Ãões que sÃ£o preciosas para a rede de Zuckerberg. No livro "Bem-vindo ao Futuro - Uma VisÃ£o Humanista Sobre o AvanÃ§o da Tecnologia" ("Who Owns the Future?", no original em inglÃªs), o escritor e cientista da computaÃ§Ã£o americano Jaron Lanier chega a uma conclusÃ£o semelhante. Para ele, a informaÃ§Ã£o pessoal deve ser tratada com bem que merece ser remunerado. De onde vem o rendimento dessas pÃ¡ginas da internet? De que forma consegue arrecadar tanto dinheiro para sobreviver e ainda obter lucro se nÃ£o fosse atravÃ©s da publicidade, O Facebook.INC tem seu diferencial, os seus usuÃ¡rios tambÃ©m geram receitas para a empresa por meio de acessos. O presente estudo teve como objetivo analisar a forma como a empresa Facebook.Inc : Private Company Information obtÃ©m lucro.

**(Metodologia)** O tipo da pesquisa utilizada foi a ExploratÃ³ria, Teve como objetivo gerar ideias e dados, e uma maior compreensÃ£o do problema. Foram utilizados mÃ©todos descritivos e quantitativos.

**(Resultados)** Ã© visto que no decorrer dos anos os dados atribuem aumentos em algumas Ã¡reas da empresa responsÃ¡vel pelo aplicativo Facebook, como por exemplo a lucratividade (lucro bruto e o lucro lÃ­quido). O crescimento se dÃ¡ pelo aumento dos usuÃ¡rios de seus aplicativos, por exemplo, o app facebook. Uma vez que, o faturamento trimestral da rede social dividido pelo nÃºmero de usuÃ¡rios, chega a US\$ 4,01 (R\$ 12,54). Tal valor Ã© referente ao que cada usuÃ¡rio rende em mÃ©dia no perÃ­odo citado. Ou seja, por ano cada usuÃ¡rio chega a render por acesso um valor aproximado de US\$ 16,04 (R\$ 50). A partir disso entende-se que houve um aumento considerÃ¡vel em relaÃ§Ã£o ao ano de 2015, quando esse valor era de US\$ 11,88 (R\$ 37,6).

**(ConclusÃ£o)** Frente aos estudos e resultados levantados no presente estudo percebe-se que os lucros sÃ£o obtidos a partir de informaÃ§Ãões dadas pelos seus usuÃ¡rios. Com ajuda de tÃ©cnicas para identificar o perfil dos usuÃ¡rios, anÃºncios sÃ£o incluídos no layout da pÃ¡gina para chamar atenÃ§Ã£o do navegante. O Facebook Ã© exemplo de como as empresas de internet conseguem se tornar grandes com estratÃ©gias mercadolÃ³gicas que cobram do cliente algo que ele nÃ£o percebe estar pagando: sua personalidade e vontade de compra.

**Palavras-Chave:** "Credibilidade; estabilidade financeira; planejamento; competitividade empresarial."

**NATURA: UM ESTUDO DE CASO NO QUE TANGUE RENTABILIDADE, ENDIVIDAMENTO E MERCADO**

**Autor(es):**

*Wendya Santos Oliveira Rocha: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Dara Mírian Marinho da Silva de Moura : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A análise da demonstração financeira de empresas indica os pontos fracos e fortes do seu desempenho operacional e financeiro, as informações obtidas podem ser utilizadas para melhorar o desempenho. Há diversas formas de se avaliar o desempenho da empresa, desde a qualidade de seus produtos, força de sua marca até a responsabilidade social e potencial financeiro no mercado. Nota-se quão importante é o papel da análise das demonstrações e do profissional financeiro que por meio dos estudos das informações extraídas consegue aprimorar o desempenho da organização em todos os aspectos possíveis. O presente estudo tem a finalidade de mostrar o desempenho, potencial de mercado e diferencial que a Natura obtenha através da análise financeira de suas demonstrações. Portanto as ferramentas contábeis como instrumento de apoio para a tomada de decisão, observa-se a seguinte problemática: Quais os índices financeiros encontrados numa série histórica de três anos da Natura S/A?

**(Metodologia)** Almejando atingir o objetivo desse estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, descritiva e um estudo de caso, através das demonstrações contábeis coletadas: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício no período de 03 anos (2014-2016), disponíveis no site da CVM e da Natura S/A, também por meio de artigos da internet e livros, procuramos coletar e descrever informações de maneira clara e objetiva para o melhor entendimento.

**(Resultados)** A análise das demonstrações da empresa é fundamental para compreender a situação econômico-financeira da mesma. Através do estudo realizado pôde-se calcular os três índices a fim de buscar uma explicação para a atual situação financeira existente. Os índices de rentabilidade têm por objetivo avaliar a empresa a respeito do seu desempenho final, segundo Chiavenato (2014, p.15) "Rentabilidade é a capacidade de um capital aplicado ou investido render dividendos ou ganho em dinheiro e pode ser expressa pela porcentagem de lucro em relação ao investimento total. Na maior parte dos casos, a rentabilidade é inversamente proporcional à segurança do investimento e à liquidez". Já os índices de endividamento representam o montante de recursos de terceiros que está sendo utilizado para proporcionar lucro. Segundo Assaf Neto (2008, p. 122), os índices de endividamento "fornecem, ainda, elementos para avaliar o grau de comprometimento financeiro de uma empresa perante seus credores e sua capacidade de cumprir os compromissos financeiros assumidos a longo prazo". E por fim os índices de mercado servem para os investidores compararem os indicadores das diversas empresas as quais podem investir de forma a analisar o desempenho das ações que as mesmas possuem no mercado. Por tanto um investidor antes de tomar qualquer decisão precisa avaliar tendência atual do mercado. Uma forma de fazer isso é acompanhando os índices, os quais servem para indicar a tendência geral do mercado e seu provável sentido.

**(Conclusão)** Por meio das análises dos índices escolhidos para o estudo, sabe-se que a empresa Natura S/A ao assumir compromissos de longo prazo com terceiros, partilha seus riscos com um grande número de investidores e é obrigada a fornecer informações detalhadas sobre seu desempenho. Tal desempenho como ilustrado em um contexto geral obteve um déficit, pois no decorrer dos três anos a mesma não conseguiu maximizar riqueza, que é a principal prioridade de qualquer organização, no entanto apenas manteve um lucro positivo. Após a análise de todos os cálculos concluiu-se que os acionistas ordinários que são os verdadeiros proprietários da Natura S/A, sendo os últimos a receber qualquer retorno de seu interesse societário, possuem grande peso no que tange o capital da mesma, todavia o retorno pelas ações investido é baixíssimo devido o comportamento econômico-financeiro da empresa nos últimos três anos.

**Palavras-Chave:** Rentabilidade. Endividamento. Mercado.

**O AUXÍLIO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO FERRAMENTA DE FORMAÇÃO DE PREÇO PARA A TOMADA DE DECISÃO NA EMPRESA DO RAMO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS OPTANTES PELO LUCRO REAL NA CIDADE DO NATAL – RN**

**Autor(es):**

*Ingrid Beatriz Santana da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O nosso país passa por mudança a todo o momento atingindo significativamente as empresas, levando assim que as mesmas a cada vez mais se preocuparem com a sua saúde financeira e com o seu planejamento tributário visando à redução da carga tributária que no Brasil é excessiva. Surge neste ambiente o grande papel do contador como “auxílio” nas tomadas de decisão. Diante dessa necessidade de economia monetária suje a seguinte problemática: como o planejamento tributário pode auxiliar na formação de preço para tomada de decisão na empresa do ramo do comércio atacadista de alimentos optantes pelo lucro real na cidade do Natal – RN? Assim o presente trabalho objetiva demonstrar como o planejamento tributário pode auxiliar na formação de preço para a tomada de decisão na empresa do ramo do comércio atacadista de alimentos optante pelo lucro real da Cidade do Natal/RN. Pois definir o preço de venda é uma tarefa importante para os gestores, pois é, por meio da formação de preço de venda que a empresa começa, efetivamente, a competir no mercado cada vez mais acirrado. A formação de um preço competitivo é a estratégia chave para alcançar o sucesso, pois permite planejar o futuro próximo e diminuir as incertezas e dificuldades em longo prazo.

**(Metodologia)** a) Quanto aos objetivos: Trata-se de uma pesquisa descritiva. As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência. b) Quanto aos procedimentos: é uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa documental guarda estreita semelhança com a pesquisa bibliográfica. c) Quanto à natureza do problema: é uma pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa é a mais ampla no que diz respeito à abordagem complexa do problema a ser pesquisado. A pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico em livros de entrada e saída (SPED Fiscal), e das demonstrações do resultado do exercício (DRE) da empresa X.d) Quanto ao universo e amostra: A amostra probabilística, é baseada em procedimentos estatísticos. e) Quanto ao tratamento de dados: Os dados podem ser tratados de forma quantitativa, isto é, utilizam-se procedimentos estatísticos, como teste de hipótese e Os dados também podem se tratados de forma qualitativa.

**(Resultados)** A empresa X que trabalha com o ramo de atividade do comércio atacadista de alimentos, possui alíquotas de impostos iguais a 1,65% de PIS, 7,6% de COFINS, 18% de ICMS, além destas alíquotas padrões do Lucro Real está empresa possui alíquotas diferenciadas de PIS/COFINS na compra e venda de bebidas frias, por ser atacadista, Com todas essas informações observa-se que a empresa X, consegue vender em média 15% a mais do que compra, observa-se que a mesma controla suas aquisições (compras) equiparando com as vendas, controlando assim os impostos a recolher, o período que a mesma mais desembolsou capital foi na competência Julho pagando R\$ 85.199,88 (somatório ICMS, PIS, COFINS) e a competência que menos desembolsou foi Dezembro pagando R\$ 5.417,98 (somatório ICMS, PIS, COFINS). Em relação às impostos IRPJ/CSLL desembolsou mais capital no 1º trimestre pagando R\$ 48.648,21 e o que menos desembolsou foi o 3º trimestre pagando R\$ 29.922,88. Pode-se vislumbrar nos valores acima que se a empresa não possuísse um planejamento tributário eficiente a mesma não conseguiria se manter neste mercado altamente competitivo.

**(Conclusão)** Pode-se observar que a carga tributária da empresa analisada é bastante excessiva, e quando a empresa não possui um planejamento tributário eficiente não conseguirá tomar uma decisão eficaz e consequentemente não conseguirá formar preço de venda corretamente, pois quando a empresa não possui uma organização tributária, não se consegue a lucratividade, o retorno desejado.

**Palavras-Chave:** PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO. FORMAÇÃO DE PREÇO. TOMADA DE DECISÃO. LUCRO REAL.

## O CONTROLE INTERNO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE A FRAUDES E ERROS NA CONTABILIDADE DAS EMPRESAS COMERCIAIS

**Autor(es):**

*Gecylene Nascimento Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Sabe-se que o principal objetivo de uma empresa comercial é a obtenção de lucro; porém, para que isso ocorra, a apresentação dos componentes patrimoniais deve dar-se de forma clara e fiel. Nesse aspecto o sistema de controle interno surgiu para que as empresas possam controlar e confiar nas informações sobre seus ativos, passivos, despesas e receitas, tornando-se indispensável no auxílio ao administrador na sua tomada de decisões. Reforçando sua necessidade e importância no mundo moderno, neste trabalho serão abordados e comentados os conceitos de controle interno, suas limitações para implantação em uma empresa comercial, seus objetivos, e como fazer para alcançá-los; bem como as diferenças entre fraudes e erros.

**(Metodologia)** Para este trabalho, a metodologia aplicada foi a da pesquisa bibliográfica seguida da pesquisa exploratória com o objetivo da efetivação da análise dos dados obtidos junto aos funcionários da empresa estudada. Na pesquisa bibliográfica foram explorados os conceitos e procedimentos a serem desenvolvidos na implantação de um Controle Interno numa empresa comercial. Já na pesquisa exploratória utilizou-se um questionário abordando as principais características e necessidades de controle para empresa.

**(Resultados)** Analisou-se a empresa antes e depois da implantação de um controle interno. Com a implantação do sistema de controle, a empresa passou a ter uma visão mais ampla das altas perdas que a sua ausência gerava. Perdas estas identificadas como desvios de dinheiro, despesas fictícias, desvios de mercadorias, recebimento de créditos sem dar-se baixa, etc. Foi possível, ainda, verificar dentro do seu sistema contábil se a sua escrituração adotada está de acordo com princípios gerais de contabilidade, assim como identificar os erros e fraudes ocorridos em alguma parte do processo. Hoje são esses números que auxiliam os seus gestores na hora de tomarem decisões seguras.

**(Conclusão)** É indiscutível a eficácia de um sistema de controle interno bem desenvolvido quando se é colocado em prática pela empresa. Também é importante ressaltar que o bom funcionamento dos controles internos depende da eficiência e eficácia das pessoas que os planejam e executam. No caso, o pessoal da gestão da empresa, pessoas que estão sujeitas às mútuas pressões financeiras, devem ser de extrema confiança e procurarem obter resultados para a entidade e não para benefício próprio. Observou-se ainda que com um controle interno eficiente, os processos se tornaram ágeis e de fácil entendimento, tanto para os auditores independentes como para os demais usuários das informações contábeis. Com isso a empresa conseguiu ter uma visão estratégica mais ampla, realizar um melhor planejamento de suas ações e consequentemente obter resultados mais sólidos.

**Palavras-Chave:** Controle interno, fraudes, empresas comerciais.

**O CRESCIMENTO DOS MICROS EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DO RN NO MERCADO FORMAL, DURANTE OS ANOS DE 2011 Á 2016 EM MEIO AO CENÁRIO DA CRISE ECONOMICA NO BRASIL**

**Autor(es):**

*Fabiana Alanna Silva de Andrade: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Crise econômica existente no Brasil desde 2014 até a data de hoje, vem impactando diretamente na economia do País e na geração de empregos, ocasionada na sua maior parte pelos erros das políticas públicas; Segundo o IBGE o índice de desemprego no Rio Grande do Norte aumentou em 15% no primeiro trimestre de 2017, somando um total de 250 mil pessoas desocupadas; Para a redução deste número o governo criou o programa do Microempreendedor individual- MEI, que por sua vez, tem uma grande contribuição para a economia do País. Os MEI's são as pessoas jurídicas que trabalham por conta própria e auferem uma receita bruta anual de máximo R\$: 60.000,00 (sessenta mil reais) e não possuem participação em outras empresas como sócios ou titular. Diante do exposto foi respondida a seguinte problema de quais os fatores incidiram para o crescimento dos MEIS no RN e tivemos como objetivo geral analisar o crescimento dos micros empreendedores individuais do RN no mercado formal, durante os anos de 2011 á 2016 em meio ao cenário da crise econômica no Brasil.

**(Metodologia)** Quanto ao problema a pesquisa foi quantitativa, pois foram traduzidas as informações encontradas em números para chegar a uma conclusão de entrada de empreendedores no mercado formal nos anos de 2011 a 2016. Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa foi bibliográfica, documental e estudo de caso. Foram coletados os dados a partir de documentos publicados no portal de empreendedor e por meio de questionários aplicados diretamente aos microempreendedores. O universo utilizado para realizar a pesquisa foi os 95.516 mil, microempreendedores formais do Rio Grande do Norte- RN e a amostra foi 50 empreendedores do bairro do Alecrim. Para tratarmos os dados e chegar a uma conclusão concreta, foi utilizada a ferramenta de tabulação dos dados e por meio de representação gráfica.

**(Resultados)** Analisando os dados extraídos nos questionários aplicados aos microempreendedores individuais, dos quais 70% são do gênero masculino, constatou-se os perfis dos ingressantes nesta categoria De acordo com as estatísticas do portal do empreendedor em 2011 tinha-se o total de inscritos no mercado formal no Rio Grande do Norte de 31357 mil, logo no ano de 2012 tivemos uma queda para 13.333 mil inscritos, esse número aumentou em 2013 para 17.571 mil e nos demais anos de 2014,2015 e 2016 o número cresceu gradativamente, com os seguintes números respectivamente 22.042, 26.969 e 88.161; de acordo com a pesquisa 42% dos entrevistados estão inadimplentes, sendo a maior causa dessa inadimplência é a falta de conhecimento de como funciona as obrigações, não sendo a crise econômica um fator influente para o aumento dos ingressantes e nem causa para o número dos inadimplentes com as obrigações.

**(Conclusão)** Ao investigar o que o mercado formal propõem ao micro empreendedor, identificar as alterações legais que possibilitam o surgimento da nova categoria classificada como M.E.I (micro empreendedor individual), e analisar e comparar os dados referentes ao número de entradas de empreendedores no mercado formal nos anos de 2011 á 2016, pode-se interferir que a cada mês e anos que se passa o número de empreendedores formalizados vem aumentando gradativamente, sem deixar se influenciar com a crise econômica do País. Por fim pode-se concluir que, a categoria do MEI vem crescendo anos após anos, gerando emprego e renda, prova disto é o aumento do limite do faturamento anual para R\$ 81.000,00 a partir do ano de 2018.

**Palavras-Chave:** MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, SIMPLES NACIONAL, MERCADO INFORMAL.

**O ENTENDIMENTO DOS DISCENTES FORMANDOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO UNI/RN SOBRE ÉTICA PROFISSIONAL**

**Autor(es):**

*Anderson Wagner Silva Guilherme: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Jaerdson Kerllen Gonçães Lopes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Talita Tomaz da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Joanilson Julião Chaves: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Jardel Julião Chaves: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*  
*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** E a ética profissional tem um papel muito importante, quando se trata de contabilidade. E o código de ética é o verdadeiro norteador, que deve reger toda a conduta dos elementos envolvidos. Para alcançar a valorização, é preciso muita dedicação, competência e esforço. Diante desse contexto, esse estudo busca responder ao seguinte problema: Qual o entendimento dos discentes formandos do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do UNI/RN sobre ética profissional? O Código de Ética Profissional do Contador (CEPC) foi editado em 4 de setembro de 1970, pela Resolução CFC n. 290, sendo posteriormente atualizado pela Resolução n. 803, de 10 de outubro de 1996. Algumas alterações estão registradas na Resolução n. 819, de 20 de novembro de 1997, e na Resolução n. 942, de 30 de agosto de 2002. Possui parâmetros que auxiliam os profissionais da contabilidade no dia a dia e assim sustentam uma série de decisões baseadas em uma conduta preestabelecida, auxiliando da melhor forma para as tomadas de decisões. Para Silva e Figueiredo (2007, p. 30), o CEPC tem como propósito fundamental “[...] regulamentar o exercício da profissão, pois mostra aos profissionais da contabilidade uma visão do certo e do errado do agir profissional, para que possam desempenhar suas funções de forma plena.” Entende-se que as normas de qualquer código de ética visam ao bem-estar de toda uma sociedade ou grupo de indivíduos.

**(Metodologia)** O presente estudo caracteriza-se como pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, que obteve os dados através da aplicação de um questionário junto aos alunos do último período do curso de ciências contábeis. A população é composta por 41 acadêmicos e a amostra é representada por 29 respondentes que representa 59% da população total.

**(Resultados)** Inicialmente, apresenta-se a caracterização dos 29 acadêmicos participantes do estudo, sendo 49,9% do gênero masculino e 50,1% do gênero feminino. Verificou-se o predomínio de respondentes com 18 a 29 anos de idade, representada por 21 acadêmicos, os demais respondente com 30 a 50 anos de idade, representada por 8 acadêmicos. Todos os respondentes entendem que ética profissional são diretrizes que orientam o indivíduo perante sua postura e conduta, seguindo sempre os Princípios Fundamentais da Contabilidade (PFC) as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e o Código de Ética da profissão.

**(Conclusão)** Conclui-se que, ao avançarem nos seus estudos, os acadêmicos melhoram e ampliam seu entendimento sobre ética profissional a maneira que pretendem conduzir seus trabalhos. As respostas acentuam-se depois de cursado o componente curricular Ética Profissional, em que os conhecimentos desenvolvidos ficam em conformidade com as normas dispostas no CEPC.

**Palavras-Chave:** Código de ética, Contabilidade, ética profissional.

## O IMPACTO DA REFORMA TRABALHISTA NOS SINDICATOS

### **Autor(es):**

*Thiago de Farias Pinheiro: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Jaderson Elson Ferreira Dantas: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Daniel André da Silva: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*João Maria Alves Freire: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Sindicato é a associação de pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividade profissional ou econômica, para defender interesses coletivos ou individuais da categoria, incluindo ações judiciais ou administrativas, negociando padrões mínimos de trabalho, remuneração e condições profissionais. Através de diálogo e ações legitimadas por lei, os sindicatos buscam por melhorias e melhores condições sociais e profissionais para sua classe. se os mesmos não conseguirem atingir patamares que considerarem válidos entre as negociações com os empregadores, poderão organizar greves e paralisações remuneradas, não fugindo dos requisitos mínimos legais. os sindicatos disponibilizam treinamentos e capacitações profissionais para os seus associados para o aperfeiçoamento de suas atividades.

**(Metodologia)** O presente trabalho tem como objetivo explorar o tema reforma trabalhista, mais especificamente a cerca das possíveis alterações voltadas para os sindicatos, proposta pela lei 6.787/16, das quais citaremos: a contribuição sindical facultativa (que ocorrerá de forma gradativa), acordos coletivos entre empregado e empregador se sobrepondo à CLT e homologação contratual ( que dispensa o auxílio dos sindicatos e ministérios do trabalho para aqueles com mais de 1 ano de trabalho). Também tendo em vista obter conclusões a cerca da satisfação popular em relação aos sindicatos e as alterações propostas pela reforma. Feito através de um questionário com perguntas quantitativas e qualitativas

**(Resultados)** A coleta de dados, feita através de um questionário virtual, foi composta de 10 perguntas acerca dos sindicatos e possíveis efeitos da reforma trabalhista, com duração de 2 dias, no qual se pode obter 72 respostas, onde 51% dos participantes eram mulheres e 49% homens com diferentes idades e níveis de escolaridade (40,3% possuem ensino superior e 56,9% 2º grau completo) Após finalizar a pesquisa, foi notável que a maior parte dos participantes sabe o que são sindicatos (87,5%), sendo que apenas 31,4% são sindicalizados. Não obstante, ficou claro que o nível de insatisfação tanto com os atuais sindicatos, onde 74,6% classificou-os como péssimo e regular, quanto em relação à reforma trabalhista 88,9% dos entrevistados afirmam saber do que se trata, sendo que 83,3% a classificou como péssima e regular

**(Conclusão)** De acordo com as pesquisas realizadas e o levantamento dos dados coletados através do questionário sobre os sindicatos, observou-se que boa parte da população considera a reforma trabalhista como algo maléfico, além da negativa aprovação dos atuais sindicatos e a forma como agem para as suas classes, devido haver muita corrupção por causa da falha da distribuição do dinheiro arrecadado pelos sindicatos. Entretanto, apesar de haver um alto nível de reprovação dos participantes da pesquisa 68,1% não concordam com o fim dos sindicatos. O que deixa claro que os sindicatos são necessários, mas, devem ocorrer melhorias no sistema e maiores fiscalizações, com o objetivo de desestruturar os falsos sindicatos existentes no Brasil, que não possuem representatividade.

**Palavras-Chave:** Contribuição sindical; Acordo coletivo; Homologação.

**O NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE AS INFORMAÇÕES QUE ESTÃO SENDO DECLARADAS NA DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA.**

**Autor(es):**

*Hellen de Araújo Nascimento: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Anualmente é recolhido o imposto sobre diversos rendimentos, a partir disso, cabe ao contribuinte o preenchimento e envio da Declaração do Imposto de Renda, informando a Receita Federal sua renda, proventos de qualquer natureza e as despesas consideradas dedutíveis durante o ano calendário em questão. Embora aparentemente simples muitos contribuintes, principalmente pessoas físicas, enfrentam diversos problemas a respeito do preenchimento correto da declaração. A pesquisa tem como objetivo geral mensurar o nível de conhecimento dos contribuintes a respeito das informações declaradas no imposto de renda. Diante das dúvidas frequentes e dificuldades enfrentadas pelos contribuintes, sobre o preenchimento correto da DIRPF, surgiu o tema da pesquisa apresentada a qual busca responder o seguinte questionamento: Qual o nível de conhecimento dos contribuintes sobre as informações que deverão ser declaradas no Imposto de Renda?

**(Metodologia)** Para alcançar o objetivo principal foi realizado uma pesquisa bibliográfica desenvolvida com base em livros e artigos científicos. Quanto ao objetivo é classificada como descritiva, a coleta de dados foi realizada através de um questionário composto por 10 perguntas, abertas e fechadas. Foram respondidos 56 questionários distribuídos entre contribuintes de diversas características. A natureza dos dados foi analisada de forma qualitativa e os dados coletados são predominantemente descritivos.

**(Resultados)** A primeira etapa do questionário busca identificar o perfil dos entrevistados, é possível observar que o grupo é formado por homens e mulheres com porcentagens próximas. Quanto ao nível de escolaridade nota-se que a grande maioria 66% afirmaram ter ensino superior completo, enquanto 34% tem apenas o ensino médio. Com relação a idade nota-se uma diversidade considerável, no entanto a maioria dos declarantes possuem mais de 40 anos. A segunda parte define o perfil do contribuinte. Quando perguntados sobre o preenchimento da declaração 75% afirmaram contar com o auxílio de um profissional contábil e apenas 20% se sentem seguros em preencherem sozinhos. Quanto a maior preocupação 37% temem cair na malha fina, 27% se preocupam em cumprir o prazo do envio, 23% não querem enviar informações erradas e 13% temem precisar pagar a multa. As maiores dúvidas apontadas pelos entrevistados foram: a diferença entre a declaração simplificada e completa e a base de cálculo do imposto. Por outro lado, com relação a obrigatoriedade da declaração e ao prazo de envio os contribuintes afirmaram ter um alto nível de conhecimento. A terceira parte corresponde a perguntas específicas, na qual os entrevistados apontaram quais despesas permitem abatimento no pagamento do imposto, e na pergunta aberta descreveram suas opiniões sobre a real finalidade do imposto de renda.

**(Conclusão)** Diante da importância que o Imposto de Renda representa na economia do país a análise dos dados apresentados comprovou que a grande maioria dos declarantes apresentam dificuldades em seu preenchimento, embora exista um programa on-line em que o contribuinte tem fácil acesso e poderá preencher os dados requeridos de forma segura. Espera-se que os pontos abordados nessa pesquisa sirvam como indicadores das dúvidas que precisam ser esclarecidas acerca do processo anual de declaração do Imposto de Renda. Com o esclarecimento dos pontos abordados, espera-se que muitos contribuintes consigam realizar de forma simples e segura a sua própria declaração, e caso ainda sintam a necessidade do auxílio de um profissional contábil, que estes estejam aptos a conseguirem orientar da melhor maneira possível seus clientes.

**Palavras-Chave:** Declaração imposto de renda pessoa física. Restituição. Imposto de renda a pagar.

## O PAPEL DO PERITO ASSISTENTE NA PERÍCIA CONTÁBIL

### **Autor(es):**

*Natalia Ramos Bezerra Pacheco: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinado a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil que é confeccionado pelo profissional de contabilidade. Neste cenário, além do perito judicial, surge também a figura do perito assistente, que é o profissional de confiança contratado por uma das partes de uma demanda judicial. Também conhecido como assistente técnico, o seu trabalho consiste em nortear, ao longo do processo judicial, os procedimentos referentes à parte técnica da prova pericial, preservando os interesses expostos na peça inicial e argumentando, por meio de quesitos, os pontos relevantes para o deslinde favorável da ação. Tanta importância na elucidação da lide motiva apresentar as características, obrigações e direitos que esse profissional carrega no desenrolar de sua atividade

**(Metodologia)** A metodologia apresenta quais os procedimentos que serão utilizados para realização da pesquisa, assim como as práticas aplicadas para soluções do objetivo em estudo. Para o presente trabalho, os dados foram coletados através de pesquisa documental, bibliográfica e internet. A pesquisa bibliográfica consiste no levantamento de um determinado tema, processado em bases de dados nacionais e internacionais que contêm artigos de revistas, livros, teses e outros documentos; já a pesquisa documental consiste em buscar a natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. E por fim a pesquisa da internet que foi fundamental para coletar dados para enriquecer o estudo.

**(Resultados)** Dispor de um perito assistente para acompanhamento de perícias judiciais é de fundamental importância, e um direito garantido pela lei às partes do processo, pois pelo seu trabalho é que se estabelece o contraditório e a ampla defesa na Perícia Judicial. O assistente técnico é também um perito na área, assim como o perito nomeado. É importante ainda que o advogado indique peritos assistentes que tenham experiência na área objeto do processo, visto que estes também elaboram seus laudos com embasamento técnico-legal e dão seus pareceres precisos diante da existência, portanto, de conclusões diversas acerca do mesmo fato, garantindo eficiência da prova pericial produzida. Quanto a qualificação do perito assistente, faz-se necessário que o profissional tenha a graduação em Ciências Contábeis, bem como sólidos conhecimentos da matéria discutida nos trabalhos periciais, a fim de assegurar a divulgação dos fatos comprobatórios, com exatidão e veracidade. O perito contador assistente deve evitar e denunciar qualquer interferência que possa constrangê-lo em seu trabalho ou que possa comprometer sua independência. Não só tem o direito, mas acima de tudo o dever de escusar-se dos serviços sempre que reconhecer não estar capacitado a realizá-lo. Deve ainda respeitar e assegurar o sigilo do que apurar durante a execução de seu trabalho, em obediência ao Código de Ética Profissional do Contabilista.

**(Conclusão)** Com este estudo verificou-se a importância da função de perito assistente na perícia contábil a sua contratação permite o respaldo técnico que sustentará as alegações da parte contratante. Permite ainda a apuração e demonstração dos fatos pertinentes à demanda que poderão contribuir para a solução do litígio e para o êxito dos interesses da parte que ele representa. A participação do assistente é fundamental, pois, por meio de um parecer prévio, irá orientar os procuradores das partes quanto ao objeto de pedir da ação, apontando as provas que deverão ser produzidas ao longo do litígio ou mesmo já as providenciando. O trabalho final do assistente é elaborar o parecer técnico pericial, que deve ser elaborado e apresentado à justiça em consonância com as normas periciais – NBC-TP-01 e NBC-PP-01.

**Palavras-Chave:** Perícia; Perito; Assistente.

## O USO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NA GESTÃO EMPRESARIAL DA ME E EPP NA PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS

**Autor(es):**

*Joana Cecília Silva do Nascimento: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No Brasil o sistema tributário é notoriamente muito complexo, onde a cada dia se é exigido dos empresários, novas obrigações com normas a serem estudadas e colocadas em prática. Pela forma como seu patrimônio é exposto a altos tributos, muitos dos empresários buscam outros caminhos para diminuir a carga tributária sobre sua empresa por meio de uma evasão fiscal. Pelos pontos apresentados no projeto, surgiu a seguinte problemática: qual a percepção dos empresários sobre o uso do planejamento tributário na gestão de ME e EPP? Com o objetivo de analisar o uso do planejamento tributário na gestão empresarial de uma ME e EPP

**(Metodologia)** É uma pesquisa qualitativa, pode ser classifica-se como descritiva e exploratória, como também é uma pesquisa quantitativa pois para adquirir resultados se utilizou ferramentas estatísticas. A coleta de dados foi feita com uma amostra de 44 empresários de ME e EPP em forma de questionário com 16 questões, sendo 3 do perfil do entrevistado, 1 sobre a empresa e 12 questões específicas, mostrando resultados em forma de gráficos em barras, com média ideal em 7. O tratamento dos dados foi feito por meio de uma escala de likert e extraída por formulas estatísticas como média aritmética, moda, mediana, desvio padrão, variância e por índice de correlação.

**(Resultados)** O questionário foi elaborado com base nas informações contidas no referencial teórico, dos quais 45% dos entrevistados são mulheres e 55% são homens, a maior parte deles (39%) tem idade de 29 a 39 anos. Em sua maioria, 34% das empresas tem até 5 anos de atividades, seguido de 31% de empresas de 6 a 11 anos. Dos resultados encontrados observa-se que suas médias por questão, oscilam de 4,54 a 7,34, constando apenas uma questão com a média ideal exporta na metodologia, sucessivo a 6,97. A menor moda obtida, foi na questão 9, onde 23% dos entrevistados responderam a respeito da questão nível 0, e a maior foi a questão 3 com nível 10. Constatou também uma grande dispersão em números na variância da amostra, variando assim de 2,11 a 12,63, continuado por valores mais concentrado do desvio padrão onde o menor foi na questão 1 com 1,45 e a maior foi 3,55 apontados na questão 9 mostrando o nível de dispersão entre as respostas dos entrevistados. Da mesma forma foi aplicado um índice de correlação, onde se dá destaque a correlação entre as questões 10, 11 e 12, no qual tem resultados de correlação moderada positiva, fraca positiva e ínfima positiva.

**(Conclusão)** Com os resultados adquiridos, embasado na problemática e no objetivo, tem-se a conclusão da falta de conhecimento, e interesse em buscar melhorias tributarias em forma de elisão dos empresários. Se tem destaque que das questões descritas (12) apenas uma ficou acima da média ideal posta pelo trabalho, mostrando uma grande escassez do planejamento tributário no dia a dia das ME e EPP.

**Palavras-Chave:** Planejamento tributário. Gestão empresarial. Carga tributária. ME. EPP.

**OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SPED FISCAL PARA AS MICROEMPRESAS, SUAS VANTAGENS E DIFICULDADES.**

**Autor(es):**

*Wildison do Nascimento Cavalcante: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A alta carga tributária a qual o contribuinte brasileiro é submetido compromete o bom relacionamento com fisco, surgindo nesse contexto um cenário de sonegação fiscal e de mau uso dos recursos públicos, e ambas as partes arcam com as consequências, o primeiro tendo cada vez mais que suportar o alto peso tributário em contrapartida a má prestação dos serviços públicos e o segundo, que além de ter seus serviços comprometidos pela falta de recursos, ainda tem alto custo na cobrança dos tributos vencidos.

**(Metodologia)** A fim de atingir o objetivo proposto para esta pesquisa, foram utilizados alguns métodos para correta abordagem e análise do assunto. Cervo; Bervian (1983, p.125) destacam que “[...] o método não é apenas um meio de acesso: só a inteligência e a reflexão descobrem o que os fatos realmente são”. A metodologia utilizada teve uma abordagem de natureza qualitativa, que almeja o entendimento de um fenômeno social considerando suas complexidades. Quanto aos fins, a pesquisa se enquadrou como descritiva e exploratória. A pesquisa exploratória proporciona a formação de idéias para o entendimento do conjunto do problema, enquanto que a pesquisa descritiva procura quantificar os dados colhidos. A pesquisa descritiva tem o objetivo de descrever algo, um evento, um fenômeno ou um fato. A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas. Isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma. A pesquisa foi um estudo de caso, ou seja, limitada a realidade de uma única empresa: a XX, e foi realizada de forma a analisar com maior profundidade os impactos da implantação de um sistema de escrituração digital – SPED, mais precisamente o ECD, EFD e a NF-e dentro dela. Foram coletados dados, previamente, por meio de entrevistas com as áreas envolvidas no processo de implantação, ou seja, com o Controller e o Gerente de TI, com perguntas necessárias e bem estruturadas para realização da pesquisa

**(Resultados)** A Contabilidade tem evoluído constantemente ao longo do tempo e um dos pontos que tem contribuído para isso são os avanços da tecnologia da informação, uma vez que o objetivo da contabilidade é fornecer informações úteis que auxiliam na tomada de decisão. As empresas têm investido cada vez mais neste setor, possibilitando ao profissional contábil assumir uma posição de maior destaque na gestão da empresa.

**(Conclusão)** Este artigo objetiva analisar e discutir a tecnologia e inovações na área contábil fiscal, tema de suma importância no mundo contemporâneo. Especificamente será tratado o Sped Fiscal, será abordado a modernização da sistemática atual quanto ao cumprimento das obrigações principais e acessórias processadas e transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e órgãos fiscalizadores, viabilizando elaborar soluções em uma melhor qualidade e padronização das informações, maior eficácia da fiscalização, visando acabar com a sonegação fiscal.

**Palavras-Chave:** Inovações, Modernização, Padronização.

**POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO: QUAL A FORMA DE REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS NA EMPRESA GERDAU NO SEGMENTO DE AÇOS LONGOS?**

**Autor(es):**

*Tháçmara Kelly Santos da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Egon José Mateus Celestino: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Gerdau é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços longos especiais do mundo. Possui operações industriais em 14 países – nas Américas, na Europa e na Ásia – as quais somam uma capacidade instalada superior a 25 milhões de toneladas por ano. É a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. Seu objetivo é proporcionar uma alternativa de investimento de dividendos na aquisição de novas ações no mercado secundário em Bolsa de Valores (Bovespa e Nyse). Com mais de 110 mil acionistas, a Gerdau está listada nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri. Há mais 110 anos a Gerdau enfrenta e supera seus desafios porque são eles que lhe dão força e experiência para construir o futuro. São esses desafios que fortalecem a Empresa, tornando-a cada vez mais flexível e ágil para enfrentar as adversidades e aproveitar as oportunidades de mercado. Sua história teve início em 1901 com uma pequena fábrica de pregos em Porto Alegre (RS), e hoje possui presença industrial em 14 países, nas Américas, na Europa e na Ásia. Atualmente, a Gerdau é líder na produção de aços longos nas Américas e uma das maiores fornecedoras de aços especiais do mundo, alcançando uma capacidade instalada superior a 25 milhões de toneladas de aço. Passou também a atuar com a produção própria de aços planos, iniciativa que está ampliando o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade de suas operações. Deste modo pergunta-se qual a forma de remuneração de seus acionistas?

**(Metodologia)** O presente estudo está delineado como descritivo e bibliográfico. Utilizou-se de fonte o site da própria empresa e de análise documental com base na DRE e as notas explicativas.

**(Resultados)** As empresas de capital aberto, normalmente, distribuem a seus acionistas uma parcela do lucro em forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio (JSCP). Esse pagamento é proporcional a quantidade de ações possuídas. A Metalúrgica Gerdau S.A e a Gerdau S.A. pagam dividendos equivalentes a, no mínimo, 30% do lucro líquido ajustado do exercício, apurado de acordo com as práticas contábeis brasileiras. Desde de 31 de março de 2003, as empresas Gerdau realizam o pagamento de dividendos trimestralmente a título de antecipação do dividendo mínimo obrigatório. Para decidir qual o melhor momento para a compra ou venda de ações, é aconselhado procurar os analistas de investimento das corretoras de valores. Estes profissionais costumam analisar os fundamentos econômicos das empresas, as condições macroeconômicas nacionais e internacionais e ainda os fatores que podem influenciar os resultados das empresas. São emissões de novas ações de uma empresa em decorrência do aumento de seu capital, realizado por incorporação de reservas. Estas novas ações são distribuídas gratuitamente aos acionistas, na proporção da quantidade de ações que estes já possuem. Com base nesta análise, são capazes de emitir sua opinião a respeito do melhor momento para comprar ou vender ações.

**(Conclusão)** Diante do que foi pesquisado conclui-se que, os dividendos que são distribuídos não são considerados despesas dedutíveis para fins de cálculos do Imposto de Renda e da Contribuição sobre o lucro líquido das empresas, simplesmente por se tratar de distribuição dos lucros, já tributados. Portanto a Gerdau S.A registra provisão, no encerramento do exercício social no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o dividendo mínimo obrigatório que é de 30%.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chaves: Dividendos, Acionista, Lucro, Distribuição.

## QUESITOS IMPERTINENTES NA PERÍCIA CONTÁBIL

### **Autor(es):**

*Elisangela de Sousa Silva: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN*  
*Danielly Ribeiro de Souza: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Wendya Santos Oliveira Rocha: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Sônia Maria Cardoso: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Dara Mírian Marinho da Silva de Moura : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Perícia Contábil é um conjunto de procedimentos técnicos e científicos utilizados com o objetivo de produzir provas, com o intuito de auxiliar o magistrado no julgamento correto da lide. Ela tem como produto o laudo pericial contábil, onde o perito contador descreve de forma clara e objetiva todo o seu trabalho realizado, bem como as conclusões a que chegou, sem deixar qualquer espécie de dúvida. Para tanto, o mesmo deve sempre levar em consideração às normas profissionais e técnicas, ditadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelo Código de Processo Civil - CPC. Dentro desse contexto, o objetivo desse trabalho constitui em analisar as principais características dos quesitos apresentados quando da solicitação de uma perícia contábil, em especial os quesitos impertinentes, por muitas vezes, acompanhados nos processos judiciais.

**(Metodologia)** Para atingir o objetivo deste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando informações disponíveis de autores e normas legais da contabilidade que tratam de perícia contábil, em especial aquelas que abordam as tratativas necessárias quando o perito se depara com quesitos impertinentes.

**(Resultados)** No Moderno Dicionário Contábil da Retaguarda à Vanguarda, organizado pelo Mestre Wilson Alberto Zappa Hoog, 2008, p. 195., pode-se extrair que os quesitos impertinentes à perícia contábil “são aquelas perguntas estranhas à ciência contábil, de forma alheia à formação do contador. Espécie de quesito que ao perito contador é defeso responder”. Remo Zanna, dá as suas opiniões para o perito contador se sair bem de problemas ocasionados pela existência de quesitos impertinentes. São elas: 1. quando um quesito impertinente for assim entendido pelo juiz, ou seja, quando um quesito houver sido indeferido pelo juiz, ou que o juiz aceitar a sua impugnação, o perito não deve respondê-lo, sob pena de ver seu laudo pericial impugnado; 2. se o perito considerar que há quesitos inoportunos ou tem dúvida se ele é ou não impertinente, como não tem poder para desconsiderá-lo, deve contatar o juiz que preside o processo para que este os indefira; 3. “cas o queira responder também aos impertinentes”, escreveu Remo Zanna, “deverá aplicar com acurácia” – com cuidado, no português usual – “as técnicas adequadas a cada um e deverá, em seu texto, informar que a resposta oferecida visa, apenas e tão-somente, a atender ao que foi perquerido, ainda que impertinente”. Isso parece uma insanidade, mas... neste mundo há doidos de todas as formas – inclusive no meio dos peritos contadores.

**(Conclusão)** Por fim, foi possível demonstrar, a importância que um quesito bem formulado estando dentro das normas, de forma clara e concisa é de total relevância para que o perito contábil, possa chegar a uma prova justa para a solução da lide em questão. Uma má quesitação pode afetar uma boa perícia e até mesmo abalar a reputação do perito.

**Palavras-Chave:** Quesitos impertinentes. Perícia contábil. Lide. Provas

**RECONHECIMENTO E EVIDENCIAÇÃO DAS RECEITAS NAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL BRASILEIRA: UM ESTUDO DAS APLICAÇÕES AO CPC 47 / IFRS 15**

**Autor(es):**

*Erica Domingos Paula: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Egon José Mateus Celestino: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A abertura do mercado mundial foi importante para o crescimento de muitas empresas, com isso o Brasil passou a adotar as Normas Internacionais de Contabilidade mais comumente conhecidas por IFRS. Com essa necessidade de harmonização das normas contábeis brasileiras com os padrões internacionais, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Levando em consideração a mutação nos normativos contábeis aplicados no reconhecimento de receita, emerge o seguinte questionamento: Conforme CPC 47 quais os aspectos de mensuração e reconhecimento das receitas são praticados pelas companhias listadas na BMF&FBovespa no segmento da Construção Civil? Diante o assunto exposto, esse artigo tem como objetivo geral verificar as diferenças de mensuração e reconhecimento das receitas que são praticados pelas companhias listadas na BMF&FBovespa no segmento da Construção Civil. Como objetivos específicos Investigar quais empresas do segmento de construção civil citam os normativos de receitas (CPC 17, 30 e 47) em notas explicativas; Analisar como é fixado as receitas de acordo com o CPC 47; Comparar essas receitas com a nova estrutura de mensuração, reconhecimento e divulgação do CPC 47.

**(Metodologia)** Essa pesquisa se caracteriza como descritiva, por buscar analisar e descrever a partir das demonstrações contábeis os aspectos de mensuração, evidenciação e divulgação das Receitas na construção civil. É também uma pesquisa bibliográfica, por ser retiradas informações em livros, monografias, jornais entre outros e que já receberam tratamento analítico. Sob o ponto de vista da abordagem do problema, a pesquisa se trata em quantitativa onde foi utilizado métodos estáticos para alcançar os resultados.

**(Resultados)** Todas as empresas selecionadas para amostra poucas dela citam o CPC 17 em suas notas explicativas, mesmo sendo essa norma atualmente utilizada, o contrario do CPC 30 que é citada em quase todas as organizações. Método de Porcentagem Aplicada é utilizado em todas as entidades, instituindo usualmente o método para todas as entidades na área de construção civil. O CPC 47 é citado em todas as companhias, porém, a mesmas ainda estão avaliando os efeitos desse novo CPC que entrará em vigor em 01 de Janeiro de 2018. Algumas empresas que reconhecem receita ao longo do tempo pelo POC (método da porcentagem completado) conseguirá reconhecer as receitas em pouco tempo e/ou poderá alterar suas bases de mensuração caso encontre respaldo no conceito do critério anterior.

**(Conclusão)** Atualmente identificou-se diferentes modelos de contratos para diferentes situações, a partir de 2018 será um único modelo com diretrizes fundamentos mais sólidos, para que seja analisado e interpretado de acordo com as necessidades de cada caso das entidades. Na norma atual o reconhecimento das receitas é baseada em riscos e benefícios sendo transferidos, enquanto na nova norma o reconhecimento é baseado no controle, ou seja, a receita será reconhecida de acordo com a satisfação da obrigação de desempenho.

**Palavras-Chave:** Receitas e contratos, IFRS, CPC 47

## REFORMA TRABALHISTA: JORNADA DE TRABALHO

### **Autor(es):**

*Magno Alexandre de Oliveira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*George Henrique Rodrigues da Silva JÃºnior: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Ricardo AntÃ´nio da Silva JÃºnior: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Denise Santos Almeida: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Icaro Henrique Gois de Medeiros: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*AndrÃ©a de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O uso do trabalho humano é um acontecimento que sempre esteve presente na história da humanidade. O processo da jornada de trabalho iniciou no Brasil durante os anos da colonização onde os negros trabalharam como escravo. Após o processo da Lei Aurea, o Brasil adotou uma nova postura capitalista, pois se trabalhava em troca de mercadorias ou "dinheiro", algumas pessoas chegavam a trabalhar 16 horas por dia ou mais. No Brasil a preocupação com a jornada de trabalho é recente, pois em 1932 foi fixada a lei da jornada de trabalho de 8 horas de trabalho para os trabalhadores do comércio. Apenas em 1943 no governo de Getúlio Vargas que a legislação sobre a jornada de trabalho ganhou pulso definitivo no Brasil. Atualmente existe um projeto de Lei da reforma trabalhista e um dos principais pontos da reforma é modificar o tempo do trabalho diário do trabalhador. Sabe-se que o trabalho excessivo é apontado como gerador de várias doenças profissionais e acidentes do trabalho. Diante do exposto surgiu o seguinte problema de pesquisa: os benefícios econômicos ao empregador trazidos pela possibilidade de aumento de jornada de trabalho justificam a afronta às normas de preservação da saúde do trabalhador?

**(Metodologia)** O procedimento metodológico utilizado no desenvolvimento deste trabalho, partiu da técnica de pesquisa de campo, na qual busca uma coleta de dados nas condições naturais aonde ocorre o fenômeno, sem intervenção do pesquisador e bibliográfica, tem como fundamento: estudos, pesquisas e trabalhos já publicados sobre o tema. E tal escolha dos tipos de pesquisa se deu pelos resultados que as mesmas poderiam trazer para o desenvolvimento, pois, segundo Gil (1999), o elemento mais importante para um delineamento é o procedimento adotado para coleta de dados.

**(Resultados)** Durante a pesquisa de campo, obtemos resultados que apenas metade dos entrevistados sabiam sobre a reforma trabalhista, e cerca de 60% dos que concluíram a pesquisa, afirmaram a grosso modo que a proposta da reforma iria ser mais maléfica que benéfica em relação a saúde do trabalhador, para concluir buscamos mais informações com autores para polir os resultados com a opinião técnica.

**(Conclusão)** Diante os dados coletados em campo e com a pesquisa bibliográfica, identificamos que uma alteração na jornada de trabalho, afim de aumentar a carga horária e para supostamente beneficiar o trabalhador, na verdade irá afetar a vida do indivíduo negativamente, pois ficará sobrecarregado e inibirá o fator de sucesso que é o tempo disponível para as finalidades sociais, profissionais e acadêmicas, se tornando apenas um número como um outro qualquer e não conseguindo o destaque almejado, por esse fator, poderemos concluir que a sua saúde mental, espiritual e física estão diretamente ligadas a qualquer fator que extenua ou ameniza seus limites humanos.

**Palavras-Chave:** Jornada de trabalho, saúde, sucesso.

**RELATÓRIOS DE AUDITORIA EM CONDOMÍNIO EDÍLIOS: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DOS RESULTADOS OBTIDOS EM SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN**

**Autor(es):**

*Ana Cláudia de Oliveira Adalgiso: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Egon José Mateus Celestino: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os condomínios edilícios apesar de estarem classificados no terceiro setor, são classificados como “empresas” sem gerar lucro. Sua arrecadação mensal através das cotas condominiais, taxas extras são apenas para pagar suas despesas como por exemplo, obrigações fiscal, tributária, previdenciária, pessoal, fornecedores, concessionárias e outros. Observa-se que muitos condomínios são administrados por pessoas ou empresas sem qualquer qualificação técnica, sem conhecer a legislação, o que faz com que essa aplicação seja feita de forma equivocada ou até mesmo desviada. Para tanto, muitos síndicos contratam auditorias para se certificar se tais recursos estão sendo aplicados ou se foi aplicado de forma coerente, ou mesmo se as obrigações estão sendo recolhidas e pagas conforme a legislação. E em muitos casos, verificar se as receitas estão sendo recebidas de forma certa. O Problema é que muitos contratam empresas especializadas em auditorias ou pessoa física sem qualificação técnica para auditar essas contas, por serem mais baratas, e com isso não se preocupam com os resultados obtidos e realizam as auditorias de qualquer forma, o que traz uma série de problemas, como por exemplo, falta de clareza nos relatórios, análise sem levar em conta os princípios fundamentais da contabilidade, normas contábeis. Os resultados obtidos não são colocados em prática.

**(Metodologia)** Através de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, este trabalho buscou analisar os relatórios realizados por empresas de contabilidade e/ou contadores pessoa física, e auditores independentes inscritos na CVM a fim de buscar diferenças em seus resultados apresentados buscando com isso uma melhor aplicação para os problemas relatados nos relatórios. E assim resolver os problemas apresentados.

**(Resultados)** Com isso, observou-se que os relatórios emitidos pelos auditores com especificação técnica mostraram uma análise mais detalhada, conciso e uma linguagem mais voltadas as normas técnicas de auditoria contábeis e uma melhor aplicação dos princípios contábeis, enquanto os realizados por contadores sem a qualificação técnica mostraram uma análise com menos detalhes, pouca preocupação nos princípios contábeis e sem se deter as normas de auditoria. O que torna o relatório difícil de ser entendido e/ou mesmo aplicado no dia a dia da administração do condomínio por parte do Síndico, Conselho Fiscal e até mesmo a empresa que administra as contas do Condomínio e responsável pela contabilidade.

**(Conclusão)** Contudo, concluímos que os relatórios emitidos pelos auditores independentes com qualificação técnica têm uma maior clareza em seus resultados e uma melhor aplicação das normas contábeis e NBC's, enquanto que os das empresas de contabilidade e/ou contadores independentes.

**Palavras-Chave:** Auditoria. Condomínio.

**RETORNO FINANCEIRO PESSOAL: UM ESTUDO DE CASO COM OS MOTORISTAS DA UBER DA GRANDE NATAL/RN**

**Autor(es):**

*Rondilene Costa da Cunha Bezerra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente estudo trata sobre o retorno financeiro do serviço Uber voltado aos motoristas Uber na grande Natal/RN. Dentre os vários aspectos analisados, tratamos das despesas necessárias ao funcionamento do Uber, análise do controle destas despesas por parte do motorista, relação hora trabalhada e retorno financeiro, lucros da empresa, sustentabilidade, perspectivas, segurança, concorrência, legalidade, fidelidade dos clientes ao serviço, público alvo, custos fixos e variáveis. Através destas análises temos o objetivo de concluir se o serviço Uber é de fato recompensador e viável financeira e fisicamente para o motorista Uber. Analisar a perspectiva de novas alternativas para o trabalhador desempregado em busca de sua subsistência e de sua família, esperando com esta pesquisa também contribuir com este trabalhador que deseja tornar-se motorista Uber, esclarecendo pontos e dúvidas mais frequentes.

**(Metodologia)** Procedeu-me de forma descritiva e exploratória, pois tem como interesse proporcionar um maior aprofundamento do problema, assumindo a forma de um estudo de caso, em consonância com outras fontes bibliográficas, sendo a abordagem feita de maneira qualitativa e quantitativa. Isso porque a pesquisa é embasada principalmente no estudo feito no trabalho de campo junto aos motoristas Uber através de pesquisa via formulários com perguntas direcionadas ao objetivo de estudo deste TCC. Na elaboração deste formulário trabalhamos uma série ordenada de perguntas que foram respondidas por escrito, sem a intermediação do entrevistador. Este questionário possui tanto perguntas abertas e fechadas. Também utilizamos pesquisa documental utilizando dados teóricos de materiais disponíveis tais como revistas, artigos científicos e legislações.

**(Resultados)** Os principais resultados do estudo são identificados por meio da análise dos questionários, feitos propositalmente de forma ordenada para melhor análise comparativa entre as respostas dos entrevistados, assim, podemos definir os pontos comuns e divergentes nas respostas dadas pelos entrevistados. Unindo estes pontos através de análise quantitativa definindo aquelas perguntas de maior e menor frequência. Esta análise serviu de base pra definirmos os pontos vantajosos e positivos do serviço Uber, em detrimento dos pontos negativos.

**(Conclusão)** Tratando estes dados de forma científica e racional conseguimos chegar a conclusão desejada neste TCC. E por fim responder a pergunta chave de nosso trabalho e estudo de caso. "O serviço Uber é de fato realmente viável financeira e fisicamente para o motorista Uber?" Conseguimos chegar a conclusão da viabilidade financeira do motorista Uber, em detrimento de seu esforço de horas trabalhadas. Assim, fechamos o estudo de caso ampliando a visão para aquele que deseja ser trabalhador Uber. Os resultados aqui esperados nortearão de forma bem incisiva a decisão àquele que deseja utilizar o Uber como principal fonte de renda. Encerramos o estudo de caso fechando o diagnóstico sobre a viabilidade ou não do serviço Uber, em seu aspecto financeiro e salubre.

**Palavras-Chave:** Retorno Financeiro - Serviço UBER- Análise de Controle

## SEGURO D&O

### **Autor(es):**

*Lucila Cado Ramalho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*williane raphaela da silva gama: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Meiry Daiane Alves de Albuquerque Nascimento: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*  
*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*  
*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em alguns tipos de contrato, o produto cobre também a responsabilidade perante o acionista, e funciona, em última análise, como seguro de proteção jurídica, contemplando os custos judiciais e extrajudiciais. D&O é uma abreviação da expressão Directors and Officers Liability Insurance. O serviço é voltado para administradores, diretores e gerentes de empresas (independentemente do tamanho ou das atividades que desenvolvam) contra ações intentadas por terceiros, tais como órgãos oficiais de regulação, clientes, liquidatários ou administradores. Ana Paula Nunes Viotto, advogada de seguros especiais do escritório Küster Machado, explica que um diferencial desta modalidade de seguro é a cláusula de confidencialidade – não apenas em relação à existência do contrato, como também de seus termos e condições. “Ela é necessária entre o segurador e o segurado, pois o conhecimento de sua existência por parte de terceiros leva a uma série de investidas ressarcitórias infundadas”, diz. Outra diferença está relacionada ao terceiro, pois no Direito do Seguro o terceiro sempre é uma pessoa distinta do segurado. “Contudo, na modalidade de seguro D&O é possível traçar um limite para que o terceiro legitimado exerça uma ação de responsabilidade em face de qualquer segurado, com os termos definidos objetivamente na cobertura contratual”, esclarece a executiva.

**(Metodologia)** O tipo da pesquisa utilizada foi a Exploratória, teve como objetivo gerar ideias e dados, e uma maior compreensão do problema. Foram utilizados métodos descritivos e quantitativos.

**(Resultados)** O presente trabalho tem como foco principal a discussão o seguro de responsabilidade civil D&O visa proteger o patrimônio das pessoas físicas que ocupam cargos com poder de gestão na empresa. Este recurso multirrisco cobre a responsabilidade do administrador perante a sociedade, bem como a responsabilidade civil profissional por prática equivocada do administrador perante terceiros. •Indenização ou Reembolso aos Administradores •Reembolso a Sociedade •Cobertura a Sociedade – Aplicável somente no âmbito de mercado aberto de capitais •Custos de Defesa, incluindo honorários incorridos com peritos, investigação e custos emergenciais •Custos relativos a constituição de Fiança e Caução Judicial •Novas Subsidiárias •Administradores de Sociedades Coligadas •Sucessores e Representantes Legais •Responsabilidade Solidária de Bens (Cônjuge ou Companheiro em União Estável) •Reclamações por Dano Ambiental •Reclamações por Práticas Trabalhistas Indevidas •Despesas de Publicidade

**(Conclusão)** O seguro visa à prevenção de práticas indevidas e melhorias, para que se possa garantir a cobertura dos riscos advindos dos cargos de gestão, a fim de atender a demanda que interessa a toda sociedade. Quando trazido ao presente estudo alguns dados estatísticos da Susep acerca da sinistralidade do seguro, foi possível observar o aumento do índice que decorre da necessidade de bem avaliar a aceitação dos riscos e da especial atenção que se deve ter quanto à exclusão para cobertura de atos dolosos, tais como fraude, corrupção e má-fé.

**Palavras-Chave:** SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. SEGURO DE RESPONSABILIDADE, SEGURO “D&O”, Análise, Direito do Seguro

## UBER X TAXI: UMA ANÁLISE DE CUSTOS ENVOLVIDOS NESSAS ATIVIDADES

### **Autor(es):**

*Victor César Dantas Uchã'ua da Mata: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Carlton Marllon Gonçalves dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Lucas José Avelino Ratkiewicz: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Francisco Vicente da Silva Filho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este Artigo foi elaborado com a finalidade de entender os gastos envolvidos com os taxistas e motoristas do UBERX, e sua relação com os valores cobrados a seus clientes. Devido a grande polêmica relacionada à chegada do UBER em natal, muitos motoristas e companhias de táxi mostraram-se contra o serviço. Mesmo com esse enfrentamento, o aplicativo e o serviço oferecido pelo Uber é considerado melhor, porém o seu preço é menor. Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar os custos envolvidos nesses serviços, com o intuito de verificar quais motivos geram essas diferenças entre essas duas categorias de profissionais.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada de modo descritivo, aplicando questionários para motoristas do Uber e Táxi, obtendo resultados quantitativos e qualitativos.

**(Resultados)** Resultados Táxi: Custos Variáveis: Combustível, Manutenção (Troca de Óleo, Vela e Pequenos Reparos); Custos Fixos: Taxa Anual de Fiscalização de Passageiros: R\$350,00/ano; Imposto sindical do Permissionário: R\$100/ano; Pagamento Simples e/ou INSS do Permissionário: R\$300/mês; Aferição do taxímetro expedido pelo IPEM/RJ e atualizado: R\$50/ano; Apólice de seguro de terceiros no valor mínimo de R\$ 5.000/pessoa, e mínimo de R\$25.000 de cobertura danos materiais; Aluguel de placa e praça: R\$ 120/dia. Para ser um taxista é necessário: CNH mínimo B, com o texto "EXERCER ATIVIDADE REMUNERADA"; Veículo de no máx. 3.500KI, no máximo 08 lugares fora o motorista; Para Frotas, alguns municípios exigem uma garagem que recolha no mínimo 60% da frota; COMO O SERVIÇO É TARIFADO AO CLIENTE: O preço base da corrida custa R\$4,85, o preço por minuto é de R\$0,43 e o preço por km é de R\$2,56(Bandeira 1) e R\$3,56(bandeira 2). Resultados Uber: Os Custos fixos para Iniciação ao Prestador de Serviço UBER(Motorista), são: Ter Veículo do ano de 2008 acima, equipado com 4 portas e ar-condicionado(ser proprietário ou alugado), e um smartphone com acesso a internet móvel. Para dirigir um Uber é necessário: CNH mínimo B, com o texto "EXERCER ATIVIDADE REMUNERADA", Também é Necessário um Seguro que cubra danos do passageiro. A tarifa ao cliente é feita: O Preço base da corrida custa R\$ 3,25, o preço por minuto parado é de R\$ 0,17, e o preço por km é R\$ 1,20.

**(Conclusão)** Em relação ao serviço do Uber, o Taxi se torna mais caro, justificável pelo grande tempo de atuação no mercado e vários impostos e custos cobrados. Porém como a diferença é considerável é dever das companhias utilizar novos métodos para manter a concorrência ao aplicativo, por exemplo: promoções em viagens e ampliação da forma de pagamento. Enquanto isso o melhor custo benefício para a população é utilizar o Uber, com melhores preços, varias formas de pagamento, motoristas educados e atenciosos e a boa e velha balinha no trajeto.

**Palavras-Chave:** Uber, Táxi, Custos.

**UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA APLICADA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E OS IMPACTOS ACARRETADOS AS EMPRESAS NO SIMPLES NACIONAL NA CIDADE DO NATAL/RN**

**Autor(es):**

*Mayara Silva dos Santos Pontes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** INTRODUÇÃO: Desde a regulamentação do Sistema Tributário Brasileiro existiram muitas mudanças quanto às tributações. Com a complexidade do cenário econômico atual, onde ocorre um aumento no número de Micro e Pequenas Empresas. Notasse que mesmo sendo, o Simples Nacional um sistema de tributação menos onerosa, agregando diversos tributos numa só guia. O sistema do Simples Nacional vem sofrendo mudanças ao longo de sua implantação, essas mudanças acarretam consequências positivas e negativas na economia em que estão inseridas. Onde o principal objetivo dessas empresas é alcançar o lucro, os empresários tem a necessidade de administrar inúmeras variáveis, e um dos principais impactadores dos seus resultados é a tributação. Nem sempre as Micro e pequenas empresas estão esperando ou preparadas para as contantes mudanças na sua legislação, nesse contexto nasce a seguinte problemática: como se preparar para essas mudanças? Dessa forma o presente trabalho tem como objetivo identificar como as micro e pequenas empresas da cidade do Natal RN são impactadas com as mudanças na sua legislação.

**(Metodologia)** METODOLOGIA: O trabalho classifica-se partir de uma pesquisa bibliográfica, foram reunidos materiais como teses, livros, artigos de periódicos, monografias já publicado sobre o tema mudanças na legislação das micro e pequenas empresas, realizou-se também uma pesquisa documental por meio de reportagens de jornais e revistas, documentos oficiais. E descritiva onde será descrito as características da legislação do Simples Nacional e suas mudanças conforme a proposta do trabalho. Será aplicado um questionário a um grupo de contadores que trabalham com a contabilidade de Micro e pequenas empresas enquadradas no Simples Nacional que residem na cidade do Natal RN. Contendo 12 perguntas, sendo 11 perguntas fechadas e 1 pergunta aberta. Os dados serão tratados de forma quantidade, tendo em vista que serão utilizados recursos e técnicas estatísticas. Sendo , então, possível demonstrar a relação da legislação tributaria e os impactos aplicados as Micro e Pequenas empresas enquadradas no Simples Nacional da Cidade do Natal RN.

**(Resultados)** RESULTADOS ESPERADOS: Os resultados esperados da pesquisa são: Com o apoio de divulgação pelo Profissional contábil o nível de conhecimento dos administradores sobre a sua própria tributação aumentou; Nível alto de preocupação dos administradores com as mudanças na legislação do Simples , observados pelos contadores após sua divulgação direta ao cliente ; Impacto negativo no faturamento causado pela tributação, exemplo: aumento da alíquota conforme cada anexo; E o melhor caminho é a ciência do administrador sobre as mudanças e o planejamento estratégico traçado pelo administrador junto ao seu contador

**(Conclusão)** CONCLUSÃO: Diante da dinâmica da legislação do simples nacional, fica evidente a importância da orientação do profissional contábil de como as micro e pequenas empresas em sua situação individual podem se comportar mediante as ameaças a seu resultado líquido, dessa forma mantendo diariamente proteção ao lucro desejado do seu negocio.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Simples Nacional. Micro empresas. Empresas de Pequeno Porte. Legislação Tributaria Nacional.

## UM ESTUDO SOBRE O DIREITO DE FÉRIAS

### **Autor(es):**

*Yuri Zarif Teixeira de Souza: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Jéssica Pereira de Araújo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Jose Edson Cavalcante da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Matheus Gabriel de Macedo Cunha: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Ana Carolina dos Santos Carneiro: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Férias, do latim *feriae*, significa “dia de descanso ou dia dedicado as festas”. Hodiernamente, tal definição continua, de certa forma, a mesma, haja vista configurar um período de repouso para o empregado, sendo considerado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo ordenamento jurídico pátrio, um direito que visa a segurança e a saúde do trabalhador. Sendo assim, o presente trabalho dispõe-se a realizar um estudo comparativo entre o modelo atual das férias e àquele aventado pelo Projeto de Lei nº 38/2017. Para tanto, tem como principal objetivo expor a percepção de um pequeno grupo local acerca dos impactos que a PL nº 38/2017 traria aos trabalhadores brasileiros. Ademais, visa, como retratado anteriormente, desenvolver uma análise sobre o novo modelo de férias, consoante o referido Projeto, bem como verificar o conhecimento da população em relação as novas propostas.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada para a confecção deste artigo é composta da pesquisa bibliográfica, com uma abordagem teórica e retrospectiva acerca das férias no Brasil, assim como os impactos do novo Projeto de Lei nesta temática; além disso efetuou-se uma breve pesquisa qualitativa a partir de uma amostra de aproximadamente 50 (cinquenta) pessoas, no município de Natal/RN, e uma breve análise e tratamento gráfico dos dados auferidos. A escolha do tema adveio em virtude de uma proposta de artigo com a mencionada temática pelas professoras das matérias de Direito Trabalhista e Estatística Aplicada, como requisito avaliativo. A temática é de suma importância, visto que diz respeito a um direito arduamente conquistado pelos trabalhadores.

**(Resultados)** A pesquisa foi realizada entre 01 de Junho a 05 de Junho de 2017, onde fora disponibilizado um questionário referente ao Projeto de Lei estudado. A coleta de dados aconteceu, também, de forma online via redes sociais Facebook e Whatsapp, onde assim as pessoas puderam responder as perguntas de acordo com o seu conhecimento. As informações coletadas foram seletas para o desenvolvimento da presente pesquisa, analisadas e posteriormente explanadas, objetivando assim o desenvolvimento do estudo.

**(Conclusão)** Este trabalho teve como um de seus objetivos realizar um estudo comparativo acerca da temática “férias” entre o atual ordenamento jurídico brasileiro e o Projeto de Lei nº 38/17, tendo como escopo, também, expor a concepção de uma parcela da população local em relação aos impactos que o PL nº 38/17. Podemos extrair que percepção das pessoas em relação a nova Reforma Trabalhista, o PL 38/17, é satisfatória; podemos perceber que as pessoas estão de fato cientes das mudanças que ela trará para o trabalhador, pois através do pesquisa, a quantidade de informações extraídas foi de bastante proveito para finalidade deste projeto.

**Palavras-Chave:** Férias. Projeto de Lei nº 38/17. Descanso. Ordenamento jurídico.

## UMA ANÁLISE INVESTIGATIVA DO CENÁRIO EMPREENDEDOR EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN

### **Autor(es):**

*Flavinia Alecyanne Carneiro de Menezes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*TÁjssia Camila da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

*Ana Claudia Silva dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Segundo Dolabela (2008), A palavra empreendedorismo é uma criação derivada da tradução da palavra entrepreneurship e é utilizada para designar os estudos do universo de atuação dos empreendedores. Significa a atividade de toda pessoa que está no alicerce ou na criação de uma pequena empresa. Já em uma visão mais simplista, podemos entender como empreendedor aquele que inicia algo novo, que vê o que ninguém vê, enfim, aquele que realiza antes, aquele que sai da área do sonho, do desejo, e parte para a ação (SEBRAE, 2016). Nessa esfera, o município de São Gonçalo do Amarante, no estado do Rio Grande do Norte, vem crescendo e se desenvolvendo nos últimos anos de forma rápida. Após a chegada do novo aeroporto internacional desse estado, o cenário empreendedor tornou-se ainda mais atrativo, proporcionando um aquecimento em várias áreas, como por exemplo o da construção civil. Diante disso, a pesquisa tem como seu objetivo avaliar a cultura empreendedora em São Gonçalo do Amarante, destacando as lacunas e propondo metodologias para obtenção de melhorias nesta área.

**(Metodologia)** A pesquisa pode ser classificada como descritiva. Para a coleta de dados, foi utilizada a aplicação de questionário, com o secretário de desenvolvimento econômico do município, de resultado qualitativo, assim havendo o reconhecimento da real situação da região, diante das manifestações empreendedoras.

**(Resultados)** O Aeroporto gerou a criação de diversas oportunidades de negócios para novos empreendimentos no município, independente do porte, aquecendo a economia local. A partir dos dados obtidos, foi possível constatar que o município possui um cenário empreendedor em desenvolvimento nas áreas de construção civil, serviços e comercial, mas ainda na fase inicial, e assim necessita de ferramentas para auxiliar esse crescimento e desta forma contribuir para a permanência desses novos negócios no mercado. Os maiores desafios encontrados são a falta de linhas de crédito para novos empreendimentos, alta carga tributária brasileira e a ainda a burocracia nos processos de legalização do empreendimento. Decisões como, incentivos fiscais e desburocratização de processos, com a implantação da REDE SIM (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios), que diminui o tempo de abertura de negócios, são iniciativas que já estão em prática pelo gestor local, porém o desenvolvimento de oficinas sistemáticas, práticas e teóricas, que auxiliem nas decisões contábeis dos microempreendedores, podem se tornar eficiente e pioneiro

**(Conclusão)** As Secretarias de Tributação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico disponibiliza serviços de um contador e informações que ajudam o potencial empreendedor na tomada de decisão. O conhecimento contábil é de fundamental importância para a sobrevivência de qualquer empresa, e a ausência afeta diretamente nos resultados. Diante desse cenário, é possível concluir que ocorreu um avanço considerável no empreendedorismo e mercado de trabalho da região, porém não houve um acompanhamento dos órgãos municipais paralelo a esse crescimento. Os serviços prestados por eles são de pouco conhecimento da população. As MPE's (micro e pequenas empresas) são postas em segundo, pelo governo, cedendo a prioridade aos grandes empreendimentos que chegam a cidade. Como já foi ressaltado, o município tem grande potencial e está em uma área propícia ao desenvolvimento, a porta de entrada do estado do Rio Grande do Norte. O Aeroporto de Natal pode possibilitar mais chances para o avanço econômico local.

**Palavras-Chave:** Empreendedorismo, Contabilidade, Desenvolvimento, Informação.

## VANTAGENS E DESVANTAGENS PARA UM CONTADOR ABRIR UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE

### **Autor(es):**

*Maria Luiza Maximino Fernandes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Paulo Victor Souza de Medeiros: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Ingrid Fabianny Lima de Paiva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa tem como objetivo verificar os motivos que levam um profissional contábil a abrir seu escritório, analisando principalmente as vantagens e desvantagens, apontando as principais dificuldades encontradas na decisão de abrir o escritório de contabilidade. O mercado contábil está aquecido, e com isso, a valorização do profissional de contabilidade está em alta. A profissão sofreu algumas mudanças que a tornaram diferente de 20 (vinte) anos atrás, com isso destaca-se o cenário atual dessas empresas: aumento da responsabilidade técnica, frente a novas obrigações, nível de qualificação exigido mais elevado, problemas em adequar os clientes para atender critérios de controle financeiro necessários para o suporte contábil, tudo isso confronta com honorários relativamente baixos. Planejamento e quesitos básicos antes de abrir um escritório contábil é o planejamento que muitas vezes se torna difícil e não saem como o planejado, cidades do interior que já possui profissionais contábeis com seu escritório, outros aspectos como experiência, uma boa clientela, investimentos a localização acessível e orçamentos para diminuir gastos futuros é um dos problemas enfrentados. Entre as principais vantagens de abrir um escritório contábil se destaca os seguintes: aumentar a sua credibilidade cuja um escritório que visa possuir uma boa clientela pode se especializar em um nicho, sendo assim passando a estar mais qualificados em tal ato. Se tornar referência em alguma área que por base de seus trabalhos, qualificação e experiência pode-se tornar uma referência em seu estado ou município. E sempre estar atento às inovações no mercado, métodos de trabalhos e área onde atuar que por ser algo novo a concorrência torna-se pequena.

**(Metodologia)** Foram aplicados 218 questionários com contadores que possuem escritório de contabilidade na cidade de Natal/RN, obtendo resposta de 31

**(Resultados)** As principais vantagens apontadas são: estabilidade financeira e a flexibilidade de horários que o contador pode modificar o seu horário dependente de quanto quer lucrar, caso ele queira uma maior renda ou estabilidade com o escritório ele provavelmente passará mais tempo dedicado a ele. As principais desvantagens apontadas foram: maior dedicação de tempo aonde para ter um escritório contábil bem sucedido deveu ter uma dedicação a mais perante os clientes, competitividade empresarial e o reconhecimento no mercado de trabalho que no início haverá uma dificuldade em conseguir clientes ate pelo fato de ser novo no mercado de trabalho, entre elas ainda foi citada a falta de recursos financeiros para adquirir equipamentos e desenvolver as atividades contábeis. E o faturamento mensal de uma empresa varia bastante conforme os requisitos citados e o seu tempo no mercado de trabalho, podendo oscilar de mil reais ate mais de dez mil reais dependendo do seu esforço para com o qual.

**(Conclusão)** Com o estudo foi possível concluir que quando o profissional decide abrir um escritório de contabilidade, irá encontrar várias dificuldades, principalmente no início da sua trajetória já que será novo no mercado e já irá se deparar com concorrente experiente com mais tempo no ramo. Por isso, o contador deverá sempre buscar oferecer serviços diferenciais, a fim de obter vantagens sobre os demais e assim ter um empreendimento contábil bem sucedido. No entanto, ele deve ter uma missão clara e objetiva, sabendo apresentar aos seus colaboradores e clientes uma filosofia única de trabalho, demonstrando organização, para poder inspirar confiança e gerar credibilidade, conquistando assim seu espaço.

**Palavras-Chave:** Credibilidade; estabilidade financeira; planejamento; flexibilidade de horários; competitividade empresarial.



**CONIC**

**2017**

CONGRESSO  
DE INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA

**Graduação Direito**





**A INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 1.790 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 E O COMPANHEIRO COMO HERDEIRO NECESSÁRIO.**

**Autor(es):**

*Monique de Souza Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Victor Costa de Assis: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Consoante é cediço, a Constituição Federal de 1988, trouxe um conceito de família mais abrangente, com o reconhecimento da união estável como uma entidade familiar e, a partir de então, muitos juristas e tribunais passaram a entender que houve uma equiparação do instituto da união estável ao casamento. Em compensação, no Código Civil de 2002, o cônjuge entrou no rol taxativo dos herdeiros necessários, porém, o mesmo tratamento não foi atribuído ao companheiro, que teve a sua sucessão tratada pelo polêmico artigo 1.790. Logo, o presente trabalho visa apresentar a necessidade da inclusão do companheiro no rol do artigo supracitado. A relevância deste projeto reflete-se em trazer à discussão um assunto de contudente importância, e que vem originando grande divergência no atual cenário jurídico brasileiro, especialmente pelo fato da sociedade estar em constante mudança e a família, que antes era possível só através do casamento formal e no presente cenário está se constituindo das mais diversas formas, havendo assim, a imprescindibilidade de amadurecer e repensar os conceitos até então existentes.

**(Metodologia)** Será utilizado o método de abordagem dedutivo, tendo em vista que partiremos da análise geral (macro) até chegar a apreciação de questões particularizadas (micro), em relação aos princípios gerais do direito, as leis, as decisões jurisprudências que abordam a temática do companheiro como herdeiro necessário. O método de procedimento utilizado é o histórico, onde, a partiremos de investigações de acontecimentos e processo do passado para verificar suas influências no atual panorama social do referido tema, ou seja, buscar o seu contexto histórico. Já no que se refere à técnica de pesquisa, será utilizada a bibliográfica, haja vista que partirá da interpretação de princípios, da lei, de artigos científicos e de sites.

**(Resultados)** O presente trabalho ainda não apresenta resultados concretos, haja vista que o mesmo ainda está em andamento. De modo que no decorrer do projeto apresentaremos resultados até então obtidos.

**(Conclusão)** Conforme pretendido demonstrar ao longo deste trabalho, mesmo com a indiscutível melhora no tratamento sucessório em relação a figura do companheiro, ainda há diferenças quanto a este tema, de modo que tais distinções devem ser sanadas em respeito à Constituição Federal ora vigente. Destarte, de acordo com as pesquisas realizadas, resta claro que, com a declaração de inconstitucionalidade de artigo 1.790 do Código Civil de 2002, o companheiro deverá ficar lado a lado do cônjuge dentro do direito sucessório, não sendo-lhes atribuído qualquer tratamento diferenciado, tendo eles os mesmos direitos e deveres estabelecidos pela Constituição Federal.

**Palavras-Chave:** Companheiro; Cônjuge; Direito sucessório; Herdeiro necessário; Inconstitucionalidade.

**EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DAS PRÓPRIAS RAZÕES: LINCHAMENTO NO CURSO DA HISTÓRIA NORDESTINA: DE LAMPIÃO AOS INTERNAUTAS.**

**Autor(es):**

*Stephanie Rufino Alves Betesek: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com a modernização dos meios de comunicação, a sociedade Brasileira deparou-se com a necessidade de estar, sempre, advertida dos acontecimentos cotidianos do meio em que vive. A sociedade é dinâmica, portanto, a tecnologia midiática cotidiana precisa adaptar-se a exigência que é demandada. Depreende-se que a influência das mídias sociais sobre os seres humanos tem um valor imensurável para as transformações sócio culturais e encontram-se em constante crescimento. O homem consome, a nível nacional e diariamente: Violência sem freio; Descaso sem amparo ou solução; ideário de afastamento governamental bem como sensação de ineficácia do ordenamento vigente. Os alarmantes e preocupantes dados e notícias veiculados nas emissoras de rádio, televisão e redes sociais são vendidos juntamente seguidos de uma bagagem de desilusões tal como insolúções. Ao passo que a população desvincula-se da segurança jurídica ofertada, torna consequentemente a produção midiática cada vez mais tendenciosa, desencadeando um comportamento revoltado e desordenado por parte da população. O exponencial cenário dos linchamentos executados e incitados pela população Brasileira, principalmente no Nordeste, deve-se muito a estas tendenciosas notícias bem como as polêmicas e caluniosas informações que se propagam dentre os cidadãos por intermédio dos aplicativos de comunicação e redes sociais. É, de fato preocupante e ameaçador aos garantismos constitucionais. A região Nordeste como de conhecimento mediano, é a região mais esquecida em relação as mídias à nível nacional e internacional. Tal fato coíbe a visibilidade que poderia fornecer possíveis soluções. O campo de pesquisa acerca da epidemia da justiça popular é desvalido por ser inexplorado. Em atenção ao fato do linchamento ainda não ser reconhecido como crime propriamente dito no código Penal, a prática deste ato tão corriqueiro chega a ser noticiado, todavia não ingressa para as estatísticas, impossibilitando assim, possíveis políticas públicas a fim de descontinuar este cenário. Encarar o linchamento como exercício Arbitrário das Próprias Razões é uma forma tipificação penal para essa conduta e realiza-se em consideráveis jurisprudências. Esta, como supracitada, é uma tipificação a qual será defendida no curso da pesquisa em desenvolvimento. Por se tratar de uma temática de grande relevância social bem como jurídica o presente artigo tem o intuito com enfoque na região Nordeste, de construir métodos; gráficos; e produções textuais –as quais sejam dinâmicas o suficiente para atingir e informar todas as camadas sociais- através de pesquisas de campo e coletas de dados com o proposito de reprimir o contínuo dessa pratica que retoma a obsoleta conduta por parte da população de tutelar os deveres estatais.

**(Metodologia)** Metodologias utilizadas ainda em fase de desenvolvimento por se tratar de projeto de TC1, porém, artigo com fortes tendências a uma linhagem metodológica hipotética dedutiva - resumidamente consistida em falsear ideias e/ou verdades absolutas - método que, realizando esse procedimento aproxima-se mais de uma verdade proporcional.

**(Resultados)** Por se tratar de projeto de TC1, o presente artigo encontra-se em desenvolvimento e em fase de coleta de dados por intermédio de pesquisas de campo, os resultados estão sendo desenvolvidos e concretizados. Sendo, apresentados apontamentos preliminares na data da apresentação desta pesquisa.

**(Conclusão)** Por se tratar de projeto de TC1, o presente artigo, como supracitado, apresentará apontamentos com prerrogativa de conclusão na data de apresentação desta pesquisa.

**Palavras-Chave:** SOCIEDADE – TRANSFORMAÇÃO – MÍDIA – COMPORTAMENTO – REVOLTA – LINCHAMENTO – NOTÍCIAS – NORDESTE – PRÁTICA- PESQUISA.

## JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA RESSIGNIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL

### **Autor(es):**

*Lara Theresa Medeiros Costa Nogueira Marques: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho de iniciação científica promove uma análise multidisciplinar no tocante à violência de gênero e exercício da Justiça Restaurativa como instrumento de humanização, eficiência e resolutividade no tocante aos conflitos, notadamente, aqueles domésticos acometidos à população feminina. Apesar de significativos avanços como a lei Maria da Penha (nº11.340/2006), o Brasil ainda padece diante das chocantes estatísticas de violência contra a mulher. De acordo com o mapa da violência de 2015, o Brasil é 5º país responsável por mais mortes de mulheres no mundo. Não menos preocupante configuram-se os dados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC, em 2010: a cada 2 minutos, cinco mulheres são espancadas em território brasileiro, destacando que em mais de 80% dos casos reportados os agressores são seus parceiros (marido ou namorado). Diante do discurso durkheimiano, é evidente tratar-se de um fato social profundo e latente, cujo debate cabe ser transportado ao mundo jurídico, sob a ótica não apenas legalista, mas também sociológica. É inegável, nesse contexto, a insuficiência do sistema penal brasileiro de abarcar a densidade desse fato, haja vista a persistência dos altos índices de violência contra o segmento feminino. Relativamente à necessidade de novas opções de resolução de conflitos - capazes de ultrapassar os limites da Justiça Tradicional - é que a própria Lei Maria da Penha, em seu artigo 29, aponta para a possibilidade, nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, a participação de um grupo de atendimento, constituído por profissionais das áreas de saúde, direito e psicologia social. Em virtude desse comando norteador, decide-se aprofundar esse tema selecionado para estudo elencando-o no conceito de Justiça Restaurativa, isto é, uma nova maneira de olhar para os elementos da dinâmica penal: o crime, o agressor, a vítima e a comunidade. Teorizada pela primeira vez, nos anos 1990, pelo célebre professor Howard Zehr, esta consiste na responsabilização do agressor, atendendo as necessidades de apoio à vítima, visando à construção de laços sociais capazes de diminuir a reincidência no crime e potencializar a ressocialização do condenado. Nesse sentido, a Justiça Restaurativa promove encontros entre vítimas e agressores diversos, isto é, agentes que se desconhecem, mas que viveram situações conflitantes cada qual no seu lado do processo. Essas reuniões envolvem mediadores, testemunhas para representar a comunidade, além do infrator e da pessoa vitimada. Geralmente, essa prática reparativa é organizada ou pelo Estado, ou por associações de apoio à vítimas, ou ainda por parceria de ambas.

**(Metodologia)** A pesquisa terá como bases metodológicas a leitura de textos selecionados, além da busca objetiva e sistemática por estatísticas. Essa pesquisa bibliográfica deverá se converter em artigo, assim que finalizada.

**(Resultados)** Os resultados ainda são insuficientes, haja vista o estágio de pesquisa bibliográfica do presente trabalho.

**(Conclusão)** Frente aos estudos propostos, conclui-se, portanto, a relevância da Justiça Restaurativa na resolução de conflitos de violência doméstica, em razão de garantir novas possibilidades tanto à vítima, quanto ao agressor e, mesmo, à comunidade. Por outro lado, a sociedade deve, também, empreender uma mudança cultural de consciência em prol de uma justiça mais inclusiva e ressocializadora.

**Palavras-Chave:** Sociologia Jurídica. Violência Doméstica. Justiça Restaurativa.

## O PROBLEMA ÉTICO-DEMOCRÁTICO DA POLÍTICA BRASILEIRA SOB UMA ÓTICA ARISTOTÉLICA

**Autor(es):**

*vitor emmanuel viana antunes dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Aline Gurgel d'Ávila: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A sociedade brasileira encontra-se em um delicado momento de crise ética e moral, ao passo de que ações corruptas se tornaram corriqueiras na sociedade, além da mesma ser responsável pela legitimação de maus gestores em cargos públicos. Nesse contexto, busca-se analisar o epicentro problemático desta democracia a partir da visão Aristotélica, a qual atribui à ética o sentido de um exercício diário de reflexão para a tomada de decisões “retas” e encontra na demagogia o ponto degenerativo de tal modelo. Assim, viabiliza-se uma relação direta entre os entraves encontrados por Aristóteles na antiguidade e o que ocorre na realidade do século XXI no Brasil, de forma a culminar os estudos sobre o assunto.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa comparativa e de estudo sociológico, utilizando o método hipotético-dedutivo, o qual busca a verdade por meio da eliminação experimental de falsos levantes. Dessa maneira, se capacita a iniciação temática com a exposição de uma hipótese, a qual será desmistificada ao longo da pesquisa e dará origem a novas proposições. Do mesmo modo, será utilizado o método bibliográfico, consistindo na referenciação de diferentes fontes, artigos e livros para levantamento de dados e hipóteses.

**(Resultados)** Constata-se uma relação íntima entre a crítica feita à democracia por Aristóteles à situação da democracia brasileira. O problema dessa forma de governo seria o lapso de representatividade dentro de um governo da maioria, uma vez que este não corresponde, necessariamente, ao melhor para alcançar-se uma harmonia social. Hodiernamente, o que se vê no Brasil é justamente o que Aristóteles previa: um mecanismo representado por uma sociedade, que, mesmo sendo favorecida pelos privilégios democráticos, não encontra representatividade nos políticos eleitos. Por fim, tem-se em vista que a crise moral enfrentada pela sociedade está relacionada com a falta do fundamento ético aristotélico, uma vez que se expande o “jeitinho brasileiro” de se esquivar diariamente das atitudes éticas, gerando grandes consequências, tanto na esfera pública quanto na privada.

**(Conclusão)** Observa-se a crise atual como um reflexo do modelo democrático, bem como pela má administração dos privilégios adquiridos pelos dos cidadãos. Dessa maneira, tem-se como problema o poder na mão de muitos – domínio que necessitaria do exercício ético diário. Assim, torna-se mister a necessidade de reorganização sociopolítica dentro do território nacional, pois há de existir uma evolução no que diz respeito ao ideal ético, tornando tais atitudes como universais e não pontuais. Dentro desse contexto, se insere a Política, a qual seria uma forma de governo mais equilibrada. Contudo, é primordial o pensamento de que jamais existirá uma forma ideal de governo que se aplique universalmente. Tudo irá depender, destarte, das relações da sociedade com o Estado. É, então, dentro deste conceito que busca-se criticar a ética democrática brasileira e se inserir uma forma que melhor satisfaça os anseios de evolução e de harmonia social.

**Palavras-Chave:** Governo, Democracia, Ética, Aristóteles.

**UMA ANÁLISE A RESPEITO DA INCONSTITUCIONALIDADE DA EXPOSIÇÃO INFANTIL NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

**Autor(es):**

*Nayally Araújo de Holanda : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O intuito deste estudo é demonstrar que o trabalho infantil na mídia televisiva, indústria musical e campanhas publicitárias, assim como qualquer outro, está em desacordo com a nossa Constituição Federal. Gerar um trabalho crítico com a mídia através da problematização dos conteúdos apresentados nos programas de TV e conteúdos expostos nas redes sociais. A mídia exerce poderosa influência em nosso meio social, enquanto educadora no cotidiano infantil, agindo diversas vezes de forma apelativa, a fim de influenciar uma criança nos seus hábitos, seus modos de pensar e agir.

**(Metodologia)** A presente pesquisa visa discorrer sobre casos concretos, em que se identifica a presença do fenômeno da midiática infantil, a qual é disseminada, de tal forma, que afronta direitos humanos invioláveis, como imagem, vida privada, intimidade etc....Nesse contexto, busca-se problematizar a questão em seus aspectos biológicos, psicológicos, sociais, com enfoque principal sob ótica jurídica. Buscando apresentar os problemas da mídia, no que tange o desenvolvimento infantil e como os próprios pais ultrapassam os limites da exposição dos seus filhos nos meios de comunicação.

**(Resultados)** Constatam-se as consequências do excesso da exposição e da exploração da imagem das crianças nos meios de comunicação. A mídia invade nosso cotidiano de tal forma que os pais e responsáveis dos menores não se deem conta dos limites que devem estabelecer para o não ferimento de direitos e princípios a serem resguardados, para uma educação com base de valores. A publicidade se utiliza de modo indiscriminado da imagem da criança, para vender estilos de vida e mercadorias. Sem maturidade para delimitar o uso da imagem, e suas consequências, a criança torna-se alvo fácil de manipulação e de indução de comportamentos consumistas destinados à ampliação do faturamento das empresas que promovem a exposição midiática da criança.

**(Conclusão)** Foi possível delimitar certos aspectos correlacionados ao alto índice de problemas ocasionados diretamente à exposição da imagem da criança na mídia, além de afetar desenvolvimento da infância. Nesse contexto, a exposição fere diretamente direitos previamente resguardados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Faz-se necessário que se tenha um maior controle do Estado sobre isso, pois o desenvolvimento físico e mental dessas crianças pode ser afetado. É preciso aprofundar nível de reflexão sobre tal problematização, pois cada vez mais as crianças são "adultilizadas", em especial o estímulo a abraçar precocemente profissões que fazem de redes sociais, revistas, palcos, e passarelas da fama propensas à exploração, sobretudo sexual.

**Palavras-Chave:** Crianças e Adolescentes; Mídia; Direitos fundamentais.

## VICIO DE INCONSTITUCIONALIDADE VIA DECORO PARLAMENTAR

### **Autor(es):**

*Magnus Roberto Assis de Medeiros Sobrinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Esse artigo visa mostrar o vício de inconstitucionalidade na lei em que for aprovada com a corrupção dos parlamentares, sabemos que estamos vivenciando uma grande crise política e administrativa. Esse é um tema bastante discutido em face das Leis que são aprovados no congresso nacional. Mesmo sendo bastante impopulares e com grande rejeição são aprovadas através de conchaves políticos em troca de emprego, cargos de confiança e valores como no caso do mensalão. Isso não acontece apenas no congresso Nacional. Nas Assembleias Legislativas e Câmaras municipais também tem, basta que haja grandes investigações. O vício de inconstitucionalidade pela via do decoro parlamentar é um grande tema que ainda está em discussão no STF

**(Metodologia)** Para realizar determinada pesquisa foi utilizado-se o método hipotético-dedutivo, porque se enquadra numa categoria onde busca através desse sistema um resultado com ênfase em respostas objetivas e convincentes. O método de procedimento foi o analítico e histórico para envolvem o estudo e avaliação aprofundados de informações disponíveis na tentativa de explicar o contexto. Histórico para mapear a experiência passada de outros autores sobre o tema. Métodos de pesquisa utilizada foi doutrina, legislação e jurisprudência.

**(Resultados)** Uma vez provadas à existência de compra de votos haverá mácula no processo legislativo nas formações de emendas constitucionais, até mesmo na aprovação do projeto a ensejar o reconhecimento da sua inconstitucionalidade? Essa é uma grande questão pendente no STF. O caso do mensalão que houve a compra de apoios a alguns deputados para que seja aprovados projetos de interesses do governo da Câmara é o caso mais conhecido. Associação dos Delegados de Polícia do Brasil ADEPOL (ADI 4.887), Confederação dos Servidores Públicos CSPB (ADI 4.887) e o Partido Socialismo e Liberdade PSOL (ADI 4.899) ajuizaram ADIs Ação Direta de Inconstitucionalidade com o objetivo de declarar que a Reforma da Previdência (ECs 41/2003 e 47/2005) foram aprovados mediante compra de votos de parlamentares

**(Conclusão)** É necessária uma reflexão sobre as repercussões e impacto na sociedade quando uma norma ou lei é aprovada diante de um vício que deveria ser no mínimo o que um parlamentar deve cumprir. Uma vez ser de interesse de toda a sociedade brasileira a necessária correção de lesão ocorrida, com a aprovação irregular de Leis e reformas que estão sendo questionada no STF, ao Estado Democrático de Direito e diversos outros preceitos constitucionais. Entendemos que comprovando esquema de compra de voto para conseguir apoio político é denominado de vício de decoro parlamentar, caracterizando a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo, pois foi comprometido a essência do voto e o conceito de representatividade popular.

**Palavras-Chave:** Decoro parlamentar. Vício de Inconstitucionalidade. Direito Constitucional.

**"CASAMENTO INFANTIL": UMA ANÁLISE DO ORDENAMENTO JURÍDICO FRENTE A REALIDADE BRASILEIRA.**

**Autor(es):**

*Alexia Mafrá Guedes da Silva e Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No Brasil, existem diversos institutos que tratam da proteção e dignidade da criança e do adolescente, como a Constituição Federal de 1988, a Lei 8.069 de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, pactos internacionais que tratam da seguridade desses e alguns dispositivos do ordenamento jurídico. Contudo, no atual cenário brasileiro, temos uma parcela desta população que não conseguem ver na prática o que dispõe a teoria, ficando desabrigadas da proteção destes institutos e sendo colocadas em situações opostas ao que determina a lei. Neste contexto, conforme o Banco Mundial, no relatório denominado “Fechando a Brecha: Melhorando as Leis de Proteção à Mulher contra a Violência” cerca de 36% da população feminina contraem “casamento” antes dos 18 anos, sendo que 11% são meninas menores de 15 anos. Deixando o Brasil em 4º lugar no ranking mundial de “casamento infantil” e o 1º em relação a América Latina. É neste contexto de violação do direitos e verificando que mesmo com uma abrangência de dispositivos legais que procuram assegurar a proteção do vulnerável e garantir um desenvolvimento ideal, há uma não comunicação do objetivo com a realidade. É exatamente neste campo que a pesquisa pretende se fundar, buscando analisar quais aspectos do ordenamento jurídico necessitam ser reavaliados para que esta violação de direitos não se perpetue e ocorra uma otimização da proteção destes indivíduos.

**(Metodologia)** O desenvolvimento desta pesquisa será baseado no estudo realizado pelo Banco Mundial, “Fechando a Brecha: Melhorando as Leis de Proteção à Mulher contra a Violência”, onde se trouxe novas perspectivas em relação ao cenário atual brasileiro em relação ao casamento precoce. Desta forma, será analisada a legislação de forma conjunta, incluindo a Constituição Federal, especificamente os art. 227 e o art. 228 que situam a proteção da criança e do adolescente. Também serão analisados o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código Civil e o Código Penal, no que abranger a problemática. O Método de Abordagem que será utilizado para pesquisa será o hipotético-dedutivo, na forma qualitativa. Os Métodos de Procedimento para realização da pesquisa serão o Histórico, traçando a evolução histórica em relação a proteção da criança no Brasil, no ordenamento jurídico. O método Descritivo, esclarecendo a distinção entre os institutos: casamento, união estável e união de fato, e também para definir quais as tutelas jurídicas e sua aplicabilidade ao problema. O Método Estatístico, demonstrando através dos dados estatísticos a incidência do “casamento infantil”. As Técnicas de Pesquisa utilizadas para constatação dos fatos serão a Legislação, baseando-se na Constituição Federal, na Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e outros dispositivos. Utilizar-se-á da Bibliografia e da Pesquisa Documental, buscando nas melhores obras a construção da pesquisa ponderando o pensamento de cada autor e também será verificado em fontes estatísticas a incidência do casamento precoce e suas principais causas.

**(Resultados)** Por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento ainda não é possível a obtenção de resultados, porém visa-se alcançar uma redução da união similar a matrimonial com crianças e adolescentes, com uma possível solução encontrada através de uma revisão no ordenamento jurídico, no que couber este tema.

**(Conclusão)** Com o desenvolvimento inicial das pesquisas foi possível verificar a relevância do tema a ser estudado, visto que inúmeras crianças e jovens abdicam de sua infância, privam-se inclusive de um desenvolvimento intelectual adequado, muitas vezes, abandonando as escolas para dedicarem-se a realidade incompatível com as que deveriam usufruir, conforme aponta estudo do Banco Mundial publicado em 2017, intitulado: Educating Girls, Ending Child Marriage. Desta forma, é necessário o estudo aprofundado do tema para que essa realidade possa ser modificada.

**Palavras-Chave:** Casamento Infantil. União de Fato. Ordenamento Jurídico. Proteção a Criança e ao Adolescente.

**81 ANOS DE "TEMPOS MODERNOS": UMA CRÍTICA ATUAL À EXPLORAÇÃO CAPITALISTA E A TERCEIRIZAÇÃO IRRESTRITA.**

**Autor(es):**

*Valtécia Silva de Sá: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A proposta dessa pesquisa é discorrer sobre a lei de terceirização nº 13.429/2017, e qual sua relação com o clássico filme Tempos Modernos, que conta a história de Carlito, um trabalhador fabril que acaba alienado por seu trabalho. Que de forma irônica e refinado humor, causou repulsa do governo-americano à época, ao mesmo tempo provocara admiração por ter descortinado as contradições do modo de produção capitalista. A análise aqui nos permite compararmos contextos social, político, econômico e jurídico da crise de 1929 e atual momento no que passa o Brasil que ensejou na aprovação da terceirização que em alguns países recebe o nome de subcontratação. E é neste contexto de mitigação das conquistas sociais, da supremacia da negociado sobre o legislado, precarização relações de trabalho que são apenas algumas cenas dessa triste realidade dos novos "Tempos Modernos".

**(Metodologia)** O método de abordagem é o dedutivo- hipotético sobre a premissa da geração de emprego e a Terceirização e a quais as possíveis consequências do negociado sobre o legis lado nas relações de trabalho. A técnica de pesquisa foi exploratória e documental, através do método comparativo entre o direito oriental, em especial da China e dos países do Leste asiático e na América o destaque para o México, além da CF/88, A CLT e a Lei 13.429/2017. Faz necessários também dados estatísticos e consultas da OIT.

**(Resultados)** O filme Tempos Modernos foi uma crítica à revolução industrial, onde a "modernização" das relações de trabalho na verdade precarizou ainda mais as condições na qual os trabalhadores eram submetidos. É, ainda, na pauta, a temporal desse filme que a nova lei da terceirização reflete longas jornadas de trabalho em troca de baixos salários, as péssimas e insalubres condições de trabalho também se refletem no maior número de acidentes envolvendo esses trabalhadores, justificadas pela negociação sobre o legislado que reflete em última análise a busca a qualquer custo pelo lucro. Se antes tínhamos trabalhadores substituídos pelas máquinas, hoje teremos a substituição do trabalhador celetista pelo terceirizado alienado tanto quanto aquela época. Mas, hoje pela falácia da modernização da CLT como uma forma de gerar emprego e superar a atual crise econômica.

**(Conclusão)** Diante do exposto, fica claro que a Terceirização não gera emprego, nem tão pouco é solução para crise econômica. Contata-se que o resultado de se terceirizar atividade fim, de forma irrestrita significa um retrocesso aos direitos sociais duramente conquistados o que torna as relações de trabalho vulneráveis semelhantes à China e os países da Ásia. E não são raras as condições insalubres, fazendo uso de trabalho análogo de escravo ou mão de obra infantil. Fala em modernização da CLT, é ignorar por completo as conquistas até hoje alcançadas no Direito do trabalho. Com base no estudo desenvolvido, fica claro que o lucro resultante da otimização não traduz em melhores condições e nem salários maiores. Caso fosse essa a realidade, Carlito não iria para o hospício e hoje não estaríamos retroagindo aos "velhos" Tempos Modernos.

**Palavras-Chave:** Tempos Modernos, Terceirização, Exploração Capitalista

**A (I)MUTABILIDADE DO REGIME DE BENS NO CASAMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO ARTIGO 1.639 DO CÓDIGO CIVIL SOB A PERSPECTIVA DA AUTONOMIA PRIVADA.**

**Autor(es):**

*Renan de Oliveira Lima Linhares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*João Victor Gomes Bezerra Alencar: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho científico tem como objetivo analisar de forma crítica o artigo 1.639 do Código Civil, em especial o seu § 2º, que dispõe sobre a possibilidade de alteração do regime de bens no casamento, mediante justa motivação dos cônjuges analisada pelo poder judiciário. Nesse sentido, faz-se uma reflexão sobre a ingerência estatal na autonomia privada, resgatando o papel regulamentador do estado no direito privado, mormente no direito de família, desde a concepção dicotômica entre direito público e privado até o surgimento do fenômeno da constitucionalização do Direito privado brasileiro, uma vez que a Carta Magna de 1988 promove a unificação do ordenamento jurídico à luz dos princípios constitucionais essenciais à nova concepção do direito de família, quais sejam: princípio da isonomia, princípio da não-intervenção e princípio da dignidade da pessoa humana.

**(Metodologia)** A pesquisa realiza-se através do método hipotético-dedutivo, que é aquele no qual inicia-se com a descoberta de um problema e sua criação clara e precisa, além de buscar a identificação de outros conhecimentos e instrumentos relevantes ao problema, o qual permitirá através de uma breve exposição bibliográfica e uma análise histórica a elucidação da temática abordada, mediante levantamento da literatura jurídica pertinente, relacionando os preceitos abarcados pelos princípios norteadores do Direito Constitucional, Direito Civil e Processual Civil.

**(Resultados)** O Código Civil de 1916 impunha a imutabilidade e irrevogabilidade do regime de bens do casamento. Porém, com o avanço da sociedade e da ciência jurídica no direito de família, o Código Civil de 2002 trouxe um grande avanço na matéria ao admitir a mudança em análise; todavia, através de decisão judicial. Essa decisão judicial em todos os casos, portanto, representa a problemática da pesquisa, tendo em vista que o pacto de convenção de regime de bens nada mais é do que um contrato solene, ou seja, firmado pelos requisitos da voluntariedade das partes e boa-fé contratual. Nesse ponto, entende-se que não há harmonia dos requisitos necessários para a mudança do regime de bens com os princípios ora elencados, quais sejam isonomia, boa-fé e autonomia da vontade, uma vez que o §2º do artigo em análise requer que para ocorrer a alteração do regime seja necessária a demonstração do motivo e a procedência do pedido, haja vista que se existe a necessidade do Estado-juiz interferir para avaliar a procedência das razões pleiteadas pelas partes, parece desconstruir a ideia de que se está diante de um ato negocial, o que abala fortemente a autonomia da vontade, principalmente no direito de família que preza pelo princípio da não intervenção.

**(Conclusão)** Conclui-se que, dentro do contexto proposto e analisado, a legislação estudada apresenta sérias lacunas a respeito de alguns aspectos, a exemplo quais os parâmetros de análise do magistrado para determinar o que é e o que não é um motivo justificado para conceder a alteração no regime de bens, bem como quais os fatores preponderantes para se afirmar que essa alteração prejudicará terceiros, tendo em vista que é um negócio jurídico pautado na boa-fé contratual e na autonomia da vontade das partes. Além disso, entende-se que essa justificativa para alteração apenas é cabível para a alteração do regime em casos que houver cessado a causa de imposição do regime da separação obrigatória, aspecto defendido pela doutrina processualista.

**Palavras-Chave:** Regime de bens; autonomia privada.

## **A (IM)POSSIBILIDADE DE ANIMAIS COMO HERDEIROS NO ATUAL DIREITO BRASILEIRO**

### **Autor(es):**

*Max Rocha de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Aparecida Rodrigues de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Carmen Lucia de Almeida Martins: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No direito brasileiro, diferentemente do direito de outros países, à exemplo dos Estados Unidos da América, não se pode falar em herança para animais, haja vista que esses, no Brasil, são desprovidos de personalidade, sendo considerados objetos das relações jurídicas até o momento. Há, no entanto, escape para o desejo sui generis do testador, o qual, através de instituto de sucessão singular, pode gravar cláusula testamentária exclusiva, com o desejo de repassar determinado legado com o encargo, ou seja, sob a condição, de cuidado para certo(s) e determinado(s) objeto(s), nele incluídos os animais do testador, foco de presente trabalho.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através do método de abordagem dialético, uma vez que será feita a contraposição entre os avanços do tipo e suas nuances, ou seja, seus pontos positivos e peculiaridades, e as suas limitações, isto é, a problemática em seu entorno, buscando uma análise crítica que possa contribuir para a reflexão da Ciência do Direito. Os métodos do procedimento analítico compreendem o descritivo, o comparativo e o tipológico. Acerca da base de pesquisa, serão realizadas análises em bibliografia, artigos científicos, legislação e jurisprudência dos tribunais, constituindo assim o referencial teórico.

**(Resultados)** Conquanto seja pacífica a incapacidade dos animais de figurarem como beneficiários de sucessão no Código Civil de 2002, nada obsta que se possa transmitir animais de muito apego do testador através de testamento, por meio de designio de legatário – pessoa capaz, apta a receber os bens – gravado em cláusula especial que particulariza o cuidado dos animais, obedecendo a obrigatoriedade da herança legítima, qual seja, a destinação de 50% do patrimônio do testador à ser destinado aos herdeiros necessários. A problemática recai sobre o tema quando o legatário ao aceitar a herança, ato que tem caráter definitivo, deixa de cumprir com o que preconiza o Tipo, inadimplindo em suas obrigações de cuidado e manutenção, ou até mesmo, agindo de forma maquiavélica, livra-se do encargo criminosamente para haver de sua parte legada mais brevemente. A carência de Tipo mais específico acerca dos bens semoventes, bem como, sancionatório em caso do ilícito específico, torna-os alvos fáceis da má-fé do legatário.

**(Conclusão)** Por fim, conclui-se, a partir dos estudos realizados, que o instituto de sucessão singular do legado com o encargo, do cuidado de bens semoventes (animais), carece de melhor regulamentação, para que os entraves supracitados sejam especificamente tratados, solucionados, sofrendo as devidas sanções malgrado configurado o dolo, vez que é crescente a destinação testamentária indireta à animais de apego do testador, tendência já crescente em âmbito mundial, todavia, ainda incipiente a discussão dessa questão no Brasil.

**Palavras-Chave:** Sucessão . Legado . Encargo . Animais . Semoventes.

**A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DO MÉTODO DE TARIFAÇÃO PARA INDENIZAÇÃO POR DANO EXTRAPATRIMONIAL DA LEI Nº 13.467/2017 (REFORMA TRABALHISTA)**

**Autor(es):**

*Renan de Oliveira Lima Linhares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*João Victor Gomes Bezerra Alencar: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Humberto Lima de Lucena Filho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Como nos é sabido, foi aprovada recentemente pelo Congresso Nacional a Lei nº 13.467/2017 popularmente conhecida como a Lei da Reforma Trabalhista, que virá a trazer inúmeras alterações e também novidades se comparado com a Consolidação das Leis Trabalhistas. Como uma das novidades, o legislador criou dispositivos que regulamentam a tarifação da indenização por dano extrapatrimonial em processos trabalhistas, fixando o método de cálculo destas com base no último salário recebido por quem sofreu o dano, algo tratado como novo tendo em vista que a CLT nunca forneceu critérios objetivos para a formulação de indenizações dessa natureza. Destarte, a presente pesquisa dedica-se à tentativa de investigar como esse novo instituto trazido pela Lei nº 13.467/2017 se comunica com os preceitos previstos na Constituição Federal de 1988, como a Dignidade da Pessoa Humana, a Isonomia e a Proporcionalidade.

**(Metodologia)** A pesquisa realiza-se através do método hipotético-dedutivo, que é aquele no qual inicia-se com a descoberta de um problema e sua criação clara e precisa, além de buscar a identificação de outros conhecimentos e instrumentos relevantes ao problema, que auxiliam o pesquisador em seu trabalho, o qual permitirá através de uma breve exposição bibliográfica e uma análise histórica a elucidação da temática abordada, mediante levantamento da literatura jurídica pertinente, relacionando os preceitos abarcados pelos princípios norteadores do Direito Constitucional e pela legislação atinente ao instituto analisado, objeto da presente pesquisa.

**(Resultados)** Como resultado, observa-se que os novos dispositivos atinentes a fixação de cálculo para tarifação de indenização por dano extrapatrimonial são eivados de inconstitucionalidade, tendo em vista que se comunicam de forma negativa com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da isonomia e da proporcionalidade, trazendo a possibilidade de empregados que foram vítimas do mesmo dano, em situações semelhantes, terem reparações de dano totalmente distintas caso venham a receber salários distintos. Além disso, a fixação de teto quanto a esse tipo de indenização só vem a tornar mais grave o instituto por entender que determinados danos extrapatrimoniais, ou seja, danos que atingem a honra, liberdade, saúde, imagem, podem não ser reparados suficientemente a depender da sua gravidade, tornando cristalina a criação de uma injusta hierarquia no âmbito trabalhista.

**(Conclusão)** Portanto, conclui-se que a Lei nº 13.467/2017 errou na criação dos critérios de cálculo para tarifação do dano extrapatrimonial, visto que os dispositivos a qual estão previstos violam os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da isonomia e da proporcionalidade, trazendo a possibilidade clara de injustiça quanto a fixação desses danos nos diversos processos trabalhistas.

**Palavras-Chave:** Lei nº 13.467/2017; Reforma Trabalhista; Direito do Trabalho; Danos Extrapatrimoniais.

**A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

**Autor(es):**

*Breno Antônio Correia Queiroga: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Marcelo Nobrega Athayde Chaves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Como bem sabemos, o Sistema Prisional nem sempre foi o “sistema carcerário” como conhecemos hoje. Antes, a égide penal tinha por objetivo a punição dos atos considerados ilícitos, com a utilização de penas cruéis. O cárcere, na verdade, era uma forma de manter o apenado no determinado local, impossibilitando a fuga para as punições futuras. Até o século XVII as penas eram consideradas cruéis e desumanas, utilizando-se de métodos de tortura legítima com o intuito de se produzirem provas acerca de um determinado crime. Foi somente no século XVIII que a pena privativa de liberdade, como conhecemos tão bem hoje, foi incorporada pelos mais diversos sistemas penais mundo à fora, com exclusividade o Brasil. Porém, é notória a perspectiva que tais preceitos não estão sendo devidamente utilizados, de acordo com a ideia hierárquica das normas, ou seja, não havendo conformidade dos princípios fundamentais constitucionais com o sistema cárcere-penal, uma vez que a dignidade da pessoa humana não é respeitada, tampouco há o vislumbre da impossibilidade, formal – legislação – e material, de adoção de penas cruéis e desumanas em nosso sistema.

**(Metodologia)** O presente trabalho busca se utilizar de uma perspectiva bibliográfica para elencar a finalidade primordial do tema, a inconstitucionalidade carcerária em nosso ordenamento, mostrando a sua verdadeira face e elucidando o desvio moral sob os preceitos normativos preestabelecidos. Dessa maneira se utilizando de um método de abordagem dialético comparativo entre obras de cunho específico, Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPI's) atuais de nosso ordenamento e análise de legislação, visando a análise a partir do princípio constitucional do respeito à dignidade da pessoa humana.

**(Resultados)** O tratamento destinado aos apenados está longe de encontrar qualquer respaldo nas legislações infraconstitucionais, constitucionais e supraconstitucionais. Não raros, muito pelo contrário, muito comuns são as denúncias de agressão, tortura e tratamento degradante em quase todos os presídios que foram visitados pela comissão. O Estado nega qualquer forma de assistência e condições mínimas para o uma vida digna, não fornecendo espaço suficiente, alimentação adequada, água de boa qualidade, medicamentos básicos nem qualquer infraestrutura que proporcione condições mínimas de higiene para os presidiários.

**(Conclusão)** Toda essa negligência feita pelo Estado aos presídios acaba por se voltar contra a própria sociedade, que deve lidar com bandidos cada vez mais perigosos e agressivos, com altas taxas de violência e o sentimento de abandono por parte do Estado. O tratamento desumano sabota qualquer forma de ressocialização dos apenados, demonstrado principalmente pelas altíssimas taxas de reincidência, na qual basicamente todas as pessoas levadas aos presídios passam a retornar para eles por crimes cada vez mais graves.

**Palavras-Chave:** Constitucional. Direito Penal. Sistema Carcerário. Comissão Parlamentar de Inquérito.

## A AÇÃO DO IMAGINÁRIO SIMBÓLICO NA CULTURA (O PODER SOBRE LAGARTAS)

### **Autor(es):**

*Lucas Feitosa Oliveira Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Dentre os grandes conflitos da humanidade, uma arma é desenvolvida com objetivo de desequilibrar o eixo dos campos de batalha, criada para solucionar o problema das armas e invadir territórios inimigos, o tanque de guerra “nasce” para mudar o conceito de combate. Este pré-projeto de monografia tem como objetivo estudar, analisar e relacionar os tanques – veículos blindados e armados, (germânicos e britânicos) no espaço temporal de (1939 a 1945), juntamente com sua nomenclatura, o poder físico e metafísico por trás do simbólico que representa a imagem do tanque e suas funções específicas e inespecíficas. A idéia desse modelo de projeto foi escolhida tendo em vista a familiaridade do autor em relação aos tanques, juntamente com os materiais bibliográficos que contém informações de grande valor – velocidade, data de fabricação e contexto. Com este trabalho, tentamos configurar o “exercício” da nomenclatura militar, em blindados e mostrar esse “poder do nome” culturalmente no país e seu conflito. Através de uma “viagem temporal”, imaginamos espaços e contextos que possam vir a justificar a característica que se esconde na imagem do veículo, apresentando divisões conceituais e expondo fatores que busquem uma semelhança entre nome/ função / poder, em outras palavras, o poder de uma nomenclatura funcional. Do ponto de vista social, acredito que este trabalho seja relevante pela sua originalidade, tendo em vista, a escassez de trabalhos no campo brasileiro sobre tal assunto. Pensar a idéia da força do nome no tanque enquanto uma arma material e imaterial, ou seja, que existe um poder de controle na imagem, onde muitas vezes é capaz de gerar uma variedade de sentimentos, que variam do orgulho ao medo, apenas de ouvir seu nome, e tentar compreender a cultura da nação por meio do nome ou que características intrínsecas introjetadas no imaginário social.

**(Metodologia)** A presente pesquisa tem como característica básica, para tal projeto, abordar a metodologia comparativa – um método de comparação entre os países e veículos, descritiva – descrever as funções de cada em uma divisão macro e micro e analítica quantitativa. Contabilizaremos o total de tanques dos exércitos alemão e inglês; faremos uma breve descrição das categorias desses veículos; do total de tanques enumerados, retiraremos os tanques que, ao invés de classificações, receberam nomes próprios ou comuns. Desses veículos nominados, faremos uma primeira tabela a fim de organizar, visualizar e iniciar uma análise descritiva e comparativa entre os veículos e os nomes. Por fim, obtendo os primeiros dados dessa micro-análise, faremos uma análise preliminar entre os nomes dos tanques dos dois países, no caso, Alemanha e Inglaterra. Quadro referencial teórico: A fim de objetivar nossa hipótese e fundamentar nossos objetivos, utilizaremos os autores Leandro Konder, Eric Hobsbawm, Lévi-Strauss, Pierre Bourdieu, Thomas Bulfich, Wright Mills e Jean-Marie em seus respectivos conceitos: Ideologia, imperialismo, magia, poder simbólico, mitologia, categorias e propaganda.

**(Resultados)** O ponto central da hipótese gira em torno de ideais, que se mostram relacionados às nomenclaturas dos veículos blindados baseadas em um contexto histórico-cultural, presente na formação da cultura do país e como essa nomenclatura tem um papel de poder simbólico quando aplicada em artefatos e veículos nas forças armadas, diretamente na cultura do exército.

**(Conclusão)** Mediante comparações, citações, análises e descrições, podemos afirmar que o poder simbólico da imagem é real e está relacionado com a cultura dos países em questão, ou seja, cada nacionalidade atribui um nome em consequência da sua história e tentar passar, com esse nome, valores culturais e agregá-los em outros campos.

**Palavras-Chave:** Simbólico, imaginário, cultura, antropologia, tanques, poder, ideologia, mitologia e história.

## A ARBITRAGEM INTERNACIONAL COMO SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

**Autor(es):**

*Morgana Araújo Cadó: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN  
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No contexto da grande demanda do judiciário no Brasil e sua morosidade no tocante ao desenlace dos conflitos internacionais, as partes litigantes recorreram a meios alternativos ao Poder Judiciário, sendo a resposta para esta busca: a Arbitragem. Nessa perspectiva, tem-se a Lei 9.307/96 (Lei de Arbitragem) vigente no Brasil a qual rege o instituto em tela. Somam-se a isso, elementos para tornar a Arbitragem bem aceita entre as partes na seara internacional, sendo eles a rapidez – tempo de tramitação do processo inferior ao da Justiça Comum; a informalidade – referente à participação mais direta das partes; a confidencialidade – sigilo das partes, dos dados e do objeto do conflito; a especialização – árbitro especialista na matéria que será julgada; e a confiança – árbitro previamente escolhido entre as partes. Não obstante a isso, a homologação da sentença arbitral é o fator ímpar para concretizar a efetividade de tal alternativa, uma vez que, as partes solvem seu conflito e tal decisão é tida como harmônica perante o judiciário brasileiro. Desta maneira, as vantagens acarretadas pelo uso da Arbitragem Internacional permitem ao Brasil ter maior reconhecimento no campo internacional, não apenas pela segurança jurídica, como também, pela presença de mais advogados atuando como árbitros nestes litígios.

**(Metodologia)** A metodologia do projeto deu-se a partir do estudo reflexivo amparado em referencial teórico nacional e internacional especializado onde o tema desenvolveu-se tendo como referência o método de abordagem e de procedimento, dialético e comparativo, respectivamente. Somado a isso, como técnica de pesquisa a análise aprofundada de doutrina nacional e estrangeira, a interpretação da Lei N° 9.307/96 vigente no Brasil, complementada pelo exame de jurisprudência.

**(Resultados)** Ao se refletir e analisar a aplicabilidade do instituto da arbitragem na seara internacional é possível verificar, em primeiro momento, que a pesquisa tem revelado o número crescente de casos sanados por meio deste instituto. Ademais, por conseguinte, tem-se a ascensão da aceitação do Brasil no rol de países com maior segurança jurídica para resolver litígios internacionais.

**(Conclusão)** Do exposto e sob o viés da temática, é essencial depreender que usufruir da arbitragem na esfera internacional como sendo uma alternativa para a solução de conflitos é eficaz e vantajoso. Uma vez que os requisitos e as características deste instituto atendem as necessidades daqueles que figuram como partes de um litígio no contexto internacional. Neste diapasão, percebe-se que o ramo arbitral tende cada vez mais ao crescimento, como também, à propagação crescente de árbitros brasileiros para solver os problemas e aliviar a demanda de processos na área do Direito Internacional que até então tramitavam na Justiça Comum.

**Palavras-Chave:** Direito Internacional. Arbitragem Internacional. Lei de arbitragem. Vantagens.

**A CO-CULPABILIDADE COMO ATENUANTE GENÉRICA E SUA POSSÍVEL APLICAÇÃO DE ACORDO COM OS ARTIGOS 59, 65 E 66 DO CÓDIGO PENAL.**

**Autor(es):**

*Isabella Moura Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A responsabilidade civil do Estado está, implicitamente, inserida na noção de Estado de Direito, considerando que inexistente a necessidade de qualquer norma expressa para estabelecer tal preceito, uma vez que todas as pessoas estão submetidas ao ordenamento jurídico. A teoria da co-culpabilidade, desenvolvida por Raul Zaffaroni, é tratada como o ato do Estado em assumir uma parcela da culpa pela prática de crimes dos cidadãos que não puderam se autodeterminar de acordo com o ordenamento jurídico, em virtude do abandono econômico-social. Por isso, nesse trabalho é pretendido demonstrar a possibilidade de considerar o status social no momento de aplicação da pena, em face da dosimetria da pena, sendo a co-culpabilidade utilizada como atenuante genérica, sendo, segundo o teórico, em dois níveis: imputação de um resultado acidental imprevisível ou pelo desconhecimento da ilicitude do ato. Essa valoração compensatória pode ser entendida como uma ideia de equidade, visto que se busca o senso de justiça. Apesar de ser um princípio constitucional implícito na Constituição Federal, a co-culpabilidade tem previsão doutrinária e jurisprudencial, podendo ter a sua possível aplicação baseada nos artigos 59, 65 e 66 do Código Penal, sendo norteadas por princípios constitucionais como o da Igualdade, da Individualização da Pena e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Por esse motivo, pretendo, no corpo do meu trabalho, considerar a aplicação de tal princípio com atenuante genérica, devendo ser compreendido a partir da análise do descaso do país, durante a evolução histórica, com certa classe da população. Por conseguinte, objetivo buscar uma alternativa de dirimir as desigualdades sociais, atingindo, não apenas uma igualdade formal, mas também, material.

**(Metodologia)** Utilizar-se-á o método dedutivo como método de abordagem, tendo em vista que o ponto de partida será uma questão geral, o direito penal, a partir da qual se chegará a uma questão particular, no caso, a necessidade de reconhecimento do princípio da co-culpabilidade. No que diz respeito ao método de procedimento, tem-se o método histórico, o qual se encaixa na investigação de fatos ocorridos no passado que produzem efeitos na sociedade atual, já quanto à técnica de pesquisa utilizada, será a bibliográfica, tendo em vista que se desenvolverá com base em referenciais teóricos publicados em livros.

**(Resultados)** A pesquisa tem revelado uma tentativa estatal de reconhecer e minimizar os efeitos causados pela omissão na aferição de boas condições às classes menos favorecidas, em virtude de que, comprovadamente, o Estado não proporciona a estes a possibilidade da inserção na educação, bem como do conhecimento das normas jurídicas. Nessa linha de raciocínio, o Estado se vê em posição de corresponsabilidade social, reconhecendo a inoperância nos cumprimentos de seus deveres, impondo uma menor reprovação ao criminalizado e, deve assumir uma parcela de culpa devido à negligência e violação que teve para com esses indivíduos, ao não garantir-lhes seus direitos individuais e básicos.

**(Conclusão)** Fundamental é que, através de políticas públicas, o Estado assegure a todos os cidadãos os direitos fundamentais contidos na Constituição Federal, sendo também de extrema importância, a discussão de tal princípio, por parte dos doutrinadores, operadores do direito e a jurisprudência, com a finalidade de garantir, de forma eficaz, a sua aplicabilidade como atenuante genérica, em casos de descaso estatal.

**Palavras-Chave:** Co-culpabilidade. Princípios. Estado. Omissão. Aplicabilidade.

**A COBERTURA DOS SEGUROS VEICULAR E DE VIDA NOS CASOS DE SEGURADO EM ESTADO DE EMBRIAGUEZ:  
ANÁLISE DE CASO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ**

**Autor(es):**

*Kahena Campos de Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*João Victor Gomes Bezerra Alencar: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O contrato de seguro é aquele pelo qual o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, contra riscos predeterminados, pertencentes a um evento futuro e incerto, em que apresenta como principais características a bilateralidade e a onerosidade. Dessa forma, a análise do presente trabalho tem como objeto a cobertura da apólice de seguro veicular e do seguro de vida em casos de acidentes envolvendo segurado em estado de embriaguez, buscando-se, assim, uma conclusão para cobertura ou não cobertura por parte da seguradora diante desse tipo de caso. Neste sentido, o tema desperta a curiosidade de boa parte da doutrina em relação à forma de como as empresas de seguro estão celebrando seus contratos, além de ser necessário o respaldo jurisprudencial do STJ para conferir maior segurança jurídica ao tema.

**(Metodologia)** A pesquisa realiza-se através do método hipotético-dedutivo, que é aquele no qual se inicia com a descoberta de um problema e sua criação clara e precisa, além de buscar a identificação de outros conhecimentos e instrumentos relevantes ao problema, o qual permitirá através de uma breve exposição bibliográfica da temática abordada, mediante pesquisa jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça e levantamento da literatura jurídica pertinente, relacionando os preceitos abarcados pelos princípios norteadores do Direito do Consumidor e Direito Civil, com ênfase na disciplina de contratos.

**(Resultados)** De acordo com o entendimento do STJ, no contrato de seguro de automóvel é lícita a cláusula que prevê a exclusão da cobertura para acidente de trânsito decorrente da embriaguez do segurado que assumiu a direção do veículo nesse estado, o que caracteriza o agravamento indevido do risco. Porém, no seguro de vida, é vedada a exclusão de cobertura do segurado em casos de acidente em que ele esteja em estado de insanidade mental, alcoolismo ou sob efeito de substância tóxicas, sendo entendimento sedimentado por este Tribunal no REsp 1665701.

**(Conclusão)** Conclui-se que, dentro do contexto proposto e analisado, o Superior Tribunal de Justiça, já possuía entendimento consolidado a respeito dos casos em estudo, com fundamento em respeito ao artigo 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor. Todavia, em recente julgado, a 3ª Turma do Tribunal (REsp 1441620) voltou a aplicar esse entendimento em um caso concreto em que um segurado em estado de embriaguez ao volante atropelou um motociclista e o matou. Dessa forma, a família da vítima, após a sentença de piso e o respectivo recurso de apelação, ajuizou Recurso Especial no STJ requerendo indenização por parte da seguradora. Nessa esteira, o colegiado concluiu, diante desse caso concreto, o entendimento de que apesar de o artigo 787 do Código Civil determinar que o segurador garante o pagamento de perdas e danos devidos pelo segurado a terceiros, este dispositivo deve ser lido em harmonia com o artigo 768 do mesmo Código Civil, o qual aduz que o segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato, ou seja, afastando a responsabilidade solidária da seguradora no pagamento da referida indenização.

**Palavras-Chave:** Contratos; Seguro; STJ

## A COISIFICAÇÃO DA MULHER SOB A ÓTICA DA OBRA A BELA E A FERA E O DIREITO DE PROPRIEDADE

**Autor(es):**

*Valtécia Silva de Sá: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A proposta dessa pesquisa é fazer um análise crítico e reflexivo sobre a evolução do Direito de Propriedade que está intrinsecamente relacionado com as relações de família presente nos primórdios da sociedade Romana, berço do Direito Civil dos países de influência civil law, que trata a mulher como “res”, ou seja coisa. Diante dessa perspectiva a coisificação da mulher naturaliza-se ao ponto da violência ser não mais estranho, normalizada pela própria cultura machista, patriarcal e conservadora. Na obra A Bela e a Fera, a Bela “se oferece” a fera como forma ou garantia de pagamento de uma dívida do pai. Essa cena é nítida que a mulher naquela época não tinha “domus” do seu corpo, de seu destino e tampouco da sua vida. O “pater família” e o “pater poder” exercia sobre ela uma relação de propriedade, ou seja, seu proprietário podia gozar, rever, usa e dispor da forma como bem entendesse. E através do instituto do casamento muitas vezes, arranjado ou acompanhado do dote, as mulheres não eram sujeitos de direitos, não tinham atuação no âmbito social e político. Sob a perspectiva da obra A Bela e a Fera, a mulher era simplesmente vista como mercadoria o que implica em uma serie de violações e cerceamento de Direitos e liberdades e em última análise a coisificação da mulher.

**(Metodologia)** O método de abordagem é o hipotético-dedutivo, onde parte da premissa menor para a maior. A Técnica de pesquisa é a bibliográfica, além da histórica e comparativa.

**(Resultados)** Diante do exposto torna-se claro que o Direito Civil é essencialmente patrimonialista e culturalmente machista o que impõem à mulher a posição de coisa e não sujeito de direito, onde seria impossível ser possuidora de bens ou de propriedades. Portanto, coisificar a mulher, ou reduzir, diminuir a mulher como se sua, importância fosse menor que um objeto qualquer, comportamento esse presente na obra A Bela e a Fera, e que em dias atuais ainda são presentes viola não só direitos e liberdades individuais, mas a própria dignidade da pessoa humana presente e resguardados como princípio estruturante da Constituição Federal de 1988.

**(Conclusão)** Constata-se que desde a formação familiar Romana, a mulher era tida como “res”, ou seja coisa, que tinha apenas a função de servir ao pai, ao marido e na ausência destes o irmão mais velho e ainda, que fosse casada essa não poderia contrair bens ou propriedade, pois ainda estava sob o ‘domus’ do pai, e os bens do marido não podia se unir ao da mulher pela mesma razão. Embora o instituto da propriedade tenha evoluído e a mulher tenha conquistado e tenha seu reconhecimento de sujeito de direitos, ainda presenciemos cenas de ficção da obra em nosso meio real e as constantes denúncias de violência doméstica, realidade essa que cabe a cada uma de nós altera-las.

**Palavras-Chave:** A obra a Bela e a Fera, Coisificação e Direito de Propriedade.

## A COMORIÊNCIA NO DIREITO SUCESSÓRIO BRASILEIRO

### **Autor(es):**

*Evaltércio da Silva Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Tarzia Maria de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente artigo tem, por objetivo, tratar acerca da comoriência, prevista no art. 8º do Código Civil, e que diz: “Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos”. A partir do tema exposto, pretende-se analisar qual os impactos e reflexos desse assunto no Direito Sucessório Brasileiro. Neste trabalho, busca-se estudar a importância jurídica do tema na questão dos conflitos de interesses decorrentes da transmissão da herança.

**(Metodologia)** O método utilizado para a realização dessa pesquisa será o bibliográfico de caráter qualitativo, o qual foi desenvolvido através da busca sistemática de artigos em periódicos, sítios e revistas atuais que tratam da temática, além do ordenamento jurídico então vigente.

**(Resultados)** A determinação da precedência de óbito interfere de maneira decisiva no direito de sucessão, especialmente, no que trata da transferência de bens e de herança, principalmente quando o comoriente deixar herdeiros vivos, uma vez que não há transmissão de direitos entre comorientes. A transmissão dos bens da herança acontece logo após a morte do titular, aplicando-se o chamado “droit de saisine”, termo originário do direito francês, segundo o qual o morto transmite ao vivo, por consequência automática e imediata, independente da abertura do inventário, que se dá posteriormente, para mera formalização do ato transmissivo. É questão determinante saber o exato momento da morte daquele que vai transmitir a herança, ou ter ela declarada, porque é a partir deste dia, desta hora, desse fato jurídico ocorrido a partir da morte, em que é gerado o momento da aplicação do direito dos herdeiros e legatário de sucederem o morto. A existência da pessoa natural termina com a morte, abrindo-se, então, a sua sucessão. Morrendo, no mesmo momento, o autor da herança e um dos seus herdeiros (como o cônjuge, por exemplo), este não herdaria, pois não estava vivo quando da morte do autor da herança, devendo essa herança ser destinada a outros herdeiros legítimos ou testamentários. De acordo com a contemplação da ordem da vocação hereditária, seriam os seus descendentes vivos a herdarem. A comoriência, se de um lado resolve de pronto uma questão um tanto complexa de conflitos de interesses na herança, de outro trará consequências determinantes na ordem da vocação hereditária, e na partilha dos bens da herança.

**(Conclusão)** Feita estas considerações, concluímos que a comoriência gera impacto direto no Direito Sucessório, uma vez que, a partir do momento em que é constatada a morte de várias pessoas ao mesmo tempo, sem saber quem morreu antes ou depois, é decretada a morte simultânea, que posteriormente vai gerar reflexos na transferência de bens e da herança.

**Palavras-Chave:** COMORIÊNCIA. MORTE SIMULTÂNEA. DIREITO SUCESSÓRIO

**A CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 1.787, QUANTO AOS DIREITOS SUCESSÓRIOS DE FILHOS ADOTIVOS, EM SUCESSÕES ABERTAS ANTES DE 88, MAS JULGADAS APÓS À VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO**

**Autor(es):**

*Ana Vitória Anacleto Nunes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Ana Shirley da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Carla Bruna Medeiros : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Constituição Federal de 1988 prevê que os filhos terão os mesmos direitos e qualificações, sendo proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação, ocorre que o artigo 1.787 do código civil 2002, estabelece que a sucessão e a legitimação para suceder serão reguladas pela lei vigente ao tempo da abertura daquela, entretanto nas sucessões abertas antes de 88, os filhos adotivos não tinham os mesmos direitos que os filhos biológicos, e muitas vezes nem sequer possuíam vocação sucessória. Diante dessa discriminação entre filhos adotivos e filhos biológicos mister se faz a indagação da problemática: “o artigo 1.787 do Código Civil é inconstitucional, quanto aos direitos sucessórios de filhos adotivos em sucessões abertas antes de 88, que tiveram julgamento após a vigência da constituição? supondo, através de uma hipótese que nos julgamentos sucessórios, envolvendo filhos adotivos, aplica-se o artigo 227, CF não podendo o artigo 1.787, CC prevalecer sobre a constituição federal. O presente trabalho de pesquisa acadêmica tem como objetivo geral analisar os estatutos civil e constitucional quanto à constitucionalidade do artigo 1.787, que trata dos direitos sucessórios de filhos adotivos, em sucessão aberta antes de 88, mas julgadas após à vigência da constituição; e tem como objetivos específicos: Fazer um histórico dos direitos dos filhos adotivos no Brasil; Comparar julgados com direitos sucessórios de filhos adotivos antes e depois da constituição de 1988; E analisar se é constitucional que o artigo 1.787 prevaleça sobre o artigo 227, da Constituição Federal.

**(Metodologia)** O trabalho analisado utilizou como método de abordagem o hipotético-dedutivo, pois desenvolve uma hipótese, e os métodos de procedimento serão: o método histórico; o método comparativo; e o método estruturalista, utilizando como técnica de pesquisa leis, livros, doutrinas e jurisprudências.

**(Resultados)** Além disso, a pesquisa acadêmica em questão possui embasamento teórico pautado nos princípios do direito civil sucessório e constitucional; utilizando a Constituição Federal, Código Civil, além de doutrinas e jurisprudências. O presente trabalho desenvolve uma hipótese, pois visa a construção e teste de um resultado ou solução possível à problemática, supondo que nos julgamentos sucessórios, envolvendo filhos adotivos, aplica-se o artigo 227, CF não podendo o artigo 1.787, CC prevalecer sobre a constituição federal, o resultado previsto é a garantia da constituição Federal e dos direitos dos filhos adotivos que devem ser tratados em igualdade para com os filhos biológicos.

**(Conclusão)** Tendo como base o respeito aos princípios constitucionais e sucessórios, é importante salientar que os filhos devem ser tratados sem qualquer distinção, não sendo constitucional tal discriminação, que em julgamentos, atuais filhos adotivos sejam considerados muitas vezes sem vocação hereditária, por não ser o primeiro filho do casal, pelo fato da sucessão ter sido aberta antes de 1988. Não podendo o artigo 1.787 do Código Civil, prevalecer sobre a Constituição Federal.

**Palavras-Chave:** Direito civil, direito constitucional, Direito das sucessões, isonomia filial, herança, filhos adotivos.

**A CONSTITUCIONALIDADE DO SISTEMA DE COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: UMA ANÁLISE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERA**

**Autor(es):**

*Samuel Bezerra Filgueira Rodrigues de Carvalho : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (Introdução) O estudo da constitucionalidade do sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras é de extrema importância para entender o porquê da sua necessidade. A proposta desse sistema não tem como mero objetivo “colorir” as universidades públicas do país, mas sim alterar a forma como os negros são vistos na sociedade. A Lei Aurea, sancionada em 13 de maio de 1888, apesar de declarar a proibição da escravidão no Brasil, não foi capaz de salvar o povo negro da marginalização. Ao povo negro, foi negado qualquer amparo relacionado à educação, moradia e integração social, dessa forma trazendo consequências para a atualidade. Assim, o sistema de cotas raciais tornou-se uma importante medida para a extinção dos fortes resquícios racistas causados pela escravidão.

**(Metodologia)** (Metodologia) O presente trabalho foi elaborado a partir de uma análise bibliográfica, tendo como referência a obra Casa-Grande & Senzala, de Gilberto Freyre, e a Constituição Federal de 1988, realizando uma extração qualitativa visando compreender melhor o fenômeno da miscigenação brasileira e também fazendo um paralelo com princípios constitucionais, bem como uma abordagem dedutiva partindo de premissas gerais para concluir a respeito da necessidade ou não do sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras.

**(Resultados)** (Resultados) Percebe-se muita insatisfação por uma parte da sociedade que traz como argumento contrário ao sistema de cotas raciais nas universidades a miscigenação do povo brasileiro em geral, dessa forma dificultando reconhecer quem de fato é negro e merece tal direito. Esse discurso surge da grande quantidade de imigrantes que o Brasil recebeu ao longo da história tornando real a presença de uma forte miscigenação no país. Porém, é preciso lembrar que o racismo não ocorre apenas pela observação dos genótipos, mas também dos fenótipos.

**(Conclusão)** (Conclusão) É possível concluir que o racismo é um problema da estrutura social brasileira, merecendo ser tratado com devida atenção. O sistema de cotas raciais nas universidades foi uma importante conquista para o povo negro pois está dando maior representatividade para essa parcela da sociedade que por muito tempo veio sendo discriminada pelo preconceito criado e enraizado ao longo da história. Dessa forma, é certo dizer que o sistema de cotas está conforme a Constituição Federal, pois encontra respaldo no artigo 3º, nos incisos III e IV. Pode-se ainda dizer que é possível enxergar esse respaldo no próprio artigo 5º da Constituição quando traçamos um paralelo com a tese aristotélica do que seria o real significado de igualdade: tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual na medida das suas desigualdades, sempre buscando o equilíbrio.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chave: Sistema de Cotas Raciais, Negros, Constituição Federal, Racismo, Escravidão.

**A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E O DIREITO À RESISTÊNCIA DIANTE DE GOVERNOS TIRÂNICOS: UM ESTUDO À LUZ DO DIREITO COMPARADO E DOS IDEAIS ILUMINISTAS**

**Autor(es):**

*Diego Ranier dos Santos Silva Macêdo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Arthur Ferreira de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Como bem versa o douto Eduardo Juan Couture "Teu dever é lutar pelo Direito, mas se um dia encontrares o Direito em conflito com a Justiça, luta pela Justiça". Como bem sabe-se, Terra brasilis, encontra-se em um cenário geopolítico desfavorável e inconsonante com o que demanda o Estado democrático de direito. Segundo o jurista Paulo Lopo Saraiva: "A classe dirigente em nosso país nunca abandonou o espírito de dominação, atuando mais em prol dos interesses grupais e oligárquicos, do que em defesa das demandas populares". É nesse contexto teórico, em contraste com a realidade que enfrentamos, que a presente pesquisa propõe uma reflexão acerca dos mecanismos jurídicos que possibilitam o exercício do poder diretamente pelo povo, os quais viabilizam o exercício do direito de resistência. Têm-se como objetivo realizar um estudo comparado entre a Constituição Brasileira de 1988 e a Constituição Lusitana de 1976 com a finalidade de entender como a constituição brasileira se porta diante do "agir" popular e da prática do exercício de resistência em face da presença de governos que se assentam em poderes tirânicos, os quais não observam efetivamente a soberania popular.

**(Metodologia)** Tendo em vista que se trata de uma pesquisa de direito comparado, utilizamos, além da pesquisa bibliográfica, referente a importantes juristas, como J. J. Gomes Canotilho, Paulo Lopo Saraiva, Paulo Bonavides, Norberto Bobbio, e Rousseau, o método auxiliar comparado para expor a forma como o direito à resistência ocorre no ordenamento jurídico português. Como método de abordagem, fez-se uso da pesquisa transdisciplinar e dialógica, assentada em estudos da Ciência Política, da Filosofia do Direito, da Teoria Geral do Estado e do Direito Constitucional.

**(Resultados)** A possibilidade de agir contra os intentos de governos tirânicos é algo que nos remete à São Tomás de Aquino: "É preciso proceder contra a perversidade do tirano, não só por iniciativa privada, como também pela autoridade pública". Pode-se observar a evolução desse pensamento durante a era iluminista, nas revoluções americana e francesa. O artigo 21 da constituição portuguesa versa acerca do direito à resistência "Todos tem o direito à resistir a qualquer ordem que ofenda seus direitos, liberdades e garantias e repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer a autoridade pública". Mediante ao que foi supracitado, faz-se necessário enxergar como a constituição brasileira de 1988 permite que o povo reaja à opressão de governos ilegítimos e despóticos.

**(Conclusão)** Analisando o atual cenário jurídico e político, no qual o Brasil se encontra, pode-se perceber que os mecanismos de resistência popular são limitados, pois a carta constitucional brasileira não confere tal possibilidade de forma explícita, apenas outorgando tal medida implicitamente pelo exercício da soberania popular. Constatase, por outro lado, que a constituição portuguesa possui institutos avançados em relação a possibilidade do povo exercer o poder popular, em quanto que a brasileira limita muito esse poder, estando impregnada de legalismo excessivo e ativismo judicial em demasia. Há a necessidade imperiosa de constitucionalizar novos mecanismos jurídicos que possibilitem aos cidadãos brasileiros exercerem o seu direito sacrossanto de povo enquanto povo, ou seja, a busca de uma nova saída democrática para impedir o avanço desmedido dos nossos representantes políticos que, mesmo cometendo diversas atrocidades no âmbito jurídico e político cerceando a vontade popular, permanecem impunes a qualquer mecanismo de controle de poder e de direito de resistência.

**Palavras-Chave:** Direito à resistência; Constituição Portuguesa; Poder Popular; Soberania;

**A CRIAÇÃO DE ALAS LGTBs NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: UM INSTRUMENTO JURÍDICO NA LUTA CONTRA O PRECONCEITO E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO.**

**Autor(es):**

*Sara Roberta Barbosa da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O atual contexto prisional brasileiro é reconhecido pelo seu crescimento desordenado e pela insalubridade de suas instalações, bem como, é marcado por preconceitos e pela violência no que tange ao tratamento desumano dado aos privados de liberdade. As pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) estão entre os grupos em maior vulnerabilidade dentro do sistema prisional. Diante desse cenário, criou-se a Resolução Conjunta nº 1, assinada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) e pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação CNCD/LGBT, que está em vigência desde sua publicação, em 17 de abril, no Diário Oficial da União. O documento determina novos parâmetros na forma de acolhimento e tratamento dos LGBTs presos nas unidades penitenciárias do Brasil, de forma a garantir a diminuição da violência carcerária, a não-discriminação e direitos básicos à dignidade, à saúde e à segurança pessoal. Face aos problemas elencados, analisam-se as previsões dispostas nessa resolução à luz de diplomas nos quais a proteção do homem é vista como regulamentada, bem como o reconhecimento do gênero, e sua evolução histórica. Ademais, questiona-se se o direito, como ciência derivada do desenvolvimento das sociedades, não deve se posicionar sobre a diversidade sexual dentro das penitenciárias e se essas medidas seriam a solução ou significam um aumento dos problemas estabelecidos por reforçar a exclusão.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória, onde o tema desenvolveu-se tendo como referência os métodos de abordagem dedutivo, e os métodos de procedimento comparativo e histórico. Somado a isso, como técnica de pesquisa tem-se a análise da Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014 à luz de alguns dispositivos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei de Execução Penal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, além de pesquisas bibliográficas do material já publicado sobre o assunto, a saber: monografias e artigos científicos.

**(Resultados)** Com a análise dos dados coletados é possível constatar, em um primeiro momento, que a pesquisa tem revelado que entender o direito ao respeito à identidade de gênero e à orientação sexual, como direitos subjetivos, é uma forma de efetivar a dignidade da pessoa humana. Especialmente nas penitenciárias, enquanto extensão da sociedade, pois há naquele espaço uma manutenção das categorias normatizantes de gênero, e muitas vezes essa discriminação se expressa de forma mais bárbara. Além dos problemas intrínsecos do sistema prisional brasileiro, entre os desafios enfrentados pelos LGBTs encarcerados estão a ausência de acompanhamento médico e psicológico, o descaso com os tratamentos com hormônios para transexuais, o desrespeito à utilização do nome social, a falta de recursos para cirurgias de redesignação sexual e a existência de poucas alas especiais. Apesar de ainda serem poucas as unidades prisionais que adotaram as indicações previstas na resolução, torna-se inegável que a Resolução é um passo na direção da garantia de direitos básicos dentro de um ambiente tão hostil e que se faz urgente um preparo específico para lidar com a população LGBT.

**(Conclusão)** Diante todo o exposto, depreende-se que é fundamental que sejam adotadas medidas como as previstas na Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014, para que estes possam viver privados de liberdade de maneira digna e livre de constrangimentos. Sendo assim, as Alas LGBTs são a melhor solução, mesmo que os retirem do convívio com os demais, pois demonstra-se um meio viável para oferecer um tratamento humanizado dentro das celas e, com isso, evitar os diferentes tipos de violência e preconceito vigentes.

**Palavras-Chave:** Sistema prisional. População LGBT. Garantias de direitos. Discriminação. Violência de gênero.

## A DESIGUALDADE DE GÊNERO SOB A LUZ DA LEI MARIA DA PENHA

**Autor(es):**

*Fernanda Mayra Santos de Vasconcelos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A violência doméstica é presente contra as mulheres e continua constante na sociedade, violando os direitos humanos. Estudos apontam que na maior parte dos casos o agressor é o próprio companheiro da vítima. A Lei Maria da Penha traz mecanismos de coibição à violência doméstica, e é dever do Estado assegurar proteção, no entanto a efetividade dessas garantias mínimas de direito não estão sendo realizadas. Assim, a presente pesquisa propõe mostrar a realidade da sociedade em relação à lei 11.340/2006 e analisar a existência e eficácia de políticas públicas que visem a preservação da proteção dos direitos mínimos destinados à mulher.

**(Metodologia)** A pesquisa aborda o comportamento social. O objetivo geral da é mostrar que a efetividade da lei Maria da Penha não está sendo ampla na realidade, e os específicos mostram que o número de varas especializadas e delegacias são insuficientes e realidade machista de juízes e delegados. O método de abordagem é dedutivo, pois tem uma visão geral para os casos específicos. Os métodos de procedimento são funcionalista, estatístico e tipológico, pois deve verificar as questões sociais a partir de dados.

**(Resultados)** O relatório sobre desenvolvimento humano realizado pelas Nações Unidas mostra que no mundo de três mulheres, uma foi vítima de violência física ou sexual. Foi constatado também que as mulheres ganham menos que os homens, ocupando menos cargos de chefia e o absurdo de que ainda em 18 países as mulheres precisam de permissão do marido para poder trabalhar. No Brasil, dados mostram que o SUS (Sistema Único de Saúde) registra uma denúncia de violência contra a mulher a cada 7 minutos. O Índice de Desigualdade de Gênero reproduz a diferença de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso à saúde ou atividade econômica. Os resultados em si da pesquisa estão em andamento, uma vez que ainda não foi concretizado.

**(Conclusão)** Observa-se que a desigualdade entre os gêneros ainda está enraizada na nossa sociedade, às vezes até mesmo como uma questão cultural, e a situação de invisibilidade na eficácia plena da lei Maria da Penha para trazer o desenvolvimento humano igualitário. Fazem-se necessárias a conscientização popular, que está cada vez maior, mas que ainda precisa melhorar, obtendo ainda mais a diminuição do machismo, principalmente nos juizados, delegacias, órgãos que deveriam exercer a lei de forma que proteja a mulher, como a legislação garante. O desrespeito às mulheres, submetendo a falta de dignidade de maneira escancarada ainda é um desafio, por isso é necessário o estudo nesse tema para poder abordar novas perspectivas e projetos para a nossa sociedade.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Violência doméstica. Lei Maria da Penha. Desigualdade de gêneros. Dignidade da pessoa humana.

## A DINÂMICA DO PROCESSO DE ADOÇÃO NO BRASIL E A MOROSIDADE DO JUDICIÁRIO

### **Autor(es):**

*Bruna de Lucena Soares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Victor Miguel Duarte Costa Gonçalves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Realizar um estudo acerca do tema proposto é um desafio de enormes dimensões. A propositura é referente à adoção, especificamente, no que concerne o sistema brasileiro e a morosidade do processo no judiciário. O sistema de adoção no Brasil é cruel com as crianças e os adolescentes, vez que inúmeros jovens estão à espera de famílias, ainda que o número de adotantes sejam consideravelmente maior àqueles que esperam ser adotados.

**(Metodologia)** Trata-se, de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método hipotético-dedutivo, partindo-se da análise de situações concretas de adoção no sentido de buscar um resultado capaz de influenciar na modificação do regimento. Também, foi utilizado o método dialético de abordagem do tema, já que sua problematização abrange questões transdisciplinares, envolvendo direito civil e o estatuto da criança e do adolescente.

**(Resultados)** A grande questão é: por que tem tantas crianças e adolescentes em abrigos esperando para serem adotados? Primeiramente, ocorre que, há uma preferência por parte dos adotantes de algumas características físicas, gerando assim, uma exclusão de muitos. A posteriori aqueles que já têm processo, ficam a mercê do judiciário, sofrendo com a morosidade do processo de adoção, tendo em vista as deficiências estruturais bem como a série de avaliações feitas, são situações burocráticas inerentes a sequência da adoção. E ainda, a maioria das crianças disponíveis não são mais bebês, o que é uma preferência para aqueles que desejam se submeter ao processo adotivo, no sentido em que preferem os bebês por ainda não terem vivência e uma educação pré-constituída, desta forma, o objetivo dos adotantes é adotar bebês para que seja possível a formação educacional. Outra dificuldade e empecilho que encontramos na realidade da adoção é a preferência pela cor, muitas vezes, as crianças negras são deixadas de lados, pois, a procura é intensa quanto as crianças de pele branca, essas, não sofrem tanto com a esperança de um dia ir de encontro a uma família. Uma nova cultura de adoção vem sendo difundida no novo Estatuto da Criança e do adolescente, no sentido em que é preciso encontrar família para as crianças, e não o contrário, a ideia é que não haja as aludidas preferências e que nenhuma criança cresça em uma instituição de abrigo.

**(Conclusão)** Sendo assim, o presente trabalho tem por escopo delinear o sistema de adoção no Brasil, apresentando sua evolução histórica, benefícios e requisitos, além de demonstrar a realidade do judiciário frente à essa propositura. O sofrimento das crianças e dos adolescentes frente a morosidade do processo de habilitação, bem como o sofrimento do outro polo, daqueles que pretendem, um dia, construir um eixo familiar.

**Palavras-Chave:** adoção, criança, adolescente, órfãos.

**A DISTINÇÃO ENTRE O DESAPARECIMENTO DE PESSOAS E PESSOAS AUSENTES E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS.**

**Autor(es):**

*Silvia karoline de Sousa Machado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Roberta de Medeiros Maia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Júlia Pinheiro Barreto de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Mariana Laurentino Medeiros da Fonseca: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Ana Eleonora de Carvalho Freire: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho visa a distinção legal e conceitual entre pessoas desaparecidas e pessoas ausentes e seus desdobramentos. Em paralelo, é indispensável ressaltar que tal distinção possui reflexos legais na esfera Civil, esfera Penal e Constitucional. O problema do desaparecimento de pessoas e pessoas ausentes é motivo de debate para a comunidade nacional e internacional na atualidade em razão de sua prática ainda ser recorrente em diversas partes do mundo. A pesquisa foi feita com base em casos concretos e faz uma relação entre os casos de pessoas desaparecidas e pessoas ausentes, e suas consequências jurídicas.

**(Metodologia)** Em razão de tal evento ter relação fundamental com o direito à verdade, o trabalho apresentou a análise dos casos de desaparecimento e pessoas ausentes no âmbito global. Gabarita-se numa pesquisa qualitativa e transdisciplinar, explorando as matérias de Direito Penal, Direito Civil, e Direito Constitucional. Além disso, utilizamos do método auxiliar comparado, pois, fizemos um comparativo entre os métodos de resolução no âmbito internacional e nacional, buscando assim, uma solução jurídica através de pesquisas.

**(Resultados)** Perante a lei penal, uma pessoa pode ser considerada desaparecida assim que outra que lhe está em companhia não a encontra, isto é, esteja fora do seu campo de visão ou conhecimento de localização; donde centenas, quiçá milhares, os exemplos que podem ser alinhavados nesse contexto. Por outro lado, situação semelhante, porém completamente diferente ante os aspectos legais e factuais, refere-se à pessoa “ausente”. Por conseguinte, se na esfera do Direito Penal uma pessoa “desaparecida” pode assim ser considerada sem critérios complexos, para o Direito Civil, torna-se indeclinável uma breve digressão ao tema. Para o Direito Civil, a ausência é “um estado de fato, em que uma pessoa desaparece de seu domicílio, sem deixar qualquer notícia”. “Ausente” pode ser considerado o indivíduo que desapareceu, consciente ou inconscientemente, voluntária ou involuntariamente. Com efeito, o instituto da ausência, que no Código de 1916 vinha disciplinado no livro de Direito de Família, concernente à Parte Especial, foi deslocado de lá para a Parte Geral.

**(Conclusão)** Esse trabalho tratou o tema da diferença entre pessoas ausentes e pessoas desaparecidas como fenômeno em âmbito global, a partir da análise com evidência no Direito Civil. Em sintética abordagem, deflui-se, pois, que a contextualização da “ausência” na esfera civil, traz inúmeras implicações de ordem patrimonial, inclusive sucessória, razão pela qual, entre outros motivos (até mesmo de ordem financeira) que podem ser encontrados na Jurisprudência Pátria, urge que se faça a correta distinção entre pessoas “desaparecidas” e pessoa “ausentes”. Enfim, o tema comporta ampla análise, razão pela qual, em estudos específicos podem – e devem – ser aprofundados e, por consequência, desdobrados juridicamente.

**Palavras-Chave:** Desaparecimento de pessoas; Pessoas ausentes; Consequências jurídicas; Direito Penal; Direito Constitucional; Direito Civil.

**A EDUCAÇÃO JURÍDICA NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL  
À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

**Autor(es):**

*José Guilherme Macedo Vieira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Nathaly Pennelop Ferreira Soares de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Maria Beatriz Fraga do Nascimento Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*  
*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Constituição Federal preconiza que a educação é dever do Estado, da família e da sociedade. Logo, uma vez que nenhum cidadão pode se escusar de cumprir a lei alegando desconhecimento, é necessário para o exercício pleno da cidadania, o ensino dos direitos e deveres a estudantes de ensino médio, ou seja, a realização de uma educação jurídica, com participação efetiva da sociedade civil. Apesar da existência, em âmbito nacional, de um programa pautado no ensino de Direitos Humanos nas escolas, suas diretrizes parecem insuficientes para garantir o ensino de uma educação jurídica voltada à cidadania. É necessário, dentro das escolas, a inserção de temas jurídicos igualmente importantes para a formação do cidadão, como o ensino da Constituição, entre diversos outros temas voltados ao direito do consumidor e trabalhista, para citar alguns. Demonstra-se a necessidade do ensino nas escolas de ensino médio, tendo em vista o Direito em sentido amplo, propondo uma forma de atuação da sociedade civil no cumprimento desse dever.

**(Metodologia)** Método de abordagem dialético, através da revisão bibliográfica, com método de produção histórico, comparativo e descritivo, abrangendo a questão do ensino do Direito nas escolas de ensino médio, bem como as políticas públicas nos âmbitos federal e estadual. Além disso, à luz da Constituição Federal, foram extraídas da literatura, teses que corroborem a necessidade da implementação da educação jurídica nas escolas públicas com participação da sociedade civil para a formação de um cidadão capaz de exercer efetivamente a cidadania, apoiada nas técnicas de pesquisa bibliográfica e documental.

**(Resultados)** Foi identificado que o ensino da Constituição Federal é elemento fundamental para o exercício da cidadania. Além disso, outros temas relacionados às atividades diárias das pessoas também são importantes de serem lecionados. Esses fatos são corroborados por diversos estudos e iniciativas em países mais desenvolvidos que envolvem a participação da sociedade civil e até mesmo do próprio Estado.

**(Conclusão)** A pesquisa concluiu que sem a participação da sociedade civil, o Estado dificilmente conseguiria lecionar aos cidadãos o verdadeiro espírito do exercício da cidadania e que sem um pleno exercício da cidadania, o próprio Estado Democrático de Direito é ameaçado em seu âmago. Assim, faz-se necessário mais do que políticas públicas para se ensinar a cidadania: deve-se focar numa educação jurídica das pessoas em sentido amplo, que abarque o funcionamento do Estado, os direitos e deveres, bem como as instituições podem vir ao auxílio das pessoas em defesa de seus direitos. Além disso, conclui-se também que o UNI-RN pode contribuir através de projeto de extensão com participação do corpo docente e discente em conjunto com as escolas.

**Palavras-Chave:** Educação jurídica. Cidadania. Constituição. Escolas. Sociedade.

## A EFICÁCIA DA APLICABILIDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO À LUZ DO CPC/2015

**Autor(es):**

*Mariana de Medeiros Pães: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com a vigência do Código de Processo Civil/2015, importantes institutos foram aprimorados frente à realidade social brasileira. O supramencionado diploma processual passou a prever a obrigatoriedade da conciliação e mediação de maneira preliminar – não restando prejudicada, porém, a invocação destes a qualquer tempo para uma solução consensual da lide. Essa nova conjuntura traz importante repercussão para o ordenamento jurídico, e deve ser analisado, principalmente, no que tange aos conflitos relacionados ao Direito de Família. Faz-se necessário, portanto, estudar se a propositura dos meios adequados de resolução de litígios tem restado eficiente, a fim de cumprir o objetivo a que se designa. É imprescindível, de plano, distinguir os conceitos de conciliação e de mediação, bem como suas implicações, haja vista que a precisa diferença influirá veementemente na pertinência desta abordagem temática frente ao seu deslinde. Neste contexto, é essencial, inclusive, traçar a evolução histórica dos referidos métodos no CPC, para que haja compreensão plena dos motivos pelos quais estes modelos de autocomposição se revelam tão importantes no que concerne ao êxito pela via consensual, sem extinguir, porém, o acesso à justiça. Por se tratar de realidade inerente à sociedade, é inegável que diariamente se formam novas famílias – em suas mais variadas formas –, observando, desde logo, a previsibilidade de ocorrência controvérsia entre seus componentes, haja vista que embates fazem parte de característica natural do homem.

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa qualitativa, de vertente exploratória. É possível identificar, no que diz respeito ao método de abordagem, o hipotético-dedutivo, o qual, como o próprio nome aduz, parte-se de uma hipótese para que se deduza a solução do problema exposto, assim sendo, a eficiência e correta aplicação ou não dos métodos consensuais utilizados no âmbito do Direito de Família. Como técnicas de pesquisa, é possível destacar a doutrina, legislação e artigos. Quanto ao método de procedimento explorado, houve emprego do comparativo, constando interdisciplinaridade entre o Código Civil e o CPC, bem como o histórico, justificado pelo exame evolutivo entre o texto legal atual e o de 1973.

**(Resultados)** Como pedra basilar do presente trabalho, a análise do tema pretende observar se a utilização tem sido realizada de modo adequado para atingir seu fim. Assim, é percebido que realidade brasileira experimenta a predominância do uso (prévio e) imediato da conciliação para resolver as pretensões resistidas em questão. Entretanto, é preciso tratamento atencioso aos casos relacionados à família, pois, é nítido que a mediação se mostra mais eficiente, tendo em vista que pretende, de primeiro plano, o restabelecimento do diálogo entre os indivíduos pertencentes aos lados considerados “opostos” dentro do conflito, para, posteriormente, avaliar o rol de possíveis soluções adequáveis ao caso. Ademais, o diferencial dentro deste ramo do direito também se dá pois, costuma-se ter determinado grau de proximidade entre os litigantes – não sendo a regra, uma vez que as demandas costumam ser polarizadas por terceiros indiferentes entre si – sendo mais uma vez confirmada ser imprescindível renovar a interação.

**(Conclusão)** É inegável a constante recorrência ao Judiciário brasileiro para a resolução de choques existentes entre os indivíduos que compõem o corpo social. Com as crescentes demandas, foi primordial adequar a lei ao contexto vivenciado, requintando-se as formas consensuais que propiciam a pacificação satisfatória entre os envolvidos; vindo sua prática ser alvo de largo incentivo. Se experiencia, quanto às contendas familiares, casos envoltos por emoções, o que, por vezes, finda trazendo ideia de retaliação, impulsionada pela via judicial, de maneira que a função do mediador se mostra extremamente necessária, auxiliando na neutralização dos sentimentos das partes, com o escopo de que estas se voltem à (re)abertura da conversa.

**Palavras-Chave:** Direito de Família. Conciliação. Mediação. CPC/2015.

## A ESCRAVIDÃO MODERNA E SUA PERSISTÊNCIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

### **Autor(es):**

*RANUSKA LIVIAN ARAUJO DE QUEIROZ: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*VANESSA CRISTINA DIÓGENES ESTEVAM: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Brenda Abdon Miranda de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho escravo existe desde a antiguidade e ainda persiste na sociedade contemporânea. Dessa forma, pode-se inferir que as características que diferem a condição de trabalho escravo atual com as condições de trabalho escravo há dois séculos não são tão expressivas, diferindo apenas na condição de liberdade e da necessidade econômica. Nessa linha de raciocínio, a escravidão da atualidade é uma forma extrema de exploração econômica na qual se adaptou ao mundo global. Tal conceito enquadra-se diretamente com a análise feita pelo jornalista Leonardo Sakamoto, ao dizer que “o trabalho escravo contemporâneo é uma ferramenta utilizada pelas cadeias produtivas modernas na busca por competitividade”. Sendo assim, as novas formas de escravidão no mundo podem se manifestar desde a escravidão por dívida, até os mais atuais tipos de escravidão, como o originário da imigração, além disso, o tráfico de pessoas e o comércio sexual também podem ser considerados formas contemporâneas de escravidão, principalmente decorrentes da miséria e da necessidade de sobrevivência. O assunto abordado foi escolhido com o objetivo de debater e assim tornar mais visível um problema muito frequente nas antigas sociedades e que vem se perpetuando na sociedade contemporânea. Referentemente a essa temática, a pesquisa visa demonstrar que a escravidão moderna tem como fonte principal a falta de oportunidades e as desigualdades enfrentadas na vida social, as quais levam ao indivíduo se submeter a diversas situações que desrespeitam a dignidade humana. Além disso, tornar nítido para a população o atual quadro de exploração a fim de informar que essas práticas brutais ainda ocorrem de forma mascarada.

**(Metodologia)** O presente trabalho aborda sobre a escravidão moderna, e busca estratégias que reduzam os efeitos exploratórios entre pessoas. A pesquisa será realizada por meio de abordagem doutrinária, índices estatísticos de casos e precedentes jurisprudenciais.

**(Resultados)** A pesquisa está em sua fase inicial, portanto, não há ainda resultados à apresentar.

**(Conclusão)** Destarte, a escravidão, problema frequente na antiguidade e que se perpetua na sociedade contemporânea, gera um grande impacto social que, mesmo que indiretamente, atinge expressivamente a sociedade. O estudo das formas modernas de escravidão é essencial posto que, para uma erradicação definitiva, é necessário conhecer as características que estimulam e contribuem para a ocorrência desta prática. Portanto, é necessário que ocorra a análise dos elementos da escravidão moderna, bem como, as formas em que esta ocorre na atualidade, além do ineficaz papel do Estado no combate a esse tipo de trabalho compulsório, no qual subtrai os Direitos Humanos de diversos cidadãos.

**Palavras-Chave:** Trabalho.Sociedade.Economia.Direitos Humanos.

## A EVOLUÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO EM FACE AO SURGIMENTO DA INTERNET

**Autor(es):**

*Tatiana Vieira de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Direito ao Esquecimento consiste na possibilidade que uma pessoa tem de não permitir que um fato, ainda que verídico, ocorrido em determinado momento de sua vida, seja exposto ao público, por causar-lhe algum tipo de sofrimento. Apesar de, no Brasil, ser um tema relativamente novo, há julgados no continente europeu relativos à década de 70, como é o exemplo do “caso Lebach”, julgado pelo Tribunal Constitucional Alemão em 1973. Em tal decisão, foi garantido a um dos condenados pelo assassinato de quatro soldados na cidade de Lebach, o qual já tinha cumprido boa parte de sua pena, que seu nome e imagem não fossem divulgados num documentário televisivo sobre o caso, para que tivesse a oportunidade de ressocialização. Gradativamente, o instituto em tela foi se desenvolvendo e abarcando outras searas além da penal, bem como outros meios de comunicação, inclusive a internet, que gera novos paradigmas para sua aplicação. Nesse sentido, diferente do que ocorria nos casos como o exemplificado acima, nos quais as informações eram divulgadas em jornais, revistas ou televisão e pouco tempo depois eram naturalmente esquecidas, com a internet qualquer pessoa pode ter acesso a dados alheios através de poucos cliques, e a difusão quase instantânea de informação torna praticamente impossível o controle desta. Sendo assim, o presente trabalho terá como objetivo entender como o surgimento da internet influenciou na evolução da aplicabilidade do Direito ao Esquecimento, buscando também analisar soluções para possíveis dificuldades enfrentadas para tanto.

**(Metodologia)** O presente trabalho será desenvolvido a partir de pesquisas bibliográficas acerca do Direito Civil e Direito Constitucional, além de apreciações jurisprudenciais e legislativas por meio do método dialético, utilizando-se principalmente dos métodos de procedimento histórico e comparativo, uma vez que fará análises do Direito ao Esquecimento desde seu surgimento até a atualidade, tanto nacional como internacionalmente.

**(Resultados)** Apesar desta pesquisa ainda estar em andamento, é possível verificar alguns resultados preliminares, devido a existência de precedentes jurídicos que sugerem formas de aplicação desse instituto no âmbito digital. O primeiro deles é o caso Mario González vs. Google, julgado pelo Tribunal de Justiça da União Europeia em 2014. Na hipótese, González, cidadão espanhol, reclamava que a busca de seu nome no Google resultava em um link publicado há 16 anos sobre uma dívida já paga, violando sua honra e credibilidade. A Corte aceitou o pedido, solicitando a retirada do histórico online dos dados que não fossem mais relevantes e, em ato contínuo, a empresa ficou obrigada a eliminar dos resultados das suas pesquisas informação considerada lesiva sobre os usuários. Outro caso, ocorrido no Brasil, envolve a apresentadora Xuxa Meneghel, que ajuizou ação contra o Google, objetivando que as fossem retirados resultados relativos à busca pela expressão “Xuxa pedófila” ou qualquer outra que associasse seu nome à prática criminosa. Após recurso especial, perante o STJ, não houve responsabilização do provedor de pesquisas, sob argumento de que reprimir-se-ia o direito da coletividade à informação.

**(Conclusão)** Verifica-se que tal tema é de substancial importância uma vez que já foi considerado pelo Enunciado nº 531, da VI Jornada de Direito Civil, que a tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o Direito ao Esquecimento, restando imprescindível que na era digital entenda-se e investigue-se maneiras de aplicá-lo na internet. Pelo fato da pesquisa ainda não estar encerrada, não foram auferidas conclusões significativas para a presente problemática, contudo, percebe-se que é preciso ponderar o direito à informação e o direito à privacidade, bem como a relevância do conteúdo para a sociedade, analisando-se, no caso concreto, a possibilidade de retirá-la de circulação, seja das vias tradicionais ou da rede mundial de computadores.

**Palavras-Chave:** Direito ao Esquecimento. Direito à informação. Direito à privacidade. Internet.

**A GLOBALIZAÇÃO DO DIREITO PENAL EM FACE DO COMBATE AO TERRORISMO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL**

**Autor(es):**

*Pedro Henrique Sampaio Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Igor Augusto Justino Fonseca e Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Jonas Augusto Ribeiro Helinski: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Arthur Márcio Vieira Cabral: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Busca-se abordar a tendência à globalização do direito penal nos dias atuais, sobretudo em face do aumento da macro criminalidade e dos impactos causados na sociedade diante da crescente prática de atos de terrorismo no âmbito internacional, especialmente considerando a evolução dos movimentos extremistas, os quais, a todo instante, causam repercussão mundial. Em virtude do crescimento acelerado do terrorismo, ressalta-se a importância da presente pesquisa, a qual, a luz da Constituição Brasileira, volta-se para a análise dos instrumentos jurídicos de prevenção e combate aos casos sistemáticos de terrorismo. A presente pesquisa tem como objetivo geral, perfazer uma abordagem a respeito do funcionamento do terrorismo no âmbito global e o seu tratamento pelo ordenamento jurídico brasileiro. Como objetivos específicos, busca analisar o impacto do terrorismo em nossa sociedade moderna, bem como sua gradativa evolução. Ademais, procura-se refletir sobre o fenômeno do terrorismo a luz do fenômeno da globalização do direito penal, bem como sua interface e repercussão no território nacional, em razão do aumento do risco de tais eventos em solo brasileiro, especialmente pelo crescimento de movimentos extremistas.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Realizou-se uma pesquisa documental, de cunho teórico e exploratório, na qual buscamos perfazer um estudo acerca da lei nº 13.260/16 que regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista, de modo que alterou as Leis nos 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, partindo-se da análise da globalização do direito penal, dos direitos humanos, das macro criminalidades e os efeitos destas na sociedade para em seguida analisar a aplicação da lei brasileira no combate ao terrorismo.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Constata-se uma grande evolução social a respeito do terrorismo internacional, a priorização dos países em defender seu território e a prevenir a proliferação do extremismo moderno. Mais recentemente, o Brasil muito embora nunca tenha sofrido um atentado terrorista de furor internacional, prestou-se a criar uma lei à luz da dignidade humana sob a égide da constitucionalidade dos preceitos em busca de ter maior garantia jurisdicional para eventuais formas de tratamento ao extremismo internacional, levando em consideração de que o país foi palco de grandes eventos internacionais há pouco tempo atrás. Nessa análise temos uma visão sobre a constitucionalidade da lei nº 13.260/16, se essa lei não traria uma discriminação de pessoas ou grupo de pessoas. Não obstante a isso, têm-se a correlação da macro criminalidade com o terrorismo, levando a uma pauta ainda mais esclarecedora da temática sobre o crescente aumento de atos ilegais.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Observou-se que a dinâmica do terrorismo internacional tem mudado radicalmente a perspectiva de estudo do direito penal, no sentido de torna-lo alvo de uma análise sistêmica e globalizante, de forma a conectar sociedades de diferentes países no combate ao terrorismo, o que enseja, nos ordenamentos jurídicos internos dos países que pertencem à comunidade internacional, a tipificação de tal modalidade criminosa, partindo-se de categorias construídas sob a égide do Direito Internacional e do Direito Comparado. Tal realidade globalizante que envolve o Direito Penal contemporâneo, pode ser constada claramente no conteúdo normativo da lei nº 13.260/16, a qual foi publicada às vésperas dos jogos olímpicos em nosso país.

**Palavras-Chave:** Terrorismo. Globalização. Lei nº 13.260/16. Direito Penal. Direito Constitucional.

## A GUARDA COMPARTILHADA COMO INSTRUMENTO PARA MITIGAR A ALIENAÇÃO PARENTAL

### **Autor(es):**

*Anna Karenina Santos de Santana: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Felipe Maciel Pinheiro Barros: Docente do UNI-RN*

*Henrique Batista de Araujo Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O tema do trabalho é A Guarda Compartilhada como instrumento para mitigar a alienação parental, evidenciando o quão importante a guarda compartilhada na separação/ divórcio dos pais têm diante do reflexo na criança. Trazendo a reflexão sobre a prática da alienação parental na sociedade moderna, bem como a importância da guarda compartilhada como instrumento de controle dessa prática abusiva, que traz inúmeros prejuízos a todos os membros da família envolvidos, em especial para as crianças e para os adolescentes. A problemática é mais comumente encontrada em famílias que passaram ao passam por separações, divórcios ou rompimentos na relação entre os cônjuges. O estudo aborda a identificação, combate e o tratamento dado pelo Judiciário e suas consequências, além da discussão dos pontos positivos e negativos, como a responsabilidade civil do alienante e a guarda compartilhada como uma das soluções dos conflitos que decorrem da alienação parental.

**(Metodologia)** Visando alcançar os objetivos propostos, utilizou-se como método de estudo a metodologia de abordagem aplicada é o método dedutivo, que será analisado de uma premissa maior para uma menor. O método de procedimento será o funcionalista e, por fim, a técnica de pesquisa será a bibliográfica, realizada a partir da análise de livros, jurisprudências, leis, como também, de materiais publicados na literatura e artigos científicos divulgados no meio eletrônico.

**(Resultados)** Os resultados pretendidos terão com o intuito de comprovar a eficácia da guarda compartilhada para suavizar os reflexos nas crianças e adolescentes na separação dos pais. Pois, o objetivo da alienação parental é destruir o vínculo entre um dos genitores e a criança ou adolescente, através de uma campanha difamatória por parte do alienador, plantando realidades inverídicas para que o filho rompa definitivamente os laços com a outra parte.

**(Conclusão)** Com a guarda compartilhada deverá se conseguir um convívio saudável entre pais e filhos, atribuindo aos pais responsabilidades recíprocas, se mostrando esta como a melhor maneira de se exerce o poder/dever da guarda, evitando a ocorrência da síndrome da alienação parental. Assim, as medidas conciliatórias que restabeleçam a igualdade parental e a convivência equilibrada da criança ou adolescente com o pai e a mãe, desde que a convivência com ambos não ofereça qualquer risco a sua saúde física e/ou mental, assegurando assim o seu bem-estar. Apesar da alienação parental ser muito comum nas famílias brasileiras, sua prática não deve ser considerada como algo natural e sim como uma violência, capaz de gerar efeitos devastadores. Destarte, a guarda compartilhada se torna instrumento extremamente eficaz no combate à alienação parental, de forma a minimizar ou até mesmo desfazer os prejuízos decorrentes da alienação à qual a vítima desta prática foi exposta.

**Palavras-Chave:** Família. Guarda compartilhada. Alienação parental.

**A HIERARQUIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E A SUA SISTEMÁTICA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO PERANTE O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Flávia Liz Lamy: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Perante o atual regramento jurídico brasileiro no que se refere aos pactos internacionais de Direitos Humanos, filiado junto à concepção dualista do ordenamento jurídico, perfaz-se necessária a incorporação legislativa das supracitadas convenções (normatização acrescentada por meio da EC45/2004). Perante o exposto, como poderia a incorporação automática destes tratados assegurar de maneira mais eficaz os direitos humanos? Pois bem, o presente projeto de pesquisa pretende solidificar o entendimento de que, independentemente, os Tratados Internacionais de Direitos Humanos, cujo Brasil ratifique, possuem status de norma constitucional. Portanto, objetivamos especificamente evidenciar a tendência de hierarquia constitucional dos TIDH'S, diagnosticar os benefícios que decorreriam diante da eficácia de aplicabilidade constitucional das cartas internacionais de direitos humanos, expor detalhadamente as correntes teóricas consolidadas sobre o tema, bem como demonstrar, em face do regramento vigente no Brasil, os presentes obstáculos que levam a não aplicabilidade imediata dos direitos humanos no ordenamento jurídico nacional. Incontestavelmente, constata-se no mundo jurídico atual a relevância teórica e prática dos Direitos Humanos. Portanto, torna-se imensurável a importância do estudo da hierarquia e da aplicabilidade dos TIDH'S. Por conseguinte, visa-se, através desse projeto, elucidar de forma fundamentada, qual deve ser a posição hierárquica destes pactos internacionais, com o intuito de garantir aplicabilidade jurídica dos direitos fundamentais/humanos de maneira mais plena.

**(Metodologia)** Será analisada a produção doutrinária e legislativa a respeito dos direitos humanos, abordando de maneira concreta os seus principais diplomas e documentos jurídicos, a fim de constatar a evidenciada tendência de hierarquia constitucional das cartas internacionais cujo tema são os direitos humanos. Ademais, utilizaremos o método de abordagem denominado dedutivo, visto que através da dedução, obteremos uma conclusão do determinado trabalho, encontrando um resultado final. O método de procedimento protagonista corrente no atual projeto a ser abordado e utilizado é o chamado método histórico, pois os dados serão sempre colocados sob uma perspectiva crítica histórica.

**(Resultados)** Com a implantação do movimento neoconstitucionalista, percebe-se a vontade doutrinária, jurisprudencial, legislativa e inegavelmente histórica, de equiparar os direitos humanos ao patamar dos direitos fundamentais do homem, ou seja, consagram-se por meio de iguais princípios, que procuram garantir efetividade máxima e imediata aos sujeitos do direito.

**(Conclusão)** Pois bem, de acordo com a Carta Constitucional da República Federativa do Brasil de 1988, precisamente através do estudo do Título 2 – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, constata-se através do Artigo 5º, Parágrafo 1º; “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”. Cite-se, também, o Parágrafo 2º do mesmo Artigo da CF/88; “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”. Ou seja, a partir da análise dos inteligíveis enumerados dispositivos constitucionais, é de fácil percepção, por qualquer estudioso, de que maneira deve ser normatizada a hierarquia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos.

**Palavras-Chave:** A Hierarquia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos

## A IMPORTÂNCIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS E SUA APLICAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

### **Autor(es):**

*Evaltércio da Silva Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Tarzia Maria de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anderson Leonardo de Oliveira Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho visa apresentar os principais aspectos dos precedentes no novo código de processo civil, que passou prever, como regra, a obrigatoriedade de juízes e tribunais observarem as teses firmadas pelos tribunais superiores. O precedente é a decisão tomada à luz de um caso concreto, que pode servir de base para julgamentos análogos. Com a sistemática do novo CPC, os juízes, ao tomarem uma decisão, passaram a ter um olhar mais abrangente: além de verificarem a lei, precisam saber se há algum precedente que possa servir de base para aquele caso concreto. Isso privilegia a segurança jurídica, como também a qualidade dos julgamentos, visto que é preciso haver igualdade, coerência e previsibilidade das decisões judiciais. Diante dessa nova realidade do sistema judiciário brasileiro, surge a indagação: “Que impacto o avanço dos precedentes judiciais pode gerar ao princípio do convencimento motivado do juiz”?

**(Metodologia)** O método utilizado para a realização dessa pesquisa será o bibliográfico de caráter qualitativo, o qual foi desenvolvido através da busca sistemática de artigos em periódicos, sites e revistas atuais que tratam da temática, além do ordenamento jurídico então vigente.

**(Resultados)** O referido tema ganhou muito destaque no NCPC, que privilegia a democratização do direito com uma maior participação das partes do processo, como também uma melhor organização e modernização do sistema jurídico, a fim de levar para a sociedade uma maior segurança jurídica, igualdade e eficiência em suas decisões. Com essa abertura, os precedentes judiciais conquistaram grande espaço, pois os códigos anteriores eram mais focados na interpretação das leis. Nessa nova sistemática, a lei continua sendo a fonte do direito mais importante. Entretanto, no momento de o juiz tomar alguma decisão, ele terá que observar o art. 489, S1 – IV que diz: “se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos, não será considerada fundamentada a decisão judicial, podendo ser anulada”. O art. 926 diz que os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente. Entretanto, o que forma o precedente é apenas a razão de decidir do julgado, a sua *ratio decidendi*. Somente os fundamentos que sustentam os pilares de uma decisão é que podem ser invocados em julgamentos posteriores. As circunstâncias de fato, que deram embasamento à controvérsia e que fazem parte do julgado, não têm o condão de tornar obrigatória ou persuasiva a norma criada para o caso concreto. No sistema de precedentes, destacam-se duas técnicas: o *Distinguishing* (sistema de distinção, método de confronto, pelo qual se verifica se o caso em julgamento pode ou não ser considerado análogo ao paradigma e o *Overruling* (sistema de revisão dos precedentes, aquele que autoriza que o precedente seja revisto).

**(Conclusão)** Constatou-se, com o estudo, que o legislador brasileiro acrescentou formas de valorizar as decisões judiciais que irão aprimorar o sistema processual civil, sem engessar a atuação interpretativa dos juízes e tribunais pátrios, ou limitar o direito de acesso à justiça. Verifica-se a necessidade de vinculação das decisões aos precedentes judiciais, que garante uniformidade no posicionamento jurídico do país, bem como igualdade nos tratamentos dos casos análogos. Destarte, aponta-se a possibilidade de vinculação das decisões judiciais aos precedentes no direito brasileiro. A adoção dos precedentes não significa a “eternização” das decisões judiciais. O juiz deverá continuar a exercer o seu livre convencimento e a agir conforme a sua ciência e consciência, afastando determinada norma quando ela não for capaz de solucionar efetivamente o caso concreto.

**Palavras-Chave:** PRECEDENTES – SEGURANÇA JURÍDICA - NCPC

## A IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DA ADOÇÃO DIRIGIDA E SEUS EFEITOS

### **Autor(es):**

*Lúisa Paula de Lima Medeiros : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Brenda Rodrigues Feijó Quintela: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Raellyn Ritter Vilela: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Ayane Barbosa Cavalcante: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho se propõe a estudar a Adoção Dirigida e as nuances de sua vedação legal no ordenamento brasileiro. A adoção é de grande importância para o Direito de Família e é um instituto bastante antigo, pelo fato de que historicamente, sempre houveram casais que não conseguiam ter filhos, mas possuíam tal desejo. Quando analisada juntamente ao Direito Civil, pode-se perceber ainda mais a grandeza de tal instituto, já que o laço afetivo presente na filiação biológica é entendido como semelhante ao laço afetivo presente na filiação adotiva. A adoção Dirigida trata da adoção por meio da qual está manifestado o desejo de quem possui o poder familiar sobre o filho de que ele seja entregue a uma certa pessoa, ocorrendo muitas vezes quando a mãe não possui condições necessárias para criar seu filho e escolhe outra pessoa que possui tais condições para criá-lo. Aqui, trata-se de uma adoção baseada no afeto, e o vínculo afetivo já está presente entre adotante e adotado, carecendo apenas de uma autorização judicial. Antes do advento da Lei Nacional de Adoção, essa modalidade de adoção não era vedada, e os laços afetivos eram levados em consideração. A partir dela, entretanto, se faz necessário o duplo cadastro, comportando o artigo apenas algumas exceções. O afeto foi deixado de lado e essa prática, de enorme necessidade, foi desautorizada. O Projeto possui como Objetivo Geral analisar quais são os efeitos da impossibilidade jurídica da Adoção Dirigida, e para tanto, será usado o método dialético de abordagem, buscando a construção de conceitos e o exame dos mesmos com rigor científico.

**(Metodologia)** O Método de abordagem será o dialético, buscando o exame com rigor científico dos conceitos construídos, além de considerar os fatos dentro de um contexto social. Já os métodos de pesquisa serão os métodos: Histórico, buscando também no passado fatos relevantes e importantes em relação ao tema, pois várias instituições têm origens no seu passado, sendo de grande importância, assim, estudar suas raízes; Comparativo, fazendo uma comparação entre os diferentes institutos, a legislação e temas pertencentes ao Direito de Família, além da comparação entre a forma que era tratada antes do advento do Cadastro de Adoção e como é tratada a adoção dirigida posteriormente e Estruturalista, pois a pesquisa muitas vezes partirá do concreto para o abstrato, tendo uma observação especial das inter-relações que envolvem o tema, principalmente por tratar-se de tema de tamanha relevância social, sendo os significados dentro das mais diversas culturas construídos e preservados justamente pelas inter-relações que são formadas. As técnicas de pesquisa, entretanto, serão a Legislação, Institutos de Direito de Família, Posicionamento dos Órgãos Jurídicos e Preceitos Constitucionais que englobem o tema.

**(Resultados)** Embora parciais, os resultados giram em torno da necessidade da maior importância do afeto nas relações que envolvem a adoção. Embora a lei já preveja casos em que o afeto foi levado em consideração, é necessária uma maior abordagem referente a este aspecto muito presente em todas as relações sociais.

**(Conclusão)** Trata-se, no presente trabalho, de uma conclusão parcial posto que as pesquisas encontram-se em andamento. Contudo, de acordo com as pesquisas desenvolvidas pelo grupo, a adoção, mais ainda que qualquer outra relação interpessoal devido a sua enorme importância e implicações pessoais e jurídicas, devem ter um olhar mais sensível e próximo ao que acontece realmente no plano fático, levando-se o afeto como aspecto principal e tendo em mente o melhor interesse do menor.

**Palavras-Chave:** Adoção. Adoção Dirigida. Afeto. Melhor interesse.

## A IMPUNIDADE PARLAMENTAR RESPALDADA POR MECANISMOS LEGAIS

**Autor(es):**

*Michael Domenico Evaristo de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O objetivo da tripartição dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário é a manutenção da ordem política, mediante interação entre estes, assegurando uma legitimidade, eficácia e racionalidade, que devem resultar em equilíbrio dos poderes sociais. Ao poder legislativo é reservada a incumbência da representação dos interesses da população, criação de leis e fiscalização das ações do poder executivo. Ao poder judiciário é delegada a responsabilidade de garantir o cumprimento da lei.

**(Metodologia)** Diante da problemática apresentada questiona-se: a legislação vigente respalda a impunidade parlamentar? Para responder à pergunta de pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico dos últimos dez anos em artigos científicos específicos ao tema proposto, bem como revisão de livros e revistas com cunho pertinente ao assunto.

**(Resultados)** Cabe ao STF julgar infrações penais comuns, do Presidente da República e seu vice, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República. No STF os crimes mais frequentes nas ações penais contra parlamentares são: peculato (apropriação, por funcionário público, de bem ou valor de que tem a posse em razão do cargo, em proveito próprio ou alheio), formação de quadrilha, crimes de responsabilidade (praticados no exercício de outra função pública), contra a honra (calúnia, infâmia e difamação), lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, crimes eleitorais, crimes contra o sistema financeiro nacional e corrupção ativa e passiva. Apesar da dedicação e trabalho do STF, dos mais de 500 inquéritos contra parlamentares abertos, a primeira condenação aconteceu em 2010 após 22 anos de trabalho e desta data em diante apenas 16 parlamentares que estavam em exercício do mandato foram condenados criminalmente, apenas um cumpre pena em regime penitenciário, e quatro ex-parlamentares encontram-se em prisão domiciliar. Todavia, inquéritos e ações penais são frequentemente arquivadas pelo STF. Apenas entre julho de 2013 e julho de 2015, 290 inquéritos e ações penais contra 167 parlamentares, não tiveram nenhum desfecho e cerca de 22% dos processos foram arquivados por prescrição.

**(Conclusão)** . A possibilidade dessas manobras revela o quanto políticos assessorados por bons advogados e pelo sistema falho, conseguem manipular o andamento das investigações, retardando as conclusões de acordo com seus próprios interesses, levando muitas vezes o processo à prescrição. A falta de efetividade dos processos é evidente. As estratégias dos réus e seus advogados, respaldados por falhas na Lei, contribuem para a impunidade no âmbito judiciário, através do retardo dos processos ao ponto da prescrição. Todavia, há de se reconhecer que a crescente demanda de inquéritos e ações penais, o acúmulo de processos anteriores, e a limitada quantidade de ministros para julgar, falta de estrutura do STF, também contribuem para a ineficiência dos desfechos de ações parlamentares. A manipulação do sistema legal e a morosidade dos processos engessam a justiça. A dificuldade em concluir um processo, leva à impunidade, que por sua vez aumenta a transgressão da lei.

**Palavras-Chave:** Impunidade; Parlamento; Poder executivo.

## A IMPUTABILIDADE PENAL DO PSICOPATA PERANTE O DIREITO PENAL BRASILEIRO

**Autor(es):**

*RaÃssa Vescia Cerqueira Maia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa terá como seu objeto principal de estudo o psicopata frente ao Código de Direito Penal Brasileiro vigente. O tema é recorrente nos dias atuais, em face ao aumento progressivo de crimes cometidos por agentes portadores desse transtorno de personalidade, no qual estão infiltrados em todos os meios sociais e profissionais, e na maioria das vezes são passados despercebidos, até mesmo nos processos penais.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho descritivo. No tocante ao método hipotético-dedutivo, onde serão formuladas hipóteses de penas divergentes das atuais perante a crimes cometidos por psicopatas. No qual, foi analisado a inimputabilidade penal diante da insuficiência de uma legislação específica, além da incapacidade do sistema prisional brasileiro de lidar com os agentes.

**(Resultados)** Para Ana Beatriz Barbosa Silva, psiquiatra e escritora do livro “Mentes Perigosas: O psicopata mora ao lado”, a cada vinte e cinco pessoas, uma é perversa, desprovida de culpa, e capaz de passar por cima de qualquer ser humano para satisfazer seus próprios interesses. Os psicopatas correspondem 4% da população, e sua cura é inexistente. Os determinados agentes apresentam facilidade em manobrar seu comportamento a fim de conseguir liberdade por meio da progressão de regime e, são impossibilitados de serem ressocializados. Torna-se claramente imputáveis, pelo fato de não serem reconhecidos legalmente, mesmo apresentando a comprovação de que possuem consciência da antijuricidade e do caráter ilícito dos fatos, já que possuem pleno conhecimento das normas que transgridem, mesmo sendo portadores da psicopatia.

**(Conclusão)** A psicopatia, por não se tratar de tema específico do âmbito jurídico, foi de certa forma esquecida por depender do auxílio da área de psicologia e psiquiatria. Sendo assim, possuindo uma pena imprópria e inespecífica, causando temor e desamparo à sociedade brasileira, pelo fato do agente possuir como principal característica a incapacidade de compreender a punição, no qual se é comprovado pela taxa de reincidência criminosa após inseridos novamente em sociedade, além do sentimento de insegurança jurídica causado. Mesmo que tendamos à compreensão de que ao psicopata seja necessária a aplicação de uma medida protetiva, com a devida internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, não é o que ocorre na prática, e não podemos fugir desta realidade. A maioria dos agentes do Direito, tanto quanto a própria população, entendem que psicopatas devem ser privados de sua liberdade, em presídios normalmente de segurança máxima, em razão de seu alto grau de periculosidade, ou seja, se julgando necessário a adoção de políticas criminais mais incisivas. Concluímos então, que o modo como a punição é levada é carente de eficácia real, tendo vista a deficiente estrutura física e pessoal para lidar com os criminosos psicopatas no processo penal e cárcere brasileiro.

**Palavras-Chave:** Psicopata. Direito Penal Brasileiro. Imputabilidade.

## A INCOMPATIBILIDADE DA INVESTIGAÇÃO AERONÁUTICA DE ACIDENTES AÉREOS COM O PROCESSO JUDICIAL

**Autor(es):**

*Gabriel Ramalho Hoffmann: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os acidentes aeronáuticos sempre geraram enorme repercussão e preocupação para a comunidade internacional, tanto por suas gravíssimas consequências, como pela progressiva dependência da sociedade diante deste meio de transporte. Desse modo, várias são as ações judiciais que rondam um episódio de acidente aéreo, visando, por exemplo, a reparação de danos materiais ou morais. Logo, a fim de atingir seus objetivos, o poder judiciário exige a presença dos elementos probatórios confiáveis para que o título judicial seja erguido com argumentos convincentes. Assim, é assegurado legalmente que a investigação criminal se desenvolva de maneira autônoma à investigação aeronáutica que é realizada pelo órgão SIPAER (Sistema De Investigação e prevenção de acidentes aéreos). Entretanto, diante da precária formação dos órgãos policiais no conhecimento da produção de provas técnicas em matérias aeronáuticas tem-se a busca de tais informações na investigação aeronáutica SIPAER. Neste viés, o presente trabalho tem o intuito de analisar as incompatibilidades jurídicas, técnicas e objetivas existentes entre os meios de investigação aeronáuticos o processo judicial, visto que sua influência, na grande maioria das vezes, enseja efeitos indesejados no rumo do processo. Assim, têm-se como intuítos específicos: definir e conceituar investigação judicial, investigação aeronáutica, seus meios e sua influência no processo jurídico; verificar a extensão da atuação do SIPAER na investigação aeronáutica; e a analisar a legislação e as convenções atuais e seus obstáculos de interpretação quanto à aplicação em casos concretos de acidentes aéreos.

**(Metodologia)** O trabalho será ordenado através da utilização dos métodos histórico-dedutivo, comparativo e funcionalista. Por conseguinte, o estudo irá utilizar-se da análise da formação dos órgãos encarregados por determinadas investigações, legislação brasileira, da Convenção de Chicago de 1944 e jurisprudências. Dessa maneira, por meio de técnicas bibliográficas e relacionadas ao estudo de casos concretos, almeja-se sustentar a hipótese acerca da influencia negativa dos respectivos elementos probatórios incompatíveis no processo judicial.

**(Resultados)** Destarte, podemos obter resultados com base apenas em análises de decisões judiciais de acidentes aéreos. Assim, pode-se constatar a origem da atribuição da investigação aeronáutica como prova judicial a falta de instrumentos na organização dos órgãos judiciais para investigação criminal de determinados acidentes. Além disso, é notória a violação do Código Brasileiro de Aeronáutica, uma vez que, mesmo sendo vedado o emprego das análises e conclusões do SIPAER para fins probatórios em processos judiciais ou administrativos, o compartilhamento de informações feito entre a esfera aeronáutica e judicial ocorre através de autorização judicial.

**(Conclusão)** O trabalho ainda não possui uma conclusão, pois ainda está em desenvolvimento.

**Palavras-Chave:** Investigação aeronáutica. Investigação judicial. Incompatibilidade. SIPAER.

## A INDIGNIDADE E DESERDAÇÃO NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO: PRIVAÇÃO DO HERDEIRO AO DIREITO DE HERANÇA

### **Autor(es):**

*Jessica Mayara de Souza Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Dayssa Melo Gomes Pinto dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O patrimônio de um indivíduo após sua morte fica disponível para o desfrute de seus familiares, seus entes mais próximos, ou a quem deseje dispor por testamento. Porém ao decorrer da vida, os laços afetivos podem se tornar fragilizados ou rompidos, podendo deste modo, refletir no âmbito patrimonial, por práticas que infringem a lei, atentatórias a entidade familiar. Destarte, o presente projeto visa abordar a indignidade e deserdação, os institutos responsáveis pela exclusão dos herdeiros à capacidade sucessória, elencados nos artigos 1.814, 1.962 e 1.963 do Código Civil, e a aplicação destes. A notoriedade a respeito do tema aumentou, após o caso de Suzana Von Richthofen, que planejou e executou o assassinato dos pais em 2002, para beneficiar-se do patrimônio destes. Casos como este aguçam a curiosidade da sociedade, e coloca o operador do direito no impasse que é efetivar a proteção do direito da herança dos demais herdeiros, e decidir se o assassino deve ou não ter direito a herança. E é neste momento que os dispositivos da deserdação e indignidade devem ser aplicados.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa acadêmica qualitativa, que tem como característica no aprofundamento do contexto estudado, e a perspectiva interpretativa desses possíveis dados para a realidade, realizada também pelo método dedutivo, a partir da análise de doutrina, legislação jurisprudência e casos concretos, procedimento técnico bibliográfico e documental.

**(Resultados)** Com embasamento em pesquisas, vimos que o procedimento da deserdação se dá com a manifestação de última vontade em testamento determinando a exclusão de herdeiros através de ação declaratória de deserdação processada após a morte do testador. Em relação à indignidade, demonstrou-se que quando o autor da herança não sinalizou a intenção de excluir o herdeiro em testamento, a ação declaratória de indignidade que tem um rol de causas restrito as elencadas no artigo 1.814 do código civil, será promovida pelos demais herdeiros interessados na herança. Assim com base no estudo bibliográfico e jurisprudencial realizado, pode-se ao final apresentar um panorama claro e objetivo do que vem a ser e como se aplicam dentro do direito das sucessões os institutos da deserdação e indignidade.

**(Conclusão)** Conclui-se que, pelo fato do direito não conseguir acompanhar todas as variações afetivas, familiares e sociais, percebemos que há lacunas na lei que estorvam o trabalho dos operantes do direito, sobretudo dos juizes que possuem o encargo de proferir o direito e a quem se dispõe. Constatou-se também que embora o CC e seus artigos 1.814, 1.962 e 1.963, determinem taxativamente as hipóteses de exclusão do herdeiro da sucessão hereditária, por não ser merecedor da herança, todavia, a deficiência de provas da ocorrência das causas que ensejam a deserdação e a indignidade, por vezes frustra a aplicação das regras relacionadas ao tema.

**Palavras-Chave:** Direito das sucessões, herança, deserdação, indignidade.

## A INDÚSTRIA DE SUPERVALORIZAÇÃO DOS DANOS MORAIS

**Autor(es):**

*Manoela Vitoria Mundim Paiva : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O dano moral se caracteriza por uma afronta a um direito essencial que é o direito personalíssimo da pessoa, assim ele não é classificado como um dano patrimonial, pois o que vai ser afetado é a integridade física, moral e intelectual, configurando-se um dano extra patrimonial. Com a enorme demanda de processos que requerem dano moral, o judiciário se encontra sobrecarregado e em muitos casos o que se percebe é a banalização desse direito. Pois, como esse direito é considerado subjetivo, não há uma quantificação de até onde ele lesa a integridade da pessoa. Dessa forma, verifica-se que por ter o caráter subjetivo, o dano moral é usado em excesso e sem nenhuma razoabilidade pelos que adentram no judiciário com algum litígio, pois há uma grande chance de ganhar alguma quantia, visto que esse direito não pode ser reparado senão por meio do reparo pecuniário.

**(Metodologia)** A partir do trabalho pretende-se com o objetivo geral compreender a supervalorização do dano moral e as suas consequências, ou seja, de que forma irá ocorrer essa supervalorização e como trará consequências. Assim, de modo a destrinchar o objetivo geral, têm-se como objetivos específicos que seja compreendido o direito ao dano moral, fazer um histórico do uso do dano moral e identificar as consequências que esse uso exacerbado pode trazer. A metodologia utilizada para elaborar a pesquisa tem como método de abordagem o método dedutivo, pois parte-se do pressuposto da indústria de supervalorização do dano moral para saber as consequências advindas dela. A partir do método de procedimento, foi utilizado o método histórico, no qual foi analisado como ocorreu à banalização do dano moral, no qual é um fato recente. A técnica de pesquisa foi adotada por meio de bibliografia e documentos.

**(Resultados)** A pesquisa demonstra que ao longo dos anos houve certa banalização do dano moral, transformando-o em uma verdadeira indústria, no qual o pedido se tornou genérico, não determinado e muito comum em todo tipo de ação.

**(Conclusão)** Conclui-se, a partir do exposto, que o dano moral se transformou em um instituto utilizado para extrair a maior quantidade possível de dinheiro da outra parte, deixando de lado o seu real intuito, que é o de, proporcionalmente, tentar sanar o dano causado. Assim, como consequência se tem um judiciário repleto de casos em que há um pedido genérico em que se pede um valor exorbitante por um dano que nem sequer é tido como um dano ao direito personalíssimo, classificando-se, muitas vezes, apenas como mero aborrecimento do cotidiano. Dessa forma, se faz necessário que o judiciário julgue os processos que contém o pedido de dano moral de forma razoável, observando os critérios da proporcionalidade e se há má-fé da parte que o pede.

**Palavras-Chave:** Dano Moral. Indústria do Dano Moral. Banalização do Dano Moral.

## A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NA REDUÇÃO DOS ATOS INFRACIONAIS

**Autor(es):**

*Alice Gabrielle de Moura Câmara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Tendo em vista o atual cenário do sistema educacional e o índice de adolescentes que ainda frequentam a escola e que, muitas vezes, passam a praticar seus primeiros delitos ainda nesse âmbito, foi o que me motivou a pesquisar sobre o respectivo tema. No entanto, torna-se necessária a discussão de instrumentos jurídicos e pedagógicos, especificamente porque se acredita que o referido campo de conhecimento tem muito a oferecer na discussão das políticas públicas de cuidado e proteção da criança e do adolescente. Este trabalho tem, portanto, o objetivo de discutir a ligação da qualidade da educação pública na taxa de atos infracionais.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, elaborada de material já publicado (livros, artigos), que possui método dialético; da qual analisa alguns casos concretos que correlaciona o atual cenário da educação com o aumento dos atos infracionais, levando em conta a bibliografia do direito penal, a jurisprudência brasileira em relação ao tema, o Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos constitucionais da criança e do adolescente. Portanto, tendo em vista tais objetivos específicos, podemos dizer que a pesquisa possui métodos de procedimento estatístico, visando a significância da redução dos atos infracionais sobre um sistema educacional estruturado.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Constata-se como resultado da pesquisa bibliográfica, que a escola e a educação são fundamentais para a redução dos atos infracionais, e que há influência da educação no comportamento dos adolescente (alunos). Na segunda observação, foi constatado que escolas com traços de violência, como depredações do patrimônio, tráfico de drogas, atuações de gangues, entre outros, podem influenciar na manifestação do comportamento agressivo dos alunos. Sendo assim, as medidas socioeducativas e os lugares que comportam tais infratores são inapropriados, pois é preciso que haja uma socialização no âmbito escolar, incluindo as variáveis, com base nas áreas jurídica e pedagógica.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Diante de tais fatores, observamos que faz-se necessário promover atividades extracurriculares, criando a possibilidade de redução dos atos infracionais. O nível jurídico, muito se tem avançado quanto à assistência de crianças e adolescentes autores de atos infracionais; no entanto, ainda há um longo caminho a percorrer, especialmente no que se refere à execução dessas políticas e leis. Embora haja dificuldades financeiras e estruturais, o ideário da punição e do castigo como bases pedagógicas para a ressocialização de crianças e adolescentes autores de ato infracional ainda parece se configurar como o maior obstáculo a um trabalho comprometido com a formação autônoma desses jovens.

**Palavras-Chave:** Atos Infracionais. Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente.

## A INFLUÊNCIA DA TEORIA DA ROTULAÇÃO NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO

**Autor(es):**

*Ana Luiza de Medeiros Paiva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Escola da Criminologia crítica tem como um de seus principais pensadores Alessandro Barrata que parte da premissa de que o crime não é uma realidade ontológica pré-constituída, mas uma construção discursiva do comportamento criminoso e o criminoso é fruto de um processo de etiquetamento. A partir disto, a Teoria da rotulação entende que o direito penal como um todo, incluindo o próprio sistema penitenciário, atualmente produzem mais delinquentes do que ressocializam e essa estrutura é criada para manter a rotulação do sujeito facilitando o uso da sua mão de obra por facções criminosas. Assim, faz-se necessário estudar a atuação da Teoria sobre o indivíduo criminoso como impedimento à sua ressocialização e como colaboradora ao ingresso seu nas facções criminosas, bem como entender o que são a Escola Penal Clássica e a Escola Penal Positiva, além de estudar a atuação da Teoria do Etiquetamento dentro do Código Penal e compreender o que são as facções criminosas, como elas atuam e quais os seus agentes.

**(Metodologia)** A partir da hipótese de que a rotulação facilita a utilização do sujeito como “mão de obra” pelas facções criminosas, é possível deduzir a solução para o problema que consiste no etiquetamento como fator que afasta o indivíduo do processo de ressocialização, utilizando-se do método hipotético-dedutivo para tal; bem com dos métodos histórico e comparativo para a comparação entre as Escolhas Penal Clássica e a Positiva abordando todos os seus conceitos pertinentes ao caso; além do suporte que será dado através de revisões bibliográficas, fundamentais para este trabalho, bem como a legislação penal e a jurisprudência.

**(Resultados)** Constata-se que quando a ressocialização não funciona sobre o indivíduo, as suas chances de não retornar às ações criminosas são ínfimas. O Estado tem fundamental papel na concretização e efetivação das medidas que devem auxiliar o indivíduo a não se tornar reincidentes, porém a rotulação é um processo seletivo de sujeitos criminalizados, a fim de garantir as desigualdades sociais existentes entre riqueza e poder das sociedades contemporâneas.

**(Conclusão)** O etiquetamento social afasta os indivíduos delinquentes da ressocialização, pois a rotulação contribui para que ele se mantenha no “mundo do crime”, influenciando também a visão que o delinquente possui de si e da sua capacidade de se afastar dessa realidade através de medidas ressocializadoras, levando-o a cometer cada vez mais delitos. Tais indivíduos continuam a delinquir, seja por falta de crença no sistema, que os rotula, ou neles mesmos, como incapazes de saírem da realidade criminosa, tornando-se alvos fáceis para tais organizações criminosas.

**Palavras-Chave:** Teoria da rotulação; facções criminosas; escolas penais; indivíduo criminoso; ressocialização.

## A INFLUÊNCIA DOS PRECEDENTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS.

**Autor(es):**

*Andrei Machado de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os contratos no Brasil existem de longa data. No entanto, assim como o Direito, as regras que pautam as suas cláusulas são de extrema mutabilidade com o decorrer do tempo, reflexo justamente da sua inseparável ligação com o Direito, que com o decurso temporal acaba por estabelecer proteções a cláusulas entendidas como abusivas. Com a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, os precedentes ganharam um espaço de grande importância no cenário processual e material. Principalmente, no que se refere aos meios pelos quais o judiciário busca estabelecer a segurança jurídica. Sendo assim, surgem questionamentos de como os precedentes irão afetar as relações contratuais presentes e futuras, haja vista que muitas decisões tomadas em juízo irão acabar por alterar as formas como os contratos são realizados e até mesmo a questão material tratada em suas cláusulas. Com o exposto, busca a presente pesquisa científica de forma principal, analisar como os precedentes jurídicos irão afetar as relações contratuais. De forma acessória, buscando um aprofundamento da questão, objetiva-se procurar similaridades e dissonâncias entre a nova legislação processual civil brasileira e a legislação norte americana, no que tange a forma pela qual são resolvidos os conflitos contratuais. Também se faz mister conceituar o próprio termo “Precedentes” conforme o CPC/15, pois apenas desta forma será possível entender a sua incidência prática. Por fim, tem-se também como objetivo secundário a análise de casos concretos onde houverem a aplicação dos precedentes, buscando casos que versem a respeito de conflitos contratuais.

**(Metodologia)** Para alcançar os objetivos da presente pesquisa científica, será utilizado como Método de Abordagem, o Dedutivo. Partindo da análise de diversos julgamentos que tiverem como causa de decidir o uso de precedentes para dirimir os conflitos contratuais, buscar-se-á um padrão de como essas decisões irão influir nas futuras relações contratuais, assim como nas presentes. Quanto aos Métodos de Procedimento, estes serão o descritivo, no que se refere a conceituação do termo “Precedentes”. Comparativo pela necessidade de buscar as semelhanças e divergências entre a legislação nacional e a norte americana e por fim, a analítica, cujo objeto serão os casos concretos abordados buscando o entendimento deles. Já a respeito do Método de Pesquisa, serão utilizadas a jurisprudência para observar como estão aplicando os precedentes. A doutrina, para tomar conhecimento do ponto de vista deles a respeito da temática e por fim a legislação brasileira e a norte americana.

**(Resultados)** Pela presente pesquisa tratar-se da fase inicial do objeto de análise do Trabalho de Conclusão de Curso deste discente, os resultados ainda não são certos, restando apenas a projeção do autor a respeito destes. Por sua própria essência, é incoerente com a seriedade de um trabalho científico onde o pesquisador deve ao máximo evitar construir juízos de valores antecipados acerca do assunto, que este especule a respeito dos possíveis resultados. Sendo assim, ainda não há resultados a serem apresentados.

**(Conclusão)** Espera-se da presente pesquisa extrair-se que os precedentes jurídicos em análise vão reduzir os conflitos advindos das relações contratuais. Pois com o passar do tempo, muitos dos conflitos que levariam as partes de tal relação a provocarem o judiciário já terão sido decididos, tornando-se precedentes que vincularão o juiz a decidir de igual maneira e desta forma, as partes serão desencorajadas a provoca-lo, pois a lide já possui uma conclusão legal. Porém, destaca-se que a conclusão em questão não passa de uma preliminar, pois não foram analisados os resultados ensejados dos objetivos da pesquisa. Conforme mencionado, se trata de fase inicial do Trabalho de Conclusão do Curso.

**Palavras-Chave:** PRECEDENTES; CONTRATOS; PROCESSO CIVIL

**A INFLUÊNCIA MIDIÁTICA ANTE O DEVIDO PROCESSO LEGAL: UMA ANÁLISE DA VIOLAÇÃO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PELA MÍDIA NACIONAL.**

**Autor(es):**

*Maria Clara Dantas Cavalcanti Ribeiro Marinho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É inevitável o dinamismo de informações quando se vive em uma era globalizada. Tal fenômeno torna-se ainda mais expressivo em um país que possui a violência como uma de suas principais adversidades. O problema social se encontra internalizado de uma maneira tão forte que se torna algo atrativo para os brasileiros. A presença de elementos agressivos chama a atenção das pessoas tanto em esferas de influência pontual, como as redes sociais, quanto em esferas de influência generalizada, como os veículos de mídia. Diante do aumento de seu fluxo, surge uma nova preocupação acerca de como se dá a veiculação de notícias no Brasil. No âmbito processual a relevância da questão é ainda maior, visto que muitas vezes a necessidade de uma performance desenvolva da mídia resulta no desrespeito aos princípios constitucionais de cunho processual. A violação desses princípios é rotineira e por muitas vezes passa despercebida pela população, que acaba emitindo um juízo de valor preliminar sem que se dê conta da quantidade de informações processuais que são comprometidas em um único programa de televisão. A Lei nº 64/2007 (Estatuto do Jornalista) regulamenta os direitos e deveres da profissão jornalística, mas carece de aspectos que indiquem como o profissional da área deve proceder ante situação em que deva transmitir fato sem que elementos daquele litígio processual sejam comprometidos. Ademais, o passado histórico brasileiro marcado pelo regime militar faz com que o debate acerca dos limites da regulamentação midiática muitas vezes se confunda com a ideia de censura absoluta, o que dificulta a aproximação de uma conclusão. Dessa forma, faz-se necessária a discussão acerca das demarcações do jornalismo brasileiro para que o julgamento popular não influencie a decisão judicial a ponto de antecipar os seus efeitos sociais. Um dos objetivos da presente pesquisa é analisar de que forma a insistente circulação de informações acerca de um mesmo caso, ou ainda a simples exposição das partes em um noticiário pode afetar a apresentação de defesa dos acusados e, conseqüentemente, a decisão de um juiz.

**(Metodologia)** A sociedade é uma estrutura de instituições que se correlacionam em um mesmo sistema. Dito isto, seria impossível chegar a resultados satisfatórios na presente pesquisa se fossem analisados o Poder Judiciário – representante do Estado – ou a mídia nacional de forma isolada, visto que estas não são apenas entidades que se relacionam, mas que manejam as mesmas informações de maneira diferenciada. Além disso, tanto o Judiciário como a mídia manejam informações que mantêm dialeticidade com o contexto econômico e social o qual estão inseridas. Pensando nisso, são utilizados os métodos dialético e funcionalista para a elaboração da presente pesquisa.

**(Resultados)** A pesquisa ainda se encontra em fase de desenvolvimento. No entanto, podem ser apresentados alguns resultados preliminares, como a não aplicabilidade da Lei nº 1/1999 (Estatuto do Jornalista) no que diz respeito à fiscalização da atividade em situações que envolvam o sigilo de informações, a proteção de testemunhas e outros aspectos do âmbito processual.

**(Conclusão)** Como supramencionado, a pesquisa ainda se encontra em fase de desenvolvimento. Portanto, ainda não pode ser verificada nenhuma espécie de conclusão acerca do objeto tratado.

**Palavras-Chave:** Direito Processual, Direito Constitucional, mídia, jornalismo, princípios, violação.

## A INFLUÊNCIA MIDIÁTICA E O PRÉ JULGAMENTO NA AUSÊNCIA DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA

### **Autor(es):**

*Lorena Fernandes Souza Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN  
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Analisando diariamente alguns casos que ocorrem no nosso país, onde existem pré-julgamentos da mídia que interferem na concepção popular e nos próprios processos penais, é notável a importância de discutir esse problema social, partindo do pressuposto da necessidade de obedecer a nossa Constituição Federal Brasileira, onde diz em seu art. 5º, que, ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória; em se tratando de uma norma superior hierarquicamente, logo nenhum ato deveria se contrapor a ela, principalmente a indústria midiática que é tida como um dos julgadores, já que a justiça é baseada na pressão pública, onde a mesma é consequência do que é abordado nos noticiários, através dos meios de comunicação em massa. Houve vários casos onde a justiça caminhou pelo viés da mídia e levou os suspeitos para o caminho da injustiça e do sofrimento.

**(Metodologia)** Utilizou-se o método indutivo, analisando situações concretas através de noticiários, bem como de todos os meios midiáticos deste país; estudo de caso, de caráter exploratório para facilitar o entendimento, trazendo as injustiças praticadas em determinadas situações que a mídia impôs a sociedade e a própria justiça Brasileira, logo se utilizou um método transdisciplinar, partindo do direito constitucional, de decisões jurídicas, e da concepção da sociedade sobre este tema.

**(Resultados)** Encontramos com facilidade diversos casos em que por influência da mídia, o processo penal tomou um diferente rumo, advindo da proporção em que o caso tomou perante a sociedade. O sensacionalismo e o mercado midiático acabam por desconhecer o princípio da presunção de inocência, bem como os direitos fundamentais da pessoa humana, que deveriam prevalecer diante da pior hipótese das decisões judiciais. O resultado de casos como os que aqui foram tratados é de direitos e garantias fundamentais esquecidos, princípios legais não levados em consideração que geram injustiça e até vidas totalmente interferidas por irresponsabilidade social e profissional, simplesmente pelo fato de fazer um papel que não é de sua incumbência e interferir no juízo que não lhe cabe fazer.

**(Conclusão)** É certo concluir, após o estudo do tema abordado e de casos que se tratam desse assunto, a falta de limitações sobre o que é exposto da mídia quando se trata de acusação de pessoas, que se quer foram condenadas a tal ato, e mesmo sendo considerada culpada pela justiça, não deveriam perder o núcleo de seus direitos fundamentais e valores sociais, a nossa legislação predispõe várias normas que versam sobre suspeitos e culpados e que devem ser seguidas rigidamente. Não é por causa desse grande erro da mídia que podemos crucificá-la, assim como ela também não tem o direito de martirizar nenhuma pessoa em prol do clamor da sociedade que está com sede de justiça por um crime que ainda não foi sentenciado. Este estudo não se esquece do Direito à Liberdade de Imprensa em nenhum momento, que também é um direito fundamental predisposto na Constituição Brasileira, por isso há a necessidade de ponderar esta norma constitucional para que não haja a violação de outros princípios tão importantes quanto. O que se busca é justiça, legalidade e bons profissionais que sigam os preceitos legais.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Influência midiática; Direitos Fundamentais; Justiça; Processo Penal.

**A INSEGURANÇA PÚBLICA E A DESMATERIALIZAÇÃO DA MOEDA: DAS OPERAÇÕES TRAJECTÍCIAS MEDIEVAIS AO CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO.**

**Autor(es):**

*Felype Felício Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Desde o instante em que a humanidade atribuiu “valor financeiro” a um objeto – seja esse uma moeda, especificamente, ou um metal precioso – o qual pudesse circular e facilitar as trocas de mercadorias, fomentando o desenvolvimento da mercancia, a questão da segurança pública sempre foi uma preocupação dividida entre sociedade, governo e iniciativa privada. Na Idade Média, a partir do ressurgimento das cidades e das feiras comerciais na Europa, o transporte de valores era visto com extrema desconfiança em razão do grande número de assaltos cometidos nas precárias estradas. Frente a isso, surge a chamada “operação trajectícia”, onde um banqueiro recebia o depósito em uma dada cidade e se obrigava a entregá-lo em outra cidade ao depositante por intermédio de seu representante bancário. O banqueiro expedia ao depositante dois papéis: a *cautio*, que era a confissão do crédito que o depositante tinha junto a ele, e a *littera cambii*, que consistia na ordem de pagamento do representante bancário ao depositante. Hoje, apesar da distância histórica, a sociedade ainda compartilha da mesma preocupação frente a segurança pública, pois, muito embora grandes avanços tenham acontecido na área, as práticas delituosas também se modernizaram e se fortaleceram. No Brasil, a criminalidade vem causando preocupações ainda mais intensas, basta observar os casos cotidianos de assaltos noticiados pela mídia. Porém, assim como na Idade Média, com as operações trajectícias, se vem buscando a cada dia soluções operacionais para tal problema, contando, a sociedade contemporânea, com o “cartão de crédito e débito”, instrumento esse que, além de proporcionar segurança, também trouxe inúmera comodidade e rapidez no momento de se realizar operações financeiras, ideal em um mundo cada vez mais globalizado.

**(Metodologia)** O método de abordagem dialético possibilitou a análise do fenômeno da desmaterialização da moeda nos diferentes momentos históricos, possibilitando o diálogo entre os tais com ênfase em suas mudanças. Com relação aos métodos de procedimento, utilizamos para a elaboração da pesquisa, o histórico: para explorar os contextos históricos que estão inserido as operações trajectícias e o cartão de crédito e débito; e o comparativo: pontuando as diferenças e as semelhanças entre tais sistemas. Como técnica para o desenvolvimento da pesquisa, se explorou o estudo bibliográfico sobre o tema e consultas a sites jurídicos e jornalísticos.

**(Resultados)** Os institutos jurídicos envolvidos aos frutos das operações trajectícias - *cautio* e *littera cambii* – são totalmente diversos dos institutos envolvidos no instrumento financeiro do “cartão de crédito e débito”, em especial no que diz respeito a sistemática operacional e processualística, contudo, as finalidades de ambos os instrumentos se assemelham, sejam elas a operabilidade e a segurança, observando os contextos das diferentes épocas, pois provocam o encaminhamento para a desmaterialização da moeda a cada dia mais acentuada.

**(Conclusão)** Com a modernização do mercado, a maioria das empresas passou a trabalhar com máquinas de cartão de crédito e débito, certamente porque o dinheiro em espécie desempenha um papel crucial em uma ampla gama de atividades criminosas, chamando a atenção dos delinquentes a tirarem vantagens de seu negócios e trabalho. O processo de desmaterialização da moeda é um fenômeno que a cada dia se intensifica mais em nossa sociedade, não só pela questão da segurança, como já ressaltado, mas também por facilitar a circulação de valores e trazer comodidade no momento das transações comerciais frente a um mundo cada vez mais dinâmico, onde a virtualidade, por meio do uso da internet, tem trazido para a sociedade novas necessidades e soluções.

**Palavras-Chave:** Direito cambiário. Título de crédito. Desmaterialização da moeda. Operações de crédito.

## A INTERFERÊNCIA DO PRECATÓRIO NOS CONTRATOS ENTRE O ESTADO E O SETOR PÚBLICO.

**Autor(es):**

*Ihago Rabih Simonetti Jamaledine: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Ao realizar contratos para compra de produtos ou prestação de serviços, a administração pública é tratada de maneira diferente do setor privado, os produtos ou serviços prestados à administração pública possuem preços mais elevados, uma das causas dessa diferença é a existência do precatório, uma lista de espera em que o Estado paga suas dívidas em ordem de chegada para aqueles que ganham ações judiciais contra o Estado, o que interfere diretamente nos contratos administrativos, pois essa existência cria insegurança ao setor privado que negocia com o Estado, esse risco econômico criado pela existência do precatório é adicionado no preço do contrato, conseqüentemente o deixando mais caro para o Estado. Portanto, é apresentado a seguinte problemática: o que pode ser feito para diminuir ou afastar os efeitos do precatório nos contratos da administração pública? O presente projeto busca analisar uma maneira que possa afastar os efeitos da existência do precatório nos contratos entre o Estado e a administração pública, conceituando o precatório, comparando o preço dos contratos da administração pública com os contratos do setor privado, e analisando a possibilidade da inserção de garantias contratuais nos contratos da administração pública, com o intuito de proporcionar a possibilidade de contratos mais favoráveis tanto para a administração pública, com preços mais baixos, como para o setor privado, com maior segurança em receber o pagamento pelo produto ou serviço prestado.

**(Metodologia)** Método de Abordagem: Método hipotético-dedutivo. Método de Procedimento: Método descritivo, conceituar o que é precatório para melhor introduzir o leitor ao assunto. Método comparativo, comparar o preço dos contratos entre o Estado com setor privado e os contratos do setor privado com setor privado. Método Analítico, analisar a possibilidade da inserção de contratos de garantia nos contratos de licitação, assim discutindo uma possível solução para a problemática apresentada. Método de pesquisa: Legislação Nacional, Estudo de caso e Pesquisas bibliográficas.

**(Resultados)** Pesquisa em andamento por ser projeto de trabalho de curso.

**(Conclusão)** Conclusões preliminares: É possível concluir que a instituição de garantias contratuais pode afastar a necessidade de ações judiciais após os contratos da administração pública, pois em caso de inadimplência da administração pública, o setor privado poderia acionar a garantia contratual, afastando o poder judiciário da causa, e com esse afastamento, também são afastados os efeitos da existência do precatório, pois sem ação judicial, não existe precatório. Ao afastar os efeitos da existência do precatório, é possível deixar mais barato os produtos e serviços contratados pela administração pública, pois a existência do precatório leva insegurança ao contrato, apresentando riscos econômicos ao setor privado, riscos estes que aumentam o preço dos produtos e serviços prestados ao Estado.

**Palavras-Chave:** Contratos da administração pública; Efeitos da existência do precatório; Garantias contratuais concedidas pela administração pública.

## A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E O ATIVISMO JUDICIAL NO STF

### **Autor(es):**

*Ana Clarisse Fonseca dos Santos : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A constituição federal de 1988 ao conceber a expansão dos direitos fundamentais, viabilizou a existência de um novo paradigma no cenário jurídico a partir da ampliação da atuação do Poder Judiciário para garantir a efetiva concretização das prerrogativas constitucionais. Surgem nesse contexto, a incidência dos fenômenos de judicialização da política e do ativismo judicial. A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a utilização dos institutos supracitados quanto à efetivação dos direitos fundamentais sociais no Brasil, a partir da compreensão do Supremo Tribunal Federal como guardião constitucional. Para tanto, tem como objetivos específicos a conceituação e distinção de judicialização da política e ativismo judicial, para em seguida realizar análise sobre seus pontos positivos e negativos. Paralelo a isto, serão explicitados os institutos constitucionais de maior importância para a compreensão do tema, como a tripartição de poderes e o controle de constitucionalidade, bem como a análise da atuação do STF na ampliação à tutela jurisdicional e efetivação dos direitos sociais.

**(Metodologia)** A pesquisa realiza-se através do método dedutivo, uma vez que se mostra o meio mais adequado ao desenvolvimento do raciocínio lógico, tendo em vista que parte da compreensão geral da temática para alcançar a questão particularizada, qual seja a judicialização política e o ativismo judicial exercido pelo Supremo Tribunal Federal. O método dedutivo caracteriza-se, também, pela utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados e conjuntamente com a exposição bibliográfica, análise da literatura jurídica e exposição de exemplos concretos, pretende-se chegar à melhor abordagem da temática exposta.

**(Resultados)** A judicialização, no contexto brasileiro, é um fato decorrente do modelo constitucional adotado, e não sendo deliberado por vontade política. Enquanto o ativismo judicial é uma escolha de um modo específico e proativo de interpretar a Constituição, expandindo seu sentido e alcance, originando-se do descolamento entre a classe política e a sociedade civil. Por ser a Constituição fonte jurídica para fundamentação de direitos pleiteados, e em face do sistema de controle de constitucionalidade proposto diretamente ao STF, pelo sistema difuso ou concentrado, demonstra-se ascensão do Judiciário na concretização de direitos, em detrimento dos demais poderes, devida sua inércia, contribuindo para a judicialização. Nesse sentido, verifica-se a preocupação dos juristas quanto ao ativismo judicial, ao defenderem que sua atuação fere a tripartição de poderes, e conseqüentemente, o Estado Democrático de Direito. A doutrina elenca objeções aos institutos, as quais se concentram acerca dos riscos à legitimidade democrática, na politização indevida da justiça e nos limites da capacidade institucional do Judiciário. No entanto, percebe-se a partir do ativismo, e conseqüentemente da judicialização, a satisfação das demandas não atendidas pelo Legislativo, como também contribuição para a adaptação legal às mudanças sociais, com a aplicação progressiva dos princípios e precedentes constitucionais aos casos concretos.

**(Conclusão)** Como visto, com a omissão legislativa, o poder Judiciário passou a reconhecer direitos em seus julgados. A judicialização e o ativismo são traços marcantes no cenário jurídico brasileiro, permitindo que discussões de largo alcance político e moral sejam atendidas sob através de ações judiciais. Apesar de necessário para suprir a inércia do Legislativo na proteção dos direitos fundamentais, diversas são as críticas negativas, principalmente no que diz respeito a tripartição de poderes e legitimidade. Justificam-se as críticas invocando o texto constitucional, o qual determina o STF como guardião, os remédios constitucionais referentes ao controle de constitucionalidade concentrado e difuso exercido pelo Supremo e a fundamentação exaustiva dos julgados. Conclui-se, até o dado momento que diante das diversas causas de origem e crescimento da judicialização e ativismo judicial está inativismo e a morosidade do Poder Legislativo.

**Palavras-Chave:** Ativismo judicial. Judicialização da política. Supremo Tribunal Federal.

## A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO CONTEXTO CRIMINAL

**Autor(es):**

*Raphaela Dantas Amancio: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O mundo está em explosão em relação a criminalidade e a violência. Por essa razão, ocorre à crescente demanda por justiça e o reflexo disso é uma amplitude da aplicação do sistema criminal adotado. Então, a comunidade jurídica e o Poder Judiciário do Brasil se viram obrigados a buscar formas alternativas de resolução de conflitos, não privilegiando apenas o método tradicional de ajuizamento de processos judiciais e sim buscando formas inovadoras e efetivas, de modo que garantam os direitos fundamentais dos indivíduos, como a justiça restaurativa, que pretende estimular um diálogo entre a vítima e o infrator para que os laços rompidos pelo delito sejam reparados. Mas como a justiça restaurativa pode ajudar a vítima a alcançar uma maior atenção no contexto criminal? Nessa espécie de justiça, as próprias pessoas decidem conjuntamente as soluções para o conflito e seus impactos, por meio da cooperação para o alcance do que é tido como justo pelas partes. O presente trabalho tem como finalidade mostrar a justiça restaurativa como um meio alternativo da justiça retributiva acompanhada da pena de prisão que vem sendo aplicada de forma exacerbada.

**(Metodologia)** O desenvolvimento do estudo do presente trabalho se dará, utilizando-se o método dialético e indutivo, onde se buscará, através de vasto material bibliográfico, de jurisprudência e de apresentação de casos concretos, adentrar no tema da justiça restaurativa e, dessa forma, demonstrar as mudanças na justiça que poderiam ser ocasionadas pelo método restaurativo.

**(Resultados)** Atualmente, é necessário a participação efetiva das partes na justiça penal, razão pela qual na justiça restaurativa se tem uma maior participação da vítima, do infrator e da sociedade e para que isso ocorra, é necessário que haja uma redução da atuação do atual sistema penal, qual seja, o sistema retributivo que possui resultados insatisfatórios para a promoção de uma sociedade mais justa. Isso ocorreria respeitando-se os direitos fundamentais e o princípio da dignidade humana, por meio da descriminalização, o que trará, conseqüentemente, menos dominação e imposição pelo estado e mais inclusão social. A justiça restaurativa seria também uma possível via para a humanização da justiça.

**(Conclusão)** O ordenamento jurídico do Brasil está mais preocupado com as questões de âmbito humano, com vistas à resolução do conflito de forma mais eficaz e útil a todos os protagonistas do sistema jurídico. Colocando a justiça restaurativa como meio de buscar a resolução de outras dimensões do problema que não apenas a punição, teríamos por exemplo, a reparação de danos emocionais, que não encontramos no sistema penal atual.

**Palavras-Chave:** Justiça restaurativa; Resolução de conflitos penais; Justiça.

## A LEI DA DOMÉSTICA E SEUS REFLEXOS PREVIDENCIÁRIOS

### **Autor(es):**

*Adrielle Oliveira Cachina: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Monalisa Silvério da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Anna Beatriz da Costa Teodoro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Lorena Cortez de Souza Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A lei complementar 150/2015, conhecida como a lei das domésticas, surgiu em razão da necessidade da sociedade de legitimar os direitos das domésticas. Historicamente, essa classe não possuía representatividade nem visibilidade no ordenamento jurídico brasileiro. Sua principal consequência, além da melhoria na qualidade das condições de trabalho, foi a tentativa de igualar os seus direitos aos dos outros empregados, já resguardados pela CLT. Em meio a essas inúmeras melhorias, temos as voltadas para o Direito previdenciário, que será o enfoque da presente pesquisa científica.

**(Metodologia)** No tocante a metodologia, a presente pesquisa é aplicada, utilizando-se do método bibliográfico e comparativo, onde serão analisados os reflexos da Lei Complementar 150/2015 no Direito Previdenciário.

**(Resultados)** Para a compreensão dos principais efeitos previdenciários emergidos com a promulgação da Lei Complementar 150/2015, se fez imprescindível a conceituação daqueles que fazem jus ao referido benefício de aposentadoria da seguridade social. Nesse sentido, a lei em questão disciplina, em seu artigo 1º, que os empregados domésticos são considerados aqueles que prestam serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana. Dentre as grandes mudanças observadas, foi possível constatar a extensão do plano de benefícios mediante a criação do auxílio-acidente. Agora, os empregados domésticos contribuem 0,8% para possuírem todos os benefícios cabíveis na modalidade acidentária, quais sejam, pensão por morte, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente. Ademais, no tocante ao custeio social, houve uma mudança significativa e positiva na forma de recolhimento previdenciário, pois até a adoção da LC nº 150/2015 a contribuição do empregado doméstico, da mesma forma que empregados e trabalhadores avulsos, era fixada nas alíquotas de 8, 9 ou 11% sobre o respectivo salário-de-contribuição, que deveria ser descontada pelo empregador. Junto a esta parcela, caberia ao patrão reunir sua própria contribuição, nesta condição, na alíquota de 12% também sobre o salário-de-contribuição do empregado doméstico. Após a lei, o recolhimento se tornou unificado e simplificado de todos os encargos devidos pelo empregador, tanto as contribuições previdenciárias como FGTS. Além da diminuição da contribuição patronal de 12% para 8%, o recolhimento unificado agregará os seguintes percentuais: 0,8% para financiamento do seguro contra acidentes do trabalho; 8% para o FGTS; 3,2% para a formação do fundo de rescisão do contrato, com ou sem justa cause, e, se devido, o imposto sobre a renda retido na fonte.

**(Conclusão)** Conclui-se, dessa forma, que do ponto de vista previdenciário, a lei complementar 150/2015 surgiu para conceder aos trabalhadores domésticos direitos que os empregados celetistas, urbanos e rurais, possuíam desde 1943. Com isso, esse instrumento normativo trouxe, ainda que tardiamente, mudanças positivas e significativas para a seara laboral doméstica.

**Palavras-Chave:** Previdenciário. Empregada doméstica. Contribuições.

## A LEI DA FICHA LIMPA: HISTÓRICO E APLICABILIDADE

### **Autor(es):**

*Clarice Alencar de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Yasmin Linhares Araujo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Constituição Federal de 1988, Capítulo IV, estabeleceu, em seu artigo 14 § 4º as causas de inelegibilidade e em seu parágrafo 9º abriu a possibilidade de lei complementar criar novas condições para ela. Em 04 de junho de 2010 foi sancionada a Lei Complementar nº135 que dispõe sobre essas novas causas, recebendo a denominação de Lei da Ficha Limpa. Foi criada com o objetivo de atribuir restrições àqueles cuja a vida pregressa seria considerada indigna ao exercício do mandato eletivo. Diante disso, estabeleceu maior rigor no processo de elegibilidade, derrubando a exigência do trânsito em julgado das condenações e ampliando o período de inelegibilidades. Dessa maneira buscou-se analisar a efetividade e finalidade desta lei.

**(Metodologia)** O presente trabalho tem por objetivo geral tratar acerca da Lei da Ficha Limpa, enfatizando os principais aspectos no mundo jurídico quanto a sua eficácia, consequências, características e finalidade. Como objetivo específico se concentrou em realizar aprofundamento teórico sobre o assunto através da pesquisa bibliográfica. Pretendeu realizar uma abordagem crítica, através de uma pesquisa documental, utilizando o método dedutivo, sobre aspectos gerais da Lei da Ficha Limpa, através da busca sistemática de artigos em periódicos, sites e revistas atuais que tratam da temática, além do ordenamento jurídico então vigente.

**(Resultados)** A Lei Complementar nº 135 impossibilitou a eleição dos políticos que renunciaram ao seu cargo a fim de não mais serem processados ou para fugir de condenação, foram condenados por crimes como contra o patrimônio público, de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, abuso de autoridade, que perderam seus cargos por alguma infração que cometeram durante seus mandatos, os que têm processos em andamento (que já foram aprovados) na Justiça Eleitoral, os que têm processo de apuração de abuso de poder econômico ou político para a eleição na qual concorrem. Ampliando significativamente as causas de inelegibilidade, além das contidas na Constituição Federal.

**(Conclusão)** Embora não tenha sido possível mensurar com precisão o impacto da quantidade de pessoas que se tornaram inelegíveis com a criação da lei, é indiscutível que ela é um grande instrumento na depuração da corrupção no cenário da política brasileira, impedindo que vários candidatos concorram ao processo eleitoral devido às suas condutas incompatíveis como o que se espera de um governante. Chegamos à conclusão que a ética e a moralidade no exercício dos cargos públicos devem ser condições essenciais para o deferimento da elegibilidade de um candidato, e cabe a cada eleitor fazer valer seu poder de voto num Estado democrático.

**Palavras-Chave:** Direito Eleitoral. Lei da Ficha Limpa. Inelegibilidade. Constituição Federal.

## A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E O COMBATE À CORRUPÇÃO

### **Autor(es):**

*Aioninny Amanda Camilo Lustro: Discente do curso de Nutrição do UNI-RN*  
*Marianna de Oliveira Amorim Souza : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Nathalya Diniza Fernandes da Câmara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ou Lei Complementar nº 101, foi criada no início dos anos 2000 com o intuito de definir o limite de gastos dos estados e municípios conforme a quantidade de tributos arrecadados pela Federação Brasileira. A lei busca criar uma condição de equilíbrio orçamentário, financeiro e fiscal. Foi implantada na tentativa de inibir uma prática comum de alguns governantes, que faziam grandes gastos ao final de seu mandato para que esses valores fossem pagos pelos próximos representantes eleitos. A LRF incentivou mais transparência nos gastos públicos, o que é de grande valia no combate à corrupção. A vulnerabilidade do combate à corrupção no Brasil favorece a prática ilegal na administração pública. Os acusados tem a possibilidade de apresentar inúmeros recursos contra as decisões judiciais, e as penas são brandas para quem comete crimes aos patrimônios públicos. O tema abordado trás a problemática da efetividade da lei vigente na Constituição Federal, como o combate a corrupção proposto pela lei, tendo em vista que, uma das melhorias prevista pela LRF seria a diminuição da corrupção no âmbito pátrio. Os aspectos abordados no projeto são: o planejamento, a transparência, o controle e o combate à corrupção. Todavia, essa pesquisa tem por objetivo analisar e demonstrar se os aspectos abordados são de fato realizados da forma prevista pela Lei.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa se deu através de consultas a sites e jornais eletrônicos, também artigos científicos e jurídicos, como por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal existente no ordenamento jurídico pátrio, portanto, constitui-se numa pesquisa bibliográfica e descritiva, pois se utiliza de um manancial de autores, retratando fatos e fenômenos sem manipulá-los.

**(Resultados)** O presente Projeto de Análise Científica tem como objetivo geral certificar a eficácia da Lei de Responsabilidade Fiscal e o combate ao crime de corrupção pública no Brasil. Para consolidar o objetivo geral acima descrito, foram elencados os seguintes objetivos específicos: enfatizar como surgiu a LRF; analisar se a lei está tendo eficácia; relacionar a lei com o combate à corrupção; apresentar a aplicabilidade da lei; descrever a má administração pública.

**(Conclusão)** A pesquisa sobre A Lei de Responsabilidade Fiscal e o combate à corrupção possibilitou uma análise mais profunda no âmbito da sua eficácia na administração pública. Além disso, também permitiu um olhar mais crítico e construtivo por meio de análises desenvolvidas durante o estudo a cerca da sua efetividade. Como resultado final, concluímos que o papel dos governos de fiscalizar fica apenas no papel, onde as formas de punição são leves perante roubos e entre outros crimes.

**Palavras-Chave:** LRF; corrupção.

## A LEI MARIA DA PENHA E SUA EFICÁCIA NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

**Autor(es):**

*Gabriela Vasconcelos de Oliveira : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A violência doméstica contra a mulher constitui uma problemática que atinge toda a população independente da classe social. Diante da forte pressão dos movimentos feministas e posterior movimento de cunho internacional, resultaram acordos e tratados em prol das mulheres, tendo em vista que a sociedade não obtinha êxito em erradicar o problema da violência doméstica contra a mulher. A fim de remediar a situação, após a intervenção internacional, foi inserida no ordenamento jurídico brasileiro a Lei nº 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha. Esta Lei apresentou-se dotada de características protetivas, visando efetivar a igualdade prevista na Constituição Federal e, de fato, proteger as mulheres vítimas de violência doméstica. Após a aprovação da Lei Maria da Penha, o Brasil tornou-se o décimo oitavo país a ter uma lei específica para o combate à violência contra a mulher. Em determinados países, a legislação é um pouco mais abrangente, incluindo a violência doméstica e familiar contra homem ou mulher. No Brasil, o legislador optou pela proteção à mulher. Até mesmo em caso de violência no âmbito da união homoafetiva estende-se a proteção à mulher.

**(Metodologia)** O método de abordagem é o hipotético-dedutivo, no qual se tem a possibilidade da sociedade ter uma questão cultural envolvendo os gêneros. Para o procedimento de coletas de dados, foi elaborado uma pesquisa bibliográfica.

**(Resultados)** No Brasil, existem diferentes tipos de violência que calam e aprisionam milhões de mulheres diariamente. O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking de feminicídio de acordo com a ONU Mulheres. Cerca de 41% dos casos de violência acontecem dentro de casa. Além disso, 3 em cada 5 mulheres sofreram, sofrem ou sofrerão violência em um relacionamento afetivo. E apesar de as violências silenciosas – psicológica, moral e patrimonial – constarem na Lei Maria da Penha, muitas das denúncias não são reconhecidas pelos tribunais de justiça

**(Conclusão)** Essa pesquisa tem como objetivo o estudo da Lei Maria da Penha e sua eficácia com relação às mulheres vítimas dessa violência, assim como a punição para seus devidos agressores fazendo um paralelo com a Lei do feminicídio e a violência de gênero. Há obstáculos diários para efetiva aplicação da Lei. Alguns argumentam que por trazer medidas mais rigorosas, a Lei Maria da Penha inibiria as mulheres agredidas, que deixariam de denunciar os agressores, já que apesar da violência, não gostariam de ver o marido preso. Contudo, há quem diga que a inibição seria justamente dos agressores, que deixam de agredir por saber que existe uma lei que pode levar à prisão.

**Palavras-Chave:** violência doméstica; políticas públicas; efetividade.

## A LIBERDADE JURÍDICA DE ATUAÇÃO DO ADVOGADO EM CASOS IMPOPULARES

### **Autor(es):**

*Silvia Helena Silva Santiago: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Ivonete Bezerra da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*José de Souza Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Natasha Helena Benigno de Azevedo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Embora a atuação do advogado seja indispensável à administração da justiça, conforme aduz o artigo 133 da Constituição da República, é incontestável que, em alguns casos – principalmente os que envolvem crimes interpelados pela população ou de complexidade social elevada –, a atuação deste profissional é severamente resistida pelos cidadãos. Inicialmente, explica a falta de confiança da população para com estes profissionais. Após, trata sobre o papel do advogado na era democrática. Por fim, faz-se uma tentativa de adequar o pensamento social à verdadeira atuação do advogado na atualidade: a efetivação dos direitos fundamentais dos indivíduos pautados na Constituição da República (dentre eles, o direito de petição), e a garantia de que o devido processo legal seja observado. Dessa forma, objetiva-se entender a função do advogado perante o Estado Democrático de Direito em situações que vêm cada vez mais gerando impacto na sociedade, em razão dos recentes acontecimentos políticos e sociais tais como a operação “Lava Jato” e o caso da “cura gay”. Por objetivos específicos, busca-se explicar porque esta profissão não ocasionalmente é tida como indecorosa, bem como adequar o senso comum à realidade da advocacia tendo como enfoque principal o Direito Fundamental de petição.

**(Metodologia)** O projeto se baseia em uma pesquisa teórico qualitativa acerca do tema, através da análise doutrinária e jurisprudencial. Para tanto, socorre-se do método lógico-dedutivo. O instrumento de pesquisa, então, diz respeito aos casos em concreto consonantes com o tema da pesquisa, assim como a produção doutrinária.

**(Resultados)** Apesar de o tema não ser pacificamente aceito socialmente, havendo, então, severas divergências – muitas vezes de cunho político –, a discussão saudável e construtiva de determinados assuntos é necessária à construção democrática de uma Nação. Dessa forma, a missão do advogado é interceder a favor de alguém, ou ainda, atuar a fim de efetivar direitos e deveres garantidos na legislação vigente.

**(Conclusão)** Por fim, conclui-se que a democracia está em constante aperfeiçoamento tendo em vista que tem como objetivo superar as desigualdades sociais e efetivar os princípios emanados pela Carta Magna de 1988. Tem-se, ainda, que, através do Estado Democrático de Direito, a pluralidade é admitida e os direitos fundamentais e sociais dos indivíduos são garantidos. Assim, é dever do advogado efetivá-los, além de promover a justiça e a paz social. Finalmente, a função pública do advogado disposta na Constituição Federal repercute em seu ministério privado, tendo em vista que as condutas adotadas pelo advogado em encontro aos direitos humanos, à cidadania e à moralidade pública estão sob a tutela do Código de ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil.

**Palavras-Chave:** Atuação do advogado; papel da advocacia; democracia.

**A LINHA TÊNUE ENTRE O DISCURSO DE ÓDIO E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO À LUZ DO CONSTITUCIONALISMO MODERNO**

**Autor(es):**

*Matheus Ribeiro Chaves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Vinicius Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*João Victor Bezerra da Nobrega: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Um dos principais conflitos presentes nas diversas sociedades, e que acaba recaindo sobre o Direito, é o embate entre o Discurso de Ódio e a Liberdade de Expressão. Dito isso, este trabalho visa abordar tal temática através da ótica do ordenamento jurídico brasileiro, com enfoque nos princípios constitucionais e nas garantias fundamentais que regem o assunto, presentes nos Art. 3º e Art. 5º da Constituição Federal de 1988, além de identificar quais os crimes derivados do discurso de ódio. Assim, tem-se como objetivo, através de uma análise social, constitucional e criminal do tema, definir a liberdade de expressão, além de abordar até onde deve ir esta liberdade e quando a expressão do pensamento se torna um discurso de ódio, conseqüentemente, um crime. Buscando também, apontar as garantias constitucionais que asseguram a expressão de pensamento e as que protegem o indivíduo contra atos de discriminação, como exposto no inciso IV do Art.3º da Constituição Federal de 1988 que busca promover o bem de todos, erradicando, portanto, os preconceitos das mais diversas ordens.

**(Metodologia)** Com base nisso, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa teórica, que busca fundamentos na Constituição Federal de 1988, no ordenamento jurídico brasileiro, conforme o posicionamento do Supremo Tribunal Federal e nos escritos da Doutrina, explorar a temática em questão, por meio do método transdisciplinar, levando-se em consideração que a problematização acaba por envolver questões de Direito Constitucional e Direito Penal.

**(Resultados)** Procuramos expor através deste trabalho que apesar de ser um direito fundamental garantido pelo Art. 5º da Constituição Federal de 1988, a liberdade de expressão tem limites, portanto, mesmo estando garantida a expressão de pensamento, a mesma não pode ferir o direito legítimo de terceiros, como exemplificado no posicionamento do Supremo Tribunal Federal, no caso do editor Siegfried Ellwanger no qual foi negado o pedido de Habeas Corpus (HC 82424) no ano de 2003. Diante disso, foram expostos os limites jurídicos desta liberdade e a caracterização do discurso de ódio, com alicerce no constitucionalismo moderno, observando historicamente os problemas sociais causados por ele e os motivos de sua forte existência nos dias atuais, apesar do combate à disseminação dos preconceitos.

**(Conclusão)** Observamos que o Direito Fundamental da liberdade de expressão está inserido no rol de Direitos de Personalidade, podendo assim qualquer pessoa exercê-lo, porém, mesmo com essa característica, isso não o torna absoluto, tendo em vista que a partir do momento em que o exercício da liberdade de pensamento e, conseqüentemente, de expressão, fere o direito constitucionalmente consagrado de outrem, há de existir a devida limitação e punição.

**Palavras-Chave:** Liberdade de expressão. Discurso de ódio. Garantias Fundamentais. Constitucionalismo Moderno.

**A LIVRE INICIATIVA ECONÔMICA E A PROPRIEDADE PRIVADA À LUZ DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA**

**Autor(es):**

*Milena Maria Queiroz de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Clara Duarte Florêncio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Mayra do Nascimento Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Daianny Fidelis Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luiza Maria Lopes de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa tem por escopo analisar a relação que existe entre a função social da empresa, a livre iniciativa econômica e a propriedade privada, apresentando tais conceitos e fazendo a conexão entre eles e a sua coexistência dentro da atividade empresarial, devendo-se levar em consideração não exclusivamente os interesses econômicos e individuais, como também os coletivos, a fim de que se possa atender aos anseios de uma sociedade capitalista que também é democrática, dando a todos o direito a uma existência digna. Sendo assim, de forma geral, objetiva-se, com o trabalho, investigar se o princípio da função social se aplica à empresa e à livre iniciativa econômica, buscando qual a relação existente entre essas e o direito de propriedade e utilização da propriedade privada presentes na Constituição Federal. Tendo assim como objetivo geral a análise e a conexão de conceitos dos princípios da função social da empresa, juntamente com a observância da livre iniciativa econômica e da propriedade privada, os quais norteiam o ramo do Direito Empresarial. O objetivo específico se propõe a examinar a aplicabilidade da livre iniciativa econômica e da propriedade privada e a sua compatibilidade aos contornos da função social da empresa sob a ótica da atividade empresarial.

**(Metodologia)** A metodologia empregada na construção do trabalho tem caráter iminentemente técnico, utilizando-se do método dedutivo do qual será feita uma análise geral até os pontos específicos do tema. Além disso, a pesquisa contará com um estudo bibliográfico em conjunto com análises doutrinárias e documentais, as quais serão tanto nacionais quanto estrangeiras. E por fim, também serão abordadas algumas leis que tratam sobre a aplicabilidade do assunto proposto.

**(Resultados)** Do exposto, constata-se como resultado de pesquisa a visível relação da livre iniciativa econômica privada com a função social da empresa, devendo aquela compatibilizar-se com essa, buscando assegurar a existência digna de todos, em consonância com os ditames da justiça social, em prol de interesses coletivos, desempenhando um papel fundamental na sociedade contemporânea. Assim, percebe-se que o verdadeiro fortalecimento e sustentabilidade da empresa, tanto no ambiente externo como interno, é o desenvolvimento gerado pela observância dos princípios fundamentais da ordem econômica, conforme os ditames da justiça social.

**(Conclusão)** Logo, o trabalho demonstrou a necessidade de relacionar a função social da empresa, a propriedade privada e a livre iniciativa econômica a fim de evidenciar a conexão entre os três institutos e a sua importância dentro da nossa sociedade. Além do que, o exercício da empresa deduz a livre iniciativa (liberdade econômica empresarial), sendo necessária a existência da propriedade privada como sede da empresa, influenciando como um todo no meio social existente a fim de garantir a função social (empresa e propriedade), devendo atender não apenas a finalidade lucrativa da empresa, como o interesse coletivo e o bem estar social.

**Palavras-Chave:** Função Social da Empresa. Livre Iniciativa Econômica. Propriedade Privada.

## A NATUREZA JURÍDICA DOS ANIMAIS NO DIREITO BRASILEIRO E PERSPECTIVAS DE MUDANÇA

### **Autor(es):**

*Max Rocha de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Aparecida Rodrigues de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Carmen Lucia de Almeida Martins: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho faz um breve paralelo acerca da natureza jurídica dos animais, os quais, no direito brasileiro, são desprovidos de personalidade, sendo considerados semoventes até o momento. Diferentemente, os “animais não humanos”, atual denominação utilizada pelo Biodireito, não são mais considerados coisas nos ordenamentos austríaco, alemão, francês, suíço e português, passando a possuir sciência, ou seja, são dotados de sensibilidade, qualidade comprovada cientificamente que os protege contra maus-tratos, todavia, igual transformação já deveria ter ocorrido no direito brasileiro, vez que os animais são sujeitos de direitos subjetivos (Art. 225, § 1o., Inc. VII – CF/88; Art. 32 – Lei 9.605/98 - Lei dos Crimes Ambientais). Tramita em caráter conclusivo a análise pela Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 3670/15 do Senado, o qual, estabelece a alteração da natureza jurídica dos animais domésticos de “coisas/semoventes” para “bens móveis”.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através do método de abordagem dialético, uma vez que será feita a contraposição entre os avanços da natureza jurídica dos animais e suas nuances, ou seja, seus pontos positivos e peculiaridades, e as suas limitações, isto é, a problemática em seu entorno, buscando uma análise crítica que possa contribuir para a reflexão da Ciência do Direito. Os métodos do procedimento analítico compreendem o descritivo, o comparativo e o tipológico. Acerca da base de pesquisa, serão realizadas análises em bibliografia, artigos científicos e legislação, constituindo assim o referencial teórico.

**(Resultados)** Conquanto seja pacífica a incapacidade dos animais de figurarem como sujeitos de direito imbuídos de personalidade, há que se promover uma mudança de paradigma em relação a natureza jurídica dos animais, todavia, alterar a qualidade de “coisa” para “bem móvel” significaria em termos práticos trocar seis por meia dúzia, vez que a diferença entre uma denominação e outra refere-se à utilidade patrimonial e de transações econômicas. Alternativamente, a atribuição por meio de legislação específica do caráter da sciência, transformando os “animais” em “animais não humanos”, além de abranger mais proteção advinda da qualidade de ser vivo do animal – digno de respeito – reconheceria as idiosincrasias do animal em relação às outras coisas, sem dotá-los todavia de personalidade jurídica, mas, figurando relações jurídicas, de forma à haver “pessoas”, “coisas (bens)” e “animais não humanos”.

**(Conclusão)** Por fim, conclui-se, a partir dos estudos realizados, que a alteração da natureza jurídica dos animais, de modo à possuir a qualidade da sciência e a sua especial proteção, no ordenamento brasileiro se faz preemente, todavia, de forma prática, concreta e objetiva, à amparar os direitos efetivamente dos animais e não de seus proprietários, tutela esta já amplamente amparada pelos Direitos Reais.

**Palavras-Chave:** Animais . Semoventes . Bens Móveis . Personalidade . Sciência.

## A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: O LOBBY DO BATOM

**Autor(es):**

*Laryssa Augusta Correia Lisboa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A elaboração da Constituição Federal de 1988 representou um marco fundamental da vida política do Brasil, devido à alta participação feminina através do movimento feminista brasileiro e a bancada feminina do Congresso Nacional, que ficou conhecido como “Lobby do Batom”. Este movimento tinha como propósito a participação das mulheres junto ao processo constituinte para garantir a inserção das demandas femininas nos dispositivos da nova Carta Magna. Assim, o presente trabalho propõe observar o papel do Lobby do Batom como instrumento para a consolidação dos direitos das mulheres como normas constitucionais, bem como analisar os avanços proporcionados no que tange o direito feminino nos dias atuais.

**(Metodologia)** Para esse intento, o método de abordagem utilizado foi o dialético, visto que o foco é a contraposição e contradição de ideias que levam a outras ideias e teorias para se obter uma conclusão. O método de procedimento foi o histórico, onde coloca-se os dados da pesquisa sob uma perspectiva histórica, visando acompanhar a evolução do objeto pesquisado pela história. E as técnicas de pesquisas deram-se através da pesquisa bibliográfica, com fundamento na doutrina que trata o tema, além de artigos científicos e teses, bem como a utilização da própria Constituição Federal de 1988.

**(Resultados)** Verificou-se, como resultado preliminar, que a partir do grande movimento conhecido como Lobby do Batom, deu-se início a consolidação das demandas femininas na Constituição Federal de 1988. A bancada feminina apresentou reivindicações que retratavam as preocupações das mulheres daquela época. Desse modo, a pesquisa tem revelado a efetivação de algumas demandas, como a igualdade jurídica entre homens e mulheres, a ampliação dos direitos civis, sociais e econômicos das mulheres, a igualdade de direitos e responsabilidades na família, a proibição da discriminação da mulher no mercado de trabalho e a definição do princípio da não discriminação por sexo e raça-etnia. Assim, vê-se nos variados artigos da Constituição Federal, notadamente naqueles constantes do Título II, Capítulo I do referido texto, que versa especificamente sobre os Direitos e Garantias Fundamentais, que a contribuição feminina deixou marcas inapagáveis.

**(Conclusão)** Portanto, o movimento Lobby do Batom foi de grande importância para a consolidação dos direitos das mulheres e de normas de interesse da sociedade em geral. Assim, com a promulgação da Constituição de 1988, as mulheres membros do Lobby do Batom obtiveram êxito em 80% de suas reivindicações, que foram convertidas em direitos constitucionais. Acerca dos êxitos obtidos, observa-se que as conquistas se acumularam desde então. Atualmente as mulheres podem celebrar os avanços verificados na legislação que busca coibir a violência contra a mulher, processo que culminou com a entrada em vigor da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha. O escopo do ensaio é, então, resgatar e propor reflexões acerca do movimento Lobby do Batom no processo constituinte, identificando os avanços conquistados e seus desenvolvimentos acerca da participação das mulheres na elaboração da Constituição Federal de 1988.

**Palavras-Chave:** Constituição Federal de 1988. Lobby do Batom. Direitos das mulheres.

## A PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E SEUS EFEITOS CONSTITUCIONAIS

**Autor(es):**

*Ana Beatriz de Queiroz Leite: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Constituição de 1988 alterou o conceito de família, sua função e seus valores. O instituto que antes se organizava em torno de padrões sociais bem definidos, baseava-se na hierarquia entre seus membros e era tido como lugar de preservação do casamento, cedeu espaço a um conceito mais igualitário, plural e flexível de família. O núcleo familiar, então, deixa de ser definido pelos laços sanguíneos e passa a se organizar em torno das relações de afeto, pois são elas que verdadeiramente constroem os vínculos interpessoais. Nesse sentido, surge a possibilidade de se reconhecer outras formas de filiação que não a biológica. A paternidade socioafetiva, portanto, faz-se importante ser estudada porque conhecê-la significa traçar um caminho em direção à busca pelo melhor interesse para a criança e sua felicidade, através da convivência, da vontade e do amor, como própria consequência do princípio da afetividade, especialização da dignidade humana. Assim sendo, a presente pesquisa visa traçar quais as consequências jurídicas do reconhecimento da paternidade socioafetiva à luz da consolidação da afetividade como princípio constitucional.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa na qual, para abordar o tema, foi utilizado o método dialético, visto a necessidade de a realidade familiar ser entendida dentro do contexto em que está inserida, bem como por estar em constante mudança, fazendo com que esteja sujeita a inevitáveis contradições. Considerando os objetivos da pesquisa, os métodos de procedimento utilizados foram o histórico, como decorrência da análise da evolução do afeto no seio familiar; e o funcionalista, já que cada família é diferente entre si, ao mesmo passo em que se correlacionam e são igualmente essenciais para o todo, porque possuem a mesma função social, onde foram analisados, como técnicas de pesquisa, a Constituição, o Código Civil, o PL 470/2013, Enunciados, e entendimentos doutrinários e jurisprudenciais sobre o tema.

**(Resultados)** O reconhecimento da afetividade como elemento constitutivo dos vínculos familiares evoluiu da ideia de família eudemonista. Nessa perspectiva, além das análises doutrinárias, as normativas e jurisprudenciais também se mostraram de suma importância para evidenciar o papel da afetividade nesse contexto. Alguns exemplos disso são o artigo 1593 do Código Civil; o enunciado 519 da V Jornada de Direito Civil; os artigos 5º, IV, 9º, 75, 84, 104 e 240 do Projeto de Lei 440/2013 em tramitação no Senado, conhecido como Estatuto das Famílias, e os princípios constitucionais da dignidade humana, igualdade entre os filhos (art 227, § 6º) e o melhor interesse para a criança. Além disso, o julgamento dos Recursos Especiais 1.613.641 (MG) e 1.059.214 (RS) igualmente servem de exemplo.

**(Conclusão)** A constitucionalização do Direito das Famílias foi a grande responsável pelo reconhecimento do pluralismo dos diversos arranjos familiares, instituindo contornos que ultrapassam a consanguinidade e valorizam a convivência e o afeto. O reconhecimento da paternidade socioafetiva trouxe para o centro da discussão a valorização da subjetividade, do amor e da solidariedade, com o objetivo de assegurar a felicidade do indivíduo. Assim sendo, não há dúvidas de que a afetividade possui importante papel na orientação das interpretações legislativas, figurando como princípio dentro do ordenamento jurídico brasileiro. O reconhecimento da paternidade socioafetiva, desse modo, contribui para sua consolidação ao passo em que atribui direitos e deveres àquele que cria, educa, cuida e notadamente propagada ser o pai daquela criança independentemente do que diz a biologia, podendo fazer com que essa realidade seja descartada ou que coexistam harmonicamente como acontece nos casos de multiparentalidade.

**Palavras-Chave:** Família. Afeto. Paternidade socioafetiva. Princípios. Constitucionalização do Direito das Famílias.

## A POSSIBILIDADE DO USUCAPIÃO NA POSSE DE MÁ FÉ

**Autor(es):**

*Michael Domenico Evaristo de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho objetiva analisar o instituto da usucapião de bem móvel na posse de má fé. Esta possibilidade está prevista no Código Civil Brasileiro em seu artigo 1261, no qual estabelece “Se a posse da coisa móvel se prolongar por cinco anos, produzirá usucapião, independente de título ou boa fé”. Tal norma causa conflito entre o código penal que busca reprimir atos que possibilitem a aquisição de bens móveis através de atos ilícitos com sanções que inclusive podem cecear a liberdade e por outro lado o código civil abre a oportunidade de após cinco anos de posse de bem móvel, mesmo sendo de má fé, ou seja produto de fruto ou roubo, a possibilidade de regulariza-lo tornando o bem adquirido de forma ilícita, regularizado, podendo assim o novo proprietário gozar, reivindicar, usufruir e dispor.

**(Metodologia)** Para o estudo será utilizado um referencial teórico como técnica de pesquisa, pela necessidade de embasamento jurisprudencial e interpretativa da lei, dos princípios e dos direitos fundamentais acerca da temática da usucapião. O método de abordagem aplicado será dedutivo, decorrente da análise das leis e princípios gerais e aplicação aos casos específicos. Como método de procedimento elegemos o histórico, justaposto à evolução da temática e seu contexto histórico – social, bem como a comparação das evoluções da jurisprudência brasileira.

**(Resultados)** Diante do exposto levantamos o seguinte questionamento: qual a jurisprudência brasileira frente à divergência de vertentes entre o Código Penal e Civil ao abordar a usucapião? Com o presente estudo objetivamos discorrer sobre o entendimento majoritário da usucapião em ato de má fé pelos magistrados e críticos em Direito, identificar as divergências e lacunas entre o Código Penal e Civil, e discutir os efeitos deletérios para a sociedade proprietária de bens móveis.

**(Conclusão)** Observa-se que o instituto da usucapião de bem móvel na posse de má fé, está intimamente ligado a pratica de um ato ilícito passível de punibilidade e sanção, amparado pelo código penal brasileiro. Em contrapartida temos o código civil brasileiro que pode tornar a pratica de um ato ilícito, ou melhor o objeto obtido através de um ato ilícito, facilmente em um objeto licito com possibilidade de legalização através de dispositivos legais disponíveis no código civil. Garantir tal direito ou expectativa de direito, é inadmissível e contraditório. Pois de um lado temos o código penal brasileiro que busca suprimir atos ilícitos, como por exemplo o furto ou roubo de um veiculo. Por outro lado temos o código civil abrindo espaço para a legalização de um produto gerado e obtido através de um ato ilícito.

**Palavras-Chave:** Impunidade; Parlamento; Poder executivo

**A PRÁTICA DO INSIDER TRADING NO DIREITO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE JURÍDICO-FILSÓFICA DO ILÍCITO.**

**Autor(es):**

*Paulo Ricardo de Lima Lucena: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Mateus Medeiros de Moura : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Diante o fluxo de informações no qual os indivíduos estão inseridos no século XXI, onde a expansão mercadológica, o acúmulo de capitais e de patrimônios são considerados os fins últimos de todas as coisas. Notam-se práticas cada vez mais antiéticas no mundo corporativo, em destaque, no mercado de capitais. Dentro desta perspectiva, encontra-se um ilícito hodiernamente combatido através da tríplce jurídica: cível, penal e administrativo, denominado insider trading. O conceito ora apresentado configura-se uma ação, sendo esta, o uso de informação privilegiada ainda não divulgada utilizada pelo participante do mercado, tendo a intenção de obter vantagem indevida. Enfrentado com severidade pelos órgãos reguladores de todo o mundo, no panorama pátrio não difere, pois tal prática lesa princípios elencados no arcabouço da Constituição Federal de 88, bem como, outras normas vigentes no ordenamento jurídico brasileiro. Por fim, busca-se ilustrar o estudo a luz da filosofia racionalista kantiana, correlacionando aos seus aspectos morais. (OBJETIVOS) Objetiva-se com esta análise, apresentar aos leitores um tema pouco debatido, porém com grande relevância na seara jurídica, com a intenção de delinear os rumos e os contornos do mercado nacional, tendo em vista que, consumando-se o ilícito, acarretará grandes impactos econômicos, sejam para empresas, quanto à sociedade.

**(Metodologia)** Diante os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método transdisciplinar, já que a problemática abrange questões com diferentes áreas de atuação, especificamente, Direito Constitucional, Direito Empresarial, Direito Civil, Ética etc. Ademais, fez-se uso do método dialético, devido à contraposição de ideias entre quem pratica o Insider Trading, os princípios constitucionais e normas regulamentadoras que regem a sociedade brasileira.

**(Resultados)** Destarte, verificou-se que a prática do insider trading constitui uma conduta não apenas prejudicial às empresas e aos seus acionistas, porém a todo sistema financeiro nacional, pois com a concretização do ilícito, põe-se em risco a confiança dos investidores no mercado de capitais, extinguindo a confiança de suas atividades. Nos princípios da ordem econômica trazidos pela Constituição Federal, destaca-se para o presente estudo o art. 192, que em breve síntese, afirma que o sistema financeiro nacional deverá ser estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e servir a coletividade, em todas as partes que o compõem, porém por não interferir de maneira direta, deixa a cargo de leis ordinárias e complementares a fiscalizarem com mais rigor a prática do ilícito. Ressalta-se também, que durante a análise verificou-se que o ilícito supracitado, constitui uma violação moral sob a perspectiva kantiana, onde determinadas condutas não deverão ser baseadas em interesses, preferências, e desejos, sendo assim, um equívoco no que concerne a ser moralidade.

**(Conclusão)** Conclui-se que, por tratar-se de um exercício usual, todavia, improprio de se identificar, busca-se combater a prática do insider trading de maneira que impossibilite a sua realização. Ademais, faz-se necessário não esgotar o tema, mas sim, avulta-lo para investigações posteriores.

**Palavras-Chave:** Insider Trading. Ética Filosófica. Princípios da Ordem Econômica. Sistema Financeiro Nacional.

**A PROBLEMÁTICA DA INDÚSTRIA DA SECA NO RN E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

**Autor(es):**

*Milena Maria Queiroz de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Mayra do Nascimento Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Clara Duarte Florêncio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Luiza Maria Lopes de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Daianny Fidelis Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) A realidade nordestina sofre com o fenômeno natural da estiagem, que pode ser atenuada através da implantação de estratégias próprias voltadas para a região, como o monitoramento do regime das chuvas e projetos de construção de açudes para irrigação. Devido a estratégias políticas que objetivam tirar proveito das contribuições do governo para combater tal infortúnio, cria-se um cenário de fragilização da população semiárida. Com isso, surgem questionamentos acerca da ineficácia das políticas públicas adotadas pelo Estado para minimizar os efeitos da convivência com a seca, o que afeta direitos individuais e coletivos dos indivíduos atingidos, formando, assim, a famigerada Indústria da Seca. Dessa forma, o presente trabalho tem por escopo demonstrar uma realidade presente no Polígono das Secas no semiárido nordestino, em especial, na região do Estado do Rio Grande do Norte, que, historicamente, acaba por marginalizar uma classe social, oprimida não somente devido ao fenômeno natural da estiagem em si, mas também por fatores econômicos, políticos e sociais.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) O trabalho é baseado em uma pesquisa aplicada, fundamentada em uma perspectiva dialética, em seu decorrer, não foi feita a utilização de amostragem, caracterizando-se, portanto, como exploratória e explicativa, sendo qualitativa a forma de abordagem e os instrumentos de pesquisa foram realizados através dos estudos transversais da população da região Nordeste e, no intuito de se chegar ao objetivo proposto, fez-se o uso de referenciais teóricos.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Como é de conhecimento geral, a seca na Região Nordeste do Brasil é um fato histórico. A problemática do tema assenta-se na inércia do Estado e na subordinação da sociedade afetada diretamente pela estiagem a um plano de ordem econômica e política cujo objetivo é o favorecimento daqueles que detêm influência e poder sobre os que vivem marginalizados pelo cenário que o fenômeno natural da estiagem provoca, comprovando-se a nocividade da seca para direitos e garantias protegidos pela Constituição Federal de 1988, tais como a dignidade da pessoa humana, onde se configura uma situação de abandono e miséria que afeta o convívio familiar e comunitário, bem como a sobrevivência do homem do campo. Dessa forma, reconheceu-se que os efeitos dos severos períodos de seca sobre a vida da população da região do Rio Grande do Norte, os quais contribuem, conjuntamente com a ineficácia das ações do Estado, com a violação de vários dispositivos constitucionais, uma vez que a CF/88, em seu artigo 6º, garante ao cidadão os direitos sociais básicos, visando assegurar aos indivíduos oportunidades tidas como indispensáveis para o absoluto gozo dos seus direitos.

**(Conclusão)** (CONCLUSÕES) O fenômeno natural da estiagem não é causa, por si só, da pobreza que assola as regiões ateadas pela ausência de chuvas, mas é um agravante. O problema maior em relação à seca na região Nordeste e, em especial atenção, no Rio Grande do Norte, é o da ineficácia das políticas públicas adotadas pelo Estado e a consequente exploração do homem do campo por parte dos grandes produtores rurais, que lucram com a seca e criam o cenário da Indústria da Seca, mostrando que há uma estratégia por parte de alguns que possuem influência econômica e política para tirar proveito próprio diante da tragédia da seca na região Nordeste do Brasil. Então, a situação encontrada pelas populações que vivem nessas regiões objetos da pesquisa, atesta a uma existência de fatos totalmente diversos do pretendido pela norma jurídica. De tão corriqueira, essa desobediência da lei, parece ser um episódio normal, regulamentado e, por consequência, permitindo, a vulnerabilidade das vítimas. Mas, através de um comparativo estabelecido, é possível concluir que essa situação não atinge a todos de forma igual.

**Palavras-Chave:** Indústria da Seca. Região Nordeste. Direitos Individuais e Coletivos.

## **A PUBLICIDADE ENGANOSA E AS RELAÇÕES DE CONSUMO.**

**Autor(es):**

*Vitória Albuquerque de Paula: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Presente trabalho tem como objetivo demonstrar a necessidade da existência de uma proteção ao consumidor, devido a publicidade que gira em torno das relações de consumo, publicidade essa que muitas vezes é realizada de maneira antiética e desvirtuada da realidade, induzindo o consumidor ao erro. A publicidade enganosa afronta não só aos princípios da Constituição Federal, como também os princípios tutelados pelo Código de Defesa do Consumidor - CDC, os quais reprimem esta espécie de conduta, e garantem proteção ao direito do consumidor.

**(Metodologia)** Inicialmente, tem-se por objetivo geral compreender o limite entre a publicidade enganosa e as relações de consumo. Em relação aos objetivos específicos, será abordado os aspectos históricos, o estudo da importância da relação jurídica do consumo e a identificação de como ocorre a publicidade. Dessa forma, a metodologia utilizada para elaboração da pesquisa tem como método de abordagem o método Dialético, já que os eventos relativos a publicidade devem ser vistos de maneira dependentes a relação de consumo, portanto não se deve analisar um evento isoladamente; o método de procedimento são: as entrevista, análise de documentos e pesquisa de campo, pois se faz necessário entender como ocorre a banalização da publicidade e como isso afeta a relação com os consumidores; foi utilizado como técnica de pesquisa, a Bibliografia (livros e documentos).

**(Resultados)** A arte, ciência e técnica da publicidade, feita de forma correta observando os ditames e regras impostas, quais sejam de cunho moral, social e do ordenamento pátrio, são de relevante importância para o mercado consumidor e o seu crescimento, visto que possuem como consequência direta à dinâmica e a expansão positiva da economia como um todo. No entanto, se ocorre a inobservância das normas impostas, a sua apresentação será considerada maléfica ao consumidor, causando-lhe um dano na esfera material ou na esfera moral. Além disso, a realização da publicidade interfere no processo de escolha do consumidor no momento de aquisição de um produto, portanto, sendo esta publicidade enganosa, o consumidor estará sendo iludido a respeito do produto adquirido.

**(Conclusão)** Portanto, o trabalho retrata a situação de dano que a publicidade enganosa pode ocasionar nas relações consumeristas, sendo necessário que o consumidor tenha consciência quanto ao produto que está comprando/consumindo, os excessos apresentados e também quais são as normas garantidoras do seu direito naquela relação. Desse modo, é possível concluir que a importância da validade das Leis existentes no Código de Defesa do Consumidor, impõem limites as práticas abusivas, as desestimulando e mantendo a ordem nas relações de consumo. Assim, a prática da publicidade enganosa e abusiva, merece punição e repressão, para que haja o desestímulo dessas condutas, visto que, não pode ser aceito que o consumidor seja a parte mais frágil dessa relação.

**Palavras-Chave:** Publicidade Enganosa. Consumidor. Relação Jurídica.

## A PUBLICIDADE NA ERA DAS INFORMAÇÕES E AS SANÇÕES APLICADAS PELA ORDEM DOS ADVOGADOS

### **Autor(es):**

*Manoela Beatriz Souza da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Marlon Dályson Francelino de Arruda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Karollyne Oliveira da Cunha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*William Bezerra Maia Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente a quantidade de advogados existentes no mercado de trabalho brasileiro ultrapassa 1 milhão de profissionais e diante dessa ampla concorrência surge a necessidade de investir em publicidade para atrair clientes. O Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil rege, dentre tantos outros assuntos, a publicidade. Com isso, são apresentados direcionamentos a respeito de como faz-la corretamente, e havendo o seu descumprimento, estabelece o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (Lei n. 8.906/94) sanção de censura aos profissionais da advocacia. Desse modo, busca-se garantir uma conduta ética no exercício da profissão que, diante dos avanços tecnológicos, torna-se mais difícil seu monitoramento nos mais diversos meios de divulgação. (OBJETIVOS) O presente trabalho possui como objetivo geral fazer uma análise da ética profissional através da publicidade praticada nos meios físicos e virtuais. Dentre os objetivos específicos, por sua vez, procura-se verificar como devem ser feitas as publicidades, afim de que não sejam marketing irregular para angariar clientela, quais as penas aplicáveis em caso de descumprimento e além disso, observar como são feitas as publicidades nos diversos meios de circulação.

**(Metodologia)** Para atingir os objetivos propostos da presente pesquisa, utilizamos os métodos de abordagem dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético, tomando como ponto de partida a publicidade na era da informação. Além desses, como métodos de procedimentos, utilizamos o histórico no qual verificamos a origem do fenômeno, bem como, o comparativo e o estudo de caso com o intuito de serem analisadas situações reais que facilitem a compreensão do tema proposto. Sendo, portanto, uma pesquisa de cunho teórico.

**(Resultados)** Apesar da pesquisa ainda se encontrar em andamento, teremos como resultados esperados que apesar de existir uma sanção para o descumprimento do disposto legalmente, ela não é suficiente para impedir que os profissionais ajam de maneira irregular, buscando simplesmente alguma forma de se sobressair sobre os outros, colocando, dessa forma, o advogado que segue rigorosamente o estipulado em lei em desvantagem.

**(Conclusão)** Percebe-se, então, que diante do concorrente mercado de trabalho os profissionais acabam fazendo propagandas (irregulares) mesmo com o Código de Ética e o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) estabelecendo as diretrizes de como podem ser feita a publicidade pelos advogados e impondo sanções pelo seu descumprimento tem sido incapaz de desestimular a prática da propaganda irregular. Com isso, hoje busca-se o equilíbrio entre a preservação dos valores tradicionais da profissão e a inevitável tendência a flexibilizar diante dos avanços da publicidade por meio virtual.

**Palavras-Chave:** Publicidade. Ética. Sanções. Estatuto da Advocacia.

## A QUESTÃO DO ABANDONO AFETIVO EM DECORRÊNCIA DA ALIENAÇÃO PARENTAL

**Autor(es):**

*Lucas Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No Brasil, é indubitável a questão da alienação parental, o que ocasiona inúmeros casos de abandono afetivo dos pais. O termo alienação significa a prática de usar os filhos como uma determinada vingança dos pais que não conseguem mais se entender. Usam suas frustrações, manipulada por uma máscara de amor e cuidado, que na verdade é apenas um modo de afetar o outro cônjuge. Várias crianças são atingidas por esse problema devido a brigas, separação dos pais ou até mesmo abandono por questão financeira. Não só existe o abandono afetivo como também o material e intelectual. Tais atos ferem os direitos da criança assegurado pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que são garantidos para todos os menores de idade.

**(Metodologia)** Trata-se do método de abordagem dialético, pois consiste em um modo esquemático de explicação da realidade que se baseia em oposições e em choques entre situações diversas ou opostas. Os elementos do esquema básico do método dialético são a tese, a antítese e a síntese. O ponto de partida para o método é nada menos do que a análise crítica do objeto pesquisado, que no caso é a alienação parental, que ocasiona o abandono afetivo, o que significa encontrar as determinações que o fazem ser o que é, o motivo de ocorrer. Tais determinações têm que ser tomadas pelas suas relações, pois a compreensão do objeto deverá contar com a totalidade do processo, na linha da intencionalidade do estudo, que é estabelecer as bases teóricas para sua transformação. Já o método de procedimento, será utilizado é o método comparativo, tendo como objetivo comparar diversos grupos de famílias com o intuito de analisar as semelhanças.

**(Resultados)** Observa-se que a pesquisa sobre o tema chegou a resultados ainda provisórios no qual de fato ao alienar uma criança ou adolescente acaba surgindo conseqüentemente o abandono afetivo, visto que o genitor que possui a guarda do filho menor, consegue destruir, implicitamente, no decorrer da vida e da construção do menor, a figura do outro genitor como uma pessoa ruim. Com isso, o outro genitor acusado acaba não conseguindo se aproximar do menor e não dando o seu afeto e participando de sua vida. A presença da alienação parental é tão grande que existe uma lei onde prevê medidas que vão desde o acompanhamento psicológico da criança até a aplicação de multa, chegando até a perda da guarda da criança a pais que estiverem alienando os filhos para proveito próprio ou vingança.

**(Conclusão)** O presente artigo não possui uma conclusão claramente finalizada, tendo em vista que ainda se encontra em desenvolvimento.

**Palavras-Chave:** Alienação, criança, pais, vingança, abandono, afeto

**A REALIDADE DOS DESASSISADOS NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO.**

**Autor(es):**

*Anna Luyza Silva Soares Wanderley: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Agnes Severiano de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Júlia Andrade Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Durante toda a evolução histórica do Direito Penal, lidar com os desassisados, isto é, pessoas com ausência/insuficiência de sanidade mental, sempre foi um tema bastante delicado. Até hoje, perguntas como “é possível ressocializar esses indivíduos?”; “Para onde eles devem ir?”; “Eles devem receber punição ou tratamento?” Permanecem com respostas controversas. No sistema penal brasileiro, os desassisados podem ser considerados inimputáveis e receberem tratamento especial, a fim de retornarem ao convívio social sem oferecer riscos aos demais cidadãos. Não obstante, a presente pesquisa tem como escopo analisar criticamente como o direito penal brasileiro lida com os desassisados que cometem fato típico e ilícito.

**(Metodologia)** Os resultados alcançados nesta pesquisa são baseados em artigos científicos publicados em periódicos; vídeos ilustrativos da realidade dos estabelecimentos voltados ao “tratamento” desse público; depoimentos de pessoas que já visitaram e conhecem de perto a real situação desses estabelecimentos e estudos da legislação que versa sobre o tema, mais especificamente do art. 26 do Código Penal. Estudos estes que, através de uma construção dialética, foram base para análises críticas e desenvolvimento de novos juízos de valor sobre o tema abordado, além da utilização do método empírico-analítico através da apreciação de pesquisas in loco feitas por especialistas da área.

**(Resultados)** A pesquisa constatou o sucesso na contemplação teórica das premissas jurídicas que versam sobre o tratamento e ressocialização dos desassisados. Apesar disso, foi verificado a existência de presos com distúrbios mentais que não chegaram nem a passar pela perícia médica para atestar tal fato e, os que passaram e chegaram a cumprir a medida de segurança, foram recebidos por estabelecimentos despreparados e desumanos. Visitas realizadas por especialistas a Hospitais de Custódia por todo o Brasil constataram uma estruturação e gerenciamento de forma insatisfatória, despersonalizada e deficitária, que não atendem às necessidades básicas do paciente em cumprimento de medida de segurança detentiva. Além disso, todas as instituições visitadas apresentaram um funcionamento aquém do mínimo desejado, ensejando hipóteses de descaso e/ou falta de preparo técnico por parte dos gestores responsáveis pelo setor junto ao poder público.

**(Conclusão)** Ao final da pesquisa, ficou evidente o abismo entre o tratamento imposto pela legislação e o recebido na realidade. A ineficácia da norma tem seu ponto de partida no número insuficiente de psiquiatras forenses para fornecer a perícia necessária para atestar um desassisado como inimputável e termina nos Hospitais de Custódia, os quais oferecem condições sub-humanas, impossibilitando qualquer tipo de tratamento e a consequente reintegração desse indivíduo na sociedade. Ademais, é válido ressaltar que a medida de segurança tem caráter de tempo indeterminado, devendo durar até o final do tratamento. Logo, com a ausência ou insuficiência do tratamento fornecido, esses pacientes podem permanecer nos Hospitais de Custódia por mais de 30 anos (tempo máximo para a pena restritiva de liberdade no Brasil), fazendo desses estabelecimentos um verdadeiro “depósito humano”. Por fim, para tentar amenizar o descaso com este grupo de pessoas, faz-se necessário substituir o funcionamento segregador e carcerário das instituições de cumprimento de medida de segurança por uma lógica terapêutica, através da maior quantidade e capacitação dos funcionários; melhorias na gestão e infraestrutura dos Hospitais de Custódia; fiscalização do cumprimento das leis; e implementação de políticas públicas visando a ressocialização e acompanhamento dos desassisados na sociedade.

**Palavras-Chave:** Sistema prisional. Direito Penal. Hospitais de custódia. Inimputáveis. Medida de segurança. Ressocialização. Desassisados.

## A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA APOSENTADORIA ESPECIAL

### **Autor(es):**

*Alana Letícia Rolim Antunes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Ana Paula de Oliveira Penha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Beatriz Fonseca Barbalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rebecca Laíse Pimentel da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Aline Amaral da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O tema da Aposentadoria Especial está previsto nos artigos 57 e 58 da lei 8.213 de 1991, assim como no artigo 201 da Constituição Federal. Essa modalidade de aposentadoria concede benefício àqueles trabalhadores os quais exercem atividades sob condições insalubres e perigosas de trabalho, de modo a ser uma espécie de aposentadoria por tempo de contribuição, concedendo a aposentadoria precoce em razão do exercício, pelo trabalhador, de atividades consideradas prejudiciais tanto a sua integridade física como a saúde. Contudo, a PEC 287/2016 trará mudanças a esta regra, a qual repercutirá em prejuízos ao trabalhador, especialmente aqueles submetidos ao regime da aposentadoria especial. E é sobre estas mudanças que o presente trabalho irá focar a sua atuação.

**(Metodologia)** Para que se possa transmitir de forma aprofundada as reais consequências que repercutirão com a Reforma da Previdência, bem como as razões políticas que deram ensejo a esta ação, a presente pesquisa teórica fará uso do método de abordagem dedutivo, uma vez que a conclusão do trabalho se respaldará pelas premissas lançadas, partindo de uma visão mais ampla, até chegar no aspecto mais específico; o método de procedimento utilizado será o comparativo, pois o mesmo procurou obter uma relação de semelhanças e diferenças entre diversas categorias lançadas, e, por último, os instrumentos de pesquisa usados para o aprimoramento do trabalho constam em debates doutrinários acerca do que atualmente se tem como benefício e o que se deseja alterar com a PEC.

**(Resultados)** Diante de toda a repercussão causada pela PEC 287/2016, é fato que a mesma implicará mais dificuldade na obtenção de aposentadorias pelo trabalhador, o que impactará também na vida dos trabalhadores que exercem atividades perigosas e insalubres, pois a reforma, acaso aprovada, somente permitirá a aposentadoria com ao menos 20 anos de contribuição, tempo maior que o mínimo atual, de 15 anos. Este trabalho busca esclarecer, primordialmente, às mudanças que a PEC 287/2016 trará – caso seja aprovada – nas regras da aposentadoria especial, além de mostrar ao ouvinte uma visão pormenorizada sobre o assunto, bem como uma reflexão do real motivo de sua implementação e funcionamento hoje. Também pretende direcionar para o futuro prejuízo que a mesma causará aos trabalhadores, especialmente àqueles que trabalham sob condições especiais de risco.

**(Conclusão)** As dificuldades de financiamento da Previdência têm trazido repercussões negativas para os trabalhadores, que, pelo que se prevê com a reforma, terá mais dificuldades de se aposentar. No caso da aposentadoria especial, com o aumento do tempo mínimo de contribuição, deve o trabalhador bem refletir se é válida a exposição de sua saúde e integridade física, já que terá que trabalhar tempo semelhante aos demais trabalhadores para, então, se aposentar.

**Palavras-Chave:** Reforma da Previdência. Aposentadoria Especial. Trabalhador. Saúde.

## A REFORMA POLÍTICA E AS ENTRELINHAS DO SEU SISTEMA DISTRITÃO

**Autor(es):**

*Luiz Gonzaga Lima Carvalho Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Reforma política é uma série de medidas e alterações legais para transformar o sistema eleitoral e político a fim de corrigir falhas, desigualdades ou distorções promovidas ao longo do tempo. Entretanto, desde a constituição de 1988, o Congresso tem sido campo de árduas tentativas de reformas, uma vez que os parlamentares tentam usa-la com o objetivo de beneficiar candidatos e partidos, com regras mais do que generosas para a classe. Dependendo da forma que o procedimento acontecer, poderá reduzir a democracia e a participação da população no processo de eleição e nos espaços decisórios da soberania nacional. Um dos pontos em destaque na reforma atualmente proposta foi o modelo de votação para membros do poder legislativo (sendo eles: deputados federais, estaduais e vereadores), apelidado de Distritão, sistema que tem como objetivo cada estado ou município virar um distrito eleitoral, onde serão eleitos os candidatos mais votados, não sendo levado em conta os votos para o partido ou coligação. Torna-se uma eleição majoritária, como já acontece na escolha de presidente da República, governador, prefeito e senador.

**(Metodologia)** A pesquisa se aprimora através do método exploratório, que busca informações sobre um tema específico, objetivando compreender o sistema e explicar suas causas, buscando mecanismos solucionadores da problemática. Ao aprimorar o conhecimento da causa podemos explicar brevemente através da exposição do resumo a temática escolhida.

**(Resultados)** Através da análise realizada percebe-se que com o modelo que foi proposto na reforma, a campanha continua sendo cara, o número de partidos vão se manter ou até aumentar, e cria-se um problema novo, que é o voto jogado fora. No sistema proporcional, mesmo que o candidato votado não tenha sido eleito, esse voto ajudou a eleger um candidato do mesmo partido, e que teoricamente tem a mesma plataforma política. No sistema do Distritão, tirando os eleitos, todos os outros votos não ajudaram a eleger ninguém. Então, o eleitor terá menos representatividade ainda. Além do mais, aqueles que já tem um mandato estabelecido, que são celebridades ou tem um poder aquisitivo alto podendo espalhar cabos eleitorais por todo o estado, irão ter vantagens em relação aos candidatos iniciantes e que não são conhecidos, por mais que sejam bem intencionados e tenham ideias inovadoras. Esse sistema pode levar à redução do grau de coesão e indisciplina partidária. Ademais, favorece a personalização da política. Cada candidato acaba fazendo sua própria campanha, sem levar em consideração o partido a qual está filiado

**(Conclusão)** A reforma política proposta atualmente tem como objetivo único perpetuar no poder, com direito a foro privilegiado os principais parlamentares que estão envolvidos em escândalos políticos e de corrupção. É perceptível que em todas as reformas propostas nas últimas décadas prevaleceu sempre o improviso, a falta de entendimento mínimo, tentativas de amenizar as regras de fiscalização e ter um controle de partidos e candidatos. Assim, a mudança que envolve o Distritão enfraquece a individualidade e renovação nos partidos e favorece a permanência de candidatos já consagrados na política. O aumento da fragmentação partidária, o fim dos partidos políticos, eleições mais caras e a não combinação de representatividade e governabilidade são elementos que fazem do Distritão um modelo que representa o oposto daquilo que uma verdadeira reforma política deveria propor ao País e a nossa ainda iniciante democracia. Com isso, uma forma de evitar que se interfira na democracia e garanta sempre uma participação efetiva da população no processo de eleição seria uma Constituinte exclusiva para debater a mudança do sistema político. Dando mais liberdade e isonomia na definição de modelos, os quais não seriam modificados com o único objetivo de atender aos interesses daqueles que são diretamente beneficiados por tais mudanças.

**Palavras-Chave:** Reforma política. Distritão. Democracia.

**A REGULAMENTAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP) DE NATAL/RN: A CONSTITUCIONALIDADE DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Autor(es):**

*Maria Mariana Cirilo de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN  
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com base na conjuntura do cenário nacional, municípios como o de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, têm recentemente passado a adotar a sistemática de regularizar, partindo de leis complementares municipais, a contribuição do serviço de iluminação pública. Nesse sentido, por ser um tema novo e de relevância social, jurídica e econômica, torna-se necessário, para possibilitar uma segurança jurídica, garantir - pela observação dos ditames constitucionais e da competência municipal estabelecida - os direitos e deveres básicos tanto do Município quanto da empresa distribuidora de energia elétrica presentes no convênio firmado cuja finalidade é o recolhimento e o repasse desse tributo. Além disso, mister ressaltar a discussão acerca da posição da empresa distribuidora de energia elétrica como substituta tributária e os possíveis impactos econômicos na sociedade em virtude dessa condição. Em razão disso, estuda-se como o instituto da substituição tributária na Lei Municipal de Natal/RN nº 163/2016 deve ser analisado ao ser aplicado como condição à distribuidora de energia elétrica na contribuição do serviço de iluminação pública (COSIP).

**(Metodologia)** O objetivo geral dessa pesquisa é estudar a aplicabilidade da Lei Municipal nº 163/2016 que define a distribuidora de energia elétrica como substituta tributária da COSIP em face da regulamentação desse tributo nos ditames da Constituição Federal, partindo do que é tributo e suas classificações, bem como da análise se há compatibilidade do texto normativo regulador da COSIP na Constituição Federal com a Lei Complementar Municipal nº163/2016. Além disso, busca-se elucidar também, conforme doutrina tributária atual e recentes precedentes judiciais, a definição de Responsável Tributário - e conseqüentemente o conceito de Substituição Tributária -, como ainda averiguar os possíveis impactos da aplicação da condição de Substituta Tributária das distribuidoras de energia elétrica em razão da COSIP na sociedade. Dessa forma, com a finalidade de alcançar os objetivos a que se destina essa pesquisa científica, elaborou-se uma pesquisa pelo método dialético, em um procedimento comparativo, e estudo detalhado da bibliografia nacional, compatibilizando-se a literatura especializada com a aplicabilidade de artigos da Constituição Federal, bem como uma análise dos precedentes judiciais pertinentes ao objeto do estudo.

**(Resultados)** A pesquisa tem discutido acerca da constitucionalidade da aplicabilidade da Lei Complementar Municipal nº 163/16 de Natal/RN, a qual institui a empresa distribuidora de energia elétrica como substituta tributária na contribuição do serviço de iluminação pública - COSIP. No entanto, há de fato uma distorção no teor da interpretação do artigo da Constituição Federal referente à contribuição - espécie de tributo - com o da Lei Complementar supracitada, que impõe uma condição à empresa distribuidora de energia elétrica divergente da esclarecida pela lei maior. Contudo, ressalta-se que apesar de ser competência do Município reger a regulamentação dos convênios firmados para o recolhimento desse tributo em questão, deve haver um correlação com os ditames constitucionais, preservando, sempre, a constitucionalidade do conteúdo dessa Lei regulamentadora. Da mesma forma, pode-se averiguar em prol da coletividade os possíveis impactos, em especial os econômicos, que a sociedade tem pela aplicação da Lei nº163/16 analisada, a qual regula a COSIP

**(Conclusão)** Conclui-se que apesar do tema estar em pauta, é evidente que partindo do conhecimento sumário da pesquisa realizada, atenta-se que a Lei Municipal criada ofendeu os ditames constitucionais ao impor à distribuidora de energia elétrica a condição de substituta tributária da COSIP, pois o convênio firmado deve ser uma faculdade e não uma obrigação. Ademais, esta distribuidora não tem relação, mesmo indireta, com o fato gerador do tributo analisado. Dessarte, sendo necessário que o poder municipal busque outros mecanismos de cobrança e melhoria da arrecadação desse tributo.

**Palavras-Chave:** Contribuição do serviço de iluminação pública. Substituição Tributária. Constitucionalidade. Lei Complementar de Natal/RN nº 163/2016.

## **A REGULAMENTAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS E ADEQUAÇÃO.**

### **Autor(es):**

*Ana Luiza Maia Soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem como tema a única das competências tributárias atribuídas à União que até a presente data não foi exercida, o imposto incidente sobre grandes fortunas (IGF), previsto no art.153, inciso VII, da Constituição Federal de 1988. Com a crescente discussão acerca do ajuste fiscal como forma de estabilizar as contas do país e a concepção de tributo como forma de garantir o bem-estar social, mediante a qual deve prevalecer o direito da coletividade em relação ao individual, faz-se mister a necessidade de analisar a possibilidade de regulamentação do IGF. Por outro lado, tem-se a concepção de tributo como um dos principais elementos geradores de insatisfação social, em que os abusos praticados por entes estatais na criação e majoração de tributos tornam-se causa de grandes conflitos e revoluções que transformaram a história das sociedades até os dias de hoje.

**(Metodologia)** Como objetivo geral, pretende-se estudar a possibilidade de regulamentação do IGF, de forma a guardar coerência com a ordem normativa. Para isso, objetiva-se primeiramente traçar uma breve análise histórico-evolutiva da noção de imposto afim de introduzir a matéria abordada, bem como apresentar uma análise principiológica constitucional do IGF. Em seguida, será investigado se a aplicação deste imposto guarda conformidade com o Postulado da Proporcionalidade, no que concerne à sua necessidade, adequação e razoabilidade. Ato contínuo, será apresentado os pontos positivos e negativos do IGF, valendo-se da análise da aplicação em outros países desta modalidade de imposto. E por fim, verificar-se-á a coerência entre os dois projetos de leis complementares mais expressivos em tramitação no Congresso Nacional (o PLP 202, de 1989 e o PLP 277, de 2008) e a Ordem Normativa Nacional. Para isso, método de abordagem escolhido foi o método dialético, enquanto que os procedimentos adotados foram o dialético, o comparativo e o histórico. Na medida em que se faz imprescindível utilizar o direito comparado como parâmetro para a realização da pesquisa. Como técnica de pesquisa, tem-se uma larga análise da doutrina nacional e estrangeira (livros, periódicos, pesquisas científicas), além da jurisprudência pertinente acerca da aplicação dos princípios em matéria tributária.

**(Resultados)** O IGF se orienta pelo poder econômico de cada um, determinando que aquele que possuir mais riquezas pagará mais imposto. Analisando os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, pode-se constatar alíquotas progressivas, forma essa de confirmação do princípio da capacidade contributiva, em que as alíquotas variam de acordo com o volume da riqueza, caracterizando o caráter progressivo do imposto. Também se observa que o IGF se sustenta no princípio da igualdade, pois além de promover a justiça social, a igualdade entre todos os contribuintes (igualdade formal), proporciona o tratamento desigual dos mesmos (igualdade material), atribui-se, assim, uma faixa de isenção, pois não seria justo que se tributasse o que realmente não fosse uma grande fortuna. Para obedecer a esses princípios, a lei complementar deverá observar também a base de cálculo, permitindo o enquadramento do conceito de grande fortuna, haja vista que o que é uma riqueza não pode ser considerado necessariamente uma fortuna.

**(Conclusão)** Como se vê, o legislador busca corrigir a histórica desigualdade tributária brasileira, transcendendo os efeitos do princípio da igualdade tributária do mundo fenomênico para o mundo dos fatos. A regulamentação do IGF fará com que diminua a regressividade do sistema tributário, descentralizando mais recursos para Estados e Municípios, desonerando a folha de pagamento das empresas e contribuindo para reduzir a informalidade. Contudo, a argumentação e fundamentação de ambos os lados (favoráveis e contrários) são bem assentados, vê-se que a implantação desse imposto no ordenamento jurídico pátrio, se vier a ocorrer, ainda causará grande controvérsia.

**Palavras-Chave:** DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS. ANÁLISE. REGULAMENTAÇÃO.

## A RESPONSABILIDADE CIVIL DA PESSOA JURÍDICA NOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS.

### **Autor(es):**

*Kahena Campos de Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Gustavo José de Souza Nobre: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Leonardo Dias de Sousa Martins: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Gustavo André Fernandes Silveira : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Antes de compreender o conceito de pessoa jurídica, se faz necessário o entendimento sobre “pessoa” e “sujeito de direito”. A classificação de “pessoa” dar-se por um ente coletivo passível de direitos e obrigações ou um ente físico, já o “sujeito de direito” é aquele que possui pretensões e deveres jurídicos. Além destes, tem-se também como um sujeito de direito, aquelas unidades que são abstratas e lhes são atribuídas personalidade, bem como são criadas pelo homem na forma da lei, para determinados fins, estas classificadas como pessoas jurídicas. O Código Civil Brasileiro de 2002 não conceitua pessoa jurídica, mas responsabiliza tais entes por determinadas ações que acarretem em danos sejam eles morais, materiais e até mesmo extrapatrimoniais, pois este é um sujeito de direito que possui anuência para praticar qualquer ato jurídico, salvo exceção dos que são proibidos.

**(Metodologia)** O método utilizado na pesquisa foi o lógico dedutivo. Ou seja, por meio de uma hipótese lógica chega-se a uma conclusão diante dos fatos. Tal método nasce com uma problemática relacionada ao tema, bem como, busca durante o processo da pesquisa partindo de princípios reconhecidos como verdadeiros, estabelecer relações com uma segunda proposição para que a partir do raciocínio lógico, chegue-se à verdade do proposto. Logo, analisando a literatura jurídica pautada no Código Civil e na Constituição Federal juntamente com a leitura doutrinária, fez-se possível este método.

**(Resultados)** De acordo com a Constituição Federal, a responsabilidade civil da pessoa jurídica aparece em duas vertentes, à primeira relacionada ao dolo ou culpa do agente causador do dano, no âmbito da administração ou empregador e a segunda relacionada ao poder público, com caráter objetivo fundada no nexo causal durante a prestação de seus serviços. Logo, tem-se que tal responsabilidade é consequência de um dano direto ou indireto, causada pelo Direito Público interno, externo ou direito privado, sendo inegável sua existência.

**(Conclusão)** Portanto, concluímos que, a responsabilidade civil das pessoas jurídicas é um fato incontestável, uma vez que, está previsto constitucionalmente e no Código Civil, há previsão de consequências mediante as responsabilidades das pessoas jurídicas causadoras de danos, sejam estes materiais, morais ou extrapatrimoniais. Os danos extrapatrimoniais estão ligados ao direito da personalidade, ou seja, a honra, a moral e a imagem, por exemplo. Neste sentido, esse instituto tem se mostrado indispensável para a correta aplicação da reparação dos danos causados, funcionando ainda como inibidor de arbítrios por parte dessas pessoas. Todavia, apesar do caráter repreensivo desse instituto, tal direito ainda é fortemente atingido, principalmente no ramo do direito do consumidor e direito civil, no qual grandes empresas com muito capital social, chegam a reservar parte dos seus lucros para o pagamento de tais danos, pois entendem que a continuidade do dano é mais lucrativo do que a cessação de tal arbítrio.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade civil; danos extrapatrimoniais; Direito Civil; Direito Constitucional.

**A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO BRASILEIRO PERANTE O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DO CASO NOVA BRASÍLIA**

**Autor(es):**

*Maria Clara Fernandes Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em 1994 e 1995, policiais civis e militares do Rio de Janeiro realizaram uma operação na Favela Nova Brasília, situada dentro do Complexo do Alemão. Como resultado da operação, 26 jovens – a maioria de etnia negra – foram executados e 3 mulheres – dentre elas, duas adolescentes –, foram torturadas e violentadas sexualmente. Após 15 anos tramitando na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), o processo oficialmente registrado como *Cosme Rosa Genoveva e Outros versus Brasil*, chegou à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH), tendo sido julgado em fevereiro de 2017. Com isso, é importante destacar a relevância do presente trabalho por ser o primeiro caso de violência policial a ser julgado pela CorteIDH, atribuindo ao Brasil responsabilidade internacional. Consequentemente, por terem sido constatadas violações de direitos humanos no julgamento da CorteIDH, o caso terá que ser reaberto no Brasil, de modo que o caso receba visibilidade a nível internacional, revelando, também, a seletividade penal e policial em torno de jovens de etnia negra e de baixa renda, bem como a imparcialidade com que as investigações são conduzidas nessas situações. Retrata, ainda, a morosidade judicial e, por fim, mas não menos importante, a violência particular sofrida por mulheres e meninas residentes nessas zonas de conflito. Diante do exposto, tem-se como objetivo principal deste trabalho, estudar o processo de responsabilização internacional do Brasil no Caso Nova Brasília perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), no tocante aos princípios e direitos violados. Em decorrência disso, pretende-se, também: estudar os Direitos Humanos e o funcionamento do SIDH, bem como a atuação nesse sistema, sobretudo no tocante à responsabilidade internacional; estudar os parâmetros sobre defesa criminal efetiva na América Latina e a atuação da polícia judiciária brasileira no Caso Nova Brasília.

**(Metodologia)** O trabalho está sendo desenvolvido a partir do método de abordagem dedutivo diante da análise dos princípios e direitos existentes no plano do Direito Internacional, para deduzir quais destes foram violados no Caso Nova Brasília, bem como do método de procedimento histórico. Além disso, tem sido utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica, já que o trabalho se pauta no estudo de textos sobre o Caso Nova Brasília, Direitos Humanos e Defesa Criminal Efetiva na América Latina.

**(Resultados)** De antemão, como resultados preliminares, ressalta-se que o caso é paradigmático ao gerar um precedente internacional no combate às execuções extrajudiciais e à arbitrariedade policial não só no Brasil, mas em toda a América Latina, além de retratar a violência estrutural e institucionalizada que assola o Brasil há muito tempo e que o Estado precisa encarar e combater. Ademais, devido à morosidade judicial, ficou clara a falha do Estado em prestar contas com a sociedade e, principalmente, com os familiares das vítimas, os quais não tiveram o devido acesso às investigações – as quais, por sua vez, foram conduzidas de modo imparcial. Pretende-se, ainda, constatar as violações ao devido processo legal e a um julgamento parcial ou justo, bem como ressaltar a necessidade de uma perspectiva de gênero nos casos de violência sexual.

**(Conclusão)** Como o trabalho ainda está em desenvolvimento, ainda não foram auferidas conclusões concretas e bem delimitadas, mas, diante do exposto na introdução do presente resumo, pretende-se apresentar e analisar os princípios e direitos violados no Caso Nova Brasília, a ponto de gerar a responsabilidade do Estado brasileiro diante do julgamento do caso pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

**Palavras-Chave:** Violência Policial; Favela Nova Brasília; Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

## A RESSOCIALIZAÇÃO DOS AGRESSORES DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

**Autor(es):**

*Amanda Menezes Cabral: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A violência contra a mulher é um fenômeno que atinge mulheres das mais diversas classes sociais, origens, religiões, estados civis, escolaridade ou raças, ocorrendo em várias partes do Brasil. Pode-se destacar que a expressão violência de gênero é quase um sinônimo de violência contra a mulher, pois são as mulheres as maiores vítimas da violência. Sendo essa violência doméstica um fenômeno que afeta principalmente as mulheres, mais suscetíveis às relações de poder coercitivo e assimétricas, constituem por tanto o grupo alvo dessa problemática. Contudo, as causas e efeitos da violência são extremamente complexos e diversificados. A violência contra a mulher, tanto física como psicológica, é motivada pelo desejo dos homens de dominá-las e exercer sobre elas seu poder. Os papéis sociais atribuídos a homens e a mulheres são acompanhados de códigos de conduta introduzidos pela educação desequilibrada, que atribui o controle das circunstâncias ao homem, o qual as administra com a participação submetida por cultura, mas ativa das mulheres, o que tem significado ditames, e elas aceitarem e cumprirem rituais de entrega, contenção de vontades, recato sexual, vida voltada a questões meramente domésticas, priorização da maternidade, etc. Tal quadro cria condições para que o homem sintam-se (e reste) legitimado a fazer uso da violência, e permite compreender o que leva a mulher vítima da agressão a ficar muitas vezes inerte, e, mesmo quando toma algum tipo de atitude, acabe por se reconciliar com o companheiro agressor, após reiterados episódios de violência. Por essa razão, faz-se necessário voltar os estudos para a mudança de atitude do agressor a partir do espectro de ressocialização e reinserção do agressor. Acredita-se que é necessário estudar a ampliação do atendimento para além da mulher agredida, ou seja, sua extensão ao acusado, investigando como melhorar o indivíduo acusado no sistema prisional, com a possível promoção de políticas assistenciais de conscientização do mesmo em prol de uma mudança de atitude frente às vítimas, enquanto sujeito social, visando buscar soluções para a erradicação da violência doméstica, que gera diversas consequências negativas para suas vítimas.

**(Metodologia)** O presente trabalho será desenvolvido a partir de um estudo de caso e também com pesquisas bibliográficas, por meio do método indutivo, utilizando-se principalmente dos métodos de procedimento histórico e qualitativo, uma vez que fará levantamento de dados sobre motivações de um grupo para resolver a questão problema.

**(Resultados)** A presente pesquisa ainda está em andamento, contudo, é possível observar a existência do projeto “Grupo Reflexivo de Homens”, elaborado pelo Núcleo de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar – NAMVID, desenvolvido no Estado do Rio Grande do Norte, que surge como uma tentativa de erradicação da violência contra a mulher no âmbito da ressocialização dos agressores, mediante a desconstrução social dos papéis masculino e feminino, bem como da instituição patriarcal como forma de estruturação familiar.

**(Conclusão)** Apesar de a pesquisa não estar concluída, é possível verificar alguns resultados provisórios. Conforme mencionado acima, o projeto desenvolvido pelo NAMVID tem mostrado que a atuação do Ministério Público do Rio Grande do Norte em constituir um grupo de homens em processo judicial, que estejam envolvidos em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher pode despertar a reflexão sobre suas atitudes e, possivelmente, evitar a reincidência e perpetuação do ciclo da violência de gênero.

**Palavras-Chave:** Violência contra a Mulher. Violência doméstica. Ressocialização. NAMVID. Lei Maria da Penha.

## A SITUAÇÃO DAS CRIANÇAS ABANDONADAS E O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO

**Autor(es):**

*Louise de Almeida Motooka: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É indubitável a situação precária das crianças abandonadas no Brasil, atualmente. Quando tratamos da efetivação das garantias dos direitos dessa parcela da população no nosso Estado, percebemos que há um déficit em medidas que deem a essas crianças perspectivas de uma boa qualidade de vida, já que elas vão ficar sob a guarda do Estado por terem sofrido algum tipo de violação em sua instituição familiar. Dessa forma, é factível constatar que cabe ao Governo Brasileiro atuar na fiscalização da proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de criar políticas públicas que afirmem a essas crianças a garantia de que poderão gozar de uma vida melhor.

**(Metodologia)** Trata-se do método de abordagem hipotético dedutivo, pois o estudo surge a partir de hipóteses formuladas durante o período de pesquisa que são deduzidas para se chegar à solução do problema. No caso, trabalhamos com a hipótese da possibilidade de verificar se o Estado oferece garantias para que as crianças abandonadas possuam uma boa qualidade de vida, dando-lhes educação, abrigo, lazer, entre outros direitos que são assegurados por lei. Já o método de procedimento, será utilizado o método funcionalista, o qual estuda a sociedade do ponto e vista da função de suas unidades, assim serão analisadas as instituições –Estado, família, sociedade- e os seus deveres para com as crianças abandonadas.

**(Resultados)** Através de uma análise jurídica, é possível averiguar se há o cumprimento pelo Estado, de um de seus propósitos precípuos, que é a proteção à infância e a juventude. Inicialmente, podemos perceber que as políticas públicas, quando tratamos de crianças abandonadas no Brasil, são extremamente omissas, as quais criam lacunas que trazem como consequência, a insegurança jurídica para esses pequenos que foram abandonados e agora estão sob proteção estatal. Como efeito dessa situação, há a marginalização dessas crianças em relação à sociedade, deixando-as a mercê de uma vida sem grandes perspectivas, pois a elas não são oferecidos os direitos básicos, que são uma educação de qualidade, lazer, uma convivência harmônica com a família, entre outros. Portanto, deve-se, preliminarmente, examinar quais as medidas são oferecidas pelo Estado nas leis e se essas são oferecidas na prática para que haja a real efetivação na garantia dos direitos das crianças abandonadas.

**(Conclusão)** Visto que esse trabalho, por se tratar do projeto do trabalho de conclusão do curso, ainda está sobre processo de pesquisa e investigação, ainda não é possível averiguar um argumento final para a conclusão do trabalho.

**Palavras-Chave:** Crianças abandonadas; garantias de direitos; o papel do Estado brasileiro.

## A SUSPENSÃO JUDICIAL DAS RELAÇÕES TRISAIS E A ROTULAÇÃO SOCIAL DESSAS UNIÕES POLIAFETIVAS

### **Autor(es):**

*Virna Costa Barreto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Hugo Ferreira de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Talles Vitor Pereira Bento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Ezequiel Henrique Araújo de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Louhanie de Araújo Souza Lopes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O instituto de direito de família tem como característica principal a liquidez das relações, isto é, a forma dinâmica como as pessoas se relacionam. Nesse diapasão, por diversas vezes, o judiciário intervém afim de adequar a legislação à dinâmica social. Nesse sentido, vislumbra-se na sociedade atual a existência das relações trisais, consistente no relacionamento afetivo de três pessoas. Ressalta-se que a união em questão é baseada no consentimento, honestidade e boa-fé das partes. Cabe relatar a ausência de norma jurídica que regulamente a união estável de casais constituídos por mais de duas pessoas. Contudo, a jurisprudência vinha se posicionando no sentido de permitir a regulamentação desse convívio por meio de escrituras públicas. O assunto vem gerando polêmica jurídica e o Conselho Nacional de Justiça orientou que os registradores civis não realizem esse tipo de união por enquanto. Segundo o CNJ “é uma sugestão aos tabelionatos como medida de prudência até que se discuta com profundidade esse tema tão complexo que extrapola os interesses das pessoas envolvidas nas relações afetivas”. Irrrompe frisar que, recentemente, houveram evidentes mudanças jurisprudenciais e doutrinárias no sentido de ampliar o atual conceito de família, mas nada que regulamente de forma definitiva a problemática exposta no presente estudo.

**(Metodologia)** Quanto ao método de abordagem, a presente pesquisa utiliza o método dialético, uma vez que é feita uma contraposição das ideias doutrinárias e jurisprudenciais do conceito familiar e da nova orientação do CNJ, isso como forma de analisar a medida preventiva adotada pelo judiciário brasileiro. No que tange os métodos de procedimento, foram utilizados o histórico, o comparativo e o tipológico. Já como técnicas de pesquisa, privilegiou-se a doutrina, bem como a legislação e jurisprudência.

**(Resultados)** Constata-se no ordenamento jurídico brasileiro a falta de regulamentação dos registros de união estável em relações trisais. Devido a isso, verificou-se uma jurisprudência apta e condicionada a aceitar a possibilidade legal desta. A evolução do conceito familiar no direito de família caminhava em largos passos de evolução em admitir novas formas de relacionamento. Em caminho inverso, o Conselho Nacional de Justiça se posicionou no sentido de suspender esses registros até que seja realizada uma regulamentação ampla e pacífica sobre o tema abordado.

**(Conclusão)** Por fim, espera-se que essa ausência regulamentar seja sanada, e a conseqüente orientação suspensiva do CNJ seja resolvida, de modo a permitir mais uma evolução no âmbito do direito familiar, devendo, inclusive, levar em consideração princípios constitucionais envolvidos no caso, como o da igualdade e o da dignidade da pessoa humana. Portanto, o que se vislumbra como solução do caso, seria uma discussão solidificada e sensata nos órgãos competentes no sentido de permitir que esses tipos de casais sejam equiparados a qualquer outro, pois a primeira igualdade é a justiça, e “o sonho desta, só cresce no terreno do respeito pelas diferenças” Augusto Cury.

**Palavras-Chave:** Poliamor; Relações Trisais; União Estável; Direito de Família;

**A TAXATIVIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS: UMA ANÁLISE DO ART. 1015 DO CPC.**

**Autor(es):**

*Jefferson Luiz Fontes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** INTRODUÇÃO: A recorribilidade das decisões interlocutórias tem sido bastante discutida na doutrina jurídica. Depois da vigência do Código Processual Civil (CPC/2015), sua investigação justifica-se nas significativas modificações promovidas pelo Legislador com o novo Código, como por exemplo, a extinção do agravo retido e a apresentação de um rol de decisões interlocutórias recorríveis por agravo de instrumento. Enquanto No Art. 842 Do Código Processual Civil de 1939 (CPC/1939), as decisões interlocutórias possuíam caráter taxativo, relacionando-se com o atual texto legislativo presente no Art. 1.015 do CPC/2015. A fim de demonstrar um prejuízo na utilização de sucedâneos recursais, sua exemplificabilidade e a capacidade de utilizar o agravo de instrumento quando a apelação não for capaz de tutelar satisfatoriamente o direito supostamente violado por uma decisão interlocutória. Além de ser passível de anulação de sentença, criando retrabalhos procedimentais contrariando a premissa do máximo aproveitamento processual, previsto no Art. 246 do CPC/2015 e no princípio da razoável duração do processo, vide Art. 5º, LXXVIII, da Constituição da República. OBJETIVOS: A pesquisa teve por objetivo geral suscitar possíveis dilemas na análise do Art. 1.015 do CPC/2015. Seus objetivos específicos são: analisar sua taxatividade na recorribilidade das decisões interlocutórias e estabelecer uma comparação histórica com o CPC/1939.

**(Metodologia)** METODOLOGIA: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, teórica, de cunho histórico acerca da doutrina especializada do Direito Processual Civil, a partir de uma abordagem analítica do estudo da atual norma Processual Civil vigente, com esboço na doutrina e nos entendimentos jurisprudenciais.

**(Resultados)** RESULTADOS: Pode-se observar que diversos autores tratam o rol de decisões agraváveis como taxativo. Dentre eles: Luiz Guilherme Marinoni e Leonardo de Faria Beraldo. Já Fredie Didier Jr. e Leonardo Carneiro da Cunha defendem que o rol do Art. 1015 é taxativo, mas que é possível interpreta-lo de maneira extensiva. Além disso, os autores lançam mão do inciso III do Art. 1015 como exemplo de dispositivo que comporta interpretação extensiva, uma vez que a decisão sobre convenção de arbitragem é decisão sobre competência. Por outro lado nem todas as hipóteses de cabimento de agravo de instrumento se amoldam a justificativa de taxatividade na medida em que o legislador tornou agraváveis que poderiam ser recorríveis ao final, por exemplo, rejeitam alegações de convenção de arbitragem (art. 1.015, III) e admitem a intervenção de terceiros (Art. 1.015, IX). Diante disso, pode-se compreender que as decisões interlocutórias agraváveis têm como parâmetro a incapacidade de tutelar a apelação, premissa fundamental para a conclusão acerca do caráter exemplificativo no rol do Art. 1.015 do CPC/2015. Após o estudo das hipóteses de cabimento de agravo de instrumento no CPC/1939 acerca da taxatividade do rol do Art. 842 do referido código às consequências negativas decorrentes desta limitação, sobretudo diante da ausência de previsão genérica de agravo de instrumento contra decisões que pudessem causar danos graves ou de difícil reparação as partes no decorrer do processo. Assim, observa-se prejuízos causados pela defesa exaustiva das hipóteses de cabimento de agravo de instrumento no CPC/1939, uma vez que as partes se valeram de sucedâneos recursais.

**(Conclusão)** CONCLUSÃO: Diante do exposto, não existe um consenso na doutrina quanto à taxatividade das decisões interlocutórias, uma vez que é possível observar sua taxatividade, exemplificabilidade e interpretação extensiva. Além da divergência doutrinária, notou-se o prejuízo da taxatividade das decisões interlocutórias com relação ao CPC/1939, observando-se prejuízos de reparação às partes no processo, havendo uso exaustivo de sucedâneos recursais, como por exemplo, o uso excessivo de mandado de segurança. Portanto, o legislador no atual Código de 2015 adotou uma postura retrograda, podendo gerar impactos negativos na estrutura processual.

**Palavras-Chave:** Palavra-Chave: CPC/2015.Taxatividade. CPC/1939. Decisões Interlocutórias. Agravo de Instrumento.

**A TEORIA DA BANALIZAÇÃO DO MAL DE HANNAH ARENDT: UMA ANÁLISE DA ÍNTIMA RELAÇÃO COM O PROCESSO DO AUTOCONCEITO**

**Autor(es):**

*Thalles Lucas Fagundes da Cruz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O processo do autoconceito é derivado da percepção que o indivíduo tem de si mesmo e do conceito formado a partir disso, se constitui, assim, na resposta àquela famosa pergunta “Quem sou eu?”. Vale destacar que segundo o teórico, professor e psicólogo Adriano Vaz Serra a sua construção pode ser decorrente de diversos tipos de influências, a exemplo: dos pares sociais, dos grupos normativos e da noção que o próprio indivíduo guarda do seu desempenho em situações específicas, como no trabalho. Ainda, é crucial enfatizar a importância do autoconceito para o desenvolvimento de uma mentalidade dominante suscetível a alienar todos os indivíduos de um determinado meio social. Nesse sentido, torna-se possível a propagação da normalidade de certas atitudes perversas, fenômeno este estudado e evidenciado pela filósofa Hannah Arendt em sua teoria da banalidade do mal. Este projeto tem por objetivo estudar, analisar e provocar uma profunda reflexão acerca da teoria da banalização do mal da filósofa Hannah Arendt em sua íntima relação com o processo do autoconceito, estudado e aprofundado pelo psicólogo Adriano Vaz Serra – sobretudo, no que diz respeito ao julgamento de Eichmann em Jerusalém e o estabelecimento de regimes totalitários, como o nazismo.

**(Metodologia)** A metodologia de pesquisa empregada no desenvolvimento desse projeto será baseada tão somente na análise, observação, explicação e comparação de fatos e dados presentes na obra “Eichmann em Jerusalém” da filósofa Hannah Arendt em consonância com o estudo das principais características e aspectos do processo de construção do autoconceito elencados no estudo acerca da análise psicológica do psiquiatra e professor Adriano Vaz Serra.

**(Resultados)** Ainda, observa-se com base nos resultados obtidos a partir da aplicação da metodologia presente que o mal praticado por Eichmann nada mais é que um mal sistemático, burocrático, superficial e, acima de tudo, banal fruto, exatamente, de uma mentalidade dominante, a qual incorre todos os seres de uma determinada sociedade, o que constitui - principalmente, em uma incapacidade de reflexão sobre seus atos e, por conseguinte, em uma eficiente alienação de uma parcela social não inclinada a cometer maldades, em função da propagação de uma extrema normalidade de determinadas atitudes. Tal banalidade, é constituída a partir da comparação e a equiparação que o próprio indivíduo realiza com os seus pares sociais, bem como, os grupos normativos.

**(Conclusão)** Diante do exposto, é de fácil percepção como o autoconceito é determinante no processo de banalização do mal, visto que se cria, baseado nisso, um conjunto de valores majoritários e preponderantes em uma sociedade, capaz de nortear todas as percepções de bem e mal e certo e errado. Nesse enfoque, o trabalho se faz altamente relevante, justamente por abordar uma relação muitas vezes ignorada e por chamar a atenção e, ainda, provocar uma profunda reflexão acerca das inúmeras possibilidades que infelizmente pessoas normais não conseguem vislumbrar para, assim, prevenirem. Tais possibilidades podem ir de um regime político e social totalmente humano até um regime político ideológico totalmente absurdo e desumano, baseado em pautas eugênicas, ou seja em leis genéticas, em função de uma utopia de existência de uma supremacia de raças. Vale contemplar, nessa apreensão, o dizer de David Rousset “Os homens normais não sabem que tudo é possível”.

**Palavras-Chave:** Palavras chaves: banalidade do mal, autoconceito, sociedade, totalitarismo.

## A TEORIA DA EMPRESA E A FIGURA DO EMPRESÁRIO

### **Autor(es):**

*Grace Kelly Marinho Sena Cabral: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Alexandre Wagner Bezerra Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Ilana Raquel Rabelo de Medeiros Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Bruna Machado Cavalcanti de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Bárbara Rayssa Oliveira da Fonseca: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem como foco, analisar a Teoria da Empresa e suas mudanças no mundo empresarial em face ao antigo Código Comercial Francês de 1807, que era entrelaçado com o Código de Napoleão de 1804 (ou Código Civil dos Franceses), tornando-se ultrapassado quando se refere aos novos modelos do antigo comércio, que vai desde nomenclaturas até chegar a figura da empresa e do empresário. Por isso, o novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor na data de 11 de janeiro de 2003, abandonou a figura do comerciante e suas atividades e adotou de forma abrangente a Teoria da Empresa, no tocante de seu perfil subjetivo, a figura do empresário.

**(Metodologia)** Emprego do método de pesquisa qualitativa que se preocupa com o aprofundamento da matéria estudada, com a preocupação de explicar o porquê de determinado assunto. Além disso, é um método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando de forma mais clara, as suas particularidades e experiências individuais.

**(Resultados)** O novo código deixa de lado o sistema baseado no comerciante e no exercício comercial da mercancia e dá vida a atividade empresarial da atualidade. O código antes de ter entrado em vigor já havia sendo revisado desde a década de 70. Esse novo código se tornou um código de direito privado, pois unifica o direito civil e o direito comercial, que ocorreu com a revogação da primeira parte do Código Comercial de 1º de junho de 1850, restando apenas a segunda parte do código já que a terceira também tinha sido revogada. Desse modo, o Direito de Empresa passou a ser regulado pelo Código Civil, na parte especial do livro II, que vai dos artigos 966 até o 1.195, gerando assim uma mudança de Direito Comercial para Direito de empresa. Essa nova teoria tem origem italiana e tem como critério de identificação do empresário a forma de organização dos fatores de produção- capital, trabalho, insumos e tecnologia com o exercício da atividade econômica, cuja finalidade é a produção ou circulação de bens ou serviços.

**(Conclusão)** Diante do exposto, pode-se ver que as consequências ocorridas no tocante a Teoria da Empresa e o novo código vem trazendo, são de certo modo, robustas, e tem marcado a modificação de um mundo meramente comercial para a realidade empresarial e econômica que move os tempos atuais, demonstrando ser de crucial importância, tendo em vista os avanços que ela propõe.

**Palavras-Chave:** Teoria da Empresa; Empresário; Código Comercial; Novo código de Processo Civil.

**A TEORIA DA PERDA DO TEMPO LIVRE NO ÂMBITO JURÍDICO E SOCIAL DO SÉCULO XXI.**

**Autor(es):**

*Ana Carolina Soares Lucena: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN  
Cibelli Varela da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A sociedade globalizada do século XXI encontra-se amplamente firmada pelas tentativas de resolver problemas e situações adversas por telefone. Para tanto, muitos dos consumidores acabam por dispor muito tempo no aguardo do retorno dos fornecedores de serviço, quando postos em espera, ou até mesmo antes de serem devidamente atendidos. Por muitas vezes, acabam por não conseguir resolver suas demandas, gerando frustração e aborrecimento. Após dispor de tanto tempo, sem ter suas expectativas atendidas, resta posto o infortúnio diante da tentativa fracassada de resolver seus problemas por meio telefônico. Eis que a jurisprudência brasileira vem a considerar a tese da perda do tempo útil, diante das demandas judiciais que afloraram Brasil afora, sobretudo no Estado do Rio de Janeiro (APL 00046551520168190207, 24ª Câmara Cível do Consumidor, Data de Publicação: 28 de abril de 2017, Data de Julgamento: 26 de abril de 2017, Rel.: Ana Célia Montemor Soares Rios Gonçalves).

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental de cunho exploratório. Considerando o objeto de pesquisa, utilizou-se o método hipotético-indutivo, partindo da formulação de uma hipótese que será verificada e analisada ao longo do trabalho, de que existem situações concretas em que a perda do tempo útil gera efeito lesivo ao consumidor, caracterizando a possibilidade da indenização por dano moral. Por fim, fizemos o uso do método comparativo, uma vez que foram realizadas análises comparativas da aplicação da tese da perda do tempo útil nas demandas judiciais diante do cenário nacional.

**(Resultados)** Constata-se que a dificuldade vivida pelos consumidores diante de uma necessidade de atendimento pelo Serviço de Atendimento ao Cliente (SACs), atendimento virtual ou CallCenters acaba por gerar um desapontamento por parte dos consumidores. Isto porque, geralmente, os atendentes não são bem preparados para atenderem aqueles que os procuram, ou porque quando o fazem, acabam por atuar de maneira aquém do esperado. Tudo isto gera a sensação de frustração e tempo perdido nos consumidores. A reiteração destes sentimentos, e por diversas camadas da população acabou por levá-los a ajuizar ações que visavam a indenização pelo tempo perdido na tentativa de sanar suas dificuldades.

**(Conclusão)** Conclui-se que o ajuizamento das demandas relacionadas à perda do tempo útil e o seu pedido pela indenização de danos morais está intrinsecamente relacionada à qualidade do serviço prestado e pela quantidade de tempo que deve ser disposto pelo consumidor em virtude deste cenário. Vê-se, portanto, que a necessidade do reconhecimento da tese do tempo útil perdido é um reflexo do próprio serviço prestado diante da relação de consumo. Em virtude da responsabilidade civil, o fornecedor de serviços se torna responsável pela necessidade de arcar com os danos ocorridos decorrentes de sua atuação

**Palavras-Chave:** Perda do Tempo Livre; Danos Morais; Indenização; Consumidor.

**A TEORIA RELACIONAL DO PRECEDENTE E DA ANALOGIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO, SOB A ÓTICA DA LÓGICA JURÍDICA**

**Autor(es):**

*Debora Fabricio Silva Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Analogia e o precedente são institutos jurídicos importantes na construção argumentativa das decisões judiciais. Por este motivo, o objetivo deste trabalho é a compreensão do uso da analogia e do precedente, considerando sua relação no processo argumentativo nestas decisões. A analogia é umas das fontes secundárias do Direito, com previsão no artigo 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), além de ser um método de integração de lacunas da lei. Quanto ao precedente, o Código de Processo Civil/2015 prevê suas possibilidades de utilização nos artigos 489, 926 e 927.

**(Metodologia)** Estes instrumentos argumentativos foram analisados sobre a ótica da Lógica Jurídica, com a finalidade de identificar a utilização deles nas decisões judiciais brasileiras, principalmente as dos Tribunais Superiores (STF e STJ). Questiona-se, portanto, se os termos 'analogia' e 'precedente' nestas decisões seguem uma estrutura lógica argumentativa ou são retoricamente citados para justificar suas decisões. Este trabalho também foi realizado a partir de levantamento bibliográfico dos artigos científicos de Bermejo-Luque (2014) e de Gentner (2012) sobre a analogia e a suas utilizações argumentativas e da análise de algumas decisões, do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, que citaram os termos 'analogia' e 'precedente' de forma concomitante e relacional.

**(Resultados)** Dentre os dispositivos legais cabíveis a utilização do precedente, os incisos V e VI do artigo 489 do CPC associam precedente as expressões 'ajustamento', 'distinção' e 'superação', mas em nenhum deles identifica-se a associação expressa dos precedentes à analogia. Porém, se segundo P. S. de Jesus, o precedente judicial "é a decisão proferida à luz do caso concreto cujo núcleo essencial pode servir de diretrizes para o julgamento de casos futuros e análogos", é visível que há uma relação entre os precedentes e analogia, em que neste conceito o precedente demonstra sua utilização argumentativa após o estabelecimento de existência da analogia entre os casos concretos. Conforme Bermejo-Luque, quando a analogia é utilizada argumentativamente, a persuasão é o efeito esperado para apoiar uma reivindicação cujo conteúdo excede ao conteúdo da própria analogia. Sendo assim, os destinatários devem ser convencidos a aceitar a analogia. Gentner, quanto ao critério de avaliação da analogia, afirmou que as pessoas aceitam inferências que são fortemente adaptáveis ao alvo (o análogo menos familiar aos destinatários).

**(Conclusão)** Em decorrência destas exposições e análises, conclui-se que é um pressuposto essencial conhecer a estrutura da aplicação analógica antes de estabelecer o precedente, pois estabelecer quais argumentos e circunstâncias fáticas apresentadas serão considerados relevantes na formação de um argumento analógico e suficiente para o estabelecimento de precedente para futuras decisões deve apresentar critérios lógicos, a fim de garantir a efetivação do princípio da Segurança Jurídica das decisões judiciais.

**Palavras-Chave:** Analogia; Precedente; Lógica Jurídica; Decisões Judiciais.

**A TUTELA DOS DIREITOS DOS IDOSOS - QUAIS OS IMPACTOS SOCIAIS DO ESTATUTO DO IDOSO, NO PAPEL DE GARANTIDOR DO DIREITO A PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS**

**Autor(es):**

*Renata Fernandes de Asevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) A tutela dos direitos dos idosos. Quais os impactos sociais do estatuto do idoso, no papel de garantidor do direito a prestação de alimentos? Diante das transformações culturais ocorridas nas últimas décadas, do aumento da expectativa de vida dos brasileiros, e com o crescimento gradativo da população idosa, identificou-se a necessidade do desenvolvimento de ferramentas jurídicas eficaz que buscassem a proteção da população idosa brasileira, considerando suas demandas, suas fragilidades e, acima de tudo, seus direitos humanos. Em 2013, entrou em vigência o Estatuto do Idoso (Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003), que dispõe sobre o papel da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público de assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação dos seus direitos fundados na Constituição Federal de 1988. Com foco nesse cenário, a presente pesquisa abordará a importância dessas ferramentas jurídicas desenvolvida para assegurar os direitos e garantias dos idosos, evidenciando substancialmente o Capítulo III do dispositivo e seus respectivos artigos que tratam dos direitos dos idosos aos alimentos, ressaltando o caráter interdisciplinar imbuído, o peso que a base principiológica traz agregado ao tema, e de que modo tais preceitos estão se materializando na sociedade. (OBJETIVOS) O objetivo principal da pesquisa é apresentar a relevância social e jurídica do Estatuto do Idoso, destacando a influência do capítulo III e seus respectivos artigos, que elucidam os direitos dos idosos relacionados aos alimentos, e quais os impactos da sua aplicação na sociedade, secundariamente será realizado uma análise do surgimento do Estatuto do Idoso como instrumento de consolidação dos direitos e garantias dos idosos previstos na Constituição Federal e Código Civil, destacando o aspecto mais amplo e abrangente do termo "Alimentos" no que se refere aos direitos e garantias, associando ao caráter interdisciplinar do tema e relacionando com a base principiológica do ordenamento jurídico vigente, nesse sentido, será apresentando os desafios contemporâneos enfrentados na aplicação dos dispositivos mencionados do Estatuto do Idoso e quais os impactos na sua eficácia no contexto cultural e social.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Será utilizado como método de abordagem lógico-dedutivo e ao mesmo tempo trazendo o histórico como fonte para o descobrimento de caminhos que possam ser seguidos a partir da pesquisa, como método de procedimento será utilizado o histórico, analítico, comparativo, norteado através de recursos de pesquisa a análise doutrinária em bibliografias específicas, livros, legislação, jurisprudências, o direito comparado entres as legislações vigentes, bem como, pesquisa de campo sobre o tema.

**(Resultados)** Pré projeto - Pesquisa em desenvolvimento, ainda sem resultados

**(Conclusão)** Pré projeto - Pesquisa em desenvolvimento, ainda sem conclusão

**Palavras-Chave:** Garantias, idoso, alimentos, direitos

## A USUCAPIÃO COLETIVA COMO INSTRUMENTO DE ATUAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

### **Autor(es):**

*Karla Alves Araujo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Vivian Soares Lemos de Farias: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Ambrozina Cecília Veras de Brito: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A importância do estudo do tema revela-se pela necessidade de atender ao princípio constitucional da função social da propriedade, satisfeito, dentre consideráveis formas, pela usucapião coletiva. Esta é prevista na Lei nº 10.257/01, que regulamenta o Estatuto da Cidade, tendo em vista a crescente migração interna no país e o crescimento desordenado nas cidades. Diante da possibilidade de encarar a problemática pela visão do proprietário originário e dos conflitos sociais decorrentes dessa figura de aquisição da propriedade, optamos por dar enfoque à população de baixa renda alcançada por este instituto, que tem resguardado seu direito básico e fundamental de moradia.

**(Metodologia)** Será utilizado como método de abordagem o dedutivo, partindo de uma abordagem generalizada até chegar a análises de questões particularizadas, em relação aos princípios gerais, as leis, e as decisões jurisprudenciais que abordam a temática da usucapião coletiva. O método de procedimento aplicado será o histórico, a partir de investigações de acontecimentos e processos do passado para verificar suas influências no atual panorama social do presente tema abordado, ou seja, buscar o seu contexto histórico-social. Como técnica de pesquisa será utilizado a bibliográfica, visto que partirá da interpretação dos princípios, da lei, de artigos científicos, e de sites.

**(Resultados)** De acordo com as pesquisas realizadas, pudemos perceber que a modalidade de usucapião coletivo surgiu para atender a pressão social das ocupações urbanas, possibilitando a regularização das ocupações coletivas sem as dificuldades de uma Ação Individual de Usucapião, além de compreender que seu principal objetivo é impulsionar a regularização das ocupações realizadas pela população de baixa renda nos centros urbanos. Evidentemente, há a exigência de algumas condições para conquistar esse direito, como por exemplo, a não identificação dos terrenos ocupados por cada possuidor. Entretanto, verificamos que o propósito maior dessa modalidade consiste no interesse social, onde se busca regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, favorecendo principalmente a população de baixa renda sem moradia, consequentemente concretizando a Função Social da Propriedade.

**(Conclusão)** Após estudarmos diversas formas de aquisição de propriedade dentro do Direito Civil, é notória a importância de aprofundar o conhecimento em uma destas. Ao escolhermos a Usucapião Coletiva, compreendemos o seu impacto social e a quem se dirige. Enxergando que o bem coletivo é o que está em jogo, trazendo consigo o interesse social de que haja dentro dos conflitos existentes, a regulação do uso da propriedade urbana. Abarcando assim, muito além do que está na letra da lei.

**Palavras-Chave:** Usucapião Coletiva; Função social; Propriedade.

**ABANDONO AFETIVO INVERSO E SUAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Rafaelli Teixeira Câmara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Maria Gabriella Maciel Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Daniel de Souza Cruz Moraes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Nicolly Benigno Cordeiro da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Claryssa Lacerda de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Através da Constituição Federal de 1988 (BRASIL), é evidenciado que através das inúmeras mudanças decorrentes da evolução natural humana, acabou reconhecendo a instituição familiar como núcleo da sociedade. Nesse cenário, além dos pais que abandonam os filhos, temos os filhos que abandonam os pais violando o direito à dignidade da pessoa humana, bem como o princípio da afetividade e da solidariedade, elencado como o máximo dos nossos direitos fundamentais e básico, sendo conhecido como abandono afetivo inverso. Por esta razão, o enfoque deste trabalho teórico é trazer a discussão acerca da responsabilidade civil por danos morais decorrente desse abandono afetivo inverso, culminando com uma possível condenação indenizatória, mostrando que a obrigação do dever de cuidar, não pode ser apenas dos pais, mas também de seus filhos, principalmente diante da enfermidade, carência ou hipossuficiência.

**(Metodologia)** Utilizou-se o método hipotético-dedutivo e levantamento bibliográfico, fundamentando-se na dogmática jurídica, com análise legislativa e da jurisprudência, além de compilar a literatura jurídica especializada.

**(Resultados)** Como resultados, antes mesmo de tentar uma indenização, deverá do exercício do direito de visitação e dos alimentos como uma forma de reaproximação familiar, pois, conforme o artigo 1.696 do Código Civil de 2002, garante que a prestação de alimentos é recíproca entre pais e filhos, devendo recair a obrigação aos parentes mais próximos. Caso não seja obtido o êxito, deverá ser buscado esse amparo através do dever de indenizar como última ratio, com o auxílio do sistema jurídico brasileiro, já que apesar de não existir jurisprudência específica, falando apenas do abandono afetivo inverso, mas apenas do abandono afetivo, através de uma análise feita pelo artigo 229 da Constituição Federal (1988), é possível perceber a sua incidência em relação ao abandono dos filhos aos seus pais.

**(Conclusão)** O crescimento das entidades familiares, trazem consigo inúmeras problemáticas, através de suas mudanças, onde não apenas são prejudicadas as crianças e adolescentes, mas seus pais também, que necessitam do mesmo amor, carinho, proteção e cuidado questionado pelos filhos. A falta de convivência de ambos, enfraquecem a relação familiar, fragilizando ambas as partes com tamanho abandono. O que se busca no ordenamento jurídico brasileiro, no que tange o direito de família, é uma harmonia nas entidades familiares, para que isso reflita na sociedade, que deverá ser composta por equilíbrios emocionais, procurando apenas solução para os conflitos. O presente trabalho, apenas almejou assinalar as consequências jurídicas e seus reflexos quando se existe a deficiência no âmbito familiar, demonstrando que o dano sofrido não é apenas dos filhos, mas também dos seus pais que são abandonados, sob a ótica moral e social, resultando, ao final, na possibilidade da configuração do dever de repará-las pecuniariamente, caso não exista saída diante da fixação de alimentos ou até mesmo do direito de visita. Apesar de saber que é impossível se cobrar amor, que exista uma forma de reparar, e conforme dito anteriormente, se essa reparação não for possível diante de alimentos ou de visitas, que exista um preço para que o desamor seja cobrado, apesar do dano ser incalculável, mas que exista ao menos essa saída como fonte de reparação.

**Palavras-Chave:** Entidade familiar. Abandono afetivo inverso. Responsabilidade Civil Dano Moral. Dever de Indenizar.

**ABANDONO AFETIVO PARENTAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DE SEUS ASPECTOS JURÍDICOS E CONSTITUCIONAIS  
CONTROVERTIDOS**

**Autor(es):**

*Sophya Regina Alves de Aguiar: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Fabiana Medeiros Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os vínculos afetivos são de extrema importância para a manutenção e perpetuação da sociedade, sendo sua omissão prejudicial para a formação da essência e construção do indivíduo, lesando o fundamento basilar da nossa Constituição Federal, a dignidade da pessoa humana. Na presente pesquisa, busca-se abordar a temática concernente ao abandono afetivo parental, que se caracteriza pela lacuna da assistência afetiva dos pais perante seus filhos, o que gera consequências no seu desenvolvimento. Casos relacionados a esse tema têm crescido no judiciário brasileiro, razão pela qual os prejudicados buscam cada vez mais a reparação dos danos sofridos. Contudo, existem grandes controvérsias na doutrina e nas decisões judiciais sobre a solução mais adequada a seguir. Pretende-se alcançar, com a realização da pesquisa, uma reflexão acerca das causas e consequências do abandono afetivo, assunto crescente em âmbito nacional, pouco estudado no meio acadêmico, mas que necessita de uma interpretação mais precisa, a partir da análise dos princípios e fundamentos que regem nosso ordenamento jurídico, devendo adequá-los à nova realidade familiar.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, a qual em seus objetivos se faz uso do método dialético, ou seja, a análise parte do confronto de ideias, que investiga a compreensão desses fenômenos, para assim se obter uma conclusão. Ademais, na abordagem do tema, foi utilizado o método dialógico, em que sua problematização abarca questões transdisciplinares, envolvendo Direito da Família, Constitucional e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, envolve-se o estudo de casos para ampliar nossa pesquisa, aprofundando-se nos fenômenos individuais e nos motivos acerca das teses encontradas.

**(Resultados)** Constatam-se diversos posicionamentos acerca da reparação do abandono afetivo. Alguns doutrinadores acreditam que o ressarcimento pecuniário bastaria para encobrir todo o problema, sendo apenas uma forma de compensação, já um segundo, acredita também como forma de punição. Contudo, outros grupos, atestam que o ressarcimento monetário seria uma forma de incentivar outros pais a abandonarem seus filhos, já que o pagamento da indenização promoveria o efeito de “tapar o buraco” que a falta de afetividade provocou. Outrossim, existem aqueles os quais não creem que a indenização fará efeito algum, já que ninguém é obrigado a amar, admitindo-se o direito constitucional de liberdade, porém, diverge-se dos que afirmam que o amor é facultativo, mas o cuidar é obrigatório. É presente também, o fato de que a indenização deve ter cunho reparatório aos danos psíquicos, servindo para tratamento psicológico ou psiquiátrico da vítima.

**(Conclusão)** Diante dos fortes debates no meio judiciário, observa-se que o abandono afetivo está intrinsecamente ligado aos deveres da família, representados na Constituição Federal, Código Civil e no ECA, não só ferindo as normas regulamentadoras do nosso ordenamento, como também os seus princípios e fundamentos basilares. É inquestionável que a lesão à afetividade parental deve ser combatida, porém as soluções ainda são questionáveis. Ressarcir o abandono com valor monetário seria uma forma de punição, mas não entre as mais eficazes, já que a raiz do problema vai além dos aspectos visíveis. O medo da sanção faz com que pais se aproximem de seus filhos por obrigação, fazendo com que o falso amor seja pior que a ausência, estando presente fisicamente, mas não afetivamente. Uma solução para tal problema seria a implantação da justiça restaurativa nas relações de parentesco, a qual traria um círculo de construção de paz nos vínculos afetivos, onde cada pessoa da correlação teria seu momento de se expressar.

**Palavras-Chave:** Abandono parental. Afetividade. Direito.

**ABANDONO DIGITAL: UMA ANÁLISE SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL PARENTAL EM RELAÇÃO AOS DANOS CAUSADOS AOS FILHOS**

**Autor(es):**

*Camila de Oliveira Câmara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN  
Ana Eleonora de Carvalho Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa trata de uma análise crítica sobre o abandono digital e pretende mostrar como este desamparo virtual pode interferir na responsabilização civil dos pais a possíveis danos causados aos filhos, comprovando pela legislação atual a existência de mecanismos de defesa e proteção à criança e ao adolescente. Dessa forma, conceituo de forma geral o tema abordado, exponho sobre o acesso precoce dos menores ao ciber mundo, o qual ocorre de forma cada vez mais prematura, e retrato sobre o dever de proteção parental e dos responsáveis legais, de acordo com a Carta Magna de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Escolhi o referido tema pois detectei a falta de preocupação dos genitores em fiscalizar e educar os seus filhos quanto ao uso dos modernos aparatos digitais, principalmente, por estes serem imersos precocemente aos recursos tecnológicos disponíveis.

**(Metodologia)** A pesquisa apresentada é de cunho explicativo, tendo em vista que objetivo principal é a análise do fenômeno do abandono digital. Ademais, foi aplicado o método de abordagem hipotético-dedutivo, já que parti de uma hipótese formulada (a existência de responsabilidade civil) e deduzo, a priori, a solução desse problema. No que tange ao método de procedimento, são utilizados o descritivo, conceituando o abandono digital, o estatístico, apresentando dados estatístico para comprovar o aumento de crianças que utilizam os meios digitais, e o estruturalista, comprovando pela legislação vigente meu posicionamento. Por último, quanto as técnicas de pesquisa são utilizadas legislações, artigos jurídicos e livros.

**(Resultados)** A atual pesquisa encontrar-se em andamento, assim, não é possível ainda demonstrar resultados conclusivos. Contudo, pude constatar, preliminarmente, que o acesso precoce dos menores de idade aos meios digitais, e por estes serem desde cedo estimulados ao seu uso, acaba por acarretar o abandono digital, que para Patrícia Peck Pinheiro, trata-se da negligência parental, configurada por atos omissos dos genitores, os quais descuidam da segurança de seus filhos no ambiente virtual e acabam não evitando as possíveis situações de risco. Vale ressaltar, quanto ao uso das redes, segundo dados publicados pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) comparando os anos de 2011 e 2013, houve um aumento no uso da internet pelos jovens entre 10 e 15 anos, saindo de 68% para 75%, passando estes últimos a terem um acesso muito maior aos da pesquisa anterior. Nota-se ainda, pela mesma pesquisa, um aumento na participação das crianças, as quais acessam pela primeira vez durante a fase de alfabetização, ou seja, entre 6 e 7 anos (saindo de 35% para 37%), o fato demonstra esse acesso precoce das crianças e muitas vezes sem a devida fiscalização dos genitores, visto que do total de pessoas pesquisadas 10% dos pais afirmaram não apresentarem qualquer controle das atividades online realizadas pelos filhos. Nessa conjectura, a legislação vigente, tanto a Constituição Federal de 88, quanto o ECA, buscam a responsabilização parental por possíveis danos ocorridos contra os menores, devendo presar pelo princípio da proteção integral, à melhor forma educar e evitar maiores riscos.

**(Conclusão)** Não se pode trazer uma conclusão precisa para a pesquisa, por esta ainda se encontrar na fase de coleta de dados, com o objetivo de trazer melhor abordagem sobre o tema. Contudo, até então, pode-se observar a existência da responsabilização civil parental aos atos omissos por estes praticados, em relação aos filhos.

**Palavras-Chave:** Acesso precoce. Abandono digital. Responsabilidade Civil.

**ABORTO NO BRASIL: COMO A SUA PROIBIÇÃO TIRA A LIBERDADE DE ESCOLHA DAS MULHERES BEM COMO ANULA DIREITOS FUNDAMENTAIS GARANTIDOS CONSTITUCIONALMENTE**

**Autor(es):**

*Kauany Miranda Aiquoc: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO): O debate sobre o aborto no Brasil gera posições divergentes, envolvendo questões quanto aos fundamentos religioso e ético. Porém, modelo do nosso Estado vislumbra a proteção dos direitos fundamentais em seus diversos aspectos e perspectivas. Com o enfoque na dignidade humana e na liberdade de escolha respaldados pelo ordenamento da República Federativa do Brasil, o presente trabalho busca apresentar que a liberação do aborto traria autonomia da vontade das mulheres bem como a plenitude do alcance dos seus direitos fundamentais, assim como reduziria substancialmente os altos índices de mortalidade das mulheres causados pelo aborto.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa teórica e explicativa, desenvolvida através de levantamento bibliográfico acerca do tema, bem como análises estatísticas diversas, colhidas ao longo dos anos por diversos órgãos respeitadas. Além disso, parte da análise das diversas categorias de direitos fundamentais estabelecidos pela Constituição de 1988. Utilizou-se os métodos de procedimento estatístico e comparado, com a finalidade de perfazer uma análise crítica de dados, levando em consideração a realidade brasileira e o direito comparado, refletindo-se sobre dados estatísticos produzidos em países em que o aborto é amplamente legalizado.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Constata-se que há uma grande negligência no que tange a garantia da laicidade do Estado a partir do momento que o mesmo se abstém de alterar a legislação em virtude de uma bancada religiosa extremamente influente. Vale considerar que a proibição do aborto tira da mulher a condição de decidir sobre a sua vida reprodutiva e sexual, bem como negligencia um grave problema de saúde pública, a partir do momento que o Estado gasta uma considerável quantidade de dinheiro com complicações provocadas pelo processo executado de maneira equivocada. Reforça a violação constante dos direitos fundamentais das mulheres, notadamente o direito de decidir, direitos sexuais e reprodutivos. Além de causar violência de gênero, uma afronta aos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Observa-se que a legalização do aborto está intimamente relacionada ao conceito de democracia, e ainda garante as mulheres o alcance da dignidade e da liberdade de escolha sobre o seu corpo. Ainda garante a conquista do conceito de laicidade do Estado, a partir do momento em que o Estado não fica acuado diante de decisões de grande interesse coletivo, afirmando o conceito de liberdade religiosa em seu mais amplo significado. Vale ressaltar, ainda, a economia que a legalização trará ao Estado, tendo em vista que os procedimentos serão realizados com estrutura adequada garantindo a saúde física e psicológica da mulher.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Aborto. Direitos Fundamentais. Saúde pública. Dignidade da mulher

## **AÇÃO REGRESSIVA PREVIDENCIÁRIA POR CULPA DA EMPRESA EM ACIDENTE DE TRABALHO**

### **Autor(es):**

*Beatriz Barreto Camara de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*João Vitor Guimarães Lourenço: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Aryam Pessoa da Cunha Lima Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As ações regressivas são propostas pela Procuradoria-Geral Federal com o objetivo de obter o ressarcimento das despesas das prestações sociais devido a acidentes de trabalho que ocorreram por culpa dos empregadores, tendo como base legal o art. 7º da CF e o art. 120 da Lei 8.213/91. O INSS, buscando ressarcimento das empresas por conta de seus gastos com benefícios previdenciários, acusa as empresas de negligência em relação à inobservância das normas de segurança e higiene do trabalho. Os benefícios previdenciários consistem na pensão por morte, auxílio-acidente, invalidez ou auxílio-doença, podendo também ter como objeto a reabilitação profissional. O ordenamento jurídico brasileiro é baseado no princípio da solidariedade social, nos levando a ideia de socialização de riscos, quando se trata de acidente de trabalho. O Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) possui a finalidade de efetuar o respectivo ressarcimento de eventuais acidentes laborais, sendo efetivado na forma de contribuição social, de acordo com o art. 7º, XXVII CF, fixado ao empregador o seguro contra acidente de trabalho, onde deve recolher de um a três por cento sobre a folha de pagamento. Como as empresas não tinham condições de arcar com todos os seguros de acidentes de labor, foi criado o Fator Acidentário de Prevenção (FAP), possuindo como objetivo melhorar as condições de trabalho e saúde do trabalhador para que os acidentes diminuíssem. O referido fator é custeado pelas empresas, as quais pagam uma tarificação de acordo com a atividade desenvolvida, sendo o risco medido pelo Risco Ambiental de Trabalho (RAT). É necessário esclarecer que nenhuma das contribuições por parte da empresa em relação à prevenção de acidentes de trabalho tem natureza indenizatória, e sim de benefício social com natureza previdenciária, sendo todas essas contribuições arrecadadas para financiar benefícios previdenciários em geral e todos os empregados têm direito a ele. Quando o valor da contribuição da empresa não é suficiente para reparar o dano, a vítima deve recorrer ao Poder Judiciário se baseando no art. CVIII CF. O objetivo dessa pesquisa é demonstrar que o INSS não pode exercer seu direito de ação contra as empresas pedindo ressarcimento pelo custo com benefício previdenciário para os trabalhadores que sofreram acidentes no âmbito do seu trabalho, visto que o empregador já contribui para com esses custos.

**(Metodologia)** A metodologia usada nesse trabalho foi pesquisas bibliográficas, jurisprudenciais e em folhas de papel.

**(Resultados)** No momento que se fez necessário à diminuição dos acidentes de trabalho, foram criados mecanismos para diminuir os e para custear os seus danos, surgindo o Seguro Acidente de Trabalho, o Fator Acidentário de Prevenção e o Risco Ambiental de Trabalho, que são custeados pelas empresas contratantes porque estas além de contribuir com o INSS para eventuais acidentes, também teve que melhorar seu ambiente de trabalho e saúde do empregado.

**(Conclusão)** Dessarte, as ações regressivas por parte do INSS contra o empregador não devem ser cabíveis juridicamente, porquanto há uma contribuição das empresas junto a esses órgãos visando que, em face de algum infortúnio, possam receber do INSS o devido amparo; partindo do Princípio da Teoria do Risco.

**Palavras-Chave:** ação regressiva, acidente de trabalho, INSS e empregador.

## **AÇÃO REGRESSIVA PREVIDENCIÁRIA POR CULPA DA EMPRESA EM ACIDENTE DE TRABALHO**

### **Autor(es):**

*Beatriz Barreto Camara de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*João Vitor Guimarães Lourenço: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Aryam Pessoa da Cunha Lima Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As ações regressivas são propostas pela Procuradoria-Geral Federal com o objetivo de obter o ressarcimento das despesas das prestações sociais devido a acidentes de trabalho que ocorreram por culpa dos empregadores, tendo como base legal o art. 7º da CF e o art. 120 da Lei 8.213/91. O INSS, buscando ressarcimento das empresas por conta de seus gastos com benefícios previdenciários, acusa as empresas de negligência em relação à inobservância das normas de segurança e higiene do trabalho. Os benefícios previdenciários consistem na pensão por morte, auxílio-acidente, invalidez ou auxílio-doença, podendo também ter como objeto a reabilitação profissional. O ordenamento jurídico brasileiro é baseado no princípio da solidariedade social, nos levando a ideia de socialização de riscos, quando se trata de acidente de trabalho. O Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) possui a finalidade de efetuar o respectivo ressarcimento de eventuais acidentes laborais, sendo efetivado na forma de contribuição social, de acordo com o art. 7º, XXVII CF, fixado ao empregador o seguro contra acidente de trabalho, onde deve recolher de um a três por cento sobre a folha de pagamento. Como as empresas não tinham condições de arcar com todos os seguros de acidentes de labor, foi criado o Fator Acidentário de Prevenção (FAP), possuindo como objetivo melhorar as condições de trabalho e saúde do trabalhador para que os acidentes diminuíssem. O referido fator é custeado pelas empresas, as quais pagam uma tarificação de acordo com a atividade desenvolvida, sendo o risco medido pelo Risco Ambiental de Trabalho (RAT). É necessário esclarecer que nenhuma das contribuições por parte da empresa em relação à prevenção de acidentes de trabalho tem natureza indenizatória, e sim de benefício social com natureza previdenciária, sendo todas essas contribuições arrecadadas para financiar benefícios previdenciários em geral e todos os empregados têm direito a ele. Quando o valor da contribuição da empresa não é suficiente para reparar o dano, a vítima deve recorrer ao Poder Judiciário se baseando no art. CVIII CF. O objetivo dessa pesquisa é demonstrar que o INSS não pode exercer seu direito de ação contra as empresas pedindo ressarcimento pelo custo com benefício previdenciário para os trabalhadores que sofreram acidentes no âmbito do seu trabalho, visto que o empregador já contribui para com esses custos.

**(Metodologia)** A metodologia usada nesse trabalho foi pesquisas bibliográficas, jurisprudenciais e em folhas de papel.

**(Resultados)** No momento que se fez necessário à diminuição dos acidentes de trabalho, foram criados mecanismos para diminuir os e para custear os seus danos, surgindo o Seguro Acidente de Trabalho, o Fator Acidentário de Prevenção e o Risco Ambiental de Trabalho, que são custeados pelas empresas contratantes porque estas além de contribuir com o INSS para eventuais acidentes, também teve que melhorar seu ambiente de trabalho e saúde do empregado.

**(Conclusão)** Dessarte, as ações regressivas por parte do INSS contra o empregador não devem ser cabíveis juridicamente, porquanto há uma contribuição das empresas junto a esses órgãos visando que, em face de algum infortúnio, possam receber do INSS o devido amparo; partindo do Princípio da Teoria do Risco.

**Palavras-Chave:** ação regressiva, acidente de trabalho, INSS e empregador.

## ADOÇÃO DO PRINCÍPIO DO ABUSO DA FORMA JURÍDICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

**Autor(es):**

*Marcio Bezerra de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Preparar um ante projeto de emenda constitucional que trate de incluir no ordenamento jurídico brasileiro o princípio do abuso da forma jurídica seguindo o modelo já adotado na legislação tributária alemã. As decisões dos tribunais em relação às questões tributárias vêm causando além da perda significativa de receita para os entes federados, ainda proporciona a concorrência desleal entre as empresas gerando danos à economia do país como um todo. Em reflexo desse contexto, essa temática despertou interesse no desenvolvimento de uma pesquisa no sentido de buscar uma medida que venha diminuir ou sanar a evasão tributária nos tribunais brasileiros.

**(Metodologia)** o Quanto à abordagem: Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. o Quanto aos fins: A investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa. É, normalmente, o primeiro passo para quem não conhece suficientemente o campo que pretende abordar. A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. Pesquisa de opinião insere-se nessa classificação. o Quanto aos meios de investigação: Pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma. O material publicado pode ser fonte primária ou secundária. Por exemplo: o livro Princípios de Administração Científica, de Frederick W. Taylor, publicado pela Editora Atlas, é fonte primária se cotejado com obras de outros autores que descrevem ou analisam tais princípios. Estas, por sua vez, são fontes secundárias em relação ao primeiro por se basearem nele para explicitar outras relações.

**(Resultados)** Com esta pesquisa espera-se como resultado a elaboração do ante projeto de emenda constitucional e seu encaminhamento ao Poder Legislativo através de um Parlamentar de uma das casas legislativas, da Câmara dos Deputados ou Senado Federal.

**(Conclusão)** Com esta pesquisa, e com os resultados pretendidos, pode-se concluir que objetivo do estudo foi alcançado uma vez que o modelo de Emenda será elaborado e submetido à apreciação.

**Palavras-Chave:** Emenda Constitucional, Direito Tributário, Decisões

**ALIENAÇÃO PARENTAL : UMA ANÁLISE DAS DECISÕES DO JUDICIÁRIO FRENTE AO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA**

**Autor(es):**

*Hendy Ariadne de Magalhães Pinto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) A alienação parental é um tema que vem sendo cada vez mais divulgado na sociedade, se tratando de um acontecimento corriqueiro e, com isso, surgem novas demandas no Judiciário com relação à disputa dos pais pela guarda dos filhos. A lei de Alienação parental (Lei nº 12.318/10) considera o ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. Pretende-se então visualizar como o judiciário tem enfrentado a questão do ponto de vista prático, através de suas decisões proferidas, além de analisar se a questão tem sido discutida pelas partes e aplicada na vida real com a garantia da preservação do interesse da criança e do adolescente.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se do método de abordagem dialético, tendo em vista que irei aplicar a construção de conceitos em se tratando da própria alienação parental e o princípio do melhor interesse da criança, analisando-os com um maior rigor científico e na solução do problema. Quanto ao método de procedimento ou auxiliar, serão utilizados o descritivo, sob a ótica de discorrer acerca da alienação parental e o princípio do melhor interesse analisando os principais pontos acerca do tema, o comparativo visando fazer uma comparação com os demais institutos jurídicos que disciplinaram acerca da criança e o adolescente até o nosso instituto atual, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e o histórico no que concerne realizar todo um panorama acerca de como era o tratado a criança e o adolescente na perspectiva jurídica desde a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) até a Constituição Federal (1988) e os demais institutos.

**(Resultados)** (RESULTADOS) A chamada Alienação Parental é um tema relativamente novo na sociedade brasileira, posto que só foi regulada no ano de 2010 através da lei 12.318/10. O termo é novo, mas a situação é conhecida e vivenciada por milhares de pessoas na sociedade brasileira. A lei de Alienação parental foi criada com o objetivo principal de conferir maiores poderes aos magistrados no que concerne a proteção dos direitos individuais da criança e do adolescente que são vítimas de abusos cometidos por um dos genitores ou por qualquer de seus parentes. A elaboração de laudos psicológicos psiquiátricos ou até mesmo por assistentes sociais não tem se mostrado suficientes para embasar o convencimento do magistrado. Diante disso, o Poder Judiciário se omite ou profere decisões paliativas, favorecendo a conduta do alienador, em detrimento da segurança da criança ou adolescente

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Ainda não se tem uma conclusão em vista em virtude de se tratar de um projeto de pesquisa para a conclusão de curso encontrar-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Alienação Parental. Criança e Adolescente. Poder Judiciário.

## ALIENAÇÃO PARENTAL E A LEI DA GUARDA COMPARTILHADA

### **Autor(es):**

*Mylena Fernandes de Jesus: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Pedro Henrique Oliveira da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o passar dos anos a família vem passando por diversas mudanças, e dentre tais mudanças está o grande aumento no número de divórcios. Esses divórcios nem sempre ocorrem de maneira amigável, ao invés disso, como ocorre na maioria dos casos, as separações acontecem de forma conflituosa, quando um não aceita a separação ou a separação se dá por motivo de traição, brigas frequentes, ou entre tantos outros motivos que levam ao rompimento de um relacionamento. Devido ao término desse relacionamento, o cônjuge ressentido com a separação, ou com sentimento de abandono ou traição, utiliza-se do filho como um meio de “vingança” para atingir o ex-companheiro, com o objetivo de quebrar o vínculo existente entre a criança e um de seus genitores. A Alienação Parental surge, na maioria dos casos, da forma descrita acima, quando um dos genitores passa a induzir a criança a se afastar do seu genitor ou genitora. É importante ressaltar que a alienação parental nem sempre se dá através da alienação por um dos cônjuges. Pode se configurar como alienador, tanto o pai ou a mãe, os avós, ou aqueles que possuem a criança ou adolescente sob sua guarda ou autoridade. Com o advento da lei 12.318/10, que dispõe sobre a alienação parental e traz definições como, o que é a Alienação Parental e sobre quem podem ser considerados como possíveis alienadores, dentre tantas outras definições, acaba por despertar, na população em geral, uma maior atenção acerca do tema, tendo em vista que se trata de um assunto “Atual”. A lei também nos chama atenção por mostrar a seriedade do tema, dispondo que a Alienação parental fere direitos fundamentais da criança e do adolescente, prejudicando possíveis relações de afeto. A alienação parental voltou a se tornar, mais uma vez, assunto de diversos debates com a chegada da lei 13.058/14, a nova lei da guarda compartilhada, pois em um de seus artigos trata-se da obrigatoriedade da guarda ser compartilhada nos casos em que não houver acordo entre o pai e a mãe sobre a guarda do filho, desde que ambos sejam aptos a possuir tal guarda. Com o advento da determinada lei, surge debates e discussões a respeito da guarda compartilhada ser uma opção de prevenção à alienação parental ou não.

**(Metodologia)** O método abordagem a ser desenvolvido nesse projeto de pesquisa é o hipotético-dedutivo, pois tem como finalidade testar uma possível solução do problema exposto a partir de uma hipótese. Comparativo; o presente projeto visa fazer comparações acerca dos diferentes tipos de guarda, a fim de analisar as semelhanças e diferenças entre elas. Tipológico; pois pretende criar modelos ideais partindo da observação de aspectos essenciais do fenômeno. Para a produção do presente trabalho foram utilizadas como técnicas de pesquisa a Doutrina, Lei, Jurisprudência e artigos em geral.

**(Resultados)** Observar os principais aspectos sobre a guarda compartilhada e a alienação parental, e solidificar se há possibilidade de a guarda compartilhada ser uma opção de prevenção a essa alienação.

**(Conclusão)** A Alienação Parental pode ocorrer de diversas formas, que vão desde a simples difamação, a criação de empecilhos as visitas, sonegação de informações relevantes referentes à criança, mudança do local de residência e até, nos casos mais graves, as falsas acusações de abuso físico ou sexual.

**Palavras-Chave:** Alienação Parental; Guarda Compartilhada; Lei 12.318/10; Abuso

## ALIENAÇÃO PARENTAL E GUARDA COMPARTILHADA À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

**Autor(es):**

*Bárbara Letícia de Araújo Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Como a jurista Maria Berenice Dias bem fala, falar em guarda de filhos pressupõe a separação dos pais. Porém, o fim do relacionamento dos pais não pode levar à cisão dos direitos parentais. Assim, o rompimento do vínculo familiar não deve comprometer a continuidade da convivência dos filhos com ambos os genitores. E por isso é preciso que eles não se sintam objeto de vingança, em face dos ressentimentos dos pais. E, em uma sociedade onde a cada dia o número de dissoluções conjugais aumenta não pode ser comum que diante de uma separação conjugal, os pais se esqueçam das consequências que ela traz aos frutos dessa união e aproveitem das fragilidades dos filhos para iniciar um processo de desvalorização do outro genitor, levando ao problema que é a alienação parental. Com isso, o presente trabalho que tem como tema a Alienação Parental e guarda compartilhada à luz do ordenamento jurídico brasileiro, traz em sua problemática a seguinte indagação: De que maneira o instituto da guarda compartilhada pode contribuir no combate a alienação parental? E assim levanta como hipótese que a guarda compartilhada contribui para a diminuição dos casos de alienação parental no Brasil. Visto que com o advento da Lei 13.058 de 22 de dezembro de 2014 que institui a obrigatoriedade da guarda compartilhada surge esse possível novo caminho em se tratando desse problema muito presente nos casos de rompimento conjugal.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado foi o hipotético-dedutivo, que traz como hipótese: A guarda compartilhada contribui para a diminuição dos casos de alienação parental no Brasil. Nesse método, a investigação científica visa construir e testar uma possível resposta ou solução para um problema. E é a partir das hipóteses formuladas, que se deduz essa solução do problema, como no presente trabalho, que a investigação testa o instituto da Guarda Compartilhada como sendo essa possível solução para o problema da Alienação Parental no Brasil. O método de procedimento foi o comparativo, que é o estudo das semelhanças e diferenças entre os diversos tipos de grupos, sociedades ou povos; E as técnicas de pesquisa, que são as técnicas para a coleta de dados, deram-se através da legislação sobre o tema, do estudo de caso, visando proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo explícito, envolvendo levantamentos bibliográficos e análise ampla da realidade que estimulem a compreensão.

**(Resultados)** Muito embora a Lei da Alienação Parental seja de grande importância no direito da família, ela não possui como primordial objetivo a prevenção da Alienação Parental, por ser utilizada somente após a apresentação dos laudos periciais técnicos elaborados por equipe multidisciplinar ao magistrado, dando a ele o dever de decretar o fato. Assim, ela atua de forma mais punitiva, e à Lei da Guarda Compartilhada tende a ser um complemento, uma soma, que vem para atuar antes do problema, de forma preventiva. Visto que o instituto da Guarda Compartilhada apresenta-se como sendo possível instrumento para a prevenção e afastamento dos atos alienatórios na vida da criança e do adolescente, por gerar constante convivência deles com ambos os genitores.

**(Conclusão)** Com tudo isso se observa que a Guarda Compartilhada poderia ser o plano mais útil de cuidado e justiça aos filhos dos rompimentos conjugais, pois equilibra a necessidade deles de uma relação permanente e ininterrupta com seus dois genitores, trazendo como consequência a limitação dos conflitos parentais contínuos como no caso da Alienação parental.

**Palavras-Chave:** Alienação Parental. Guarda Compartilhada. Vínculo familiar. Rompimentos conjugais.

**ANÁLISE ACERCA DA POSSIBILIDADE DE USUCAPIÃO DE BENS PÚBLICOS DOMINICAIS, SOB A PERSPECTIVA DAS GARANTIAS MÍNIMAS DE DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.**

**Autor(es):**

*Higor dos Santos Jales: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Marco Aurélio Pedrosa Maniçoba Júnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Fernanda França Ferreira Farias: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Mariana de Lucena Fabrício: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rafaela Monteiro Leal: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece, dentre outras garantias fundamentais, o respeito à dignidade da pessoa humana. Além disso, dispõe sobre o direito à moradia como um direito social, elencado no art. 6º. Diante das elevadas taxas de pessoas desabrigadas no cenário nacional, é comum que indivíduos se apossam de propriedades urbanas e rurais que se encontram inutilizadas para estabelecer moradia e, em determinados casos, tornar a terra produtiva para promover seu próprio sustento. Existe, dentre as formas de aquisição de propriedade, a figura da usucapião, que consiste num mecanismo que possibilita a aquisição de propriedade, quando a posse perdurar por período prolongado, ininterrupto e sem oposição do proprietário. Pretende-se, com a presente pesquisa, analisar os casos em que propriedades de domínio do Estado são alvo de apossamento, haja vista existir previsão legal quanto à impossibilidade de usucapir bens públicos, o que leva à reflexão acerca do protecionismo exacerbado dos bens estatais, especialmente os dominicais, frente à necessidade de promoção de moradia e dignidade.

**(Metodologia)** Com o propósito de se alcançar os objetivos desta pesquisa, utilizou-se como método de abordagem o hipotético-dedutivo, partindo da hipótese de que apesar de haver a ideia de impossibilidade de realização de usucapião de bens públicos, é dever do Estado promover, de forma digna, o direito à moradia previsto no art. 6º da CRFB/88, o que gera uma certa colisão de normas, desencadeando a necessidade de se ponderar qual delas deve prevalecer. Como métodos de procedimento, valeu-se do descritivo, ao buscar conceituar os institutos supramencionados; e comparativo, no que concerne ao estudo doutrinário, realizando análise da aplicação das normas brasileiras sob a ótica da dignidade da pessoa humana. Por fim e não menos importante, utilizou-se como técnica de pesquisa a documental, recorrendo a livros, legislação e artigos científicos para o desenvolvimento da presente pesquisa.

**(Resultados)** Com base nos estudos desenvolvidos, foi possível verificar que aquelas pessoas que se apossam de bens públicos dominicais geralmente o fazem para constituir a sua própria moradia ou produzir a sua subsistência, portanto, não devem ficar desamparados em tais situações. O que se pretende não é estimular a legalização de usucapião a todo e qualquer bem público, pois isso seria irrazoável, além de que se instauraria uma verdadeira desorganização no meio urbano e rural, na medida em que as pessoas começariam a constituir suas propriedades em meio a estradas, becos e demais. O que se apurou é que existem bens públicos esquecidos pela Administração, sem uso algum e que não cumprem com qualquer função social, e é no tocante a esses bens que deve haver uma ponderação entre a proteção indistinta aos bens públicos e os direitos garantidos aos seres humanos, além da função social da propriedade que visa justamente dar a destinação aos bens de forma que estes atendam aos princípios constitucionais como, por exemplo, a garantia do direito à moradia.

**(Conclusão)** Diante o exposto, conclui-se que toda propriedade, sem exceção, deve cumprir com a sua função social, sob pena de descumprimento de norma constitucional. No que diz respeito à usucapião, tal instituto é responsável pela promoção de dignidade àqueles que não possuem moradia e nem condições de subsistência. Deve haver, portanto, uma ponderação acerca da indisponibilidade dos bens públicos dominicais, pois estes não se encontram em uso pelo Estado e nem pela sociedade, de tal modo, evidentemente, não cumprem com sua função social, sendo razoável à Administração possibilitar a aquisição dos referidos bens dominicais por quem neles estejam produzindo ou habitando, como ato permissivo para a efetivação das garantias inerentes à dignidade humana.

**Palavras-Chave:** usucapião de bens públicos, dignidade da pessoa humana, direito à moradia.

## **ANÁLISE CRÍTICA DA REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS NO BRASIL**

### **Autor(es):**

*Joaquim Moreira Maia Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem por finalidade primordial a realização de uma análise crítica do que se convém chamar revisão judicial dos contratos, isto é, a aplicação prática das chamadas cláusulas abertas da principiologia e teoria geral do direito contratual: a Função Social do Contrato, a Teoria da Imprevisão e Onerosidade Excessiva, a proteção ao aderente, dentre outros; destacando os impactos socioeconômicos de decisões judiciais que tratam de relativizar, excluir ou meramente mitigar os efeitos de cláusulas contratuais tomadas por incompatíveis com um suposto interesse público, o que, em certos casos, nada mais é do que a diluição da autonomia individual, promovendo distorções e injustiças que reverberam para toda a coletividade.

**(Metodologia)** Deverá ser aplicada pesquisa qualitativa auxiliada pelo método dialético em virtude do teor crítico aqui empregado, sendo a conjuntura atual a Tese, as premissas críticas deste trabalho a Antítese, e, conseqüentemente, os resultados finais do trabalho a Síntese.

**(Resultados)** O que aqui se entende por revisão contratual é a aplicação dos institutos supramencionados, afastando obrigações contratuais, partindo unicamente de premissas ideológicas protecionistas, gerando uma vulgarização de tais institutos, que deveriam, em tese, ser usados como ultima ratio. Não abrange, portanto, os casos onde ocorre dispensa de obrigações contratuais que surgiram por força de ilicitude de uma das partes, seja por ocorrência de defeitos do negócio jurídico (erro, dolo, coação), enriquecimento sem causa, etc. Quando não presentes tais ocorrências, isto é, quanto o contrato não é nulo de pleno direito ou ao menos anulável, fica demasiado difícil distinguir a Função Social do Contrato de uma mera relativização do inadimplemento. A resolução do contrato por onerosidade excessiva, por sua vez, consiste na positivação da união entre a Teoria da Imprevisão e a Teoria da Onerosidade excessiva (art. 478, CC) A redação deste artigo configura como conditio sine qua non, para o uso de tal instituto, a ocorrência de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis. Eis um perfeito exemplo da ambigüidade linguística outrora mencionada. Quer dizer, haverá algo neste mundo que a mente humana é capaz de prever? No entanto, o legislador deixou este conceito em aberto para ser preenchido pelo magistrado diante do caso concreto; como resultado, temos juízes perdoando dívidas (p. ex.) de financiamentos de automóveis em virtude da redução de salário superveniente do devedor; uso de tal instituto em contratos aleatórios que, por definição, são imprevisíveis; dentre tantos outros casos na vasta jurisprudência brasileira. Quanto as proteções ao aderente (art. 423 e 424, CC), ocorre a positivação da doutrina dos contratos de adesão, defesa teórica de que, nos contratos de consumo com cláusulas padronizadas, existe a priori uma disparidade de poder e informação entre o aderente e o fornecedor, o que impede a formação idônea do sinalagma. Ocorre que é comum interpretar-se tais artigos levando-os a suas últimas conseqüências, cláusulas não viciadas são deixadas de lado quase como se presumida fosse a má-fé do fornecedor, ignorando que poderiam ter sua razão de ser dentro de uma negociação econômica, tornando o negocio mais ou menos atrativo para o fornecedor.

**(Conclusão)** Conclui-se, portanto, que se já existem mecanismos próprios para a revisão dos contratos, dever-se-ia usar aqueles institutos apenas em último caso, tendo em vista o custo social e econômico da modificação das diretrizes contratuais previstas pelas partes, devendo, tanto o poder judiciário quantos os operadores do direito em geral, lutarem pela preservação desses mecanismos contratuais, que são fundados na autonomia da vontade individual, respeitando a capacidade humana de decidir sobre seu próprio destino e opções pessoais.

**Palavras-Chave:** Direito Civil. Contratos. Revisão Contratual

## ANÁLISE DA PSICOGRAFIA COMO FONTE DE PRODUÇÃO DE PROVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

**Autor(es):**

*Nathália Cristina da Costa Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No Direito Penal brasileiro, sabe-se que os crimes dolosos praticados contra a vida, são de competência do júri popular para julgar estes casos, de acordo com o art. 5º, XXXVIII, da Constituição Federal. Nestes julgamentos o que se busca primordialmente é a verdade dos fatos, utilizando-se assim das provas, sendo estes, atos praticados pelas partes e/ou por terceiros, buscando o convencimento do júri e do magistrado acerca da existência ou não de um determinado fato/acometimento. Sendo as provas o meio utilizado para o convencimento da autoridade competente para o julgamento do caso, a psicografia poderia ser utilizada nesses casos, uma vez que esta pode convencer o júri e magistrado da veracidade de um fato. Na tentativa de verificar se é possível a aplicabilidade da psicografia como fonte de produção de provas no direito processual penal brasileiro, o presente estudo possui como objetivo analisar o tratamento dado à psicografia enquanto meio de prova no processo penal brasileiro, bem como analisar as provas legais existentes no direito penal brasileiro, além de conceituar a psicografia, verificar se há amparo jurídico para a utilização de cartas psicografadas no processo penal, assim como seria sua aplicação na prática.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa que busca verificar se há amparo jurídico e aplicação prática para a utilização de cartas psicografadas como prova, buscando o convencimento do júri ou magistrado. Utilizando-se do método dedutivo, uma vez que parte de uma premissa maior, as provas legais no direito penal, para uma proposição mais específica, a psicologia como prova, buscando a utilização de cartas psicografadas como prova. Por conseguinte, o método de procedimento a ser utilizado deve ser o dedutivo, histórico, verificação e o estudo de casos concreto. Quanto às técnicas será analisado a doutrina (tanto espírita quanto a jurídica), jurisprudências, entrevistas, documentários, reportagens, artigos científicos, entre outros.

**(Resultados)** Apesar da pouca notoriedade, no Brasil, já houveram 4 casos em que cartas psicografadas foram utilizadas como prova no processo penal. Em todos os casos, os réus estavam sendo acusados de homicídio, tratavam de homicídios culposos, nos quais os réus por acidente dispararam contra as vítimas. Estas, por sua vez, através de cartas psicografadas, alegaram a inocência dos réus nos casos em questão e estes posteriormente foram absolvidos do crime. Apesar disso, vale reforçar que as cartas trazidas como prova, foram feitas por médiuns idôneos e autoridades no assunto, sendo estes Chico Xavier e Jorge José Santa Maria.

**(Conclusão)** O presente estudo ainda está em fase de pesquisa.

**Palavras-Chave:** Psicografia. Direito Processual Penal Brasileiro. Provas. Cartas Psicografadas.

**ANÁLISE DO ART. 611-A, XIII DA LEI 13.467/2017 FRENTE AO ART. 7º, XXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88 – UM ESTUDO ACERCA DO DIREITO CONSTITUCIONAL AO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

**Autor(es):**

*Sâmara Eloisie da Silva Cabral: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Cuida-se a presente pesquisa do estudo acerca do instituto do adicional de insalubridade, direito constitucional garantido no inciso XXIII, art. 7º, da Constituição Federal/88. Trata-se, portanto, de um direito social assegurado aos trabalhadores urbanos e rurais, sendo uma garantia às condições mínimas de trabalho e saúde. Ocorre, no entanto, que conforme preleciona o referido inciso da CF, os adicionais de periculosidade, penosidade e insalubridade serão estipulados “na forma da lei”, e conforme o decreto- lei n. 5.452/43, art. 190, que não foi revogado. Cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), portanto, a regulamentação de tais institutos, indicando onde se dará, em que atividades e de que forma será calculado. É competência do MTE regular, com base em estudos e pesquisas científicas, através de perícia técnica, o instituto do adicional de insalubridade, bem como fiscalizar as empresas, garantindo a efetividade desse direito do trabalhador. Com o advento da lei 13.467/17, em seu art. 611-A, XIII, no entanto, permitiu-se que Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho disponham sobre tal direito, permitindo ampla flexibilização dos direitos trabalhistas assegurados. Tendo isso, questiona-se até que ponto a aprovação da lei 13.467/17, a Reforma Trabalhista, em seu artigo 611-A, XIII viola o artigo 7º da Constituição Federal/88 e qual sua influência na aplicação do instituto do adicional de insalubridade. O objetivo principal da presente pesquisa é, portanto, analisar até que ponto a aprovação do art. 611-A, XIII da Lei 13.467/17 pode mitigar o direito ao adicional de insalubridade, previsto na Constituição Federal. Para tanto, será necessário, inicialmente, discorrer acerca do princípio da supremacia da Constituição, princípio este que norteia nosso ordenamento jurídico. Posteriormente será necessário conceituar o instituto do adicional de insalubridade, analisar quais os princípios constitucionais que regem o direito coletivo do trabalho e seus limites, e, por fim, será feito um estudo acerca da nova legislação que entrará em vigor, no artigo em análise (611-A, XIII), indicando como ou se este vai de encontro ao ordenamento constitucional vigente.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado é o hipotético-dedutivo, partindo-se da hipótese inicial que o artigo 611-A em seu inciso XIII da Lei 13.467/17 vai de encontro ao disposto no artigo 7º, XXIII da Constituição Federal/88, por aquela, ao menos aparentemente, ser incompatível materialmente com o disposto no dispositivo constitucional. O método de procedimento será o comparativo, pois toda a pesquisa será realizada fazendo uma comparação entre o texto da norma constitucional e da norma infraconstitucional.

**(Resultados)** O primeiro resultado que foi possível chegar até o momento é a efetivação da lei 13.467/17, que já foi sancionada e entrará em vigor em novembro de 2017. Por tratar o presente trabalho de um projeto de pesquisa, não foi possível chegar a outros resultados concretos. Espera-se, no entanto, que após sua conclusão, seja constatada a inconstitucionalidade da norma infraconstitucional em seu artigo 611-A, XIII.

**(Conclusão)** Conclui-se, portanto, que ante a nova legislação que entrará em vigor, é de extrema importância a discussão acerca de seus principais pontos, pois, numa visão mais ampla, tal lei busca valorizar ainda mais os acordos ou convenções coletivas, o que se exemplifica no art. 611-A como um todo, que garante a possibilidade de flexibilização de muitos direitos até então indisponíveis, como o do adicional de insalubridade, o que aparentemente, mostra-se materialmente incompatível com a norma constitucional.

**Palavras-Chave:** Constitucionalidade, Insalubridade, Reforma Trabalhista, Flexibilização

**ANÁLISE DO ENSINO RELIGIOSO CONFSSIONAL EM CONTRAÇÃO À LAICIDADE ESTATAL.**

**Autor(es):**

*Luísa Cavalcanti Vidal: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Marina Andrade Rosado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de introduzir o ensino religioso em escolas públicas de caráter confessional é um passo de um conteúdo que levanta questionamentos por todo país, uma vez que essa aprovação além de lesar a lógica de laicidade do Estado brasileiro, ela permite que outros problemas entrem em pauta, seja do privilégio das religiões majoritárias (católica e evangélica) nas escolas, como a exclusão dos alunos que não seguem a esses tipos de crenças. Com o intuito de promover uma boa abordagem do assunto, é evidente a necessidade de desenvolver uma análise dos possíveis desdobramentos de toda problemática e dos efeitos acerca dessa decisão estabelecida pela maior instância do poder judiciário.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado foi o dialético, pois ao emanar da análise da situação concreta, observa-se que há uma luta dos contrários, isto é, uma contraposição das ideias. A partir da afirmação do caso inicialmente dado (tese), há uma oposição à tese (antítese), surgindo do conflito delas a conclusão ( síntese). Como método de procedimento, o utilizado foi o comparativo, em razão da frequente confrontação das leis com a realidade, proporcionando uma pesquisa mais ampla. Enquanto a estratégia de pesquisa empregada foi a análise documental e da legislação.

**(Resultados)** No dia 27/09/2017 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou que o ensino religioso na rede pública deverá ser de natureza confessional. Embora o art.210, §1º, da Constituição assegure a matrícula facultativa para esse tipo disciplina, observa-se que essa norma constitucional afasta uma outra hierarquicamente igual, a norma de laicidade do Estado, cujo seu conteúdo exposto no art.19,I, da CF/88 veda relações de dependência ou aliança do Estado com quaisquer religiões, aplicando o princípio da neutralidade axiológica. Fala-se sobre ligação do Estado com determinada religião, pois, como visto, apesar da ideia de que as escolas públicas irão oferecer todas as religiões, vai haver a escolha de somente uma para ser lecionada. Porém, sabe-se que existem religiões com um maior potencial de estrutura para a qualificação de profissionais e aparato para o ensino dessas. O que desencadeia também, na exclusão dos alunos que possuem crenças com um menor índice de cultuação. Resultando, de certa forma, na perda de oportunidade da escola ser um ambiente de estímulo ao respeito à diversidade, como também, à tolerância religiosa, principalmente no Brasil, que é muito conhecido por sua diversidade de crenças.

**(Conclusão)** Pela observação dos aspectos analisados, a decisão tomada pela suprema corte do STF (Supremo Tribunal Federal) é tida como uma espécie de equívoco jurídico, por confrontar um princípio chave da Constituição Federal, que se trata da laicidade do Estado, desencadeando várias outras problemáticas acerca do assunto. Problemas esses, como: o uso do orçamento público para o ensino de uma religião específica; o privilégio das crenças majoritárias; e a perda do ambiente escolar para o incentivo do respeito à diversidade e a tolerância religiosa.

**Palavras-Chave:** Ensino público. Religião. Ensino Confessional. Estado Laico.

**ANÁLISE JURÍDICA: O ESTATUTO DO DESARMAMENTO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O CONTROLE DA CRIMINALIDADE**

**Autor(es):**

*Bruno Werter do Rego Honorato: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho em questão tem como objetivo a coleta de dados estatísticos, efetuando-se assim uma análise jurídica sobre o estatuto do desarmamento e sua influência para com o controle da criminalidade. Busca-se através de um comparativo de ideias e questões sobre como a flexibilização da lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 poderia contribuir para uma possível contenção ao disparado aumento criminal. Quando mencionamos o Estatuto do Desarmamento, estamos nos referindo à uma lei Federal que entrou em vigor no governo do então presidente, Luíz Inácio Lula da Silva, no dia 23 de dezembro de 2003. É responsável pela regulamentação do registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição. Diversas são as críticas referentes a esta lei, pois em 2005 foi feito um referendo para saber qual a opinião da população mediante o estatuto, 63,94% dos votos foram contra, deixando bem clara a vontade social.

**(Metodologia)** A análise do estatuto, conjuntamente com uma possível solução proveniente da flexibilização, para o aumento demasiado de crimes. Utilizando os métodos histórico, descritivo e estatístico como principais fontes de fundamentação para o desenvolvimento do trabalho.

**(Resultados)** Reinaldo Azevedo, jornalista, apresenta dados do ano de 2012 e caracteriza a crise que vivemos com a seguinte frase: "não existe guerra civil em andamento no mundo que mate mais que no Brasil", completando, "vivemos uma real guerra civil não declarada". Diante da coleta de material sobre o assunto, juntamente com suposições levantadas sobre o tema, chegamos a conclusão que os principais argumentos contra a flexibilização do estatuto, apresentam em suas alegações grandes controvérsias, como o ex-ministro ministro José Eduardo Cardozo no qual proferiu a seguinte frase: "uma população armada é uma população violenta", uma falácia ao meu ver, pois dados levantados pela Polícia Federal, relatam o Nordeste sendo a região com o menor número de armas legais mesmo assim sendo uma das localidades de maior violência no Brasil.

**(Conclusão)** A decadência da nossa segurança só aumenta, o que abre espaço para a discussão sobre os cidadãos possuírem o direito de defender seus bens e sobretudo, o maior de todos os direitos que possuímos, a vida. Ao analisar tais fatos, podemos de maneira hipotética-dedutiva ser agraciados com a possibilidade de uma relativa melhora em nossa sociedade ao atingirmos a vicissitude de sermos os primeiros ficais de segurança em nosso país, utilizando princípios do Canadá, por exemplo, para o controle de armas, poderíamos ter uma sociedade mais segura e livre de medos constantes. Mesmo com o descontrole no porte de armas para habitantes dos EUA, vivemos com taxas de homicídios maiores que um país completamente armado, em 2010 o Brasil registrou 36 mil vítimas fatais de tiros, o total é 3,7 vezes o registrado pelos americanos, que tiveram 9.960.

**Palavras-Chave:** Violência, Estatuto, Crimes, Flexibilização.

## ANIMAIS DOMÉSTICOS ENQUANTO SUJEITOS DOTADOS DE PERSONALIDADE JURÍDICA

**Autor(es):**

*Adlaise Basilio de Oliveira Nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os animais em geral, assim incluindo os domésticos, ainda são classificados como bens semoventes no Código Civil Brasileiro de 2002. Entretanto, houveram muitas mudanças no esqueleto familiar se comparado com os séculos passados. Essa realidade acarreta em uma necessidade de estudo e análise acerca dessa denominação, já que os animais domésticos ocupam hoje um espaço considerável na composição familiar, e visto que muitos recebem um tratamento afetivo que os equipara a verdadeiros “filhos”. Com isso, surgem vários questionamentos e conflitos, pois essa antinomia entre a percepção jurídica e a social no que se refere aos animais de estimação e o seu espaço na sociedade tem gerado debates sociais, doutrinários e jurisprudenciais. Meu objetivo geral é portanto, buscar compreender os entendimentos doutrinários atuais acerca da temática. E como objetivos específicos pretendo comparar o ordenamento jurídico brasileiro com o ordenamento jurídico de Portugal, assim como também analisar como os tribunais vem se posicionando acerca do tema e traçar as diferenças no esqueleto familiar atual e no antigo, analisando qual a relevância do animal doméstico neles.

**(Metodologia)** O método de abordagem a ser utilizado é o hipotético-dedutivo, onde a partir de um problema serão criadas hipóteses que serão postas a análise de veracidade, e caso comprovadas, darão sequência a uma conclusão. Sendo assim, as hipóteses a serem analisadas e postas sobre um exame de veracidade serão “A legislação brasileira atual regula a proteção aos animais domésticos? E classifica-os como componentes do esqueleto familiar ou como objetos?”. Os métodos de procedimento ensejados são o histórico, pois será estudada a construção familiar antiga e a atual, buscando o espaço do animal doméstico neles. O analítico, pois será estudada a legislação brasileira para se analisar o tratamento desta para o animal doméstico e o comparativo, quando estudados de forma comparativa a legislação nacional com a de Portugal. Por fim, como método de pesquisa serão utilizadas as jurisprudências para observar como os tribunais entendem estes animais, assim como a doutrina. Também se utilizará a legislação de Portugal e a nacional.

**(Resultados)** A pesquisa em questão, trata do objeto de estudo do Trabalho de Conclusão do Curso desta discente, se encontrando ainda em fase prematura. Sendo assim, os resultados a cerca do tema aludido ainda não foram colhidos em sua plenitude, possuindo-se apenas conhecimento superficial sobre o assunto, que ainda não podem ser considerados resultados, pois não foram submetidos aos procedimentos analíticos científicos.

**(Conclusão)** Espera-se da presente pesquisa que se extraia a conclusão de que o ordenamento jurídico atual não acompanhou a evolução do tratamento ao animal de estimação conforme se faz necessário, haja vista que a evolução da realidade social não comporta mais a imagem do animal doméstico como mero objeto. No entanto, é mister ressaltar que a presente conclusão é de cunho preliminar, não tendo sido lapidada pelos resultados extraídos dos objetivos do trabalho.

**Palavras-Chave:** Animais domésticos; personalidade jurídica; esqueleto familiar;

**ANTROPOLOGIA JURÍDICA: UMA REFLEXÃO EM FACE DA EXCLUSÃO E MARGINALIZAÇÃO NA SOCIEDADE  
BRASILEIRA ATUAL**

**Autor(es):**

*Thobias Bryeto Sales de Azevedo Brito: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) A temática, Marginalidade e Exclusão Social a ser abordada neste trabalho remete à reflexão crítica dos aspectos constitutivos de tal fenômeno e sua incidência na esfera da sociedade. Parte-se da ideia de que a problemática em questão não está restrita a um campo específico, mas a um conjunto de medidas e ações gerenciadas globalmente, uma vez que o processo de mundialização tão incisivo no mundo pós-moderno diminuiu sensivelmente os espaços (quer sejam de ordem geográfica, ideológica, social e econômica) e se afirma decisivamente no estabelecimento de diretrizes norteadoras do sistema planetário, cognominado de “aldeia global”.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Tendo em vista que se trata de uma pesquisa teórica e qualitativa, partimos da análise bibliográfica a respeito do tema para avançarmos no uso do método de procedimento, histórico e estatístico, que nos mostrou respostas em vista às questões investigativas em prol do Estado Social e sua antropologia. Essa pesquisa é de classificação exploratória, que pretende esclarecer dificuldades ainda vistas, formulando novos pensamentos para problemas futuros, sendo adequada sua utilização de acordo com a análise das estatísticas que compõe o meio social no país (Brasil). Como método de abordagem, fez-se uso da pesquisa transdisciplinar e dialógica, assentada em estudos da Antropologia Jurídica, Sociologia, Ciência Política e Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional.

**(Resultados)** (RESULTADOS) O problema da marginalidade e exclusão social não é fruto deste século, mas ocorre junto com o início da história dos homens, em que os desiguais eram descartados do processo de continuidade civilizatória, incluindo nesse sentido, as transformações pelas relações –interações entre homens, trabalho e meio. A não participação na construção desse projeto implica na ação de exclusão, cujo sinal visível é a marginalização e repúdio, verificados na forma de submissão, escravidão e desfiliação do convívio social, causadores da rejeição, violência e humilhação. O resultado disso é a expropriação, a desigualdade socioeconômica desenfreada, a divisão de classes e o estabelecimento de políticas públicas que trazem em seu bojo concepções e visões de mundo que refletem o desejo de uma minoria majoritária.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) A presença de políticas públicas está implícita no processo de competição, culpabilização e fracasso do indivíduo, sua desqualificação, e, por conseguinte, atuam na subjetividade e na intersubjetividade, minimizando a responsabilidade do Estado frente às “intempéries” da exclusão, trazidas pela transformação, advindas da nova era tecnológica. Tece a passagem da responsabilidade do Estado do processo de in/exclusão para os sujeitos sociais, frente à sua inoperância tecnológica e não homogeneização, o que resulta no processo de exclusão. Surgem possibilidades de viabilizar propostas sociais que atendam diretamente à demanda especificada na recondução de caminhos pautados na reinserção ou não, dos sujeitos históricos. Em face disso, torna-se relevante a presente proposição, aprofundando o debate a respeito desse tema tão controvertido no cenário jurídico moderno.

**Palavras-Chave:** Marginalidade. Estado Social. Exclusão.

## APLICAÇÃO DO CDC ÀS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

### **Autor(es):**

*Amanda Andrade Cezario: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Wendell Bruno dos Santos Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Delkislina Alves Cavalcante: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Eligio Alves Dantas Junior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Fernanda Lorena de Araújo e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa tem como objeto realizar uma análise pormenorizada da aplicação do Código de Defesa do Consumidor às entidades de previdência complementar, tendo em vista a sua comparação com as instituições financeiras, em decorrência da sua finalidade. Vale destacar que o Superior Tribunal de Justiça nem sempre distinguiu as entidades de previdência complementar, isto é, fechadas e abertas, embora cada uma dessas entidades possua uma forma diferente de organização. A súmula 321, já cancelada, dispunha que o Código de Defesa do Consumidor era aplicável às relações jurídicas entre a previdência privada e seus participantes, uma vez que o associado era considerado vulnerável economicamente em relação à entidade privada, sendo assim, havia uma equiparação entre o associado e o consumidor hipossuficiente, conforme se via previsto no CDC. Entretanto, o mesmo Tribunal editou nova Súmula, qual seja a 563, a qual destaca a aplicabilidade do CDC apenas às entidades abertas, afastando sua incidência nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas. Posteriormente, a Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 98/2015, que contraria o disposto na Súmula 563 editada pelo STJ. Ademais, buscou-se entender em que consiste a previdência complementar com enfoque nos seus tipos (aberta e fechada), além de apresentar uma abordagem acerca do funcionamento das contribuições nos respectivos regimes. E por fim, averiguar a aplicabilidade do CDC nas relações da previdência privada fechada, confrontando a Súmula do STJ com o entendimento da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, que aprovou recentemente o referido Projeto de Lei Complementar.

**(Metodologia)** Para tanto, utilizou-se a metodologia da pesquisa qualitativa bibliográfica com base no método dedutivo.

**(Resultados)** Verificou-se que a aplicação do Código de Defesa do Consumidor não é cabível às entidades fechadas da Previdência Complementar por não se tratar de uma relação de consumo.

**(Conclusão)** Entendeu-se que a aplicação do CDC à modalidade de previdência privada fechada é inadequada, uma vez que não se trata de uma relação consumerista e sim de uma relação interna entre empresa e o funcionário. Embora este tipo de entidade fechada desenvolva atividade econômica, apenas a modalidade aberta atua em regime de mercado em que o seu foco é a obtenção de lucro. Nesse sentido, observou-se que na relação jurídica entre as entidades fechadas e seus participantes, o patrimônio e os rendimentos pertencentes a essa entidade convertem-se em sua totalidade em concessão e manutenção de pagamentos de benefícios aos seus associados. Nesse contexto, prevalece o espírito associativista e mutualista, afastando, desse modo, o conceito de fornecedor em relação ao fundo de pensão. Sendo assim, acredita-se ser mais adequada a aplicação exclusivamente da legislação previdenciária e da legislação civil à essa modalidade de entidade fechada, posto que é notável a caracterização de uma relação contratual e não consumerista estabelecida entre os sujeitos participantes do negócio jurídico.

**Palavras-Chave:** Previdência Complementar. CDC. Entidades Fechadas. Associados.

**AS (DES) VANTAGENS TRIBUTÁRIAS TRAZIDAS PELA LC Nº 155/2016 AO INSTITUTO DO INVESTIDOR-ANJO**

**Autor(es):**

*Wilussandra Leiros de Araújo Dias Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Yasmin Linhares Araujo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Ive Barbosa de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, inseriu dispositivos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para regular o formato e características do Investidor-Anjo. O Investimento-Anjo se dá quando o investidor, normalmente pessoa física, aporta capital próprio em empresas nascentes com alto potencial de crescimento (as Startups). A LC nº 155/2016 também trouxe alterações no regime de apuração de impostos das empresas optantes pelo Simples Nacional. Após consulta pública, a Receita Federal, no dia 21 de julho do presente ano, publicou a Instrução Normativa nº 1.719, com texto fundamentalmente idêntico ao submetido a consulta pública. Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a analisar se houve, de fato, um tratamento diferenciado ou benéfico, sob o ponto de vista tributário, para investidores que aportam recursos em Startups.

**(Metodologia)** O presente trabalho tem por objetivo geral tratar acerca da LC nº 155/2016, enfatizando os principais aspectos quanto a sua eficácia, consequências, características e finalidade. Como objetivo específico se concentrou em realizar aprofundamento teórico sobre o assunto através da pesquisa bibliográfica. Pretende realizar uma abordagem crítica, através de uma pesquisa documental, utilizando o método dedutivo, sobre aspectos gerais da LC, por meio da busca sistemática de artigos em periódicos, sites e revistas que tratam da temática, além do ordenamento jurídico então vigente.

**(Resultados)** A LC nº 155/2016 trouxe, de fato, nova dinâmica à figura jurídica do Investidor-Anjo ao regulamentá-la, pois, anteriormente, em face de inexistência de disposição legal, ou o investidor se tornava sócio da empresa, ou estabelecia um contrato de mútuo, situação essa que, não raro, inviabilizava esse tipo de investimento. A despeito de abordar vários aspectos que tornaram esse tipo de negócio jurídico mais viável, como o fato de estabelecer que os rendimentos serão calculados com base em alíquotas regressivas em razão da duração do contrato de participação no investimento; alguns aspectos tributários trazidos pela IN nº 1.719 tornaram menos atrativos, sob certos pontos, esse tipo investimento.

**(Conclusão)** A LC nº 155/2016 representou um importante avanço ao regulamentar a figura do investidor-anjo. Contudo, em relação aos aspectos tributários, a IN da Receita Federal nº 1.719 não deu o adequado tratamento a esse tipo instituto, à medida que colocou investidores no mesmo modelo de tributação dos que investem no Tesouro Direto. Nesse sentido, no momento em que o governo aponta que é mais seguro e rentável aplicar em títulos do governo, deixou de ser dado às micro empresas e empresas de pequeno porte o tratamento diferenciado e favorecido previsto no texto constitucional. Portanto, necessário rever o atual modelo de tributação quanto à pertinência da tributação sobre investimento de risco, bem como, apresentar alternativas viáveis para enfrentar bloqueios no exercício de uma atividade fundamental ao desenvolvimento do empreendedorismo de alto impacto no País, para que, só assim, hajam condições justas e seja criado um ambiente mais favorável e menos hostil, uma vez que os pequenos negócios correspondem a mais de ¼ do PIB brasileiro, 60% da mão-de-obra utilizada no Brasil e 90% dos registros de empresas no país.

**Palavras-Chave:** Direito Empresarial. Direito Tributário. LC nº 155/2016. Investidor Anjo. Startups.

## AS ALTERAÇÕES NA PERÍCIA CONTÁBIL ADVINDAS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CÍVIL

**Autor(es):**

*Marilla Marany Camara Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Novo Código de Processo Civil, Lei 13.105/2015 de 16/03/2015, trouxe inúmeras inovações no âmbito da produção de prova junto a justiça. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo relatar quais as principais mudanças que ocorreram com relação a perícia, em especial a perícia contábil, mostrando as informações mais relevantes propostas ao profissional e aos atos processuais referentes a perícia contábil, como por exemplo, honorários e critérios para a escolha do perito e assistente técnico, impedimentos e suspeições que envolvam esses profissionais e motivos que podem indeferir a perícia.

**(Metodologia)** Esta pesquisa é fundamentalmente bibliográfica e documental. Visa explorar o novo código de processo civil quanto as mudanças que este trouxe no âmbito da perícia contábil. Como objeto de pesquisa, além do próprio código de processo civil, houve um levantamento bibliográfico que se fez necessário para esclarecer e ampliar o conceito de Perícia Contábil, com a finalidade de discorrer de forma clara a respeito das mudanças e poder transmitir uma maior familiaridade aos leitores a respeito do assunto abordado.

**(Resultados)** Podemos verificar várias mudanças na Perícia Contábil com a entrada do Novo Código de Processo Civil. O mesmo ressalta mais ainda a importância da prova pericial, a obrigatoriedade do perito de se manifestar sobre os questionamentos e divergências apontadas pelos assistentes técnicos, conforme preconiza o § 2º, art. 477; o poder de aferição do juiz sobre o trabalho, que leva em conta a utilização do método científico, como disposto no art. 479; a padronização do laudo, conforme o art. 473; a comprovação da especialização do perito, como disposto no inciso I, § 2º do art. 465; a possibilidade do rateio da antecipação dos honorários do perito, visto no art. 95; a antecipação parcial dos honorários e o recebimento após entregue o laudo e prestados todos os esclarecimentos necessários, observado no § 4º, art. 465. Tudo isso visto que o resultado do trabalho do perito, expresso no laudo pericial, tem o potencial de influenciar decisivamente o magistrado na formação de sua convicção. Portanto, é uma das provas mais sensíveis do processo civil, digna de merecer toda a atenção do legislador, a começar pelos critérios de escolha do perito.

**(Conclusão)** O novo CPC prestigia o perito, exige maior transparência para a sua indicação e reforça a necessidade do conhecimento técnico especializado, lembrando que o processo judicial, e não mais o juiz, passa a ser o verdadeiro destinatário das provas. São mudanças que contribuem para a celeridade processual, na medida em que os magistrados passam a ter acesso a cadastros que identificam a área geográfica de atuação, de especialidade e de interesse do perito (aspecto qualitativo), evitando assim nomeações frustradas e substituições de Peritos.

**Palavras-Chave:** Perícia; Perícia Contábil; Perito.

**AS CONTRIBUIÇÕES DO INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA, NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO LAVA-JATO: UMA ANÁLISE À LUZ DA “TEORIA DOS JOGOS”**

**Autor(es):**

*Danilo Marques de Queiroz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN  
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN  
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No contexto jurídico-político atual, torna-se flagrante a crise moral e ética vivenciada na sociedade brasileira, indo além das crises econômica e política. Nesse prisma observacional, a verdadeira preocupação está em resolver o problema da moralidade, que se mostra por meio da corrupção no Brasil, ato alicerçado de forma nunca vista no âmbito político, e o país hoje sofre as consequências dessa realidade. Entretanto, apesar da conjuntura exposta, vive-se outra realidade que busca uma solução em meio a todas essas adversidades. Urge, então, um combate massivo e incessante em um patamar jamais visto contra a corrupção, graças à chamada operação Lava-Jato. No âmbito da análise constitucional do devido processo legal, ficou marcada a presença do Instituto da delação premiada, tendo papel fundamental para o andamento da operação. Soma-se a isso a relação intrínseca com a “Teoria dos Jogos” de John Von Neumann e Oskar Morgenstern, onde se observa o direito não como mera lei fria, mas como um jogo que envolve emoção, retórica e estratégia. O propósito primordial do presente estudo é apresentar a problemática da prática corruptiva e as consequências trazidas por ela para a política do país. Juntamente, demonstrar que o andamento da operação Lava-Jato vem obtendo êxito pelo uso da delação premiada, através da montagem de um ambiente favorável a esta, fruto de uma satisfatória instrução processual penal de acordo com a Constituição Federal. Essa construção é o que explica a “Teoria dos Jogos”, onde entender a conduta estratégico-competitiva do réu ou a atitude cooperativa de cada litigante visando estabilizar os conflitos é fundamental para o réu optar pelo firmamento do acordo da delação premiada e, por consequência, com o prosseguimento da operação Lava-Jato.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa exploratória, teórica e de cunho documental, que é realizada em torno da análise doutrinária, legislativa e jurisprudencial acerca do tema. Utilizou-se, como métodos de abordagem, o dedutivo e o transdisciplinar, partindo-se das questões teórico-conceituais estabelecidas pelo Direito Constitucional, Direito Penal e Processual Penal sobre o tema, para chegar-se ao entendimento da aplicação do Instituto da Delação Premiada em casos concretos no âmbito da operação Lava-Jato, à luz da aplicação da “Teoria dos Jogos”.

**(Resultados)** Através do contexto apresentado, é suscetível ter como resultado o reconhecimento da operação Lava-Jato no combate à corrupção política do país. Da mesma maneira, é passível chegar ao entendimento de que a delação premiada tem sido meio satisfatório para o andamento da operação e para o combate à impunidade na prática de crimes contra a administração pública. Ademais, a Teoria dos Jogos fundamenta a importância de uma boa instrução processual penal conforme os ditames constitucionais para a obtenção de sucesso no caso concreto.

**(Conclusão)** Diante das abordagens tecidas, é notável que, o devido processo legal não possui uma forma específica de acontecer. O direito não atinge sua finalidade seguindo a lei de maneira fria e calculista, mas sim através de debates, levando em consideração princípios constitucionais como contraditório, ampla defesa e boa-fé objetiva, com o intuito de obter uma sentença satisfatória. A Teoria dos Jogos encaixa-se fundamentando a necessidade de uma boa estratégia no devido processo legal. Soma-se a isso o fato da operação ter obtido sucesso através do auxílio do instituto da delação premiada, fruto de uma boa instrução processual. Quando se observa o processo como um conjunto de atos, entende-se que a delação premiada é apenas o fim de um grande trabalho que veio anteriormente, o local onde debates, emoções e estratégia vigoram dentro do processo e demonstram a grande beleza que o direito representa para a sociedade.

**Palavras-Chave:** Operação Lava-Jato. Delação premiada. Teoria dos Jogos. Corrupção.

**AS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS E O FAMILIARISMO REDESCOBERTO: DO RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO AOS EFEITOS SUCESSÓRIOS**

**Autor(es):**

*Lorena Medeiros Toscano de Brito: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Henrique Batista de Araujo Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É fato que a lei não refaz a sociedade, mas, na verdade, a sociedade quem a molda. Diante disso, ao longo da vida humana, sempre houveram arranjos familiares e ideologias os guiando. Um retrato disso é que, após os movimentos sobre igualdade de gênero, estando as mulheres como protagonistas, o seio familiar sofreu alterações. Logo, uma das relações mais corriqueiras é a que forma a composição da família simultânea. A problemática, quase sempre, se resume ao conflito vivido pelos duplos parceiros(a) que aquele sujeito(a) conviveu e, além disso, que contribuíram para o seu patrimônio. É certo que, na totalidade das vezes, os companheiros em comum, que entram em litígio, são mulheres. Ainda englobado por um contexto sexista, o homem termina por ser o mártir e ter proveito ao vínculo outrora existente, o que não é o mesmo para as parceiras, que sofrem perante a partilha de bens do espólio deixado pelo companheiro.

**(Metodologia)** A flexibilização jurídica do conceito das famílias vem se perpetuando conjuntamente com os questionamentos sociais, é tanto que a Constituição Federal, além de tornar a família como a base da sociedade, in verbis, art 226, também protege todo tipo de arranjo familiar, inclusive as famílias simultâneas. Essas, por sua vez, ainda não possuem estabilidade jurídica e poucas são as decisões favoráveis, essas vindas do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Então, o embasamento dessa pesquisa, será fundamentar dados históricos-jurídicos, como os movimentos sociais, a proteção que nossa Carta Maior dá as famílias, em especial a família paralela, e associa-los a problemática das famílias simultâneas e a necessidade de amparo por parte do nosso Ordenamento, para isso, será usado o método teórico-descritivo com coleta bibliográfica e jurisprudencial.

**(Resultados)** Diante disso, apesar de ser um fato recorrente, os não legítimos(as), nessa relação, ainda são reconhecidos como concubinos(a), expressão essa que é vista como afrontosa a dignidade humana, como aduz a linha vanguardista de Maria Berenice Dias. É inevitável criticar que, um companheiro o qual contribuiu para o patrimônio do seu parceiro e, claro, retribuiu-lhe afetividade, não pode ser deixado(a) de lado por não ter uma relação reconhecida juridicamente, ou seja, família é arranjo, é produção do meio social, tendo por base o afeto e a independência de se atear a satisfação pessoal. É tanto que o princípio mais contemporâneo do Direito das Famílias é o Princípio da Felicidade, sendo o indivíduo a figura que irá procurar isso acima de tudo. Conjuntamente a esse princípio, como mencionado antes, e, por vezes, se contrapondo a ele, também existe o Princípio da Monogamia, o qual, desde sempre, norteou o Código Civil. Todavia, hoje, encontra-se posto em xeque e contrariando o Princípio do Não Retrocesso Social.

**(Conclusão)** Dessa feita, sustentado pela doutrina moderna e decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, esse trabalho se opõe ao não reconhecimento das Famílias Simultâneas. Isso porque, havendo consenso e reconhecimento de ambos os cônjuges juntamente com o ilegítimo(a), além da contribuição afetivamente, gerando vínculo, e, também, patrimonialmente, não há razão lógica plausível para negação estatal. Ademais, os relacionamentos baseados em afeto, no esteio do Princípio da Felicidade, em plena autodeterminação, devem ser respeitados e reconhecidos juridicamente, assim como já começou a ser socialmente, mesmo que de forma sutil. Logo, com a morte do parceiro(a) em comum, deve ser garantida a abertura de efeitos sucessórios ao companheiro(a) e consorte, em interpretação conforme à Constituição, haja vista a omissão legal.

**Palavras-Chave:** Gênero. Família Simultânea. Arranjo Familiar. Princípio da Felicidade. Princípio ao Não Retrocesso Social.

**AS MÍDIAS DETÊM ALGUM PODER DE MANIPULAÇÃO EM RELAÇÃO À SOCIEDADE? UMA ANÁLISE DO PAPEL DAS MÍDIAS ANTE A SOCIEDADE À LUZ DO PENSAMENTO DO FILÓSOFO E CIENTISTA NOAM CHOMSKY**

**Autor(es):**

*Marlon Rafael Tavares de Araujo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As mídias se fazem presentes em nosso dia-a-dia das mais variadas formas, seja através da televisão, internet, mídia impressa, entre outras. O cientista e filósofo Noam Chomsky afirma em seus estudos que as mídias não atuam apenas repassando informações de uma maneira imparcial, sem exercer qualquer tipo de influência sobre a população como um todo, mas que isso ocorre de maneira diversa. Portanto, pode-se dizer que as mídias detêm algum poder de manipulação perante o comportamento a sociedade? De que maneira isso ocorre?

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado é o hipotético-dedutivo, partindo-se de uma hipótese inicial de que as mídias, segundo Chomsky, detêm um poder de influenciar toda a sociedade. O método de procedimento é o observacional, uma vez que serão utilizados conceitos criados pelo cientista Chomsky, a partir de sua observação e análise da realidade sobre como as mídias se relacionam com a sociedade e detêm o poder de manipular esta de alguma forma.

**(Resultados)** Para Chomsky, o triunfo da lavagem cerebral feita pelas mídias em relação aos que vivem em uma democracia liberal, é obter, sem violência, o que os totalitaristas conseguem utilizando armas. Para tanto, essas mídias utilizam-se de algumas táticas de manipulação, afim de influenciarem a opinião pública e o seu comportamento ante a realidade. Uma delas é a “estratégia da distração”, que possui como escopo tentar manter os indivíduos concentrados em notícias irrelevantes para o nosso cotidiano, o que resulta numa atenção exacerbada dada pela população a assuntos sem relevância, ocupando as suas mentes, o que a faz esquecer de pensar e debater assuntos que sejam importantes. Por exemplo, se uma grande empresa de alimentos se envolve em um escândalo, pois estudiosos descobrem que o seu produto possui componentes químicos letais à saúde, ou seja, um fato capaz de manchar a sua imagem. Nesse caso, as mídias podem deixar de noticiar esse escândalo, mas dando ênfase em notícias com amenidades, fofocas, por exemplo, fazendo com que a população em geral não perceba ou se “esqueça” desse fato prejudicial à imagem dessa empresa, se isso interessar às aos veículos de comunicação. Outra tática de manipulação se refere à criação de “problemas”, para que surjam “soluções” que afetem negativamente no bem-estar da sociedade, para que esta aceite algum malefício pacificamente, sem qualquer reivindicação. Por exemplo, quando se divulga, maciçamente, que há uma crise econômica no país, a qual demandará em medidas que vão de encontro aos interesses da população, um aumento de impostos, por exemplo. É o que se chama de “mal necessário”, inculcado na mente da sociedade, para que esta aceite esse “mal” pacificamente, sem qualquer reivindicação.

**(Conclusão)** Por fim, com base nas ideias de Chomsky, podemos constatar o quão poderosas as mídias são e que estas utilizam-se de táticas com o objetivo de manipular a população em geral, tornando-a vulnerável e condicionada, muitas vezes, a ter acesso somente ao que for conveniente a um pequeno grupo, detentora do poder sobre os veículos de comunicação, o que resulta em uma relevante influência na formação da opinião pública sobre os mais diversos assuntos, fazendo-nos ter uma visão limitada sobre a realidade ao nosso redor.

**Palavras-Chave:** Poder de manipulação. Mídia. Chomsky.

**AS REPERCUSSÕES DA JORNADA TRABALHISTA INTERMITENTE NAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E NA APOSENTADORIA**

**Autor(es):**

*Wilussandra Leiros de Araújo Dias Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Priscilla alves da mota: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Priscila Freire da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Mariana Cabral Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A reforma trabalhista, alvo de muitas discussões e debates nacionais antagônicos, trouxe diversas alterações ao corpo positivado da Consolidação das Leis do Trabalho, entre elas introduziu o art. 452-A caput e alterou a redação do art. 443 caput ao inserir o § 3 para regulamentar a jornada intermitente que consiste no trabalho descontínuo, em que há alternância de períodos de efetivo trabalho e inatividade, mantendo contudo, a subordinação e a não eventualidade necessárias a caracterização do vínculo de emprego. As alterações impactaram não só as relações trabalhistas, mas previdenciárias. O presente trabalho tem como objetivo a análise das possíveis consequências advindas das alterações da CLT, no que diz respeito ao instituto da jornada intermitente e suas repercussões nas contribuições previdenciárias e consequente aposentadoria do empregado. Para o feito de tal tarefa epistemológica será necessário apresentar alguns esclarecimentos quanto à natureza do instituto, à precarização do trabalho, inconstância e diminuição das contribuições mensais e perda de ganho real na aposentadoria do empregado.

**(Metodologia)** Para tanto, desenvolve-se a pesquisa com base no método de abordagem dialético, dos procedimentos descritivo e explicativo, e da técnica de pesquisa, fonte de papel.

**(Resultados)** Conforme José Cairo Jr. (2017), o trabalho intermitente é aquele que sofre de continuidade, isto é, presta seus serviços sem continuidade. O resultado prático dessa configuração de trabalho permite que o trabalhador receba ao final de cada período de prestação de serviço o pagamento imediato das parcelas que compõem a sua remuneração, cabendo ao empregador o recolhimento da contribuição previdenciária com base nos valores pagos no período mensal. Ressalta-se que pela natureza própria do instituto, haverá períodos de atividade e de inatividade, repercutindo em diferentes valores da remuneração e consequente contribuição previdenciária.

**(Conclusão)** Embora considerando que a análise apresentada consiste em estudos jurídicos preliminares, uma vez que não entraram em vigor tais alterações e que há entre alguns doutrinadores muitas incertezas quanto a sua concretização, conclui-se, que considerando a experiência do trabalho intermitente no direito alienígena, principalmente no México e nova Zelândia, este trouxe precarização às relações de trabalho, empobrecimento do trabalhador, e diminuição do consumo, pois a remuneração recebida ao mês poderá ser inferior ao salário mínimo e no tocante à realidade brasileira muito possivelmente será semelhante. Como também, a variabilidade das contribuições previdenciárias ocasionará ao trabalhador o desconhecimento e a insegurança para o gozo da sua futura aposentadoria, de sorte que o resultado da média de suas contribuições se constituirá em uma incógnita, trazendo possivelmente diminuição dos ganhos reais do trabalhador para médio e longo prazo.

**Palavras-Chave:** Jornada Intermitente. Precarização. Contribuições Previdenciárias. Aposentadoria.

## ASPECTOS JURÍDICOS CONSTITUCIONAIS ACERCA DA PORNOGRAFIA DE VINGANÇA

### **Autor(es):**

*Rachel Timbó Medeiros da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Débora Medeiros Nunes de Carvalho Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*  
*Ana Eleonora de Carvalho Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Pornografia de Vingança é hoje uma expressão que define a veiculação de imagens pornográficas, via internet, sendo mais uma modalidade de crime cibernético, com o objetivo de expor a vítima de forma a humilhá-la e depreciá-la socialmente, divulgando, sem sua autorização, imagens de conteúdo sexual. Em geral, as vítimas são do sexo feminino, sendo o agressor motivado pelo sentimento de vingança, normalmente pela não aceitação do fim do relacionamento. Apesar das conquistas das mulheres no decorrer dos últimos séculos, estas sofrem por repressão à sua sexualidade e, muitas vezes, são apontadas como culpadas pelas consequências, ao permitirem a filmagem por livre e espontânea vontade ou por coação. Por ser considerado crime, qualquer pessoa que se sentir ofendida com alguma publicação indevida de sua imagem dentro e fora da internet, sem a sua autorização, pode ajuizar ação em razão disso.

**(Metodologia)** Pesquisa Documental na Constituição Federal, Código Penal e Civil, leis ordinárias, leis que estão tramitando no Congresso Nacional, trabalhos acadêmicos, sites da internet, e em decisões proferidas em diversos tribunais do país.

**(Resultados)** Percebe-se um alto grau de insegurança jurídica para a vítima, que por conta da ausência de legislação específica, está levando os operadores do direito a utilizar outras leis para punir quem divulga as imagens. Ratifica-se com fundamentação legal de uma decisão na esfera Cível onde o réu foi condenado por ofensa à intimidade e privacidade, configurando-se em dano à imagem, cabendo apenas o pagamento de verba indenizatória à vítima. Essa conduta viola o artigo 5º, X, da Constituição Federal por ter violado o direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem da vítima. Partindo do texto Constitucional e entrando na esfera Penal, não se encontra uma norma específica que defina a conduta de divulgação indevida de material íntimo sendo, portanto, enquadrada nos crimes contra a honra e tipificada como injúria, difamação ou ameaça.

**(Conclusão)** Existe um Projeto de Lei de autoria do Senador Romário que tipifica, como crime, esta conduta. E existe um julgado no Tribunal do Rio Grande do Sul e outro no Paraná, que julgou a conduta de Pornografia de Vingança adequando com as leis existentes no Brasil. A maior consequência desta insegurança jurídica, reside no fato de haver uma desproporcionalidade entre as sentenças proferidas sobre este assunto, muitas vezes com penas brandas quando comparadas ao grave prejuízo sofrido pela vítima, gerando um cenário de proteção deficiente àquelas que estão passando por um momento de vergonha e isolamento social.

**Palavras-Chave:** Pornografia de Vingança. Vítima. Crime. Insegurança jurídica.

## ASSÉDIO MORAL E DOENÇAS OCUPACIONAIS

### **Autor(es):**

*Bruno da Cunha Duarte: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Agatha Raianny Lira Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem como escopo estabelecer uma relação de causalidade entre o assédio moral e o aparecimento ou agravamento de doenças ocupacionais. Diante dos inúmeros casos de afastamento dos trabalhadores de suas atividades laborais, têm-se os motivos por questões de saúde em consequência de assédio moral de acordo com as exposições constantes de humilhação. Trazendo, com isso, o entendimento sobre o artigo 483 CLT, o princípio da dignidade da pessoa humana e os dispositivos da atual Constituição Federal elencados no artigo 225 a cerca do tema, relacionando com a saúde desses trabalhadores a partir de estudos quanto a esse fenômeno, em casos concretos. Dessa forma, busca-se com o presente trabalho, uma ferramenta de prevenção patológica aliada a uma política pacificadora no meio ambiente de trabalho.

**(Metodologia)** Será utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo, partindo-se do problema – qual seja: a doença laboral, e perquirindo o caminho até o seu fator causador. Além disso, a pesquisa é qualitativa com o aprofundamento acerca do tema e fenômeno existente. O método de procedimento adotado é o funcionalista, fazendo uso da interdisciplinaridade exigida ao tema em tela, correlacionando questões legais às questões fisiológicas, psíquicas e sociais. Já a técnica de pesquisa utilizada foi a bibliográfica fazendo-se do uso de textos normativos.

**(Resultados)** Diante do estudo realizado, demonstrou-se cabalmente à possibilidade do assédio moral ser o fator causador de uma série de doenças e síndromes laborais, como depressão, síndrome do pânico e síndrome de burnout, sendo essas doenças caracterizadas pelo esgotamento físico, psíquico e emocional em razão das condições estabelecidas no ambiente de trabalho – além de ser um fator degradador do local de trabalho, demonstrando que, apesar da existência de previsibilidade da Legislação Jurídica brasileira em combate ao assédio moral, a prática desse crime é muito recorrente em diversos ambientes de trabalho. Outrossim, evidenciou-se que o assédio moral também é maléfico ao assediador, trazendo consequências jurídicas severas, tais como possibilidade de rescisão indireta do contrato de trabalho além da correspondente indenização por danos morais.

**(Conclusão)** Conclui-se, portanto, que as moléstias originadas por agressões morais são constituídas como acidente de trabalho por serem adquiridas ou desencadeadas no ambiente de trabalho e através dele de acordo com a respectiva função. Por fim, além do combate repressivo realizado pela justiça, evidencia-se como medida inadiável a adoção de políticas de gestão pacificadoras do ambiente de trabalho, buscando não só a saúde, mas também, o bem-estar do trabalhador, sendo uma importante ferramenta preventiva frente a banalização da violência física e psíquica nas relações de emprego.

**Palavras-Chave:** Assédio moral; Doenças ocupacionais; Meio ambiente de trabalho.

## ASSISTÊNCIA DO ESTADO A FAMILIARES DE VITIMAS DE HOMICÍDIO: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL

### **Autor(es):**

*Fausto Calixto de Lima : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN  
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A omissão estatal é pauta de discursões dentro de vários âmbitos, nos quais se discute a assistência do Estado como uma obrigação e um direito a todo cidadão. A Constituição Federal do Brasil é garantista, para um Estado Democrático de Direito; a sua normatividade, vincula, limita e impõe a concretização dos direitos fundamentais; sendo instrumento jurídico social, político e econômico. Garante os direitos humanos, em se tratando dos dispositivos dos artigos 5º e 6º, da CF/88, verifica-se a obrigação do Estado em garantir os direitos ali mencionados, dos quais podemos destacar no art 5º, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, entre outros; no art 6º os direitos sociais, garantem a assistência aos desamparados. Tem-se como objetivo geral, nesta pesquisa, analisar a responsabilidade do Estado na obrigação de garantir a assistência aos familiares de vítimas de homicídio. Como objetivos específicos realizar um levantamento da assistência do Estado aos familiares das vítimas de homicídios; delinear o perfil socioeconômico desses familiares entrevistados. O estudo será realizado na zona leste da cidade do Natal, no Instituto Técnico-Científico de Polícia do Rio Grande do Norte (ITEP/RN).

**(Metodologia)** Os procedimentos metodológicos do estudo serão desenvolvidos a partir da visão positivista de pesquisa, tendo como estratégias de pesquisa a entrevista controlada aos familiares das vítimas de homicídio; a pesquisa documental nos arquivos do ITEP/RN; uma análise constitucional dos direitos fundamentais e sociais da obrigação estatal. Os dados serão coletados a partir dos registros realizados entre 2010 e 2017, com familiares selecionados das vítimas e que se disponham a participar da pesquisa.

**(Resultados)** Os resultados da pesquisa apontam que a assistência do Estado é uma problemática social, e que, nem sempre, assiste de forma eficaz e pontual aos necessitados, tornando-se omissa a assistência ao desamparado, tendo em vista que também é desamparado aquele que perde um ente querido, seja no tangente financeiro ou em outros aspectos sociais. Os artigos 5º e 6º da Constituição versam acerca de garantias fundamentais. Após o levantamento dos registros documentais do ITEP/RN, não foi observado as garantias legais aos familiares das vítimas de homicídio. Observa-se que, quando o homicídio tem um caráter midiático, o Estado de forma arbitrária mostra-se preocupado com os familiares das vítimas, por se tratar de um crime de clamor social, o que não se observa com a população em geral, deixando-se de garantir o que à luz da Constituição Federal, em seus artigos 5º e 6º, é dever do Estado, a proteção aos bens jurídicos a qualquer cidadão nas formas da lei.

**(Conclusão)** Dado o exposto na pesquisa, conclui-se que a inércia estatal em cumprir com seus deveres, tem deixado a sociedade desamparada, não atingido o escopo que é necessário para ordem pública. Desta forma, permeia no meio social o sentimento de injustiça e abandono aos familiares de vítimas de homicídio. O Estado, por sua vez, oferece um aparato apenas para quem comete o crime e quem foi a vítima, porém esquece que entre esses dois sujeitos existe uma família, que anseia por um amparo maior do Estado. Nesse contexto, a CF nos garante direitos, esses precisam ser concedidos e assegurados de forma que, logo após um fato destes acontecer, haja a ação estatal em assegurar a essas famílias todos os direitos que lhe caibam. O Estado deve garantir todas as dimensões fundamentais, no tocante a dignidade da pessoa humana.

**Palavras-Chave:** Assistência do Estado. Direito constitucional. Dignidade da Pessoa Humana. Familiares de vitimas de homicídio.

## ATIVISMO JUDICIAL E O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

**Autor(es):**

*Eduardo Costa Wanderley Carvalho Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Gilmar dos Santos Melo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O termo Ativismo tem sido empregado com verdadeira poluição semântica, ora descrevendo fenômenos distintos, ora sendo utilizado para legitimar decisões apenas em função do resultado. O termo tem distintas designações, como modelo ou programa para a decisão judicial, atitude ou comportamento dos juízes, ou ainda tendências das decisões judiciais em conjunto. Tentamos mostrar aqui, a origem do termo ativismo judicial e se há riscos, com esse “destaque” que o Poder Judiciário ganhou nos últimos anos. Será que corremos riscos de uma Juristocracia? Até onde vai o poder discricionário do judiciário? Existe uma autocontenção por parte do Poder Judiciário? Partirmos dessas premissas e mais algumas perguntas, para analisarmos o que vem acontecendo na nossa Democracia Moderna e a relação dos Poderes. Em um Estado Democrático de Direito, não há lugar para o judiciário fundamentar suas decisões em suas convicções pessoais, morais, religiosa etc. Muitas vezes, a partir do decisionismo e do ativismo, tentam justificar decisões, que são, muitas vezes, inconstitucionais. Vamos verificar essa figura do ativismo de perto. Verificar se trata-se de uma evolução do Poder Judiciário, se essa hipertrofia de poder garante uma melhora aos direitos dos cidadãos, ou, se isso seria algo patológico a sociedade, um retrocesso ao nosso Estado Democrático de Direito.

**(Metodologia)** No seguinte trabalho, será usado, a abordagem hipotético-dedutiva. Partiremos de estudos da doutrina, dissertações, teses, artigos científicos. Além disso, também será usado como procedimento o método comparativo, para analisarmos a origem do termo ativismo judicial, seu funcionamento em outros países, se continua sendo amplamente usado, se recebe críticas ou mesmo como funciona atualmente. Para isso, também usaremos o método histórico, para analisarmos a evolução do ativismo por parte do Supremo Tribunal Federal e outros Tribunais Constitucionais. A pesquisa bibliográfica se dará de forma profunda, no âmbito interespaçial (ativismo em outros lugares do mundo, v.g. Alemanha e Estados Unidos) e no âmbito intertemporal (ativismo em seus mais variados momentos históricos).

**(Resultados)** Podemos ver que no cenário atual, o Ativismo Jurídico, é visto de forma pejorativa, ou, até mesmo, para servir de alguma crítica a uma decisão judicial. Com essa pesquisa, temos a intenção de obter uma ideia geral, verificar como ele vem se comportando no Brasil durante os últimos anos, e como ele influencia a deliberação dos juízes do nosso país. Já, que vivemos, em um determinado período, onde o judiciário ganha cada vez mais destaque, e cada vez mais é alvo de críticas.

**(Conclusão)** Verifica-se, das experiências da Suprema Corte americana, principalmente no período da Corte Warren, que o ativismo judicial e, por consequência, o papel criativo dos juízes constitucionais, na maioria das vezes, não esteve a restringir o processo democrático, ao contrário, permitiu a sua manutenção e eficiência. O “controle” das decisões é um controle que se opera hermeneuticamente. Aquele que interpreta deve (de)mo(n)strar que sua construção é a melhor segundo o direito da comunidade política.

**Palavras-Chave:** Ativismo Judicial, Jurisdição Constitucional, Juristocracia

**AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: DIREITO DO APENADO DE SER APRESENTADO PERANTE O JUIZ**

**Autor(es):**

*Barbara Nicole Lopes de Medeiros : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa apresentada trata-se da audiência de custódia, como um dos direitos do apenado de ser apresentado perante o juiz em prazo razoável. Pretende-se mostrar uma análise crítica sobre o problema do sistema carcerário brasileiro frente à cultura do encarceramento. Tendo em vista que há um excessivo número de encarcerados provisórios tornando o déficit de vagas no sistema prisional. Tendo como objetivo explorar a audiência de custódia no âmbito Nacional, com intuito de garantir efetividade aos tratados internacionais de direitos humanos que o Brasil é signatário. Apresentando um conceito geral, abrangendo sua previsão e recepção pelo ordenamento jurídico pátrio, com intuito de dar efetividade aos princípios fundamentais dos custodiados que até então encontram-se inoperantes, além de mostrar dados de sua implantação em um polo específico, ao analisar a comarca de Natal.

**(Metodologia)** A pesquisa apresentada está sendo de cunho Dedutivo, tendo em vista que estou partindo da análise da audiência de custódia no âmbito nacional, para que assim verifique sua atuação no polo específico. Ademais, quanto aos métodos de procedimento estou utilizando o histórico, estudando o problema do sistema carcerário brasileiro frente à cultura do encarceramento, o estatístico, apresentando dados estatísticos para defender o meu posicionamento, e o comparativo por analisar no âmbito nacional e estadual. Como técnicas de pesquisas para o desenvolvimento do projeto, está sendo usado à doutrina, legislação e entrevista feita por revista do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao ministro Marco Aurélio.

**(Resultados)** Constatei que as prisões provisórias estão sucateadas no Brasil, é notório observar que atualmente temos cerca de 600 mil presos, dos quais 240 mil são provisórios, que ficam em média seis meses encarcerados sem ter contato perante o juiz, em flagrante ofensa aos princípios que são postergadas ao detendo enquanto recolhido ao cárcere. Segundo o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (INFOPEN), no ano de 2014 o Rio Grande do Norte possuía uma população carcerária de 7.081 encarcerados, das quais 33% eram presos provisórios, necessitando de uma medida eficaz para solucionar a banalização em nosso Estado, demonstrando que dentre o período de 2015 a 2017 já foram realizadas 3.270 audiências de custódias, dos quais resultaram 1.709 casos de prisão em flagrante convertida em preventiva, sendo 1.561 casos que resultaram em liberdade provisória. Dados estes que irão ser aprofundados no projeto de pesquisa que encontra-se em andamento, com intuito de compreender quais os efeitos da audiência de custódia nas prisões provisórias em nosso Estado, já que é indispensável que haja uma efetividade aos princípios constitucionais.

**(Conclusão)** É de extrema relevância informar que a presente pesquisa está em processo de desenvolvimento, e devido a isto, não se pôde trazer uma conclusão sucinta, visto que ainda está em andamento, objetivando tornar-se trabalho de conclusão de curso. Sendo assim, está em análise se a audiência de custódia representa um grande avanço em nosso sistema processual penal e no ordenamento jurídico como um todo.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chave: Audiência de custódia. Flagrante. Sistema carcerário.

**AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DO MODELO COOPERATIVO NA BUSCA PELA EFETIVIDADE DO PROCESSO**

**Autor(es):**

*Katia Suenia da Silva Bezerra Guerra : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Novo CPC de 2015 traz como idéia central o modelo cooperativo, o qual promove e aprofunda a relação dialógica entre os sujeitos do processo, aproximando a figura do juiz às partes, e que, mesmo as partes sendo antagônicas, devem cooperar, atuando em comunidade de trabalho, propiciando, assim, um amplo contraditório, fundamental para a construção democrática do processo. A audiência de Mediação e Conciliação, como novo requisito da Petição Inicial, tem fundamental importância nesse contexto, e encontra-se alinhada com a filosofia do novo código, a qual se obtiver sucesso, soluciona o conflito entre as partes e assim ajuda a desafogar a massificação em que se encontra o poder judiciário. Daí a importância da capacitação do quadro de mediadores e conciliadores que comandam essas audiências, as quais atualmente no TJRN, são realizadas por estagiários universitários

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho exploratório e qualitativa. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, partindo da análise de fatores como a capacitação do mediador ou conciliador no sentido de obter a resolução do conflito. A presente pesquisa visa analisar os fatores que dificultam a efetividade das audiências de mediação e conciliação e o que isso acarreta no curso do processo. Analisar fatores anteriores às audiências como implementação de centros judiciários de resolução de conflitos e também fatores internos nas audiências, como capacitação e treinamento do quadro de mediadores e conciliadores.

**(Resultados)** O primeiro ponto a ser avaliado é a estruturação física dos centros judiciários; locais com salas adequadas e com quantidade de pessoal em número considerável em relação a quantidade de processos. A devida capacitação do quadro de mediadores e conciliadores é de fundamental importância, para que eles consigam a resolução do conflito.

**(Conclusão)** Objetivando alcançar a celeridade processual e buscar uma resolução de conflito eficiente, o novo CPC de 2015 instituiu a audiência de conciliação e mediação como requisito da petição inicial. A etapa tem o objetivo de desafogar o Judiciário, criando uma fase em que dá a oportunidade de as próprias partes fazerem um acordo antes que a demanda entre em um processo muitas vezes longo e moroso. A resolução do conflito reflete diretamente no andamento do processo, de tal modo que se houver acordo, o processo é extinto com julgamento do mérito por sentença, diminuindo dessa forma, a quantidade de processos e possibilitando o judiciário exercer uma tutela jurisdicional mais rápida para aqueles os casos que não há possibilidade de autocomposição.

**Palavras-Chave:** Autocomposição. Conciliação. Mediação. Cooperação Processual

## **AUTONOMIA PRIVADA E AS DISPOSIÇÕES TESTAMENTAIS NO DIREITO BRASILEIRO**

### **Autor(es):**

*Yam Lira Moreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Hudson Brendo Lobato Araujo Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rafael Dantas Pereira de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho foi desenvolvido a luz do direito sucessório brasileiro, em especial pautado no que tange o regramento expresso da legítima. O presente estudo procurou compreender o teor e a incidência desse instituto, utilizando como parâmetro a lei e o entendimento jurisprudencial, visando observar a aplicabilidade desse dispositivo com foco na autonomia privada. Hoje é previsto pelo ordenamento jurídico brasileiro que o autor da herança pode dispor, no máximo, de 50% (cinquenta por cento) de seus bens, da maneira que quiser. Essa foi uma maneira que o legislador encontrou de preservar o direito à herança para os herdeiros necessários, sendo que ao limitar o autor da herança a dispor apenas de metade de seu patrimônio, construído por ele próprio, percebe-se uma lesão ao princípio da autonomia da vontade privada. Tal princípio preceitua que as partes sendo capazes, o objeto sendo lícito, é permitido fazer o negócio jurídico que decidirem. Sendo assim, é possível ver uma contradição no nosso código civil que traz em seu texto o princípio da autonomia privada e depois o limita, não deixando o autor da herança fazer com o seu patrimônio o que desejar.

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa de natureza exploratória, com base na legislação civil brasileira, possuindo uma técnica pesquisa bibliográfica, onde foi explorada a doutrina Civilista e os entendimentos dos Tribunais Superiores. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, partindo de disposições gerais acerca do tema, para se chegar à conclusão daquilo que se propõe, ou seja, analisando disposições tidas como verdadeiras e inquestionáveis, com objetivo de se alcançar resultados. Os métodos de procedimento usados foram o histórico, comparativo e descritivo.

**(Resultados)** O presente artigo visa analisar a autonomia privada no direito sucessório em especial quanto à extensão do patrimônio que pode ser objeto de testamento. Aborda-se a questão da limitação da autonomia privada decorrente da legítima tanto no testamento quanto no planejamento sucessório que deve ser observada, no caso específico do direito brasileiro, em favor dos descendentes, ascendentes e cônjuges.

**(Conclusão)** O tema pesquisado é de extrema relevância para o nosso contexto social. As novas relações sociais estão postas numa configuração muito dinâmica, em que a liberdade e a autonomia são palavras de ordem. Com o desenvolvimento da pesquisa, espera-se chegar à conclusão sobre a possibilidade de dispor do 100% do patrimônio, quando os herdeiros necessários não forem menores ou incapazes para construir seu próprio patrimônio, em contraposição à atual aplicabilidade do art. 1846 do código civil com fulcro no Princípio da Autonomia Privada previsto na codificação do Direito Privado. Portanto, em nossa ótica pretendemos analisar as vantagens de cada posicionamento, tendo em vista as divergências existentes acerca do tema.

**Palavras-Chave:** Sucessão, autonomia privada, legítima, disposição.

**BALA PERDIDA: A VIOLÊNCIA POLICIAL E A DESMILITARIZAÇÃO NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
BRASILEIRA**

**Autor(es):**

*Saynara Cristina da Silva Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Desde o capitão do mato, o caçador de escravos do Império, o modelo brasileiro de segurança pública subtrai a fruição de direitos fundamentais à medida que amplifica a criminalização da pobreza e o racismo estrutural. Haja vista a atual conjuntura de divisão entre as polícias Civil e Militar, este trabalho tece o aparato proposições sobre a violência policial e a necessidade de reestruturar o aparato em vigor.

**(Metodologia)** O presente trabalho estudo iniciou-se com um levantamento bibliográfico em busca de fontes diretas para serem usadas como referência e autores para ter-se a abordagem sob diversos aspectos. Assim sendo, é possível afirmar que no tocante a metodologia aplicada ao estudo, pode-se dizer que o método de abordagem utilizado é o hipotético-dedutivo, já que parte do pressuposto de que a militarização precariza a segurança pública no Brasil. Quanto ao método de procedimento, o utilizado na pesquisa é o analítico, tendo em vista que busca analisar o sistema de segurança pública sob a influência da violência policial como consequência da militarização. E, como técnicas de pesquisa, as utilizadas são a legislação, já que o trabalho baseia-se predominantemente em leis, a doutrina, levando em consideração decisões de tribunais sobre o tema, e os estudos científicos da USO (NEV-USP) e da FGV.

**(Resultados)** Em consonância à Fundação Getúlio Vargas, 95% dos policiais afirmam que a falta de integração entre as polícias torna o trabalho menos eficiente. A falência do modelo atual é revelada pelo relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, segundo o qual são assassinadas seis pessoas todos os dias pelas polícias brasileiras. Nesse vetor, desenhada pelo antropólogo Luiz Eduardo Soares, inscreve-se a Proposta de Emenda à Constituição 51/2013, que inclui o fim do vínculo e do espelhamento organizacional entre PM e Exército e cria o ciclo completo, em que uma polícia, sem divisões, faz o trabalho preventivo, ostensivo e investigativo. Ademais, a partir da bibliografia consultada, é notória a influência do arcaico arcabouço repressivo, herdado do regime militar, na letalidade da ação policial, acarretando os denominados “autos de resistência”, homicídios encabeçados pela Polícia.

**(Conclusão)** Decerto, a atual desvinculação das polícias é potencialmente ineficaz na resolução da violência sistemática pela qual é acometido o país; pelo contrário: aprofunda a filtragem racial, social e territorial do “roteiro” seguido nos autos de resistência. Nesse sentido, a desmilitarização da PM se propõe a mitigar o quadro em voga de banalização da violência, voltando-se para a preservação da vida e da sociedade. Destarte, o presente trabalho propiciou o esclarecimento acerca da questão policial no Brasil, os flagelos a esta associados e os caminhos para a plena concretização da segurança pública.

**Palavras-Chave:** Segurança Pública; Polícia Militar; Polícia Civil; Desmilitarização.

**BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ: CONFRONTO ENTRE ESSES BENEFÍCIOS**

**Autor(es):**

*Romero Sátyro Gouveia de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Érica Rocha de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Elaine Santiago Viana: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Seguridade Social no Brasil se divide em três campos: saúde, previdência e assistência social. Tanto a previdência como a assistência social têm ferramentas para proteção das pessoas com deficiência, tais quais o Benefício de Prestação Continuada e a aposentadoria por invalidez, contando este último com a possibilidade de um adicional de 25% caso o beneficiário necessite de auxílio permanente de terceiro. O presente trabalho visa esclarecer os benefícios e seus requisitos, bem como se propõe a estudar se há razão para diferença no tratamento entre os benefícios.

**(Metodologia)** Este trabalho trata-se de uma pesquisa explicativa, que utilizou o procedimento metodológico do estudo bibliográfico, realizado em artigos científicos e jurisprudência.

**(Resultados)** No âmbito da assistência social, o Benefício de Prestação Continuada – BPC, é um benefício concedido a idosos ou pessoas com deficiência, que provem seu estado de miséria. No caso de pessoas com deficiência, se esta acarretar impedimentos para a “vida independente”. Tal conceito indeterminado foi esclarecido pela jurisprudência, que afirmou que o conceito de “vida independente” está intimamente ligado ao conceito de “capacidade laborativa”. Ainda, as pessoas com deficiência devem realizar perícia, a cada dois anos, que ateste que sua deficiência é de longo prazo. Por outro lado, a aposentadoria por invalidez é concedida aos filiados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS que, por razão de doença ou acidente, estejam incapacitados de laborar. Além disso, se o beneficiário necessitar de acompanhamento permanente, este poderá receber um adicional de 25% sobre a aposentadoria, podendo ultrapassar o teto. No entanto, deve se submeter a perícia, a cada dois anos, para que se ateste a necessidade do acompanhante. Essa proteção vem sendo estendida pela jurisprudência àqueles que, apesar de não terem se aposentado por invalidez, se tornaram deficientes após a aposentadoria, necessitando de auxílio permanente.

**(Conclusão)** Em que pese a maior proteção que vem sendo conferida aos deficientes, ainda há descaso do legislador com aqueles que recebem o BPC, pois estão em situação jurídica muito inferior, apesar de estarem em situação fática similar. Isto se torna ainda mais evidente ao se atentar para o prazo de carência existente para a aposentadoria por invalidez, que é de 12 contribuições mensais. Desta forma, o indivíduo que se tornar incapaz para o labor antes do fim do período de carência não poderá se aposentar, devendo solicitar o BPC, e não terá direito ao adicional se precisar de acompanhamento. Diante disto, fica claro que a situação atual é uma afronta à isonomia, e que uma ampliação da proteção aos deficientes é essencial. É necessária maior atenção às pessoas com deficiência, para que se diminua o descaso e para que fique garantida maior promoção de seus direitos.

**Palavras-Chave:** Pessoa com Deficiência, Isonomia e Seguridade Social

## **CAMPANHAS ELEITORAIS E A PROIBIÇÃO DO FINANCIAMENTO PRIVADO**

### **Autor(es):**

*Larah Gomes Silva Câmara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No cerne do financiamento de campanhas eleitorais nos deparamos com várias problemáticas das quais são deveras graves e afetam diretamente a nossa sociedade. Durante o projeto de pesquisa pudemos avaliar e analisar estas questões das quais deflagramos o grande mal da sociedade: a corrupção. Visto que decorrente a atual cena política brasileira, o Brasil possui um histórico de escândalos políticos dos quais se dão início ainda em suas campanhas eleitorais; tais financiamentos (em sua maioria) proviam de empresas privadas que têm interesses pessoais em se vincularem a certos candidatos visando benefício próprio como “futuras trocas de favores”.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa, que possui método dialético; da qual analisa alguns casos concretos políticos brasileiros, levando em conta a bibliografia do direito eleitoral, a jurisprudência brasileira em relação ao tema, as novas regras do financiamento de campanhas, e como essas novas regras poderão influenciar no bom andamento das campanhas eleitorais. Portanto, tendo em vista de tais objetivos específicos, podemos dizer que a pesquisa possui métodos de procedimentos auxiliares históricos e de estudo de caso, e comparativo.

**(Resultados)** Constata-se como resultado investigativo da pesquisa os efeitos nocivos presentes nos financiamentos; concluiu-se que a corrupção se mostra presente em todo o histórico político brasileiro; e que apesar das novas regras de financiamento, ainda existem mudanças a serem feitas para que se exima a corrupção. Pois a arrecadação de recursos financeiros tem como finalidade proporcionar aos cidadãos a análise e o conhecimento dos candidatos, muito embora o objetivo em questão se encontra desvirtuado; nessa linha de raciocínio, pretende-se verificar, levando em conta o histórico brasileiro de escândalos políticos, as principais empresas financiadoras envolvidas, o quanto essas novas regras de financiamento serão benéficas para as futuras campanhas políticas.

**(Conclusão)** Diante de tais fatores, observamos que a proibição de financiamento privado sempre foi necessária, pois o que deveria ser apenas um incentivo tornou-se um meio “mais fácil” de se eleger, tendo em vista que além de possuírem maiores recursos para se mostrarem presentes na mídia, com a presença de capital de giro, torna-se mais fácil a consolidação de alianças políticas, assim como também já fora citado a compra de votos (que é um ato ilegal mas mesmo assim ainda muito recorrente). Por isso, mesmo que os candidatos eleitos inicialmente possuam vontades de praticar bons atos em sua vigência, os mesmos se tornem reféns dos doadores ficando impossibilitados de realizarem seus trabalhos em prol do bem comum e de toda a sociedade, para estar beneficiando os supostos doadores, dos quais estão a espera do retorno de seu investimento.

**Palavras-Chave:** Financiamento de campanhas. Corrupção. Proibição.

**CANIBALISMO CULTURAL E IGUALDADE DE GÊNERO NO ÂMBITO FAMILIAR: UMA ANÁLISE À LUZ DA HERMENÊUTICA DIATÓPICA**

**Autor(es):**

*Ilana Lucas Diogo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Como prosseguir na busca pela igualdade de gênero, especialmente no âmbito familiar, quando esta encontra barreiras em diversas culturas? Seria a cultura de um povo mais relevante que a igualdade entre homens e mulheres? Seria a igualdade entre homens e mulheres mais importante que a cultura de um povo? Seria uma espécie de canibalização cultural impor certos direitos considerados fundamentais a culturas que são caracterizadas, principalmente, por serem machistas? Poderia a Hermenêutica Diatópica resolver essa questão? A partir desses questionamentos, a presente pesquisa propõe elucidar a Hermenêutica Diatópica para assim confrontar a realidade atual vivida pelas mulheres no âmbito familiar em diferentes culturas, visando entender e buscar uma solução para as divergências entre Direitos Humanos e Canibalização Cultural através da Hermenêutica Diatópica.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho social e cultural. Considerando os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método de abordagem dialético, uma vez que nesse método os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, econômico, político e principalmente cultural, além dos fenômenos tratados serem contrapostos, aparentemente não chegando a um acordo. Se fez uso dos métodos auxiliares histórico, comparativo e descritivo, sendo o histórico de suma importância pois é através dele que entenderemos a construção da mentalidade de um povo, o comparativo porque com a comparação busca-se verificar semelhanças e explicar divergências, e por último, mas não menos importante, a pesquisa descritiva, que analisa o registro e fatos novos sem que haja a interferência do pesquisador no mérito dos conteúdos. Para trilhar até alguma provável conclusão se fará necessário o uso de bibliografias, legislações e questionários, caracterizando, dessa forma, as técnicas de abordagem.

**(Resultados)** Os dois principais tratados que versam sobre os temas centrais do projeto são: Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979 e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005. A Convenção de 1979 visa proteger principalmente a igualdade de gênero entre homens e mulheres, incluindo na família. Por outro lado, a Convenção de 2005 tem como foco proteger e promover a diversidade das expressões culturais, e essas diversidades culturais abrangem alguns fatores que hoje estão sendo utilizados para assegurar diversas culturas a dizer que a imposição de algumas garantias fundamentais (principalmente relacionada a igualdade de gênero) é uma canibalização cultural, pois a cultura do ocidente está querendo “engolir” a cultura do oriente ao impor costumes que não dizem respeito a cultura deles. Contudo, esses são resultados provisórios, pois, uma vez que a pesquisa não está concluída, não há como ter resultados concretos.

**(Conclusão)** A pesquisa se estenderá por mais tempo, visto que não é um tema simples, da mesma forma que é extremamente importante, pois versa sobre assuntos delicados e relevantes: igualdade de gênero e cultura de povos, e até onde um pode ser soberano ao outro. São questionamentos pertinentes e que não alcançam uma conclusão definitiva facilmente. Sendo este o tema do Trabalho de Curso, haverá mais um ano de estudo para tentar chegar a alguma conclusão após o aprofundamento da pesquisa.

**Palavras-Chave:** Canibalismo cultural. Multiculturalismo. Hermenêutica diatópica. Igualdade de gênero. Família.

## CAPACIDADE SUCESSÓRIA DO EMBRIÃO CRIOPRESERVADO FECUNDADO POST MORTEM

### **Autor(es):**

*Gabriela de Araujo Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Jéssica Monize Campos Cavalcanti: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Fernanda Medeiros de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Adriana Augusta Lambert da Costa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** INTRODUÇÃO: O código Civil de 2002 em seu art. 1798 trata a respeito da legitimidade para suceder, quais sejam, as pessoas nascidas ou concebidas no momento da abertura da sucessão. Fica claro que o nascituro já tem legitimação para suceder, posto já estar concebido. A grande polêmica a ser enfrentada é a do embrião gerado mediante fecundação in vitro e mantido congelado, tecnicamente chamado criopreservado. Este embrião já seria considerado pessoa já concebida, tal qual o nascituro? A partir de qual momento se poderia considerar o ser humano concebido? Diante do exposto, surge a seguinte problemática: de que maneira o embrião criopreservado terá legitimidade para suceder e qual a sua relação com o princípio da igualdade da filiação? Desse modo, o objetivo da presente pesquisa é debater a capacidade sucessória do embrião criopreservado relacionando com a igualdade da filiação. Desse modo, faz-se necessário descrever a capacidade sucessória e as novas técnicas de fertilização. Além disso, analisar a legitimidade do embrião diante da fecundação após a morte do autor da herança. E, por fim, analisar casos concretos e o entendimento da doutrina e jurisprudência.

**(Metodologia)** METODOLOGIA: O método utilizado para esta pesquisa será o dedutivo, partindo da análise das teorias e das posições doutrinárias que versem sobre o tema e partindo para a análise de casos concretos corroborando para o entendimento da pesquisa. Concernente aos métodos de procedimentos, serão utilizados o histórico para verificar a origem do fenômeno, bem como, o descritivo, expondo a sucessão e o direito à herança e o estudo de caso com o intuito de serem analisadas situações reais que facilitem a compreensão do tema proposto Finalmente quanto as técnicas de pesquisa, serão aplicados artigos, teses, doutrinas e jurisprudências.

**(Resultados)** RESULTADOS: Como a pesquisa ainda se encontra em andamento, pode-se relatar que há duas correntes em nosso ordenamento considerando o momento da concepção. A primeira, defende a concepção a partir do momento da fecundação do óvulo pelo espermatozoide; a segunda, considera a concepção a partir da nidação do ovo ou zigoto no útero materno, momento em que há, em tese, uma gravidez viável. Para Silmara Chinelato, o conceito de nascituro abrange o embrião pré-implantatário, isto é, o já concebido e que apenas aguarda, in vitro, a implantação no ventre materno, dispondo, portanto, de capacidade sucessória. Giselda Hironaka defende que o embrião não é nascituro, e sim concepturo, pois a sua viabilidade depende da implantação no útero. A jurisprudência trouxe a ADI nº 3.510, afirmando que o embrião concebido post mortem, está apto aos seus direitos sucessórios, logo, destacando a necessidade de nascer com vida para a total garantia, não ferindo a Teoria Natalista, assegurada pelo Código Civil, passando não só a herdeiros e sim filho do autor da herança. Vale salientar, também, que o Código de Ética Médica proíbe a implantação do embrião depois da morte do autor da herança, exceto com autorização em testamento.

**(Conclusão)** CONCLUSÃO: Como a pesquisa ainda se encontra em andamento, os resultados parciais indicam a necessidade de analisar casos concretos e jurisprudências levando em conta as novas técnicas de reprodução humana assistida e o vazio que a lei deixa. Ademais, o uso das técnicas de reprodução assistida é um direito fundamental, consequência do direito ao planejamento familiar que decorre do princípio da liberdade, sem deixar de lado o tratamento isonômico dos filhos.

**Palavras-Chave:** Capacidade sucessória. Embrião criopreservado. Legitimação

## CAPACIDADE SUCESSÓRIA DO EMBRIÃO CRIOPRESERVADO FECUNDADO POST MORTEM

### **Autor(es):**

*Gitana Alves Ramires: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Gabriela de Araujo Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Kalyanne Batista da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Jéssica Monize Campos Cavalcanti: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Fernanda Medeiros de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Adriana Augusta Lambert da Costa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O código Civil de 2002 em seu art. 1798 trata a respeito da legitimidade para suceder, quais sejam, as pessoas nascidas ou concebidas no momento da abertura da sucessão. Fica claro que o nascituro já tem legitimação para suceder, posto já estar concebido. A grande polêmica a ser enfrentada é a do embrião gerado mediante fecundação in vitro e mantido congelado, tecnicamente chamado criopreservado. Este embrião já seria considerado pessoa já concebida, tal qual o nascituro? A partir de qual momento se poderia considerar o ser humano concebido? Diante do exposto, surge a seguinte problemática: de que maneira o embrião criopreservado terá legitimidade para suceder e qual a sua relação com o princípio da igualdade da filiação? Desse modo, o objetivo da presente pesquisa é debater a capacidade sucessória do embrião criopreservado relacionando com a igualdade da filiação. Desse modo, faz-se necessário descrever a capacidade sucessória e as novas técnicas de fertilização. Além disso, analisar a legitimidade do embrião diante da fecundação após a morte do autor da herança. E, por fim, analisar casos concretos e o entendimento da doutrina e jurisprudência.

**(Metodologia)** O método utilizado para esta pesquisa será o dedutivo, partindo da análise das teorias e das posições doutrinárias que versem sobre o tema e partindo para a análise de casos concretos corroborando para o entendimento da pesquisa. Concernente aos métodos de procedimentos, serão utilizados o histórico para verificar a origem do fenômeno, bem como, o descritivo, expondo a sucessão e o direito à herança e o estudo de caso com o intuito de serem analisadas situações reais que facilitem a compreensão do tema proposto Finalmente quanto as técnicas de pesquisa, serão aplicados artigos, teses, doutrinas e jurisprudências.

**(Resultados)** Como a pesquisa ainda se encontra em andamento, pode-se relatar que há duas correntes em nosso ordenamento considerando o momento da concepção. A primeira, defende a concepção a partir do momento da fecundação do óvulo pelo espermatozoide; a segunda, considera a concepção a partir da nidação do ovo ou zigoto no útero materno, momento em que há, em tese, uma gravidez viável. Para Silmara Chinelato, o conceito de nascituro abrange o embrião pré-implantatário, isto é, o já concebido e que apenas aguarda, in vitro, a implantação no ventre materno, dispondo, portanto, de capacidade sucessória. Giselda Hironaka defende que o embrião não é nascituro, e sim concepturo, pois a sua viabilidade depende da implantação no útero. A jurisprudência trouxe a ADI nº 3.510, afirmando que o embrião concebido post mortem, está apto aos seus direitos sucessórios, logo, destacando a necessidade de nascer com vida para a total garantia, não ferindo a Teoria Natalista, assegurada pelo Código Civil, passando não só a herdeiros e sim filho do autor da herança. Vale salientar, também, que o Código de Ética Médica proíbe a implantação do embrião depois da morte do autor da herança, exceto com autorização em testamento.

**(Conclusão)** Como a pesquisa ainda se encontra em andamento, os resultados parciais indicam a necessidade de analisar casos concretos e jurisprudências levando em conta as novas técnicas de reprodução humana assistida e o vazio que a lei deixa. Ademais, o uso das técnicas de reprodução assistida é um direito fundamental, consequência do direito ao planejamento familiar que decorre do princípio da liberdade, sem deixar de lado o tratamento isonômico dos filhos.

**Palavras-Chave:** Capacidade sucessória. Embrião criopreservado. Legitimação

**CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR: A PUBLICIDADE E A OFERTA PERANTE A EVOLUÇÃO SOCIAL E TECNOLÓGICA**

**Autor(es):**

*Mateus Emmanuel Queiroz Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o fim da segunda guerra mundial, o capitalismo se consolidou como principal sistema econômico nos países, predominantemente ocidentais. Junto com ele o “american way of life” também começou a ser adotado, baseando-se na cultura norte-americana, influenciando fortemente o consumismo. Consoante a isso, ocorreu também um aumento nos produtos e serviços. Em razão disso, da concorrência capitalista e do interesse dos fornecedores para atingir um maior número de consumidores, a propaganda foi passando por transformações e foi aperfeiçoada de acordo com a evolução social e tecnológica, dando origem a publicidade. Porém, o código de defesa do consumidor não se preocupou em conceituar positivamente o instituto da publicidade, levando a seguinte problemática: Como aperfeiçoar os mecanismos de defesa do consumidor consoante o avanço dos meios de comunicação? Ademais, o objetivo geral deste trabalho é analisar e interpretar o código de defesa do consumidor acerca de possíveis questões lesivas que não acompanhem as evoluções sociais e tecnológicas. Enfatizando a necessidade dos mecanismos de defesa e sua devida utilização; a análise de possíveis brechas na legislação vigente que possam prejudicar os envolvidos na relação consumerista; e a aplicabilidade dos princípios do direito do consumidor, especialmente o da boa-fé.

**(Metodologia)** A partir de estudo reflexivo amparado em referencial teórico especializado desenvolveu-se o tema tendo como referente o método de abordagem dialético; os métodos de procedimento tipológico e comparativo; e como técnica para coleta de dados, a pesquisa bibliográfica, complementada pela análise de artigos científicos e reflexões sobre a legislação vigente.

**(Resultados)** Refletindo, analisando e interpretando o código de defesa do consumidor em primeiro momento, percebe-se que as questões em razão do instituto da publicidade tem uma importância muito grande acerca de questões lesivas ao consumidor, dentre elas a publicidade enganosa ou abusiva e sua proibição como forma de proteção, seja ela no ambiente virtual ou cotidiano. Ademais, observou-se também os responsáveis por esses abusos e os mecanismos de defesa conseguinte a isso em razão dos avanços sociais e tecnológicos. Nessas condições, portanto, em primeira análise, notou-se que o consumidor é o polo mais fraco da relação e necessita de uma maior atenção e quantidade de informações para sua proteção.

**(Conclusão)** Devido ao fato do consumidor ser o polo mais fraco da relação, percebe-se que os mecanismos de defesa são necessários para evitar que o mesmo seja lesionado por aqueles que querem usar a publicidade para fins ardis. Sendo assim, é necessário que o máximo de informação chegue ao consumidor na relação contratual com o fornecedor, associado com a correta execução dos princípios consumeristas -como a boa-fé-, para assim impedir o abuso do direito exercido pela má publicidade.

**Palavras-Chave:** Código de defesa do consumidor; direito do consumidor; mecanismos de defesa do consumidor

**COMO A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO ENQUANTO CONQUISTA DOS DIREITOS DA MULHER IMPLICA NO DIREITO À VIDA DO NASCITURO**

**Autor(es):**

*Mariana Carvalho Sampaio de Freitas Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Matheus Victor da Silva Nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o advento do crescente número de movimentos sociais e sua grande repercussão nos meios de comunicação, consolidaram-se em sociedade, contraculturas que visam à substituição dos pilares ético-morais conservadores por outros de maior vanguarda, buscando no direito, normas que se apliquem à realidade social atual. Tal é o caso do movimento feminista, que tem como principal pauta a desconstrução da sociedade patriarcal, requerendo a igualdade de direitos entre homens e mulheres, assim como também a legalização da prática abortiva. Entretanto, a legalização do aborto implica no princípio constitucional do direito à vida, sendo alvo de grande controvérsia no âmbito social.

**(Metodologia)** Para fins de método de abordagem, foi utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo, baseando-se em uma hipótese para então ser demonstrado. Bem como o método dialético, que faz uma análise dentro do contexto social, analisando contradições, para enfim criar soluções para tais.

**(Resultados)** Dessa forma, foi discutida a relação entre a busca pela conquista do aborto de maneira que a consequência é a afetação direta aos direitos do nascituro, conforme analisado com fulcro na legislação, qual seja a Constituição Federal Brasileira, em seu art. 5º, bem como o código Civil pátrio, em seu art. 2º e o Pacto San José da Costa Rica, em seu art. 4º.

**(Conclusão)** A presente pesquisa tratou o ser humano, enquanto pessoa, e verificou o resguardo do direito à vida do nascituro pelo do Estado. Constatou que a vida é sempre tida pelo nosso ordenamento jurídico como inviolável e deve ser protegida desde o primeiro instante. Analisando o artigo 2º do Código Civil de 2002, é possível questionar os direitos assegurados no texto legal, é possível ainda verificar a existência de três correntes doutrinadoras do início da aquisição de direitos. A Teoria Natalista, a teoria da personalidade condicional, e a Teoria Concepcionista. Analisando as teorias, observou-se que o Código Civil vigente, ao adotar a Teoria Natalista e ao mesmo tempo garantir o direito à vida do nascituro, propiciou diversas discussões no âmbito jurídico. Como visto, frisou-se como grande a discussão acerca do início da vida humana, não havendo concordância sequer no meio científico. Diante de todo exposto, conclui-se que os direitos do nascituro, reconhecidos pelo Código Civil, pela Constituição e presentes em outros meios legislativos, são também, reconhecidos na prática de diversos âmbitos do direito. Restou claro que o nascituro tem o direito inviolável de nascer, de vir ao mundo, direito este garantido pela Constituição Federal, assim, tal direito deve ser resguardado desde a concepção, objetivando a ampla proteção do nascituro.

**Palavras-Chave:** Aborto. Legalização. Feminismo. Direito do nascituro. Direito à vida.

**COMO A LEI Nº 13.465/17 ALTERA O SENTIDO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 759/16 PARA PRESERVAR A VONTADE CONSTITUCIONAL E GARANTIR O DIREITO À LAJE SUCESSIVA.**

**Autor(es):**

*Fernando de Castro Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Leonardo Medeiros Bigois Gadelha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Samuel de Oliveira Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Victor Maciel Ramalho Pessoa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No Brasil sempre existiu pessoas que cedem a parte superior de um imóvel a um terceiro, para que este construa outro imóvel e assim fixe sua residência. Essa parte superior, também chamada de “laje”, geralmente é o teto do imóvel. Diante da grande quantidade dessas construções, em 2016, especificamente em 22 de dezembro, foi instituída a Medida Provisória nº 759 que, dentre outras disposições, incluiu a laje no rol de direitos reais – art. 1.225, XIII, CC. Com essa inclusão, diversas foram as críticas quanto sua aplicabilidade e, principalmente, quanto sua validade constitucional no que se refere, especialmente para o objeto de estudo da presente pesquisa, a vedação da chamada laje de segundo grau, regulamentada no art. 1.510-A, § 5º. Em 11 de julho de 2017, a referida Medida Provisória foi convertida em Lei, de nº 13.465, sofrendo alterações substanciais.

**(Metodologia)** Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método hipotético-dedutivo que, a partir de uma hipótese formulada, deduz-se a solução para o problema, que ao longo do desenvolvimento da presente foi confirmada. Aplicou-se o método de procedimento descritivo e, como técnica de pesquisa, a bibliográfica.

**(Resultados)** O Código Civil, à época da Medida Provisória nº 759/16, dispunha no artigo 1.510-A, em seu § 5º, que “As unidades autônomas constituídas em matrícula própria poderão ser alienadas e gravadas livremente por seus titulares, não podendo o adquirente instituir sobrelevações sucessivas, observadas as posturas previstas em legislação local”, deixando clara a impossibilidade de criação de laje de segundo grau, ou seja, a criação de direito real da laje sobre laje. Isso significava que o proprietário do terreno podia atribuir sua laje de imóvel já construído a um terceiro, mas este ficava impossibilitado de fazer o mesmo, ainda que diante da autonomia entre as propriedades. Contudo, analisando o artigo 5º, XXIII, da Constituição Federal, depreende-se que a propriedade deve atender a sua função social. Já do artigo 182, § 2º, também da Constituição Federal, entende-se que “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”. Com isso, evidenciava-se a inconstitucionalidade da redação da Medida Provisória nesse sentido, pois desde que respeitado o plano diretor da cidade, não havia razão para se proibir a construção de laje de segundo grau quando esta surgir para atender a função social.

**(Conclusão)** Destarte, resta evidente que a Medida Provisória nº 759/16 contrariava a vontade constitucional no que atine a função social da propriedade no direito de sobrelevação sucessiva de laje. Nesse sentido, o Congresso Nacional, ao converter a referida Medida Provisória em Lei, alterou sua redação passando a permitir o direito de laje sobre laje no Código Civil: Art. 1.510-A, § 6º, “O titular da laje poderá ceder a superfície de sua construção para a instituição de um sucessivo direito real de laje, desde que haja autorização expressa dos titulares da construção-base e das demais lajes, respeitadas as posturas edilícias e urbanísticas vigentes”.

**Palavras-Chave:** Medida Provisória nº 759/16; Lei nº13.465/17; Direito Real de Laje; Sobrelevação Sucessiva.

## CONCILIAÇÃO: A PROBLEMATICA DO CONCILIADOR NOS DIAS ATUAIS

### **Autor(es):**

*Wilton Dantas Fernandes Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Um dos principais problemas encontrados pelos conciliadores atualmente é a falta de conhecimento das partes, muitos não sabem que com o acordo, o processo gera uma celeridade muito maior, com isto achando o procedimento da conciliação um mero atraso processual, este trabalho visa expor a devida importância das audiências de conciliação e dos acordos que podem ser gerados através delas. **(OBJETIVOS)** Se tem como objetivo principal, demonstrar a eficácia da conciliação e a problemática enfrentada pelos conciliadores, através de exemplos práticos e concisos com o intuito de abordar principalmente a pratica em si, através de conversas com estagiários conciliadores e conciliadores que estão atualmente em atividade

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) A metodologia abordada se da através de uma pesquisa teórica e pratica que busca através da vivencia em audiências de conciliação e de conversas com conciliadores exemplificar os problemas existente que ocorrem com eles no decorrer de suas conciliações e na pratica do dia a dia com o contato direto entre as partes do processo e seus advogados.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Através deste trabalho procuro expor que deve haver uma explicação melhor para as partes processuais, da devida importância das audiências de conciliação, apesar de já haver um aumento muito bom em acordos feitos em sede de audiência, ainda não é o suficiente, ainda vemos que muitas partes estão defasadas de conhecimento em relação aos benefícios de um acordo, então em função disto deve se haver um maior enfoque nas audiências gerando assim resultados ainda melhores do que os atuais.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Como muitos sabem o novo código de processo civil aborda pamente as audiências de conciliação, com isto dando bem mais importância a elas, com isto temos que concluir e demonstrar aos outros que realmente deve haver esse maior enfoque, e resolver de vez esta problemática existente, ou pelo menos diminuir ao máximo, e com isto aumentar ainda mais a eficácia das conciliações através das suas “consequências” como vemos que através do artigo 487, III, CPC/2015: “Lei nº 13.105 de 16 de Março de 2015 Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz: I - acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção; II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição; III - homologar: a) o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção; b) a transação; c) a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção. Parágrafo único. Ressalvada a hipótese do § 1o do art. 332, a prescrição e a decadência não serão reconhecidas sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se.”

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Conciliação. Audiência. Conciliadores.

**CONCORRÊNCIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: CONFLITO APARENTE ENTRE O DIREITO À VIDA X LIBERDADE RELIGIOSA**

**Autor(es):**

*Thiago Praxedes de Vasconcelos : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Gabriel Neves Moreira Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Júlia de Sá Bezerra Tinôco: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Ana Eleonora de Carvalho Freire: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os direitos fundamentais configuram-se como um conjunto de normas, princípios, prerrogativas, deveres e institutos que garantem uma convivência pacífica e igualitária. Nesse contexto, a presente pesquisa versa sobre a problemática concernente ao limite estabelecido no exercício desses direitos, quando, entre eles, revela-se uma circunstância concorrencial. Tal concorrência caracteriza-se por um conflito aparente entre duas modalidades de direito, a exemplo do que ocorre entre o direito à vida e o direito de liberdade religiosa, configurado no caso das “Testemunhas de Jeová”, os quais recusam-se à transfusão de sangue, tratamento médico que embora pretenda a preservação da vida, retira a dignidade proveniente da crença religiosa. A presente pesquisa tem como finalidade expor a problemática decorrente do conflito entre normas, bem como os instrumentos jurídicos hábeis para solucioná-los, de modo a garantir uma decisão justa e proporcional.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho exploratório e descritivo, na qual utilizou-se o método de abordagem dedutivo. Assim, foram observadas as particularidades do tema em foco para se chegar ao tema específico, qual seja a colisão dos direitos fundamentais. Como método de procedimento, utilizou-se estudo de caso, a partir da análise de julgados que versam sobre os direitos das “Testemunhas de Jeová”.

**(Resultados)** Em se tratando do choque entre direitos fundamentais de vida e liberdade religiosa no caso das Testemunhas de Jeová, vão existir diversas decisões e compreensões de acordo com os diferentes casos concretos a serem julgados, utilizando-se, assim, de uma solução casuística, prevalecendo o direito que revelar-se preponderante para o caso. Nesse sentido, as concepções decisivas sobre o determinado assunto têm como base geral duas formas de entendimento: a primeira seria a Doutrina Majoritária, a qual entende que deve prevalecer, via de regra, a liberdade religiosa, considerando a pessoa humana não somente na sua concepção física/corporal, mas levando em consideração o respeito à sua dignidade e ideologias formadoras do seu caráter individual. Como base de sustentação para essa tese doutrinária, não haverá constatação do crime para o médico que respeita o paciente e recusa a realização da transfusão de sangue, não ferindo o princípio da omissão de cuidados, argumento apoiado pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso ao tratar o respeito a manifestação de vontade do paciente por força dos princípios constitucionais, excluindo a conduta do médico de qualquer culpabilidade. Já a segunda trata-se da Jurisprudência Majoritária, a qual expõe que os médicos que praticarem a transfusão de sangue nos pacientes, independentemente do seu consentimento, quando houver iminente perigo à vida deste paciente, não estarão praticando nenhum delito, tendo como suporte dessa asserção o artigo 31 do Código de Ética Médica. Desse modo, o caráter decisório dessa concorrência de direitos é relativo, sendo imprescindível a análise dos casos concretos para a atribuição de um resultado final.

**(Conclusão)** Diante da problemática envolvendo a hemotransfusão de um testemunho de Jeová, salienta-se que a recusa ao referido tratamento recebe amparo em diversos dispositivos constitucionais, como a liberdade de crença, o direito à vida privada e ainda no princípio da legalidade, sendo que não há mandamento legal que imponha a uma pessoa a obrigatoriedade da realização da transfusão. A pessoa estando consciente e em pleno gozo de suas faculdades mentais, pode decidir pelo tratamento hematológico ou não, devendo prevalecer o direito à liberdade de crença. Contudo, a pessoa incapaz ou que esteja inconsciente não pode decidir e muito menos deliberar a outras pessoas a decisão sobre sua vida, prevalecendo o direito fundamental à vida.

**Palavras-Chave:** Conflito, direito, religião, vida.

**CONSTITUCIONALIDADE E CONVENCIONALIDADE DAS NORMAS: UMA ANÁLISE À LUZ DO CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO.**

**Autor(es):**

*Maria Caroline Gomes Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Flávia Fernanda de Melo Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Renata Freitas Silveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Lucas Vinicius de Oliveira França: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O controle de constitucionalidade é um mecanismo de correção presente em determinado ordenamento jurídico, consistindo em um sistema de verificação da conformidade de um ato de conteúdo normativo com a Constituição. Com o advento da Emenda Constitucional nº 45 de 30 de dezembro de 2004, um novo modelo de controle jurídico interno foi constituído: o controle de Convencionalidade, ou seja, um sistema de controle que visa verificar a conformidade das leis de direito interno com os tratados internacionais ratificados pelo governo e em vigor no país. (OBJETIVOS) A presente pesquisa propõe analisar a questão da convencionalidade referente aos os Tratados Internacionais que versam sobre direitos humanos, bem como propõe demonstrar a importância de uma análise convencional das normas no sentido de que não deve existir dissociação entre a análise constitucional e a convencional, pois as duas possuem o mesmo rigor segundo Valerio Mazzuoli e Flávia Piovesam. Ademais, propõe-se abordar a posição defendida pelo aludidos juristas, e debatê-las, de forma dialética, com o posicionamento do STF.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa teórica e documental, na qual é utilizado o método de abordagem analítico, auxiliado pelo método comparado, já que se propõe ao estudo de acórdãos do STF, em face dos tratados que versam sobre direitos humanos. Tendo em vista os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método hipotético-dedutivo, partindo-se da hipótese de que os tratados internacionais de direitos humanos possuem força normativa constitucional. Com intuito de melhor problematizar do tema, lançamos mão do método dialético, na medida em analisamos as divergências entre a doutrina apontada e o posicionamento do STF acerca do tema.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Atualmente existem duas principais correntes no que diz respeito a análise da hierarquia de tais tratados no contexto do ordenamento jurídico: O Supremo Tribunal Federal aduz que podem ser norma supralegal ou norma constitucional dependendo do seu quórum de aprovação, em contraponto, Flávia Piovesam e Valerio Mazzuoli adotam apenas uma classificação: a de que todos os Tratados Internacionais de Direitos Humanos possuem força de norma constitucional. O quórum qualificado está tão somente a reforçar tal natureza, proporcionando a “constitucionalização formal”. Diante da pesquisa adotada podemos observar que os tratados mencionados são fatores de importância relevante para o controle de convencionalidade das normas. Um tratado é materialmente constitucional quando se relaciona com o conteúdo de direitos humanos mas não fora aprovado pelo quórum constitucional, e será formalmente constitucional quando passar pelo quórum de emenda à constituição e tratar do conteúdo fundamental já mencionado. Cuidando-se de documento relacionado com os direitos humanos, todos possuem, no mínimo, status constitucional, por força do art. 5.º, § 2.º, da CF.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Em virtude do estudo realizado, de forma a contrapor o entendimento jurisprudencial do STF e a doutrina balizada por Flávia Piovesam e Valerio Mazzuoli, defende-se que o controle de convencionalidade dos tratados internacionais de direitos humanos é também controle de constitucionalidade, visto que possuem a mesma hierarquia. Dessa forma, a norma parâmetro é tida como a própria Constituição, de modo que as emendas constitucionais e os tratados internacionais que versam sobre direitos humanos tem força de norma constitucional, independentemente de serem material ou formalmente constitucionais, tendo, como norma objeto, os atos infraconstitucionais.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: convencionalidade; constitucionalidade; Tratados Internacionais.

**CONTRATOS ENTRE AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL**

**Autor(es):**

*SERGIO LUIZ TORRALBA FILHO: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN  
Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN  
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Desde a Idade Média, o homem possui relações financeiras com os bancos quando ainda havia apenas trocas de ouro e prata por outros bens, prática esta aperfeiçoada até os dias atuais. O trabalho tem como objetivo analisar as relações contratuais entre as instituições financeiras e pessoas jurídicas de direito privado. O cenário econômico em que o país encontra-se atualmente, aponta a hipossuficiência das empresas na procura de recursos financeiros nas instituições sem a flexibilidade de negociação entre as partes, face a necessidade de se manter em um mercado caracterizado por uma economia fragilizada, ferindo os Princípios da atividade econômica expressos na Constituição Federal no seu artigo 170. Na pesquisa de campo espera-se obter o máximo de respostas coerentes ao assunto em estudo já que necessita de conhecimentos atuais acerca de aspectos econômicos e administrativos para assim chegar ao resultado tão esperado.

**(Metodologia)** Tem-se como suporte para as reflexões epistemológicas o método dialético e busca-se em entrevista com roteiro pré-estabelecido dialogar com os entrevistados acerca de seu entendimento sobre a economia nacional, sua real necessidade na captação de recursos, a possibilidade de negociação entre as modalidades de aquisição destes recursos e a fragilidade que se encontram perante as instituições.

**(Resultados)** O artigo 170 da Constituição Federal dispõe de princípios como a defesa do consumidor, a redução das desigualdades regionais e sociais e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis Brasileiras e que tenham sua sede e administração no País, expressos nos incisos, V, VII e IX respectivamente, protegendo pessoas jurídicas de direito privado quanto suas fragilidades em relação a cenários econômicos e políticos tão desfavoráveis à sua sobrevivência. Diante de tal aspecto, as empresas buscam, cada vez mais, instituições financeiras, que pela grande necessidade de recurso sujeitam-se a toda e qualquer forma exposta por elas sem que haja flexibilização nas negociações, aumentando sobremaneira a lucratividade das instituições e diminuindo a chance de sobrevivência das empresas privadas.

**(Conclusão)** A pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento onde até o presente momento evidencia-se a fragilidade do polo passivo, empresas jurídicas de direito privado, em relação ao polo ativo, instituições financeiras, quanto as relações contratuais compactuadas entre as partes que mesmo amparadas pela Constituição Federal no artigo 170 ficam vulneráveis às formas impostas pelas Instituições Financeiras buscando, independente do grau de satisfação e resultado de seu cliente, o aumento incessante de lucros, batendo recordes anuais, seguidos um do outro, sem que haja em contrapartida uma preocupação em relação aos seus clientes que os buscam, não pela qualidade do serviço mas pela necessidade do dinheiro.

**Palavras-Chave:** Contratos, Instituições Financeiras, Pessoas Jurídicas, Constitucional.

## CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E SEUS IMPACTOS NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

### **Autor(es):**

*Stephanie Lunne Cruz Vieira Pereira : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Amanda Medeiros Pinheiro Borges: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Narcisia Ilza Santos Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Brenda Santos de Oliveira Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Figueira Lopes: Docente do UNI-RN*

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Esta pesquisa tem o condão de averiguar os impactos gerados pelas contribuições sociais, espécie tributária voltada ao financiamento da Seguridade Social, nas empresas, ou seja, realizar uma apuração acerca da influência do pagamento desses tributos na atividade empresarial, quais são suas repercussões e quais são as soluções mais razoáveis para tal situação. A relevância desta temática se dá em decorrência da necessidade de realização de economia por parte de empreendedores que buscam, neste momento de crise, reduzir custos de forma legal e segura.

**(Metodologia)** O tipo de pesquisa utilizado para a realização deste trabalho será a bibliográfica, pois os objetivos acima descritos serão alcançados por meio de registros disponíveis, decorrentes de pesquisa anteriores, ou seja, será por meio da obtenção de informações e conhecimentos prévios sobre um determinado assunto, para o qual se procura uma resposta. O método utilizado no decorrer desta pesquisa será o qualificativo, uma vez que não serão utilizados cálculos e gráficos, buscando-se somente uma compreensão acerca da natureza do fenômeno.

**(Resultados)** Durante a realização desta pesquisa, após a análise da influência das contribuições sociais, verificou-se a dispendiosidade de tais tributos para a atividade empresarial, especialmente no atual tempo de crise. Tem-se, com isso, um custo de produção extremamente alto, sendo o cumprimento da lei bastante oneroso para os empresários, bem como avoluma-se o número de litígios tributários. Assim, em decorrência dos impactos causados às empresas, faz-se necessária a implantação de métodos que visem a uma menor onerosidade tributária para as empresas, devendo haver um aumento da produtividade baseado na competição entre elas, na simplificação e isonomia tributária e na transparência e governança do poder público.

**(Conclusão)** Por fim, podemos afirmar que as contribuições sociais influenciam diretamente no custo de operação empresarial. Ademais, é sabido que o Brasil possui um dos sistemas tributários mais complexos do mundo, de modo que as empresas recolhem mais tributos do que realmente é devido. Entretanto, esse fenômeno não é culpa da atividade empresarial, pois a Receita Federal que cobra os tributos de forma indevida, obrigando a empresa a somar todas as verbas pagas ao empregado como base de cálculo do tributo, de modo a impactar negativamente as empresas brasileiras. Em um momento de crise, é perceptível a presença dessa incorreção nas contribuições previdenciárias para o INSS, em que as empresas acabam por recolher o tributo incorretamente, possuindo o direito de recuperar e apurar os créditos previdenciários indevidos. Como solução para essa problemática, tem-se o estímulo ao aumento da produtividade, a simplificação e isonomia tributária, além da governança e transparência do poder público.

**Palavras-Chave:** Créditos Previdenciários. Empresa. Tributos.

**CRIME: UMA RESPOSTA À OMISSÃO ESTATAL**

**Autor(es):**

*Irliane Karine Cruz de FranÃ§a: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Thalyson Gabriel da Silva Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Thalita Ketly Belizio Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O crescimento do descumprimento das normas no Brasil têm sido de forma muito incidente nos últimos anos, principalmente na região nordeste, esse acúmulo e desenvolvimento da criminalidade gera cada vez mais medo e impotência nos cidadãos. Dessa forma, verificamos que a influência dentro da sociedade e a falta de amparo estatal é um dos fatores principais para a expansão da ação criminosa. A pesquisa tem por escopo questionar-se qual a influência da ação do Estado para responder a situação atual da criminalidade no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Norte. Estudar as escolas sociológicas do crime e relacionar com determinados locais para estabelecer qual a maior concentração das organizações criminosas e porque se dar em áreas menos favorecidas pelo Estado.

**(Metodologia)** Utiliza-se o método de abordagem dialético e o método de procedimento comparativo além das técnicas de pesquisa documental e pesquisa de campo, dentro de algumas cadeias públicas, buscando investigar as fundamentações sociais que levaram ao indivíduo à prática de atos ilícitos na sociedade, a partir do estudo do Direito Penal e Direito Constitucional.

**(Resultados)** Existe uma força natural, geralmente vinculada às dificuldades econômicas dos indivíduos, conseqüentemente são segregados daqueles que possuem mais oportunidades, devido à omissão Estatal no amparo desse local que é menos favorecido; a força natural desenvolve a zona de delinquência que também é chamada de área natural, gerando desorganização da localidade, passando a ser tomada por facções, impulsionando nesses ambientes criminalidades, essa ideia é defendida pela teoria da Desorganização Social unida a Teoria Ecológica, desenvolvidas por Robert E. Park e Ernest Burgess, pois o crime se desenvolve em ambientes propícios.

**(Conclusão)** A pesquisa ainda esta em andamento, mas já é possível afirmar que temos uma Constituição escrita muito bem elaborada, contudo, o Estado falha na sua aplicação, pois, detém criminosos nos sistemas prisionais, mas, não consegue aplicar com efetividade a pena com prevenção e retribuição ao apenado. Como averiguamos em vários presídios dentro do Brasil; todos compostos com péssimas situações aos apenados, superlotação, afetando um princípio fundamental, a dignidade da pessoa humana, gerando cada vez mais revolta ao Estado. Com base no livro de Beccaria dos Delitos e das Penas, há um modelo de pena mais racional, para que haja um resultado à ação, entretanto, não é aplicado como deveria. Resultando na negligência do Estado, trabalho/função, para com alguns indivíduos específicos, por que não dizer na sua totalidade. As organizações criminosas são de fato donas, comandam determinadas regiões. O governo age de forma seletiva com relação aos criminosos, quanto menos favorecidos, são mais julgados e abandonados; não conseguindo, aplicar a forma correta da pena ao crime praticado. É o Estado falhando na efetividade normativa e, com a sociedade.

**Palavras-Chave:** Organizações Criminosas. Estado. Crime. Sistemas prisionais.

**CRIMES DE COLARINHO BRANCO: IMPACTO NO SISTEMA PUNITIVO BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*João Vitor da Silva Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Ana Maria da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Matheus Luís Henrique da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho aborda sobre o crime de colarinho branco, que foi uma expressão criada por Edwin Sutherland, na primeira metade do século XX, nos Estados Unidos, para designar crimes cometidos pelo alto escalão, com certa influência na sociedade. No Brasil, a lei dos crimes de colarinho branco foi criada no ano de 1986, servindo para tipificar crimes de ordem econômica, em especial à economia pública. O nome faz alusão à vestimenta usada por esses criminosos, de forma irônica, pois a sociedade caracterizou o criminoso, advindo de lugares menos favorecidos, enquanto eles usam ternos, gravatas e camisas sociais. O tema apresenta evidentes divergências aos estilos que as escolas da criminologia apresentavam. Tal tipificação encontra respaldo constitucional, nos princípios da legalidade, isonomia e igualdade no tocante ao sistema punitivo brasileiro. Pretende-se mostrar as divergências em como a punição se comportava referente às classes sociais. Analisando o fator histórico das punições e como o poder aquisitivo e o grau de estudo podem influenciar no sistema punitivo brasileiro. Buscando comparar as formas como os delinquentes e criminosos eram visto através da escola positivista (Lombroso), escola científica (teorias biológicas, psicológica e sociológica) e a escola de Chicago, antes dos crimes de colarinho branco e após com a Teoria da Associação Diferencial (de Sutherland) e se elas respeitam os direitos fundamentais da Constituição.

**(Metodologia)** Usa-se uma abordagem transdisciplinar e uma análise dialética, através da evolução histórica nos ditames do direito penal e constitucional, avaliando como as escolas influenciaram no sistema punitivo brasileiro e como desrespeitaria a Constituição de 1988, no que tange os direitos fundamentais e se com a lei dos crimes de colarinho branco, de 1986, alterou a visão da criminologia.

**(Resultados)** Observou-se que as escolas analisadas antes da criação do termo, crime de colarinho branco, eram extremamente discriminatórias, pois a escola positivista, científica (teoria biológica, psicológica e sociológica) e a escola de Chicago, apesar de possuírem suas divergências quanto aonde ou como se caracteriza um criminoso, todas insurgem para áreas de pobreza ou pessoas negras e pobres. Através desse estudo, percebeu-se que em uma comparação aos direitos fundamentais da Constituição de 1988, essas escolas iriam ferir as dimensões dos direitos fundamentais, liberdade e igualdade, os princípios da dignidade da pessoa humana, da legalidade, isonomia, da proporcionalidade e o princípio da presunção de inocência, devido ao fato deles restringirem direitos e enquadrarem como criminosos, mesmo que não houvessem cometido crimes, outros colocavam penas extremamente abusivas para o indivíduo. Com a criação do termo, a história mudou, pois se percebeu que o crime não se encontrava somente nas áreas de pobreza ou em classes menos favorecidas e diz que a pessoa não nasce delinquente, se torna e é o que trata a Teoria da Associação Diferencial.

**(Conclusão)** Os crimes de colarinho branco serviram para mostrar a sociedade que o crime não é encontrado somente em regiões menos favorecidas, ou definir como delinquente, os negros e pobres. Quebrando os tabus, que acabaram ficando enraizados na sociedade, que geraram por anos preconceitos e discriminação entre as classes. E também é possível observar, que um criminoso de colarinho branco pode cometer crimes que pessoas mais pobres podem cometer, mas o contrário não ocorre. Outro fator observado, é que devido ao fator histórico, os criminosos desse tipo, acham normal e até mesmo uma parte da sociedade não considera como um desvio de padrão social que deva ser punido penalmente, outros já acham que deva ser, pela questão de seu ato prejudicar uma grande parcela, como o caso da lava-jato que os culpados desviam dinheiro da saúde, educação e alimentação o que acaba gerando muitos problemas sociais.

**Palavras-Chave:** Crimes de Colarinho Branco. Sistema Punitivo Brasileiro. Escolas da Criminologia. Discriminação.

**CRIMES ELEITORAIS: UMA ANÁLISE DE CASOS CONCRETOS PRESENTES EM NOSSO ORDENAMENTO**

**Autor(es):**

*Fernanda Saldanha de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Bianca Carvalho de Oliveira Amorim: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Alexandre Wagner Bezerra Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Dayana Xavier de Couto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Tâmara Andrade de Sá Dias: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem por escopo analisar a importância da aplicação das sanções penais do Direito Eleitoral na tipificação de condutas que ofendem ou perturbam a representação, a democracia e o Estado de Direito. Fundamentando-se na consulta a vários doutrinadores, sem a finalidade de esgotar o assunto, o trabalho se propõe a abordar temas como a estrutura da Justiça Eleitoral, a legislação eleitoral específica, os procedimentos aplicados aos processos que apuram crimes eleitorais, questões polêmicas a eles atinentes, suas classificações, e mais especificamente, tratar do crime de Corrupção Eleitoral, previsto no artigo 299 do Código Eleitoral Brasileiro, Lei 4.737 de 15 de julho de 1965, além de casos com grande repercussão para a sociedade.

**(Metodologia)** Para melhor abordagem do tema, fez-se uma breve análise histórica no direito eleitoral, partindo principalmente da década de 60 até os dias atuais. Coube, também, um estudo mais abrangente das leis e dos artigos referentes ao tema tratado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde se buscou entender os crimes, suas repercussões e impactos jurídicos sociais. O estudo se utilizou do método indutivo para pesquisa, o qual considera o conhecimento como baseado na experiência e tem a generalização como derivada da observação de casos da realidade concreta. Os autores também fundamentaram seus achados em consultas a livros, artigos, dissertações, teses, jurisprudências, e por fim, na própria lei eleitoral, cuja finalidade foi dar um maior enriquecimento a pesquisa.

**(Resultados)** Tendo por base os eixos enfocados durante a pesquisa foi possível constatar, de forma mais aprofundada, que a legislação em vigência é suficientemente consistente para tratar a demanda, no entanto, para que sua aplicação se aproxime do ideal, é estritamente necessário o maior comprometimento dos órgãos responsáveis para combater as ilegalidades descritas no trabalho. Foi possível constatar que, não subestimando os desafios, já se faz possível observar a ocorrência de um avanço louvável nesse campo do direito. Os entraves e superações conferem importância ao estudo do tema abordado pelos pesquisadores e apontam para um futuro bastante promissor, desde que novas atenções se voltem para tal discussão. Convém destacar o necessário envolvimento do conjunto da sociedade no conhecimento e amadurecimento da legislação e seu emprego. Não se obtém avanços sem o envolvimento de todos os atores sociais.

**(Conclusão)** A realização do trabalho possibilitou melhor compreender o impacto dos crimes eleitorais frente ao que se entende por Estado Democrático de Direito e, da democracia em si. Os crimes eleitorais contaminam a máxima constitucional da soberania popular, afrontando o equilíbrio entre os poderes e chegando a por a prova a legitimidade de uma eleição. A existência de uma legislação específica para definir os caminhos e tratar de tais máculas é fator, sem sombra de dúvida, vital para o cumprimento dos preceitos constitucionais. Esse conhecimento das especificidades que cercam os crimes eleitorais constitui ferramenta de máxima valia para o combate aos mesmos, visando assegurar ao povo a garantia constitucional de eleger seus representantes, que terão a função de expressar a vontade desse povo através do Estado.

**Palavras-Chave:** Crimes eleitorais; Estado democrático de Direito; Democracia

**CRIMES VIRTUAIS CONTRA A MULHER: REFLEXOS DO MACHISMO.**

**Autor(es):**

*Natália Brandão Leite: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Vivemos em uma sociedade predominantemente dependente da conexão com o mundo virtual. Todo esse avanço tecnológico abriu as portas para novos delitos serem cometidos, e cada vez com maior frequência, isso trouxe à tona uma enorme sensação de impunidade dentro da sociedade, por se tratar de uma novidade para o direito brasileiro. Como reflexo disto, surgiram recentemente no Brasil novos conceitos penais, ainda pouco abordados, denominados de estupro virtual (constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso via internet) e sextorsão virtual (união da palavra sexo com a palavra extorsão, e se caracteriza como uma chantagem online pelo constrangimento de uma pessoa à prática sexual ou pornográfica registrada em foto ou vídeo para envio, em troca da manutenção do sigilo de seus nudes, previamente armazenados por aquele que faz a ameaça). Em ambos os casos revela-se a mesma face encorajadora do crime: o machismo, que infelizmente ainda se encontra intrínseco à sociedade brasileira.

**(Metodologia)** Na presente pesquisa será utilizado material bibliográfico diverso, variando entre artigos científicos, pesquisas decorrentes da Internet e entendimentos judiciais relacionados aos delitos abordados na pesquisa. Além disso, será utilizado o Código Penal Brasileiro no que tange aos artigos 213 e 158, que dizem respeito respectivamente ao estupro e à extorsão.

**(Resultados)** O presente projeto de pesquisa se encontra em fase inicial, portanto, ainda não tem resultados alcançados. Entretanto, o presente projeto visa, por meio de uma pesquisa explicativa, justificar a raiz dos recentes males virtuais contra o gênero feminino, evidenciando casos reais e o entendimento dos tribunais a respeito dos delitos abordados por esta pesquisa, buscando a resposta para essa problemática transdisciplinar na Sociologia e no Direito Penal.

**(Conclusão)** Pode se observar que o machismo é o comportamento expresso por opiniões e atitudes, de indivíduos que recusam a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros sexuais, favorecendo e enaltecendo o sexo masculino sobre o feminino e está diretamente relacionado à violência (virtual ou não) contra a mulher, que ainda está intrínseca em grande parte dos cidadãos brasileiros. Desta forma, o criminoso só expõe a vítima pela certeza da sua execração pública, visto que há uma política de gênero, no qual a sexualidade feminina é vista de maneira inferior à masculina, onde em um conceito social generalizado, para as mulheres a exposição da intimidade sexual significa falta de pudor e constrangimentos, enquanto para os homens não acarreta nenhum prejuízo a sua imagem social.

**Palavras-Chave:** Crimes virtuais; Estupro virtual; Sextorsão; Machismo; Política de gênero; Exposição Sexual; Direito Virtual.

## CRIMINALIDADE ECONÔMICA E ORGANIZADA

### **Autor(es):**

*Thayanna Pita Pedrosa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho abordará as sucessões de fatos criminosos que se relacionam com a economia. Os crimes mais comentados atualmente são os crimes de lavagem de dinheiro e corrupção (operação lava jato feita pela polícia federal), que muitas vezes passam em branco em nosso país. Os delitos econômicos cogitam infrações legais, dentro do âmbito penal que lesionam e colocam em risco a sociedade e ordem econômica do país, estado, município ou cidade. São uma das formas que o Estado encontrou para regular a atividade-econômica do país, por meio de legislação que induz consequências críticas para tais condutas ilegais.

**(Metodologia)** A metodologia adotada para esse trabalho, relacionado ao tipo de pesquisa foi o dedutivo, também chamado por Aristóteles por silogismo. Esse método parte da teoria, ou seja, para poder chegar a uma conclusão sobre os crimes econômicos e organizados foi necessário partir de algo específico (leis) para algo geral (pensamentos e opiniões da população e acontecimentos reais), pois de uma premissa particular é gerada uma generalização para se chegar ao geral (resultados). Os políticos são as pessoas responsáveis pela grande crise econômica de nosso país, pois estes não se preocupam com o país e sim com o seu próprio bem estar, na quantidade de dinheiro que tal esquema irá beneficia-lo, mesmo que isso acabe com o fundo econômico de seu país.

**(Resultados)** Os resultados do trabalho abordam que é importante se tornar a refletir e considerar a discussão acerca da moralidade social, e não apenas pública (do funcionalismo público), quanto aos escopos de condutas que, sendo ou não avaliadas criminosas, poderão causar danos sociais arduamente reversíveis. Crises podem ser ocasionadas, por exemplo, pela constante sonegação de impostos (muitas vezes absurdos) pelos jurisdicionados, um dos crimes econômicos instituídos pela lei tributária nacional. Desse modo, é visto que, o acúmulo de leis acaba por isentar o poder executivo de sua obrigação sempre oculto de fiscalizar pessoas físicas e jurídicas, campo no qual medidas alternativas e a solicitação de atitudes conscientes podem ser muito mais efetivas do que a soturna consequência penal, a fim de se evitar colapsos sociais e, por fim, cortar o evidente caminhar do Judiciário e do próprio Direito ao paulatino descrédito.

**(Conclusão)** A definição da criminalidade econômica e organizada deve ter em linha de considerações aqueles comportamentos que são criminalizáveis em face da necessidade de proteção de determinados interesses investidos de dignidade jurídico-penal porque são essenciais ao desenvolvimento da comunidade social, como a ordem econômica. Esta, por sua vez, só pode ser compreendida à luz da própria constituição econômica do País. Os eleitores devem se conscientizar de que apenas um voto pode mudar completamente o país em que se reside. Pois escolher quem ira ficar a frente de toda a população não é brincadeira, tanto que estamos passando por crises econômicas devido a esses políticos irresponsáveis que não fazem jus aos votos recebidos pela grande população. Na hora de fazer promessas e candidaturas é um rio de ouro, mas quando são eleitos essas promessas vão de água abaixo, pelo fato de só pensarem em si mesmos.

**Palavras-Chave:** CRIMINALIDADE ECONÔMICA; LEIS ESPECÍFICAS; OPERAÇÃO LAVA-JATO; POLICIA FEDERAL; MPF; STF;

**CRISE DO SISTEMA CARCERÁRIO: UMA ANÁLISE A LUZ DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS  
CONSTITUCIONAIS**

**Autor(es):**

*João Gabriel Abreu da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Renato Bezerra Rosado Cascudo Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É lúcido avaliar que o sistema prisional brasileiro vem atingindo patamares caóticos, gerando uma insegurança nacional sem precedentes. Dessa forma, os detentos são submetidos a condições desumanas e cruéis, afetando diretamente as garantias inerentes à dignidade humana, além de impossibilitar a ressocialização de maneira eficaz. Logo, é de extrema urgência a busca de novas alternativas, viabilizando o fim das superlotações e a corrupção penitenciária. Pretende-se, com a presente pesquisa, analisar a crise no sistema carcerário no Brasil, suas causas e consequências, bem como confrontar os preceitos constitucionais e o conteúdo garantista da lei de execuções penais, com a realidade carcerária brasileira, perfazendo uma reflexão crítica a respeito da ineficácia social da Constituição e da legislação especial sobre o tema.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa explicativa, de cunho exploratório. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, partindo-se da análise de situações concretas na qual houve falha na executividade do conjunto carcerário, no sentido de perpetuar medidas alternativas eficazes. Ademais, também foi utilizado o método dialógico de abordagem do tema, já sua problematização abrange questões transdisciplinares, que envolvem o direito penal, constitucional e os direitos humanos. Por outro lado, fizemos uso do método auxiliar comparado, na medida em que nos valem da análise de dados estatísticos referentes à eficiência do sistema prisional em outros países.

**(Resultados)** Constata-se que o atual cenário do sistema carcerário brasileiro é preocupante, uma vez que direitos fundamentais presentes na Constituição Federal de 1988 vem sendo transgredidos. A superlotação, por exemplo, revela a ineficiência estatal, uma vez que garante segurança, saúde e boas condições de vida independentemente de onde se faz morada, de acordo com o artigo 5º, caput, inciso II e artigo 6º, caput, ambos da Constituição Federal. Em 2004, o país tinha 336 mil presos, em 2017 este número subiu para 668 mil presos (ebc.com.br). O mais preocupante, é notar-se que o número de vagas não acompanha tal crescimento, a infraestrutura prisional é precária e calamitosa. Na Noruega, o índice de reabilitação chega aos 80%, alcançando uma das menores taxas de reincidência do mundo (conjur.com.br). No Brasil, um a cada quatro condenados, reincide ao crime (uol.com.br).

**(Conclusão)** Conclui-se que a crise do sistema prisional brasileiro é um fator extremamente periclitante, que afeta veementemente o desenvolvimento social do país. O fato de conter presídios superlotados, aonde a proliferação de doenças e a baixa qualidade de vida tornam-se comuns ao longo dos anos, promove a saída de detentos cada vez mais incapacitados de serem aceitos socialmente. Assim, buscam novamente o crime, contribuindo para o aumento dos índices de violência no país. Ademais, a figura do Estado vem se tornando cada vez mais omissa e ineficiente, não se impondo diante do contexto atual, quando na verdade, realiza medidas paliativas com o objetivo de ocultar a real dimensão da crise.

**Palavras-Chave:** Sistema Carcerário. Crise. Direitos Humanos Fundamentais.

**CYBER BULLYING E JUVENTUDE LGBT+ - UMA DISCUSSÃO ACERCA DA INFLUENCIA DOS CONTEXTOS SOCIAIS NAS INTERAÇÕES VIRTUAIS DE JOVENS DA COMUNIDADE LGBT+**

**Autor(es):**

*Mariângela Beatriz de Melo Cruz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O tema abordado será analisado da perspectiva social, a partir dos contextos sociais, ao papel que desempenham influenciando interações virtuais entre jovens. O foco da pesquisa está voltado para a população jovem que se identifica no espectro LGBT+. Serão analisados os contextos sociais de forma ampla e como podem refletir na interação virtual entre os jovens. Partindo da análise geral da questão, pretende-se, com o projeto, caracterizar assédio virtual, liberdade de expressão, e lgbtfobia, bem como explicar causa e efeito para a ocorrência de cyber bullying (assédio virtual), questionando quanto do meio em que se vive pode influenciar interações entre jovens. A internet, através das redes sociais, funciona como principal meio de comunicação e interação entre jovens na atualidade, refletindo e reproduzindo contextos sociais, e influenciando posturas e manifestações de pensamentos de jovens. A hostilização por motivos banais, porém incisiva e sem descanso para a vítima, pode, em questão de segundos, ser propagada a milhares de pessoas em todas as partes do mundo. Os crimes contra a honra, tipificados no Código Penal Brasileiro, arts. 138 a 145, podem alcançar o âmbito dos assédios virtuais, visto que o bem juridicamente tutelado é o mesmo. Neste projeto, será abordada, prioritariamente, a ótica social que reflete na manifestação do ato em questão. Sendo amparada pela legislação brasileira e, em certos aspectos, sendo esta comparada à legislações de outros países no tocante ao assédio virtual.

**(Metodologia)** A partir do objetivo principal e dos objetivos secundários, definiu-se os métodos dialético e analítico como métodos de abordagem, e os métodos funcionalista e comparativo como métodos de procedimento. Utilizar-se-á dos métodos de abordagem no desenvolvimento do projeto, conduzindo o trabalho para uma abordagem voltada a promover discussão acerca do tema e analisa-lo sob a ótica social, amparando-a legalmente. Os métodos de procedimento, em função complementar aos de abordagem, serão base para utilização das técnicas de pesquisa, isto é, referências e fontes de informação. Partindo da metodologia acima descrita, podem ser definidas as técnicas de pesquisa. Estas serão a legislação (códigos, doutrinas, jurisprudência e direito comparado); artigos científicos abordando assédio virtual; filmes e/ou documentários sobre cyber bullying; bibliografia. Sendo o referencial teórico prioritário, enquanto a legislação está em segundo plano no desenvolvimento da pesquisa.

**(Resultados)** O projeto se trata de um desenvolvimento de Trabalho de Conclusão de Curso, sendo dissertado no decorrer do curso e apresentado ao final do 8º período. Diante de tais fatos, não poderão ser explanados os resultados referentes à presente pesquisa, visto que esta ainda não obteve conclusão.

**(Conclusão)** O objetivo geral da pesquisa é analisar como se dá a influência e a reprodução de comportamentos socialmente construídos, nos contextos sociais de jovens LGBT+, e seu reflexo nas interações virtuais destes jovens. Enquanto isso, os objetivos específicos correspondem a caracterizar assédio virtual e lgbtfobia, determinando seu amparo legal, e comparando-o em parâmetros internacionais; pontuar e determinar os comportamentos sociais que mais são refletidos no mundo virtual do grupo em foco; definir como o público alvo é atingido pelo ato, analisando efeitos, consequências e como se dá – ou não – a responsabilização pela ação. Uma vez que coletados os dados e concluída a pesquisa, serão distribuídos os resultados a partir da análise e, com isso, se chegará à conclusão da problemática que envolve a proposta. O objetivo da promoção desta discussão é elucidar o tema, carregando-o para uma análise da influência e do reflexo dos contextos sociais de jovens LGBT+ em suas interações virtuais.

**Palavras-Chave:** direito . cibernético . cyber . bullying.

## CYBERBULLYNG E SUICÍDIO

### **Autor(es):**

*Laura Alhandra Magno da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A ideia inicial da Globalização era trazer um aumento de interação entre as diversas partes do mundo. A internet pode ser considerada uma consequência deste evento, o grande impulso da Internet aconteceu no início da década de 90 se tornando uma ferramenta indispensável no cotidiano social (GARCIA, 2002). Com o passar dos tempos a internet se tornou algo indispensável para a vida em sociedade, pois, ela acaba por facilitar a interação social ou pelo menos era esse o seu objetivo inicial. Desde o seu surgimento a relação da sociedade com a internet vem se modificando, pois, hoje pode-se observar uma grande dependência das pessoas em se manterem conectadas. Nas relações pessoais sempre ocorreu um fato que denominamos de preconceito, que é definido pela rejeição ao diferente, fazendo o mesmo sofrer discriminação e até violência física e simbólica. Na década de 80 surgiu a denominação para esse tipo de fenômeno, chamou-se de bullying, denominado, principalmente os atos ocorridos nas escolas entre crianças e adolescentes. Atualmente, nota-se uma nova roupagem desse fato social, o chamado cyberbullying, que pode ser definido como um tipo de violência praticada contra alguém através da internet, em outras palavras significa usar o espaço virtual para intimidar e hostilizar um indivíduo, difamando, insultando ou atacando-o covardemente através, muitas vezes, através do anonimato virtual. Esses tipos de crimes virtuais que envolvem a difamação estão aumentando cada vez mais na sociedade atual, muitos pesquisadores ligam este fato com o alto índice de suicídio e que está cada vez mais crescente. O suicídio em âmbito jurídico é um ato ilícito, mas não penal, ou seja, não requer pena, entretanto, “o delito de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio se consuma quando ocorre a morte da vítima ou quando, ao sobreviver, sofre lesões corporais de natureza grave, conforme previsão legal nos §§ 1º e 2º do art. 129 do Código Penal”. Vem aí uma relação bastante importante que é saber qual a conexão desses novos tipos de crimes com o alto crescimento do suicídio que no Brasil chega a alcançar um aumento de cerca de 30% nos últimos 25 anos. A pergunta chave que perturba os pesquisadores da sociedade atual é qual a ligação desse aumento com o advento da internet? Por que tais delitos chegam a esse ponto? Existem sistemas de denúncias? Quem são essas vítimas? Quem são os agressores?

**(Metodologia)** Pesquisas bibliográficas, para buscar um maior conhecimento e entendimento teórico acerca dessas questões, assim, podendo a partir de entrevistas com pessoas que já vivenciaram alguma situação de cyberbullying. Entender melhor essa relação se utilizando de casos reais e opiniões de especialistas no tema.

**(Resultados)** O trabalho encontra-se em sua fase inicial, por isso, não há, ainda, resultados à apresentar.

**(Conclusão)** Por fim, nota-se que havendo a relação existente entre esses dois problemas, percebe-se que é preciso investigar, pesquisar e conhecer para que possamos ter uma resposta satisfatória a fim de encontrar uma solução para diminuir esses índices e chegar em uma sociedade mais saudável.

**Palavras-Chave:** Internet, cybercrimes, suicídio, código penal.

## DANOS MORAIS NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO: O DESCASO DO INSS PARA COM SEUS SEGURADOS

### **Autor(es):**

*Daniela Faria de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Vanessa Simões do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Paula Santos Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Matheus Barradas Alves de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Carlos Mateus Pereira Barreto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O dano moral no direito previdenciário ocorre frequentemente para os dependentes e beneficiários, que em muitos casos nem sabem que estão sendo vítimas e, por isso não buscam indenização pelos danos sofridos. Constantemente o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) vem violando os direitos fundamentais de seus segurados e é importante a responsabilidade do Estado na reparação de danos morais em decorrência de vícios na atividade administrativa da Seguridade Social. Então, o segurado que for maltratado ou tiver a suspensão e cancelamento de benefício de forma indevida, como também sofrer negligência ou má orientação dos servidores do INSS, ou ações que ferem sua dignidade ou honra, pode ingressar na Justiça com uma indenização por dano moral, requisitada ao INSS. Sendo essa indenização, o chamado dano moral previdenciário. Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos dos danos causados pelo INSS aos seus segurados; demonstrar as hipóteses de dano moral previdenciário e o entendimento dos magistrados; além de definir como é comprovado o dano moral.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado foi dedutivo, visto que o trabalho partiu dos aspectos gerais da responsabilidade civil do Estado e culminou nas peculiaridades da responsabilidade civil do INSS por danos morais no ramo Previdenciário. Ademais, a pesquisa procedeu-se por meio dos métodos histórico, monográfico e estatístico, os quais concatenaram logicamente no desenvolvimento do estudo.

**(Resultados)** Diante do que foi exposto, pode-se considerar que os danos sofridos pelos segurados do INSS não dizem respeito apenas ao prejuízo de âmbito monetário, mas também repercutem a honra e dignidade dos segurados. Esta espécie de dano geralmente se inicia com a violação de algum direito fundamental do indivíduo, quando o segurado sofre alguma perda financeira ou patrimonial e tem sua honra e moral afetado. Há várias hipóteses de dano moral previdenciário, como a suspensão de pagamentos sem o devido processo legal, o indeferimento do benefício sem justa causa, a retenção de valores sem esclarecer os beneficiários, maus tratos durante o atendimento nas agências de Previdência Social, acusação de fraudes sem antes analisar a veracidade, o atraso na concessão do benefício, a não concessão do melhor benefício do qual tem direito e recebendo ou não benefício inferior ao que lhe é de direito. O dano moral previdenciário também é caracterizado quando uma ação ou omissão de um servidor do INSS prejudicar o beneficiário. É necessário que haja a comprovação do dano moral, pois o indeferimento de um pedido de benefício, por si só, mesmo que indevido, não justifica o dano moral. Então, por exemplo, um segurado que teve algum auxílio negado erroneamente e, por isso, teve seu nome incluso no Serasa. Se demonstrado o erro do INSS e o ato precoce por suspender um benefício, o segurado tem altas chances de ser indenizado. Depende muito do caso concreto e as provas específicas.

**(Conclusão)** Deste modo, a má prestação do serviço pela autarquia previdenciária, verificada na elaboração e julgamento do processo administrativo, deve ser reparada por meio de ação de indenização por danos morais. Como os benefícios previdenciários têm caráter alimentar, o segurado que solicita um benefício não o pode ter indeferido por práticas abusivas ou vícios da autarquia previdenciária, pois se deve garantir a dignidade da pessoa humana. Então, a reparação do dano e a responsabilização civil do Estado, tem o intuito de coibir as práticas abusivas no âmbito previdenciário. Para que o impasse seja resolvido, é necessário que o segurado lesionado não se intimide e busque a efetivação de seus direitos.

**Palavras-Chave:** Dano moral; Previdência Social; INSS; Responsabilidade

## DE QUE FORMA A APOSENTADORIA POR IDADE RURAL PODE TRAZER DIGNIDADE AO SEGURADO ESPECIAL

### **Autor(es):**

*Mayra do Nascimento Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Maria Clara Duarte Florêncio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Luiza Maria Lopes de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Daiany Fidelis Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os trabalhadores rurais não possuíam um regime previdenciário próprio e não eram enquadrados nos regimes existentes, ficando desprotegidos perante o nosso ordenamento jurídico. A primeira tentativa de incorporar os trabalhadores rurais no arcabouço normativo do sistema previdenciário brasileiro se deu com a Lei 4.214/1963, conhecida como Estatuto do Trabalhador Rural, porém, esse estatuto não vingou, nem sequer chegou a ser regulamentado e, assim sendo, foi somente com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, que o trabalhador rural, que até então não possuía nenhum tipo de garantia e proteção à sua profissão, passou a ser universalmente equiparado - pelo princípio da uniformidade e equivalência de benefícios e serviços às populações - em direitos e benefícios, aos trabalhadores urbanos. Para além disso, a Lei 8.212/1991 ainda reconheceu a alguns trabalhadores rurais, que produzem em regime de economia familiar, a condição de segurado especial do regime obrigatório da previdência social. Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é o estudo, à luz da dignidade da pessoa humana, acerca desses trabalhadores que produzem em regime de economia familiar. O objetivo específico é abordar as vantagens trazidas pelas aposentadorias por idade rural ao indivíduo e seu grupo familiar, bem como analisar os requisitos para concessão do benefício e as dificuldades no acesso à condição de segurado especial.

**(Metodologia)** Será utilizada, para tanto, a pesquisa qualitativa, uma vez que busca atingir a identificação da natureza e do alcance do tema a ser investigado, utilizando-se, para isso, de interpretações possíveis para o problema jurídico em análise. Além disso, a pesquisa será realizada através do método de abordagem dialético, cujo foco é analisar a realidade a partir da confrontação de teses, hipóteses ou teorias. Por fim, será utilizado procedimento técnico, como doutrina, legislação e jurisprudência, histórico e documental, para incrementar o estudo.

**(Resultados)** Como resultado da presente pesquisa, percebe-se que, de fato, houve significativo avanço na proteção do trabalhador rural em regime de economia familiar, tendo a Lei estabelecido critérios para reconhecimento dos agricultores em regime de economia familiar como segurados especiais, asseverando maior segurança, dignidade e estabilidade quanto a previdência rural, mormente a partir da possibilidade de receber benefícios sem nunca ter contribuído. Entretanto, tal reconhecimento abarcou diversas categorias de sujeitos em apenas uma, o que acabou por dificultar o acesso à aposentadoria, por parte do INSS, no que tange ao reconhecimento do agricultor, enquanto segurado especial. Se por um lado a Constituição Federal criou especificações para reconhecer, social e juridicamente, determinados profissionais no que tange a direitos da sociedade relativos a saúde, previdência e assistência social, por outro lado gerou situações que terminaram por dificultar o acesso à aposentadoria, nesse contexto.

**(Conclusão)** Assim sendo, conclui-se a significativa evolução legislativa na proteção previdenciária do trabalhador rural enquadrável como segurado especial, uma vez que, a mesma veio para amenizar as dificuldades e trazer mais tranquilidade ao trabalhador rural, o que sem dúvida lhe possibilita uma vida mais digna. Portanto, entende-se necessário o respeito a este princípio para que o direito à aposentadoria por idade rural venha a ser efetivado, quando comprovados os requisitos essenciais para sua concessão.

**Palavras-Chave:** Previdência Social. Seguridade Especial. Dignidade da Pessoa Humana.

**DECISÕES DO STF SOBRE A PRISÃO A PARTIR DA SEGUNDA INSTÂNCIA E SEUS POSSÍVEIS EFEITOS NO COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPUNIDADE.**

**Autor(es):**

*Carlos José Cavalcanti de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O artigo aborda as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal sobre o início da execução da pena condenatória após a confirmação da sentença em segundo grau ofender ou não o princípio constitucional da presunção da inocência, e de sua eventual influência para a redução da corrupção e da impunidade. A preocupação com o tema se justifica diante dos resultados dos últimos julgados mostrarem uma Corte dividida, com possibilidade de mudanças em sua composição implicar em decisões opostas, trazendo insegurança jurídica.

**(Metodologia)** Tipo qualitativa, métodos de abordagem hipotético-dedutivo e dialético, com comparação histórica das decisões do STF sobre o tema. Métodos de procedimentos auxiliares: histórico, comparativo e estudo de caso, uma análise crítica das decisões sobre a prisão a partir da decisão em segunda instância. Utilizou-se livros especializados, artigos científicos, jurisprudências e notícias divulgadas na mídia. Técnica: resgate histórico de documentos.

**(Resultados)** As decisões adotadas em 2016 pelo STF, nos julgamentos do HC 126.292 – São Paulo e nas ADCs 43 e 44, terminaram por estabelecer uma nova tese jurídica a ser seguida por todas as cortes do país, mas mostrou, nos votos dos ministros, uma Corte Suprema dividida, que tem como pano de fundo, ministros com entendimento mais garantista de direitos, e membros da Corte que acompanham a dinâmica social, decorrente de uma exacerbação midiática dos casos de corrupção que acontecem no país, e da legítima indignação da sociedade com a leniência de como a corrupção é tratada, o que se traduz em impunidade. A comunidade jurídica também apresenta lados com posições bem delineadas, quase sempre ancoradas nos mesmos argumentos. Em geral, advogados e integrantes de movimentos de entidades jurídicas de feição garantista de direitos são contrários a tese aprovada pelo STF, enquanto que membros do Ministério Público e da Magistratura, além de representantes dessas corporações que estão se notabilizando nos processos judiciais de grande repercussão na mídia, são amplamente favoráveis. Por outro lado, ao se observar criticamente a ocorrência das recentes mudanças de entendimento do STF sobre a matéria constitucional objeto dessas decisões, passa-se a temer que alterações na composição da corte, como a ocorrida com a morte do Ministro Teori Zavaski, ou com o ingresso de membro com posição mais garantista, ou mesmo com a mudança de entendimento de algum dos atuais ministros, possa ocorrer um resultado oposto ao de 2016, o que leva a uma situação de grande instabilidade no pensamento da corte, causando insegurança jurídica.

**(Conclusão)** Essas decisões do STF começam a provocar efeitos positivos no combate à corrupção e à impunidade. Prisões de corruptos condenados por decisões de segundo grau já estão ocorrendo. O Congresso Nacional, pressionado por essa nova tese jurídica e pelo clamor da população indignada com o grande número de casos de corrupção, começa a dar andamento aos projetos de lei que buscam punir, de forma muito mais severa, esse tipo de crime. A sociedade, mais vigilante, acredita que a punição de corruptos e corruptores enfim acontecerá. O temor de muitos corruptos de serem presos se mostra latente, ao contrário do que antes acontecia, quando quase sempre não sofriam punições. É indispensável, todavia, que se aja com cautela, para evitar que os excessos acabem por trazer condenações que contrariem o Estado Democrático de Direito, previsto na Constituição, respeitando sempre o devido processo legal.

**Palavras-Chave:** STF, Princípio da Presunção de Inocência. Execução Provisória da Pena. Impunidade. Combate à corrupção.

**DELAÇÃO PREMIADA: ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA VALIDADE DO ACORDO NO CASO JBS S.A., DENTRO DA OPERAÇÃO LAVA-JATO.**

**Autor(es):**

*Gilson Medeiros Souza Cruz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Renata Gabriela da Costa Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa propõe uma análise a respeito do Instituto de Delação Premiada, com especial atenção para sua aplicação na Operação Lava-Jato, com ênfase no caso da empresa JBS S.A. Busca-se perfazer um estudo analítico sobre a validade da homologação do instituto da delação premiada no caso JBS, o qual se consolida como um dos maiores casos de investigação de corrupção da história recente do Brasil. Pretende-se investigar a legalidade do oferecimento do perdão judicial e de outros benefícios no que tange à sua adequação à norma vigente no âmbito da Lei 12.850/13, que trata das Organizações Criminosas.

**(Metodologia)** A pesquisa orbita em torno do método de investigação qualitativa, a partir de informações colhidas nos diversos meios de comunicação e informação, visto que os autos do processo seguem em segredo de justiça, o que configura também um procedimento de coleta de levantamento. Busca-se responder questões práticas sobre o emprego de um instituto e o efeito dominó de sua aplicação, especialmente nas áreas de Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito Constitucional. Os métodos de abordagem são o indutivo e o estudo de caso, onde os pesquisadores partem da análise do caso da JBS, para, compreender o instrumento processual penal da Delação Premiada, como ferramenta de justiça, buscando-se chegar a uma conclusão específica sobre sua aplicação ao caso JBS S.A.

**(Resultados)** Há grande complexidade para a resolução de crimes que envolvem organizações criminosas, especialmente as que se relacionam aos “Crimes de Colarinho Branco”. Criminosos tão poderosos, são capazes de formar esquemas complexos, dificultando ao Ministério Público, o fechamento de todo o quebra-cabeças da investigação, per si. Assim sendo, se materializa a tamanha importância do instituto da Delação Premiada, surgindo como uma peça fundamental para esclarecimentos de casos e aplicação das sanções legais. A pesquisa em curso mostra que os acordos de delação premiada têm limitações. Observa-se a ameaça que o delator está sofrendo, de um processo criminal, correndo o risco de terminar o ato solene, atrás das grades, desta forma, é possível que o Réu invente acusações para tentar escapar desse destino.

**(Conclusão)** Conclui-se que, quando o Estado for analisar qualquer tipo de acusação feita a partir de um acordo de delação premiada, tal análise deve ser feita com extrema cautela, e no contexto da apreciação de outros elementos probatórios, sob pena de acabar admitindo como verdadeira uma versão de alguém extremamente interessado nos fatos, que pode tão somente estar tentando livrar-se irresponsavelmente de uma condenação penal. No caso JBS S.A., o acordo foi homologado antes de a delação ter sido feita, isto é perigoso para o respeito ao princípio do devido processo legal, na medida em que os atos processuais serão saneados, dependendo do conteúdo desses acordos. Tal exemplo demonstra a falta de cuidado do Estado na proposição destes acordos e no manuseio do instituto aqui estudado.

**Palavras-Chave:** Delação Premiada, Organização Criminosa, JBS, Crimes do Colarinho Branco.

## DESERDAÇÃO POR ABANDONO AFETIVO

### **Autor(es):**

*Gitana Alves Ramires: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Kalyanne Batista da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Marcela Galvão de Lima Martins Freire: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Pablo Ramon da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Síria Daniele Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A deserdação, tratada nos artigos 1.961 a 1.965 do CC/2002, é o instituto pelo qual permite que o de cujus, através de expressa manifestação em testamento, exclua da sucessão herdeiros necessários que praticarem os atos taxativamente previstos nos artigos 1.814, 1.962 e 1.963 do Código Civil. Ocorre que, o ordenamento jurídico não é composto somente de regras, mas também de princípios. Portanto, além das hipóteses previstas em lei da deserdação, mister observar que a afetividade se tornou um princípio base do Direito de Família, que, devido às consideráveis mudanças das relações familiares, passou-se a valer mais os laços socioafetivos. Diante disso, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa aprovou em julho/2017 proposta (Projeto de Lei 3145/15) que altera o CC/2002 para incluir nova hipótese de ocorrência de deserdação. Assim, o objetivo da presente pesquisa é analisar o cabimento da deserdação por motivo de abandono de idosos por filhos e netos ou o abandono pelos pais e avós, bem como a constitucionalidade do referido projeto de lei.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa acerca do cabimento da deserdação por abandono dos filhos ou dos pais e avós. Partindo de um contexto macro para o estudo de um assunto específico, a fim de chegar a uma solução para o caso ora estudado, se utiliza o método de abordagem dedutivo. Os métodos de procedimento compreendem o histórico, comparativo, descritivo e tipológico. No que concerne às técnicas de pesquisa, consistirão em documentais e bibliográficas, além da doutrina e legislação.

**(Resultados)** O presente estudo pretende comprovar que apesar da recente inovação legislativa dada ao Código Civil Brasileiro, especialmente ao instituto da deserdação, que visa a retirada de um herdeiro necessário de sua parte legítima na herança, o legislador não se atentou como deveria nos casos afora daqueles taxativamente distribuídos nos artigos 1814 e 1963. A sociedade, constantemente mutável, se depara com numerosos casos de abandono afetivo, especialmente da população idosa. A afetividade nas relações familiares tem elevado valor para plenitude do desenvolvimento humano. A legislação vigente já reconhece a potencialidade da conduta de abandonar afetivamente alguém e logo criou impeditivos para sua realização, como bem fixado nos artigos 229, 4 e 10, § 3o, respectivamente, dispostos na CF, ECA e Estatuto do Idoso. Apesar disso, ao elencar as hipóteses de deserdação, o legislador não tipificou o abandono afetivo como causa excludente do direito sucessório, deixando de criar mecanismos para inibir o desdém dos herdeiros, que ainda podem se beneficiar da herança. Além disso, o tema, em razão da citada lacuna legislativa, recebe tratamento subjetivo, carecendo de análise caso a caso pelos tribunais, comportando decisões imprecisas e divergentes, resultando verdadeira insegurança jurídica.

**(Conclusão)** Por fim, pode-se concluir, a partir dos estudos realizados, que o Código Civil de 2002 se apresenta desatualizando em relação à não abrangência da hipótese de deserdação nos casos de abandono efetivo realizado pelos pais para com os filhos, bem como dos filhos para com os pais ou avós, situação mais comum no dia a dia. Nesse sentido, se mostra muito coerente e garantidor de uma segurança jurídica, o Projeto de Lei 3145/15 que pretende acrescentar às hipóteses taxativas em lei, a deserdação do direito sucessório quando se perfaz o abandono de ente querido.

**Palavras-Chave:** Abandono afetivo. Deserdação. Direito sucessório. Projeto de Lei 3145/15.

## DIREITO A LEGITIMA DEFESA

### **Autor(es):**

*Kleitton Geverson de Oliveira Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Romildo Marques Cruz Filho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Victor Hugo de Assis Moura : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*felipe augusto de oliveira franco: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Paulo Roberto Teixeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Quando nos voltamos ao Direito a Legítima Defesa nos empancamos com a pressão das iniciativas dos desarmamentistas do Governo Federal que tanto fez por onde e conseguiram aprovação da Lei 9.437/1997, sendo revogada pela Lei 10.826/2003, que veio com intuito de extinguir um Direito que deveria ser de todos, por si tratar de um direito de critério fundamentais, de defesa a vida, sendo o desarmamento do povo civil ou do povo de bem como sendo um dos maiores causadores de danos malignos ao povo brasileiro. Pois a preservação do direito a legítima defesa armada se daria pelo simples fato de se defender de qualquer coisa ameaçadora a sua volta, usada somente em momentos oportunos, porém não foi eticamente aceitável, ou seja, não podemos deixar de levantar a questão mais crucial, aonde o Estado não teria nenhum interesse e nem o direito de tutelar a disposição humana para enfrentar o perigo, não existe si quer nenhuma condição de guarda e nem muito menos de resguarda para cada um dos indivíduos que aqui vivem, pois o Estado não nos garante segurança efetiva constante, já que não possui efetivo suficiente nem pra si mesmo. Segundo, George Washington: “Um povo livre precisa estar armado”. Aos criminosos compete a Polícia desarmá-los, porém não o faz e nem tomam condições cabíveis para isso, tipo: estratégias ou normas internas de políticas criminas que o tornem isso possível. Para a Força Policial se torna algo impossível garantir a segurança total do seu povo, ou seja, garantir a vida, a incolumidade física e a propriedade de todas as pessoas de bem, em todas as partes e a todo tempo segura.

**(Metodologia)** Em construção.

**(Resultados)** Em pesquisa.

**(Conclusão)** Acreditamos a princípio que a criminalidade seria um problema que estaria envolvido somente na questão social, porém com estudos e consultas a livros da área, detectamos outras realidades que estão bastante envolvida e mascarada. Procurando jogar a culpa somente na classe menos favorecida, um dos maiores influenciados e causadores de tudo isso se classifica para muitos como sendo o Pai da Nação. Pois para muitos o Estado seria um tipo de pai, que tudo nos possibilita e somente quer o nosso bem, mas retiram os nossos direitos e nos concede algo através da politicagem, manifestando o poder de forma paliativa para nos convencer de algo e calar a nossa consciência daquilo que seria certo ou errado como um cala te boca. O desarmamento da população de bem seria mais uma das grandes benfeitorias que o Estado iria nos conceder, com o objetivo de nos manter dominados e controlados socialmente. Segundo Thomas Jefferson, um dos maiores estadistas dos Estados Unidos: “Nenhum homem livre deve ser impedido de usar armas”, que já fora bem aplicado na época do Império, até chegar a cair em mãos erradas, de forma clandestina. Para os Nordestino que foram bastante marcados pelas ações sangrentas do Rei do Cangaço, o nosso famoso Lampião, que tanto desfrutou dos benefícios que até hoje os criminosos desfrutam, a garantia que nada irá acontecer em uma das suas ações ilícitas, pois escolhem somente as vítimas, sem se preocupar de ser revidado, já que não possuem mais armas, isso se dá graças á logica invertida do desarmamento, entregue suas armas e você estará mais seguro, pois o problema estaria em possuí-la. Essa condição que foi imposta nos gera uma sensação de insegurança constante, indefesos ao ponto de perdedores, pois abrimos mão de nossos direitos individuais ao confiar na segurança do Estado e sua independência exclusiva ao poder policial, que na maioria dos casos chega sempre atrasado, no fim do crime ocorrido, não havendo mais o que fazer.

**Palavras-Chave:** legítima defesa, preservação a vida, direitos fundamentais

## DIREITO CIVIL: A RELAÇÃO DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS COM OS DONOS

### **Autor(es):**

*Raissa Caroline Monteiro de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Alana Raissa Fernandes : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Ao decorrer do desenvolvimento humano, encontramos diversas manifestações a respeito da relação dos homens com os animais não racionais. Sejam nas gravuras no período pré-histórico, passando pela idade antiga, média, moderna até chegar nas postagens em redes sociais na era contemporânea. Como podemos observar, essa relação entre o homem e o animal irracional vem criando um maior vínculo de afetividade. Partindo dessa ideia, a nossa atual organização social, vem demonstrando uma nova ressignificação dessa relação: entre homem e seus animais domésticos, cada vez mais estes estão sendo tratados como um sujeito de direitos, mas o Código civil ainda descreve como objeto, ou melhor, um bem. Podemos constatar está mal conceituação, e por consequência uma interpretação jurídica equivocada dos casos. A exemplo o informativo de jurisprudência 349 do DF, no qual a decisão vai de encontro a outros casos semelhantes presentes no estado de Brasília, como constatado pela Doutora Carolina Salles, advogada especializada na área de Direito Ambiental e Sustentabilidade.

**(Metodologia)** Trata-se de um trabalho de uma relevância social, pois estão surgindo novas concepções de família e até briga de guarda demonstrando que estes animais domésticos não são apenas um bem para o(s) dono(s). Por isso o método hipotético-dedutivo, pois existem muitos julgados falando sobre este assunto, mas, não existe uma lei específica para tratar destes casos gerando uma insegurança jurídica dependendo do entendimento de cada tribunal ou de cada juiz para decidirem. Para a melhor compreensão, utilizaremos o método comparativo e histórico demonstrando a necessidade de uma regulamentação nesse aspecto, fazendo uma relação com outros ordenamentos.

**(Resultados)** O nosso trabalho visa possibilitar uma reflexão acerca do novo papel dos animais domésticos no ordenamento jurídico. Essa relação possui um vínculo diferente hoje, em comparação a outros períodos. Os "pets" possuem agora uma grande ligação, não só afetiva, mas sendo tratados como um membro da família, a exemplo a disputa de guarda. Partindo desta tese, iremos tratar a necessidade de uma maior uniformidade nas decisões judiciais, buscando assim, entender melhor os casos concretos presentes na nossa sociedade, para compreender a relação entre causa e efeito, e por consequência o fenômeno. A exemplo o informativo de jurisprudência 349 do DF, no qual a decisão vai de encontro a outros casos semelhantes presentes no estado de Brasília, como constatado pela Doutora Carolina Salles, advogada especializada na área de Direito Ambiental e Sustentabilidade. Dessa forma, propor uma legislação mais específica e atual, é essencial para a resolução desta problemática exposta, como também garantir uma maior uniformidade e justiça nas decisões dos casos concretos, não deixando apenas a cargo de jurisprudências.

**(Conclusão)** Diante do exposto podemos observar a necessidade de criação de mais normas específicas, criteriosas e justas, que visam normatizar está relação jurídica que acaba existindo na sociedade atual em que vivemos. Desta forma, para não gerar uma insegurança jurídica, uma espécie de injustiça, ou seja, uma das partes se sinta injustiçada pela decisão do magistrado, já que o legislador não fez uma lei para o juiz se basear nela como fonte. Entretanto, é de suma importância a retomada da discussão acerca da valoração das sentenças e sua concordâncias com a doutrina, para garantir o mínimo de dignidade aos animais.

**Palavras-Chave:** Animais domésticos. Normatização. Sujeito de direitos.

**DIREITO DE SOBRELEVAÇÃO: UM NOVO DIREITO REAL E A REALIDADE DAS FAVELAS**

**Autor(es):**

*Rodrigo José Nunes Lisboa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Cristina Medeiros de Araujo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Lílian Nicodemos Furtado Nóca : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Caio Henrique Jacome Da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Nathalia Vanessa de Lima Caldas e Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Medida Provisória nº 759/2016, convertida na Lei nº 13.465/2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, além de outras questões, trouxe consigo um novo direito real. Trata-se do direito de laje. Este se demonstra na cessão da superfície de uma construção a fim de que um terceiro edifique unidade distinta daquela originariamente construída sobre o solo. Em ocorrência frequente na sociedade brasileira, principalmente nas favelas, em que é comum esses tipos de construções, sua existência não podia mais ser ignorada, em razão do risco e instabilidade que a irregularidade das construções traz para os habitantes.

**(Metodologia)** Essa pesquisa acadêmica é qualitativa, de cunho exploratório. As principais idéias do projeto partiram das análises dos artigos dispostos na Medida Provisória nº 759/2016 e, posteriormente, na lei nº 13.465/2017, através da qual acrescentaram o artigo 1510-A ao Código Civil Brasileiro, além de fatos descritos em reportagens. Levando em consideração os objetivos da pesquisa, foi utilizado o método de abordagem dedutivo, que pressupõe a razão com a única forma de chegar ao conhecimento verdadeiro e utiliza uma cadeia de raciocínio descendente, da análise geral para a particular, até a conclusão.

**(Resultados)** Com base nas pesquisas, foi possível perceber que o direito de sobrelevação permitiu uma nova perspectiva no que diz respeito aos direitos reais, pois garantiu a possibilidade de coexistência de unidades imobiliárias autônomas de titularidades distintas situadas em uma mesma área. O referido direito passou a permitir então, que o proprietário de uma construção-base cede a superfície superior ou inferior de sua construção a fim de que o titular da laje mantenha unidade distinta daquela originalmente construída sobre o solo. A partir daí, aquele que teve o direito de laje concedido, passou a poder construir sobre a superfície de construção. O que ocorre é que, muitos indivíduos não conseguiram compreender o objetivo e legalidade deste direito real. Desta forma, o titular da laje poderá ceder a superfície de sua construção para a instituição de um sucessivo direito real de laje, desde que haja autorização expressa dos titulares da construção-base e das demais lajes. Deveras, um exemplo totalmente visível dessa situação são as grandes favelas, nas quais são construídas sobrelevações, os famosos “puxadinhos”, uns sobre os outros, sem nenhuma garantia legal ou permissão Estatal, pondo em risco a própria construção e a vida de seus donos.

**(Conclusão)** De acordo com o que foi apresentado, conclui-se que quando o direito de laje não é exercido conforme o estabelecido e regularizado em lei, ou seja, quando não se caracteriza por unidades imobiliárias com isolamento funcional, acesso independente e matrícula própria, acarretará irregularidade nas construções, propiciando escorregamentos e processos correlatos, erosão e assoreamento, subsidências e colapsos de solo, tornando a construção extremamente instável e de risco. As favelas são exemplos típicos dessa situação, extremamente propícias ao deslizamento de encostas quando em desconformidade ao estabelecido pela Lei nº 13.465/2017.

**Palavras-Chave:** Direito real. Sobrelevação. Direito de laje. Favelas.

**DIREITO PENAL: TRANSGÊNEROS NO SISTEMA CARCERÁRIO**

**Autor(es):**

*Raissa Caroline Monteiro de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O tema apresentado será: a questão dos transgêneros no sistema carcerário. Ao logo da história mundial não existia a figura do trans nas sociedades desde o período pré-histórico até a chegada da idade moderna. A ideia de homem e mulher seria de acordo com o sexo biológico, desta forma relacionando totalmente com o gênero masculino e feminino, ou seja, de maneira grosseira caso nascesse com o órgão genital masculino seria um menino ou com o órgão genital feminino era uma menina. O mundo por muito tempo existiu esta divisão, entre estes dois mundos que conseqüentemente determinava quem a pessoa seria, indicado pelo nome, roupas, e sua função social. Todavia existem pessoa que não se identificam com o seu órgão biológico, demonstrando que não gostam do corpo, como se o pensamento fosse um e o seu corpo fosse outro. Para o ordenamento jurídico para uma pessoa comprovar que ela não pertence aquele gênero deve passar por todo um processo como: acompanhamento psicológico, médicos que ajudem nessa transição através de hormônios por exemplo, fazer uma cirurgia para mudar seu órgão genital, e a mudança do nome.

**(Metodologia)** Partindo do pressuposto que estamos indo de um pequeno grupo que irá ter efeitos num grupo maior o método aplicado é indutivo. Porque ao achar uma solução para esse problema irá afetar o resto da sociedade. E os métodos procedimentais estatístico demonstrando a necessidade desta problemática porque isso no século passado este tema não era nem pensado, havendo uma grande mudança comportamental na sociedade brasileira como na mundial, mostrando como os movimentos sociais influencia na nossa sociedade de certo aspecto.

**(Resultados)** O cerne desta pesquisa é demonstrar que as pessoas que estão no período desta transição caso elas venham a cometer algum crime. Para qual tipo de presídio elas iram seria de acordo com a seu sexo biológico ou com a mente já que ela não se sente representada no corpo que tem? O sistema jurídico dividiu de modo que não houvesse mistura entre as mulheres e os homens, ou seja, não tivesse presídios mistos, para que não houvessem estupros por exemplo. Então, um trans seja colocado em um lugar errado pode acabar sofrendo abusos sendo físicos ou psicológico, ambos pelos próprios apenados pois vivemos em uma sociedade muito preconceituosa. Como é um tema muito recente precisa se acompanhado por um tempo. Assim, tendo uma maior dimensão do problema e sabendo como fazer para soluçona-lo e saber como as pessoas reagem a respeito disso.

**(Conclusão)** Vimos que é um discurso muito complexa relacionado sobre esse assunto, mais não podemos deixar de dar importância, uma certa relevância sobre o assunto retratado. Mesmo tendo vários dispositivos que pode abranger este tema ainda sim devemos ter algo mais específico relacionado a isso, para não gerar num presente uma determinada injustiça e no futuro conseqüências irreparáveis afinal são pessoas e tem o seu direito a dignidade humana resguardada pela constituição federal brasileira.

**Palavras-Chave:** Transgênero. Direitos humanos. Sistema carcerário.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO: O DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO DECORRENTE DA APOSENTADORIA RURAL.**

**Autor(es):**

*Ana Emília da Silva Couto : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Raffaella Gadelha Patrício de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Yasmin Lis de Lira Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Previdência Social assegura a todos aqueles que realizam contribuições de acordo com o Regime de Previdência e a categoria na qual estão inseridos. A Constituição Federal de 1988 e a Lei 8.213 de 1991 trazem as regras quanto à idade e tempo de contribuição para que os contribuintes possam se aposentar. No que pese a exigência de contribuição à previdência para ter direito ao benefício de aposentadoria, aos trabalhadores inseridos na categoria de segurados especiais, tais como os trabalhadores rurais em regime de economia famílias, a contribuição não é requisito essencial para a concessão da aposentadoria. É exigido desses trabalhadores apenas a comprovação do tempo de serviço exercido nas atividades rurais. Em razão da subjetividade e da fragilidade das provas a serem apresentadas para atestar a condição de trabalhador rural, o sistema tem sido alvo de fraudes, as quais se apresentam como um dos fatores que acarretam o déficit no sistema da previdência social, em razão da concessão de aposentadorias irregulares. Soma-se a isso, o desequilíbrio crescente em razão da quantidade de aposentadorias concedidas aos trabalhadores rurais serem em quantitativo maior que as contribuições arrecadadas pela Previdência. Observando-se assim, na atual conjuntura, um inchaço no quadro de beneficiários, decorrentes da disparidade entre a quantidade de contribuintes e segurados que não contribuem para a Previdência. (OBJETIVOS) Objetivo geral do estudo visa traçar um breve panorama acerca dos impactos negativos na previdência que a concessão de aposentadorias irregulares, bem como a concessão de aposentadoria sem que haja contribuição tem ocasionado na Previdência Social. Como objetivos específicos o presente estudo pretende analisar os requisitos para a concessão de aposentadoria aos trabalhadores rurais, bem como propor meios que visem um controle efetivo dessas concessões.

**(Metodologia)** Com o intento de atingir a finalidade proposta por esta pesquisa, adotou-se o método hipotético-dedutivo e indutivo como formas de abordagem, e como método de procedimento, o histórico e o de estudo do caso. Além disso, utilizou-se levantamentos qualitativos, permitindo-se realizar análises múltiplas através de artigos científicos sobre o tema em foco, como também fazendo-se uso da própria Constituição Federal e da Lei 8.212 e 8.213 de 1991.

**(Resultados)** Diante do atual panorama acerca do direito de aposentadoria, é possível depreender-se que o quadro caótico no sistema previdenciário tem como um dos fatores as aposentadorias concedidas aos beneficiários da categoria de segurado especial de forma irregular, decorrente principalmente das fraudes. Fazendo urgir a necessidade de criação de mecanismos que coíbam práticas fraudulentas de concessão de aposentadorias e a necessidade de criação de novas formas de arrecadação sobre essa categoria sem comprometer a renda dessas famílias.

**(Conclusão)** O presente estudo permitiu concluir que embora a aposentadoria concedida aos segurados especiais apresente-se como uma forma de proteção a esta categoria proporcionando os meios de subsistência ao trabalhador rural, deve haver por parte do poder público um controle mais efetivo para que esta aposentadoria seja de fato concedida apenas a quem preencha os requisitos constantes na lei, bem como para evitar emissões de certificados fraudulentos pelos sindicatos e assim reduzir o déficit da Previdência.

**Palavras-Chave:** Direito previdenciário. Aposentadoria. Beneficiário especial. Rural. Sindicato.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL: INCLUSÃO DA ARBITRAGEM COMO MEIO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO DO TRABALHO.**

**Autor(es):**

*Taise Maria Lopes de Medeiros: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho em questão discorre acerca da inclusão da arbitragem como meio de resolução de conflitos do direito do trabalho. Podemos observar na história de toda a justiça brasileira que temos como característica dos processos a demora na resolução do problema, esse já é um defeito inerente a estrutura do judiciário seja em qualquer grau e em qualquer tema que a justiça atue. O medo de não ter seu conflito resolvido com rapidez, faz com que muitos cidadãos não corram atrás dos seus direitos, e o que é muito pior que em muitos casos cheguem a resolver os conflitos usando os mecanismos da autotutela que não é permitida no nosso ordenamento jurídico atual. Nesse trabalho irei explicar como a arbitragem traria benefícios para a justiça do trabalho, pois trata-se de um ramo da justiça que tem muitos processos e que o tempo de resolução mínimo de um processo é de um ano, o que poderia ser resolvido na câmara arbitral em três meses, no direito do trabalho tem muitos conflitos que podem ser resolvidos por um arbitro, sem que o juiz tivesse que intervir, a inclusão da arbitragem traria mais celeridade aos processos, porque a arbitragem atuaria como um filtro, onde só seria decidido pelo juiz os assuntos mais complexos que não foram resolvidos pelo arbitro.

**(Metodologia)** Para que esse trabalho seja realizado, irei ler a doutrina, e fazer pesquisa e entrevistas sempre analisando os fatos e comparando o tempo de duração do processo na justiça e o tempo de duração do processo na câmara arbitral. Irei fazer entrevistas nas varas do trabalho para comparar o custo da resolução dos processos nos dois lugares. Cabe ressaltar que a arbitragem é usada como meio de resolução de conflitos em grandes empresas multinacionais, pois as empresas não podem ficar esperando a resolução de um processo pela justiça comum, sendo assim ao entrar nessas empresas os funcionários assinam um contrato em que fica acordado entre as partes que qualquer conflito nas relações de trabalho deve ser resolvido pela câmara arbitral.

**(Resultados)** Esse é um tema pouco divulgado e muito polêmico, por esse motivo precisa ser estudado a fundo, para que possam ficar bem claras as vantagens e desvantagens do processo de arbitragem, e após o resultado desse estudo se propor a sua inclusão de forma definitiva na ordem natural do processo no direito do trabalho.

**(Conclusão)** Trata-se de um trabalho muito interessante e muito complexo, pois a inclusão desse processo iria alterar toda a estrutura do judiciaria, e fazer também com que o poder do juiz fosse de certa forma dividido com o arbitro. Mais devemos ressaltar que o único objetivo dessa pesquisa mostrar se é possível diminuir custos e deixar o judiciário mais célere para assim resolver os conflitos com maior rapidez.

**Palavras-Chave:** ARBITRAGEM. DIREITO DO TRABALHO. CONFLITOS

**DIREITO REAL DE LAJE : AS UNIDADES SOBREPOSTAS RECONHECIDAS PELA LEI Nº 13.465/2017 E O CONTRASTE DELA NA REALIDADE SOCIAL**

**Autor(es):**

*Ana Isabela de Paula Simões Belo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Debora Fabricio Silva Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem por objetivo demonstrar que o direito real de laje expresso na lei 13.465/2017 não abarca a realidade social de maneira plena, pois possibilita a constituição de laje acima da superfície superior ou abaixo da superfície inferior, apenas quando a construção-base está regularmente edificada. Duas situações conflitantes no estabelecimento das unidades sucessivas, que são: a insegurança estrutural destes imóveis e a irregularidade no registro imobiliário, em razão da clandestinidade das negociações e do elevado número de construções desordenadas nas periferias brasileiras. O Adensamento incontrolável fora dos eixos de elite faz com que ocorram construções sucessivas acima das bases para familiares, para vendas ou aluguel, um verdadeiro mercado imobiliário informal, operando na periferia um sistema cartorário próprio constituído popularmente de “propriedades”.

**(Metodologia)** Como base metodológica deste trabalho utilizou-se do método dialético para relacionar o texto legal referido com os contextos sócio-político-econômicos, buscando soluções possíveis para o problema. Quanto a realização da pesquisa o método de procedimento utilizado foi: o método estruturalista que busca a compreensão do objeto de estudo na realidade. Para auferir as finalidades da pesquisa utilizou-se a pesquisa aplicada já que o objetivo é a resolução de um problema concreto com a apresentação de propostas. Como meio de investigação utilizou-se da pesquisa bibliográfica para realizar o levantamento de dados e informações necessárias. E como método de abordagem utilizou-se da pesquisa qualitativa para descrever e atribuir significados ao objeto em estudo conforme a realidade social.

**(Resultados)** Para obtenção de resultados sugere-se como proposta, a intervenção de órgãos administrativos fiscalizadores para que analisem a estrutura destas construções, apontando as irregulares estruturais passíveis de correção e licenciamento, considerando que a regularização destas unidades sucessivas à construção-base é meio de atribuir função social à cidade, além de efetivados do direito à moradia, principalmente àqueles que já se utilizam destas formas de moradias como único meio de garantir seus direitos constitucionais fundamentais. Sugere-se uma maior atenção também dos órgãos responsáveis pelos registros destas construções, levando em consideração o plano diretor de cada cidade e suas delimitações, autorizações e especificações delimitadas.

**(Conclusão)** Tendo em vista os aspectos observados é possível concluir que há possibilidades de solucionar o problema das sobrelevações sucessivas já existentes, mesmo sendo uma solução que demanda um longo prazo. Conclui-se também, que o instituto do direito de laje por ser prematuro necessita de algumas complementações diante do inchaço populacional, de um olhar minucioso das entidades envolvidas para as condições sócio-econômicas presentes na realidade brasileira.

**Palavras-Chave:** Direito de Laje. Sobrelevações. Irregularidades. Realidade social.

**DIREITOS TRABALHISTAS: UMA ANÁLISE DO TRABALHADOR IMIGRANTE E SEUS DIREITOS MÍNIMOS.**

**Autor(es):**

*Guilherme Almeida Trigueiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A necessidade de direcionar os nossos olhares devido a latente degradação da condição do trabalhador imigrante no cenário global. Devido a isso, mostra-se necessário que as sociedades civilizadas precisam da manutenção de um Estado, isto é, um Estado que além de atribuir garantias e direitos mínimos, também faça a fiscalização do presente ordenamento jurídico bem como de todas as suas disposições, como a um meio digno e justo que corrobora com a ideia de manutenção da dignidade da pessoa humana. Nessa perspectiva, devemos pensar sobre a proposta de garantir para o trabalhador imigrante, os meios, os mecanismos e regulamentação necessária para a sua sobrevivência, bem como a sua manutenção em país diverso ao de origem, a fim de melhores condições de vida.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, de caráter transdisciplinar, uma vez que visamos responder questões relativas a diversas áreas do conhecimento, notadamente Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Constitucional. No tocante ao método, utilizamos o dedutivo, pois foi utilizado para responder a questão explorada na diferença desses direitos estabelecidos por cada país. Nessa linha de raciocínio, a pesquisa pode ser classificada como comparativa e descritiva, porque possui como objetivo principal elucidar questões referentes a problemas até o presente já explorados: O direito mínimo do trabalhador imigrante. Por fim, foi utilizada como técnica de pesquisa a análise da produção científica e legislativa, com o intuito de esclarecer as ferramentas que o Direito do Trabalho, Direito Constitucional bem como suas garantias no ordenamento jurídico.

**(Resultados)** Constata-se a existência de um problema que cresce em nível internacional, fazendo necessário explorar as ferramentas já existentes para delimitar, solucionar e garantir para esse trabalhador que seja respeitado o mínimo de seus direitos, como os princípios uma vez que estes tem relevância jurídica ao direito, bem como aqueles previstos na Constituição de qualquer país.

**(Conclusão)** Sabemos da necessidade de garantir, bem como proteger, sendo algo fundamental que se estabelece em sociedade, definir seu regimento, tanto como suas disposições, tanto por ele ser considerado algo necessário para a vida humana como por constituir-se um direito. Dessa forma, o Estado detentor da capacidade de regulamentar, mostra-se como o principal responsável em intervir na condição dos trabalhadores, para uma melhor garantia e respeito a dignidade da pessoa humana. Nessa esteira de pensamento, faz-se necessário a realização de mudanças constitucionais, como também a cerca de outras áreas do direito que assegurem de forma efetiva ao trabalhador imigrante o gozo de todos os seus privilégios, para que tenhamos a garantia de direitos que se atribuem à toda e qualquer pessoa. Bem como, o respeito a dignidade da pessoa humana, o justo e o necessário.

**Palavras-Chave:** Direito do Trabalho. Trabalhador Imigrante. Direitos Mínimos.

**DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE: ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS**

**Autor(es):**

*MARCUS AUGUSTO FREIRE FERNANDES: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As diretivas antecipadas de vontade (DAV) são um instituto recente no ordenamento jurídico brasileiro que permite ao paciente declarar antecipadamente sua vontade quanto a terminalidade de sua vida, quando encontrar-se impossibilitado de exprimi-la. Permitem dispor sobre os tratamentos que aceita ou não se submeter, quanto à doação de órgãos e tecidos, destinação do corpo e a possibilidade de indicar um representante legal para representá-lo nesse momento. O tema apresenta evidentes dilemas éticos e legais que devem ser levantados, como o conflito entre princípios constitucionais como a Indisponibilidade da Vida e o princípio da Dignidade da Pessoa Humana e a Autonomia da Vontade do Indivíduo. Frente a ausência de legislação específica sobre as DAV, os pacientes e os profissionais de saúde que se deparam com essas situações contam somente com a Resolução 1995/2012 do Conselho Federal de Medicina (CFM) para balizar sua conduta.

**(Metodologia)** A partir de uma abordagem transdisciplinar do tema, avalia-se os pontos jurídico-legislativos e os associam com uma visão ético-médica. Foi usada também uma análise dialética, verificando os argumentos legais contrários e fazendo o contraponto com a visão favorável ao tema. Para a análise dialética foi feito um levantamento da jurisprudência, das súmulas e acórdãos dos Tribunais Superiores (Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça) nos últimos 5 anos, desde a publicação da Resolução 1995/2012 do CFM. Pesquisou-se junto ao portal do CFM as resoluções e pareceres atinentes ao tema e fez-se um levantamento no site do Congresso Federal acerca da legislação positivada e os projetos de lei que versam sobre a autonomia de vontade do paciente terminal.

**(Resultados)** Não foi encontrada nenhuma legislação que regulamente essa ferramenta de exercício da vontade do paciente terminal. A jurisprudência atual segue, em sua maioria, o entendimento que o Princípio da Dignidade Humana e o Princípio da Autonomia do Paciente devem ser respeitados, validando as vontades explicitadas nas DAV. Não há ainda acórdãos ou sumulação de Tribunais Superiores. O CFM autoriza desde a Resolução 1995/2012 que o médico execute as DAV, sem risco de desrespeito ao Código de Ética Médico, sendo atualmente a única normatização acerca do tema. A Jurisprudência majoritária acompanha os termos da Resolução do CFM, validando-a.

**(Conclusão)** As DAV são um exemplo onde os fenômenos sociais, que são a origem do Direito, por vezes são mais rápidos que a capacidade legislativa de acompanhá-los. A ausência de normatização legal e de Jurisprudência firmada de tribunais Superiores leva a uma insegurança jurídica para os pacientes e para os profissionais de saúde que se deparam com essas situações no seu dia a dia. Urge que o legislativo e o judiciário sedimentem esse entendimento para respeitar de forma plena Princípios Constitucionais basilares como da Dignidade da Pessoa Humana e da Autonomia da Vontade do Paciente.

**Palavras-Chave:** Diretivas antecipadas de vontade. Terminalidade da vida. Ortotanásia.

**DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS SOBRE A ACEITAÇÃO DOS REFUGIADOS NO BRASIL E UMA ANÁLISE CRÍTICA SOB À ÓTICA DA VIOLAÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EMBASADA NA OBRA DE HANNAH ARENDT E ZYGMUNT BAUMAN**

**Autor(es):**

*Gennyelle Beatriz Pereira Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Renatta Gabriella Pereira de Melo Nã³brega: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Juliana Saldanha Osã³rio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*ANDREIA LUCIANA DA SILVA: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O projeto de pesquisa tem como pretensão analisar de qual forma o Estado poderá intervir na realidade fática da nova conjuntura social, notadamente na difusão de informação por tecnologias inovadoras. Realidade esta fundamentada nas principais teorias de Hannah Arendt e Zygmunt Bauman contextualizada aos fatos, buscando, conseqüentemente, suporte nas Garantias Fundamentais trazidas pela Constituição como forma de remediar os discursos proliferados contra a aceitação dos refugiados na nossa pátria, delineados através dos objetivos a seguir descritos. Nesse contexto, buscamos refletir sobre o tratamento social e jurídico dos refugiados nas redes sociais pela sociedade brasileira. Diante do comando de solidariedade contido na carta social, traço que revela maturidade democrática da República Federativa do Brasil, a recepção dos refugiados servirá para evitar experiências de estados autoritários voltados ao aviltamento da condição humana.

**(Metodologia)** Trata-se de uma análise crítica fundamentada nas ações da atual vida moderna e da seguridade no contexto do neoconstitucionalismo, pós-positivismo e diante do papel do Estado soberano na proteção da dignidade da pessoa humana. Para isto, analisamos textos de Hannah Arendt e Zygmunt Bauman, com utilização do método de abordagem transdisciplinar, tendo em vista que a questão dos refugiados envolve não só Direitos Humanos, mas diversas outras áreas, repercutindo, notadamente sobre Ciência Política, Ética, Filosofia, Teoria do Estado e Direito Constitucional. Quanto ao método de procedimento, objetiva-se desenvolver o tema, sobretudo, a partir de levantamentos bibliográficos, baseando-se na doutrina nacional e estrangeira, incluindo a literatura clássica a respeito do tema.

**(Resultados)** O trabalho visa demonstrar a necessidade e amplitude de revisitação da temática dos refugiados, isto porque em que pese a evolução normativa ocasionada pelas duas grandes guerras, ainda é recorrente nas relações sociais atuais a desconsideração de direitos mínimos inerentes à condição humana. Assim, a defesa e proteção dos refugiados é manifestação da solidariedade universal, fundamento dos Estados Democráticos de Direito.

**(Conclusão)** A investigação exposta teve como dever analisar um comportamento social que se contrapõe ao Estado Democrático de Direito e seus respectivos dispositivos. Com efeito, a tendência da história do comportamento humano revela ciclos de comportamento, momentos voltados à restrição de direitos e outros a mais amplitude. Assim, os direitos humanos e os direitos fundamentais se revelam em sua nítida essencialidade ao conter retrocessos sociais, notadamente quando especificamente percebe-se o desejo de parte da sociedade em negar direitos aos refugiados, em que pese os comandos constitucionais revelando proteção da Carta Social. A manifestação social, no novo modelo de sociedade, assenta ideias, interesses e ideologias dissociadas da Constituição e, conseqüentemente, enfraquece a percepção social sobre o valor do ser humano. Assim, o Estado deverá assumir seu relevante papel para promover publicidade educativa e de orientação social para contornar a difusão, nos meios de comunicação eletrônicos, de informações que venham a diminuir, restringir ou mesmo atacar a condição humana do refugiado; fruto de uma modernidade líquida que cada vez mais tem banalizado o mal e perdido sua sensibilidade para com o outro.

**Palavras-Chave:** Refugiados. Direito fundamentais. Bauman. Hannah Arendt.

**É O FRESCO, É? COMO DETERMINADAS EXPRESSÕES CULTURAIS PODEM SE CONSTITUIR COMO EFICIENTES E 'INVISÍVEIS' TRANSMISSORES DE DISCRIMINAÇÃO SOCIAL**

**Autor(es):**

*Raíssa Garcia Costa Fontes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** ) Vivemos em uma sociedade marcada por diversos problemas sociais, que em sua maioria são camuflados ou negados por grande parte da população, entretanto, quanto mais se nega a existência de fenômenos como a homofobia, mais eles se propagam. O Brasil é um país cultural e estruturalmente homofóbico, é preocupante o número de vítimas diárias que sofrem, seja por violência física ou psicológica, pelo simples fato da sua opção sexual. Todavia, é fundamental frisarmos que muitas vezes práticas homofóbicas são exercidas de maneira tão natural por algumas pessoas que nem sequer percebem essas ações, como por exemplo através de gírias e expressões culturais usadas cotidianamente no qual, em sua maioria, carregam significados direta ou indiretamente preconceituosos, e que acabam, inconscientemente, contribuindo para a permanência desses graves problemas sociais. Nesse sentido, o reconhecimento de algumas ações preconceituosas exercidas diariamente é essencial para o combate desses determinados fenômenos, as pessoas precisam mudar seus hábitos, comportamentos e principalmente o seu vocabulário, para só assim começar o processo de desconstrução da homofobia plantada em cada um. ) O objetivo central dessa pesquisa será investigar de forma detalhada como e se algumas gírias e expressões populares, principalmente do nordeste, podem contribuir para a continuidade de sérios problemas que a sociedade brasileira ainda enfrenta em pleno século XXI, como a homofobia

**(Metodologia)** A metodologia da pesquisa será dividida em três momentos distintos, primeiro com a leitura de bibliografia relevante para a sustentação teórica acerca da problemática, abordando as seguintes discussões: cultura, relações de gênero, homossexualidade, poder, simbolismo, representações sociais, preconceito, estigma. Em um segundo momento, buscaremos uma pesquisa empírica, na qual entrevistaremos 20 pessoas, dentre elas, 10 pessoas que se consideram de orientação homossexual, tentando esclarecer quais sentimentos impelem certos indivíduos a usarem expressões preconceituosas contra os homossexuais, bem como, quais sensações são sentidas pelos homossexuais ao presenciarem o exercício de tais expressões. Em relação a análise das entrevistas, utilizamos o método de análise qualitativa de discurso do sociólogo belga Jean-Pierre Hierneaux(1977). Num terceiro momento, faremos uma discussão, entre os pressupostos teóricos que dão embasamento analítico ao trabalho e os dados empíricos resultantes da pesquisa de campo, buscando uma compreensão crítica acerca da temática investigada

**(Resultados)** A pesquisa ainda está em sua fase inicial, entretanto, já podemos constatar que, na maioria das vezes, as pessoas não fazem ideia do poder que o seu discurso possui. Frases e expressões populares são faladas, sem que as sociedade perceba a sua força ou os seus significados, e isso acaba acarretando na permanência e transmissão de discriminação social. A homofobia existe, e está presente em pequenas frases ditas no nosso dia a dia, e infelizmente isso se tornou algo natural na nossa sociedade, sendo consequências de uma cultura machista desde a sua colonização

**(Conclusão)** Tendo em vista a permanência no Brasil de graves problemas sociais, como a homofobia, é cada dia mais urgente e necessária a discussão sobre um assunto tão encoberto por grande parte da população. O grande desafio é enfrentar o preconceito de cada dia, presente nas sutilezas de gestos e palavras, e dessa forma, analisar e estudar o vocabulário, entender e reconhecer o uso de gírias e expressões que podem contribuir para a transmissão e consolidação de discriminação social é o primeiro passo para um longo caminho a ser percorrido contra o preconceito.

**Palavras-Chave:** Homofobia. Expressões culturais. Discriminação social.

**EFICÁCIA DO DECRETO 26.027/16: A RONDA CIDADÃ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Autor(es):**

*Jefferson Luiz Fontes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** INTRODUÇÃO: De acordo com o Art. 144, § 5º da Carta Magna da República Federativa do Brasil, cabem às polícias militares o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, estando elas incumbidas de executar as atividades de defesa civil. Em âmbito estadual, a lei de nº 4.630 de 16 de dezembro de 1976, dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Rio Grande do Norte. De acordo com Art. 26, inciso I, é essencial ao policial militar o sentimento de servir integralmente à comunidade estadual, traduzido pela vontade de cumprir o dever de policial militar e pelo devotamento à manutenção da ordem pública. Visando a manutenção da ordem pública, da segurança e do bem-estar da população, com o intuito de prestar serviço de proteção e socorro público com maior eficiência, foi criado o projeto Ronda Cidadã, através do Decreto nº 26.027 de 29 de Abril de 2016. O controle social exerce uma influência importante sobre o funcionamento das políticas públicas. Assim sendo, vê-se a importância de avaliar a eficácia da atuação do projeto em questão na segurança pública da cidade do Natal. **OBJETIVOS:** O objetivo desse estudo é fazer uma análise crítica sobre a eficácia do programa Ronda Cidadã na cidade do Natal.

**(Metodologia)** METODOLOGIA: Trata-se de uma análise crítica elaborada a partir de dados publicados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte na plataforma online da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED).

**(Resultados)** RESULTADOS: Observou-se, na pesquisa, que com a implantação do projeto, tem-se observado uma tendência de queda nos índices de violência, de acordo com o a Coordenadoria de Informação Estatística e Análise Criminal (COINE) da SESED. Com relação as ocorrências envolvendo roubos, o relatório demonstra que houve redução de 15%. Por sua vez, em se tratando de crimes envolvendo drogas entorpecentes houve uma redução de 68,4%. A presença policial nas ruas também possibilitou um número elevado de registro de ocorrências do tipo lesão corporal. Notou-se também aumento no número de atendimentos relativos ao acolhimento de inclusão social dos moradores e comerciantes, e visitas técnicas às comunidades a fim de elaborar diagnósticos que contribuirão para o trabalho reativo.

**(Conclusão)** CONCLUSÃO: Diante do que foi apresentando, analisando os dados estatísticos do Governo, pode-se notar a diminuição no índice de criminalidade a partir da atuação Ronda Cidadã. Além da diminuição na criminalidade, houve também um aumento no atendimento policial à sociedade nas localidades em que o projeto atua.

**Palavras-Chave:** PALAVRAS-CHAVE: Ronda Cidadã. Natal. Decreto 26.027/16. SESED.

**EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS LEIS MUNICIPAIS: A ATUAL CONJUNTURA DO PROCESSO LEGISLATIVO FRENTE À PARTICIPAÇÃO POPULAR.**

**Autor(es):**

*Vanessa Carla Maciel Pinto Lopes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É inevitável observar, preliminarmente, que a evolução da instabilidade política no cenário nacional vem modificando a participação pública no processo legislativo. Desde de meados de março de 2014, com a deflagração do maior escândalo de corrupção da história do Brasil e a instauração da Operação “Lava Jato” pela Polícia Federal, iniciou-se por todo o território nacional e em todos os níveis políticos outras operações de mesmo nível, culminando no aumento significativo da insatisfação popular para com seus representantes. Assim, tendo por referência os escândalos nacionais e seus desdobramentos político-partidários no âmbito das menores esferas autônomas nacionais - os municípios - há a necessidade de se observar como a chamada “crise de representatividade” atual interfere no processo legislativo e, conseqüentemente, na eficácia e aplicabilidade das leis municipais. A relevância e indispensabilidade de se melhor publicizar e acompanhar os atos praticados na chamada “casa do povo” somados com a grande quantidade de leis e projetos de leis existentes e de baixo conhecimento público foram as principais motivações para o tema em questão. A cidade do Natal, desde 2016 vem apresentando destaque nacional pelo crescimento nos índices de violência urbana, sobretudo no crescimento do número de homicídios. Não bastando ao executivo a regulação de tais índices, o legislativo detém constitucionalmente poder para propor melhorias com a ajuda do povo, em tal exemplo e em tantos outros, e observar a forma como tais debates podem ou vêm a ser construídos é de extrema importância, em consonância ao princípio da publicidade na administração pública.

**(Metodologia)** Considera-se, portanto, a necessidade de correlacionar a observação do comportamento público e a conjuntura do processo legislativo no Município de Natal, tendo como formas de abordagem os métodos dialético e hipotético-dedutivo. Trata-se de um projeto de pesquisa de cunho social, de procedimento majoritariamente estatístico e comparativo, demonstrando ainda particularidades evidenciadas em projetos de lei mais polêmicos e até mesmo de propositura do executivo.

**(Resultados)** Analisando a correlação mencionada anteriormente, há de se chegar finalmente a uma conclusão quanto a sua relação com a eficácia e aplicabilidade das leis municipais atualmente.

**(Conclusão)** A Teoria do Direito analisa eficácia quanto a sua aplicação jurídica, a saber se estão sendo efetivamente aplicadas e obedecidas no ordenamento, para se dizer que o Direito é eficaz. Já a Sociologia Jurídica, no entanto, analisa as consequências sociais das normas jurídicas e sua pretensa adequação aos fins que almejam, abrangendo além dos aspectos formais. Quanto a este projeto, ambos lados científicos serão abordados, não somente pela relevância jurídica predominantemente, mas pela necessidade da realização de pesquisa social, para se verificar o nível de interesse e participação pública nas demandas da casa legislativa nos dias de hoje.

**Palavras-Chave:** Processo legislativo municipal, eficácia e aplicabilidade jurídica, eficácia social, princípio da publicidade, interesse público.

## ERRO MÉDICO NAS CIRURGIAS PLÁSTICAS - RESPONSABILIDADE CIVIL COM OBRIGAÇÃO DE MEIO X FIM?

### **Autor(es):**

*Sylvia Carolina Varella Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Gilmar dos Santos Melo: Docente do UNI-RN*

*Ana Eleonora de Carvalho Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** as cirurgias plásticas estão em crescimento com o passar dos anos, tendo em vista que as pessoas estão buscando um bem-estar social e físico, que seja capaz agradar o seu íntimo, causado por um constrangimento ou insegurança. Com o avanço da medicina, e o aumento da acessibilidade a todos que procuram um procedimento estético, a demanda torna-se maior, porém, ocorre que muitas vezes se espera um resultado semelhante a determinada pessoa, como artistas e ídolos da televisão. Portanto, não se trata apenas de uma relação de consumo, em que a vaidade ou a ganância está acima de quem irá realizar a cirurgia, mas sim de um autoconhecimento, de uma auto-aceitação por possuir alguns quesitos em que a parte se sente estranha com relação ao seu corpo. O presente projeto visa, através do objetivo geral analisar de quem é a responsabilidade civil em caso de complicações cirúrgicas ou insatisfações com o paciente, tendo em vista que o médico tem a função de exercer sua atividade e o paciente de esperar um resultado. Porém, o resultado nem sempre é o esperado, ocasionando o erro médico. Partindo para os objetivos específicos retifico a ética profissional, já que é necessário apresentar todas as possibilidades para com a relação dos limites de cada paciente, assim, não prometendo um resultado esperado quando não há suporte. Além disso, cumpre-se comparar o erro médico no Brasil com o mundo.

**(Metodologia)** o método de abordagem do trabalho será dedutivo, pois há uma avaliação geral dos erros médicos, ocasionando em uma análise da responsabilidade civil, partindo assim para uma pesquisa no âmbito das cirurgias plásticas que é uma área de largo desenvolvimento. No mais, com relação ao método de procedimento, será comparativo por equiparar o Brasil com outros países e o tipológico por comparar fenômenos sociais complexos criando modelos ideais construídos a partir de aspectos essenciais do fenômeno; já com as técnicas de pesquisa, busca-se pesquisar em doutrinas, jurisprudências, estatísticas, código civil e artigos científicos de responsabilidade civil e erro médico.

**(Resultados)** destarte, observa-se que a realização de uma cirurgia de sucesso, sem danos morais e materiais, incluindo a responsabilidade civil. Assim, é necessário uma conversa entre médico e paciente, apresentando os cuidados que os pacientes devem ter, conforme a ética profissional e conteúdo, dando a maior assistência. Ademais, a utilização de um contrato contendo todas as informações sobre a cirurgia e possíveis consequências, dando espaço para o paciente expressar sua vontade e garantir uma segurança jurídica entre ambos. Com o avanço da tecnologia, e, conseqüentemente, da medicina, a cirurgia pode ser um sucesso ou um fracasso, mas depende da condução do profissional e do paciente para essa realização ser a melhor possível. Esses resultados não são os definitivos, tendo em vista que é um projeto do tc1, mas consegui aferir determinados resultados preliminares.

**(Conclusão)** Ainda não há uma conclusão do trabalho, pois o projeto ainda está em andamento nas suas pesquisas. Porém, com base nos resultados é possível concluir que é necessário um diálogo e explicações claras acerca da cirurgia e dos riscos que podem causar, além de enaltecer os limites ao paciente e uma segurança jurídica realizada anteriormente por um contrato.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade Civil. Médico. Dano. Cirurgia Plástica Estética.

**ESSÊNCIA NORMATIVA: UMA ANÁLISE DA BILATERALIDADE ATRIBUTIVA ENQUANTO QUALIDADE DISTINTIVA DAS  
NORMAS JURÍDICAS.**

**Autor(es):**

*Genário Alves Fonseca Netto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No Congresso de Iniciação Científica (CONIC) do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) propomos analisar a bilateralidade atributiva enquanto qualidade distintiva da norma jurídica. Nesse diapasão, buscamos refletir sobre o elemento que distinguiria as normas jurídicas das demais normas do mundo ético, demonstrando como a bilateralidade atributiva representou um grande avanço na investigação da essência das normas. Além disso, analisar a capacidade da norma jurídica em atribuir a faculdade de coagir aos sujeitos, averiguando as potências próprias das normas e dos seres humanos, sempre levando em consideração o entendimento doutrinário acerca dos antigos entendimentos da elementaridade da norma

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa exploratória, onde foi aplicado o método dialético e transdisciplinar, pois ao mesmo tempo em que buscamos analisar os conflitos existentes nos diferentes entendimentos sobre a bilateralidade atributiva e as contradições envolvidas no que tange às potências próprias das normas e dos seres humanos, também procuramos conferir um sentido unitário do conhecimento, estimulando uma nova compreensão da realidade normativa.

**(Resultados)** Entende-se como bilateralidade atributiva a capacidade da norma jurídica de atribuir ao lesado a faculdade de exigir do violador ou o cumprimento da norma ou a reparação do mal causado (coação). Eis que, após análise, constatou-se que a norma jurídica não possui tal faculdade, tornando-se impossível atribuí-la a alguém. Além disso, averiguou-se que a faculdade de exigir o que lhe é devido é própria do ser humano e independe de qualquer tipo de norma: não é potencia da norma a faculdade de coagir, porém, é uma potência própria do homem, como também é nadar potência própria do peixe. No entanto, achou-se uma nova particularidade, a de conceder autorizações: a norma jurídica exprimiria uma autorização ao lesado para, querendo, através do Estado, buscar a reparação do dano ou o cumprimento da norma em questão.

**(Conclusão)** Portanto, tendo em vista que não possui a capacidade de atribuir a faculdade de coagir, uma vez que a faculdade de coação é inerente ao ser humano, pois independe de qualquer norma, e, além disso, não se pode conferir a alguém aquilo que não se possui, concluímos que a norma jurídica não pode ser atributiva. Onde, na verdade, seria norma autorizante, pois autoriza o lesado a exigir o que lhe é devido mediante emprego dos meios legais; também que a teoria da bilateralidade atributiva foi muito importante no processo histórico de construção do sentido das normas, pois deixou de lado teorias que afirmavam ser a coação o elemento distintivo da norma jurídica.

**Palavras-Chave:** Elementaridade Normativa. Bilateralidade Atributiva. Norma Autorizadora.

**ESTADO DE DIREITO AMBIENTAL: O PAPEL DOS SUJEITOS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.**

**Autor(es):**

*CAIO LUIZ DE SOUZA ARAUJO: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O estudo sobre o meio ambiente vem se tornando cada vez mais presente no meio científico, oriundo da preocupação da sociedade em relação a situação ambiental atual, sendo perceptível o meio ambiente como um obstáculo para a efetivação de direitos fundamentais, o qual já se mostra bastante degradado perante o equilíbrio social, como é o caso do Brasil, país subdesenvolvido, onde os reflexos do mal uso do espaço urbano são bastante evidente. Nesse sentido, o objetivo a ser alcançado por todos é o desenvolvimento sustentável, sendo necessário reconhecer a inter-relação entre todos os fatores presentes na sociedade. Assim, em virtude do crescimento urbano rápido e desigual dos últimos anos e com as primeiras Conferências Internacionais da ONU (Estocolmo 72 e Rio 92), o grande marco da legislação ambiental, renovou-se o entendimento em relação ao meio ambiente equilibrado, levando em consideração os diversos fatores (social, econômico, ambiental etc.) nele presentes, e exigindo dos Estados uma postura mais efetiva em relação a questão ambiental. Desta maneira, o Estado de Direito Ambiental surge com uma ideia de reestruturação do Estado junto à população, pois com a determinação do meio ambiente como um direito fundamental, como por exemplo na CF/88 (Art. 225), ampliou-se a responsabilidade do Estado em garanti-lo, devendo efetivar medidas e políticas que permitam aos atores sociais participarem do processo de desenvolvimento social e econômico sustentável, trazendo aos cidadãos condições dignas de moradia, lazer e tudo relacionado ao meio ambiente e ao espaço público. Com isso, o objetivo do presente trabalho é comprovar a relevância da ação mútua entre todos os agentes de direito em prol do desenvolvimento sustentável, bem como debater sobre conceitos relacionados ao tema e analisar mecanismos presentes no ordenamento jurídico que sirvam de meio para os sujeitos exercerem esse papel fundamental para o equilíbrio da sociedade.

**(Metodologia)** Tem-se como referencial o método qualitativo e o dedutivo, pois partiremos da teoria acerca do Estado de Direito Ambiental e do desenvolvimento sustentável para casos práticos. Ademais, utilizaremos de técnicas exploratórias, visto que é preciso entender as características do tema, e pesquisa bibliográfica.

**(Resultados)** Visto que é um trabalho que ainda está em desenvolvimento, os resultados serão aprimorados com o decorrer da pesquisa, porém, a princípio, é necessário reconhecer a importância da interação entre todos os sujeitos envolvidos no desenvolvimento, para que intervenham na crise ambiental com uma visão reflexiva e questionadora que ultrapasse a racionalidade econômica e adentre na problemática social, econômica, política e ecológica, na busca de uma racionalidade ambiental o que leve à uma consciência coletiva equilibrada. Nesse sentido, podemos observar pequenas manifestações que trazem resultados positivos e, conseqüentemente, dão força à essa consciência, sendo possível extrair a autonomia da vontade como a mola propulsora do desenvolvimento sustentável.

**(Conclusão)** Partindo dos objetivos e das expectativas que procuramos alcançar com o trabalho, conclui-se que é fundamental o papel ativo de todos os sujeitos para alcançarmos o desenvolvimento sustentável e efetivar direitos que hoje estão previstos na Carta Magna pátria. Assim, o estudo nos proporcionará uma ciência das peculiaridades do tema e de seus institutos, possibilitando os indivíduos exercerem seu o seu papel de forma democrática e consciente, em prol de sua própria dignidade e de futuras gerações.

**Palavras-Chave:** Direito Ambiental; Desenvolvimento sustentável; Sujeitos de direito; Direito Fundamentais.

**ESTUPRO DE VULNERÁVEL, A PALAVRA DA VÍTIMA E OS RISCOS A CONDENAÇÃO.**

**Autor(es):**

*Gabriel de Melo Tinã'co Cavalcanti: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O estupro de vulnerável é uma espécie de crime clandestino, onde, geralmente, é praticado às escuras, longe dos olhos de testemunhas, e raramente deixam vestígios de sua ocorrência. Nestes delitos, via de regra, as provas são poucas, trabalhando-se com o mínimo de elementos para formalização da culpa. A jurisprudência pátria, inclusive, não veda a condenação baseada na palavra da vítima como prova. Diante do exposto o presente projeto de pesquisa é de tamanha relevância, visto que o estupro de vulnerável engloba, não apenas a conjunção carnal, mas também diversos atos libidinosos. Sendo assim, dessa forma, se torna ainda mais carente de prova, posto que não necessariamente restarão vestígios das ações lascivas. Diante desse panorama, a palavra da vítima ganha especial relevo, eis que, não raros os casos, se torna a prova da ocorrência do delito. Diante do exposto se torna necessário um outros meios de provas, principalmente nesses casos onde a palavra da vítima ganha força na condenação, visando buscar uma maior segurança jurídica para o processo em sua totalidade.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado foi o método dedutivo, onde tal método parte do geral e segue para o particular, caso este onde com o estudo de novos meios de provas, irá englobar todas os casos onde a palavra da vítima ganha especial relevo na decisão judicial e após isso aplicar a casos concretos. Partindo para o método de procedimento, o método utilizado foi o método tipológico, pois diante da pesquisa busco um modelo ideal construído a partir da análise de aspectos essenciais do fenômeno, ou seja, novos meios de provas para serem aplicados no geral nesses casos concretos onde há uma carência de provas do delito, garantindo assim segurança jurídica.

**(Resultados)** Diante da pesquisa realizada acerca do tema exposto, nota-se a importância de um novo meio de prova no crime tipificado no art. 217-A do código penal brasileiro, principalmente nos casos onde não há conjunção carnal, diante disto a palavra da vítima ganha força na condenação do suposto acusado. Tendo como um prévio resultado uma possibilidade dos exames psicológicos suprirem de certa forma a falta de segurança jurídica presente cada vez mais nos casos concretos. A importância do exame psicológico nos crimes sexuais deve ser verificada nas decisões judiciais especialmente por dois aspectos. Primeiro, por todas as considerações feitas acerca das dificuldades e carências apresentadas na prova pericial. Em segundo lugar, pelo valor dado a palavra da vítima.

**(Conclusão)** O presente projeto não tem um resultado, pois o mesmo se encontra em fase de pesquisa e investigação.

**Palavras-Chave:** Estupro de vulnerável; Atos libidinosos; Provas; Vítima; Exame psicológico.

## ESTUPRO MARITAL: UMA ANÁLISE DOS DIREITOS DA MULHER À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

### **Autor(es):**

*Fabíola da Costa Freire: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Bianka Silva Guimarães: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa propõe a análise das normas fundamentais concernentes à proteção dos direitos das mulheres, a luz do direito pátrio e o direito comparado, contextualizado historicamente, visando buscar resultados referentes à situação concreta de violência contra a mulher, no contexto do estupro marital ou estupro ocultado. Ademais, a pesquisa volta-se para análise de casos ocorridos no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, partindo-se da análise de situações concretas de admissibilidade da violência sexual conjugal, no sentido de buscar a solução jurídica e reprimir este crime doméstico capaz de obrigar a mulher a fazer atos diversos da conjunção carnal. Portanto, também discorreremos acerca da dialética doutrinária sob uma visão crítica de abordagem do tema, já que sua problematização abrange questões transdisciplinares, que envolvem direito penal e constitucional. Por outro lado, fizemos uso do método auxiliar comparado, na medida em que nos valem da análise da realidade social com enfoque ao Estado do Rio grande do Norte.

**(Resultados)** A discussão sobre a possibilidade da ocorrência do crime do estupro entre pessoas casadas teve origem há muitos anos, mas não de forma explícita para a sociedade, em muitos casos por questões de preconceito acreditando que a mulher tem esse dever com seu marido. Muitos doutrinadores rejeitam essa possibilidade, enquanto outros, afirmam que é possível juridicamente. No tocante ao crime de estupro, há uma peculiaridade especial em relação ao modo de execução do delito, uma vez que o tipo penal faz menção apenas à conjunção carnal efetuada de forma violenta ou obtida por meio de grave ameaça. Assim, só há estupro quando o agente constranger (obrigar, coagir) alguém à prática da conjunção carnal, mediante emprego de violência ou grave ameaça (art. 213, CP). Vê-se, inclusive, que o dissenso da vítima (necessariamente uma mulher) é elemento implícito do tipo, uma vez que o delito só poderá ser configurado quando a vítima não quiser praticar a conjunção carnal com o agente. Não há qualquer menção no Código Penal sobre escusas (casos em que o agente não pode ser responsabilizado) no crime de estupro quando este for casado com a vítima. Portanto, observa-se que, é possível a ocorrência do estupro marital, especialmente em face dos direitos fundamentais tutelados pela Constituição de 1988.

**(Conclusão)** Contudo, atenta-se inclusive, ao tratado resultante da Assembleia das Nações Unidas, em seu artigo I, aduz o amparo e a equidade das mulheres, sem restrições, garantidas pelos Estados signatários, como é o caso do Brasil. Assim como os princípios da dignidade da pessoa humana inerentes aos direitos fundamentais da mulher garantem ampla proteção, com base na igualdade dos homens e das mulheres. Não é mais aceitável aquela ideia antiquada de que não é possível que o marido cometa estupro contra a própria esposa porque este detém sobre ela o direito de exigir a prática da conjunção carnal, baseado nas obrigações matrimoniais asseguradas no Direito Civil (art. 1.566. Inciso II e III). Se o marido quiser praticar o ato sexual com sua esposa e esta não lhe permitir e mesmo assim ele resolve pegá-la a força, estará cometendo o crime de estupro, configurando-se, neste caso, a elementar do tipo penal descrita no Código Penal e terá, inclusive, a pena aumentada da metade, nos termos do Inciso II, do Artigo 226 do mesmo diploma legal.

**Palavras-Chave:** Estupro conjugal. Violência doméstica. Conjunção carnal. Direitos da mulher.

**ESTUPRO VIRTUAL: ANÁLISE CONSTITUCIONAL DE SEUS ASPECTOS JURISPRUDENCIAIS E DOUTRINÁRIOS  
CONTROVERTIDOS.**

**Autor(es):**

*Stella Maris Lima da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Bruna Oliveira dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Embora não previsto no Código Penal, o Estupro Virtual pode ser enquadrado com base no art. 213 do CP/40 e prevê aplicação para quem coage alguém a realizar ação de teor sexual contra vontade própria, sob ameaça ou uso de violência, ainda que sem a presença física do agressor. Deste modo, os aplicadores da lei precisam atentar às várias formas que os crimes podem assumir, visto que, a utilização do âmbito virtual como subterfúgio, facilita a prática e a impunidade.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico e de caráter qualitativo, na qual aplicamos o método de abordagem dialético, tendo em vista que a problemática busca refletir acerca da evolução da prática de determinado crime e as consequências no ordenamento, bem como busca perfazer uma análise das correntes divergentes a respeito do tema. Como método auxiliar de procedimento, utilizamos o método estatístico, com intuito de analisar estatisticamente as diversas experiências envolvendo o estupro virtual no Brasil. Ademais, utilizamos o estudo de um caso e o método comparado, de forma que, para respondermos à questão investigativa, exploramos o primeiro caso julgado em nosso país nessa modalidade criminosa e comparamos a abordagem de tal temática no âmbito do direito comparado.

**(Resultados)** No nosso ordenamento, o crime de estupro não apresenta a abrangência social a qual convivemos e nem sempre está em conjunto com as constantes evoluções sociais, fazendo com que sejamos filtrados pelo descrito no art. 213 do CP/40, assim como no art. 146 do CP/40, onde uma parte da doutrina se fixa em uma interpretação pura do texto legal que se constitui em algo restrito, não englobando a prática virtual, que é crescente. Outra parte, adere a uma interpretação extensiva do sentido normativo, tornando possível incorporar ao estupro virtual. Contudo, a questão é alvo de discussão na doutrina e possui ainda reduzido número de julgados que façam referência ao tema no Brasil. Nesse contexto, utilizamos o ordenamento jurídico americano como parâmetro legislativo de abordagem do tema. E de acordo com dados indicadores da ONG Safernet Brasil, em 2016 a Central de Denúncias recebeu 115.645 denúncias anônimas envolvendo 39.440 páginas distintas que envolviam a indução do crime cibernético.

**(Conclusão)** Relativamente a essa questão cuja temática é global, concluímos que é inadmissível a falta de contemplação normativa sobre assunto de tal relevância que possui a tendência de expandir gradativamente devido à ampliação dos meios virtuais. Ressalte-se, os diversos casos existentes que não alcançam conhecimento da jurisdição pela inexistência de fiscalização dessa modalidade criminosa de natureza virtual. Por conseguinte, é essencial que a sociedade saiba que a prevenção é de suma importância para evitar que determinados atos ilícitos ocorram, assim como o Direito precisa e deve englobar cada vez mais o alcance das normas e a efetiva aplicação dessas em prol de uma maior e constante integração com a sociedade.

**Palavras-Chave:** Extorsão Sexual. Estupro Virtual. Fiscalização. Internet.

## ÉTICA JURÍDICA- SIGILO PROFISSIONAL DO ADVOGADO

### **Autor(es):**

*Grace Kelly Marinho Sena Cabral: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Ilana Raquel Rabelo de Medeiros Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Bruna Machado Cavalcanti de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Bárbara Rayssa Oliveira da Fonseca: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho visa abranger a temática do sigilo profissional do advogado de acordo e suas previsões no Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – CEDOAB. O sigilo profissional se encontra expresso como cláusula pétrea inserido no artigo 5º, incisos XIII e XIV da Constituição Federal, que prever: “XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer; XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. Em tese, o ser humano é livre para agir de forma ética ou antiética, porém está regido por leis e estas limitam a forma de agir em determinada situações, e, nesse contexto, se o profissional de direito agir de forma antiética além de prejudicar o direito do sigilo da causa do cliente, sofrerá punição, que pode ser tanto na cível como na penal ou até perder a OAB por falta grave de ética profissional. O Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 8906, de 04 de julho de 1994) que prevê em seu artigo 7º, inciso II como prerrogativa do advogado: “ter respeitada, em nome da liberdade de defesa e do sigilo profissional, a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, de seus arquivos e dados, de sua correspondência e de suas comunicações, inclusive telefônicas ou afins, salvo caso de busca e apreensão determinadas por magistrado e acompanhada de representante da OAB.” Diante do exposto no estatuto, entende-se que o sigilo é uma prerrogativa irrenunciável, direito disponível e limitado a discricionariedade do cliente. Esse sigilo tem que estar acima dos interesses particulares, tornando-se imprescindível ao direito de defesa e é um princípio essencial e de ordem pública, estando acima do advogado e de seu cliente confidente.

**(Metodologia)** Emprego do método de pesquisa qualitativa que se preocupa com a aprofundamento da matéria estudada, explicando o porquê de determinado assunto.

**(Resultados)** Pode ser visto que a ética profissional surge no contexto da conduta humana quando desempenham suas atividades profissionais e um de seus atos de tutela é o sigilo profissional, sendo o mesmo um poder/dever de todo advogado. O sigilo profissional está entre as regras do código de ética e seu descumprimento pode trazer graves prejuízos a seus clientes. Constitui-se, no caso do advogado e demais profissões que também possui seu próprio código de ética, um poder, porque cabe apenas ao advogado a quebra do sigilo, como também, um dever, porque tanto está tutelado pelo ordenamento jurídico ( código penal, processual penal, processual civil e CF) e o código de ética, como uma obrigação do profissional de interesse social e não de interesse privado.

**(Conclusão)** Portanto, cabe ao advogado ser fiel ao seu dever, e, por conseguinte, o código de ética lhe dar animus de direito, fazendo com que o advogado possa invocar pelo sigilo profissional ao recusar-se a prestar o depoimento testemunhal, conforme está disposto no art.26 do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil - CEDOAB. É sabido também que há exceções, como disciplina o art.25 deste mesmo código.

**Palavras-Chave:** ética; advocacia, sigilo profissional

## EXCLUSÃO DA CAPACIDADE SUCESSÓRIA NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

### **Autor(es):**

*Rayanne Antunes Maia Neves da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Esther Saturnino de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Carmem Lúcia Souza de Moura Marques: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem como objeto de estudo a aplicação do instituto da deserdação e da indignidade no direito sucessório, demonstrando assim, as possibilidades e as consequências frente ao que devidamente tratado no Código Civil vigente, verificando, na literatura e em reportagens, casos reais e com grande repercussões, na mídia e na sociedade, que foram analisados perante Tribunais de Justiça brasileiros, para que assim, consigamos demonstrar a importância do instituto para efetivação do direito a herança de maneira clara e efetiva.

**(Metodologia)** Para, então, obter os resultados esperados na pesquisa, foi utilizado o método dedutivo como método científico, uma vez que partimos do aspecto geral para a compreensão de casos específicos; o método descritivo, quando buscamos determinar o que vem a ser o instituto da capacidade sucessória; e, por fim, como método de pesquisa, utilizou-se a técnica bibliográfica, uma vez que foram realizadas pesquisas em reportagens, doutrinas, jurisprudências, bem como, na própria Legislação vigente no país.

**(Resultados)** O presente trabalho demonstra a importância em se efetivar a proteção do direito de herança, especialmente no que tange a exclusão da sucessão pela deserdação, que se dá com a manifestação de última vontade, ou seja, em testamento, e pela indignidade, que tem um rol de causas restrito, trazido por nosso ordenamento jurídico. Verificou-se ainda a existência de lacunas na lei que dificultam o trabalho dos operadores do direito, principalmente dos magistrados que têm a missão de dizer qual é o direito (jurisdição) e a quem ele se destina, em razão do direito não conseguir acompanhar todas as alterações sociais.

**(Conclusão)** Constatamos ao longo do presente trabalho que as lacunas legislativas, em razão do não acompanhamento das modificações das relações sociais, por vezes frustra a aplicação das regras pertinentes ao tema. Entremetes, verificou-se situações excepcionais em que os magistrados são provocados a solucionar problemas que ainda não encontram, no nosso ordenamento jurídico, regra apropriada e pertinente ao caso concreto, como por exemplo, em situações de deserdação, no qual o Código Civil menciona a deserdação dos descendentes por seus ascendentes e deserdação dos ascendentes por seus descendentes, sendo omissos quanto à deserdação do cônjuge, cabendo ao judiciário face a ausência legislativa, arguir acerca da lacuna. Sendo, também, sinalizada a preocupação dos julgadores, doutrinadores e legisladores no que diz respeito às mudanças sociais e culturais quanto ao direito das famílias, e, conseqüentemente ao direito sucessório, que demonstra a urgência na adequação da nossa legislação à realidade vivenciada, para que então consiga se alcançar seu maior objetivo, a aplicação do direito da forma mais justa.

**Palavras-Chave:** Direito de Sucessões. Direito de Família. Herança. Indignidade. Deserdação.

## EXCLUSÃO DA CAPACIDADE SUCESSÓRIA POR DESERDAÇÃO

### **Autor(es):**

*Clarice Alencar de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Fernanda Saldanha de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Priscilla alves da mota: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Inicialmente, importante destacar que a matéria discutida está disciplinada no Código Civil vigente, sobretudo em seus artigos 1.814 e 1.962, que tratam, respectivamente, dos excluídos da sucessão dos herdeiros ou legatários e da deserdação dos descendentes por seus ascendentes. O instituto da deserdação constitui-se em último ato de vontade do autor da herança, que priva o herdeiro necessário de sua legítima, excluindo-o da sucessão. Segundo dispõe a legislação, referido instituto somente é aplicável através de disposição testamentária, desde que comprovada a prática de atos ilícitos, taxativamente expressos na norma ordinária, contra o próprio autor da herança ou pessoas próximas a ele. Por ser assim, tem-se a premissa de analisar as regras gerais que disciplinam o assunto em questão, a sua aplicabilidade e consequência no mundo jurídico.

**(Metodologia)** Este trabalho pretende realizar uma abordagem crítica, através de uma pesquisa documental, utilizando o método dedutivo, sobre aspectos gerais da Deserdação, através da busca sistemática de artigos em periódicos, sites e revistas atuais que tratam da temática, além da doutrina e do ordenamento jurídico então vigente e tem como objetivo amplo a discussão acerca das questões que envolvem a deserdação, quais sejam, a conceituação, sua aplicabilidade e validade, o modo como se processa e os limites normativos que regem o tema, e, como específico, as questões práticas que possam ensejar uma melhor compreensão pelos cidadãos comuns, bem como àqueles que lidam com o Direito das Sucessões.

**(Resultados)** As relações familiares, não raro, têm caráter conflituoso, geralmente quando seus membros se deparam com situações que envolvem partilha de bens e outros direitos sucessórios. Como é de se esperar, questão dessa natureza é bastante delicada, porquanto envolve patrimônio e sentimentos. Em geral, laços afetivos são profundamente rompidos antes do autor da herança decidir pela deserdação. Não há que se negar que a deserdação provoca danos emocionais aos envolvidos e familiares próximos a eles.

**(Conclusão)** O trabalho se propõe a trazer uma reflexão acerca do instituto da deserdação no direito brasileiro, diante de sua repercussão não somente jurídica, mas de evidente conotação social no campo das relações estabelecidas entre os homens. A deserdação se constitui num mecanismo de defesa criado por lei para proteger a vontade do autor da herança. Reflete, portanto, a intenção do legislador em punir aquele que ofendeu gravemente a quem deveria oferecer amor e confiança. Por essa razão, além de resguardar o patrimônio do falecido, evitando que o indigno seja injustamente contemplado com a herança, o instituto sob foco valoriza os vínculos afetivos e a confiança que deve nortear as relações familiares.

**Palavras-Chave:** Palavras Chaves: Direito das Sucessões. Exclusão. Deserdação.

**EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE NO BRASIL: VÍTIMAS DA PRÓPRIA IMAGEM E DA IMPUNIDADE DOS AGENTES DESSE CRIME.**

**Autor(es):**

*Marcelle Vanessa Mauricio de Queiroz Angelo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente, não é incomum conhecer alguém que teve sua intimidade exposta para um número incalculável de pessoas. No Brasil é crescente o número principalmente, de jovens que têm fotos e vídeos em momentos íntimos propagados. Entretanto, o que mais assusta é o desamparo dado pela jurisdição brasileira acerca do tema. Esses crimes são regidos pelos artigos 139 (difamação) e 140 (injúria) do Código Penal, mas as penas são tão baixas que a responsabilização no âmbito penal é quase excludente. Sendo assim, o que “resta” é a responsabilização cível, que na maioria dos casos, demora anos até o trânsito em julgado, gerando a sensação de impotência e o sentimento de injustiça perante as vítimas. Como objetivos, o presente trabalho, tem por meta mostrar como é passar pela exposição da intimidade. Detectar quantos casos, em média ocorrem no Brasil e, desvelar que, uma lei mais severa acerca do tema, traria uma segurança maior para as vítimas desse crime.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado fora o indutivo que consiste numa conclusão geral, a partir de casos particulares. No presente trabalho, esse método fora utilizado para mostrar o sentimento geral compartilhado das vítimas desse crime. O método de procedimento fora o comparativo, trazendo o paralelo de semelhanças e diferenças sobre as vítimas que passaram pela situação de ter o íntimo violado. As técnicas de pesquisa que são as técnicas para coleta de dados acerca do tema, foram por meio de entrevistas, questionários e pesquisas no meio virtual.

**(Resultados)** Embora exista a Lei Carolina Dieckmann nº 12.737/12, que trata sobre delitos informáticos, que no âmbito atual, é o meio que mais vincula a propagação de fotos e vídeos íntimos, não existe ainda uma lei especial que torne a pena mais severa nesses casos. E, mesmo a maioria dos casos sendo enquadrados como calúnia e difamação, ainda que haja a reparação do dano, as vítimas continuam sentindo a impunidade.

**(Conclusão)** Diante de tudo que fora exposto, observa-se que, para esses casos, falta uma lei especial mais severa e capaz de amenizar o que as vítimas passam perante a sociedade, suas famílias e até sobre o que elas passam perante si mesmas. O dano reparado no âmbito cível, por si só, não exclui a sensação de impotência, impunidade que essas vítimas carregarão para o resto de suas vidas. Conclui-se também que algumas pessoas que passam por situações de intimidade violada e exposta, não procuram o Poder Judiciário como amparo. Isso decorre tanto pela demora da resolução do litígio, como também, pela sensação de que não acontecerá nenhuma sanção punitiva ao agente que cometeu o crime.

**Palavras-Chave:** Intimidade. Impunidade. Exposição. Vítimas. Lei.

**FACÇÕES CRIMINOSAS DO RN: A RELAÇÃO ENTRE ESTADO, SEGURANÇA PÚBLICA E O SURGIMENTO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO RN.**

**Autor(es):**

*Maria Luiza Seixas Marinho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Gilmar dos Santos Melo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A proposta dessa pesquisa é compreender de que maneira se dá a relação entre o Estado e as facções criminosas. Partindo do ponto que cerca de 50% da população brasileira diz perceber a presença dessas organizações nos mais diversos espaços de nossa sociedade, (Fórum Nacional de Segurança Pública, 2017) com isso parte o questionamento, como o Estado está agindo para combater essa atividade criminosa, Quais são as estratégias de enfrentamento e de organização por parte do poder público? Se por um lado buscamos compreender a existência de tais estratégias, por outro lado, para além de conhecê-las é necessário entender toda a estrutura existente por trás das facções, já que um aspecto apontado por diversos especialistas da segurança pública, é que os próprios presídios servem como espaço de articulação dessas organizações.

**(Metodologia)** No que diz respeito a sua metodologia, essa pesquisa será de caráter explicativo, utilizando uma revisão bibliográfica, visto que esses métodos se mostram mais adequados a partir do tema escolhido. Sendo esta uma pesquisa qualitativa por estamos lidando com questões das ciências humanas aplicadas que não podem ser traduzidas em simples números, dedutiva, por se tratar de um método no qual partimos de leis e regras estabelecidas a fim de compreender um determinado fenômeno. A pesquisa terá como procedimentos a observação indireta sobre o objeto, utilizando também entrevistas semiestruturadas.

**(Resultados)** O próprio Departamento Penitenciário Nacional (Depen) afirma não ter dados atualizados quando a situação e existência das facções criminosas em nosso sistema prisional, assim alguns especialistas apontam a existência de pelo menos 30 diferentes organizações atuando em diversos estados do país, número esse que segundo Organizações Não Governamentais (ONG's) é bem maior. Assim, as organizações criminosas são vistas por especialistas como uma consequência da falta de articulação do Estado, onde o sistema judiciário é apontado como uma das instituições que mais contribuem para essa realidade, já que uma das organizações mais dominantes nos presídios do país se formou exatamente como uma articulação contra os abusos sofridos dentro das prisões. Sabendo de toda essa realidade, a pesquisa busca entender exatamente quais são os problemas que levam a atuação das facções, como o sistema judiciário tem se articulado para superar toda essa guerra que é percebida de forma jamais vista. Como combater, quais as principais falhas do sistema judiciário e do sistema prisional que colaboram para esse contexto.

**(Conclusão)** Como se trata de uma pesquisa em andamento, o objetivo é que a partir da coleta desses dados, passando pela documentação desse material e depois de tratado, assim será possível construir e responder os questionamentos provocados durante a construção do objeto, sendo um importante tema, visto que está diretamente relacionado e influencia diretamente no funcionamento da nossa sociedade.

**Palavras-Chave:** FACÇÕES CRIMINOSAS; SISTEMA CARCERÁRIO; SISTEMA JUDICIÁRIO. DIREITO.

**FAMÍLIA: UMA ANÁLISE A RESPEITO DO NOVO CONCEITO PAUTADO PELO AFETO E PELA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.**

**Autor(es):**

*Gabriela Andrade Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Rafael Lisbôa Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Sabrina Karenine de Souza Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Camilla Carvalho Leite : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luana Fernandes Guerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Introdução: O conceito de família no Código Civil de 1916, marcado por uma visão discriminatória, se limitava e tinha como base o casamento entre homem e mulher, que gerava presunção de paternidade do marido e distinguia os filhos de acordo com a origem da filiação. Com o advento da Constituição Federal de 1988, esse conceito veio sendo atualizado, já que o direito precisa acompanhar as modificações sociais para que tenha eficácia. Essa evolução no direito, proporcionou uma isonomia jurídica entre os filhos, justificada pela valorização do princípio da igualdade, afetividade e dignidade da pessoa humana. Ou seja, O Código Civil passou a ser interpretado a luz dos princípios constitucionais, que foram reiterados pelo atual Código Civil de 2002.

**(Metodologia)** Metodologia: A presente pesquisa é humana ou social, tendo em vista que é acadêmica referente ao curso de direito, com levantamento bibliográfico. É explicativa, tendo em vista que analisa e interpreta o fenômeno estudado. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, devido a partir de um fenômeno geral, que pode ser utilizado nos diversos casos concretos, portanto, parte do macro para o micro, ou seja, do geral para o particular. Foram utilizados o método de procedimento histórico, comparativo e descritivo, já que se tem um levantamento das atualizações no direito de acordo com o passar dos anos, uma comparação de como as coisas eram e como estão, e tem como alvo observar, registrar, analisar e correlacionar fenômenos e fatos.

**(Resultados)** “Na idéia de família, o que mais importa – a cada um de seus membros e a todos, a um só tempo – é exatamente pertencer ao seu âmago, é estar naquele idealizado lugar onde é possível integrar seus sentimentos, esperanças e valores, permitindo que cada um se sinta a caminho da realização de seu projeto pessoal de felicidade. Isso, com toda a certeza, não se funda em lei, vínculo sanguíneo ou sexo.” (NICOLAU, 2016). Percebe-se um grande avanço no sentido de conquistas de direitos para as diversas formas de família, e se chega cada vez mais próximo ao tão almejado “todos são iguais perante a lei”. O direito não deve ser estático, imutável, porque a sociedade se modifica constantemente, o que muda as relações sociais e os conflitos, portanto, deve ser interpretado a luz de uma época atual de acordo com as suas necessidades. Caso contrário, sem o mínimo de eficácia social o ordenamento jurídico não passaria de mera construção teórica devido a não produzir os efeitos esperados.

**(Conclusão)** A família brasileira hoje não possui padrões pré-determinados pelo ordenamento jurídico, a relação socioafetiva e a multiparentalidade vem sendo cada vez mais valorizada, o direito deve se adequar as necessidades sociais, portanto, trata-se de uma evolução para o direito brasileiro. O ser humano não deve ser um instrumento utilizado pelo legislador para cumprimento da lei, ela não deve ser aplicada friamente, não existe um molde para resolução de conflitos. O afeto, o amor, os sentimentos, variam de pessoa para pessoa e devem ser respeitados, por isso, o vínculo sanguíneo não deve ser considerado critério decisivo para definir a família. O afeto sim, é fator determinante das relações interpessoais. Igualar o vínculo sanguíneo com o afetivo é garantir princípios constitucionais. Muitas vezes se tem mais afeto e consideração por uma pessoa que não tem relação sanguínea, isso porque os sentimentos são uma construção gradativa que se fortalece ao decorrer da vida.

**Palavras-Chave:** Família. Afeto.

**FENÔMENO DA SECA NA MICRORREGIÃO DE ANGICOS: UMA ANÁLISE DO BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO E A INFLUÊNCIA POLÍTICA NA APLICAÇÃO DE TAIS NORMAS**

**Autor(es):**

*Isabelle de Queiroz Xavier: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Foi a partir do desenvolvimento do artigo "Polígono das Secas, uma análise histórico-constitucional", onde se fez uma investigação do tratamento constitucional dado às secas ao longo da história do Brasil, ressaltando-se os motivos que impediram o devido tratamento dos efeitos colaterais na população em detrimento de tal fenômeno natural, que surgiu a ideia de desenvolver um projeto de pesquisa e, futuramente, um artigo, voltado ao exame dos aspectos políticos e jurídicos na região semi-árida do Rio Grande do Norte. Para tal, foi eleita a microrregião do Sertão de Angicos- na região central , justamente por estar localizado na parte mais seca do Estado e ter uma grande influência no que diz respeito aos políticos.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho explicativo, na qual aplica-se o método transdisciplinar, levando em conta que a problematização aqui presente abrange diversas áreas de conhecimento, a saber, História, Política, Geografia e Direito Constitucional. No que diz respeito aos objetivos de pesquisa, o método utilizado foi o indutivo, partindo de uma análise do bloco de constitucionalidade brasileiro, além de conteúdos bibliográficos de apoio, que relatam casos concretos e exame de utilização de água na microrregião de Angicos, sob a influência política presente na região. Por outro lado, o método auxiliar empregado foi o histórico-comparativo, uma vez que, para entendermos a presente situação da microrregião, se faz necessário o estudo das Constituições brasileiras e, também, o histórico político que nos trouxe a situação atual, e até que nível isso influenciou a aplicação das leis constitucionais.

**(Resultados)** Durante a história do nosso país as medidas para combater a seca se dividiram em três fases políticas, segundo Tereza Aranha, sendo a atual a conhecida como "fase do desenvolvimento planejado" (ano e página), que começou em 1958 e segue até os dias atuais, contando com um enfoque na importância econômica que o fenômeno da seca tem. Mesmo assegurado pela Constituição, artigo 43 inciso IV, notório é que as medidas utilizadas são somente de caráter emergencial, sendo poucas e efetivas as planejadas que garantiriam uma solução duradoura. A medida adota, transposição do rio São Francisco, embora inicialmente tenha seguido a fase política na qual estamos, não foi adequadamente planejada para cumprir o disposto tanto no artigo 43, inciso IV, quanto o texto presente no artigo 3º, inciso III " erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" e no art 1º , inciso III, ambos presentes no Título I, dos princípios fundamentais. Ademais, fere o disposto no "caput" do artigo 5º, o direito à vida, sendo esta entendida na acepção existencial como "o existir com o mínimo necessário para o homem sentir-se e ser digno, que lhe proporcionem, por exemplo, moradia, alimentos.." (Mello,2015)

**(Conclusão)** Tendo como base o referencial teórico , observa-se a necessidade regular de abastecimento de água, uma vez que sua falta reflete em vários aspectos como sanitários, sociais e econômicos, ou seja, investir no regular abastecimento de água importa em diminuição da mortalidade geral e infantil, aumento de esperança de vida da população e melhoria da limpeza pública, bem como, no aspecto econômico, o aumento da vida produtiva dos indivíduos economicamente ativos, a diminuição de gastos particulares e públicos com consultas e internações hospitalares, facilidade para instalações de indústrias, onde a água é utilizada como matéria-prima ou meio e operação, incentivo à indústria turística em localidades com potencialidade para seu desenvolvimento. De fato, o planejamento para que a água chegue a essas pessoas se constitui como dever político tendo como mandatário a Constituição e , se tal não ocorre, há então, uma falta por parte destes.

**Palavras-Chave:** DIREITO CONSTITUCIONAL; MICRORREGIÃO DE ANGICOS; SECA

**FERIADOS RELIGIOSOS NO BRASIL A LUZ DA ORDEM CONSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA NO ESTADO LAICO BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Luiz Felipe de Medeiros Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Estado Laico, presente na maioria das democracias contemporâneas é vulgarmente definido como aquele que não professa uma religião oficial, mas em sua essência podemos dizer que se caracteriza pela imparcialidade do Estado frente a questões de ordem religiosa, bem como pela ausência de interferência desta em matérias de ordem pública. A partir de uma primeira análise do ordenamento jurídico brasileiro, verifica-se que este país se estrutura como um Estado laico, entretanto essa laicidade se mostra controversa em alguns aspectos, uma vez que é notório no que tange aos feriados religiosos, a alusão em dispositivos infraconstitucionais a uma forma específica de manifestação da fé. Em razão disso, a laicidade no atual Estado Democrático de Direito Brasileiro, vem sofrendo constates questionamentos. Dessa forma, a presente pesquisa se propõe a fazer uma análise de maneira simples e didática, de que modo a decretação de feriados religiosos no Brasil, que em sua maioria fazem menção a uma forma de manifestação da fé em específico, a católica, podem pôr em risco a laicidade do Estado Democrático de Direito Brasileiro defendida constitucionalmente.

**(Metodologia)** Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método dialético, buscando confrontar o aspecto histórico-cultural e social, que irá por seus meios tentar justificar a existência de feriados religiosos em um Estado Laico, com o aspecto técnico jurídico, que veda ao Estado criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si, conforme disposto no art. 19 da Constituição Federal. Também foi utilizado o método de procedimento histórico e comparativo, relacionando o conjunto de dispositivos jurídico-normativos que versam sobre laicidade, e até mesmo sobre feriados religiosos existentes hoje, com suas origens históricas, mais especificamente com a relação entre Estado e Igreja no momento de sua elaboração, afim de saber o quanto tiveram seu conteúdo influenciado por valores e dogmas da Igreja Católica.

**(Resultados)** Constata-se a partir da análise da Constituição Federal, que nela há subsídios para defender a constitucionalidade ou não dos feriados religiosos no Estado Laico brasileiro. Também verifica-se que parte da doutrina, como Daniel Sarmiento, defende que por mais que se tenha uma predominância confessional pela religião católica, é de extrema importância considerar o pluralismo religioso existente no Brasil, verificado com os resultados obtidos com o censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que mostram uma diminuição no número de católicos, e um aumento no número de pessoas que professam outras religiões além desta. Outra parte da doutrina, como Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, defende que as festividades religiosas se justificam sob o amparo do Estado Constitucional, reacendendo na memória coletiva suas raízes culturais e históricas que lhe conferem identidade, em razão da marcante contribuição do catolicismo para formação espiritual, moral e cultural do povo brasileiro, trata-se da defesa do espírito do povo (volksgeist). Ademais nota-se que devido aos fatores culturais, e a diversidade religiosa, existentes no Brasil, faz-se necessária a ponderação de valores por meio dos princípios da razoabilidade e da harmonização, na interpretação constitucional.

**(Conclusão)** Observa-se que é possível conciliar a presença de feriados religiosos no Estado Laico Brasileiro, para tanto faz-se necessária uma hermenêutica constitucional que leve em consideração os princípios da proporcionalidade e da harmonização, bem como a técnica de ponderação de valores, uma vez que de um lado tem-se o princípio da isonomia e da laicidade, e do outro o princípio democrático, e, em se tratando de conflitos entre princípios, não pode ser resolvido na lógica do tudo ou nada, deve-se levar em consideração o peso que cada um apresenta na realidade, como propõe Robert Alexy.

**Palavras-Chave:** Feriados religiosos. Estado Laico. Constitucionalidade. Hermenêutica Constitucional

## GARANTIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E O USO DOS AGROTÓXICOS COMO FATOR DE INJUSTIÇA AMBIENTAL

### **Autor(es):**

*Evaltércio da Silva Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Tarzia Maria de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente estudo assume relevância na medida em que está em jogo a garantia da segurança alimentar da população do campo e da cidade, visto que a utilização desmedida de agrotóxicos poderá colocar em risco esta garantia, como também poderá ferir a justiça ambiental em decorrência da insustentabilidade desse modelo produtor de alimentos e pela contaminação dos bens comuns da natureza. Tem, portanto, por objetivo geral, apontar se o uso dos agrotóxicos constitui-se como um risco para a garantia da segurança alimentar e para a justiça ambiental. Objetiva, especificamente, analisar dados referentes à produção de alimentos e de que forma se dá a garantia da segurança alimentar no país, assim como analisar os impactos ambientais e na saúde humana, decorrentes da utilização intensiva de agrotóxicos. Segundo Martínez Alier, a injustiça ambiental pode ser definida como um mecanismo através do qual a destinação dos danos ambientais provocados pelo desenvolvimento são destinados às populações de baixa renda, assim como aos grupos étnicos e raciais discriminados, aos bairros periféricos, às populações mais vulneráveis e marginalizadas. Isso se dá, sobretudo, nas sociedades onde existe maior desigualdade social e econômica. De acordo com o mesmo autor, a justiça ambiental pode ser entendida como sinônimo de “ecologismo dos pobres”, ou ecologismo popular. É uma das vertentes do movimento ecológico que reivindica justiça social na esteira da garantia da justiça ambiental, visto que o crescimento econômico, que concentra renda e aprofunda desigualdades sociais, também implica em maiores impactos no meio ambiente.

**(Metodologia)** Utilizou-se o método de abordagem dialético, observando a estrutura do ordenamento jurídico para encontrar a resolução da questão ofertada. Como método de procedimento, fez-se uso do método histórico e comparativo. As técnicas de pesquisa serão a explicativa e a bibliográfica.

**(Resultados)** Os resultados verificados dão conta de que o uso intensivo de agrotóxicos são um fator de risco à garantia da segurança e soberania alimentar na medida em que contamina o solo e os mananciais de água utilizadas pela agricultura familiar, cuja produção (segundo dados do censo agrário do IBGE de 2006) é responsável pelo abastecimento de mais de 2/3 dos alimentos no mercado interno. Além disso, segundo Rigotto, vem causando danos à saúde humana e animal. A injustiça ambiental provém do fato de que os recursos naturais essenciais à produção e reprodução da vida nas comunidades rurais são profundamente afetadas por esse modelo de produção intensivo, cujo destino final da produção não é o de alimentar a população brasileira, e sim o de exportar alimentos que se convertem em “commodities” no mercado financeiro.

**(Conclusão)** Sendo assim, é latente a injustiça ambiental verificada nas atividades desenvolvidas pelo agronegócio, cujo uso em larga escala dos agrotóxicos causa repercussões ambientais, sociais e de saúde principalmente nas comunidades rurais, além de apropriarem-se dos recursos naturais disponíveis. Apropriar-se da água, em tempos de crise hídrica, para exportar água em forma de frutas, soja e outras “commodities” é a marca mais latente dessa injustiça ambiental.

**Palavras-Chave:** SEGURANÇA ALIMENTAR, AGROTÓXICOS, JUSTIÇA AMBIENTAL

**GARANTISMO PENAL INTEGRAL: UMA CRÍTICA AO GARANTISMO HIPERBÓLICO MONOCULAR**

**Autor(es):**

*Ana Ederlinda de Oliveira Pereira : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O modelo de Estado Democrático de Direito adotado pelo Brasil tem por objetivo maior garantir o exercício de direitos individuais e sociais a população, sendo assim, podemos entender como valores supremos a segurança, o desenvolvimento, o bem-estar, a igualdade e a justiça (pode-se ver de maneira mais abrangente no artigo 5º da Constituição Federal do Brasil de 1988). Entretanto, tais direitos fundamentais têm se mostrado ineficazes na hora de sua aplicabilidade no ramo do direito penal. Vem se observando que as garantias às partes do processo tendem a se efetivarem somente em uma das partes do processo, sendo essa a do réu, ficando a vítima desamparada pelo Estado e sofrendo conseqüências drásticas na hora que mais precisava da concretização dos seus direitos. Dessa forma, o presente trabalho visa direcionar olhares críticos à essa problematização e reivindicar do judiciário uma reanálise do garantismo penal integral idealizado por Luigi Ferrajoli. Só assim a justiça brasileira poderá voltar a ganhar credibilidade e confiança da população.

**(Metodologia)** A presente pesquisa desempenha-se pelo método de abordagem hipotético dedutivo, pois a partir de hipóteses formuladas, como por exemplo a tese central que é a implementação distorcida do conceito de garantismo penal, chega-se a solução do problema. O método de procedimento abordado foi o histórico, comparativo e estatístico, pois é feita uma análise desde quando o modelo do garantismo Penal Integral surgiu na Itália ao momento que se efetivou no Brasil comparando a forma de atuação e entendimento em ambos os países, bem como traçando uma relação do índice de violência com relação a doutrina garantista. Para melhor desempenho da pesquisa, são utilizadas técnicas como entrevistas, doutrina, jurisprudência, reportagens e artigos científicos.

**(Resultados)** Constata-se uma grande regressão no âmbito das garantias da vítima na área penal nos últimos anos. Impera-se uma sensação de impunidade e a certeza da população de que os réus do processo gozam de direitos exacerbados enquanto que as vítimas ficam esquecidas e desamparadas, uma prova disso é a pesquisa realizada pela Datafolha no final de julho de 2015 onde os dados apontam que 50% da população entrevistada se mostra satisfeita com a premissa "Bandido bom é bandido morto" (Foram entrevistados 1.307 pessoas com idade superior a 16 anos em 84 municípios do Brasil).

**(Conclusão)** O presente trabalho não possui conclusão visto que se encontra em andamento. Entretanto, se espera concluir, a notória necessidade em se reavaliar a aplicabilidade do garantismo penal brasileiro, de forma que seja enfatizado, o cenário o qual vivemos, onde a vítima acaba se tornando a "vilã" e o réu o inocente. A importância desse trabalho consiste no fato de ser imprescindível a aplicação dos direitos e garantias fundamentais trazidos na nossa Constituição, bem como a sensação da população de um processo justo, o que traz segurança levando a confiança e credibilidade do poder judiciário.

**Palavras-Chave:** Garantismo Penal. Garantismo Hiperbólico Monocular. Direitos Fundamentais.

**GRATUIDADE NA REFORMA TRABALHISTA: ANÁLISE JURÍDICA NA COBRANÇA DE HONORÁRIOS PERICIAIS DO TRABALHADOR SUBUMBENTE**

**Autor(es):**

*Keysimara Moreira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em novembro de 2017 entrará em vigor a Lei nº 13.467/17, que institui a chamada “Reforma Trabalhista”, trazendo em seu texto abrangentes alterações na CLT, tanto formal quanto materialmente. Dentre essas mudanças, destacamos a cobrança de honorários periciais também pelos que necessitam da justiça gratuita. Nesse contexto, surge a problemática de como harmonizar a nova regulamentação da gratuidade judiciária trazida pela “Reforma Trabalhista”, quanto aos honorários periciais, com o direito ao amplo acesso ao Judiciário pelos trabalhadores. A motivação do presente estudo reside na necessidade de examinar o impacto dessa inovação legislativa no acesso dos trabalhadores ao judiciário. Logo, este trabalho tem como objetivo geral analisar de forma sistêmica os possíveis impactos da “Reforma Trabalhista” em relação ao trabalhador, especificamente quanto a gratuidade judiciária aplicada à honorários periciais, investigando se a regulamentação que passará a vigor é condizente com os princípios constitucionais pertinentes. Desta forma, conceituaremos o instituto da justiça gratuita, os honorários periciais e os princípios constitucionais relevantes, como também compararemos a nova legislação com a antiga no que tange ao alcance do benefício da gratuidade judiciária. Relacionaremos os princípios constitucionais possivelmente implicados com a “Reforma Trabalhista”, em cotejo com a nova norma, no que diz respeito à problemática proposta e, por fim, analisaremos a aplicação da gratuidade judiciária em favor do trabalhador quanto aos honorários periciais na forma então vigente à luz da doutrina e da jurisprudência.

**(Metodologia)** Quanto ao método de abordagem, entendemos adequado o dialético, pois traremos as razões e contrarrazões dentro da ideia trazida pelo legislador da necessidade de se remunerar o trabalho do perito judicial e, da norma legal que determinará quem será o responsável pelo respectivo pagamento. Para assim procedermos, inicialmente faremos uma breve explanação histórica a respeito da temática abordada, e prosseguiremos com uma comparação entre o regramento atual e o futuro, sob à luz da Constituição, da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e do Código de Processo Civil (CPC/2015). Como técnicas de pesquisa, elegeu-se a investigação jurisprudencial e doutrinária, além da coletânea da legislação aplicável, e a identificação e interpretação dos princípios constitucionais envolvidos.

**(Resultados)** Até o presente momento, foi identificada uma aparente violação aos princípios constitucionais que garantem ao trabalhador um acesso facilitado e amplo à Justiça Especializada, na medida em que a imposição do pagamento de honorários especiais mesmo àqueles que não dispõem de condições financeiras pode servir como empecilho à propositura de ações acidentárias ou de investigação de condições perigosas ou insalubres de trabalho. A intenção do legislador, no caso, é, indistintamente, reduzir o número de demandas judiciais dessas espécies, desestimulando as chamadas “aventuras jurídicas”. Por outro lado, constatou-se que a dificuldade imposta poderá trazer prejuízos incontornáveis aos trabalhadores que efetivamente necessitam da prestação jurisdicional; uma vez que o acesso à Justiça do Trabalho se torna mais dificultoso do que à Justiça Comum – um provável contrassenso.

**(Conclusão)** Após a realização da presente pesquisa, pudemos identificar que a Reforma Trabalhista, no aspecto ora estudado, impôs obstáculo ao amplo acesso do trabalhador ao Judiciário. Esse fato traz implicações no campo constitucional, haja vista que a gratuidade judiciária é uma garantia individual prevista dentre os direitos fundamentais. Assim, propomos a declaração da inconstitucionalidade do novo dispositivo legal, por concluirmos que a regra infraconstitucional fere cláusula pétreia, ao representar uma violação a direito fundamental, somente sanável através da extirpação da norma do ordenamento jurídico.

**Palavras-Chave:** Direito do trabalho. Justiça gratuita. Acesso à justiça. Honorários periciais. Reforma trabalhista.

**GUARDA COMPARTILHADA : RESPONSABILIDADES IGUALITÁRIAS**

**Autor(es):**

*Francimarcia Ferreira da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A guarda compartilhada é uma das modalidades de guarda inseridas no código civil de 2002, deixando de priorizar a guarda unilateral, e sendo preferencial para um melhor desenvolvimento da criança, a guarda compartilhada, garantindo que os pais participem ativamente da vida dos seus filhos, não deixando que a vida de seus filhos seja afetado pelo divórcio, dividindo assim todos as responsabilidades, a guarda, a vida social, o exercício dos direitos e deveres de forma igualitária. O tema do projeto tem grande relevância no meio jurídico, já que é constante a movimentação do judiciário, com litigiosos sobre a guarda da criança. Tendo como finalidade sobrepor o direito da criança acima de todos os demais interesses. Analisando como a guarda compartilhada pode atuar no desenvolvimento da criança e quais os reflexos que alienação parental podem ocasionar, estando ou não nessa guarda? Tendo em vista, que alienação parental é um dos maiores problemas, que podem causar traumas e distanciamento de um dos pais, aos filhos, impossibilitando um crescimento saudável. Demonstrando como guarda compartilhada pode influenciar no desenvolvimento da criança e do adolescente, as situações que venham a ser criadas pela alienação parental, mostrando a necessidade e a evolução da guarda compartilhada.

**(Metodologia)** O presente projeto visa, por meio de uma pesquisa explicativa, justificar a modalidade de guarda compartilhada no âmbito familiar. Assim é evidente a utilização do método de pesquisa dedutivo, comparativo e histórico, visando ao longo do projetos fazer comparações e analisar a evolução histórica do tema. Além disso, utilizou-se material bibliográfico, variado entre livros, artigos, pesquisas decorrentes de internet. Além de posicionamento dos tribunais e com base na legislação atual.

**(Resultados)** O projeto de pesquisa ainda esta em andamento, estando na fase de coletar dados, tendo em vista que o presente projeto tem o objetivo se tornar trabalho de conclusão do curso, mas busca compreender as consequências desta guarda na vida da criança e adolescente. Compreender de forma que seja possível uma vida harmônica e afetiva, com participação integral dos pais mesmo após a dissolução do matrimônio, que seja garantia absoluta o âmbito familiar. O assunto é de relevantíssima importância no ordenamento jurídico, tendo em vista que é constante casos de divórcio e litigio sobre a guarda dos filhos, que este está devidamente assegurado pelo princípio do melhor interesse da criança.

**(Conclusão)** Não se pode trazer uma conclusão precisa, por motivo de que a pesquisa ainda esta em desenvolvimento. Está sendo analisado as vantagens e as desvantagens do modelo de guarda que esta sendo objeto de estudo, os reflexos nos laços familiares. A guarda compartilhada deve ser escolhida preferencialmente pela via consensual, mas também pode ser feita por determinação legal, devendo o juiz sempre que possível decidir pela guarda compartilhada.

**Palavras-Chave:** Guarda compartilhada, família, filhos, alienação parental

## GUARDA COMPARTILHADA À LUZ DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA

### **Autor(es):**

*Rayanne Antunes Maia Neves da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Esther Saturnino de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Carmem Lúcia Souza de Moura Marques: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem como objeto de estudo o instituto da guarda compartilhada, de modo que se possa ter uma análise de suas vantagens e desvantagens frente ao desfazimento da relação marital, bem como, daqueles pais que sequer tiveram essa convivência. Deste modo, conseguiremos observar quais as dificuldades para o exercício da mencionada espécie de guarda dentro desta realidade. Objetiva, portanto, o estudo de tais perspectivas sob a ótica do princípio do melhor interesse da criança, e demais institutos do Direito de Família, tais como o poder familiar.

**(Metodologia)** Para obter os resultados esperados na pesquisa, foi utilizado o método dedutivo como método científico, uma vez que partimos do aspecto geral para a compreensão de casos específicos; o método descritivo, quando buscamos determinar o que vem a ser o instituto da Guarda Compartilhada; e, como método de pesquisa, utilizou-se a técnica bibliográfica, uma vez que foram realizadas pesquisas em doutrinas, jurisprudências, bem como, na própria Legislação.

**(Resultados)** O presente trabalho demonstra que sempre deverão ser mantidos os direitos e garantias fundamentais do menor em qualquer circunstância, isto é, o melhor interesse da criança, de modo que independente das escolhas realizadas pelos pais, seja garantido ao menor a convivência com ambos de forma salutar. De maneira que o poder familiar, que é um múnus, seja exercido efetivamente pelos genitores, haja vista que deve ser igualitário entre pai e mãe, servindo ao interesse do filho. Portanto, dada esta importância, o poder judiciário intervém na manutenção dessas garantias para que estas sempre prevaleçam, de tal modo que, para cada caso específico, decida de forma a atender o melhor interesse do menor.

**(Conclusão)** Constatamos ao longo do presente trabalho a relevância do instituto da guarda compartilhada, fomentando a sua importância para um desenvolvimento moral e psíquico da criança, de modo que tal modalidade deve ser reconhecida como um dos meios mais eficazes para este alcance. Neste sentido, se deve frisar que, muito embora o vínculo conjugal venha a ser rompido, o vínculo parental não deve ser afetado, haja vista que o exercício do poder familiar há de permanecer, e é dele que se extrai o pleno desenvolvimento do menor, isto, claro, com exceção daquele genitor que, indubitavelmente, não possua aptidão para tanto. Assim, face ao exposto, dúvidas não pairam quanto ao que almeja tal instituto, isto é, uma possível convivência familiar de maneira saudável, e, via de consequência, benéfica, ainda que ocorra a ruptura do vínculo conjugal.

**Palavras-Chave:** Família. Poder Familiar. Guarda. Interesse da Criança.

## HÁ UMA ISONOMIA NO GRAU DE PUNIBILIDADE PERANTE A TODOS?

**Autor(es):**

*Valter Antônio de Castro Domingues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Entende-se que o foro por prerrogativa de função, também conhecido como foro privilegiado, é aquele, o qual permite que os ocupantes de determinados cargos sejam julgados de forma distinta, em que seus julgamentos podem ocorrer em tribunais de segundo grau ou em tribunais superiores, a depender do cargo quem ocupem. Entretanto, a maior parte da população não possui tal prerrogativa ao ajuizarem uma demanda ou serem vítimas de uma ação judicial, sendo julgados, primariamente, pelo juiz de primeiro grau. Diante disso, seria necessário essa distinção entre as pessoas comuns, as quais são julgadas, primariamente, pelo juiz de primeiro grau e determinadas autoridades, que são julgadas em instância superior em virtude de possuírem tal foro privilegiado? Será que o tal chamado “foro privilegiado” realmente privilegia os detentores dessa prerrogativa?

**(Metodologia)** (OBJETIVOS) A pesquisa tem como objetivo geral analisar o foro por prerrogativa de função, analisando se o foro privilegiado, no que tange a punibilidade, é mais benéfico, menos benéfico ou neutro em relação aos que não possuem tal foro e que são julgados, primariamente, pelo juiz de primeiro grau. Para isso, será analisado qual o grau de punibilidade em relação à algumas autoridades que possuem o foro privilegiado em comparação ao grau de punibilidade dado à pessoas comuns que foram julgadas de primeiro grau.

**(Resultados)** (METODOLOGIA) O método de abordagem utilizado na presente pesquisa é o método hipotético-dedutivo, pois parte de uma hipótese inicial, que o grau de punibilidade de quem possui foro por prerrogativa de função é mais mais brando em relação à aqueles que não possuem essa prerrogativa e, portanto, são julgados diante o juiz de primeiro grau. O método do procedimento utilizado será o comparativo, uma vez que será comparado o grau de punibilidade existente entre os que possuem o foro privilegiado e os que não possuem.

**(Conclusão)** RESULTADOS) Pode-se dizer que o foro por prerrogativa de função, mais conhecido como foro privilegiado acaba trazendo diversos privilégios para os parlamentares que gozam de tal regalia. Segundo matéria veiculada do jornal Folha de São Paulo, um terço dos processos do STF de ações contra políticos, acabam prescrevendo, mostrando a falta de celeridade no STF o que acaba acarretando em uma falta de punibilidade do STF em relação aos políticos que são julgados nessa instância, os quais possuem o foro privilegiado. Em contraponto, um contador de materiais recicláveis acabou sendo preso no mesmo ano por roubar apenas um produto de limpeza. Essa disparidade na celeridade dos julgamentos só mostra que para aqueles que não possuem foro privilegiado, a justiça se mostra cada vez mais presente e célere, se comparados com os julgados proferidos pelos tribunais superiores. Outro caso que poderia ser citado que mostra notoriamente tal vantagem indevida, seria o do senador Aécio Neves. Em junho, o senador foi acusado de cometer por alguns crimes, não sendo punido de forma alguma, mostrando de forma clara e evidente como o grau de punibilidade varia para aqueles que são julgados diante a justiça em primeiro graus e aqueles que possuem foro privilegiado, sendo julgados, portanto, em uma instância superior.

**Palavras-Chave:** foro privilegiado, punibilidade e foro por prerrogativa de função

## HERANÇA DIGITAL: BENS VIRTUAIS COMO PATRIMÔNIO SUCESSÓRIO

**Autor(es):**

*Luana Maria Figueiredo de Lima Caldas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A regulamentação da Herança Digital é fundamental para o alcance que tem os instrumentos virtuais e as redes sociais na atualidade. Há a importância de uma proteção relativa a esse âmbito sucessório, tornando-se basilare e fundamental considerando a sociedade contemporânea. Com o demasiado avanço tecnológico e com a crescente importância da matéria pouco explorada, existe a busca de uma viabilidade jurídica que advém da necessidade de reconhecer esses bens armazenados virtualmente como parte do patrimônio de um sujeito. Há também a procura pela forma mais justa de transmiti-los, devendo ressaltar o conflito aparente entre o direito dos herdeiros de obter as propriedades virtuais e o direito a privacidade do falecido. Em relação a essa transferência efetiva das propriedades virtuais, pode-se entender que é aceitável o ato de suceder o patrimônio digital dos indivíduos, já que toda mudança social e comportamental deve ser acompanhada pelo direito, para dar a devida proteção em cada caso. Assim sendo, é coerente separar a conceituação dos bens virtuais, estes que podem ser definidos em patrimoniais e sentimentais, trazendo uma maior facilidade na hora de concretizar a divisão dos bens, visto que ambos têm sua importância. De tal modo, essa nova espécie de herança surge no âmbito jurídico brasileiro. A transmissão do acervo patrimonial digital do espólio, a título de legado de bens, para seus sucessores tem o intuito de alterar a visibilidade e aplicabilidade referente à abrangência da sucessão. O parâmetro para tal é futuro e trata-se do projeto de lei n.º 4.099-A, de 2012, que poderá trazer um novo panorama jurídico para o tema. E ainda há a consonância com legislações de outros países, havendo um auxílio para a definição, trazendo novas visões que podem auxiliar na melhor forma de tratar os conflitos.

**(Metodologia)** Consiste em uma pesquisa de vertente exploratória. Em harmonia com o exposto, utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, contendo uma conjectura do tema, baseada em hipótese, que conseqüentemente partiu do problema da falta de abordagem referente tema. Quanto ao método de procedimento foi utilizado o comparativo, visto que, há a efetiva colação do direito comum com uma abordagem específica e a comparação de leis estrangeiras. Assim, comprova-se que as técnicas presentes derivaram do supracitado, isto é, legislativa, doutrinária e jurisprudencial.

**(Resultados)** O que se pretende é a busca da objetividade para o âmbito sucessório, com as ferramentas da atualidade. Portanto, busca-se uma maior ampliação de discussão em relação ao tema, tendo como orientação o projeto de lei ainda em tramitação, que dará abertura para a efetiva mudança no cenário do direito digital. Iniciará assim, um tratamento com abrangência, tratando especificamente dessa modalidade de bens. O falecido já pode registrar o seu desejo de transmitir seus bens virtuais, mas, caso não ocorra, parte da doutrina entende que há de existir uma interpretação extensiva da legislação do Código Civil de 2002, no que se refere ao art. 1.788, permitindo a sua sucessão equiparando as propriedades de forma geral.

**(Conclusão)** Dessa forma, o escopo é buscar as formas de tratar os bens digitais no âmbito sucessório, a percepção é de que haverá uma maior e mais expansiva discussão doutrinária, jurisprudencial e legislativa ao longo do tempo. O alvo da Herança Digital não é mudar o âmbito sucessório. É, na verdade, adequá-lo a realidade da imersão virtual em que se encontra a sociedade. Portanto, ainda existe a busca de uma verdadeira conceituação relacionada ao tema, que atualmente é tratado com analogia referente aos conceitos previamente criados sobre sucessão de qualquer bem. Já que a internet ainda é novidade para o âmbito jurídico, merece esta regulamentação específica.

**Palavras-Chave:** Herança; Sucessão; Digital

## HERANÇA DIGITAL: O QUE É E COMO GARANTIR O DIREITO DOS HERDEIROS

### **Autor(es):**

*Thybério Luís de Queiróz Santiago: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Eduarda de Andrade Pereira da Costa Carmo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*João Victor de Sousa Cardoso Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Direito é formado por um conjunto de normas e regras que regulam e limitam as relações interpessoais, a partir da necessidade imposta pela sociedade. Em outras palavras, o Direito surge das relações que as pessoas estabelecem em sociedade. Desta forma, é impossível pensar que o Direito vai prever uma relação antes mesmo que ela exista. No ramo do Direito Civil, isso não é diferente. As inovações sociais vividas dia a dia, faz com que novos negócios e tipos de relações existam, surgindo assim, uma necessidade de regulamentar, através de normas e regras os anseios sociais postos. Neste prisma, uma das novas necessidades imposta pela sociedade é estudar o que fazer com os arquivos digitais deixados pelas pessoas que morrem. Esta situação vem sendo denominada como a Herança Digital. Mas o que seria isso? Quem tem direito? O que fazer com os arquivos? Esses arquivos tem valor pecuniário capaz de influenciar na partilha dos bens? Estas e outras questões a presente pesquisa pretende estudar, com forme em determinar um conceito do que seria a Herança Digital, como ela vem sendo tratada pelo nosso ordenamento jurídico e como a nossa legislação vem sendo aplicada ao caso concreto se não existe nenhum diploma legal específico para regular o tema.

**(Metodologia)** Esta pesquisa é qualitativa, com caráter descritivo-explicativo. Não obstante, se fez necessária a busca por novos conhecimentos na doutrina. A partir disso e levando em consideração a finalidade da presente pesquisa, utilizou-se do método dedutivo para o desenvolvimento da pesquisa, tendo como ponto de partida a análise dos pensamentos doutrinários sobre o tema, bem como a análise da jurisprudência e a aplicação dos diplomas legais existentes, realizando um diálogo de ideias com a finalidade de estudar o tema.

**(Resultados)** A falta de previsão legal, até o presente momento, faz existir uma série de divergência quanto a questão da Herança Digital. Como é de conhecimento de todos, tanto a Constituição Federal, como o Código Civil, estabelecem o direito a herança, garantindo, desde logo o falecimento da pessoa, a transmissão e o direito dos herdeiros. Todavia, os dispositivos legais, nada dissertam sobre as questões dos arquivos digitais. Por isso, é comum em nosso Poder Judiciário, ações nas quais os herdeiros requerem o acesso a contas pessoais em sites de relacionamento, em blog, em páginas de jornais, entre outros. Alguns dessas ações, com o cunho de retirar do ar as informações da pessoa morta, outras com a finalidade de transformá-las em memoriais das pessoas falecidas. Tais ações, se devem pelo fato das administradoras de sites, não quererem violar o direito de privacidade de seus usuários. Algumas destas páginas, por outro lado, já permitem aos seus usuários estabelecer o que fazer com seus arquivos uma vez comunicada sua morte, inclusive indicando pessoas autorizadas a acessar os arquivos. Pensando nisto e em outras questões controversas, um projeto de lei foi protocolado (PL 4.099/2012), com a finalidade de incluir um parágrafo único no art. 1.788 do Código Civil. Tal parágrafo versará sobre a transmissão dos arquivos digitais das pessoas mortas.

**(Conclusão)** Observa-se que a Herança Digital é bastante discutível, isso porque, é necessário estabelecer até que ponto é correto ferir a privacidade da pessoa morta, permitindo o acesso de seus herdeiros aos seus arquivos digitais. Por outro lado, é legal limitar o direito a herança, previsto constitucionalmente, não permitindo o acesso dos herdeiros a uma parte da herança do parente falecido. Neste ponto, parece salutar a aprovação do PL 4.099/2012, determinando que todo o material digital produzido pelo autor da herança, seja repassado aos herdeiros. Cabendo a estes decidir quais são realmente importantes ou não.

**Palavras-Chave:** Direito Civil. Herança. Herdeiros. Herança Digital. PL 4.099/2012

**HOSPITAL DE CUSTÓDIA E A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE TRANSDISCIPLINAR DO LOUCO INFRATOR**

**Autor(es):**

*Juliana Gabriel Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Ao descortinarmos o cenário atual, nos deparamos com a permanência das estruturas totais postuladas por Erving Goffman em diversos espaços de passagem coletiva. Dentre essas organizações, fixamos a abordagem em hospitais de custódia e manicômios. Estes, por conseguinte, vivenciaram barbaridades históricas - como o Hospital Colônia de Barbacena, no século XX - repletas de procedimentos clínicos desumanizados que objetivavam auferir lucro em detrimento da assistência aos internos. Face a isto, o decreto número 24.559, de 3 de Julho de 1934, amplamente conhecido como Lei de 30, trabalha reforçando o processo de mortificação do “eu” à medida que o sujeito passa mais tempo na instituição reproduzindo padrões repressivos ao invés de estar desenvolvendo novas habilidades para a fortificação do seu “eu” e subsequente melhor convívio social. Com isso, foi arguido o seguinte questionamento: como pode ser legítima a existência de estruturas manicomiais na vigência da lei 10.216/ 2001, posto que, ela fundamenta a efetivação do direito à saúde mental a qualquer portador de transtorno psíquico e os hospitais de custódia incidem anulando essa construção crítica. Nesse entendimento, buscamos dialogar coletivamente com as ciências acerca dos entraves entre o cumprimento da pena e a efetivação do direito à saúde mental em casos de loucos infratores.

**(Metodologia)** Como metodologia, realizamos uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo e quantitativo, com objetivo de analisar o objeto de estudo em sua totalidade, refletindo os significados e interconexões contextuais presentes no processo histórico da formação institucionalizante e punitivista nos hospitais de custódia brasileiros. Com isso, analisamos o caso concreto retratado no livro “O Holocausto Brasileiro” e dados estatísticos existentes a respeito das internações em hospitais de custódia, sob a égide do discurso interdisciplinar proposto por Foucault e Goffman, e da análise do Código Penal brasileiro, da Lei de Execução Penal, da Constituição Federal brasileira, da lei 10.216/2001(reforma psiquiátrica) e no decreto revogado nº 24.559.

**(Resultados)** Nesse sentido, os estudos revelam a potencialização da enfermidade psíquica em pacientes com um longo histórico vivenciado longe do convívio social dentro das instituições totais. Nessa perspectiva de análise, notabiliza-se um confronto entre a Lei da reforma psiquiátrica(10.216), posto pelo modelo assistencial em saúde mental, e o cumprimento da medida de segurança em hospitais de custódia, colocada pelo Código Penal brasileiro mas também pela Lei de Execuções penais, haja vista que seguem a lógica de internação como regra, quando postas em prática pelos juízes, uma vez que a internação nesses estabelecimentos é vista como única forma de tratamento eficaz. Essas consequências reverberam na introspecção dos pacientes - muitas vezes caído no esquecimento dos que têm direitos de ir e vir preservados - criando muros internos tão altos quanto os tijolos manicomiais que os cercam.

**(Conclusão)** Conclui-se com premência que, no campo psicológico notabiliza-se a importância do dever ético dos profissionais comprometidos na atuação da reconstrução da subjetividade e da singularidade do paciente mortificado em HCT. Ademais, é imprescindível os profissionais do direito compreenderem melhor a realidade dos loucos infratores a fim de garantirem uma sentença mais justa, e lutar coletivamente para a efetivação da Reforma Psiquiátrica. Desse modo, ambas categorias atuarão como agentes de transformação social, executando um processo de emancipação do sujeito, ao passo que o faz olhar para sua condição penal, bem como tornando-o capaz de atuar sobre sua história e só assim, poder construir a sua independência. Por fim, ansiamos conjecturar uma sociedade civil em que os inimputáveis deixem esses espaços de coadjuvantes, e passem a ser encarados como protagonistas na responsabilização de si na construção de seu mundo.

**Palavras-Chave:** Hospital de custódia, instituição total, direitos humanos, reforma psiquiátrica, inimputável

**HOTEL INTERNACIONAL REIS MAGOS: UM ENSAIO PATRIMONIAL HISTÓRIO A LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.**

**Autor(es):**

*Camila Pereira da Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Katarina Moura da Costa : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Constituição Federal exige que a propriedade atenda a sua função social. Logo, uma vez que, a norma constitucional não pode ser descumprida, ao analisar o caso do Hotel Internacional Reis Magos percebemos nitidamente a incompatibilidade normativa entre a real situação do imóvel e a lei. Portanto, faz-se necessário rever as decisões que já norteiam esse caso por critérios aparentemente e somente econômicos e olhar-se para a importância histórica do empreendimento, seus atributos arquitetônicos e seu grande valor cultural. OBJETIVOS A pesquisa tem como objetivo incentivar a preservação desse patrimônio histórico e cultural, ressaltando a sua importância para a história de Natal – RN, na medida em que relata e constitui fatos e memórias, entendendo a sua forma como cidade, como um símbolo da Arquitetura Moderna Brasileira, além de que, suporta a condição como uma referência urbana. Dessa forma, influenciando para que o tombamento seja possível, uma vez que, tem valor histórico como estruturador do crescimento urbano e econômico da região em que se insere.

**(Metodologia)** Método de abordagem positivista, por pesquisa bibliográfica, através de análise documental e da legislação com método de produção comparativo e descritivo, abrangendo desde a questão da consciência do valor cultural ao reconhecimento da cidadania, uma vez que, se torna um processo de identidade a preservação do patrimônio histórico. Ademais, foram extraídos do texto constitucional, os quais mediante os seus remédios constitucionais, qual seja, a função social, sendo instrumento das garantias fundamentais para que a sociedade crie mecanismos para atender as suas demandas.

**(Resultados)** Foi identificado que a preservação e restauração do Hotel Internacional Reis Magos, traria não só benefícios econômicos para a cidade Natal-RN, mas também impediria que acontecesse o sepultamento da sua memória e identidade, uma vez que, representa a historicidade arquitetônica e transcrição do modernismo, trazendo consigo não só marcas culturais, mas sua importância enquanto referencial do partido arquitetônico e urbanístico, isso porque, representa expressamente a Arquitetura Moderna Brasileira. Ademais, cabe ressaltar, que ao analisar podemos perceber que a preservação da forma dos lugares requer que os processos de transformações se voltem para a revelação da sua identidade.

**(Conclusão)** A pesquisa concluiu que a demolição do imóvel não traz os benefícios necessários para que se acate essa decisão individualista, mas, a preservação seria o melhor caminho a se tomar, uma vez que, representa uma produção modernista brasileira, além do seu valor simbólico como marco espacial e temporal de Natal – RN, atribuindo ainda mais cultura e conhecimento ao nordeste e a população natalense. Dessa forma, entendendo a sociedade que cria e as relações sociais que desempenham.

**Palavras-Chave:** Hotel Reis Magos-Natal. Patrimônio Cultural e Social. Tombamento Patrimonial. Função Social.

## IMPRESCRICÃO DO CRIME DE ESTUPRO NO BRASIL

**Autor(es):**

*André Luiz Romano Marinho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN  
Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O estudo da aplicabilidade dos crimes com a realidade social da vítima é fundamental para a eficácia cada vez maior de suas punições, fazendo-se valer a função da pena do nosso código penal. No crime de Estupro, por exemplo, percebe-se a carência da aplicação do direito e da justiça na maioria de seus infratores, afastando a eficiência de sua punição. Os principais motivos de tal carência são as características típicas desse crime, como, por exemplo, a idade de suas vítimas, o medo e o desconhecimento da punibilidade, tornando necessário tratá-lo de forma diferenciada, mais eficiente e adequada em relação a outros crimes, afim, de garantir a máxima aplicabilidade da pena ao infrator.

**(Metodologia)** Para a realização do presente trabalho, foram-se realizadas pesquisas sobre a aplicabilidade do crime de estupro em casos reais, principalmente em vítimas menores, que possuem maior dificuldade e receio para fazer a denúncia de seu agressor, lançando-se hipóteses sobre a punição de tal crime com sua respectiva prescrição na atual legislação penal, originando a análise e crítica da insuficiência de seu período prescricional da sua pena em vários casos concretos.

**(Resultados)** Percebe-se no estudo de vários casos de vítimas do crime de estupro, que, pelo fato de serem muitas vezes crianças ou adolescentes e possuírem vínculo com seu agressor o receio e o medo de denunciá-lo para autoridades competentes, fazendo-se da necessidade da imprescrição do citado crime. Tudo isso para incentivar a denúncia e garantir a punição. Pesquisas mostram que em quase 50% dos casos de estupro o agressor é seu pai ou padrasto, outros 40% dos casos, o agressor era uma pessoa muito próxima da família da vítima como um amigo de seus pais ou vizinhos, e em apenas 10% dos estupros registrados por tal pesquisa, o agressor era alguém desconhecido da vítima, ou pessoa com quem não mantinha contato direto, fortalecendo a ideia do medo, receio e vergonha da vítima em denunciar seu agressor, valorizando a necessidade de tornar o crime imprescritível, para que mesmo anos depois, quando a vítima não é mais tão próxima e dependente de seu agressor, que tenha a possibilidade de denunciá-lo sem se deparar com a prescrição do seu direito.

**(Conclusão)** Conclui-se que o processo de punição do agente do crime de estupro é mais complexo que o dos demais crimes, isso se dá por na maioria absoluta dos casos do citado crime, a vítima possui, na época da conduta criminosa, vínculo direto com seu agressor, fazendo com que tal crime mereça o direito de ser tratado de forma desigual, afim, de garantir a aplicabilidade da pena do crime através de sua imprescrição, assegurando a busca da vítima pela punição do infrator, a existência de justiça e a prevenção, cada vez maior, de futuros crimes de estupro, ao causar-se receio a possíveis futuros criminosos.

**Palavras-Chave:** Estupro; Imprescrição; Impunidade; Justiça

**IMPUTABILIDADE PENAL DO PSICOPATA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: A NECESSIDADE DE PARADIGMAS PARA CUMPRIMENTO DE NORMAS**

**Autor(es):**

*Marina Lima de Aguiar Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho ora apresentado tem o propósito de descrever a situação dos portadores do transtorno mental da psicopatia sob a ótica do ordenamento jurídico brasileiro, demonstrando a escassez e omissão do governo em designar métodos eficazes para diagnosticar um psicopata. Justificando-se pela relevância social e pela necessidade de pesquisa relativa ao tema, haja vista que o Judiciário enfrenta contenda pela não existência de leis específicas para os psicopatas. O escrito justifica-se por ser um tema de âmbito polêmico e, apesar de muito debatido no ramo da Psiquiatria e Psicologia Forense, é pouco explorado, além de não ser demonstrado, por parte do governo, nenhum interesse em mudança legislativa. Fundamenta-se, também, pela necessidade na criação de norma específica destinada ao psicopata, sendo observados os princípios constitucionais da Proteção e da Dignidade da Pessoa Humana. Cumpre dizer que a dificuldade de punição específica é baseada no fato de não haver interesse Estatal em mudança legislativa, bem como na obtenção do diagnóstico adequado ao psicopata, exprimindo-se num subtópico tal dificuldade, bem como o método mais utilizado em outros países para a qualificação do psicopata. Desse modo, é salutar narrar a despeito da ineficácia de punição atual aos portadores da psicopatia devido à omissão do Estado, o que nos leva ao alto índice de erro judiciário, baseado nos desafios diários com que o Poder Judiciário tentar designar maneiras uniformes de julgamento. Por fim, esse capítulo também trata a respeito do princípio da lesividade no âmbito dos psicopatas na sociedade, em busca de uma efetividade nessa garantia fundamental voltada ao Direito Penal. São vários os criminosos considerados psicopatas pela mídia, um deles é o do famoso “Chico Picadinho”, famoso no século passado por fazer atrocidades com suas vítimas, sempre mulheres, sendo marcado pela peculiaridade em retalhar os corpos de suas vítimas em pedaços. Além de Chico, um dos psicopatas mais famosos do Brasil foi Francisco de Assis Pereira, conhecido como “Maníaco do Parque”, condenado por estuprar e matar diversas mulheres e tentar assassinar várias outras no final do século XX, num parque localizado na região sul da cidade de São Paulo. Além desses, mais um caso famoso ocorrido no Brasil foi o da jovem Suzanne Von Richthofen, acusada de participar de um crime que melindrou toda a população brasileira, juntamente com os famosos irmãos Cravinhos, um deles, namorado da jovem. A morte dos pais de Suzanne foi premeditada para aparentar um latrocínio, enquanto dormiam. Porém, vale a ressalva de que Suzanne nunca fora diagnosticada como psicopata, porém, diante relatos de seus psiquiatras forenses, afirmam que ela é de “má índole”, possui uma anormalidade de personalidade, conforme corrobora José Eça, em entrevista à Revista IstoÉ Gente.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada é a dedutiva, pois parte-se de premissas, para que, por inferência, chegue-se à uma conclusão.

**(Resultados)** O objetivo deste artigo é procurar responder os seguintes questionamentos: por que não é adotado um diagnóstico no Brasil, a fim de detectar os portadores do transtorno mental da psicopatia, como em outros países? O psicopata é um indivíduo semi-imputável, imputável ou inimputável? Por qual razão os psicopatas não possuem perspectiva de reinserção social? Além disso, busca-se relatar a omissão do Estado na não obtenção do diagnóstico dos psicopatas, em perquirição de uma punição específica, deixando à míngua toda e qualquer relação de diferenciação entre pessoas normais e os portadores de tal transtorno mental.

**(Conclusão)** O trabalho conclui-se com uma análise crítica a despeito da necessidade de uma mudança legislativa destinada à especificidade do diagnóstico do psicopata, bem como de sua punição, haja vista que a manutenção do encarcerado psicopata sob o poder do Estado é cômoda, trazendo pessoas cruéis e maquiavélicas à mesma realidade de indivíduos comuns

**Palavras-Chave:** IMPUTABILIDADE PENAL DO PSICOPATA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

**IMPUTABILIDADE X INIMPUTABILIDADE PARA OS SILVÍCOLAS: QUANDO O ÍNDIO DEVERÁ RECEBER OU NÃO A ISENÇÃO DA PENA COM BASE NO “ILÍCITO” PRATICADO.**

**Autor(es):**

*João Victor Fonseca de Souto Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Francisco Lobato de Araújo Junior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O instituto da imputabilidade penal é tratado no título III do Código Penal, mais precisamente no Art. 26. Desta codificação. Porém, este artigo não se refere à questão da inimputabilidade para os silvícolas. Por outro lado, o estatuto do índio, Lei 6001/73, na redação do Art. 56. Aborda o seguinte: “No caso de condenação de índio por infração penal, a pena deverá ser atenuada e na sua aplicação o Juiz atenderá também ao grau de integração do silvícola”. Contudo, percebe-se em ambas as legislações a falta de um referencial adotado, para nortear os magistrados a respeito da possível inimputabilidade dos indígenas, deixando exclusivamente a cargo da doutrina e da jurisprudência a função prolatar decisões sem bases legais. Isso ocasiona uma enorme insegurança jurídica ao povo silvícola brasileiro.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo, na qual se utilizou dos métodos de abordagem dedutivo e transdisciplinar. Logo, observou-se as particularidades do tema da imputabilidade penal, para só assim, chegar ao tema específico da imputabilidade aos indígenas. A transdisciplinaridade é abordada na questão antropológica que envolve os índios e na questão jurídica em pauta. Como método de procedimento, utilizou-se estudo de caso, a partir da análise de julgados que versam sobre a inimputabilidade aos índios, mas também, o método histórico, traçando uma linha histórica sobre os acontecimentos inerentes a tema abordado.

**(Resultados)** Nesse sentido, como dito, há uma certa falta de legislação clara em relação à como deve ser adotada a imputabilidade aos índios. Posto isso, a constituição federal de 1988 (atual constituição) reconhece aos índios o direito de manter a sua organização social e o direito exercer suas atividades culturais. Portanto, por serem diferentes, merecem uma atenção maior em nossa legislação, a qual estabeleça um direcionamento melhorado aos juristas competentes em se tratar de casos desse tipo. Ademais, ao se falar em crimes cometidos por índios, o resultado que se chega é que: se um índio comete um crime previsto em nosso ordenamento jurídico e que para a cultura dele aquele ato então ilícito, é lícito, é correto dizer que ele, por estar isolado da nossa cultura deveria se tornar inimputável e se isentar da pena. Porém, o indígena tendo cometido um crime, que seja um ato ilícito na cultura deles e na nossa, poderá ser julgado pelo seu povo. No caso de não punição dos silvícolas, o Estado brasileiro poderia julgar o caso conforme o seu ordenamento previsto na lei 6001/73.

**(Conclusão)** Diante da falta de segurança jurídica, é necessário uma melhoria nas normas voltadas para esse assunto, isso porque, se está presente na constituição o reconhecimento de que os silvícolas são diferentes no sentido cultural, devem ser tratados de uma maneira mais atenciosa pelo legislador e judiciário. Dessa maneira, faz-se necessário uma construção de uma norma ou uma atividade jurisprudencial (sumulas vinculantes ou precedentes) que estabeleça de maneira clara e coesa, trazendo assim, uma segurança jurídica no que diz respeito ao assunto de imputabilidade dos índios.

**Palavras-Chave:** Imputabilidade, Silvícolas, Direito, Segurança Jurídica.

**INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA E A FIGURA DOS PRECEDENTES NO ORDENAMENTO JURÍDICO  
BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Rafael Souza Rosado: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O Novo Código de Processo Civil (NCPC) representa não apenas uma conquista da comunidade jurídica, mas da sociedade como um todo, uma vez que tem como objetivo principal assegurar a realização de uma prestação jurisdicional eficiente e célere. Nessa perspectiva o NCPC trouxe para o Processo Civil institutos reformulados, que buscam desatramancar o Poder Judiciário, a exemplo do antigo “Deslocamento de Competência” hoje intitulado “Incidente de Assunção de Competência” (IAC), regulamentado pelo art. 947 do código e objeto de estudo da presente pesquisa. Por meio deste instituto, observando-se a relevância da matéria e da repercussão social e interesse público nesta envolvida, propõe-se a partir da fundamentação dada para sua decisão, a formação de um precedente. Prevenindo assim divergência jurisprudencial tão ameaçadora a segurança jurídica e a previsibilidade do sistema processual. Entretanto, é necessário realizar análise detalhada do IAC, tanto no tocante a sua natureza jurídica, quanto a sua aplicação pelas Cortes de Justiça de Estados ou Regiões distintas, para que quando diante de mesma matéria, não venham a desvirtuar a finalidade de existência do IAC, qual seja, a segurança jurídica.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método hipotético-dedutivo, uma vez que como o Código é recente não há quantidade razoável de julgados para que se possa comprovar concretamente o que está sendo dito, desta forma partiu-se da hipótese de existência de dois julgados distintos, proferidos por Cortes de Justiça distintas, em sede de Assunção de Competência, sobre mesma matéria, deduzindo-se assim a formação de “precedentes” distintos, cominando com a geração de insegurança jurídica, principal adversária do IAC. Como método de procedimento, foi utilizado o método histórico e comparativo pois realizou-se uma análise histórica da figura dos precedentes no ordenamento jurídico brasileiro e também comparou-se a forma de produção de precedentes no sistema de direito brasileiro com o sistema da Common Law.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Constata-se que na contemporaneidade, em face do fenômeno da globalização está ocorrendo uma gradativa aproximação entre os sistemas de direito da Common Law com a Civil Law. Deste modo, observa-se que na Common Law nasce crescente tendência de aferir maior relevância a Lei escrita em oposição aos países da Civil Law, a exemplo do Brasil, que vêm conferindo maior atenção a jurisprudência, o que pode ser confirmado a partir da leitura do art. 926 do NCPC. Também verifica-se que a ideia de precedente no Brasil se desenvolveu a partir do âmbito constitucional, por força do neoconstitucionalismo. Aferiu-se também que só quem forma precedente são as Cortes de Superposição, detentoras do parecer final sobre matérias de ordem constitucional(STF) e legislação federal(STJ). Por fim, percebe-se que diferentemente do que ocorre na Common Law, no Brasil os precedentes são intencionalmente criados.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Observa-se que o Incidente de Assunção de Competência é o único instituto do ordenamento jurídico que enquadra-se de forma fidedigna ao conceito de precedente, desde que utilizado único e exclusivamente pelos Tribunais de Superposição, uma vez que quando utilizado por Cortes de Justiça, passa a ter natureza de provimento vinculante, e não de precedente, exceto nas hipóteses de ser utilizado para tratar de matéria de direito local.

**Palavras-Chave:** Novo Código de Processo Civil. Precedentes. Incidente de Assunção de Competência. Segurança Jurídica

**INFANTICÍDIO INDÍGENA: UMA REFLEXÃO A LUZ DO DIÁLOGO INTERCULTURAL EM DEFESA DO NÚCLEO UNIVERSAL INTANGÍVEL DOS DIREITOS HUMANOS**

**Autor(es):**

*Anny Caroline de Souza Barreto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) A partir da constituição cidadã de 1988 é assegurado inúmeros direitos fundamentais que visam proteger todos aqueles que estiverem no território nacional. Cabe ao Estado ser o maior garantidor de tais direitos, bem como também conciliá-los quando houver colisão entre eles, como é o caso do direito à vida e o direito à diversidade cultural. Hodiernamente, ainda existem comunidades indígenas que praticam o infanticídio indígena e são protegidas constitucionalmente. É certo que devem ser respeitados os costumes e tradições indígenas, visto que tais práticas estão enraizadas em cada membro da comunidade. Porém surge um questionamento: valores culturais devem estar acima dos Direitos Humanos Fundamentais? Fica claro que que é necessário haver um diálogo intercultural, para que se possa garantir o direito à vida a todos, independentemente de cultura. Propõe-se, como objetivo geral, analisar a colisão do direito fundamental à vida em face do direito à diversidade cultural. Com esse propósito, busca-se refletir concretamente sobre o infanticídio indígena e a possível violação de direitos humanos presente em algumas práticas culturais indígenas. Ademais, objetiva-se perquirir sobre a aplicação das teorias do relativismo cultural e do universalismo ético, no contexto da questão investigativa proposta.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) O presente trabalho trata-se uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método dialético, partindo-se da análise de situações concretas do direito à diversidade cultural se sobrepondo aos Direitos Humanos Fundamentais que estão sendo violados com a prática do infanticídio indígena. Por conseguinte, também foi utilizado o método dialógico de abordagem do tema, já que sua problematização abrange questões transdisciplinares, que envolvem direito constitucional, penal, bem como a antropologia e as ciências sociais. Por outro lado, fizemos uso do método auxiliar monográfico, na medida em que nos valem da análise de casos específicos de infanticídio indígena.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Constata-se a existência de teorias que visam resolver esse conflito entre o direito à preservação cultural e a garantia dos direitos humanos a todos que se encontram em território nacional. Existem duas teorias que ganham destaque e ao mesmo tempo se confrontam: A teoria do relativismo cultural e a teoria do universalismo ético. Na primeira busca demonstrar que existem diversas culturas e que é necessário o respeito a todas, não existindo hierarquia entre elas. Já a segunda prega que, independente de cultura, todos os seres humanos são detentores de valores universais, que são os próprios direitos humanos.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Observa-se que é necessário o diálogo entre as duas teorias visto que é importante garantir os direitos humanos a todos, mas também é importante se respeitar as tradições culturais das comunidades indígenas. É necessário que algumas práticas nas tribos comecem a ser relativizadas, para que seja assegurado o direito à vida a essas crianças que podem ser vítimas de tais atos. O diálogo intercultural é imprescindível para mostrar aos integrantes da tribo que existem outras visões de mundo. É necessário chegar a soluções concretas, para que vidas não sejam sacrificadas pela imposição cultural.

**Palavras-Chave:** Infanticídio indígena. Diálogo Intercultural. Universalismo. Relativismo.

**INSTITUTO DA USUCAPIÃO: POSSIBILIDADE DE USUCAPIR DE PROPRIEDADE ESTATAL PARA FINS DE MORADIA**

**Autor(es):**

*Glaydson Mauro Nascimento Pelaes Júnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Camyla Tuanne Xavier Marques: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Danilo Cruz Alves Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Luciana Karla de Lima França: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A visão do fenômeno jurídico se completa com a noção de Estado e seus fins. O Estado democrático de direito não pode ser visto sem o reconhecimento e a proteção efetiva dos direitos do homem. Muitas vezes, o Estado abandona seus imóveis, deixando-os à sorte, sem utilidade alguma. Nessa realidade, o direito de propriedade materializa um direito real garantido constitucionalmente e interpretado principalmente à luz do princípio da função social da propriedade e da dignidade da pessoa humana. Toda propriedade, seja ela pública ou privada, deve, sobretudo, cumprir com a sua função social, sob pena de usucapião. O Instituto da usucapião é uma das formas de aquisição de propriedade quando utilizada para fins de moradia, contudo, existe uma vedação constitucional à aplicação do instituto aos bens públicos, o que em si é motivo de muitos debates. Nesse contexto, objetiva-se com a presente pesquisa evidenciar a possibilidade de usucapião de propriedade estatal para fins de moradia, quando estas não estão cumprindo sua função social, sobrepondo a regra no ordenamento, que é, em hipótese alguma, usucapir propriedades do Estado.

**(Metodologia)** O método de pesquisa é dialético, fundado na argumentação e contra argumentação em relação a assuntos que não podem ser demonstrados. Confrontaremos posicionamentos divergentes e, para tanto, evidenciaremos posicionamentos dos tribunais, bem como, opiniões doutrinárias em relação ao tema abordado. A visão sobre a impossibilidade da aplicação do instituto da usucapião na aquisição de propriedade de bens públicos vem se modificando, ainda que muito lentamente. Utilizaremos o método de procedimento histórico e comparativo, os quais vão permitir a análise dos fatos dentro de um contexto social, político e econômico, abordando a evolução do entendimento jurisprudencial, através do confronto entre dados do passado e os do presente, o que nos conduzirá a uma análise acerca da possibilidade de usucapir de propriedade estatal. Para tanto, utilizaremos preferencialmente as técnicas de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial evidenciando a aplicação do instituto da usucapião no caso concreto, segundo entendimento desenvolvido pela doutrina e jurisprudência.

**(Resultados)** Constatamos que a aplicação do instituto da usucapião em relação a bens públicos é um tema pouco discutido pelos tribunais, no entanto, de vital importância, uma vez que trata da dignidade do ser e seu necessário acesso à moradia, como impõe nossa Constituição. A grande maioria das decisões não julgam o mérito das questões, ficando, algumas delas, restritas apenas ao indeferimento da inicial pela impossibilidade jurídica da proteção possessória do pedido, sem nem pensar sobre o caso, devido um cultura jurídica ultrapassada de proteção máxima até de bens que não atendem a função social, demonstrando assim a pouca familiarização dos tribunais com o tema trabalhado na presente pesquisa. No entanto, já é possível encontrar decisões favoráveis pela aplicação do instituto da usucapião à bens públicos que não estão cumprindo sua função social, bens abandonados que o Estado não tem interesse, e que a posse é exercida de forma mansa e pacífica e com ânimo de ser dono.

**(Conclusão)** Através da análise do tema, pôde-se constatar a sua relevância, uma vez que, através dessa discussão, vislumbra-se a possibilidade de chegarmos a um entendimento melhor sobre a questão, culminando no ensejo à possibilidade de usucapião de bens públicos para fins de moradia, garantindo assim um direito integrante do rol das garantias fundamentais, tão importante quanto o direito à vida, isto é, o direito a uma moradia digna, sem que para isso haja a demasiada intervenção estatal, pois o Estado é e deve estar a serviço dos homens e mulheres integrantes de seu território e não o contrário.

**Palavras-Chave:** Instituto da usucapião. Propriedade estatal. Função social da propriedade.

**JUSTIÇA PENAL BRASILEIRA: QUAL A INFLUÊNCIA DA COR E DO PODER ECONÔMICO NAS DECISÕES DO JUDICIÁRIO?**

**Autor(es):**

*Barbara Wanderley de Santana: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN  
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** De acordo com o Caput do Artigo 5º da Constituição Federal "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade", mas, infelizmente, na prática não é isso que ocorre. Algumas dessas garantias e direitos dados pela nossa Constituição são, muitas vezes, fracassados devido a ações que acabam por contribuir com a desigualdade, o racismo e injustiças sociais; ações essas, praticadas, inclusive, pelo próprio judiciário. Observa-se que a Justiça Brasileira, no âmbito do direito penal, decide de maneira seletiva e discriminatória quando se trata de grupos historicamente excluídos, como os negros e pobres. Este público enfrenta maiores obstáculos perante o judiciário, diferente dos brancos e ricos, por serem privilegiados socialmente têm mais acesso aos direitos e garantias previstos na CF/1988. Nesse sentido, considerando o homem como um ser histórico e social pretende-se analisar neste estudo como a cor e a classe social do indivíduo interfere e influencia nas sentenças proferidas pelo judiciário.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado na pesquisa será o dialético, visto que os fatos aqui presentes fazem parte de um contexto social. Quanto ao método de procedimento ou auxiliar, será utilizado o método comparativo, comparando o tratamento dado pelo judiciário aos indivíduos de diferentes etnias e classes sociais; o método histórico, investigando fatos passados que influenciaram no tratamento desigual do Estado em relação aos indivíduos anteriormente mencionados; e o estudo de casos, analisando exemplos reais para ajudar na compreensão do tema proposto.

**(Resultados)** Além de influenciar nas decisões do judiciário, as características étnicas e a classe social do indivíduo podem influenciar, também, na abordagem policial e na punição do sistema prisional. Pode-se ver um nítido contraste no tratamento que o Estado dá aos cidadãos negros e de estratos sociais mais baixos quando comparados àqueles com um grande poder aquisitivo. Tendo aqui, como exemplo e como resultado parcial, o caso de Rafaela Braga, que foi bastante discutido na mídia e que será discutido, também, na apresentação, além de outros casos.

**(Conclusão)** O presente trabalho se aproximou analiticamente da ideia de que o direito penal igualitário é um mito, visto que a diferença do tratamento dado pelo judiciário aos negros e pobres é visivelmente diferente ao tratamento dado aos brancos e ricos, podendo fazer com que a cor e a classe social do cidadão influenciem na neutralidade do julgamento.

**Palavras-Chave:** Constituição Federal. Direito Penal. Igualdade. Classe social.

**LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO ESTADUAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE  
A CASA GRANDE DO ENGENHO VERDE NASCE**

**Autor(es):**

*Maria Lopes Ricardo Simões: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com a queda da Bastilha e o fim da monarquia francesa, os bens da Coroa e as propriedades do clero e da Igreja passaram para o Estado. Estes fatos, atrelados à então recente concepção de Estado Nacional, constituíram, portanto, os bens nacionais e a noção de patrimônio da Nação. Os cidadãos, com a Revolução, tornaram-se livres e iguais perante a Lei e, nascidos no mesmo país, são irmãos e herdeiros do mesmo pai, sua pátria. A partir disso, os monumentos históricos passaram a ser a materialização da identidade nacional e, através deles, o povo se reconheceria como francês. Em um momento distinto, tal necessidade de consciência patriótica surgiu no Brasil. No inicial instante, tal fato se deu por meio da inaugural corrente artística romântica, na primeira metade do século XIX, em busca da valorização daquilo considerado “nosso”, em desligamento dos valores oriundos da colonização. As tentativas consecutivas de diferentes grupos para a conservação de Ouro Preto, incluindo movimentos de artistas modernistas, culminaram em 1933, com uma medida oficial de reconhecimento de seu patrimônio enquanto cultura e a indispensabilidade de sua proteção. Seguindo este caminho, em 1938 foi fundado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, a partir do qual passou-se a estender essas ações a outros bens nacionais e, eventualmente, estaduais, por meio de respectivas entidades. Este trabalho tem por objetivo principal defrontar-se com o problema da negligência ante a fiscalização e conservação do Patrimônio Histórico Estadual, visando possível atribuição de responsabilidade a entidade pública competente. Dentre os específicos, pode-se mencionar a análise do processo de tombamento da casa grande do engenho Verde Nasce, além do exame da legislação acerca do patrimônio histórico com ênfase no âmbito estadual e a definição de tutelas jurídicas e sua eficácia diante do problema apresentado.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, conduzindo-se a partir da análise da legislação do estado do Rio Grande do Norte e aplicando-a ao objeto de estudo especificado. Levando em consideração a pesquisa desenvolvida o método de procedimento foi o estruturalista, partindo da avaliação concreta (letra da lei) para o exame do abstrato (estudo de caso), retomando para uma possível e eventual conclusão concreta. As técnicas de pesquisa foram, em sua maioria, legislação, bibliográfica e documental.

**(Resultados)** Tendo em vista o caráter inicial deste projeto, é necessário afirmar que não há resultados definitivos ou conclusivos a serem apresentados. No entanto, pode-se assumir como resposta preliminar o estudo das aplicações de ações civis, como danos morais coletivos, contra os responsáveis devidos, além da possibilidade da execução de sanções administrativas aos órgãos competentes.

**(Conclusão)** Espera-se, ao término deste trabalho, alcançar os objetivos propostos, trazendo à tona a pertinência desta questão e avivando em âmbito acadêmico a discussão sobre um dos mais significativos bens históricos e culturais do povo ceará-mirinense e norte-rio-grandense.

**Palavras-Chave:** Patrimônio Histórico; Verde Nasce; identidade; Rio Grande do Norte; conservação.

**LEGÍTIMA DEFESA E DESFORÇO IMEDIATO : AFASTAMENTO DA ANTIJURIDICIDADE DO ATO NO EXERCÍCIO DE DEFESA DA POSSE**

**Autor(es):**

*Arthur Augusto de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente artigo tem por objetivo analisar a prerrogativa legal que assiste o possuidor da propriedade, de defendê-la pela força, de forma imediata, buscando se manter na posse em caso de turbação ou de ser restituído em caso de esbulho. Tal prerrogativa encontra amparo legal no Artigo 1.210 do Código Civil Brasileiro de 2002 que regulamenta o uso do direito afim de não exceder os limites legais da legítima defesa e do desforço imediato. Em razão de grandes discursões acerca dos limites legais da defesa da posse e dos possíveis danos causados a outrem, esse estudo tem por objetivo observar os conflitos jurídicos envolvendo casos reais, realizando um apanhado geral acerca das consequências dos atos praticados pelos mantenedores da posse.

**(Metodologia)** Será utilizada observação como técnica de pesquisa, diante da necessidade de analisar os fatos e fenômenos ocorridos acerca dos casos de afastamento da antijuridicidade do ato no exercício de legítima defesa da posse, atentando para os meios que foram utilizados em cada uma delas e aplicando o texto legal norteador. O método de abordagem será o dedutivo e o método de procedimento, o histórico, onde será feita uma análise na evolução do tema, que figura desde os tempos antigos, onde os romanos já faziam uso dessa prerrogativa, até os dias atuais.

**(Resultados)** Tendo em vista a complexidade do tema, observamos a necessidade de análise de cada caso concreto, uma vez que as questões de resultado da legítima defesa e do desforço imediato estão diretamente ligadas a natureza humana, depende da reação das partes envolvidas e dos atos praticados por cada um, onde podem ou não haver excessos, desencadeando o envolvimento de outros ramos do direito civil, que estão ligados de forma indireta as ações possessórias.

**(Conclusão)** A toda evidência, muito embora sejam institutos similares, a legítima defesa da posse e o desforço imediato, como se denota da exposição alhures realizada, são espécies de defesa direta distintas. Deveras, a primeira somente encontra espaço enquanto perdurar a turbação vale dizer, durante todo o momento em que o possuidor efetivamente se encontrar na posse da coisa. Já no que concerne ao segundo sua aplicabilidade está restrita aos casos em que o possuidor já tendo pedido a posse da coisa, consegue reagir, em seguida, e providenciar a sua retomada. Neste epílogo, importante salientar, que conquanto as hipóteses de legítima defesa civilistas sejam situações onde se permite que o prejudicado por seus próprios meios faça cessar a lesão perpetrada, sem a necessidade de socorro prévio do judiciário, em todas elas não se exclui de nenhuma forma a análise posterior, e obrigatória, do juízo competente para que se pronuncie sobre a legalidade da atuação do prejudicado, impondo-lhe, sempre, em caso de desrespeito daquilo que autoriza a lei, a responsabilidade pelos atos que foram praticados.

**Palavras-Chave:** Legítima defesa, desforço imediato, posse.

**LIBERDADE DE EXPRESSÃO X DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: UMA REFLEXÃO EM TORNO DE CASOS CONCRETOS EM QUE HÁ COLISÃO ENTRE TAIS VALORES CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS**

**Autor(es):**

*Beatriz Sena Padilha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Laila Nathália Reinaldo de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os direitos fundamentais são direitos de caráter individual, básico, político e jurídico, baseados nos direitos humanos e possuidores de um viés declaratório daquilo que todo indivíduo necessita para sobreviver e conviver em plenitude. Dentre eles, são de forma específica aqui abordados, os conflitos aparentes que podem ocorrer entre a liberdade de expressão e o princípio da dignidade humana, tutelados pelo artigo 1º e 5º da Constituição Federal/88. A pesquisa acadêmica busca analisar a problemática proposta sobre a perspectiva sistêmica de um ordenamento jurídico, mas sem afastar-se de uma jurisdição humanitária, que leve em consideração a sociedade e todos os efeitos que nela se vá a causar, expondo, então, as consequências de tais conflitos aparentes entre os direitos fundamentais. Procura explicar e analisar o conceito dos direitos de liberdade de expressão e dignidade da pessoa humana, explaná-los em conflito de forma concreta, e sem tomar parte de algum desses direitos como superior ao outro, mas somente avaliar e problematizar ambos.

**(Metodologia)** A presente pesquisa é aplicada, e fará utilização do método de abordagem indutivo, passando por uma observação dos fenômenos a serem estudados, hipótese, experimentação por meio de análise da “causa-efeito”, classificação e análise dos dados obtidos, e certa generalização de tais dados. Como método de procedimento, estão presentes o comparativo e o estudo de caso, visando proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito, envolvendo a exposição e análise de casos concretos dos conflitos em questão.

**(Resultados)** A partir desse estudo que buscou uma aproximação mais complexa e concreta acerca dos direitos de liberdade de expressão e dignidade da pessoa humana, em face de uma perspectiva voltada para os direitos humanos, observou-se uma tendência de sobreposição dos valores e preservação da dignidade da pessoa humana nos casos, que acabam visando seus fins maiores de consecução do Estado Democrático de Direito e da dignidade em questão. Observa-se, porém, a função por excelência do Supremo Tribunal Federal, intérprete constitucional, de em vez de preferir determinado direito fundamental a outro, já que nenhum destes é absoluto, realizar a ponderação, razoabilidade, proporcionalidade e harmonia entre os mesmos, analisando cada caso com sua individualidade, e almejando a solução do conflito com o sacrifício mínimo dos direitos fundamentais e valores constitucionais em jogo.

**(Conclusão)** Criando um debate sobre o presente estado de direito, o estudo incita reflexões a respeito dos conflitos inerentes a liberdade de expressão e dignidade da pessoa humana, a característica limitadora inerente a todos os direitos fundamentais, e a importância destes para a formação de uma sociedade que busca o respeito geral e uma maior aplicação de equidade. Sendo assim, utiliza-se de métodos para a resolução dos conflitos aparentes com o mínimo de consequências negativas, e com decisões que exponham a valorização e cautela do ordenamento brasileiro para com os direitos fundamentais de seus cidadãos, analisando minuciosamente cada caso. E, por fim, contribuindo sobremaneira para o aprofundamento e problematização da temática, e de embasamento profissional acima do estudo realizado.

**Palavras-Chave:** Liberdade de expressão. Dignidade Humana. Conflito aparente de direitos fundamentais.

## LIMITES CONSTITUCIONAIS AO INTERVENCIONISMO ESTATAL

**Autor(es):**

*Aline Pinheiro de Albuquerque: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Movimentos como o liberalismo e correntes inspiradas no constitucionalismo liberal e contemporâneo procuram defender a importância de que o que há de mais elevado e profundo no homem não pode ou deve ser atingido através de abundante regulamentação externa. O legislador constituinte, brasileiro, de 1988 procurou caracterizar direitos fundamentais como verdadeiros limites jurídicos ao excesso de ativismo estatal nas relações interpessoais, bem como também nas econômicas. Diante dessa vedação, estabelecida pela própria Carta Magna em vários de seus dispositivos e também partindo de essências como liberdade e dignidade, pode-se observar que dentro da conjuntura do Estado Democrático de Direito, há de se ponderar a autonomia privada e o intervencionismo estatal para a criação de critérios limitativos capazes de analisar o impacto negativo de possíveis desvios da função estatal e que existe, sim, previsão legal que impossibilita o despropósito do ativismo da máquina pública.

**(Metodologia)** Tratando-se de uma abordagem analítica que utiliza-se do critério de procedimento monográfico e histórico, alcançando a construção de pensamento obtida através da metodologia hipotético-dedutiva, isto é, onde a argumentação está frequentemente sujeita a críticas intersubjetivas, publicidade e confronto de fatos, na tentativa de verificar quais são as hipóteses tidas como válidas, o presente estudo possui como objetivo analisar direitos fundamentais como limites jurídicos ao paternalismo estatal, bem como produz uma necessidade de sistematização de políticas públicas capazes de auxiliar instituições carentes de limitações, alterações ou avaliações. Além disso, apresenta-se também como intuito específico da pesquisa, a formação de uma estrutura de combate aos excessos da atividade estatal que atualmente geram prejuízos as principais demandas sociais, tomando sempre como norte maior o que está positivado na própria Constituição Federal.

**(Resultados)** Portanto, manifesta-se como resultado principal da tese o entendimento de que apesar de existir a necessidade de um equilíbrio entre autonomia e intervenção, o que jamais poderá ser admitido é que essa intervenção transpasse o previsto e garantido constitucionalmente, observando justamente o que foi tomado como pressuposto óbvio para desenvolvimento do presente tema, ou seja, os limites constitucionais à ingerência do Estado e também o desenvolvimento dos instrumentos científicos qualificados para traçar um redirecionamento das políticas públicas capazes de atuar de maneira preventiva e eficaz, ampliando as possibilidades do pleno exercício da cidadania, tendo em vista que toda regulamentação excessiva resulta em crescente agravamento da situação fiscal do país, reduzindo a produtividade e obstruindo a vivência completa de direitos básicos para a promoção dessa condição elementar de todo e qualquer cidadão.

**(Conclusão)** Por fim, em sede de conclusão da matéria abordada, por ora o processo de desenvolvimento da finalização desse raciocínio científico ainda está em andamento, tendo em vista a necessidade de um amplo aprofundamento das técnicas a serem utilizadas, bem como do tempo que exige-se para aperfeiçoar todo o procedimento de investigação.

**Palavras-Chave:** Constitucionalismo Liberal. Paternalismo Estatal. Regulamentação excessiva. Políticas Públicas preventivas. Liberdade.

**LIMITES DE ACORDOS INTERNACIONAIS EXTRADITÓRIOS: UMA ANÁLISE SOB O ENFOQUE DOS VALORES FUNDAMENTAIS DA SOLIDARIEDADE E FRATERNIDADE ENTRE OS POVOS**

**Autor(es):**

*Douglas Mark de Oliveira Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Andreza Dantas de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A extradição representa um instrumento de suma importância no combate à criminalidade, tratando-se de um importante mecanismo de cooperação internacional, um dos itens basilares que assegura a paz e harmonia entre as nações. É o ato pelo qual um Estado estrangeiro entrega um indivíduo, a pedido de outro Estado estrangeiro que é competente para puni-lo e julgá-lo. Eventualmente são presenciados casos envolvendo presos estrangeiros no Brasil, assim como brasileiros que se encontram em cárcere no exterior, situações em que as ferramentas de perseguição brasileira foram incapazes de proferir máxima efetividade devido ao refúgio do acusado para o exterior. A pesquisa apresentada tem, como objetivo geral, analisar o alcance dos acordos que versam a extradição e os limites impostos pelo próprio conjunto de normas do Brasil. A fim de alcançar o objetivo geral proposto, pretende-se, buscar a compreensão do conteúdo dos tratados internacionais que versam sobre a matéria, bem como, analisar, em casos concretos, como o Brasil atua na esfera internacional com relação aos condenados estrangeiros que aqui se encontram e aos condenados brasileiros que estão em outros países

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa com cunho explicativo, utilizando-se dos métodos de procedimentos de coleta: bibliográfico e documental, tendo em vista que a leitura e pesquisa dos códigos normativos, estatutos e acordos internacionais foram essenciais para análise e compreensão do que foi abordado na pesquisa presente. Ademais, como método de procedimento, utilizou-se o Estudo de Casos concretos específicos, que versaram sobre o tema objeto da pesquisa, elegendo-se os mais relevantes em termos de repercussão na comunidade internacional.

**(Resultados)** É importante exaltar que os tratados podem livremente estabelecer e delimitar as condições para a extradição, contando com a existência do consenso entre os Estados-partes. Contudo, observa-se que a Constituição Federal trata apenas do modo de extradição passiva, sendo esta a hipótese em que outro Estado estrangeiro solicita ao Brasil a concessão de um indivíduo que se encontra em terras brasileiras. Sendo o caso de extradição ativa aquele que o estado do Brasil solicita o cidadão refugiado em outro território, regulamentada principalmente pelo Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980). A Carta magna do Brasil estabelece ainda que nenhum brasileiro nato será extraditado, e no horizonte penal o ato cometido pelo sujeito deverá ser delito em ambos os sistemas jurídicos dos Estados.

**(Conclusão)** Diante dos estudos é evidente que a Extradição concerne sobre os direitos de 3ª dimensão/geração tendo como foco o direito de fraternidade ou solidariedade, relacionados ao progresso, destinados principalmente à proteção do gênero humano. Constata-se então que a extradição é um assunto extremamente delicado, uma vez que trata das relações entre os países, passando pelo viés dos Direitos Humanos e do Direito Penal. É preciso analisar cada caso concreto e cada tratado de cooperação. Sendo reconhecido tamanha delicadeza e fragilidade sobre o tema, cada Estado-parte nos acordos devem assegurar que nenhuma lei vigente no sistema jurídico irá de encontro com que está sendo pactuado, solucionando e prevenindo assim possíveis futuros conflitos extraditórios.

**Palavras-Chave:** Direito internacional. Acordos. Limites. Extradição

**MACHADO DE ASSIS E A SÍNDROME DE DOM CASMURRO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA PENAL BRASILEIRA**

**Autor(es):**

*Anna Luiza Silva de Paula: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Lucas Vinicius de Oliveira França: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Isabel Peixoto Fernandes Pimenta: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente produção acadêmica, intitulada de “Machado de Assis e a Síndrome de Dom Casmurro”, propõe analisar a ampla importância da Literatura para a Ciência do Direito, bem como para os seus operadores. Somado a isso, a pesquisa visa, também, avaliar e analisar a ocorrência no Judiciário da “Síndrome de Dom Casmurro” – assim intitulada no Direito Penal Brasileiro e Processual Penal Brasileiro. Tangente à relevância literária, é importante sinalizar a sensibilidade frente aos problemas sociais perpassada aos juristas por meio da influência histórica de produções bibliográficas. Acrescenta-se a isso, a observância da “Síndrome de Dom Casmurro”, cuja nomenclatura teve como fonte a Obra Machadiana “Dom Casmurro”, em decorrência do quadro mental paranoico acometido pelo personagem Bentinho, ao conjecturar repetidas vezes a possibilidade de uma traição por parte da sua esposa – Capitu. O Processo Penal utilizou-se da literatura para designar a conduta errônea do magistrado ao desenvolver situações mentais paranoicas para com o réu e, diante disso, abordar anacronicamente o sistema penal acusatório – mecanismo legal utilizado na Idade Média, no qual o juiz detinha o poder de acusar, julgar e defender o investigado, em consonância com Leonardo Augusto Marinho. Esta atitude praticada, indubitavelmente, compromete de modo significativo a prudência e equanimidade do Devido Processo Legal vigente em concordância com o Direito Penal e Processual Penal brasileiro. Nesse contexto, a presente pesquisa visa analisar a aplicação da “Síndrome de Dom Casmurro” no processo penal brasileiro Contemporâneo, bem como seus efeitos no que tange ao comprometimento da imparcialidade do juiz e da adequação ao Devido Processo Legal. Pretende-se, assim, analisar por meio da hermenêutica, filosofia e das disciplinas técnicas do Direito, aplicação da referida síndrome, em prejuízo da observância das garantias fundamentais constitucionais em matéria penal e processual penal.

**(Metodologia)** O presente estudo tem caráter teórico, configurando-se em uma pesquisa documental, de cunho exploratório. Em decorrência dos objetivos propostos, fez-se uso do método dialógico, ao analisar solidamente a importância da História para a gênese da “Síndrome de Dom Casmurro no Direito Processual Penal, com enfoque na abordagem literária, assim como, ênfase, também, no viés jurídico da problemática. Acrescenta-se a isso, a abordagem transdisciplinar, na medida em que o estudo dedica-se ao diálogo entre o Direito Penal e Processo Penal e a Arte Literária.

**(Resultados)** O presente estudo tem caráter teórico, configurando-se em uma pesquisa documental, de cunho exploratório. Em decorrência dos objetivos propostos, fez-se uso do método dialógico, ao analisar solidamente a importância da História para a gênese da “Síndrome de Dom Casmurro no Direito Processual Penal, com enfoque na abordagem literária, assim como, ênfase, também, no viés jurídico da problemática. Acrescenta-se a isso, a abordagem transdisciplinar, na medida em que o estudo dedica-se ao diálogo entre o Direito Penal e Processo Penal e a Arte Literária.

**(Conclusão)** Consta-se, a significativa contribuição da literatura para a compreensão da sociedade e suas relações com o Estado e com o próprio direito de modo a ampliar os horizontes de sentido aos operadores da lei, bem como trazer à tona o olhar empático e sensível do jurista mediante aos problemas inseridos no campo social. Prosseguindo acerca da temática, a pesquisa contribuiu para desvelar o misticismo em torno da figura do magistrado ao elucidar possíveis erros e desvios de condutas por parte destes. Abordou, de forma inovadora e prática, a definição e identificação da “Síndrome de Dom Casmurro” e, portanto, diante desse fato, o tolhimento do seguimento pleno e justo do devido Processo Legal.

**Palavras-Chave:** Direito, literatura, síndrome, processo, penal.

## MANEIRAS DE COMO SE EFETIVAR A GESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

### **Autor(es):**

*João Vitor de Araújo Pereira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Vinicius Matheus Alves da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*  
*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho teve como intuito analisar a Previdência Social no Brasil, enquanto provedora de benefícios e mecanismos de distribuição de renda e apresenta-la como espaço de discussão e de formulação de políticas públicas no contexto da gestão social. Dessa maneira, a Previdência Social é uma área de políticas públicas e dos gastos sociais brasileiros, englobando a participação de um grande número de famílias e impactando toda a sociedade nos níveis econômico, político e social. O estudo partiu de discussões precisas sobre o surgimento do Estado do Bem-Estar Social, seguridade social e a Previdência Social, introduzindo desde a sua formação até os objetivos do sistema previdenciário no Brasil. Verificou-se que uma reforma política pode ser o primeiro passo em prol da causa da previdência social e de uma maior aproximação entre sociedade e a gestão pública, haja vista que através das discussões dos cidadãos, visando o interesse público, teremos uma pluralidade de ideias que efetivarão uma reforma mais honesta e como consequência, teremos a subtração no número de violência, desigualdade social e com isso atingiremos o bem-comum.

**(Metodologia)** Método hipotético-dedutivo

**(Resultados)** Com o fim da ditadura militar no Brasil e com a instauração da Constituição Federal de 1988, foi introduzido o conceito de seguridade social que está ligado diretamente com a assistência social, saúde pública e a previdência social, na qual o objetivo é ajudar aos cidadãos na velhice ou no desemprego. Os trabalhadores formais contribuem com a Previdência Social, eles pagam os benefícios das pessoas que estão aposentadas e no futuro, eles estarão recebendo esse benefício. Todavia como o déficit da Previdência é altíssimo e há uma tendência de crescer mais, graças as condições demográficas do país, que não favorecerão as contas no futuro uma vez que teremos cada vez mais, pessoas aposentadas para cada trabalhador. Isso decorre do aumento da expectativa de vida e como decorrência se tem uma diminuição na taxa de natalidade, logo, é necessário que se tenha um debate honesto sobre a reforma da Previdência, visando o interesse público, para que seja atingido o bem-comum.

**(Conclusão)** Este trabalho, teve por objetivo analisar a Previdência Social Brasileira, enquanto provedora de benefícios e instrumento de distribuição de renda e apresentá-la como espaço de discussão de formulação de políticas públicas no contexto da gestão social, porém, a origem e a evolução do Estado do Bem-estar são um pré-requisito para a discussão sobre a seguridade social. A partir do histórico da Previdência Social, que muitas vezes é confundido com a história do Welfare State que surgiu na Inglaterra, logo, o Estado é assistencial, então, garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos, portanto, a partir disso é possível entendê-la melhor enquanto fonte de distribuição de renda para a população, conseqüentemente como geradora de desenvolvimento socioeconômico. Entretanto, apesar da Previdência Social Brasileira apresentar inúmeros desafios a serem superados, como por exemplo, déficit previdenciário, envelhecimento da população, entre outros fatores, fica claro que ela é um instrumento de política pública, voltada para a distribuição de renda, proteção social para o desenvolvimento socioeconômico do país e que seja encarada como tal pelo Governo e contando com a apropriação pelos indivíduos do direito de construção democrática das políticas previdenciárias, pode trazer inúmeros benefícios aos Estados e municípios brasileiros. Vale lembrar que o interesse em jogo sempre deve estar para o bem-comum, ou seja, o interesse público deve estar acima na sociedade, deste modo, a sociedade deve receber um tratamento igualitário do Estado, não importando cor, raça, etnia ou até mesmo renda.

**Palavras-Chave:** Previdência Social. Seguridade Social. Política Pública. Estado de Bem-Estar Social.

## MANEIRAS DE COMO SE EFETIVAR A GESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

### **Autor(es):**

*João Vítor de Araújo Pereira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Vinícius Matheus Alves da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*  
*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho teve como intuito analisar a Previdência Social no Brasil, enquanto provedora de benefícios e mecanismos de distribuição de renda e apresenta-la como espaço de discussão e de formulação de políticas públicas no contexto da gestão social. Dessa maneira, a Previdência Social é uma área de políticas públicas e dos gastos sociais brasileiros, englobando a participação de um grande número de famílias e impactando toda a sociedade nos níveis econômico, político e social. O estudo partiu de discussões precisas sobre o surgimento do Estado do Bem-Estar Social, seguridade social e a Previdência Social, introduzindo desde a sua formação até os objetivos do sistema previdenciário no Brasil. Verificou-se que uma reforma política pode ser o primeiro passo em prol da causa da previdência social e de uma maior aproximação entre sociedade e a gestão pública, haja vista que através das discussões dos cidadãos, visando o interesse público, teremos uma pluralidade de ideias que efetivarão uma reforma mais honesta e como consequência, teremos a subtração no número de violência, desigualdade social e com isso atingiremos o bem-comum.

**(Metodologia)** Método hipotético-dedutivo

**(Resultados)** Com o fim da ditadura militar no Brasil e com a instauração da Constituição Federal de 1988, foi introduzido o conceito de seguridade social que está ligado diretamente com a assistência social, saúde pública e a previdência social, na qual o objetivo é ajudar aos cidadãos na velhice ou no desemprego. Os trabalhadores formais contribuem com a Previdência Social, eles pagam os benefícios das pessoas que estão aposentadas e no futuro, eles estarão recebendo esse benefício. Todavia como o déficit da Previdência é altíssimo e há uma tendência de crescer mais, graças as condições demográficas do país, que não favorecerão as contas no futuro uma vez que teremos cada vez mais, pessoas aposentadas para cada trabalhador. Isso decorre do aumento da expectativa de vida e como decorrência se tem uma diminuição na taxa de natalidade, logo, é necessário que se tenha um debate honesto sobre a reforma da Previdência, visando o interesse público, para que seja atingido o bem-comum.

**(Conclusão)** Este trabalho, teve por objetivo analisar a Previdência Social Brasileira, enquanto provedora de benefícios e instrumento de distribuição de renda e apresentá-la como espaço de discussão de formulação de políticas públicas no contexto da gestão social, porém, a origem e a evolução do Estado do Bem-estar são um pré-requisito para a discussão sobre a seguridade social. A partir do histórico da Previdência Social, que muitas vezes é confundido com a história do Welfare State que surgiu na Inglaterra, logo, o Estado é assistencial, então, garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos, portanto, a partir disso é possível entendê-la melhor enquanto fonte de distribuição de renda para a população, conseqüentemente como geradora de desenvolvimento socioeconômico. Entretanto, apesar da Previdência Social Brasileira apresentar inúmeros desafios a serem superados, como por exemplo, déficit previdenciário, envelhecimento da população, entre outros fatores, fica claro que ela é um instrumento de política pública, voltada para a distribuição de renda, proteção social para o desenvolvimento socioeconômico do país e que seja encarada como tal pelo Governo e contando com a apropriação pelos indivíduos do direito de construção democrática das políticas previdenciárias, pode trazer inúmeros benefícios aos Estados e municípios brasileiros. Vale lembrar que o interesse em jogo sempre deve estar para o bem-comum, ou seja, o interesse público deve estar acima na sociedade, deste modo, a sociedade deve receber um tratamento igualitário do Estado, não importando cor, raça, etnia ou até mesmo renda.

**Palavras-Chave:** Previdência Social. Seguridade Social. Política Pública. Estado de Bem-Estar Social.

**MEDIADORES E CONCILIADORES: A IMPORTÂNCIA DE UM PREPARO QUALIFICADO PARA O ALCANCE DA EFICÁCIA NA RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

**Autor(es):**

*Renan Barbalho Penha Ursulino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O acentuado aumento da população aliada à globalização e ao avanço tecnológico fez com que um maior número de pessoas se relacionasse de maneiras diferentes pelo mundo e conseqüentemente gerando litígios e divergências entre elas. Com esse aumento significativo, não é mais possível conceber exclusivamente ao judiciário a competência de resolver litígios que ocorrem constantemente devido à demanda desproporcional ao número de operários do judiciário. A partir dessa premissa, existe a aplicação de mecanismos equivalentes à jurisdição como a mediação e conciliação, os quais são meios mais céleres e menos onerosos para a resolução de conflitos. Entretanto, cabe aos mediadores e conciliadores executarem a atividade de resolver litígios de maneira liminar. Atividade essa que é de alta complexidade e requer um elevado grau de capacidade do servidor em razão da vasta possibilidade de direitos que podem ser atingidos e lides que podem vir a surgir. Sob esse raciocínio, reconhece-se que a maior capacitação específica desses funcionários, quanto à área do direito, poderia garantir uma maior eficácia desses equivalentes jurisdicionais, aumentando o índice de homologação de acordos prévios e, por conseguinte, desafogar o Poder Judiciário, possibilitando a este último o enfoque em causas de maior complexidade que não foram passíveis de acordo na fase de conhecimento processual.

**(Metodologia)** A metodologia deste trabalho deu-se a partir de estudo reflexivo amparado em referencial teórico especializado, onde se desenvolveu o tema pautado no método dedutivo; bem como, a técnica de coleta de dados, a pesquisa bibliográfica, complementada pela análise de dados estatísticos e reflexões sobre a resolução número 125/2010 do conselho nacional de justiça que dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do poder judiciário.

**(Resultados)** Ao se refletir e analisar os dados estatísticos apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça, no que versa sobre a Resolução 125/2010, é notória uma certa ineficácia das audiências de mediação e conciliação, uma vez que pequena porcentagem da demanda judicial é resolvida e homologada nesse trâmite liminar do processo. Dessa maneira, com um maior preparo de mediadores e conciliadores através de cursos específicos, pode-se usufruir melhor deste equivalente jurisdicional para resolver litígios de maneira rápida e menos custosa e, conseqüentemente, desafogando o Poder Judiciário.

**(Conclusão)** Do exposto e sob o viés da temática, conclui-se que as audiências de mediação e conciliação – regulamentadas pela Resolução 125 de 2010 do Conselho Nacional de Justiça - não atingem a eficácia que era pretendida para aliviar o poder judiciário de sua demanda desproporcional frente à sua estrutura. Como solução para esse problema, conclui-se que uma maior capacitação de mediadores e conciliadores para áreas específicas do Direito, faria com que os servidores tivessem mais facilidade para o auxílio na resolução de litígios, aumentando assim o índice de processos sanados por meio de acordo e atingindo a eficácia normativa.

**Palavras-Chave:** Poder judiciário; Mediação e conciliação; Capacitação; Eficácia Normativa

**MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO ACESSO À JUSTIÇA**

**Autor(es):**

*Luana Karla Agra Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Marcus Felipe França Barros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Fernanda Pereira Madruga: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Um dos grandes destaques do Novo Código de Processo Civil de 2015 encontra-se nos métodos alternativos de solução de conflitos, que constituem técnicas adequadas e viáveis para obter êxito e reduzir a morosidade na resolução das lides. Assim, o presente trabalho propõe discorrer, em especial, a respeito dos métodos de Mediação e Conciliação à luz do Princípio Constitucional do Acesso à Justiça, tendo em vista os reais obstáculos para a efetivação desse direito fundamental. Os aludidos métodos têm como objetivo garantir um meio adequado de solução de conflitos, visando minimizar a litigiosidade exacerbada que compromete a eficiência da prestação da Justiça. Tem-se como objetivo identificar as alterações ocorridas no ordenamento jurídico brasileiro referentes aos métodos autocompositivos de resolução de conflitos. Pretende-se analisar historicamente o Princípio do Acesso à Justiça e relacioná-lo com a aplicação dos métodos alternativos, Mediação e Conciliação, analisando quando podem ser aplicados, por quem e como serão realizados. Propõe-se demonstrar, a partir de dados estatísticos e casos concretos - como invasão de propriedade por integrantes do movimento dos sem-terra, desocupação de escolas por estudantes e conflitos que envolvem políticas públicas - as vantagens da Mediação e Conciliação para a resolução colaborativa quando comparadas com as decisões judiciais.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica, de cunho exploratório. Considerando os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método dialógico de abordagem do tema, já que a problematização abrange questões transdisciplinares com repercussões sobre diversas áreas de conhecimento, notadamente Constitucional e Processo Civil. Ademais, fez-se uso dos seguintes métodos de procedimentos: instrumental-histórico por meio da análise histórica do Princípio do Acesso à Justiça; estatístico-comparado, na medida em que foram analisados casos concretos de maior relevância para o tema; bem como o estudo comparativo entre a Mediação, Conciliação e as decisões judiciais adjudicadas.

**(Resultados)** Constata-se uma mudança de paradigma com relação à forma de solucionar os conflitos, visto que, apesar de a realidade do sistema jurídico brasileiro supervalorizar o Poder Judiciário, a partir dos métodos consensuais de resolução de conflitos, estimulados pelo Novo Código de Processo Civil, busca-se maior protagonismo das partes, reduzindo a hipertrofia desse Poder. Demonstra-se, principalmente, a partir de casos concretos complexos, que não envolvem problemas apenas jurídicos, como também aspectos políticos, econômicos e sociais, os quais não são adequadamente resolvidos no formalismo tradicional que caracteriza o Poder Judiciário (aplicação do direito ao caso concreto), comportando resultados melhores quando submetidos aos métodos de solução consensual. O trabalho revela que, de modo geral, a implementação dos métodos consensuais de solução de conflitos tem proporcionado, com êxito, a garantia de diversos princípios constitucionais, dentre eles o Princípio do Acesso à Justiça, visto que traz uma solução mais adequada, rápida e de maior interesse e relevância para as partes, garantindo-as, de maneira cooperativa, a resolução do litígio.

**(Conclusão)** Observa-se que a Mediação e a Conciliação estão intimamente ligadas ao Princípio Constitucional do Acesso à Justiça, sendo elemento fundamental para sua concretização. É evidente que diversos casos concretos emblemáticos, que envolvem disputas políticas (ocupação de escolas); disputas de políticas públicas (omissão do Poder Público de fornecer medicamentos); e problemas sociais (invasão de propriedade pelo movimento dos sem-terra), são mais adequados a resolução por intermédio dos métodos de solução consensual. No mais, cabe ressaltar a imprescindibilidade da conscientização social acerca do fato de que as lides podem ser mediadas ou conciliadas sem à necessidade de transformar o conflito em um processo judicial, prestigiando-se, com isso, o acesso à Justiça.

**Palavras-Chave:** Novo Código de Processo Civil. Mediação e Conciliação. Princípio do Acesso à Justiça.

**MÍNIMO EXISTENCIAL E EFETIVIDADE DO DIREITO SOCIAL À MORADIA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA EM FACE DO AUXÍLIO-MORADIA CONCEDIDO AO PODER JUDICIÁRIO**

**Autor(es):**

*Marília Saint-Clair Teodósio de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Yasmin Dias de Miranda Pereira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Eleonora de Carvalho Freire: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa propõe-se a analisar a contradição existente entre o mínimo existencial, que é uma ideia doutrinária e amparada pela jurisprudência, ou seja, as mínimas condições de existência humana digna, e às regalias oferecidas pelo Estado ao Poder Judiciário, tais como o auxílio-moradia. É sabido que, o Estado, em diversas situações, relega aos direitos sociais a inefetividade, pautando-se na alegação da reserva do possível, cuja definição diz que em caso de limitação dos recursos públicos, ele pode se escusar à efetivação integral dos direitos sociais. No entanto, tal posicionamento estatal afronta claramente o princípio da proporcionalidade, visto que os pesos atribuídos aos elementos em colisão são colocados em intensidades desproporcionais. O objetivo primário da pesquisa é demonstrar o direito à moradia como um direito humano consagrado internacionalmente, assim como um direito fundamental social indispensável à composição de um mínimo existencial para uma vida digna. Além disso, tem-se como propósito, a análise da inconsistência da prestação do auxílio-moradia, já que essa incongruência é proveniente do fato de se tratar de um país onde quase metade da população recebe até um salário mínimo, atualmente, R\$937,00, enquanto tal auxílio equivale a seis vezes o valor deste (R\$5.622,00), atribuído a quem já recebe um salário acima da média, se comparado aos trabalhadores brasileiros de maneira geral. Desse modo, busca-se demonstrar que ser considerado legal não significa, necessariamente, ser moral, ético e legítimo.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado foi o indutivo, partindo-se da análise de situações concretas de violação da dignidade da pessoa humana, no sentido de buscar uma reflexão jurídica mais ampla, para fins de compreensão da proteção do mínimo existencial. Soma-se a isso o fato de que foi utilizado o método dialógico de abordagem, já que sua problematização abrange questões transdisciplinares, que envolvem direito civil, constitucional, bem como uma análise ética a respeito da questão investigativa. Como método de procedimento, foi aplicado, o comparativo e o estudo de caso, visando proporcionar maior densidade teórica à pesquisa, que envolve levantamento bibliográfico e análise estatística de indicadores sociais no Brasil.

**(Resultados)** Através da análise dos dados da pesquisa, promover-se-á uma reflexão crítica em face do contraste entre as políticas públicas destinadas a garantir o direito social à moradia à população em geral e a concessão do auxílio moradia a juízes, promotores e membros dos tribunais de contas. Na busca pelo progresso de cunho social e humanístico, a prestação do direito à moradia proporciona ao ser humano uma vida de pleno respeito e maior desenvolvimento, na medida em que está relacionado, de forma intrínseca, com os demais direitos fundamentais e, em especial, com a observância ao princípio da dignidade da pessoa humana. Como resultado de tal análise, torna-se evidente a incoerência entre a prestação do auxílio moradia, aos que gozam de excelente condição de vida, e a carência de lugares dignos para morar, que vem a ser a realidade de uma parcela vultosa da população, indo de encontro ao direito constitucional à moradia. Faz-se evidente, também, o quanto esse contraste social fere o conjunto de princípios e normas constitucionais que regem o bem-estar coletivo e individual.

**(Conclusão)** Conclui-se que as questões que envolvem o direito precisam refletir um fundamento ético à luz dos pilares da moral, ou seja, devem ir além das positivismos, com intuito de tornar efetiva a proteção da dignidade humana. Ao analisar o levante dessa temática, que diz respeito ao direito fundamental à moradia, verifica-se que na medida em que o governo se faz presente para amenizar as desigualdades sociais, garantindo o mínimo existencial, passa a existir um maior desenvolvimento social e humano.

**Palavras-Chave:** Mínimo existencial. Reserva do possível. Direito à moradia. Auxílio-moradia.

## MULTIPROPRIEDADE: O TIME-SHARING COMO MODALIDADE DE DIREITO REAL

### **Autor(es):**

*Livia Vieira Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Marília Bulhões Alexandre: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*ALANA MARIA DE LIMA DANTAS: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Fernanda Costa Cabral: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Wanessa Germano Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem por escopo analisar a multipropriedade (time-sharing), um sistema utilizado nos Estados Unidos e na Europa, como meio de se adquirir a propriedade de um bem imóvel de forma compartilhada, na qual vários proprietários do mesmo imóvel exercem seus direitos de propriedade em diferentes lapsos temporais. Não obstante haja divergência quanto à natureza jurídica, bem como no intuito de realizar um estudo crítico do regime de multipropriedade, o trabalho enfatiza a possibilidade de a multipropriedade configurar-se como um direito real, visto que o rol taxativo do art. 1.225 do Código Civil não anula a criação de novo instituto em decorrência das mudanças nas relações jurídicas.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado na pesquisa foi o indutivo, partindo de algo particular para uma questão mais ampla, ou seja, geral. Outrossim, os métodos de procedimento são o histórico, tendo em vista que retrata a evolução do objeto pesquisado, ou seja, julgados que já reconhecem a natureza jurídica do time-sharing como de direito real e, por fim, o método descritivo que tem por finalidade descrever as características ou conceituar algo. Por essa razão visa analisar a multipropriedade como meio de se adquirir propriedade de bem imóvel de forma compartilhada.

**(Resultados)** Em que pese o artigo 1.225 do Código Civil esteja assentado na taxatividade dos direitos reais, ele não anula a possibilidade de criação de outras espécies decorrentes de fatos jurídicos e necessidades sociais. Por se tratar de um instituto muito utilizado no exterior, a Lei Federal de Turismo da Espanha, em seu artigo 45, aborda o conceito de multipropriedade, de modo que se assemelha com a definição trazida no voto do relator da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial (nº 1.546.165/SP), que decidiu, por maioria, que a multipropriedade imobiliária tem natureza jurídica de direito real, em razão das faculdades de uso, gozo e disposição sobre fração ideal do bem, ainda que objeto de compartilhamento pelos multiproprietários de espaço e turnos fixos de tempo. Noutro pórtico, o marco regulatório do time-sharing no Brasil se deu somente em 12 de agosto de 1997, com a edição da Deliberação Normativa nº 378, pela qual o Ministério do Turismo implementou o sistema de tempo compartilhado em meios de hospedagem de turismo. Posteriormente, o Decreto Federal nº 7.381, de dezembro de 2010, que regulamenta a Política Nacional de Turismo (Lei 11.771/2008), deu uma definição para o sistema de time-sharing em seu artigo 28. Todavia, tais marcos regulatórios não apresentam densidade normativa, obstando a possibilidade de utilização do time-sharing.

**(Conclusão)** Conclui-se que, embora não conste especificadamente na legislação civil brasileira, é de suma importância aderir rol taxativo dos direitos reais, o sistema time-sharing. Tal necessidade justifica-se em virtude da dificuldade quanto à sua formalização no Cartório de Registro de Imóveis, que não considera como legal a multipropriedade imobiliária, devido ao instituto jurídico se encontrar consagrado somente na doutrina e jurisprudência. Dessa forma, a ausência da segurança jurídica torna mitigado o direito de quem compartilha o imóvel, que almeja com a normatização uma garantia, dada somente com o registro público do bem. Sem essa proteção, há a desaceleração do mercado imobiliário, suprimindo a ideia de função social e econômica da propriedade.

**Palavras-Chave:** Direito real, Multiproprietários, Time-sharing.

**NASCITURO: A TEORIA CONCEPCIONISTA E SUA INSERÇÃO NA SOCIEDADE E NO DIREITO, PARA COMPREENSÃO DO ATUAL PENSAMENTO JURÍDICO**

**Autor(es):**

*Jozelma Soares da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Pedro Henrique Xavier de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este projeto de pesquisa tem como base epistemológica a compreensão do direito a vida, relativamente ao qual se aborda a perspectiva do nascituro, suas implicações no âmbito social e jurídico. Explana-se as consequências da formação do embrião perante a sociedade acadêmica de direito, a teoria que a rege e o conflito entre esta e a teoria natalista. Analisa-se também, tal temática em face do Direito Comparado no que tange aos aspectos jurídicos e suas repercussões sociais. Nesse contexto, busca-se não apenas refletir sobre a condição do nascituro, mas também tentar demonstrar o direito à vida, que está intrinsecamente ligado ao mesmo. Além disso, é almejado demonstrar como o ordenamento jurídico brasileiro trata a questão, levando em conta principalmente a lei maior e o código civil.

**(Metodologia)** Devido ao caráter amplo da temática abordada, utiliza-se o método de pesquisa transdisciplinar, passando pela análise do tema em seu aspecto civil, constitucional, bem como em face da bioética e da sociologia, objetivando o enfrentamento do impacto social da problemática. Trata-se, portanto, de uma pesquisa teórica, de caráter exploratório, qualitativo e documental, na medida em que se buscou analisar a legislação aplicável, bem como a jurisprudência, em face de seus aspectos controvertidos.

**(Resultados)** O direito a vida precede qualquer direito, pois ele é inerente e anterior ao indivíduo, sendo uma forma de pré-requisito para qualquer exercício do homem, assim o conteúdo do caput do artigo 5º CF/88, traz o direito a vida como algo primordial entre os direitos fundamentais, além disso, aprofundando ao seguimento temático escolhido, se tem o artigo 2º CC/02, onde é visto a problemática do conflito entre a teoria natalista e concepcionista, têm-se também leis complementares que são utilizadas nessa pesquisa, além do código processual civil em seus artigos 650 e 733. Destarte, a teoria natalista aduz de forma sintética que será considerado pessoa aquele que nasce com vida, ou seja, para o código civil, presença de ar nos pulmões. Já a teoria concepcionista, é inspirada no direito francês e impõe uma posição moderna, que assegura a personalidade jurídica no momento da concepção.

**(Conclusão)** Com embasamento jurídico, contemplando o direito civil, a ética e o direito constitucional, sem esquecer o caráter sociológico, bem como analisando a relevância da temática no meio da comunidade social, foi almejado compreender a inserção dos direitos concepcionistas e trazer consciência objetiva ao leitor, a partir desta pesquisa sócio-jurídica, para assim construir um pensamento crítico. Destarte, é importante destacar o papel do nascituro, pois é de grande relevância definir o momento em se inicia a vida, para assim entender que o embrião é um ser vivente a luz da ética e da biologia, portanto portador de direitos. Existe uma lacuna quanto aos direitos do feto, e é de grande valia uma normatização acerca do tema, pois ao se definir tal tutela jurídica, garantirá de fato o direito à vida, sendo justificado com mais clareza assuntos como a proibição do aborto e a doação temporária de útero.

**Palavras-Chave:** Nascituro. Direito. Consciência Objetiva. Teoria Concepcionista.

**NINA SIMONE: UM DIÁLOGO JURÍDICO-ARTÍSTICO FUNDADO NA MUSICOGRAFIA**

**Autor(es):**

*Lorena Medeiros Toscano de Brito: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A sociedade é diversa e dinâmica. Os sujeitos inseridos nela possuem suas diferenças tentam coexistir diariamente, todavia em algumas décadas passadas o convívio não foi pacífico. Muitos indivíduos que integravam a comunidade possuíam necessidades e realidades diferentes, essas, por sua vez, precisavam de representações para serem atendidas. A partir de um conflito de interesses, surgem figuras atuantes que lideram movimentos sociais, normalmente usando a arte. A criação de músicas é um dos focos principais e que dão mais visibilidade as minorias. Logo, as ações coletivas, as quais são resultado dos movimentos, tornam-se o fruto de uma sociedade plural, dotada de interesses e com anseios de posterior reconhecimento jurídico. Nos Estados Unidos da América, na década de 60, Eunice Kathleen Waymon, com seu nome artístico Nina Simone, desempenhou com profundidade esse papel.

**(Metodologia)** Para Nina o dever do artista é defender o momento, ou seja, em caso de querelas sociais o talento artístico deve superar e esclarecer as pretensões, usando a equidade, e, claro, reconhecendo direitos. Durante toda a sua jornada, Simone foi direcionada a aprendizagem de instrumentos musicais, em especial, o piano, sempre acompanhada da Professora Mazzanovich, senhora que a considerava domesticated black woman (em português, mulher negra domesticável). Desde o início da sua carreira, de forma sutil e com muito esforço para ser reconhecida, escrevia músicas sobre sua história afro-americana e sobre as mulheres, em contexto de violência e diferenças étnicas. Após atingir o sucesso, aconteceu, simultaneamente, um desastre no Alabama, estado norte-americano, envolvendo quatro afro-americanos. A partir disso, Nina Simone passou a dedicar-se profundamente a criação musical para o reconhecimento dos Direitos Civis aos afrodescendentes. Dessa feita, para analisar toda a trajetória histórico-jurídico-artística será usado o método dedutivo, atrelado ao histórico com objetivo descritivo, além, é claro, da coleta de dados das suas produções.

**(Resultados)** A partir do exposto, a investigação de cinco melodias foram cruciais para concluir o posicionamento e contribuição de Nina Simone para a sustentação dos movimentos sociais na época, conhecido como Black Power (em português, Força Negra) e, a posterior, o reconhecimento dos Direitos Civis aos afrodescendentes, os quais eram direitos básicos, como inclusão em escolas, o poder de voto e, não mais e nem menos importante, a constatação de que eles eram seres humanos. Suas produções no Jazz e Soul foram: *By Me Husband* (em português, Seja Meu Marido), *I Got Life!* (em português, Eu Tenho a Vida!) ambas denunciando a Violência Doméstica e o Sexismo perante as mulheres. No que tange a etnicidade houve a criação da *Four Women* (em português, Quatro Mulheres) esmiuçando os fenótipos e a necessidade de respeito em relação as diferenças e, por fim, no teor antirracista *Strange Fruit* (em português, Estranho Fruto) e *Mississippi Goddam* (em português, Maldito Missisipi). Ambas foram criadas para impactar os ouvintes e tentar desperta-los aos problemas que esse grupo social, sendo minoria, passava.

**(Conclusão)** Dessa forma, é notório que a produção artística pode mudar os rumos da cultura de determinado lugar. Além disso, é preciso considerar que a arte faz parte dos costumes humanos, sejam eles retrocedentes ou progressistas. A pluralidade social sempre será palco para aperfeiçoamento dos arranjos sociais. Não há como negar que o Direito e a Arte estão caminhando sempre juntos, se, como mencionado outrora, há pluralidade na sociedade e o direito tenta acompanhá-la, é fato que ele sempre será um território da diversos de pensamentos, não podendo ter teor impositivo e sim moldar-se as necessidades em tom de equidade.

**Palavras-Chave:** Movimentos Sociais. Equidade. Musicografia. Direitos Civis.

## NINA SIMONE: UM DIÁLOGO JURÍDICO-ARTÍSTICO FUNDADO NA MUSICOGRAFIA

### **Autor(es):**

*Lorena Medeiros Toscano de Brito: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A sociedade é diversa e dinâmica. Os sujeitos inseridos nela possuem suas diferenças tentam coexistir diariamente, todavia em algumas décadas passadas o convívio não foi pacífico. Muitos indivíduos que integravam a comunidade possuíam necessidades e realidades diferentes, essas, por sua vez, precisavam de representações para serem atendidas. A partir de um conflito de interesses, surgem figuras atuantes que lideram movimentos sociais, normalmente usando a arte. A criação de músicas é um dos focos principais e que dão mais visibilidade as minorias. Logo, as ações coletivas, as quais são resultado dos movimentos, tornam-se o fruto de uma sociedade plural, dotada de interesses e com anseios de posterior reconhecimento jurídico. Nos Estados Unidos da América, na década de 60, Eunice Kathleen Waymon, com seu nome artístico Nina Simone, desempenhou com profundidade esse papel.

**(Metodologia)** Para Nina o dever do artista é defender o momento, ou seja, em caso de querelas sociais o talento artístico deve superar e esclarecer as pretensões, usando a equidade, e, claro, reconhecendo direitos. Durante toda a sua jornada, Simone foi direcionada a aprendizagem de instrumentos musicais, em especial, o piano, sempre acompanhada da Professora Mazzanovich, senhora que a considerava domesticated black woman (em português, mulher negra domesticável). Desde o início da sua carreira, de forma sutil e com muito esforço para ser reconhecida, escrevia músicas sobre sua história afro-americana e sobre as mulheres, em contexto de violência e diferenças étnicas. Após atingir o sucesso, aconteceu, simultaneamente, um desastre no Alabama, estado norte-americano, envolvendo quatro afro-americanos. A partir disso, Nina Simone passou a dedicar-se profundamente a criação musical para o reconhecimento dos Direitos Civis aos afrodescendentes. Dessa feita, para analisar toda a trajetória histórico-jurídico-artística será usado o método dedutivo, atrelado ao histórico com objetivo descritivo, além, é claro, da coleta de dados das suas produções.

**(Resultados)** A partir do exposto, a investigação de cinco melodias foram cruciais para concluir o posicionamento e contribuição de Nina Simone para a sustentação dos movimentos sociais na época, conhecido como Black Power (em português, Força Negra) e, a posterior, o reconhecimento dos Direitos Civis aos afrodescendentes, os quais eram direitos básicos, como inclusão em escolas, o poder de voto e, não mais e nem menos importante, a constatação de que eles eram seres humanos. Suas produções no Jazz e Soul foram: *By Me Husband* (em português, Seja Meu Marido), *I Got Life!* (em português, Eu Tenho a Vida!) ambas denunciando a Violência Doméstica e o Sexismo perante as mulheres. No que tange a etnicidade houve a criação da *Four Women* (em português, Quatro Mulheres) esmiuçando os fenótipos e a necessidade de respeito em relação as diferenças e, por fim, no teor antirracista *Strange Fruit* (em português, Estranho Fruto) e *Mississippi Goddam* (em português, Maldito Missisipi). Ambas foram criadas para impactar os ouvintes e tentar desperta-los aos problemas que esse grupo social, sendo minoria, passava.

**(Conclusão)** Dessa forma, é notório que a produção artística pode mudar os rumos da cultura de determinado lugar. Além disso, é preciso considerar que a arte faz parte dos costumes humanos, sejam eles retrocedentes ou progressistas. A pluralidade social sempre será palco para aperfeiçoamento dos arranjos sociais. Não há como negar que o Direito e a Arte estão caminhando sempre juntos, se, como mencionado outrora, há pluralidade na sociedade e o direito tenta acompanhá-la, é fato que ele sempre será um território da diversos de pensamentos, não podendo ter teor impositivo e sim moldar-se as necessidades em tom de equidade.

**Palavras-Chave:** Movimentos Sociais. Equidade. Musicografia. Direitos Civis.

## NOVA PERSPECTIVA DO ESTATUTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DO DIREITO ASSISTENCIAL

### **Autor(es):**

*Arthur Augusto de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Claudio Renato Silva Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rodrigo Greiner Calazans: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Mateus Terra de Paiva Palhano: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Daniilo Gurgel Dávila: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A problemática central do presente trabalho acadêmico está relacionada ao benefício assistencialista assegurado à pessoa com deficiência e ao idoso que não possuam meios de prover a manutenção própria ou de tê-la mantida por familiares previsto no art. 203, V da CRFB. Tal benefício encontra-se regulamentado no art. 20 §§ 2º e 10 da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei 8.742/1993), a qual acrescenta que faz jus a tal benesse o paciente que se encontrar acometido por impedimento para o exercício regular de suas atividades por, no mínimo, 2 (dois) anos. Nesse pórtico se levanta a questão: o impedimento justificador da concessão do benefício de prestação continuada é apenas de natureza absoluta ou aquele que impeça o exercício de trabalho ou atividade cotidiana?

**(Metodologia)** Pesquisa teórica, no que concerne à análise jurisprudencial, normativa e doutrinária, nos tratados de direito previdenciário, cível, constitucional, e de postulados acerca da realidade prática do assunto das pessoas com deficiência, buscando a priori entender como se trata a questão, no plano ideal e prático. Partindo desse referencial geral da abordagem do assunto, buscaremos entender o problema mais específico, através do método dialético.

**(Resultados)** Partindo da análise normativa e jurisprudencial do assunto, verifica-se ter havido a ampliação do conceito de pessoa com deficiência a partir da promulgação da Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Assim, passou a ser definida como pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 2º do EPD). Diante dessa nova realidade legislativa, foi editado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ na data de 30 de agosto de 2017 o informativo n.º 608 do Tribunal da Cidadania, o qual aduz que basta verificar se as limitações sobre o potencial beneficiário são capazes de causar, diante do caso concreto, “desequilíbrio social”, ou melhor, impossibilidade (barreiras) de participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Destarte, a incapacidade que permite a concessão do benefício de prestação continuada restou ampliada de tal forma que tornou possível vislumbrar também a ideia de capacidade sobre uma perspectiva socioeconômica, na qual ainda que tal limitação não gere absoluta incapacidade em termos médicos, signifique uma barreira intransponível de inserção no meio social.

**(Conclusão)** Desse modo, nota-se que não basta que haja impedimento de longo prazo para a concessão do benefício de prestação continuada conforme o art. 20, §§ 2º e 10 da LOAS, mas mostra-se de fundamental relevância constatar se tal impedimento é capaz de causar desequilíbrio social, conforme entendimento do STJ, não sendo necessário verificar incapacidade absoluta do potencial beneficiário.

**Palavras-Chave:** Social; assistência; social; idoso; deficiente; benefício;

**O ABUSO DE PODER ECONÔMICO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS: DA INFLUÊNCIA NOS RESULTADOS À INELEGIBILIDADE**

**Autor(es):**

*Fernanda Barros Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Com base na definição do Tribunal Superior Eleitoral, entende-se por abuso de poder econômico, a utilização excessiva antes ou durante a campanha eleitoral, de recursos financeiros ou patrimoniais, buscando beneficiar candidato, partido ou coligação, afetando assim, a normalidade e a legitimidade das eleições. Nesse contexto, pretende-se alertar os eleitores contra a prática do abuso de poder econômico durante as campanhas eleitorais, mostrando que aceitar essa conduta ilícita é contribuir para a impunidade de quem a comete e principalmente, para a desvalorização e desprezo a soberania popular, ferindo o artigo 1º em seu parágrafo 1º da Constituição Federal de 1988, que diz que todo poder emana do povo. O crime eleitoral de abuso de poder econômico entra em conflito com os princípios da isonomia do processo eleitoral, probidade, legitimidade e moralidade, segundo alguns doutrinadores, encontra também argumentação no artigo 22 da LC 64.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, partindo da análise de casos concretos, denunciados e julgados pela justiça como abuso de poder econômico, além disso, também utiliza-se o método dialético, pois o tema abordado deve ser observado dentro de um contexto histórico e político, econômico e social.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Constata-se que são diversas as formas com que a prática do abuso de poder econômico interfere nos resultados das eleições municipais e que com isso, o princípio da lisura das eleições é desrespeitado. Percebe-se ainda, que essa conduta ilícita advém de um contexto histórico e social e que a aceitação resulta em uma representação política distorcida. No Brasil, essa prática é constante e cresce a cada nova eleição, principalmente em pequenos Municípios, onde os candidatos possuem mais facilidade para praticar a conduta.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Observa-se que se faz necessário levar ao conhecimento dos eleitores o conteúdo da Lei Complementar nº 135/2010, chamada "Lei de Ficha Limpa", que estabelece inelegibilidade por oito anos ao candidato que venha a utilizar-se de abuso de poder econômico durante o processo eleitoral, além de que ao escolher um representante por meio de vantagem ilícita, o eleitor estará desconsiderando um direito constitucional adquirido que é o do poder, que emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos para representa-lo, como prega o parágrafo único do artigo 1º da Constituição Federal de 1988. Com isso, é necessária uma reflexão sobre as repercussões do voto obtido de forma ilícita, via crimes e ilícitos eleitorais nas eleições municipais.

**Palavras-Chave:** Abuso de poder econômico, inelegibilidade, eleições municipais, soberania popular

**O ABUSO DE PODER ECONÔMICO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS: DA INFLUÊNCIA NOS RESULTADOS À INELEGIBILIDADE**

**Autor(es):**

*Fernanda Barros Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Com base na definição do Tribunal Superior Eleitoral, entende-se por abuso de poder econômico, a utilização excessiva antes ou durante a campanha eleitoral, de recursos financeiros ou patrimoniais, buscando beneficiar candidato, partido ou coligação, afetando assim, a normalidade e a legitimidade das eleições. Nesse contexto, pretende-se alertar os eleitores contra a prática do abuso de poder econômico durante as campanhas eleitorais, mostrando que aceitar essa conduta ilícita é contribuir para a impunidade de quem a comete e principalmente, para a desvalorização e desprezo a soberania popular, ferindo o artigo 1º em seu parágrafo 1º da Constituição Federal de 1988, que diz que todo poder emana do povo. O crime eleitoral de abuso de poder econômico entra em conflito com os princípios da isonomia do processo eleitoral, probidade, legitimidade e moralidade, segundo alguns doutrinadores, encontra também argumentação no artigo 22 da LC 64.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, partindo da análise de casos concretos, denunciados e julgados pela justiça como abuso de poder econômico, além disso, também utiliza-se o método dialético, pois o tema abordado deve ser observado dentro de um contexto histórico e político, econômico e social.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Constata-se que são diversas as formas com que a prática do abuso de poder econômico interfere nos resultados das eleições municipais e que com isso, o princípio da lisura das eleições é desrespeitado. Percebe-se ainda, que essa conduta ilícita advém de um contexto histórico e social e que a aceitação resulta em uma representação política distorcida. No Brasil, essa prática é constante e cresce a cada nova eleição, principalmente em pequenos Municípios, onde os candidatos possuem mais facilidade para praticar a conduta.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Observa-se que se faz necessário levar ao conhecimento dos eleitores o conteúdo da Lei Complementar nº 135/2010, chamada "Lei de Ficha Limpa", que estabelece inelegibilidade por oito anos ao candidato que venha a utilizar-se de abuso de poder econômico durante o processo eleitoral, além de que ao escolher um representante por meio de vantagem ilícita, o eleitor estará desconsiderando um direito constitucional adquirido que é o do poder, que emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos para representa-lo, como prega o parágrafo único do artigo 1º da Constituição Federal de 1988. Com isso, é necessária uma reflexão sobre as repercussões do voto obtido de forma ilícita, via crimes e ilícitos eleitorais nas eleições municipais.

**Palavras-Chave:** Abuso de poder econômico, inelegibilidade, eleições municipais, soberania popular

## O ACESSO AO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DIGITAL EM FACE DOS DIREITOS AUTORAIS

### **Autor(es):**

*Ana Luíza Cavalcanti Bastos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Luíza Ferreira Tosta Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O desenvolvimento das tecnologias, no século XX, foi progressivamente reduzindo a distância entre o homem, a obra cultural e a propriedade intelectual e o ápice foi o surgimento da internet, em meados dos anos 90. O acesso a obras do mundo foi favorecido pelas possibilidades de disseminação de conhecimento, propulsora da construção de uma comunidade global. No entanto, os titulares de bens intelectuais direitos autorais, marcas, patentes não podem utilizá-los indiscriminadamente. Desse modo, em linhas gerais, o que se pretende analisar no presente trabalho é o sério risco que a efetivação do direito humano do acesso ao conhecimento corre com a presente estrutura de direitos autorais e com o uso inadequado da tecnologia.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Na presente pesquisa será aplicado o método de abordagem hipotético-dedutivo, uma vez que se traz como hipótese que partindo de como os direitos autorais estão positivados, ele são elementos de restrição ao acesso ao conhecimento no âmbito digital. Em relação, aos métodos de procedimento primeiramente iremos utilizar o descritivo para conceituar os direitos autorais a partir do contexto da sociedade globalizada. Desta forma, para responder a questão investigativa também será feita uma análise comparativa da legislação referente aos direitos autorais, através do método de procedimento comparativo. Como técnicas pesquisa será analisado pesquisa bibliográfica, análise de doutrina e pesquisas acadêmicas e análise de Legislação referentes ao tema.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Em princípio, podemos afirmar que os direitos autorais têm a nobre função de remunerar os autores pela sua produção intelectual. Todavia, particularmente por serem geridos em um monopólio de intermediários que não os autores, não podem ser impeditivos ao desenvolvimento cultural e social. Conciliar os dois aspectos, numa economia capitalista, globalizada, bem como, digital, é função árdua que, ao mesmo passo, é essencial. De maneira alguma, os direitos autorais devem existir apenas para beneficiar as estruturas da indústria do entretenimento. Não é para beneficiar um grupo seletivo que se pode dirimir o desenvolvimento e o acesso à cultura. Portanto, nos dias de hoje, é possível afirmar que os direitos autorais servem para preservar os interesses de um número restrito de pessoas, interesses estes puramente econômicos. Logo, os direitos autorais, nos moldes atuais, são inadequados para assegurar sua finalidade originária – proteção ao autor e incentivo à criatividade, à inovação e ao desenvolvimento humano – assim são inadequados para atender às necessidades da sociedade, que precisa ter maior liberdade para tratar das obras protegidas.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Nesse contexto, após todo o exposto, conclui-se que os direitos autorais, na disseminação de seu conceito e uso, precisam ser atualizados para a nova realidade social resultante do surgimento da internet. Para suprir essa necessidade, algumas alternativas, como as obras colaborativas, estão surgindo, sendo a proposta de acesso ao conhecimento a que, ao menos em nossa opinião, parece ser mais adequada, visto que ela não se restringe a lidar com determinados assuntos, possuindo natureza ampla e diversa, sendo capaz de dar proteção às várias necessidades da sociedade. Assim, é salutar explorar e difundir os tipos de licenças de direitos autorais de acordo com os parâmetros da sociedade que vivemos e com as facilidades da tecnologia digital.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Acesso ao Conhecimento; Direitos Autorais; Web; Âmbito Digital; Direito Civil.

## O APELO VISUAL PUBLICITÁRIO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E A INTERFERÊNCIA NA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

### **Autor(es):**

*Camilla Custódio : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Cecília Linhares Guimarães: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Gabriela Mota Benevides de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa teve por objetivo analisar como o apelo visual publicitário, presente nos espaços públicos, afeta a função social da propriedade, a qual está prevista no art. 5º, inciso XXII da Constituição Federal. Esta retirou da propriedade o cunho apenas individual e patrimonialista, estabelecendo que deve atender também o interesse público, em busca de satisfazer o bem-estar social. Em uma sociedade capitalista, que preza pelo consumo, a publicidade torna-se um grande motor de engrenagem. Todavia, pode inviabilizar o adequado funcionamento dos espaços públicos, quando utilizada de forma excessiva, alterando a dinâmica negativamente, já que os interesses coletivos ficam em segundo plano em prol dos interesses da sociedade de consumo.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, pois parte-se de uma teoria geral para explicar o particular, isto é, a premissa maior é a função social da propriedade e os espaços públicos e a premissa menor é a sociedade de consumo, resultando em uma conclusão: a poluição visual causada pelo apelo de anúncios publicitários, a qual inviabiliza a função social da propriedade. Além disso, como método de procedimento, aplicou-se o método estruturalista no que tange à verificação do plano ideal da função social da propriedade e de como ela se apresenta no plano concreto, no que se refere à sua aplicação nos espaços públicos diante da sociedade de consumo. A técnica de pesquisa que esse trabalho utilizou foi a pesquisa bibliográfica, já que teve como base a bibliografia, com embasamento através de livros, trabalhos científicos, Constituição Federal e Código Civil.

**(Resultados)** Diante da pesquisa, constatou-se que o apelo visual nos espaços públicos, utilizado para cumprir as agendas capitalistas de nossa sociedade de consumo, com o uso em excesso de seus anúncios publicitários nas cidades, acaba provocando a poluição visual da paisagem urbana, interferindo, assim, na função social da propriedade. Isso ocorre devido ao advento do sistema capitalista, que impulsionou a valorização da oferta de produtos e serviços, esta feita por meio da publicidade, o que resulta nos espaços públicos não atingindo a finalidade que deveriam atingir, pois o objetivo principal se torna alimentar a sociedade de consumo e as necessidades criadas por ela, deixando em segundo plano as necessidades sociais. A constante tentativa de seduzir o consumidor cria diversos problemas à sociedade, não apenas de cunho social, como o estímulo ao consumismo exagerado, mas também de caráter ambiental, como a poluição visual. Esta surge devido ao excesso de elementos visuais criados pelo homem, geralmente, utilizados para publicidade; a falta de harmonia desses anúncios publicitários com o ambiente pode causar desconforto visual e espacial, causando transtornos à saúde mental das pessoas que vivem ou trafegam na via urbana, além de modificar o aspecto urbano, frequentemente descaracterizando-o e transformando-o. Essa desarmonia gerada pela poluição visual está diretamente ligada ao uso da propriedade e a sua função social, ou a falta desta.

**(Conclusão)** Segundo a Constituição Federal, a propriedade particular deve ter uma destinação social, isto é, o uso, a fruição e mesmo a disposição do imóvel precisa ajustar-se ao interesse coletivo, os imóveis encontram-se em um meio e devem harmonizar-se com este, uma vez que a dimensão privada é ultrapassada pela paisagem urbana, logo, os titulares do direito da propriedade precisam curvar-se ao interesse social. Assim, ainda que a propriedade seja particular, o proprietário do imóvel precisa respeitar o princípio da função social. Deve-se, então, estabelecer restrições àqueles que fazem o uso indiscriminado da propriedade privada, utilizando-se de anúncios de forma excessiva apenas para satisfazer sua agenda capitalista e obter consequentemente o lucro, pois se o uso do espaço prejudicar o bem-estar social ou trazer malefícios, precisa ser coibido.

**Palavras-Chave:** função social da propriedade; espaços públicos; apelo visual publicitário.

**O ATIVISMO JUDICIAL NA SUPREMA CORTE E A EXECUÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA CONFIRMADA EM SEGUNDO GRAU**

**Autor(es):**

*Lília Lidiane dos Santos Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa tem como escopo analisar, detidamente, a prática o ativismo judicial traçando um paralelo com a execução provisória de sentença penal condenatória confirmada pelo juízo de segundo grau, haja vista a mudança no entendimento da corte suprema com relação à execução provisória de sentença penal. O tema é de importância vital para a harmonia entre os três poderes e para a manutenção do Estado Democrático de Direito. Portanto, como problemática de pesquisa estabelece-se o seguinte questionamento: Quando o Supremo Tribunal Federal decide pela execução provisória da sentença penal confirmada no segundo grau estaria agindo a corte de forma positiva?

**(Metodologia)** O método de abordagem de pesquisa escolhido foi o hipotético dedutivo, tendo como métodos de procedimento os seguintes: histórico, comparativo e funcionalista. Por sua vez, a técnica de pesquisa usada foi a revisão bibliográfica, assim como uma análise jurisprudencial de julgados que demonstre a pertinência da proposição de pesquisa e conduza a uma conclusão coerente com os resultados e argumentos, esposados no presente trabalho científico.

**(Resultados)** Analisando o pensamento doutrinário e jurisprudencial, especialmente em face do Supremo Tribunal Federal, no que tange a posição intempestiva do Judiciário, constata-se que o mesmo tem tomado medidas ativistas que visam assegurar a concretização dos direitos e garantias fundamentais, em virtude das omissões inconstitucionais e da letargia dos outros poderes. O plenário do STF, após negar o Habeas Corpus (HC) 126292, por maioria dos votos, entendeu que não há ofensa ao princípio constitucional da presunção de inocência, que entende ser possível iniciar a execução da pena condenatória após a confirmação da sentença penal em segundo grau. Na ótica do relator do caso, o ex-ministro Teori Zavascki, a manutenção da sentença penal pela segunda instância encerra a análise de fatos e provas que assentaram a culpa do condenado, o que autoriza início. Vale ressaltar, que desde 2009 o STF condicionava a execução da pena ao trânsito em julgado da condenação, mas, ressaltava a possibilidade de prisão preventiva.

**(Conclusão)** Nesse contexto, constata-se que o Ativismo Judicial, na análise do tema em comento, é positivo, pois o STF visou evitar a sensação de impunidade vivenciada na sociedade, além disso, tendo como escopo relativizou a indústria de recursos praticada na justiça brasileira e, por fim, deu efetividade e credibilidade às decisões proferidas nas instâncias anteriores. Portanto, quando o tribunal confirmar a sentença penal condenatória proferida em primeira instância, já será possível a expedição do mandado de prisão do condenado e, por consequência, seu recolhimento ao cárcere para o início da execução da pena, embora seja possível a interposição de recursos para as instâncias superiores com intento de reformar tal decisão.

**Palavras-Chave:** Ativismo Judicial; Supremo Tribunal Federal; Execução Provisória; Sentença Penal; Constituição Federal

**O ATIVISMO JUDICIÁRIO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: FATOR DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS OU VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA TRIPARTIÇÃO DOS PODERES?**

**Autor(es):**

*Leniara Ginani Costa Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Juliana camara dos santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O ativismo judiciário é conceituado como uma posição proativa do poder judiciário na interferência -de maneira significativa- no âmbito de atuação dos demais poderes. Assim sendo, teve início por volta do período de redemocratização brasileira, com a saída dos ministros do Supremo Tribunal Federal nomeados durante a ditadura militar e começou a ter mais visibilidade e força a partir do primeiro mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003. No entanto, apesar de muito discutido na doutrina e exercido nos tribunais superiores, não existe consenso entre os estudiosos do direito numa caracterização positiva ou negativa desse fenômeno, ou seja, se ele atua de forma a concretizar os direitos sociais ou de violar o princípio da tripartição dos poderes. O presente trabalho tem como objetivo geral interpretar e definir qual das duas correntes supracitadas é a predominante na situação atual do nosso país. Tendendo alcançar o objetivo geral foram definidos alguns objetivos específicos, como: discutir sobre as correntes teóricas mais importantes relacionadas com o tema proposto; explorar as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal que julgamos envolver o tema; e, por fim, aprofundar uma análise crítica sobre os dois vieses possíveis do ativismo judiciário.

**(Metodologia)** Considerando os objetivos da pesquisa, foi utilizado o método exploratório a partir de uma abordagem dedutiva, considerando que parte-se de uma generalização, isto é, do fenômeno do ativismo judiciário, para questões mais particulares, por exemplo, em como ele interfere em nossa sociedade. Quanto ao procedimento, utilizamos o método da pesquisa bibliográfica de cunho documental, na medida em que o presente trabalho foi elaborado a partir da leitura de diversos artigos científicos e da análise jurisprudencial, visando problematizar e discutir sobre as diversas correntes doutrinárias e jurisprudenciais que sustentam a base teórica construída a respeito do tema.

**(Resultados)** Paradoxalmente, durante a pesquisa, foi identificado a coexistência de ambos os posicionamentos: o ativismo tanto como fator de concretização dos direitos sociais, quanto como fator de violação ao princípio da tripartição dos poderes. A principal ideia da primeira corrente, é que o ativismo é fenômeno necessário para a consolidação de direitos no cenário atual brasileiro, visto que o judiciário cumpre a tarefa em que os outros poderes falharam; já a segunda corrente é baseada no juízo que cada poder deve cumprir o seu papel sem a interferência dos outros, e caso aconteça essa influência há, então, uma violação do princípio da tripartição de poderes e da democracia adotada pelo nosso sistema. Desse modo, por meio de uma intensa análise de julgados, foi constatado uma relevante e reiterada tendência do Supremo Tribunal Federal à vertente social.

**(Conclusão)** Diante do exposto, constata-se uma inclinação do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, a nossa corte maior, para a concretização dos direitos sociais através do ativismo judicial. Assim sendo, esse fenômeno se materializa como uma solução para a atual crise de funcionalidade do legislativo e do executivo, ou seja, por ser reflexo de uma falta de representatividade, o judiciário acaba por atender o clamor social que deveria ser dirigido ao poder legislador. Porém, observa-se, ainda, uma necessidade de imposição de limites a essa prática, de forma a evitar um protagonismo exacerbado do judiciário que acabe por ferir o Estado Democrático de Direito, sistema consagrado prontamente no caput do artigo 1º da nossa Constituição Federal.

**Palavras-Chave:** Ativismo. Judiciário. Legislativo. Direitos sociais. Tripartição dos poderes. Estado.

**O AUXÍLIO MORADIA POSTO SOB A ANÁLISE DO PLANO DA LEGALIDADE, DA LEGITIMIDADE E DA  
DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

**Autor(es):**

*Rayssa Amorim Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Milena Maria Queiroz de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Isaura Gomes do Rosário Monteiro Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) A presente pesquisa tem como objetivo demonstrar a ilegalidade e ilegitimidade do pleito do auxílio moradia, que após a decisão do Ministro Nelson Jobim, perdeu o seu caráter indenizatório ao ser estendido a todos os membros da classe. Busca-se analisar o fundamento deste auxílio, bem como suas incoerências e, ao mesmo tempo, expor os argumentos jurídicos que tornam o benefício ilegal e ilegítimo, baseando-se, essencialmente, na Constituição Federal de 1988. A partir dessas premissas, considerando a atual conjuntura econômica brasileira de crise, discute-se a disponibilidade orçamentária para a concessão do auxílio moradia e dos consequentes impactos que são visivelmente gerados sobre a economia do país.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) O trabalho é baseado em uma pesquisa aplicada, fundamentada em uma perspectiva dialética, que em seu decorrer, não foi feita a utilização de amostragem. Caracteriza-se, portanto, como exploratória e explicativa, sendo qualitativa a forma de abordagem e os instrumentos de pesquisa construídos através dos estudos da análise dos fundamentos e das inconsistências que legitimam este auxílio, expondo os argumentos jurídicos que demonstram a sua ilegalidade e ilegitimidade. A fim de chegar ao objetivo proposto, fizemos o uso de referenciais teóricos.

**(Resultados)** (RESULTADOS) De acordo com os estudos realizados, percebe-se que o auxílio moradia, da forma como ele foi concedido, perde integralmente sua finalidade indenizatória. Saliente-se ainda que o benefício não é amparado por uma lei específica, logo, não está em conformidade com o que é exigido pela CF/88, em seu art. 37, inciso X, que determinou que a alteração do subsídio somente seria possível com a criação de lei específica para tal, observada as regras de iniciativa legislativa e observado também o art. 169, parágrafo 1º da CF/88, que exige, para a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, prévia dotação orçamentária suficiente, bem como autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Tampouco está de acordo com a LDO que o rege.

**(Conclusão)** (CONCLUSÕES) Diante do exposto, conclui-se que o auxílio moradia não tem respaldo legal e que a extensão do benefício a todos os membros da classe, alcançando até mesmo aqueles que já possuem imóvel próprio e com atuação nas suas cidades de origem, trata-se de uma decisão imponderada que pretende preservar interesses pessoais em detrimento do interesse da população. Nesse sentido, imperioso frisar que a inclusão desse e tantos outros benefícios no contracheque dos juizes e promotores, gera forte impacto na economia do país em função dos gastos com a despesa com pessoal.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Auxílio Moradia. Magistrados. Promotores. Legalidade. Legitimidade e Disponibilidade Orçamentária.

## O CONFLITO ENTRE O CONTRATO DE FACÇÃO E A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

**Autor(es):**

*Marcos Cunha Lima Rosado Batista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A lei 13.467/2017, que realizou a reforma trabalhista em 2017, trouxe uma série de inovações nas relações trabalhistas. Dentre elas, teve uma grande flexibilização dos vínculos empregatícios, permitindo maior autonomia entre os empregados e os empregados. E uma outra inovação, foi a regulamentação de uma nova forma de terceirização. Antes o trabalho terceirizado era regida pela lei 13.429/2017, a qual permitia terceirizar apenas a atividade meio, e com a reforma foi ampliada para permitir, também, os serviços da atividade fim. Dessa forma, a terceirização vai se tornar cada vez mais comum. Nesse âmbito, existe o contrato de facção, muito comum nas indústrias têxteis. Que não é uma terceirização da mão de obra, mas muitos confundem. Nas relações terceirizadas, a empresa contratante possui responsabilidade subsidiária sob aquele funcionário a sua disposição, enquanto no contrato de facção, não existe por se tratar de uma vínculo de compra e venda. Nessa relações, ainda existem muitos conflitos acerca de suas definições. Sendo assim, existe a dúvida de qual é o limite entre o contrato de facção e a terceirização. Nessa pesquisa o objetivo geral é definir até qual momento não existe a responsabilidade subsidiária numa relação com contrato de facção. E para os objetivos específicos tem-se como definir e limitar a terceirização, definir e limitar o contrato de facção e analisar a responsabilidade subsidiária que existe na terceirização e no contrato de facção.

**(Metodologia)** Nessa pesquisa utiliza-se o método de abordagem hipotético dedutivo, pois tem-se como início a hipótese de que o contrato de facção não implica em responsabilidade subsidiária sendo exclusivo da terceirização, assim pretendendo pesquisar a fim de realmente embasar ou desconstruir essa premissa. Quanto ao método de procedimento, utiliza-se o comparativo, visto que são estudadas as duas formas de trabalho supracitadas e as são comparadas. E técnica de pesquisa é a bibliográfica com pesquisa em leis, doutrinas, súmulas, jurisprudências e entendimentos do Tribunal Superior do Trabalho.

**(Resultados)** A pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento, portanto não existindo resultados. Porém, preliminarmente, é possível encontrar em jurisprudências e algumas teses esporádicas que o contrato de facção não implica em responsabilidade subsidiária, restando essa responsabilidade apenas nas relações que de fato se configurem como terceirização. Quanto ao ponto da terceirização é importante verificar como é tratada a relação e se não configura como uma relação de vínculo empregatício. Porém, deve-se tomar atenção, visto que são decisões fundamentadas com a legislação e súmulas de antes da reforma trabalhista.

**(Conclusão)** Como já mencionado anteriormente, ao se tratar de uma pesquisa, não é possível encontrar uma conclusão do assunto abordado.

**Palavras-Chave:** Contrato de facção. Terceirização. Responsabilidade subsidiária.

## O CONFRONTO PROCESSUAL ENTRE OS ENUNCIADOS DO FONAJE E AS NORMAS HIRARQUICAMENTE SUPERIORES

**Autor(es):**

*Tayna Melo de Abreu: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Fórum Nacional de Juízes Especiais (FONAJE) nasceu para aprimorar e integrar textos normativos que regem os procedimentos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. No entanto, o forte ativismo dos juizes integrantes do Fórum vem turvando valores essenciais do devido processo legal - como a contagem de prazos, a validade da citação, o prazo para contestação etc – vindo acarretar uma insegurança jurídica no meio processual. Diante da extrema voluntariedade em modificar procedimentos já consolidados na Lei 9.099/95 e no Código de Processo Civil de 2015, as interpretações (subjetivas) do Fórum, estão se sobressaindo daquelas normas já positivas, sendo que não tem a mesma força normativa nem hierarquia superior, o que contradiz e desvirtua o teor dos Juizados Especiais. Em meio a esse impasse processual, o presente trabalho irá comparar alguns dos Enunciados do FONAJE que atentam contra dispositivos presentes na Lei 9.099/95 e no CPC/15 que disciplinam os procedimentos processuais nos Juizados Especiais. Com isso, observar que tais enunciados, em grande parte, são incoerentes e até mesmo inconstitucionais, não servindo de norteamento processual, vez que as lacunas deixadas na Lei 9.099/95 serão complementadas, subsidiariamente, pelo CPC/15, de forma que não há prevalecer os entendimentos/procedimentos adotados no FONAJE que deturpam o devido processo legal já firmado nas normas especiais e gerais. Vêm também elucidar, que os Enunciados do FONAJE carecem de motivação, são criados sem nenhuma fundamentação jurídica.

**(Metodologia)** A presente pesquisa segue o método dialético, averiguando as contradições presentes na aplicabilidade de procedimentos processuais aplicados nos Juizados Especiais. Utilizara-se do método procedimental comparativo, comparando-se os textos normativos que regem o procedimento sumário – Lei 9.099/95. A pesquisa se dará de forma documental, com o estudo das normas, dos enunciados, dos artigos relacionados ao tema etc.

**(Resultados)** Diante das análises, vem ser observado que com o intuito de dar mais celeridade e informalidade processual nos Juizados Especiais, muitos dos Enunciados do FONAJE contrariam dispositivos normativos presente na Lei 9.099/95, no CPC/15, e até mesmo na Constituição Federal de 1988, atentando contra o princípio do devido processo legal, do contraditório e ampla defesa. De forma que as partes do processo ao se depararem com algumas contradições, ficam à mercê de uma sorte processual da aplicabilidade, ou não, pelo juiz dos enunciados.

**(Conclusão)** Conclui-se que a aplicação de enunciados está criando no meio processual dos Juizados Especiais um confronto desigual de entendimentos, em que tais enunciados sobressaem de textos legais, como se fossem premissas de um órgão com poderes legislativos. Além do mais, a aplicabilidade dos enunciados no caso concreto torna a fundamentação jurídica da decisão incompleta, vez que o FONAJE não apresenta fundamentação e motivação alguma para a formulação de seus próprios Enunciados. Assim, atualmente depara-se com um meio processual instável nos Juizados Especiais, com a prevalência de entendimentos infundados ao invés de dispositivos legislados, tornando a lei a última ratio.

**Palavras-Chave:** Enunciados. FONAJE. Juizados Especiais. Insegurança jurídica

## O DIREITO DE EXTINÇÃO DO CONDOMÍNIO DE IMÓVEIS INDIVISÍVEIS

### **Autor(es):**

*Aline Luamar Araújo Fraga: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Bruno da Cunha Duarte: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Caio Filipe Rêgo Cavalcanti: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Agatha Raianny Lira Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Stefanny Waninny de Souza Moura: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem como escopo analisar a extinção do condomínio de imóveis indivisíveis previsto no artigo 1.322 do Código Civil Brasileiro, objetivando realizar uma reflexão crítica sobre o assunto, tendo em vista a existência de inúmeros casos fáticos em que condôminos permanecem proprietários de um imóvel contra a sua vontade, seja por desconhecimento da norma jurídica ou por resistência dos demais condôminos. Sendo assim, focalizamos o estudo na proteção jurídica que autoriza o condômino, de acordo com o artigo 1.320 do mesmo dispositivo legal supracitado, a exigir a divisão da coisa comum nas situações em que não há mais interesse do condômino em permanecer proprietário. Dessa forma, porque a ação de divisão da coisa comum, mesmo sendo a solução mais efetiva, é a menos utilizada pela sociedade?

**(Metodologia)** Será utilizado o método de abordagem dialético, buscando o confronto entre a teoria e a prática. Sendo assim, mostraremos as vertentes jurisprudenciais existentes e embasadas pela doutrina pátria, a respeito das regras de divisão do condomínio e aplicação das normas para partilha de herança (que estão situadas nos artigos 2.013 a 2.022 do Código Civil), especificamente na questão em comento, visando restringir o seu alcance em um denominador comum. Como método de procedimento, utilizaremos o método histórico, mostrando a origem e a evolução histórica do conteúdo estudado e o seu contexto atual. Por fim, busca-se o desenvolvimento deste trabalho utilizando como técnica a análise documental de outros diplomas jurídicos existentes e bibliografia exaustiva do tema.

**(Resultados)** Diante do estudo realizado foi possível perceber que diante de qualquer das hipóteses de aquisição da propriedade comum, seja por compra em conjunto, doação feita a mais de um indivíduo, fim do relacionamento conjugal ou por sucessão causa mortis - com a transmissão da herança para mais de um herdeiro -, é necessário que haja harmonia entre os proprietários para a preservação do condomínio geral, visto que o uso e as responsabilidades sobre o bem têm de ser divididas entre eles.

**(Conclusão)** Por fim, em razão de todo o exposto é possível concluir com esta pesquisa que existindo divergência, ou não havendo mais interesse na continuidade da propriedade imóvel indivisível, é possível a extinção do condomínio através de meio legal para a venda forçada do bem. A extinção pode ser feita judicialmente ou extrajudicialmente, desde que se atendendo os requisitos legais. Basta o descontentamento de um proprietário, mesmo que seja contra a vontade dos outros condôminos, posto que ninguém é obrigado a manter-se dono de um imóvel se legalmente há maneiras de obrigar a venda do bem.

**Palavras-Chave:** Extinção do condomínio; Sucessão causa mortis; Venda forçada do bem

## O DIREITO DE LAJE: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DO TEMA

### **Autor(es):**

*Giovanni Micussi Marinho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Josivania Pereira de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Aísa Ribeiro Harrisson Vieira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Gabriela Gomes Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem por objetivo analisar o instituto do direito de laje, com base na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dentre várias providências, disciplinou, em definitivo, o direito real de laje, que, até então, era objeto da Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016. Vale salientar que foi acrescido ao Código Civil o artigo 1510-A, no qual dá os devidos contornos do dito direito real de laje. Com o objetivo de realizar um estudo mais profundo acerca dessa variante, foi levado em consideração o impacto positivo que pode ser dado na vida das pessoas, bem como o aprimoramento que ainda busca-se ser alcançado, tendo em vista ser uma regulamentação de criação recente. Destarte, foi estabelecido compenetrar-se em algumas problemáticas de inquições corriqueiras no cotidiano, em virtude de impulsionarem dúvidas e até mesmo insegurança nas pessoas justamente por não possuírem o devido conhecimento acerca do tema; como por exemplo, o fator que pormenoriza o direito de laje e o condomínio, bem como o direito de laje da superfície, e ainda, o impedimento da sobrelevação de segundo grau, dentre outros não abordados na lei, como no caso da indagação em situações nas quais a escritura do terreno é regularizada e a da sobrelevação não. Por fim, é válido enfatizar que a lei que trata do direito de laje foi omissa em alguns aspectos, sendo necessário assim, ser realizada uma problematização acerca destes, e que, serão abordados neste projeto.

**(Metodologia)** O método de abordagem empregado no projeto de pesquisa foi o método dialético. Os métodos de procedimento escolhidos para a realização deste trabalho científico foram o método histórico, visto que foram analisadas as origens do direito de laje, e o método comparativo, visto que é feito uma comparação juntamente com uma diferenciação do direito de laje com alguns institutos parecidos como o direito de superfície e o condomínio. As técnicas de pesquisa empregadas foram em sua maioria a pesquisa bibliográfica com a análise de textos e artigos da internet sobre o tema juntamente com o estudo da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017 e o artigo 1.510-A do código civil.

**(Resultados)** Diante do estudo realizado, conseguimos perceber que apesar da lei ser omissa em alguns aspectos estamos defronte de um direito promissor, por ter sido criado recentemente ainda existem várias problemáticas sem solução, em contrapartida, pela análise da lei e do novo artigo do código civil foi possível retirar várias informações como a proibição da sobrelevação de segundo grau e as diferenças de direito de laje para condomínio e direito de superfície.

**(Conclusão)** Conclui-se, portanto, tendo em vista que parte da população precisa se utilizar dessa estrutura para garantir sua moradia e de sua família, o direito de laje positivado e se tornando um instituto autônomo, não proporciona uma mudança efetiva dos atuais “puxadinhos”, pois na maioria das vezes é uma moradia precária, mas, entretanto, demonstra um olhar para esses eventos, porém, essa realidade brasileira necessita de políticas públicas que viabilizem a resolução do problema, de modo que se hoje está legalizado, é porque acontecia com certa frequência e por esse motivo houve a necessidade de se tornar legal. Todavia, por ter sido posto em lei, trouxe a milhares de cidadãos a dignidade habitacional, porque antes não estavam classificados em nenhuma das ocorrências previstas, de modo que proporcionou a regularização de várias situações já existentes, se tornando direta ou indiretamente o direito de propriedade a pessoas hipossuficientes, por ser um meio mais fácil e menos oneroso.

**Palavras-Chave:** Direito de laje; Moradia; Propriedade; Sobrelevação; Superfície.

**O DIREITO SUCESSÓRIO DO (A) COMPANHEIRO (A) EM UNIÃO ESTÁVEL RECONHECIDA POST MORTEM: UMA ANÁLISE DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL.**

**Autor(es):**

*Emanuelle Samily Andrade da Silva Bezerra : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O instituto da união estável foi reconhecido pela Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, quando foi equiparada ao casamento civil. No entanto, apenas com o advento da Lei n.º 8.971 de 29 de dezembro de 1994 e a Lei n.º 9.278 de 10 de maio de 1996, é que foi regulamentado o § 3º do art. 226 da Constituição Federal, bem como o direito a suceder em caso de falecimento de um dos concubinos, respectivamente. Ocorre que, pela leitura da Lei n.º 8.971/1994, não há prazo mínimo estipulado para que a união estável seja reconhecida, bem como a jurisprudência já pacificou o entendimento de que a convivência do casal no mesmo imóvel não é requisito para que a união seja caracterizada, por intermédio da Súmula 382 do STF. Partindo destes pressupostos, o presente estudo pretende analisar o entendimento jurisprudencial e doutrinário acerca do direito de meação e herança do companheiro sobrevivente nos casos de reconhecimento de união estável post mortem.

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa quantitativa e bibliográfica. Será utilizado o método de pesquisa dedutivo, onde através da análise da jurisprudência dos tribunais brasileiros, à luz do normativo que rege o assunto, intenta-se compreender o rumo do pensamento do aplicador da lei no que tange ao direito sucessório nos casos em que a união estável só é reconhecida após o falecimento de um dos companheiros.

**(Resultados)** O regime aplicado aos casais que mantem relações com o intuito de constituir família sem firmar o contrato nupcial no cartório é o regime de comunhão parcial de bens, conforme art. 5º da Lei n.º 9.278/1996. Com base em análise prévia, percebe-se que, tanto a doutrina quanto a jurisprudência defendem a salvaguarda do direito garantido aos sujeitos que concorrem para a construção do patrimônio na constância da relação de concubinato, assim como é garantido aos sujeitos legalmente casados, em observância ao princípio da isonomia. Ou seja, sendo reconhecida a união estável após falecimento de uma das partes da relação conjugal, e sendo provada a colaboração mútua nos ganhos patrimoniais do casal no lapso temporal da relação, preserva-se o direito do sobrevivente aos ganhos do quinhão que lhe cabe. Quanto à sucessão, o STF decidiu, em recente julgamento de dois Recursos Extraordinários de repercussão geral, pela inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil de 2002, afastando, assim, critérios distintivos entre companheiro e cônjuge.

**(Conclusão)** Sumariamente, pode-se aferir que o direito caminha no sentido de, ao menor sinal demonstrado do direito subjetivo do companheiro supérstite a quinhão de herança ou meação, será resguardado tal direito, em consonância com os princípios da igualdade jurídica dos cônjuges e companheiros e da solidariedade familiar. Se o casal conviveu com ânimo de constituir família, em relação pública, contínua e duradoura, prescindindo dos aspectos de coabitação e tempo mínimo de relação, sobressai os direitos sucessórios, da assistência material, bem como meação dos bens em comum.

**Palavras-Chave:** Direito Sucessório. União estável. Jurisprudência.

**O ESTADO E A AUTOTUTELA PENAL: A RELAÇÃO ENTRE A (IN)SEGURANÇA PÚBLICA E OS LINCHAMENTOS NA CIDADE DE NATAL/RN**

**Autor(es):**

*Nãidia Evelline Souza de Castro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O aumento da violência urbana impacta diretamente a sociedade brasileira. Nos últimos anos, a mídia está sendo responsável por mostrar o (re) surgimento da autotutela penal. Não obstante, vivemos no Estado democrático de direito, em que pese ao Estado a legitimação do ius puniendi (poder de punir), não é raro notícias sobre cidadãos, muitos que nunca delinquiram, praticar a autotutela penal. Esta como definição seria o exercício arbitrário das próprias razões que legitimamente pertence ao Estado, ao qual pertence o poder de garantir a ordem e a paz social. Dessa forma, o Direito Penal, busca combater injustiças e, sobretudo, a violação dos direitos e garantias fundamentais no atual Estado Democrático de Direito. A insatisfação da sociedade com o Estado, muitas vezes omissa, corrobora com o aumento dessas práticas de linchamentos, não obstante o direito penal assevera apenas duas formas positivadas para o exercício da autotutela que seriam a legítima defesa e o estado de necessidade. (OBJETIVO GERAL) Para tanto, objetiva-se compreender a relação entre os casos de linchamentos e a atual crise da segurança pública, bem como analisar os casos de linchamentos mais recentes na cidade de Natal/RN.

**(Metodologia)** Para a formulação da presente pesquisa foi utilizado o enfoque teórico, alicerçado por coleta de dados bibliográficos (doutrina e leis) cujo tratamento será de cunho qualitativo, buscando a construção de um arcabouço teórico para fundamentar a relação existente entre a crise de segurança no estado do Rio Grande do Norte, enfoque para a capital, e o aumento dos casos de linchamentos. Dessa forma utilizou-se o método de abordagem dialético e o hipotético – dedutivo. Ademais, os métodos de procedimentos foram os: histórico, analítico e o estatístico.

**(Resultados)** ) Constata-se que o Estado, como legitimado para solucionar litígios, ao se omitir em algum aspecto, permite que particulares, excepcionalmente, protejam por meio da autotutela, os seus direitos. Essa visão corrobora com o aumento dos linchamentos, que de acordo com Martins (2015) são realizados por indivíduos comuns que praticam a “justiça com as próprias mãos”. Essa prática ocorre pela quebra de confiança em relação ao Estado.

**(Conclusão)** É sabido que o Rio Grande do Norte vivencia uma crise de proporções alarmantes na segurança pública, com consequências em diversas áreas sociais. Dessa forma, a população, sobretudo a mais carente, sentindo a ausência da atuação estatal, tenta preencher as lacunas deixadas, tomando a posição de julgador e executor das penas, não levando em consideração o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, mesmo que isso venha a contribuir com uma prática ilegal, dotadas de irracionalidade.

**Palavras-Chave:** PALAVRAS-CHAVES: LINCHAMENTO; AUTOTUTELA PENAL; ESTADO DEMOCRÁTICO.

**O ESTADO PARALELO: O REFLEXO DE UM ESTADO INEFICIENTE**

**Autor(es):**

*Sara Regina Rodrigues da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Mayara de Souza Feliciano : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Maria Luiza Vitoria dos Santos Siilva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Francisco das Chagas Araujo Junior : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** INTRODUÇÃO Aborda-se neste trabalho o Art 6º CF/88 e sua aplicabilidade na sociedade, relacionando à ineficiência dos serviços públicos básicos prestados pelo Estado observando como consequência o surgimento de um Estado paralelo e a redução do poder do estado. Inicialmente foi utilizado como base temas gerais para direcionar o trabalho partindo deste ponto a pesquisa será conduzido a área de segurança pública a fim de apontar a problemática relacionados às mudanças no comportamento da sociedade que tem possibilitado a ação de organizações criminosas como agentes diretos de bem-estar social e como consequência fenômeno de atenuação do poder estatal. OBJETIVOS Em análise ao que foi exposto, se faz de extrema importância a compreensão do direcionamento da pesquisa, a qual visa expor a existência de um outro Estado, o "Estado paralelo", que confrontante ao Estado democrático de Direito desempenha funções cabíveis e de responsabilidade a este. E que atualmente, vem a se tornar uma problemática comum e pertinente em todas as sociedades modernas, pela efetiva ineficiência do Estado, bem como, a permissividade em aceitar e se sujeitar a tais ações, a qual desencadeia certa fragilidade coercitiva, expondo assim, a verdadeira, natureza do nosso estado democrático de direito fraco, em relação as novas forças.

**(Metodologia)** METODOLOGIA Através de uma pesquisa qualitativa se utilizando de matérias jornalísticas, pesquisas virtuais, documentário, livros relacionados ao tema, como o uso de um roteiro de entrevista, ou questionamento controlado, a ser realizado com uma amostra populacional nas instalações da Governadoria do estado Rio Grande Norte. Com o objetivo de discorrer sobre a existência do "Poder paralelo ao Estado" atuante em vários estados brasileiros.

**(Resultados)** RESULTADOS A pesquisa foi desenvolvida a partir da iniciativa de estudantes da instituição de ensino superior UNI-RN que constatou surgimento desse poder paralelo que a cada dia que passa se torna mais intrínseco a vários âmbitos da sociedade, se especificado, especializado e estabelecendo funções que deveriam ser papel do Estado, como uma solução de melhoria, que surgiram questionamentos ao grupo e a busca por respostas a estes, fazendo com que a temática do trabalho seja exposta, assim descobrindo e exemplificando de fato um pouco mais sobre esse poder paralelo de outro Estado, quais funções são desenvolvidas, como são e por quem serão executadas.

**(Conclusão)** CONCLUSÃO Em consequência de um Estado ausente destarte desencadear vários fatores negativos e alguns falsos benefícios, no qual o crime se organizou e se transformou de tal forma, que chega a ser um poder paralelo, esse crescimento foi consequência do descaso do poder público que gerou de forma ineficaz as ações de políticas publicas de modo gerais tais como a segurança, educação, saúde, lazer e moradia, desencadeando o sistema decadente atual.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chave: Ineficiência do sistema público. Poder paralelo do estado. Consequências do poder paralelo. Aplicabilidade do Art 6º.

## O FEMINICÍDIO SOB A ÓPTICA DA LEI 13.104/15, DOS HOMOSSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

### **Autor(es):**

*Alana Ferreira Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN  
Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o advento da qualificadora do Femicídio no delito de homicídio, o debate jurídico sobre a questão do gênero natural e do gênero social ganhou ainda mais relevância. O Brasil foi o 16º país da América Latina a prever tal figura. De acordo com a nova Lei, passa a ser homicídio qualificado a morte de mulher por razões do sexo feminino. A Lei do Femicídio faz referência expressa à vítima mulher. Logo, na qualificadora do Femicídio, o sujeito passivo é a mulher. Aqui não se admite analogia contra o réu. Mulher se traduz num dado objetivo da natureza, sua comprovação é empírica e sensorial. Assim, a presente pesquisa visa realizar uma breve análise acerca da Lei 13.104/15, que alterou o Código Penal e incluiu o femicídio na modalidade de homicídio qualificado, entrando no rol dos crimes hediondos, quais seriam implicações legais do conceito de mulher para os fins penais e se os homossexuais, transexuais com ou sem cirurgia de neocolpovulvoplastia e os travestis são protegidos pela Lei 13.104/15.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho social. Tendo em vista os objetivos dela, buscou-se utilizar o método transdisciplinar, pois a problemática investigativa visa responder uma questão conceitual com repercussões sobre diversas áreas de conhecimento, além do método estatístico. Tem como método de abordagem o dialético e hipotético-dedutivo tendo como intuito de debater as questões contemporâneas a respeito da Lei 13.104/15, analisando e respondendo tais questionamentos de forma clara e concisa.

**(Resultados)** O conceito de Femicídio foi usado pela primeira vez para significar os assassinatos sistemáticos de mulheres mexicanas. Destarte, Femicídio é o homicídio doloso praticado contra a mulher por "razões da condição de sexo feminino", ou seja, desprezando, menosprezando, desconsiderando a dignidade da vítima enquanto mulher. No Brasil, a população trans (travestis, transexuais e transgêneros) é diariamente dizimada, o assassinato é motivado, na maioria dos casos, pelo gênero e não pela sexualidade da vítima. De forma geral, os assassinatos contra esta população são contabilizados no cômputo generalizante de violência contra os LGBTTT. O Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de travestis e transexuais em todo o mundo. A respeito do conceito jurídico de mulher para a caracterização do Femicídio e com o intuito de aplicar à qualificadora, há três posições distintas. A primeira posição adota o critério psicológico, que considera como mulher toda aquela em que o psíquico ou o aspecto comportamental é feminino. A segunda posição adota o critério jurídico cível, no sentido que deve ser considerado o sexo que consta no registro civil. A terceira posição adota o critério biológico e identifica a mulher em seu critério genético ou cromossômico. Neste caso, como a neocolpovulvoplastia altera a estética, mas não a concepção genética, não será possível a aplicação da qualificadora do femicídio.

**(Conclusão)** Assim, o grande problema na sociedade atual é que os transexuais, homossexuais, travestis e os que se submeterem à cirurgia de mudança de sexo não estão protegidos pela Lei 13.104/15. Logo, fica evidente que as implicações legais do conceito de mulher para os fins penais acabam por excluir essas parcelas do meio social.

**Palavras-Chave:** Femicídio. Lei 13.104/15. Homossexuais. Travestis. Transexuais.

## O FEMINISMO E AS LEIS TRABALHISTAS

**Autor(es):**

*Fabiana Brilhante Portela Sbrussi: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente artigo tem como temática as conquistas das mulheres em seu universo de trabalho. Por ser um movimento de cunho político-social, o feminismo sempre encontrou grandes dificuldades para o seu reconhecimento como grande influenciador no direito. Como grande marco, foi promulgada em 1999 a Lei nº. 9.799 onde são assegurados a mulher a duração, condições de trabalho e tratamento igual, gerando assim a segurança jurídica necessária para momentos de fragilidade como gestação e puerpério, ou apenas para evitar que exista qualquer discriminação no ambiente de trabalho. Essa pesquisa tem como objetivo geral: Compreender a importância dos avanços das leis trabalhistas provocados pelo feminismo a partir do início do século XX. E como objetivos específicos: a) Identificar as principais leis trabalhistas elaboradas para a melhoria das condições de trabalho das mulheres. b) Destacar os principais pontos de progresso em relação aos direitos femininos gerados pela influência do movimento feminista. c) Questionar as relações existentes entre os gêneros na relação trabalho x remuneração.

**(Metodologia)** Neste artigo foi utilizada uma pesquisa teórica de cunho documental usando o método dialético e empregando o procedimento histórico como linha condutora deste estudo. A análise documental foi escolhida por se tratar de um estudo teórico das leis elaboradas no século XX e suas mutações chegando até a forma atual. O método dialético se justifica neste estudo por se tratar de uma pesquisa na área do direito, a qual está em constante mudança e evolução, procurando identificar os progressos existentes. O procedimento histórico busca relacionar os avanços das leis trabalhistas provocados pelo feminismo a partir do início do século XX.

**(Resultados)** Foi feita uma análise do Decreto de Lei nº 5.452 – Consolidação das Leis do Trabalho, fazendo um paralelo com o artigo 7º da Constituição Federal, podendo assim comparar as leis que estavam em vigor no século XX e Convenções nº 3 e nº 4 da Organização Internacional do Trabalho. Fez parte dessa análise o texto da Lei 13.467 que contraditoriamente aos avanços alcançados representa um retrocesso social, atingindo direitos trabalhistas das mulheres.

**(Conclusão)** Por todos os aspectos mencionados, pode-se compreender como o feminismo influenciou no direito, fortalecendo as lutas das mulheres e deixando marcas na sociedade, sendo dessa forma imprescindível o reconhecimento da atuação desse movimento para o universo jurídico. Todavia, é indispensável que não sejam esquecidas as desigualdades ainda existentes nas relações trabalhistas, em especial quando se trata da diferença de gênero notadamente em suas remunerações. É de fundamental importância que ocorra uma isonomia entre os gêneros em todos os âmbitos sociais, não sendo diferente ao se tratar dos campos de trabalho, nos quais são vivenciadas, todos os dias, as diferenciações de tratamento, remuneração e ascensão profissional.

**Palavras-Chave:** Feminismo; Leis trabalhistas; diferença de gênero.

## O FENÔMENO DA SECA E OS SEUS IMPACTOS NOS DIREITOS HUMANOS

### **Autor(es):**

*Marcela Galvão de Lima Martins Freire: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maíra Nardy Moura Fé: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Brasil, bem como países da África, sofrem diariamente com os fenômenos da seca, que se visualiza através da ausência ou redução de água. Os impactos gerados são enormes, especialmente quando se atenta para os direitos humanos. Nesse contexto, se nota a agressão em relação ao direito ao desenvolvimento da sociedade como um todo e o direito ao meio ambiente equilibrado quanto à sua fauna e flora. Ademais, quanto aos direitos fundamentais sociais temos que a seca afeta diretamente a garantia a uma alimentação regular para as pessoas que sobrevivem nesses ambientes prejudicados. Desse modo, o objetivo da presente pesquisa é analisar as consequências do fenômeno da seca frente aos direitos fundamentais, bem como verificar os meios de convivência e sobrevivência da população que sofre com a seca.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através do método de abordagem dedutivo, uma vez que será feita uma análise generalizada da temática, adentrando em uma questão particularizada da mesma, ou melhor, partindo de uma premissa maior, passando por uma menor e obtendo uma conclusão específica. Os métodos de procedimento compreendem o histórico, o descritivo e o comparativo e, no que tange as técnicas de pesquisa, serão analisados documentos e bibliografias, constituindo o referencial teórico.

**(Resultados)** Afere-se que pelo fato da ofensa aos direitos humanos ser ampla no contexto das secas, afetando diretamente diversos aspectos envolvendo a concretização de uma vida digna, tal implicação acaba por abarcar as três principais gerações de direitos. Na primeira, ao abordar a liberdade de locomoção e os direitos políticos como alvos diretos de tal impacto, leva-se em conta toda a realidade de mudanças forçadas de domicílio vivenciada pelos sertanejos, bem como a corriqueira prática ilícita de obtenção de votos por meio da disponibilização de água em carros-pipa. Já quanto a segunda geração, referente aos direitos de igualdade, destaca-se a ofensa ao direito à alimentação, uma vez que fica comprometido o desenvolvimento agrícola frente à subsistência da população que dela depende. Por fim, no que tange a terceira geração, constata-se a violação aos direitos humanos de solidariedade, tais como o direito ao desenvolvimento, que visa um avanço social, cultural, político e econômico das populações, e o direito ao meio ambiente equilibrado, já que a devida proteção do meio ambiente é fundamental ao gozo dos direitos fundamentais.

**(Conclusão)** Constata-se assim que, mediante toda a desenvoltura relatada, é claro e evidente que o princípio da dignidade da pessoa humana sofre violações em seus mais variados sentidos como decorrência de todo um processo que vai desde o fenômeno natural da seca até a falta de uma gestão integrada e sustentável de recursos hídricos. Logo, é de extrema relevância empreender esforços na busca por ações conjugadas para serem promovidas políticas públicas e outras ações governamentais capazes de trazer para a região da seca um novo patamar de desenvolvimento social e econômico e, assim, propiciar condições dignas de sobrevivência à população nordestina.

**Palavras-Chave:** Direitos Fundamentais. Fenômeno da Seca. Impactos.

**O IMPACTO DOS PRECEDENTES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NA QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS MORAIS NO BRASIL**

**Autor(es):**

*Brenda Figueirêdo de Oliveira Borges: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

*Felipe Maciel Pinheiro Barros: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho propõe-se a estudar os precedentes judiciais através de dispositivos do Novo Código de Processo Civil, em busca das implicações geradas pela aplicação dos precedentes na quantificação dos danos morais no Brasil. A abordagem crítica propõe uma análise acerca do novo papel do Poder Judiciário na interpretação da lei, destacando como os precedentes contribuirão para uma mudança efetiva e partindo do pressuposto de que esse “novo” sistema não é uma oportunidade para transformar a cultura da “indústria dos danos morais”, a qual sofre com a subjetividade, o excesso de demandas e as consequentes decisões sem uniformidade no ordenamento jurídico brasileiro atual.

**(Metodologia)** De início, trata-se de uma pesquisa qualitativa, visto que busca a compreensão da realidade por meio da análise e interpretação do fenômeno estudado. Considerando-se o método de abordagem, utilizou-se o método Hipotético-Dedutivo, uma vez que o presente trabalho parte do contexto geral acerca dos precedentes no ordenamento jurídico para as suas implicações diretas na quantificação dos danos morais no Brasil, ou seja, de um tema maior (macro) para suas implicações nas decisões (micro). Além disso, nos métodos de procedimento usados foram o comparativo, em razão da comparação dos precedentes entre o Código de Processo Civil em vigor e o Código de Processo Civil de 1973, como também o método descritivo pela fundamental conceituação teórica dos precedentes e da análise de caso concreto a luz do princípio da segurança jurídica. Para finalizar, as técnicas de pesquisa aplicadas foram a doutrina, a lei atual e a em vigor em 1973 e a jurisprudência devido a análise de caso concreto.

**(Resultados)** Os resultados obtidos pelo trabalho em análise consiste na comprovação, por meio de análises jurisprudenciais, apoio doutrinário, legislação pertinente, Código de Processo Civil, entre outros, da eficácia da utilização do sistema de precedentes judiciais no que concerne à quantificação dos danos morais no Brasil, da segurança jurídica que será obtida, tanto para as partes quanto para a uniformização das decisões, pois proporcionam igualdade na aplicação da lei para todos os cidadãos brasileiros. Para finalizar, contribuir para a redução da judicialização em excesso das demandas referentes aos danos morais, de modo a impulsionar a celeridade, a efetividade, e principalmente a equidade entre decisões proferidas para casos que guardem semelhança entre si.

**(Conclusão)** O presente trabalho, embora em andamento, admite conclusões parciais acerca da temática exposta. Indubitavelmente, o sistema de precedentes elencado pelo Código de Processo Civil em seu Capítulo XV a ser aplicado com o objetivo de compelir os órgãos judiciais a respeitarem os julgados proferidos em casos repetitivos, para combater a subjetividade nos casos referentes aos danos morais no Brasil, busca garantir maior efetividade e tende a gerar segurança jurídica e uniformidade no ordenamento jurídico. Com isso, resguarda e promove a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e, por fim, a eficiência.

**Palavras-Chave:** Precedentes, danos morais, segurança jurídica e Novo Código de Processo Civil.

**O INSTITUTO CIVIL DA DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL PRIVADA POR POSSE TRABALHO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE**

**Autor(es):**

*Sarah Beatriz Melo do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Felipe César de Sousa Conrado Pontes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O objetivo da presente pesquisa científica é trazer uma análise acerca da função social da propriedade no Brasil e sua eficácia social na aplicabilidade do instituto da desapropriação judicial privada por posse-trabalho. É sabido que o Código Civil Brasileiro de 2002 estabeleceu ineditamente pelo artigo 1228, e seus §§4º e 5º, o instituto cujo conteúdo é objeto desta análise. Essa norma mostra-se como uma restrição ao direito de propriedade, pois erige a importância da função social da posse e do domínio em detrimento do direito do sujeito-proprietário. Conforme previsão legal, reunidos os requisitos de reivindicação de extensa área pela posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e nelas estiverem realizado obras e serviços de interesse social e econômico relevante, estará caracterizada neste cenário a posse-trabalho, a qual dá azo à concessão da desapropriação da coisa imóvel. Assim, o juiz fixará a justa indenização devida ao proprietário, sendo a sentença o título necessário para o registro do imóvel em nome dos possuidores. Portanto, essa posse qualificada é atrelada ao valor laborativo de várias pessoas, e se revela como instrumento para efetivação da função social da posse.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa baseada no método dedutivo, partindo da análise do Código Civil, do entendimento doutrinário jurídico majoritário e de julgados do Poder Judiciário brasileiro. Desta feita, consta aqui uma pesquisa explicativa, pois identifica os fatores que determinam a questão/fenômeno em comento, bem como parte-se de uma pesquisa bibliográfica.

**(Resultados)** (RESULTADOS) De acordo com o princípio da função social da propriedade, leva-se à limitação ao uso, gozo e disposição da propriedade em prol do bem estar coletivo. A posse constitui direito autônomo em relação à propriedade e deve expressar o aproveitamento dos bens para o alcance de interesses existenciais, econômicos e sociais mercedores de tutela. Uma vez que a propriedade tem uma função social expressamente reconhecida pela Constituição Federal, o mesmo deve ser observado em relação à posse, posto que o Código Civil de 2002 declara a importância da posse-trabalho. Por esta razão, é constitucional a modalidade aquisitiva de propriedade imóvel em estudo, a qual tende a dar uma função social à propriedade em situações nas quais a posse já não vem atendendo a essa finalidade de interesse da coletividade. Logo, valorizando a posse, o legislador criou um instrumento de socialização da propriedade, previsto para casos em que o descaso do proprietário justifica a perda do seu imóvel, em favor dos efetivos possuidores da área, não se tratando de usucapião, mas sim de um tipo de desapropriação "sui generis" ou híbrida, dadas as semelhanças destacadas pela comparação entre esses dois regimes.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) A partir da constituição e aplicação eficaz do instituto da desapropriação judicial privada por posse-trabalho, tem-se que a valorização da função social da posse representa o rompimento do formalismo individualista diante das demandas sociais; a construção de pontes entre as necessidades de uma sociedade multifacetada e desigual, aglutinadas rumo ao efetivo Estado Democrático organizado, afastando assim a dogmática estruturada na ficção da igualdade formal. Portanto, partimos do pressuposto de que titularidades formais e fruição real das possibilidades emergentes de coisas que atendam às necessidades, é um caminho a percorrer.

**Palavras-Chave:** Função social da propriedade. Desapropriação. Coisa. Posse. Propriedade.

**O INSTITUTO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO E SUA APLICABILIDADE NO ORDENAMENTO JURIDICO NO BRASIL.**

**Autor(es):**

*THIAGO MEDEIROS CUNHA LISBOA DE ARAUJO: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Direito ao esquecimento surgiu de uma discussão muito recente em razão das mídias sócias, discute se a pessoa tem o direito em algum momento, poder esquecer fatos do seu passado, existe uma contraposição entre o direito a intimidade e o direito a informação, ou seja o direito da imprensa cobrir determinados fatos de uma determinada pessoa e o direito dela em algum momento ter esses fatos esquecidos. A ideia por trás do instituto é que a passagem do tempo diminuiria o interesse jornalístico, com o tempo deveria preponderar a proteção á intimidade e a imagem. Assim a presente pesquisa propõe elucidar o instituto do direito ao esquecimento no Brasil e analisar a existência de políticas publicas que visam preservar o direito da dignidade da pessoa humana.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho social, considerando os objetivos da pesquisa, tem como o método de abordagem o indutivo. E se faz uso do método dedutivo.

**(Resultados)** O direito ao esquecimento não estar interligado apenas com a possibilidade de “estar só”, mas caracteriza-se pela vedação de se obrigar a um ser humano a conviver com parte do seu passado, que por ventura, seja lembrada por terceiros interessados apenas na exploração dos fatos já depositados no tempo e na memória sem que haja de certa forma, qualquer motivo para divulgação. Uma audiência publica no supremo no segundo semestre de 2017, teve como ponto de partida um caso específico de AIDA CURTI, que foi assassinada em 1958, seus familiares recorreram ao STF e pleiteiam uma indenização pela indevida exploração da imagem da vitima, no extinto programa chamado “ LINHA DIRETA” da TV Globo.

**(Conclusão)** Observa-se que a trajetória da humanidade é envolta em atos criminosos que jamais podem deixar de ser recordado, mas os envolvidos, em qualquer crime possuem o direito de preservar os malfeitos, em face do direito a imagem e retrato intactos e sem incidências de manchas que venha causar prejuízos a suas vidas e também de suas famílias, em virtude disto existe atualmente no Brasil grande discussões a cerca deste instituto, com estas considerações esses debates levam em conta a primazia da dignidade da pessoa humana e preservação dos direitos humanos da pessoa natural, visto que o ponto de partida para a aplicabilidade da justiça provem de uma análise minuciosa de cada caso específico, para posteriormente em um futuro próximo o Brasil formar jurisprudência com relação a esse instituto, o que sabemos que requer anteriormente muito estudo para de certa forma não haver o cometimento de injustiças, julgando, apreciando (com) equidade e responsabilidade.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chave: Pessoa Natural. Dignidade da pessoa humana. Proteção à intimidade. Imagem. Aída Curi. Direito ao Esquecimento.

## O INSTITUTO DO IMPEACHMENT NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

**Autor(es):**

*Aparecida Rodrigues de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Felipe Maciel Pinheiro Barros: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O instituto do Impeachment "impedimento" ou "impugnação", utilizado como um remédio processual em garantia da manutenção aos limites estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 85 da Constituição Federal. O Impeachment não é um direito é um instrumento, um remédio, garantia para resguardar, sanar possíveis atitudes do Presidente da República que venha violar os limites constitucionais. Um Presidente da República eleito democraticamente tendo a soberania popular não tem poder absoluto, ou seja ele deve governar obedecendo os limites que rege na Constituição federal de 1988. O Impeachment não limita se somente ao Presidente da República mas também a governadores, prefeitos, aos Ministros do Supremo Tribunal Federal – STF; ao Procurador-geral da República; ao Advogado Geral da União; aos Ministros de Estado (em alguns casos especiais); e aos Comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica (em alguns casos). Se acusadas de infringir os seus deveres funcionais regulamentada pela lei do Impeachment 1079/50. Abuso de poder, crimes normais e crimes de responsabilidade assim como qualquer outro atentado ou violação à Constituição conforme artigo 85 são exemplos do que pode dar base a um impeachment. Porque ele existe? O instituto é específico do presidencialismo porque entende - se que o Presidente eleito irá cumprir as regras conforme a constituição mas ferindo estes princípios haverá como limitar o poder do Estado a representação do presidente. Visto que compreendendo a importância do instituto do impeachment verifica - se -a seus efeitos na dimensão política e jurídica. Política porque o julgamento só acontecerá se feita a denúncia e há a autorização da Câmara dos Deputados para a instauração do processo após os procedimentos internos. Lembrando que o artigo 14 da Lei 1.079 reza que todo cidadão pode denunciar o Presidente da República por crimes de responsabilidade. Dimensão jurídica onde o julgamento da Ação de Impeachment com Senado Federal conforme artigo 52 parágrafo único presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal dando ao acusado o direito ao contraditório.

**(Metodologia)** Através do método dedutivo abordará a problemática de forma investigativa analisando os métodos de procedimento da dimensão jurídica, política, análise histórico porque ele existe? a finalidade de estudar a relevância do instituto visto que é específico do presidencialismo seus efeitos na perspectiva de que ele é uma garantia a constituição a fim de coibir abusos de poder afinal o Brasil em menos de 20 anos sofreu dois impeachment e num País democrático de direito assegurar ao cidadão a segurança de limitar o poder do Estado é a garantia que nenhuma autoridade pode estar acima da lei maior que é a constituição do País.

**(Resultados)** Os resultados serão dispostos conformes os materiais estudados na doutrina, artigos publicados a fim de buscar no estudo documental fundamentos reais e validos para comprovação da relevância do instituto a fim de resguardar a Constituição num País democrático de direito Republicano.

**(Conclusão)** Por todos esses aspectos percebe- se que o impeachment é um remédio processual afim de assegurar o cumprimento das limitações estabelecidas na Constituição Federal frente aos exercício do mandato do Presidente da república eleito de forma democrática (soberania popular), não limitando somente ao presidente a aplicação do instituto mas a outras autoridades conforme o lei do impeachment nº 1079/50. Essa análise busca na abordagem do processo no contexto historio, processual e político compreender a relevância de resguardar a soberania da Constituição e limitando o poder maior do Estado.

**Palavras-Chave:** Dimensões histórica, jurídicas e politicas, efeitos, remédio constitucional

**O INSTITUTO DO RECALL NA DEMOCRACIA BRASILEIRA**

**Autor(es):**

*Matheus de Souza Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O recall é a forma de revogação individual. Capacita o eleitorado a destituir funcionários, cujo comportamento, por qualquer motivo, não lhe esteja agradando<sup>1</sup>. No Brasil, o recall está sendo proposto pela PEC 21/2015, a qual pretende alterar o artigo 14. da CF/88, acrescentando, em suma, o veto popular e o direito de revogação do mandato do Presidente da República. Em consonância com o texto da proposta de Emenda Constitucional, é preciso a "reprovação" do presidente por maioria absoluta dos Deputados Federais e Senadores. Após essa etapa, o povo pode revogar o mandato do Presidente da República mediante quórum de 10% do eleitorado nacional dividido em ao menos 14 Estados-Membros, sendo necessário 5% do quórum estadual. 1. BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 4ª Edição. São Paulo: Forense, 1978.

**(Metodologia)** Método de abordagem: hipotético-dedutivo. (Problema) De que modo a democracia brasileira se comportará mediante o instituto do recall? (Hipótese) o instituto do recall fortalecerá a participação do povo na democracia. (Falseamento da hipótese). (Conclusão). Método de procedimento: Estatístico, por meio de pesquisas quantitativas; Comparativo, confrontando o institutos de participações diretas na democracia, a saber, o Recall com o Voto periódico. Técnica de pesquisa: Pesquisa de campo, análise de doutrina e de legislação

**(Resultados)** Em virtude de o trabalho ainda estar em andamento, ainda não é possível inferir resultados diante da problemática: RECALL: quais os efeitos da sua utilização para a democracia brasileira?. Os resultados serão obtidos mediante a metodologia supracitada, ou seja, após análise de doutrina, pesquisa de campo e análise de legislação. Após o procedimento e a abordagem mencionada na metodologia, será possível a elaboração de resultado plausível com a problemática proposta. Ainda, faz-se necessário salientar que a proposta de Emenda Constitucional ainda está em tramitação. Sendo assim, diante do exposto, devido a presente exposição ser matéria de Trabalho de Curso I, os resultados serão obtidos no decorrer do ano posterior.

**(Conclusão)** Em virtude de o trabalho ainda estar em andamento, ainda não é possível inferir conclusões diante da problemática: RECALL: quais os efeitos da sua utilização para a democracia brasileira?. A conclusão será obtida mediante a metodologia supracitada. Ou seja, após análise de doutrina, pesquisa de campo e análise de legislação. Após o procedimento e a abordagem mencionada na metodologia, será possível a elaboração de resultado plausível com a problemática proposta. Ainda, faz-se necessário salientar que a proposta de Emenda Constitucional ainda está em tramitação. Sendo assim, diante do exposto, devido a presente exposição ser matéria de Trabalho de Curso I, os resultados serão obtidos no decorrer do ano posterior.

**Palavras-Chave:** Recall, Democracia, Constituição.

**O LIBERALISMO DE LOCKE: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DO LIBERALISMO ECONÔMICO SOB A ÓTICA DE PROPRIEDADE PRIVADA DE JOHN LOCKE**

**Autor(es):**

*Leticia renata alves maciel da mata: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Caroline Pires Maia Magalhães: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Guilherme Augusto Valença Gomes de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Caroline Oliveira de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No projeto de pesquisa propomos analisar em termos comparativos o Liberalismo Econômico com o viés de Propriedade Privada na visão do pai do liberalismo, o filósofo inglês John Locke e, além disso, buscando diretrizes constitucionais, trazendo a abordagem do art. 170 da Constituição Federal que trata da temática econômica. Refletiremos o contexto do pensamento de Locke e a análise e aplicação do texto constitucional e, a partir disso, explanaremos a importância e eficiência do sistema econômico liberal. Nesse contexto, buscamos refletir sobre o estado de natureza de Locke onde todos nascem com direitos naturais: vida, liberdade e propriedade privada. O viés de toda a pesquisa será a explanação dos dois últimos elementos do pensamento de Locke onde a Propriedade Privada é uma consequência da Liberdade do homem e esses dois itens são os pilares da defesa principal da nossa pesquisa: o sistema liberal econômico. Explanaremos esse sistema mostrando primeiramente que ele é uma garantia do homem a partir da tese de Locke e do art. 170 da Constituição Federal, mostraremos a sua eficiência – Livre Mercado, apontaremos os principais defensores desse modelo econômico e as suas teses, mostraremos, por fim, através de estatísticas e fontes consistentes, a conjuntura política social e econômica de países que adotam esse sistema e os que optam por adotar um sistema com uma maior intervenção estatal.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, na qual aplicamos o método de abordagem transdisciplinar, unindo o Direito, a Teoria Política e a Economia. Trouxemos teses e estatísticas da defesa e da eficácia econômica de países que optam pela maior liberdade na economia, sempre tendo como pilar garantidor dessa opção de sistema a visão de John Locke - onde a propriedade privada é um direito intrínseco ao homem e a sua existência e o art. 170 da Constituição Federal que assegura esses direitos.

**(Resultados)** Observou-se através do estudo aprofundado das idéias de John Locke que o homem detentor dos Direitos Naturais de Propriedade Privada e Liberdade, assegurados, inclusive, pela Constituição Federal, tem como consequência a expectativa de fazer uso de um sistema que ponha em prática essas duas garantias. Constatamos, por fim, que as teses de Ludwig Von Mises, Adam Smith e Milton Friedman acompanhadas de estatísticas reais comprovam a eficácia do sistema econômico liberal.

**(Conclusão)** A pesquisa trabalhada apresenta um viés comparativo de eficácia e insuficiência acerca dos países que utilizam o sistema liberal e aqueles países que não utilizam, respectivamente. Possui também um viés confirmativo sobre a percepção e perspicuidade da tese de John Locke e das garantias desse sistema asseguradas pela Constituição Federal.

**Palavras-Chave:** John Locke. Direitos Naturais. Propriedade Privada. Liberalismo Econômico. Constituição.

## O LIMITE ENTRE A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DE PROTEGER E A SOBERANIA DAS NAÇÕES

**Autor(es):**

*Beatriz Figueiredo Abreu: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Segundo Paulo Portela a "soberania é o atributo do poder estatal que confere a este poder o caráter de superioridade frente a outros núcleos de poder que atuam dentro do Estado, como as famílias e as empresas", ou seja, soberania é um mecanismo usado pelo Estado para justificar o seu poder e a sua responsabilidade de controle interno. Contudo, essa autoridade não é absoluta, ela pode ser rompida, por outros Estados ou Organizações, a partir do momento em que os Direitos Humanos da população que lá habita ou a própria integridade estatal são postos em risco, e essa intervenção se dá pela responsabilidade de proteger dos membros do cenário internacional, que devem zelar pelo bem estar e convivência pacífica de todos. Dessa forma, é notório que a linha divisória entre a soberania e a responsabilidade de proteger é bastante tênue, visto que não há, exatamente, uma definição do que seria essa violação de direitos ou integridade, como por exemplo, uma alternância de poder pode ser vista como afrontosa a liberdade individual, mas mesmo assim está sendo assegurada constitucionalmente

**(Metodologia)** OBJETIVOS: Com esse trabalho visa-se, como objetivo geral, a compreensão do limite entre a responsabilidade de proteger e a soberania do Estado, ou seja, até onde é possível intervir em uma nação para assegurar os direitos da população que ali habita. Assim, como forma de alcançar o objetivo geral, ou seja, como objetivos específicos, têm-se a identificação dos requisitos para a necessidade da intervenção, a análise de casos para demonstrar a má utilização desse princípio e o estudo da importância da responsabilidade para a proteção dos direitos humanos. METODOLOGIA: A metodologia utilizada para realizar esta pesquisa é o método de abordagem dedutivo, pois parte-se do pressuposto da responsabilidade internacional de proteger e a soberania das nações para se compreender o limite entre elas. A partir do método de procedimento, utilizou-se o método histórico, no qual foi analisado como ocorreu a invasão da soberania nacional, em diversas vezes, em detrimento a responsabilidade de proteger. Já a técnica de pesquisa se dá por meio de bibliografia e documentos.

**(Resultados)** A pesquisa demonstra que ao longo dos anos houve certa banalização da responsabilidade de proteger, transformando-o em uma verdadeira indústria, no qual a intervenção se tornou genérico, não determinado e muito comum em todo tipo de ação.

**(Conclusão)** Conclui-se, a partir do exposto, que a responsabilidade de proteger se transformou em um mecanismo utilizado para justificar intervenções desnecessárias, justificadas varias vezes por ações asseguradas constitucionalmente, mas que na verdade visam o controle da região para obter benefícios financeiros, deixando de lado o seu real intuito, que é o de, defender o povo e a integridade estatal. Assim, como consequência se tem um cenário internacional instável, com vários casos de rompimento de soberania injustificáveis, que não necessitavam da atuação de outras nações ou organismos, por tratar de uma alternância de poder, ou de um pequeno problema que pode ser solucionado internamente. Dessa forma, se faz necessário que as nações e organizações analisem melhor os eventos antes de classifica-los como danosos e alegar a responsabilidade de proteger para com eles.

**Palavras-Chave:** SOBERANIA. RESPONSABILIDADE DE PROTEGER. ESTADOS. DIREITOS HUMANOS.

**O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ACESSO À JUSTIÇA: DEMANDA X EFETIVIDADE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

**Autor(es):**

*Thais Soares Matos de Melo Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Heloisa Augusta Cardoso Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida por ser uma Constituição cidadã, a qual garante direitos sociais fundamentais aos brasileiros, deu-se a criação da instituição Defensoria Pública. Esta possui relevante importância no âmbito jurídico, atendendo principalmente àquelas pessoas que não possuem necessário conhecimento acerca de seus direitos e tampouco condições para arcar com os elevados custos de um processo judicial. O papel da Defensoria Pública é atuar na garantia dos direitos desses cidadãos, conforme o art. 134 da Constituição. Todavia, nota-se a grande dificuldade na prestação de um bom serviço diante das barreiras encontradas nesse setor, a exemplo da alta demanda de processos em relação ao número de funcionários públicos em nome do Estado Democrático de Direito, acarretando, muitas vezes, em sentenças desproporcionais que prejudicam a parte litigante. Busca-se demonstrar por meio desta pesquisa, ainda não finalizada, o papel da Defensoria Pública e sua importância no acesso à justiça, principalmente em função dos hipossuficientes, e as dificuldades enfrentadas devido a exorbitante demanda de processos frente ao exíguo número de servidores.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa que tem como principal método de abordagem o hipotético dedutivo, o qual, deduz a solução do problema considerando-se os objetivos da pesquisa ainda em curso. Utilizou-se também o método histórico, partindo da análise histórica do objeto pesquisado, observando a sua evolução frente ao desenvolvimento da sociedade, a fim de garantir os direitos fundamentais assegurados pela constituição. Portanto, também foi utilizado o método dialógico de abordagem do tema, já que sua problematização abrange questões transdisciplinares, que envolvem direito penal, constitucional, civil e processual.

**(Resultados)** Preliminarmente, o resultado esperado nessa pesquisa é, a constatação de um grande avanço histórico na garantia dos direitos assegurados no Artigo 5º, LXXVI da Magna Carta que usa como instrumento a Defensoria Pública. Entretanto, mesmo com todos os artifícios usados na efetivação desse serviço, percebem-se grandes falhas que deixam a desejar na qualidade deste ofício. As barreiras encontradas neste setor acabam por desestimular os cidadãos que possuem apenas este meio como fonte de acesso ao seu direito de justiça, tendo em vista a falta de condições financeiras de arcar com advogados particulares e custas processuais. Os servidores também são desestimulados frente à impossibilidade de oferecer a melhor prestação, pois quando se compara as condições nas quais esses profissionais estão submetidos, nota-se uma considerável disparidade no resultado de uma lide defendida por um advogado particular e por um servidor público.

**(Conclusão)** Com base na pesquisa ainda em andamento, verifica-se a necessidade de uma modificação na área da Defensoria Pública a fim de tornar o serviço prestado mais efetivo e adequado. É importante frisar a relevância desta ferramenta na atual conjuntura jurídica a qual se estabelece o Estado Democrático de Direito, pois este instituto é fundamental para assegurar a garantia constitucional de acesso à justiça, fundamentado no princípio da inafastabilidade da jurisdição. Dessa forma, torna-se imprescindível a reestruturação e modernização da instituição, de forma a doutrinar a população a buscar os métodos alternativos propostos pelo NCPC/15, diminuindo a demanda judiciária. Além disso, é de extrema relevância a admissão de mais servidores para esta prestação de serviço, visando haver uma maior proporcionalidade entre o número de processos e quantidade de servidores em exercício.

**Palavras-Chave:** Defensoria Pública, Hipossuficiência, Demanda, Acesso à Justiça, Constituição Federal.

## O PAPEL DA IMPRENSA NA CAMPANHA EM PROL DA IGUALDADE DE GÊNERO

### **Autor(es):**

*Ana Carolina Soares Lucena: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Renan Peterson da Costa Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Mariana de Lucena Fabrício: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Desde 28 de junho de 1969, dia do chamado Stonewall Riot (Rebelião de Stonewall), marco zero do movimento LGBT contemporâneo, que a liberdade individual sexual é pauta recorrente de quase todas as discussões internacionais relevantes que envolvem dignidade da pessoa humana. Diante de uma herança histórica de preconceito e violência contra essa classe marginalizada socialmente, faz-se necessário afirmar que a imprensa, como mídia informativa, investigativa e formadora de opinião do coletivo social, possui um papel singular nesse panorama de luta por condições sociais de igualdade. É nessa perspectiva que o presente trabalho busca fixar qual tem sido a influência que os canais midiáticos têm causado no que tange os direitos e garantias LGBT.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental de cunho exploratório. Considerando o objeto de pesquisa, utilizou-se o método hipotético-indutivo, partindo da formulação de uma hipótese que será verificada e analisada ao longo do trabalho, de que existem situações concretas em que a imprensa atua como mecanismo propulsor da igualdade de gênero, de forma consoante ao princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Por fim, fizemos o uso do método comparativo, uma vez que foram realizadas análises comparativas da atuação da imprensa no cenário nacional e internacional

**(Resultados)** Constata-se que o conflito existente entre a imprensa e a igualdade de gênero é um campo que vem ganhando destaque no Estado Moderno. A aplicação do método hipotético-indutivo diante da pesquisa mostrou que a imprensa, em virtude da garantia constitucional da liberdade de expressão, detém forte poder e influência diante da conscientização social. Com isto, sua atividade vai muito além de fornecer e receber informações, a imprensa acaba por construir opiniões amplamente diversificadas, podendo ser em prol da igualdade de gênero, ou contra esta. Tendo isto em vista, atrelar o papel da imprensa neste âmbito é reconhecer que seu ofício principal é tecer opiniões, elaborar ideologias, além de refletir e propagar os reflexos sociais

**(Conclusão)** Conclui-se que a imprensa tem forte influência na construção de caráter, formulação de ideias e opiniões, mas que também é necessário salientar que a sociedade atual brasileira, por meio deste veículo informativo, pode propagar pensamentos e ideologias que sejam pró ou contra a igualdade de gênero. Ou seja, o papel da imprensa diante da veiculação de opiniões deve estar voltada à conscientização, de modo a superar barreiras, preconceitos e estereótipos. Vê-se, sobretudo, a necessidade de um equilíbrio de informações, visto que pode haver o choque de direitos adquiridos, sendo estes a liberdade de expressão e a igualdade de gênero, ambos previstos no art. 5º da Constituição Federal. Trata-se, portanto, de uma culminação de fatores, onde a imprensa poderá atuar como fator determinante juntamente com a consciência social.

**Palavras-Chave:** Igualdade de Gênero; Liberdade de Expressão; Mídia; Atuação da Imprensa

## O PAPEL DAS IDEOLOGIAS EM TOCANTE A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

**Autor(es):**

*Anna Thereza Rocha Schoenberger: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Gilmar dos Santos Melo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Devido a gostar de conteúdo sobre guerras no ensino fundamental e médio e quando comecei a minha graduação e comecei a me envolver mais sobre o que são direitos humanos, suas expansões, percebi o quanto alguns acontecimentos foram graves. Para Nietzsche em sua obra intitulada "para além do bem e do mal" ele aborda que o homem tem instinto de bando e age de acordo com o modo e tempo em que vive. Para o autor, não existe o bem ou o mal, tais concepções são criadas pela sociedade e pessoas com a qual o indivíduo convive. Além disso, falarei sobre o filme "a onda" que retrata a autocracia, ou seja, o poder ilimitado e absoluto. No filme, o professor faz um experimento com a turma, fazendo os alunos adotarem um nome para o bando, bem como gestos próprios, camisetas, modo de falar. No decorrer da filmagem, os alunos começam a excluir aqueles que são diferentes do bando, a atacá-los e a causar inúmeras confusões. Nesse diapasão, irei relacionar tais obras com as violações de direitos humanos ocorridas e relacionadas com ideologias como o comunismo e nazismo, inclusive falando sobre como Cuba é atualmente. Darei ênfase no campo de concentração de Flossenbürg, apontando as mortes e eventuais arbitrariedades, bem como eram os locais, como por exemplo as salas de banho e as solitárias, além dos locais onde houveram fuzilamentos e crematórios. Vou explicar as histórias dos jovens que foram mortos por injeção letal ou "fome por fome", bem como mostrar as fotos de como o campo de concentração é atualmente, tal como a mesa de concreto onde abriam as pessoas para serem levadas ao crematório. Nesse contexto serão mostradas a quantidade de mortes de cada nação e o local onde seus integrantes eram executados. Tais acontecimentos serão relacionados com as leis de Nuremberg e o julgamento do mesmo.

**(Metodologia)** Indutivo e histórico

**(Resultados)** Os resultados das pesquisas foram que as ideologias foram responsáveis por inúmeras violações de direitos humanos

**(Conclusão)** Conclui-se que as ideologias foram responsáveis por inúmeras violações de direitos humanos

**Palavras-Chave:** campo, concentração, ideologias, nazismo, direitos, humanos

**O PAPEL DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL – BREVE ANÁLISE A PARTIR DO INSTITUTO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS**

**Autor(es):**

*Flora Viana da Câmara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Wendel Spargoli Bernardo da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Constituição Federal é o corpo normativo mais importante do ordenamento jurídico brasileiro, a ponto de que toda e qualquer legislação precisa, obrigatoriamente, estar de acordo com esta. Disso advém a relevância do controle de constitucionalidade. Segundo Silva (2011), a origem do controle de constitucionalidade se dá pelas diversas vezes em que Lord Coke defendeu a common law e sua supremacia à luz do direito inglês, com um entendimento de que esse sistema deve controlar os atos do parlamento caso estes venham a ir de encontro ao direito comum e à razão. De acordo com a Conferência de Viena, os tratados internacionais podem ser definidos como acordos produzidos pelos estados contendo, em sua íntegra, uma essência do Direito Internacional, sendo traduzido em um único documento, ou mais de um, conexos entre si. A assinatura, por um país, de um Tratado Internacional obriga essa nação signatária a cumprir com o que nele tiver sido pactuado. Portanto, faz-se importante analisar o controle de constitucionalidade, partindo-se do exame dos Tratados Internacionais. Justifica-se esta pesquisa, na medida em que o instituto do Tratado Internacional tem força normativa para cada Estado signatário - fato este que obriga, no caso do Brasil, a estar em comum acordo com a Carta Magna. Assim, a presente pesquisa questiona o papel do controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro a partir da análise do instituto dos Tratados Internacionais.

**(Metodologia)** Para a análise da problemática sobre o papel do controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro, a partir da análise do instituto dos Tratados Internacionais, foram utilizadas algumas obras nas temáticas do direito constitucional (Silva) e do direito internacional (Aquino). Ressalta-se que não se trata de aprofundada pesquisa sobre o tema, visto que o presente trabalho é de iniciação científica. A partir da leitura de alguns conceitos explanados nas obras supracitadas, comparou-se algumas peculiaridades tanto dos tratados internacionais quanto do controle de constitucionalidade para melhor compreender o questionamento da problemática ora proposta. Dessa forma, a presente pesquisa classifica-se como teórica, qualitativa e descritiva, utilizando-se do método diálogo de abordagem, e do método comparado de procedimento.

**(Resultados)** Após análise da problemática trazida, segundo os objetivos apresentados, e com base na metodologia aqui proposta, chegou-se a uma resposta: o controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro a partir da análise dos Tratados Internacionais aponta para uma necessidade concreta de que as normas infraconstitucionais estejam em total acordo com os Tratados Internacionais os quais estejam em hierarquia constitucional. Como exemplo disso tem-se o novo entendimento a respeito da prisão para o chamado “depositário infiel” disposto no tratado de São José da Costa Rica.

**(Conclusão)** Diante das especificidades do direito constitucional e do direito internacional brevemente examinadas na presente pesquisa de iniciação científica, pode-se mesmo concluir pela relevância do controle de constitucionalidade, tendo como aporte o instituto dos Tratados Internacionais. Ora, a partir do momento em que um Tratado Internacional passa a ter eficácia no Brasil, se tal Tratado estiver em hierarquia constitucional as normas infraconstitucionais deverão ser interpretadas em consonância com esse Tratado. Por isso se faz imprescindível o controle de constitucionalidade - para garantir que as normas estejam de acordo com os princípios de direito determinantes do ordenamento jurídico pátrio.

**Palavras-Chave:** Controle de constitucionalidade. Tratados Internacionais. Direitos Humanos.

## O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

**Autor(es):**

*Nayara Kandice da Silva Soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em sentido amplo, a dignidade da pessoa humana é um direito regido por nossa Constituição Federal, inerente a todos os seres humanos a fim de proteger de quaisquer ações que interfiram na integridade da pessoa. É dever do Estado respeitar e efetivar o cumprimento desse direito a todas as esferas da sociedade, incluindo assim, a esfera prisional. No entanto, este, cujo papel é de garantidor da praticabilidade desse direito, não vem cumprindo com tal responsabilidade, violando assim, garantias fundamentais que devem ser respeitadas e atribuídas a todas as pessoas. É visto que em toda a sociedade não há tanto mérito na efetivação desse princípio por parte do Estado, principalmente quando nos referimos a um sistema de carceragem, onde o Brasil tem um dos sistemas penitenciários mais falhos e ineficazes do mundo, se torna claro constatar que este princípio tão valorado em nosso ordenamento, é pouco relevante no cotidiano das execuções das penas. Deste modo, sabendo da extrema importância da punição enquanto meio legítimo para reprovação e prevenção do crime, se torna necessário dar ao condenado condições mínimas para que ele possa voltar a conviver em sociedade sem todos os traumas e sequelas que a prisão de hoje pode causar a um indivíduo.

**(Metodologia)** A pesquisa em xeque pode ser caracterizada como explicativa, pois analisa-se fatos e identificam-se suas causas exigindo uma maior reflexão a partir do objeto de estudo. Utiliza-se do método dedutivo para compreensão do referido princípio no cotidiano das prisões. Quanto ao procedimento técnico, foi realizado uma pesquisa bibliográfica do tema, as ferramentas utilizadas para o aperfeiçoamento deste, foram artigos em revistas jurídicas, a legislação e a doutrina.

**(Resultados)** Os resultados obtidos revelam a importância de respeitar o princípio da dignidade humana a todos os seres humanos, e conseqüentemente respeitar todos os direitos constitucionalmente assegurados. Foi estudado os principais fatores ocasionadores do desrespeito ao princípio, como por exemplo a superlotação nos presídios brasileiros, e por conseguinte foi estudado e discutido o sistema penitenciário no Brasil, como um sistema falido e que apresenta muitas falhas em sua execução. Além disto, foi dito quais os principais pontos que precisam ser corrigidos no sistema, para que haja a funcionalidade da dignidade da pessoa humana na execução da pena.

**(Conclusão)** O princípio da dignidade da pessoa humana é sem dúvidas o princípio mais importante do ordenamento, e é essencial seu funcionamento no sistema prisional para que a finalidade da pena seja alcançada e o preso consiga ser ressocializado, volte a sociedade sem sequelas e não reincida no crime. Com essa funcionalidade, teremos selas dignas para um ser humano sobreviver, teremos atividades educativas, teremos um tratamento mais humanizado ao preso, isso daria mais chances e oportunidades dele conseguir voltar a sociedade sem traumas e sem revolta pelo tratamento que recebeu durante sua carceragem, fazendo com que tenha uma diferente visão de mundo, mais humana e madura.

**Palavras-Chave:** Princípio da Dignidade da Pessoa Humana; Sistema Penitenciário Brasileiro; Finalidade da Pena; Direitos;

## O PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA E O DIREITO PENAL BRASILEIRO

**Autor(es):**

*Fernanda Rodrigues Pessoa de Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** De acordo com o princípio da intervenção mínima, o Direito Penal deve preocupar-se apenas com a proteção dos bens mais importantes e necessários à vida em sociedade já que a intervenção penal deve acontecer somente quando os demais ramos do direito se revelarem insuficientes para a tutela dos bens juridicamente protegidos. Desse modo, o referido princípio atua como um limitador do poder punitivo do Estado, restringindo a atuação legislativa e prática no âmbito penal com o intuito de preservar o seu caráter de "ultima ratio". Ocorre que a sociedade brasileira contemporânea, tendo como causas a insegurança e a descrença em relação a entidade estatal, clama por justiça e por uma intervenção penal mais enérgica no Brasil, como se abranger as normais penais fosse pré-requisito para a que a justiça pudesse, de fato, acontecer. Nesse sentido, é fácil constatar, se observada a falência das políticas públicas criminais, o índice atual de criminalidade e os problemas estruturais decorrentes de um direito penal falido, como por exemplo, a superlotação de presídios, que a maximização da intervenção penal não é instituto inerente a concretização da justiça. Sendo assim, percebe-se, atualmente, problemas sociais e estruturais desastrosos decorrentes da inobservância ao princípio da intervenção mínima por parte do Estado, na atuação do poder legislativo e judiciário, no âmbito do direito penal. O presente projeto visa, por meio de uma pesquisa explicativa, problematizar a desobediência ao princípio da intervenção mínima atualmente assim como expor as causas e consequências decorrentes desta inobservância, possuindo como objetivo geral o exame acerca da desobediência ao princípio da intervenção mínima na contemporaneidade ante a maximização desenfreada da aplicação das normas penais no Brasil. Quanto aos objetivos específicos, o projeto de pesquisa visa explorar as raízes filosóficas e históricas do princípio da intervenção mínima, analisar as causas da maximização do direito penal brasileiro e ainda, abordar as consequências sociais e estruturais decorrentes da abrangência das normais penais no cenário atual.

**(Metodologia)** O método de abordagem a ser utilizado será o dedutivo na medida em que a análise partirá dos princípios em geral, da função que exercem no ordenamento jurídico brasileiro, culminando, finalmente, com o exame específico do princípio da intervenção mínima e a inobservância deste no âmbito do direito penal atual. Os métodos de procedimento serão o histórico e estatístico tendo em vista que se analisará a evolução história da aplicabilidade do princípio da intervenção mínima bem como haverá dados estatísticos referentes a apenas uma das consequências decorrente da desobediência ao referido princípio, qual seja, o problema estrutural. As técnicas de pesquisa serão a bibliografia, a jurisprudência e a legislação.

**(Resultados)** O presente projeto de pesquisa não possui resultados concretos relacionados a maximização do direito penal brasileiro e a inobservância do princípio da intervenção mínima visto que ainda está sendo desenvolvido, objetivando tornar-se trabalho de conclusão de curso, mas busca compreender quais os efeitos e consequências do afastamento do direito penal de uma de suas principais bases filosóficas, qual seja, o caráter subsidiário, de intervenção mínima, de última razão.

**(Conclusão)** Este projeto de pesquisa está em processo de andamento, não sendo possível expor uma conclusão. Sendo assim, está em análise a coexistência do princípio da intervenção mínima em tempos de um direito penal máximo, com a evidente abrangência das normas penais no contexto brasileiro.

**Palavras-Chave:** Direito Penal. Atualidade. Princípios. Inobservância.

**O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL: UMA ANÁLISE A LUZ DOS PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**Autor(es):**

*Daniele Macêdo Cordeiro Lira Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*FLAVIA MARIA DE MORAIS JALES: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Tony Paiva Capistrano: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*VALERIA SILVEIRA DE PAIVA: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os direitos sociais erguem-se como uma verdadeira manifestação dos direitos fundamentais no âmbito das coletividades, com o objetivo de possibilitar melhores condições de vida aos mais necessitados, em prol de uma tentativa de igualar situações sociais. Contudo, necessitam de um mecanismo que impeça que os mesmos venham a desaparecer, o que configuraria verdadeiro retrocesso social. Dessa forma, surge o princípio da vedação ao retrocesso, também conhecido como “efeito cliquet” dos direitos fundamentais. Tal princípio constitui-se como meio de proteção do núcleo essencial dos direitos sociais já realizados e efetivados através da legislação, vedando quaisquer iniciativas que tendam a anular, revogar ou aniquilar tal núcleo essencial, sem a criação de esquemas alternativos ou compensatórios. (OBJETIVOS) O presente estudo objetiva elucidar aspectos controvertidos acerca do princípio da vedação ao retrocesso social, bem como discorrer sobre sua origem, sua conceituação e sua aplicação, além de analisar alguns precedentes jurisprudenciais nos quais já vem sendo aplicado o referido princípio, notadamente em decisões judiciais prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal.

**(Metodologia)** Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, realizada através de pesquisa bibliográfica bem como da utilização da ferramenta de busca do site do STF, a fim de realizar a seleção de alguns julgados importantes que versem sobre a matéria. Utilizou-se o método de abordagem dialógico e transdisciplinar, já que buscou-se analisar, de forma dialogada, as diversas vertentes jurisprudenciais que versam sobre o tema, o qual perpassa pelo Direito Constitucional, Direitos Humanos e pela Sociologia Jurídica.

**(Resultados)** Na jurisprudência pátria, a aplicação desse princípio pode ser considerada incipiente, muito embora se constate que o mesmo vem ganhando notoriedade nos mais diversos Tribunais e em todas as instâncias, em virtude da atualidade do tema. Observa-se, contudo, que o entendimento sobre a matéria ainda não se encontra uniformizado no âmbito da Corte Superior brasileira, como consequência de divergências de entendimento aplicáveis aos casos concretos por parte de alguns ministros, ou seja, a tese de proibição do retrocesso social já foi rejeitada pelo STF em vários precedentes de Plenário.

**(Conclusão)** Na atual praxis constitucional, a teoria da proibição do retrocesso enfrenta grandes desafios ante a dura realidade política e socioeconômica, de forma que o que se observa concretamente mais se assemelha a um “efeito pêndulo” dos direitos fundamentais, ou seja, a história da humanidade “vai e volta”, avança e retrocede, não consistindo em algo que possa ser considerado propriamente de forma linear. Assim, o presente trabalho não pretende realizar uma análise especialmente densa sobre o tema, muito menos o seu esgotamento, mas a apresentação de ideias de alguns doutrinadores e magistrados que vêm se debruçando sobre a matéria no Brasil, tendo em vista a importância do referido princípio para a defesa e manutenção dos direitos sociais já alcançados pela sociedade.

**Palavras-Chave:** Direitos fundamentais. Princípio da vedação ao retrocesso social. STF.

**O PROJETO BOLSA FAMÍLIA, A EDUCAÇÃO CONSCIENTE E A BUSCA PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO NO SERTÃO NORDESTINO**

**Autor(es):**

*Juliana Halany Ramalho Xavier : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN  
Amanda Eliene Carvalho Paraguai de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Muito embora o trabalho infantil doméstico tenha sido incluso na lista das piores formas de Trabalho Infantil criada pelo Decreto 6.481, assinado em junho de 2008 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e baseado na Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sua visualização permanece oculta e sua fiscalização deficitária. Diante disso, a pesquisa em questão busca analisar o despercebido trabalho infantil doméstico no sertão nordestino do Brasil, averiguando suas causas, consequências, bem como apontando os meios Estadais que buscam sua coibição e erradicação. Buscou-se ainda, analisar de quais formas poderíamos chegar na erradicação de tal situação.

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, onde buscou-se analisar e caracterizar o trabalho infantil doméstico no sertão nordestino, com base nos diplomas legais e na análise do projeto peteca, em relação às práticas, causas e consequências, utilizando-se do procedimento literário, acerca da matéria, a fim de sondar aspectos concernentes a tal prática ilegal. Por fim, os resultados obtidos foram analisados de modo indutivo, valendo-se dos programas já desenvolvidos pelo governo como referencial a ser seguido à risca na tentativa de erradicar o trabalho infantil doméstico no sertão nordestino.

**(Resultados)** Engana-se aquele que acredita que a criança que ajuda dentro de casa cumprindo afazeres doméstico não está fazendo nada mais do que sua obrigação. Desse modo, trata-se de um problema que apesar de consequências graves permanece oculto. Tal percepção quase generalizada pelos moradores do sertão Nordeste tem condicionado a perpetuação de um roteiro de vida. O curta-metragem "Vida de Maria", dentro desta perspectiva, retrata de forma clara o ciclo que essas crianças passam, ao terem cerceados seus direitos enquanto menores, como o de estudar. Passam de ajudadoras dentro de casa para donas de casas ou agricultoras. O trabalho doméstico infantil necessita de maior fiscalização do Estado e principalmente de maior conscientização por parte da população que ainda não consegue enxergar os malefícios que tal prática pode trazer para a criança. Diante disso, o Projeto Peteca do Ministério Público de Pernambuco, cuidou em conscientizar a população interiorana desse estado e principalmente mostrar as crianças a necessidade do estudo. Ainda em relação aos resultados advindos deste estudo, observamos uma outra vertente de resultados propostos pelo Programa estatal "Bolsa Família", ao analisarmos que a situação de necessidade da população nordestina se baseia fundamentalmente na escassez de recursos x mão de obra, constatando que, o intuito do programa de um lado busca prover um quantum mensal para rendimento e em contrapartida, exige a obrigatoriedade da matrícula escolar de todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos. Ainda no tocante a esse Programa Social do Estado, na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

**(Conclusão)** Dado o exposto, somos levados a concluir que as medidas tomadas pelo Estado buscam de fato viabilizar a erradicação do trabalho infantil. No entanto, acima de qualquer coisa, para ter sua efetividade, elas devem ser perseguidas de uma conscientização social. Sem ela, não há no que se falar na erradicação do trabalho infantil doméstico, posto que tal conduta pode estar sendo praticada mesmo dentro de casa.

**Palavras-Chave:** Trabalho infantil doméstico. Sertão nordestino. Conscientização social.

## O REFLEXO DA APLICABILIDADE DA ORTOTANÁSIA EM RELAÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA

**Autor(es):**

*Mateus Navarro Mesquita Carrilho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (Introdução): O termo ortotanásia têm origem nas expressões gregas “orthos” que podemos atribuir como significado o termo correto, e “thánatos” cujo significado é morte. Dessa forma, percebemos que o termo ortotanásia está relacionado a escolha de uma morte melhor para o paciente, ou seja, uma espécie de “morrer na hora certa”. Assim, essa prática seria uma conduta que os médicos realizam ao ver que o estado clínico do paciente se mostra irreversível e ele possui uma certeza de morte e é devido a isso com o intuito de ofertar ao paciente uma morte mais digna que ela é realizada. Hodiernamente, é importante ressaltar que essa prática é permitida no Brasil. Porém, embora permitida ainda é tratada com enorme preconceito pela falta de informações do senso comum, sendo de suma necessidade um esclarecimento da população entre as diferenças básicas sobre o que ortotanásia, distanásia e eutanásia.

**(Metodologia)** (Metodologia): O trabalho teve como principal fonte metodológica o comparativo através da utilização de referências bibliográficas e documental, com a análise da resolução nº 1995/2012 do Conselho Federal de Medicina em contrapartida a análise da Constituição Federal.

**(Resultados)** (Resultados): O processo de ortotanásia acredita veementemente na autonomia individual como forma de dignidade humana, visto que algumas formas de medicalização da vida podem tornar a morte como um processo longo e doloroso. Dessa forma, pensar em ortotanásia significa pensar em um processo de escolha do paciente, é pensar em uma redução da dor e permitir que o desfecho da vida não seja inutilmente prorrogado. Além disso, percebemos durante a pesquisa, que em diversos casos não fica clara a diferença entre eutanásia, distanásia e ortotanásia, e isso acaba causando uma confusão de conceitos, uma vez que a maioria das pessoas acaba elencando uma ilusão do que é ortotanásia à ideia do médico vir a matar o enfermo (pois este não terá condições de sobreviver), como uma espécie de higiene social.

**(Conclusão)** (Conclusão): A ortotanásia necessita de um processo de desmistificação do seu conteúdo, pois é por meio dessa desmistificação que conseguiremos trata-la de forma mais natural. Além disso, é por meio disso que teríamos a oportunidade de conseguir certos avanços importantes para a sua prática, como o testamento vital, que consiste em uma série de medidas na qual pessoas com capacidade físicas ou jurídicas tem o direito e o objetivo de elencar procedimentos à serem realizados com eles ou não quando estes se encontrarem ameaçados por doenças alarmantes. Esse testamento vital, embora provado em diversos países não é permitido no Brasil. Além disso, é visto que, pelo artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, possuímos a garantia da inviolabilidade do direito à vida; porém é necessário e cabe a cada indivíduo refletir se em determinadas situações viver não seria uma espécie de ônus. Assim, pensar em uma inviolabilidade do direito à vida nos remete a manutenção da vida a qualquer custo, entretanto é importante pensar que o direito à vida a qualquer custo não garante que esta seja digna, ou seja, em algumas condições a prática da ortotanásia apesar de ser considerada para a massa populacional como algo ruim assegura a prática de uma morte que nos remete ao natural.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chave: Ortotanásia, morte digna, vida.

## O REGIME DE SEPARAÇÃO DE BENS NO DIREITO SUCESSÓRIO: MITIGAÇÃO DA VONTADE DAS PARTES

### **Autor(es):**

*Ana Vitória Anacleto Nunes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Ana Shirley da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Carla Bruna Medeiros : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Uma questão em notória evidência no âmbito do direito sucessório é a autonomia da vontade das partes em contrapartida ao que dispõe a legislação ao se tratar do regime de separação de bens. Em outras palavras, é de grande relevância o entendimento acerca da preservação da vontade das partes após a morte, quando em vida optou-se pelo regime de separação de bens. Nesse limiar, é objetivo do presente trabalho analisar legalidade da divisão do patrimônio pós-morte, se quando em vida os cônjuges optaram pela incomunicabilidade dos bens. Conquanto haja na lei previsão para que o cônjuge casado pelo regime de separação de bens seja herdeiro do cônjuge falecido em concorrência com os descendentes e ascendentes, e quando estiver sozinho na ordem de vocação hereditária, receba todo o patrimônio daquele, é de ressaltar que é possível e necessária uma interpretação diversa, ou seja, a de que o cônjuge não faça parte da sucessão, já que era esta a vontade quando em vida. Será por meio da análise doutrinária que poderá se evidenciar o entendimento acerca da aplicação do artigo 1829, inciso I. Em arremate, será apresentado entendimento jurisprudencial, com o objetivo de buscar o atual posicionamento dos tribunais sobre o tema abordado, de forma a se verificar o quanto está prevalecendo a vontade das partes em relação à lei.

**(Metodologia)** O trabalho analisado utilizou o método dedutivo, cujos procedimentos técnicos foram baseados na doutrina, legislação e jurisprudência.

**(Resultados)** Segundo a doutrina, os nubentes ao elegerem o regime de separação de bens, manifestam intenção de afastar qualquer efeito patrimonial do casamento. O Código Civil Brasileiro permite ao nubentes a livre opção pelo regime de bens e ao fazerem a opção pelo regime de separação de bens, tema de estudo deste trabalho, os nubentes objetivam que a sociedade conjugal não tenha reflexos na esfera patrimonial. O presente estudo apresenta uma realidade: a mitigação da vontade das partes manifestada no pacto antenupcial pela não comunicabilidade dos seus bens, a qual não é preservada. Alguns tribunais passaram a emitir entendimentos diversos, contrários à disposição legal do artigo 1.829, inc. I. Assim, apesar de ainda não haver uma pacificação acerca da questão já é perceptível haver a possibilidade de se preservar a vontade das partes no momento da opção pelo regime de bens.

**(Conclusão)** O presente trabalho tratou sobre um tema bastante discutido no direito sucessório no que diz respeito ao regime de separação de bens. Há um intenso conflito entre a vontade das partes e a obrigatoriedade da lei. Percebe-se, assim, que em diversos julgados, os tribunais tem se posicionado em desfavor do que dispõe o artigo 1.829, I, do Código Civil. É necessário, portanto, resguardar a vontade das partes, que em seu pacto antenupcial, optaram pela não comunicabilidade dos bens. As recentes jurisprudências apontam pela não comunicação dos bens dos cônjuges casados pelo regime de separação de bens após a morte, preservando, assim, a vontade das partes, tanto em vida quanto na morte.

**Palavras-Chave:** Direito civil, Direito das sucessões, regime de separação de bens, herança.

## O SISTEMA JUDICIÁRIO BRASILEIRO E A AUTOTUTELA

**Autor(es):**

*Natalie Diekmann: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Sistema Judiciário é o responsável pela relação entre a sociedade e Estado, entre jurisdicionados e a jurisdição e entre as partes e o juiz. Sendo assim, a jurisdição é uma função estatal que garante a resolução de conflitos em situações concretas por um terceiro imparcial, por fim conseguindo concretizar um direito. Dessa forma, o bom funcionamento dessas estruturas é o garantidor do equilíbrio e do bem-estar na sociedade. Entretanto, partindo da hipótese que no Brasil o judiciário é precário e a sua jurisdição não consegue atender as demandas de conflito ou às resolvendo de modo insatisfatório, a sociedade acaba perdendo essa relação de confiança e começa a recorrer outras formas de se obter a justiça como, a autotutela. Isso acaba trazendo a seguinte problemática: até que ponto o Sistema Jurídico Brasileiro estimula o pensamento da autotutela como forma legítima de se obter justiça? A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a relação entre a precarização do sistema jurídico brasileiro com o estímulo da autotutela. Enquanto os objetivos específicos, o primeiro é analisar a flexibilização dos limites éticos e morais da sociedade brasileira. O segundo é discorrer sobre o judiciário brasileiro e o porquê as demandas de conflito não estarem sendo resolvidos de modo satisfatório. E por último relacionar a credibilidade nos institutos jurídicos com a eficiência dos princípios democráticos do Estado.

**(Metodologia)** A presente pesquisa irá utilizar como método de abordagem o método dialético. Os métodos de procedimento que vão ser utilizados são o método histórico, funcionalista, e o método estruturalista. E com relação a técnica de pesquisa vão ser utilizados bibliografia, jurisprudência e análise de artigos científicos.

**(Resultados)** O CNJ desenvolveu uma estatística em que foi descoberto que o Brasil finalizou o ano de 2015 com mais de 74 milhões de processos em tramitação, mostrando que os órgãos jurisdicionados estão sobrecarregados e não conseguem dar conta das demandas de conflito. Com isso, o poder judiciário entra em uma crise que foi sendo construída ao longo da história e levando a crise dos seus institutos, afetando toda sua organização, trazendo problemas a toda sociedade que é seu dependente. Atualmente com a grande demanda de processos o magistrado é afastado da sua condição de pensar, mas a exigência de se resolver o litígio de forma rápida não é afastada, a consequência disso é a resolução de modo insatisfatório ou provocando a impunidade. Aliado a tudo isso, temos um judiciário que conta com um quadro diminutivo e insuficiente de servidores, e com a atual crise econômica é difícil solucionar esse problema. Todos esses fatores fazem com que a população não se sinta assegurada pela justiça, e a consequência disso é que a sociedade acabe recorrendo a outras formas de se obter justiça, usando uma forma perigosa e que põe em risco o equilíbrio da sociedade, a autotutela.

**(Conclusão)** Com uma jurisdição instaurada na lentidão processual, é necessário que o Estado possa instituir mecanismos para atender os litígios de modo satisfatório, pois o que está em risco são os direitos que os cidadãos possuem. Todas as críticas com relação ao Judiciário, devem ser analisadas procurando seu bom funcionamento, tendo como objetivo melhorar a condição de prestação da tutela jurisdicional por parte do Poder Judiciário. Dessa forma, melhorar o funcionamento do judiciário é melhorar sua eficácia e sendo assim, garantir que a sociedade está sendo assegurada pela justiça e observar então o melhor cumprimento dos princípios democráticos, e portanto o desuso da autotutela.

**Palavras-Chave:** Autotutela; Sistema Jurídico Brasileiro e Jurisdição

**O SURGIMENTO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS EM VIRTUDE DA FALÊNCIA DO ESTADO: UMA REFLEXÃO A RESPEITO DA FORMAÇÃO DE UM “ESTADO PARALELO”**

**Autor(es):**

*Obede Israel Jacome de Mesquita Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Arthur Henrique Teixeira de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Pedro Henrique Cortez Moreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Diante dos constantes questionamentos em virtude da insegurança pública, surge a necessidade de uma análise sobre as facções criminosas, sua criação, emergência e atuação. A priori, devemos entender o que são as facções criminosas. As facções criminosas são grupos de indivíduos que se organizam de forma paramilitar com hierarquia e disciplina para a prática de um crime. Esses grupos surgiram aproximadamente no século XX, geralmente relacionado ao tráfico de drogas, assaltos e sequestros. Com o aglomerado de pessoas migrando para as grandes cidades, o Estado deixou de suprir as necessidades básicas de efetividade dos direitos fundamentais, não garantindo o mínimo existencial, o que contribuiu de forma determinante para o aumento da criminalidade. (OBJETIVOS) A presente pesquisa apresenta como objetivo geral compreender o fenômeno referente ao surgimento de facções criminosas, bem como sua relação com a formação de um “Estado Paralelo”. Como objetivos específicos, buscamos perfazer uma análise das causas desse fenômeno no Brasil, e de suas variantes interpretativas no contexto histórico em que estamos inseridos.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) A presente pesquisa pode ser definida como qualitativa de cunho exploratório – já que tem como objetivo entender a natureza de um fenômeno e; e explicativa, pois busca identificar os fatores que contribuem para a ocorrência de determinado fenômeno. Assim, o método de abordagem utilizado é o transdisciplinar e dialógico, já que, para a obtenção de resultados almejados, é necessário um diálogo entre criminologia, direito constitucional e ciência política. Quanto ao método de procedimento ou auxiliar, o aplicado é o comparativo, pretendendo alcançar a compreensão da origem das facções criminosas.

**(Resultados)** (Resultado) O Estado brasileiro, há tempos na UTI, não encontra soluções políticas para a crise social que assola o país. A elite política, empresarial e econômica, apenas estão preocupados com a própria sobrevivência, ignorando as mudanças constantes da sociedade. Desconsiderando as verdadeiras causas dos problemas, trazem respostas baseadas nas consequências, ou seja, sem soluções. As facções são, então, um subproduto da falência do Estado. A falta de políticas públicas abrangentes a toda população, subjuga e rotula parte da sociedade, fazendo com que sejam marginalizados. É possível entender, então, o surgimento das facções criminosas como grupos que, por serem excluídos da sociedade buscam igualar-se propagando discursos e ações com objetivo de exercer poder sobre indivíduos excluídos pelo Estado, criando assim, um poder paralelo.

**(Conclusão)** (Conclusão) em virtude desses acontecimentos, atualmente as facções criminosas se estenderam além do âmbito do crime e do tráfico de drogas. As facções comandam as favelas, literalmente como uma forma de Estado, já que o próprio governo não consegue entrar lá, ou não tem interesse em se fazer presente em tais comunidades, fazendo com que elas cresçam e se tornem um Estado paralelo ao Estado federativo, tendo suas articulações de uma forma tentacular, ou seja, o tráfico está comandando e sendo o núcleo de todo o centro econômico e de segurança daquele determinado local, isso acaba fazendo com que as pessoas sejam fiéis ao tráfico, tendo vista que o Estado tem sido omissivo na concretização dos direitos fundamentais de tais comunidades e, conseqüentemente, quem se faz presente são os traficantes, gerando assim uma fidelidade entre os indivíduos que moram nesses locais com o tráfico.

**Palavras-Chave:** facções criminosas. estado paralelo. crime organizado

## O TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL.

### **Autor(es):**

*Maria Eduarda Coelho Ribeiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Gabriela Cândida Tenório: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Neste projeto de pesquisa propõe-se analisar a exploração sexual que acontece no tráfico internacional de pessoas, principalmente com mulheres. O nosso objetivo é esclarecer, os pontos negativos desse crime para a sociedade brasileira e expor os benefícios que um eficiente combate e prevenção podem acarretar. O tráfico de pessoas é definido pela Organização das Nações Unidas (ONU), como “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo-se à ameaça ou ao uso da força” além de o tráfico de pessoas figurar entre os crimes mais rentáveis do mundo, proporcionando a circulação monetária de cerca de 32 bilhões de dólares em todo o mundo e, desse montante, 85% são oriundos da exploração sexual. O trabalho tem por objetivo geral investigar a exploração sexual que surge como uma falsa oferta de emprego e/ou promessas de melhoria na qualidade de vida das vítimas. Com esta fraude os aliciados conseguem captar pessoas para a prática forçada de atividade sexual. Lásaro Moreira da Silva, mestre em Direito, explica que a exploração sexual ocorre independentemente das condições de saúde da vítima e, na grande maioria dos casos de tráfico internacional para fins sexuais, no momento da chegada ao país de destino são informadas da dívida contraída com os traficantes, devido as passagens compradas, e, no momento do engano no Brasil não fazem ideia das cobranças que sofrerão posteriormente pelos criminosos. Segundo o autor, as vítimas ainda são obrigadas a se prostituírem em torno de dezesseis a dezoito horas diárias, independente do estado emocional, além de sofrerem constantes violências físicas e psicológicas. Como objetivos específicos, buscamos compreender este conflito, pertinente à nossa contemporaneidade, através dos instrumentos de luta para a sua prevenção e combate. Como por exemplo, a ação de investigação da polícia e do Ministério Público, bem como o processo de denúncias, que se apresentam como exemplos de ações efetivas para a segurança desses brasileiros. Também pretendemos investigar a possível existência de políticas efetivas capazes de proporcionar maiores oportunidades para estes cidadãos integrem-se à sociedade, como forma de prevenção a exposição dessas pessoas a uma vida sujeita ao risco, à violência e a exploração criminosa.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada se alicerça na investigação de fontes bibliográficas especializadas, as quais serão utilizadas no decorrer de todo processo de nossas pesquisas.

**(Resultados)** O projeto encontra-se em sua fase inicial por isso ainda não possuímos resultados concretos, no entanto, pelo que conseguimos detectar até o momento, infere-se que a exploração sexual, dentro do tráfico de pessoas, é um mercado muito lucrativo, o qual faz circular bastante dinheiro pelo mundo. Além do fato de que, as políticas existentes não se fazem suficientes para a prevenção apropriada, e o Estado ainda permanece falho em suas atitudes quanto a tal temática. Por isso, é pertinente que diversas ações sejam tomadas pelo Governo com a contribuição social para transformar muitas realidades brasileiras.

**(Conclusão)** Portanto, é possível concluir que o tráfico de pessoas hoje é um crime relativamente difícil de ser investigado, isso acontece, pois, é altamente silencioso e complexo. Além do mais, representa um crime desumano, um mercado cruel, no qual o objeto comercializado é o próprio ser humano, ferindo então um dos direitos fundamentais do indivíduo, que é a dignidade humana, ao tratar a vítima como utensílio que pode ser trocado, vendido ou transportado. As medidas de combate, só serão cada vez mais eficientes com a colaboração de toda população em denunciar e se conscientizar da dimensão que certas ofertas, as quais aparentem ser muito generosas, podem causar na vida das pessoas.

**Palavras-Chave:** Tráfico.Brasil. Exploração.Violência Sexual.Combate.

## O TRI PARCELAMENTO DAS FÉRIAS

**Autor(es):**

*Thiago André do Nascimento Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As novas formas de contrato de trabalho buscam adaptar as necessidades de empreendedores modernos à oferta de prestadores de serviço. Objetivando reorganizar as novas relações de trabalho, o Congresso Nacional apresentou as mudanças na legislação trabalhista que foi sancionada pelo Presidente e entrarão em vigor em novembro de 2017. As discussões para formatação da reforma trabalhista foi pautada no embate entre a flexibilização, necessária para formalizar as modernas relações de trabalho e a precarização dos direitos do trabalhador. A Lei Nº13.467, de 13 de julho de 2017, alterou entre outros, o artigo 134 §1º da CLT, que passou a permitir o parcelamento das férias trabalhistas, direito social constitucional, em até três parcelas. O direito de férias está fundamentado na medicina e saúde ocupacional que observa a necessidade do trabalhador recuperar suas condições físicas e mentais despendidas nas atividades laborais. Por ser uma atualização legal recente, não há críticas doutrinárias sobre o tema.

**(Metodologia)** MÉTODO DE ABORDAGEM: Dedutivo. MÉTODO DE PROCEDIMENTO: Histórico e Comparativo. MÉTODO DE PESQUISA: O autor buscará aprofundamento sobre o direito de férias na Doutrina Trabalhista, realizará pesquisa sobre o tema férias trabalhistas em legislações de outros países e tratados internacionais, bem como realizará entrevistas com médicos do trabalho para verificar, sob o ponto de vista da medicina do trabalho, qual o impacto para a saúde do trabalhadores da alteração em tela e a opinião de trabalhadores.

**(Resultados)** Neste contexto, surge a PROBLEMÁTICA: Quais as consequências do tri parcelamento das férias para o trabalhador? O OBJETIVO GERAL da pesquisa é realizar uma análise da antítese flexibilização e precarização do direito de férias no Brasil após a reforma trabalhista de 2017, baseada nos fundamentos para as férias, contexto internacional, medicina do trabalho e opinião de trabalhadores. Os OBJETIVOS ESPECÍFICOS são: Descrever os fundamentos para as férias baseado na doutrina; Apresentar o direito de férias no contexto internacional; Apresentar as opiniões de médicos do trabalho sobre o tri parcelamento das férias; Apresentar as opiniões de trabalhadores de diversas profissões sobre o tema.

**(Conclusão)** As Referências iniciais básicas utilizadas pelo autor são: BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 8. ed. São Paulo: LTr, 2009. CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do trabalho. 9. ed. São Paulo: Método, 2014. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de direito do trabalho. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. LISBÔA, Luciana Veck. A Convenção nº 132 da OIT e seus efeitos no ordenamento jurídico brasileiro. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 8, n. 117, 29 out. 2003. Disponível em: . Acesso em: 5 out. 2017. PRETTI, Gleibe. Comentários à lei sobre a reforma trabalhista: o que mudou na CLT e nas relações de trabalho. São Paulo: LTr, 2017.

**Palavras-Chave:** Férias; Parcelamento; Flexibilização.

**O USO DE CARTAS PSICOGRAFADAS COMO PROVA NO PROCESSO PENAL: O CASO DE JOSÉ DIVINO NUNES À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA**

**Autor(es):**

*Sulamita Figueiredo Bizerra da Silva Hipólito: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Kadson de Oliveira Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Beatriz Silveira Santiago: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este projeto de pesquisa propõe analisar a legalidade e a constitucionalidade do uso de cartas psicografadas como prova no processo penal, baseando-se no caso concreto de José Divinos Nunes. Neste fato, José Divino Nunes era acusado pelo homicídio de Maurício Garcez Henrique, e foi absorvido, tendo como uma das provas anexadas aos autos, uma carta psicografada da vítima, que corroborava com a versão do réu. De acordo com a doutrina espírita, a psicografia é uma faculdade mediúnica em que um espírito desencarnado, através do corpo do médium, escreve textos; podendo ser dividida em quatro categorias: mecânica, semi-mecânica, intuitiva ou inspirada.

**(Metodologia)** Nesse contexto, buscamos examinar se o precedente aberto pelo caso supracitado é legal ou não, tendo como principal apoio o Código de Processo Penal, que dispõe no seu título VII sobre provas e a Constituição Federal, norma jurídica que é base do ordenamento jurídico. Além disso, analisamos se o uso das cartas é um modo de alcançar a justiça ou não e se há como verificar a autenticidade delas. Para isso fizemos uma pesquisa teórica, com método de abordagem transdisciplinar, tendo em vista que o tema trata não apenas de questões do direito, mas também de questões da doutrina espírita, que é de natureza tríplice, abrangendo a filosofia, religião e ciência. O método de procedimento é o estudo de caso, uma vez que analisamos o tema com base em um caso concreto.

**(Resultados)** Como resultado à pesquisa realizada por nós através do caso concreto, tivemos que Cartas psicografadas como prova no processo penal já foram aceitas em diversos casos concretos, além do de José Divinos Nunes, em que os réus foram absorvidos com a ajuda da narração detalhada dos fatos ocorridos pelo morto/espírito desencarnado. Além disso, uso das cartas psicografadas não fere os princípios constitucionais do processo penal e pode ser submetida a realização do exame grafotécnico para a averiguação da letra e comprovação da autenticidade destas. Dessa forma, o seu uso nos processos judiciais brasileiros, deve ser plenamente possível.

**(Conclusão)** Concluímos assim, que é possível vislumbrar a existência da relação interdisciplinar entre a Parapsicologia e o Direito. Em que a psicografia pode auxiliar a área jurídica para a concretização dos ditames constitucionais, para que o julgamento do caso concreto seja justo. Assim, com as duas áreas de conhecimento, acredita-se que se faz necessário um maior aprofundamento da tese, através de estudos, para que num futuro elabore-se uma legislação específica sobre o assunto.

**Palavras-Chave:** Cartas psicografadas. Prova. Processo Penal. Constituição Federal Brasileira, Divino Nunes

**O USO DOS PRECEDENTES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O STRUCTURE-MAPPING: UM ESTUDO SOBRE SUA FORMAÇÃO E PRÁTICA**

**Autor(es):**

*Diego Ranier dos Santos Silva Macêdo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o Código de Processo Civil de 2015, foi implementada no ordenamento jurídico brasileiro, seguindo o art. 926 do código anteriormente dito, a utilização dos precedentes. A grosso modo, os precedentes, como a palavra sugere, são demandas anteriormente julgadas que versam sobre uma mesma matéria, e, por essa similaridade, incidem na prática jurídica indicando a forma como julgar demandas futuras. Logo, essa paridade gera determinados entendimentos para que a decisão proferida nesses casos se aplique a outros de mesma natureza. A utilização dos precedentes tem como escopo a uniformização da jurisprudência dos Tribunais, assim como zelar pela primazia da segurança jurídica. Por serem reiteradas matérias que versam sobre o mesmo tema, é evidente que a formação dos precedentes envolve o compartilhamento de características congêneres entre as demandas anteriores. Utilizando como referencial teórico o structure-mapping da psicóloga norte americana Dedre Gentner, nos são ofertadas as regras para interpretar, organizar e construir as relações de similaridades entre os objetos. Partindo dessas regras, é fixado o objetivo de observar a práxis jurídica correspondente ao uso dos precedentes, e, através desse meio prático, examinar como tal instituto se comporta na teoria do structure-mapping, seja como Analogia, Similaridade Literal ou Abstração. Tem-se como objetivos a análise da práxis jurídica dos precedentes judiciais e, por meio desse uso prático, observar como os precedentes se encaixam no structure-mapping, sejam como Analogia, Similaridade Literal ou Abstração.

**(Metodologia)** Os frutos aqui expostos decorreram de inúmeros encontros realizados ao longo do ano de 2017 com grupo de estudos sobre analogia. Durante tais reuniões, graças à pesquisa bibliográfica e aos diálogos transdisciplinares provenientes desses encontros, foram realizadas discussões diversas acerca das obras que tratam sobre o assunto em questão, possibilitando a realização de exposições, reflexões críticas e autocríticas.

**(Resultados)** Após a análise do uso dos precedentes determinados pelo Superior Tribunal de Justiça na práxis jurídica, observa-se que seu uso encaixa-se na categoria "Similaridade Literal".

**(Conclusão)** Por se tratar de uma novidade no ordenamento jurídico brasileiro, os precedentes são capazes de oferecer inúmeras discussões, tanto no campo jurídico, quanto no campo da lógica e teoria da argumentação. Pode-se concluir o uso adverso de tal novidade (comparando com o sistema jurídico norte-americano, onde tal instituto é muito utilizado). O uso dos precedentes pelos praticantes do Direito brasileiro encaixa-se de maneira mais veemente na classificação denominada "Similaridade Literal", demonstrando que o teor de seu uso é mais normativo, dissonante ao uso costumeiro-prático, gerando a impossibilidade de leituras e aplicações mais dinâmicas. Entretanto, por se tratar de um instituto novo, tal preceito há de amadurecer, e, com o passar dos anos, é possível que aja um novo posicionamento normativo-doutrinário acerca do tema.

**Palavras-Chave:** Analogia; Precedentes; Código de Processo Civil;

## O VALOR JURÍDICO DO AFETO: A FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E O DIREITO SUCESSÓRIO

### **Autor(es):**

*Rayana Aider Felix Felipe: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Hiago Henri Nascimento Costa de Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Kécia Priscila Oliveira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Widdyane de Melo Nobre: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Jelisse Vieira Gomes Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa busca demonstrar a evolução das entidades familiares, formadas através de vínculos afetivos, abordando em especial de que forma isso repercute no Direito de Sucessões. É sabido que o afeto e o amor são, quem de fato, une as pessoas na partilha de anseios, expectativas, medos, aflições, angústias, esperanças e alegrias, criando uma barreira indissolúvel, o que caracteriza a existência ideal do conceito de família. No âmbito do Direito de Família, esse assunto se destaca pela necessidade que as lacunas existentes no ordenamento jurídico sejam supridas, de modo a alinhar os interesses sociais em constante transformação.

**(Metodologia)** Utilizando-se do método dialético, este estudo de caso, parte da análise do meio social, levando-se em consideração aspectos condizentes a realidade a que estão submetidas as famílias criadas por meio de um vínculo afetivo, para se chegar a importância do assunto e sua relevância jurídica. Para tanto, foi analisado a evolução social do conceito de afeto no Direito de Família tendo como base o Projeto de Lei nº. 2.285/2007, chamado de “Estatuto da Família” que trata do assunto com maior profundidade, legitimando todas as formas de família. A pesquisa bibliográfica também foi empregada com o objetivo de compreender os institutos da paternidade responsável, socioafetividade e “estado de posse do filho”.

**(Resultados)** Ao abordar a filiação socioafetiva, a pesquisa possui como objetivo desenvolver uma análise sobre a função dos pais na construção psicológica e emocional dos seres humanos civilizados, e como isso se reflete no âmbito jurídico. Nessa perspectiva, o afeto passou a ser algo relevante para solucionar conflitos e gerar direitos no que tange a sucessão, sendo ele de fator crucial para a determinação da filiação. Além disso, demonstraremos através de dados a crescente formação de famílias por meio do vínculo socioafetivo, observando o comportamento da população perante a necessidade social, analisando o Projeto de Lei que amplia o conceito de família, resultando o parentesco também por socioafetividade e averiguando a aplicabilidade da lei nos casos concretos, apresentando um entendimento quanto a sua validade a fim de entender se de fato interfere positivamente na sociedade e cria uma estabilidade maior no preenchimento de tal lacuna no seio jurídico.

**(Conclusão)** Por fim, conclui-se, a partir dos estudos realizados através de um panorama jurídico social da sucessão pela afetividade, a crescente adequação do Direito da Família a realidade atual, em que é notável os vínculos afetivos ganhando mais espaço, por meio da paternidade responsável, pautando o alicerce psicológico e emocional dos filhos afetivos, criando com isso estabilidade jurídica e social.

**Palavras-Chave:** Relevância jurídica do afeto. Filiação. Família. Socioafetividade. Sucessão.

**ORTOTANÁSIA: ANÁLISE DA RESOLUÇÃO N. 1.805 DE 2006 DO CFM, QUANTO A SUA EFETIVIDADE, NO TOCANTE AO RESPEITO A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

**Autor(es):**

*Rebeca de Aro Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rafael Lucas Silva Taveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Ortotanásia é um processo no qual o paciente terminal terá sua vida encerrada antecipadamente, pela omissão dos profissionais da saúde e da família, em não submeter o paciente a tratamentos invasivos e abusivos, que gerariam mais sofrimento sem perspectiva de cura, é considerada mais humana pelos estudiosos e defensores da morte digna. Ela garante o respeito aos direitos de não só a morte digna e a dignidade entre esse lapso temporal que vai da descoberta que o paciente é terminal até a morte de fato deste, mas também o respeito a autonomia da vontade do indivíduo, princípio este que é um dos pilares do direito privado. Portanto, o presente trabalho procurará analisar de forma crítica, a efetividade a resolução n. 1.805, proposta em 2006 pelo Conselho Federal de Medicina, que trata justamente sobre a regulamentação dessa prática. (OBJETIVOS) Nesse contexto, busca-se analisar a resolução quanto ao fim que deseja alcançar e sua efetividade no tocante ao respeito à dignidade da pessoa humana; descrever os direitos e princípios os quais a Resolução 1.805 de 2006 busca preservar. Além do mais, através da presente pesquisa de iniciação científica, propõe-se identificar os aspectos que contribuem ou dificultam a produção legislativa quanto ao assunto.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) A pesquisa refere-se a uma abordagem quantitativa e de cunho exploratório, com aplicação de questionário que permite aos pesquisadores uma análise representativa das variáveis questionadas com a finalidade de responder à pergunta tema objeto deste estudo. Ademais, classifica-se a pesquisa também como descritiva a qual, conforme Mascarenhas destina-se a (2012, sn) “[...] descrever as características da população, identificando se há relação entre as variáveis apontadas.”

**(Resultados)** (RESULTADOS): A Resolução 1.805 de 2006 traz a luz a discussão acerca da escassez de uma legislação que regulamente os procedimentos utilizados por profissionais da área da medicina visando proporcionar aos seus respectivos pacientes uma morte digna, ou seja, uma vida com dignidade até os seus últimos momentos. E, apesar do esforço do Conselho Federal de Medicina em respaldar a atividade dos profissionais, órgãos como o Ministério Público Federal já se mostrou contrário a ideia por meio de uma ação promovida para suspender os efeitos da resolução, pedido que foi indeferido pelo judiciário.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO): Portanto, pode-se concluir que se faz necessário um debate crítico a respeito do assunto e que sempre seja embasado em preceitos bioéticos e princípios presentes não somente na nossa Constituição Federal, mas no ordenamento jurídico como um todo. Em vista disso, pretende-se garantir que os direitos fundamentais sejam assegurados, levando em conta que a dignidade humana somente poderá ser alcançada de forma plena, quando forem efetivados os direitos individuais, a liberdade, a autonomia, a igualdade e a integridade da pessoa humana, tanto ela no seu aspecto físico quanto moral, caracterizando o bem-estar do indivíduo, valores estes que são considerados supremos.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Ortotanásia. Bioética. Direito à vida digna.

**OS DIFERENTES TRATAMENTOS DE ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES JUDICIAIS BRASILEIRAS NO ÂMBITO PENAL.**

**Autor(es):**

*Luisa Vanessa de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O acesso à justiça é uma garantia fundamental outorgada a todos os brasileiros pela Constituição Federal de 1988. Faculdade jurídica essa que não se resume ao simples direito de ingressar uma demanda em juízo, mas sim de ver garantido uma tutela jurisdicional efetiva, ou seja, por meio de processo justo, se chegar ao resultado prático idêntico ou equivalente a realidade anterior a solicitação judicial. Ocorre que, apesar da presença de tal instituto no ordenamento jurídico brasileiro, sua eficácia e aplicação é controversa. São vários os exemplos de casos concretos idênticos com resoluções distintas, o que, além de causar uma constante insegurança jurídica, evidencia uma problemática de seletividade na prestação estatal. É nesse diapasão, que o presente trabalho pretende analisar, sob a ótica Constitucional e Penal, a relação existente entre poder econômico e o tratamento diferenciado despendido pelo Poder Judiciário, e como isso pode afetar a neutralidade ética exigida ao Estado, uma vez que este deve tratar a todos os cidadãos como iguais.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa que busca utilizar-se de um método de abordagem hipotético-dedutivo na construção de hipóteses a serem testadas, acerca de sua falseabilidade, de modo a confirmar ou não a existência fática da relação direta entre discrepância das decisões judiciais e a condição econômica e social dos jurisdicionados. Para tanto, faz-se necessária a utilização do método comparativo para a realização de confrontos de jurisprudência conjuntamente com uma abordagem histórica, para que se resgate a herança temporal que envolve o tema, e, por fim, um procedimento analítico para a contextualização e análise da realidade vigente.

**(Resultados)** Já em seu texto original a Carta Magna traz consigo, em seu art. 5º, XXXV, o direito fundamental de acesso à justiça, como também a garantia de igualdade formal e material entre todos, no caput do mesmo artigo. Através de uma pesquisa mínima é possível constatar que tudo isso não condiz com a realidade. Somente esse ano alguns casos tiveram destaque na mídia, justamente por conta do total abismo entre as decisões proferidas. É o que aconteceu com Breno Fernando Solon Borges, filho da desembargadora Tânia Garcia de Freitas Borges, que foi solto apesar das provas existentes a respeito do seu envolvimento com o tráfico de drogas. O mesmo foi encontrado com cento e trinta quilos de maconha, além de porte ilegal de armas. Em contrapartida, temos casos como o do cidadão que foi condenado a quatro anos por tráfico de drogas, por ter sido flagrado com a mísera quantidade de 0,02 gramas de maconha.

**(Conclusão)** Evidencia-se, portanto, uma clara violação do princípio constitucional da proporcionalidade e de sua derivação, a proibição de proteção deficiente, na medida em que suaviza a execução do poder punitivo do estado, em casos em que o réu tem um poder aquisitivo médio ou alto para os padrões gerais, até mesmo quando as circunstâncias judiciais poderiam justificar uma intervenção mais gravosa na esfera pessoal do acusado. Com isso, pode-se conjecturar que a realidade carcerária brasileira é um reflexo de uma desigualdade social mantida também pelas instituições que tem como uma de suas prerrogativas a garantia da paz social e igualdade entre os homens.

**Palavras-Chave:** Acesso à justiça. Desigualdade social. Desproporcionalidade.

## OS DIREITOS AUTORAIS EM PROJETOS DE DESIGN DE INTERIORES NAS MÍDIAS SOCIAIS

### **Autor(es):**

*Anna Luyza Silva Soares Wanderley: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Júlia Andrade Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Agnes Severiano de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Camila Furukava: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A partir do uso contínuo das ferramentas digitais, principalmente daquelas que trabalham com imagens, a exemplo do Instagram, contata-se que ao almejar o compartilhamento e o maior número de visualizações, torna-se fundamental observar o limiar dos direitos autorais no que tange as postagens de projetos em Design de Interiores. A lei de Direitos Autorais (9.610/98), assim como o direito à propriedade intelectual previsto na Constituição Federal de 1988, permitem indagar se as postagens sem a menção da autoria do projeto ferem os direitos autorais. Questiona-se, portanto, se a prática comum de utilizar apenas “hashtags” são suficientes para se escusar do fornecimento da fonte autoral, ou se faz necessário indicar explicitamente o autor do projeto. Além do mais, pela velocidade de compartilhamento de ideias nas mídias sociais, torna-se ainda mais difícil o controle quando fere-se o direito autoral, o que potencializa o dano e torna de extrema importância o debate sobre o tema. Sendo assim, o presente trabalho busca traçar uma discussão sobre os limites acerca da profissão, em especial no que diz respeito aos autores de projetos de design, no meio digital.

**(Metodologia)** Para dar suporte à reflexão pretendida, utilizou-se como método as pesquisas bibliográficas em Direito Constitucional e Direito Civil, assim como, artigos referentes a direitos autorais, plataformas de pesquisas, como o Pro Quest, e informações disponibilizadas em diversos sites da internet. Além de entrevistas com profissionais da área, em especial com a presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Norte (CAU/RN), a arquiteta e advogada Patrícia Luz.

**(Resultados)** Através das fontes de pesquisa, foi possível observar o quanto as mídias sociais potencializam a área de Arquitetura e Design de Interiores. Todavia, por não haver uma regulamentação específica, muitos profissionais acabam buscando sua promoção nas redes através de postagens de projetos não autorais, sem que seja mencionado o autor da obra, usando apenas a linguagem digital das “hashtags” com o nome inspiração. Assim a realidade presente na mídias digitais estão hoje respaldas estritamente pelo Código de ética profissional e pelas políticas internas das redes sociais.

**(Conclusão)** Através das fontes de pesquisa, foi possível observar o quanto as mídias sociais potencializam a área de Arquitetura e Design de Interiores. Todavia, por não haver uma regulamentação específica, muitos profissionais acabam buscando sua promoção nas redes através de postagens de projetos não autorais, sem que seja mencionado o autor da obra, usando apenas a linguagem digital das “hashtags” com o nome inspiração. Assim a realidade presente na mídias digitais estão hoje respaldas estritamente pelo Código de ética profissional e pelas políticas internas das redes sociais.

**Palavras-Chave:** Direito autoral. Design de Interiores. Mídias Sociais. Direito Constitucional.

## OS DIREITOS DOS ANIMAIS FRENTE AOS INTERESSES DA INDÚSTRIA COSMÉTICA

**Autor(es):**

*Daiara Garcia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A utilização de animais em experimentos científicos remonta ao século V a.C. Porém, o seu uso intensivo foi crescente a partir dos anos 1800 e na década de 1930, foi publicado um decreto tornando a experimentação animal ilegal. Atualmente se sabe que durante a Segunda Guerra Mundial os nazistas utilizaram seres humanos - sem seu consentimento - como objeto de experimentação. Após a segunda guerra mundial, durante o código de Nuremberg onde houve uma declaração contendo 10 pontos, que resumem aquilo que seria permitido em experimentos médicos com participantes humanos determinou-se que testes em seres humanos fossem restritos. As reivindicações diante o uso dos animais em pesquisas cosméticas vem se tornando cada vez mais presentes na sociedade. Milhões de animais são sacrificados em laboratórios para uso em aulas, pesquisas e testes, e geralmente os experimentos são realizados sem anestésicos. Além de passar por procedimentos dolorosos, os animais também sofrem com as condições artificiais em que vivem nos laboratórios, onde raramente entra a luz do sol, com a falta de espaço, com o confinamento, e com a falta de contato e estímulos. Devido a isso os animais utilizados acabam morrendo, seja como resultado do experimento ou serão deliberadamente mortos e seus cadáveres examinados. A primeira lei a regulamentar o uso de animais em pesquisa foi proposta no Reino Unido, em 1876. Somente em 1909 surge a primeira publicação norte- americana sobre aspectos éticos da utilização de animais em experimentação, proposta pela Associação Médica Americana. No Brasil, a Lei nº 11.794, de 08 de outubro de 2008, permite a criação e a utilização de animais em pesquisas e atividades educacionais em estabelecimentos de ensino superior e profissional técnico de nível médio da área biomédica. Essa mesma lei estabelece as condições em que esses animais devem ser criados e utilizados, medida que tenta evitar maus-tratos e o uso de instalações inadequadas.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa na qual foi aplicado o método de abordagem hipotético-dedutivo: "A forma tradicional de testes das indústrias pressupõem crime ambiental", tendo em vista que a problemática engloba aspectos sociais e morais, além do direito. Os métodos de procedimentos utilizados para esse projeto são os chamados comparativo e estatístico, onde se faz um direito comparado entre os países que usam métodos alternativos com o Brasil, se faz uma investigação do número de empresas que fazem testes em animais, além de analisar o tratamento dado pelo ordenamento jurídico brasileiro aos testes de indústrias de cosméticos quanto ao uso de animais.

**(Resultados)** Constata-se o aumento representativo do interesse por métodos alternativos dentro da própria comunidade científica na tentativa de diminuir o número de animais utilizados em experimentação e também reduzir o custo dos experimentos, pois animais utilizados em pesquisa precisam ser acondicionados, alimentados e mantidos nas melhores condições de saúde e higiene possível, caso contrário não podem ser utilizados para propósitos científicos. É importante reduzir os animais utilizados sempre que possível, substituir esses organismos por outras formas de experimentação; e refinar o processo de condução das pesquisas, garantindo assim o bem-estar do animal envolvido.

**(Conclusão)** Não há conclusão por ser tratar de um projeto de Trabalho de curso

**Palavras-Chave:** testes em animais; indústrias de cosméticos; métodos alternativos; Lei nº 11.794, de 08 de outubro de 2008.

## OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO ECA FRENTE AOS EPISÓDIOS DE EXPOSIÇÃO DE NUDEZ ARTÍSTICA NO MAM-SP

### **Autor(es):**

*Evaltércio da Silva Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Tarzia Maria de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Muito se tem discutido, nos bancos acadêmicos do Direito e na vida pública de forma geral, sobre a (im) pertinência da participação de crianças e adolescentes em apresentações artísticas em cuja programação estejam previstas performances e/ou cenas de nudez. O presente estudo assume importância na medida em que propõe-se a abordar esse tema tão polêmico quanto atual, que envolve interpretações jurídicas a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como dos direitos fundamentais que garantem o direito ao acesso à cultura e à expressão artística, sempre mediados pela tutela do pátrio poder. Preconiza-se, de acordo com a portaria 368/2014 do MJ, que as exposições artísticas feitas em museus serão autotransmissórias e dispensadas de serem submetidas previamente para análise do referido órgão. Como objetivo geral, pretende apontar se a participação ou acesso de crianças e adolescentes em exposições e demais atividades artísticas onde haja cenas e/ou imagens de nudez ferem o ECA. Objetiva, especificamente, comparar aspectos jurídicos do ECA, da Constituição Federal e das portarias de classificação do Ministério da Justiça direcionadas à classificação indicativa em exposições artísticas, assim como analisar o papel hierárquico do poder familiar nas decisões concernentes à formação educacional, cultural e artística direcionadas aos filhos.

**(Metodologia)** Tendo em vista o objetivo da pesquisa, utilizou-se o método de abordagem dialético, observando a estrutura do ordenamento jurídico para encontrar a resolução da questão ofertada. Como método de procedimento, fez-se uso do método histórico e comparativo, levando-se em consideração a evolução do tema frente ao Estatuto da Criança e do Adolescente. As técnicas de pesquisa serão a explicativa e a bibliográfica.

**(Resultados)** Apesar de o estudo ainda estar em andamento, pudemos analisar, a partir de algumas referências bibliográficas e dos relatos fartamente divulgados e documentados pela imprensa, que a participação e o acesso de crianças nas exposições contendo performances de nudez foi feita mediante acompanhamento e permissão dos pais, o que encontra-se amparado no ECA. A exposição não continha conteúdo erótico ou incitação a atividades sexuais, tratando a nudez como a livre expressão do humano como sendo parte da natureza que engloba todos os bichos. A interação das referidas crianças com os artistas desnudos não se constitui como pornografia ou incitação à pedofilia, visto que tal interação não promoveu a utilização delas em cenas pornográficas ou de sexo explícito (conforme preconiza a caracterização encontrada no artigo 240 do ECA que define a pedofilia). Preconiza-se, de acordo com a portaria 368/2014 do MJ, que as exposições artísticas feitas em museus podem ser autotransmissórias de acordo com o entendimento dos produtores da obra, não sendo obrigatório o submissão prévio ao órgão classificatório. Por último, é mister ressaltar que o artigo 58 do ECA prevê o respeito aos valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social em que a criança está imersa, e que lhe serão garantidos o acesso às fontes de cultura e a liberdade para exercê-lo.

**(Conclusão)** Ainda não é possível se chegar a uma conclusão definitiva no nosso estudo, mas evidencia-se que não houve uma quebra na observação do ECA ou na garantia da proteção à criança quando se permitiu que ela tivesse acesso à exposição contendo performances de nudez, realizada no Museu de Arte Moderna de São Paulo, visto que não restaram caracterizados como incitação à pedofilia ou a conotação sexual. A garantia do poder familiar na decisão do que a criança deve ter acesso em termos de cultura e lazer, essa sim, foi resguardada.

**Palavras-Chave:** ECA. Direitos Fundamentais. Nudez. Poder familiar.

## OS USOS DA ANALOGIA E SUA RELAÇÃO COM O USO DOS PRECEDENTES: UM ESTUDO DE CASO

### **Autor(es):**

*Arthur Ferreira de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Entendendo que o fenômeno jurídico encontra, na argumentação, sua essência, faz-se necessário, portanto, explicitar, sob a ótica da lógica, como a argumentação se manifesta na prática da atividade jurisdicional e qual o seu impacto na fundamentação das sentenças. É evidente que o tema em questão ganha vida nova quando se fala no sistema de precedentes implantado no Brasil pelo novo Código de processo civil. No entanto, quando se observa a questão sob o ponto de vista da lógica, percebe-se que a aplicação dos precedentes não se trata pura e simplesmente de mera similaridade ou semelhança entre casos, tal como se nota comumente nos manuais de direito, mas vai muito além disso. Quando se fala em precedentes, invariavelmente se é remetido à analogia. Existe, no direito brasileiro, mais especificamente na LINDB (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), uma previsão legal do uso da analogia para os casos em que a lei é lacunosa. No entanto, a introdução dos precedentes no Brasil traz uma nova perspectiva para a analogia. A partir de agora, não há de se falar em preenchimento de lacunas puramente, mas sim em uma poderosa ferramenta de argumentação que, usada de forma adequada, tem papel primordial na aplicação do direito. Com os textos lógicos de Toulmin e Bermejo-Luque, constata-se que a analogia tem várias formas de se usar e, dependendo da forma de uso, o argumento pode ser considerado, nos moldes do novo código de processo civil, fundamentado ou não. Dessa forma, tendo em vista que se trata de uma pesquisa empírica, será feita uma análise, em um primeiro momento, dos marcos teóricos que a fundamentam, isto é, analisar como a analogia se relaciona com os precedentes, sobretudo no que se refere à argumentação e, em um segundo momento, aplicar essa análise aos casos colhidos do Superior Tribunal de Justiça. Com isso obter-se-á, de início, a forma como os precedentes estão sendo aplicados e, conseqüentemente, de que maneira a analogia é utilizada nesses casos.

**(Metodologia)** Como método de abordagem, utilizou-se a pesquisa transdisciplinar e dialógica, observando as áreas da lógica e do direito, sobretudo o processo civil. Dessa forma, fez-se uma análise, assentada no prisma teórico supracitado, dos casos colhidos do Superior Tribunal de Justiça.

**(Resultados)** Constatou-se, mediante o estudo e observação dos precedentes utilizados para compor a súmula 574 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que o sentido atribuído aos precedentes é pura e simplesmente de semelhança entre casos. Isto é, de todo o universo de uso da analogia presente nos marcos teóricos, a edição das súmulas limitou-se a utilizar o que a Bermejo-Luque chamou de analogia quantitativa, ou seja, a analogia que leva em consideração a quantidade de elementos relevantemente semelhantes entre os objetos. No entanto, ao analisar a aplicação dos precedentes nos casos concretos, isto é, nas decisões que utilizam os precedentes, notam-se outras formas de analogia, entre elas a qualitativa, quando se observa a relevância da semelhança, e a analogia explicativa que auxilia o entendimento do caso.

**(Conclusão)** É evidente que os precedentes assumiram papel central no ordenamento jurídico brasileiro. No entanto, sendo a analogia sua engrenagem mestra, percebe-se que ainda não existe um entendimento consolidado sob como deve ser usada. Em outras palavras, existem múltiplos usos da analogia e os precedentes se valem desses usos e, não havendo firmado um entendimento sobre como se utilizar os precedentes, corre-se o risco de, mais uma vez, incidir no casuísmo jurídico.

**Palavras-Chave:** Precedente. Analogia. Processo Civil.

## OUTORGA DO AVAL PELO CÔNJUGE

### **Autor(es):**

*Alana Letícia Rolim Antunes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Ana Paula de Oliveira Penha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Beatriz Fonseca Barbalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rebecca Laíse Pimentel da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Aline Amaral da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*  
*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Aval consiste, resumidamente, em um ato cambiário pelo qual uma pessoa, o avalista, se compromete a pagar título de crédito de terceiro, avalizado, nas mesmas condições do devedor deste título. Em outras palavras, o avalista é o garantidor do título, ele assume a obrigação cambiária autônoma e incondicional de garantir, no vencimento, o pagamento do título. Por ser o avalista este garantidor, sua posição na relação cambiária é de risco, pois se o devedor principal não cumprir com sua obrigação, o avalista deverá supri-la, desse modo, pondo em ameaça o seu patrimônio.

**(Metodologia)** Para o estudo dessa temática será utilizado o método dedutivo, partindo de uma visão geral sobre assunto, até chegar a especificidade do tema. O mesmo se respaldará nas doutrinas e jurisprudências, buscando-se engrandecer a discursão acerca da necessidade da aprovação do cônjuge para avalizar títulos de crédito, visto que o artigo 1.647, III, do Código Civil estabelece que “nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime de separação absoluta, prestar fiança ou aval”. O método comparativo também será utilizado, uma vez que se preocupará em encontrar a relação causal entre duas possíveis variáveis.

**(Resultados)** Pelo que se conhece hoje, o regime de comunhão parcial de bens e o da comunhão universal, reforçam a união de bens do casal, sejam eles adquiridos após o casamento ou antes deste. Dessa forma, os bens são compartilhados entre os cônjuges, e apesar de tanto o marido quanto a mulher poderem livremente praticar todos os atos de disposição e administração necessários ao desempenho de sua profissão, eles devem submeter-se as limitações impostas no artigo 1.647 do CC. Dentre essas limitações, encontramos a proibição de prestar fiança ou aval sem a autorização do outro. Contudo, ao analisar que a busca majoritária atualmente consiste em uma maior circulação e garantia dos títulos de crédito, a 3ª turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), seguindo o entendimento recente da 4ª turma, decidiu pela validade do aval dado como garantia em título de crédito independentemente da outorga de cônjuge. Com isso observamos que vem se repetindo nos tribunais a relativização do artigo supracitado, a qual propaga a validade do aval dado como garantia em título de crédito, ainda que não possua a outorga do cônjuge.

**(Conclusão)** Até que ponto a validade do aval prestado por um dos cônjuges com a ausência da outorga uxória na transação seria permitido? A interpretação literal do artigo 1.647 do CC continua a transmitir seus efeitos, ou este novo entendimento jurisprudencial segue por um caminho totalmente oposto do disposto no artigo anterior? Dessa maneira, busca-se transmitir um panorama geral dessa nova interpretação sobre o aval entre os cônjuges, bem como levar a reflexão do ouvinte sobre os prós e contra desse novo entendimento, para se chegar a uma conclusão sobre o tema.

**Palavras-Chave:** Aval. Outorga. Cônjuge. Título de Crédito

## **PARTILHA DE POSSE: POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO NO INVENTÁRIO**

### **Autor(es):**

*Rayssa Luana de Lima Monte: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Daniel Silva Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Juliana Halany Ramalho Xavier : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Amanda Eliene Carvalho Paraguai de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Código Civil de 2002 distingue a propriedade e o instituto da posse. Considerando titular da posse “todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade”. Estabelece ainda que a posse é transmissível aos herdeiros ou legatários do possuidor com as mesmas características. É acerca da transmissão da posse de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, e não por determinação jurídica, que este trabalho debruça, em que grande parte dos tribunais de justiça analisam a transmissão de imóveis dos quais se tenha a posse, sendo obrigatório aos herdeiros um processo anterior de usucapião, o que retarda o processo e por vezes deixa de propiciar aos detentores do direito o seu uso devido. Assim, o Código de Processo Civil, em seu art. 612, aduz que o juiz decidirá todas as questões de direito desde que provados por documento, remetendo para as vias ordinárias questões que dependem de outras provas, e que no prazo de 20 dias, conforme art. 620, o inventariante fará as primeiras declarações sobre os bens arrolados, não especificando se estes deverão ser registrados como propriedade. Com esse pensamento inovador, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul já permite em seus julgados a partilha da posse em processos de inventário, evidenciando a possibilidade prática.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo método de abordagem utilizado foi o dialético, em que se buscou por confrontação de normas jurídicas a contemporaneidade, refletir criticamente a obrigatoriedade do processo da usucapião como requisito básico para prosseguir com o inventário de bens adquiridos somente por posse e entender como ocorre a divergência interpretativa entre os julgados do TJRN e TJRS sobre os mesmos artigos do CC/02 e do CPC/2015. Utilizou-se o método de procedimento comparativo, já que a presente pesquisa se vale do reconhecimento das decisões do TJRS como importante avanço hermenêutico do CC/02 em detrimento dos julgados do TJRN. Por fim, busca-se o desenvolvimento da pesquisa utilizando como técnica, a análise documental de diplomas jurídicos, a interpretação de julgados e bibliografia exhaustiva do tema.

**(Resultados)** A pesquisa encontra-se em andamento, e por isso, não é possível realizar a descrição de resultados finais satisfatórios. Contudo, da análise das pesquisas preliminares, verifica-se que apesar dos diplomas jurídicos estabelecerem a propriedade como requisito para o processo de inventário, nota-se que os julgados do TJRS estão flexibilizando as normas do CC/02 de acordo com o princípio francês Saisine, segundo o qual com a morte do titular do direito há a transmissão imediata e automática da posse e domínio dos bens e dos direitos aos herdeiros, independente de inventário ou partilha.

**(Conclusão)** Dado o exposto e tendo em vista as mudanças em nosso ordenamento jurídico, a aplicação desse instituto é extremamente viável, uma vez que, como um dos princípios norteadores do novo código de processo civil é o da celeridade processual, a possibilidade de um único juiz julgar os dois casos é a confirmação da eficácia de tal princípio, além de demonstrar que o nosso ordenamento jurídico se aproxima cada vez mais do sistema common law, comprovando a viabilidade da adequação do direito aos casos do dia-a-dia.

**Palavras-Chave:** Inventário. Acesso da posse. Julgados. Usucapião.

**PATERNIDADE SOCIOAFETIVA: UMA ANÁLISE DE SEUS ASPECTOS JURÍDICOS MAIS RELEVANTES A LUZ DA JURISPRUDÊNCIA**

**Autor(es):**

*Marina Medeiros Damásio: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Luanna Chaves Campos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Adriana Augusta Lambert da Costa: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Muito se avançou o Brasil no que se diz respeito aos diversos conceitos de família. A paternidade socioafetiva é um destes conceitos, esta relação familiar ocorre quando existe um vínculo afetivo entre um homem e uma criança/adolescente como se fossem pai e filho. Nesta espécie de paternidade é inexistente qualquer vínculo biológico ou adotivo, e a filiação começa a ser identificada pela presença do vínculo afetivo, que estabelece direitos e deveres como a paternidade biológica e adotiva. (OBJETIVO) Esta pesquisa tem como objetivo apresentar a sociedade um aprofundamento sobre a paternidade socioafetiva, uma modalidade de relação familiar pouco discutida no meio jurídico, apesar de presente no cotidiano de diversas famílias brasileiras. Por ser um tema pouco debatido, ele carece de aperfeiçoamento e de normas específicas que o regulem.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica, de cunho exploratório e documental, já que visa perfazer uma análise dos acórdãos proferidos no âmbito do STJ a respeito do tema, bem como abordar os principais estudos teóricos sobre o tema no âmbito do Direito das Família Contemporâneo. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, partindo-se do desenvolvimento dos estudos teóricos sobre o tema para, a partir disso, perfazer uma análise dos casos jurisprudenciais mais relevantes. Utilizou-se o método histórico, como auxiliar, na medida em que analisamos a evolução do conceito de família no direito atual, em face do Princípio do Afeto.

**(Resultados)** Diante da pesquisa realizada, concluímos que apesar da paternidade socioafetiva já ter um espaço no meio jurídico, o mesmo reconhecimento não existe no meio social, já que diversas pessoas nem mesmo tem o conhecimento básico sobre o assunto, muitas vezes confundindo-o com outras formas de paternidade, como a adoção por exemplo. A diferença entre estes se dá pelo processo inicial: enquanto na adoção, em regra, não existem vínculos anteriores ao processo de se tornar pai/filho, na paternidade socioafetiva o requisito necessário para que ela seja reconhecida é o afeto.

**(Conclusão)** Antes da CF/88, havia distinção entre filhos biológicos e não-biológicos, estes por sua vez, eram classificados por legítimos, ilegítimos e legitimados. Com a implantação da CF/88, esta distinção foi vedada, devido a uma nova realidade social, em que a família ganhou um novo conceito, entre eles, a paternidade socioafetiva. Observa-se que a paternidade socioafetiva deve ser mais discutida para que chegue ao conhecimento de toda a sociedade, pois é um tema de grande relevância nas famílias brasileiras. O poder legislativo deve criar leis específicas para definir e regular essa relação tão presente, trazendo uma maior segurança jurídica para aqueles que estão dentro deste vínculo afetivo.

**Palavras-Chave:** Afinidade. Paternidade. Socioafetiva. Vínculo. Família.

**PEDOFILIA E PORNOGRAFIA INFANTO-JUVENIL: UMA NOVA REALIDADE NO ÂMBIENTE VIRTUAL NA CIDADE DO NATAL**

**Autor(es):**

*Miguel Matias Montenegro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Yasmim Lindeza Rebouças Siqueira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luís Felipe Costa Freire: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Wendel Spargoli Bernardo da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O avanço da tecnologia, bem como o uso exacerbado da internet pelos jovens (crianças e adolescentes), vem trazendo uma série de questões extremamente novas no meio social, dentre elas, diversas novas possibilidades de crimes, os chamados crimes cibernéticos. Dentre eles, podemos identificar os crimes de pornografia infanto-juvenil, produzidos, em sua maioria, por pedófilos, que traz como vítima, esses jovens, os quais são o cerne do uso cibernético atual. Dentre esses fatores criminológicos estão os agentes e instituições que visam combater esse crime. No entanto, deve-se analisar como esse crescimento exponencial atua no crescimento de crimes de cunho virtual, assim como suas maneiras e instrumentos fundamentais para a resolução de possíveis conflitos futuros.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa que possui uma abordagem interdisciplinar, na medida em que o objeto investigativo é analisado por intermédio de um diálogo entre as disciplinas de Direito Penal e Direito Constitucional, com o implemento de abordagens do campo da Psicologia. Ademais, realizou-se, uma Pesquisa de Campo, utilizando-se como instrumentos uma Entrevista com a delegada da Delegacia Civil especializada na Defesa da Criança e do Adolescente (DCA), bem como Visitas Técnicas ao local.

**(Resultados)** Constata-se que a delegacia possui uma estrutura física extremamente precária com relação a abordagem com os cidadãos (não possuindo aparato para pessoas com deficiências físicas, pessoas idosas, gestantes, crianças de colo e obesas). Percebe-se, pela entrevista, que não há um repasse de verbas por parte do Estado para a DCA, logo não há como desenvolver a infraestrutura ou contratar profissionais terceirizados que auxiliariam nas investigações e no tratamento das vítimas. Por fim, pode ser observado a ausência de dados estatísticos sobre a prática de crimes de pornografia infanto-juvenil na cidade do Natal. Em seu livro, Manual de crimes informáticos, Damásio de Jesus e José Antônio Milagre fazem uma análise breve de como é tratado o crime pela polícia federal, bem como a apuração de informações dos infratores, porém, tal abordagem é vista apenas em um aspecto da polícia, a federal, enquanto aspectos de menos importância nacional, que são encontrados nas delegacias de Natal, por exemplo, não possuem a estrutura necessária para cuidar dessa demanda.

**(Conclusão)** Observa-se o total descaso do Estado para com a delegacia no que se refere especificamente aos investimentos para investigações e abordagens tecnológicas, o que torna notória a falta de preocupação do governo em oferecer suporte técnico ao sistema penal na resolução de casos que envolvam o ambiente virtual. Nota-se, também, que o desenvolvimento do tema é de extrema dificuldade, visto que, além de não existir estudos estatísticos, por parte da delegacia, também há grande carência de estudos bibliográficos sobre crimes cibernéticos, o que demonstra que o Brasil não tem priorizado o desenvolvimento de políticas públicas de prevenção, investigação e combate à prática desses crimes, mesmo constatando o crescimento vertiginoso de tais práticas delituosas no âmbito virtual.

**Palavras-Chave:** Crimes Cibernéticos. Pedofilia. Pornografia Infanto-juvenil.

**PERJÚRIO: A POSSIBILIDADE DE SUA UTILIZAÇÃO A CERCA DOS CRIMES CONTRA A VIDA À LUZ DO ARTIGO 59 DO CÓDIGO PENAL E DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**Autor(es):**

*Eduardo Walderez Flor Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN  
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN  
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este artigo tem o objetivo de analisar a possibilidade ou não da aplicação do perjúrio como meio de aumentar a pena do condenado, pelo artigo 59 do Código Penal brasileiro, nos casos que envolverem crimes contra a vida, examinando as doutrinas divergentes sobre o assunto, o modo que a jurisprudência se posiciona e se fere ou não os princípios e direitos constitucionais, tais como o artigo 5º, LVII e LXIII. Nessa ideia, busca-se compreender a história desse instituto jurídico e por quais motivos ele não foi adotado no sistema jurídico brasileiro; comparar o perjúrio com o crime de falso testemunho; analisar a possibilidade de sua utilização nos casos de crimes contra a vida, pelo artigo 59 do Código Penal brasileiro, mais precisamente no aspecto da personalidade do agente que praticou o crime, que é o ponto principal do presente estudo; mostrar mediante interpretação efetiva se fere ou não o princípio "nemo tenetur se detegere" (o direito de não produzir prova contra si mesmo) extraído do artigo 5º, LXIII, da constituição federal de 88, utilizado como estratégia pelo réu, sendo seu direito de mentir; e por fim, analisar sob o ponto de vista ético e moral sobre o posicionamento do réu mentir perante o júri.

**(Metodologia)** Essa pesquisa fará utilização do método dedutivo, partindo das teorias do direito penal e constitucional, e das leis, que, na maioria das vezes, predizem o acontecimento posterior do fenômeno analisado, também do método histórico, onde será investigada a origem do fenômeno, e o transdisciplinar ao analisar, para além do enfoque jurídico do tema, seus aspectos sociais, morais e éticos. Como método de procedimento, utilizou-se, o comparativo e o histórico, visando proporcionar maior familiaridade com o problema da utilização ou não do instituto perjúrio, envolvendo levantamento bibliográfico, análise de casos que estimulem a compreensão e entendimentos de pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado.

**(Resultados)** Verifica-se a possibilidade de aumentar a pena do condenado pelo artigo 59, no aspecto da personalidade do agente, pela concepção do perjúrio. Embora não seja utilizado, pois a doutrina majoritária que fala sobre esse assunto não aceita que o juiz seja capaz de julgar a personalidade do réu, pelo entendimento de não julgar o homem (direito penal do autor), mas seu comportamento penalmente relevante (direito penal da culpa).

**(Conclusão)** Após se constatar os entendimentos, as circunstâncias de como ocorre o júri e a historicidade do instituto, nota-se que o juiz não só pode utilizar o instituto, como, seria amplamente recomendável que o fizesse, ainda que atualmente esse entendimento seja minoritário. O perjúrio é de suma importância nos casos que envolvem crimes contra a vida, uma vez que o réu saberá que se mentir para ludibriar um júri e for condenado por sua ação, tenha sua pena aumentada; e isso não quer dizer que o perjúrio seja utilizado para todo o ordenamento, mas somente nos casos de crimes contra a vida, pois esses casos têm importante relevância social e moral, uma vez que ao tirar uma vida, não há possibilidade de restituir o dano provocado. Com isso, o perjúrio deve ser utilizado no ordenamento jurídico brasileiro pelo artigo 59 do Código Penal, atendendo à personalidade do agente nos casos que envolverem os crimes contra a vida, já que nesse caso a mentira seria um meio com falta de moral mediante os acontecimentos e as circunstâncias do julgamento; e por fim, o perjúrio deve ser o instituto a ser utilizado para mostrar que a verdade sempre será o melhor meio para se ter justiça aplicada ao caso concreto.

**Palavras-Chave:** Perjúrio. Artigo 59 do Código Penal. Possibilidade de aumento de pena. Constituição Federal.

## PLATAFORMA DO INSS DIGITAL E SEUS REFLEXOS NOS SEGURADOS ESPECIAIS RURAIS

### **Autor(es):**

*Kátia Cristina Pinheiro Abrantes Figueiredo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Silvana Patricia Fernandes Soares da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Luanna Graciele Maciel: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente estudo tem como objetivo analisar a nova plataforma, chamada de INSS Digital, voltado a uma perspectiva de impactos nos segurados especiais rurais, o mesmo, é, segundo o Instituto Nacional do Seguro Social uma prova de modernização. Pois a nova modalidade promete agilizar o trabalho nas agências de todo o país e reduzir o tempo de espera para atendimento. No formato até então vigente, mas em vias de transição, os trabalhadores terão o atendimento ao INSS intermediado pelo sindicato de sua respectiva categoria de maneira eletrônica, ou seja, não precisam comparecer pessoalmente a uma agência do INSS para receber atendimento ou ter acesso a determinados serviços. Tais atendimentos, nem sempre se dão na agilidade necessária.

**(Metodologia)** O tipo de pesquisa utilizada para elaboração do trabalho será uma revisão bibliográfica, informações oficiais junto ao Instituto da Previdência Social na perspectiva de conhecer e dialogar como tema atual em questão.

**(Resultados)** O que evidentemente dificulta e massacra com aqueles que por vezes apresentam limitações de ordem física, econômica e/ou social. No entanto, o órgão está mudando a sua forma de atender ao público e digitalizando os seus canais. Com o INSS Digital, os contribuintes podem requerer benefícios previdenciários e até encaminhar documentos para análise de forma digital. Ou seja, não é necessário agendar atendimento online numa agência, tampouco esperar dias e até mesmo meses para que falar com um atendente e oficializar a solicitação. A plataforma INSS Digital, se dá através de um acordo de cooperação técnica entre empresas, órgãos públicos, cooperativas e sindicatos que representam os trabalhadores na hora de encaminhar a documentação de forma digital e fazer o requerimento do benefício junto ao INSS. Através desse acordo de cooperação, o cidadão conta com comodidade para dar entrada em um benefício previdenciário. Ele também não precisa se ausentar do trabalho para comparecer pessoalmente a uma agência do INSS. As entidades representativas cuidarão dos documentos para que o trabalhador possa dar entrada em diferentes benefícios, como é o caso do salário maternidade, pensão por morte, revisão de benefício e aposentadoria. Neste caso, o trabalhador rural poderá ser representado pelo seu sindicato no INSS Digital. Diante de tais inovações cabe problematizar quais os reflexos da nova plataforma do INSS digital para o Direito Previdenciário, refletindo os possíveis avanços para os trabalhadores, os desafios para as instituições, inclusive, os Sindicatos e as ameaças que a transferência de responsabilidade do INSS para os órgãos/instituições pode representar. Sendo perceptível de que a maior parte dos sindicatos não está fisicamente preparada para a nova realidade, além de ocorrer uma limitação de acesso, pois a internet ainda não é um meio acessível em todas comunidades e, principalmente àqueles que ainda não são filiados a um sindicato.

**(Conclusão)** Concluindo para a realidade de que a criação desse mecanismo digital é fruto do sucateamento dos postos de atendimento e falta de orçamento do INSS, que fomenta agora a criação do teletrabalho, não sendo o mecanismo viável a todos os trabalhadores e a falta de aparato total dos sindicatos que ainda se adaptam as mudanças e novas atribuições.

**Palavras-Chave:** INSS.PLATAFORMA DIGITAL.PREVIDÊNCIA SOCIAL.SEGURADO ESPECIAL.TRABALHADOR RURAL

**PORNOGRAFIA DE VINGANÇA: UMA ANÁLISE SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA ERA DIGITAL**

**Autor(es):**

*Amanda Santiago Capistrano: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pornografia de vingança é um termo que consiste na exposição de fotos ou vídeos íntimos postados nas redes sociais ou em sites sem consentimento ou autorização da vítima. Por conseguinte, ao circularem, inevitavelmente colocam a pessoa escolhida a sentir-se em situação vergonhosa e constrangedora diante da sociedade, com o único intuito de promover de forma maliciosa a vingança, despertada muitas vezes por não aceitar o término do relacionamento ou como forma de chantagear a vítima, dentre outros motivos. Essa exposição íntima como forma de vingança está tomando uma proporção maior, visto que tal ato tem-se multiplicado em todo o mundo. Deste modo, a presente pesquisa propõe o estudo de casos de pornografia de vingança para sabermos como a sociedade ver e quais são as consequências geradas na vida da vítima. Para tanto, faz-se necessário também observar que essa prática corriqueira é isenta de penas, ou seja, abordaremos a necessidade do “revenge porn” tornar-se crime.

**(Metodologia)** Trata-se do método de abordagem hipotético-dedutivo, tendo em vista que estudará a hipótese de será que é necessário a criminalização da pornografia de vingança? Quanto ao método de procedimento ou auxiliar, será utilizado o descritivo, uma vez que será descrita a pornografia de vingança, o que realmente é, e como ocorre. A técnica de pesquisa utilizada será por meio de estudo de casos, legislação e entrevistas para que seja possível entender como a vítima se sente, quais são as consequências que elas passam.

**(Resultados)** A pornografia de vingança não está inclusa no código penal e nem em leis de cunho criminal. Ela é classificada como crimes de calúnia e difamação, cuja pena, muito dificilmente, será em regime fechado, ou seja, o autor do crime sai ileso, por enquanto que a vítima tem dificuldade de lidar com sua própria vida, devido à tamanha exposição. Com isso, temos possíveis resultados da necessidade de criminalizar sim a pornografia de vingança, porém, o trabalho ainda está em andamento e esse é apenas um possível resultado.

**(Conclusão)** Pode-se perceber, que ainda não há ferramentas eficazes que realmente ajudem a vítima a se livrar desse passado ou a justiça de punir as pessoas que cometem esse ato, que infelizmente ainda não é crime no Brasil. Com isso, surge a necessidade de criminalizar a pornografia de vingança, pois apesar de legislação existente que se encaixa nesse tema, muitas vezes o indivíduo sai impune, como foi o caso de menina vítima desta vingança, que mesmo após registrar o boletim de ocorrência, o adolescente que divulgou suas fotos permaneceu impune.

**Palavras-Chave:** pornografia, vingança, consequências

## **PORNOGRAFIA DE VINGANÇA: REFLEXÕES ACERCA DA RESPONSABILIDADE CIVIL**

### **Autor(es):**

*Anna Luísa Ubarana Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Igor Isan dos Anjos Menezes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Sâmia Valessa dos Anjos Menezes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Clara Madruga de Almeida Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Nos últimos anos, observam-se notícias de pessoas que tiveram sua imagem danificada pela exposição de sua intimidade. Em consequência do significativo progresso da Internet e dos demais dispositivos tecnológicos, essa conduta está em ascendência. A pornografia de vingança, apesar de aparentar ser comumente conhecida pela sociedade, possui peculiaridades que precisam ser compreendidas de forma que os indivíduos possam refletir sobre os aspectos motivadores dessas ações, seu real significado dentro da ciência jurídica e os efeitos devastadores na vida das vítimas. Percebe-se em nosso ordenamento uma legislação omissa, na qual os operadores do direito buscam solucionar os casos se utilizando de outros instrumentos por analogia e da responsabilidade civil pelos danos morais causados às vítimas. Em virtude dessa carência de tutela jurídica própria surge a problemática de até que ponto a responsabilidade civil é suficiente para minimizar os impactos ocasionados pela pornografia de vingança? Partindo desse pressuposto, o objetivo principal do presente trabalho é analisar a eficácia da responsabilidade civil em solucionar casos relacionados à pornografia de vingança.

**(Metodologia)** Assim, o método de abordagem que melhor se ajusta é o Dialético, pois a questão envolve diversos fatores, que não só jurídicos, sendo necessária a observação do atual cenário social, político e econômico para se chegar a uma nova compreensão acerca do tema. Com relação aos métodos de procedimento, tem-se o Histórico, visto que se pretende apresentar um apanhado acerca do crescimento da pornografia de vingança e como este fenômeno se popularizou; O Comparativo, à medida em que será feita uma contraposição entre a legislação vigente e sua eficácia em relação ao caso concreto; E o Método Estatístico, para apurar o papel da Internet neste cenário e sua possibilidade de configuração como instrumento facilitador de divulgação e exposição de conteúdos e afins. As técnicas de pesquisa poderão ser verificadas através de legislações e bibliografia, a partir de material já publicado como livros, artigos e internet.

**(Resultados)** Merece destaque a mudança da legislação que sancionou, respectivamente, a Lei Carolina Dieckmann (Lei 12.737/2012) e o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), que vêm sendo geradores de entendimentos jurisprudenciais inovadores nas cortes brasileiras. Embora não haja consenso entre o que está dentro e fora dos limites da liberdade de expressão, vemos no Marco Civil da internet e na Lei Carolina Dieckmann uma forma do exercício desse direito ser moderado ao dar maior respaldo jurídico para a penalização do autor da atividade criminosa, o amedrontando e protegendo às vítimas. Na mídia, veiculam-se casos de meninas que vivenciam situações desse gênero, como exemplo há o caso de Júlia Rebeca dos Santos que cometeu suicídio após o vazamento não autorizado de gravações em que aparecia fazendo sexo com seu namorado e uma amiga. Em contra partida, encontramos casos como o de Thamiris Mayumi Sato, que viu sua vida íntima desmoronar quando seu ex-namorado criou perfis falsos se passando por ela nas redes sociais e em sites pornográficos. Ao procurar a polícia e ter o apoio de família e amigos, Thamiris encontrou no seu martírio uma forma de ajudar outras garotas, dando um depoimento em sua página do Facebook que viralizou pela internet, sendo considerada hoje uma porta-voz da causa.

**(Conclusão)** Diante do exposto, pode-se observar que, para compreender a responsabilidade civil como instrumento suficiente ou não para o alívio da dor causada à vítima, faz-se necessária a análise específica do caso concreto, devendo-se considerar a abrangência do dano que foi causado à vítima, observando em todo tempo a sua situação emocional. Destarte, conforme apontado nos casos citados, entende-se como relativa a eficácia desse instituto no que tange à solução dos casos relacionados a pornografia de vingança.

**Palavras-Chave:** DANOS; INTERNET; PORNOGRAFIA DE VINGANÇA; RESPONSABILIDADE CIVIL.

## PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO

**Autor(es):**

*Heider Leonardo de Oliveira Rodrigues : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Bruno Tavares Padilha Bezerra: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Neste trabalho, irei apresentar o real quadro dos portadores de necessidades especiais segundo nosso ordenamento jurídico, no que tange as problemáticas, os avanços nos direitos, os problemas enfrentados pelo deficiente na sua rotina como cidadão e quais as barreiras no nosso ordenamento jurídico que impedem avançarmos de maneira mais célere. É notável o descaso com os direitos em nosso país, agravando quando se trata dos direitos de pessoas que necessitam de uma atenção especial. De forma mais enfática irei abordar pontos de suma importância para o avanço do respeito e dignidade dos portadores de necessidades especiais.

**(Metodologia)** A presente pesquisa teve como fonte de informação a pesquisa bibliográfica Partindo do Estatuto da Pessoa com Deficiência atual, buscaremos interpretar as legislações estaduais e municipais, com isso entenderemos a eficácia da lei na prática. De caráter dedutivo. Utilizamos estudos já realizados sobre o tema para a fundamentação teórica da pesquisa. A busca de informação deu-se de maneira sistemática e racional, e foi desenvolvida com base em material publicado em livros, revistas, artigos e sítios eletrônicos. Assim como informações acerca dos documentos relacionados à integração das pessoas com deficiência, como a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, o novo Programa Nacional de Direitos Humanos e a Resolução 20.717 do Tribunal Superior Eleitoral, contextualizando com o Estatuto da Pessoa com Deficiência atual.

**(Resultados)** Com este trabalho, foi possível concluir que houve muitos avanços legislativos em nosso país. Também é possível constatar, na prática, alguns avanços culturais e sociais no trato do problema das pessoas portadoras de necessidades especiais. Mas todas as conquistas, sem dúvida, representam ainda pouco na luta pela integração da pessoa portadora de necessidades especiais na sociedade. Como bem observou a Profª Walküre Lopes Ribeiro da Silva (1997), "o problema que enfrenta o portador de deficiência não é a ausência de leis. Sob o ponto de vista da validade temos leis que seriam perfeitamente aplicáveis aos casos concretos. O grande problema é o da eficácia das normas existentes". Não basta que tenhamos belas leis securitárias e trabalhistas, um exemplar sistema de compensação das desigualdades, de programas de integração da pessoa portadora de necessidades especiais à sociedade. É preciso que tudo isso seja efetivamente implementado por meio da participação ativa da sociedade civil e do Poder Público.

**(Conclusão)** Com o intuito de contribuir relevantemente com a sociedade e com meio acadêmico, queremos desta forma buscar o conhecimento ajudando direta e indiretamente na área do conhecimento na qual o projeto se insere, assim como em especial para a classe pesquisada dos portadores de necessidades especiais. Estimulados por um exemplo próximo, e encorajados para ajudar com relevância a comunidade acadêmica e principalmente iremos contextualizar o tema proposto com toda literatura jurídica como a constituição federal, código civil, súmulas, estatutos, diretrizes e entendimento jurídicos, afim de buscarmos respostas das mais diversas para várias dúvidas que serão dirimidas ao longo do nosso trabalho.

**Palavras-Chave:** Direitos, ordenamento jurídico, necessidades especiais.

## PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO

**Autor(es):**

*Heider Leonardo de Oliveira Rodrigues : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Bruno Tavares Padilha Bezerra: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** INTRODUÇÃO: Neste trabalho, irei apresentar o real quadro dos portadores de necessidades especiais segundo nosso ordenamento jurídico, no que tange as problemáticas, os avanços nos direitos, os problemas enfrentados pelo deficiente na sua rotina como cidadão e quais as barreiras no nosso ordenamento jurídico que impedem avançarmos de maneira mais célere. É notável o descaso com os direitos em nosso país, agravando quando se trata dos direitos de pessoas que necessitam de uma atenção especial. De forma mais enfática irei abordar pontos de suma importância para o avanço do respeito e dignidade dos portadores de necessidades especiais.

**(Metodologia)** METODOLOGIA: A presente pesquisa teve como fonte de informação a pesquisa bibliográfica Partindo do Estatuto da Pessoa com Deficiência atual, buscaremos interpretar as legislações estaduais e municipais, com isso entenderemos a eficácia da lei na prática. De caráter dedutivo. Utilizamos estudos já realizados sobre o tema para a fundamentação teórica da pesquisa. A busca de informação deu-se de maneira sistemática e racional, e foi desenvolvida com base em material publicado em livros, revistas, artigos e sítios eletrônicos. Assim como informações acerca dos documentos relacionados à integração das pessoas com deficiência, como a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, o novo Programa Nacional de Direitos Humanos e a Resolução 20.717 do Tribunal Superior Eleitoral, contextualizando com o Estatuto da Pessoa com Deficiência atual.

**(Resultados)** RESULTADOS: Com este trabalho, foi possível concluir que houve muitos avanços legislativos em nosso país. Também é possível constatar, na prática, alguns avanços culturais e sociais no trato do problema das pessoas portadoras de necessidades especiais. Mas todas as conquistas, sem dúvida, representam ainda pouco na luta pela integração da pessoa portadora de necessidades especiais na sociedade. Como bem observou a Profª Walküre Lopes Ribeiro da Silva (1997), "o problema que enfrenta o portador de deficiência não é a ausência de leis. Sob o ponto de vista da validade temos leis que seriam perfeitamente aplicáveis aos casos concretos. O grande problema é o da eficácia das normas existentes". Não basta que tenhamos belas leis securitárias e trabalhistas, um exemplar sistema de compensação das desigualdades, de programas de integração da pessoa portadora de necessidades especiais à sociedade. É preciso que tudo isso seja efetivamente implementado por meio da participação ativa da sociedade civil e do Poder Público.

**(Conclusão)** CONCLUSÃO: Com o intuito de contribuir relevantemente com a sociedade e com meio acadêmico, queremos desta forma buscar o conhecimento ajudando direta e indiretamente na área do conhecimento na qual o projeto se insere, assim como em especial para a classe pesquisada dos portadores de necessidades especiais. Estimulados por um exemplo próximo, e encorajados para ajudar com relevância a comunidade acadêmica e principalmente iremos contextualizar o tema proposto com toda literatura jurídica como a constituição federal, código civil, súmulas, estatutos, diretrizes e entendimento jurídicos, afim de buscarmos respostas das mais diversas para várias dúvidas que serão dirimidas ao longo do nosso trabalho.

**Palavras-Chave:** Direitos, ordenamento jurídico, necessidades especiais.

## PORTE DE ARMAS NO BRASIL E NO REINO UNIDO: PERSPECTIVAS DE MUDANÇAS LEGISLATIVAS

**Autor(es):**

*Maria Beatriz Torquato Rego: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O porte de armas é um tema polêmico e que fomenta bastante discussão nos diversos ordenamentos jurídicos. Na presente pesquisa o foco é a relação entre as legislações do Brasil e do Reino Unido e em como os conflitos que cada um deles vem vivenciando pode interferir em futuras mudanças nas legislações. No Brasil, a mudança mais recente sobre o assunto foi feita em 2003, com a entrada em vigor da lei federal do Estatuto do Desarmamento. Já no Reino Unido, foi em 1997, com a alteração das leis de armas de fogo após um massacre a uma escola no qual 16 crianças foram mortas. Todavia, a alta taxa de criminalidade no Brasil, os recentes atentados terroristas na Europa e a pressão popular tem feito com que o controle e a circulação de armas sejam alvos de novos debates.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado é o hipotético-dedutivo, que tem como objetivo mostrar que a partir da hipótese já formulada de que os conflitos atuais podem interferir em futuras mudanças nas legislações, há a dedução de solução para o problema, que seria a da menor rigidez no porte de armas. Esse método é amparado pelos métodos de procedimento comparativo e histórico, o primeiro na comparação das legislações do Brasil e do Reino Unido e o segundo na evolução histórica dos posicionamentos acerca do porte de armas. Na realização deste trabalho são utilizadas como técnicas de pesquisa a doutrina de Direito Penal, artigos, leis e dados estatísticos.

**(Resultados)** Faz-se premente relatar que os resultados e a conclusão são apenas informações esperadas da pesquisa, visto que esta ainda está em andamento, sendo desenvolvida para o Trabalho de Curso. Tanto no Brasil quanto no Reino Unido, há uma forte tendência a diminuição da rigidez do porte de armas, no Brasil isso se deve em virtude das crescentes taxas de homicídio por armas de fogo, da violência urbana, do tráfico de drogas e da insatisfação popular. Diante dessa situação, há um projeto de lei tramitando intitulado “Estatuto de Controle de Armas de Fogo” que facilitará a comercialização do porte de armas, através de mudanças como a redução da idade para compra de armas de 25 anos para 21 anos. Já no Reino Unido, isso vem sendo discutido devido aos recentes ataques terroristas, em especial o que aconteceu em Londres, no qual um agente não armado foi morto. Faz-se mister salientar que apenas 5% dos policiais andam armados, a justificativa para tanto é histórica, tendo em vista que a polícia britânica surgiu para atuar de forma preventiva, como mediadora e não como uma força de repressão do Estado. Entretanto, em pesquisas recentes, a maioria da população britânica vem se posicionando a favor de os policiais passarem a andar armados.

**(Conclusão)** Por fim, espera-se concluir, a partir de estudos já realizados e pesquisas futuras, que os conflitos atuais farão com que as legislações, tanto a brasileira quanto a britânica, se tornem menos rígidas em relação ao porte de armas, a primeira no âmbito da população civil e a segunda quanto aos policiais, e por motivos completamente diferentes, tendo em vista que no Brasil trata-se das altas taxas de criminalidade, já no Reino Unido o elemento que provavelmente conduzirá a essa mudança é o terrorismo.

**Palavras-Chave:** Porte de armas. Estatuto do desarmamento. Reino Unido. Conflitos atuais. Polícia.

## PORTE GERAL DE ARMA DE FOGO PARA ATIRADORES DESPORTISTAS

### **Autor(es):**

*Adna Dâmaris Fonseca da Fé: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O porte de arma de fogo é um dos assuntos mais polêmicos em quase todas as democracias ocidentais, e recorrentemente volta a fazer parte das discussões cotidianas em diversos países, incluindo o Brasil. Com a chegada da imigração alemã no Rio Grande do Sul em 1824, veio por consequência a criação de clubes como o “tiro ao alvo”. Com o decorrer do tempo, as sociedades de tiro foram incorporadas pelo Exército Brasileiro, adotando a denominação de Tiros de Guerra. No ano de 1920, a primeira medalha de ouro neste esporte conquistada pelo Brasil foi obtida pelo atirador Guilherme Paraense, então Tenente do Exército, na Categoria Tiro Rápido dos Jogos Olímpicos de Antuérpia, Bélgica. Neste evento, uma medalha de prata foi conquistada por Afrânio Costa, na modalidade Pistola Livre. Portar significa ter consigo, ao seu alcance, à sua disposição para uso. Os atiradores e suas armas de calibre permitido ou restrito, são registrados no Exército Brasileiro. As armas ficam registradas no SIGMA( Sistema de Gerenciamento Militar de Armas).

**(Metodologia)** Partindo do pressuposto que só existe pesquisa quando as ideias são apoiadas por procedimentos metodológicos, esta pesquisa tem caráter qualitativo: Onde as respostas não são objetivas e o propósito não é contabilizar quantidades como resultado, neste método enfatiza-se o caráter subjetivo dos dados analisados, afim de compreender e interpretar o comportamento de determinado grupo-alvo. Para tanto, esse estudo se fundamenta em pesquisas exploratórias e de levantamento de informações por meio de fontes documentais, sítios eletrônicos e legislações internacionais, amparado por uma pesquisa bibliográfica nas áreas de direito constitucional e direito penal, alcançando os resultados do trabalho através do método lógico-dedutivo.

**(Resultados)** Tendo em vista a grande complexidade do assunto, em 2013 o estatuto do desarmamento incluiu os praticantes desse esporte como permissionários do direito ao porte de arma. Seguindo essa tendência, após diversas discussões e confusões acerca do assunto, o exército brasileiro reconheceu a necessidade do atleta do tiro desportivo em transportar ao menos uma arma muniada, para proteção do acervo quando o atleta estiver em deslocamento, para competição ou local de treino, por meio da Portaria nº28-COLOG, em 14 de março de 2017. Por se tratar de um projeto de pesquisa em andamento, ainda não tem-se resultados definitivos a cerca do tema, contudo, ao longo deste trabalho será possível analisar conflitos sociais, legais, jurídicos e normativos, acerca do direito ao porte de arma do atleta do tiro desportivo, bem como demonstrar o direito do atleta, ao porte geral de arma de fogo.

**(Conclusão)** Conclui-se, pela simples leitura do atual estatuto do desarmamento e da portaria nº28-COLOG pelo reconhecimento do direito líquido e certo ao porte de arma de fogo por parte dos praticantes de tiro desportivo, contudo, este direito líquido e certo apenas tem servido de base para impetração de mandados de segurança por parte dos interessados, frente a negativa da policia federal em concede-lo, gerando uma insegurança jurídica para os atletas, que muitas vezes acabam sendo tratados como marginais, mesmo estando dentro da lei.

**Palavras-Chave:** Porte de Arma. Arma de Fogo. Atiradores Desportistas.

## POSSIBILIDADE DE DANO MORAL POR ABANDONO AFETIVO DA CRIANÇA

**Autor(es):**

*Thayse Kallyne Da Silva Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A decorrência do abandono afetivo de menores gerando indenização por Dano Moral, é uma busca para assegurar o direito da criança violado pela omissão de afeto de seus genitores ou responsáveis que trazem consequências negativas para o seu desenvolvimento e diante de tal situação o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente resguarda que aquele que causa dano a outrem comete ato ilícito. Logo, amar é uma faculdade, porém a responsabilidade de cuidar e de prover tudo aquilo que é necessário para um desenvolvimento saudável de uma criança é uma obrigação resguardada pelas Leis Brasileiras. E se ocorre qualquer violação de direito se torna um ato ilícito, gerando a possibilidade de indenização, por isso no abandono afetivo, gerando dano ao menor, ao seu desenvolvimento saudável, seria cabível um dano moral.

**(Metodologia)** O método utilizado seria o Método Dedutivo que trata-se da aplicação de princípios gerais a casos específicos, neste caso é a utilização de princípios gerais, leis gerais, para o caso específico que seria a possibilidade de conceder o dano moral em caso de abandono afetivo de criança.

**(Resultados)** Com esse abandono a criança pode sofrer alterações no seu desenvolvimento, principalmente física ou psicologicamente, alterando seu crescimento de forma que realmente a falta do responsável cause um dano efetivo. Se as leis afirmam que cabem indenização para aquele que sofreu algum dano, seja em sua integridade física ou psicológica, então é cabível dano moral quando os genitores ou responsáveis prejudicam o desenvolvimento saudável de uma criança devido ao seu abandono afetivo. Considerando assim, que os responsáveis cometeram um ato ilícito ao causarem o dano a criança, cabendo então o dano moral, para alertar aos responsáveis ao que ocorre e tentar retratar ao máximo aquele dano gerado.

**(Conclusão)** Dessa forma, em defesa da criança que é protegida pelo Estado que determina que seus responsáveis cumpram com o seu dever. Para isso deveria ser determinado que para cada responsável que não cumprir com os cuidados e com suas obrigações de forma correta, para aqueles que forem comprovados o real abandono afetivo da criança e o real dano causado, seja obrigado a indenizar a criança com dano moral como forma de se retratar pela irresponsabilidade. Seria também de muita utilidade campanhas que demonstrassem que os atos dos pais influenciam diretamente na vida de seus pequenos e que é preciso de uma preocupação maior a partir do momento que aquele ser vem ao mundo.

**Palavras-Chave:** Abandono Afetivo.Dano Moral.Crianças.Defesa

## PRESCRIÇÃO EM PETIÇÃO DE HERANÇA

### **Autor(es):**

*Zaira Carla Alves Gondim: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Edilson dos Santos Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O direito de sucessão, que garante a transferência dos bens deixados pela pessoa que morre, é regido por regras específicas e bem delimitadas, afinal, não é fácil para o Judiciário determinar com quem ficarão esses bens. Trata-se de uma intervenção contundente na vontade privada. É possível a cada pessoa dispor de parte de seus bens, determinado, por testamento, a parte disponível para tal, devendo ser assegurado o quinhão de seus sucessores conforme ordem estabelecida no Art. 1.829 do CC. Mesmo que a partilha tenha sido realizada e os bens transferidos aos herdeiros, a lei garante àquele que ficou de fora a possibilidade de requerer o seu quinhão. Para tanto, há um prazo prescricional previsto no art. 1.824, CC, que disciplina o prazo para o herdeiro excluído requerer seu direito à herança.

**(Metodologia)** Para a realização desta pesquisa, fez-se necessário um levantamento bibliográfico a respeito do assunto tratado, inclusive quanto à jurisprudência sobre o assunto.

**(Resultados)** Recentemente, houve um julgado que deu nova interpretação ao artigo que prevê a prescrição para o herdeiro ajuizar a ação de petição de herança. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul mais uma vez demonstra sua posição de vanguarda, quando o assunto é modificar entendimentos. No julgado do Agravo de instrumento AC Nº 70071512644 da Sétima Câmara Cível do TJRS, ocorrido em 14/12/2016, a regra da prescrição que contava 10 anos após a abertura da sucessão foi revista e garantiu a um herdeiro o direito de pleitear a seu quinhão na herança do pai, decorridos mais de 10 anos de seu falecimento. Para ser mais preciso, decorridos 37 anos! Trata-se de um filho não reconhecido em vida pelo pai e que ingressou com ação de investigação de paternidade pós morte, requerendo sua parte na herança, o que foi deferido pelo juiz, sob o argumento de que o prazo prescricional terá início a partir da data da sentença que o reconheça como filho do de cujus e não da data da abertura da sucessão. Para embasar sua decisão, o judiciário buscou amparo no disposto no art. 189 do Código Civil, segundo o qual, a fluência do prazo prescricional, mais propriamente no tocante ao direito de ação, somente nasce para o titular quando "violado o direito".

**(Conclusão)** Com isso, podemos concluir que o Direito é uma disciplina que precisa evoluir constantemente e assim, através da jurisprudência, pode haver mudança no prazo prescricional quando há mudança de paradigma na interpretação do início da contagem. No caso acima apresentado, o recorrido (filho que pleiteia a herança) terá direito a postular a herança deixada pelo pai se for confirmada a paternidade investigada.

**Palavras-Chave:** Herança, Prescrição, Sucessões

## PRESCRIÇÃO EM PETIÇÃO DE HERANÇA

### **Autor(es):**

*Maria das Graças da Costa Ferreira Neri: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Zaira Carla Alves Gondim: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Edilson dos Santos Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O direito de sucessão, que garante a transferência dos bens deixados pela pessoa que morre, é regido por regras específicas e bem delimitadas, afinal, não é fácil para o Judiciário determinar com quem ficarão esses bens. Trata-se de uma intervenção contundente na vontade privada. É possível a cada pessoa dispor de parte de seus bens, determinado, por testamento, a parte disponível para tal, devendo ser assegurado o quinhão de seus sucessores conforme ordem estabelecida no Art. 1.829 do CC. Mesmo que a partilha tenha sido realizada e os bens transferidos aos herdeiros, a lei garante àquele que ficou de fora a possibilidade de requerer o seu quinhão. Para tanto, há um prazo prescricional previsto no art. 1.824, CC, que disciplina o prazo para o herdeiro excluído requerer seu direito à herança.

**(Metodologia)** Para a realização desta pesquisa, fez-se necessário um levantamento bibliográfico a respeito do assunto tratado, inclusive quanto à jurisprudência sobre o assunto.

**(Resultados)** Recentemente, houve um julgado que deu nova interpretação ao artigo que prevê a prescrição para o herdeiro ajuizar a ação de petição de herança. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul mais uma vez demonstra sua posição de vanguarda, quando o assunto é modificar entendimentos. No julgado do Agravo de instrumento AC Nº 70071512644 da Sétima Câmara Cível do TJRS, ocorrido em 14/12/2016, a regra da prescrição que contava 10 anos após a abertura da sucessão foi revista e garantiu a um herdeiro o direito de pleitear a seu quinhão na herança do pai, decorridos mais de 10 anos de seu falecimento. Para ser mais preciso, decorridos 37 anos! Trata-se de um filho não reconhecido em vida pelo pai e que ingressou com ação de investigação de paternidade pós morte, requerendo sua parte na herança, o que foi deferido pelo juiz, sob o argumento de que o prazo prescricional terá início a partir da data da sentença que o reconheça como filho do de cujus e não da data da abertura da sucessão. Para embasar sua decisão, o judiciário buscou amparo no disposto no art. 189 do Código Civil, segundo o qual, a fluência do prazo prescricional, mais propriamente no tocante ao direito de ação, somente nasce para o titular quando “violado o direito”.

**(Conclusão)** Com isso, podemos concluir que o Direito é uma disciplina que precisa evoluir constantemente e assim, através da jurisprudência, pode haver mudança no prazo prescricional quando há mudança de paradigma na interpretação do início da contagem. No caso acima apresentado, o recorrido (filho que pleiteia a herança) terá direito a postular a herança deixada pelo pai se for confirmada a paternidade investigada.

**Palavras-Chave:** Herança, Prescrição, Sucessões

**PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO FRENTE AO ECA E CÓDIGO PENAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA  
POLÊMICA EXPOSIÇÃO “LA BÊTE” – ARTE OU CRIME?**

**Autor(es):**

*Eurico Azevedo Dias Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O princípio da liberdade de expressão representa um dos pilares do Estado de Direito, resguardado pela Constituição Federal no art. 5 como um Direito Fundamental do cidadão. Esta liberdade de expressão deve ser entendida em sentido amplo e representa um pressuposto à democracia. Entretanto, não existem Direitos absolutos e até um direito fundamental pode ser limitado frente a outro direito que na situação fática mostre-se de maior importância. Recentemente a exposição “La Bête” apresentada no museu de artes modernas (MAM) de São Paulo causou uma grande polêmica ao expor um artista desnudo que ficava à disposição da plateia a qual podia interagir com o artista tocando seu corpo, o fato foi que uma mãe levou sua filha menor de 12 anos e a criança, incentivada pela mãe, interagiu tocando o corpo do artista. Surgiram vários comentários nas redes sociais que aquela performance seria absurda e tratava-se de um ato de pedofilia, ganhando repercussão nacional em todos os meios de comunicação do país. Desta feita, o presente trabalho visa discutir de forma científica e imparcial se o caso da exposição “La Bête” configura um ilícito penal ou está salvaguardado pelo princípio da liberdade de expressão.

**(Metodologia)** Foi utilizado o método indutivo a partir do procedimento de estudo de caso utilizando fontes de informação teóricas, pesquisas bibliográficas, da legislação vigente pertinente ao caso para obtenção de uma sólida argumentação sobre o tema.

**(Resultados)** As imagens e vídeos que circularam nas redes sociais sobre a exposição foram analisados a luz da C.F, ECA e do C.P.B. É certo que a arte, principalmente, a arte moderna se caracteriza pela transgressão dos valores postos à época, contudo, até mesmo a liberdade artística e de expressão possuem limites impostos pelo próprio sistema de garantias da C. F. Diversos comentários foram realizados nas redes sociais acusando a exposição de “pedofilia”. Contudo, faz-se impar salientar que o termo em si não configura um ilícito penal tipificado, mas sim que a pessoa pedófila, condição clínica, passa a cometer um crime quando pratica determinadas condutas, com crianças e ou adolescentes, para satisfazer seus desejos sexuais. Destarte, analisando os artigos: 232, 240, 241-D; 241-E todos do ECA, cominados com os artigos: 217§4, 217-A, 218-A e 233 do código penal, à luz do art.5, IX da CF, fica evidente que o que se pretende coibir é situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou seja, é primordial a conotação sexual, libidinosa ou erótica.

**(Conclusão)** Constata-se com a análise dos artigos em tela que não se pode realizar a subsunção da situação fática com a legislação vigente, desta forma, por mais controversa que a referida exposição artística possa apresentar-se, não há como se falar em crime seja por parte da mãe, do ator ou da direção do MAM. Contudo, é clara e manifesta que a referida exposição deveria primar por cuidados e limitar o acesso por faixa etária, à questão está muito mais relacionada à moral e a ética do que com o Direito stricto sensu.

**Palavras-Chave:** Liberdade de expressão; pedofilia; direito constitucional; direito penal.

**PRISÃO PREVENTIVA: A APLICAÇÃO DA RAZOABILIDADE, PELOS TRIBUNAIS BRASILEIROS, COMO PRINCÍPIO DELIMITADOR DO EXCESSO DE PRAZO**

**Autor(es):**

*Ingrid Dias da Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Defende o Código de Processo Penal que enquanto não houver sentença condenatória transitada em julgado, ninguém será preso, entretanto, em situações excepcionais, em prol de um bem maior, é essencial restringir a liberdade de locomoção do acusado de um delito. Dessa forma se observa a prisão preventiva como uma dessas situações, sendo um instrumento processual utilizado em qualquer fase da investigação policial ou processo penal. Seu uso é reservado a casos excepcionalíssimos, ou seja, como última opção e só será imposta se outras medidas cautelares forem inadequadas ou insuficientes. Contudo, o legislador não instituiu prazo para duração da prisão preventiva, que pode ser mantida enquanto houver justo motivo para a sua manutenção. Diante dessa situação, essa matéria na legislação brasileira depende exclusivamente da discricionariedade do juiz, no qual muitas vezes é verificado o excesso de prazo nos processos penais. Sendo assim, se observa a eleição do princípio da razoabilidade como delimitador desse excesso e garantidor da razoável duração do processo.

**(Metodologia)** O método de abordagem usado na pesquisa foi o dedutivo, uma vez que irá partir da temática geral, que é a prisão preventiva, para um ponto específico, que é a problemática do excesso de prazo. Já para o método de procedimento será usado o histórico, na análise do modo com que o prazo era aplicado quando se criou a lei, até a forma que é definido nos dias de hoje; e o comparativo, na observância de decisões que caracterizaram excesso de prazo. E como técnica de pesquisa serão utilizados artigos para elucidar o tema, jurisprudência dos tribunais, doutrina para entender o debate em questão e legislação como base.

**(Resultados)** Diante da problemática do excesso de prazo, termina havendo uma certa insegurança jurídica devido ao não estabelecimento de um prazo padrão, nesse contexto, os tribunais estão optando por utilizar o princípio da razoabilidade na tentativa de proteger a dignidade humana e garantir a razoável duração do processo. Destarte, esse princípio é aplicado como forma de limitação do arbítrio na fixação da medida cautelar, prevenindo a ocorrência de constrangimento ilegal ao acusado e o cumprimento antecipado da pena. Logo, deverão ser evitadas questões protelatórias ou aprofundamento dispensável de matéria, tendo como objetivo a celeridade processual em vista da singularidade desse tipo penal. Então, verifica-se desse modo tratar-se, o princípio da razoabilidade, como de suma importância, pois sua observância coaduna com o mais cristalino direito, dando um sentido de proporção, adequação, medida justa, prudente e apropriada à necessidade exigida pelo caso que estiver sob análise.

**(Conclusão)** Com isso tem-se que, manter os réus presos de forma irrazoável é um tratamento degradante e desumano, caracterizando um comportamento arbitrário do juiz diante da aplicação de um prazo excedente ao razoável. Também, a duração prolongada, abusiva, de má-fé e irrazoável da prisão preventiva ofende o postulado da dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, o operador jurídico deverá identificar a lógica do razoável no caso concreto, percebendo a realidade em função dos valores que a constituem. Assim, deve-se haver um balanço entre a complexidade da causa e a não ocorrência do constrangimento ilegal do acusado, respeitando seus direitos.

**Palavras-Chave:** Prisão preventiva. Excesso de prazo. Princípio da razoabilidade. Constrangimento ilegal do acusado. Razoável duração do processo.

**PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR NO COMÉRCIO ELETRÔNICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO DECRETO FEDERAL Nº 7.962/2013 À LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

**Autor(es):**

*Maíra Nardy Moura Fé: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Diante do novo modelo de relação comercial oriundo das novas tecnologias de informação, que trouxeram consigo uma vulnerabilidade eletrônica atrelada ao consumidor e decorrente da instabilidade e insegurança que permeiam o ambiente eletrônico, o Decreto Federal nº 7.962/2013 surge como instrumento atualizador e regulamentador do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que tal diploma foi promulgado em um período no qual a internet não havia ainda adquirido as proporções globais que atualmente ostenta. Busca-se, portanto, analisar a efetividade e o alcance do referido decreto como forma de cumprimento satisfatório das normas relativas à proteção do consumidor nas relações de consumo no mundo digital. Neste contexto, torna-se imprescindível conceituar e explicar o fenômeno do comércio eletrônico e sua evolução histórica frente ao Direito, verificar como são aplicadas as normas do CDC no e-commerce, além de versar sobre a vulnerabilidade eletrônica do consumidor frente às dificuldades e complicações enfrentadas no âmbito virtual.

**(Metodologia)** Consiste em uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório. Para a concretização dos objetivos mencionados, utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, visto que parte da hipótese de que com o surgimento do decreto supracitado, as relações de consumo efetivadas no âmbito virtual tiveram maior segurança e proteção jurídica, uma vez que passaram a existir normas específicas, viabilizando uma maior clareza, transparência e informação ao consumidor. Quanto aos métodos de procedimento utilizados, temos o histórico e o estruturalista, pois foi preciso promover um levantamento da evolução histórica do e-commerce no Brasil para poder compreender de que forma tal inovação repercutiu no respaldo protetivo disposto ao consumidor no ambiente virtual e a partir disso averiguar a necessidade de um novo modelo regulamentador para analisar e retratar a realidade concreta dos diversos fenômenos que permeiam o comércio eletrônico. Por fim, as técnicas de pesquisa empregadas estão distribuídas entre a jurisprudência, legislação e revisão bibliográfica pertinentes ao tema em debate.

**(Resultados)** É inegável que antes do advento do aludido decreto, a proteção do consumidor era, entre as várias questões decorrentes do comércio eletrônico, uma das mais complexas, já que não havia regulamentação própria e os operadores do Direito se baseavam na analogia, costumes e princípios inerentes à legislação consumerista para dirimir possíveis questões. Com o estabelecimento do referido decreto, o e-commerce teve seus pontos críticos devidamente regulamentados, abarcando garantias concretas ao abordar a necessidade de exibir, aos visitantes e clientes, informações claras sobre os produtos, serviços e fornecedores, bem como ao prestar um atendimento ágil e eficaz ao consumidor e garantir o exercício do direito de arrependimento. Logo, ao versar pontos primordiais para que os sujeitos do comércio eletrônico tenham mais segurança em suas relações, a regulamentação do e-commerce objetivou trazer maior proteção aos consumidores que compram pela internet, bem como instituir um comportamento mais adequado e uniforme de vendedores, prestadores de serviço e intermediários, fazendo do cenário eletrônico um ambiente mais propício para o desenvolvimento de relações de consumo eficazes.

**(Conclusão)** Deve-se entender que ao ser amparado subsidiariamente pelo CDC, diploma este criado em um período no qual o comércio eletrônico ainda não existia de forma intensa, o e-commerce suscitou a necessidade de ser devidamente disciplinado, tendo, portanto, o decreto em análise surgido como resposta a esse anseio, objetivando completar as lacunas deixadas pelo CDC e se tornar o principal regulamento acerca do tema. Assim, é necessário reconhecer que, embora o referido decreto não tenha trazido alterações concretas à legislação atual nem tratado do comércio eletrônico com toda a profundidade necessária, acredita-se que esta regra venha firmar o efetivo cumprimento das normas relativas à proteção do consumidor, proporcionando maior rigidez, transparência e segurança na concretização dos negócios pelo comércio eletrônico.

**Palavras-Chave:** E-commerce. Vulnerabilidade eletrônica. Decreto Federal nº 7.962/2013. Código de Defesa do Consumidor.

## PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA E ASSISTENCIAL DA MULHER COM CÂNCER DE MAMA

### **Autor(es):**

*Matheus Guilherme Varela Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Maria Alice Lima Filgueira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Rafaelli Teixeira Câmara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Daniel de Souza Cruz Moraes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** De acordo com a Organização Mundial de Saúde - OMS, cerca de 14 milhões de pessoas são acometidas pelo câncer anualmente em todo o mundo. No Brasil, são esperados 500 mil casos por ano desta doença. Em relação ao câncer de mama, mais de 50.000 mulheres são vítimas desta doença todos os anos no país. Por se tratar de uma doença com tratamentos de alto custo e que podem causar sequelas físicas e psicológicas, o Estado confere aos pacientes com câncer proteção especial, balizado por preceitos constitucionais e normas infraconstitucionais que disciplinam os requisitos para a concessão do aludido benefício.

**(Metodologia)** O método utilizado para este trabalho é o hipotético dedutivo com análise legislativa, além de compilação da literatura jurídica especializada para se verificar como se dá a concessão do benefício de auxílio previdenciário aos portadores de câncer de mama no Brasil.

**(Resultados)** A Constituição da República Federativa do Brasil garante, em seu artigo 203, que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição social. O artigo 151 da Lei nº 8.213/91 elenca um rol de doenças em que haverá a concessão do benefício de auxílio doença independentemente de carência, no qual as neoplasias malignas estão incluídas dentre as demais, apesar de se discutir no presente artigo o câncer de mama, não há na legislação diferenciação entre este e os demais tipos de câncer. O auxílio da prestação continuada no a mulher receberá um salário-mínimo, e deve ser comprovada a renda mensal familiar per capita inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo vigente, é necessário ainda que não receba nenhum outro benefício previdenciário ou de outro regime de previdência social, devendo ter sua incapacidade avaliada pelo Serviço Social pela Perícia Médica do INSS. Comprovado o preenchimento desses requisitos, será concedido o benefício, que não está sujeito a desconto de qualquer tipo de contribuição, não gerando pagamento do 13º salário e nem direito pensão por morte aos herdeiros e sucessores. No caso das mulheres que contribuem para a previdência irá receber benefícios previdenciários exclusivos da categoria, como o auxílio doença, no qual o paciente de câncer que ficar temporariamente incapacitado para o trabalho, receberá mediante verificação da incapacidade de acordo com exame médico hospitalar e perícia médica. Para usufruir dos benefícios previdenciários, é preciso estar obrigatoriamente filiado e contribuindo (ou ter contribuído) regularmente para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Além desses, considerados os principais, há aposentadoria por invalidez, concedido ao portador que for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício da atividade que lhe garanta a subsistência. Há Assistência permanente com acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) na aposentadoria por Invalidez do segurado, que necessita assistência permanente de outra pessoa, como no caso de cuidador, enfermeiro ou até mesmo da ajuda familiar para auxílio das tarefas diárias.

**(Conclusão)** Diante do exposto chega-se à conclusão de que o benefício, tanto previdenciário quanto assistencial dos pacientes em tratamento de câncer equipara-se a outras doenças que geram a incapacidade. Ademais, não há diferenciação entre os portadores das diversas neoplasias malignas, como o câncer de mama, para concessão do benefício. As mulheres em tratamento de câncer se enquadram nos requisitos para o benefício da seguridade social, caso não contribuam para a previdência, pois o mesmo possui a função de amparar todos àqueles que se encontra em situação de vulnerabilidade ou em situação de risco como doença.

**Palavras-Chave:** Câncer de mama. Benefício previdenciário e assistencial. Incapacidade laborativa. Benefício da seguridade social.

## PSICOPATIA E AS DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS E NORMATIVAS QUANTO A SUA PUNIBILIDADE

**Autor(es):**

*Mathews Leão de Medeiros Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A psicopatia, no que tange a sua punibilidade, é até hoje uma incógnita, visto que inexistente uma lei ou norma que trate especificamente acerca do assunto. Com isso, ao longo do projeto, será explanada a forma como são tratados os psicopatas no âmbito penal, de forma analógica ao inimputáveis e semi imputáveis através do mandado de segurança, o que não deveria acontecer uma vez que os psicopatas, em sua maioria, têm discernimento sobre os atos que cometem, apenas não se importam com o resultado. O objetivo geral do projeto é verificar a incompatibilidade das normas aplicadas analogicamente aos casos de punibilidade do criminoso psicopata e, para isso, alcançar um resultado através de objetivos específicos, tais como a necessidade de distinguir o psicopata dos portadores de doença mental (inimputáveis) e, através do estudo da divergência entre a medida de segurança, aplicada aos casos e a opinião pública, buscar uma forma eficaz de assegurar uma punição específica aos psicopatas.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada foi dividida em três formas, respectivamente: método de abordagem, método de procedimento e técnica de pesquisa. No primeiro momento, foi utilizado o método dedutivo, uma vez que a princípio, se deve analisar o sistema penitenciário como um todo para afunilar aos casos envolvendo criminosos psicopatas; no segundo caso foi utilizado o método tipológico, visto que foi necessário analisar dois temas complexos que são os psicopatas e os inimputáveis e com isso criar um modelo ideal para cada um dos tipos, com a finalidade de evitar uma analogia incabível entre ambos; por fim, no terceiro caso, foi utilizada a técnica da bibliografia, pois a base do projeto foi toda fundamentada em artigos, livros, monografias e na própria legislação.

**(Resultados)** Os resultados obtidos através das pesquisas foram que, de fato, existe uma lacuna jurídica presente no ordenamento penal em relação aos psicopatas, que ao serem tratados de forma analógica com os inimputáveis e semi imputáveis, pelo mandado de segurança, podem vir a sofrer penas severas e desleais, como o encarceramento por mais de trinta anos (pena máxima estipulada pelo artigo 75 do Código Penal), visto que o mandado de segurança é aplicado até que perdure a periculosidade do criminoso e, na psicopatia, o que ocorre é uma mutação perpétua de caráter, sendo impossível definir um período ideal para se encerrar a medida. Ressaltando assim a necessidade de criar lei ou norma exclusiva sobre o tema.

**(Conclusão)** Por fim, o projeto visa dar a devida relevância ao tema da psicopatia, que não foi dada pelo legislador, buscando, de forma eficaz, preencher essa lacuna jurídica que resulta em conflitos doutrinários e normativos, bem como a aferição de penas incompatíveis para com os psicopatas.

**Palavras-Chave:** Psicopatia. Lacuna Jurídica. Punibilidade.

**REFORMA DA PREVIDÊNCIA – DÉFIT OU SUPERÁVIT?**

**Autor(es):**

*Diego Alessandro da Silva Moura: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Mozângela Míria de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Diante de uma denúncia do déficit orçamentário da previdência social brasileira apresentado pelos economistas do governo provisório, um déficit de R\$ 85 bilhões em 2015, que para manter o equilíbrio atuarial exigido pelo art. 40 da CF e pela lei nº 9.717/1998, seria necessário aprovar a reforma da previdência com fundamento nesse déficit orçamentário, MP nº 767/ 06.01.2017 que sancionou a lei 13.457/ 26.06.2017. O presente trabalho tem como escopo verificar se há déficit ou superávit no orçamento da previdência.

**(Metodologia)** Utilizou-se a metodologia do tipo qualitativa, com métodos de abordagem indutivos, e para darmos conta da dimensão que a avaliação da questão requer, foi feita uma análise documental onde analisamos a legislação.

**(Resultados)** Diante de uma conta simplista para fundamentar o déficit da previdência social como um argumento para reforma da previdência Social que torna mais austero o acesso ao direito para todo o trabalhador brasileiro, tanto o Governo Interino, como o Ministro da fazenda Pública ignora os R\$ 426 bilhões que não são repassados pelas empresas ao INSS, totalizando Apenas 20 dessas empresas uma dívida de R\$ 3,9 bilhões. O valor da dívida equivale a três vezes o chamado déficit da Previdência em 2016. Esses números, levantados pela PGFN, não são levados em conta na reforma do governo Michel Temer. A maior parte dessa dívida está concentrada nas mãos de empresas que estão ativas, somente 3% das companhias respondem por mais de 63% da dívida previdenciária. A CPI da Reforma da Previdência apurou que em 2012 a 2015 um volume de R\$108,5 bilhões de sonegação. A soma dos valores não recolhidos a título de contribuição previdenciária dos empregados no período de 2012 a 2015 teria ultrapassado R\$108 bilhões. A ineficiência arrecadatória teria oscilado nesse período entre 22,24 e 35,58%. Os valores devidos e não recolhidos teriam sido superiores a R\$4 bilhões em 2012; R\$5 bilhões em 2013; R\$ 6 bilhões em 2014; e R\$ 7 bilhões em 2015, em um total de mais de R\$18 bilhões não recolhidos. Atualmente, a dívida ativa da União tem um estoque superior a R\$1,8 trilhão, sendo que desse total, cerca de R\$ 400 bilhões são de créditos previdenciários. A dívida previdenciária dos deputados e senadores soma cerca de R\$ 3 bilhões. Estudo do BNDES de 1999 teria concluído que entre 1966 e 1999, o Governo havia se apropriado de R\$ 400 bilhões dos saldos positivos da Previdência, valores que atualizados alcançariam R\$1,5 trilhão. Se usarmos como exemplo as previsões da LDO de 2004, para o ano de 2014, observou-se que o governo subestimou receitas em (R\$157 bilhões a menos do que foi arrecadado), 37,5%. Ou seja, há superávit e uma alta capacidade de aumentar as receitas da previdência utilizando os mecanismos legais que existem e melhorando a fiscalização e execução das dívidas.

**(Conclusão)** Enquanto propõe que o brasileiro trabalhe por mais tempo para se aposentar, com reforma da Previdência Social o governo já calcula uma economia de R\$ 6,3 bilhões anuais, e ignoram os R\$ 426 bilhões que não são repassados pelas empresas ao INSS, e que negociam a dívida com a Receita Federal, ou estão em discussão judicial, ou que a possibilidade de compensação de débitos previdenciários com créditos relativos ao PIS e a COFINS, ou que negociou o parcelamento da dívida, ou ainda que oferecem garantias da dívida, o que as permite estar em 'regularidade fiscal', podendo ser tomado providencias mais duras de arrecadação, e com essa medida não atingiria o trabalhador que contribuiu por tantos anos para ter o direito de uma aposentadoria e uma vida mais digna.

**Palavras-Chave:** déficit da previdência social. INSS. Medida Provisória. Proteção das empresas. Dignidade do cidadão

## REFORMA POLÍTICA: O FIM DAS COLIGAÇÕES E A REPRESENTATIVIDADE NA DEMOCRACIA DO BRASIL

### **Autor(es):**

*Felype Felício Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com a promulgação da EC nº. 97/17, a qual altera o §1º do art. 17 da CF, ficou estabelecido o fim das coligações nas eleições proporcionais a partir de 2020, provocando divergências entre estudiosos. O sistema de coligações foi criado com a finalidade de dar oportunidade aos pequenos candidatos (ou melhor dizendo, as minorias) - com menor poder financeiro para lastrear campanhas - os quais poderiam se unir com candidatos maiores e formarem juntos um bloco, chamados de coligações. Tal sistema funcionava da seguinte forma no Brasil: primeiro se media o coeficiente eleitoral da eleição para o legislativo, o qual seria a soma de todos os votos válidos divididos pelo número de cadeiras daquela casa a qual se pretendia ocupar; depois se verificava quantos votos as coligações ou os partidos políticos teriam tido (no caso de partidos que não formaram coligações para disputar a eleição) e se dividia pelo coeficiente eleitoral, descobrindo assim quantas cadeiras a agremiação poderia ocupar. Em caso de sobra das cadeiras, se dividia o número de votos obtidos por cada coligações/partidos, individualmente, pelo número de cadeiras, já ocupadas pela agremiação, mais 1 (um). Dessa forma, quem obtivesse maior resultado, nessa conta, ganhava mais uma cadeira. Por fim, ao se verificar quantas cadeiras teria cada agremiação, é que se elegeria o candidato mais votado dentro do bloco.

**(Metodologia)** O método de abordagem dialético possibilitou a análise dos sistemas eleitorais opostos, dando ênfase ao cenário sócio-político antes e depois da promulgação da Emenda. O método indutivo foi usado para estudar casos concretos, chegando as premissas gerais sobre os problemas do sistema. Com relação aos métodos de procedimento, utilizamos, para a elaboração da pesquisa, o histórico: buscando as justificativas usadas para cada sistema em diferentes contextos; e o comparativo: pontuando as diferenças entre eles. Como técnica para o desenvolvimento da pesquisa se fez uso de estudos bibliográficos e consultas a sites jurídicos e jornalísticos.

**(Resultados)** Aqueles que defendem o sistema de coligações dizem que o é necessário para que se mantenha a representação, dentro do legislativo, da pluralidade de pensamentos existentes na sociedade, de modo a facilitar a entrada de movimentos minoritários, ou seja, se baseiam na equidade. Quem se diz contrário ao antigo sistema prega que, tal discurso, não é suficiente para bancar algo onde o cidadão comum não entende como funciona, uma vez que o valor individual de cada voto ganha pesos diferentes, onde se deveriam ter pesos iguais, uma hora favorecendo candidatos menos votados - com pouca representatividade na sociedade - que são atraídos para uma cadeira graças a um grande "puxador de votos"; outrora o efeito se faz ao contrário: não se há na agremiação um "puxador de votos" capaz de trazer consigo outros eleitos, mas sim muitos candidatos, com votos fragmentados, que se unem para viabilizar a eleição de um único candidato dentro da agremiação.

**(Conclusão)** Chegamos a clara conclusão que o antigo sistema de coligações ao invés de viabilizar a representação das minorias e oxigenar os debates nas casas legislativas, como se próprio justificava, tinha justamente o efeito contrário, servindo para depurar o sistema: elegendo candidatos menos votados e que, na maioria das vezes, não representava nenhum segmento específico da sociedade encarado como minoritário; contribuindo para o descrédito na política por parte do cidadão médio que não entendia como funcionava tal sistema - abastecendo uma desconfiança quanto ao poder do seu voto; favorecendo a proliferação de partidos políticos com objetivos escuros de formar coligações para angariar votos em troca de favorecimentos políticos dos eleitos e, por fim, dando pouca ou nenhuma importância a questão da pluralidade de pensamentos e representatividade política das minorias.

**Palavras-Chave:** Sistema proporcional. EC nº. 97/17. Fim das coligações. Distritão. Democracia. Representatividade.

**RELATIVIZAÇÃO DO CONCEITO DE IMPEDIMENTO DE LONGO PRAZO PARA ACESSO DOS PORTADORES DO VÍRUS HIV AO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA**

**Autor(es):**

*Tito Luiz Torres da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Paula Santos Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Hyanna Maria Freitas Cosme de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Marina Lima de Aguiar Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rute Rocha Maia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O benefício de prestação continuada (BPC) é a garantia de um salário mínimo mensal ao deficiente ou idoso com idade a partir de 65 anos e que estejam em estado de penúria. Quanto ao requisito específico da deficiência, esta é entendida como o impedimento de longo prazo por 2 (dois) ou mais anos. Há casos em que esse impedimento não é atestado pela perícia médica e, por consequência, o requisito para o acesso ao amparo assistencial não é preenchido e tem sua concessão (administrativa ou judicial) negada. No entanto, existem situações em que o indivíduo que busca a referida assistência pecuniária esteja impedido por outros fatores que não seja estritamente relacionada à ideia da incapacidade física, como no caso dos portadores do vírus HIV. Portanto, indaga-se a possibilidade de concessão do BPC aos portadores do vírus HIV, embora não preencha, a princípio, os requisitos objetivos estabelecidos em lei. O presente trabalho pretende examinar a possibilidade da concessão do BPC aos portadores do vírus HIV, mesmo que assintomáticos, com base nas condições pessoais, sociais, econômicas e culturais.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado no trabalho é o indutivo. Parte-se do objeto específico para o objeto geral. Assim, como não há lei em vigor que trate especificamente acerca da possibilidade de concessão do BPC aos portadores do vírus HIV, este método tem por finalidade descobrir quais os princípios gerais que poderiam ser aplicados ao caso objeto de estudo deste trabalho.

**(Resultados)** No âmbito da Turma Nacional de Uniformização, prevalece o entendimento de que os portadores do vírus HIV devem ter sua incapacidade aferida com base nas condições pessoais e sociais, visto se tratar de enfermidade estigmatizante, com notório preconceito sofrido pelos seus portadores. Em sociedades mais avançadas, pode-se concluir que tal enfermidade não impede a pessoa de obter emprego, mas não é o caso da sociedade brasileira, ainda marcada por profundos laços com o preconceito. Apesar de a patologia em questão ser grave e não apresentar cura, podendo ser controlável e possibilitando ao portador possuir o convívio satisfatório em sociedade mesmo sendo soropositivo. Contudo, é difícil encontrar situações em que o empregador admita um profissional sabendo da existência da enfermidade. Ademais, resta clara a necessidade de alteração legislativa para que o BPC não tenha alcance restrito, isto é, não seja concedido somente às pessoas que atendam os critérios objetivos, mas que possa atingir a todos que necessitem desse benefício, que possui natureza assistencial, através de uma análise subjetiva, já que o judiciário vem sendo procurado cada vez mais para relativizar os critérios de concessão do BPC previstos na lei.

**(Conclusão)** Por fim, se chega à conclusão quanto à necessidade da atuação legislativa no sentido de que a norma deve ter como pano de fundo a realidade experimentada pela sociedade existente em determinado local e época e não uma representação ideal dessa sociedade. A negativa da concessão do benefício representaria, desse modo, um duplo prejuízo: os efeitos negativos que a doença impõe e a impossibilidade (ou extrema dificuldade) de se obter um trabalho digno. Uma vez estando excluído do mercado de trabalho, segundo as ponderações do contexto socioeconômico, e tendo isso repercussão de longo prazo, de modo a se classificar como deficiência ou equivalente a ela (enfermidade com impedimento por longo prazo), estaria preenchido o requisito.

**Palavras-Chave:** Benefício de prestação continuada. Impedimento de longo prazo. Vírus HIV

**RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CASOS DE DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ADOTADOS.**

**Autor(es):**

*D'Álvia Margarida Da Nóbrega Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No cenário brasileiro, não há dúvidas que, atualmente, existem diversas crianças e adolescentes sob a guarda do Estado, em abrigos, a espera de uma família que possa dar o amor e carinho tão desejados. Muito embora seja dever do Estado assegurar a proteção da criança e do adolescente em situações de vulnerabilidade, tal exigência não é atendida, posto que além de não possuir estrutura adequada para a concretização desses direitos, o número de crianças e adolescentes que vivem em lares temporários é muito grande, o que inviabiliza que haja um tratamento uniforme. Diante disso, existe a luta pela inclusão desses indivíduos em uma entidade familiar, por meio da adoção. O outro lado da adoção, é a devolução desses jovens rejeitados mais uma vez. A grande problemática é como a devolução trás efeitos negativos nesses jovens que acabam por sintetizar esse sentimento de reprovação e incapacidade para as relações sociais futuras, agravando os problemas psicológicos e de desenvolvimento. E como essa família adotante deve ser responsabilizada pela devolução dessa criança ou desse adolescente que foi privado de ter uma família amorosa muitas vezes por motivos banais. Diante disso o presente projeto de pesquisa tem como objetivo demonstrar os danos causados às crianças e adolescentes, que, após a adoção são devolvidas ao Poder Público, bem como os regramentos jurídicos nas ações em relação aos adotantes quando da devolução da criança e adolescente abandonado.

**(Metodologia)** A pesquisa realiza-se através do método dedutivo, que parte de uma compreensão da regra geral para então compreender os casos específicos, explicando com a metodologia em que já tem pressupostos que existam verdades já afirmadas e que servem de base para se chegar, através de breve exposição bibliográfica explicando a temática abordada, mediante levantamento da literatura jurídica, observando o preconceito abarcado pela jurisprudência do objeto do presente objeto de pesquisa, analisando então a situação referente à responsabilidade civil nos casos de devolução de crianças e adolescentes através de premissas.

**(Resultados)** Com o grande número de crianças e adolescentes a espera de um lar definitivo. Isso torna cada vez mais comum a opção da adoção para aumentar a família daqueles que não possuem filhos, ou aqueles que já possuem mais vem a possibilidade da adoção como meio de ter mais filhos. É fácil citar a quebra de expectativa quanto a esse novo membro. Muitos dos jovens são traumatizados por causa dos pais biológicos, ou possuem outras devoluções, ou seja, que já passou pela experiência de ser rejeitada. E como os pais adotivos tem a deficiência muitas vezes no preparo para essa nova realidade, a falta de compreensão e de paciência, fazendo que a criança seja igualizada a um objeto, que pode ser facilmente devolvido.

**(Conclusão)** Diante dessa pesquisa realizada, percebe-se que mesmo sendo atribuído a natureza irrevogável da adoção, muitos pais adotivos vão ao poder judiciário para devolver os filhos, tornando essas crianças e adolescentes com valor de mercadoria, que possuem defeitos e precisam ser devolvidas. Um modo de respeitar os direitos da dignidade, já que, muitas vezes essas crianças e adolescentes sofrem humilhações e abandono efetivo em razão dessa quebra de expectativa da família adotante. Por fim, exaltar a necessidade de medidas mais fortes relacionadas ao acompanhamento psicológico dos pretendentes a adoção, para a conscientização das razões da adoção, e da realidade de um jovem que esta na fila para adoção. E o cabimento da responsabilidade civil dos pais adotivos no pagamento de indenização a título de danos morais e materiais, bem como o pagamento de alimentos provisórios ao filho adotivo, que foi prejudicado pelo cometimento do ato ilícito por aqueles que devolvem a criança e o adolescente sem justificativa.

**Palavras-Chave:** Família. Adoção. Devolução. Adotantes. Adotado.

**RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: UMA ANÁLISE ACERCA DO ACIDENTE DA SAMARCO EM MARIANA**

**Autor(es):**

*Maxnara de Lima Soares Brito : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN  
Ana Helena Bezerra Menezes Pires de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Responsabilidade Social Corporativa é um conceito que deriva de uma construção política e social, ou seja, está em constante evolução. Busca analisar os princípios utilizados pela tomada de decisões e atuações das empresas, o que inclui os destores e normas sociais e corporativas. Em síntese, a RSC pode ser realizada de forma estratégica para ter um impacto positivo nas atividades fins da empresa, gerando assim, benefícios como eficiência e eco eficiência, os quais proporcionam maior retorno à empresa em médio e longo prazo. Nosso projeto tem por objetivo refletir sobre as atitudes de Responsabilidade Social Corporativa, tomando como base o acidente da mineradora Samarco ocorrido em 2015 na barragem do Fundão.

**(Metodologia)** Sendo assim, para a execução da pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico, consultas em sites, periódicos, artigos e reportagens sobre o acidente.

**(Resultados)** Nessa linha de pensamento, o aumento na riqueza material das sociedades provocou o aumento da utilização de recursos naturais per capita, a expansão dos mercados e o aumento da degradação ambiental. Com o passar do tempo houve diversos movimentos ambientalistas e conferências mundiais para combater a poluição, apesar de atingirem avanços consideráveis na área ambiental, não conseguiram alcançar completamente seus objetivos. A Samarco emitiu uma Declaração de Visão na qual objetivava dobrar a empresa de valor e ser a melhor do setor em que atua, entretanto, tal objetivo entra em conflito com o crescimento sustentável e a melhoria social da empresa. A sustentabilidade busca preservar um mundo na qual seja possível a vida digna das futuras gerações, entretanto, as empresas, de forma antiética, valoram mais o lucro do que o bem estar social. O objetivo em curto prazo dessas instituições é obter a maior quantidade de lucro possível em um menor intervalo de tempo para agradar seus acionistas. Ora, não haveria então uma contradição entre a imagem divulgada pela empresa, o marketing ambiental e sustentável e as suas práticas na extração de minério? A questão a se observar é que a empresa pode conciliar as duas atitudes, diminuindo o lucro em curto prazo e, posteriormente, o elevando novamente. Em 05 de Novembro de 2015, aconteceu no distrito de Bento Rodrigues, município de Mariana (MG), a tragédia mais grave da mineração já registrada em nosso país, que alcançou proporções mundiais. A empresa envolvida é a Samarco Mineração S.A., mineradora brasileira fundada em 1977, a qual atualmente é controlada pela Vale e pela BHP Billiton. O acidente ocorreu devido ao rompimento da barragem do Fundão e lançou cerca de 34 milhões de m<sup>3</sup> de lama, vindo a atingir o correspondente a 663 km de rios e córregos, 1.469 hectares de vegetação e 207 edificações acabaram por ser soterradas no distrito de Bento Rodrigues. Houve o vazamento de aproximadamente 62 milhões de m<sup>3</sup> correspondente a rejeitos de mineração, compostos por óxido de ferro, água e lama.

**(Conclusão)** Um ano após o acidente o Ministério Público Federal acusou as empresas Samarco, Vale, BHP, VogBR e mais 22 pessoas de homicídio qualificado com dolo eventual. Entretanto, em sua defesa, os réus solicitaram a anulação do processo alegando que o Ministério Público utilizou provas ilícitas para realizar a denúncia. Sendo assim, a Justiça Federal suspendeu o processo até que as alegações sejam esclarecidas. A Samarco não tem publicado seu Relatório Anual de Sustentabilidade desde 2014 ocasionando dúvidas quanto a sua imagem de empresa “verde” e socialmente responsável. Portanto, é benéfico que as empresas utilizem a Responsabilidade Social Corporativa com o intuito de diminuir os impactos causados, pelas empresas, ao meio ambiente, sem comprometer-se financeiramente, e, sobretudo, garantir a manutenção da vida às futuras gerações.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade Social; Sustentabilidade; Caso Samarco; Mineração; Impacto ambiental.

## RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DOS PAIS PELO ABANDONO AFETIVO

### **Autor(es):**

*Ana Julia Maciel Montenegro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Mariana Denes da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Mônica Valéria da Silva : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Victória de Melo Araújo Macedo Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Lara Fontes Lyra : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente, o afeto é tido como o principal elemento caracterizador da entidade familiar, sendo fundamental à formação da criança e do adolescente. Tem-se, assim, que a afetividade consiste no princípio norteador do direito de família, o qual rege as relações familiares. O poder familiar traz deveres e direitos a serem exercidos pelos pais com relação a seus filhos, e quando esses deveres, assegurados pelo Código Civil, pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, são descumpridos, os pais devem ser responsabilizados. Nessa esteira, é possível observar que, por vezes, os genitores deixam sua prole em situação de completo desamparo moral e afetivo, motivo pelo qual surge a problemática da indenização dos filhos em decorrência da negligência afetiva pelos pais. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a possibilidade da aplicação da responsabilidade civil dos pais pelo abandono afetivo dos filhos no direito de família, por meio de entendimentos doutrinários e jurisprudenciais.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado é o hipotético-dedutivo, partindo da hipótese do prejuízo ao desenvolvimento do filho desde a infância pelo desamparo afetivo dos seus genitores. Os métodos de procedimento são o histórico, em que se pretende fazer uma análise da evolução do tratamento dado aos casos de indenização por abandono afetivo no ordenamento jurídico pátrio, bem como o funcionalista. As técnicas de pesquisa utilizadas são: lei, doutrina e artigos.

**(Resultados)** Dessa forma, a falta de afetividade dos pais em relação aos seus filhos, tendo em vista que poderá provocar um choque psicológico e moral na prole, produzirá efeitos durante toda a vida, abalando seu desenvolvimento mental e nas relações sociais com outros indivíduos. Nesse sentido, se vier a ocorrer o abandono por parte dos genitores, caberá ao juiz, de acordo com suas atribuições legais, decidir a melhor forma de suprir com a referida falta. Com efeito, a tendência dos tribunais brasileiros vem se mostrando no sentido de reconhecer a possibilidade de indenização em tais casos.

**(Conclusão)** Por fim, ao final desse projeto, pode-se concluir a partir de uma análise hipotético dedutiva a respeito do tema, que a presença dos pais é indispensável para o salutar desenvolvimento da criança e do adolescente, e apesar de os mesmos não serem obrigados a amar seus filhos, eles possuem deveres para com estes, devendo ser responsabilizados pelo abandono moral e afetivo, que pode ser bastante prejudicial para a formação de sua prole, tendo em vista que o abandono paterno-filial, como já dito anteriormente, gera danos irreparáveis aos filhos, tanto moralmente, quanto em suas relações com o meio social, afrontando, dessa forma, a sua dignidade humana.

**Palavras-Chave:** Abandono afetivo, Responsabilização Civil, indenização, pais e filhos.

**RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL DOS TRANSEXUAIS: UM COMPARATIVO ENTRE O ATUAL PROCEDIMENTO E O PROJETO DA LEI DE IDENTIDADE DE GÊNERO**

**Autor(es):**

*Cibelli Varela da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Luísa Machado Dantas de Sena: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Natália Raiana da Costa Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Matheus Damasceno Madruga: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** De acordo com a interpretação da Lei de Registros Públicos, em seu art. 55, parágrafo único, e 58, transexuais podem requerer a mudança do prenome em seu registro civil, passando a utilizar o nome que socialmente já adotavam como seu. A jurisprudência, por sua vez, admite a retificação quanto ao sexo, todavia, muitos magistrados ainda exigem a prévia realização da cirurgia de transgenitalização. Demais disso, o Superior Tribunal de Justiça entende que é possível a retificação do registro sem a intervenção cirúrgica, no entanto, tal orientação não obriga os demais tribunais, servindo apenas como referência. Nesse sentido, em razão das necessidades apresentadas pela própria sociedade os deputados Jean Wyllys e Érika Kokay submeteram à análise da Câmara o projeto de lei 5.002/2013, conhecido como Lei da Identidade de Gênero. A proposta dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015/73, sugerindo uma nova forma de se proceder a mudança de registro civil sem que seja necessário qualquer processo judicial ou intervenção médica. Desta feita, pretende-se fazer uma análise de ambos os procedimentos. O objetivo principal é identificar os benefícios e possíveis pontos frágeis da Lei de Identidade de Gênero, sempre com fulcro na dignidade da pessoa humana.

**(Metodologia)** Através de uma pesquisa de caráter teórico, serão analisados os textos legais referentes ao atual procedimento para mudança do registro civil dos transexuais e o trâmite sugerido pela Lei de Identidade de Gênero, ainda não aprovada. Nesse diapasão, o método de abordagem utilizado é o hipotético-dedutivo, por meio da aplicação de princípios gerais, como o da dignidade da pessoa humana, ao caso específico da mudança de registro civil por pessoas transexuais. Ademais, a partir das hipóteses trazidas pelo texto do projeto de lei supracitado, deduz-se a solução do problema. Quanto aos métodos procedimentais empregados, tem-se o histórico e o comparativo, haja vista que se confronta a redação do art. 58 da Lei de Registros Públicos vigente com o texto proposto no projeto da Lei de Identidade de Gênero, passeando necessariamente pela evolução histórica da sociedade quanto ao tema.

**(Resultados)** Verifica-se que o art. 58 supracitado refere-se à substituição do prenome por apelido público e notório, ensejando a possibilidade de o transexual ter o seu registro modificado para conter o seu nome social. Outrossim, o STJ recentemente admitiu a mudança do sexo contido no registro civil, independentemente da realização de cirurgia, tema que ainda será julgado pelo STF. No projeto de lei, constata-se que a mudança de registro seria totalmente feita por via administrativa, por toda pessoa que solicitar a retificação do prenome e do sexo. Frise-se que a proposta também exclui a necessidade de diagnóstico de disforia de gênero, laudos médicos ou terapia hormonal para a realização da mudança documental.

**(Conclusão)** Observa-se a crítica desenvolvida acerca do projeto de lei no tocante à possibilidade de menores de idade solicitarem autorização judicial para a mudança do registro civil através da Defensoria Pública, caso o consentimento dos representantes seja negado ou impossível de obter. Conforme a proposta, deve-se considerar os princípios de capacidade progressiva e melhor interesse do menor, seguindo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse desiderato, a Comissão de Direitos Humanos emitiu parecer favorável à aprovação da lei, todavia com a supressão do art. 5º e seus §§ 1º e 2º; bem como a referência a este constante dos arts. 6º, 7º, e o § 2º do art. 8º, os quais tratavam justamente dos transgêneros menores de idade. Quanto aos possíveis avanços advindos de uma promulgação, estes serão analisados ao longo da realização deste trabalho.

**Palavras-Chave:** #Transexual #RegistroCivil #IdentidadedeGênero

**RETIFICAÇÃO DOS DIREITOS CIVIS: A OMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA TUTELA DE IDENTIDADE PESSOAL DOS TRANSGÊNEROS COM BASE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.**

**Autor(es):**

*Rebeca Iaquito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Maria Carolina Gomes Germano: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Allyne de Miranda Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A incongruência entre o sexo biológico e a identidade psíquica pertencente ao transgênero tem que ser vista não por meio do procedimento cirúrgico de redefinição do órgão sexual, e sim da compreensão da expressão legítima da condição de gênero. Diferentemente do órgão genital, o gênero psíquico é imutável, identifica o verdadeiro ser do indivíduo. Desta forma, o registro civil deveria expressar essa adequação com base no princípio da dignidade humana, o qual serve de fulcro para a Constituição Federal Brasileira de 1988. Destarte, a presente pesquisa propõe a constitucionalização do direito do transgênero em identificar-se civilmente com seu gênero psicológico independentemente de sua condição biológica, devendo ser regularizada visando assim, a garantia da sua dignidade e integridade social desprovida de discriminação.

**(Metodologia)** O estudo dispõe do método de pesquisa indutivo com base qualitativa, pois objetiva abordar em um caso concreto o reconhecimento de identidade de gênero, dando uma solução jurídica que atenda toda essa minoria prejudicada. Pretendendo moldar com o problema em questão, aplicamos o método exploratório, por não restringir os assuntos referentes à temática abordada. Por tratar-se de uma pesquisa de delineamento experimental, tivemos a oportunidade de observar, avaliar e propor uma possível solução para a ausência de uma regulamentação que admita o reconhecimento da identidade dos transgêneros, sobretudo realizar essa análise de forma ativa e não passiva, incidindo assim sobre as perspectivas exploradas na pesquisa.

**(Resultados)** Verifica-se que não há regramento específico sobre essa determinada questão jurídica que caracteriza uma lacuna do direito. Porém, se uma vez provocada a jurisdição, esta terá que ser executada através do livre convencimento motivado do juiz. Desta forma, tomamos como base para conclusão o provimento por unanimidade da liberação da retificação dos documentos oficiais pela identidade de gênero por meio do acórdão presidenciado pelo Desembargador Rui Portanova do TJ-RS em junho de 2014. Constata-se então, que há a existência do direito fundamental à identidade de gênero, inferindo os princípios constitucionais da igualdade (art. 5º, caput), da liberdade (art. 5º, caput), da privacidade (art. 5º, X), da vedação de discriminações odiosas (art. 3º, IV) e, por fim, o da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III).

**(Conclusão)** Certifica-se a imensa necessidade de uma legislação que garanta aos transgêneros a isonomia diante da sociedade padrão, reconhecendo o direito à documentação pessoal em nome da identidade da escolha de gênero, procurando estabelecer que só possa ser manifestada essa alteração através do consentimento legal da pessoa interessada, não precisando acionar as vias processuais. Como se vê, enquanto uma lei não garante esse direito, é imprescindível a inserção destas pessoas em grupos sociais tais como: escolas, espaços culturais, ambiente de trabalho, familiar, entre outros meios de convívios, permitindo-os usufruir da sua liberdade e autonomia privada existencial de forma plena e digna.

**Palavras-Chave:** Transgêneros. Dignidade Humana. Reconhecimento da identidade

**SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO: PERÍODO DE GESTAÇÃO DAS PRESIONEIRAS E A SENTENÇA DOS SEUS FILHOS**

**Autor(es):**

*Tayna Fernandes Marinho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O acesso à assistência médica a população encarcerada gestante e a convivência com os seus filhos nas unidades prisionais é dever do Estado, previsto pelo artigo 14 §3º e artigo 89, da Lei de Execuções Penais (Lei N° 7.210), exercida para assegurar a assistência médica as gestantes presas e também proporcionar condições adequadas a permanência com seus filhos durante o período de amamentação. Diante dessas garantias, surge a possibilidade de responsabilização civil do Estado quando houver omissão no cumprimento do seu dever, desde que essa omissão decorra de falha na prestação de serviços. Assim, a presente pesquisa possui como foco principal introduzir uma análise de casos concretos e buscar possíveis soluções para a questão da deficiência do sistema carcerário feminino no auxílio as mulheres no período de gestação e aos seus filhos após o nascimento.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa comparativa e de estudo de casos. Utilizando o método indutivo, uma vez que parte da premissa de uma proposição mais particular, casos específicos do sistema carcerário feminino do Rio Grande do Norte, para uma premissa maior, o sistema carcerário feminino brasileiro, buscando propor e analisar possíveis soluções para o atual problema. Por conseguinte, quanto às técnicas foi analisado o material científico, legislativo e de imprensa oficial que trata de maneira geral e específica sobre o tema.

**(Resultados)** É entendido que a deficiência do estado referente ao sistema carcerário feminino não é específico ao Rio Grande do Norte, abrangendo em grande escala os demais estados brasileiros. Como no Rio Grande do Norte, o qual é o objetivo da citada pesquisa, não tem informações específicas, então foram utilizados os dados do projeto "Saúde materno-infantil nas prisões", censo institucional realizado entre Agosto de 2012 e Janeiro de 2014, nas unidades prisionais femininas do Brasil. Observou-se que 93% das mulheres tiveram acesso ao pré-natal, no entanto 68% foram classificadas como inadequada, além disso o meio de transporte utilizado no momento do parto de 36% das gestantes foi a viatura policial, em 36% das gestantes foi utilizado algemas em algum momento da internação para o parto, sendo que 8% relatou ter ficado algemada durante o parto. E referente a proteção aos recém-nascidos, é conhecido que na ausência de creches dentro dos presídios femininos, os bebês são mantidos em celas com as mães, ambiente esse impróprio para a permanência desses recém-nascidos. Quando a criança é tirada da prisão, segue para abrigos ou é entregue a familiares, parentes esses que algumas vezes não tinham nem mais contato com a apenada, desse modo podendo proporcionar uma alienação parental. Por tanto, sendo notório a falha de assistência a saúde das presidiárias, desencadeia-se um prejuízo nas condições essenciais para a manutenção e garantia dos direitos previstos na Lei de Execuções Penais, em seu artigo 14 §3º e o 89, os quais, respectivamente, buscam assegurar o acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido, e garantem que as penitenciárias femininas tenham uma seção para gestantes e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos. Dessa forma, constata-se a má prestação do serviço do Estado em proporcionar esses direitos basilares as apenadas.

**(Conclusão)** A pesquisa propõe, dentre outras coisas, a tarefa analítica desse mecanismo existente entre deficiências estatais e a falência no sistema penitenciário feminino quanto ao atendimento médico para as gestantes e as condições adequadas para os recém-nascidos. Para tanto, é necessário que se estabeleçam, a priori, medidas urgentes que consigam de maneira relevante provocar efeitos práticos e positivos, os quais ainda serão estudados em virtude desse trabalho ainda estar em fase de pesquisa.

**Palavras-Chave:** Sistema Carcerário feminino/Gestação/Assistência médica/recém-nascido.

**SISTEMA PRISIONAL, MULHERES E MATERNIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE MÃES ENCARCERADAS**

**Autor(es):**

*Lara Theresa Medeiros Costa Nogueira Marques: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Gabriela Gomes de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente peça de iniciação científica promove uma abordagem acerca das dicotomias e vivências da população carcerária feminina, sob a ótica das gestantes apenadas. Para tal, é fundamental analisar o perfil das detentas, as estáticas referentes ao encarceramento feminino, bem como suas experiências e peculiaridades no tocante à condição de mulher grávida, além da discrepância entre os avanços legislativos e carência de infraestrutura e políticas públicas. Muito embora a população feminina constitua 6,4% do segmento de pessoas presas no sistema penal brasileiro, o número de detentas vêm crescendo, de maneira preocupante, em proporção maior do que os homens. Segundo o INFOPEN - Mulheres, a estatística de presas aumentou em 567,4%, entre 2000 e 2014, enquanto que a parcela masculina ampliou 220,20%. Sob a égide desse sistema carcerário de falência anunciada - o qual, não raro, fere preceitos fundamentais de Direitos Humanos -, sobreviver nas prisões brasileiras sendo mulher é consideravelmente mais difícil. Diante desse contexto, a parcela feminina elenca um arcabouço de especificidades capazes de agravar a experiência prisional, dentre elas, predominantemente, um histórico de violência familiar, vício em drogas, instabilidade financeira e, ainda, a questão hormonal e maternidade. Apesar de avanços legislativos - leia-se o Marco Legal de Atenção à Primeira Infância, lei nº 13.257/2016 - propostos a partir das Regras de Bangkok, tratado criado pela ONU, em 2011, para tratamento de mulheres presas, é inegável a fragilidade de políticas públicas voltadas para a problemática. Em consonância, com o CNJ, Conselho Nacional de Justiça, apenas 7% das prisões brasileiras possuem estrutura adequada para mulheres, sendo que a maioria das unidades são mistas. Dentro desse grupo, de acordo com a instituição FIOCRUZ, 81% dessas mulheres foram presas previamente grávidas e enfrentarão dilemas como a falta de berçários, atendimento médico e alimentação, além do drama da amamentação e separação entre mãe e filho. No tocante ao perfil das grávidas aprisionadas, é necessário pontuar seu contato prévio com o cárcere: muitas mulheres levam drogas, comida, dinheiro e mesmo visitam maridos, filhos, irmãos, nas palavras da Antropóloga Natalia Lago. Exemplifique-se que 68% delas foram presas por envolvimento no tráfico, em grande parte quando transportavam drogas para companheiros e familiares na prisão - dados da FIOCRUZ. Desse modo, faz-se responsável para lidar com esse entrave, a análise da vida pregressa dessas cidadãs e a problematização das desigualdades sociais às quais são submetidas.

**(Metodologia)** A linha metodológica da pesquisa tem um enfoque na seleção de textos, trabalhos e artigos publicados sobre a crise do sistema prisional, a legislação e demais tratados sobre o tratamento de presas grávidas, bem como o estudo a partir de dados estatísticos.

**(Resultados)** Os resultados ainda são inconclusos, tendo em vista o estágio de desenvolvimento bibliográfico do presente trabalho.

**(Conclusão)** Dessa forma, também é coerente salientar a importância do estudo multidisciplinar do encarceramento feminino e da maternidade carcerária, sob o discurso sociológico, estatístico, antropológico e jurídico. Por fim, é impossível dissociar a maternidade como aspecto basilar da dignidade humana e como tal, mesmo em presídios, deve ser respeitada.

**Palavras-Chave:** Violência de Gênero. Direito Penal. Maternidade. Sistema Carcerário.

**SISTEMA “COMMON LAW”: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DESTE NO ORDENAMENTO BRASILEIRO ATUAL**

**Autor(es):**

*Beatriz Dantas Davim: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Matheus Henrique Bezerril Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa visa explanar a respeito do sistema jurídico advindo do sistema romano germânico que é o Civil law e o que surge a partir do sistema anglo saxão, o Common law. Após isso será abordado a gradativa aproximação metodológica ocorrida entre o Common law e o Civil law, ou seja, o sistema do precedente judiciário e o sistema da norma legal, que bem se encaixa no cenário brasileiro. Assim, a presente pesquisa propõe se aprofundar no estudo da ordem jurídica brasileira que está sendo muitas vezes fundamentada no sistema Common law. Tal estudo permite observar as alterações do sistema jurídico no Brasil, observando os julgados e à influência dos costumes nos ditames da Justiça. Trazendo, por fim, uma análise crítica a respeito do atual papel de “legislar” realizado pelo Poder Judiciário.

**(Metodologia)** O objetivo dessa pesquisa é traçar conhecimentos a respeito dos sistemas jurídicos já citados e demonstrar que o direito brasileiro vem funcionando como uma espécie de fusão entre os dois sistemas, visto que a utilização de costumes como norma jurídica é fato recorrente nas decisões do judiciário brasileiro, e é uma forte característica do Common law. Nos dias atuais, essa mescla entre o que está positivado, e as interpretações feitas a partir da mutação da sociedade vem sendo base no ordenamento jurídico nacional. Já a metodologia utilizada consiste no uso método hipotético-dedutivo, em que se utilizará de uma pesquisa bibliográfica descritiva com o propósito de explicar a respeito de cada sistema e de produzir conhecimento crítico sobre a aproximação, cada vez maior, do sistema de precedentes nas decisões dos juizes. Através de um levantamento bibliográfico aborda-se questões envolvendo direito constitucional, como a atribuição exclusiva, prevista constitucionalmente, do Legislativo produzir as leis em choque com as súmulas vinculantes elaboradas pelo Judiciário.

**(Resultados)** A partir da construção deste trabalho, o resultado que almejamos é mostrar que o Civil law, de alguma maneira, está sendo relativizado. Demonstrando que em casos concretos, cada vez mais, os juizes vêm ponderando e aplicando novos entendimentos que serão aplicados em casos futuros que discutam o mesmo mérito. Não se nega que ainda existe bastante importância do Civil law no ordenamento jurídico, porém, a ideia do Common law, vem sendo cada vez mais aplicada.

**(Conclusão)** Desta forma, concluímos que o nosso trabalho visa mostrar que o Brasil vem adotando cada vez mais o sistema Common law, priorizando a jurisprudência e a coerência nas decisões judiciais. Criando normas jurídicas baseadas nos costumes, e entendimentos repetitivos de casos concretos, assim terminam por estabelecer súmulas vinculantes que possuem efeito de lei. Espera-se que seja possível compreender as distinções entre os dois sistemas jurídicos (Civil Law e Common Law), bem como, poder defini-los e expor a forma com que eles influenciam na jurisdição brasileira.

**Palavras-Chave:** Commom law. Civil law. Jurisprudência. Costumes.

## STOCK OPTIONS: A CONTROVÉRSIA ACERCA DA INCIDÊNCIA OU NÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

### **Autor(es):**

*Joanelma Isana Moreira do Nascimento Rocha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Beatriz Araújo Nunes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Thiago Breno Nascimento da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Leonardo Oliveira Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Jarlanny da Silva Campos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Por sua natureza predatória, o mercado empresarial possui constantes inovações, e uma dessas, é o stock options. Conceituando, as stock options pode ser considerado como a possibilidade dos Empregados comprar partes das ações do Empregador. Este surge diante do desenvolvimento das atividades empresariais no mercado financeiro, porém, por seu caráter novo, carece de subsunção aos requisitos para incidência de contribuição previdenciária. Neste ínterim, surge a jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que em diversas autuações lavradas contra pessoas jurídicas, defende a posição de que essas operações detêm natureza salarial, na forma de salário-utilidade, sendo devida, portanto, e para todos os efeitos, a cobrança da contribuição previdenciária prevista no art. 22, I, da Lei nº 8.212, de 1991, por outro lado, a jurisprudência do TST e a doutrina digeram do CARF por entende-la como tendo uma natureza mercantil, não incidindo tal tributo. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a controvérsia da incidência ou não da contribuição previdenciária no instituto da stock options. E como objetivos específicos, apresentar o instituto da stock options, expor a divergência doutrinária e jurisprudencial sobre a problemática e, analisar o instituto à luz da legislação brasileira.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, buscará se fazer uma pesquisa teórica, trazendo opiniões de especialistas e doutrinadores da temática, por meio do tipo de pesquisa bibliográfico. E, através do método dedutivo, fez-se uma análise geral de casos práticos, para se chegar a uma conclusão.

**(Resultados)** (RESULTADOS) O instituto das stock options está prescrito no art. 168, §3º da Lei nº 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações. Segundo a doutrina, as stock options deve ser compreendida desvinculada ao contrato de trabalho, porque, eventuais ganhos auferidos quando da venda de ações, não deve ensejar na aplicação de encargos trabalhistas e previdenciários, seja o sujeito empregado ou não. Trata-se portanto, de uma relação eminentemente empresarial, tendo o TST firmado o entendimento de que as stock options estão destituídas de natureza salarial, inclusive fazendo constar expressamente que são operações de risco. No entanto, a Receita Federal do Brasil vem causando insegurança jurídica por entender que as ações adquiridas pelos beneficiários compõem sua remuneração. Como resultado desta interpretação disforme à doutrina e à jurisprudência, as empresas, são surpreendidas com o recebimento de diversos autos de infração que lhes cobram a suposta contribuição previdenciária devida, acrescida de multas. A contribuição previdenciária constitui uma modalidade de contribuição social, cuja previsão está inserida nos artigos 149 e 195 da CF/88 e, ao instituir a hipótese de incidência da contribuição previdenciária, a Lei nº 8.212/91, arts. 22, I, e 28, I, assentou que a sua base de cálculo seria sobre a remuneração do trabalhador. Contudo, há ausência de caráter retributivo da prestação laboral, nas stock options conferindo somente ganhos eventuais ao beneficiário. Destarte, ainda a existência de risco nessa atividade demonstrando que o valores obtidos por meio desse instituto não pode justificar a incidência de contribuição previdenciária.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Diante dessas problemáticas, pode-se afirmar que as stock options se configura como estímulo à cooperação no exercício da atividade empresarial e, também, como forma de trazer maior eficiência para a empresa. Todavia, a stock options necessita de uma pacificação em torno de sua natureza e da incidência ou não da contribuição previdenciária. Analisando os pontos apresentados, ver-se que por possuir uma natureza empresarial, não há que se falar em exigência tributação o previdenciária, uma vez que ofende ao art. 150, I, da CF/88, por não haver lei que autorize a incidência dessa tributação sobre tais operações

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Stock Options. Natureza Mercantil. Contribuição Previdenciária.

**SUCESSÃO DO COMPANHEIRO E A DIVERGÊNCIA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002 E O RECENTE ENTENDIMENTO DO STF**

**Autor(es):**

*Synthia Lopes de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rayana Aider Felix Felipe: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Síria Daniele Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Matheus Felipe Miguel Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Jelisse Vieira Gomes Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na sociedade contemporânea, tem se tornado cada vez mais comum a união de casais de maneira informal, paradoxalmente a isso, o Código Civil de 2002 não acompanhou essa evolução social e tratou de forma diferenciada os cônjuges e os companheiros no que diz respeito à sucessão hereditária. Esse fato, representa um retrocesso e promove a hierarquização no âmbito das famílias brasileiras. Contudo, o Supremo Tribunal Federal entende que não pode existir discriminação entre os direitos de herança e sucessões entre cônjuges e companheiros. Diante dessa divergência, esta pesquisa possui como objetivo analisar os dispositivos legais constantes no Código Civil de 2002 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal com relação à evolução do direito do companheiro.

**(Metodologia)** O aludido trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, usando o método de abordagem dialético, visto que será feito uma comparação entre o Código Civil/2002 e o recente entendimento do STF acerca do direito sucessório do companheiro. Partindo desse pressuposto, serão usados os métodos de procedimento: Histórico, Comparativo, Descrito e Tipológico. No que tange as técnicas de pesquisa, serão utilizados documentos e bibliografias, com a coleta de dados feita em bibliografias, doutrina, jurisprudência e legislação.

**(Resultados)** O trabalho pretende comprovar que apesar da inconstitucionalidade do Art. 1.790 do Código Civil/2002, ainda há muitos entendimentos doutrinários que corroboram com seu texto, ocorre que o direito sucessório no que diz respeito aos direitos dos companheiros sofreu recente alteração, conforme entendimento do STF no RE 878694. Desta feita, cumpre ressaltar que esse entendimento trata tão somente da equiparação sucessória entre cônjuges e companheiros, corroborando com esse entendimento está a CF/88 com o princípio da dignidade da pessoa humana proibindo qualquer distinção discriminatória e tornando-se o mecanismo de interpretação das relações familiares. Todavia, o Código Civil de 2002 não foi capaz de acompanhar essa evolução jurídica na proteção dos direitos dos companheiros, eis então as diversas exegeses sobre o assunto, mas que por fim, prevalece o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

**(Conclusão)** Por fim, a partir dos estudos realizados, o posicionamento do STF no que tange a inconstitucionalidade do Art. 1.790 do Código Civil foi acertada, tendo em vista que é inconcebível o tratamento desigual entre companheiros e cônjuges diante das novas interações e transformações presentes na sociedade brasileira. Assim, a aplicabilidade do art. 1829 do Código Civil nessas relações, equiparando cônjuges e companheiros, inclusive em relações homossexuais para fins de sucessão, é um avanço para o ordenamento jurídico brasileiro.

**Palavras-Chave:** Direito Sucessório. STF. Divergência. Companheiros. Cônjuges.

**SUPERLOTAÇÃO DOS PRESÍDIOS: VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E AUSÊNCIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE CARCERÁRIA**

**Autor(es):**

*Gabriel Cavalcanti de Farias Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Letícia Moura de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Lianny Karoline Coringa da Costa : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Vítor Morgan de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As prisões são lembradas apenas em situações negativas que atinjam a sociedade em geral, fazendo surgir grandes males no sistema carcerário brasileiro pela falta de cuidado e atenção com os presos, já que os mesmos fazem parte da minoria indesejada e são simplesmente “jogados” nas celas sem a devida preocupação com a possível violação aos direitos humanos e a ocorrência de superlotação. A presente pesquisa propõe uma reflexão crítica, à luz do direito constitucional, sobre as condições desumanas de tratamento da questão carcerária no Brasil, o que ocasiona o aumento gradativo da violência, prejudicando a função de reintegração social por parte do Estado. Assim, buscou-se analisar como o sistema prisional funciona e quais são as falhas existentes, diante da falta de investimento dos presídios que acarreta a superlotação e a falta de reintegração à sociedade. Além disso, buscou-se refletir sobre os caminhos apresentados à sociedade brasileira para fins de reforma do sistema carcerário, de modo a atender melhor à grande quantidade de presos que hoje sofrem com o caos instaurado no interior dos presídios.

**(Metodologia)** A pesquisa aplicada é de cunho exploratório, e também quantitativo, na medida em que propõe-se a analisar dados estatísticos sobre a situação da superlotação dos presídios, bem como as condições desumanas em que estão submetidos os presos no Brasil. Além disso, utilizamos o método de abordagem indutivo, partindo-se da análise de casos concretos de violação de direitos humanos, para se chegar a abordagem a respeito da adequação ou não, de tal realidade, aos preceitos constitucionais e às normas protetivas constantes na Lei de Execuções Penais. Quanto ao método de procedimento ou auxiliar, o estudo de caso foi o utilizado, no qual levou-se em consideração a análise do Sistema Prisional Brasileiro, a partir de dados da realidade, consubstanciados em relatos especializados sobre a crise do sistema carcerário.

**(Resultados)** A população carcerária teve um aumento de 618% de 1990 a 2016, tendo um total de 646,6 mil presos, sendo que deles, apenas 22% trabalham, mostrando que a ressocialização é praticamente inexistente, de acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias e IBGE (2016). Isso gera uma superlotação que acarreta direitos humanos violados e falta de dignidade na vida desses presos. O art. 5º da Constituição Federal e o art. 38 do Código Penal Brasileiro discorrem sobre os direitos fundamentais que todos devem ter, inclusive o preso, afirmando que o detento tem garantido todos os direitos que não foram privados pela pena imposta. Na realidade, essa problemática persistirá até que a infância e a educação pública seja prioridade do Estado, tendo os cidadãos oportunidades sem necessitar de entrar na vida do crime.

**(Conclusão)** Um presídio que abriga 85% a mais da sua capacidade, de acordo com a SAP (2017), compromete a integridade física dos que estão ali situados e fere o artigo 5º inciso XLVII da Constituição Federal que afirma que não haverá penas de caráter cruel, tratamento desumano ou degradante. Massacres em penitenciárias também ferem o mesmo artigo, quando o Estado se submete a guerra de facções, perde o controle da ordem local possibilitando a morte de detentos, violando prerrogativas constitucionais como a Dignidade da Pessoa Humana que deveria ser garantida pelo Estado Democrático de Direito. O Brasil deve tomar como referência sistemas que vêm dando certo, como o sueco, que aposta em verdadeiros centros de tratamento e treinamento, onde lá de dentro saem pessoas melhores e mais capacitadas. Investir em treinamento profissionalizante e trabalho produtivo dos encarcerados, assim como oferecer ambientes de estudo e lazer são fundamentais para se obter bons frutos.

**Palavras-Chave:** Superlotação de presídios; Direitos Humanos; Sistema prisional Brasileiro; Reintegração Social.

## SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E TRIBUTAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A REFORMA FISCAL VERDE NO BRASIL

### **Autor(es):**

*Fernanda Guedes Queiroz de Lira : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A necessidade da adequação do nosso modelo ambiental- econômico é notória. Por isso, é clara a necessidade das nações adequarem o modelo Socioambiental de Direito, ou seja, um Estado preocupado em garantir os direitos coletivos, de modo a concretizar a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana. No Brasil, apesar da implementação de diversas leis, tratados e acordos que versem sobre a temática ambiental, enfrentamos diversos problemas com a sua implementação na prática. Nessa perspectiva, os tributos não foram criados apenas para angariar fundos, mas possuem um caráter extrafiscal, isto é, servem como indutores de benefícios sociais, ambientais e de desenvolvimento. Sendo assim, objetiva-se, no presente trabalho, analisar a implementação da Reforma Fiscal Verde no Brasil em virtude da necessidade de garantir o direito ao meio ambiente e o dever de protegê-lo.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, pois objetivou-se responder questões sobre diversas áreas do conhecimento, por exemplo, Direito Constitucional, Direito Ambiental, Direito Tributário. No tocante ao método de procedimento optamos pela utilização do método histórico, uma vez que com o objetivo de respondermos a questão investigativa optamos pela utilização da análise histórica sobre a construção da ideia de Estado Socioambiental de Direito. Em suma, podemos elencar a pesquisa como exploratória e descritiva, porque possui como objetivo elucidar problemas ainda não explorados pertinentes à tributação ambiental. Consequentemente, foi utilizada como técnica de pesquisa a análise da produção científica e legislativa, com o intuito de esclarecer as ferramentas que o ordenamento jurídico fornece para a efetivação da tributação ambiental.

**(Resultados)** Verifica-se o crescente interesse pela introdução da variável ambiental no Sistema Tributário Brasileiro, em razão da tributação ambiental encontrar respaldo e legitimidade previstos constitucionalmente. O artigo 170 da Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV, retrata a previsão expressa da ordem econômica seguir princípios como o da defesa do meio ambiente. Além disso, no artigo 225 de nossa Carta Magna, encontramos expressamente o direito de todos ao meio ambiente equilibrado, e impõe ao poder público e as autoridades o dever de defendê-lo. No tocante a implementação da Reforma Fiscal Verde, temos que no direito tributário existe o princípio do poluidor-pagador, ou seja, o agente poluidor é detentor de arcar com as obrigações através de um valor proporcional aos custos ambientais que a sua atividade acarreta, gerando uma forma de ressarcimento para a sociedade pelos danos causados. Dessa forma, a implementação da tributação ambiental verde encontra respaldo no ordenamento jurídico pátrio e podemos constatar a existência de iniciativas legislativas importantes para a nossa evolução ambiental como: a alíquota diferenciada sobre o ICMS e o desconto sobre o IPTU.

**(Conclusão)** Portanto, a Reforma Fiscal Verde no Brasil encontra inúmeras dificuldades, pois embora existam leis corroborando com o processo de "esverdeamento" do Sistema Tributário Nacional, ainda não encontramos mudanças de pensamento sobre a efetiva necessidade da implementação de um desenvolvimento sustentável. Dessa forma, é necessário que ocorra investimentos maciços em educação, tomando como exemplo a forma de ensinar do educador Paulo Freire, visto que ele ensinava seus alunos a partir de elementos do cotidiano. Logo, a necessidade de implementação da educação politizadora, mostra-se como o principal instrumento na manutenção de um desenvolvimento sustentável, porque as pessoas não preservam aquilo que consideram não ser importante para elas. Ainda, existe a obrigação constitucionalmente atribuída de manter o meio ambiente para as presentes e futuras gerações como um dever de toda a coletividade. Portanto, a garantia de um mínimo existencial efetivo e de um meio ambiente saudável por meio de uma Reforma Fiscal Verde é uma necessidade, porém no cenário brasileiro ainda mostra-se como uma verdadeira "utopia" a ser alcançada.

**Palavras-Chave:** Meio Ambiente. Reforma Fiscal Verde. Estado Socioambiental de Direito

**TEORIA DOS JOGOS APLICADA AO PROCESSO PENAL: QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DA TEORIA DOS JOGOS NAS DELAÇÕES PREMIADAS?**

**Autor(es):**

*Thatiany Nicole Moises dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho trata sobre a Teoria dos Jogos aplicada ao Processo Penal, tendo como consequência sua aplicação nas Delações Premiadas. Pretende-se mostrar que a referida teoria, ainda pouco abordada na academia, molda-se ao universo processual penal, principalmente no que tange ao ato de delatar em troca de algum benefício. Os papéis de julgador e “jogadores” (também conhecidos como autor e réu) adequam-se às normas previamente estabelecidas, assim como a cada estratégia alçada, tornando o processo algo único e característico daqueles que participam. A escolha dessa teoria para a construção do trabalho se deu por ela fazer parte da rotina forense dos nossos órgãos jurisdicionais, sendo de extrema relevância jurídica, além de estar em crescente destaque nos midiáticos casos de delações premiadas.

**(Metodologia)** A pesquisa apresentada tem cunho qualitativo, tendo em vista que o objetivo precípuo é a análise da teoria dos jogos no processo penal e sua consequência nas Delações Premiadas. Ademais, aplicou-se o método de abordagem dedutivo, uma vez que houve a aplicação da teoria supracitada em um caso de delação para aferição das consequências. Ao tratar de método de procedimento, utilizou-se o estudo de caso, com a avaliação de caso concreto, o funcionalista, ao entender o funcionamento das delações premiadas e da teoria dos jogos, e o descritivo, por conceituar a referida teoria e as delações premiadas.

**(Resultados)** A pesquisa encontra-se em andamento. Todavia, é possível aferir resultados preliminares. De acordo com Alexandre Moraes da Rosa, a Teoria dos Jogos é um instrumento de compreensão processual. A decisão proferida não é fruto apenas da atuação de uma das partes, mas sim proveniente das estratégias e táticas utilizadas no desenvolver da ação penal. O comportamento dos jogadores influi incisivamente no resultado. No que diz respeito às delações premiadas, Guilherme Nucci afirma que é um benefício penal ou processual concedido ao delator, seja na redução de pena, na alteração do tipo de sanção a ser aplicada, ou até mesmo na concessão do perdão judicial. Tem-se, assim, que a cada delator, há a propositura de algo a se oferecer em contrapartida de sua “confissão”; parte-se, então, da ideia que seria feito um jogo diferente com cada acusador.

**(Conclusão)** Apesar de não haver esgotado os resultados, já que se trata de projeto de pesquisa relativo ao Trabalho de Conclusão, é possível perceber que a Teoria dos Jogos tem grande aplicabilidade no Direito Penal. O papel “jogo” no processo mostra que, mesmo que haja a repetição dos jogadores, as jogadas processuais serão diversas. Ou seja, as circunstâncias que proporcionarão a estratégia utilizada pelas partes. Nas delações premiadas, não é diferente; a cada novo participante, novas serão as táticas e nada o juiz aproveitará em relação ao caso anterior. A Teoria dos Jogos é aplicada e conhecida, mesmo sem ampla divulgação.

**Palavras-Chave:** Teoria dos Jogos. Delação premiada. Jogadores. Estratégia. Processo penal.

**TRABALHO COMO UM DISCURSO IDEOLOGIZANTE E A SUJEIÇÃO DO PRECARIADO: UMA ANÁLISE SOCIAL DO FENÔMENO DO TRABALHO E SEU PODER SOB O PRECARIADO**

**Autor(es):**

*Guilherme Leandro Roessler: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN*

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É demonstrado, a partir de uma análise social, a naturalização do trabalho nas sociedades capitalistas complexas, assim como o seu entendimento laboral – convocando a esse conceito a definição de Hanna Arendt – e sua capacidade domesticadora e castradora dos corpos, em especial, o corpo do precariado. Nas sociedades capitalistas complexas, mais especificamente naquelas em que o sistema neoliberal tem mais influência, o trabalho retorna o seu caráter laboral e perde a dimensão da produção. Evocando Arendt para a contextualização do conceito de labor, é possível interpretar o labor ou o efeito laboral do trabalho como a escravidão pela necessidade, o trabalho para a existência – não existência digna, apenas a possibilidade de existir. Na Grécia antiga enquanto os artesãos confeccionavam seus bens por meio do trabalho – que ainda compreendia, de certa forma, a autoafirmação, no mundo, de seu artesão – os camponeses, dependiam apenas do seu labor para a sobrevivência e por isso eram comparados aos escravos, ambos em escravidões distintas. O artesão por meio do trabalho e de sua produção consegue depositar em seu bem a sua individualidade, consegue transmitir aquela pequena partícula de singularidade que o determina enquanto indivíduo e sujeito no mundo. Quando há uma naturalização da exploração do caráter laboral do trabalho, o componente que atesta, ao indivíduo, sua individualidade e representação no mundo se perde. E, com isso, o ser tendo sua existência simbólica negada passa a integrar uma massa uniforme e controlada. O labor não só agirá sobre o corpo, como sobre a mente padronizando não só o ente biológico como o mundo dos pensamentos. Por mais arbitrário e homogêneo que esse fenômeno de domesticação aparente ser, ele não é. Todos esses processos – subtração de individualidade, uniformização e domesticação – são direcionados, em sua maioria, ao chamado precariado. Segundo a releitura neomarxista do autor Guy Standing o precariado, frente as novas configurações do mercado mundial, seria uma classe nova e perigosa. Por ainda não compor uma classe-para-si o precariado estaria, dentre as outras classes, mais vulnerável a esses processos citados acima.

**(Metodologia)** Durante a produção foi utilizado o tipo de pesquisa qualitativa e revisão bibliográfica, sempre procurando uma abordagem transdisciplinar do assunto, uma vez que reúne, em maior grau, Sociologia e Direito do Trabalho, assim como o uso do método indutivo para a análise explicativa da realidade.

**(Resultados)** Foi comprovado, através da leitura de Arendt e Standing, que o processo de transformação do “trabalho” em “labor” está diretamente relacionado com a capacidade de conferir representação e identificação ao indivíduo, servindo, assim, como ferramenta de autoafirmação do ser diante do mundo. Uma vez transformado em labor, o trabalho deixa de conferir ao indivíduo esse senso de reconhecimento e agora passa a assujeita-lo e domestica-lo. Outro fator observado pela pesquisa foi o direcionamento que esse fenômeno tem. O que aparentemente segue uma lógica arbitrária e homogênea na verdade se dá de maneira direcionada por entidades específicas, ou seja, de forma contrária. Fazendo da classe precariado a mais afetada por esse processo – ela que ainda não se consolidou enquanto classe – impedindo-a de constituir força política suficiente para se opor ao processo de domesticação.

**(Conclusão)** Por se tratar de uma iniciação científica o trabalho ainda está em aberto, em processo de formação. Portanto, afim de evitar conclusões imprecisas e nada razoáveis, a conclusão exposta aqui é provisória e passível de amadurecimento. Por hora é possível afirmar que a exploração do caráter laboral do trabalho domestica e controla os corpos retirando, do indivíduo, a capacidade de autoafirmação e reconhecimento diante do mundo em que vive, assim como a escolha do corpo, mais vulnerável, a esse controle.

**Palavras-Chave:** Trabalho; Labor; Precariado

**TRABALHO INFANTIL BÉLICO-MILITAR: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E MEIOS DE REINserÇÃO DAS "CRIANÇAS-SOLDADO"**

**Autor(es):**

*Renata Gondim Alecrim: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É indubitável que o futuro das nações está intrinsecamente relacionado ao bem-estar das crianças. Por este motivo, aliado ao fato de se tratarem de seres humanos mais vulneráveis, os infantes necessitam de mais proteção e segurança por parte do Estado, da família e da sociedade, como bem preceitua o Pacto San José da Costa Rica. Contudo, infelizmente, ainda há milhares de crianças ao redor do mundo presas em condições que prejudicam diretamente o desenvolvimento pleno de suas potencialidades por desenvolverem um trabalho nada adequado para sua idade e, muitas vezes, diga-se de passagem, nada adequado para nenhuma idade. Nesse sentido, das diversas tristes facetas do Trabalho Infantil pelo mundo, uma das modalidades mais nefastas é o labor infantil no âmbito bélico-militar, considerado, inclusive, como uma das Piores Formas de T.I., segundo a Convenção nº 182, da Organização Internacional do Trabalho. Outrossim, as crianças envolvidas nesse tipo de ofício, também conhecidas pela alcunha de "crianças-soldado", são recrutadas para lutar e/ou servir em conflitos armados e que, por consequência, tem suas infâncias, e até suas vidas, tolhidas. Desta feita, urge a necessidade, acima de tudo, de se refletir sobre as causas e consequências que essa realidade acarreta no mundo, bem como em meios de recuperação destas vítimas.

**(Metodologia)** Para melhor desenvolvimento desta pesquisa, será utilizado o método dedutivo como forma de abordagem, pois partiremos do conceito geral de Trabalho Infantil para adentrar em casos específicos desta prática, especialmente no que tange à esfera dos infantes em conflitos armados. Ademais, será aplicado como método de procedimento o histórico e comparativo e, por fim, como técnica de pesquisa, será feito o uso de legislações internacionais e nacionais, aliado com a reflexão acerca do filme Original Netflix "Beast of no Nation".

**(Resultados)** Em que pese soar como algo inalcançável discutir e pensar em ações para combater o Trabalho Infantil nesse meio, muito já se tem feito para tanto. Ressalto aqui que essa luta é, inclusive, um dos Objetivos do Milênio proposta pela Organização das Nações Unidas. Porém, tal conquista não será atingida se não pensarmos em medidas de ação de maneira ainda mais integradas e efetivas para de fato alcançarmos a meta proposta até 2025, qual seja a erradicação do Trabalho Infantil, principalmente na questão bélico-militar. Ademais, é válido mencionar que os direitos dos infantes, em âmbito internacional, são resguardados na Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, mais conhecido por ser o Tratado de maior adesão mundial. Tais fatos acentuam a relevância e a imprescindibilidade de se discutir formas de proteger princípios e garantias já chanceladas para os infantes, porém por tantas vezes violadas.

**(Conclusão)** Em suma, faz-se notória a importância de debater acerca de um tema tão latente e que ceifa diversas infâncias pelo planeta. Como supracitado, as "crianças-soldado" são coagidas, pelas milícias que as recrutam, a praticar diversos atos ilícitos, como matar, roubar, usar drogas e até se prostituir, tudo isso no meio fogo cruzado. Esses tristes relatos, apesar de soarem mais como um pesadelo, são, na realidade, o duro cotidiano que cerca de 300 mil crianças pelo mundo têm que enfrentar, consoante dados da ONU. Não por coincidência que o Trabalho Infantil bélico-militar é considerado pela OIT como uma de suas Piores Formas, pois todo o desenvolvimento psicológico, físico, moral e o próprio acesso à educação dessas crianças será fortemente prejudicado. Resta claro, portanto, que, apesar de a temática em comento ser recorrente em âmbito de discussão internacional, ainda é escassa de uma maior atenção no Brasil, posto ser um passo necessário para vislumbramos uma sociedade composta por mais cidadãos globais preocupados e engajados com os problemas transnacionais.

**Palavras-Chave:** Piores Formas de Trabalho Infantil. OIT. Crianças-soldado. Conflitos Armados. Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989.

**TRANSEXUAIS E DIREITO À IDENTIDADE DE GÊNERO E RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL SEM NECESSIDADE DE CIRURGIA**

**Autor(es):**

*Rayane Soares Penha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O transexual é o indivíduo que não se reconhece no corpo e no nome que lhe foi dado ao nascer, com desejo por assumir a identidade de gênero que se identifica tendo em vista a incompatibilização do sexo físico e o sexo psicológico. Atualmente a legislação não apresenta leis que regularizem os direitos dos transexuais, devendo o interessado na alteração do registro civil público se submeter a longo processo judicial, sendo impostas diversas condições impeditivas para que o pedido seja deferido. Ainda, o maior problema enfrentado é a equivocada necessidade de realização da cirurgia transgenital para que de fato o transexual seja reconhecido pelo gênero que se identifica, no qual o acesso à esse tipo de procedimento é extremamente limitado, doloroso e não recomendado em todos os casos. Assim, é imprescindível analisar a situação dos homens e mulheres transexuais no atual cenário brasileiro, por meio de análise de normas, projetos de lei e decisões judiciais para compreender a evolução jurídica e legislativa acerca da problemática. Sendo indispensável o estudo de casos concretos para verificar as dificuldades encontradas na retificação do registro civil e demonstrar a importância da proteção jurídica, legislativa e social dos transexuais para afastar qualquer tipo de constrangimento na vivência diária.

**(Metodologia)** O método de abordagem é o hipotético-dedutivo, no qual parte-se da possibilidade do transexual exercer o direito a identidade de gênero e retificação do registro civil público sem a necessidade da realização de cirurgia transgenital. Quanto ao procedimento para coleta de dados, elaborou-se a pesquisa bibliográfica, legislativa e jurídica, com consultas a processos em trâmite no poder judiciário, protocolados por intermédio da Defensoria Pública do Estado que atende as necessidades da minoria, com escopo de buscar as mais diversas fontes críticas.

**(Resultados)** Na análise realizada, foi constatado que existem diversos projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados, sendo especialmente analisado o PL 5002/2013, apresentado pela Deputada Erika Kokay e o Deputado Jean Wyllys. A lei irá regulamentar a situação dos transexuais, prevendo a alteração do prenome e sexo quando não coincidam com a identidade de gênero auto-percebida, sem necessidade de autorização judicial e da realização de intervenção cirúrgica de transexualização. Em contrapartida, já há diversos julgados favoráveis ao pleito da retificação do registro civil, porém, o indivíduo precisa aguardar todo o longo trâmite processual.

**(Conclusão)** Foi possível concluir que a alteração do registro civil sem necessidade da realização da cirurgia de transgenitalização deve ser reconhecida como direito dos transexuais, com regulamentação legislativa para atender aos anseios sociais da minoria em debate e contribuir para a construção de uma sociedade igualitária. Ainda, o transexual enfrenta diariamente preconceito e discriminação social, de maneira que o único meio de amenizar o constrangimento é por via judicial, entretanto, ficam sujeitos às divergências jurídicas para autorização ou não da retificação do Registro Civil. Então, é possível concluir que sociedade está caminhando a passos curtos em prol dos direitos dos transexuais, atualmente transferindo toda responsabilidade ao aplicador do direito por intermédio do poder judiciário que em razão da demora do decurso processual, mantém os transexuais sujeitos à constrangimento e preconceito pelo fato da imagem física não mais condizer com os dados contidos no Registro Geral.

**Palavras-Chave:** Transexuais – Registro Civil – Identificação de gênero – Transgenitalização

**TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: UMA ANÁLISE SOBRE AS VIOLAÇÕES À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E AOS DIREITOS HUMANOS NAS UNIDADES PRISIONAIS**

**Autor(es):**

*Beatriz da Silva Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente o sistema penitenciário brasileiro é marcado pelo binarismo sexual, o que faz o que as Transexuais e Travestis não sejam compreendidas como sujeitos de direito, assim restringindo os direitos fundamentais destas. Mesmo com o início da elaboração de políticas públicas que tem como objetivo regulamentar o tratamento adequado a essas pessoas, elas ainda são muito escassas e sua aplicação, muitas vezes, ineficaz. Isso se justifica por consequência do sistema falido, condições subumanas das unidades prisionais e/ou pelo preconceito ainda presente nos aplicadores do Direito. Com isso, o presente trabalho tem como intuito apresentar uma visão crítica da situação das Travestis e Transexuais presentes no sistema carcerário, aprofundando na questão da identidade de gênero e partindo da tese que o modelo atual fere os direitos fundamentais dessas mulheres.

**(Metodologia)** A pesquisa conduzida, quanto aos fins, classifica-se como hipotético-dedutivo, de cunho exploratório e descritivo. No tocante ao meio, foi utilizado o método bibliográfico-documental, a fim de coletar evidências que suportaram e fundamentaram os objetivos propostos. As fontes pesquisadas foram artigos científicos, dissertações e teses, disponíveis em base de dados on line. Como estratégia de busca foi estabelecido um marco temporal de 03 (três) anos e utilizados os descritores: sistema penitenciário, travestis, transexuais, direitos humanos, identidade de gênero.

**(Resultados)** Analisando o que foi pesquisado é possível afirmar que os Direitos Sexuais estão elencados no rol dos direitos humanos e jamais devem ser ignorados, visto que isso resultaria na violação aos direitos à intimidade, à honra, à vida privada, à liberdade e, principalmente, à dignidade humana. E é por isso que a sociedade moderna têm exigido dos operadores do Direito extrema atenção e sensibilidade quanto a condição das transexuais e travestis, que devem ser vistas como sujeitos de direito, em atenção ao princípio da isonomia. Em virtude dessas considerações, pode-se perceber que, se referindo ao sistema penitenciário, a dignidade humana, a individualização da pena e os direitos fundamentais são esquecidos para legitimar as violências frequentes sofridas por elas. A introdução em alas femininas, cortes de cabelo e a paralização no fornecimento da hormonização são violações constantes a tais indivíduos, gerando um processo de desumanização que contribui para que não seja reconhecida a identidade de gênero, como também suas formas de autodeterminação.

**(Conclusão)** A universalidade é a característica fundamental dos direitos humanos, abarcando todo o indivíduo sem qualquer restrição. Mas quando deparamos com pessoas que estão fora dos padrões impostos pela a sociedade, como no caso das Travestis e Transexuais, ficou evidenciado que existem limitações desses direitos. A questão de gênero dentro do sistema penitenciário ainda passa por uma questão social bastante ampla, complexa e desumana, visto que estrutura prisional se limita a reafirmar e reproduzir a mesma realidade que ocorre no exterior das grades. Por isso ainda é bastante difícil dar resoluções para o assunto, visto que as concepções sobre esse assunto ainda são pouco conhecidas pela sociedade em geral. Com isso, em defesa aos direitos humanos e a dignidade da pessoa humana, revela-se imperioso que os aplicadores do direito reconheçam as Travestis e Transexuais como sujeitos de direitos nas interpretações jurídicas, decisões judiciais e no processo legislativo, pois somente assim o Estado Brasileiro poderá se afirmar um Estado Democrático de Direito.

**Palavras-Chave:** Sistema Penitenciário; Travestis; Transexuais; Direitos Humanos; Identidade de Gênero.

**TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: UMA ANÁLISE SOBRE AS VIOLAÇÕES À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E AOS DIREITOS HUMANOS NAS UNIDADES PRISIONAIS**

**Autor(es):**

*Beatriz da Silva Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente o sistema penitenciário brasileiro é marcado pelo binarismo sexual, o que faz o que as Transexuais e Travestis não sejam compreendidas como sujeitos de direito, assim restringindo os direitos fundamentais destas. Mesmo com o início da elaboração de políticas públicas que tem como objetivo regulamentar o tratamento adequado a essas pessoas, elas ainda são muito escassas e sua aplicação, muitas vezes, ineficaz. Isso se justifica por consequência do sistema falido, condições subumanas das unidades prisionais e/ou pelo preconceito ainda presente nos aplicadores do Direito. Com isso, o presente trabalho tem como intuito apresentar uma visão crítica da situação das Travestis e Transexuais presentes no sistema carcerário, aprofundando na questão da identidade de gênero e partindo da tese que o modelo atual fere os direitos fundamentais dessas mulheres.

**(Metodologia)** A pesquisa conduzida, quanto aos fins, classifica-se como hipotético-dedutivo, de cunho exploratório e descritivo. No tocante ao meio, foi utilizado o método bibliográfico-documental, a fim de coletar evidências que suportaram e fundamentaram os objetivos propostos. As fontes pesquisadas foram artigos científicos, dissertações e teses, disponíveis em base de dados on line. Como estratégia de busca foi estabelecido um marco temporal de 03 (três) anos e utilizados os descritores: sistema penitenciário, travestis, transexuais, direitos humanos, identidade de gênero.

**(Resultados)** Analisando o que foi pesquisado é possível afirmar que os Direitos Sexuais estão elencados no rol dos direitos humanos e jamais devem ser ignorados, visto que isso resultaria na violação aos direitos à intimidade, à honra, à vida privada, à liberdade e, principalmente, à dignidade humana. E é por isso que a sociedade moderna têm exigido dos operadores do Direito extrema atenção e sensibilidade quanto a condição das transexuais e travestis, que devem ser vistas como sujeitos de direito, em atenção ao princípio da isonomia. Em virtude dessas considerações, pode-se perceber que, se referindo ao sistema penitenciário, a dignidade humana, a individualização da pena e os direitos fundamentais são esquecidos para legitimar as violências frequentes sofridas por elas. A introdução em alas femininas, cortes de cabelo e a paralização no fornecimento da hormonização são violações constantes a tais indivíduos, gerando um processo de desumanização que contribui para que não seja reconhecida a identidade de gênero, como também suas formas de autodeterminação.

**(Conclusão)** A universalidade é a característica fundamental dos direitos humanos, abarcando todo o indivíduo sem qualquer restrição. Mas quando deparamos com pessoas que estão fora dos padrões impostos pela a sociedade, como no caso das Travestis e Transexuais, ficou evidenciado que existem limitações desses direitos. A questão de gênero dentro do sistema penitenciário ainda passa por uma questão social bastante ampla, complexa e desumana, visto que estrutura prisional se limita a reafirmar e reproduzir a mesma realidade que ocorre no exterior das grades. Por isso ainda é bastante difícil dar resoluções para o assunto, visto que as concepções sobre esse assunto ainda são pouco conhecidas pela sociedade em geral. Com isso, em defesa aos direitos humanos e a dignidade da pessoa humana, revela-se imperioso que os aplicadores do direito reconheçam as Travestis e Transexuais como sujeitos de direitos nas interpretações jurídicas, decisões judiciais e no processo legislativo, pois somente assim o Estado Brasileiro poderá se afirmar um Estado Democrático de Direito.

**Palavras-Chave:** Sistema Penitenciário; Travestis; Transexuais; Direitos Humanos; Identidade de Gênero.

**TRIBUNAL DO JÚRI: ATUAÇÃO TEATRALIZADA**

**Autor(es):**

*Pedro Henrique Oliveira da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Felipe Pinheiro Neto: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O júri é o tribunal em que cidadãos, leigos, previamente alistados, que decidem em sua consciência e sob juramento. Julgando a culpabilidade dos acusados, acerca de crimes dolosos contra a vida. O conselho de sentença, ou jurados, é composto por um conjunto de cidadãos médios, escolhidos por sorteio, que servem como juizes de fato no julgamento do crime. É o conselho de sentença o responsável por decidir se o réu é culpado ou não. Os jurados estão comprometidos, através de um juramento, a julgar o réu de acordo com as provas ali apresentadas. O Tribunal do Júri está disciplinado no art. 5º, XXXVIII, da Constituição Federal, sendo direito e garantia individual. Vale ressaltar o princípio da “soberania dos vereditos”, que diz que a decisão, em regra, é insuscetível de modificação pelos tribunais, principalmente se garante a liberdade do réu. Toda a pesquisa será pautada no princípio da soberania dos vereditos, visto que esse princípio dá um poder, que embora seja extremamente necessário, pode causar danos irreparáveis para a manutenção da justiça, uma vez se através de uma atuação teatralizada um criminoso for considerado inocente, por esse princípio, essa decisão será irrecorrível, salvo ela seja totalmente contrária a lei ou as provas apresentadas nem juízo. Dessa forma chegamos a grande problemática dessa pesquisa, como a atuação teatralizada influencia o julgamento do conselho de sentença? Essa é a questão que queremos desvendar, até que ponto essa influência do julgamento dos jurados por prática da atuação teatralizada precariza a administração da justiça?

**(Metodologia)** O presente trabalho parte do contexto geral acerca da hipótese levantada, logo o método de abordagem a ser usado será o método hipotético-dedutivo, já se estamos partindo de um contexto geral (macro) para chegar na solução de uma problemática particular (micro).

**(Resultados)** O meu primeiro objetivo específico é conceituar o que seria atuação teatralizada, tanto do advogado, quanto do promotor, de forma a deixar claro esse conceito para que possamos prosseguir na pesquisa e alcançar os resultados esperados. Para isso irei fazer pesquisas em técnicas de argumentação, teatro, artes cênicas, e outros. O segundo objetivo específico será analisar as técnicas de argumentação dos advogados e dos promotores, após conceituar o que é atuação teatralizada, chegará a hora de analisar a argumentação das partes, é a hora de identificar se o advogado de defesa ou o promotor estão usando ou não a teatralização, se eles estão argumentando ou manipulando os jurados. Essa análise será feita assistindo seções do tribunal do júri, e comparando as técnicas de argumentação utilizadas. O terceiro objetivo específico é relacionar as atuações teatralizadas com as decisões do conselho de sentença, onde, após analisar as técnicas de argumentação que foram empregadas pelos juristas, trabalharei em cima daqueles que usaram da teatralização, a partir disso será feito um comparativo, relacionando às sentenças dadas em seções que não foi usado a teatralização, com as sentenças proferidas em seções em que foi usada a técnica da teatralização.

**(Conclusão)** Tenho como objetivo geral investigar a precarização dos julgamentos nas seções do Tribunal do Júri.

**Palavras-Chave:** júri; tribunal do júri; teatralização; processo penal

**TRIBUNAL MILITAR INTERNACIONAL DE NUREMBERG: ANÁLISE HISTÓRICA E LEGADO JURÍDICO**

**Autor(es):**

*Rodrigo Mendonça Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em agosto de 1945 representantes dos países Aliados (vencedores da guerra), que eram os Estados Unidos, a França, o Reino Unido e a União Soviética, se reuniram em Londres, e aprovaram a criação de um Tribunal Militar Internacional com o intuito de julgar os nazistas. Foi o denominado Acordo de Londres, que em seus presentes artigos, determinava como iria funcionar o tribunal. Bem como, também foi assinado seu Estatuto, que definia os primeiros crimes de responsabilidade internacional do indivíduo ao determinar a jurisdição do tribunal. Com base nessa contextualização o presente artigo vai buscar e demonstrar o desenvolvimento, funcionamento e legado histórico do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg, e consequentemente fundamentar as consequências desta Corte para o Direito Internacional através de vários elementos que irão ser abordados ao longo deste artigo. O Tribunal, entre aspectos positivos e negativos, representa um marco no desenvolvimento do Direito Internacional como conhecemos hoje, tendo traçado novos paradigmas nas relações entre os Estados – criminalizando o desencadeamento de uma guerra; separando a figura dos governantes da soberania estatal e alcançando-os penalmente; e criando princípios posteriormente adotados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Historicamente, Nuremberg cumpriu a função de desconstruir e expor o nacional-socialismo de Adolf Hitler, evitando que, pelo menos na Alemanha, um regime autoritário não tornasse a se instalar. O presente artigo vai buscar trazer o modo de como desenvolveu o respectivo Tribunal Militar Internacional, analisando seu Estatuto, trabalhando com especial atenção as controvérsias jurídicas levantadas à época e debatidas até hoje, podemos destacar por exemplo a questão da soberania nacional e a imputabilidade de governantes e uma exploração maior dos pactos, tratados e acordos internacionais que já existiam na época e serviram de precedentes jurídicos para a formação deste Tribunal de exceção. Por fim, abordando a questão do legado ético-jurídico deixado por Nuremberg, enfocando-se na evolução do Direito Internacional, nas esferas penais e de Direitos Humanos que foram diretamente influenciadas por seus registros.

**(Metodologia)** Como forma de ordenar esta pesquisa será utilizado os métodos hipotético-dedutivo e histórico. Como base ainda na revisão bibliográfica para atingir os objetivos propostos. Diante disso, a apresentação do artigo vai ser sustentada diante das seguintes vertentes: abordando o momento histórico, explorando os principais desdobramentos que levaram aos dois grandes conflitos mundiais, salientando os fatos relevantes para o futuro estabelecimento do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg.

**(Resultados)** Até o momento podemos obter alguns resultados provisórios com relação ao tema em questão, podemos ter o consentimento de que o Tribunal de Nuremberg teve uma forte influência para consolidação para o Direito Internacional e Direito Penal Internacional, pois a respectiva Corte serviu de base para a criação de leis militares e internacionais válidas até hoje, além de inspirar a Convenção de Genebra e contribuir para a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948.

**(Conclusão)** O artigo ainda não possui uma conclusão, pois ainda está em desenvolvimento

**Palavras-Chave:** Tribunal de Nuremberg; Tribunal Militar Internacional; Nazismo; Segundo Guerra Mundial; Direito Internacional; Direito Penal Internacional; Direitos Humanos

**TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO COMPARADO SOBRE O "ESVERDEAMENTO DOS SISTEMAS TRIBUTÁRIOS" NO ÂMBITO DO DIREITO INTERNACIONAL E DO DIREITO BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Fernanda Guedes Queiroz de Lira : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Revolução Industrial foi o principal marco da exploração ambiental e desde então, existe a dificuldade na implementação de medidas razoáveis da satisfação do binômio desenvolvimento e sustentabilidade. Diante disso, inúmeras políticas ambientais surgiram ao redor do mundo e a necessidade da implementação da tributação ambiental como mecanismo de extrafiscalidade apresenta-se como uma forma de tutelas as políticas ambientais. Dessa forma, a existência de uma Reforma Fiscal Verde, no cenário brasileiro, por exemplo, apresenta-se como necessária, pois temos a existência de políticas ambientais pouco propagadas em meios educativos e sociais, isto é, temos a necessidade da implementação de uma educação ambiental firme. Nesse contexto, o presente trabalho propõe o estudo das normas tributárias indutoras efetivas no âmbito mundial, com ênfase ao que é praticado na União Europeia, por meio de um Direito Comparado, a fim de estudar possíveis mecanismos de eficácia no cenário brasileiro.

**(Metodologia)** Refere-se a uma pesquisa de cunho exploratório com o objetivo exploratório e explicativo, pois embora a tributação seja um assunto novo a ser explorado no Brasil, já possui avanços ao redor do mundo. Utilizaremos o método dedutivo como método de abordagem, porque partiremos da análise da Tributação Ambiental no cenário mundial, para darmos enfoque, depois de sua análise, aos instrumentos de tributação ambiental no Brasil. No tocante ao método de procedimento, observamos uma pesquisa de cunho comparativo, histórico e estatístico. No aspecto comparativo, faremos uma comparação entre o Direito Tributário Ambiental brasileiro com o praticado em outros países. O caráter histórico da pesquisa relaciona-se com o resgate histórico da tributação ambiental. Por fim, a análise estatística se relacionará pela observação de como a Tributação Ambiental Brasileira e Mundial têm gerado resultados na redução dos "impactos" ambientais.

**(Resultados)** A necessidade de implementação da Tributação Ambiental como mecanismo de extrafiscalidade apresenta-se de forma notória, pois as concessões de benefícios fiscais direcionados ao Estado mostra-se como instrumento de política ambiental legitimada constitucionalmente e prudente às tutelas ambientais, restabelece a produção da carga tributária e compatibiliza o princípio da capacidade contributiva. Nesse diapasão, tomando como base o relatório da Agência Europeia do Ambiente sobre as Taxas Ambientais: percebemos que a implementação e eficácia da Reforma Fiscal Verde vêm conquistando inúmeros adeptos ao redor do mundo. No cenário europeu, por exemplo, a Reforma Fiscal Verde em conjunto com a Política Tributária Energética mostra forte preocupação com as consequências ambientais da atividade econômica promovendo políticas preventivas e repressivas de orientação do comportamento estruturado. Ainda, o Acordo de Paris e a tributação ambiental parecem caminhar de forma entrelaçadas, pois se a tributação for aplicada de forma a taxar as normas do Acordo de Paris, teremos a geração de tributos e, ainda um mecanismo que obriga a aplicação das normas, mostrando-se como um mecanismo direto de aplicação da tributação ambiental. No tocante ao cenário brasileiro, temos a implementação do "IPTU verde" e do " ICMS Ecológico".

**(Conclusão)** Sabemos da existência de inúmeras políticas ambientais ao redor do mundo, contudo por meio das análises realizadas até o presente momento, podemos concluir que existem dificuldades na implementação efetiva das políticas tributárias ambientais, pois embora sejam mecanismos autorizados por lei, ainda existem dificuldades na ideia de compatibilidade entre o desenvolvimento e a sustentabilidade, como a tese sustentada recentemente pelo presidente norte-americano Donald Trump ao abandonar o Acordo de Paris por afirmar que iria contra os interesses norte-americanos de desenvolvimento. Logo, percebemos que ainda existe de forma clara o pensamento de que é incompatível ter desenvolvimento com preservação ambiental. Portanto, é evidente a necessidade de investimentos, principalmente, no tocante a educação da população para o reconhecimento da preservação ambiental como algo necessário e um dever de toda a coletividade.

**Palavras-Chave:** Meio Ambiente. Direito Internacional. Sistemas Tributários Mundiais

**ULTRATIVIDADE: A PERPETUAÇÃO DOS EFEITOS DAS NORMAS ESTABELECIDAS EM NEGOCIAÇÕES COLETIVAS DO TRABALHO.**

**Autor(es):**

*Jessica Dos Santos da Silva : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A lei 13.467 de 13 de julho de 2017, trouxe consigo vários debates polêmicos, desde sua apresentação ainda como um projeto. Com sua aprovação, ocorreu uma disseminação de boatos pela mídia brasileira, tratando a alteração da legislação com um sentido prejudicial, legislação essa, que discorre sobre as normas do Direito e Processo do Trabalho. Entretanto, apesar das inúmeras más interpretações, o objetivo da presente pesquisa, é extinguir boatos que circundam as negociações coletivas do trabalho, tema que trouxe maior impacto na reforma, pela expansão do seu campo de aplicabilidade e sua flexibilização.

**(Metodologia)** Os parâmetros utilizados para abordagem metodológica dessa pesquisa, partem do método lógico-dedutivo, onde será delineado de forma explicativa todo o conteúdo acerca do tema, de modo que primordialmente será utilizado o método histórico de procedimento, onde será feita uma análise legislativa do Direito do Trabalho, fazendo o comparativo da CLT/43 e a Lei 13.467/17.

**(Resultados)** O Decreto-Lei n 5.452/43 traz em seu Título VI as disposições sobre as Convenções Coletivas do Trabalho, tema que antes da Reforma Trabalhista não tinha demasiada repercussão por ser um método minimamente aplicado, em decorrência do princípio da proteção, que trazia essa sensação de segurança jurídica nos aspectos concernentes à negociação. Ocorre que, de fato havia toda essa proteção e com efeito, o 'congelamento' do Direito do Trabalho, que com relações cada vez mais diversificadas e necessidade de flexibilização, se viu estagnado com leis antiquadas. A CLT/43 no que tange a ultratividade dos efeitos, era omissa em seu texto, sendo necessária a elaboração da Súmula 277/TST, aduzindo que as cláusulas "...só podendo ser revogadas mediante nova negociação coletiva". Pós reforma, esta súmula foi tacitamente revogada pelo parágrafo 3º do art. 614, aduzindo que a negociação só durará dois anos "sendo vedada a ultratividade". Esta novidade nos últimos tempos, teve grande impacto social, visto que o Art. 611-A da CLT, trouxe um rol extenso, onde o negociado prevalece sobre o legislado. Não há violação à segurança jurídica, pois o inciso VI do art. 7º da CF/88 veda: "irredutibilidade do salário" , dito isto, se torna conspícuo a garantia de que, mesmo após os dois anos de vigência das normas estabelecidas em negociações, caso não ocorra uma nova, até a data-base, não haverá perda total dos direitos, voltando ao status "quo ante" apenas as cláusulas estabelecidas com condições decorrentes de outros direitos que não o salário, como exemplo: insalubridade e período extraordinário. Trazendo a atuação sindical como necessária e de extrema relevância, visto que, as negociações só tem legitimidade por meio dos sindicatos, logo, apesar da reforma pôr fim a obrigatoriedade da contribuição sindical, esta deve ser vista como um instrumento de exercício de direitos, podendo ser prejudicial ao trabalhador o enfraquecimento dos sindicatos, ademais, tem-se uma perspectiva de trabalho por parte dos próprios sindicatos, com a ideia de que, para receber, será necessário demonstrar serviço. Com efeito, teremos um número maior de negociações coletivas, o que acarretará na diminuição do "comodismo sindical".

**(Conclusão)** Em conformidade com os aspectos delineados é inegável que a alteração da legislação diminuiu certas lacunas, que antes decididas pelo Tribunal Superior do Trabalho, agora foram suprimidas pela própria Consolidação. No que tange à segurança jurídica concernente ao que foi supracitado, tem-se como principal ação, a continuidade na contribuição sindical, para que as negociações possam ocorrer de forma segura, além, para que o Direito do Trabalho não se mantenha estagnado, mas sim em constante mudança, como ocorre também com as relações trabalhistas.

**Palavras-Chave:** Reforma Trabalhista, Negociações, Ultratividade, Segurança Jurídica, Irredutibilidade, Sindicatos

**UM ESTUDO SOBRE O INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA COMO TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO DENTRO DA OPERAÇÃO LAVA-JATO.**

**Autor(es):**

*Jacqueline Alves Cavalcanti de Arruda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A delação premiada, é meio de investigação, ou seja, só faz sentido naqueles casos nos quais a autoridade policial e o Ministério Público se vêm travados, sem poderem prosseguir na condução dos inquéritos e processos criminais em virtude da impossibilidade de obtenção de provas necessárias para a condenação. Já a Operação Lava Jato, é considerada uma das maiores operações contra a corrupção no país, este meio de investigação merece enfoque atualmente devido sua ampla aplicação na Operação Lava Jato. De caráter prático, vem sendo absorvida ao ordenamento jurídico, no entanto, existem discussões a respeito sobre sua real finalidade. Dessa forma, o presente trabalho irá; analisar, pesquisas, comparar diferentes posicionamentos relativos a esse instrumento no combate ao crime organizado, visando esclarecer e proporcionar segurança em relação ao assunto em questão. A proposta consiste em detectar, estudar e analisar as consequências negativas e positivas sobre a Delação Premiada dentro da Operação Lava-jato. Nesse sentido, juristas, acadêmicos e demais operadores do direito, teriam a oportunidade de debruçar melhor sobre assunto em estudo.

**(Metodologia)** A pesquisa refere-se um estudo mais profundo sobre o tema proposto, com objetivo de obter dados através de documentários, da jurisprudência, da lei, dos artigos científicos, das entrevistas com o auxílio do método de abordagem, onde se busca abordar o Instituto da Delação premiada ao um caso concreto, que é a Operação Lava-Jato. Portanto, analisando os efeitos do referido instituto no caso concreto e nos processos jurídicos do ordenamento, de forma que se gere uma visão panorâmica, ao passo que para isso, utilize-se da gama das disciplinas que envolvem o tema. Utilizando-se também os métodos de procedimentos como o: comparativo, descritivo, estatístico e histórico para melhor compreensão.

**(Resultados)** O instituto delação premiada é muito utiliza em países estrangeiros no combate à criminalidade. Por sua vez, foi instituída de forma efetiva no Brasil em razão do escândalo da Petrobras que resultou na força tarefa da Operação Lava Jato e conseqüentemente chegando ao conhecimento da população através da mídia. Existem pontos controvertidos a respeito de sua aplicabilidade, de forma que se tornar questionável sua aplicabilidade, levantando um dos pontos negativos como, a exposição do Ministério Público a “trapaças” de delatores que buscam se livrar dos crimes que cometeram. Por outro lado, em direção contrária, a necessidade da utilização de mecanismos previstos em lei para obter informações do suposto suspeito, em troca da redução ou até mesmo extinção da pena inaugural do direito penal, que antes não atingiam classes elitizadas. O fato é que a Delação Premiada está sendo utilizada em grande quantidade, descaracterizando sua verdadeira finalidade, gerando desconforto, além de violar preceitos constitucionais.

**(Conclusão)** A Operação Lava Jato, ao invés de combater, alimentou esta impressão negativa, ao permitir o vazamento deliberado e seletivo das Delações Premiadas pela mídia, antes mesmo de apuradas, além de proceder com prisões antes mesmo do julgamento e criminalizar atividades inerentes à política moderna. A observação que se faz, é que cada vez mais a Delação Premiada vem sendo prestigiada dentro da Operação Lava - Jato pelo próprio ordenamento jurídico, permitindo muitas vezes a descaracterização da finalidade técnica da investigação.

**Palavras-Chave:** Delação Premiada, Técnica de investigação, Operação Lava - Jato

## UMA ANÁLISE DA FAMÍLIA PLURIPARENTAL À LUZ DOS DIREITOS SUCESSÓRIOS DOS FILHOS SOCIOAFETIVOS

### **Autor(es):**

*Phelipi Alexander Fernandes Lopes Barros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Lorena Bezerra Ribeiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Juliana Arantes Del Duqui Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Eduarda Lima Saldanha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Bruna de Medeiros Jerônimo : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A ideia da formação do instituto família sofreu mudanças no decorrer dos anos, ao passo em que o Código Civil de 1916 entendia a família como sendo constituída por um pai, uma mãe e seus filhos. Em contrapartida, a sociedade atual leva em consideração as relações socioafetivas como sendo também a base para a formação familiar. Desse modo, surgem inúmeros arranjos familiares, a exemplo da família pluriparental que é originada do matrimônio ou união estável entre pessoas, as quais já possuem filhos provenientes de relações passadas, formando assim, uma única família. Nesse sentido, o Código Civil de 2002 ainda é omissivo no que diz respeito a este novo arranjo familiar, mas recente decisão do STF reconheceu a pluriparentalidade em consonância com o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. A decisão possibilitou a adição do sobrenome do padrasto ou madrasta no registro da criança sem excluir a filiação biológica, logo reconhecendo a socioafetividade como fundamento para estabelecer uma relação familiar. Nessa perspectiva, exsurge a necessidade de estudar, analisar e pesquisar quais os efeitos jurídicos desse novo modelo de família, uma vez que há novos herdeiros, e consequentemente, novos direitos sucessórios.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado é o dedutivo, uma vez que parte-se da premissa maior do princípio constitucional da igualdade de tratamento e da não discriminação entre filhos e da premissa menor da aplicabilidade dos direitos sucessórios aos filhos consanguíneos ou adotados, para se chegar à conclusão lógica de que os filhos socioafetivos têm as mesmas garantias sucessórias que os demais herdeiros.

**(Resultados)** A pesquisa tem revelado que o laço socioafetivo garante aos membros da família pluriparental o direito de requererem o sobrenome dos pais socioafetivos ante o Poder Judiciário. Assim, a partir da inserção do sobrenome no registro civil do filho socioafetivo, resta-lhes positivados os direitos sucessórios em conformidade com o princípio constitucional que veda a diferenciação entre filhos concebidos no regime do casamento, fora do casamento ou adquiridos a partir de uma nova união.

**(Conclusão)** Essencial é que qualquer arranjo familiar garanta aos filhos socioafetivos todos os direitos e deveres da filiação consanguínea e adotiva, uma vez que a família pluriparental já é reconhecida no âmbito jurídico. Assim, é a partir da inserção no registro civil do sobrenome do pai ou mãe socioafetiva que o filho tem legalmente todos os direitos no que concerne a sua filiação. Nesse sentido, necessário se faz assentir que os mais diversos tipos de famílias tenham direitos idênticos aos das famílias tradicionais à época do Código Civil de 1916, pois todas as pessoas que se unem em uma relação de afeto, devem ter as mesmas garantias e segurança jurídica daqueles unidos por laços consanguíneos.

**Palavras-Chave:** Família pluriparental. Direitos sucessórios. Socioafetividade.

**UMA ANÁLISE DO CÓDIGO PENAL NO QUE CONCERNE A LIBERDADE REPRODUTIVA DA MULHER E SEUS ASPECTOS CONSTITUCIONAIS.**

**Autor(es):**

*Michelly Silva do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A evolução dos direitos deve acompanhar o desenvolvimento social, nesse sentido, quando analisamos o Código Penal brasileiro ainda de 1940 verificamos que é necessário ainda uma grande atualização, principalmente no que concerne aos direitos reprodutivos da mulher, que pelo Código Penal é vedado há não ser em alguns casos excepcionais. Para tanto se faz necessário verificar que vedar os direitos reprodutivos da mulher é podar a liberdade, este um princípio constitucional tão salvaguardado pela nossa Constituição Federal. Com isso objetiva-se analisar a luz dos princípios constitucionais até que ponto um direito está prevalecendo-se sobre outro e como a jurisprudência se pronuncia a respeito do tema.

**(Metodologia)** Para formulação da presente pesquisa foi utilizado o enfoque teórico, alicerçado por coleta de dados bibliográficos (doutrina e decisões judiciais) cujo tratamento será de cunho qualitativo, buscando a construção de um arcabouço teórico para fundamentar uma compreensão sobre os princípios e como estão sendo sopesados na análise dos casos concretos, fazendo uma interpretação extensiva nos casos de julgados de aborto. Dessa forma utilizou-se o método de abordagem dialético e o método de procedimento comparativo.

**(Resultados)** Constata-se que o padrão social que mais é afetado com a vedação legal é a população feminina mais abastada, que é criminalizada penalmente e socialmente. Dessa forma é necessário aferir até que ponto a vedação da lei está congruente com a realidade do país, e como os princípios constitucionais da liberdade e autonomia estão sendo violados, inobservando-se que o direito de escolha da mulher está sendo subjugado por um estrito legalismo e moralidade, e nessa mesma ótica social aquele rol que tem mais condições realiza o aborto clandestinamente e muito raramente é penalizada criminalmente.

**(Conclusão)** Observou-se que durante muito tempo, sob a égide, predominantemente positivista do direito as decisões eram tomadas exclusivamente baseadas no que estava escrito em lei, é um fato que já tivemos algumas evoluções no tema, porém essa melhora ainda não contempla a realidade social. Assim, hoje a interpretação contemporânea encontra-se numa lógica pós-positivista, com destaque para o uso dos princípios e das técnicas hermenêuticas. Nesse contexto, surge a importância da análise do caso dos abortos realizados de forma clandestina e humilhante. De forma que se analise com base na técnica da ponderação, na qual medirá qual princípio deve ser considerado para valorar a vida da mulher como o bem jurídico mais importante, tendo em vista que o direito deve se coadunar com a nova ótica social.

**Palavras-Chave:** Palavras chave: DIREITO; ABORTO; PRINCÍPIOS; LIBERDADE; CÓDIGO PENAL.

**UMA ANÁLISE DO DIREITO INTERTEMPORAL, APLICADO AOS PRAZOS RECURSAIS , NO PERÍODO DE VACATIO LEGIS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015**

**Autor(es):**

*João Victor Filgueira Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O estudo do direito Intertemporal visa facilitar a utilização de determinada lei, quando a existência de dois códigos de possível aplicabilidade. Uma das mais recentes mudanças legislativas que necessitou desse estudo foi, o Código de Processo Civil, que entrou em vigor em Março de 2015 e passou por um período de um ano em Vacatio legis.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico e descritivo. Considerando os objetivos propostos na pesquisa, utilizou-se como Método Dialético para alcance dos resultados pretendidos, uma vez que , trata-se de uma questão teórico-conceitual a qual comporta dúvidas e a fomentação de debates jurídico-doutrinários, procurando entender como o Direito Intertemporal, ao ser estudado proporcionará o a melhor aplicabilidade referente a prazos processuais durante o período de Vacatio Legis entre os códigos de processo civil de 1973 e de 2015. No tocante ao procedimento, foram utilizados os métodos auxiliares, histórico, já que, visa fazer um estudo de cada código em separado. O comparativo, uma vez que se comparou os prazos recursais de cada código. E descritivo, para conseguir entender qual prazo recursal se aplicaria ao caso concreto, se o código de 1973 ou o de 2015. Ademais, sobre as técnicas de pesquisa, a construção do estudo se deu a partir da doutrina especializada do processo civil e do direito intertemporal, jurisprudência do STJ e o estudo legislativo dos Códigos de Processo civil de 1973 e 2015.

**(Resultados)** Em virtude de se tratar de um estudo para a produção de um Trabalho de Curso (TC), os resultados ainda estão em fase de formação, mas com o estudo básico para a formação do presente projeto, já foi possível produzir alguns posicionamentos preliminares com relação a temática em discussão. O resultado encontrado, já foi um preestabelecido pelo próprio código de processo civil de 2015, com relação ao prazo legal para os recursos , que em seu artigo 1003 § 5 diz “ Executados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responde-lhes é de 15 dias” sendo estes contados em dias úteis, começando esta contagem a valer a partir do dia 18 de março de 2016, o que se mostrou em contraposição ao artigo 508 do CPC/73 que diz “ Na apelação, nos embargos infringentes, no recurso ordinário, no recurso especial, no recurso extraordinário, e nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder é de 15 dias” sendo estes contados em dias corridos e valendo até o dia 17 de março de 2016. O resultado em questão mostra a mudança na forma de contagem dos prazos processuais com o intuito de favorecer as partes a terem um tempo mais hábil e que o Direito intertemporal atua no sentido de mostrar até quando vai se valer do código de 73 e quando vai se utilizar do código de 2015. Demais resultados serão elencados com os maiores estudos até a finalização do TC.

**(Conclusão)** Por se tratar de um Trabalho de Curso, ainda não foi possível formular uma conclusão final sobre a temática em questão, mas até o presente momento, se entende que ao aplicar o direito intertemporal para a aplicabilidade dos prazos recursais, se busca atingir uma maior segurança jurídica para a coisa julgada, e para o ato jurídico perfeito, pois traria uma insegurança se ocorresse à mudança de prazos de forma a não respeitar o que já foi conquistado e o que ainda está em discussão.

**Palavras-Chave:** Direito Intertemporal; Código de Processo Civil de 2015; Código de Processo Civil de 1973; Comparação; Prazos Recursais.

**UMA ANÁLISE DO TRABALHO INFANTIL À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**Autor(es):**

*Daniel Silva Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Stefanny Waninny de Souza Moura: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Considera-se trabalho infantil toda e qualquer forma de trabalho realizado por crianças e adolescentes que não possuam a idade mínima permitida. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) através da convenção nº 138 fixa 16 anos como a idade mínima recomendada para a labuta geral. A Constituição Federal em seu artigo 7º, XXXIII, restringe os trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, estabelecendo nesses casos, 18 anos como a idade mínima, e abre uma exceção para a condição de aprendiz a partir dos 14 anos. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ainda prevê algumas proteções especiais quanto à proibição do trabalho em locais que prejudiquem a formação e o desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, e dos horários e locais que não os permitam frequentarem a escola. Posto isto, o presente trabalho tem como escopo analisar o trabalho infantil em face do princípio protetor dos direitos da criança e do adolescente, retratando a transgressão dessa garantia - considerada a existência de políticas públicas ineficazes na luta pela erradicação da exploração do labor infantil -, e destacando a disparidade entre a teoria e a realidade presente no nosso Estado.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, em que busca-se investigar os diplomas legais, a fim de compreender a transgressão jurídica do trabalho infantil nos dias atuais e a ausência de políticas públicas eficazes na erradicação desse tipo de trabalho. Por esta razão, utilizaremos o método de procedimento dialético, em que através do confronto entre as normas jurídicas e o contexto atual, espera-se refletir criticamente acerca do uso inadequado do trabalho infantil e como ocorre a mitigação de tão importante preceito. Por fim, busca-se o desenvolvimento da pesquisa utilizando como técnica, a análise documental de diplomas jurídicos e bibliografia exaustiva do tema.

**(Resultados)** A pesquisa está em andamento, por isso ainda não é possível descrever resultados finais satisfatórios, entretanto, de acordo com as pesquisas preliminares pôde-se verificar que apesar dos diplomas jurídicos garantirem a proteção integral da criança e do adolescente como um patamar mínimo para a dignidade humana infantil, tais sujeitos de direito ainda estão longe de gozarem plenamente de um direito tão primordial, haja vista que os elevados índices de pobreza e a incessante busca por mão de obra barata, em conjunto com o cerceamento de proteção efetiva dos infantes ajudam na perpetuação desse ciclo.

**(Conclusão)** Dado o exposto, espera-se com o presente trabalho estimular não somente o corpo acadêmico como também os indivíduos de um modo geral, a tomarem conhecimento da árdua realidade que há em concretizar os direitos fundamentais da criança e do adolescente, no âmbito de resguardá-los do trabalho ilegal, pois o problema de fato não se funda na ausência de proteção legal, mas na inércia de efetivação ocasionada pela falta de controle, combate e fiscalização eficazes. Sendo assim, é de extrema importância discutir soluções práticas dentro de uma articulação intersetorial de órgãos que compõe a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente, como: Conselhos Tutelares, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e os próprios gestores públicos, para elucidar a competência de cada um no tocante a erradicação do trabalho infantil, uma vez que é pela somatória de tais forças que se pode combater de fato esse mal social, é com a junção desses setores que se pode garantir a eficácia dos direitos fundamentais assegurados pela Constituição.

**Palavras-Chave:** Trabalho infantil; Princípio da proteção integral; Direitos fundamentais.

**UMA ANÁLISE JURÍDICA SOBRE OS INSTITUTOS DE ESTADO DE DEFESA E ESTADO DE SÍTIO NO BRASIL.**

**Autor(es):**

*Laís Gabrielle Pires Barros Guedes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*

*Ana Cláudia da Costa Aguiar: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Ao observar a história, é possível afirmar que todas as civilizações passam por crises que oscilam a vida habitual e que não são passíveis de controle apenas por força policial. Assim, faz-se necessária uma legitimação Estatal para exercer sua soberania perante situações excepcionais que coloquem em risco a segurança e a paz social. Esses dispositivos estão fundamentados na Constituição Federal como casos emergenciais de medidas previstas para que o Estado resguarde os interesses da nação. Porém, ao analisar a experiência brasileira, durante a ditadura militar, foram os institutos usados de forma indiscriminada, ferindo assim os direitos fundamentais de 1ª geração. Assim sendo, o objetivo geral do estudo é analisar os institutos de estado de defesa e estado de sítio, à luz do direito comparado, no contexto da ditadura militar e após a Constituição Federal de 1988.

**(Metodologia)** O presente trabalho estudo iniciou-se com um levantamento bibliográfico em busca de fontes diretas para serem usadas como referência e autores para ter-se a abordagem sob diversos aspectos. No tocante ao método de abordagem, o trabalho pode ser definido como hipotético-dedutivo – já que parte da premissa de que o estado de defesa e o estado de sítio ferem os direitos fundamentais de 1ª geração. Quanto ao método de procedimento, o utilizado é o comparativo, analítico e descritivo; e as técnicas de pesquisa são a doutrina e a legislação.

**(Resultados)** Constatou-se, até esse ponto do estudo, que os institutos de estado de defesa e estado de sítio possuem o objetivo, respectivamente, de preservar ou restabelecer a ordem e a paz social diante de instabilidade institucional grave e imediata, ou calamidades de grandes proporções na natureza. Já no tocante ao estado de sítio, é decretado para preservar ou restaurar a normalidade constitucional quando perturbada por comoção grave de repercussão nacional, pela ineficácia das medidas tomadas durante o estado de defesa ou quando é declarado estado de guerra e até como resposta à agressão armada no estrangeiro. Pode-se dizer também, que essas medidas extraordinárias e extremas possuem consequências da mesma proporção. Assim sendo, entendendo a natureza e as consequências das medidas tomadas durante a utilização desses institutos, é possível auferir que violar os direitos fundamentais de 1ª geração já é um pressuposto da sua decretação.

**(Conclusão)** Sabemos da importância dos direitos fundamentais de 1ª geração e da necessidade de protegê-los, tanto por tratarem de direitos civis e políticos quanto por exigirem diretamente uma abstenção do Estado. Manter a segurança pública e a paz social é não apenas dever exclusivo da força policial, é além de tudo, responsabilidade de todos os órgãos governamentais; porém a instauração de regimes excepcionais que suprimem direitos, mesmo que previstos constitucionalmente, além de abertamente violarem direitos inerentes à pessoa do ser humano, ampliam o poder repressivo do Estado.

**Palavras-Chave:** Estado de defesa; Estado de sítio; Direitos fundamentais de 1ª geração; Constituição Federal;

**UMA ANÁLISE JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DA EXPERIÊNCIA ARTÍSTICA DO MUSEU DE ARTE MODERNA DE SÃO PAULO: UMA INTERFACE ENTRE O DIREITO E A ARTE**

**Autor(es):**

*Gabriel Moura Silveira da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN  
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN  
Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Introdução: Desde a promulgação da Magna Carta em 1988, os cidadãos brasileiros têm gozado de vários direitos, principalmente daqueles descritos no Art. 5º, e, mais especificamente, dos que dispõe sobre nossas liberdades fundamentais. Mas será que tais liberdades sobrepõe-se a outras normas descritas, por exemplo, no Código Penal e no ECA? Seriam elas absolutas? Pode o MAM-SP de algum modo ser responsabilizado pelo ocorrido recentemente em face da exposição e interação física entre um homem nu e crianças? Devido aos debates acalorados acerca de determinadas manifestações artísticas nos últimos dias - mais especificamente a de nome 'La Bête' do MAM de São Paulo -, divididos entre veementes afirmações de violação de dispositivos legais do ordenamento jurídico brasileiro e, em contrapartida, de invocação das liberdades de expressão e artística como defesa, esta pesquisa tem por objetivo tratar dos 'limites' e 'recomendações' existentes em nosso ordenamento jurídico referentes a tais liberdades, com um olhar voltado ao caso do MAM-SP.

**(Metodologia)** Metodologia: Tendo em vista o objetivo da pesquisa, utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, observando a estrutura unitária e coesa do ordenamento jurídico para encontrar a resolução da questão jurídica proposta. Como método de procedimento, fez-se uso do Estudo de Caso, para melhor enfrentamento das questões teórico-jurídicas que envolvem a temática concretamente analisada. Assim, classificou-se a pesquisa como qualitativa e dialógica, na medida em que, de forma interdisciplinar, buscou-se a interface entre o Direito e a Arte, entre a Liberdade Artística e os limites ao uso abusivo do direito.

**(Resultados)** Resultados: A pesquisa revelou que há a possibilidade de responsabilização de condutas que, teoricamente, utilizam-se de direito fundamental, tendo em vista que o corpo jurídico brasileiro não trata de direitos absolutos, adotando os princípios da ponderação e da proporcionalidade. Junto a isso, observou-se que não há de se alegar direito fundamental como justificativa para prática de atos ilícitos no contexto do corpo jurídico. No que tange ao caso específico, a pesquisa demonstrou que, de acordo com as investigações em conjunto aos orientadores deste trabalho, não houve nenhuma conduta que possa ser enquadrada no CP envolvendo o MAM-SP. Por outro lado, no que tange ao ECA, também com respaldo dos orientadores, se constatou que houve, no caso específico, uma expressa violação de artigos constituintes das partes que versam sobre a prevenção e prevenção especial de eventos e exposições culturais e artísticas.

**(Conclusão)** Conclusão: Sendo assim, a pesquisa cumpriu seu papel de demonstrar que não há de se falar em absolutismo de direitos no ordenamento jurídico brasileiro, ao demonstrar, com base na análise de seus postulados e mecanismos, em conjunto com a aplicação deles ao caso do MAM-SP, que há disposições no ECA, mais especificamente expostas nos artigos 74, 252 e 253, que elencam determinados pressupostos para que a liberdade artística possa ser manifestada, pautada num princípio de ponderabilidade e proporcionalidade, observando a especificidade de determinados espectadores, diminuindo acentuadamente o risco de expor crianças e adolescentes, desavisados, a manifestações artísticas não condizentes com sua respectiva faixa etária. O fato conclusivo é que não se trata de condenar a liberdade de manifestação artística - e nenhuma outra liberdade, posto que são fundamentais -, nem muito menos de excluir crianças do âmbito cultural, mas de lembrar a condição delas como seres humanos em desenvolvimento e que precisam ser respeitados e resguardados - como descrito nos artigos 74, 252 e 253 - para sua correta percepção dos fenômenos e situações ao longo desse processo formativo.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente. Manifestação artística. MAM-SP. Prevenção.

**UMA ANÁLISE QUANTO AOS SISTEMAS ELEITORAIS DAS ELEIÇÕES PARA O LEGISLATIVO SOB O CONTEXTO DO PRINCÍPIO DAS MINORIAS**

**Autor(es):**

*Leticia Maria Barbosa Barros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN  
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A crise política tem demandado alteração das normas eleitorais. A população e a opinião pública demandam uma reforma política que reaproxime o povo de seus representantes, num contexto de crise de representação crescente. De outro lado, surgem, por parte dos legisladores, projetos no sentido de facilitar as suas próprias reeleições, o que torna ainda mais complexo o debate eleitoral. Dentre os temas mais em destaque atualmente, insere-se a discussão quanto ao sistema eleitoral há ser aplicado para as eleições para Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador. Historicamente, essas eleições têm se realizado através do sistema proporcional, que parte do quociente eleitoral e é deveras criticado por, muitas vezes, permitir a eleição de candidatos com votação inferior. Para tanto, tem-se apresentado como alternativa o sistema distrital, ou, mesmo, o sistema majoritário (chamado popularmente “distritão”). Em vista disso, surge a necessidade de estudar, analisar e pesquisar essas alternativas, sempre tendo como objetivo realizar a democracia, que exige coexistência entre a maioria e as minorias, daí porque impositivo revelar que sistema eleitoral está mais apto para permitir o acesso das minorias ao poder. Nesse sentido, o propósito desta pesquisa é investigar os aspectos positivos e negativos dos sistemas eleitorais à luz do princípio das minorias, partindo da análise de alguns sistemas eleitorais com base no estudo comparativo com outros países, baseando-se no exame do conceito do princípio das minorias no direito eleitoral, bem como fundamentando-se da contraposição do princípio das minorias aos sistemas eleitorais do Brasil.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado é o hipotético-dedutivo, uma vez que se procurará testar a hipótese segundo a qual o sistema distrital, bastante festejado pela opinião pública, seria mais adequado à consecução da democracia e, ao mesmo tempo, investigar as premissas dos sistemas proporcional e majoritário, para, a partir daí, concluir o que melhor pode realizar o direito das minorias.

**(Resultados)** A pesquisa tem revelado que o sistema proporcional, apesar de suas distorções – mormente a possibilidade de um candidato ser eleito com votação menor que a de um adversário que integra coligação ou partido diverso –, permite a representação das minorias, já que os votos dos diversos candidatos podem ser somados com vistas a eleger ao menos um deles. Já os sistemas distrital e majoritário tendem a viabilizar a eleição apenas de candidatos com grandes votações.

**(Conclusão)** Essencial é que qualquer reforma política tenha em vista a necessidade de reaproximar o povo da política, reduzindo os efeitos da crise de representatividade atualmente existente. Nesse sentido, todos os sistemas eleitorais apresentam pontos positivos e negativos, havendo privilegiar, porém, aquele que mais bem realize os direitos das minorias, fazendo-as coexistir com a maioria.

**Palavras-Chave:** Sistemas eleitorais. Reforma política. Princípio das minorias.

**UNIÃO ESTÁVEL - SUCESSÃO DE BENS DOS MAIORES DE 70 ANOS**

**Autor(es):**

*Bruna Machado Cavalcanti de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Sãmara Paula Caldas Linhares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho abordará o direito de sucessão dos bens para maiores de 70 anos, tema de grande importância nos dias atuais e bastante polêmico, pois impede que os maiores de 70 anos seja homem ou mulher possam escolher que tipo de regime de partilha de bens querem escolher, assim como, o posicionamento do STJ sobre isso, pois está diretamente ligado ao fato da escolha de partilha de bens .

**(Metodologia)** Emprego do método de pesquisa qualitativa, que se preocupa com o aprofundamento da matéria estudada, explicando o porquê de determinado assunto.

**(Resultados)** O direito deixou de ser inerte a tal situação de relevante importância e vendo que a sociedade necessitava de uma intervenção nesse caso. Levando em consideração a separação por regime de bens, o STJ recebe muitos recursos acerca do regime aplicado ao idoso de 70 anos para que possam estabelecer um entendimento sobre esse assunto, pois gera diversas críticas devido ao idoso não ter a liberdade de escolher o regime de sua união. De acordo com o código civil, a obrigatoriedade de separação de bens encontra-se em seu artigo 1641, II, afirmando: É obrigatório o regime da separação de bens no casamento: I - das pessoas que o contraírem com inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento; II - da pessoa maior de 70 (setenta) anos; (Redação dada pela Lei nº 12.344, de 2010) III - de todos os que dependerem, para casar, de suprimento judicial. Porém, o STJ permitiu a liberdade de escolha o regime de bens caso os nubentes já tivessem união estável antes da restrição legal, segundo a decisão unânime da quarta turma do Superior Tribunal de Justiça. Os ministros entenderam que não necessitava proteger o idoso da união estável no caso de "relacionamentos fugazes de interesse exclusivamente econômico". Esta interpretação da turma do STJ é a que melhor cabe com o que está escrito na CF, porque segundo ela a lei deve facilitar a conversão da uni-]ao estável em casamento.

**(Conclusão)** Diante do exposto, o direito do idoso na escolha da separação de bens quando estiverem na união estável foi bastante debatido depois de inúmeros recursos chegarem até a esse colegiado, incomodando essa parte da sociedade. Dito isto, o direito está para resolver conflitos e dar resoluções, então resolveu mediante a 4ª turma do STJ permitir a união estável sem a obrigação de regime de separação de bens no caso de casais já unidos antes da proibição jurídica, como, por exemplo, no caso de um casal de 60 anos viverem juntos, morando juntos e dividindo as mesmas contas por 10 anos

**Palavras-Chave:** palavras chave: maior de 70 anos; direito civil, união estável;testamento;regime jurídico.

**USUCAPIÃO DE BEM FRUTO DO CRIME: A FUNÇÃO DO PRINCÍPIO DA ETICIDADE EM FACE AO POSICIONAMENTO  
DOCTRINÁRIO E JURISPRUDENCIAL**

**Autor(es):**

*Monalisa Lima Duarte: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Byanca Laura Franco da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Daniel Medeiros Porpino Dias: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Izabela Mikaela de Medeiros Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Mariana Elizabete de Melo Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O instituto da usucapião teve sua origem no ano 305 da Era Romana, correspondente ao ano 455 a.C., com suas raízes fundadas na Lei das Doze Tábuas e, desde o seu início, previa a possibilidade de aquisição da propriedade de bens móveis e imóveis através da posse. Tal instituto é consagrado no ordenamento jurídico brasileiro e consiste em uma das modalidades de aquisição originária da propriedade, ocasionada pela posse, prolongada e ininterrupta, de bem móvel ou imóvel, durante o prazo legal estabelecido. No que se refere a aquisição de bem móvel, por meio da usucapião extraordinária, modalidade esta que não exige justo título e boa-fé, paira recente discussão sobre a possibilidade de usucapir bem móvel fruto do crime. Esse conflito surge com a contrariedade estabelecida pelo próprio código, no qual há previsão implícita da referida possibilidade, ao passo que também prevê, entre os seus princípios fundamentais, o Princípio da Eticidade, este que impõe justiça e boa-fé nas relações civis.

**(Metodologia)** Quanto ao método de abordagem, a presente pesquisa utiliza o método dialético, uma vez que é feita uma contraposição das ideias doutrinárias e jurisprudenciais, e do Projeto de Lei nº 7385 de 2010, como forma de investigar se é possível a usucapião de bem móvel que foi fruto de um crime, obedecendo aos conceitos de justiça e boa-fé estabelecidos pelo Princípio da Eticidade. No que tange os métodos de procedimento, foram utilizados o histórico e o comparativo. Já como técnicas de pesquisa, privilegiou-se a doutrina, bem como a legislação e jurisprudência.

**(Resultados)** Constata-se no ordenamento jurídico brasileiro uma incoerência revelada através da divergência existente entre a função fundamental do Princípio da Eticidade e o posicionamento doutrinário e jurisprudencial acerca da usucapião de bem produto de crime. A doutrina e a jurisprudência se posicionam positivamente em relação a essa possibilidade, efetuando uma interpretação literal dos requisitos do art. 1.261 do Código Civil. Entretanto, o Projeto de Lei, proposto pelo Deputado Carlos Gomes Bezerra, busca a consolidação dos Princípios da Legalidade, Moralidade e Eticidade, contrariando o posicionamento legislativo, doutrinário e jurisprudencial

**(Conclusão)** Por fim, espera-se que essa divergência seja sanada, de modo que haja a preservação dos princípios éticos e morais que regem não só o Direito Civil, mas também todo o ordenamento jurídico, e estes devem servir como limitadores na atividade judiciária, na perspectiva de fundamentar as decisões judiciais, desde o primeiro grau aos tribunais superiores. Evitando-se assim a possibilidade de um ato criminoso ser convalidado e objetivando a garantia do direito de propriedade ao legítimo dono.

**Palavras-Chave:** Usucapião; Bem Móvel; Furto; Eticidade

**USUCAPIÃO DE BENS PÚBLICOS: CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.**

**Autor(es):**

*Elizabete Mendonça de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Karla Vanessa do Nascimento Maia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Emylly Gabrielly Barbosa de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Raphaella Magalhães da Silva Guedes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Paulo Henrique Lima e Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Há três espécies de bens públicos, os bens de uso comum do povo, de uso especial e dominicais, cabendo-nos, neste momento uma análise dos bens dominicais, que não estão afetados a nenhuma destinação, representando patrimônio disponível do estado, sendo, portanto formalmente públicos, ou seja, registrado no nome da pessoa jurídica, mas sem destinação ou função social. Inúmeras são as decisões dos tribunais superiores (STF e STJ) no sentido de não ser possível a usucapião de bens públicos, inclusive seguindo nesta mesma linha a corrente majoritária da doutrina. Todavia, é preciso um olhar criterioso sobre o assunto, tendo em vista (ainda poucas) decisões reconhecendo a usucapião de bens públicos, principalmente devido ao cumprimento da função social da propriedade, conforme preceitua a Constituição Federal em seu art. 5º, incisos XVII e XVIII, onde reza que é garantido o direito de propriedade, e que esta deve cumprir sua função social. A função social impõe que cada indivíduo tenha o dever social de desempenhar uma atividade, significando pois que, o trabalho humano deve ser utilizado como forma de melhorar o bem estar da coletividade, contribuindo com o interesse coletivo. Aplicando-se aos bens e ao direito de propriedade, respeitando valores culturais, ambientais entre outros.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório. Utilizando-se do método indutivo onde através de sites na internet, bem como artigos, dissertações, teses, livros, estudo de caso e análise da legislação civil sobre tal assunto, buscou-se chegar à melhor interpretação da função social da propriedade. Temos como método de abordagem o dialético, visto demonstrarmos a vedação do usucapião de bens públicos, apresentarmos uma antítese de que essa realidade existe, para então formularmos uma síntese (nova tese) da realidade em comento.

**(Resultados)** Diante da função social da propriedade, a Constituição veda a possibilidade de usucapião de bens públicos, mas não extingue a obrigação de que cumpram a função social assim como os bens particulares, criando um paradoxo em que fica dúvida a interpretação, deste modo fica claro a necessidade de utilizar-se da hermenêutica frente ao caso concreto. No nível de resultado, temos o exemplo de sentença (processo nº 194.10.011238-3) de o juiz titular da Vara da Fazenda Pública de Coronel Fabriciano – MG, Marcelo Pereira da Silva, que reconheceu usucapião de bem público, indeferindo o pedido do departamento de estradas e rodagem de Minas Gerais de solicitação de desocupação de área pública de 36 mil metros quadrados, no km 280 da BR-381, onde moravam 10 (dez) famílias, instaladas a cerca de 30 anos, desde o início da construção da rodovia. E Acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (Processo: AC 10194100112383001 MG) que também reconhece esse mesmo usucapião na cidade de Antonio Dias, onde as 10 (dez) famílias ganharam o direito de usucapir o bem público, hoje uma vila dotada de infraestrutura.

**(Conclusão)** A aquisição da propriedade pelo decurso do tempo visa assegurar à propriedade a aqueles que de forma eficiente fizeram uso do bem, sendo que o possuidor anterior não fizera, o qual se presume que há desprezo em relação ao bem, segundo Carlos Roberto Gonçalves, a propriedade poderá ser perpetua, ressalvada a manifesta intenção do proprietário em não assim fazer, diante ao exposto, deste modo, os bens dominicais não cumprem a sua função social, logo, podem ser objeto de aquisição de propriedade pelo decurso do tempo, fazendo assim valer o princípio constitucional da função social.

**Palavras-Chave:** Direitos Reais, Função Social, Usucapião.

**USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: AVANÇOS E ENTRAVES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Omar Tavares Guerreiro Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Daniela Ferreira de Queiroz Serejo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o advento do Código de Processo Civil de 2015, o Usucapião Extrajudicial ganhou força. Esta, diferente das modalidades comumente vistas, é feita diretamente perante o Cartório do Registro de Imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, representado por advogado, instruído com os documentos necessários elencados no artigo 216-A do diploma legal supramencionado. Diante da morosidade da justiça nos dias atuais, tendo em vista a quantidade altíssima de demandas a serem apreciadas pelo Poder Judiciário, é de suma importância optar pela desjudicialização de demandas que não envolvam litígio. Entretanto, apesar de, à primeira vista, os dispositivos desse diploma legal trazerem avanços ao instituto da usucapião, na prática, o próprio texto legal traz entraves a sua eficácia. Desse modo, o objetivo da presente pesquisa é analisar de que forma a Usucapião Extrajudicial traz avanços ao ordenamento jurídico brasileiro e, em contraposição, quais os entraves que obstruem a sua realização, analisando o que foi feito pelo Estado para a sua completa concretização no mundo jurídico atual.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através do método de abordagem dialético, uma vez que será feita a contraposição entre os avanços do instituto, ou seja, seus pontos positivos, e os entraves causados, isto é, as problemáticas em seu entorno, buscando uma síntese crítica que possa contribuir para a reflexão da Ciência do Direito. Os métodos de procedimento compreendem o histórico, o descritivo, o comparativo e o tipológico e, no que tange as técnicas de pesquisa, serão analisados documentos e bibliografias, constituindo o referencial teórico, com ênfase em legislações e jurisprudência dos tribunais.

**(Resultados)** Ao falar da Usucapião Extrajudicial, tem-se inovações trazidas pelo novo CPC. Esta modalidade foi regulamentada pelo artigo 1.071 do referido Código que acrescentou o artigo 216-A à Lei 6.015/1973, trazendo avanços como a celeridade no procedimento e a regularização fundiária, além de não anular a via jurisdicional, caso o usucapiente queira propor ação de usucapião perante o Poder Judiciário. Entretanto, apesar de ser um ponto muito positivo, existem alguns entraves que dificultam a concretização dessa inovação em nosso ordenamento jurídico. Faz-se premente citar que, pelo que dispõe o CPC, seria necessário haver anuência do proprietário do imóvel, o que é algo bastante raro no plano fático. Além disso, o mero silêncio do titular do direito real sobre o imóvel, mesmo que não haja discordância e sim uma não manifestação expressa do mesmo, seria uma barreira para a concretização da Usucapião Extrajudicial. Ademais, existe também uma problemática em torno do valor do emolumento a ser cobrado pelo procedimento, uma vez que é comum no Registro de Imóveis, quando não há êxito, o Registrador devolver o valor que foi antecipado, o que não é possível no instituto da Usucapião Extrajudicial, pois o Registrador despenderá certo tempo trabalhando no processo. Com tantas incongruências, surgiu a Lei 13.465/17 para dirimi-las, tendo como ponto principal em relação ao tema a alteração do art. 296-A supramencionado, mudando o entendimento de que o silêncio do titular do direito real do imóvel agora é interpretado como concordância. Além dessa mudança, foram incluídos novos parágrafos ao artigo, regulamentando melhor e mais especificamente essa modalidade de usucapião.

**(Conclusão)** Por fim, conclui-se que as novidades trazidas pelo CPC/15 sobre a Usucapião Extrajudicial constituíram, de fato, um avanço para o ordenamento jurídico brasileiro, mas para que pudesse surtir efeitos, isto é, ter eficácia no mundo jurídico, houve a necessidade de ser regulamentada pela Lei 13.465/17 para que boa parte dos entraves ocasionados pela própria norma fossem elucidados, podendo haver agora uma concretização dessa Usucapião, não permitindo que este seja um instituto sem eficácia prática no sistema normativo jurídico brasileiro.

**Palavras-Chave:** Código de Processo Civil/15. Desjudicialização. Lei 13.465/17. Usucapião Extrajudicial.

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE: UMA ABORDAGEM “LEI DA PALMADA”.**

**Autor(es):**

*Juliana de Souza Marques Santana: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A violência contra crianças e adolescentes no âmbito doméstico é uma presente em nossa sociedade. Problema de grande relevância para o futuro das gerações. Assim, que avanços trouxe a Lei 13.010/14? Casos famosos e de grande repercussão na mídia dão o alcance e a dimensão a que o problema pode alcançar. A exemplo dos casos Isabella Nardoni e, menino Bernardo. Além destes, uma breve análise histórica da "Lei da Palmada" será também abordada, de forma a mostrar a associação com a violência à criança e ao adolescente. Visando constituir novos parâmetros de pensamento, será baseada em leituras e textos e trabalhos referentes ao tema: Violência doméstica contra crianças e adolescentes: uma abordagem "Lei da Palmada". Através pois do método dialógico, estatístico e estudo de caso. Ressaltando que ainda está em curso o desenvolvimento do estudo, temos como prévios a pretensão de soluções para o problema e a ideia do que mudou após a promulgação da lei. O papel de cada cidadão em meio ao tema, casos, jurisprudência, dados, deveres do Estado e família são explorados. Com foco no que acontece no Brasil, é dada a relevância devida ao assunto. Pretende-se analisar os benefícios trazidos pela implementação da “Lei da Palmada” para erradicação da violência doméstica contra crianças e adolescentes. E, se a lei trouxe benefícios para a melhoria do convívio familiar, como também se provocou modificações dentro do cenário de violência doméstica, contra crianças e adolescentes.

**(Metodologia)** Pesquisa em si exploratória, tem por método de abordagem o dialógico, o estudo de caso e o estatístico-comparativo. Será baseada em leituras de trabalhos e textos referentes a violência contra crianças e adolescentes. Analisar-nos-emos dados estatísticos e percentuais sobre as consequências da violência, tipos de agressão, reflexos e resultados na sociedade e nos envolvidos.

**(Resultados)** Ainda que não tenha resultados definitivos, por tratar-se do início de um trabalho de curso, apresentam-se alguns resultados prévios. Há, portanto, a necessidade de maior conscientização, fiscalização e cumprimento das leis existentes, também a criação de novas e mais efetivas leis. Mesmo que pouco tenha mudado, a princípio, após a promulgação da lei, houve sim alguma melhoria.

**(Conclusão)** Já que encontra-se em andamento, não há de adiantar-se uma conclusão, mesmo assim, destaco ser o tema recorrente e de urgência. Observa-se grande violência contra a criança e ao adolescente. O que interfere na base do desenvolvimento do social, já que o futuro as gerações depende, em muito, da educação desta parcela da população.

**Palavras-Chave:** PALAVRAS – CRAVE: Violência, criança, adolescente, lei da palmada.

## **VIOLENCIA NO RN: ANÁLISE JURÍDICA DE SEUS FATORES GERADORES**

**Autor(es):**

*Luciano Cláudio Silva de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Diante do aumento e do alcance generalizado da violência em todo o território potiguar, surge a necessidade de se conhecer os fatores geradores desse fenômeno que tem origem no crime, sendo este geralmente praticado por aqueles que já estiveram ou estão presos, condenados e cumprindo penas. Assim sendo, trata-se a violência partindo da análise das estratégias extra-penais que buscam a resolução do caos penitenciário juntamente com a aplicação do direito penal mínimo como sendo alguns dos fatores relevantes no contexto da violência, aliados à flexibilização crescente das formas de execução das penas, o que permite o avanço da insegurança pública e da violência no Estado do Rio Grande do Norte que tem provocado uma espécie de engessamento social com a alteração da rotina normal da população potiguar, atingida em seus direitos fundamentais à liberdade de locomoção e de segurança. Buscar-se-á analisar à luz do direito e da legislação vigente, os aspectos facilitadores da promoção da violência como empecilho ao bem estar social através da sensação de insegurança pública no Estado do Rio Grande do Norte, bem como proceder análise acerca da questão da flexibilização na execução penal com análise das penas alternativas e a atuação do direito penal mínimo, este como forma de intervenção mínima do Estado na aplicação da Lei penal diante do quadro atual de violência, analisando e tratando a atuação estatal sob o aspecto omissivo ou comissivo no desenvolvimento de ações de combate aos atos violentos. Serão observadas ainda, as consequências da violência sobre alguns direitos constitucionais fundamentais, os quais atingem tanto seus promotores quanto seus receptores.

**(Metodologia)** Serão utilizados na pesquisa os métodos dedutivo ao se trabalhar os aspectos jurídicos da violência como um todo na tentativa de resolução do problema relacionado ao tema, partindo de teorias e leis, as quais possibilitam a observação dos fatos. Os métodos: estatístico como método de análise, fornecendo uma descrição quantitativa dos dados da pesquisa e o estruturalista serão utilizados, bem como as técnicas de pesquisa para coleta de dados como: Pesquisa bibliográfica específica: doutrina, Leis e normas; Pesquisa documental restrita a documentos com coleta de dados relacionados ao tema, as chamadas fontes primárias; Análise de conteúdo e Apresentação de gráficos ou tabelas como métodos estatísticos sistemáticos, o que vai possibilitar o auxílio na apresentação de dados.

**(Resultados)** Ainda não foram constatados por se tratar de projeto em fase de pesquisa.

**(Conclusão)** Ainda não observada por se tratar de projeto em fase de pesquisa.

**Palavras-Chave:** Violência no RN – análise – insegurança – consequências

## **VIOLÊNCIA NOS ESTÁDIOS: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA JURÍDICA E SOCIOLÓGICA**

### **Autor(es):**

*Guilherme Augusto Costa Azevedo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Felipe Fasanaro Dantas Ubarana: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A violência nos estádios é algo que vem se tornando cada vez mais comum no contexto do futebol, no Brasil e no mundo. Em tempos remotos, ir ao estádio era sinônimo de confraternização, onde você combinava com amigos de longa data ou até mesmo com sua família na intenção de fazer uma programação diferente. Hoje em dia, não é bem assim, as pessoas sentem medo em ir ao estádio, devido à grande violência que é objeto de veiculação nas mídias em geral, nos sites de todo planeta e por isso ficamos receosos de ir e acabar sofrendo um acidente ou até mesmo fatal, como foi o caso do torcedor em Pernambuco, que foi ao estádio do Santa Cruz, um time do próprio estado e mesmo sem ter nada a ver com o conflito que foi instaurado naquele ambiente, acabou morrendo devido a um vaso sanitário que foi arremessado de cima do estádio. O objetivo dessa pesquisa é analisar o fenômeno da violência nos estádios de futebol, sob a perspectiva jurídica e sociológica. Assim, busca-se refletir sobre dados estatísticos que revelam a violência crescente no ambiente futebolístico, bem como apontar possíveis causas de tal crescimento vertiginoso.

**(Metodologia)** A presente pesquisa é de cunho exploratório e quantitativo. Levando em consideração os objetivos da pesquisa, buscou-se utilizar o método de abordagem indutivo, analisando casos concretos de violência nos estádios que efetivamente ocorreram ao longo dos anos, para, a partir dessa análise, chegar a compreensão do fenômeno em seus aspectos gerais. Ademais, utilizou-se o método auxiliar estatístico, partindo da apresentação de dados que demonstram o efetivo crescimento do fenômeno com o passar do tempo.

**(Resultados)** Sobre o aspecto positivo, o futebol apresenta dimensões ligadas ao espetáculo, motivação e alegria das pessoas. Entretanto, atualmente, estamos vivendo um grande retrocesso no que já foi chamado de Futebol. Posto que, estamos voltando aos primórdios do futebol. Sob esse aspecto, a selvageria intensificada de torcedores no Brasil lidera a lista de violência entre torcidas, seguido por Argentina e Itália. Essa realidade violenta, mortes ligadas ao futebol, estão intrinsecamente relacionadas a torcidas organizadas, no qual, diante de uma pesquisa do Jornal "O Globo", apenas entre 2013 e 2015, o país registrou 53 mortes entre brigas de torcidas. À medida que as brigas entre as torcidas organizadas ganham o aspecto de fato social, A Lei 10.671/03, ficou popularmente conhecida como Estatuto do Torcedor, surgiu depois de diversos problemas que os torcedores do esporte sofriam, sancionada em 2003, queria reverter o quadro de desrespeito aos direitos do público que frequentava os estádios esportivos do Brasil.

**(Conclusão)** De forma geral, a violência nos estádios de futebol passou a ser considerado um problema social, sendo resultado da quantidade de pessoas envolvidas com torcidas organizadas, vindo atingir e ferir pessoas inocentes. Os estados e instituições deverão encarar essa situação e o futebol com mais profissionalismo, investindo em ações como registro de torcedores e punições desportivas para pessoas que se envolverem em brigas, o que seria de grande importância para reduzir os casos de violência no futebol. No dia 27 de julho de 2010, no entanto, foi publicada a Lei 12.299 que, dentre outras modificações, veio trazer outras medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência em competições esportivas, pois agora rebeldias em estádios de futebol é infração penal e é cabível de prisão. É esplêndida a forma que nosso poder legislativo tratou essa modificação. Agora sim pôs uma medida punitiva coerente.

**Palavras-Chave:** Futebol. Violência. Torcedores.

**VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS RELAÇÕES CONJUGAIS: RELATOS DE PROCESSOS DA PROMOTORIA DE ASSÚ-RN**

**Autor(es):**

*Monica Fernandes Alves de Moraes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Taynara da Silva Tavares : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Daniel de Goes Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN*  
*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho faz uma análise de alguns processos que relatam casos de violência conjugal contra a mulher que ocorreram na comarca do município de Assú, objetivando relatar de que maneira essa violência se efetua e suas diversas manifestações, tendo em vista que os casos analisados envolvem tanto casos de violência verbal/simbólica, como casos de agressão física, em que ferem princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e igualdade de gênero.

**(Metodologia)** Leitura e análise dos processos que relatam violência conjugal em que a vítima é a mulher.

**(Resultados)** A partir dos casos analisados que se deram por meio da leitura de processos, pode-se entender que a violência simbólica é algo que tem origem por meio de expressões e significados que são socialmente reconhecidos que escondem as relações de força presentes entre dominantes e dominados. Dessa maneira, o que se tem são padrões e classificações construídos e incorporados pela sociedade. Essas mesmas expressões de humilhação e inferiorização da mulher se estabelecem de forma arbitrária como verdade naturalizada, sendo reificadas a cada momento e é exatamente isso que faz com que essa violência simbólica se caracterize como invisível. Nesse sentido, a força física não basta para garantir e impor o modo de pensamento dominante, sendo necessário assim o uso de aparelhos de comunicação e linguagem como vias eficientes na retificação de ideias e valores. O que se pode destacar dos casos de violência física e simbólica analisados é que dos 10 (dez) casos lidos, em 8 (oito) deles há ameaça de morte por parte dos agressores. Além desta ameaça de violência simbólica mais grave, foram identificadas outras expressões de violência que denigrem a imagem e a reputação da mulher agredida como o uso de palavras de baixo calão, onde a repressão conjugal e violenta traz para a vida das vítimas a inferiorização de seu gênero até a marginalização da mulher na sociedade. Deste modo, viola diversos direitos fundamentais da mulher assegurados pela nossa Constituição Federal, destacando-se o direito a vida, a igualdade, a liberdade de pensamento, o direito a saúde e a educação.

**(Conclusão)** Em suma é de fundamental importância que as mulheres reconheçam a violência simbólica a qual essas são subjugadas, para que haja uma mudança tanto na sua autoimagem, quanto na emancipação individual, pois a violência simbólica é mais difícil de ser identificada, se efetuando de forma bem sutil no cotidiano dessas mulheres. É preciso também, que as mulheres se percebam como vítimas de um sistema de violência e dominação simbólica que legitima e exclui a si mesmas.

**Palavras-Chave:** Violência simbólica. Violência física. Dominação. Inferiorização.

**'HERANÇA VACANTE: DESTINAÇÃO DOS BENS ARRECADADOS PELA FAZENDA PÚBLICA.'**

**Autor(es):**

*Larissa Nobre de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Michelle Bezerra de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Helensandra Lima da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Andresa Nascimento de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Para uma melhor compreensão ao que se refere o termo 'Herança Vacante', é necessário entender o instituto da 'Herança Jacente'. Deste modo, configurasse como uma herança jacente aquela em que os herdeiros são desconhecidos, ou, caso conhecidos, renunciaram à sua parte, extinguindo assim qualquer herdeiro daquele inventário. Não obstante, a herança jacente aguarda e busca herdeiros de uma herança, supostamente, sem dono. Figura, portanto, um estado provisório que tem início, meio e fim. A jacência tem duas funções: processual e transitória, já que aguarda o surgimento de herdeiros ou a conversão em herança vacante. Por fim, o artigo 1.819 do Código Civil traz que a procura e espera de herdeiros da herança jacente é feita pelo poder judiciário. Destarte, herança vacante é anunciada por sentença em duas hipóteses: após um ano da primeira publicação dos editais invocando os herdeiros a se apresentar, não tenha havido nem penda qualquer habilitação ou quando todos os convocados a suceder renunciarem à mesma. Por fim, da procedência de vacância, surgem os seguintes efeitos: previamente exclui e afasta os colaterais da sucessão; após, fixa o prazo de cinco anos, a partir da abertura da sucessão, para a passagem do domínio aos entes públicos, dos bens situados nas respectivas circunscrições; logo em seguida, incorpora os bens vagos ao domínio do Município, do Distrito Federal ou da União, onde forem aqueles situados, após o decurso de cinco anos. Deste modo, o objetivo da presente pesquisa é analisar de que forma está ocorrendo a destinação dos bens arrecadados pela fazenda pública; quais os fins dados as heranças recolhidas; se está sendo efetuada corretamente, esgotando-se todas as buscas aos herdeiros; e quais aplicações poderiam ser feitas para um rico proveito do valor recebido.

**(Metodologia)** Refere-se a uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através do método de abordagem dialético, de modo que será realizada uma pesquisa entre as diversas formas de destinação dos bens arrecadados, ou seja, como está sendo utilizada essa distribuição, as problemáticas em torno do tema em questão, buscando sempre uma síntese crítica que possa acrescentar para a reflexão desse instituto do ordenamento jurídico. Os métodos de procedimento comportam o histórico, o descritivo, o comparativo e o tipológico e, no que concerne as técnicas de pesquisa, serão utilizados os documentos e bibliografias, construindo o referencial teórico, com ênfase em legislações e jurisprudências dos tribunais.

**(Resultados)** Ao falar de Herança Vacante, comprova-se que, diversamente da herança jacente, a herança vacante não está esperando ou à procura de possíveis herdeiros, tendo em vista que a sua finalidade é devolver o acervo hereditário ao Poder Público ("bona vacantia"). Todavia, sua principal função é de transmissibilidade da herança. O termo "devolver" é empregado pelo justo motivo de presumir que antes de ser do particular, a propriedade pertencia ao Estado. Conclui-se assim que o Poder Público não ganha ou adquire o bem, e sim o recebe com o propósito de devolução.

**(Conclusão)** Foi possível conhecer três correntes de estudo sobre este instituto, ou seja, quanto a destinação dos bens arrecadados: a primeira argumenta que o Município deve alterar seu plano diretor e criar uma universidade na cidade (caso ainda não possua); uma segunda corrente, a mais coerente e denominada como "moderada", sustenta que se o Município não tem universidade, deve aplicar o dinheiro na educação de base. Esta corrente é a mais aceita, assim possui o maior número de adeptos; por último, existe uma terceira corrente que defende a ideia de que, se o Município não tiver universidade, poderá aplicar o dinheiro como melhor achar conveniente.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Direito Civil. Herança Jacente. Herança Vacante. Fazenda Pública.

**“SE NÃO SOMOS SUJEITOS DE DIREITOS, NÃO DEVERÍAMOS TER DEVERES, NEM TAMPOUCO SERMOS BENS JURÍDICOS”, CONFABULARAM A VAQUINHA E A GALINHA.**

**Autor(es):**

*Maria Luísa Freire de Moraes Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN  
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN  
Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho busca trazer o direito dos animais para discussão, tendo como objetivo refletir acerca do tratamento recebido pelos animais no Brasil, fazendo um paralelo com penas não mais imputadas a seres humanos, tendo como suporte de análise a Constituição Federal (1988) e o Código Civil (2002). Inicialmente, respeito à integridade física não é assegurado aos seres ainda hoje classificados como *rês* (que significa ‘coisa’, mas também ‘negócio, patrimônio ou bem’, em tradução interpretativa do Latim). Assim, parte-se do princípio de que, no ordenamento jurídico pátrio, o objeto e assunto deste trabalho, o *sujeit*, o *Leitmotiv*, é considerado um objeto e não um sujeito ou ser senciente.

**(Metodologia)** Na Constituição, há uma menção aos animais, no art. 225, § 1º, VII, visando “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade”. Ao praticante de crime, protegido pela Carta Magna, são vedadas certas penas, como de morte, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados e cruéis, bem como possuem a garantia de que não serão submetidos a tortura nem a tratamento degradante.

**(Resultados)** Aos animais, analogamente, numa visão *praeter legem*, ‘para além da lei’, pode-se relacionar o abate à pena de morte. A pecuária extensiva faz parte de um cenário idílico que pode ser equiparado a uma pena de caráter perpétuo, apesar do regime semiaberto. Nas granjas, o tratamento dado a galinhas e pintinhos assemelha-se à pena de trabalhos forçados, quando não às cruéis. A tortura imputada à vaca para fornecer leite e o tratamento degradante sofrido pelos suínos também fazem parte do rol de comparações sob o prisma de práticas não mais aceitas quando se tratam de seres humanos animados pela *senciência*, ou seja, a capacidade de sentir, de forma consciente, prazer e dor, manifestar felicidade e sofrimento. Possuem correspondência com penas cruéis, também, a pecuária intensiva e o confinamento para fins comerciais, como a extração de couro e lã. O *rês rusticae*, ou ‘negócio rural’, há milênios está legalizado, regulamentado e culturalmente aceito como *obviedade posta*. Na Constituição, mostra-se evidente a mente da lei (*mens legis*) ao se colocar animais protegidos de forma estrita, apenas do ponto de vista da função ecológica, não abarcando outros espectros. Além disso, é responsabilizado o cidadão que mata gatos e o que guarda consigo ‘animais silvestres’. Porém, nada disso se aplica aos animais ‘fornecedores’ de itens como bacon, nugget, hamburger ou sushi. Esses animais não são fornecedores de insumos, eles são os insumos em si, na medida de sua *coisificação*. Pela análise do Código Civil, depreende-se que os animais são “bens móveis”, um vez que o art. 82 define estes como “bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia”. Já o texto final do artigo enfatiza que não há “alteração da substância ou da destinação econômico-social”. Entretanto, o mesmo animal do qual se extrai leite ou ovos permanece vivo por tempo determinado, sendo posteriormente ‘distribuído’ ao consumidor como bacon, nugget, hamburger, sushi, bolsa, casaco, sapato ou tapete. Com base no art. 85 do Código Civil, tem-se, no Brasil, dentre os bens móveis “fungíveis e consumíveis”: bovinos, ovinos, suínos, caprinos, asininos, aves, peixes, crustáceos etc. No entanto, felinos, caninos e equinos podem ser classificados como “bens móveis infungíveis e não consumíveis”.

**(Conclusão)** Ainda que tudo isso se constitua como um fator histórico-cultural, o ordenamento jurídico brasileiro mostra-se retrógrado, incompleto e impreciso no tocante ao direito dos animais. São os animais ‘bemoventes’, uma vez que são bens que se movem? Ora, se são chamados de ‘semoventes’, deveriam ser classificados como seres que se movem.

**Palavras-Chave:** animais. bens jurídicos. *rês*. seres sencientes. sujeitos de direitos.

**“STEALTHING”: PERIGOSA E CRIMINOSA PRÁTICA SEXUAL E SEUS EFEITOS NO ÂMBITO PENAL BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Maria de Nazaré Filgueira Passos : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É preocupante e lastimável as frequentes ocorrências de abusos sexuais sofridos diariamente por milhares de pessoas. Mais preocupante ainda é a falta de discernimento de muitas vítimas de abuso em relação às mais variadas formas que este se manifesta. O chamado “stealthing”, expressão americana que traduzida para o português quer dizer “dissimulação”, consiste numa nova prática sexual extremamente abusiva e muitas vezes imperceptível para a vítima, onde o agente retira o preservativo durante o ato sexual sem o consentimento do parceiro (vítima), expondo-o a riscos, como uma gravidez indesejada, por exemplo ou pior: contaminação por doenças venéreas. A presente pesquisa tem por intuito enquadrar de forma eficaz tal prática criminosa no Código Penal Brasileiro, especificando seus riscos e efeitos, além de alertar a sociedade sobre seus perigos, principalmente mulheres e homens homossexuais, que são as principais vítimas dessa modalidade de abuso.

**(Metodologia)** A pesquisa apresenta caráter social e possui como métodos de abordagem utilizados o método hipotético-dedutivo e dialético, havendo ainda como métodos auxiliares o método comparativo e o método funcionalista.

**(Resultados)** São diversas as espécies de tipificação penal para o “stealthing”. Tipifica-se o crime do art. 213 do CP, hediondo, se em determinada situação, o ato sexual for consentido sob a condição do uso de preservativo e o agente mesmo assim retira a proteção durante o ato, a vítima percebe, mas este continua na prática do ato, usando violência ou grave ameaça. Já se o ato sexual for consentido, desde que mediante o uso de preservativo e o agente, durante o ato, retira a proteção sem a vítima perceber e continua até a sua finalização, não se cogita o crime do art. 213 do CP, pois são ausentes os meios típicos de execução: violência física ou moral. Pode caracterizar-se o art. 215 do CP, no qual se pune o estelionato sexual, comportamento caracterizado quando o agente, sem utilizar de qualquer tipo de violência, pratica com a vítima ato de libidinagem (conjunção carnal ou ato diverso de natureza libidinosa), usando de fraude. O crime, portanto, não é hediondo. Caso o agente que pratica o “stealthing” esteja acometido de doença sexualmente transmissível e acaba por transmitir à vítima, o tipo penal também pode se modificar de acordo com as circunstâncias. Além dessas tipificações expostas, há inúmeras outras que devem ser analisadas com cautela em cada caso concreto.

**(Conclusão)** De acordo com o exposto, conclui-se que a prática abusiva retratada nesta pesquisa é de extrema relevância social, pois pode causar danos diversos para a vítima, como emocionais, financeiros e físicos reais. É necessário que haja uma maior atenção para essa prática considerada moderna, mas que já causa consequências de grandes proporções e levanta discussões em todo o mundo. A legislação deve dar um suporte mais eficaz às vítimas de violência sexual, garantindo maior segurança, principalmente para mulheres e homossexuais que se encontram mais vulneráveis a esse abuso.

**Palavras-Chave:** Stealthing/ Violência sexual/ abuso



**CONIC**

**2017**

CONGRESSO  
DE INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA

**Graduação Engenharia Civil**





## **ANÁLISE DE IMPERMEABILIZANTES VISANDO O AUMENTO DA DURABILIDADE DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO**

**Autor(es):**

*Leticia Gomes Bezerra de Araújo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O concreto é um dos materiais mais utilizados na construção civil, porém existem ambientes extremamente agressivos que podem danificá-lo, por meio da infiltração da água, penetração de cloretos e do gás carbônico, desprotegendo as armaduras, de modo a expor a fenômenos químicos como a corrosão, diminuindo a área de aço das armaduras e a vida útil das estruturas de concreto armado e protendido, dessa maneira se faz necessário a utilização de métodos de proteção anti-corrosiva para a preservação das estruturas.

**(Metodologia)** Neste contexto, a pesquisa trata da aplicação de impermeabilizantes nas estruturas de concreto que tem por objetivo diminuir e retardar a iniciação do processo corrosivo aumentando a proteção das armaduras de aço. O metal de que são feitas as armaduras sofre o processo químico da corrosão de maneira espontânea, o recobrimento de concreto faz com que a corrosão não aconteça, desse modo o concreto possui a funcionalidade de uma barreira físico-química protetora contra aos agentes externos, por apresentar um ph alcalino (por volta de 12, 5). Há diferentes métodos de proteção anti-corrosiva como a proteção catódica, galvanização, pinturas epoxi, aditivos inibidores de corrosão, pinturas de zinco e pinturas de poliuretano e alcatrão de hulha. Um dos fatores extremamente agressivos é a umidade excessiva, devido a ação dos seus íons hidrogênio que diminuem o ph do concreto formando uma micropilha.

**(Resultados)** Nas análises laboratoriais realizadas foram executados nos cps de concreto ensaios de absorção de água com vários impermeabilizantes (acrílicos, cimentícios, silicões e cristalizantes) e diversos tipos de fabricante, sendo comparados seus resultados de absorção com os resultados das absorções iniciais dos cps sem proteção impermeabilizantes. A metodologia consistiu da pesagem dos cps secos e saturados após 48 hs conforme a norma vigente. Após serem verificadas as absorções dos cps com os impermeabilizantes, foram observadas reduções significativas nas absorções correspondentes a cada tipo de pintura impermeável comparada com os cps sem proteção impermeabilizante chegando na análise realizada ao melhor produto de impermeabilização para proteger estruturas de concreto contra a umidade que foi o impermeabilizante foi o silicone de um fabricante A.

**(Conclusão)** Frente a estes resultados, é imprescindível relatar a significativa diminuição da penetração da umidade com a aplicação de um impermeabilizante, reduzindo a interferência do íons no concreto, gás carbônico e água, o que prolonga a durabilidade das estruturas, das armaduras, evitando patologias e a necessidade de serviços de recuperação e reforço estrutural, além da possibilidade da ocorrência de colapsos estruturais.

**Palavras-Chave:** corrosão, concreto, agressividade, impermeabilizante

**AMBIENTAÇÃO SUSTENTÁVEL: UM PROJETO UNI RN**

**Autor(es):**

*Isabella Rose Dantas da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Fabiana Maiany Pinheiro da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN*  
*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** Sustentabilidade, termo usado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. O seu conceito é complexo, haja vista que ser sustentável não é somente buscar a permanência do nosso entorno ecológico através de uma convivência harmônica, é também gerar uma sociedade com mais respeito e solidariedade construindo assim um ambiente comum, participativo e com um olhar de transformação. Nessa perspectiva, o projeto de interiores da “Casa Ecológica”, retratado no documentário, busca promover esta visão de sustentabilidade. Entender que nada é descartável, que a utilidade das coisas é flexível, e que precisamos perceber e compreender nossa temporalidade no mundo, situarmos em um espaço limitado onde tudo que construirmos ou deixarmos de construir terá impacto sobre nós mesmos e também nas gerações futuras.

**(Proposta do roteiro)** O documentário desenvolvido propõe-se agregar identidade interna à Casa Sustentável edificada, relacionando-se com as demais soluções projetuais e construtivas adotadas, que visam à redução de impactos ao Meio Ambiente, e, sobretudo o uso de materiais oriundos de reutilização e reciclagem. Dessa forma, em prol da preservação do meio ambiente foi concebido e executado o Projeto de Ambientação Sustentável da Casa Ecológica, a fim de apresentar uma alternativa de utilizar materiais tais como: Pneu; Garrafa de Vidro; Tubos de Papelão; Caixas de Ovo; Papel reciclado; Caixotes de Feira; Paletes de Madeira; Carretel de Fio; Cadeiras de ferro; Madeira Reaproveitada, etc. Assim, com conscientização e ação observou-se que é possível decorar ambientes, de forma bonita e sofisticada.

**(Efeitos esperados)** O documentário produzido retrata a adoção de ações de sustentabilidade garantem a médio e longo prazo um planeta em boas condições para o desenvolvimento das diversas formas de vida, inclusive a humana. Garante, dessa maneira, os recursos naturais necessários para as próximas gerações, possibilitando a manutenção dos recursos naturais e garantindo uma boa qualidade de vida para as futuras gerações.

**ANÁLISE DE ARGAMASSAS INDUSTRIALIZADAS E REJUNTES DO RIO GRANDE DO NORTE PARA APLICAÇÃO EM SISTEMAS DE REVESTIMENTOS DE FACHADAS E PISOS CERÂMICOS**

**Autor(es):**

*Aline Barboza da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os revestimentos de argamassa em fachadas são majoritariamente usados nos edifícios residenciais de Natal, sendo caracterizados tanto pelo uso intenso, quanto por desempenhar importantes funções estéticas e de proteção do edifício, além de representar importante parcela do custo direto de construção e de manutenção das fachadas. As patologias associadas a elas são certamente um dos problemas que os construtores mais temem, principalmente quando o revestimento cerâmico, põe em risco a vida de pessoas. Ultimamente a ocorrência de descolamentos de placas cerâmicas em Natal (RN), tornou-se alvo de preocupações e discussões entre os engenheiros. O uso impróprio dos materiais, aliado à uma execução mal feita, e a falta de manutenção, tem criado despesas extras aos condomínios de edifícios “jovens” com menos de cinco anos de idade gerando um custo à construção em reparações que poderiam ser inteiramente evitadas, especialmente nas fachadas dos edifícios. A tecnologia de sistemas de revestimentos promove uma contribuição para se atingir desempenho e durabilidade, uma vez que os métodos tradicionais de execução têm resultado em tantos desgastes, custos e problemas judiciais entre construtores e consumidores.

**(Metodologia)** A recuperação das fachadas e a reforma de edifícios estão, cada vez mais, em evidência no mercado imobiliário, devido principalmente aos erros executivos cometidos nas construções e a falta de manutenção preventiva. Ao se realizar uma boa restauração de fachada, os revestimentos em cerâmica chegam a valorizar o imóvel em mais ou menos 40%, além da durabilidade que pode chegar a 30 anos em média, dependendo da manutenção periódica a ser realizada. Os principais problemas existentes na execução de pisos cerâmicos são causados pela deficiência de mão-de-obra, aplicação incorreta de materiais e falta de fiscalização dos serviços de assentamento dos pisos cerâmicos.

**(Resultados)** Este trabalho tem como objetivo avaliar as principais argamassas industriais oferecidas pelo mercado do Rio Grande do Norte medindo e comparando a tensão de aderência das placas cerâmicas aos substratos das argamassas ACI, ACII, ACIII e ACIII-E e piso-sobre-piso com corpos de prova com o auxílio do pull-off, medir o índice de absorção de água das argamassas de rejunte tipo I e tipo II, e verificação do cumprimento das normas brasileiras.

**(Conclusão)** Após a realização dos ensaios feitos no laboratório foi observado que houveram argamassas industriais colantes que não estavam de acordo com o mínimo exigido pela ABNT, ou seja, não podiam estar à venda no mercado. Foi observado também que argamassas de rejuntas de todos os fabricantes estão aptas para uso, ou seja, respeitam o mínimo exigido por norma. Nos condomínios residenciais que foram feitos testes de aderência da pastilha cerâmica a argamassa, foram obtidos em sua totalidade resultados abaixo da norma técnica, justificando as quedas constantes das pastilhas cerâmicas.

**Palavras-Chave:** Cerâmica. Aderência. Argamassa.

## ANÁLISE DE ESTRUTURA EM CONCRETO PRÉ MOLDADO: UM ESTUDO DE CASO

### **Autor(es):**

*Shardson Alves Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Bruno Silva Freitas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O uso de pré-moldados vem aumentando cada vez mais, pois é necessário menos mão - de - obra, possui uma maior resistência, rapidez de execução e precisão dimensional. Distinguir as forças e carregamentos nos quais uma estrutura estará sujeita é de fundamental importância na engenharia civil, de modo que o conhecimento prévio dos esforços solicitantes de uma estrutura será o ponto de partida para um correto dimensionamento; prevenindo desde pequenas falhas, até um colapso total na estrutura. Além disso, evita-se o emprego de excessivos reforços estruturais, acarretando assim em uma economia de recursos financeiros e materiais. No campus do UNI-RN é possível visualizar uma estrutura que serve de cobertura para as piscinas, concebida através do processo de construção com pré-moldados. Desse modo, viu-se a oportunidade dessa estrutura ser analisada, aplicando-se parte dos conteúdos teóricos estudados até o momento, nas várias disciplinas que englobam o conhecimento em análise estrutural, realizando também, em contrapartida, uma revisão na estrutura supracitada, de forma a possibilitar a identificação de eventuais falhas ou apenas a reafirmação do seu correto dimensionamento estrutural.

**(Metodologia)** Foram realizadas aferições das medidas da estrutura da cobertura da piscina, além disso, foi traçado o perfil geométrico da estrutura. Então, foram gerados os diagramas de esforço cortante, momento fletor, forças normais, assim como as determinações das linhas elásticas. Dessa maneira, os pontos críticos da estrutura foram determinados. Além disso, os carregamentos que a estrutura está submetida foram estimados da seguinte maneira: o peso do telhado (1,22x0,5 m) 7,3 KN, o peso de cada pilar é de 12,5 KN e cada viga é de 30 KN. A força do vento foi estimada com base na NBR 6123, onde encontramos o valor de 359,74 N/m<sup>2</sup>.

**(Resultados)** Após as devidas medições realizadas no local, foi possível identificar que a estrutura é formada por três pórticos, constituída por pilares de seção retangular (0,2m x 0,5m x 5m), vigas triangulares tendo sua maior seção no ponto central e servem de sustentação para as terças, que por sua vez recebem a cobertura do telhado de fibrocimento. E após o tratamento dos dados no software. Foram observados que os pontos críticos, devido aos carregamentos submetidos estão localizados na junção viga-pilar, onde ocorre os maiores valores de momento fletor, por conta do telhado e do vento.

**(Conclusão)** Notamos que o uso do concreto pré-moldado nesse tipo de edificação está amplamente relacionado a uma forma de potencialização econômica e de tempo de execução; além de que, quando a edificação for executada e dimensionada de forma correta, o concreto pré-moldado se mostra como extremamente confiável e duradouro. No caso do presente estudo, foram identificados pontos na estrutura onde os carregamentos e forças estão mais concentrados; estando dentro de valores aceitáveis. Porém, eventualmente podem ser alvos de uma maior manutenção preventiva ou reforço estrutural, quando necessário.

**Palavras-Chave:** Análise Estrutural. Carregamentos. Concreto. Pré-moldados.

## **AUTOMAÇÃO RESIDENCIAL SUSTENTÁVEL**

### **Autor(es):**

*Cyntia Angélica Mesquita Nunes Torres: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Adler Lucian Torres Gomes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A população mundial vem crescendo ano após ano. Com isso a sociedade vem se desenvolvendo de uma forma desordenada e sem planejamento, gerando um impacto negativo no meio ambiente. Como exemplo, podemos citar, o aquecimento global e a poluição do ar. Com isso, nos últimos anos o termo sustentabilidade está sendo objeto de estudo em âmbito mundial. Mas o que é sustentabilidade? Esse termo nada mais é, que um conjunto de atividades e ações que o ser humano deve adotar que garanta a sua sobrevivência sem comprometer o futuro das próximas gerações. Ou seja, o homem deve usar os recursos disponíveis da natureza, porém de uma maneira inteligente, sem agredi-la. Pensando na sustentabilidade, o propósito desse trabalho é desenvolver um sistema sustentável que será aplicado em uma residência unifamiliar. Esse sistema contará com: --> Aproveitamento da água da chuva e da água produzida pelos ar condicionados: Consiste em aproveitar toda água produzida pelos ar condicionados da residência e a água da chuva. Essas águas serão armazenadas em uma cisterna; --> Reuso das águas que seria descartada: Consiste em aproveitar todas as águas que seria descartada (do banho e da máquina de lavar roupa). Para isso será feito um sistema de tratamento que possa tratar essa água. Depois de tratada essa água será armazenada em um reservatório, para que possa ser aproveitada no vaso sanitário e também na lavagem de roupa; --> Automação das partes funcionais de uma residência: Consiste em integrar todos os equipamentos eletrônicos da residência a um sistema. Esse sistema será capaz de facilitar tarefas, que antes, dependiam exclusivamente de uma pessoa para ser executada. Como exemplo podemos citar a irrigação de um jardim. Antes, para que um jardim fosse irrigado, dependeria exclusivamente de uma pessoa. Com esse sistema, a irrigação será feita automaticamente, no dia e hora programado. Outro exemplo que podemos citar e o acionamento automático das lâmpadas de uma residência. Esse sistema será capaz de identificar se existe alguém em determinado cômodo, se sim o sistema liga as lâmpadas, se não, o sistema desliga as lâmpadas tudo automático; --> Implantação de energia renovável: Consiste em implantar uma fonte alternativa de energia elétrica. Nesse projeto, será usado a energia solar.

**(Metodologia)** Este trabalho foi dividido em 4 etapas: Estudo teórico; Desenvolvimento do projeto; Implantação do sistema; Testes. A residência unifamiliar que será implantado este projeto se localiza no condomínio Bosque dos Pássaros, na própria residência do autor e se tornará ao final do projeto uma residência automática sustentável.

**(Resultados)** Já foi implantado na residência um sistema de irrigação automático, e foi observado que houve uma economia de 30% de água na irrigação das plantas.

**(Conclusão)** Como o projeto está na fase inicial, ainda não contém conclusão.

**Palavras-Chave:** Sustentabilidade, Automação, Residencial.

## BLOCO DE SALAS DE AULA UTILIZANDO CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

### **Autor(es):**

*Fabiana Maiany Pinheiro da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN  
Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) promove vários eventos e projetos associados à preservação do meio ambiente através do UNI-RN Sustentável. Visando a necessidade de novas salas de aula, para suprir a demanda e crescimento dos cursos ofertados na instituição, foi criado o anteprojeto de ampliação de um bloco de salas já existente, para que a área verde não fosse afetada. Critérios de sustentabilidade vêm sendo utilizados por profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo e, engenharia civil, porém, de forma pouco explorada. No anteprojeto foram analisados diversos parâmetros para torná-lo o primeiro centro universitário a utilizar de maneira consciente os recursos naturais disponíveis em suas instalações físicas. Para isso utilizaremos energia renovável através de placas solares que farão o abastecimento da iluminação e da refrigeração. Implantaremos também filtros de brita e carvão ativo que receberão as águas dos ralos de pias e bebedouros deste bloco de aulas, assim como as águas da chuva. Depois as mesmas serão encaminhadas para uma cisterna e bombeadas novamente para a caixa d'água.

**(Metodologia)** Este trabalho foi idealizado devido à necessidade de espaço físico para novas salas de aula, além de laboratórios, que atendessem o curso de Arquitetura e Urbanismo. Foram realizadas pesquisas bibliográficas com informações fundamentais para o entendimento do leitor sobre o tema em questão através da abordagem social e técnica. Com o intuito do anteprojeto proposto ser melhor compreendido foi desenvolvida uma maquete física, a qual é uma miniatura tridimensional de uma obra arquitetônica, modelada com os mais diversos tipos de materiais e ferramentas para melhor representar o projeto elaborado.

**(Resultados)** O projeto tem como base os princípios de sustentabilidade em recursos hídricos e elétricos. Nos recursos hídricos mostraremos de maneira clara e objetiva o aproveitamento de águas em sistema de captação de águas pluviais através da cobertura, condicionador de ar e águas servidas dos bebedouros e das pias dos banheiros, que passarão por filtros e serão armazenadas em uma caixa para reuso. No tocante ao aproveitamento de energia elétrica, iremos dimensionar a instalação para serem utilizadas placas de captação de energia solar, a qual será convertida em energia elétrica e utilizada na distribuição da rede de iluminação das salas de aula. Com isso esperamos reduzir ao máximo os impactos ambientais.

**(Conclusão)** Um bloco de laboratórios e salas de aulas com características sustentáveis é uma necessidade que deve ser satisfeita sem comprometimento dos ecossistemas existentes. De modo a reduzir a proporção de uso e desperdício dos recursos naturais, melhorando a qualidade de vida dos usuários desses ambientes, sem comprometer o meio ambiente no UNI RN. Podemos concluir que o reaproveitamento dos recursos naturais, além de beneficiar o meio ambiente, garante o bem-estar aos seus usuários.

**Palavras-Chave:** reaproveitamento de recursos hidricos, energia renovaveis e meio ambiente.

## COMPÓSITOS DO FUTURO: O CONCRETO AUTO-CURÁVEL

### **Autor(es):**

*Luiz Vidal VerÃssimo de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Taisa Maria Pimentel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Erick Lopes Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*NatÃjlia VerÃssimo de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O concreto é um dos materiais mais consumidos pelo homem no mundo, devido a sua vasta aplicabilidade, baixo custo, boa resistência e trabalhabilidade. Por ser um compósito, podem ser introduzidos em sua composição vários elementos químicos, que modificarão suas propriedades, melhorando seu desempenho na área desejada. Elementos estruturais estão sujeitos a esforços em todo momento, deste modo, terminam por desgastar-se, criando microfissuras internas. Estas microfissuras geram problemas à curto prazo, porém, a permeabilidade, e, a entrada de produtos químicos podem afetar a matriz estrutural ao longo prazo. Com isso, tornou-se necessário um tratamento inicial para evitar recuperações futuras. Com este intuito, surge o concreto auto-curável, capaz de selar as fissuras internas da estrutura utilizando como base o encapsulamento bacteriano. O objetivo do presente trabalho é discorrer a cerca do processo de aplicação do encapsulamento bacteriano no concreto, características, microestrutura e propriedades do material. Além de comparar suas propriedades mecânicas com o concreto usual.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, focada em artigos publicados em revistas e jornais.

**(Resultados)** Pequenas fissuras na superfície do concreto podem deixar a estrutura vulnerável devido à ação da umidade, diminuindo assim a vida útil da estrutura. Existem algumas maneiras de reparar o concreto, no entanto podem ser muito caras e trabalhosas. O concreto auto regenerável pode ser então a solução para os problemas de deterioração destas estruturas. Após diversas pesquisas, encontraram-se bactérias resistentes as condições peculiares presentes na composição do concreto, as bacillusphaericus. Assim, incorporando-as juntamente com outras matérias primas, conseguiu-se atingir o objetivo esperado, a "cicatrização" de microfissuras geradas pela retração ou desgaste natural do concreto. Tal efeito só se torna possível, após ocorrerem diversas reações químicas internas na estrutura, que possuem como resultado final o calcário, responsável por selar as aberturas. Então com a microestrutura alterada, este concreto adquire propriedades diferentes em relação ao concreto usual, como características mais dúcteis e melhor resistência à tração e compressão.

**(Conclusão)** Fundamentado em todas as pesquisas realizadas, pode-se concluir que concreto auto-curável é um material revolucionário. Com composição química diferenciada, processo de fabricação e microestrutura particular, esse novo tipo de concreto apresenta propriedades diferenciadas. Melhores resultados a tração/compressão, ampla vida útil da estrutura e combate a corrosão das armaduras são algumas das inovações mais positivas nesse novo material. Embora possua um custo elevado, sabe-se que em alguns estados do nordeste do Brasil os gastos com recuperação em obras degradadas aproximam-se de 3 milhões de dólares. Dessa forma, a utilização deste novo concreto, em algumas estruturas, pouparia tempo, compensando os gastos iniciais.

**Palavras-Chave:** Bactéria. Concreto. Auto-curável. Bacillusphaericus. Microfissuras. Calcário.

**CONFEÇÃO DE TIJOLOS DE ALVENARIA DE ADOBE COM A UTILIZAÇÃO DE FIBRAS COMO MEIO ALTERNATIVO PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL DE BAIXO CUSTO NO RN - ESTADO DA ARTE**

**Autor(es):**

*Elias Trindade de Brito: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Kleyton de Oliveira Lima : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O início da civilização humana foi marcado por muitos processos revolucionários: como a descoberta do fogo, a comunicação por escrita, a confecção de ferramentas, e a construção de abrigos. Evidenciando o processo construtivo desses povos, podemos citar os nômades que não viam necessidade de melhoramento de seus abrigos temporários (tendas), que facilmente podiam ser montadas e/ou desmontadas sem muita dificuldade. Ainda hoje podemos evidenciar civilizações que passam a viver de modo sedentário, evidenciando a necessidade de moradias mais robustas, já que passam toda a sua vida naquele mesmo local. Assim nasceram os processos construtivos advindos da terra, sendo o mais comum e largamente utilizado até a atualidade, o tijolo. O tijolo nasceu da junção simples do solo com a água – tijolo cru, moldados em fôrmas irregulares de madeira, de formato prismático e processo de exsudação ao ar-livre, mas com o passar do tempo e algumas centenas de aplicações nas mais variadas obras, notou-se um problema. Após sua moldagem ele se tornava frágil, um tanto quebradiço, levando assim as alvenarias a serem facilmente danificadas sem muito esforço, como também, qualquer sismicidade e/ou acomodação do solo, causando trincas e fissuras nas mesmas. Com o passar do tempo, percebeu-se que ao se adicionar fibra vegetal, palha ou capim à mistura, sua resistibilidade a esforços, tinham significativo aumento. Esse meio construtivo seria denominado, adobe.

**(Metodologia)** O objetivo da pesquisa é compreender o comportamento do bloco de adobe, concernente aos esforços de compressão, de maneira a criar um modal executivo de fabricação do mesmo visando a sua execução em obras obtendo a certificação pela entidade de normatização brasileira, a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, através de norma técnica específica. Trazendo assim a possibilidade de aplicação do adobe em construções em locais remotos do território potiguar, trazendo uma solução ao déficit habitacional existente para a massa populacional. Serão feitos ensaios laboratoriais dos quais, serão moldados corpos de prova verificando os percentuais de cada matéria-prima empregada, para terminação do modal, utilizando-se inicialmente fibras vegetais e realizando ensaios de compressão e de absorção de água, posteriormente serão feitas inserções de novos tipos de fibras, para determinar quais apresentam melhor comportamento aos esforços externos.

**(Resultados)** Baseado na norma técnica peruana 080, os tijolos de adobe são usados para a alvenaria, em populações de baixo custo sendo sua aplicação de interesse social, não podendo ser aplicados em solos granulares soltos, coesivo brandos, nem argilas expansivas, tão pouco em locais de inundações ou instabilidade geológica, dependendo da pouca espessura de muros, devem ser colocados reforços para que melhorem o comportamento integral da estrutura. O Adobe convencional é constituído de 10% a 20% de argila, 15% a 25% de limo (fibra) e 55% a 70% de areia, não devendo utilizar solos orgânicos, devendo ser maciço e só se permitindo furos perpendiculares a sua face de acento, que não ultrapassem 12% de sua face, devendo estar em perfeitas condições. As proporções de comprimento do mesmo devem ser o dobro da espessura para tijolos retangulares, e a relação de largura e altura deve ser de 4:1, se possível a altura deve ser maior que 8 cm, devendo umedecer e aguardar 24 horas na sombra antes de sua confecção.

**(Conclusão)** De acordo com as informações prévias pesquisadas na norma peruana citada sobre as condições para a utilização do adobe para a confecção e a sua utilização em edificações, podemos constatar que o clima do Rio Grande do Norte é adequado para receber construções com essas características e como benefícios para a população local, podemos citar além do baixo custo, a climatização proporcionada no interior das residências confeccionadas com esse material.

**Palavras-Chave:** Alvenaria, Adobe, baixo custo, fibras.

## DURABILIDADE DE ESTRUTURAS METÁLICAS EM RELAÇÃO A CORROSÃO E AO FOGO.

**Autor(es):**

*Karen Beatriz Mendonça Fernandes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A construção civil está cada vez mais avançada com o passar dos anos utilizando máquinas que aceleram a conclusão das obras. Ao se utilizar estruturas metálicas em uma obra, por um lado este processo construtivo dá mais resistência e mais rapidez em seu prazo de conclusão, mais por outro lado apresenta o problema da sua durabilidade do seu material por entrar em oxidação com agentes externos como o gás carbônico e os cloretos, além do aço ser suscetível à ação do fogo. Quando um metal é submetido a grandes temperaturas e a corrosão ele perde propriedades químicas e físicas fazendo com que sua estrutura fique mais fácil de se degradar. Por esses dois pontos serem as principais dificuldades de se utilizar as estruturas metálicas é importante se estudar como que podemos solucionar estes problemas. No Brasil as estruturas metálicas ainda são pouco utilizadas, diferentemente de muitos outros países nos quais a maioria de suas obras estão sendo utilizadas essas estruturas. O fator que mais faz dificultar a utilização das estruturas metálicas no Brasil é a temperatura que os metais serão submetidos, e principalmente nas cidades litorâneas a corrosão pela oxidação causada pela maresia das praias, lagoas, rios entre outros. Porém são pouco estudados casos nos quais são utilizadas proteções catódicas, pinturas anti-corrosivas e impermeabilizantes, além de pesquisas científicas comprovadas in-loco ou em laboratório sobre as proteções passivas utilizadas nestas estruturas. Sendo o principal objetivo deste trabalho estudar as metodologias executivas para aumentar a durabilidade a corrosão e ao fogo das estruturas metálicas, com comprovação técnica in-loco e em laboratório.

**(Metodologia)** Serão feitas análises das especificações de projeto para os materiais metálicos, de aplicação de revestimentos contra a corrosão e de proteção a ação do fogo in-loco em estruturas metálicas existentes em nosso estado, como a Concessionária Hyundai, Galpões Metálicos, Coberturas Metálicas e Shopping Centers, além de ensaios em perfis metálicos no laboratório de materiais de construção do UNI-RN com aplicação de diversos revestimentos contra a corrosão e contra ao fogo. Os materiais para proteção contra a corrosão que serão analisados são perfis metálicos compostos por aço-carbono comuns com adição de níquel, vanádio e nióbio, pois eles tem uma resistência a corrosão atmosférica de até oito vezes maior que os comuns. Ou seja, podemos utilizar vários produtos químicos que protegem a camada onde está sendo aplicada a corrosão, já os materiais que serão analisados contra a ação do fogo são as proteções passivas de manta de fibra cerâmica, flocos de fibra cerâmica, concreto projetado e argamassa projetada.

**(Resultados)** Os resultados já comprovados in-loco nas obras citadas no Rio Grande do Norte são um aumento da durabilidade e da proteção contra a ação do fogo e da corrosão nas estruturas metálicas, aumentando assim a viabilidade técnica da aplicação destas estruturas, gerando uma desmistificação cultural da não aplicabilidade deste sistema construtivo pela cadeia da construção civil. Para corroborar com os resultados obtidos in-loco, serão ao final do trabalho apresentados os resultados dos ensaios de corrosão e de resistência ao fogo feitos em laboratório, utilizando a ação de aspersão de cloretos e da ação da temperatura em estufa nos respectivos perfis metálicos utilizados nas obras citadas com vários revestimentos já citados para cada caso específico.

**(Conclusão)** Baseado nos resultados obtidos em laboratório e in-loco, será obtida uma a viabilidade técnica da aplicação destas estruturas, gerando uma desmistificação cultural da não aplicabilidade deste sistema construtivo pela cadeia da construção civil.

**Palavras-Chave:** In-loco, oxidação, anti-corrosivas, revestimento.

**GRANITO E MARMORE ECOLOGICO; UMA ALTERNATIVA DE REUSO**

**Autor(es):**

*Fabiana Maiany Pinheiro da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** “Sustentabilidade”, seu conceito é complexo, pois engloba variáveis relacionadas a questões socioeconômicos, culturais, energéticos e ambientais. Sob essa visão, no rio grande do Norte, o setor de construção civil vem aplicando estratégias de redução de impactos ambientais. O presente documentário, tem como objetivo principal, apresentar uma proposta de como reaproveitar as sobras de rochas ornamentais, que hoje são desprezadas. Utilizando o projeto de desenvolvimento de uma nova placa, através do uso de mármore e granito, que foram reaproveitados de onde provavelmente seriam destinados aos aterros-sanitários.

**(Proposta do roteiro)** O roteiro propõe apresentar ao expectador um projeto ousado de reaproveitamento, através das sobras de rochas ornamentais. Foi construída uma peça (bancada de pia), que será utilizada para comprovar a eficiência da proposta do projeto sustentável original, e conta com materiais de alta resistência, como as sobras de mármore e granito, a resina epóxi, e a fibra de vidro.

**(Efeitos esperados)** O vídeo clip, mostra que com esse compósito é possível reduzir aproximadamente 90% dos rejeitos das marmorarias. Tornando assim menor o índice de poluição, através da mesma.

**METODO CONSTRUTIVO: STEEL FRAME**

**Autor(es):**

*Letícia Maciel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Kaio de Carvalho Dias: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Isabella Rose Dantas da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Cyntia Angélica Mesquita Nunes Torres: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Ana Clara Azevedo de Andrade: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** O objetivo desse documentário é passar ao espectador o conceito de steel frame e relatar suas vantagens e desvantagens em relação ao método construtivo convencional.

**(Proposta do roteiro)** Steel frame é um método construtivo que utiliza aço galvanizado como principal elemento construtivo. Esse método possui inúmeras vantagens em relação ao método construtivo convencional usado no Brasil. Dentre elas, podemos citar a leveza da estrutura, tempo de execução em relação a forma construtivo convencional dentre outras vantagens. A principal desvantagem é pelo fato de ser uma forma construtiva inovadora no Brasil, onde a mão e escassa por poucos ser conhecido. Além disso tem a desvantagem de não poder construir, mas que 5 andares.

**(Efeitos esperados)** O principal método construtivo usado no Brasil é o cimento e tijolo. O intuito desse documentário é passar ao telespectador que existe outros métodos construtivos que podem ser usados para a construção de uma edificação. O telespectador irar descobrir como o steel frame está mudando o jeito de construir edificações no Brasil em tempo reduzido.

## NORMALIZAÇÃO DOS REFORÇOS DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO COM MATERIAIS COMPÓSITOS

**Autor(es):**

*Igor Vitorino da Luz: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O reforço em estruturas de concreto armado com sistemas compósitos FRP ("Fiber Reinforced Polymer"), ou polímero reforçado com fibra, é um assunto que vem sendo tratado com bastante relevância atualmente. Porém, como consequência da ausência de uma norma brasileira que aborde a execução dessa técnica é comum o aparecimento de patologias. Sendo assim, foi identificada a necessidade de se propor para normalização metodologias de ensaios para padronização da etapa de execução. Entre os diversos tipos de materiais compósitos aplicados em reforços de estruturas de concreto armado na construção civil, os mais usuais são: compósitos de matriz polimérica reforçados por fibras de vidro, compósitos de matriz polimérica reforçados por fibras de carbono e compósitos de matriz polimérica reforçados por fibras de aramida. A matriz polimérica é uma resina epoxídica que tem como funções unir as fibras, proteger as fases do compósito das agressões do meio ambiente e transferir as solicitações para às fibras. Esses materiais compósitos podem estar tanto na forma de prepreg (tecido de fibra pré-impregnado com resina epóxi) quanto na forma de manta.

**(Metodologia)** As metodologias de análise consistiram na sondagem acústica e no pull-off. Ambos os ensaios foram realizados em um total de 30 corpos-de-prova de dimensões 5x10 cm. Os 15 primeiros corpos-de-prova tiveram como reforço a manta de fibra de vidro tradicional, onde 5 corpos-de-prova foram expostos a um ambiente marinho da orla marítima de Natal-RN e 10 não foram expostos à névoa salina. Os outros 15 corpos-de-prova foram reforçados com compósito prepreg de fibra de vidro à base de epóxi com, também, 5 corpos-de-prova expostos a um ambiente marinho da orla marítima de Natal-RN e 10 não expostos à névoa salina.

**(Resultados)** Posteriormente a realização dos ensaios de sondagem acústica, verificou-se a inexistência de delaminações e bolhas de ar nas amostras analisadas. Após a execução do ensaio de pull-off, observou-se que os corpos-de-prova reforçados com o compósito de fibra de vidro pré-impregnada à base de epóxi apresentaram tensões máximas superiores às obtidas com a manta de fibra de vidro tradicional, consequentemente uma maior aderência, com a formação de uma menor área de fratura. Verificou-se, ainda, que a manta de fibra de vidro tradicional apresentou descolamento da interface manta/concreto, ao contrário do compósito de fibra de vidro pré-impregnada.

**(Conclusão)** É muito importante que tenhamos uma norma brasileira para direcionar os profissionais que atuam no reforço de estruturas de concreto armado com sistemas compósitos, de maneira que não venham a ocorrer erros de execução. Neste trabalho foi comprovado que uma correta aplicação dos reforços pode promover a ausência de falhas grosseiras, tanto na manta de fibras de vidro tradicional quanto no prepreg de fibra de vidro à base de epóxi, haja vista a ausência de delaminações e bolhas de ar nas amostras analisadas. Com isso há um favorecimento na transferência dos carregamentos entre a estrutura de concreto e o reforço, promovendo uma ação bem combinada entre ambos. Como o trabalho ainda está em fase de desenvolvimento, subsequentemente serão realizadas as mesmas metodologias de ensaios para os reforços de fibra de carbono e de aramida e, em seguida, será encaminhada a proposta de normalização à ABNT.

**Palavras-Chave:** Aderência. Compósito. Concreto. Fibra de vidro.

## O ESTADO DA ARTE DO CONCRETO PROTENDIDO NO RIO GRANDE DO NORTE

**Autor(es):**

*Cristiane Rodrigues da Silva Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Para disseminar a história da engenharia civil no Rio Grande do Norte com foco na história das duas primeiras construções que utilizaram a protensão, ou o concreto protendido, em seus projetos estruturais, discutiremos aspectos gerais da primeira obra pública, a Nova Catedral de Natal e a primeira obra privada, um residencial que possui quatro torres com vários pavimentos - o Residencial Paris, que levaram a escolha desta solução construtiva.

**(Metodologia)** A metodologia deste trabalho é pesquisa bibliográfica através de livros físicos e digitais, além de visitas as construções.

**(Resultados)** A estrutura de protensão é feita por cabos de aço aplicados no cimento ainda não curado. Cabos atravessam toda a estrutura – viga ou laje – passando hora na parte superior, hora na parte inferior, definidas a partir da solicitação do momento fletor. O tensionamento dos cabos se dá através de macacos hidráulicos e só é iniciado após o concreto ter atingido uma resistência mínima dimensionada pelo calculista do projeto. A utilização do concreto protendido permite a execução de grandes vãos livres, o controle e redução de deformações, execução de projetos arquitetônicos ousados, estruturas de menor peso próprio e mobilidade de executar mudanças na posição das alvenarias. A primeira edificação pública com sistema estrutural em concreto protendido executada no Rio Grande do Norte foi a Catedral de Natal. A concepção, a supervisão técnica e a execução foram respectivamente do arquiteto Marconi Grevy, do engenheiro calculista José Pereira da Silva e do engenheiro Malef de Carvalho. A edificação da Catedral era um desafio: Começando pelo vão livre com 60 metros, exigidos pela nave que deveria ter a capacidade de acomodar três mil pessoas, adicionado a uma estrutura de cobertura com nove vigas convergentes inclinadas e com geometria de forma parabólica - vigamento fortemente desnivelado em 20m de altura, pilares com elevada excentricidade e seções de dimensões distintas ao longo do comprimento destas vigas. Todos estes aspectos peculiares do projeto convergiram para a escolha do concreto protendido. O primeiro edifício com vários pavimentos construído em concreto protendido foi o residencial Paris, está localizado em Lagoa Nova, Natal-RN. Pertence ao portfólio da Construtora Norte Brasil Ltda, empresa privada representada na época pelos engenheiros Sadock Albuquerque e Fernando Garibaldi, solicitou projeto estrutural ao engenheiro José Pereira da Silva, ambos empreendedores, decidiram utilizar a técnica da protensão no conjunto de quatro torres que compunham o residencial. A forma alongada em planta permitiu o lançamento de uma estrutura protendida que possuía duas vigas chatas longitudinais invertidas, com seção transversal de 1,20mx0,40m interligadas por uma laje central e duas lajes em balaço, também protendidas, tinham espessura constante de 12cm. Esse conjunto estrutural permitiu o aproveitamento do rebaixo entre vigas para alojar as tubulações. Ambos projetos estão em pleno funcionamento e não apresentaram patologias que estejam relacionadas a utilização da protensão.

**(Conclusão)** A técnica protensão consiste basicamente em dar tensão aos cabos de aço antes da cura do concreto. O tensionamento dos cabos se dá através de macacos hidráulicos e só é iniciado após o concreto ter atingido uma resistência mínima que é dimensionada pelo calculista do projeto. A utilização do concreto protendido permite a execução de grandes vãos livres, o controle e redução de deformações, execução de projetos arquitetônicos ousados, estruturas que se deseje menor peso próprio e mobilidade de executar mudanças na posição das alvenarias. A primeira obra de edificação pública em concreto protendido executada no Rio Grande do Norte foi a Catedral de Natal. O primeiro edifício com vários pavimentos construído em concreto protendido foi o residencial Paris.

**Palavras-Chave:** Protensão. Concreto. Protendido.

## PROPOSTA DE REAPROVEITAMENTO MÁRMORE E GRANITO

### **Autor(es):**

*Fabiana Maiany Pinheiro da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O conceito de sustentabilidade tem sua origem relacionada ao termo “desenvolvimento sustentável”. No Brasil, este setor vem desenvolvendo estratégias de redução de impactos ambientais, e uma delas é a utilização de projetos de reaproveitamento de rochas ornamentais. As placas de granito e mármore chegam à marmoraria em lâminas já cortadas e polidas, em tamanho e espessura aproximados - de 1,6 m a 3,0 m com 0,025 m. as mesmas ainda sofrem cortes para atender a necessidade de cada cliente. A partir destes cortes surgem as pilhas de rejeitos, que são uma média de 3 caçambas de entulhos por semana em cada marmoraria, somente na cidade do Natal. Já são produzidos pisos, painéis e fachadas, pó de mármore entre outros. Porém algumas marmorarias do Rio Grande do Norte, alegam que o investimento em maquinário para estes fins é extremamente absurdo, e que o retorno deste não é retardado, e ainda teriam que contratar ou capacitar, um profissional apenas para esta utilidade, o que não seria nada viável. Pensando em uma solução, onde não fosse preciso um investimento tão alto, surgiu o desafio de produzir, uma nova placa a partir dos rejeitos usando as diversas cores presentes no granito e no mármore. Integrando arte e beleza sem perder a resistência, que no caso é um dos elementos principais. Contudo esse rejeito pode ser transformado, em uma nova placa personalizada em conjunto de duas, ou mais cores. As placas podem ser utilizadas da mesma forma que as demais retiradas da natureza, pois são tão resistentes quanto as mesmas.

**(Metodologia)** Foi desenvolvida uma peça física de 0,60m x 0,43m, á qual é definida com um esboço ou corpo de prova, do que seria a nova placa sustentável a partir dos rejeitos do mármore e granito, modelada com resina epóxi, fibra de vidro e, sobras do mármore e do granito, para melhor representar o projeto solicitado, de forma a orientar os profissionais da área sobre a importância de implantar essas peças em seus projetos. Então, pesquisas bibliográficas foram feitas com informações relevantes sobre o tema, procurando um embasamento técnico, assim como experiências anteriores e relatos de casos.

**(Resultados)** Com a peça construída, foi possível notar que a placa atua de maneira satisfatória, sendo capaz tanto de se sustentar de maneira esperada, quanto de suportar cargas externas aplicadas de maneira a simular sua aplicação prática, sem ultrapassar seus limites aceitáveis.

**(Conclusão)** Foi possível concluir que os rejeitos de mármore e granito, quando modeladas juntamente com a resina epóxi e a fibra de vidro, tiveram um desempenho satisfatório e mostraram-se adequados para a aplicação em diversas ocasiões, inclusive de maior porte, na construção civil. Além disso, através da reutilização desses materiais que seriam descartados, uma nova alternativa sustentável apresenta-se tendo como fim a diminuição do impacto ambiental da cadeia produtiva no Rio Grande do Norte.

**Palavras-Chave:** marmore, granito, resina epóxi e sustentabilidade

## REFORÇOS DE FUNDAÇÕES E CONTENÇÕES

**Autor(es):**

*Samuel Ribamar de Lima Lopes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A escolha do tipo de reforço a ser adotado vem em decorrência do diagnóstico alcançado e da experiência e julgamento dos profissionais envolvidos no problema. A definição do tipo a ser aplicado deve ficar sujeita a condicionantes técnicas, econômicas, de exequibilidade e de segurança. Todos esses fatores preconizam a contratação de um projetista experiente. Similar e até mais importante que na área das fundações, existe a contratação e execução do ATO (Acompanhamento Técnico de Obra), que efetua os ajustes e correções de obra em tempo real. Os principais tipos de reforços estruturais utilizados para fundações são: execução de encamisamento das fundações rasas com introdução de novas armaduras, execução de estacas através do jet-grouting, execução de estacas mega, raiz, laterais, pré-fabricadas, metálicas e de micro estacas, injeção de pasta de cimento ou produtos reativos como o polissulfato de sódio e o sulfeto de alumínio visando aumentar a capacidade de carga do solo. Parâmetros importantes para as obras de reforço e contenção, como a qualidade e o atendimento às normas técnicas, estão sendo subjugados em prol do custo mais baixo. Por outro lado, o mercado oferece uma quantidade cada vez maior de sistemas. Hoje em dia o principal parâmetro de escolha do sistema de contenção é custo. A qualidade e o atendimento às normas estão de lado. Reflexo do arrocho econômico que afeta a construção civil. A escolha dos consultores, projetistas, fornecedores e executores são relacionados pela confiança. Um bom projeto de contenção tem de prever a sondagem, o comportamento das águas do subsolo e as possibilidades de infiltração de água de chuva e das redes hidro sanitário. Os maiores riscos envolvidos são o de deformação excessiva e de ruptura. Os principais tipos de reforços estruturais utilizados para contenções são: execução de introdução de telas de aço com posterior aplicação de concreto projetado com injeção de pasta de cimento no aterro atrás da contenção, execução de introdução de telas de aço com posterior aplicação de concreto projetado, execução de tirantes protendidos com vigas de coroamento com posterior introdução de telas de aço e concreto projetado, criação de estruturas de concreto armado ou ciclópico.

**(Metodologia)** Esse artigo tem o seu desenvolvimento baseado em revisões bibliográficas relacionando o tema de patologias nas fundações e contenções, os estudos de casos que foram realizados na cidade de Natal e no município de Macau, onde foram averiguadas as patologias nas estruturas de fundações e contenções de tais locais.

**(Resultados)** As patologias encontradas na cortina de contenção da praia de areia preta foram: corrosão nos tirantes, deformação excessiva, perda do revestimento das armaduras e deformação na parte posterior da cortina. O método utilizado para o reforço da cortina foi a execução de introdução de telas de aço com posterior aplicação de concreto projetado com injeção de pasta de cimento no aterro atrás da contenção, execução de introdução de telas de aço com posterior aplicação de concreto projetado, execução de tirantes protendidos com vigas de coroamento com introdução de telas de aço e concreto projetado.

**(Conclusão)** Em virtude disso, para evitar problemas nas fundações e contenção, este trabalho tem como intuito apresentar assuntos referentes às subfundações que abrangem tanto a substituição como os reforços de fundações existentes, tais tipos de serviços visam recuperar ou aumentar a segurança da fundação original, devido ao seu possível mau desempenho.

**Palavras-Chave:** REFORÇO, CONTENÇÕES E FUNDAÇÕES

## RESPONSABILIDADE CIVIL NA CONSTRUÇÃO CIVIL

### **Autor(es):**

*Cyntia Angélica Mesquita Nunes Torres: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Adler Lucian Torres Gomes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** O vídeo tem a finalidade de mostrar a ausência do poder público, onde se faz necessário uma maior atuação do mesmo, diante de diversas intercorrências na prestação de serviços públicos. De fato, quando alguém pronuncia o termo responsabilidade, logo induz de imediato a circunstância de que alguém, é responsável, e deve responder perante a ordem jurídica em virtude de algum fato ocorrido. Tem-se observado uma crescente omissão do Estado diante de diversos empreendimentos construtivos, denominado como de responsabilidade no Estado do Rio Grande do Norte.

**(Proposta do roteiro)** A filmagem foi realizada com intuito de mostrar ao público norte rio-grandense, como se encontra o calçadão e a cortina de uma de nossas praias urbanas, sendo a praia de Miami Beach escolhida para o documentário.

**(Efeitos esperados)** A proposta do vídeo é trazer como foco à responsabilidade civil do Estado, onde vale dizer que o Estado é civilmente responsável por danos causados a terceiros. Quando se trata do Estado, como pessoa jurídica, é um ser intangível. Somente se faz presente no mundo jurídico através de seus agentes, pessoas físicas cuja conduta é a ele imputada. O Estado, por si só, não pode causar danos a ninguém. Entretanto, esperasse uma maior participação da sociedade na efetivação dos seus direitos.

## RESPONSABILIDADE CIVIL NA CONSTRUÇÃO CIVIL: REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

### **Autor(es):**

*Cyntia Angélica Mesquita Nunes Torres: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Adler Lucian Torres Gomes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A responsabilidade civil, também denominada responsabilidade extra-contratual, tem sua origem no direito civil. Sendo a responsabilidade civil uma sanção imposta a um determinado agente causador de um dano a outrem, seja esse agente de direito privado ou público, ficando este obrigado a reparar, no direito privado, para o nascimento da obrigação de indenizar, a regra geral é a necessidade de estarem presentes esses três elementos: culpa ou dolo; dano e o nexos causal. A responsabilidade civil do Estado é regida por normas e princípios de direito público. Traduz-se ela na obrigação da administração pública, ou dos delegatários de serviços públicos, de indenizar os danos que os seus servidores, empregados e prepostos, atuando na qualidade de agentes públicos, causem a terceiros. A noção de responsabilidade tem sido bastante difundida como uma das principais ferramentas da atualidade no âmbito jurídico, por procurar restabelecer o equilíbrio patrimonial, moral e estético, onde são indenizáveis as lesões que configurem tais danos (nossa jurisprudência admite acumulação de indenizações de dano moral e dano estético, conforme expõe o enuncia da súmula 387 do supremo tribunal de justiça).

**(Metodologia)** O presente trabalho esta sendo desenvolvido com o intuito de estudar a responsabilidade civil do Estado no âmbito da construção civil, e em face desta problemática a tecnologia tem tido um papel importantíssimo devido o seu grande poder de informação, haja vista a crescente complexidade da sociedade, ensejando cada vez mais por normas reguladoras, para amparar os anseios da mesma. Esse trabalho fará uma análise observatória na doutrina, jurisprudência, bem como as interpretando de forma clara, para que possa esclarecer a sociedade seus direitos diante dos possíveis problemas que possam vir a surgir: tais como falhas, garantias e responsabilidades. Este estudo pretende promover o conhecimento da população perante as legislações vigentes no país, as quais disciplinam sobre essa temática. Para essa análise serão realizados estudos de casos em obras na cidade do Natal, que apresentaram problemas executivos que ensejaram a aplicação da responsabilidade civil em órgãos municipais, governamentais e na comunidade da construção civil, tais como: sistema de drenagem do bairro de Capim Macio em Natal, potabilidade da água em Natal, corrosão dos grampos da cortina da praia de Miami Beach, afundamento do calçadão da praia do meio, corrosão da estrutura da ponte de Igapó, má condição das ruas, estradas e rodovias do estado do Rio Grande do Norte, dentre outras.

**(Resultados)** O trabalho está em fase inicial, portanto ainda não possui nem um resultado.

**(Conclusão)** O trabalho está em fase inicial, portanto ainda não possui conclusão.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade Civil, Construção Civil, Falhas, Garantias

**TÉCNICAS ELETROQUÍMICAS APLICÁVEIS EM ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO – ESTADO DA ARTE.**

**Autor(es):**

*Kleyton de Oliveira Lima : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A técnica de proteção catódica é mais utilizada em estruturas metálicas, submersas e enterradas sendo bastante utilizada para construção de cascos de navio e de tubulações enterradas, por serem ambientes muito agressivos, mas há algum tempo ela passou a ser utilizada como reabilitação de estruturas de concreto deteriorada, e devido sua eficácia está passando a serem adotadas como método de prevenção em estruturas novas, tais usos podem ser em estruturas parciais ou totais enterradas ou em estruturas atmosféricas, sendo de concreto armado ou protendido e estruturas antigas durante os serviços de recuperação e reforço estrutural.

**(Metodologia)** A preocupação com a corrosão é relevante quando se fala em proteção de armaduras em estruturas de concreto armado ou protendido. As técnicas eletroquímicas são as mais recomendadas para este fim, tanto para evitar a corrosão prematura como para diminuir um processo corrosivo em curso. Tais técnicas são classificadas em proteção catódica (pastilha, tela galvânica, vara galvânica, do zinco termo projetado) , corrente impressa, realcalinização do concreto e extração de cloretos.

**(Resultados)** A aplicação das técnicas de proteção são bem mais utilizadas no exterior como no caso da ponte san Leandro na califórnia, que foi realizada uma recuperação das colunas, assim como foi utilizada no velódromo San Cristobal, aplicando Ânodos galvânicos embutidos para reparação de concreto. Outra aplicação nos EUA foi a ponte de Long Island na qual foi utilizado o sistema de proteção galvânica para pilares de concreto em ambiente marinho e em Portugal no porto Aveiro foi instalado a proteção nas zonas de maré e de respingos da viga frontal do cais, considerada de maior risco de corrosão devido a proximidade com a água. No Cristos redentor foi toda revestida com uma tela de titânio, então a proteção catódica entra em ação quando a tela é eletrificada. Ela ganha carga positiva e atrai as partículas de cloreto de sódio — isto é, o sal — que são negativas. Dessa forma, a estrutura metálica que sustenta a estátua fica livre da ação desse agente corrosivo, que passa a se alojar em torno da proteção catódica. No RN, caso onde foi aplicada a proteção catódica através do ZTP foi um reservatório apoiado com capacidade de 1.700 m<sup>3</sup> e constituído de duas câmaras iguais, de propriedade da CAERN

**(Conclusão)** As técnicas eletroquímicas, são perfeitamente aplicáveis em obras de construções civil, atuando como forma de proteção e prevenção para evitar a deterioração prematura e prolongar o tempo de vida útil de estruturas de concreto armado e protendido, e em serviços de recuperação e reforço estrutural que necessitam de um aumento da durabilidade de seus componentes estruturais principalmente em locais como as classes de agressividades Três e Quatro prescritas na NBR 6118. Tornando extremamente vantajoso economicamente os seus usos, obtendo um maior custo benefício em longo prazo. Infelizmente no Brasil estas técnicas ainda não são vistas pela comunidade da construção civil como solução disseminada, já que ela inicialmente gera um custo adicional no orçamento da obra em execução ou de recuperação/reforço estrutural, fator este erroneamente aplicado no Brasil pelas empresas e órgãos públicos.

**Palavras-Chave:** técnicas eletroquímicas, proteção catódica, concreto.

## UTILIZAÇÃO DE CONCRETOS E ARGAMASSAS COM A ADIÇÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

**Autor(es):**

*Elias Trindade de Brito: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A mutação habitual de algumas civilizações; antes nômade, agora sedentário, gerou um impacto no ambiente os quais estão inseridos, sendo os recursos naturais locais extraídos, a fim de sanar suas necessidades por abrigo, trabalho, alimentação, deslocamento entre povoados por estradas, dentre outras atividades. Nos dias atuais não é diferente, o consumo dos recursos naturais tem aumentado, devido ao crescimento populacional constante, com isso a demanda habitacional e o surgimento de novas cidades, também as estradas, os edifícios, as zonas industriais, o comércio. Tudo isso precisa ser construído e os recursos retirados da natureza. Segundo Daniel Veras, a construção civil consome 75% de todos os recursos naturais que a humanidade precisa. Com o grande consumo de matéria-prima, há de igual modo, a produção de rejeitos, que são depositados algumas vezes nas áreas urbanas, causando desconfortos urbanísticos, acessibilidade dos pedestres as calças, fluidez do tráfego de veículos pelas avenidas, podendo colaborar em acidentes, como também na obstrução de sarjetas, entupimento de bocas de lobo, bueiros, galerias de águas pluviais, ocasionando inundações e enchentes nos períodos de maior precipitação. Outro ponto a ser levado em consideração, é a destinação desses resíduos em aterros sanitários, que em tese não deveriam recebê-lo, pois os mesmos são destinados para rejeitos orgânicos, fazendo com que o haja uma perda na eficácia de sua capacidade de deposição, limitando assim sua vida útil.

**(Metodologia)** O objetivo é utilizar diferentes tipos de resíduos em traços de concreto e argamassa, para verificação da sua posterior utilização em substituição do concreto sem utilização de resíduos e do seu custo e benefício para a o meio ambiente e a indústria da construção. Tomando por base a agressividade I – 20 MPa, referida na NBR 6118/14, sendo realizados ensaios laboratoriais em corpos de prova com o intuito de determinar sua resistibilidade à compressão.

**(Resultados)** A pesquisa encontra-se em andamento, tendo sido iniciada em setembro de 2016 e previsão de término em setembro de 2018, onde serão feitos traços de argamassa e de concreto para a agressividade IV – 40 MPa. Com os resultados obtidos, pode-se considerar que a empregabilidade dos resíduos de construção e demolição é satisfatória, uma vez que os resultados obtidos nos ensaios laboratoriais realizados estão em conformidade com as resistências à compressão estabelecidas pelas normas brasileiras. O custo desses materiais, segundo as empresas que realizam o beneficiamento dos mesmos (areia e brita) é cerca de 50% menor que os extraídos de reservas naturais, ou seja, tem reflexo diretamente proporcional ao custo de fabricação, tanto para o concreto quanto para a argamassa. Isso é de suma importância para a indústria da construção, uma vez que o custo e o benefício caminham de mãos dadas.

**(Conclusão)** Por fim, mas não menos importante é a contribuição imensurável a natureza, uma vez que na atualidade as reservas naturais têm sido esgotadas, causando impactos muitas das vezes irreversíveis, pois a velocidade de extração é superior à capacidade do meio ambiente se recuperar. Com isso, os benefícios procedentes do emprego dos resíduos se veem nas vertentes do reuso e da não extração dos recursos naturais. Apesar de muitas empresas investirem na reutilização, há ainda alguns paradigmas a serem vencidos que inibem a sua empregabilidade com uma abrangência maior; a pouca divulgação dos resultados das pesquisas realizadas sobre o tema para a sociedade e a comunidade da construção civil; falta de interesse e confiabilidade no novo.

**Palavras-Chave:** Resíduos, concreto e argamassa

## UTILIZAÇÃO DE CONCRETOS E ARGAMASSAS DE ALTA RESISTÊNCIA EM SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL

**Autor(es):**

*Maria do Socorro Gomes Fernandes Neta: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O concreto armado é hoje, o material de construção mais largamente utilizado pelo homem e nos últimos anos grande parte das obras da construção civil tem sua vida útil diminuída gerando patologias, serviços de recuperação e reforço estrutural e um custo adicional posterior a execução das obras de engenharia civil. O objetivo da pesquisa é baratear o custo das obras recuperação e reforço das estruturas em concreto armado, através da substituição do graute pelos concretos e argamassas de alta resistência.

**(Metodologia)** As metodologias de análises dos materiais realizadas no laboratório dos Materiais de Construção do UNI-RN, vão desde a concepção dos traços à serem utilizados, execução dos cps dos traços calculados, moldagem dos cps, curas secas e úmidas dos cps até a realização de ensaios de resistência à compressão do cps, que no caso são as rupturas dos cps. Nos corpos-de-prova de concreto os materiais utilizados foram o cimento CPIV Z -32 pozolânico, a areia grossa, brita 19 e água. A metodologia executiva constou das seguintes etapas: moldagem dos cps, cura seca por 48 horas, retiradas dos moldes, cura úmida por 28 dias, rompimento dos cps através da prensa hidráulica e análise dos resultado. Nos corpos-de-prova de argamassa os materiais utilizados foram o cimento CP IV Z-32 pozolânico, a areia fina e água. Os cps de argamassa passaram pelo o mesmo procedimento dos cps de concreto. Nas análises realizadas, os cps, tanto de concreto como de argamassa, tiveram resultados elevados, com resistências à compressão mais altas do que os valores normatizados. Os resultados nos cps de concreto ficaram entre 30,04 e 45,05 Mpa, para resistências à compressão esperadas de acordo com a norma de 30 e 35 Mpa. Os resultados foram obtidos através das formulas :  $A = \pi \cdot d^2/4 \rightarrow A = \pi \cdot (15)^2/4$   $T = F(tf) \cdot 1000/A \times$  a constante ( 0,0980665), servindo para o concreto e para argamassa.

**(Resultados)** Os resultados nos cps de argamassa ficaram entre 31,87 e 70,07 MPa, para resistências à compressão esperadas de acordo com a norma de 17 a 24 MPa. Como a finalidade da pesquisa é baratear o custo das obras de recuperação e reforço das estruturas em concreto armado e sendo o material mais utilizado para fazer esses reparos o graute que tem um preço mais elevado no mercado.

**(Conclusão)** Com a utilização dos concretos e das argamassas feitos sem aditivos e sem adição, poderá ser feita a substituição do graute pelos concretos e argamassas executando os serviços com materiais de um menor valor aquisitivo com as mesmas características de resistência à compressão obtidas pelos grautes, conforme os resultados obtidos. Em 2017.2 a pesquisa será continuada com a utilização do microconcreto de alta resistência para os mesmos fins, além da elaboração de novos traços para se obter resistências à compressão maiores. Os traços que estão sendo elaborados pelos autores no laboratório de materiais de construção no Centro Universitario do Rio Grande do Norte são testados e comprovados, obtendo resultados, que propiciarão a aplicação dos traços elaborados com os materiais citados em obras de recuperação e reforço estrutural no estado do Rio Grande do Norte executadas pela empresa especializada em recuperação e reforço estrutural ENGEAL-ENGENHARIA E CÁLCULOS LTDA.

**Palavras-Chave:** Grautes, concreto, argamassas.

## UTILIZAÇÃO DE ENSAIOS NÃO DESTRUTIVOS NA ANÁLISE DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO

**Autor(es):**

*Juliana Rodrigues Siqueira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Concreto armado no Brasil surgiu no século XX sendo o método construtivo mais utilizado nas edificações atualmente, no entanto existe inúmeras edificações recentes e antigas com patologias que afetam o dia a dia do proprietário, causadas por erros cometidos nas etapas de construção da obra ou devido à falta de manutenção na edificação. Em virtude disso, para evitar transtornos para o construtor e para o proprietário, este artigo tem como objetivo apresentar a descrição das metodologias executivas dos ensaios não- destrutivos e os resultados obtidos nos ensaios realizados in-loco em estruturas de concreto armado do Centro Universitário do Rio Grande do Norte. Estes ensaios servem para identificar as causas das patologias existentes e direcionar os serviços de recuperação estrutural a serem executados, contribuindo assim tanto para evitar danos nas estruturas como para identificar problemas ainda no estágio inicial da construção gerando um custo inferior aos serviços de recuperação estrutural a serem realizados, sem causar danos (destruição) aos materiais analisados, fato este importantíssimo principalmente nos elementos estruturais (pilares, vigas e lajes).

**(Metodologia)** Os ensaios contemplados neste trabalho são: PH do concreto, presença de cloretos, presença de carbonatação, resistência à compressão através de esclerômetro.

**(Resultados)** O ensaio de carbonatação é um ensaio simples sendo um bom indicador de corrosão, variando seu resultado de acordo com a qualidade do concreto e a exposição a umidade. O indicador utilizado para o experimento é a fenolftaleína que é aplicada no concreto, dizendo se tem a penetração ou não do gás carbônico na estrutura de concreto, através da cor obtida na superfície do concreto (rosa ou incolor). O PH é a medida de acidez ou alcalinidade do concreto. Com o passar dos anos, essa alcalinidade diminui, pois, o concreto absorve gás carbônico da atmosfera com isso a armação de ferro fica propícia a corrosão. O Concreto inicialmente preparado deve ter um PH acima de 12. Para a medição do ph do concreto utilizamos o Lápis medidor de PH, que mostra o real ph do concreto e identifica a presença de carbonatação in-loco através da cor obtida na superfície do concreto após o risco do lápis, por uma escala de cores. O ensaio de presença de Cloretos é um ensaio parecido com o ensaio de carbonatação, simples e prático de fazer. O indicador utilizado para o experimento foi o nitrato de prata, que diz se tem ou não a presença de cloretos no concreto, através da cor obtida após a sua aspensão na superfície do concreto (incolor ou marrom ou branca). A esclerometria submete a superfície do concreto a vários impactos de forma padronizada, medindo-se o valor do índice esclerométrico (I.E). O esclerômetro é um equipamento fácil de operar e acessível, com relação aos dados coletados possuindo grande eficiência e rapidez. Quase não há danos na superfície, sendo os mesmos praticamente nulos. O método é bom para avaliação da uniformidade do concreto, monitoramento do desenvolvimento da resistência ao longo do tempo e também para estimar a resistência do concreto. Devendo-se sempre relacionar os resultados obtidos com o esclerômetro com os obtidos na prensa hidráulica, por causa dos vários fatores que influenciam o ensaio de esclerometria.

**(Conclusão)** Ao final do trabalho são apresentados estudos de casos realizados em estruturas do Centro Universitário do Rio Grande do Norte através dos ensaios citados, que servem de modelo para execução destes ensaios não destrutivos para a comunidade da construção civil, visando a melhoria do estado de nossas estruturas de concreto armado e protendido, bem como a diminuição das patologias em nossas edificações e da ocorrência de colapsos estruturais.

**Palavras-Chave:** Carbonatação. Cloretos. Resistência.

## UTILIZAÇÕES DO DRONE NA CONSTRUÇÃO CIVIL

### **Autor(es):**

*Cyntia Angélica Mesquita Nunes Torres: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Adler Lucian Torres Gomes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** Utilizar o drone para captar imagens de difícil acesso com o intuito de auxiliar os engenheiros civis em algumas tarefas da construção civil.

**(Proposta do roteiro)** Drone é uma aeronave não tripulada guiada remotamente que tem inúmeras utilidades. Dentre elas é a captação de imagens de difícil acesso. Pensando nisso, esse clip foi elaborado para demonstrar algumas imagens que podem ser feitas com o drone que irá auxiliar o engenheiro civil em algumas tarefas da construção civil. Como exemplo de utilização do drone é a inspeção de fachada em prédios e a inspeção em telhados. Outra utilidade a o monitoramento de água em barragens. Também podemos usar o drone para captar imagens para termos uma visão geral de um empreendimento construtivo. Também podemos mapear uma área para a construção de barragens.

**(Efeitos esperados)** O efeito desse clip é demonstrar ao espectador uma tecnologia que pode ser usada na construção civil para facilitar algumas tarefas do dia a dia do engenheiro civil.



**CONIC**

**2017**

CONGRESSO  
DE INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA

**Graduação Informática**





**APLICATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CONSUMIDOR NO RAMO DE PRODUTOS CONSUMO: KUSTAOQ.**

**Autor(es):**

*Patryck Hernandez Costa e Silva: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Francisco Cidicleido Damascena Candido: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Franco Lankardy Fernandes da Costa: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Arthur da Silva Gomes: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Dayvyd Nascimento Araujo: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente as pessoas procuram cada vez mais comodidade, praticidade no seu dia a dia, principalmente com o abastecimento dos itens básicos de sua residência. Com o crescimento da utilização dos smartphones e seus aplicativos, surge uma nova oportunidade de negócio: o aplicativo KustaoQ. O modelo de negocio oferta e viabiliza às pessoas a possibilidade de adquirir e abastecer os seus lares com a praticidade e a comodidade dos estabelecimentos que disponibilizam os melhores produtos com os menores preço da cidade, em seu celular. Nesse mesmo sentido, não apenas os consumidores se beneficiam, mais também os próprios supermercados, varejistas no segmento de venda de produtos. Estes podem utilizar o banco de dados, por intermédio da mineração, com seus métodos e técnicas, que viabilizam analisar e extrair conjunto de informações, previamente desconhecida, mas válidas, como os dados do perfil de consumo do usuário e, com isso, ter uma melhor tomada de decisões estratégicas na gestão de seus negócios. A pesquisa pretende mostrar de forma sistêmica, integrada, rápida e visual as funcionalidades dos serviços prestado pela aplicação para o consumidor.

**(Metodologia)** A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, a partir da base qualitativa com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, que permite esboçar e desenvolver uma nova oportunidade de mercado. O Canvas – Business Model Canvas (BMC) ou “Quadro de modelo de negócios” do Osterwalder (2009), consiste em um mapa visual pré-formatado, estruturado em uma tela com nove blocos, quais sejam: segmentos de mercado, proposta de valor, canais, relação com o cliente, fontes de renda, recursos chave, atividades chave, parceiros chave e estrutura de custos.

**(Resultados)** No mercado atual, ainda carente de inovações e feramentas que otimizem o abastecimento de produtos básicos nas residências das pessoas, surgem lacunas para a modelagem de negócio neste seguimento. Os resultados do trabalho revelam que, antes de adquirir seus produtos, em geral os usuários procuram realizar pesquisas de preços no intuito de economizar tempo e dinheiro. O Kustaoq visa atender tanto o mercado consumidor quanto o varejista, propondo oferecer ao consumidor, a disponibilidade de ofertas de estabelecimentos que praticam os melhores preços e detem os melhores produtos. Ainda, oferece a possibilidade do cliente pagar e retirar suas compras sem que seja preciso passar pelos caixas ou, até mesmo, ter a comodidade de receber suas compras à domicílio através de empresas especializada em entrega. Para o varejista, disponibiliza informações estratégicas sobre o perfil de compras dos clientes, proporcionando para uma melhor tomada de decisão. Este serviço é disponibilizado em seu dispositivo móvel (Android/IOS) ou através do web-site (HTML5, CSS e JAVASCRIPT) com características de E-commerce. O App disponibiliza uma melhor comunicação entre cliente-empresa e a promove os serviços da organização para a captação de novos clientes, via gamificação, e-mail, redes sociais e telefones. Como fonte de receitas do negócio é considerado o fechamento de parcerias com empresas do seguimento supermercadista para realização de anúncios na plataforma, percentual de receita sobre as entregas à domicílio e a venda de assinaturas mensais com a disponibilização de serviços exclusivos aos clientes.

**(Conclusão)** Levando-se em consideração que este é um mercado emergente e a proposta de valor do KustaoQ oferece uma solução viável para a demanda de um número significativo de pessoas, constata-se que o modelo de negócio se mostra atrativo, viável e de considerável escalabilidade no mercado.

**Palavras-Chave:** Canvas, KustaoQ, Aplicativos, BMC, Android, E-Commerce.

**A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO COMEÇA E TERMINA EM PESSOAS.**

**Autor(es):**

*João Carlos Cavalcante Meneses de Oliveira: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Rubemilton Targino da Silva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente resumo do artigo visa apresentar o que é a segurança da informação, quando os problemas da segurança acontecem e o porquê do usuário representar o parâmetro mais fraco desse processo. E sugerir de que forma a academia e a sociedade pode contribuir para tornar o atual cenário mais seguro. A informação é o elemento essencial para todos os processos de negócios da organização, sendo portanto, um bem ou ativo de grande valor (campos, 2007). A segurança da informação está alicerçada no conceito de estar livre de riscos ou conhecê-los para torná-los administráveis. Evitando liberar dados críticos ou ter vazamento de informações por engenharia social, mergulho no lixo ou reconhecimento. Sendo assim conscientizar o usuário para a real importância de como se manter seguro no ambiente atual.

**(Metodologia)** Foi usado como metodologia pesquisas em revistas, matérias, publicações e artigos já criados e publicados.

**(Resultados)** Um sistema de segurança da informação baseia-se em três princípios básicos: (i) confidencialidade (garantia que apenas as pessoas autorizadas podem ter acesso a informação), (ii) integridade (garantia de que a informação acessada está completa, sem alterações, portanto, confiável) e (iii) disponibilidade (garantia de que a informação estará acessível, por pessoas autorizadas, sempre que necessário). Eventualmente, se um desses princípios forem quebrados a segurança será comprometida, gerando perda financeira, danos a reputação e imagem, consequências legais apenas para citar alguns. Partindo desses princípios, obtemos como resultados a correta orientação de como usuários comuns devem se comportar no atual cenário onde ataques cibernéticos estão cada vez mais sofisticados, gerando ausência de disciplina legal no ciberespaço aumentando os crimes e elevando o número de exposições de falhas e vulnerabilidade de sistemas e computadores.

**(Conclusão)** Assim, é importante educar o usuário seja através de treinamento ou políticas de segurança nas empresas. Na academia, o compromisso de orientar o educando para um mundo cada vez mais plano, globalizado, sem barreiras espaciais e temporais, mas que os aspectos éticos e legais são colocados em questão em cada click. Educar na sociedade digital não é apenas ensinar como usar os aparatos tecnológicos mas, preparar indivíduos adaptáveis e criativos com habilidades que lhe permitam lidar facilmente com a rapidez na fluência de informações, acompanhando as transformações e sendo parte delas, de modo responsável, ético e legal. É preparar cidadãos digitais para um novo mercado de trabalho que exige postura adequada, segurança da informação, respeito às leis, inclusive na Internet (Peck, 2007), apresentando as melhores práticas e condutas.

**Palavras-Chave:** Segurança, Usuário.

## APP ARTEMOB: ENTREGANDO CULTURA A SOCIEDADE

### **Autor(es):**

*Alcides de Souza Martins Filho: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com a crescente movimentação das pessoas, e conseqüentemente, sua falta de tempo, eventos artísticos menos populares e com menos divulgação acabam passando despercebidos. Isso está deixando a sociedade menos culta e acarretando em uma falta de conhecimento cultural. Nesse intuito, o ARTEMOB app surge como um aplicativo voltado para solucionar a falta de submersão em meio artístico das pessoas com falta de tempo, pois o mesma é responsável por criar uma espécie de rede social, onde se é compartilhado peças de teatro, shows, entre outras formas artísticas. Nestes, são disponibilizado formas de pagamento e interação social, para facilitar e agilizar a vida corrida dos compradores.

**(Metodologia)** A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, baseada em uma análise qualitativa, conforme o Business Model Canvas (BMC), descrito em 9 quadrantes que obtém as principais áreas de um negócio. Foi feito uma pesquisa informal, sem significância estatística com um segmento de clientes que busca este propósito: facilidade na divulgação de arte, no Rio Grande do Norte.

**(Resultados)** Obteve seguindo o Business Model Canvas os seguintes resultados: O seguimento de mercado será focado no público que utiliza smartphones e que tenham pouco tempo para buscar manifestações artísticas que agreguem o seu gosto artístico, visando levar a arte para quem não tem tempo para buscá-la, sendo aplicado para o público alvo aquilo que o deixe mais culto. O relacionamento com o cliente será realizado via rede social, e-mail e um chat que será inserido no aplicativo, e seus canais de divulgação serão redes sociais do aplicativo, um canal no youtube, e propagandas vinculadas a aplicativos diversos, o aplicativo será disponível para aparelhos android via google play, e aplicativos IOS na app store. O aplicativo visa a entrega das manifestações artísticas de acordo com seu público alvo, mas disponibiliza formas de entrega de outras manifestações artísticas, para que o usuário possa desfrutar do aplicativo por completo, por meio de publicações de outros usuários que estejam vinculados a sua rede de amigos e através da busca. A renda obtida pelo aplicativo será sobre 5% (por cento) do lucro arrecadado sobre as vendas efetuadas pelo aplicativo e anúncios veiculados no aplicativo. A estrutura da ARTEMOB contará com 3 funcionários responsáveis pelos atendimentos e divulgação via redes sociais, e-mails, chat (modalidade abordada no aplicativo) e uma equipe de desenvolvimento de 2 programadores full stacks que irão compor o corpo de atendimento e criação da ARTEMOB.

**(Conclusão)** De acordo com todos os dados obtidos pelo Business Model Canvas (BMC) e a pesquisa de campo feita de maneira informal, obteve-se a perspectiva de um negócio rentável. Levando em consideração que esse mercado é crescente, e que a ARTEMOB está investindo em melhorias culturais, tanto para o estado do Rio Grande do Norte, quanto de forma escalonar para o Brasil, pode-se concluir que o modelo de negócio é viável economicamente.

**Palavras-Chave:** Arte; ARTEMOB; Cultura; Empreendedorismo; Renda.

## ARQUITETURA DE PROCESSADORES QUÂNTICOS

### **Autor(es):**

*Rubenilton Targino da Silva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Wallyson de Souza Mendes: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Israel Eduardo de Barros Filho: Docente do UNI-RN*  
*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com avanço e modernização da ciência e tecnologia, existe uma necessidade de aperfeiçoar os meios de pesquisa e eficácia dos resultados, com a computação quântica esses resultados saem da ficção dando espaço à inteligência artificial. Entre os benefícios trazidos pelos computadores quânticos, podemos citar: Desempenho, velocidade em resolver problemas impossíveis para computadores convencionais e Criptografia. Segundo a Lei de Gorgon Moore, fundador da empresa norte-americana de microprocessadores Intel, na década de 1960 o número de transistores de chips teria um aumento de 100%, pelo custo a cada 18 meses e isso é válido até hoje. Contudo atualmente há uma grande dificuldade física de se cumprir essa lei, os transistores são cada vez menores e em determinado momento não existirá capacidade física de desenvolver transistores menores. Com toda essa dificuldade para aumentar o número de transistores surge a Computação Quântica como uma dentre muitas alternativas de solução para esse problema, usando outras formas de processar e armazenar dados. No ano de 1950 era necessário 10 bilhões de bilhões de átomos para representar um único bit de informação, hoje em dia já temos projeções de que um bit será representado por um único átomo.

**(Metodologia)** Os estudos realizados foram através de revistas, matérias e artigos já publicados na área.

**(Resultados)** O estudo e o desenvolvimento da computação quântica nos mostra resultados significativos com relação a algumas tecnologia pouco estudados como a IA (Inteligência artificial). Sendo essa uma tecnologia que exige um "poder de processamento" muito grande, sendo elas para realizar cálculos matemáticos de extrema complexidade. "Poder" esse que computadores comuns ou ate mesmo os super-computadores não tenha, fazendo com que "falhem" nessa tarefa ou a façam de forma limitada.

**(Conclusão)** Realizar cálculos matemáticos, editar textos e navegar na internet ainda é tarefa dos computadores atuais, pois são mais do que eficientes para isso. Contudo nas áreas de Inteligência Artificial (IA) precisa-se de computadores com outros tipos de arquiteturas. Em algoritmos para reconhecimento de imagens ou de fala, por exemplo, uso de um computador com arquitetura clássica acaba limitando seu desempenho, para esse tipo de aplicação torna-se mais interessante um computador com poder de processamento maior que possa facilitar o reconhecimento desse padrões. Portanto, dentre diversas propostas o computador quântico se apresenta como um solução não para substituir o computador clássico, mais para resolver de forma mais eficiente tudo aquilo que os computadores atuais não conseguem ou resolvem de forma limitada. Em resumo a computação quântica será aplicada em problemas que ainda não possuem solução suficiente como a inteligência artificial e a criptografia.

**Palavras-Chave:** Computação Quântica

## BITCOIN E BLOCKCHAIN

### **Autor(es):**

*José Ivan de Lima Junior: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*

*Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente resumo visa descrever os conceitos de Bitcoin e Blockchain, suas vantagens e aplicações. Bitcoin é uma moeda digital criptografada que pode ser usada como meio de pagamento inovador. Eles são controlados por uma rede peer-to-peer (entre pares) sem depender de bancos centrais. É um mercado que já movimentou bilhões de dólares. Há dois tipos de bitcoins que são os com ("b" minúsculo) que é a cripto-moeda que é gerada na internet através de um processo chamado "mineração" e o com ("B" maiúsculo) que se refere ao protocolo e o conceito de uma unidade bitcoin. Ou seja, ele é uma forma de dinheiro, com a diferença de ser puramente digital e não ser emitido por nenhum governo. O seu valor é determinado livremente pelos indivíduos no mercado. Para transações online, é a forma vantajosa por ser um pagamento, rápido, barato e seguro. Atualmente ele já vem sendo aceito em várias lojas no mundo inteiro, além de ser um meio de pagamento de compra e venda também é utilizado como forma de investimento na bolsa de valores onde ocorre as vendas de ações de empresas, contratos, entres outros tipos de rendimento de curto, médio a longo prazo. Já o Blockchain é um banco de dados. O que faz o tão importante é o fato de esse não ser convencional: o sistema funciona como um livro de registros, inviolável e eficiente. Ele contém todas as transações processadas no sistema. Como o próprio nome diz em tradução para português é uma cadeia de blocos que contém um conjunto de informações registradas que são ligadas a vários outros blocos de informações anteriores e sucessores, além disso esses blocos são públicos, no sentido de que todos os participantes (nós) da rede têm acesso. Os dados da Blockchain são completos, consistentes, datados, precisos e também são capazes de eliminar terceiros e despesas gerais para troca de bens, além do potencial de reduzir significativamente taxas de transações;

**(Metodologia)** A metodologia utilizada foi estudo bibliográfico, revistas e artigos específicos da área.

**(Resultados)** Ao final do estudo pretende-se propor sugestões de aplicações do bitcoin e blockchain, seja como moeda virtual ou como banco de dados robustos em aplicações eleitorais.

**(Conclusão)** Assim, pode-se afirmar que apesar da variedade de objetos que é possível comprar com bitcoins como presentes, livros, servidores etc, ele é uma excelente forma de negócio para pequenas empresas autônomas, pois podem aceitar pagamentos via bitcoins aumentando um pouco a taxa de lucro por não ter que pagar impostos e altas taxas a terceiros. Mas, por ser anônimo, pode também ser utilizado para efetuar transações ilegais como compra de drogas.

**Palavras-Chave:** blockchain, bitcoin, moeda.

## DEEP LEARNING: O FUTURO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

### **Autor(es):**

*Francinildo Melo Rodrigues: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Quando os primeiros computadores foram concebidos, as pessoas perguntavam-se se em algum dia poderiam tornar-se inteligentes. Hoje, a inteligência artificial (IA) é um campo em expansão, com muitas aplicações práticas e temas muitas de pesquisas em desenvolvimento. Quando surgiu a Machine Learning, tinha como objetivo resolver problemas que de uma forma comum, são intelectualmente difíceis para os seres humanos, mas relativamente simples para os computadores, tais como problemas que podem ser descritos por uma lista de regras formais ou matemáticas. O novo desafio agora é tornar as máquinas capazes de resolver tarefas que são fáceis de executar por uma pessoa, mas difíceis para que estas pessoas possam descrever formalmente como resolvem os mesmos. Como exemplo podemos citar, problemas que os seres humanos resolvem de forma intuitiva ou conhecimentos que não podem ser descritos de forma algorítmica, problemas do tipo entendimento da fala, a capacidade de uma pessoa simplesmente reconhecer outra olhando para seu rosto. Atualmente, uma nova metodologia é o Deep Learning que está possibilitando que máquinas operem mais parecidas conosco, sem precisão de dar-lhes instruções explícitas.

**(Metodologia)** Para o desenvolvimento deste artigo foi efetuado uma pesquisa bibliográfica com o intuito de conhecer como o Deep Learning funciona, quais os problemas atuais que já estão sendo solucionados por ele e o que está por trás desta nova febre tecnológica que pode mudar conceitos não só no meio acadêmico, mas profissional nos dias de hoje e no futuro.

**(Resultados)** Amelia é uma das IA, criada pela IPsoft, que aprendeu a realizar o trabalho de atendentes de call centers. Ela pode aprender em questão de segundos o que levaria meses para nós, e ela o faz em 20 línguas diferentes. Em uma das empresas que realizam testes com esta IA, ela conseguiu manter uma em cada dez chamadas, na sua primeira semana; no final do seu segundo mês, ela resolvia seis em cada dez. Nas técnicas tradicionais, a qualidade dos algoritmos depende muito da representação dos dados em certas características. Por exemplo, na análise de imagens é comum pré-processar as imagens com algoritmos de detecção de fronteiras, a fim de facilitar a identificação de objetos. Porém o Deep Learning (DL) apresenta uma abordagem inovadora, no sentido em que dispensa grande parte deste pré-processamento ao gerar de forma automática propriedades invariantes nas suas camadas de neurônios. Estes métodos conseguem obter uma representação complexa e abstrata dos dados de forma hierárquica. Assim, ao invés de descrever todas as características de uma cadeira para um computador, nós apenas o conectamos à internet e fornecemos milhões de fotos de cadeiras. Ele irá ter uma ideia geral do que é uma cadeira. Depois, nós o testamos com ainda mais imagens; onde ele errar, nós corrigimos, o que potencializa sua capacidade de reconhecer uma cadeira. A repetição deste processo resulta em um computador que sabe o que é uma cadeira quando ele vê uma, quase tão bem quanto nós mesmos. O que preocupa os estudiosos é que, diferente dos humanos, ele pode analisar estas milhões de imagens em apenas alguns segundos.

**(Conclusão)** O futuro é um lugar de mudanças aceleradas. Muitos estudiosos estão preocupados com o impacto que isso irá causar. Casa Branca, em um relatório ao congresso, colocou em 83% a possibilidade de um trabalhador que ganhe menos de 20 dólares/hora, em 2010, eventualmente perder seu emprego para uma máquina. Até os empregados ganhando cerca de 40 dólares/hora enfrentam uma possibilidade de 31%. Muitos consideram a implementação de uma garantia de renda básica para suas populações algo que deve ser seriamente considerado, pois há uma grande chance de que a IA irá criar o desemprego generalizado.

**Palavras-Chave:** DEEP LEARNING, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, REDES NEURAIS

## DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTA DE REALIDADE VIRTUAL PARA ANÁLISE DE MOVIMENTO BIOMECÂNICO HUMANO

### **Autor(es):**

*Franco Lankardy Fernandes da Costa: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

*João Vitor Fonseca Gomes: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A ciência do esporte é um campo em rápida evolução onde é empregado muito esforço em pesquisas e no desenvolvimento de novas tecnologias para o aprimoramento de técnicas e ferramentas. A tecnologia é um dos meios mais importantes na criação de ferramentas auxiliares para o desenvolvimento de Atletas, até a análise e detecção de lesões. Atualmente, devido ao desgaste e aos esportes de alto rendimento, o uso dessas ferramentas é crucial para o sucesso das equipes em competições e para avaliações clínicas de recuperação e análise de desempenho. Do ponto de vista da tecnologia, o advento da realidade virtual trouxe novos paradigmas que podem ser estendidos para várias áreas, como por exemplo a Educação Física. Esse novo horizonte traz consigo várias oportunidades de negócio, e para o emprego das teorias ensinadas no curso de Sistemas de Informação.

**(Metodologia)** A metodologia empregada é a de desenvolvimento do software e análise através da pesquisa qualitativa com relação à opinião de profissionais da área de Educação Física e Fisioterapia com relação à viabilidade da ferramenta. Serão levantados artigos científicos e outros projetos que envolvam o uso do Kinect para a análise bimotores e sua aplicação na ciência do esporte. Através de reuniões com profissionais, professores e os alunos do projeto para que sejam levantados os requisitos para o desenvolvimento da ferramenta. Haverá interações com desenvolvimento e testes, intercalados com novas reuniões para garantir a evolução do produto de maneira satisfatória.

**(Resultados)** Desenvolver uma ferramenta de realidade virtual que auxilie profissionais da ciência do esporte e médica, no desenvolvimento e avaliação de movimentos biomecânicos humanos, tanto de atletas profissionais ou pacientes, onde a análise minuciosa dos dados coletados influenciara na recuperação e prevenção possíveis lesões graves, e também no aprimoramento de movimentos e para a recuperação de atletas lesionados. O Kinect é um dispositivo fabricado pela Prime Sense que utiliza uma interface de controle invisível ao usuário (Paula, 2011). Esse dispositivo possui câmeras que capturam os movimentos de até dois humanos por vez e os envia para um computador que digitaliza o posicionamento das articulações em um espaço virtual 3D (Sarmanho et al, 2011). Vários projetos (Vaghetti, César AO, et al, 2014) utilizaram o Kinect como mecanismo de leitura de movimentos com aplicação em diversas áreas como Fisioterapia, Educação Física, entre outros, para reabilitação de pacientes que perderam movimentos (Campos, Guilherme Pires, 2013). Contudo, com o avanço da ciência do esporte, ferramentas de análise de movimento biomecânico humano se tornaram imprescindíveis na análise e no dia a dia de atletas de alto rendimento.

**(Conclusão)** Considerando que este é um mercado emergente e a proposta de valor da ferramenta oferece uma solução viável para a demanda de um número significativo de pessoas, constata-se que o software se mostra atrativo e de considerável escalabilidade no mercado.

**Palavras-Chave:** Kinect, captura de movimentos, movimento biomecânico, aplicação

## GERENCIAMENTO DA REDE COM OCS INVENTORY

### **Autor(es):**

*Felipe Araújo de Lima: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Rayson Vinicius da Silva Coelho: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), com seu amplo parque de equipamentos tecnológicos, incluindo laboratórios para estudos, setores administrativos, equipamentos móveis e afins, necessita garantir o acesso a todos os usuários, com qualidade e segurança. Para isso, é necessário um controle de sua rede de computadores. Pensando nesta situação, foram realizadas pesquisas na internet em busca de softwares livres que pudessem garantir o gerenciamento da rede de computadores e como resultado final obtivemos o OCS Inventory.

**(Metodologia)** A metodologia usada para elaborar este artigo foi baseada em pesquisas bibliográficas de matérias digitais, artigos e revistas científicas.

**(Resultados)** O OCS Inventory (Open Computer and Software Inventory) é um software livre. Seu objetivo é possibilitar que os usuários possam inventariar ativos (equipamentos conectados a rede de computadores) de TI. O OCS Inventory reúne informações sobre o hardware e o software das máquinas em rede, executando um programa cliente (instalado em cada ativo da rede) do OCS ("OCS Inventory Agent"). Para realizar o monitoramento, a aplicação integra o SNMP (Simple Network Management Protocol), que Oliveira (2012) define como um protocolo de gerencia de redes, cujo objetivo é disponibilizar uma forma simples e prática para realizar o controle dos equipamentos de uma rede de computadores. Definido em nível de aplicação, o SNMP utiliza os serviços do protocolo de transporte UDP (UserDatagramProtocol) para enviar suas mensagens através da rede. A comunicação ocorre entre o agente e o gerente, sendo este configurado como uma estação servidora (host). O gerente pode enviar ou requisitar uma informação para um ou mais agentes. O agente ainda pode avisar ao gerente sobre a ocorrência de um evento não previsto, que é encaminhando em forma de traps – usado para reportar uma notificação não programada. As informações ali trocadas ficam organizadas nos agentes, em uma base informações de gerenciamento, que são denominadas como MIB e são estruturadas hierarquicamente em forma de árvore. O OCS Inventory pode visualizar o inventário por meio de uma interface web. Além disso, o software integra a capacidade de estabelecer aplicações em computadores conforme os critérios de busca. O IpDiscover do lado do agente possibilita localizar a totalidade de computadores e dispositivos em rede.

**(Conclusão)** Com a implantação do OCS Inventory, o setor de Gerência de Redes da UNI-RN estará munido de diversas informações gerenciais. Entre eles, um inventário total do hardware (número de série, fabricante, clock do processador), inventário da rede (IP, MAC, status dos adaptadores), softwares instalados nos equipamentos, máquinas com sistema operacional desatualizado ou com licença inválida, máquinas virtuais ativas. Com todos estes dados coletados, será possível realizar uma escalabilidade de hardware e rede, um planejamento para manutenções preventivas e corretivas e uma análise a respeito das necessidades de novos investimentos em TI para melhorar o parque tecnológico, tornando o OCS Inventory uma ferramenta de extrema importância para gestão de ativos tecnológicos da UNI-RN.

**Palavras-Chave:** Gerenciamento, SNMP, OCS Inventory, Rede

## HARDWARE VOLTADO A JOGOS

### **Autor(es):**

*Zacarias Monteiro Honório: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Alexandre Luiz Galvão Damasceno: Docente do UNI-RN*

*Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O que há anos era visto somente como mero passatempo, diversão ou até mesmo falta do que fazer (embora realmente seja isso, em alguns - ou maioria - dos casos), hoje é uma indústria que movimenta bilhões de dólares por ano, sendo, inclusive, maior que a indústria de filmes, podendo ser considerada a maior indústria de entretenimento do mundo, movimentando cerca de US\$100 bilhões por ano, sendo cerca de US\$2,63 bilhões só no Brasil. Algo com tais proporções não pode, de forma alguma, ser definido somente como “passatempo”.

**(Metodologia)** Tendo como base matérias, artigos e reportagens observados pelo grupo para realização deste trabalho, podemos dizer que a indústria de games em geral passa por rápidos e constantes avanços, quer sejam games para computador (PC), consoles (Playstation, Xbox etc.) ou dispositivos móveis, como celulares e tablets. Por causa desse avanço, jogos demandam cada vez mais dos componentes de hardware. Hoje em dia, jogos rodam em Full HD (1920 x 1080) e 60 FPS (frames per second – que se trata da taxa de quadros por segundo na tela; quanto mais, melhor, e, conseqüentemente, mais poder de processamento é exigido) e a indústria já se prepara para dar um salto para o chamado Ultra HD ou, como é mais conhecido, 4K, que tem a incrível resolução de 3840 x 2160.

**(Resultados)** Mas, como podemos imaginar, nem sempre os jogos tiveram resoluções tão altas. Isso se dá, principalmente, pela incapacidade das empresas que desenvolvem hardware em evoluir tão rápido como as empresas que desenvolvem os softwares (jogos). Com isso, o que se tem de melhor hoje em dia, mal consegue rodar jogos em 4K, sendo necessário, no mínimo, duas ou mais das melhores placas de vídeo da atualidade para rodar jogos em 4K a 60 FPS; onde o esperado seria 120 FPS, ao menos nos computadores (os consoles enfrentam mais dificuldades quanto a resoluções, pois têm hardware que não costuma sofrer grandes alterações durante a geração).

**(Conclusão)** Com isso, podemos concluir que a indústria quer alcançar o 4K, afinal, isso significa mais qualidade em seus jogos, mas tem alguns “problemas” em seu caminho. Tendo isso em mente, neste trabalho destacamos os principais pontos da indústria de hardware, suas dificuldades e avanços, dando uma rápida olhada para os progressos conquistados até aqui, passando pelo setor de jogos mobile, mas focando em comparações entre os hardwares atuais e o futuro dessa importante parte da indústria de jogos e informática em geral.

**Palavras-Chave:** Indústria, Avanços, Jogos, Hardware, Incapacidade

## O IMPACTO CAUSADO PELA GOVERNANÇA DE TI

### **Autor(es):**

*Alcides de Souza Martins Filho: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Ao longo do tempo a tecnologia conquistou as empresas, com o viés de melhoria, e automatização dos processos dentro e fora das empresas. Entretanto, será que realmente o uso da tecnologia, trouxe apenas vantagens? Com a preocupação das empresas com a melhor forma de utilização da tecnologia, e evitar gastos excessivos nestes investimentos, foi surgindo áreas de estudos importantes para a melhor administração da tecnologia empresarial, e entre essas áreas temos a Governança de TI (Tecnologia da Informação), que é responsável pelo enquadramento da TI dentro do plano de negócios da empresa.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, sobre o funcionamento de uma governança de TI, e do seu impacto gerado nas organizações empresariais, expondo suas características principais, e demonstrando qual sua importância dentro das empresas.

**(Resultados)** Em nossa pesquisa vimos a importância da governança de TI e como o uso da mesma causa impactos positivos nas empresas, como é no caso da diminuição dos gastos em processos internos da TI (atendimento e solução dos problemas). Segundo HAES e GREMBERGEN, 2005 "A Governança da TI é mais abrangente e se concentra nas transformações da TI para atender necessidades atuais e futuras de negócios e clientes", o que ocasiona uma reutilização de materiais e o encontro de gargalos nos processos da TI. A governança atua na empresa utilizando frameworks como: ITIL, COBIT, ISO 20000, que são por sua vez utilizados para determinar normas e procedimentos que agilizam os processos. O COBIT é uma enciclopédia de conhecimentos, orientado sobre os melhores procedimentos de governança de TI, sendo usado como referência para gestores e funcionários de TI, criada em meados dos anos 80 pelo governo britânico para suprir as suas necessidades de melhoria nos processos organizacionais de TI temos a ITIL, que vem para gerenciar as mudanças nos processos, mostrar os requisitos e necessidades do negócio, buscando gargalos nos procedimentos e ISO 20000 que normatiza o gerenciamento de serviço da TI, buscando alavancar a evolução da TI de forma que não cause problemas para a empresa. Todos estes modelos visam uma melhoria na empresa, seja nos modelos de procedimentos, como no encontro de gargalos nos procedimentos da empresa, e nas melhores formas de se gastar o dinheiro de investimento tecnológico da empresa, sempre visando a correlação dos processos da TI com as normas e procedimentos da empresa.

**(Conclusão)** O Uso da TI vem para auxiliar os processos em uma empresa, além da criação de parâmetros de serviços prestados dentro da mesma, mas em busca de gargalos e de soluções mais viáveis que se encaixem no modelo da empresa é necessário, além de uma equipe de TI, alguém que lide com a Governança de TI, para poder-se ter uma sinergia entre a tecnologia utilizada dentro da empresa e seus processos, um processo conjunto da equipe de tecnologia e toda empresa usando as metodologias de governança, trazendo assim maior retorno monetário e procedural dentro da empresa.

**Palavras-Chave:** Governança de TI, Empresas, Planejamento de processos, Procedimentos da empresa;

## REALIDADE AUMENTADA

### **Autor(es):**

*Mario Henrique de Farias Junior: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*MarÁlia Lima Paiva Pontes: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*  
*Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*  
*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente resumo visa descrever os principais conceitos de realidade virtual e aumentada, suas vantagens e aplicações. A Realidade Virtual e Aumentada é um campo da computação que estuda a percepção do mundo real com informações e dados gerados eletronicamente por meio de um computador. Essa nova tecnologia vem ganhando campo seguindo a evolução da informática. "Realidade Virtual e Aumentada são duas áreas relacionadas com gerações de interfaces com o usuário, facilitando e potencializando as interações do usuário com as aplicações computacionais. Atualmente várias áreas já usam os benefícios da RV e RA, tendo em vista que a demanda da necessidade de oferecer sistemas mais realistas, fez com que setores como a medicina, a engenharia e a aviação entre outros buscassem formas de auxílio e resolução de alguns problemas. Por exemplo, num possível campo de batalha um médico poderia realizar uma cirurgia em um soldado usando técnicas de realidade virtual, como controlando os braços de um robô.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada foi estudo bibliográfico, revistas e artigos específicos da área

**(Resultados)** Pesquisei sobre realidade aumentada com fins de saber sua atuação na medicina e utilidades públicas.

**(Conclusão)** Logo, as áreas relacionadas à saúde têm sido beneficiadas nos últimos anos com os avanços tecnológicos apresentados pela Realidade Aumentada. Entretanto, alguns desafios ainda precisam ser explorados. Eles limitam o uso efetivo dessas aplicações na rotina dos profissionais da área da saúde e a transferência dessa tecnologia para o setor produtivo, por outro lado, tais desafios criam oportunidades para a pesquisa e desenvolvimento. Segundo (Alankus, 2011) constatou-se que a maioria das aplicações encontradas foram classificadas na área de especialização da Fisioterapia e reabilitação. Verificou-se também que mais de 50% dessas aplicações foram desenvolvidas para serem utilizadas para apoiar o tratamento terapêutico em formato de jogos. Apesar dos desafios já mencionados, a prática de utilizar jogos terapêuticos para apoiar a fisioterapia com pacientes já vem sendo usada e tem apresentado bons resultados. Por outro lado, a segunda área de especialização mais alvejada, a área da Radiologia teve a maioria de suas aplicações desenvolvidas com intenção de uso em procedimentos, para apoiar e melhorar a visualização de ossos, órgãos ou estruturas por meio do uso de radiações, gerando desta maneira a combinação da imagem virtual radiografada com a imagem real que originou os dados. A maior parte das aplicações que foram classificadas na área de especialização da Anatomia foi desenvolvida com fins educacionais. Ensinar anatomia para os cursos de área da saúde é ao mesmo tempo custoso e desafiador. A educação tradicional é baseada no ensino de estruturas topográficas por meio de desenhos e fotos ou pela dissecação de cadáveres. A Realidade Aumentada é promissora dentro desse ramo do ensino uma vez que é possível visualizar objetos virtuais que representam a anatomia humana sobre o corpo do usuário. (Zorzal1, 2014)

**Palavras-Chave:** Realidade, Avanço, Tecnologia.

## ROOTKIT: POUCO CÓDIGO E ALTO IMPACTO NAS EMPRESAS

### **Autor(es):**

*Felipe Thiago Benedito Silva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

*Júlio Hebert da Silva : Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

*Sérgio Gomes de Moraes Vasconcellos Júnior: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

*Davi Fabiano de Melo Saraiva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*

*Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente resumo visa descrever o que é o conjunto de ferramenta rootkit e seus scripts automáticos. Além de mostrar o poder destruidor de um tipo específico de script de um rootkit chamado Illógi e o impacto que ele ocasiona em uma empresa. Um rootkit é um conjunto de programas utilizados para impedir a detecção de atividades maliciosas no sistema, como a presença de usuários não autorizados. Costumam ser usados por invasores para manterem acesso após um ataque bem sucedido, sem que precisem alterar o sistema novamente. Cada rootkit possui diferentes características, mas em geral realiza alguns procedimentos como: esconder informações sobre os processos, esconder seus arquivos; esconder sockets criados para comunicação em rede, modificar ou restringir o acesso aos arquivos de log, etc. O termo “rootkit” vem da junção de “root” e “kit”. “Root”, representa o chamado super-usuário ou administrador, em sistemas UNIX, os quais tem poder completo sobre o sistema. O termo “kit”, vem do conjunto de programas que compõem essa ferramenta de acesso indevido (Rosanes, 2010). Os Rootkits são muito poderosos, além de criarem backdoors (portas) para invasões posteriores, podem ser instalados em lugares diferentes, aumentando seus poderes de controle. O problema fundamental é não poder confiar no sistema corrompido ao ser descoberto um rootkit. (Rosanes, 2010)

**(Metodologia)** A metodologia utilizada foi estudo bibliográfico, artigos e revistas além de detalhar um estudo de caso a partir de um problema real dessa ferramenta maliciosa em confronto com as teorias presentes em livros especializados da área .

**(Resultados)** Ao final do estudo pretende-se apresentar o script do Illógi Rootkit e seu impacto dentro da empresa além de sugerir ferramentas automáticas de detecção para Linux como ‘chkrootkit’, ‘rkhunter’, entre outras.

**(Conclusão)** Mostrar a importância das atualizações de segurança dos sistemas, de controle de malwares - códigos maliciosos que tem um método que o agente ameaçador utiliza para atacar um sistema com uma finalidade específica – os quais já estão cada vez mais incorporando rootkits e de ferramentas de detecção automatizadas. Além da necessidade de senhas fortes para evitar ataques de dicionário ou força bruta e sistemas bem configurados com os mínimos recursos de segurança.

**Palavras-Chave:** rootkit, malwares ,controle

## SOFTWARE DE GESTÃO DE FROTAS: SYS FROTA

### **Autor(es):**

*Jedson Diogo Nascimento Silva : Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Felipe Araújo de Lima: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Allan Henrique Ferreira de Oliveira: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Rayson Vinicius da Silva Coelho: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Luiz Emanuel de Araújo Júnior: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*  
*Israel Eduardo de Barros Filho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O objetivo desse trabalho é evidenciar a possibilidade de desenvolver uma ferramenta para a gestão de frotas de veículos automotores, a fim de solucionar um problema constatado, que não é tratado de forma correta. Foi identificado que as despesas geradas pela frota de veículos de uma empresa são classificadas em duas classes financeiras orçamentárias: combustível e manutenção. Essa maneira de classificação ineficiente impossibilita a organização de separar corretamente as despesas com a frota. Resultando, assim, numa falta de controle de despesas que impactam diretamente no controle financeiro da empresa.

**(Metodologia)** A metodologia adotada para a elaboração desta foi embasa em uma pesquisa realizada junto ao setor financeiro de uma empresa privada do ramo hospitalar na cidade de Natal no estado do Rio Grande do Norte. Onde foram coletadas informações de despesas da frota de veículos da organização.

**(Resultados)** Pensando em uma forma de solucionar esse problema, e conseqüentemente atender a demanda que foi identificada, partimos para o desenvolvimento de uma aplicação de gestão. Um software que irá preencher todas as lacunas deixadas pelo controle deficiente. O Sysfrota inicialmente funcionara da seguinte forma: Primeiramente ele armazenará os dados do veículo que forem inseridos no sistema. Facilitando assim busca dos carros existentes na empresa. O sistema irá dispor de menus que são eles: controle de rota, controle de manutenção, controle de multa, controle de combustível, controle de motorista, controle de marca e modelo de veículos. Após isso o sistema recebera as informações pertinentes a cada tela separadamente e ira gerar gráficos gerenciais com informações pertinentes, para que a empresa possa gerir qual carro esta consumindo mais combustível, qual a reincidência do veiculo na manutenção ou até qual veiculo ou motorista receberam mais multas.

**(Conclusão)** Com isso a empresa poderá automatizar seus processos, especificamente no que tange a gestão da sua frota de veículos, fazendo com que o tempo de resposta para um determinado problema seja mais rápido. Poderá ter um controle maior do que é realizado atualmente, pois as informações estarão separadas e bem explicitas, para que assim seja possível realizar uma gestão que possibilite o gestor tomar a melhor decisão e por fim a empresa poderá administrar melhor os gastos da sua frota, pois o sistema contará com ferramentas de análise que exibirão informações de forma mais amigável e de fácil interpretação, fazendo com que as decisões sejam mais objetivas e assertivas. É importante salientar que o sistema está em versão inicial e que ainda poderá sofrer modificações para inclusão de novos recursos e funções, mediante necessidade da empresa e analise da equipe de desenvolvimento.

**Palavras-Chave:** gestão, software, veículos

## TECNOLOGIA EM UM NEGÓCIO NO RAMO DE SEGURANÇA

**Autor(es):**

*Daniel Cosme Rodrigues: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** a criminalidade no Brasil têm aumentado e se diversificado. Bandidos passaram a agir em conjunto de forma organizada e cada vez mais violenta. Invasões a estabelecimentos bancários, industriais, condomínios residenciais, comerciais, shoppings centers, faculdades, hospitais etc, passaram a ser cada vez mais frequentes. A iniciativa privada e pública precisam se adaptar a essas novas necessidades de segurança. Para isso neste trabalho foi desenvolvido um modelo de negócio utilizando uma aplicação tecnológica e parcerias pública e privada integradas através desta aplicação. este sistema dará ao usuário reconhecimento situacional e tomada de decisão via inteligência artificial. uma interface mobile ou interface web poderão ser utilizados para o acesso. este trabalho pretende mostrar de forma sistêmica, integrada, rápida e visual o modelo de negócio escolhido e como funciona uma empresa de segurança que utiliza este modelo.

**(Metodologia)** A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se estudos e pesquisas com uso de plataformas e infra estrutura nas nuvens no modelo SaaS (software como serviço) e da inteligência artificial Watson da empresa IBM. além disso foram realizados testes em conjunto com a interface de programação do google maps focando nos objetivos propostos, também pesquisas na internet e notícias divulgadas sobre segurança pública. Para a análise do negócio a escolha foi pelo o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2009) que é estruturado em uma tela com nome blocos que descrevem as principais áreas de um negócio.

**(Resultados)** a inteligência artificial tem um grande potencial para ajudar os nossos clientes a melhorarem a segurança e a eficiência, o que, por sua vez se traduz em criar comunidades mais seguras. O mercado de segurança está muito carente de inovações tecnológicas deste tipo e acessíveis de forma simples e rápida . esse trabalho ainda que de forma experimental, propõe a realizar um trabalho inovador tendo um tratamento diferenciado com empresas de segurança privadas como segurança pública formando com eles uma parceria para agregar valor ao negócio. fazendo com que eles encarem a nossa empresa como sendo seu principal parceiro. Essa atividade permite que ampliemos nosso produto na área de segurança eletrônica, introduzindo formas modernas de segurança e inovação tecnológica.

**(Conclusão)** O uso de equipamentos tecnológicos nas ações de segurança garante mais precisão e eficácia . O fato é que as empresas modernas não têm escolha entre adotar ou não adotar técnicas modernas e Levando em consideração que o mercado de segurança é carente por inovações pode-se concluir que a empresa é viável economicamente.

**Palavras-Chave:** tecnologia,segurança

## WI-FI SEGURA OU SEM WI-FI

### **Autor(es):**

*Felipe Thiago Benedito Silva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

*Júlio Hebert da Silva : Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

*Sérgio Gomes de Moraes Vasconcellos Júnior: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

*Davi Fabiano de Melo Saraiva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*

*Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente resumo visa descrever a dependência dos usuários domésticos e empresariais de dispositivos móveis e das redes sem fio. Além de discorrer a cerca dos principais riscos e formas simples de protege-se ao utilizá-la no dia a dia. Com a crescente venda de smartphones nos últimos dez anos, a demanda de pessoas conectadas, cresce cada vez mais, sejam em casa, no trabalho, shopping, e nos diversos locais. A era da informação transformou os hábitos desses usuários, aumentou a conectividade, trouxe acesso a informação rápida de qualquer lugar, permitiu acessibilidade a conhecimento de qualidade, mas não acompanhou a necessidade de conhecer o ambiente, de amadurecimento legal para as novas violações de direito e formas de utilização segura, o que sedeu espaço a Interceptação de dados. Cibercriminosos costumam aproveitar falhas de segurança, para espionar a “ vida “ online das pessoas, seus hábitos de consumo, o que traduz em lucratividade com a venda de dados cadastrais dos usuários, marketing direcionados solicitados ou não principalmente pelas redes sociais e aplicação de golpes. A segurança é um ponto fraco das redes, principalmente as locais sem fio (Wifi) pois o sinal propaga-se pelo ar em todas as direções e pode ser captado a distâncias de centenas de metros utilizando um laptop com antena amplificada o que torna as redes sem fio inerentemente vulneráveis à interceptação (Ohrman, 2003), foco principal desse estudo. Soma-se a isso falhas de configuração ou configuração de fábrica, ausência de testes de intrusão para verificar o item anterior, ausência de criptografia ou senhas fracas, apenas para citar alguns.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada foi estudo bibliográfico, revistas e artigos específicos da área, além de uma pesquisa qualitativa e quantitativa através de 100 questionários nas turmas de diversos cursos de graduação no UNIRN a fim de descobrir se o usuário se sente seguro ou utiliza recursos de segurança ao utilizar a rede sem fio.

**(Resultados)** Ao final do estudo a pesquisa apresentou que cercar de 90% dos entrevistados utilizam wifi em seu dia-a-dia em locais públicos, não se sentem seguros, mesmo assim as utilizam e a maioria não conhecem a navegação privada.

**(Conclusão)** Ao final do estudo pretende-se propor sugestões importantes para melhorar o nível de segurança nesse ambiente, por exemplo: usar criptografia e senhas mais fortes dependendo da finalidade e nível de proteção da rede, além de proteger o elo mais fraco que é o usuário através de política de segurança e treinamento.

**Palavras-Chave:** segurança, redes, usuário



**CONIC**

**2017**

CONGRESSO  
DE INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA

**Graduação Serviço Social**





## A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NAS QUESTÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

### **Autor(es):**

*Edimeyre Kaline Basilio: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A violência no Brasil é um fenômeno comportamental de agressividade complexo que envolve as bases históricas do País e que atinge todas as camadas da sociedade. O Brasil ocupa a 10.<sup>a</sup> posição no ranking dos cem países que mais matam por armas de fogo, conforme dados da OMS (Organização Mundial de Saúde) divulgados em 2014. A posse de armas de fogo é fator determinante para a ocorrência da maior parte da violência registrada no País. A violência contra a mulher se configura como a violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. A Lei MARIA DA PENHA (Lei 11340/06 | Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 no seu rt. 1o Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

**(Metodologia)** Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica a partir da consulta de artigos nos sites e visionamento de vídeos sobre o tema.

**(Resultados)** A atuação do assistente social nas questões de violência contra a mulher podem ser de fundamental importância visto que esse profissional atua, orienta, discute estratégias e encaminha as mulheres para onde possam receber atendimento e ter seus direitos garantidos. A violência doméstica é um problema universal que atinge milhares de pessoas e na maioria das vezes de forma silenciosa e dissimulada e ocorre tanto na rua quanto em casa e na maioria dos casos é praticado pelo marido, o com panheiro, o pai ou padrasto. Essa violência pode assumir várias formas e de todas as maneiras as consequências são desastrosas, causando danos temporários, permanentes ou até mesmo a morte.

**(Conclusão)** Pode-se concluir que apesar de haver uma legislação que hoje ampare a mulher, ainda existe uma grande ausência de políticas públicas que beneficiem essas mulheres com programas e casas de apoio, onde elas possam ter mais defesa e proteção. No contexto de violência contra a mulher é fundamental observar que muitas mulheres não levam em frente suas denúncias, ainda por medo de represálias e em alguns casos por dependerem financeiramente do agressor.

**Palavras-Chave:** Lei Maria da Penha, Violência contra a mulher, Serviço Social.

## A ADOÇÃO NO BRASIL: A NECESSIDADE DE POLÍTICAS VOLTADAS A JOVENS QUE NÃO FORAM ADOTADOS

### **Autor(es):**

*Waleria de Souza Carneiro: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Isadora Camara Aby Faraj: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Amanda Karoline da Costa Bezerra: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Maria Fernanda Cardoso Santos : Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A adoção no Brasil até o século 20 não era uma prática judicialmente regulamentada, as crianças eram entregues às famílias adotantes, mas nenhum direito sobre esse ato era concebido às crianças. Do ano de 1916 a 1965 a lei da adoção passou por várias alterações, como idade mínima para o adotante, filhos adotivos não tinham os mesmos direitos que um biológico, crianças menores de cinco anos que estivessem sofrendo maus tratos ou abandono poderiam ser adotadas e ter os mesmos direitos que filhos biológicos (se a família e o juiz permitissem). No ano de 1979 a 1988 foi aplicada o Código de Menores tendo adoção simples e plena, contudo logo após vieram todos os direitos de um filho biológicos para os adotados. O Estatuto da Criança e do Adolescente entregou em vigor em 1990 (Lei 8.069/1990) priorizando o bem-estar da criança. No ano de 2008 foi criado o Cadastro Nacional de Adoção, que ajuda os profissionais da Vara da Infância e da Juventude com os processos, para que, assim, o adotando tenha maior possibilidade de conseguir uma família, já que abrange o país todo. Entregando os documentos necessários na Vara da Infância a equipe psicossocial procurará compreender as motivações dos adotantes, tendo como prioridade o bem estar do(s) adotando(s) e preparando os familiares para recebê-lo(s). Embora esse fluxo procure garantir os direitos dos adotandos, observa-se ainda que a conta “não fecha” e que, passados alguns anos, crianças mais velhas e adolescentes terminam não sendo adotados, pois há tabus relativos à adoção tardia, de forma que ao completar os 18 anos institucionalizados, há jovens que saem do acolhimento sem nenhuma política que contemple suas necessidades. Há previsão legal de Repúblicas, mas em nosso município não existem instituições do gênero, o que coloca questões urgentes acerca da necessidade de repensar tanto a adoção tardia junto à população em geral como de reivindicar a efetividade da previsão legal para acolhimento desses jovens.

**(Metodologia)** Este trabalho, devido ao seu caráter bibliográfico e documental, foi realizado a partir de bases e referências bibliográficas, tais como artigos, livros e sites, sob os quais as autoras se debruçaram em pesquisas e análises de fotografias.

**(Resultados)** A lei de adoção foi melhorando, gerou mais acessibilidade, porém tendo ainda conceitos a serem vistos, como os adolescentes que não foram adotados tendo que procurar soluções para eles.

**(Conclusão)** A lei de adoção desde 1990 teve certa evolução, tanto no aspecto da abordagem dos processos quanto a dar direitos aos filhos adotivos sem diferenciação do biológico, a priori visando o bem estar psíquico emocional e as necessidades das crianças e adolescentes. Algo a ser observado também é a extrema importância da atuação da equipe psicossocial ao longo de todo o processo de adoção. Em contrapartida, nota-se a necessidade de discutir e colocar em prática as políticas públicas de suporte aos adolescentes maiores de 18 anos, pois devido à ausência de projetos de apoio a esses adolescentes que não foram inseridos numa família, muitos se veem abandonados tanto pela família quanto pelo Estado e, por falta de moradia, qualificação profissional e, conseqüentemente, dinheiro, por motivos de sobrevivência, permanecendo assim em vulnerabilidade.

**Palavras-Chave:** Lei, adoção, psicossocial e Brasil.

**A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO CURRICULAR NO HOSPITAL MEMORIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO FAZER  
PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE.**

**Autor(es):**

*Marina Inaee da Cruz Bezerra: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN  
Larissa Mercia Feitosa de Carvalho: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Clínica Ortopédica Traumatológica de Natal (Hospital Memorial) foi um dos campos de estágio curricular para as graduandas do curso de Serviço Social do UNI-RN, no período de 2016.2 a 2017.1. É uma empresa privada que tem contrato com a UNIMED e presta serviços de forma complementar sendo de alta e média complexidade, para o Sistema Único de Saúde (SUS). Esse aspecto complementar estar amparado pela Lei nº 8.080/1990, no seu Artº 4, inciso 2º A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar. O Serviço Social está presente na instituição desde a sua fundação no ano de 1998. Hoje se caracteriza como a segunda porta de entrada, e conta com duas assistentes sociais que tem a carga horária de trinta horas semanais, dispõem de uma sala exclusiva para o atendimento dos usuários garantindo a inviolabilidade e sigilo profissional previsto por lei no Código de Ética da profissão. O objetivo desse trabalho foi caracterizar a atuação do Serviço Social no Hospital Memorial, apresentando os desafios e as possibilidades de sua intervenção e atribuição baseadas no Código de Ética e nos parâmetros da atuação na saúde, traçar o perfil da população usuária e as expressões da questão social e suas especificidades, além de identificar as demandas diárias do hospital e a burocratização do trabalho. Realizando também projetos de intervenção diante das demandas das assistentes sociais da instituição.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada no presente trabalho foi pesquisa documental e a observação sistemática realizada durante o período em que ocorreu o estágio, além das entrevistas não estruturadas com as profissionais e uma amostragem colhida no período de 16/09 a 27/09 no Hospital.

**(Resultados)** Como resultados constataram-se a relevância do trabalho do serviço social enquanto profissionais mediadores do direito, através da publicização das ações realizadas e enquanto fomentador de ações socioeducativas e de esclarecimento à população dos seus direitos (INSS, DPVAT, SUS, SAD, PRAE). Dentro dessa perspectiva foram elaborados e realizados os projetos de intervenção com foco na viabilização do direito para os usuários, e desenvolveram-se, também, atividades informativas para os funcionários. Identificou-se que a população usuária da instituição é de ambos os sexos com idade média na faixa etária compreendida entre 18 e 45 anos. Verificou-se, ainda que há uma grande parcela de idosos na faixa etária entre 60 e 85 anos, com uma demanda programada.

**(Conclusão)** Conclui-se através da caracterização do trabalho do Assistente Social sua importância no Hospital Memorial e as ações que são desenvolvidas, sendo um profissional que tem em sua construção teórico-metodológico um projeto ético político, baseado na defesa da universalização das políticas sociais e garantia dos direitos sociais.

**Palavras-Chave:** Hospital Memorial, Serviço Social, Estágio Curricular.

## À FILOSOFIA DE SÃO TOMÁS DE AQUINO NO SERVIÇO SOCIAL EUROPEU

### **Autor(es):**

*Waleria de Souza Carneiro: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Raronny Ravena Santos Tavares: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Isadora Camara Aby Faraj: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*  
*Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O serviço social era uma profissão com forte ligação a Igreja Católica e com o Estado, atualmente só com o Estado. A junção da fé e razão segue a corrente filosófica, o tomismo, criado pelo filósofo e teólogo São Tomás de Aquino durante o período medieval, sendo esse filósofo grande nome da Escolástica, ele teve como base a filosofia aristotélica. Ou seja, Aquino cristianiza Aristóteles, usando as ideias desse outro filósofo para argumentar, rebatendo as provocações das heresias. Desse modo, Aquino influencia na construção da Igreja Católica, contribuindo na construção do pensamento, prezando pela harmonia e o equilíbrio entre fé e razão, “entender para crer”, a razão explica a fé, e a fé a razão, querendo provar que Deus existe, a Igreja, conseqüentemente, a profissão do Serviço Social, enquanto os assistentes são intermediadores do povo e do governo, ao procurarem trazer o conceito de justiça e trazer o equilíbrio de direitos. Na Suma Teológica, as ideias Tomistas foram apresentadas não para dizer os conhecimentos de Deus e sim para responder se ele existe ou não, criando desse modo, 5 vias, nas quais são 1 – Movimento: Tudo que se move é movido por outro, 2 - Causa e eficiente: Todo efeito gera uma causa, sendo a primeira dela Deus 3 – Contingente: Uma identidade para seres contingentes que poderiam ou não existir, dependendo assim de outro ser necessário para existir, 4- Grau da perfeição: Existem graus de perfeições, como Aquino cita “Encontram-se nas coisas algo mais ou menos bom, mais ou menos verdadeiro, mais ou menos nobre e etc” e o Deus que gerou, tem todos os graus de perfeição, 5- Ordem e finalidade do universo: É dito como um exemplo “a flecha que não pode por si mesma buscar o alvo, mas ela tem que ser dirigida para o alvo por um arqueiro” sendo assim devemos dizer que existe um ser mais inteligente que dirige todas as coisas do mundo. O serviço social teve início na igreja, pegando suas ideias e trazendo consigo o tomismo, para assim não perder seu fies e mostrando explicações.

**(Metodologia)** Este trabalho, devido ao seu caráter bibliográfico e documental, foi realizado a partir de bases e referências bibliográficas, tais como artigos livros e sites, sob os quais as autoras se debruçaram em pesquisas e análises hipotéticas dedutivas.

**(Resultados)** Ética e política estão relacionadas ao Estado e economia. Pois, uma depende da outra, na política Aquino era a favor da monarquia, como ideia de sociedade justiça. Ele foi referência da idade média, a sua filosofia e teologia foi o parâmetro criado para agir e o pensar daquele tempo. A filosofia é um bom agente do despertar do senso crítico, considerando o homem como animal político (Zoopolitikon), para se conseguir a eudadania (felicidade) é necessário se obter o bem comum da comunidade alcançando assim uma sociedade mais justa, buscando desse modo, a equidade social.

**(Conclusão)** Em virtude dos fatos mencionados, concluiu-se que Aquino teve a percepção que ética, política, Estado e economia dependem um do outro e a parti disso procurou obter o bem comum da comunidade, e de forma similar os assistentes sociais são intermediadores do povo e governo, trazendo com o objetivo de estabelecer justiça e equilíbrio de direito, atuando em politicas públicas.

**Palavras-Chave:** Serviço Social, São Tomás de Aquino e Política.

## A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NA PRECARIZAÇÃO DO CUIDADO AO DEPENDENTE QUÍMICO

### **Autor(es):**

*Edineide Avelino da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Ysabelle de Castro Nóbrega: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*lasmim Jamyli Marreiro da Silva : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Maria Alcione Cordeiro: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Fabiana Lucia da Silva Carvalho: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*  
*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*  
*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho consiste em mostrar a invisibilidade da questão social da dependência química que nos últimos anos cresceu com índices alarmantes nos últimos anos no Brasil e com isso surge novos desafios para garantir a esses usuários público da Política Pública de Assistência Social ,que atua nas diversas questões que afligem essa camada da sociedade, que vão desde o preconceito ,discriminação, violência entres outras como a falta de acesso aos serviços de saúde, educação ,moradia e alimentação enfrentada pelos mesmos, essa problemática visa questionamentos para o cumprimento efetivo das políticas públicas. Mesmo sendo assegurado pela Constituição Federal Constituição Federal de 1988 e outros documentos afins garantirem a qualquer cidadão os direitos iguais, do qual o direito social engloba garantias em caráter individual e coletivo, mas a realidade enfrentada pelos dependentes é outra. E com isso advém nossa atuação profissional para intervir nessa questão social, conscientizando a sociedade e equipamentos públicos que esses cidadãos são vitimas ,visando à garantia de direitos e a promoção do desenvolvimento humano na perspectiva da universalização dos direitos e da redução das desigualdades sociais no universo da família e da sociedade.

**(Metodologia)** Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, realizada a partir de publicações que abordam a temática, respeitando os critérios de inclusão: artigos publicados em português respeitando os últimos cinco anos 2012 -2017 no Brasil.

**(Resultados)** Devido a pouca visibilidade da política pública do cuidado, promoção da saúde e de direitos no cenário atual acerca da questão da “dependência química” por parte do Estado brasileiro da qual foi descaracterizada na ação realizada em 1ºjunho do ano corrente em São Paulo, dando ênfase a repressão e violação de direitos, fator negativo para esses cidadãos que além das dificuldades de recuperação os dependentes químicos especialmente aqueles viciados em crack, o Brasil convive hoje com uma rede de tratamento para dependentes químicos, pequena e precária e com profissionais pouco qualificados.

**(Conclusão)** Constatamos que há uma urgência em criar dimensões reflexivas acerca da problemática, despertando dimensionar tamanhas necessidades que o Estado, bem como todos os entes da nossa sociedade,deva promover a implementação da gravidade dos direitos sociais frente à dignidade da pessoa humana, instigandoo interesse da mobilidade social, desmistificação essa questão social inserindo espaços de diálogos para a inserção de políticas sociais integradas no cuidado ao dependente químico como um todo, tendo vista amenizar os efeitos da violência sofrida por essas pessoas por meio do cuidado. A inserção da política pública de assistência é promover o exercício pleno de cidadania e a inclusão dos usuários no conjunto de serviços disponíveis nos equipamentos sociais existentes e de inseri-los nas relações sociais.

**Palavras-Chave:** DEPENDENTES QUÍMICO,ASSISTENTE SOCIAL,CUIDADO,DIREITO

**A PARTICIPAÇÃO DO PROFESSOR OTTO GUERRA NA CRIAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL EM NATAL: UM RESGATE HISTÓRICO, TEÓRICO E METODOLÓGICO**

**Autor(es):**

*Natália Lira da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Escola de Serviço Social de Natal foi criada em 02 de junho de 1945, por iniciativa da Juventude Feminina Católica Brasileira de Natal (JFCBN), em convênio com a LBA (Legião brasileira de Assistência), sendo a sétima Escola de Serviço Social fundada no Brasil e a segunda da Região Nordeste. O Professor Otto Guerra foi um dos propulsores do curso, ministrando as primeiras aulas de visitadoras sociais, e posteriormente como professor da Escola de Serviço Social em Natal. O objetivo desta pesquisa foi compreender, por meio da figura histórica do Doutor Otto Guerra, o momento histórico e os princípios teórico-metodológicos contidos no momento da criação da escola de Serviço Social de Natal.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica de natureza histórica, além de incluir a entrevista concedida pelo professor Otto Guerra, obtida no Instituto de mesmo nome. Para explorar o material, utilizou-se o fichamento como base para a construção da presente análise, além da pesquisa de imagens da época em sites da internet. O momento histórico vivido naquela época no Rio Grande do Norte era de tensão, com a entrada do Brasil na guerra em 1942 e o período prolongado das secas no estado aumentando o número de habitantes na cidade. Consequentemente o encarecimento da vida e o desnível social cresceram consideravelmente. A necessidade de uma equipe preparada para atender às questões sociais do estado era um fator emergencial. A chegada da Escola em Natal foi um acontecimento de grande importância, um marco para o momento social vivido naquele determinado momento. A notícia foi publicada nos principais meios de comunicação época.

**(Resultados)** A Escola de Serviço Social de Natal foi criada em 02 de junho de 1945, por iniciativa da Juventude Feminina Católica Brasileira de Natal (JFCBN), em convênio com a LBA (Legião brasileira de Assistência), sendo a sétima Escola de Serviço Social fundada no Brasil e a segunda da Região Nordeste. O Professor Otto Guerra foi um dos propulsores do curso, ministrando as primeiras aulas de visitadoras sociais, e posteriormente como professor da Escola de Serviço Social em Natal. O objetivo desta pesquisa foi compreender, por meio da figura histórica do Doutor Otto Guerra, o momento histórico e os princípios teórico-metodológicos contidos no momento da criação da escola de Serviço Social de Natal.

**(Conclusão)** Conclui-se que além de inúmeros fatores sociais, outros aspectos contribuíram para a criação da Escola, não apenas em Natal ou no Brasil, mas no âmbito mundial. Às encíclicas papais Rerum Novarum, do Papa Leão XII, emitidas em 15 de maio de 1891, tiveram uma fundamental contribuição. As encíclicas traziam uma mensagem política e “apaziguadora” sobre os conflitos de classes e questões sociais que ocorriam na época, o Papa fez críticas à ambição e as formas de exploração de trabalho. E nesse processo de reconceituação política, religiosa e histórica surge o Serviço Social.

**Palavras-Chave:** Escola de Serviço Social de Natal, Professor Otto Guerra, História do Serviço Social de Natal.

## A SITUAÇÃO DO IDOSO NO TRANSPORTE PÚBLICO DE NATAL/RN

### **Autor(es):**

*Ana Beatriz de Lima Franca: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Valeska Layana de Souza Aguiar: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Iara Ferreira de Souza Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Ana Beatriz Pereira Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O acesso gratuito ao transporte público é um direito de todos os idosos segundo o seu Estatuto. De acordo com o artigo 39, da Lei nº 10.741, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, as pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos já têm a gratuidade assegurada nos transportes urbanos e semiurbanos, bastando apresentar documento pessoal (Identidade) com foto que faça prova de sua idade. Vemos nos dias atuais que ainda existem preconceitos que visam chegar até em violência com idosos, principalmente nos transportes públicos. Sofrem maus tratos, agressões verbais por cobradores e motorista, ou até mesmo por usuários mais jovens do transporte público na utilização dos assentos exclusivos. Violência essa a começar com as escadas dos ônibus que são altas dificultando ao idoso de subir para o ônibus, as roletas que muitas vezes são apertadas e pesadas de movê-las. O desrespeito não só para com as pessoas idosas, mas para com os usuários do serviço ainda é muito frequente, na insensibilidade dos profissionais do transporte urbano, ao trafegar em alta velocidade passando por buracos e dando arranques no ônibus configurando notadamente agressão principalmente à população idosa.

**(Metodologia)** Foi realizada uma pesquisa a respeito do assunto colocado, por meio de consulta bibliográfica onde serão examinados artigos, documentos, leis do Estatuto do Idoso, cartilhas da OAB e também buscas em sites de pesquisas na internet.

**(Resultados)** Sabemos que a violência não é uma questão social nova, e quando se trata de violência contra o idoso principalmente e estar presente em nosso dia – a – dia de diversas formas. Seja ela, verbal, psicológica, discriminação, física, dentre outros inúmeros tipos. Muitas vezes violência essa que muitas vezes impede o papel social desse grupo etário perdendo a respeitabilidade física e emocional. A violência acontece como quebra da expectativa positiva dos idosos em relação às pessoas e instituições que os cercam (Camarano, 2007). No transporte público não é diferente que além do idoso passar pelas dificuldades da sua vida cotidiana devido à idade, ainda tem que passar por grandes desafios ao se deslocarem de um local para o outro necessitando transporte público. À começar pelo ponto de ônibus onde idosos pedem parada e simplesmente alguns motoristas fingem não ver, que não tem ninguém ali e passam direto como se nada tivesse acontecido. Outra forma de violência é ao subir nos ônibus que acesso as escadas é alto para eles dificultando ainda mais ao acesso dessas pessoas no transporte público, roletas apertadas e difíceis de girar, onde a pessoa idosa não tem mais aquela força de quando mais jovem, são esses tipos de violência que idosos tendem a enfrentar no dia – a – dia ao precisar se deslocar utilizando o transporte público. Motorista que não espera o idoso sentar-se antes de dar partida, colocando muitas vezes a pessoa idosa em risco por serem frágeis. Assentos reservados para os idosos são ocupados por jovens que não respeita o direito do idoso. Discriminação, negligência, maus tratos, omissão são violências vivenciadas pela população idosa com mais frequência no dia – a – dia no transporte público de Natal/RN.

**(Conclusão)** O transporte público coletivo é o meio de transporte mais utilizado por grande parte da população e principalmente da pessoa idosa, onde eles têm total direito de pegar um transporte público para ir à busca de outros direitos. Seja ela, educação, saúde, lazer. Direito esse que nunca deve ser negado nem tirado dessas pessoas. Com isso a presente pesquisa traz de forma sucinta a questão do dia – a – dia da pessoa idosa nos transportes públicos da cidade de Natal/RN, onde vemos as dificuldades, violências enfrentadas por esses idosos ao necessitar do transporte público.

**Palavras-Chave:** idoso, transporte público, Estatuto, direito

## A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA ATUALIDADE

**Autor(es):**

*Rosenilda Maria Izaquiel : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Por meio da Análise de Estudos no Município de Natal-RN foi Realizado um projeto de TCC á violência a mulher, no período de Agosto de 2016 á junho de 2017, pretende-se através de revisões da literatura encontrar respostas para alguns questionamentos, Porque mesmo com a lei Maria da Penha ainda ocorre a violência contra a mulher?

**(Metodologia)** Para o alcance dos objetivos propostos foi realizada coleta de dados primários e secundários, análise de dados qualitativos.

**(Resultados)** A escolha do tema do presente estudo que dará base ao Trabalho de Conclusão de Curso se deu a partir do Estágio Supervisionado No Núcleo De Prática Jurídica Do UNI-RN, no período de 2016.2 á 2017.1 no qual insere-se o serviço social no atendimento as demandas relativas as diversas refrações da questão social. A partir dessa vivencia constatou-se um alto índice de mulheres vitimas da violência domestica. A Lei Maria da Penha (lei nº 11.340,2006) sessão Plenária aprovou a lei em 12 de julho de 2006. TIPOS DE VIOLÊNCIA COMETIDA CONTRA A MULHER – Violência de gênero A violência contra a mulher pode se manifestar de várias formas e com diferentes graus de severidade. Estas formas de violência não se produzem isoladamente, mas fazem parte de uma sequência crescente de episódios, do qual o homicídio é a manifestação mais extrema. – Violência de gênero Violência de gênero consiste em qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. A violência de gênero é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, em que a subordinação não implica na ausência absoluta de poder. – Violência intrafamiliar Violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. – Violência doméstica A violência doméstica distingue-se da violência intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico. Incluem-se aí empregados(as), pessoas que convivem esporadicamente, agregados. – Violência física Ocorre quando uma pessoa, que está em relação de poder em relação a outra, causa ou tenta causar dano não acidental, por meio do uso da força física ou de algum tipo de arma que pode provocar ou não lesões externas, internas ou ambas. – Violência sexual A violência sexual compreende uma variedade de atos ou tentativas de relação sexual sob coação ou fisicamente forçada, no casamento ou em outros relacionamentos. A violência sexual é cometida na maioria das vezes por autores conhecidos das mulheres envolvendo o vínculo conjugal (esposo e companheiro) no espaço doméstico, o que contribui para sua invisibilidade. Esse tipo de violência acontece nas várias classes sociais e nas diferentes culturas. Diversos atos sexualmente violentos podem ocorrer em diferentes circunstâncias e cenários. – Violência psicológica É toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano á autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui: • Insultos constantes • Humilhação • Desvalorização • Chantagem

**(Conclusão)** O objetivo do meu estudo na Prática Jurídica do UNI-RN, é combater de uma forma preventiva a violência domesticas sofridas pela maioria das usuárias que procuram os serviços da unidade. As informações sobre a lei Maria da Penha, os efeitos da lei quando ocorre a denuncia as autoridades policiais, surgem os resultados e seus direitos de viver sem violência , sua dignidade são devolvidos. Através de estudos e pesquisas filtramos alguns tipos de violências sofridas pelas mulheres , no Brasil e Rio Grande do Norte.

**Palavras-Chave:** Prática Jurídica, Serviço Social, UNI RN

**ATENÇÃO BÁSICA A PESSOA IDOSA NO HOSPITAL RUY PEREIRA: O DIREITO E O ACESSO AO CUIDADO!**

**Autor(es):**

*Patrícia dos Santos Dias: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem como objetivo principal propor à problemática na atenção básica a pessoa idosa, sobretudo, aqueles internos em unidades de saúde especificamente no Hospital Ruy Pereira dos Santos. Apresentando assim, uma proposta e um olhar sobre a saúde no Estado do Rio Grande do Norte e a qualidade desses serviços. Compreender o processo saúde – doença como fator para se analisar o ciclo de vida de cada indivíduo. Segundo a (OMS – 1946). A saúde é um estado de completo bem – estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade. Gozar do melhor estado de saúde que é possível atingir constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de raça, de religião, de credo político, de condição econômica ou social. (OMS – 1946) O bem – estar de cada indivíduo lhe garante certa autonomia sobre seu corpo, alimentação adequada e, sobretudo a formação da consciência para que essa pratica seja uma constante em seu dia-a-dia.

**(Metodologia)** Com vistas a alcançar os objetivos propostos utilizaremos revisão bibliográfica, para analisar a atenção básica a pessoa Idosa tratando – se aqui dos idosos do Hospital Ruy Pereira devendo ser os mesmos levados a serem conhecedores desse cuidado básico e integral para um tratamento que evite reincidentes.

**(Resultados)** Foi realizado questionário com alguns idosos pacientes do Hospital como também com seus acompanhantes/ cuidadores e de acordo com alguns relatos os pacientes são ainda na maioria das vezes desenformados de seu tratamento de maneira a ter uma orientação adequada. percebeu - se durante a pesquisa que o cuidado exige um processo inicial como uma tríade unidade básica , família , hospital a fim de que o paciente possa realizar de forma consciente seu tratamento.

**(Conclusão)** Os profissionais do Serviço Social por meio de seu conhecimento teórico – metodológico com um olhar ético político inscrito no código de ética da profissão vendo na pessoa idosa seu ser como um todo, história, família será peça chave a essas ações propondo aos outros profissionais envolvidos no processo de recuperação do usuário do serviço do SUS no Hospital Ruy Pereira - HRPS durante sua permanência ai.

**Palavras-Chave:** cuidado.idoso.serviço social.

**ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL NO WALFREDO GURGEL NATAL-RN**

**Autor(es):**

*Thalita Rodrigues Dos Santos: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A partir da experiência de estagio supervisionado I e II em Serviço Social, constatou-se a necessidade de se discutir o fazer profissional do serviço social na saúde considerando o recorte da sua dimensão ética devido à complexidade da atuação profissional na atualidade que demanda destes profissionais a constante necessidade de aprimoramento intelectual no que se refere ao compromisso com o Código de Ética profissional e o projeto ético político da profissão.

**(Metodologia)** A presente pesquisa se propõe a discutir os limites e possibilidades das principais atribuições e competências do assistente social na saúde com o recorte para a sua dimensão ética visando enfatizar a importância do constante aprimoramento intelectual como um compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população. As estratégias metodológicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica acerca dos direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, e a pesquisa exploratória, com base na necessidade de se discutir o fazer profissional do serviço social na saúde na sua dimensão ética devido à complexidade da atuação profissional na atualidade que demanda destes profissionais a constante necessidade de aprimoramento intelectual no que se refere ao compromisso com o Código de Ética profissional e o projeto ético político da profissão. A atuação em equipe, portanto, vai requerer do assistente social a observância dos seus princípios ético-políticos, explicitados nos diversos documentos legais (Código de Ética Profissional e Lei de Regulamentação da Profissão, ambos datados de 1993, e Diretrizes Curriculares da ABEPSS, datada de 1996). (CFESS, 2010, p.46).

**(Resultados)** O profissional do serviço social contribui então na gestão e no planejamento e busca a intersetorialidade, na perspectiva de conceber a saúde no âmbito da Seguridade Social. Com isso surge outra demanda dada aos assistentes sociais, que é a sua inserção nos processos de auditoria de gestão, a partir do monitoramento, investigação, regulação e avaliação dos serviços prestados, com o objetivo da melhoria da qualidade dos serviços, buscando superar os impasses vividos na política de saúde.

**(Conclusão)** Vale ressaltar outro aspecto de muita importância ligado a mobilização e participação social refere-se à articulação com movimentos sociais, importante tanto para fortalecer os fóruns ou conselhos como para estabelecer relações com determinadas demandas institucionais, como também para discutir acerca da política de saúde e traçar alternativas para a garantia dos direitos sociais. Outros pontos importantes a serem discutidos são investigação, planejamento e gestão. Tem como objetivo o fortalecimento da gestão democrática e participativa capaz de produzir, em equipe e também intersetorialmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos usuários e trabalhadores de saúde, na garantia dos direitos sociais. Isso se dá, a partir do processo de descentralização das políticas sociais que vem exigindo aos profissionais de Serviço Social a atuação nos níveis de planejamento, gestão e coordenação de equipes, programas e projetos.

**Palavras-Chave:** Serviço Social; Saúde; Ética

**HOSPITAL WALFREDO GURGEL, SERVIÇO SOCIAL E ESTÁGIO.**

**Autor(es):**

*Francisco de Assis Silva Rodrigues de Lima: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Complexo Hospitalar Monsenhor Walfredo Gurgel- HMWG é uma unidade hospitalar, localizada na cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte. É o maior hospital público para atendimento do trauma no Estado. O complexo se refere a estrutura do Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel juntamente com o Pronto-Socorro Dr. Clóvis Sarinho. Administrado pela Secretaria de Estado da Saúde Pública - SESAP, foi inaugurado em 14/03/1971 como Hospital Geral e Pronto Socorro de Natal. Em 31 de março de 1973 recebeu o nome de Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, em homenagem ao ex-governador. Construído por um sacerdote da Igreja Católica que na época exercia a função pública de governador. No início de sua fundação tinha aproximadamente 330 funcionários, hoje com mais de 1.700 ainda não consegue dar conta da demandas apresentadas. O HMWG é referência no atendimento de urgência pelo SUS há mais de quatro décadas e é o único hospital público da região metropolitana de Natal que conta com esse serviço. É um hospital de referência de urgência e emergência. Centros cirúrgicos, Unidade de Terapia Intensiva, Centro de Tratamento de Queimados, ortopedia, neurologia e neurocirurgia, entre outras especialidades. O hospital está dividido em 7 setores cada um com sua realidade, entre esses setores existe o de Serviço Social. **OBJETIVO.** Mostrar o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social enquanto campo de estágio da profissão nos dias atuais.

**(Metodologia)** O trabalho foi realizado a partir da observação "in loco", da pesquisa documental, a partir da leitura dos cenários realizados por estagiários e profissionais e a pesquisa bibliográfica em sites sobre o assunto.

**(Resultados)** Os resultados encontrados mostram que o setor de serviço social ainda atua com muitas dificuldades, em termos de infraestrutura e com uma equipe reduzida para o porte do hospital. A escassez de recursos materiais e financeiros gera insatisfações dos usuários e dificulta a realização de ações consideradas prioritárias. Apesar de ter um sistema com Bancos de Dados online, o setor ainda não se adequou a essa realidade, trabalhando, ainda, no sistema de lápis e caneta. São feitas visitas aos pacientes diariamente por duas vezes. Há transferências internas e externas todos os dias monitorados pelo serviço social. A redução da equipe que era constituída por 30 pessoas, atualmente, só restam 18. Com isso, os profissionais ficam sobrecarregados, causando cansaço e desmotivação, dificultando uma aproximação direta com os pacientes e com os acompanhantes.

**(Conclusão)** Os profissionais do setor de Serviço Social trabalham com muitas dificuldades de ordens: Infraestrutura, informática, ambiente físico humanizado insuficiente. Há uma grande necessidade de reformulações no setor, dotando de condições mais humanizados de trabalho. Isto com certeza refletirá em melhor qualidade de trabalho para todos.

**Palavras-Chave:** Hospital Walfredo Gurgel, Serviço Social e estágio.

## **IDOSOS QUE CUIDAM DE IDOSOS: DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI**

### **Autor(es):**

*Ivone Medeiros Ramalho: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No Brasil o IBGE apontava em 2015 uma expectativa geral de 75,5 anos. Para os homens a expectativa era de 71,6 anos e para as mulheres 78,8 anos. Logo ela cresceu, mais que o dobro do registrado há um século, e, segundo projeções, em 30 anos o país terá mais de 300 mil cidadãos centenários. O aumento da longevidade traz uma preocupação: como garantir qualidade e padrão de vida para fazer com que esses anos? A melhoria do nível médio de renda da população brasileira deveu-se em muito a fatores históricos como processo de industrialização e urbanização, controle da inflação nos anos 90 e valorização progressiva do salário mínimo. Além disso, o processo de globalização possibilitou o acesso mais fácil e barato a produtos e serviços que melhoraram a saúde. Deste modo, constata-se que a revolução da longevidade está em pleno movimento no Brasil. O número de idosos brasileiros (com 60 anos ou mais) aumentou de 4,7% em 1960 para 10,8% em 2010. Até 2050, vai triplicar, chegando a 29%. Frente a este cenário o objetivo da presente pesquisa é explicitar os desafios vivenciados por idosos que cuidam de outros idosos.

**(Metodologia)** Pesquisa documental na legislação brasileira que trata sobre o idoso e estudo de caso com uma idosa que cuida de outro idoso a fim de captar o seu olhar enquanto sujeito da pesquisa.

**(Resultados)** Quando se trata de idosos mais idosos, o estrato formado por indivíduos octogenários está sendo comumente chamado de quarta idade. Sua dependência dos cuidados de outrem está relacionada à impossibilidade destes indivíduos se autocuidarem e por motivos do elevado custo da assistência hospitalar e institucional para idosos dependentes de cuidados, a atual tendência, em muitos países, incluindo o Brasil, é que os idosos permaneçam em suas casas sob os cuidados da família. Para melhor se adequar a esta realidade, o Estatuto do Idoso criou um adendo para conferir prioridade aos idosos acima de 80 anos frente aos de 60. No caso pesquisado a cuidadora sente-se muito apoiada pela família, fato este que lhe dá forças para prosseguir. Além disto, a mesma possui auxiliares para os serviços domésticos, o que lhe diminui a sobrecarga de trabalho. Contudo, demonstra que não tem tempo para fazer o que gosta.

**(Conclusão)** A tendência no aumento do número de idosos cuidadores de outros idosos agrava-se quando estes se encontram inseridos em contextos de pobreza, ficando mais expostos à situações de vulnerabilidade, sendo maiores os prejuízos à qualidade de vida e ao bem-estar desses indivíduos. Esses cuidadores podem estar acometidos por comorbidades, fato que pode contribuir para o prejuízo do cuidado oferecido. A vulnerabilidade social determina carências de recursos individuais, familiares e sociais para atender às necessidades dos idosos.

**Palavras-Chave:** Idoso. Serviço Social. Longevidade.

## INCLUSÃO SOCIAL E SEXUALIDADE QUANTO DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Autor(es):**

*Francisca Edileuma Maia de Medeiros: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente estudo propõe analisar e discutir direitos fundamentais e sociais, previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, fazer uma reflexão acerca da inclusão social, relacionando com o tema sexualidade, na contemporaneidade, envolvendo valores culturais da sociedade em geral e as Pessoas Com Deficiência. Na atualidade torna-se necessário o debate sobre a diversidade humana. A história da humanidade nos mostra o quanto os temas como: sexualidade, pessoa com deficiência e direitos são polêmicos e ao mesmo tempo complexos, isso revela a necessidade que a população apresenta quando se trata dessas questões, uma vez que, constitucionalmente representam direitos de todas as pessoas exercerem suas escolhas e desejos, independentemente de suas diferenças é preciso que sua diversidade seja respeitada.

**(Metodologia)** A realização desse trabalho ocorreu através de pesquisa bibliográfica, tendo como base A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão – LBI/Estatuto da Pessoa Com Deficiência e análise de publicações de artigos correlacionados, bem como através de uma experiência de estágio curricular, na área do Serviço Social, no Projeto de Extensão Esporte e Superação do UNI-RN, para Pessoas Com Deficiência, através de atividades desenvolvidas por meio de palestras, rodas de conversas, seminários dentre outras em sala de aula.

**(Resultados)** Espera-se com a proposta e temática da pesquisa, incentivar o público alvo e outros estudantes para o debate, também divulgar o assunto, tornando-o mais conhecido por estudantes e profissionais do serviço social, Percebe-se que essa ainda é uma questão que necessita ser ampliada nas diversas áreas, uma vez que foi possível identificar que a cultura predominante na sociedade atual, ainda é uma cultura embasada em tabus quando se trata de sexualidade, mas ao mesmo tempo uma questão primordial para a sociedade.

**(Conclusão)** Entende-se que o preconceito com relação a sexualidade das Pessoas Com Deficiência, tem relação direta com os valores culturais, se manifesta em forma e gestos de opressão. Foi possível identificar que o grupo é visto como pessoas assexuadas, os direitos sobre seus corpos e de suas escolhas são negados, quanto sujeitos de direitos no que se referem a dignidade da pessoa humana. Conclui-se com o trabalho que ao discutir o tema com a sociedade em geral, promove o entendimento e importância de cada pessoa exercer sua cidadania, significa reconhecer que o assunto representa um problema histórico e cultural, logo, é possível reverter essa realidade, como veículo de fortalecimento dos direitos fundamentais e sociais das Pessoas Com Deficiência.

**Palavras-Chave:** sexualidade, dignidade humana, Pessoa Com Deficiência.

## INSTITUTO JUVINO BARRETO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

### **Autor(es):**

*Igor Victor Feliciano da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Cláudia Felipe dos Santos : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Jarlene Jaciara Cândido: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Debora Maria Oliveira da Silva: Discente do curso de Fisioterapia do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN*

*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A instituição para idosos denominada de Instituto Juvino Barreto foi criada no de ano de 1942, por iniciativa da Igreja Católica. Inicialmente, prestava o serviço de apoio aos flagelados da seca e das pessoas atingidas pelo pós II Grande Guerra, onde o foco principal dos atendimentos eram idosos e crianças. Posteriormente, o local passou a pertencer ao SERAS (Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social). A instituição em questão, desde o início, foi de grande importância para o Estado do Rio Grande do Norte. Porém, nos tempos atuais, está sofrendo com o descaso e abandono do poder público, situação essa que atinge aos idosos e cresce em todo território brasileiro. O local é habitado por 53 idosos divididos em alas feminina e masculina. Antes o Juvino Barreto sobrevivia da verba repassada pelo Estado, a mesma foi cortada trazendo grandes prejuízos para a instituição, segundo informações colhidas no local. No momento o Instituto recebe, apenas, as verbas do município. Além disso, conta apenas com a aposentadoria dos idosos, que fica na faixa de R\$ 49.661,00. Esse valor é calculado em cima do valor do salário mínimo (aposentadoria por idade), podendo, às vezes, ser maior que o informado. O objetivo do trabalho foi conhecer a instituição e o trabalho que é desenvolvido com os idosos.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada foi a observação realizada na visita “in loco,” as conversas informais com os idosos bem como a leitura de textos alusivos ao tema a partir de sites e artigos publicados em periódicos da área.

**(Resultados)** As conversas informais mostraram que todos os idosos tinham a esperança de que iriam voltar para casa. Muitos possuem filhos ou familiares, que não os visitam há anos. Foram constatados alguns problemas relacionados com a infraestrutura e o funcionamento: o lugar está abandonado pelo estado, ocasionando os serviços de prestação solidária, ou seja, dependem de doações e solidariedade da sociedade para se manter; a higiene é precária; falta um veículo para o deslocamento dos idosos, caso precisem, pois no local só tem uma ambulância e a mesma não tem os equipamentos necessários para a deslocação de pessoas com essas dificuldades de mobilidade; há falta de funcionários em número e capacitados para lidar com esse segmento atividades de lazer, banho de sol, interativas, entre outros. Alguns idosos estão muitos debilitados e há necessidade de um acompanhamento diário por médicos e especialistas da área geriátrica e de profissionais como, psiquiatras, psicólogos ou outros que poderiam melhorar as condições de permanência no local e sua qualidade de vida.

**(Conclusão)** A instituição necessita de reformas e reparos na sua estrutura física, além de mais ambientes de recreação para os idosos que, aparentemente, estão entediados. Mesmo que muitos sejam portadores de Alzheimer ou outras doenças neurológicas e demenciais., entendem que aquele local não é o seu lar e não se sentem ambientados naquele espaço. A instituição ainda necessita de alimentos e produtos básicos para os cuidados com a pessoa idosa, como fraldas geriátricas, e outros itens para os cuidados básicos com a saúde.

**Palavras-Chave:** Instituto Juvino Barreto, Idoso, Saúde, Qualidade de vida.

## INVISIBILIDADE DA ETNIA CIGANA DO RIO GRANDE DO NORTE.

### **Autor(es):**

*Ysabelle de Castro Nóbrega: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Rosemary Sotero da Silva Ribeiro Ferreira: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN*  
*Iasmim Jamyli Marreiro da Silva : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Maria Alcione Cordeiro: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Fabiana Lucia da Silva Carvalho: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Ciganos designa um conjunto de populações nômades que têm, em comum, a origem indiana e uma língua (o romani). Originários do noroeste do subcontinente indiano, também são conhecidos pelos termos boêmios, gitanos, calons (no Brasil), judeus (em Minas Gerais), quicos (em Minas Gerais e São Paulo), calés e calós. Essas populações constituem minorias étnicas em numerosos países, inclusive no Brasil. A problemática relativa à inclusão/exclusão dos ciganos é uma discussão complexa e abrangente. Os ciganos são grupos em situação de exclusão (escola e educação, emprego e formação, habitação, saúde, justiça), paralelamente às situações referidas sofrem discriminação racial e xenofobia. No Rio grande do Norte. Existem acampamentos em municípios localizados no interior do estado, pouco conhecidos da população, em geral, em situações de vulnerabilidade social.

**(Metodologia)** Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, realizada a partir de publicações que abordam a temática, respeitando os critérios de inclusão: artigos publicados em português, nos últimos cinco anos 2012 -2017 no Brasil.

**(Resultados)** : No Brasil, alguns ciganos são encontrados morando em casas, muitas delas luxuosas, ou em acampamentos de barracas. Alguns grupos se dedicam ao trabalho de fabricação, reparo e venda de utensílios de metal, enquanto outros se dedicam ao comércio e outras atividades correlatas. O preconceito é o principal problema enfrentado pelas famílias ciganas no país. Segundo os primeiros cadastros realizados por parcerias entre grupos de pesquisa e apoio de instituições como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RN) e a Pastoral dos Nômades do Brasil, o estado do RN apresenta uma população cigana em torno de 5400 pessoas. Essa população está distribuída em doze cidades do estado, sendo que 70% desse total são ciganos sedentários. No entanto, os dados da Secretaria de Saúde apontam para uma população de 10 a 12 mil ciganos, no território potiguar, atualmente. Há, portanto um desconhecimento sobre os ciganos e certamente é, certamente, uma das causas da invisibilidade desta população, do preconceito e o cerne das muitas iniquidades no Sistema Único de Saúde (SUS).. Constatou-se a partir do levantamento bibliográfico que os estudos a respeito das relações entre sociedades contemporâneas e as tradicionais demonstram que há urgência em criar dimensões reflexivas acerca dessa problemática. Há necessidade de se despertar o interesse por uma maior mobilidade social, desses grupos, desmistificando a questão cultural, inserindo espaços de diálogos entre membros da sociedade e a referida etnia, inserindo o Estado e outros entes da sociedade na luta por esta questão social.

**(Conclusão)** Não é possível dizer com certeza, atualmente, quantos são os ciganos, no Brasil, nem nos estados. Nenhum dos índices do censo ajuda a recortar os ciganos, pois não há uma categoria no censo demográfico que permita contar como os ciganos se identificam. Na verdade, não existe legislação do ponto de vista de direitos especiais que leve em conta sua particularidade. Há necessidade de se colocar na pauta das ações governamentais a discussão sobre as vulnerabilidades a que certos grupos populacionais estão expostos, incluindo o ciganos, colocando-os na pauta no planejamento das ações de saúde, educação, inclusão, etc. para o cumprimento efetivo das políticas públicas existentes, promovendo a implementação dos direitos sociais na busca da dignidade da pessoa humana, como reza a Constituição de 1988.

**Palavras-Chave:** Ciganos, invisibilidade, vulnerabilidade, políticas públicas

**O PROCESSO TÉCNICO-OPERATIVO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE A DOAÇÃO DE SANGUE: PRONTO SOCORRO CLÓVIS SARINHO**

**Autor(es):**

*Luiza Donata Torres de Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

*Rachel Ribeiro Resende dos Santos Melo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os estágios curriculares I e II aconteceram no Complexo Hospitalar Monsenhor Walfredo Gurgel, especialmente no Pronto Socorro Clóvis Sarinho, compreendendo o período de agosto de 2016 a junho de 2017, sob orientação da assistente social do setor designada. O presente trabalho compreende as experiências de estágio, as intervenções realizadas a respeito da doação de sangue no Pronto Socorro, os resultados esperados e obtidos, a metodologia utilizada, os referenciais de embasamento teórico e as conclusões de todo o processo. Durante o período de observação e análise de atuação profissional, foi pensado a respeito da intervenção que seria realizada posteriormente, do objeto a ser estudado ou analisado para realização das ações. Daí, então, foi pensado em realizar as ações com base na educação em saúde sobre doação de sangue e o papel do serviço social diante dessa demanda, explanando a importância da orientação sobre doação de sangue no Pronto Socorro em caráter permanente.

**(Metodologia)** As intervenções foram realizadas durante os meses de abril e maio e se pautaram na importância do serviço social no processo de doação de sangue, em seu caráter educativo e de orientação social aos usuários. As ações propostas foram rodas de conversa, orientações a respeito de aspectos básicos, critérios, prós e contras da doação de sangue e de sua importância como um exercício de cidadania e uma palestra com uma assistente social do Hemonorte para os usuários. Foi proposto, também, aplicar um pequeno questionário de avaliação das ações, para os usuários.

**(Resultados)** Todas as ações propostas foram realizadas, com exceção da palestra proposta, que, por motivos técnicos, não foi executada, e da aplicação dos questionários, que, devido a uma profunda análise da realidade não foram aplicados. No geral, as ações realizadas tiveram resultados positivos, que possibilitaram a análise aprofundada da realidade social dos usuários e da atuação profissional na unidade. A proposta era abordar um assunto pouco discutido no hospital, assim como democratizar as informações a respeito do processo de doação de sangue, desmistificando questionamentos e realizando a aproximação do serviço social com os usuários. Além de, mesmo que não se constitua como atribuição privativa e principal do serviço social no setor, mostrar a importância do serviço social na orientação em saúde sobre doação de sangue, como agente de intervenção direta na realidade social. Ao longo das intervenções foram abrangidos 135 usuários nos diversos setores do Pronto Socorro, por meio das rodas de conversa, que mostraram que muitos usuários não sabiam os critérios básicos necessários às doações de sangue e tiveram muitas dúvidas a respeito da real necessidade da doação e sua importância como um ato de cidadania. Do total de 135 usuários, apenas 15 usuários relataram já ter doado sangue, de modo esporádico ou fidelizado, e ressaltaram a importância do ato para a sociedade e, especialmente, para o Hospital.

**(Conclusão)** As intervenções sociais sobre doação de sangue foram de extrema importância para o estágio curricular, onde foi possível sentir, na prática, como é ser assistente social e suas perspectivas de atuação acerca da realidade social dos usuários, no cuidado às singularidades dos indivíduos, nos desafios impostos e na atuação profissional dentro do Complexo Hospitalar. Dessa forma, é possível concluir que o período de aproximadamente um ano de estágio realizado no Complexo Hospitalar, representou uma compreensão mais aprofundada da atuação profissional e experimentar, na prática, como será após o término da graduação e no exercício como assistente social.

**Palavras-Chave:** serviço social; doação de sangue; atuação profissional.

## O SERVIÇO SOCIAL JUNTO A OPO NO HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL NATAL/RN

**Autor(es):**

*Evertiliane Costa de Moura: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente estudo se propõe a analisar a atuação do serviço social junto a Organização de procura de órgãos no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, onde nele foi possível adquirir conhecimento da prática profissional do assistente social na saúde, a partir da experiência de estágio período de 2016.2 a 2017.1. Buscando sempre novos caminhos para mudanças positivas, a equipe do serviço social busca aprimoramentos, e efetivação de um atendimento mais participativo, e amplo. Mediando e articulando, as relações com as equipes e os usuários.

**(Metodologia)** Para a realização desta pesquisa, foram usados referenciais teóricos, de autores que dão aporte ao serviço social. Foi feita uma pesquisa bibliográfica, exploratória documental, onde dentro da pesquisa, foi possível fazer uma análise do serviço social no âmbito da saúde, buscou-se em artigos informações a respeito da Organização de Procura de Órgãos (OPO). Partindo dessa análise, foi possível perceber a importância do serviço social, atuando junto a OPO.

**(Resultados)** Para fundamentar esta intervenção, foi preciso lançar mão de alguns autores que dão aporte a atuação do serviço social na saúde. Para tanto, apresenta-se aqui, o serviço social na saúde em dias atuais, em que se é necessário rever os avanços e lacunas na profissão que ocorreram nos anos 1980. Essa década marca o início da maturidade da tendência hegemônica na academia e nas entidades representativas da categoria – intenção de ruptura – e com isso, a interlocução real com a tradição marxista. No entanto, os profissionais dessa vertente se inserem, na sua maioria, nas universidades e tem pouca capilaridade nos serviços. (NETTO;1996, BRAVO;1996). Segundo NETTO (1996), BRAVO (1996) a década de 1980 marcou o início da maturidade e da tendência hegemônica, representativa da categoria, tudo isso com a tradição marxista, em que os profissionais entram nas universidades e tiveram pouca abrangência no mercado de atuação. Já nos anos 1990 o serviço social continuou como categoria desarticulada do movimento pelos setores da profissão: Os anos 1990 foi um período de implementação e êxito ideológico do projeto neoliberal no país, identifica-se que, nesse contexto os dois projetos políticos em disputa na área da saúde, passam a apresentar diferentes requisições para o serviço social. O projeto da reforma sanitária vem apresentando as questões democratização do acesso as aproximação das unidades de saúde com a realidade; trabalho interdisciplinar; ênfase nas abordagens grupais; acesso democrático as informações e estímulo a participação popular. (CFESS, 2010, p. 27). A década de 90 ficou marcada pela hegemonia da tendência a intenção de ruptura, onde o serviço social atingiu a sua maioria intelectual, em que também se identificou a ofensiva conservadora a esta tendência.

**(Conclusão)** Por tanto, cabe ao serviço social se articular com os demais segmentos que defendem o aprofundamento do sistema único de saúde (SUS) buscando a criação de experiências nos serviços de saúde. Para planejar e realizar uma atuação competente e crítica do serviço social na saúde é preciso; Os profissionais do serviço social estão sempre dispostos em busca de defesa da democracia das políticas públicas, se articulando com outros profissionais que buscam os mesmos princípios, questionando as perspectivas neoliberais para a saúde. O conceito de saúde na constituição de 1988 e na Lei 8.080/1990 ressalta as expressões da questão social: “A saúde é direito de todos e dever do estado garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e acesso universal e igualitário. (CF, 1988, art. 196)”.

**Palavras-Chave:** Serviço Social; Saúde; Walfredo Gurgel

## O SERVIÇO SOCIAL NA LIGA CONTRA O CÂNCER: UMA EXPERIÊNCIA A SER VIVENCIADA.

**Autor(es):**

*Igor Victor Feliciano da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Liga Norte Riograndense Contra o Câncer (LNRCC) é uma instituição sem fins lucrativos criada em 1949 na cidade de Natal/RN. Tem como maior desafio conjugar atenção oncológica de alto padrão com elevada acessibilidade, principalmente através do SUS. Reconhecida pelo Ministério da Saúde como CACON (Centro de Alta Complexidade em Oncologia), a Liga presta uma ampla gama de serviços, desde consultas médicas até modernas técnicas de radioterapia. Características marcantes da instituição são o acolhimento e a atenção multidisciplinar. Há um arraigado entendimento de que a atenção ao paciente deve ser total, por isso há todo um conjunto de ações para que o paciente se sinta bem recebido, além de receber o melhor tratamento médico possível. Psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais, odontólogos, fonoaudiólogos e fisioterapeutas garantem uma atenção completa. Prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos são os pilares do trabalho da Liga. A instituição possui 3 unidades em Natal e uma em Caicó que oferecem a toda população mais do que atenção oncológica, oferecem esperança e fé na vida. Diante da necessidade de se implantar um programa continuado de ensino e pesquisa que contribuísse para trazer avanços para o tratamento oncológico no RN, em 1989, a Liga fundou, o Departamento de Ensino, Pesquisa e Educação Comunitária, o DEPECOM, núcleo que atua junto às principais entidades de ensino superior do Estado. A pesquisa teve como objetivo apresentar o trabalho realizado pelo serviço social na LNRCC e inserção do serviço social na instituição como uma das atividades prioritárias, bem enquanto campo de estágio curricular obrigatório.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, a visita "in loco" e as conversas informais com os profissionais da área do serviço social e funcionários da instituição.

**(Resultados)** Constata-se que a LNRCC desenvolve um trabalho pioneiro e de fundamental importância no tratamento e controle do câncer de vários tipos e localizações. O serviço social está inserido em quase todas as atividades desenvolvidas na Liga: faz a triagem dos pacientes que procuram o serviço pela primeira vez, bem como a marcação das consultas para esses pacientes encaminhando-os para as secretarias de acordo com o diagnóstico. Os pacientes internados Tendo em são acompanhados através do cadastro (Infoliga), dando as devidas orientações aos acompanhantes sobre as normas e rotinas do hospital anexando em cada prontuário as entrevistas realizadas. O serviço social também faz a emissão de declarações de comparecimento dos pacientes e/ou acompanhantes, de internação, de alta, de óbito (se tiver falecido no Hospital Luis Antônio-HLA. Para os motoristas das prefeituras que transportam os pacientes e seus acompanhantes, o serviço social emite as declarações de comparecimento à instituição para o recebimento das diárias a que faz jus. Existe uma declaração padrão que é fornecida pela SEMOB - SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA e que é preenchida pelo médico e carimbada com a declaração do serviço social, confirmando os dados. De posse desses documentos o paciente tem direito a carteira de gratuidade para o uso dos transportes urbanos em Natal. O estagiário de serviço social acompanha e participa de todas as fases nesse contexto.

**(Conclusão)** O serviço social tem o seu campo do fazer profissional definido na Liga bem como oportuniza a inserção do estagiário em todas as fases oportunizando um aprendizado de qualidade, com ética e responsabilidade. O ensino e a pesquisa também têm obtido papel de relevante destaque na instituição, por meio de um trabalho sólido e de resultados visíveis. Dentre os projetos para o futuro, está a construção do novo Hospital de Oncologia de Natal, um empreendimento ousado e de enorme benefício para toda a sociedade norriograndense.

**Palavras-Chave:** Liga Norte Riograndense Contra o Câncer, Serviço Social, Estágio Curricular Obrigatório.

## OS DETERMINANTES SOCIAIS PARA A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE NATAL

**Autor(es):**

*Natália Lira da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** [Inúmeros fatores determinantes foram essenciais para a criação da Escola de Serviço Social de Natal. O objetivo desse artigo é realizar um resgate histórico e bibliográfico desse período na cidade de Natal e no Estado do Rio Grande do Norte. A 2ª guerra mundial foi momento de grande importância para o Brasil e, em especial para Natal, pois bases aéreas americanas (Parnamirim Field) foram instaladas na região, mudando todo o aspecto pacato da cidade. Outro fator determinante para a construção da Escola foi o longo período das secas no estado (1930 a 1942), muitas pessoas migraram dessas regiões para a capital do estado agravando ainda mais os problemas sociais, devido o aumento de moradores de rua, crianças abandonadas e a prática da mendicância. O primeiro damismo também se fez presente nesse período, a ex-primeira-dama, Darci Vargas criou a L.B.A (Legião Brasileira de Assistência) convocando oficialmente toda população feminina brasileira para a realização de trabalhos voluntários. Inicialmente para ajudar os familiares dos pracinhas que foram para a guerra, mas a demanda dos serviços foi aumentando estendendo-se a toda população.

**(Metodologia)** Primeiramente à metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica de natureza histórica. O livro Memórias da Escola de Serviço Social de Natal foi a base da pesquisa. Também foram analisadas entrevistas concedidas pelos primeiros professores que lecionaram na Escola naquela época, como o professor Otto Guerra e a professora Célia Vale Xavier. Em um segundo momento, foram realizadas pesquisas em sites, registros fotográficos de imagens da internet, além de conteúdos históricos sobre a cidade de Natal e do estado do Rio Grande do Norte. Os dados acessados na internet foram de grande importância para uma maior exploração do material e, do conteúdo da pesquisa.

**(Resultados)** Acredita-se que dentro do artigo, serão encontrados dados históricos, informações e fatos sobre um determinado período de transformação no Brasil. O Serviço Social surgiu no país de forma crescente em meio a essas transformações como a 2ª guerra, questões sociais latentes como a luta por direitos trabalhistas, além da participação da Igreja católica dentro da conjuntura histórica da profissão. Inicialmente sete Escolas surgiram, sendo a do Rio Grande do Norte a segunda a ser construída no Nordeste. Além de desses fatos históricos, muitas outras informações serão encontradas dentro desse artigo em questão.

**(Conclusão)** Conclui-se que além de inúmeros fatores sociais, outros aspectos contribuíram para a criação da Escola, não apenas em Natal ou no Brasil, mas no âmbito mundial. Às encíclicas papais Rerum Novarum, do Papa Leão XII, emitidas em 15 de maio de 1891, tiveram uma fundamental contribuição. As encíclicas traziam uma mensagem política e “apaziguadora” sobre os conflitos de classes e questões sociais que ocorriam na época, o Papa fez críticas à ambição e as formas de exploração de trabalho. E nesse processo de reconceituação política, religiosa e histórica surge o Serviço Social

**Palavras-Chave:** Serviço Social, Segunda Guerra Mundial, Natal/RN, Escola de Serviço Social.

## REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL : UMA QUESTÃO SOCIAL

### **Autor(es):**

*Edineide Avelino da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Ysabelle de Castro Nóbrega: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Iasmim Jamyli Marreiro da Silva : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Maria Alcione Cordeiro: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Fabiana Lucia da Silva Carvalho: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*  
*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*  
*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Muito se tem discutido recentemente acerca da redução da maioridade penal no Brasil.. A urgência dessa reflexão deve-se a existência de projeto de emenda constitucional (PEC) que chegou a ser aprovada pela Câmara em 2015 e atualmente a Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) volta a analisar, a (PEC) 33/2012, que abre a possibilidade de redução da idade para punição de adolescentes de 18 para maiores de 16 anos. Esses projetos são representativos da mentalidade de alguns setores da população e de representantes do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Essa é uma discussão que tem se desenrolado ao longo dos últimos anos e que envolve convicções muito enraizadas sobre responsabilidade individual e sobre a implementação de políticas públicas no país. Diante da criminalidade, em que por vezes, os adolescentes estão envolvidos, a sociedade busca encontrar uma solução para tal problemática utilizando o argumento de que reduzir a maioridade penal representa a forma de combater as diversas violências que assolam a sociedade, promovendo a segurança pública. Observa-se, assim, um forte apelo de alguns setores da sociedade para que os adolescentes que cometem atos infracionais sejam punidos de forma mais severa, pois na visão destes segmentos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei branda que promove a impunidade do adolescente autor de ato infracional. Afinal, o que é melhor para o Brasil: manter a maioridade penal em 18 anos ou reduzi-la para 16 anos de idade? A falta de políticas públicas efetivas de socialização de adolescentes leva à reincidência, diante da falência do modelo atual de atendimento socioeducativo.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, realizada a partir de publicações que abordam a temática, respeitando os critérios de inclusão: artigos publicados em português respeitando nos últimos cinco anos 2012 -2017 no Brasil.

**(Resultados)** Constatou-se, através da pesquisa bibliográfica que, na busca de superar o mal-estar nas relações entre os homens e a descrença nas instituições reguladoras da vida coletiva, surgem inúmeros mecanismos, entre eles o rebaixamento da maioridade penal ( uma solução equivocada) na visão de muitos teóricos e pesquisadores como sendo uma proposta para uma das mais graves questões sociais que atravessa a nossa e outras sociedades, que é o clamor pela paz pública, e pela segurança dos cidadãos.

**(Conclusão)** O Código de Ética do serviço social defende de forma intransigente os direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo. Este princípio basta para justificar o posicionamento contrário da categoria à redução da maioridade penal. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais têm levado este debate para a pauta das assembleias regionais visando acompanhar criticamente os debates acerca das políticas para a juventude, em especial da juventude negra, afirmando posicionamento contrário ao extermínio e genocídio dessa população e à redução da maioridade penal. A categoria de assistentes sociais tem compromissos e princípios ético-políticos na direção da defesa dos direitos de crianças e adolescentes, direitos esses duramente conquistados e garantidos nas legislações, inclusive, na Constituição Federal. No entanto, ainda se fazem presentes comentários favoráveis à redução revelando desconhecimento em relação ao Código de Ética, ao ECA, ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e ao debate que o Conjunto vem fazendo nos últimos anos. Os profissionais percebem a ineficácia da proposta de redução da maioridade penal, que desconsidera a negação de direitos vivenciada por inúmeros adolescentes, além de negar a peculiar condição de desenvolvimento destes que requer um atendimento especial pelo sistema de justiça.

**Palavras-Chave:** Maioridade Penal, Serviço Social, ECA

## UMA ANÁLISE DA ATIVIDADE ESPORTIVA COMO FERRAMENTA DE COMBATE A DROGADIÇÃO

**Autor(es):**

*Ana Gabriela Dias Tinoco: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O tema escolhido para elaboração do trabalho de conclusão de curso é uma análise da atividade esportiva como ferramenta de combate a drogadição na Comunidade Terapêutica Nova Aliança (Pium – RN). Por meio da análise da experiência de estágio curricular desenvolvido no período de 2016.2 a 2017.1 busca-se analisar a interdisciplinaridade da atividade esportiva e o serviço social, viabilizando o desenvolvimento da reabilitação do dependente químico. A partir dessa análise, questiona-se: qual a influência da atividade esportiva na recuperação de pessoas em situação de drogadição? Qual o papel do serviço social na mediação desse processo?

**(Metodologia)** O projeto presente teve caráter com a pesquisa-ação. A pesquisa-ação segundo THIOLENT (1986) é um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (p.14) A realização desse projeto foi escolhida a partir da experiência de estágio curricular na comunidade terapêutica nova aliança, pium – RN. Trazendo um estudo da interdisciplinaridade do serviço social em conjunto com educação física, para a cooperação da melhoria da qualidade de vida do usuário de álcool e drogas.

**(Resultados)** A Política Nacional Antidrogas perpassa o campo de estágio fornecendo subsídios necessários que baseiam as ações empregadas. A Instituição Nova Aliança foi fundada em 19 de junho de 2004, localizada na estrada de Pium, número 14/RN/313, bairro Colônia de Pium no Município de Nísia Floresta. A natureza da mesma enquadra-se em uma ação privada, entretanto é mantida através de doações de pessoas físicas, o que a torna na prática uma Organização não Governamental (ONG). A Instituição comporta um espaço físico de 55 mil metros quadrados, com capacidade para 60 residentes e um auditório com espaço para 80 pessoas sentadas, incluindo refeitório, academia, parque, uma pequena fábrica de vassouras, um espaço que serve como gráfica para fabricação de cartões e camisas personalizadas, biblioteca, campo de futsal e vôlei, e uma área de plantação (milho, feijão, mandioca e afins).

**(Conclusão)** É notório que o uso de drogas se torna um caso agravante para a sociedade, afetando diversos setores tais como: econômico, políticos, culturais e sociais na contemporaneidade. Dessa forma, vale salientar que um grande fator agravante é a tendência mundial sinalizadora de que a iniciação do indivíduo no uso excessivo de substâncias químicas (álcool e drogas ilícitas) tem sido cada vez mais precoce e com utilização de drogas mais pesadas. Associando o grande desenvolvimento do índice de pensamentos suicida diante da população usuária.

**Palavras-Chave:** Drogadição; Serviço Social, Política antidrogas

## **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: FEMINICÍDIO**

### **Autor(es):**

*Maria das Dores dos Santos Felix: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Brenda Lorys da Costa Capasso: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Maria Juscimary Silva dos Santos: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Magna Priscila Ferreira Alves: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rachel Ribeiro Resende dos Santos Melo: Docente do UNI-RN*

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A cada segundo uma mulher é agredida no Brasil. Atualmente, de acordo com o Observatório de Violência letal intencional do RN (Obvio), o assassinato de mulheres, cresceu em mais de 50% em 2017 em relação aos anos anteriores, onde as vítimas, são cada vez mais jovens, solteiras e a maioria são negras e sem nenhuma autonomia econômica. Com a Lei 13.140, aprovada em 2015, o feminicídio passou a constar no Código Penal como circunstância qualificadora do crime de homicídio. É preciso conscientizar a população através de políticas educacionais que revertam o quadro de violência no nosso País. O Feminicídio é a perseguição e morte intencional de pessoas do sexo feminino e existem vários "motivos" que levam a esse crime, como por exemplo: a questão de gênero; o sentimento de posse ou propriedade, igualando a mulher a um objeto; dominação masculina; a cultura brasileira machista, entre outros. Este trabalho traz como proposta conhecer o papel do assistente social na intervenção do enfrentamento com a capacidade de promover o exercício pleno de direito. Esses números são chocantes e mostra como o machismo continua em soberania no nosso País principalmente no nosso Estado, onde atualmente possui cinco delegacias especializadas, porém sequer tem estrutura para abrir à noite ou nos fins de semana além da falta de profissionais capacitados para assistirem as vítimas.

**(Metodologia)** Para a pesquisa serão feitas entrevistas com possíveis vítimas, visitas às Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM) e também através de observações empíricas e bibliográficas utilizando livros, revistas e sites.

**(Resultados)** Segundo a Faculdade Latino – Americana de Ciências Sociais, sob a coordenação do sociólogo Júlio Jacobo Waiselfisz, o Brasil está na 7ª posição no ranking dos países com o maior número de Feminicídio. A cada duas horas uma mulher é morta de forma violenta, no Brasil. E a maior taxa desse crime, praticado contra a mulher, no País, fica com o Estado do Espírito Santo com 11,24 mortes de mulheres por mês. O Estado do Rio Grande do Norte está em quarto lugar no ranking dessa criminalidade

**(Conclusão)** Então conclui-se que a necessidades posta aos assistentes sociais é servir como vetor de defesa dos direitos com a função de garantir e orientar os mesmos, enquanto cidadãos da população vítima de violência no nosso País; propor e administrar benefícios sociais no âmbito da comunidade, defender os direitos formulados e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com a capacidade de promover o exercício pleno de direitos.

**Palavras-Chave:** Mulher. Feminicídio. Defesa dos direitos. Gênero. Serviço Social.

## **VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO RIO GRANDE DO NORTE**

### **Autor(es):**

*Fernanda Maria de Souza: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Ismenia Emanuely Silva Ferreira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rachel Ribeiro Resende dos Santos Melo: Docente do UNI-RN*  
*Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN*  
*Antonio Peterson Nogueira do Vale: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho pretende, pois, analisar a realidade vivida pelas mulheres que são vítimas de violência doméstica. Além disso, perceber até que ponto as políticas públicas e as leis estão obtendo êxito, uma vez que deveriam preservar a vida das mulheres violentadas, levando em consideração as reais dificuldades seguidas para esta proteção. Ao longo do trabalho, será discutido o posicionamento da mulher em todo seu contexto histórico, traçando a busca do centro de referência que será a porta de entrada para o atendimento de violência doméstica e familiar. Ademais, como se trata de uma discussão presente na nossa sociedade e que, por isso, apresenta outras demandas, observaremos, através de referências bibliográficas, como tem sido tratado o agressor.

**(Metodologia)** A metodologia baseou-se em pesquisa de campo, através de visitas ao centro de referência a violência contra a mulher Elisabeth Nasser, e através de consultas a sites com informações do Governo Estadual e do Tribunal de Justiça, com isso conseguimos um entendimento básico com relação aos dados de violência contra a mulher no Estado do Rio Grande do Norte, conseguimos assim identificar as possíveis causas da violência contra a mulher no Estado.

**(Resultados)** Pode-se constatar, mesmo que superficialmente, a deficiência em relação às medidas protetivas à mulher, pois embora haja proteção às vítimas, estas situações não podem somente ficar a cargo do Direito Penal, devendo o Estado implantar programas para que os agressores sejam submetidos a tratamentos. A Lei Maria da Penha em si baseia-se em aumentar com o rigor das punições sobre a violência doméstica. O Rio Grande do Norte é o quinto Estado em registro de violência contra a mulher, Apesar de ter diminuído em 10% os casos de mulheres agredidas, graças a Lei Maria da Penha, os dados ainda são preocupantes. De acordo com dados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), o Rio Grande do Norte tem 15 mil processos judiciais relacionados à crimes contra a mulher. Sendo os maiores casos no município de Natal, Mossoró e Parnamirim, que atualmente somam o total de 600 casos. Na lei Maria da Penha não são inclusas apenas brigas entre marido e mulher, mas também para casal entre mulheres, transmulher (transgênero que são identificadas por gênero feminino) e mulheres que foram agredidas por parentes, como pai, tio, avô ou irmão, além de assegurar a dignidade de toda brasileira, mesmo morando no exterior.

**(Conclusão)** Conclui-se que a violência contra mulher é um fenômeno histórico, pois havia a figura patriarcal em que o pai era o eixo familiar e os demais eram submissos a ele e assim os filhos já cresciam com a ideia que quando ficassem adultos iriam se tornar aquela figura, então a mulher se tornava um ser sem expressão ou direito de manifestar suas vontades, desejos e acabava sendo tratada com desprezo e discriminação. Os tempos contemporâneos mostram o contrário disso, e os avanços sociais, com estudos feministas, perfazem um caminho que é necessário mostrar a mulher ocupando espaços sociais.

**Palavras-Chave:** Lei Maria da Penha, Violência Contra a Mulher, Rio Grande do Norte, Políticas Públicas,

## **VIOLÊNCIA E INTOLERÂNCIA A MULHERES TRANSEXUAIS, NO BRASIL**

### **Autor(es):**

*Maria Lidiane Alves da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Letice Epifanio Bezerra Neta: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Janaina Martins da Silva Guimarães: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rachel Ribeiro Resende dos Santos Melo: Docente do UNI-RN*  
*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Desde 2011 o Supremo Tribunal Federal legalizou a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Mas o Brasil ainda apresenta altos índices de violência contra LGBT's. Dentro da comunidade LGBT, as principais vítimas de violência e intolerância são as transfemininas e travestis. Nas cidades do Brasil, cada vez mais se ouvem relatos de vítimas. O alto índice de violência levou o Brasil à liderança do ranking mundial de assassinatos de pessoas transexuais em 2016. Das 295 mortes de transexuais registradas até setembro de 2016 em 33 países, 123 ocorreram no Brasil, de acordo com dados divulgados em novembro de 2016 pela ONG Transgender Europe. Estudos mostram que a liderança dos casos nos últimos anos é do Nordeste, e que a maior parte das mortes ocorreram em via públicas, por tiros, facadas, asfixia, e espancamento, entre outras causas violentas.

**(Metodologia)** O levantamento de dados ocorreu por pesquisa documental e coletas de dados nas redes sociais, que denunciem casos de agressões e intolerância contra as vítimas. Elaborando assim, o perfil de violência contra as transexuais e travestis do país.

**(Resultados)** Pesquisas mostram qual o perfil das pessoas homofóbicas e transfóbicas. De ambos os sexos, todas as classes sociais e regiões do país. Entre os entrevistados, 70% não se consideram homofóbicos, mas 70% consideram o Brasil um país homofóbico. Mostrando que grande parte dos participantes do estudo aponta outras pessoas como parte da questão, mas não se incluem nela. Percebe-se que parte desses 70% não percebem que suas atitudes e comentários são homofóbicos e/ou transfóbicos, porque não compreendem o conceito de homofobia e transfobia. Nas pesquisas, 14% das pessoas afirmam ser homofóbicas/transfóbicas ou extremamente homofóbicas/transfóbicas. Outro dado levantado é que se os entrevistados descobrissem que o professor do seu filho é homossexual/transgênero, 14% não ficariam nada confortáveis ou se sentiriam desconfortáveis; 23% mencionaram que seriam indiferentes e 64% disseram que se sentiriam confortáveis ou totalmente confortáveis. E que mulheres e jovens tendem a ser mais tolerantes que homens e pessoas mais velhas em relação à homossexualidade/transsexualidade. Nas redes sociais essa tendência se confirma: cerca de 55% das mulheres fizeram comentários não-homofóbicos nas redes sociais, enquanto 40% dos homens seguiram esse comportamento. Também se observa nas redes sociais que quanto mais jovens, menor é a incidência de comportamento homofóbico/transfóbico. Em depoimentos, as transfemininas e travestis relatam que seus principais agressores são vizinhos e desconhecidos, membros da família, profissionais da saúde e outros funcionários públicos.

**(Conclusão)** Cerca de 99% dos crimes contra LGBT's tem como agravante a intolerância, além da vulnerabilidade dos grupos como os travestis e transexuais, que geralmente estão nas ruas em condições mais marginalizadas, envolvidas com prostituição e uso de drogas devido à exclusão sofrida em outros espaços da sociedade. O perfil que mais sofre violência são os do gênero travesti e transfemininas, que fazem uso do nome social, de etnia parda ou negra, solteiras, de baixas escolaridade, que são principalmente garotas de programa e cabeleireiras. As mesmas enfrentaram situações de violência verbal, psicológica, física, patrimonial e sexual, nas ruas, nos espaços educacionais e nos serviços de saúde. Tendo como principais agressores vizinhos e desconhecidos, membros da família, profissionais de saúde e funcionários públicos. Há uma necessidade urgente da criação de políticas públicas que assegurem e criem redes de atenção à saúde e assistência social ao grupo mencionado, e que insiram de forma equânime, esse público na comunidade, valorizando a diversidade sexual e desconstrução de preconceitos, onde as travestis e transexuais possam ser protagonistas de suas escolhas. Nesse sentido, destaca-se a importância e relevância do Serviço Social como uma profissão em que assegurem ações de equidade, integralidade e universalidade a essas pessoas.

**Palavras-Chave:** Violência. Transfemininas. Travestis. Serviço Social. Direitos.

## **VIOLÊNCIA E INTOLERÂNCIA A MULHERES TRANSEXUAIS, NO BRASIL**

### **Autor(es):**

*Maria Lidiane Alves da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Letice Epifanio Bezerra Neta: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Janaína Martins da Silva Guimarães: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rachel Ribeiro Resende dos Santos Melo: Docente do UNI-RN*  
*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Desde 2011 o Supremo Tribunal Federal legalizou a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Mas o Brasil ainda apresenta altos índices de violência contra LGBT's. Dentro da comunidade LGBT, as principais vítimas de violência e intolerância são as transfemininas e travestis. Nas cidades do Brasil, cada vez mais se ouvem relatos de vítimas. O alto índice de violência levou o Brasil à liderança do ranking mundial de assassinatos de pessoas transexuais em 2016. Das 295 mortes de transexuais registradas até setembro de 2016 em 33 países, 123 ocorreram no Brasil, de acordo com dados divulgados em novembro de 2016 pela ONG Transgender Europe. Estudos mostram que a liderança dos casos nos últimos anos é do Nordeste, e que a maior parte das mortes ocorreram em via públicas, por tiros, facadas, asfixia, e espancamento, entre outras causas violentas.

**(Metodologia)** O levantamento de dados ocorreu por pesquisa documental e coletas de dados nas redes sociais, que denunciem casos de agressões e intolerância contra as vítimas. Elaborando assim, o perfil de violência contra as transexuais e travestis do país.

**(Resultados)** Pesquisas mostram qual o perfil das pessoas homofóbicas e transfóbicas. De ambos os sexos, todas as classes sociais e regiões do país. Entre os entrevistados, 70% não se consideram homofóbicos, mas 70% consideram o Brasil um país homofóbico. Mostrando que grande parte dos participantes do estudo aponta outras pessoas como parte da questão, mas não se incluem nela. Percebe-se que parte desses 70% não percebem que suas atitudes e comentários são homofóbicos e/ou transfóbicos, porque não compreendem o conceito de homofobia e transfobia. Nas pesquisas, 14% das pessoas afirmam ser homofóbicas/transfóbicas ou extremamente homofóbicas/transfóbicas. Outro dado levantado é que se os entrevistados descobrissem que o professor do seu filho é homossexual/transgênero, 14% não ficariam nada confortáveis ou se sentiriam desconfortáveis; 23% mencionaram que seriam indiferentes e 64% disseram que se sentiriam confortáveis ou totalmente confortáveis. E que mulheres e jovens tendem a ser mais tolerantes que homens e pessoas mais velhas em relação à homossexualidade/transsexualidade. Nas redes sociais essa tendência se confirma: cerca de 55% das mulheres fizeram comentários não-homofóbicos nas redes sociais, enquanto 40% dos homens seguiram esse comportamento. Também se observa nas redes sociais que quanto mais jovens, menor é a incidência de comportamento homofóbico/transfóbico. Em depoimentos, as transfemininas e travestis relatam que seus principais agressores são vizinhos e desconhecidos, membros da família, profissionais da saúde e outros funcionários públicos.

**(Conclusão)** Cerca de 99% dos crimes contra LGBTs tem como agravante a intolerância, além da vulnerabilidade dos grupos como os travestis e transexuais, que geralmente estão nas ruas em condições mais marginalizadas, envolvidas com prostituição e uso de drogas devido à exclusão sofrida em outros espaços da sociedade. O perfil que mais sofre violência são os do gênero travesti e transfemininas, que fazem uso do nome social, de etnia parda ou negra, solteiras, de baixas escolaridade, que são principalmente garotas de programa e cabeleireiras. As mesmas enfrentaram situações de violência verbal, psicológica, física, patrimonial e sexual, nas ruas, nos espaços educacionais e nos serviços de saúde. Tendo como principais agressores vizinhos e desconhecidos, membros da família, profissionais de saúde e funcionários públicos. Há uma necessidade urgente da criação de políticas públicas que assegurem e criem redes de atenção à saúde e assistência social ao grupo mencionado, e que insiram de forma equânime, esse público na comunidade, valorizando a diversidade sexual e desconstrução de preconceitos, onde as travestis e transexuais possam ser protagonistas de suas escolhas. Nesse sentido, destaca-se a importância e relevância do Serviço Social como uma profissão em que assegurem ações de equidade, integralidade e universalidade a essas pessoas.

**Palavras-Chave:** Violência. Transfemininas. Travestis. Serviço Social. Direitos.



**CONIC**

**2017**

CONGRESSO  
DE INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA

**Pós-Graduação Administração**





## A PSICOLOGIA DO TRADER: 3C'S E VIESES HEURÍSTICOS

### **Autor(es):**

*Daniel Dantas Mariz: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*  
*Raul Paulinelli Gomes Novais: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A proposta deste resumo é de apontar alguns dos elementos psicológicos e seus respectivos impactos contidos para aqueles que operam no mercado futuro como daytrader. Para tal, é fundamental compreender os 3 C's, estes que representam: cabeça, controle e conhecimento. Já para os principais vieses heurísticos têm-se: excesso de confiança, ancoragem, validação ilusória, similaridade e diversificação ingênua. Assim, utilizou-se como base o livro "Trading Plan – O guia definitivo para vencer na bolsa" desenvolvido por Rodrigo Cohen o qual é analista financeiro da corretora Rico. A obra aborda o mercado de capitais que é um sistema com proposta de distribuição de valores mobiliários para proporcionar liquidez aos títulos de empresas denominadas sociedades anônimas (S.A). Enfatizando o sub mercado denominado mercado futuro em que se possibilita operar contratos de compra e venda de produtos como: milho, café, soja, índice e dólar, este que é regulamentado no Brasil pelo órgão nomeado BM&FBOVESPA.

**(Metodologia)** A pesquisa em questão possui por metodologia o modelo bibliográfico, visto que é fundamentada através da revisão da literatura do segmento de mercado futuro para elucidar os aspectos pertinentes à temática.

**(Resultados)** Por meio da leitura e compreensão do estudo da arte, observou-se que o profissional que é denominado daytrader, ou seja, aquele que realiza a compra e vende do ativo no mesmo dia necessita de determinadas valências para desempenhar sua atividade com maestria. Compreendeu-se que o primeiro C refere-se ao preparo mental visando o bom relacionamento com os ganhos e perdas (cabeça), o segundo é focado no controle gerencial das ferramentas a serem utilizadas e execução das ordens de compra e venda (controle) e por fim a compreensão que é necessário expertise da atividade para desenvolvê-la (conhecimento). Esta estrutura visa colaborar com bom desempenho do trabalho, contudo existem fenômenos os quais conflitam com essa dinâmica. Estes são denominados vieses heurísticos que atuam como atalhos cognitivos. Comprometendo a tomada de decisão do trader por simplificar uma resposta a qual necessita de análise e tendenciosamente direciona o indivíduo ao erro, aumentando assim a taxa de insucesso nas operações.

**(Conclusão)** As finanças comportamentais estão tomando proporção no mercado financeiro e possuem sua base estruturada na psicológica com finalidade de explicar questões que antes eram incompreendidas. Permitindo ser licito dizer que o profissional da bolsa de valores deve então fortalecer a estrutura tida como base para atuar no segmento que são os 3 C's, ao passo que deve buscar conhecimento para evitar tomadas de decisão falhas por meio dos atalhos cognitivos que são denominados vieses heurísticos. De uma forma resumida entende-se que é fundamental a busca pelo conhecimento dos elementos psicológicos envolvidos neste contexto para que se ampliem as probabilidades de sucesso no mercado de capitais.

**Palavras-Chave:** Mercado de capitais. Daytrader. Finanças Comportamentais.

**ANÁLISE FUNDAMENTALISTA DE DUAS S.A DO SEGMENTO SECURITÁRIO: PORTO BRASIL E SULAMÉRICA**

**Autor(es):**

*Raul Paulinelli Gomes Novais: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Sabe-se que existem dois tipos de análises distintas para o mercado de capitais, sendo estas: técnica e fundamentalista. A primeira possui por caráter primordial a avaliação de gráficos para compreender e observar a movimentação do preço das ações. Já a segunda é voltada para uma leitura do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício objetivando justificar o desempenho das partes de sociedade de determinada empresa. Para tal, a proposta deste resumo é de comparar duas companhias do segmento securitário, sendo estas: Porto Seguro e SulAmérica por meio da análise fundamentalista investigando se a estrutura financeiro-econômica destas entidades refletem de forma fidedigna o preço dos papéis acionários.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Para a metodologia de pesquisa optou-se por utilizar uma abordagem quantitativa e documental por analisar os balanços patrimoniais e DRE's pela série histórica de 2012 a 2016 das duas entidades em questão. Além da fundamentação teórica estruturando a investigação, o que a caracteriza como pesquisa bibliográfica. Oferecendo condições para que o estudo obtivesse êxito para cumprir a proposta central.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Com intuito de apontar os principais resultados encontrados, é fundamental compreender que estas são organizações de grande porte e possuem aproximadamente R\$ 96 milhões e R\$ 83 milhões em ativos para Porto Seguro e SulAmérica, respectivamente. Em cinco anos (2012 – 2016) a Porto Seguro realizou o crescimento de 38,58% e no mesmo período a SulAmérica possuiu seu resultado com 46,63% de crescimento. Já para as ações, a primeira organização valorizou 79,34% no período estudado e a segunda S.A avançou em 25,33%. Depreende-se de uma forma clara que para esses dois casos não há uma relação proporcional em crescimento da empresa e valorização do preço das ações. Já que a Porto Seguro obteve maior aumento no preço da ação e por sua vez a SulAmérica expandiu em crescimento, ou seja, uma relação inversa.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Após a análise realizada e comparação das organizações, é licito dizer que a situação financeiro-econômica não reflete de forma fidedigna o preço das ações. Podendo ser confirmado pela investigação, análise e comparação supracitada, ou seja, é importante observar que existem outros elementos os quais influenciam no preço da ação com maior relevância do que o crescimento ou decréscimo da organização. Sugere-se então para os próximos estudos, observar não apenas a estrutura quantitativa das empresas, mas também a exposição da mesma frente ao mercado, visibilidade e publicidade e principalmente a oferta e demanda pelos títulos emitidos da entidade.

**Palavras-Chave:** Análise fundamentalista. Segmento securitário. Bolsa de valores.



**CONIC**

**2017**

CONGRESSO  
DE INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA

**Pós-Graduação Direito**





**A TEORIA DO DIREITO & DESENVOLVIMENTO E O INSTITUTO JURÍDICO DA ARBITRAGEM : UM ESTUDO DE CASO DA ARBITRAGEM MARÍTIMA DE SINGAPURA**

**Autor(es):**

*Ressú Ferreira Pires: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A relevância das instituições jurídicas para o desenvolvimento econômico no século XXI é um tema bastante debatido no meio científico. É possível observar este movimento por meio de mudanças econômicas e sociais que suscitaram esta pesquisa acerca do instituto da arbitragem e sua contribuição para o desenvolvimento do comércio internacional. Neste sentido foi elaborado um estudo sobre o desenvolvimento da arbitragem marítima de Singapura para avaliar a influência das reformas jurídicas no desenvolvimento do comércio internacional. Por essa razão, esta pesquisa se propõe a realizar uma breve análise acerca da experiência da arbitragem marítima de Singapura. Neste sentido, o trabalho tem como objetivo geral: Analisar a influência da arbitragem marítima no desenvolvimento do comércio internacional em Singapura. Em relação aos objetivos específicos, a serem alcançados pode-se elencar: a) Identificar os elementos determinantes para a arbitragem marítima; b) Verificar os fatores que contribuíram para as reformas jurídicas no instituto da arbitragem. c) Compreender o impacto do instituto da arbitragem especializada em direito marítimo no comércio internacional de Singapura ; No que diz respeito ao referencial teórico, são abordados aspectos inerentes ao tema exposto tais como: o instituto da arbitragem e a teoria do direito e o desenvolvimento; a experiência de Singapura. Estabelecendo desta forma, um parâmetro de estudo para a pesquisa em questão.

**(Metodologia)** A classificação do tipo de pesquisa foi definida de acordo com os objetivos propostos, assim a presente pesquisa pode ser considerada exploratória e descritiva, já que se levantou informações sobre o fenômeno em questão, ao mesmo tempo em que foram analisadas e descritas as informações obtidas na pesquisa. Para a coleta dessas informações foi utilizada a técnicas de pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa utilizou a metodologia qualitativa, pois os objetivos do estudo estão relacionados à análise, identificação e verificação de aspectos característicos do fenômeno investigativo.

**(Resultados)** Foi observado que não só em Singapura como também nos demais centros de comércio marítimo a exemplo de Londres, Nova York e Hong Kong o crescimento da indústria naval vem acompanhada do crescimento do centro de resolução de conflitos marítimos. Fato este relacionado as particularidades da indústria marítima, que é um terreno fértil para o surgimento de conflitos que necessitam de um sistema competente e efetivo para a resolução de controvérsias. Assim para estimular as exportações e fomentar o comércio internacional Singapura promoveu o desenvolvimento e a evolução do centro de resolução de conflitos marítimos para acompanhar o ritmo das sofisticações e exigências da comunidade internacional, sendo este um importante fator para o sucesso do hub marítimo de Singapura que viabilizou regras institucionais e processuais para este tipo particular de indústria juntamente com advogados, investidores e outros players marítimos.

**(Conclusão)** Isto posto, é possível concluir que o instituto jurídico da arbitragem é uma ferramenta indispensável para garantir a segurança jurídica nos contratos de comércio internacional e transportes marítimos. Sendo a segurança jurídica o elemento de condição para o desenvolvimento econômico, uma vez que gera a redução de incertezas e captura os ganhos das relações econômicas do comércio internacional dos países emergentes. Evidenciando-se desta maneira o papel estratégico da arbitragem no desenvolvimento de políticas econômicas voltada para o comércio internacional.

**Palavras-Chave:** Direito & Desenvolvimento . Arbitragem. Comércio internacional.

**DIREITO CIÊNCIA INDEPENDENTE DO ESTADO, CONSIDERANDO OS DIREITOS NATURAIS COMO PILARES DO PENSAMENTO POLÍTICO E JURÍDICO**

**Autor(es):**

*Sarah Marizete Sales Leite de Meneses: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Observar os direitos naturais enquanto pilares ideias do desenvolvimento do comportamento político e jurídico moderno nos propõe uma reflexão digna, sobre como eles podem ser tutelado pelo o estado, à medida este pode vir a ser o maior e natural agressor do indivíduo. Os direitos naturais serão pensados encima de axiomas e referências da literatura libertarianista, priorizando a ótica apriorística, ou seja, o questionamento sobre o estado como ferramenta para o direito, virá de uma fundamentação jus naturalista, se é a existência de uma organização humana ética, consistente e racional é possível através da ferramenta do estado, esses questionamentos nos permite desconstruir o que é o direito propriamente dito e inexoravelmente questionar a realidade que se apresenta ao nosso redor, como por exemplo, "o que veio antes, o estado ou o direito?". Assim demonstrar que muitas discussões acadêmicas quando observadas nesta ótica são inférteis e ilegítimas. Para tanto é necessário visualizar os paradigmas estruturais do estado, a forma que ele se relaciona com os indivíduos e seus direitos assim examinar o respeito do seu comportamento com os direitos naturais.

**(Metodologia)** O exame do tema será feito partindo de axiomas sobre estado, direitos e indivíduos, a fim de entender o que é indispensável para pensar o comportamento político mais justo e correto. A lógica nos leva ao caminho que deve ser imperativo assim chegará às repostas de forma dedutiva, subseqüente a isso experimentar se o comportamento e a natureza do estado foram pensados para ser reativo de forma congruente com o direito natural, daí o porquê este é um trabalho apriorístico.

**(Resultados)** Os resultados são inconclusivos por enquanto, no entanto já existem algumas premissas que apontam o estado como organismo naturalmente "predatório" aos direitos individuais. Com o surgimento da democracia o estado recebeu qualidade de indivíduo, ou seja, uma abstração é que Nós somos o estado, essa com intenção de atenuar as ações nocivas do estado. Ao observar uma constância no comportamento dos estados, num geral percebemos a força e violência como forma de garantia e manutenção de poder, o exemplo claro são os impostos, quando o estado contrai uma dívida nós somos obrigados a pagar com nossos impostos, independente do motivo vir a ser a incompetência dele e se por acaso nos negarmos as consequências são sempre retaliações a liberdade seja ela de consumo ou de fato, ainda que não concordemos com onde estão sendo usados os impostos, ainda assim existem muitas variáveis a estes argumentos, mas existe uma central, de que à propriedade é o direito real, a tríade de direita fala apenas dele. Vida é a propriedade que se tem quanto a si, seu tempo vivo, liberdade é a propriedade que se tem ao seu corpo, suas ideias, de ação e propriedade sobre o que você produz, logo se sua propriedade é tirada de você sem negociação e com retaliação certa, existe uma figura velha conhecida da humanidade pra essa retirada de direito, escravidão.

**(Conclusão)** Ainda em pesquisa.

**Palavras-Chave:** Estado, libertarianismo, jus naturalismo, intervencionismo, pensamento político

**POSSIBILIDADE DE PROVISÃO DA INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA CONCEDIDA AO EMPREGADO DOMÉSTICO SER APLICADA AO EMPREGADO CELETISTA**

**Autor(es):**

*Lídia Soares de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Gabriella Amanda de Moraes Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Carmen Lorena Pereira Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Ive Barbosa de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luana Cristina Silva da Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente, o empregador e empregado (regidos pela CLT) devem depositar um percentual sobre a remuneração referente ao mês anterior a título de FGTS. A Lei Complementar nº 150/15 trouxe uma inovação, nesse sentido, ao estabelecer, para o empregador doméstico, a constituição de um fundo compensatório, a título de multa que poderá ser levantado pelo empregador ou empregado, a depender do tipo de rescisão. Nesse sentido, caso haja justa causa ou pedido de demissão, o montante depositado referente à multa poderá ser levantado também pelo empregador. No entanto, como forma de não onerar ainda mais o empregador, caso essa sistemática fosse adotada pela CLT, mediante alteração legislativa, interessante seria a diminuição do percentual da contribuição previdenciária patronal. Portanto, pertinente uma reforma nesse sentido prevendo essa espécie de depósito compulsório.

**(Metodologia)** Para atingir os objetivos propostos da presente pesquisa, utilizamos os métodos de abordagem dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético, tomando como ponto de partida a omissão legislativa em relação à constituição de um fundo compensatório, que poderá ser levantado pelo empregador ou empregado. Além desses, como métodos de procedimentos o comparativo, onde iremos relacionar os efeitos do fundo compensatório nas relações dos empregados domésticos e os demais empregados.

**(Resultados)** A aplicação da provisão da indenização por rescisão sem justa causa para o empregado doméstico está prevista no art. 22 da Lei Complementar nº 150/15, Lei dos Empregados Domésticos. O empregador doméstico depositará a importância de 3,2% sobre a remuneração devida, no mês anterior, a cada empregado, destinada ao pagamento da indenização compensatória da perda do emprego, sem justa causa ou por culpa do empregador. É certo que os trabalhadores urbanos e rurais, tem previsto seu direito à indenização no percentual de 40% quando são demitidos sem justa causa, conforme previsto no § 1º, do artigo 18, da Lei 8.036/90. Entretanto, este direito não atingia os empregados domésticos, haja vista que a legislação previa que os empregados domésticos poderiam receber o FGTS, portanto, sem regulamentação quanto a indenização que é devida pelo empregador quando este demite o empregado sem justa causa, portanto, entendeu o legislador que este deveria ser indenizado. Segundo a doutrina, com a regulamentação dos direitos trabalhistas e previdenciários dos empregados domésticos, o legislador buscou fazer valer os direitos destes trabalhadores. Entretanto, para isto, criou essa possibilidade, a qual tomou a forma de verba compensatória e que equipara-se a indenização do FGTS no caso dos empregados urbanos e rurais, não domésticos.

**(Conclusão)** Portanto, há omissão legislativa em relação à constituição de um fundo compensatório, com relação ao empregador ou empregado celetista, ou seja, o legislador buscou fazer valer os direitos dos trabalhadores domésticos e olvidou e empregadores de conferir na recém Reforma Trabalhista a criação desse direito para os empregados celetistas. Todavia, conclui-se também pela necessidade de uma forma de não onerar ainda mais o empregador, caso essa sistemática fosse adotada pela CLT mediante a diminuição do percentual da contribuição previdenciária patronal.

**Palavras-Chave:** Fundo Compensatório . Empregado Doméstico. Omissão Legislativa. Empregado Celetista. Contribuição Previdenciária.

## TRABALHO E RESSOCIALIZAÇÃO

**Autor(es):**

*Patrícia Teixeira de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O sistema carcerário brasileiro atualmente é desastroso, presídios em condições precárias, celas superlotadas e condições insalubres para os apenados. Tais fatos influenciam na perspectiva dos apenados no momento em que cumprem suas penas e retornam à sociedade, visto que a maioria, após vivenciar este pesadelo, sai muito pior do que entrou. Dessa forma, a sociedade cria um estigma em que consiste em pensar que o ex-apanado, uma vez cometido o crime, vai ser definido como o crime que cometeu. Ou seja, não há espaço para recomeçar. Logo, são impostos empecilhos no momento de contratação de um ex preso, ocasionando o retorno à vida do crime, aumentando os índices de reincidência. O presente projeto visa, através do objetivo geral, analisar a importância do trabalho no processo de ressocialização do ex-apanado, visto que o trabalho tem um significado extremamente relevante para a sociedade, traz realização pessoal e carrega o sentimento de utilidade, como também a autonomia, responsabilidade e dignidade. Tudo que o ex-apanado acabou perdendo diante da vivência no sistema carcerário. Além desta análise, também será estudada a dificuldade de retornar ao mercado de trabalho diante dos obstáculos impostos pela sociedade que se comporta de forma discriminativa.

**(Metodologia)** O método de abordagem do trabalho será dedutivo, pois há uma avaliação geral da dificuldade de ressocialização por meio do trabalho devido aos impedimentos impostos pela sociedade que carrega um preconceito acerca de quem acaba de sair do sistema prisional. Além disso, no que diz respeito ao método de procedimento, será funcionalista por analisar a sociedade pelo ponto de vista de suas atividades, ou seja, a ressocialização pela perspectiva do trabalho. Já em relação às técnicas de pesquisa, será estudado material bibliográfico, variado entre livros, artigos e pesquisas decorrentes da Internet, além de entrevistas de pessoas que conhecem e contribuem com a problemática.

**(Resultados)** À vista disso, é necessário que haja medidas socioeducativas que objetivem desmembrar o pensamento preconceituoso de que o ex preso não pode mudar de caminho. Como também trabalhar em projetos, ou até mesmo efetivos, que visem a inserção do ex apenado no mercado de trabalho, tais como incentivos fiscais para as empresas contratarem ou reserva de um determinado número de vagas especialmente para quem deixou o sistema carcerário. Além do mais, é preciso investimentos no sistema prisional visando melhoria na qualidade de vida dos presidiários para que cumpram suas penas com o mínimo de dignidade.

**(Conclusão)** O presente projeto encontra-se em desenvolvimento, conseqüentemente não há como trazer uma conclusão considerando que ainda não está finalizado.

**Palavras-Chave:** Sistema Prisional. Ressocialização. Trabalho. Inserção. Sociedade. Mercado de trabalho.